PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 7260/2021 - Quarta-feira, 10 de Novembro de 2021

PRESIDENTE
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
VICE-PRESIDENTE
Des. RONALDO MARQUES VALLE
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
CONSELHO DA MAGISTRATURA
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Desª. EZILDA PASTANA MUTRAN
Des. RONALDO MARQUES VALLE
Desª. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
Desª. EVA DO AMARAL COELHO
Desª. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

DESEMBARGADORES

RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES
LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO
VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA
VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO
MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS
RICARDO FERREIRA NUNES
LEONARDO DE NORONHA TAVARES
CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES
LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR
DIRACY NUNES ALVES
RONALDO MARQUES VALLE
GLEIDE PEREIRA DE MOURA
JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO
MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
ROBERTO GONÇALVES DE MOURA
MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE
LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO
MAIRTON MARQUES CARNEIRO
EZILDA PASTANA MUTRAN
MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA
ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR
ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
EVA DO AMARAL COELHO

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
Plenário da Seção de Direito Público
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargadora Diracy Nunes Alves (Presidente)
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Plenário da Seção de Direito Privado
Sessões às quintas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (Presidente)
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior
Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar

1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
Plenário de Direito Privado
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior (Presidente)

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
Plenário de Direito Privado
Sessões às terças-feiras
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães (Presidente)
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura (Presidente)
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa

2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Diracy Nunes Alves
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário (Presidente)
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto

SEÇÃO DE DIREITO PENAL
Plenário da Seção de Direito Penal
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Ronaldo Marques Vale
Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desembargador Mairton Marques Carneiro (Presidente)
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias
Desembargadora Eva do Amaral Coelho

1ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira (Presidente)
Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias

2ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha (Presidente)
Desembargador Ronaldo Marques Vale

3ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às quintas-feiras
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos (Presidente)
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Mairton Marques Carneiro
Desembargadora Eva do Amaral Coelho

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA ---- 6
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA ---- 8
COORDENADORIA DOS PRECATÓRIOS ---- 12
SECRETARIA JUDICIÁRIA ---- 22
SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO ---- 23
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ 24
CEJUSC
PRIMEIRO CEJUSC BELÉM ---- 36
SEÇÃO DE DIREITO PENAL ---- 38
TURMAS DE DIREITO PENAL
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ ---- 46
COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS
UPJ DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL - 1 JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 51
UPJ DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL - 2 JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 80
UPJ DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL - 3 JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 91
UPJ DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL - 4 JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 93
UPJ DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA CAPITAL - SECRETARIA GERAL -- 99
UPJ DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS E DO JUIZADO CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL
183
DIVISÃO DE REGISTRO DE ACÓRDÃOS E JURISPRUDÊNCIA ---- 197
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS ---- 203
FÓRUM CÍVEL
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 4 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 204
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 5 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 209
SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 217
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 8 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 234
UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - 5 VARA DE FAMÍLIA ---- 239
UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 2 VARA DA FAZENDA ---- 240
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 10 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL 253
FÓRUM CRIMINAL
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 264
SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 265
SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 266
SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 296
SECRETARIA DA 9ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 311
SECRETARIA DA 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ---- 317
SECRETARIA DA 13ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 370
SECRETARIA DA 3ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER -- 371
SECRETARIA DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO ---- 378
SECRETARIA DA 2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ---- 400
FÓRUM DE ICOARACI
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 401
SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 403
FÓRUM DE MOSQUEIRO
SECRETARIA DA VARA CIVEL E CRIMINAL DISTRITAL DE MOSQUEIRO ---- 407
FÓRUM DE ANANINDEUA
DIRETORIA DO FÓRUM DE ANANINDEUA ---- 409
SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA ---- 410
SECRETARIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ANANINDEUA ---- 415
SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 417

SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 419
SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA ---- 420
SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 429
FÓRUM DE BENEVIDES
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES ---- 451
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES ---- 454
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BENEVIDES ---- 455
FÓRUM DE MARITUBA
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA ---- 456
EDITAIS
COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS ---- 478
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA - EDITAIS ---- 481
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 7 VARA - EDITAIS ---- 483
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO ---- 505
COMARCA DE ABAETETUBA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA ---- 574
COMARCA DE MARABÁ
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ ---- 586
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ ---- 587
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ ---- 588
SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ ---- 594
COMARCA DE SANTARÉM
UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CRIMINAL ---- 595
UPJ DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM ---- 596
COMARCA DE ALTAMIRA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA ---- 598
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA ---- 600
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA ---- 623
COMARCA DE CASTANHAL
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL ---- 646
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL ---- 653
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL ---- 693
SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL ---- 697
COMARCA DE BARCARENA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA ---- 698
COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ ---- 709
COMARCA DE ITAITUBA
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA ---- 711
COMARCA DE REDENÇÃO
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO ---- 713
COMARCA DE DOM ELISEU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE DOM ELISEU ---- 722
COMARCA DE MONTE ALEGRE
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MONTE ALEGRE ---- 728
COMARCA DE JURUTI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JURUTI ---- 729
COMARCA DE ORIXIMINA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA ---- 734
COMARCA DE OBIDOS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OBIDOS ---- 738
COMARCA DE ALENQUER
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ALENQUER ---- 739
COMARCA DE CAPANEMA
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA ---- 741
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE CAPANEMA ---- 742
COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ ---- 743
COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ ---- 746
COMARCA DE MOJÚ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOJÚ ---- 747
COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-MIRI ---- 761
COMARCA DE SANTARÉM NOVO
SECRETARIA VARA ÚNICA DE SANTARÉM NOVO ---- 808
COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA 1ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA ---- 810
SECRETARIA DA 2ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA ---- 813
COMARCA DE GURUPÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GURUPÁ ---- 815
COMARCA DE CURIONÓPOLIS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURIONÓPOLIS ---- 818
COMARCA DE BAIÃO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BAIÃO ---- 819
COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE ---- 820
COMARCA DE BRAGANÇA
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA ---- 821
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA ---- 825
COMARCA DE NOVA TIMBOTEUA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVA TIMBOTEUA ---- 826
COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA ---- 831
COMARCA DE ITUPIRANGA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ITUPIRANGA ---- 837
COMARCA DE PONTA DE PEDRAS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PONTA DE PEDRAS ---- 851
COMARCA DE NOVO REPARTIMENTO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVO REPARTIMENTO ---- 852
COMARCA DE RIO MARIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE RIO MARIA ---- 858
COMARCA DE SOURE
GABINETE DA VARA ÚNICA DE SOURE ---- 859
COMARCA DE PRIMAVERA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA ---- 861
COMARCA DE SANTA LUZIA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA LUZIA DO PARÁ ---- 866
COMARCA DE JACAREACANGA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JACAREACANGA ---- 869
COMARCA DE BREU BRANCO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO ---- 870
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA ---- 876
COMARCA DE PEIXE - BOI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PEIXE - BOI ---- 878
COMARCA DE AUGUSTO CORREA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA ---- 886
COMARCA DE MARAPANIM
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MARAPANIM ---- 891
COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA ---- 892
COMARCA DE NOVO PROGRESSO
SECRETARIA DA VARA CÍVEL DE NOVO PROGRESSO ---- 902
COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO ---- 904
COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ ---- 912
COMARCA DE VIGIA
SECRETARIA DA VARA UNICA DE VIGIA ---- 918
COMARCA DE ELDORADO DOS CARAJÁS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ELDORADO DOS CARAJÁS ---- 919

PRESIDÊNCIA

A Excelentíssima Senhora Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

PORTARIA Nº 3784/2021-GP. Belém-PA, 08 de novembro de 2021.

Instaura Procedimento Geral de Gestão de Precatórios em face do Município de Salinópolis com a finalidade de oportunizar o pagamento ou realizar o sequestro necessário à liquidação dos precatórios nº 007/2019 e 008/2019.

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria nº 1881/2015-GP, que prevê o Procedimento Geral de Gestão de Precatórios, processo administrativo para o sequestro em virtude do não pagamento de precatórios;

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria nº 3963/2017-GP;

CONSIDERANDO o requerimento da parte credora nos Precatórios nº 007/2019 e 008/2019, nos termos do § 6º do art. 100 da Constituição Federal, c/c os arts. 19 e 20 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça,

Art. 1º Instaurar Procedimento Geral de Gestão em face do Município de Salinópolis, em virtude do não pagamento dos precatórios nº 007/2019 e 008/2019, vencidos em 31/12/2020, correspondente à quantia de R$ 1.028.803,84, atualizada até novembro/2021, em consonância com o disposto nos §§ 6º e 12 do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 3789/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o gozo de férias do Juiz de Direito Cristiano Arantes e Silva,

DESIGNAR a Juíza de Direito Lailce Ana Marron da Silva Cardoso, titular da 9ª Vara Cível e Empresarial da Capital, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela UPJ das 12ª a 15ª Varas Cíveis e Empresariais de Belém, no período de 08 a 27 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3798/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o pedido de alteração no período de gozo de férias da Juíza de Direito Giovana de Cássia Santos de Oliveira,

RETIFICAR a Portaria Nº 3690/2021-GP, designando a Juíza de Direito Reijjane Ferreira de Oliveira, titular da 1ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara do Juizado Especial Criminal de Icoaraci, no período de 16 de novembro a 05 de dezembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3799/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o gozo de licença médica do Juiz de Direito Sérgio Augusto Andrade de Lima,

TORNAR SEM EFEITO a Portaria Nº 3685/2021-GP, que designou o Juiz de Direito Sérgio Augusto Andrade de Lima, titular da 12ª Vara Criminal da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 10ª Vara Criminal da Capital, no período de 15 de novembro a 14 de dezembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3800/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o pedido de suspensão de férias, em caráter voluntário, do Juiz de Direito José Jonas Lacerda de Sousa,

TORNAR SEM EFEITO a Portaria Nº 3681/2021-GP, que designou o Juiz de Direito Substituto Italo de Oliveira Cardoso Boaventura, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tucuruí, no período de 03 de novembro a 02 de dezembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3801/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o pedido de cancelamento do gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Haila Haase de Miranda,

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria Nº 3783/2021-GP, que designou o Juiz de Direito Antônio Francisco Gil Barbosa, titular da Comarca de Vigia, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Comarca de Santo Antônio do Tauá, nos dias 10 a 11 de novembro do ano de 2021.

Art. 2º RETIFICAR a Portaria Nº 3693/2021-GP, designando o Juiz de Direito Antônio Francisco Gil Barbosa, titular da Comarca de Vigia, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Comarca de Santo Antônio do Tauá, no dia 16 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3802/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o afastamento funcional do Juiz de Direito Fábio Penezi Póvoa,

DESIGNAR a Juíza de Direito Gildes Maria Silveira Lima, titular da 1ª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 4ª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital, nos dias 09 e 10 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3803/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o pedido de licença médica da Juíza de Direito Leonila Maria de Melo Medeiros,

DESIGNAR o Juiz de Direito Bruno Aurélio Santos Carrijo, titular da Vara Criminal de Redenção, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Redenção, no período de 09 a 17 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3804/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o pedido de cancelamento do gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Caroline Bartolomeu Silva,

TORNAR SEM EFEITO a Portaria Nº 3696/2021-GP, que designou o Juiz de Direito Ênio Maia Saraiva, titular da Comarca de Senador José Porfírio, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Comarca de Vitória do Xingu, no período de 16 a 19 de novembro do ano de 2021.

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 166/2021-CGJ

A Desembargadora **Rosileide Maria da Costa Cunha**, Corregedora Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO o Concurso Público para Outorga de Serventias Vagas de Serviços Notariais e Registrais do Estado do Pará ¿ Edital 01/2015, publicado no Diário de Justiça eletrônico Edição nº 5821/2015, de 17/09/2015, homologado pela Portaria nº 1233/2018-GP, publicada no Diário de Justiça eletrônico Edição nº 6396/2018, de 03/04/2018;

CONSIDERANDO a Audiência Pública de Re-escolha, realizada no dia 03 de fevereiro de 2020, nos termos do Edital nº 1/2020, publicado no DJE nº 6818/2020, de 17 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO o Ato de Outorga (Portaria nº 502/2020-GP, de 3 de fevereiro de 2020, publicado no DJE nº 6830/2018, de 04.02.2020);

CONSIDERANDO o Ato de Investidura (Portaria Conjunta nº 62/2021-CJRMB/CJCI, publicada no DJE de 05.04.2021);

CONSIDERANDO, por fim, a decisão constante nos autos protocolizados sob o nº 0002687-59.2020.2.00.0814;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria de Investidura nº 62/CJRMB/CJC**I,** à Senhora **KARINA HOUAT HARB,** em conformidade com o §3º do art. 28 do Código de Normas do Estado do Pará, para o Cargo de Oficial Titular da Serventia Extrajudicial do Único Ofício da Comarca de Bonito, CNS 06.728-0.

Publique-se, registre-se, Cumpra-se.

Belém, 09 de novembro de 2021.

Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Corregedora Geral de Justiça

PROCESSO Nº 0003626-05.2021.2.00.0814

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR

RECLAMANTE: EDINELSON DA SILVA PEREIRA

ADVOGADOS: FRANCISCO SILVA CARDOSO - OAB/PA 29.215 e CAROLINA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES CARDOSO - OAB/PA 23.620

RECLAMADO: EDILSON FURTADO VIEIRA, JUIZ TITULAR DA 2a VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ANANINDEUA/PA

EMENTA: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE ÍNDICIOS DE VIOLAÇÃO DE DEVERES FUNCIONAIS OU DE IRREGULARIDADE PROCESSUAL. MATÉRIA JURISDICIONAL. ARQUIVAMENTO.

DECIDO.

Analisando os fatos trazidos ao conhecimento desta Corregedoria, vê-se não assistir razão os argumentos exibidos pelo reclamante, primeiramente pelo fato de não se vislumbrar nenhuma irregularidade patrocinada por parte do Magistrado **EDILSON FURTADO VIEIRA**, tendo em vista que todos os atos praticados pelo mesmo na condução do processo nº 0000205-49.2020.2014.8.14.0006, foram revestidos de legalidade, sendo certo que agiu de acordo com os seus deveres funcionais e com o seu convencimento.

Nesse contexto, verifica-se que a reclamação não gira exatamente em torno de irregularidades, até porque a análise dos autos afasta essa hipótese.

A insurgência do reclamante, volta-se contra a decisão proferida pelo magistrado que rejeitou a Queixa-Crime, decisão esta devidamente fundamentada.

Vale lembrar, no entanto, que o inconformismo contra o teor das decisões prolatadas deve ser dirimido no âmbito do processo judicial, por meio do recurso adequado, como ocorreu no caso em tela, tendo em vista que o querelante, ora reclamante, interpôs RECURSO EM SENTIDO ESTRITO, em 04/10/2021, no intuito de reformar a decisão guerreada.

O Douto Conselho Nacional de Justiça já firmou, inclusive, entendimento de que a Reclamação Disciplinar não é meio hábil para discussões de cunho processual, senão vejamos:

¿Recurso Administrativo ¿ Exame de Matéria Jurisdicional ¿ Impossibilidade. 1. A teor do disposto no art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal, cabe ao Conselho Nacional de Justiça ¿o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes¿, não podendo ocorrer a intervenção em conteúdo de decisão judicial. 2. Recurso Administrativo não provido¿. (CNJ ¿ Recurso Administrativo em PP-Pedido de Providências ¿ Corregedoria ¿ 0003108-47.2012.2.00.0000 ¿ Rel. ELIANA CALMON ¿ 151ª Sessão ¿ j. 30/07/2012). (Grifamos)

¿Recurso Administrativo. Reclamação Disciplinar. Matéria Judicial. Ausência de competência deste Conselho Nacional de justiça. Questão judicializada. Matéria jurisdicional. Recurso desprovido

1. Reclamação Disciplinar conclusa ao Gabinete da Corregedoria em 18/06/2014. 2. Uma vez judicializada a questão, não cabe ao CNJ examiná-la, sob pena de imprimir ineficácia à decisão judicial. 3- Na hipótese dos autos é forçoso reconhecer que a irresignação se volta ao exame de matéria jurisdicional. Em tais casos, deve a parte valer-se dos meios recursais próprios, não se cogitando a intervenção deste Conselho. 4. Recurso administrativo desprovido.¿ (CNJ ¿ RA-Recurso Administrativo em RD- Reclamação Disciplinar ¿ 0003751-34.2014.2.00.0000 ¿ Rel. NANCY ANDRIGHI ¿ 202ª Sessão ¿ j. 03/02/2015). (Grifamos)

Frisa-se, novamente, que este Órgão Correcional não detém competência jurisdicional e, como tal, não pode rever ou reformular decisões judiciais proferidas pelos Magistrados no exercício de suas funções.

Diante do exposto, considerando ter se vislumbrado tratar-se de matéria de cunho eminentemente processual, passível de impugnação pelas vias recursais cabíveis, **DETERMINO O ARQUIVAMENTO** da presente reclamação disciplinar, com fulcro no art. 9º, § 2º da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de

Justiça.

Dê-se ciência às partes e ao Conselho Nacional de Justiça.

Utilize-se cópia do presente como ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém, 29 de outubro de 2021.

Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Corregedora Geral de Justiça

Processo nº 0002253-70.2020.200.0814

DESPACHO/OFÍCIO. Retornam os presentes autos a este Gabinete com a resposta do Dr. Maurício Fábio Martins de Souza, Gerente de Perícias de Comparação/CPC, em exercício ID nº 752972. É o relatório. Diante do exposto, expeça-se ofício ao Juízo da 2ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém, encaminhando cópia do documento ID nº 752972, para ciência. Após, arquive-se o presente expediente. Belém, data registrada no sistema. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA.** Desembargadora Corregedora Geral de Justiça do Pará

PROCESSO Nº 0001507-71.2021.2.00.0814

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

REQUERENTE: JONAS MOURA DOS SANTOS

ADVOGADO: BALTAZAR TAVARES SOBRINHO (OAB/PA 7.815)

REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IRITUIA/PA. DECISÃO: Cuida-se de Pedido de Providências formulado por JONAS MOURA DOS SANTOS, por intermédio de seu advogado, Dr. Baltazar Tavares Sobrinho, perante esta Corregedoria de Justiça, em desfavor do JUÍZO DA VARA ÚNICA DE IRITUIA/PA, requerendo informações acerca do Processo nº 0000001-76.2012.8.14.0023 para que possa acompanhar a sua tramitação regular. Relata que sofreu uma Ação Possessória, onde logrou vencedor, tendo ocorrido o transito em julgado da Decisão proferida, razão pela qual pediu o seu cumprimento, o que foi indeferido pelo Juízo de piso. Deste modo, diante de tal situação interpôs Recurso de Apelação, *¿que foi enviado ao 2º Grau em 02/09/2020, sem que até o momento se saiba a que desembargador foi distribuído.¿* Instado a se manifestar, o Juízo requerido, por meio do Magistrado ERICHSON ALVES PINTO, manifestou-se, informando: ¿(...) que os autos em questão, que originaram esse expediente administrativo, foram localizados na serventia e se dará o impulso processual devido.¿ Desse modo, em decisão proferida em 27/05/2021, este Órgão Correcional recomendou ao Juízo requerido que garantisse a celeridade processual estabelecida pela Constituição Federal e determinou o acautelamento dos autos em Secretaria pelo prazo de 30 (trinta) dias, a fim de monitorar o andamento do

processo judicial. Findo o prazo de acautelamento, voltaram os autos conclusos a esta Corregedora de Justiça que, então, solicitou novas informações ao requerido, acerca do andamento do processo em questão. Instado novamente a manifestar-se, o Juízo requerido reiterou a manifestação anterior e informou que os autos estão em regular tramitação. **É o Relatório. DECIDO.** Analisando detidamente o objeto dos presentes autos, percebe-se que atualmente cinge-se à regular tramitação do processo n.º 0000001-76.2012.8.14.0023. Consoante às informações prestadas pelo Juízo requerido, aliadas às colhidas por meio do Sistema PJE, observo que a providência solicitada foi atendida, tendo em vista que os autos do Processo n.º 0000001-76.2012.8.14.0023 foram localizados na serventia e encaminhados à instância superior em 16/07/2021 (Movimento 123) para o devido processamento e apreciação do Recurso de Apelação interposto, tendo como Relator o Desembargador Amilcar Roberto Bezerra Guimarães, integrante da 2ª Turma de Direito Privado. Diante de todo o exposto, considerando não haver a princípio qualquer outra medida a ser adotada por este Órgão Correcional, **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO** dos presentes autos de pedido de providências. Dê-se ciência às partes. Utilize-se cópia do presente como ofício. À Secretaria para os devidos fins. Belém (PA), 05/10/2021. **Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA,** *Corregedora-Geral de Justiça.*

COORDENADORIA DOS PRECATÓRIOS

PRECATÓRIO nº 011/2019

PROCESSO DE ORIGEM nº 0034885-58.2014.8.14.0301

CREDOR(A): Hiroshi Okawa

ADVOGADO(A): Ione Arrais Oliveira (OAB/PA nº 3609)

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR GERAL: Ricardo Nassr Sefer ¿ OAB/PA Nº 14800

DESPACHO

Intimem-se as partes, a começar pelo(a) credor(a), para se manifestarem no prazo de oito dias sobre o **percentual de 25% de deságio legal** para liquidação do crédito por acordo, conforme cálculos de fl.89/90, uma vez que no requerimento de fl.84 consta o percentual de 20%.

Transcorrido o prazo, junte-se e/ou certifique-se a ocorrência, observando-se, no mais, a decisão de fl.95.

Na hipótese de impugnação aos cálculos, retornem-me os autos conclusos.

Provisione-se o crédito (art.32 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça).

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência do TJPA

Coordenadoria de Precatórios (CPREC)

Portaria nº 624/2021-GP

PRECATÓRIO nº 012/2019

PROCESSO DE ORIGEM nº 0034885-58.2014.8.14.0301

CREDOR(A): Anídio Moutinho da Conceição

ADVOGADO(A): Ione Arrais Oliveira (OAB/PA nº 3609)

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR GERAL: Ricardo Nassr Sefer ¿ OAB/PA Nº 14800

DESPACHO

Intimem-se as partes, a começar pelo(a) credor(a), para se manifestarem no prazo de oito dias sobre o **percentual de 25% de deságio legal** para liquidação do crédito por acordo, conforme cálculos de fl.82/83, uma vez que no requerimento de fl.77 consta o percentual de 20%.

Transcorrido o prazo, junte-se e/ou certifique-se a ocorrência, observando-se, no mais, a decisão de fl.88.

Na hipótese de impugnação aos cálculos, retornem-me os autos conclusos.

Provisione-se o crédito (art.32 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça).

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência do TJPA

Coordenadoria de Precatórios (CPREC)

Portaria nº 624/2021-GP

PRECATÓRIO nº 015/2019

PROCESSO DE ORIGEM nº 0034885-58.2014.8.14.0301

CREDOR(A): Ruy Guilherme Vinagre Klautau

ADVOGADO(A): Ione Arrais Oliveira (OAB/PA nº 3609)

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR GERAL: Ricardo Nassr Sefer ¿ OAB/PA Nº 14800

DESPACHO

Intimem-se as partes, a começar pelo(a) credor(a), para se manifestarem no prazo de oito dias sobre o **percentual de 25% de deságio legal** para liquidação do crédito por acordo, conforme cálculos de fl.59/60, uma vez que no requerimento de fl.54 consta o percentual de 20%.

Transcorrido o prazo, junte-se e/ou certifique-se a ocorrência, observando-se, no mais, a decisão de fl.64.

Na hipótese de impugnação aos cálculos, retornem-me os autos conclusos.

Provisione-se o crédito (art.32 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça).

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência do TJPA

Coordenadoria de Precatórios (CPREC)

Portaria nº 624/2021-GP

PRECATÓRIO nº 017/2019

PROCESSO DE ORIGEM nº 0034885-58.2014.8.14.0301

CREDOR(A): Domingos Sávio Caldas Souza

ADVOGADO(A): Ione Arrais Oliveira (OAB/PA nº 3609)

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR GERAL: Ricardo Nassr Sefer ¿ OAB/PA Nº 14800

DESPACHO

Intimem-se as partes, a começar pelo(a) credor(a), para se manifestarem no prazo de oito dias sobre o **percentual de 25% de deságio legal** para liquidação do crédito por acordo, conforme cálculos de fl.59, uma vez que no requerimento de fl.54 consta o percentual de 20%.

Transcorrido o prazo, junte-se e/ou certifique-se a ocorrência, observando-se, no mais, a decisão de fl.63.

Na hipótese de impugnação aos cálculos, retornem-me os autos conclusos.

Provisione-se o crédito (art.32 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça).

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência do TJPA

Coordenadoria de Precatórios (CPREC)

Portaria nº 624/2021-GP

PRECATÓRIO Nº 072/2008

PROCESSO DE ORIGEM Nº 1999.1.021972-1 (0014953-37.1999.8.14.0301)

PARTE CREDORA: MARIA IRACEMA DE CARVALHO BARROS E OUTROS

ADVOGADO(A): POJUCAN TAVARES ADVOCACIA S/S, OSWALDO POJUCAN TAVARES JÚNIOR (OAB/PA Nº 1.392) E POLLYANA DO CARMO SARMANHO TAVARES (OAB/PA Nº 24.072)

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER (OAB/PA Nº 14.800)

DESPACHO

Certifiquem-se quais credores(as) já foram pagos(as), atentando-se para a manifestação de fl. 629.

Havendo credores(as) que ainda não foram pagos(as), **certifique-se** também se os valores a eles devidos foram provisionados, e se esses eventuais provisionamentos se deram em montante suficiente para liquidar os créditos pendentes de pagamento, apontando-se os(as) respectivos(as) credores(as), bem como os saldos atualizados das subcontas em que se deram os provisionamentos e os tributos eventualmente incidentes sobre tais créditos, em conformidade com o disposto no art. 35 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça.

Caso haja valores provisionados, e eles **não sejam suficientes** para pagar os créditos ainda não liquidados, voltem-me os autos conclusos.

Existindo provisionamentos de quantias em montantes **suficientes** para pagamento dos débitos ainda não liquidados, **intimem-se os(as) credores(as)** ainda não pagos(as), **por meio dos(as) seus(suas) advogados(as)**, para, no prazo de oito dias, querendo:

(1) manifestarem-se sobre os valores apurados;

(2) juntarem cópia de documento pessoal de identidade e CPF;

(3) informarem seus dados bancários para transferência dos valores não pagos;

(4) informarem se autorizam que o valor das custas de expedição de alvará eletrônico de transferência seja deduzido do montante líquido a ser pago; e

(5) providenciarem junto ao juízo da execução a sucessão processual dos(as) credores(as) eventualmente falecidos(as) (art.32, §5º, da Resolução CNJ nº 303/2019), com a consequente retificação do ofício precatório, no qual deverá constar como parte credora o espólio ou os(as) sucessores(as) dos(as) falecidos(as).

Intime-se, outrossim, o ente devedor para, no prazo sucessivo de oito dias, querendo, manifestar-se acerca das informações prestadas, especialmente sobre os créditos apurados.

Mantenham-se os provisionamentos dos créditos pendentes de pagamento.

Satisfeito o disposto nos parágrafos anteriores, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021.

Leonardo de Farias Duarte

juiz auxiliar da Presidência designado para a

Coordenadoria de Precatórios ¿ TJPA (Portaria nº. 624/2021-GP)

PRECATÓRIO Nº 214/2004

PROCESSO DE ORIGEM Nº 2003.1.0116105

PARTE CREDORA: ALZIRA DIAS SANTOS E OUTROS

ADVOGADO(A): OSWALDO POJUCAN TAVARES JÚNIOR (OAB/PA Nº 1392) E POLLYANA DO CARMO SARMANHO TAVARES (OAB/PA Nº 24072)

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER (OAB/PA Nº 14.800)

DESPACHO

Indefiro o pedido de fl. 516, uma vez que o valor devido à Domingas Rodrigues de Mendonça já foi pago, conforme informação de fls. 527-528.

Certifiquem-se quais credores(as) já foram pagos(as).

Certifique-se também se os provisionamentos realizados são suficientes para pagar os valores devidos aos credores que ainda não receberam, apontando-se os respectivos titulares e os tributos eventualmente incidentes sobre tais créditos, em conformidade com o disposto no art. 35 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça.

Caso os valores provisionados não sejam suficientes para pagar os créditos ainda não liquidados, voltem-me os autos conclusos.

Caso contrário, **intimem-se os(as) credores(as)** ainda não pagos(as), **por meio dos(as) seus(suas) advogados(as)**, para, no prazo de oito dias, querendo:

(1) manifestarem-se sobre os valores apurados;

(2) juntarem cópia de documento pessoal de identidade e CPF;

(3) informarem seus dados bancários para transferência dos valores não pagos;

(4) informarem se autorizam que o valor das custas de expedição de alvará eletrônico de transferência seja deduzido do montante líquido a ser pago; e

(5) providenciarem junto ao juízo da execução a sucessão processual dos(as) credores(as) falecidos(as) (art.32, §5º, da Resolução CNJ nº 303/2019), com a posterior retificação do ofício precatório, no qual deverá constar como parte credora o espólio ou os(as) sucessores(as) dos(as) falecidos(as).

Intime-se outrossim o **Estado do Pará** para, no prazo sucessivo de oito dias, querendo, manifestar-se acerca das informações prestadas, especialmente sobre os valores apurados.

Mantenham-se os créditos provisionados.

Satisfeito o disposto nos parágrafos anteriores, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Belém-PA, 08 de novembro de 2021.

Leonardo de Farias Duarte

juiz auxiliar da Presidência designado para a

Coordenadoria de Precatórios ¿ TJPA (Portaria nº. 624/2021-GP)

PRECATÓRIO Nº 017/2002

PROCESSO DE ORIGEM Nº 1997108083 (APENSO 1999131103-12)

PARTE CREDORA: HOMERO FORTUNATO DA SILVA E OUTROS

ADVOGADO(A): ALBANO HENRIQUES MARTINS JÚNIOR (OAB/PA Nº 6.324)

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER (OAB/PA Nº 14.800)

DESPACHO

Renumerem-se corretamente os autos, especialmente a partir da fl. 335.

Certifiquem-se quais credores(as) já foram pagos(as), atentando-se para os documentos de fls. 177-178, 281-295 e 335.

Na hipótese de haver credores(as) que ainda não foram pagos(as), **certifique-se** também se os valores a eles devidos foram provisionados, e se esses eventuais provisionamentos se deram em montante suficiente para liquidar os créditos eventualmente pendentes de pagamento, apontando-se os(as) respectivos(as) credores(as).

Caso haja valores provisionados, e eles **não sejam suficientes** para pagar os créditos ainda não liquidados, voltem-me os autos conclusos.

Havendo provisionamento de quantia em montante **suficiente** para pagar os débitos ainda não liquidados, atualizem-se os créditos devidos, com os juros e os tributos eventualmente incidentes (art. 35 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça), considerando a remuneração da subconta em que se deu o provisionamento. Em seguida, **intimem-se os(as) credores(as)** ainda não pagos(as), **por meio dos(as) seus(suas) advogados(as)**, para, no prazo de oito dias, querendo:

(1) manifestarem-se sobre os valores apurados;

(2) juntarem cópia de documento pessoal de identidade e CPF;

(3) informarem seus dados bancários para transferência dos valores não pagos;

(4) informarem se autorizam que o valor das custas de expedição de alvará eletrônico de transferência seja deduzido do montante líquido a ser pago; e

(5) providenciarem junto ao juízo da execução a sucessão processual dos(as) credores(as) falecidos(as) (art.32, §5º, da Resolução CNJ nº 303/2019), com a posterior retificação do ofício precatório, no qual deverá constar como parte credora o espólio ou os(as) sucessores(as) dos(as) falecidos(as).

Existindo crédito ainda pendente de pagamento, **intime-se**, outrossim, o ente devedor para, no prazo sucessivo de oito dias, querendo, manifestar-se acerca das informações prestadas, especialmente sobre os créditos apurados.

Mantenham-se os eventuais provisionamentos dos valores porventura pendentes de pagamento.

Satisfeito o disposto nos parágrafos anteriores, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021.

Leonardo de Farias Duarte

juiz auxiliar da Presidência designado para a

Coordenadoria de Precatórios ¿ TJPA (Portaria nº. 624/2021-GP)

PRECATÓRIO nº 032/2017

PROCESSO DE ORIGEM nº 0015935-90.2009.8.14.0301

CREDOR(A): Luiz Eduardo Cobra Meda

ADVOGADO(A): Pojucan Tavares Advocacia S/S, Oswaldo Pojucan Tavares Júnior (OAB/PA nº 1392), Pollyana do Carmo Sarmanho Tavares (OAB/PA nº 24072)

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR GERAL: Ricardo Nassr Sefer ¿ OAB/PA Nº 14800

DESPACHO

Cumpra-se a decisão de fl.128 quanto à **expedição de ofício ao(a) relator(a) da ação rescisória** (processo nº **0805072-41.2018**.8.14.0000), solicitando informação sobre eventual decisão que possa repercutir neste precatório, que está em fase de pagamento e liquidação por ordem cronológica de inscrição. **Com ofício** a ser expedido, junte-se **cópia do documento de fl.130**.

Atendida a providência determinada no parágrafo anterior, **voltem-me os autos conclusos.**

Mantenha-se o **crédito provisionado** (fl.129).

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência do TJPA

Coordenadoria de Precatórios (CPREC)

Portaria nº 624/2021-GP

PRECATÓRIO nº 033/2017

PROCESSO DE ORIGEM nº 0015935-90.2009.8.14.0301

CREDOR(A): Fábio Começanha de Lima

ADVOGADO(A): Pojucan Tavares Advocacia S/S

Oswaldo Pojucan Tavares Júnior ¿ OAB/PA nº 1392

Pollyana do Carmo Sarmanho Tavares ¿ OAB/PA nº 24072

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR GERAL: Ricardo Nassr Sefer ¿ OAB/PA Nº 14800

DESPACHO

Oficie-se novamente ao(a) relator(a) da ação rescisória (processo nº **0805072-41.2018**.8.14.0000), solicitando informação sobre eventual decisão que possa repercutir neste precatório, que está em fase de pagamento e liquidação por ordem cronológica de inscrição, **conforme determinado na decisão de fl.131**. Com ofício a ser expedido, junte-se cópia do documento de fl.130.

Atendida a providência determinada no parágrafo anterior, **voltem-me os autos conclusos.**

Mantenha-se o **crédito provisionado** (fl.136).

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência do TJPA

Coordenadoria de Precatórios (CPREC)

Portaria nº 624/2021-GP

PRECATÓRIO nº: 059/2021

PROCESSO DE ORIGEM: nº 0805222-85.2019.814.0000

CREDOR(A): Maury Mascotte Marques

BENEFICIÁRIOS: Barreto & Costa Advogados Associados

Ronaldo Costa Advocacia s/s

ADVOGADO(A): Ronaldo Sérgio Abreu da Costa ¿ OAB/PA nº 6795

Sávio Barreto Lacerda Lima ¿ OAB/PA nº 11003

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADORIA: Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA nº. 14.800

DECISÃO

Trata-se de requerimento da parte credora para pagamento de parcela superpreferencial por implemento de idade igual/superior a 60 (sessenta) anos (fl.199), instruído com documentos (fl.200).

No parecer técnico do serviço de cálculos (fls. 213/217), foi assentada a inexistência de pagamento anterior sob a mesma modalidade, a disponibilidade de recursos pelo ente devedor, o valor líquido devido e as retenções/recolhimentos legais incidentes sobre o crédito requisitado.

Conforme manifestação de fl.218, o crédito requisitado possui natureza alimentar e a parte credora preenche o requisito para a modalidade superpreferencial, em conformidade com o previsto no art.100, §2º, da Constituição Federal, arts. 11, inc. I, e 74 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça, e art.5º, §1º, inciso II, da Portaria nº.2239/2011-GP, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Sendo assim, **intimem-se**

(1) a parte credora e/ou beneficiária, para, querendo, no prazo de 08 (oito) dias, se manifestarem sobre os cálculos de fls.213/2017, devendo, ainda, apresentarem documentos pessoais (RG ou CNPJ e CPF) e seus dados bancários para depósito do crédito e informar se autorizam a dedução do montante das custas de expedição de alvará eletrônico ou se preferem pagá-las por conta própria; e

(2) o ente devedor para, querendo, sucessivamente no prazo de 08 (oito) dias (art. 9º, §2º, da Resolução CNJ 303/2019), manifestar-se sobre a pretensão formulada, assim como sobre o parecer técnico do serviço de cálculos (fls.213/217).

Transcorrido o prazo, e **não havendo impugnação**, junte-se e/ou certifique-se o ocorrido. Neste caso, e diante do que dispõe o art.100, §2º, da Constituição da República/1988, art.74, da Resolução nº 303/2019-CNJ c/c art.5º, §1º, inciso II, da Portaria nº 2239/2011-GP/TJPA, **defiro o pedido** de pagamento de parcela superpreferencial por idade e doença grave à **parte credora/requerente MAURY MASCOTTE MARQUES**, assim como às partes **beneficiárias BARRETO & COSTA ADVOGADOS ASSOCIADOS** e **RONALDO COSTA ADVOCACIA S/S,** a título de honorários contratuais destacados no percentual informado na forma prevista no art.102-ADCT/CF-1988, conforme parecer técnico do serviço de cálculos.

Apresentados os dados informativos das partes credora e/ou beneficiária referentes à documentação pessoal (RG e CPF ou, conforme o caso, CNPJ) e bancária (banco, conta corrente/poupança e dígito verificador), remetam-se os autos **ao serviço de análise de processos** para que **providencie o pagamento** via transferência eletrônica (alvará/Sistema SDJ) da quantia correspondente.

Efetuadas as operações financeiras, e havendo liquidação da dívida, dê-se ciência ao juízo da execução e arquivem-se os autos, realizando-se os necessários registros e baixas no sistema. Caso não ocorra a liquidação do crédito, aguarde-se a vez para pagamento, conforme ordem cronológica.

Comunique-se à Receita Federal, nos termos da cooperação técnica nº.01/2017.

Na **hipótese de impugnação** aos cálculos, façam-me os autos **conclusos**.

Publique-se.

Belém-PA, 08 de novembro de 2021

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência TJPA

Coordenadoria de Precatórios CPREC

Portaria nº. 624/2021-GP

SECRETARIA JUDICIÁRIA

PORTARIA Nº 110/2021-SJ. A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 27ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 21/10/2020, **RESOLVE: NOMEAR**, de acordo com o art. 93, inciso I, da Constituição Federal de 1988, combinado com o art. 151, inciso I, da Constituição Estadual do Pará e nos termos da Lei nº 5.008/1981 (Código Judiciário do Estado do Pará), o Bacharel **ÍTALO GUSTAVO TAVARES NICÁCIO**, para o exercer o cargo de Juiz de Direito Substituto do Estado do Pará, em virtude de aprovação em concurso público. Cumpra- se. Registre-se. Publique-se. Belém, 9 de novembro de 2021. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIR**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 111/2021-SJ. A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 27ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 21/10/2020, **RESOLVE: NOMEAR**, de acordo com o art. 93, inciso I, da Constituição Federal de 1988, combinado com o art. 151, inciso I, da Constituição Estadual do Pará e nos termos da Lei nº 5.008/1981 (Código Judiciário do Estado do Pará), o Bacharel **ROMEU DA CUNHA GOMES**, para o exercer o cargo de Juiz de Direito Substituto do Estado do Pará, em virtude de aprovação em concurso público. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 9 de novembro de 2021. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Faço público a quem interessar possa que, para **a Sessão Ordinária da Seção de Direito Privado ¿ PJE- por Vídeo Conferência**, a realizar-se no dia **18 de Novembro de 2021**, às 09h30, foi pautado pelo Exmo. Sr. Des. RICARDO FERREIRA NUNES, Presidente da Seção, o seguinte feito para julgamento:

Ordem : 01 **Processo** : **0002343-12.2017.8.14.0000: AÇÃO RESCISÓRIA**

POLO ATIVO AUTOR : EDSON GABRIEL OLIVEIRA HAGE DE CASTRO

AUTOR : RITA JHEINY QUARESMA DE OLIVEIRA

ADVOGADO : CARLOS JOSE AMORIM DA SILVA - (OAB PA14498-A)

POLO PASSIVO REU : HOSPITAL E MATERNIDADE SAUDE DA CRIANCA LTDA

ADVOGADO : EUGEN BARBOSA ERICHSEN - (OAB PA18938-A)

ADVOGADO : MANUEL ALBINO RIBEIRO DE AZEVEDO JUNIOR - (OAB PA23221-A)

ADVOGADO : JOAO PAULO DE KOS MIRANDA SIQUEIRA - (OAB PA19044-A)

REU : LIA DA COSTA AFFONSO

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE : PARA MINISTERIO PUBLICO - CNPJ: 05.054.960/0001-58 (FISCAL DA LEI)

PROCURADORIA : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Relator(a) : Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ

ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

(EM VIDEOCONFERÊNCIA) REALIZADA EM 8/11/2021

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, havendo quórum legal, o Presidente da Turma, Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR, declarou, às 9h15min, aberta a 37ª Sessão Ordinária da 1ª Turma de Direito Privado, realizada por Videoconferência. Presentes os Exmos. Desembargadores: LEONARDO DE NORONHA TAVARES, MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO e MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE e o Exmo. Procurador de Justiça MARIO NONATO FALANGOLA. Ausência justificada do Exmo. Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. O Presidente saudou a todos, desejando uma semana abençoada. Colocada em aprovação a ata da sessão anterior (36ª Sessão Ordinária por Videoconferência), foi aprovada, por unanimidade, pela Turma, iniciando os trabalhos na seguinte ordem:

PALAVRA FACULTADA

O Exmo. Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES solicitou à Presidência da 1ª Turma de Direito Privado que, juntamente com a Presidência da 2ª Turma de Direito Privado, deliberassem acerca dos requisitos do requerimento de sustentação oral contidos na Portaria Conjunta nº 1/2020-GP-VP-CGJ para os feitos pautados para as sessões por videoconferência.

PROCESSOS JUDICIAIS PAUTADOS

Ordem 001

Processo nº 0804349-17.2021.8.14.0000

Classe Judicial: Agravo de Instrumento

Relator: Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES

Agravante: Carlindo Euzebio Bogea Mendes Junior

Advogado Carlindo Euzebio Bogea Mendes Junior (OAB/PA nº 18155-A)

Agravada: Rosimeire Santos Araújo

Defensoria Pública do Estado do Pará

Turma julgadora: Des. LEONARDO NORONHA TAVARES, Desa. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO e Desa. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

Julgamento presidido pelo Exmo. Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR.

Decisão: A Turma Julgadora, à unanimidade de votos, conhece do recurso para dar provimento, nos termos do voto do Eminente Relator.

Ordem 002

Processo nº 0026486-50.2008.8.14.0301

Classe judicial: Apelação

Relator: Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES

Apelante: União Norte Brasileira de Educação e Cultura

Advogado Tito Eduardo Valente do Couto (OAB/PA nº 5596-A)

Advogado Nelson Adson Almeida do Amaral (OAB/PA nº 7203)

Apelante: Colegio Marista Nossa Senhora de Nazaré

Advogado Nelson Adson Almeida do Amaral (OAB/PA nº 7203)

Advogado Tito Eduardo Valente do Couto (OAB/PA nº 5596-A)

Apelado: Jade Fontelles de Lima Santos

Advogado Giselle Medeiros de Parijos (OAB/PA n º PA18456-A)

Advogado Joao Jorge Hage Neto (OAB/PA nº 5916-A)

Apelado: Jose Cleber Nascimento dos Santos

Advogado Joao Jorge Hage Neto (OAB/PA nº 5916-A)

Advogado Celso Felipe Pimenta Pinto (OAB PA nº 772-A)

Turma julgadora: Des. LEONARDO NORONHA TAVARES, Desa. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO e Desa. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE.

Sustentação oral realizada pela apelante ¿ Adv. Nelson Adson Almeida do Amaral (OAB/PA nº 7203)

Julgamento presidido pelo Exmo. Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR.

Decisão: A Turma Julgadora, à unanimidade de votos, conhece do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Eminente Relator.

Ordem 003

Processo nº 0525659-98.2016.8.14.0301

Classe judicial: Apelação

Relatora: Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

Apelante: Shopping Center Modelo S.A

Advogado Thiago Barbosa Bastos Rezende (OAB/PA nº 21442-A)

Advogado Thiago Araujo Pinheiro Mendes (OAB/PA nº 21029-A)

Advogado Roberto Tamer Xerfan Junior (OAB/PA nº 9117-A)

Apelante: Shopping Center Parica S.A

Advogado Thiago Barbosa Bastos Rezende (OAB/PA nº 21442-A)

Advogado Thiago Araujo Pinheiro Mendes (OAB/PA nº 21029-A)

Advogado Roberto Tamer Xerfan Junior (OAB/PA nº 9117-A)

Apelante: MB Capital Investimentos e Participações LTDA

Advogado Thiago Barbosa Bastos Rezende (OAB/PA nº 21442-A)

Advogado Thiago Araujo Pinheiro Mendes (OAB/PA nº 21029-A)

Apelado: MPC Construcao e Engenharia LTDA

Advogado Leandro Madeira Bernardo (OAB/SP nº 183414)

Advogado Daniel Dorsi Pereira (OAB/SP nº 206649-A)

Turma julgadora: Desa. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO, Desa. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE e Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR.

Sustentação oral realizada pelo apelante ¿ Adv. Roberto Tamer Xerfan Junior (OAB/PA nº 9117-A)

Julgamento presidido pelo Exmo. Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR.

Decisão: Adiado em razão do pedido de vista da Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE.

Ordem 004

Processo nº 0001309-74.2014.8.14.0301

Classe judicial: Agravo Interno em Apelação

Relatora: Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

Impedimento/Suspeição Desembargadora Maria do Céo Maciel Coutinho

Agravante/Apelante/Apelado Real Engenharia e Comercio LTDA

Advogado Roland Raad Massoud (OAB/PA nº 5192-A)

Agravado/Apelante/Apelado Evandro Coelho

Advogado Jose Otavio Teixeira da Fonseca (OAB/PA nº 4375-A)

Agravado/Apelante/Apelado Maria da Consolação Carneiro Coelho

Advogado Jose Otavio Teixeira da Fonseca (OAB/PA nº 4375-A)

Turma Julgadora: Desa. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA e Des. LEONARDO NORONHA TAVARES.

Julgamento presidido pelo Exmo. Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior.

Decisão: A Turma Julgadora, à unanimidade de votos, conhece do recurso para negar provimento, nos termos do voto da Eminente Relatora.

Ordem 005

Processo nº 0007965-50.2016.8.14.0051

Classe judicial: Agravo Interno em Apelação

Relatora: Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

Agravante/Apelante Banco Bradesco Financiamentos S.A

Advogado Carlos Gondim Neves Braga (OAB/PA nº 14305-A)

Advogado Evander Fontenele de Aquino (OAB/PA nº 24804-A)

Agravado/Apelado Adson Bonfim Santana

Advogado Wayllon Rafael da Silva Costa (OAB/PA nº 18255-A)

Advogado Igor Faria Fonseca (OAB/PA nº 13226-A)

Turma Julgadora: Desa. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA e Des. LEONARDO NORONHA TAVARES.

Julgamento presidido pelo Exmo. Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior.

Decisão: A Turma Julgadora, à unanimidade de votos, conhece do recurso para negar provimento, nos termos do voto da Eminente Relatora.

Ordem 006

Processo nº 0017328-63.2011.8.14.0301

Classe judicial: Apelação

Relator: Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR

Apelante Jorge Veiga dos Santos

Advogada Simone do Socorro Pessoa Vilas Boas (OAB/PA nº 8104-A)

Advogado Clayton Dawson de Melo Ferreira (OAB/PA nº 14840-A)

Apelado Glauce do Socorro Sodre Nascimento

Advogado Emilia de Fatima da Silva Farinha (OAB/PA nº 5636-A)

Advogado Lilian Cristina Campos Neves dos Santos (OAB/PA nº 8734-A)

Turma Julgadora: Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA, Des. LEONARDO NORONHA TAVARES e Desa. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO.

Julgamento presidido pelo Exmo. Des. Leonardo de Noronha Tavares.

Decisão: A Turma Julgadora, à unanimidade de votos, conhece do recurso para negar provimento, nos termos do voto do Eminente Relator.

E como, nada mais houvesse, foi encerrada a Sessão às 10h41min, lavrando eu, Felipe Wanderley Matos de Abreu, Secretário da 1ª Turma de Direito Privado, a presente Ata.

Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR

Presidente da 1ª Turma de Direito Privado

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ATA DA SESSÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA REALIZADA EM 08/11/2021

1ª Turma de Direito Público

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, Às 09h41min, havendo quórum legal, cumprimentando a todos e invocando a proteção de Deus, a Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, declarou aberta a 37ª Sessão Ordinária por Vídeoconferência da 1ª Turma de Direito Público do TJEPa, e colocou para aprovação da ata e resenha da sessão anterior, que no silêncio foi aprovada, em seguida facultou a palavra, a Desembargadora Ezilda Mutran pediu a palavra, para em prece pedir a proteção de Deus para a semana que se inicia, que Ele esteja sempre ao nosso lado, que nesta semana sejamos guiados pelo Espírito Santo. Retomando a palavra, a Desembargadora Presidente agradeceu a presença do Dr Amilcar Guimarães e Dr José Torquato Araújo Alencar, que atenderam a convocação para virem compor a Turma, ante a ausência justifica do Desembargador Roberto Moura, que está em gozo de licença, e não havendo quem mais quisesse fazer uso da palavra, deu-se início ao julgamento dos feitos, a começar pelos feitos com pedidos de sustentação oral.

Processos Julgados

: 003

: 0805282-24.2020.8.14.0000

: AGRAVO DE INSTRUMENTO

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

: VALE S.A.

: GABRIELA DE SOUZA MENDES e outros

: ESTADO DO PARÁ

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

Decisão: A Turma Julgadora, à unanimidade de votos, conhece do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Eminente Relatora. O julgamento foi presidido pela Exma Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira.

Turma Julgadora: AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES, EZILDA PASTANA MUTRAN e JOSE TORQUATO ARAUJO DE ALENCAR

: 009

: 0802884-84.2020.8.14.0039

: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

: RODOCERTA TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA

: SERGIO CARLOS DE OLIVEIRA

: DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - Célio Cal Monteiro e outros (1)

: PARA MINISTERIO PUBLICO

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

Decisão: A Turma Julgadora, à unanimidade de votos, conhece do recurso para negar-lhe provimento e, em remessa necessária, sentença confirmada, nos termos do voto da Eminente Relatora. O julgamento foi presidido pela Exma Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira.

Turma Julgadora: EZILDA PASTANA MUTRAN, AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES E MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA.

: 012

: 0801866-64.2019.8.14.0006

: APELAÇÃO CÍVEL

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

: ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUCAO INTERNACIONAL S.A.

: EDUARDA GOUVEIA COSTA TUPIASSU e outros

: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA e outros (1)

: PARA MINISTERIO PUBLICO

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

Decisão: A Turma Julgadora, à unanimidade de votos, conhece do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto da Eminente Relatora. O julgamento foi presidido pela Exma Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira.

Turma Julgadora: EZILDA PASTANA MUTRAN, AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES E JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

: 016

: 0803847-90.2019.8.14.0051

: APELAÇÃO CÍVEL

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

: Estado do Pará

: SUPERDEL EIRELI

: LAYANNA HYLDA FARIAS DO VALE CALDERARO MARTINS BARBOSA e outros

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

Decisão: A Turma Julgadora, à unanimidade de votos, conhece do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto da Eminente Desembargadora Elvina Gemaque, Vistora. O julgamento foi presidido pelo Exmo Juiz de Direito Convocado Dr Amilcar Guimarães.

Turma Julgadora: EZILDA PASTANA MUTRAN, AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES E MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA.

: 017

: 0800329-96.2021.8.14.0027

: APELAÇÃO CÍVEL

: Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

: EDUARDO TAVARES DA SILVA

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

: Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

Decisão: A Turma Julgadora, à unanimidade de votos, conhece do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Eminente Relatora. O julgamento foi presidido pelo Exmo Juiz de Direito Convocado Dr Amilcar Guimarães.

Turma Julgadora: EZILDA PASTANA MUTRAN, AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES E MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA.

Processos Retirados de Julgamento

: 001

: 0810726-38.2020.8.14.0000

: AGRAVO DE INSTRUMENTO

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

: PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR

: BRUNO DE FREITAS SILVA

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

: 002

: 0800283-91.2021.8.14.0000

: AGRAVO DE INSTRUMENTO

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

: ISAIAS JOSE SILVA OLIVEIRA NETO

: BRENDA DA SILVA ASSIS ARAUJO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

: 011

: 0002028-87.2013.8.14.0011

: APELAÇÃO CÍVEL

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

: J.D.S.B.

: BENEDITO GABRIEL MONTEIRO DE SOUZA e outros

: MUNICIPIO DE CACHOEIRA DO ARARI e outros (1)

: ANTONIO MOTA DE OLIVEIRA JUNIOR

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

: 015

: 0000267-60.2009.8.14.0011

: APELAÇÃO CÍVEL

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

: ANTONIO CARLOS CHALU PACHECO

: ALEX PINHEIRO CENTENO e outros

: MUNICIPIO DE CACHOEIRA DO ARARI

: ANTONIO MOTA DE OLIVEIRA JUNIOR

: PARA MINISTERIO PUBLICO e outros

Processos Adiados

: 004

: 0800089-91.2021.8.14.0000

: AGRAVO DE INSTRUMENTO

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AMAZONIA - ABRADESA

: CLEBIA DE SOUSA COSTA

: EMPRESA DE PESQUISAS TECNICAS - EIRELI

: REBEKA GOMES MONTEIRO DO NASCIMENTO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

: 005

: 0803900-30.2019.8.14.0000

: AGRAVO DE INSTRUMENTO

: Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

: MARISA LOJAS S.A.

: CESAR ROBERTO

: ESTADO DO PARÁ

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

: 006

: 0020337-38.2008.8.14.0301

: AGRAVO DE INSTRUMENTO

: Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

: NILSON REBONATTO

: PEDRO BENTES PINHEIRO NETO

: MUNICIPIO DE BELEM

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

: 007

: 0809623-30.2019.8.14.0000

: AGRAVO DE INSTRUMENTO

: Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

: CARGILL AGRICOLA S A

: MATEUS DA COSTA MARQUES e outros

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

: 008

: 0804753-05.2020.8.14.0000

: AGRAVO DE INSTRUMENTO

: Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

: GUASCOR DO BRASIL LTDA

: AFONSO MARCIUS VAZ LOBATO e outros

: Coordenador Executivo de Controle de Mercadoria em Trânsito - CECOMT e outros (1)

: PARA MINISTERIO PUBLICO

: 010

: 0004796-67.2014.8.14.0005

: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

: Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

: SUPERMIX CONCRETO S/A

: ANDRES DIAS DE ABREU

: MUNICIPIO DE ALTAMIRA

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

: 013

: 0034224-84.2011.8.14.0301

: APELAÇÃO CÍVEL

: Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

: LUIZ ALBERTO BARRETO NEPOMUCENO

: MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO

: DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

: 014

: 0054200-72.2014.8.14.0301

: APELAÇÃO CÍVEL

: Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

: CENTENO MOREIRA SA

: PAULA ANDREA MESSEDER ZAHLUTH e outros

: MUNICÍPIO DE BELÉM

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

E como, nada mais houvesse, foi encerrada a Sessão às 11h45min, sendo julgados no sistema PJE 05 (cinco) julgados, 04 (quqtro) retirados de pauta a pedido da Relatora e 08 (oito) adiados a pedido das relatoras que serão inclusos na 38ª Sessão Ordinária por Vídeoconferência desta Turma, lavrando eu, Eliane Vitória Amador Quaresma, Secretária da 1ª Turma de Direito Público, a presente Ata, que subscrevi.

Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA.

Presidente

CEJUSC

PRIMEIRO CEJUSC BELÉM

SESSÃO PRESENCIAL DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO 1º CEJUSC DA CAPITAL, LOCAL: 1º ANDAR DO FÓRUM CÍVEL, AO LADO DO GABINETE DA 1ª VARA DE FAMÍLIA.

DIA 18/11/2021

HORÁRIO: 09:00

7ª VARA

PROCESSO 0827924-58.2020.8.14.0301

AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO E PARTILHA E BENS

REQUERENTE: S M Q D S

ADVOGADO: RAIMUNDO RUBENS FAGUNDES LOPES E BRENO RUBENS SANTOS LOPES

REQUERIDO: L G P D S

DIA 18/11/2021

HORÁRIO: 11:00H

7ª VARA

PROCESSO 0036401-84.2012.8.4.0301

AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

REQUERENTE: M H D S B

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: E S D S C

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

SEÇÃO DE DIREITO PENAL

60 ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL ¿ PJE (HC/MS), DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL, iniciada em 3 de novembro de 2021, às 14h, sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador Mairton Marques Carneiro, com a presença dos Excelentíssimos(as) Desembargadores(as) Rômulo José Ferreira Nunes, Vania Fortes Bitar, Leonam Gondim da Cruz Júnior, Ronaldo Marques Valle, Maria Edwiges de Miranda Lobato, Rosi Maria Gomes de Farias, Eva do Amaral Coelho e do Excelentíssimo Juiz Convocado Altemar da Silva Paes e do(a) Excelentíssimo(a) Representante do Ministério Público, Dr(a).

PROCESSOS JULGADOS

Ordem: 001

Processo: 0810969-45.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: BERNARDO BEZERRA DE SOUSA

ADVOGADO: RAYSSA CHAVES MOTA - (OAB 21961-A)

ADVOGADO: RAPHAEL PEREIRA MACIEL - (OAB PA20891-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 002

Processo: 0810920-04.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: ROGÉRIO DE OLIVEIRA DIAS

ADVOGADO: CARLOS VIEIRA BARBOSA - (OAB MG188517)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE RONDON DO PARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu a ordem.

Ordem: 003

Processo: 0810789-29.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: NEUGILMAR CAIRES FERRAZ

ADVOGADO: MURILO BATISTA VIEIRA - (OAB MG106699)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 004

Processo: 0811132-25.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: JOSENILSON CARVALHO PEREIRA

ADVOGADO: CARLOS BENJAMIN DE SOUZA GONCALVES - (OAB PA22897-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE BARCARENA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 005

Processo: 0810820-49.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: LEANDRA BEATRIZ CALDEIRA TOSCANO

ADVOGADO: JOÃO BATISTA MENDES DE CAMPOS - (OAB PA10592-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ALMEIRIM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu em parte e nesta denegou a ordem.

Ordem: 006

Processo: 0807418-57.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: JONNY KLEIBER DE ALMEIDA SANTOS

ADVOGADO: LEANDRO ALCIDES DE MOURA MOURA - (OAB MS10762-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 007

Processo: 0810908-87.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: EDICLEI CORRÊA SANTANA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 008

Processo: 0810589-22.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: JUNIEL DE AGUIAR PINTO

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE CAMETÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 009

Processo: 0810802-28.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: ALEX PINTO BARROS

PACIENTE: FRANCISCO JADSON SOUSA DAS CHAGAS

ADVOGADO: AMARANTO SILVA JÚNIOR - (OAB PA25836-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 010

Processo: 0810502-66.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RONALDO MARQUES VALLE**

PACIENTE: ANTÔNIO ALEXANDRE DOS SANTOS MELO

ADVOGADO: MARCO JOSÉ LOBATO SOUZA - (OAB PA31244)

ADVOGADO: RODRIGO MARQUES SILVA

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE AURORA DO PARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 011

Processo: 0811123-63.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

PACIENTE: TEÓFILO DA SILVA CORRÊA

ADVOGADO: MÁRCIO FÁBIO NUNES DA SILVA - (OAB PA9612-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ACARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 012

Processo: 0811340-09.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

PACIENTE: JHON RONE DA HORA DE MORAES

ADVOGADO: EDUARDO ABREU SANTOS - (OAB PA27141-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE CURIONÓPOLIS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu a ordem.

Ordem: 013

Processo: 0811321-03.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **MAIRTON MARQUES CARNEIRO**

PACIENTE: RILSON SOARES MADURO

ADVOGADO: DANIEL MARQUES COHEN - (OAB PA27584-A)

ADVOGADO: ANNA LUÍSA DE SENA FIGUEIRA - (OAB PA23304)

ADVOGADO: RAFAEL MARQUES COHEN - (OAB PA7589-A)

ADVOGADO: ANDREW TOBIAS BORGES MONTEIRO - (OAB PA31708)

ADVOGADO: CLEBIA DE SOUSA COSTA - (OAB PA13915-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE NOVO PROGRESSO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 014

Processo: 0810927-93.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: JOSÉ DE SOUZA LIMA

ADVOGADO: ÁPIO PAES CAMPOS NETO - (OAB PA28732)

ADVOGADO: GABRIELA NASCIMENTO CAMPOS - (OAB PA28790)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE JURUTI

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 015

Processo: 0811193-80.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: THIAGO HENRIQUE DE SOUZA ALMEIDA

ADVOGADO: ANDERSON ARAÚJO DE MEDEIROS - (OAB RN6070)

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 016

Processo: 0810729-56.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: JOSIEL BELÉM DA SILVA

ADVOGADO: MAIRA AIMEE E SILVA DE QUEIROZ - (OAB PA28012-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 017

Processo: 0807874-07.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Juiz Convocado **ALTEMAR DA SILVA PAES**

PACIENTE: MARCOS ANTÔNIO REBELLO DE LIMA

ADVOGADO: SILVIA REBELLO DE LIMA - (OAB SP186771)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO.

A sessão foi encerrada às 14h do dia 5 de novembro de 2021. Eu, Maria de Nazaré C. Franco, Secretária da Seção de Direito Penal, lavrei a presente ATA que vai devidamente assinada.

Des. Mairton Marques Carneiro

Presidente da Seção de Direito Penal.

TURMAS DE DIREITO PENAL

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ

RESENHA: 10/11/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA ÚNICA DE DIREITO PENAL - VARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL

P R O C E S S O : 0 0 0 4 5 0 5 0 9 2 0 1 9 8 1 4 0 0 0 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO AÇÃO: Apelação Criminal em: 10/11/2021---APELANTE:JEAN VINICIUS DO NASCIMENTO PEREIRA Representante(s): OAB 24957 - DELEY BARBOSA EVANGELISTA (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA. 1ª TURMA DE DIREITO PENAL Apelação Penal nº. 00045050920198140000 Vistos, etc... 1.Aceito a prevenção. 2. Após as providências cabíveis, retomem os autos para julgamento. 3.Cumpra-se. Belém, Data da assinatura digital. Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 - Bairro: Souza - CEP 66.613-710 Belém - PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 Fax: 3205-3632

ATA-RESENHA/MODALIDADE VIDEOCONFERÊNCIA
2ª TURMA DE DIREITO PENAL

11ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª TURMA DE DIREITO PENAL, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2021, POR VIDEOCONFERENCIA, sob presidência da Exma. Sra. **DESA. VANIA BITAR**. Presentes, além da Presidente da Turma, os Exmos. Desembargadores **MILTON NOBRE, RÔMULO NUNES, RONALDO VALLE e ALTEMAR PAES(JUIZ CONVOCADO)**. Presente também, a Exma. Procuradora de Justiça **GERALDO DE MENDONÇA ROCHA**. Sessão com julgamento ocorrido na modalidade supracitada, nos moldes estabelecidos Portaria Conjunta nº 01/2020-GP/VP/CGJ, no que se observa edição ocorrida em publicação/republicação no Diário da Justiça eletrônico de, 30/04/2020 e 04/05/2020, respectivamente (regulamentação de procedimentos a serem adotados em tal especificidade de Sessão). notando-se por oportuno, que se mencionou no respectivo anúncio, a observância ao que dispõe o artigo 3º, caput, § 1º da supracitada normativa. Evento iniciado às 09h01min. Aprovada a Ata/Resenha da Sessão anterior, iniciaram-se os trabalhos:

PALAVRA FACULTADA

Iniciada a Sessão, a Exma. DESA VANIA BITAR, Presidente da Egrégia Turma, teceu considerações acerca da singularidade da sessão, eis que seria a última em que o Exmo. Des. MILTON NOBRE, participaria como Integrante da Colenda Turma, observada aposentadoria a acontecer. Mencionou ser algo triste por ele deixar o Colegiado, mas sente alegria por ser alguém que sempre honrou a toga que veste e atuação do eminente magistrado ocorreu sempre com muito brilhantismo, sabedoria e competência. Mencionou a Exma. Presidente, também, que a particularidade do Exmo. Julgador, brindou a todos com muito ensinamento, o que em muito enalteceu a justiça paraense, e só tem agradecer por tudo que aprendeu, no que houve destaque acerca de seu retorno e desejou saúde, felicidade e muitos

anos de vida.

Em seguida, o Exmo. Des. RÔMULO NUNES, asseverou que conforme haviam conversado, naquela data, não se manifestaria, pois deixaria para se manifestar no Tribunal Pleno, mas, pensando melhor durante a semana, observou não ser de bom tom ficar calado, por isso, gostaria de se manifestar em tal data, pois é a despedida do Desembargador e como Desembargadora Presidente havia falado por todos, agora falaria por si mesmo, oportunidade em que destacou amizade entre os dois, então não poderia ficar omisso. Mencionou que no dia seguinte falaria por algo escrito, mas que àquela data falaria por improviso. Em primeiro instante, ratificou as belas palavras expressadas pela Exma. Presidente da Turma e comunga plenamente com tudo que foi dito.

Em continuidade a sua fala, o eminente Julgador, fez referência a 2ª Turma Direito Penal(antes conhecida como 2ª Câmara Criminal) e feita uma rápida caminhada histórica, ressaltou que também com a ingressão do Exmo. Magistrado houve uma composição mais arejada, célere, graças inclusive, a muitas ideias do eminente Desembargador. Isso trouxe a Turma muito realce, pois sua participação inclusive como Presidente do Tribunal(ocasião em que por duas vezes assumiu a governança estadual), o que vai deixar muitas saudades. Sua ausência deixará muita saudade e asseverou que por ser uma pessoa de um coração muito bom e ajudar muitas pessoas, dentro e fora do Tribunal, no que ele próprio em sua fala, destacou seu agradecimento ao Exmo. Magistrado havendo ente dois uma amizade muito íntegra. Mencionou que sua bondade é algo que o impressiona muito e agradece por tudo e pediu proteção de Deus a sua vida.

O Exmo. Des. RONALDO VALLE, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, mencionou acerca de sua amizade com Exmo. Desembargador que ora se despede da Colenda 2ª Turma e no dia seguinte, quando da Sessão Pleno, falará mais detalhadamente, pois marcou presença durante julgamentos de grande repercussão, mas o que o leva a recordar é que quando foi convocado a integrar o Egrégio tribunal, quem o ajudou de primeira, foi o Exmo. Magistrado, inclusive cedendo duas servidoras e leva consigo todo ensinamento dos conselhos e orientações. Agradeceu por tudo e o destinou um grande abraço.

O Exmo. Des. ALTEMAR PAES, Juiz Convocado, pelo fato de no dia seguinte não poder comparecer ao Tribunal Pleno, e mencionou que o legado deixado pelo Exmo. Magistrado, por conta da aposentadoria, será algo muito extraordinário pelo belo exemplo que deixará a todos integrantes do TJ/Pa, pois foi um divisor de águas, mencionando sua postura íntegra.

O Exmo. Procurador de Justiça GERALDO DE MENDONÇA ROCHA, em seu nome e do Ministério Público elogiou a atuação do eminente Magistrado, e destacou o engrandecimento da justiça paraense e pediu a Deus proteção a ele e toda sua família.

A Secretária Geral da Unidade de Processamento Judicial das Turmas Penais TÂNIA MARIA DA COSTA MARTINS, homenageou o ínclito Magistrado e iniciou mencionando Palavra de Deus em Provérbios 4,18, asseverou que o eminente Magistrado vive um momento muit significativo tanto pra ele quanto pro Judiciário e sentirá muita falta e muita saudade, eis que o ínclito Magistrado merece essa homenagem extraordinária e desejou muitas vitórias e muitas bênçãos ao Exmo Magistrado, cantando algo ao final de sua fala.

A Exma. Presidente da Egrégia Turma mencionou acerca de todas as palavras ditas e que temos que estar preparados eis que as homenagens são muito merecidas.

O Exmo. DES. MILTON NOBRE, mencionou ser um momento muito difícil, e asseverou acerca de sua saída Universidade Federal professor de direito empresarial. Mencionou também sobre sua entrada na área penal para atuar na Magistratura e inclusive pediu aos integrantes de seu escritório acerca de não atuarem na área penal para se preservar. Destacou que aprendeu muito com seus colegas mais antigos que o receberam na área penal, época em que foi reestudar essa área. Declarou que está saindo do TJ/Pa muito satisfeito, está com dever cumprido e irá se reinventar. Agradeceu pelas bondosas palavras e agradeceu as palavras da secretária Geral em mencionar a Palavra de Deus.

A Exma. DESA. VANIA BITAR, ao final, agradeceu mais uma vez acerca das palavras proferidas e terá sempre a consideração de toda Turma.

PROCESSOS PAUTADOS

001-PROCESSO 0810875-97.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL-PJe
AGRAVANTE: LEONARDO SOUSA DE SOUSA
REPRESENTANTE(S): DEFENSORIA PUBLICA
AGRAVADO: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA

RELATOR: DES. MILTON NOBRE
PRESIDENTE: DESA. VANIA BITAR
TURMA JULGADORA: DES. MILTON NOBRE, DES. RÔMULO NUNES, DESA. VANIA BITAR, DES. RONALDO VALLE e DES. ALTEMAR PAES(JUIZ CONVOCADO).
DECISÃO: A Egrégia 2ª Turma de Direito Penal do TJ/Pa, à unanimidade, julgou: conhecido e improvido, tudo nos termos do voto do Exmo. Relator.

002-PROCESSO 0001386-51.2018.8.14.0040 - APELAÇÃO CRIMINAL (RESTAURAÇÃO DE AUTOS) - PJe
APELANTE: DEIJANGOS ALVES DA SILVA
REPRESENTANTE(S): DEFENSORIA PUBLICA
APELANTE: ADRIANO MORAES DOS SANTOS
REPRESENTANTE(S): DEFENSORIA PUBLICA
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
REVISOR: DES. RÔMULO NUNES
RELATOR: DES. MILTON NOBRE
PRESIDENTE: DESA. VANIA BITAR
TURMA JULGADORA: DES. MILTON NOBRE, DES. RÔMULO NUNES, DESA. VANIA BITAR, DES. RONALDO VALLE e DES. ALTEMAR PAES(JUIZ CONVOCADO).
DECISÃO: A Egrégia 2ª Turma de Direito Penal do TJ/Pa, à unanimidade, julgou: preliminares rejeitadas, conhecido e parcialmente provido, tudo nos termos do voto do Exmo. Relator.

003-PROCESSO 0000441-15.2018.8.14.0121 - APELAÇÃO CRIMINAL-PJe
APELANTE: ALDILENO DE AMORIM GOMES
REPRESENTANTE(S): ADVOGADO HERNA SOCORRO PEDROSO DE AZEVEDO - (OAB PA28409-A)
APELADO: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
REVISOR: DES. RÔMULO NUNES
RELATOR: DES. MILTON NOBRE
PRESIDENTE: DESA. VANIA BITAR
TURMA JULGADORA: DES. MILTON NOBRE, DES. RÔMULO NUNES, DESA. VANIA BITAR, DES. RONALDO VALLE e DES. ALTEMAR PAES(JUIZ CONVOCADO).
DECISÃO: A Egrégia 2ª Turma de Direito Penal do TJ/Pa, à unanimidade, julgou: preliminar rejeitada, conhecido e parcialmente provido, tudo nos termos do voto do Exmo. Relator.

004-PROCESSO 0005363-63.2018.8.14.0036 - APELAÇÃO CRIMINAL-PJe
APELANTE: GEOVANE PIRES DAMASCENO
REPRESENTANTE(S): ADVOGADO MARTHA PANTOJA ASSUNCAO - (OAB PA17854-A)
APELADO: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
REVISOR: DES. RÔMULO NUNES
RELATOR: DES. MILTON NOBRE
PRESIDENTE: DESA. VANIA BITAR
TURMA JULGADORA: DES. MILTON NOBRE, DES. RÔMULO NUNES, DESA. VANIA BITAR, DES. RONALDO VALLE e DES. ALTEMAR PAES(JUIZ CONVOCADO).
DECISÃO: A Egrégia 2ª Turma de Direito Penal do TJ/Pa, à unanimidade, julgou: preliminar rejeitada, conhecido e parcialmente provido, tudo nos termos do voto do Exmo. Relator.

005-PROCESSO 0001332-23.2010.8.14.0022 - APELAÇÃO CRIMINAL-PJe
APELANTE: ARINALDO DO REMEDIO MORAES DE SOUSA
REPRESENTANTE(S): DEFENSORIA PUBLICA
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REVISOR: DES. MILTON NOBRE
RELATOR: DES. RÔMULO NUNES
PRESIDENTE: DESA. VANIA BITAR
TURMA JULGADORA: DES. RÔMULO NUNES, DES. MILTON NOBRE, DESA. VANIA BITAR, DES.

RONALDO VALLE e DES. ALTEMAR PAES(JUIZ CONVOCADO).
DECISÃO: A Egrégia 2ª Turma de Direito Penal do TJ/Pa, à unanimidade, julgou: conhecido e improvido, tudo nos termos do voto do Exmo. Relator.

E como nada mais houve foi declarada encerrada a presente Sessão às 09h31min. Eu, **Tânia Maria da Costa Martins, Secretária Geral da UPJ das Turmas Penais do TJ/PA**, lavrei a presente Ata. **DESA. VANIA BITAR**, Presidente.

PUBLICAÇÃO DESPACHO

REFERÊNCIA: Processo nº 0011423-87.2019.8.14.0401/RECURSO EM SENTIDO ESTRITO em que é
RECORRENTE: MINISTÉRIO PUBLICO
RECORRIDO: IAN NOVIC CORREA RODRIGUES
REPRESENTANTE(S): OAB 18307 - CARLOS FELIPE ALVES GUIMARAES (ADVOGADO)
OAB 19922 - IVANILDO FERREIRA ALVES (ADVOGADO)
RECORRIDO: EDIVALDO DOS SANTOS SANTANA
REPRESENTANTE(S): OAB 21497 - VALERIA LIMA DE MORAES (ADVOGADO)
RECORRIDO: JOSE MARIA DA SILVA NORONHA
REPRESENTANTE(S): OAB 8984 - JANDER HELSON DE CASTRO VALE (ADVOGADO)
RECORRIDO: JONATAN ALBUQUERQUE MARINHO
REPRESENTANTE(S):OAB 7164 - AGNALDO WELLINGTON SOUZA CORREA (ADVOGADO)
RECORRIDO: LEONARDO FERNANDES DE LIMA
REPRESENTANTE(S): OAB 21391 - ANDREZA PEREIRA DE LIMA ALONSO (ADVOGADO)
RECORRIDO: WELLINGTON ALMEIDA OLIVEIRA
REPRESENTANTE(S): OAB 29234 - VIVIANE DE SOUZA DAS NEVES (ADVOGADO)
RECORRIDO: PEDRO JOSIMAR NOGUEIRA DA SILVA
REPRESENTANTE(S): OAB 11216 - JADER BENEDITO DA PAIXAO RIBEIRO (ADVOGADO)
RELATOR: DES. ROMULO NUNES
OBS.: Autos em volume único (peças processuais traslado quando da formação volume em apartado)

A Bela. Tânia Martins, Secretária Geral da Unidade de Processamento Judicial das Turmas de Direito Penal do TJ/PA, faz público a quem interessar possa, e em especial aos Advogados dos Recorridos supracitados, que foi exarado DESPACHO pelo Exmo. Sr. Des. RÔMULO NUNES, conforme a seguir se vê:

[...] 1 - Em homenagem ao princípio da ampla defesa, defiro o pedido de adiamento do julgamento do Recurso em Sentido Estrito requerido pelos recorridos **WELLINGTON ALMEIDA DE OLIVEIRA** (Protocolo nº 2021.02382874-93) e **IAN NOVIC CORREA RODRIGUES** (Protocolo nº 2021.02389606-73).

2 - Outrossim, a fim de evitar mora injustificada no processamento do feito, determino à Secretaria que forneça cópia digitalizada dos autos principais do processo do Recurso em Sentido Estrito à defesa do recorrido **WELLINGTON ALMEIDA DE OLIVEIRA**.
3 - Julgo prejudicado o requerimento protocolado sob o nº 2021.02392219-91, onde o patrono do requerido **JONATAN ALBUQUERQUE MARINHO** solicitava a inclusão no rol dos advogados habilitados a realizar sustentação oral.
4 - Juntem-se aos autos principais o **protocolo nº 2021.01814251-23**, que diz respeito ao laudo de exame de balística forense, bem como deve ser realizada a juntada, no processo do recurso em sentido estrito que determinou a soltura dos recorridos, o **protocolo nº 2021.01272833-12**, que encaminha a cópia das decisões do juízo a quo que indeferiu o pedido de revogação de monitoramento eletrônico requerido por

LEONARDO FERNANDES DE LIMA e autorizou o deslocamento de **PEDRO JOSIMAR NOGUEIRA DA SILVA** ao Município de Breves para fins de trabalho.
4 - Inclua-se o feito na próxima sessão por videoconferência. [...]

Sendo o que competia publicar acerca do processo em comento.
Secretaria Única da UPJ- Penal do TJ/Pa. Belém, 09 de novembro de 2021.

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

UPJ DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL - 1 JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

RESENHA: 03/11/2021 A 05/11/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DOS JUIZADOS CRIMINAIS DE BELEM - VARA: 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

PROCESSO: 00005067220208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:JORGE AGE RIBEIRO DE SOUZA VITIMA:J. R. N. . PROCESSO NÂº 0000506-72.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: JORGE AGE RIBEIRO DE SOUZA VÃTIMA: J. R. N. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 129 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de lesÃ£o corporal supostamente perpetrado por JORGE AGE RIBEIRO DE SOUZA em desfavor de JESUINA RODRIGUES NOGUEIRA, sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Ãs fls. 31/32, o MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pelo arquivamento do feito. Acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que a vÃtima, nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar designada - embora devidamente intimada (fl. 28) -, o que retira a condiÃ§Ã£o de procedibilidade do Parquet, sendo a mencionada ausÃªncia configuradora do desinteresse da parte ofendida na inauguraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a] ausÃªncia da vÃtima na audiÃªncia, quando intimada ou nÃ£o localizada, importarÃ¡ renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£oÂ¿. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 2/12/2019, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de JORGE AGE RIBEIRO DE SOUZA, jÃ¡ qualificado nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00034432620188140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 DENUNCIADO:ACASSIO DA SILVA MARTINS VITIMA:K. S. M. TESTEMUNHA:RENATA MENDONCA DE MORAES. PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. 0020108-83.2019.8.14.0401 AUTOR DO FATO: ACASSIO DA SILVA MARTINS Advogado: Marivaldo Nunes do Nascimento OAB/PA 16192 VÃTIMA: Kallyd da Silva Martins OAB/PA 450553 ART. 147, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 03/11/2021, Ã s 11:30 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, presentes as partes. Presente o Sr. JosÃ© Luiz de Figueiredo Martins Neto, que declarou ser estudante do Curso de Direito na Faculdade EstÃ¡cio de SÃ¡, do 7Âº semestre. Aberta a audiÃªncia, as partes nÃ£o conciliaram. Em seguida, a Representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu proposta de transaÃ§Ã£o penal, nos seguintes termos: PrestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, no perÃodo de 30 (trinta) dias, com carga horÃ¡ria de 06 horas semanais, de acordo com as aptidÃµes do autorÂ do fato, em entidade a ser determinada pelo nÃºcleo de apoio da central de penas alternativas. O autor do fato e seu advogado nÃ£o aceitaram a proposta de transaÃ§Ã£o penal. Em seguida, a Representante do MinistÃ©rio PÃºblico ratificou a proposta de suspensÃ£o condicional do processo ofertada na denÃºncia pelo perÃodo de dois anos, nos termos do art. 89, Â§1Âº, da Lei 9099/95. O autor do fato e seu advogado nÃ£o aceitaram a proposta de suspensÃ£o condicional do processo. Dada a palavra ao advogado do autor do fato, ele

declarou que apresentarÃ¡ as testemunhas dentro do prazo legal. Foi informado que a UPJ precisa de um prazo de 60 dias para cumpir as diligÃªncias de intimaÃ§Ã£o. Em seguida, o MinistÃ©rio PÃºblico, se manifestou nos seguintes termos: "MM. JuÃza, o MP requer a redesignaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. Pede deferimentoÂ¿. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: Â¿Renovem-se as diligÃªncias para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 03/02/2022 Ã s 11h30. Cientes o denunciado e a vÃtima presentes. Ciente a testemunha Renata MendonÃ§a de Moraes presente. Cumpra-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ AUTOR DO FATO: ACASSIO DA SILVA MARTINS _____ Advogado: Marivaldo Nunes do Nascimento OAB/PA 16192 _____ VÃTIMA: Kallyd da Silva Martins OAB/PA 450553

PROCESSO: 00035552420208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:DEBORA SODRE ALENCAR VITIMA:S. J. M. . PROCESSO NÂº 0003555-24.2020.8.14.0401 AUTORA DO FATO: DEBORA SODRE ALENCAR VÃTIMA: S. D. J. M. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 129 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de lesÃ£o corporal supostamente perpetrado por DEBORA SODRE ALENCAR em desfavor de SAMARITANA DE JESUS MENDES, sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Tendo em vista que a vÃtima nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar - embora devidamente intimada (fl. 21) -, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da parte acusada, em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o decorrente da renÃºncia tÃ¡cita, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE (fl. 22). Acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que a vÃtima, nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar designada - embora devidamente intimada (fl. 21) -, o que retira a condiÃ§Ã£o de procedibilidade do Parquet, sendo a mencionada ausÃªncia configuradora do desinteresse da parte ofendida na inauguraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a] ausÃªncia da vÃtima na audiÃªncia, quando intimada ou nÃ£o localizada, importarÃ¡ renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£oÂ¿. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 12/12/2019, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de DEBORA SODRE ALENCAR, jÃ¡ qualificada nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00035847420208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:EWERTON LUIS DE ALMEIDA DUARTE VITIMA:J. F. F. D. . PROCESSO NÂº 0003584-74.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: EWERTON LUIS DE ALMEIDA DUARTE VÃTIMA: J. F. F. D. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 147 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de ameaÃ§a supostamente perpetrado por EWERTON LUIS DE ALMEIDA DUARTE em desfavor de JOSÃ FERNANDO FERREIRA DUARTE, sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Tendo em vista que, durante audiÃªncia realizada em 26/5/2021, as partes entabularam conciliaÃ§Ã£o consistente no compromisso de respeito recÃproco - sem agressÃµes fÃsicas ou morais, com tratamento urbano e cordial, buscando sempre a soluÃ§Ã£o pacÃfica das divergÃªncias - e no pagamento de R$ 200,00 (duzentos reais) por parte do autor do fato em favor da vÃtima, parcelado em 2 vezes em valores iguais e sucessivos de R$ 100,00 (cem reais), com vencimento nos dias 5/6/2021 e 5/7/2021, nos moldes consignados Ã s fls. 27/27-verso, o MinistÃ©rio PÃºblico

posicionou-se favoravelmente Ã homologaÃ§Ã£o da avenÃ§a, bem como requereu a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato pela renÃºncia ao direito de representaÃ§Ã£o, consoante o Enunciado nÂº 113 do FONAJE e a conjugaÃ§Ã£o do art. 107, IV, do CÃ³digo Penal com os arts. 38 e 61 do CÃ³digo de Processo Penal (fl. 27-verso). Diante de tal quadro, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial e homologo o acordo de fls. 27/27-verso para que surta seus efeitos legais, assim como reconheÃ§o a ocorrÃªncia de renÃºncia expressa ao direito de representaÃ§Ã£o e realizaÃ§Ã£o de conciliaÃ§Ã£o que ensejam a extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato, nos termos do Enunciado nÂº 113 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a]tÃ© a prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a Ã© possÃvel declarar a extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato pela renÃºncia expressa da vÃtima ao direito de representaÃ§Ã£o ou pela conciliaÃ§Ã£oÂ¿. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial para o fim de homologar o acordo firmado entre as partes (fls. 27/27-verso) e, diante da conciliaÃ§Ã£o entabulada, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de EWERTON LUIS DE ALMEIDA DUARTE, jÃ¡ qualificados nos autos, com fulcro na conjugaÃ§Ã£o do art. 107, IV, do CÃ³digo Penal com os arts. 38 e 61 do CÃ³digo de Processo Penal. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00035847420208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:EWERTON LUIS DE ALMEIDA DUARTE VITIMA:J. F. F. D. . PROCESSO NÂº 0003584-74.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: EWERTON LUIS DE ALMEIDA DUARTE VÃTIMA: J. F. F. D. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 147 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de ameaÃ§a supostamente perpetrado por EWERTON LUIS DE ALMEIDA DUARTE em desfavor de JOSÃ FERNANDO FERREIRA DUARTE, sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Tendo em vista que, durante audiÃªncia realizada em 26/5/2021, as partes entabularam conciliaÃ§Ã£o consistente no compromisso de respeito recÃproco - sem agressÃµes fÃsicas ou morais, com tratamento urbano e cordial, buscando sempre a soluÃ§Ã£o pacÃfica das divergÃªncias - e no pagamento de R$ 200,00 (duzentos reais) por parte do autor do fato em favor da vÃtima, parcelado em 2 vezes em valores iguais e sucessivos de R$ 100,00 (cem reais), com vencimento nos dias 5/6/2021 e 5/7/2021, nos moldes consignados Ã s fls. 27/27-verso, o MinistÃ©rio PÃºblico posicionou-se favoravelmente Ã homologaÃ§Ã£o da avenÃ§a, bem como requereu a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato pela renÃºncia ao direito de representaÃ§Ã£o, consoante o Enunciado nÂº 113 do FONAJE e a conjugaÃ§Ã£o do art. 107, IV, do CÃ³digo Penal com os arts. 38 e 61 do CÃ³digo de Processo Penal (fl. 27-verso). Diante de tal quadro, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial e homologo o acordo de fls. 27/27-verso para que surta seus efeitos legais, assim como reconheÃ§o a ocorrÃªncia de renÃºncia expressa ao direito de representaÃ§Ã£o e realizaÃ§Ã£o de conciliaÃ§Ã£o que ensejam a extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato, nos termos do Enunciado nÂº 113 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a]tÃ© a prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a Ã© possÃvel declarar a extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato pela renÃºncia expressa da vÃtima ao direito de representaÃ§Ã£o ou pela conciliaÃ§Ã£oÂ¿. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial para o fim de homologar o acordo firmado entre as partes (fls. 27/27-verso) e, diante da conciliaÃ§Ã£o entabulada, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de EWERTON LUIS DE ALMEIDA DUARTE, jÃ¡ qualificados nos autos, com fulcro na conjugaÃ§Ã£o do art. 107, IV, do CÃ³digo Penal com os arts. 38 e 61 do CÃ³digo de Processo Penal. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00035847420208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:EWERTON LUIS DE ALMEIDA DUARTE VITIMA:J. F. F. D. . PROCESSO NÂº 0003584-74.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: EWERTON LUIS DE ALMEIDA DUARTE VÃTIMA: J. F. F. D. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 147 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de ameaÃ§a supostamente perpetrado por EWERTON LUIS DE ALMEIDA DUARTE em desfavor de JOSÃ FERNANDO FERREIRA DUARTE, sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Tendo em vista que, durante audiÃªncia realizada em

26/5/2021, as partes entabularam conciliaÃ§Ã£o consistente no compromisso de respeito recÃproco - sem agressÃµes fÃsicas ou morais, com tratamento urbano e cordial, buscando sempre a soluÃ§Ã£o pacÃfica das divergÃªncias - e no pagamento de R$ 200,00 (duzentos reais) por parte do autor do fato em favor da vÃtima, parcelado em 2 vezes em valores iguais e sucessivos de R$ 100,00 (cem reais), com vencimento nos dias 5/6/2021 e 5/7/2021, nos moldes consignados Ã s fls. 27/27-verso, o MinistÃ©rio PÃºblico posicionou-se favoravelmente Ã homologaÃ§Ã£o da avenÃ§a, bem como requereu a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato pela renÃºncia ao direito de representaÃ§Ã£o, consoante o Enunciado nÂº 113 do FONAJE e a conjugaÃ§Ã£o do art. 107, IV, do CÃ³digo Penal com os arts. 38 e 61 do CÃ³digo de Processo Penal (fl. 27-verso). Diante de tal quadro, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial e homologo o acordo de fls. 27/27-verso para que surta seus efeitos legais, assim como reconheÃ§o a ocorrÃªncia de renÃºncia expressa ao direito de representaÃ§Ã£o e realizaÃ§Ã£o de conciliaÃ§Ã£o que ensejam a extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato, nos termos do Enunciado nÂº 113 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a]tÃ© a prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a Ã© possÃvel declarar a extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato pela renÃºncia expressa da vÃtima ao direito de representaÃ§Ã£o ou pela conciliaÃ§Ã£oÂ¿. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial para o fim de homologar o acordo firmado entre as partes (fls. 27/27-verso) e, diante da conciliaÃ§Ã£o entabulada, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de EWERTON LUIS DE ALMEIDA DUARTE, jÃ¡ qualificados nos autos, com fulcro na conjugaÃ§Ã£o do art. 107, IV, do CÃ³digo Penal com os arts. 38 e 61 do CÃ³digo de Processo Penal. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00041123220208140200 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Inquérito Policial em: 04/11/2021 ENCARREGADO:JANDYR FERREIRA ARAUJO INVESTIGADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:A. V. I. P. . PROCESSO NÂº 0004112-32.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: SILVIO REIS DA SILVA VÃTIMA: A. V. I. P. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 129 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente aos delitos de lesÃ£o corporal e de ameaÃ§a supostamente perpetrados por SILVIO REIS DA SILVA em desfavor do menor de idade A. V. I. P., sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Ã fl. 60, o MinistÃ©rio PÃºblico (MP) registrou que DAGOBERTO TAVARES PEREIRA JÃNIOR, pai da vÃtima, retratou-se da representaÃ§Ã£o outrora ofertada (fl. 43), assim como decorreu o prazo decadencial de 6 meses, razÃ£o pela qual pugnou pela declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da parte acusada. Diante deste quadro, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que o genitor da vÃtima retratou-se expressamente (fl. 43), sendo curial registrar que, conforme Boletim de OcorrÃªncia Policial Militar de fl. 7, os fatos ocorreram no dia 24/5/2017, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de SILVIO REIS DA SILVA, jÃ¡ qualificado nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP, bem como determino que seja retificada a autuaÃ§Ã£o do feto, a fim de que procedimentalmente conste SILVIO REIS DA SILVA como autor do fato em apreÃ§o, consoante requerido pelo MinistÃ©rio PÃºblico. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00041123220208140200 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Inquérito Policial em: 04/11/2021 ENCARREGADO:JANDYR FERREIRA ARAUJO INVESTIGADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:A. V. I. P. . PROCESSO NÂº 0004112-32.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: SILVIO REIS DA SILVA VÃTIMA: A. V. I. P. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 129 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente aos delitos de lesÃ£o corporal e de ameaÃ§a supostamente perpetrados por SILVIO REIS DA SILVA em desfavor do menor de idade A. V. I. P., sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Ã fl. 60, o MinistÃ©rio PÃºblico

(MP) registrou que DAGOBERTO TAVARES PEREIRA JÃNIOR, pai da vÃtima, retratou-se da representaÃ§Ã£o outrora ofertada (fl. 43), assim como decorreu o prazo decadencial de 6 meses, razÃ£o pela qual pugnou pela declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da parte acusada. Diante deste quadro, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que o genitor da vÃtima retratou-se expressamente (fl. 43), sendo curial registrar que, conforme Boletim de OcorrÃªncia Policial Militar de fl. 7, os fatos ocorreram no dia 24/5/2017, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de SILVIO REIS DA SILVA, jÃ¡ qualificado nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP, bem como determino que seja retificada a autuaÃ§Ã£o do feto, a fim de que procedimentalmente conste SILVIO REIS DA SILVA como autor do fato em apreÃ§o, consoante requerido pelo MinistÃ©rio PÃºblico. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00041123220208140200 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Inquérito Policial em: 04/11/2021 ENCARREGADO:JANDYR FERREIRA ARAUJO INVESTIGADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:A. V. I. P. . PROCESSO NÂº 0004112-32.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: SILVIO REIS DA SILVA VÃTIMA: A. V. I. P. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 129 do CP. Â SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente aos delitos de lesÃ£o corporal e de ameaÃ§a supostamente perpetrados por SILVIO REIS DA SILVA em desfavor do menor de idade A. V. I. P., sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Ã fl. 60, o MinistÃ©rio PÃºblico (MP) registrou que DAGOBERTO TAVARES PEREIRA JÃNIOR, pai da vÃtima, retratou-se da representaÃ§Ã£o outrora ofertada (fl. 43), assim como decorreu o prazo decadencial de 6 meses, razÃ£o pela qual pugnou pela declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da parte acusada. Diante deste quadro, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que o genitor da vÃtima retratou-se expressamente (fl. 43), sendo curial registrar que, conforme Boletim de OcorrÃªncia Policial Militar de fl. 7, os fatos ocorreram no dia 24/5/2017, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de SILVIO REIS DA SILVA, jÃ¡ qualificado nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP, bem como determino que seja retificada a autuaÃ§Ã£o do feto, a fim de que procedimentalmente conste SILVIO REIS DA SILVA como autor do fato em apreÃ§o, consoante requerido pelo MinistÃ©rio PÃºblico. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00044906420208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:CELIA GEMAQUE LEAL AUTOR DO FATO:GEMIMA MIRIAM DA SILVA DO NASCIMENTO AUTOR/VITIMA:DEBORA DA SILVA PAES AUTOR/VITIMA:JAIRO DA SILVA NASCIMENTO AUTOR/VITIMA:JESSICA LEAL CARDOSO AUTOR/VITIMA:RAFAELA FERNANDES RODRIGUES MOTA. PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº 0004490-64.2020.8.14.0401 AUTORA DO FATO: CELIA GEMAQUE LEAL AUTORA DO FATO/VÃTIMA: RAFAELA FERNANDES RODRIGUES MOTA AUTORA DO FATO/VÃTIMA: JESSICA LEAL CARDOSO Advogado: Wander Cleydson Miranda Menezes - OAB/PA 22932 AUTORA DO FATO: GEMINA MIRIAM DA SILVA DO NASCIMENTO AUTORA DO FATO/VÃTIMA: DÃBORA DA SILVA PAES AUTORA DO FATO/VÃTIMA: JAIRO DA SILVA NASCIMENTO Advogada: Vanilza do Amaral Moares OAB/PA 26610 Advogado: Marcelo Liendro da Silva Amaral OAB/PA 20474 ART. 129 e 147, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Â Â Â Â Aos 03/11/2021, Ã s 11h15, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES

MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, presentes as partes: JÃ©ssica Leal Cardoso, Rafaela Fernandes Rodrigues Mota, CÃ©lia Gemaque Leal, Jairo da Silva Nascimento e Gemina Miriam da Silva do Nascimento. Ausente a parte DÃ©bora da Silva Paes. Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, as partes assumiram perante as autoridades o compromisso de respeito recÃproco, sem agressÃµes fÃsicas ou morais, com tratamento urbano e cordial, buscando sempre a soluÃ§Ã£o pacÃfica das divergÃªncias que entre elas se apresentarem. As vÃtimas declararam que nÃ£o tem interesse no prosseguimento do feito, renunciando ao direito de representaÃ§Ã£o. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, as vÃtimas expressamente declararam seu desinteresse no prosseguimento do presente feito, se retratando da representaÃ§Ã£o ofertada anteriormente, retirando do MP condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Desse modo, o MP requer que o JuÃzo declare extinta a punibilidade dos autores do fato pela decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com base no Enunciado 113 do FONAJE e nos termos dos art. 107, IV do CPB. Pede DeferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica dos crimes previstos nos arts. 129 e 147, do CPB, crime de aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o. No caso dos autos, as vÃtimas expressamente declararam seu desinteresse no prosseguimento do presente feito, razÃ£o pela qual retrataram-se da representaÃ§Ã£o ofertada anteriormente, retirando do MP, condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Assim e considerando que, segundo TCO de fls. 07, os fatos ocorreram no dia 21/01/2020, verifica-se que o prazo do art. 38 do CPP, foi ultrapassado in albis. Isto posto, HOMOLOGO, POR SENTENÃA, PARA QUE PRODUZAM SEUS JURÃDICOS E LEGAIS EFEITOS, O ACORDO DE CONVIVÃNCIA PACÃFICA ENTRE AS PARTES e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE CELIA GEMAQUE LEAL, RAFAELA FERNANDES RODRIGUES MOTA, JESSICA LEAL CARDOSO, GEMINA MIRIAM DA SILVA DO NASCIMENTO, DÃBORA DA SILVA PAES, e JAIRO DA SILVA NASCIMENTO, em virtude de ter ocorrido a decadÃªncia do direito de representar por parte das vÃtimas, com fundamento no Enunciado 113 do FONAJE e art. 107, IV do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ AUTORA DO FATO: CELIA GEMAQUE LEAL _____ AUTORA DO FATO/VÃTIMA: RAFAELA FERNANDES RODRIGUES MOTA _____ AUTORA DO FATO/VÃTIMA: JESSICA LEAL CARDOSO _____ Advogado: Wander Cleydson Miranda Menezes - OAB/PA 22932 _____ AUTORA DO FATO: GEMINA MIRIAM DA SILVA DO NASCIMENTO _____ AUTORA DO FATO/VÃTIMA: DÃBORA DA SILVA PAES _____ AUTORA DO FATO/VÃTIMA: JAIRO DA SILVA NASCIMENTO _____ Advogada: Vanilza do Amaral Moares OAB/PA 26610 _____ Advogado: Marcelo Liendro da Silva Amaral OAB/PA 20474

PROCESSO: 00045616620208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:LAIZE LEAL TORRES VITIMA:D. D. T. VITIMA:R. N. D. T. . PROCESSO NÂº 0004561-66.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: LAIZE LEAL TORRES VÃTIMA: D. D. T. E R. N. D. T. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 129 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de lesÃ£o corporal supostamente perpetrado por LAIZE LEAL TORRES em desfavor de DAVID DIAS TORRES e RAIMUNDA NONATA DIAS TORRES, sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Ã fl. 34, o MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pelo arquivamento do feito, haja vista que as vÃtimas ofertaram retrataÃ§Ã£o quanto Ã

representaÃ§Ã£o anteriormente formulada, assim como jÃ¡ ter transcorrido o prazo decadencial. Acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que as vÃtimas retrataram-se da representaÃ§Ã£o - conforme documento colacionado Ã fl. 33 -, o que justificaria a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da parte acusada. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 20/1/2020, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de LAIZE LEAL TORRES, jÃ¡ qualificada nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00050588020208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:JOSE ANIZIO ARAUJO FREITAS VITIMA:J. A. S. F. . PROCESSO NÂº 0005058-80.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: JOSE ANIZIO ARAUJO FREITAS VÃTIMA: J. A. D. S. F. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 129 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de lesÃ£o corporal supostamente perpetrado por JOSE ANIZIO ARAUJO FREITAS em desfavor de JOSE ALLAN DOS SANTOS FREITAS, sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Tendo em vista a ausÃªncia da vÃtima Ã audiÃªncia preliminar, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu que os autos fossem acautelados, em secretaria, pelo prazo de 10 (dez) dias, a fim de oportunizar a manifestaÃ§Ã£o da ofendida acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, pugnando que, em caso de inÃ©rcia, o feito fosse arquivado, sendo os pleitos ministeriais deferidos (fl. 27). Ã fl. 28, a Unidade de Processamento Judicial certificou que nÃ£o houve protocolizaÃ§Ã£o de manifestaÃ§Ã£o por parte da vÃtima. Presente tal quadro, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que a vÃtima, nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar designada - haja vista que o endereÃ§o declinado pela parte ofendida, em sede policial, era insuficiente, conforme informaÃ§Ã£o consignada pelos Correios (fl. 26) -, o que retira a condiÃ§Ã£o de procedibilidade do Parquet, sendo a mencionada ausÃªncia configuradora do desinteresse da parte ofendida na inauguraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a] ausÃªncia da vÃtima na audiÃªncia, quando intimada ou nÃ£o localizada, importarÃ¡ renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£oÂ¿. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 7/2/2020, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de JOSE ANIZIO ARAUJO FREITAS, jÃ¡ qualificado nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00053315920208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:EDUARDO ANTONIO FERREIRA BATISTA AUTOR DO FATO:JAQUELINE DA CONCEICAO DA SILVA CORREA VITIMA:M. P. D. . PROCESSO NÂº 0005331-59.2020.8.14.0401 AUTORES DO FATO: EDUARDO ANTONIO FERREIRA BATISTA e JAQUELINE DA CONCEIÃÃO DA SILVA CORREA VÃTIMA: M. P. D. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 147 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de ameaÃ§a supostamente perpetrado por EDUARDO ANTONIO FERREIRA BATISTA e JAQUELINE DA CONCEIÃÃO DA SILVA CORREA em desfavor de MARIANA PEREIRA DIAS, sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Tendo em vista que, embora devidamente intimada (fl. 35), a vÃtima nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu o reconhecimento de renÃºncia

tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£o, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE, com a correspondente extinÃ§Ã£o da punibilidade da parte acusada pelo transcurso do prazo decadencial, conforme manifestaÃ§Ã£o de fls. 32/33. Diante de tal quadro, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que a vÃtima, nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar designada - embora devidamente intimada (fl. 28) -, o que retira a condiÃ§Ã£o de procedibilidade do Parquet, sendo a mencionada ausÃªncia configuradora do desinteresse da parte ofendida na inauguraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a] ausÃªncia da vÃtima na audiÃªncia, quando intimada ou nÃ£o localizada, importarÃ¡ renÚncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£oÂ¿. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 26/1/2020, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de EDUARDO ANTONIO FERREIRA BATISTA e JAQUELINE DA CONCEIÃÃO DA SILVA CORREA, jÃ¡ qualificados nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00057949820208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:CAMILA RODRIGUES GOMES VITIMA:D. C. . PROCESSO NÂº 0005794-98.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: CAMILA RODRIGUES GOMES VÃTIMA: D. C. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 129 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de lesÃ£o corporal supostamente perpetrado por CAMILA RODRIGUES GOMES em desfavor de DENISE CARVALHO, sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Tendo em vista a ausÃªncia da vÃtima Ã audiÃªncia preliminar, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu que os autos fossem acautelados, em secretaria, pelo prazo de 10 (dez) dias, a fim de oportunizar a manifestaÃ§Ã£o da ofendida acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, pugnando que, em caso de inÃ©rcia, o feito fosse arquivado, sendo os pleitos ministeriais deferidos (fl. 26). Ã fl. 27, a Unidade de Processamento Judicial certificou que nÃ£o houve protocolizaÃ§Ã£o de manifestaÃ§Ã£o por parte da vÃtima. Presente tal quadro, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que a vÃtima, nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar designada - haja vista que o endereÃ§o declinado pela parte ofendida, em sede policial, nÃ£o existe, conforme informaÃ§Ã£o consignada pelos Correios (fl. 25) -, o que retira a condiÃ§Ã£o de procedibilidade do Parquet, sendo a mencionada ausÃªncia configuradora do desinteresse da parte ofendida na inauguraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a] ausÃªncia da vÃtima na audiÃªncia, quando intimada ou nÃ£o localizada, importarÃ¡ renÚncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£oÂ¿. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 16/2/2020, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de CAMILA RODRIGUES GOMES, jÃ¡ qualificada nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00074595220208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 04/11/2021 QUERELANTE:RAFAELA FERNANDES RODRIGUES MOTA Representante(s): OAB 19718 - AMANDA GABRIELLY MORAIS SA (ADVOGADO) QUERELANTE:JESSICA LEAL CARDOSO Representante(s): OAB 19718 - AMANDA GABRIELLY MORAIS SA (ADVOGADO) QUERELANTE:CELIA GEMAQUE LEAL Representante(s): OAB 19718 - AMANDA GABRIELLY MORAIS SA (ADVOGADO) QUERELADO:DEBORA DA SILVA PAES QUERELADO:JAIRO DA SILVA NASCIMENTO

QUERELADO:GEMIMA MIRIAM DA SILVA DO NASCIMENTO. PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº 0007459-52.2020.8.14.0401 QUERELANTE: RAFAELA FERNANDES RODRIGUES MOTA QUERELANTE: JESSICA LEAL CARDOSO QUERELANTE: CELIA GEMAQUE LEAL QUERELADA: DÃBORA DA SILVA PAES QUERELADO: JAIRO DA SILVA NASCIMENTO QUERELADA: GEMINA MIRIAM DA SILVA DO NASCIMENTO Advogada: Vanilza do Amaral Moares OAB/PA 26610 Advogado: Wander Cleydson Miranda Menezes - OAB/PA 22932 Advogado: Marcelo Liendro da Silva Amaral OAB/PA 20474 ART. 140, Â§3Âº, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Â Â Â Â Aos 03/11/2021, Ã s 11h20, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, presentes as partes: JÃ©ssica Leal Cardoso, Rafaela Fernandes Rodrigues Mota, CÃ©lia Gemaque Leal, Jairo da Silva Nascimento e Gemina Miriam da Silva do Nascimento. Ausente a parte DÃ©bora da Silva Paes. Aberta a audiÃªncia, as partes assumiram perante as autoridades o compromisso de respeito recÃproco, sem agressÃµes fÃsicas ou morais, com tratamento urbano e cordial, buscando sempre a soluÃ§Ã£o pacÃfica das divergÃªncias que entre elas se apresentarem. As querelantes declararam que nÃ£o tem interesse no prosseguimento do feito, renunciando ao direito de queixa. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: "MM. JuÃza, trata-se de queixa-crime oferecida para apurar suposta conduta delituosa prevista no art. 140, Â§3Âº, do CPB. Considerando que as partes realizaram acordo de convivÃªncia pacÃfica e que as querelantes renunciaram ao direito de queixa, nos termos do art. 104, do CPB, o MinistÃ©rio PÃºblico manifesta-se pela homologaÃ§Ã£o do referido acordo e a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade dos querelados, em face da renÃºncia ao direito de queixa, com fundamento no art. 107, V, c/c art. 104, do CPBÂ¿. Em seguida, a JuÃza sentenciou: Â¿Trata-se de queixa-crime oferecida por Rafaela Fernandes Rodrigues Mota, Jessica Leal Cardoso e Celia Gemaque Leal em face de Jairo da Silva Nascimento, Gemina Miriam da Silva do Nascimento e DÃ©bora da Silva Paes, em virtude da suposta prÃ¡tica do crime previsto no art. 140, Â§3Âº, do CPB. Desse modo, considerando a declaraÃ§Ã£o das querelantes de que nÃ£o tem interesse no prosseguimento do feito, tem-se a configuraÃ§Ã£o da renÃºncia ao direito de queixa, nos termos do art. 104, do CPB. Isto posto, HOMOLOGO, POR SENTENÃA, PARA QUE PRODUZAM SEUS JURÃDICOS E LEGAIS EFEITOS, O ACORDO DE CONVIVÃNCIA PACÃFICA ENTRE AS PARTES e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE JAIRO DA SILVA NASCIMENTO, GEMINA MIRIAM DA SILVA DO NASCIMENTO E DÃBORA DA SILVA PAES, com fundamento no art. 104 c/c art. 107, inciso V, do CPB, determinando, em consequÃªncia, o arquivamento do presente procedimento. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ AUTORA DO FATO: CELIA GEMAQUE LEAL _____ AUTORA DO FATO/VÃTIMA: RAFAELA FERNANDES RODRIGUES MOTA _____ AUTORA DO FATO/VÃTIMA: JESSICA LEAL CARDOSO _____ Advogado: Wander Cleydson Miranda Menezes - OAB/PA 22932 _____ AUTORA DO FATO: GEMINA MIRIAM DA SILVA DO NASCIMENTO _____ AUTORA DO FATO/VÃTIMA: DÃBORA DA SILVA PAES _____ AUTORA DO FATO/VÃTIMA: JAIRO DA SILVA NASCIMENTO _____ Advogada: Vanilza do Amaral Moares OAB/PA 26610 _____ Advogado: Marcelo Liendro da Silva Amaral OAB/PA 20474

PROCESSO: 00147881820208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES

MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Representação Criminal/Notícia de Crime em: 04/11/2021 REPRESENTANTE:DEUZARINA LOBO SANTOS Representante(s): OAB 27634 - JULIE REGINA TEIXEIRA MARTINS (ADVOGADO) REPRESENTADO:ADRIENE DAYANE FERREIRA NUNES REPRESENTADO:ARIENE KELLEN FERREIRA NUNES REPRESENTADO:FLAVIA DANIELE DA SILVA SANTOS. PROCESSO NÂº 0014788-18.2020.8.14.0401 REPRESENTANTE: DEUZARINA LOBO SANTOS (Advogada Julie Regina Teixeira Martins - OAB/PA 27.634) REPRESENTADOS: ADRIENE DAYANE FERREIRA NUNES, ARIENE KELLEN FERREIRA NUNES E FLAVIA DANIELE DA SILVA SANTOS DECISÃO Trata-se de peÃ§a intitulada como Â¿representaÃ§Ã£oÂ¿ - porÃ©m manejada como se inicial acusatÃ³ria fosse - por DEUZARINA LOBO SANTOS em desfavor de ADRIENE DAYANE FERREIRA NUNES, ARIENE KELLEN FERREIRA NUNES e FLAVIA DANIELE DA SILVA SANTOS, a quem foi imputado o delito tipificado no art. 147 do CÃ³digo Penal, assim como o crime previsto no art. 150 da mencionada CodificaÃ§Ã£o em relaÃ§Ã£o a FLAVIA DANIELE DA SILVA SANTOS. Em manifestaÃ§Ã£o de fls. 15/18, o MinistÃ©rio PÃºblico (MP) apontou que o delito de ameaÃ§a Ã© processÃ¡vel mediante aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, enquanto o crime de invasÃ£o de domicÃlio Ã© perseguÃvel por aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada, nÃ£o possuindo DEUZARINA LOBO SANTOS legitimidade para figurar no polo ativo da demanda, especialmente diante da inexistÃªncia de inÃ©rcia por parte do Ã³rgÃ£o ministerial. Ademais, o pugnou que a petiÃ§Ã£o em comento fosse rejeitada, nos moldes do art. 395, II, do CÃ³digo de Processo Penal (CPP), sendo processualmente recebida como representaÃ§Ã£o em relaÃ§Ã£o ao delito previsto no art. 147 do CP e como Â¿notitia criminisÂ¿ no que tange ao crime do art. 150 do CÃ³digo Penal, com posterior determinaÃ§Ã£o de apensamento do Processo nÂº 0014789-03.2020.8.14.0401 ao Processo nÂº 0014788-18.2020.8.14.0401, bem como o apensamento do Processo nÂº 0016769-82.2020.8.14.0401 - em razÃ£o de liame conectivo - e posterior realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia preliminar uma em relaÃ§Ã£o aos citados feitos. Ã a suficiente sÃntese processual. Decido. Sem maiores delongas, registro que assiste razÃ£o ao MinistÃ©rio PÃºblico. AO compulsar dos autos revela a existÃªncia de liame conectivo entre o presente Processo nÂº 0014788-18.2020.8.14.0401 com o Processo nÂº 0014789-03.2020.8.14.0401 - no qual jÃ¡ havia sido determinado, em 17/12/2020, o respectivo apensamento (fl. 16 do Processo nÂº 0014789-03.2020.8.14.0401) - e com o Processo nÂº 0016769-82.2020.8.14.0401 - conforme consulta processual colacionada, Ã fl. 19, dos presentes autos pelo MP -, razÃ£o pela qual designo o dia 24/1/2022, Ã s 11h45min, para a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia preliminar una alusiva aos referidos feitos, em homenagem aos princÃpios informadores dos Juizados Especiais Criminais e Ã s regras de conexÃ£o e continÃªncia, devendo ser colacionada cÃ³pia desta decisÃ£o nos autos do Processo nÂº 0014789-03.2020.8.14.0401 e do Processo nÂº 0016769-82.2020.8.14.0401.Â Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital

PROCESSO: 00175937520198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:JOAO LINO LOBATO AUTOR DO FATO:JOAO FRANCA CAVALCANTE LOBATO VITIMA:M. G. A. . PROCESSO NÂº 0017593-75.2019.8.14.0401 AUTOR DO FATO: JOÃO LINO LOBATO VÃTIMA: M. G. A. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 147 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de lesÃ£o corporal supostamente perpetrado por JOÃO LINO LOBATO em desfavor de MICHELLE GAMA ANDRADE, sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Tendo em vista que, embora devidamente intimada (fl. 35), a vÃtima nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu, no mencionado ato processual, o reconhecimento de renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£o, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE, com a correspondente extinÃ§Ã£o da punibilidade da parte acusada pelo transcurso do prazo decadencial (fl. 38). Diante de tal quadro, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que a vÃtima, nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar designada - embora devidamente intimada (fl. 35) -, o que retira a condiÃ§Ã£o de procedibilidade do Parquet, sendo a mencionada ausÃªncia configuradora do desinteresse da parte ofendida na inauguraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a] ausÃªncia da vÃtima na audiÃªncia, quando intimada ou nÃ£o localizada, importarÃ¡ renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£oÂ¿. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 9/5/2019, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da

Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de JOÃO LINO LOBATO, jÃ¡ qualificado nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00247015820198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:OBERDAN MAUES MENEZES VITIMA:O. M. S. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0024701-58.2019.8.14.0401 AUTOR DO FATO: OBERDAN MAUÃS MENEZES VÃTIMA: OANDERSON MOURA DA SILVA ART. 150, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 03/11/2021, Ã s 09:30 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausentes as partes. Aberta a audiÃªncia, prejudicada tentativa de oferecimento de transaÃ§Ã£o penal em face da ausÃªncia do autor do fato. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, considerando a ausÃªncia da vÃtima, a qual estava intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu, configurando desinteresse no prosseguimento do feito, o MinistÃ©rio PÃºblico entende que nÃ£o hÃ¡ justa causa para aÃ§Ã£o penal, por falta de provas, razÃ£o pela qual requer o arquivamento dos autos, com fundamento no art. 395, III, do CPP c/c Enunciado 99, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela suposta prÃ¡tica do crime previsto no art. 150, do CTB. A vÃtima estava intimada e nÃ£o compareceu, configurando desinteresse no prosseguimento do feito (fl. 31). ACOLHO O PARECER DO MINISTÃRIO PÃBLICO, o qual adoto para fundamentar a presente decisÃ£o e DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, por falta de justa causa para aÃ§Ã£o penal, com fundamento no art. 395, III, do CPP e Enunciado 99 do FONAJE. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

PROCESSO: 00252073420198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:GILBERTO SMAELLY DOS SANTOS SILVA VITIMA:G. S. P. . PROCESSO NÂº 0025207-34.2019.8.14.0401 AUTOR DO FATO: GILBERTO SMAELLY DOS SANTOS SILVA VÃTIMA: G. S. P. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 129 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de lesÃ£o corporal supostamente perpetrado por GILBERTO SMAELLY DOS SANTOS SILVA em desfavor de GISELLY SCERNY PEDROSA, sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Ãs fls. 27/28, o MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pelo arquivamento do feito. Acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que a vÃtima, nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar designada - haja vista que o endereÃ§o declinado pela parte ofendida, em sede policial, nÃ£o existe, conforme informaÃ§Ã£o consignada pelos Correios (fl. 23) -, o que retira a condiÃ§Ã£o de procedibilidade do Parquet, sendo a mencionada ausÃªncia configuradora do desinteresse da parte ofendida na inauguraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a] ausÃªncia da vÃtima na audiÃªncia, quando intimada ou nÃ£o localizada, importarÃ¡ renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£oÂ¿. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 16/10/2019, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de GILBERTO SMAELLY DOS SANTOS SILVA, jÃ¡ qualificado nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da

Capital 1

PROCESSO: 00255789520198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:JONNY DOS SANTOS SIQUEIRA VITIMA:L. B. E. S. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0025578-95.2019.8.14.0401 AUTOR DO FATO: JONNY DOS SANTOS SIQUEIRA VÃTIMA: LENO BRITO DO ESPÃRITO SANTO ART. 310, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 03/11/2021, Ã s 12h, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausente as partes. Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de oferecimento de transaÃ§Ã£o penal em face da ausÃªncia do autor do fato. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, considerando a ausÃªncia do Representante do Estado, que foi requisitado (fls. 26/27), porÃ©m nÃ£o compareceu, o MP entende que nÃ£o hÃ¡ justa causa para aÃ§Ã£o penal, por falta de provas, razÃ£o pela qual requer o arquivamento dos autos, com fundamento no art. 395, III, do CPP c/c Enunciado 99, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela suposta prÃ¡tica do crime previsto no art. 310, do CTB. ACOLHO O PARECER DO MINISTÃRIO PÃBLICO, o qual adoto para fundamentar a presente decisÃ£o e DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, por falta de justa causa para aÃ§Ã£o penal, com fundamento no art. 395, III, do CPP e Enunciado 99 do FONAJE. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

PROCESSO: 00009129320208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:SIMONE DINIZ DE OLIVEIRA VITIMA:A. I. C. L. . PROCESSO NÂº 0000912-93.2020.8.14.0401 AUTORA DO FATO: SIMONE DINIZ DE OLIVEIRA VÃTIMA: A.I.C.L. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 147 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de ameaÃ§a supostamente perpetrado por SIMONE DINIZ DE OLIVEIRA em desfavor de ALCINEA IVANA COSTA LIMA sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Tendo em vista que a vÃtima nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar - embora devidamente intimada (fl. 21) -, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da parte acusada, em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o decorrente da renÃºncia tÃ¡cita, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE (fls. 22/23). Acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que a vÃtima, nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar designada - embora devidamente intimada (fl. 21) -, o que retira a condiÃ§Ã£o de procedibilidade do Parquet, sendo a mencionada ausÃªncia configuradora do desinteresse da parte ofendida na inauguraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a] ausÃªncia da vÃtima na audiÃªncia, quando intimada ou nÃ£o localizada, importarÃ¡ renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£oÂ¿. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 27/11/2019, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de SIMONE DINIZ DE OLIVEIRA, jÃ¡ qualificada nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 5 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00018075420208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:AMANDA CECILIA CAPELLA RODRIGUES VITIMA:M. K. T. A. . PROCESSO NÂº 0001807-54.2020.8.14.0401 AUTORA DO FATO: AMANDA CECÃLIA CAPELLA RODRIGUES VÃTIMA: M.K.T.D.A. CapitulaÃ§Ã£o

Penal: Art. 147 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de ameaÃ§a supostamente perpetrado por AMANDA CECILIA CAPELLA RODRIGUES em desfavor de MARCIA KEROLAINE TAVARES DE ALMEIDA sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Tendo em vista que a vÃtima nÃ£o foi localizada para comparecer Ã audiÃªncia preliminar - (fl. 20) -, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da parte acusada, em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o decorrente da renÚncia tÃ¡cita, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE (fls. 23/24). Acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que a vÃtima, nÃ£o foi localizada para comparecer a audiÃªncia preliminar designada - (fl. 20) -, o que retira a condiÃ§Ã£o de procedibilidade do Parquet, sendo a mencionada ausÃªncia configuradora do desinteresse da parte ofendida na inauguraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a] ausÃªncia da vÃtima na audiÃªncia, quando intimada ou nÃ£o localizada, importarÃ¡ renÚncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£oÂ¿. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 13/12/2019, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de AMANDA CECÃLIA CAPELLA RODRIGUES, jÃ¡ qualificada nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 5 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00022954320198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:ELAINE MENDES VILHENA AUTOR DO FATO:CATARINA MENDES VILHENA DE BARROS VITIMA:W. C. S. O. . PROCESSO NÂº. 0002295-43.2019.8.14.0401 AUTORES DO FATO: ELAINE MENDES VILHENA E CATARINA MENDES VILHENA DE BARROS VÃTIMA: W.C.D.S.O. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 147 do CP DECISÃO Tendo em vista a sentenÃ§a prolatada Ã s fls. 33 e 33/verso, inexistindo pendÃªncias, arquivem-se os autos definitivamente. BelÃ©m, 5 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim de BelÃ©m 1

PROCESSO: 00023367320208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Inquérito Policial em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:M. C. C. O. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0002336-73.2020.8.14.0401 AUTORA DO FATO: MARIA GIZELDA AMORIM CORREA VÃTIMA: Maiza ConceiÃ§Ã£o Correa de Oliveira Representante legal: MÃ¡rcio Richard Souza de Oliveira ART. 136, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 26/10/2021, Ã s 10:15 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausentes as partes. Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de oferecimento de transaÃ§Ã£o penal em face da ausÃªncia da autora do fato. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, considerando que o Representante Legal da vÃtima nÃ£o foi localizado, o MinistÃ©rio PÃºblico entende que nÃ£o hÃ¡ justa causa para aÃ§Ã£o penal, razÃ£o pela qual requer o arquivamento dos autos, com fundamento no art. 395, III, do CPP c/c Enunciado 99, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela suposta prÃ¡tica do crime previsto no art. 136, do CPB. O Representante legal da vÃtima nÃ£o foi localizado, conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, deixando de existir justa causa para aÃ§Ã£o penal. ACOLHO O PARECER DO MINISTÃRIO PÃBLICO, o qual adoto para fundamentar a presente decisÃ£o e DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, por falta de justa causa para aÃ§Ã£o penal, com fundamento no art. 395, III, do CPP e Enunciado 99 do FONAJE. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUÃZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

PROCESSO: 00024302120208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:EDEVAL DOS SANTOS BARBOSA VITIMA:J. M. B. S. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0002430-21.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: EDEVAL DOS SANTOS BARBOSA VÃTIMA: JOÃO MAX BORGES DE SOUZA ART. 147, DO CTB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Â Â Â Â Aos 13/10/2021, Ã s 10:15 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausentes as partes. Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, prejudicada tentativa conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia das partes. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, considerando a resposta do mandando da vÃtima e que esta nÃ£o foi localizada (fl. 28), configurando renÃºncia tÃ¡cita ao direito de representaÃ§Ã£o, o MP requer a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato, em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV, do CPB c/c Enunciado 117, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 147 do CPB, crime de aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o. No caso dos autos, a resposta do mandado da vÃtima consta que ela nÃ£o foi localizada (fl. 28), configurando renÃºncia tÃ¡cita a representaÃ§Ã£o, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE. Desse modo, considerando que os fatos ocorreram no dia 11/01/2020, conforme Boletim de OcorrÃªncia Ã fl. 03, verifica-se que o prazo decadencial se encontra ultrapassado. Isto posto, declaro extinta a punibilidade do autor do fato EDEVAL DOS SANTOS BARBOSA, em virtude da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV do CPB c/c Enunciado 117 do FONAJE. Publique-se. Intime-se. Registre-se. ApÃ³s, arquivem-se os autosÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

PROCESSO: 00034432620188140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 DENUNCIADO:ACASSIO DA SILVA MARTINS VITIMA:K. S. M. TESTEMUNHA:RENATA MENDONCA DE MORAES. PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. 0003443-26.2018.8.14.0401 AUTOR DO FATO: ACASSIO DA SILVA MARTINS Advogado: Marivaldo Nunes do Nascimento OAB/PA 16192 VÃTIMA: Kallyd da Silva Martins OAB/PA 450553 ART. 147, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Â Â Â Â Aos 03/11/2021, Ã s 11:45 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, presentes as partes. Presente o Sr. JosÃ© Luiz de Figueiredo Martins Neto, que declarou ser estudante do Curso de Direito na Faculdade EstÃ¡cio de SÃ¡, do 7Âº semestre. Aberta a audiÃªncia, as partes nÃ£o conciliaram. Em seguida, a Representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu proposta de transaÃ§Ã£o penal, nos seguintes termos: PrestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, no perÃodo de 30 (trinta) dias, com carga horÃ¡ria de 06 horas semanais, de acordo com as aptidÃµes do autorÂ do fato, em entidade a ser determinada pelo nÃºcleo de apoio da central de penas alternativas. O autor do fato e seu advogado nÃ£o aceitaram a proposta de transaÃ§Ã£o penal. Em seguida, a Representante do MinistÃ©rio PÃºblico ratificou a proposta de suspensÃ£o condicional do processo ofertada na denÃºncia pelo perÃodo de dois anos, nos termos do art. 89, Â§1Âº, da Lei 9099/95. O autor do fato e seu advogado nÃ£o aceitaram a proposta de suspensÃ£o condicional do processo. Dada a palavra ao advogado do autor do fato, ele declarou que apresentarÃ¡ as testemunhas dentro do prazo legal. Foi informado que a UPJ precisa de um prazo de 60 dias para cumpir as diligÃªncias de intimaÃ§Ã£o. Em seguida, o MinistÃ©rio PÃºblico, se manifestou nos seguintes termos: "MM. JuÃza, o MP requer a redesignaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. Pede deferimentoÂ¿. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: Â¿Renovem-se as diligÃªncias para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 03/02/2022 Ã s 11h30. Cientes o denunciado e a vÃtima presentes. Ciente a testemunha Renata MendonÃ§a de Moraes presente. Cumpra-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

_____ AUTOR DO FATO: ACASSIO DA SILVA MARTINS

_____

Advogado: Marivaldo Nunes do Nascimento OAB/PA 16192

_____ VÃTIMA: Kallyd da Silva Martins OAB/PA 450553

PROCESSO: 00045876420208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:DJANIRA BARROS DA SILVA AUTOR DO FATO:MARICELI FARIAS VIRGOLINO VITIMA:A. L. C. S. VITIMA:R. S. P. VITIMA:R. J. S. C. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0004587-64.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: DJANIRA BARROS DA SILVA AUTOR DO FATO: MARICELI FARIAS VIRGOLINO VÃTIMA: ALBERTO LUIZ CARDOSO DE SOUZA VÃTIMA: RENILDO DE SOUSA PINTO VÃTIMA: RÃMULO JOSÃ DE SOUZA CUNHA ART. 331 e 138, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 26/10/2021, Ã s 10:45 horas nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausentes os autores do fato. Presente o representante do Estado, o PM Renildo de Sousa Pinto. Ausentes as vÃtimas RÃ´mulo e Alberto. Aberta a audiÃªncia, prejudicada tentativa de conciliaÃ§Ã£o e oferecimento de transaÃ§Ã£o penal em face da ausÃªncia das autoras do fato. Em consulta ao Sistema Libra e PJE verificou-se que nÃ£o hÃ¡ queixa-crime com as mesmas partes do presente TCO. O prazo decadencial expirou em 22/08/2020, conforme boletim de ocorrÃªncia Ã fl. 02. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, quanto ao crime de injÃºria, o MP manifesta-se declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade das autoras do fato pela decadÃªncia do direito de queixa, nos termos do art. 107, IV do CPB. Ã a manifestaÃ§Ã£o. Quanto ao crime de desacato, considerando a declaraÃ§Ã£o da vÃtima (Representante do Estado) de que nÃ£o tem interesse no prosseguimento do feito e a ausÃªncia das demais vÃtimas, o MinistÃ©rio PÃºblico entende que nÃ£o hÃ¡ justa causa para aÃ§Ã£o penal, razÃ£o pela qual requer o arquivamento dos autos, com fundamento no art. 395, III, do CPP c/c Enunciado 99, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica dos crimes previstos nos arts. 138 E 331, do CPB. No caso dos autos, nÃ£o houve o oferecimento da queixa-crime dentro do prazo decadencial, o qual expirou em 22/08/2020, conforme boletim de ocorrÃªncia Ã fl. 02. Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE DJANIRA BARROS DA SILVA e MARICELI FARIAS VIRGOLINO, em face da decadÃªncia do direito de queixa por parte da vÃtima, com fundamento no art. 107, IV do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-se. Quanto ao crime de desacato, previsto no art. 331, do CPB, a vÃtima presente, Renildo de Sousa Pinto, declarou que nÃ£o tem interesse no prosseguimento do feito; a vÃtima RÃ´mulo JosÃ© de Souza Cunha estava intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fl. 31); e a vÃtima Alberto Luiz Cardoso de Souza nÃ£o foi localizada (fl. 32), deixando de existir justa causa para aÃ§Ã£o penal. ACOLHO O PARECER DO MINISTÃRIO PÃBLICO, o qual adoto para fundamentar a presente decisÃ£o e DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, por falta de justa causa para aÃ§Ã£o penal, com fundamento no art. 395, III, do CPP e Enunciado 99 do FONAJE. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ VÃTIMA (Representante do Estado): RENILDO DE SOUSA PINTO

PROCESSO: 00051453620208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:ALVARO DE OLIVEIRA SANTOS DA SILVA VITIMA:C. L. T. M. . PROCESSO NÂº 0005145-36.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: ALVARO DE OLIVEIRA SANTOS DA SILVA VÃTIMA: C.L.T.M. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 147 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de ameaÃ§a supostamente perpetrado por ALVARO DE OLIVEIRA SANTOS DA SILVA em desfavor de CLAUDIO LISIAS TEIXEIRA MACHADO sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Tendo em vista que a vÃtima

nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar - embora devidamente intimada (fl. 25) -, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da parte acusada, em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o decorrente da renÃºncia tÃ¡cita, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE (fls. 28/29). Acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que a vÃtima, nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar designada - embora devidamente intimada (fl. 25) -, o que retira a condiÃ§Ã£o de procedibilidade do Parquet, sendo a mencionada ausÃªncia configuradora do desinteresse da parte ofendida na inauguraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a] ausÃªncia da vÃtima na audiÃªncia, quando intimada ou nÃ£o localizada, importarÃ¡ renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£oÂ¿. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 9/12/2019, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ALVARO DE OLIVEIRA SANTOS DA SILVA, jÃ¡ qualificado nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 5 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00076509720208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 05/11/2021 QUERELANTE:LUIZ MOURA DE OLIVEIRA FERREIRA FILHO GOUVEA Representante(s): OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) QUERELADO:SAMEA VIEIRA GALVAO. PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0007650-97.2020.8.14.0401 QUERELANTE: LUIZ MOURA D`OLIVEIRA FERREIRA FILHO GOUVEIA Advogada: Ana Caroline Nonato dos Santos OAB/PA 31308 QUERELADA: SAMEA VIEIRA GALVÃO ART. 138, DO CPB TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Aos 04/11/2021, Ã s 11h, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, presente o querelante acompanhado de sua advogada. Ausente a querelada. Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, prejudicada tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia da querelada, que nÃ£o foi intimada, conforme a certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a Ã fl. 31, que informa que a autora do fato nÃ£o reside no endereÃ§o indicado. Em seguida, o querelante declarou que nÃ£o interesse no prosseguimento do feito, renunciando ao direito de queixa. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: "MM. JuÃza, trata-se de queixa-crime oferecida para apurar suposta conduta delituosa prevista no art. 138, do CPB. Considerando que o querelante renunciou ao direito de queixa, nos termos do art. 104, do CPB, o MinistÃ©rio PÃºblico manifesta-se pela declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da querelada, em face da renÃºncia ao direito de queixa, com fundamento no art. 107, V, c/c art. 104, do CPBÂ¿. Em seguida, a JuÃza sentenciou: Â¿Trata-se de queixa-crime oferecida por Luiz Moura D`Oliveira Ferreira Filho Gouveia em face de Samea Vieira GalvÃ£o, em virtude da suposta prÃ¡tica do crime previsto no art. 138, do CPB. Desse modo, considerando a declaraÃ§Ã£o do querelante de que nÃ£o tem interesse no prosseguimento do feito, tem-se a configuraÃ§Ã£o da renÃºncia ao direito de queixa, nos termos do art. 104, do CPB. Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE SAMEA VIEIRA GALVÃO, com fundamento no art. 104 c/c art. 107, inciso V, do CPB, determinando, em consequÃªncia, o arquivamento do presente procedimento. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu,_____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi JUÃZA: M I N I S T Ã R I O P Ã B L I C O : _____ QUERELANTE: L U I Z M O U R A D`O L I V E I R A F E R R E I R A F I L H O G O U V E I A _____ Advogada: Ana Caroline Nonato dos Santos OAB/PA 31308

PROCESSO: 00098914420208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 05/11/2021

QUERELANTE:EVERLYN LIMA DOS REIS Representante(s): OAB 18546 - EDGAR LIMA FLORENTINO (ADVOGADO) QUERELADO:PEDRO LUCAS GOMES CRUZ. PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0009891-44.2020.8.14.0401 QUERELANTE: EVERLYN LIMA DOS REIS Advogada: Olga Darcy Gouvea Mendes de Souza OAB/PA 10224 QUERELADO: PEDRO LUCAS GOMES CRUZ ART. 139 e 140, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Aos 04/11/2021, Ã s 10h, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, presente a querelante acompanhada de sua advogada. Ausente o querelado. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia do querelado. Verificou-se que nÃ£o hÃ¡ resposta do mandado de intimaÃ§Ã£o expedido para o querelado (mandado n. 20210193717642 Ã fl. 61). Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM JuÃza, o MP requer que os autos aguardem em secretaria o retorno do mandado do querelado. ApÃ³s, vista ao MP. Pede DeferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza deliberou: Â¿Defiro o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico. Acautelem-se os autos na UPJ pelo prazo de 30 dias, aguardando-se o retorno do mandado do querelado. Decorrido o prazo, certifique-se e dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. Cumpra-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu,Â , Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUÃZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ QUERELANTE: EVERLYN LIMA DOS REIS _____ Advogado: Olga Darcy Gouvea Mendes de Souza OAB/PA 10224

PROCESSO: 00099209420208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR/VITIMA:JULYANNA LOUISE DUARTE GUIMARAES AUTOR/VITIMA:MICHELLE ISLAND DE ALMEIDA DUARTE. PROCESSO NÂº 0009920-94.2020.8.14.0401 AUTORA DO FATO/VÃTIMA: JULYANNA LOUISE DUARTE GUIMARÃES AUTORA DO FATO/VÃTIMA: MICHELLE ISLAND DE ALMEIDA DUARTE CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 147 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de ameaÃ§a supostamente perpetrado reciprocamente por JULYANNA LOUISE DUARTE GUIMARÃES e MICHELLE ISLAND DE ALMEIDA DUARTE, sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Ã fl. 22, o MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pelo arquivamento do feito, haja vista que as vÃtimas ofertaram retrataÃ§Ã£o quanto Ã representaÃ§Ã£o anteriormente formulada, assim como jÃ¡ ter transcorrido o prazo decadencial. Acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que as vÃtimas retrataram-se da representaÃ§Ã£o - conforme documento colacionado Ã s fls. 19/20 -, o que justificaria a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da parte acusada. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 19/5/2020, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de JULYANNA LOUISE DUARTE GUIMARÃES E MICHELLE ISLAND DE ALMEIDA DUARTE, jÃ¡ qualificadas nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 5 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00128026320198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:KARDEC MARLON MORAIS DO NASCIMENTO VITIMA:J. C. P. M. Representante(s): OAB 18107 - ZARAH EMANUELLE MARTINHO TRINDADE (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0012802-63.2019.8.14.0401 AUTORA DO FATO: KARDEC MARLON MORAIS DO NASCIMENTO VÃTIMA: J.C.P.M. (Adv. Zarah Emanuelle Martinho Trindade OAB/PA 18.107) CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 147 do CP. SENTENÃA Vistos,

etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de ameaÃ§a supostamente perpetrado por KARDEC MARLON MORAIS DO NASCIMENTO em detrimento de Josyanne Cristina Prestes Madeira, sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Ã fl. 31, o MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pelo arquivamento do feito, haja vista que a vÃtima ofertou retrataÃ§Ã£o quanto Ã representaÃ§Ã£o anteriormente formulada, assim como jÃ¡ ter transcorrido o prazo decadencial. Acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que a vÃtima retratou-se da representaÃ§Ã£o - conforme documento colacionado Ã fl. 29 - , o que justificaria a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da parte acusada. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 21/5/2019, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de KARDEC MARLON MORAIS DO NASCIMENTO, jÃ¡ qualificado nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 5 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00130803020208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:JANAINA BATISTA BARBOSA VITIMA:O. V. C. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº 0013080-30.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: JANAINA BATISTA BARBOSA VÃTIMA: ORIVAL VIEGAS CRAVO ART. 147, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Â Â Â Â Aos 13/10/2021, Ã s 11h, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, presente a vÃtima. Ausente a autora do fato. Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia da autora do fato. A vÃtima declarou que nÃ£o tem interesse no prosseguimento do feito, renunciando ao direito de representaÃ§Ã£o. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, a vÃtima expressamente declarou seu desinteresse no prosseguimento do presente feito, se retratando da representaÃ§Ã£o ofertada anteriormente, retirando do MP condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Desse modo, o MP requer que o JuÃzo declare extinta a punibilidade da autora do fato pela decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com base no Enunciado 113 do FONAJE e nos termos dos art. 107, IV do CPB. Pede DeferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 147, do CPB, crime de aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o. No caso dos autos, a vÃtima expressamente declarou seu desinteresse no prosseguimento do presente feito, razÃ£o pela qual retratou-se da representaÃ§Ã£o ofertada anteriormente, retirando do MP, condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Assim e considerando que, segundo TCO de fls. 05, os fatos ocorreram no dia 12/05/2020, verifica-se que o prazo do art. 38 do CPP, foi ultrapassado in albis. DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DA AUTORA DO FATO JANAÃNA BATISTA BARBOSA, em virtude de ter ocorrido a decadÃªncia do direito de representar por parte da vÃtima, com fundamento no Enunciado 113 do FONAJE e art. 107, IV do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ VÃTIMA: ORIVAL VIEGAS CRAVO

PROCESSO: 00132093520208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:CLAUDIONOR NEGRAO DA COSTA JUNIOR VITIMA:L. C. E. S. S. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0013209-35.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: CLAUDIONOR NEGRÃO DA COSTA JUNIOR VÃTIMA: LUIZ CARLOS DO ESPÃRITO SANTO DA SILVA ART. 147, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 26/10/2021, Ã s 12h, nesta cidade de

BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausentes as partes. Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia das partes. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM JuÃza, a vÃtima estava intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fl. 18), configurando renÃºncia tÃ¡cita ao direito de representaÃ§Ã£o, o MP requer a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV, do CPB c/c Enunciado 117, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza deliberou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime do art. 147, do CPB. No caso dos autos, a vÃtima foi intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fl. 18), configurando renÃºncia tÃ¡cita a representaÃ§Ã£o, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE. Desse modo, considerando que os fatos ocorreram no dia 01/07/2020, conforme Boletim de OcorrÃªncia Ã fl. 05, verifica-se que o prazo decadencial se encontra ultrapassado. Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE CLAUDIONOR NEGRÃO DA COSTA JUNIOR, em virtude da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV do CPB c/c Enunciado 117 do FONAJE. Publique-se. Intime-se. Registre-se. ApÃ³s, arquivem-se os autos. Cumpra-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

PROCESSO: 00132344820208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:ALDECY DE NAZARE DINIZ MELO VITIMA:S. P. S. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0013234-48.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: ALDECY DE NAZARÃ DINIZ MELO VÃTIMA: SIDICLEIA PANTOJA DOS SANTOS ART. 147, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Â Â Â Â Aos 27/10/2021, Ã s 09:30 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausentes as partes. Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia das partes. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, a vÃtima nÃ£o foi localizada (fl. 24), configurando renÃºncia tÃ¡cita ao direito de representaÃ§Ã£o, o MP requer a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da autora do fato, em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV, do CPB c/c Enunciado 117, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica da contravenÃ§Ã£o prevista no art. 147, do CPB. No caso dos autos, a vÃtima nÃ£o foi localizada (fl. 24), configurando renÃºncia tÃ¡cita a representaÃ§Ã£o, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE. Desse modo, considerando que os fatos ocorreram no dia 17/06/2020, conforme Boletim de OcorrÃªncia Ã fl. 03, verifica-se que o prazo decadencial se encontra ultrapassado. Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE ALDECY DE NAZARÃ DINIZ MELO, em virtude da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV do CPB c/c Enunciado 117 do FONAJE. Publique-se. Intime-se. Registre-se. ApÃ³s, arquivem-se os autosÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

PROCESSO: 00133055020208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:RAYRA LOBATO COELHO VITIMA:L. C. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0013305-50.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: RAYRA LOBATO COELHO VÃTIMA: LARISSA CHAGAS ART. 147, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 26/10/2021, Ã s 09:30 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, presente a autora do fato. Ausente a vÃtima. Aberta a

audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia da vÃtima, que estava intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fl. 19). Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, a vÃtima foi intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fl. 19), configurando renÃºncia tÃ¡cita ao direito de representaÃ§Ã£o, o MP requer a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da autora do fato, em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV, do CPB c/c Enunciado 117, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica da contravenÃ§Ã£o prevista no art. 147, do CPB. No caso dos autos, a vÃtima foi intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fl. 19), configurando renÃºncia tÃ¡cita a representaÃ§Ã£o, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE. Desse modo, considerando que os fatos ocorreram no dia 11/06/2020, conforme Boletim de OcorrÃªncia Ã fl. 03, verifica-se que o prazo decadencial se encontra ultrapassado. Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE RAYRA LOBATO COELHO, em virtude da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV do CPB c/c Enunciado 117 do FONAJE. Publique-se. Intime-se. Registre-se. ApÃ³s, arquivem-se os autosÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu,____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____
AUTORA DO FATO: RAYRA LOBATO COELHO

PROCESSO: 00134657520208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:GRACIONEI GOMES TELES VITIMA:A. S. A. M. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0013465-75.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: GRACIONEI GOMES TELES VÃTIMA: ANDERSON SALATIEL DE ASSUNÃÃO MORAES ART. 150, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Â Â Â Â Aos 13/10/2021, Ã s 10h horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausentes as partes. Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, verificou-se que a vÃtima mudou de endereÃ§o, conforme resposta do AR Ã fl 18. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, considerando que a vÃtima mudou de endereÃ§o e nÃ£o compareceu a este Juizado para atualizar, verifica-se seu desinteresse no prosseguimento do feito, razÃ£o pela qual o MinistÃ©rio PÃºblico requer o arquivamento dos autos, por falta de justa causa para aÃ§Ã£o penal, com fundamento no art. 395, III, do CPP c/c Enunciado 99, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 150, do CPB. No caso dos autos, a vÃtima nÃ£o foi localizada em razÃ£o da mudanÃ§a de endereÃ§o e nÃ£o compareceu a este Juizado para informar onde poderia ser encontrada, configurando desinteresse no prosseguimento do presente feito. Isto posto, ACOLHO O PARECER DO MINISTÃRIO PÃBLICO E DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, por falta de justa causa para aÃ§Ã£o penal, com fundamento no art. 395, III, do CPP e Enunciado 99 do FONAJE. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUÃZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

PROCESSO: 00134726720208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:MARCOS ALEXANDRE COSTA MACHADO VITIMA:A. J. B. P. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0013472-67.2020.8.14.0401 AUTORA DO FATO: MARCOS ALEXANDRE COSTA MACHADO VÃTIMA: ALEX JUNIOR BRANDÃO PINTO ART. 21, DA LCP TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 13/10/2021, Ã s 10:30 horas nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausentes as partes. Aberta a audiÃªncia, prejudicada tentativa conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia das partes. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, considerando a resposta do AR da vÃtima e que esta nÃ£o foi localizada (fl. 19), configurando renÃºncia tÃ¡cita ao direito de representaÃ§Ã£o, o MP requer a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade do

autor do fato, em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV, do CPB c/c Enunciado 117, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica da contravenÃ§Ã£o prevista no art. 21, da LCP. No caso dos autos, a resposta do AR da vÃtima consta que o endereÃ§o Ã© insuficiente, e portanto, nÃ£o foi localizada (fl. 19), configurando renÃºncia tÃ¡cita a representaÃ§Ã£o, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE. Desse modo, considerando que os fatos ocorreram no dia 12/04/2020, conforme Boletim de OcorrÃªncia Ã fl. 06, verifica-se que o prazo decadencial se encontra ultrapassado. Isto posto, declaro extinta a punibilidade do autor do fato MARCOS ALEXANDRE COSTA MACHADO, em virtude da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV do CPB c/c Enunciado 117 do FONAJE. Publique-se. Intime-se. Registre-se. ApÃ³s, arquivem-se os autosÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

PROCESSO: 00142390820208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:CLEITON PENICHE RODRIGUES VITIMA:L. S. M. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0014239-08.2019.8.14.0401 AUTOR DO FATO: CLEITON PENICHE RODRIGUES VÃTIMA: LUCIANO SILVA MANGAS ART. 139, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 13/10/2021, Ã s 09:30 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, presentes as partes. Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, as partes assumiram perante as autoridades o compromisso de respeito recÃproco, sem agressÃµes fÃsicas ou morais, com tratamento urbano e cordial, buscando sempre a soluÃ§Ã£o pacÃfica das divergÃªncias que entre elas se apresentarem. Em consulta ao Sistema Libra verificou-se que nÃ£o hÃ¡ queixa-crime com as mesmas partes do presente TCO. O prazo decadencial expirou em 19/11/2020, conforme boletim de ocorrÃªncia Ã fl. 04. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, o MP manifesta-se pela homologaÃ§Ã£o do acordo de convivÃªncia pacÃfica realizado entre as partes e a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato pela decadÃªncia do direito de queixa, nos termos do art. 107, IV do CPB. Ã a manifestaÃ§Ã£oÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 139, do CPB. No caso dos autos, nÃ£o houve o oferecimento da queixa-crime dentro do prazo decadencial, o qual expirou em 19/11/2020, conforme boletim de ocorrÃªncia Ã fl. 04, porÃ©m as partes realizaram acordo de convivÃªncia pacÃfica. Isto posto, HOMOLOGO, POR SENTENÃA, PARA QUE PRODUZAM SEUS JURÃDICOS E LEGAIS EFEITOS, O ACORDO DE CONVIVÃNCIA PACÃFICA ENTRE AS PARTES. Declaro extinta a punibilidade do autor do fato CLEITON PENICHE RODRIGUES, em face da decadÃªncia do direito de queixa por parte da vÃtima, com fundamento no art. 107, IV do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu,____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ AUTOR DO FATO: CLEITON PENICHE RODRIGUES _____ VÃTIMA: LUCIANO SILVA MANGAS

PROCESSO: 00146349720208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:JEFFERSON ALEX MACIEL CAVALCANTE VITIMA:J. A. S. B. P. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. 0014634-97.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: JEFFERSON ALEX MACIEL CAVALCANTE VÃTIMA: JOSÃ ANTONIO SANTA BRÃGIDA PINHEIRO ART. 129, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 26/10/2021, Ã s 11:30 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausentes as partes. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da

ausÃªncia das partes. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, a vÃtima nÃ£o foi localizada (fl. 27), configurando renÃºncia tÃ¡cita ao direito de representaÃ§Ã£o, o MP requer a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato, em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV, do CPB c/c Enunciado 117, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica da contravenÃ§Ã£o prevista no art. 129, do CPB. No caso dos autos, a vÃtima nÃ£o foi localizada (fl. 29), configurando renÃºncia tÃ¡cita a representaÃ§Ã£o, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE. Desse modo, considerando que os fatos ocorreram no dia 20/05/2020, conforme Boletim de OcorrÃªncia Ã fl. 03, verifica-se que o prazo decadencial se encontra ultrapassado. Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE JEFFERSON ALEX MACIEL CAVALCANTE, em virtude da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV do CPB c/c Enunciado 117 do FONAJE. Publique-se. Intime-se. Registre-se. ApÃ³s, arquivem-se os autosÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

PROCESSO: 00146513620208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:MARIA DE NAZARE ASSUNCAO GOMES AUTOR DO FATO:MIGUEL AFONSO DA SILVA VITIMA:J. N. R. S. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0014651-36.2020.8.14.0401 AUTOR DO FATO: MARIA DE NAZARÃ ASSUNÃÃO GOMES AUTOR DO FATO: MIGUEL AFONSO DA SILVA VÃTIMA: JOSÃ NAZARENO RIBEIRO SERRÃO ART. 42, III, LCP TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 13/10/2021, Ã s 12h, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, presentes as partes. Aberta a audiÃªncia, foi dada a palavra Ã s partes, que resolveram assumir perante as autoridades o compromisso de respeito recÃproco, sem agressÃµes fÃsicas ou morais, com tratamento urbano e cordial, buscando sempre a soluÃ§Ã£o pacÃfica das divergÃªncias que entre elas se apresentarem. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, considerando que as partes realizaram acordo de convivÃªncia pacÃfica e que a vÃtima declarou expressamente que nÃ£o tÃªm interesse no prosseguimento do feito, o MinistÃ©rio PÃºblico requer a homologaÃ§Ã£o do referido acordo e o arquivamento dos autos, por falta de justa causa para aÃ§Ã£o penal, com fundamento no art. 395, III, do CPP c/c Enunciado 99, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 42, III, da LCP. No caso dos autos, o autor do fato expressamente declarou o desinteresse no prosseguimento do presente feito, realizando acordo de convivÃªncia pacÃfica. Isto posto, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, para que produzam seus jurÃdicos e legais efeitos, o acordo de convivÃªncia pacÃfica entre as partes, e, por conseguinte, determino o arquivamento dos autos, por falta de justa causa para aÃ§Ã£o penal, com fundamento no art. 395, III, do CPP e Enunciado 99 do FONAJE. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ AUTOR DO FATO: MARIA DE NAZARÃ ASSUNÃÃO GOMES _____ AUTOR DO FATO: MIGUEL AFONSO DA SILVA _____ VÃTIMA: JOSÃ NAZARENO RIBEIRO SERRÃO

PROCESSO: 00147890320208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 05/11/2021 QUERELANTE:DEUZARINA LOBO SANTOS Representante(s): OAB 27634 - JULIE REGINA TEIXEIRA MARTINS (ADVOGADO) QUERELADO:ARIENE KELLEN FERREIRA NUNES QUERELADO:FLAVIA DANIELE DA SILVA SANTOS QUERELADO:ADRIENE DAYANE FERREIRA NUNES. PROCESSO NÂº 0014789-03.2020.8.14.0401 QUERELANTE: DEUZARINA LOBO SANTOS (Advogada Julie Regina Teixeira Martins - OAB/PA 27.634) QUERELADAS: ADRIENE DAYANE FERREIRA NUNES, ARIENE KELLEN FERREIRA NUNES E FLAVIA DANIELE DA SILVA SANTOS DECISÃO

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de queixa-crime ajuizada por DEUZARINA LOBO SANTOS em desfavor de ADRIENE DAYANE FERREIRA NUNES, ARIENE KELLEN FERREIRA NUNES e FLAVIA DANIELE DA SILVA SANTOS, a quem foram imputados os delitos tipificados nos arts. 139 e 140 do CÃ³digo Penal. Ã fl. 16, determinei o apensamento dos presentes autos ao Procedimento nÂº 0014788-18.2020.8.14.0401 - em razÃ£o de liame conectivo entre os feitos, nos termos da certidÃ£o de fl. 15 - e a designaÃ§Ã£o de audiÃªncia preliminar, vindo o MinistÃ©rio PÃºblico a manifestar-se pelo cumprimento da mencionada deliberaÃ§Ã£o judicial (fl. 17). Ã a suficiente sÃntese processual. Inicialmente, defiro o pedido de gratuidade da justiÃ§a, haja vista que, nos autos, nÃ£o se fazem presentes elementos que desconstituam a presunÃ§Ã£o relativa de veracidade da alegaÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia vocalizada pela querelante (fl. 13), conforme a conjugaÃ§Ã£o do art. 3Âº do CÃ³digo de Processo Penal com o art. 98 do CÃ³digo de Processo Civil. Em progressÃ£o, registro que o compulsar dos autos revela a existÃªncia de liame conectivo entre o presente Processo nÂº 0014789-03.2020.8.14.0401 com o Processo nÂº 0014788-18.2020.8.14.0401 e com o Processo nÂº 0016769-82.2020.8.14.0401 - conforme consulta processual realizada junto ao sistema Libra -, razÃ£o pela qual ratifico a determinaÃ§Ã£o de apensamento de fl. 16 e designo o dia 24/1/2022, Ã s 11h45min, para a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia preliminar una alusiva aos referidos feitos, em homenagem aos princÃpios informadores dos Juizados Especiais Criminais e Ã s regras de conexÃ£o e continÃªncia.Â Intimem-se. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital

PROCESSO: 00161046620208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 05/11/2021 DENUNCIADO:HORTENCIO FELICIO DE SOUSA VITIMA:A. L. J. F. . Gabinete da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m Processo: 0016104-66.2020.8.14.0401 Despacho:Â Designo o dia 10/02/2022, Ã s 11h para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento. Â Cite-se o denunciado, na forma dos arts. 66 e 68, da Lei 9099/95, entregando-lhe cÃ³pia da denuncia e consignando no mandado que este deverÃ¡ trazer suas testemunhas ou apresentar requerimento para intimaÃ§Ã£o, com antecedÃªncia mÃnima de 60(sessenta) da realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia, bem como a advertÃªncia de que o nÃ£o comparecimento importarÃ¡ a declaraÃ§Ã£o de sua ausÃªncia com o respectivo prosseguimento da instruÃ§Ã£o processual. Â Cientifique-se o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico e intimem-se a vÃtima e as testemunhas arroladas nos termos do art. 67 do supracitado diploma legal. Â Requisitem-se os antecedentes criminais do denunciado. Cumpra-se. BelÃ©m/PA, 30/09/2021 GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital

PROCESSO: 00168823620208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:ANA SUELEM DA SILVA E SILVA AUTOR DO FATO:RAIMUNDO CHAVES FRANCO VITIMA:R. J. F. M. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0016882-36.2019.8.14.0401 AUTORA DO FATO: ANA SUELEM DA SILVA E SILVA AUTOR DO FATO: RAIMUNDO CHAVES FRANCO VÃTIMA: RAISSA DE JESUS FERREIRA MARTINS ART. 147, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 26/10/2021, Ã s 10:30 horas nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausentes as partes. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia da vÃtima, que estava intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fl. 20). Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, a vÃtima foi intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fl. 20), configurando renÃºncia tÃ¡cita ao direito de representaÃ§Ã£o, o MP requer a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da autora do fato, em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV, do CPB c/c Enunciado 117, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica da contravenÃ§Ã£o prevista no art. 147, do CPB. No caso dos autos, a vÃtima foi intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fl. 20), configurando renÃºncia tÃ¡cita a representaÃ§Ã£o, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE. Desse modo, considerando que os fatos ocorreram no dia 12/09/2020, conforme Boletim de OcorrÃªncia Ã fl. 06, verifica-se que o prazo decadencial se encontra ultrapassado. Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE ANA SUELEM DA SILVA E SILVA e RAIMUNDO CHAVES FRANCO, em virtude da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com

fundamento no art. 107, IV do CPB c/c Enunciado 117 do FONAJE. Publique-se. Intime-se. Registre-se. ApÃ³s, arquivem-se os autosÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

PROCESSO: 00170567920198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Inquérito Policial em: 05/11/2021 INDICIADO:DOMINGOS PANTOJA PINHEIRO VITIMA:L. H. P. S. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0017056-79.2019.8.14.0401 AUTOR DO FATO: DOMINGOS PANTOJA PINHEIRO Advogada: Naly do Socorro Rodrigues Bacha OAB/PA 18147 VÃTIMA: LUCAS HENRIQUE PANTOJA SOARES (adolescente) Representante legal: Kelly Elizabeth Silva Pantoja (mÃ£e) ART. 136, DO CPBÂ TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 13/10/2021, Ã s 10:45 horas nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, presente o autor do fato. Ausente a vÃtima. Aberta a audiÃªncia, verificou-se que a vÃtima nÃ£o foi localizada, conforme resposta do mandado Ã fl. 75. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, considerando que a vÃtima nÃ£o foi localizada, verifica-se seu desinteresse no prosseguimento do feito, razÃ£o pela qual o MinistÃ©rio PÃºblico requer o arquivamento dos autos, por falta de justa causa para aÃ§Ã£o penal, com fundamento no art. 395, III, do CPP c/c Enunciado 99, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 136, do CPB. No caso dos autos, a vÃtima nÃ£o foi localizada, conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a Ã fl 75, configurando desinteresse no prosseguimento do presente feito. Isto posto, ACOLHO O PARECER DO MINISTÃRIO PÃBLICO E DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, por falta de justa causa para aÃ§Ã£o penal, com fundamento no art. 395, III, do CPP e Enunciado 99 do FONAJE. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ AUTOR DO FATO: DOMINGOS PANTOJA PINHEIRO _____ Advogada: Naly do Socorro Rodrigues Bacha OAB/PA 18147

PROCESSO: 00180281520208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:LARISSA CAROLINA ARAUJO DA SILVA AUTOR DO FATO:LUCIANA MACHADO MAGNO MARTINS VITIMA:G. P. M. . PROCESSO NÂº 0018028-15.2020.8.14.0401 AUTORAS DO FATO: LARISSA CAROLINA ARAÃJO DA SILVA E LUCIANA MACHADO MAGNO MARTINS VÃTIMA: G.P.M. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 140 do CP. SENTENÃA Vistos etc. DispensÃ¡vel o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§3Âº, da Lei n. 9.099/95. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO), que atribui as nacionais LARISSA CAROLINA ARAÃJO DA SILVA e LUCIANA MACHADO MAGNO MARTINS a prÃ¡tica do delito tipificado no art. 140 do CÃ³digo Penal em desfavor de Giselle Pereira Melo. Compulsando os autos, observo que os fatos ocorreram no dia 15/9/2020, comeÃ§ando desta data a contagem do prazo decadencial de 6 (seis) meses para o ajuizamento da queixa-crime relativa ao delito de injÃºria, consoante a combinaÃ§Ã£o do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP) com o art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal. Assim, durante a regular marcha processual, nÃ£o se observou nenhuma causa interruptiva ou suspensiva da prescriÃ§Ã£o, restando fulminada a pretensÃ£o punitiva estatal, especialmente quando a prÃ³pria vÃtima externa expressamente seu desinteresse na persecuÃ§Ã£o penal. Nesse sentido jÃ¡ se posicionou o Superior Tribunal de JustiÃ§a, o qual assentou que Â¿ante a disponibilidade da aÃ§Ã£o penal privada, regida ainda pelos princÃpios da conveniÃªncia e da oportunidade, nÃ£o cabe ao juiz tutelar o regular exercÃcio do direito de queixa, limitando-se, conforme o caso, a aplicar o direito cabÃvel Ã espÃ©cieÂ¿ (Agravo Regimental nos Embargos de DeclaraÃ§Ã£o na AÃ§Ã£o Penal nÂº 958, Corte Especial, Relatora Ministra Nancy Andrighi, julgado em 18/11/2020, publicado em 26/11/2020). ANTE O EXPOSTO, reconheÃ§o a decadÃªncia em relaÃ§Ã£o ao delito de injÃºria e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de LARISSA CAROLINA ARAÃJO DA SILVA E LUCIANA MACHADO MAGNO MARTINS, jÃ¡ qualificadas nos autos, nos termos da conjugaÃ§Ã£o dos arts. 107, IV e 103, ambos do CÃ³digo Penal com os arts. 38 e 61, ambos do CÃ³digo de Processo Penal. P.R.I. BelÃ©m, 5 de novembro de 2021. GILDES MARIA

SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital

PROCESSO: 00185862120198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:LUIS ALBERTO DA PEDRA SILVA VITIMA:C. S. S. L. Representante(s): OAB 27820 - THABYTA KYRIA ALVES GALVAO DE LIMA (ADVOGADO) . Processo nÂ°: 0018586-21.2019.8.14.0401 AUTOR DO FATO: LUIS ALBERTO DA PEDRA SILVA VÃTIMA: C.D.S.D.S.L. (Adv. ThÃ¡byta Kyria Alves GalvÃ£o OAB/PA 27.820) DESPACHO Tendo em vista a petiÃ§Ã£o de fl. 23 determino o seguinte: 1. Consigne-se na capa dos autos e onde mais couber, o nome da causÃdica da vÃtima, para os devidos fins; 2. ApÃ³s, defiro o pedido de vistas. BelÃ©m, 5 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim de BelÃ©m

PROCESSO: 00188162920208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Inquérito Policial em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:EM APURACAO VITIMA:M. A. P. N. F. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº 0018816-29.2020.8.14.0401 AUTORA DO FATO: SAID PITTER COSTA PINHO VÃTIMA: MARCO ANTÃNIO PARENTE NOGUEIRA FILHO ART. 129, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 03/11/2021, Ã s 10:15 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, presente a vÃtima. Ausente o suposto autor do fato. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia do autor do fato. A vÃtima declarou que nÃ£o tem interesse no prosseguimento do feito, renunciando ao direito de representaÃ§Ã£o. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, a vÃtima expressamente declarou seu desinteresse no prosseguimento do presente feito, se retratando da representaÃ§Ã£o ofertada anteriormente, retirando do MP condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Desse modo, o MP requer que o JuÃzo declare extinta a punibilidade do autor do fato pela decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com base no Enunciado 113 do FONAJE e nos termos dos art. 107, IV do CPB. Pede DeferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 129, do CPB, crime de aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o. No caso dos autos, a vÃtima expressamente declarou seu desinteresse no prosseguimento do presente feito, razÃ£o pela qual retratou-se da representaÃ§Ã£o ofertada anteriormente, retirando do MP, condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Assim e considerando que, segundo TCO de fls. 05, os fatos ocorreram no dia 15/03/2020, verifica-se que o prazo do art. 38 do CPP, foi ultrapassado in albis. DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE SAID PITTER COSTA PINHO, em virtude de ter ocorrido a decadÃªncia do direito de representar por parte da vÃtima, com fundamento no Enunciado 113 do FONAJE e art. 107, IV do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUÃZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ VÃTIMA: MARCO ANTÃNIO PARENTE NOGUEIRA FILHO

PROCESSO: 00188962720198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:CESAR AUGUSTO DA SILVA PANTOJA VITIMA:D. P. S. VITIMA:E. A. P. VITIMA:P. A. P. S. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 00188896-27.2019.8.14.0401 AUTOR DO FATO: CESAR AUGUSTO DA SILVA PANTOJA VÃTIMA: DANIELI PANTOJA DA SILVA VÃTIMA: ERMINA ALVIM PANTOJA VÃTIMA: PAULO AUGUSTO PANTOJA DA SILVA ART. 147, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 03/11/2021, Ã s 10:45 horas nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausentes as partes. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia das partes. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM JuÃza, o MP requer que os autos aguardem em secretaria o retorno do AR da vÃtima

Ermina Alvim Pantoja. ApÃ³s, vista ao MP. Pede DeferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza deliberou: Â¿Defiro o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico. Acautelem-se os autos na UPJ pelo prazo de 30 dias, aguardando-se o retorno do AR da vÃtima Ermina Alvim Pantoja. Decorrido o prazo, certifique-se e dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. Cumpra-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

PROCESSO: 00232327420198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:MAILSON MENDES MATOS VITIMA:A. F. B. D. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0023232-74.2019.8.14.0401 AUTOR DO FATO: MAILSON MENDES MATOS VÃTIMA: ANGELA FLAVIA BATISTA DINIZ Advogado: Alipio Rodrigues Serra OAB/PA 8927 ART. 147, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 03/11/2021, Ã s 10h horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, presente a vÃtima. Ausente o autor do fato. Aberta a audiÃªncia, prejudicada tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia do autor do fato. A vÃtima declarou que tem interesse no prosseguimento do feito, representando neste ato em desfavor do autor do fato. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM JuÃza, o MP requer que a vÃtima apresente nome e endereÃ§o das testemunhas e demais provas existentes, no prazo de 15 dias. ApÃ³s, vista ao MP. Pede DeferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza deliberou: Â¿Defiro o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico. Determino o prazo de quinze dias para a vÃtima apresentar nome e endereÃ§o das testemunhas e demais provas que pretenda produzir. Decorridos os prazos, certifique-se e dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. Cumpra-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUÃZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ VÃTIMA: ANGELA F L A V I A B A T I S T A D I N I Z _____ Advogado: Alipio Rodrigues Serra OAB/PA 8927

PROCESSO: 00244114320198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:ALESSANDRA CRISTINA DA CUNHA TEIXEIRA VITIMA:T. Q. B. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº0024411-43.2019.8.14.0401 AUTOR DO FATO: ALESSANDRA CRISTINA DA CUNHA TEIZEIRA VÃTIMA: TEREZINHA QUEIROZ BARROS ART. 129, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 03/11/2021, Ã s 10:30 horas nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausentes as partes. Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia das partes. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM JuÃza, a vÃtima estava intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fls. 21 e 23), configurando renÃºncia tÃ¡cita ao direito de representaÃ§Ã£o, o MP requer a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da autora do fato em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV, do CPB c/c Enunciado 117, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime do art. 129, do CPB. No caso dos autos, a vÃtima foi intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fls. 21 e 23), configurando renÃºncia tÃ¡cita a representaÃ§Ã£o, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE. Desse modo, considerando que os fatos ocorreram no dia 21/09/2019, conforme Boletim de OcorrÃªncia Ã fl. 05, verifica-se que o prazo decadencial se encontra ultrapassado. Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE ALESSANDRA CRISTINA DA CUNHA TEIXEIRA, em virtude da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV do CPB c/c Enunciado 117 do FONAJE. Publique-se. Intime-se. Registre-se. ApÃ³s, arquivem-se os autos. Cumpra-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi.

JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

PROCESSO: 00247110520198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:JHONATHAN FREITAS MESCOUTO VITIMA:M. V. S. S. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº 0024711-05.2019.8.14.0401 AUTOR DO FATO: JHONATHAN FREITAS MESCOUTO VÃTIMA: MARCOS VINICIOS SOUZA DA SILVA ART. 147, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 03/11/2021, Ã s 11h, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, ausentes as partes. Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia das partes. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM JuÃza, a representante legal da vÃtima estava intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fl. 36), configurando renÃºncia tÃ¡cita ao direito de representaÃ§Ã£o, o MP requer a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade do autor do fato em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV, do CPB c/c Enunciado 117, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime do art. 147, do CPB. No caso dos autos, a representante legal da vÃtima foi intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fl. 36), configurando renÃºncia tÃ¡cita a representaÃ§Ã£o, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE. Desse modo, considerando que os fatos ocorreram no dia 03/07/2019, conforme Boletim de OcorrÃªncia Ã fl. 05, verifica-se que o prazo decadencial se encontra ultrapassado. Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE JHONATHAN FREITAS MESCOUTO, em virtude da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 107, IV do CPB c/c Enunciado 117 do FONAJE. Publique-se. Intime-se. Registre-se. ApÃ³s, arquivem-se os autos. Cumpra-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO:

PROCESSO: 00258485620188140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:BRUNA NATHALI SILVA DAS MERCES VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0025848-56.2018.8.14.0401 AUTOR DO FATO: BRUNA NATHALI SILVA DAS MERCES VÃTIMA: O ESTADO Representante do Estado: Aline Borges da Gama ART. 349-A c/c art. 14, II, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 03/11/2021, Ã s 09h45 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, ausente a autora do fato. Presente a Representante do Estado Aline Borges da Gama (agente penitenciÃ¡ria). Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de oferecimento de transaÃ§Ã£o penal em face da ausÃªncia da autora do fato. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM JuÃza, o MP requer que os autos aguardem em secretaria o retorno do AR da autora do fato e que a Representante do Estado apresente nome e endereÃ§o das testemunhas e demais provas existentes, no prazo de 15 dias. ApÃ³s, vista ao MP. Pede DeferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza deliberou: Â¿Defiro o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico. Acautelem-se os autos na UPJ pelo prazo de 30 dias, aguardando-se o retorno do AR da autora do fato. Determino o prazo de quinze dias para a Representante do Estado apresentar nome e endereÃ§o das testemunhas e demais provas que pretenda produzir. Decorridos os prazos, certifique-se e dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. Cumpra-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ Representante do Estado (agente penitenciÃ¡ria): Aline Borges da Gama

PROCESSO: 00262330420188140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 DENUNCIADO:JOSE FELIPE SOUZA DE ALMEIDA VITIMA:R. N. P. Representante(s): OAB 15501 - FELIPE ALVES DE CARVALHO CHAVES (ADVOGADO) TESTEMUNHA:DEURY SALES FARIAS TESTEMUNHA:MARIA CRISTINA

NUNES PORTO TESTEMUNHA:JOAO FELIPE LUIZ FREIRE RODRIGUES. PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº. 0026233-04.2018.8.14.0401 DENUNCIADO: JOSE FELIPE SOUZA DE ALMEIDA VÃTIMA: RENATA NUNES PORTO ART. 31, DA LCP TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Aos 28/10/2021, Ã s 10h, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sr. PRÃCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz de Direito respondendo pela 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, presencialmente, e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, ausente a vÃtima. Presente o denunciado. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia da vÃtima, que estava intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu (fl. 82). O denunciado nÃ£o estÃ¡ acompanhado de advogado e nÃ£o hÃ¡ Defensor PÃºblico vinculado a 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, considerando a ausÃªncia da vÃtima, que estava intimada, conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a Ã fl. 82, porÃ©m nÃ£o compareceu, o MinistÃ©rio PÃºblico entende que nÃ£o hÃ¡ justa causa para aÃ§Ã£o penal, por falta de provas, razÃ£o pela qual requer o arquivamento dos autos, com fundamento no art. 395, III, do CPP c/c Enunciado 99, do FONAJE. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿Trata-se de denÃºncia oferecida em desfavor de JosÃ© Felipe Souza de Almeida, pela suposta prÃ¡tica da contravenÃ§Ã£o previstas no art. 31, da LCP, deixar em liberdade animal perigoso. A vÃtima estava intimada, porÃ©m nÃ£o compareceu, consoante informa a certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a Ã fl. 82, configurando desinteresse no prosseguimento no interesse do feito. Verifica-se, outrossim, que os autos do TCO nÃ£o apresentam lastro probatÃ³rio mÃnimo para o prosseguimento do feito. ACOLHO O PARECER DO MINISTÃRIO PÃBLICO, o qual adoto para fundamentar a presente decisÃ£o e DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, por falta de justa causa para aÃ§Ã£o penal, com fundamento no art. 395, III, do CPP e Enunciado 99 do FONAJE. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu,Â , Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUÃZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ DENUNCIADO: JOSE FELIPE SOUZA DE ALMEIDA

PROCESSO: 00267117520198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:LIDIANE COELHO DA SILVA VITIMA:A. P. B. . PROCESSO NÂº 0026711-75.2019.8.14.0401 AUTORA DO FATO: LIDIANE COELHO DA SILVA VÃTIMA: A.P.B. CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 147 do CP. SENTENÃA Vistos, etc. Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia (TCO) pertinente ao delito de ameaÃ§a supostamente perpetrado por LIDIANE COELHO DA SILVA em desfavor de ANDREA POMPEU BARROSO sendo a aÃ§Ã£o pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, cuja formulaÃ§Ã£o deve ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, por forÃ§a do art. 38 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP) e e do art. 103 do CÃ³digo Penal (CP). Tendo em vista que a vÃtima nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar - embora devidamente intimada (fl. 24) -, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade da parte acusada, em razÃ£o da decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o decorrente da renÃºncia tÃ¡cita, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE (fls. 26/27). Acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, vez que a vÃtima, nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia preliminar designada - embora devidamente intimada (fl. 24) -, o que retira a condiÃ§Ã£o de procedibilidade do Parquet, sendo a mencionada ausÃªncia configuradora do desinteresse da parte ofendida na inauguraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, nos termos do Enunciado nÂº 117 do FONAJE, o qual preceitua que Â¿[a] ausÃªncia da vÃtima na audiÃªncia, quando intimada ou nÃ£o localizada, importarÃ¡ renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£oÂ¿. Ademais, conforme TCO de fl. 3, os fatos ocorreram no dia 23/9/2019, razÃ£o pela qual verifico o escoamento do prazo previsto no art. 38 do CPP, sendo necessÃ¡rio declarar extinta a punibilidade da parte apontada como autora do fato, face a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, conforme a combinaÃ§Ã£o dos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/1995 com o art. 107, IV, do CP. ISTO POSTO, acolho a manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando que se operou a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de LIDIANE COELHO DA SILVA, jÃ¡ qualificada nos autos, com fulcro no art. 107, IV, do CP combinado com o art. 38 do CPP. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 5 de novembro de 2021. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara do JECrim da Capital 1

PROCESSO: 00276202020198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:ROSENEIDE MELO MENEZES VITIMA:W. B. M. . PODER JUDICIÃRIO 1Âª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. NÂº 0027620-20.2019.8.14.0401 AUTORA DO FATO: ROSENEIDE MELO MENEZES VÃTIMA: WANDER DE BARROS MENEZES Advogado: Roberto Afonso da Silva Carvalho OAB/PA 6436 ART. 147, DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 13/10/2021, Ã s 11:30 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o EXMO Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m e a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Sra. ROSANA PAES PINTO, ambas por meio de vÃdeo conferÃªncia (Microsoft Teams). No horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe, presente a vÃtima acompanhada de seu advogado. Ausente a autora do fato. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em face da ausÃªncia da autora do fato. A vÃtima declarou que tem interesse no prosseguimento do feito, representando neste ato em desfavor da autora do fato. Dada a palavra ao advogado, ele indicou que tem testemunhas do fato nos autos Ã s fl. 10. Em seguida, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou: Â¿MM. JuÃza, o MP requer vista dos autos para manifestaÃ§Ã£o. Pede deferimentoÂ¿. Em seguida, a juÃza sentenciou: Â¿DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. Cumpra-seÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, ____, Isabela Bentes de Lima, Analista JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. JUIZA: MINISTÃRIO PÃBLICO: _____ VÃTIMA: WANDER DE BARROS MENEZES _____ Advogado: Roberto Afonso da Silva Carvalho OAB/PA 6436

UPJ DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL - 2 JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

RESENHA: 03/11/2021 A 05/11/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DOS JUIZADOS CRIMINAIS DE BELEM - VARA: 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM

PROCESSO: 00094567020208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:FERNANDA CRISTINA PAIXAO DA SILVA AUTOR/VITIMA:LUIZ FABIO CARNEIRO DE ARAUJO AUTOR/VITIMA:ODAILMA MARIA DE QUEIROZ PINHEIRO. PROCESSO: 00094567020208140401 Autor(a): FERNANDA CRISTINA PAIXAO DA SILVA, LUIZ FABIO CARNEIRO DE ARAUJO E ODAILMA MARIA DE QUEIROZ PINHEIRO VÃtima: LUIZ FABIO CARNEIRO DE ARAUJO E ODAILMA MARIA DE QUEIROZ PINHEIRO CapitulaÃ§Ã£o: Art. 140 do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA Ao(s) trÃªs (03) dia(s) do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade e Comarca de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na sala das audiÃªncias da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, situado na Av. Almirante TamandarÃ©, n. 873, esquina com a Travessa SÃ£o Pedro, Bairro da Campina, presente o MM. Juiz, Dr. PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz titular da desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiÃªncia. Feito o pregÃ£o no horÃ¡rio aprazado, certificou-se estarem presentes o Defensor PÃºblico, Dr. FABIO GUIMARAES LIMA, e o(a) Promotor(a) de JustiÃ§a, Dr. MARIA LUIZA BORBOREMA. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de composiÃ§Ã£o civil dos danos, nos termos do art. 72 e 74 da Lei 9.099/95, em face da ausÃªncia das partes, apesar de regularmente intimadas, conforme AR de fls. 41, 42 e 43. Dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico: Â¿MM. Juiz, o crime que se apura nesse procedimento depende de queixa-crime a ser oferecida pela parte ofendida, face se enquadrar no caput do art. 140 do CPB. Assim e considerando que os fatos ocorreram no dia 16.02.2020, conforme TCO de fls. 04, verifica-se que o prazo decadencial encontra-se ultrapassado, uma vez que atÃ© a presente data nÃ£o consta dos autos, queixa-crime das vÃtimas contra os autores do fato. Assim sendo, este ÃrgÃ£o Ministerial requer que o JuÃzo declare extinta a punibilidade dos autores do fato pela decadÃªncia do direito de queixa nos termos dos arts. 107, IV do CPB e 38 e 61 do CPPÂ¿. Diante disso, o MM. Juiz assim sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 140, caput, do CPB, crime de aÃ§Ã£o penal privada. O art. 38 do CPP dispÃµe que a vÃtima deverÃ¡ oferecer queixa-crime no prazo mÃ¡ximo de 06 meses contados do dia em que vier a saber quem Ã© o autor do crime. No caso dos autos, considerando que, segundo TCO de fls. 04, os fatos ocorreram no dia 16.02.2020, e que atÃ© a presente data, as vÃtimas nÃ£o ofereceram queixa-crime contra os autores do fato, verifica-se que o prazo do art. 38 do CPP, encontra-se ultrapassado. Isto posto, outra alternativa nÃ£o hÃ¡ que nÃ£o seja o reconhecimento da decadÃªncia do direito de queixa por parte das vÃtimas, pelo que declaro extinta a punibilidade dos autores do fato, tudo com fundamento no art. 38 do CPP, e ainda com o art. 107, IV do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. O MP e as partes aqui presente(s) renuncia(m) ao prazo recursal, nada tendo a opor quanto ao imediato arquivamento dos autos. Este JuÃzo homologa a renÃºncia e determina que seja feita a certidÃ£o de trÂ¢nsito em julgado e que se procedam as baixas devidas. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiÃªncia. Eu, _____, secretÃ¡rio de audiÃªncia, digitei e subscrevi. Magistrado(a): _____ Promotor(a) de JustiÃ§a: _____ Defensor PÃºblico: _____

PROCESSO: 00098247920208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:JOSE RICARDO MACEDO DOS SANTOS AUTOR DO FATO:WANTO SILVA BARROS VITIMA:M. . PROCESSO: 00098247920208140401 Autor(a): JOSE RICARDO MACEDO DOS SANTOS E WANTO SILVA BARROS VÃtima: OS MESMOS CapitulaÃ§Ã£o: Art. 129 do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA Ao(s) trÃªs (03) dia(s) do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade e Comarca de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na sala das audiÃªncias da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, situado na Av. Almirante TamandarÃ©, n. 873, esquina com a Travessa SÃ£o Pedro, Bairro da Campina, presente o MM. Juiz, Dr. PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz titular da desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiÃªncia. Feito o pregÃ£o no horÃ¡rio aprazado, certificou-se estarem presentes o autor do fato/vÃtima, Wanto Silva Barros, RG

2466917 SSP/PA, acompanhado pelo Defensor PÃºblico, Dr. FABIO GUIMARAES LIMA, e o(a) Promotor(a) de JustiÃ§a, Dr. MARIA LUIZA BORBOREMA. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de composiÃ§Ã£o civil dos danos, nos termos do art. 72 e 74 da Lei 9.099/95, em face da ausÃªncia do autor do fato, Jose Ricardo Macedo dos Santos, o qual nÃ£o fora localizado para ser intimado, conforme AR de 76. A vÃtima presente, Wanto Silva Barros, informa que nÃ£o tem interesse no prosseguimento do feito, nada tendo a opor quanto ao arquivamento dos presentes autos. Dada a palavra ao representado do MinistÃ©rio PÃºblico: Â¿MM. Juiz, o crime que se apura nesse procedimento depende de representaÃ§Ã£o pela parte ofendida. No caso em questÃ£o, a vÃtima, Jose Ricardo Macedo dos Santos, nÃ£o foi localizada para ser intimada para a presente audiÃªncia, o que, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE, acarreta a renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£o por ausÃªncia de interesse no prosseguimento do presente feito, retirando do MP, condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Em relaÃ§Ã£o a vÃtima presente, diante da declaraÃ§Ã£o de que nÃ£o tem interesse em prosseguir com o feito, razÃ£o pela qual inclusive se retrata da representaÃ§Ã£o feita perante a autoridade policial, deixa tambÃ©m de haver ao MP condiÃ§Ã£o de procedibilidade, nos termos do Enunciado 113 do FONAJE. Diante disso e considerando que os fatos ocorreram no dia 31.01.2020, conforme TCO de fls. 04, este ÃrgÃ£o Ministerial requer que o JuÃzo declare extinta a punibilidade dos autores do fato, com base nos Enunciados 117 e 113 do FONAJE e nos termos dos arts. 107, IV do CPB e 38 e 61 do CPPÂ¿. Diante disso, o MM. Juiz assim sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 129 do CPB, crime de aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o. O art. 38 do CPP dispÃµe que a vÃtima deverÃ¡ oferecer representaÃ§Ã£o no prazo mÃ¡ximo de 06 meses contados do dia em que vier a saber quem Ã© o autor do crime. No caso dos autos, a vÃtima presente expressamente declarou seu desinteresse no prosseguimento do presente feito, retratando-se da representaÃ§Ã£o ofertada anteriormente, retirando do MP, condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Em relaÃ§Ã£o Ã vÃtima ausente, Jose Ricardo Macedo dos Santos, esta nÃ£o foi localizada para ser intimada para a presente audiÃªncia, o que, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE, acarreta renÃºncia tÃ¡cita a representaÃ§Ã£o, retirando tambÃ©m do MP, a condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Diante disso, considerando que, segundo TCO de fls. 04, os fatos ocorreram no dia 31.01.2020, verifica-se que o prazo decadencial encontra-se ultrapassado. Isto posto, face o Enunciado 113 do FONAJE permitir que a vÃtima renuncie ao direito de oferecer representaÃ§Ã£o atÃ© a prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a e do que dispÃµe o Enunciado 117 do FONAJE, nÃ£o resta outra alternativa a nÃ£o ser reconhecer a decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o por parte das vÃtimas, para declarar extinta a punibilidade dos autores do fato, tudo com fundamento nos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/95, Enunciado 113 e 117 do FONAJE, e ainda com o art. 107, IV do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. O MP e as partes aqui presente(s) renuncia(m) ao prazo recursal, nada tendo a opor quanto ao imediato arquivamento dos autos. Este JuÃzo homologa a renÃºncia e determina que seja feita a certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado e que se procedam as baixas devidas. Â Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiÃªncia. Eu, _____, secretÃ¡rio de audiÃªncia, digitei e subscrevi. Magistrado(a): _____ Promotor(a) de JustiÃ§a: _____ Defensor PÃºblico: _____ Wanto Silva Barros: _____

PROCESSO: 00100793720208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:DOUGLAS BISPO CARVALHO VITIMA:O. E. . PROCESSO: 00100793720208140401 Autor(a): DOUGLAS BISPO CARVALHO VÃtima: O ESTADO CapitulaÃ§Ã£o: Art. 330 do CPB TERMO DE AUDIÃNCIA Ao(s) trÃªs (03) dia(s) do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade e Comarca de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na sala das audiÃªncias da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, situado na Av. Almirante TamandarÃ©, n. 873, esquina com a Travessa SÃ£o Pedro, Bairro da Campina, presente o MM. Juiz, Dr. PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz titular da desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiÃªncia. Feito o pregÃ£o no horÃ¡rio aprazado, certificou-se estarem presentes o Defensor PÃºblico, Dr. FABIO GUIMARAES LIMA, o policial militar, Ocival Rocha das Neves Junior, RG 35105 PM/PA, CPF 531.024.792-00, e o Promotor(a) de JustiÃ§a, Dr. LUIZ CLAUDIO PINHO. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de composiÃ§Ã£o civil dos danos, nos termos do art. 72 e 74 da Lei 9.099/95, em face da natureza do crime objeto de apuraÃ§Ã£o no caso dos autos que Ã© de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada. O policial militar aqui presente informa que nÃ£o se recorda dos fatos, contudo nada tem a

opor quanto ao arquivamento do presente procedimento. Dada a palavra Ã representante do MinistÃ©rio PÃºblico, assim se manifestou: `MM. Juiz: trata-se de infraÃ§Ã£o penal cuja persecuÃ§Ã£o se dÃ¡ atravÃ©s de aÃ§Ã£o pÃºblica incondicionada. Entende o MinistÃ©rio PÃºblico que a manifestaÃ§Ã£o expressa da vÃtima pelo nÃ£o prosseguimento do feito, aliado a informaÃ§Ã£o de que o mesmo nÃ£o se recorda dos fatos, implicam na falta de justa causa para a persecuÃ§Ã£o penal. Assim sendo, o MinistÃ©rio PÃºblico requer, nos termos do art. 28 do CPP, o arquivamento dos autosÂ¿. A seguir, o MM. Juiz proferiu a seguinte decisÃ£o: Â¿Vistos, etc... Conforme se constata dos autos, verifica-se que assiste razÃ£o ao MP em requerer o arquivamento do feito, face Ã falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal. Isto posto, acolhendo o parecer ministerial, julgo extinto o presente procedimento, por falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal, determinando, em consequÃªncia, o seu arquivamento, ressalvada a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18, do CÃ³digo de Processo Penal Brasileiro, e da SÃºmula 524 do Supremo Tribunal Federal. SentenÃ§a publicada em audiÃªncia, saindo intimados os presentes. Registre-se,Â fazendo-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe. O MP e as partes aqui presente(s) renuncia(m) ao prazo recursal, nada tendo a opor quanto ao imediato arquivamento dos autos. Este JuÃzo homologa a renÃºncia e determina que seja feita a certidÃ£o de trÂ¢nsito em julgado e que se procedam as baixas devidas. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiÃªncia. Eu, _____, secretÃ¡rio de audiÃªncia, digitei e subscrevi. Magistrado(a): _____ Promotor(a) de JustiÃ§a: _____ Defensor PÃºblico: _____ Ocival Rocha das Neves Junior: _____

PROCESSO: 00101451720208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:ANTONIO MARCOS ALMEIDA DA SILVA VITIMA:S. C. C. . PROCESSO: 00101451720208140401 Autor(a): ANTONIO MARCOS ALMEIDA DA SILVA VÃtima: SERGIO CARVALHO COSTA CapitulaÃ§Ã£o: Art. 129 do CPB TERMO DE AUDIÃNCIA Ao(s) trÃªs (03) dia(s) do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade e Comarca de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na sala das audiÃªncias da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, situado na Av. Almirante TamandarÃ©, n. 873, esquina com a Travessa SÃ£o Pedro, Bairro da Campina, presente o MM. Juiz, Dr. PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz titular da desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiÃªncia. Feito o pregÃ£o no horÃ¡rio aprazado, certificou-se estarem presentes o Defensor PÃºblico, Dr. FABIO GUIMARAES LIMA, a vÃtima, Sergio Carvalho Costa, RG 1773086 SSP/PA, CPF 372.503292-00, acompanhado pela advogada, Dra. Luciana SÃ¡ Paixao de Sousa Costa, OAB/PA 25753, e o(a) Promotor(a) de JustiÃ§a, Dr. MARIA LUIZA BORBOREMA. Aberta a audiÃªncia, tentada a composiÃ§Ã£o civil dos danos, a mesma restou infrutÃfera, face Ã ausÃªncia do autor do fato, o qual nÃ£o fora localizado para ser intimado, conforme AR de fls. 24. Diante disso, a vÃtima ratifica o seu interesse no prosseguimento contra o autor do fato, pelos respectivos fatos, conforme narrado no TCO. Dada a palavra Ã representante do MP, que assim se manifestou: `MM. Juiz, em face da ausÃªncia do autor do fato, o MP requer que a vÃtima presente seja intimada a apresentar rol de testemunhas, a fim de dar prosseguimento ao feitoÂ¿. DeliberaÃ§Ã£o em audiÃªncia: `Aguarde-se em cartÃ³rio o prazo de dez dias para que a vÃtima presente ofereÃ§a rol de testemunhas, qualificando-as, informando, inclusive, a sua data de nascimento, e demais provas que entender conveniente, ficando ciente de que nÃ£o apresentadas as provas, poderÃ¡ ocasionar o arquivamento dos autos pela falta de justa causa para propositura da aÃ§Ã£o penal. Decorrido o prazo e certificado nos autos o ocorrido, abra-se vista ao MPÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiÃªncia. Eu, _____, secretÃ¡rio de audiÃªncia, digitei e subscrevi. Magistrado(a): _____ Promotor(a) de JustiÃ§a: _____ Defensor PÃºblico: _____ Sergio Carvalho Costa: _____ Advogada: _____

PROCESSO: 00101669020208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:MARIA FRANCISCA FONSECA DE MORAES VITIMA:F. M. R. . PROCESSO: 00101669020208140401 Autor(a): MARIA FRANCISCA FONSECA DE MORAES VÃtima: FRANCIELI DE MORAES RIBEIRO CapitulaÃ§Ã£o: Art. 21 da LCP TERMO DE AUDIÃNCIA Ao(s) trÃªs (03) dia(s) do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade e Comarca de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡,

na sala das audiÃªncias da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, situado na Av. Almirante TamandarÃ©, n. 873, esquina com a Travessa SÃ£o Pedro, Bairro da Campina, presente o MM. Juiz, Dr. PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz titular da desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiÃªncia. Feito o pregÃ£o no horÃ¡rio aprazado, certificou-se estarem presentes o Defensor PÃºblico, Dr. FABIO GUIMARAES LIMA, e o Promotor(a) de JustiÃ§a, Dr. LUIZ CLAUDIO PINHO. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de composiÃ§Ã£o civil dos danos, nos termos do art. 72 e 74 da Lei 9.099/95, em face da ausÃªncia das partes, as quais nÃ£o foram localizadas para serem intimadas, conforme certidÃ£o de fls. 26 e 27. Dada a palavra Ã representante do MinistÃ©rio PÃºblico: Â¿MM. Juiz, a contravenÃ§Ã£o penal que se apura nesse procedimento depende de representaÃ§Ã£o pela parte ofendida, nos termos do Enunciado 76 do FONAJE. No caso em questÃ£o, a vÃtima nÃ£o foi localizada para ser intimada para a presente audiÃªncia, o que, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE, acarreta a renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£o por ausÃªncia de interesse no prosseguimento do presente feito, retirando do MP, condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Diante disso e considerando que os fatos ocorreram no dia 20.03.2020, conforme TCO de fls. 04, este ÃrgÃ£o Ministerial requer que o JuÃzo declare extinta a punibilidade da autora do fato pela decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o nos termos dos arts. 107, IV do CPB e 38 e 61 do CPPÂ¿. Diante disso, o MM. Juiz assim sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do delito previsto no art. 21 da LCP, contravenÃ§Ã£o penal de aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, nos termos do Enunciado 76 do FONAJE. O art. 38 do CPP dispÃµe que a vÃtima deverÃ¡ oferecer representaÃ§Ã£o no prazo mÃ¡ximo de 06 meses contados do dia em que vier a saber quem Ã© o autor do crime. No caso dos autos, a vÃtima nÃ£o fora localizada para ser intimada para a presente audiÃªncia, o que, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE, acarreta renÃºncia tÃ¡cita a representaÃ§Ã£o, retirando do MP, por conseguinte, condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Assim sendo, considerando que, segundo TCO de fls. 04, os fatos ocorreram no dia 20.03.2020, verifica-se que o prazo do art. 38 do CPP, encontra-se ultrapassado. Isto posto, em face do Enunciado 117 do FONAJE, outra alternativa nÃ£o hÃ¡ que nÃ£o seja o reconhecimento da renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£o anteriormente ofertada pela vÃtima, para assim declarar extinta a punibilidade da autora do fato, em virtude de ter ocorrido a decadÃªncia do direito de representar por parte da vÃtima, tudo com fundamento nos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/95, Enunciado 76 e 117 do FONAJE, e ainda com o art. 107, IV do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿.O MP e as partes aqui presente(s) renuncia(m) ao prazo recursal, nada tendo a opor quanto ao imediato arquivamento dos autos. Este JuÃzo homologa a renÃºncia e determina que seja feita a certidÃ£o de trÂ¢nsito em julgado e que se procedam as baixas devidas. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiÃªncia. Eu, _____, secretÃ¡rio de audiÃªncia, digitei e subscrevi. Magistrado(a): _____ Promotor(a) de JustiÃ§a: _____ Defensor PÃºblico: _____

PROCESSO: 00102274820208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:MIGUEL PACHECO DO NASCIMENTO VITIMA:M. B. C. . PROCESSO: 00102274820208140401 Autor(a): MIGUEL PACHECO DO NASCIMENTO VÃtima: MARCELO BORGES CONCEICAO CapitulaÃ§Ã£o: Art. 303 da Lei 9.503/97 TERMO DE AUDIÃNCIA Ao(s) trÃªs (03) dia(s) do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade e Comarca de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na sala das audiÃªncias da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, situado na Av. Almirante TamandarÃ©, n. 873, esquina com a Travessa SÃ£o Pedro, Bairro da Campina, presente o MM. Juiz, Dr. PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz titular da desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiÃªncia. Feito o pregÃ£o no horÃ¡rio aprazado, certificou-se estarem presentes o autor do fato, Miguel Pacheco do Nascimento, RG 1921489 SSP/PA, CPF 371.227.382-72, acompanhado pelo Defensor PÃºblico, Dr. FABIO GUIMARAES LIMA, e o(a) Promotor(a) de JustiÃ§a, Dr. MARIA LUIZA BORBOREMA. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de composiÃ§Ã£o civil dos danos, nos termos do art. 72 e 74 da Lei 9.099/95, em face da ausÃªncia da vÃtima, apesar de regularmente intimada, conforme AR de fls. 28. Dada a palavra Ã representante do MinistÃ©rio PÃºblico: Â¿MM. Juiz, o crime que se apura nesse procedimento depende de representaÃ§Ã£o pela parte ofendida. No caso em questÃ£o, a vÃtima, apesar de regularmente intimada, deixou de comparecer injustificadamente a presente audiÃªncia, o que, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE, acarreta a renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£o por ausÃªncia de interesse no prosseguimento do presente feito, retirando do MP, condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Diante disso e considerando que os

fatos ocorreram no dia 26.01.2020, conforme TCO de fls. 04, este ÃrgÃ£o Ministerial requer que o JuÃzo declare extinta a punibilidade do autor do fato pela decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o nos termos dos arts. 107, IV do CPB e 38 e 61 do CPPÂ¿. Diante disso, o MM. Juiz assim sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 303 da Lei 9.503/97, crime de aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o. O art. 38 do CPP dispÃµe que a vÃtima deverÃ¡ oferecer representaÃ§Ã£o no prazo mÃ¡ximo de 06 meses contados do dia em que vier a saber quem Ã© o autor do crime. No caso dos autos, a vÃtima, apesar de regularmente intimada, deixou de comparecer injustificadamente a presente audiÃªncia, o que, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE, acarreta renÃºncia tÃ¡cita a representaÃ§Ã£o, retirando do MP, por conseguinte, condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Assim sendo, considerando que, segundo TCO de fls. 04, os fatos ocorreram no dia 26.01.2020, verifica-se que o prazo do art. 38 do CPP, encontra-se ultrapassado. Isto posto, em face do Enunciado 117 do FONAJE, outra alternativa nÃ£o hÃ¡ que nÃ£o seja o reconhecimento da renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£o anteriormente ofertada pela vÃtima, para assim declarar extinta a punibilidade do autor do fato, em virtude de ter ocorrido a decadÃªncia do direito de representar por parte da vÃtima, tudo com fundamento nos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/95, Enunciado 117 do FONAJE, e ainda com o art. 107, IV do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. O MP e as partes aqui presente(s) renuncia(m) ao prazo recursal, nada tendo a opor quanto ao imediato arquivamento dos autos. Este JuÃzo homologa a renÃºncia e determina que seja feita a certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado e que se procedam as baixas devidas. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiÃªncia. Eu, _____, secretÃ¡rio de audiÃªncia, digitei e subscrevi. Magistrado(a): _____ Promotor(a) de JustiÃ§a: _____ Defensor PÃºblico: _____ Miguel Pacheco do Nascimento: _____

PROCESSO: 00102639020208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:CARLOS VINICIUS DA SILVA CARDOSO VITIMA:L. K. S. S. . PROCESSO: 00102639020208140401 Autor(a): CARLOS VINICIUS DA SILVA CARDOSO VÃtima: LORENA KEYLA DE SOUZA SANTOS CapitulaÃ§Ã£o: Art. 140 do CPB TERMO DE AUDIÃNCIA Ao(s) trÃªs (03) dia(s) do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade e Comarca de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na sala das audiÃªncias da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, situado na Av. Almirante TamandarÃ©, n. 873, esquina com a Travessa SÃ£o Pedro, Bairro da Campina, presente o MM. Juiz, Dr. PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz titular da desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiÃªncia. Feito o pregÃ£o no horÃ¡rio aprazado, certificou-se estarem presentes o Defensor PÃºblico, Dr. FABIO GUIMARAES LIMA, e o(a) Promotor(a) de JustiÃ§a, Dr. MARIA LUIZA BORBOREMA. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de composiÃ§Ã£o civil dos danos, nos termos do art. 72 e 74 da Lei 9.099/95, em face da ausÃªncia das partes, as quais nÃ£o foram localizadas para serem intimadas, conforme certidÃ£o de fls. 28 e 29. Dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico: Â¿MM. Juiz, o crime que se apura nesse procedimento depende de queixa-crime a ser oferecida pela parte ofendida, face se enquadrar no caput do art. 140 do CPB. Assim e considerando que os fatos ocorreram no dia 13.01.2020, conforme TCO de fls. 04, verifica-se que o prazo decadencial encontra-se ultrapassado, uma vez que atÃ© a presente data nÃ£o consta dos autos, queixa-crime da vÃtima contra o autor do fato. Assim sendo, este ÃrgÃ£o Ministerial requer que o JuÃzo declare extinta a punibilidade do autor do fato pela decadÃªncia do direito de queixa nos termos dos arts. 107, IV do CPB e 38 e 61 do CPPÂ¿. Diante disso, o MM. Juiz assim sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 140, caput, do CPB, crime de aÃ§Ã£o penal privada. O art. 38 do CPP dispÃµe que a vÃtima deverÃ¡ oferecer queixa-crime no prazo mÃ¡ximo de 06 meses contados do dia em que vier a saber quem Ã© o autor do crime. No caso dos autos, considerando que, segundo TCO de fls. 04, os fatos ocorreram no dia 13.01.2020, e que atÃ© a presente data, a vÃtima nÃ£o ofereceu queixa-crime contra o autor do fato, verifica-se que o prazo do art. 38 do CPP, encontra-se ultrapassado. Isto posto, outra alternativa nÃ£o hÃ¡ que nÃ£o seja o reconhecimento da decadÃªncia do direito de queixa por parte da vÃtima, pelo que declaro extinta a punibilidade do autor do fato, tudo com fundamento no art. 38 do CPP, e ainda com o art. 107, IV do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. O MP e as partes aqui presente(s) renuncia(m) ao prazo recursal, nada tendo a opor quanto ao imediato arquivamento dos autos. Este JuÃzo homologa a renÃºncia e determina que seja feita a certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado e que se procedam as baixas devidas. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiÃªncia. Eu, _____, secretÃ¡rio de audiÃªncia, digitei e subscrevi.

Magistrado(a): _____ Promotor(a) de JustiÃ§a: _____ Defensor PÃºblico: _____

PROCESSO: 00103244820208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:DOUGLAS NOGUEIRA DE SOUZA VITIMA:D. K. S. S. . PROCESSO: 00103244820208140401 Autor(a): DOUGLAS NOGUEIRA DE SOUZA VÃtima: DARYELEN KIVIA DE SIQUEIRA SANTOS CapitulaÃ§Ã£o: Art. 147 do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA Ao(s) trÃªs (03) dia(s) do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade e Comarca de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na sala das audiÃªncias da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, situado na Av. Almirante TamandarÃ©, n. 873, esquina com a Travessa SÃ£o Pedro, Bairro da Campina, presente o MM. Juiz, Dr. PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz titular da desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiÃªncia. Feito o pregÃ£o no horÃ¡rio aprazado, certificou-se estarem presentes o Defensor PÃºblico, Dr. FABIO GUIMARAES LIMA, e o(a) Promotor(a) de JustiÃ§a, Dr. MARIA LUIZA BORBOREMA. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de composiÃ§Ã£o civil dos danos, nos termos do art. 72 e 74 da Lei 9.099/95, em face da ausÃªncia das partes, as quais nÃ£o foram localizadas para serem intimadas, conforme certidÃ£o de fls. 25 e AR de fls. 23. Dada a palavra ao representado do MinistÃ©rio PÃºblico: Â¿MM. Juiz, o crime que se apura nesse procedimento depende de representaÃ§Ã£o pela parte ofendida. No caso em questÃ£o, a vÃtima nÃ£o foi localizada para ser intimada para a presente audiÃªncia, o que, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE, acarreta a renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£o por ausÃªncia de interesse no prosseguimento do presente feito, retirando do MP, condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Diante disso e considerando que os fatos ocorreram no dia 20.02.2020, conforme TCO de fls. 04, este ÃrgÃ£o Ministerial requer que o JuÃzo declare extinta a punibilidade do autor do fato pela decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o nos termos dos arts. 107, IV do CPB e 38 e 61 do CPPÂ¿. Diante disso, o MM. Juiz assim sentenciou: Â¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia lavrado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 147 do CPB, crime de aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o. O art. 38 do CPP dispÃµe que a vÃtima deverÃ¡ oferecer representaÃ§Ã£o no prazo mÃ¡ximo de 06 meses contados do dia em que vier a saber quem Ã© o autor do crime. No caso dos autos, a vÃtima nÃ£o fora localizada para ser intimada para a presente audiÃªncia, o que, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE, acarreta renÃºncia tÃ¡cita a representaÃ§Ã£o, retirando do MP, por conseguinte, condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Assim sendo, considerando que, segundo TCO de fls. 04, os fatos ocorreram no dia 20.02.2020, verifica-se que o prazo do art. 38 do CPP, encontra-se ultrapassado. Isto posto, em face do Enunciado 117 do FONAJE, outra alternativa nÃ£o hÃ¡ que nÃ£o seja o reconhecimento da renÃºncia tÃ¡cita Ã representaÃ§Ã£o anteriormente ofertada pela vÃtima, para assim declarar extinta a punibilidade do autor do fato, em virtude de ter ocorrido a decadÃªncia do direito de representar por parte da vÃtima, tudo com fundamento nos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/95, Enunciado 117 do FONAJE, e ainda com o art. 107, IV do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. O MP e as partes aqui presente(s) renuncia(m) ao prazo recursal, nada tendo a opor quanto ao imediato arquivamento dos autos. Este JuÃzo homologa a renÃºncia e determina que seja feita a certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado e que se procedam as baixas devidas. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiÃªncia. Eu, _____, secretÃ¡rio de audiÃªncia, digitei e subscrevi.
Magistrado(a): _____ Promotor(a) de JustiÃ§a: _____ Defensor PÃºblico: _____

PROCESSO: 00149337420208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:JESSICA CASTRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 8414 - PEDRO PAULO CAVALERO DOS SANTOS (ADVOGADO) VITIMA:D. R. S. . PROCESSO: 00149337420208140401 Autor(a): JESSICA CASTRO DOS SANTOS VÃtima: DEBORA RIBEIRO DA SILVA CapitulaÃ§Ã£o: Art. 129 do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA Ao(s) trÃªs (03) dia(s) do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade e Comarca de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na sala das audiÃªncias da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, situado na Av. Almirante TamandarÃ©, n. 873, esquina com a Travessa SÃ£o Pedro, Bairro da Campina, presente o MM. Juiz, Dr. PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz titular da desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiÃªncia. Feito o pregÃ£o no horÃ¡rio aprazado, certificou-se estarem presentes a autora do fato, Jessica Castro

dos Santos, RG 4463437 SSP/PA, CPF 007.855.312-11, acompanhado pelo advogado, Dr. Pedro Paulo Cavalero dos Santos, OAB/PA 008414/PA, o Defensor PÃºblico, Dr. FABIO GUIMARAES LIMA, a vÃtima, Debora Ribeiro da Silva, RG 5768571 SSP/PA, CPF 983.804.352-49, e o(a) Promotor(a) de JustiÃ§a, Dr. MARIA LUIZA BORBOREMA. Aberta a audiÃªncia, tratando-se de aÃ§Ã£o penal condicionada Ã representaÃ§Ã£o em que hÃ¡ danos a serem reparados, o MM. Juiz de Direito esclareceu Ã s partes o disposto nos artigos 72 e 74 da Lei 9099/95, oportunizando a composiÃ§Ã£o, sem reconhecimento da culpabilidade, informando que havendo conciliaÃ§Ã£o entre os envolvidos, o processo nÃ£o terÃ¡ prosseguimento, uma vez que a reparaÃ§Ã£o de danos atende o objetivo da pacificaÃ§Ã£o social visado pela lei que rege o Juizado especial, faltando assim justa causa para dar seguimento Ã persecuÃ§Ã£o penal. Em seguida, uma vez que a composiÃ§Ã£o restou frustrada, ante a expressa recusa manifestada pela vÃtima, esta ratifica a representaÃ§Ã£o, neste ato, contra a autora do fato, pelo que pede o prosseguimento do presente feito. Dada a palavra Ã representante do MinistÃ©rio PÃºblico, a qual, nÃ£o vislumbrando a possibilidade de arquivamento do presente termo circunstanciado, bem como o disposto no art. 76, Â§2Âº, I, da Lei 9.099/95, dispositivo de lei que permite o oferecimento de proposta de transaÃ§Ã£o penal aos apenados a pena restritiva de direitos, caso da denunciada, conforme se verifica no procedimento nÂº 00280267520188140401, propÃ´s a aplicaÃ§Ã£o imediata de pena restritiva de direito Ã autora do fato, que a aceitou, consistente em prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, na forma abaixo especificada: A autora do fato se compromete a prestar serviÃ§os Ã comunidade pelo perÃodo de 03 (trÃªs) meses, sete horas semanais, em entidade a ser indicada pela Vara de ExecuÃ§Ãµes de Penas e Medidas Alternativas. Aceita a proposta de TransaÃ§Ã£o Penal pela autora do fato e por seu advogado, o MM. Magistrado proferiu SENTENÃA nos seguintes termos: `Vistos etc. Adoto como relatÃ³rio o que dos autos consta, com base no permissivo legal do art. 81, Â§ 3Âº, da Lei 9099/95. Homologo por sentenÃ§a a transaÃ§Ã£o penal celebrada nestes autos, ficando o(a) autor(a) do fato advertido(a) de que em caso de descumprimento o procedimento penal prosseguirÃ¡, nos termos da SÃºmula Vinculante do STF nÂº 35. Esta sanÃ§Ã£o nÃ£o importarÃ¡ reincidÃªncia e nem constarÃ¡ de certidÃ£o de antecedentes criminais, devendo ser registrada apenas para impedir que ao(s) autor(es) do fato venha a ser novamente concedido o mesmo benefÃcio no prazo de 05 (cinco) anos, tudo de conformidade com o art. 76 e parÃ¡grafos da Lei 9099/95. Sem custas. Dou a presente por publicada em audiÃªncia. Partes intimadas.Â¿ O MP e as partes aqui presente(s) renuncia(m) ao prazo recursal, nada tendo a opor quanto ao imediato arquivamento dos autos. Este JuÃzo homologa a renÃºncia e determina que seja feita a certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado e que se procedam as baixas devidas. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiÃªncia. Eu, _____, secretÃ¡rio de audiÃªncia, digitei e subscrevi. Magistrado(a): _____ Promotor(a) de JustiÃ§a: _____ Defensor PÃºblico: _____ Jessica Castro dos Santos: _____ Advogado: _____ Debora Ribeiro da Silva: _____

PROCESSO: 00248237620168140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 QUERELADO:ROBERTA MIRANDA LOBATO VITIMA:P. P. B. Representante(s): OAB 21963 - NÁGILA SAMPAIO CUNHA (ADVOGADO) OAB 24466 - HUGO POSSANTE MENDES (ADVOGADO) QUERELADO:MARCIA MIRANDA LOBATO QUERELADO:NAYANA MIRANDA LOBATO QUERELADO:JESSICA MIRANDA LOBATO. R. H. Versam os presentes autos de queixa-crime em que figuram como partes PATRÃCIA PEREIRA BARBOSA (querelante) e JÃSSICA MIRANDA LOBATO, ROBERTA MIRANDA LOBATO, NAYANA MIRANDA LOBATO e MÃRCIA MIRANDA LOBATO (querelada), qualificadas nos autos pela suposta infraÃ§Ã£o ao disposto nos artigos 138, 139 e 140 do CÃ³digo Penal do Brasil. Ressalta-se de imediato que em relaÃ§Ã£o Ã autora do fato, a nacionalÂ ROBERTA MIRANDA LOBATO, este juÃzo jÃ¡ proferiu sentenÃ§a de arquivamento, relativamente ao crime capitulado no artigo 147 do CPB, e de extinÃ§Ã£o de punibilidade, relativamente aos crimes capitulados nos artigos 139 e 140 do CPC, conforme decisÃµes de fls. 186 e 216 dos autos. Outrossim, em face do documento de fls. 248, e da certidÃ£o de fl. 249 dos autos, com fulcro, por analogia, no ParÃ¡grafo Ãnico do artigo 84 da lei nÂº 9.099/95, declaro extinta a punibilidade da autora do fato, a nacional JÃSSICA MIRANDA LOBATO, em decorrÃªncia do efetivo cumprimento da transaÃ§Ã£o penal celebrada pela mesma nos autos da presente aÃ§Ã£o. Resta entÃ£o a tramitaÃ§Ã£o do feito tÃ£o somente em relaÃ§Ã£o as autoras do fato, as nacionais NAYANA MIRANDA LOBATO e MÃRCIA

MIRANDA LOBATO. Denota-se dos autos que o fato delituoso ocorrera em data de 18/04/2016. As autoras do fato, as nacionais NAYANA MIRANDA LOBATO e MÃRCIA MIRANDA LOBATO, aceitaram a proposta de transaÃ§Ã£o penal, conforme se infere as fl. 186 dos autos. Outrossim, constata-se dos autos que atÃ© a presente data nÃ£o houve cumprimento da transaÃ§Ã£o penal aceita pelas autoras do fato, as nacionais NAYANA MIRANDA LOBATO e MÃRCIA MIRANDA LOBATO, conforme se infere dos documentos de fls. 227 e 244 dos autos. Ã o necessÃ¡rio a relatar, nos termos do Â§ 3Âº do artigo 81 da lei nÂº 9.099/95, pelo que passo a decidir. Manuseando os autos, verifica-se que da data do fato delituoso atÃ© a presente data jÃ¡ transcorreram mais de 05 (cinco) anos, sem que tenha ocorrido, durante a regular marcha processual, nenhuma causa interruptiva ou suspensiva da prescriÃ§Ã£o. Constata-se entÃ£o, no presente caso, a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, pois em conformidade com o disposto no artigo 109, V, do CÃ³digo Penal Brasileiro, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 04 (quatro) anos se o mÃ¡ximo da pena Ã© igual a 01 (um) ano, ou, sendo superior, nÃ£o excede a 02 (dois), sendo esta a situaÃ§Ã£o em apreÃ§o, pois os delitos tratados nestes autos tem como pena mÃ¡xima detenÃ§Ã£o de 01 (um) ano. Registre-se por oportuno que a celebraÃ§Ã£o de transaÃ§Ã£o penal ocorrida nos autos nÃ£o se constitui em causa interruptiva do curso prescricional relativamente a pretensÃ£o punitiva do Estado. A tal respeito, temos, inclusive, o Enunciado de nÃºmero 44 do Fonaje, nos seguintes termos: ENUNCIADO 44 Â¿ No caso de transaÃ§Ã£o penal homologada e nÃ£o cumprida, o decurso do prazo prescricional provoca a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o de punibilidade pela prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. (nova redaÃ§Ã£o Â¿ XXXVII Â¿ FlorianÃ³polis/SC). A nossa jurisprudÃªncia pÃ¡tria tambÃ©m respalda o entendimento ora esposado, conforme se infere dos julgados abaixo transcritos: HABEAS CORPUS. IMPETRAÃÃO SOB A ALEGAÃÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DO FATO DO JUÃZO TER RECEBIDO A DENÃNCIA DANDO PROSSEGUIMENTOA QUO A PERSECUÃÃO PENAL SEM RECONHECER A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. ACOLHIMENTO. A HOMOLOGAÃÃO DA TRANSAÃÃO PENAL NÃO POSSUI CONDÃO DE INTERROMPER OU SUSPENDER A PRESCRIÃÃO. SÃMULA VINCULANTE NÂº 35 DO STF. ENUNCIADO 44 DO FONAJE. ROL TAXATIVO DO ART. 117 DO CP NÃO ESTABELECE A HOMOLOGAÃÃO DA TRANSAÃÃO COMO CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÃÃO. DECLARAÃÃO DE EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DO PACIENTE. ORDEM CONCEDIDA. (TJPR - 4Âª Turma Recursal - 0001530-23.2019.8.16.9000 - Laranjeiras do Sul - Rel.: JuÃza Manuela TallÃ£o Benke - J. 14.06.2019) (TJ-PR - HC: 00015302320198169000 PR 0001530-23.2019.8.16.9000 (AcÃ³rdÃ£o), Relator: JuÃza Manuela TallÃ£o Benke, Data de Julgamento: 14/06/2019, 4Âª Turma Recursal, Data de PublicaÃ§Ã£o: 18/06/2019) Processo: 70049650948 RS ÃrgÃ£o Julgador: Sexta CÃ¢mara Criminal PublicaÃ§Ã£o: DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia 14/11/2012 Julgamento: 8 de Novembro de 2012 Relator: Ãcaro Carvalho de Bem OsÃ³rio Ementa APELAÃÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA O PATRIMÃNIO. RECEPTAÃÃO CULPOSA. TRANSAÃÃO PENAL NÃO CUMPRIDA. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DOS RÃUS PELA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO. Feitas as ressalvas pertinentes ao caso concreto, Ã© de ser declarada extinta a punibilidade dos rÃ©us. A pena aplicada a ambos, de 05 meses de detenÃ§Ã£o, nos termos da regra posta no art. 109, inciso VI, do CÃ³digo Penal, prescreve no prazo de 2 anos. Este lapso temporal jÃ¡ transcorreu, no caso vertente, entre a data do fato (11/02/2009) e a do recebimento da denÃºncia (30/03/2011). Mais precisamente, transcorreram 2 anos, 1 mÃªs e 19 dias, sendo que a prescriÃ§Ã£o em concreto ocorreu no dia 10/02/2011. Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade das autoras do fato, as nacionais NAYANA MIRANDA LOBATO e MÃRCIA MIRANDA LOBATO, em razÃ£o da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria/punitiva do Estado, com base nos artigos 109, V, e 107. IV, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro, determinando que apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, sejam os autos arquivados. Int. Cumpra-se. BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021. PRÃCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00003594620208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:BELTAN NAZARENO RODRIGUES DOS SANTOS AUTOR DO FATO:EDILENE ROCHA TITO VITIMA:M. G. T. R. VITIMA:O. E. . PROCESSO: 00003594620208140401 Autor(a): BELTAN NAZARENO RODRIGUES DOS SANTOS E EDILENE ROCHA TITO VÃtima: MARIA DAS GRACAS TEIXEIRA RAPOSO E O ESTADO CapitulaÃ§Ã£o: Art. 309 e 310 da Lei 9.503/97 e Art. 163 do CPB TERMO DE AUDIÃNCIA Ao(s) quatro (04) dia(s) do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade e Comarca de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na sala das audiÃªncias da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, situado na Av. Almirante TamandarÃ©, n. 873, esquina com a Travessa SÃ£o Pedro, Bairro da Campina, presente o MM. Juiz, Dr. PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz

titular da desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiÃªncia. Feito o pregÃ£o no horÃ¡rio aprazado, certificou-se estarem presentes o Defensor PÃºblico, Dr. FABIO GUIMARAES LIMA, e o(a) Promotor(a) de JustiÃ§a, Dr. MARIA LUIZA BORBOREMA. Aberta a audiÃªncia, dada a palavra Ã representante do MP: MM. Juiz, verifica-se que em relaÃ§Ã£o ao art. 309 da Lei 9.503/97, que se trata de infraÃ§Ã£o penal cuja persecuÃ§Ã£o se dÃ¡ atravÃ©s de aÃ§Ã£o pÃºblica incondicionada. ApÃ³s compulsar os presentes autos, entende o MinistÃ©rio PÃºblico que falta justa causa para a persecuÃ§Ã£o penal, nos termos do Enunciado 99 do FONAJE. Assim sendo, requer este ÃrgÃ£o Ministerial, o arquivamento dos presentes autos pela falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal, com base no Enunciado 99 do FONAJE e art. 28 do CPP. A seguir, o MM. Juiz proferiu a seguinte decisÃ£o: Â¿Vistos, etc... Conforme se constata dos autos, verifica-se que assiste razÃ£o ao MP em requerer o arquivamento dos presentes, no que tange ao delito capitulado no art. 309 do CPB, face a falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal. Isto posto, acolhendo o parecer ministerial, determino o imediato arquivamento do presente procedimento, por falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal, ressalvada a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18, do CÃ³digo de Processo Penal Brasileiro, e da SÃºmula 524 do Supremo Tribunal Federal. Registre-se que este JuÃzo jÃ¡ decidiu e sentenciou quanto aos delitos capitulados nos arts. 310 da Lei 9.503/97 e art. 163 do CPB, conforme fls. 43 e 43/verso. SentenÃ§a publicada em audiÃªncia, saindo intimados os presentes. Registre-se, fazendo-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe. O MP e as partes aqui presente(s) renuncia(m) ao prazo recursal, nada tendo a opor quanto ao imediato arquivamento dos autos. Este JuÃzo homologa a renÃºncia e determina que seja feita a certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado e que se procedam as baixas devidas. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiÃªncia. Eu, _____, secretÃ¡rio de audiÃªncia, digitei e subscrevi. Magistrado(a): _____ Promotor(a) de JustiÃ§a: _____ Defensor PÃºblico: _____

PROCESSO: 00103521620208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:VALDIR DA SILVA FERREIRA VITIMA:J. P. T. L. . PROCESSO: 00103521620208140401 Autor(a): VALDIR DA SILVA FERREIRA VÃtima: JOAO PAULO TEIXEIRA LIMA CapitulaÃ§Ã£o: Art. 150 do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA Ao(s) quatro (04) dia(s) do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade e Comarca de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na sala das audiÃªncias da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, situado na Av. Almirante TamandarÃ©, n. 873, esquina com a Travessa SÃ£o Pedro, Bairro da Campina, presente o MM. Juiz, Dr. PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz titular da desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiÃªncia. Feito o pregÃ£o no horÃ¡rio aprazado, certificou-se estarem presentes o Defensor PÃºblico, Dr. FABIO GUIMARAES LIMA, e o(a) Promotor(a) de JustiÃ§a, Dr. MARIA LUIZA BORBOREMA. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o, face a natureza do crime objeto de apuraÃ§Ã£o nos presentes autos, que Ã© de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada. Constatou-se as ausÃªncias da vÃtima, apesar de regularmente intimada conforme AR de fls. 26; e do autor do fato, o qual nÃ£o foi localizado, conforme AR de fls. 27. Dada a palavra ao MP: MM. Juiz, trata-se de infraÃ§Ã£o penal cuja persecuÃ§Ã£o se dÃ¡ atravÃ©s de aÃ§Ã£o pÃºblica incondicionada. Entende o MinistÃ©rio PÃºblico que a a ausÃªncia da vÃtima, regularmente intimada, demonstra o seu desinteresse pelo prosseguimento do feito, o que, nos termos do Enunciado 99 do FONAJE, implica em falta de justa causa para a persecuÃ§Ã£o penal,. Assim sendo, requer este ÃrgÃ£o Ministerial, o arquivamento dos presentes autos pela falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal, com base no Enunciado 99 do FONAJE e art. 28 do CPP. A seguir, o MM. Juiz proferiu a seguinte decisÃ£o: Â¿Vistos, etc... Conforme se constata dos autos, verifica-se que assiste razÃ£o ao MP em requerer o arquivamento dos presentes autos, com base no Enunciado 99 do FONAJE, face a falta de interesse no prosseguimento do feito. Isto posto, acolho o parecer ministerial, para determinar o arquivamento do presente procedimento, por falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal, ressalvada a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18, do CÃ³digo de Processo Penal Brasileiro, e da SÃºmula 524 do Supremo Tribunal Federal. SentenÃ§a publicada em audiÃªncia, saindo intimados os presentes. Registre-se, fazendo-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe. O MP e as partes aqui presente(s) renuncia(m) ao prazo recursal, nada tendo a opor quanto ao imediato arquivamento dos autos. Este JuÃzo homologa a renÃºncia e determina que seja feita a certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado e que se procedam as baixas devidas. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiÃªncia. Eu, _____, secretÃ¡rio de audiÃªncia, digitei e subscrevi. Magistrado(a): _____ Promotor(a) de JustiÃ§a:

_____ Defensor PÃºblico: _____

PROCESSO: 00136219720198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Inquérito Policial em: 04/11/2021 VITIMA:A. S. S. B. Representante(s): OAB 24541 - WELLINGTON SILVA DOS SANTOS (ADVOGADO) AUTOR DO FATO:RAIMUNDA CRISTINA EVANGELISTA SILVA AUTOR DO FATO:SERGIO AUGUSTO TAVARES FRANCO. PROCESSO: 00136219720198140401 Autor(a): EM APURAÃÃO VÃtima: ANDREA SIMONE DA SILVA BRITO CapitulaÃ§Ã£o: Art. 249 do CPB TERMO DE AUDIÃNCIA Ao(s) quatro (04) dia(s) do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade e Comarca de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na sala das audiÃªncias da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, situado na Av. Almirante TamandarÃ©, n. 873, esquina com a Travessa SÃ£o Pedro, Bairro da Campina, presente o MM. Juiz, Dr. PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz titular da desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiÃªncia. Feito o pregÃ£o no horÃ¡rio aprazado, certificou-se estarem presentes o autor do fato, Sergio Augusto Tavares Franco, RG 3388930 SSP/PA, CPF 121.527.572-20, acompanhado pelo Defensor PÃºblico, Dr. FABIO GUIMARAES LIMA, a vitima, Andrea Simone da Silva Brito, RG 2186108 PC/PA, CPF 583.886.642-04, acompanhada pelo advogado, Dr. Wellington Silva do Santos, OAB/PA 24541, e o(a) Promotor(a) de JustiÃ§a, Dr. MARIA LUIZA BORBOREMA. Aberta a audiÃªncia, prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o, face Ã natureza do crime objeto de apuraÃ§Ã£o nos presentes autos, que Ã© de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada. Ausente a autora do fato, Raimunda Cristina Evangelista Silva, apesar de regularmente intimada, conforme AR de fl. 326. A vÃtima informa que o conselheiro aqui presente nÃ£o foi o mentor da situaÃ§Ã£o e que ela nem se recorda dele na situaÃ§Ã£o; que ele estaria sÃ³ acompanhando a atuaÃ§Ã£o da outra conselheira de nome Raimunda Cristina Evangelista Silva. O Conselheiro Sergio Augusto Tavares Franco informa que se fez presente, porque estava no plantÃ£o do conselho tutelar no dia dos fatos. Dada a palavra ao MP: MM. Juiz, trata-se de infraÃ§Ã£o penal cuja persecuÃ§Ã£o se dÃ¡ atravÃ©s de aÃ§Ã£o pÃºblica incondicionada. Em relaÃ§Ã£o ao autor do fato, SERGIO AUGUSTO TAVARES FRANCO, diante das declaraÃ§Ãµes da vÃtima, entende o MinistÃ©rio PÃºblico que falta de justa causa para a persecuÃ§Ã£o penal, razÃ£o pela qual deixa de oferecer proposta de transaÃ§Ã£o penal ao autor do fato Sergio Augusto Tavares Franco, para requerer o arquivamento dos presentes autos pela falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal, com base no art. 28 do CPP. Em relaÃ§Ã£o Ã autora do fato, RAIMUNDA CRISTINA EVANGELISTA SILVA, apesar de regularmente intimada, o MP requer vistas dos autos, para melhor analisar os presentes autos. Este JuÃzo defere. A seguir, o MM. Juiz proferiu a seguinte decisÃ£o: Â¿Vistos, etc... Conforme se constata dos autos, verifica-se que assiste razÃ£o ao MP em requerer o arquivamento do feito, face a falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal, em relaÃ§Ã£o ao autor do fato, SERGIO AUGUSTO TAVARES FRANCO. Isto posto, acolho o parecer ministerial, para determinar o arquivamento do presente procedimento, por falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal, ressalvada a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18, do CÃ³digo de Processo Penal Brasileiro, e da SÃºmula 524 do Supremo Tribunal Federal. SentenÃ§a publicada em audiÃªncia, saindo intimados os presentes. Registre-se, fazendo-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe. DeliberaÃ§Ã£o em audiÃªncia: 1-Cumpra-se a primeira parte do despacho de fls. 321; 2-DÃª-se vistas dos autos ao MP, para o de direito. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiÃªncia. Eu, _____, secretÃ¡rio de audiÃªncia, digitei e subscrevi. Magistrado(a): _____ Promotor(a) de JustiÃ§a: _____ Defensor PÃºblico: _____ Sergio Augusto Tavares Franco: _____ Andrea Simone da Silva Brito: _____ Advogado: _____

PROCESSO: 00152801020208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 VITIMA:A. C. M. AUTOR DO FATO:AUXILIADORA PEREIRA LIMA. PROCESSO: 00152801020208140401 Autor(a): SUELEM PEREIRA LIMA VÃtima: ANA CRISTINA MONTEIRO CapitulaÃ§Ã£o: Art. 129 do CPB TERMO DE AUDIÃNCIA Ao(s) quatro (04) dia(s) do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade e Comarca de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na sala das audiÃªncias da 2Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m, situado na Av. Almirante TamandarÃ©, n. 873, esquina com a Travessa SÃ£o Pedro, Bairro da Campina, presente o MM. Juiz, Dr. PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, Juiz

titular da desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiÃªncia. Feito o pregÃ£o no horÃ¡rio aprazado, certificou-se estarem presentes a autora do fato, a qual informou que seu nome correto Ã© Auxiliadora Pereira Lima, conforme documento de identificaÃ§Ã£o (cÃ³pia em anexo), RG 9626291 SSP/PA, acompanhado pelo Defensor PÃºblico, Dr. FABIO GUIMARAES LIMA, a vÃtima, Ana Cristina Monteiro, RG 1897498 SSP/PA, CPF 363.720.482-72, e o(a) Promotor(a) de JustiÃ§a, Dr. MARIA LUIZA BORBOREMA. Aberta a audiÃªncia, e tratando-se de aÃ§Ã£o penal condicionada Ã representaÃ§Ã£o, o MM. Juiz de Direito esclareceu Ã s partes o disposto nos artigos 72 e 74 da Lei 9099/95, oportunizando a composiÃ§Ã£o, sem reconhecimento da culpabilidade, informando que havendo conciliaÃ§Ã£o entre os envolvidos, o processo nÃ£o terÃ¡ prosseguimento, uma vez que a reparaÃ§Ã£o de danos atende o objetivo da pacificaÃ§Ã£o social visado pela lei que rege o Juizado especial, faltando assim justa causa para dar seguimento Ã persecuÃ§Ã£o penal. Em seguida, foi dada a palavra Ã s partes, que resolveram assumir perante as autoridades o compromisso de respeito recÃproco, sem agressÃµes fÃsicas ou morais, com tratamento urbano e cordial, buscando sempre a soluÃ§Ã£o pacÃfica das divergÃªncias que entre elas se apresentarem. Em face desse compromisso e tratando-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o, a vÃtima, de acordo com o que lhe faculta a lei, manifestou o desejo de nÃ£o prosseguir com o presente feito, pelo que se retrata da representaÃ§Ã£o feita contra a autora do fato. Dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico: `MM. Juiz, diante de declaraÃ§Ã£o prestada pela sra. Auxiliadora Pereira Lima, o MP requer a retificaÃ§Ã£o da DENÃNCIA e do registro e da autuaÃ§Ã£o do presentes autos, a fim de que conste o nome correto da autora do fato/denunciada, qual seja: AUXILIADORA PEREIRA LIMA. Em relaÃ§Ã£o ao delito capitulado no art. 129 do CPB, verifica-se que Ã© crime que somente se procede mediante o oferecimento de representaÃ§Ã£o, o que deveria ter sido feito no interstÃcio legal de 06 meses apÃ³s a data da ocorrÃªncia dos fatos ou na ocasiÃ£o em que a vÃtima tomou conhecimento de quem seria o autor. No caso em questÃ£o, diante da declaraÃ§Ã£o da vÃtima, de que nÃ£o tem interesse no prosseguimento do feito, motivo pelo qual se retratou da representaÃ§Ã£o anteriormente oferecida e que os fatos ocorreram no dia 20.05.2020, conforme TCO de fls. 06, verifica-se que o prazo decadencial transcorrera in albis. Assim sendo, requer este ÃrgÃ£o Ministerial que o JuÃzo declare extinta a punibilidade da autora do fato, AUXILIADORA PEREIRA LIMA, pela decadÃªncia do direito de representaÃ§Ã£o nos termos dos arts. 107, IV do CPB e 38 e 61 do CPPÂ¿. Diante disso, o MM. Juiz assim sentenciou: `Vistos e etc. Trata-se de TCO lavrado para apuraÃ§Ã£o do crime previsto no art. 129 do CPB, crime de aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada Ã representaÃ§Ã£o. O art. 38 do CPP dispÃµe que a vÃtima deverÃ¡ oferecer representaÃ§Ã£o no prazo mÃ¡ximo de 06 meses contados do dia em que vier a saber quem Ã© o autor do crime. No caso dos autos, a vÃtima declarou nÃ£o ter interesse no prosseguimento do feito, razÃ£o pela qual se retratou da representaÃ§Ã£o feita. Assim sendo e considerando que os fatos ocorreram no dia 20.05.2020 (fls. 06), verifica-se que o prazo decadencial foi transposto in albis. Isto posto, face o Enunciado 113 do FONAJE permitir Ã vÃtima renunciar expressamente ao direito de representaÃ§Ã£o atÃ© a prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a, declaro extinta a punibilidade da autora do fato, AUXILIADORA PEREIRA LIMA, em virtude de ter ocorrido a decadÃªncia do direito de representar por parte da vÃtima, tudo com fundamento nos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/95 e ainda com o art. 107, IV, combinado com o art. 103, todos do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-seÂ¿. DeliberaÃ§Ã£o em audiÃªncia: Determino Ã Sra. Diretora de Secretaria que proceda a retificaÃ§Ã£o do registro e da autuaÃ§Ã£o dos presentes autos, a fim de que conste o nome correto da autora do fato, qual seja: AUXILIADORA PEREIRA LIMA. O MP e as partes aqui presente(s) renuncia(m) ao prazo recursal, nada tendo a opor quanto ao imediato arquivamento dos autos. Este JuÃzo homologa a renÃºncia e determina que seja feita a certidÃ£o de trÂ¢nsito em julgado e que se procedam as baixas devidas. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiÃªncia. Eu, _____, secretÃ¡rio de audiÃªncia, digitei e subscrevi. Magistrado(a): _____
Promotor(a) de JustiÃ§a: _____ Defensor PÃºblico: _____ Auxiliadora Pereira Lima: _____ Ana Cristina Monteiro: _____

UPJ DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL - 3 JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

RESENHA: 03/11/2021 A 05/11/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DOS JUIZADOS CRIMINAIS DE BELEM - VARA: 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM

PROCESSO: 00004492020218140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERIC AGUIAR PEIXOTO A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:BRUNA DOS SANTOS REGO AUTOR DO FATO:SIMONE DOS SANTOS REGO VITIMA:M. S. S. S. B. . Autos nÂº: 0000449-20.2021.8.14.0401 Autoras do Fato: BRUNA DO SANTOS REGO SIMONE DO SANTOS REGO VÃtima: MARIA SUELY DOS SANTOS SANTA BRÃGIDAÂ Â CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 138 do CPB. SENTENÃA Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. Passo a decidir. Â DispÃµe o artigo 103 do CÃ³digo Penal: Salvo disposiÃ§Ã£o expressa em contrÃ¡rio, o ofendido decai do direito de queixa ou de representaÃ§Ã£o se nÃ£o o exerce dentro do prazo de 6(seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem Ã© o autor do crime, ou, no caso do Â§ 3Âº do artigo 100 deste CÃ³digo, do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denÃºncia. Ã o caso dos presentes autos em que a vÃtima do fato MARIA SUELY DOS SANTOS SANTA BRÃGIDA decaiu do direto de queixa-crime, jÃ¡ que nÃ£o o exerceu dentro do referido prazo contado do dia em que tomou ciÃªncia da autoria do crime, fato esse que ocorreu em 27/11/2020. Com efeito, jÃ¡ transcorreram mais de seis meses da data em a vÃtima veio a saber quem sÃ£o as autoras da infraÃ§Ã£o penal sem que a mesma tenha ajuizado aÃ§Ã£o penal privada contra as autoras, conforme se vÃª da certidÃ£o emitida Ã fl.24 restando, portanto, configurada a decadÃªncia. Assim sendo, deve ser declarada extinta a punibilidade das autoras do fato BRUNA DO SANTOS REGO e SIMONE DO SANTOS REGO, por forÃ§a do art. 107, IV, do CP, e, como se trata de matÃ©ria de ordem pÃºblica, deve o magistrado agir atÃ© mesmo de ofÃcio, nos precisos termos do art. 61 do CPP. Isto posto, considerando que, se operou a decadÃªncia do direito de queixa-crime, (arts. 38 do CPP e 103 do CP), com fulcro no art. 107, IV, do CP e art. 61 do CPP, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE das autoras do fato BRUNA DO SANTOS REGO e SIMONE DO SANTOS REGO, jÃ¡ qualificadas nos autos, no que diz respeito ao delito tipificado no art.138 do CPB. P.R.I. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Cumpra-se. BelÃ©m (PA), 08 de novembro de 2021. ERIC AGUIAR PEIXOTO Juiz de Direito da 3Âª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital.

PROCESSO: 00046031820208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERIC AGUIAR PEIXOTO A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:LUANA DA SILVA CRUZ VITIMA:K. L. F. F. VITIMA:R. L. L. F. . Autos nÂº: 0004603-18.2020.8.14.0401 Autora do Fato: LUANA DA SILVA CRUZ VÃtimas: KARINA LOBATO FAVACHO DE FREITAS ROSANA LUCIA LOBATO FAVACHO Â CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 138 do CPB. SENTENÃA Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. Passo a decidir. Â DispÃµe o artigo 103 do CÃ³digo Penal: Salvo disposiÃ§Ã£o expressa em contrÃ¡rio, o ofendido decai do direito de queixa ou de representaÃ§Ã£o se nÃ£o o exerce dentro do prazo de 6(seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem Ã© o autor do crime, ou, no caso do Â§ 3Âº do artigo 100 deste CÃ³digo, do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denÃºncia. Ã o caso dos presentes autos em que as vÃtimas do fato KARINA LOBATO FAVACHO DE FREITAS e ROSANA LUCIA LOBATO FAVACHO decairam do direto de queixa-crime, jÃ¡ que nÃ£o o exerceram dentro do referido prazo contado do dia em que tomaram ciÃªncia da autoria do crime, fato esse que ocorreu em 21/01/2020. Com efeito, jÃ¡ transcorreram mais de seis meses da data em as vÃtimas vieram a saber quem Ã© a autora da infraÃ§Ã£o penal sem que as mesmas tenham ajuizado aÃ§Ã£o penal privada contra a autora do fato, conforme se vÃª da certidÃ£o emitida Ã fl.33 restando, portanto, configurada a decadÃªncia. Assim sendo, deve ser declarada extinta a punibilidade da autora do fato LUANA DA SILVA CRUZ, por forÃ§a do art. 107, IV, do CP, e, como se trata de matÃ©ria de ordem pÃºblica, deve o magistrado agir atÃ© mesmo de ofÃcio, nos precisos termos do art. 61 do CPP. Isto posto, considerando que, se operou a decadÃªncia do direito de queixa-crime, (arts. 38 do CPP e 103 do CP), com fulcro no art. 107, IV, do CP e art. 61 do CPP, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE da autora do fato LUANA DA SILVA CRUZ, jÃ¡ qualificada nos autos, no que diz respeito ao delito tipificado no art.138 do CPB. P.R.I. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Cumpra-se. BelÃ©m (PA), 08 de novembro de 2021. ERIC AGUIAR PEIXOTO Juiz de Direito da 3Âª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital.

PROCESSO: 00143352320208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERIC AGUIAR PEIXOTO A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:ADRIANA LORENA OLIVEIRA DE LIMA AUTOR DO FATO:CARLA CAROLINE OLIVEIRA DE LIMA VITIMA:F. A. J. S. . Autos nÂº: 0014335-23.2020.8.14.0401 Autoras do Fato: ADRIANA LORENA OLIVEIRA DE LIMA CARLA CAROLINE OLIVEIRA DE LIMA VÃtima: FERNANDO AUGUSTO DE JESUS SOUZAÂ Â CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 138 do CPB. SENTENÃA Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. Passo a decidir. Â DispÃµe o artigo 103 do CÃ³digo Penal: Salvo disposiÃ§Ã£o expressa em contrÃ¡rio, o ofendido decai do direito de queixa ou de representaÃ§Ã£o se nÃ£o o exerce dentro do prazo de 6(seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem Ã© o autor do crime, ou, no caso do Â§ 3Âº do artigo 100 deste CÃ³digo, do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denÃºncia. Ã o caso dos presentes autos em que a vÃtima do fato FERNANDO AUGUSTO DE JESUS SOUZA decaiu do direto de queixa-crime, jÃ¡ que nÃ£o o exerceu dentro do referido prazo contado do dia em que tomou ciÃªncia da autoria do crime, fato esse que ocorreu em 10/07/2020. Com efeito, jÃ¡ transcorreram mais de seis meses da data em a vÃtima veio a saber quem sÃ£o as autoras da infraÃ§Ã£o penal sem que a mesma tenha ajuizado aÃ§Ã£o penal privada contra as autoras, conforme se vÃª da certidÃ£o emitida Ã fl.21 restando, portanto, configurada a decadÃªncia. Assim sendo, deve ser declarada extinta a punibilidade das autoras do fato ADRIANA LORENA OLIVEIRA DE LIMA e CARLA CAROLINE OLIVEIRA DE LIMA, por forÃ§a do art. 107, IV, do CP, e, como se trata de matÃ©ria de ordem pÃºblica, deve o magistrado agir atÃ© mesmo de ofÃcio, nos precisos termos do art. 61 do CPP. Isto posto, considerando que, se operou a decadÃªncia do direito de queixa-crime, (arts. 38 do CPP e 103 do CP), com fulcro no art. 107, IV, do CP e art. 61 do CPP, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE das autoras do fato ADRIANA LORENA OLIVEIRA DE LIMA e CARLA CAROLINE OLIVEIRA DE LIMA, jÃ¡ qualificadas nos autos, no que diz respeito ao delito tipificado no art.138 do CPB. P.R.I. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Cumpra-se. BelÃ©m (PA), 08 de novembro de 2021. ERIC AGUIAR PEIXOTO Juiz de Direito da 3Âª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital.

PROCESSO: 00158283520208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERIC AGUIAR PEIXOTO A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:ALESSANDRA DO SOCORRO DA SILVA PINTO AUTOR DO FATO:DAMIAO CARVALHO DA SILVA AUTOR DO FATO:FABIANO LOPES RIBEIRO VITIMA:L. V. N. S. . Autos nÂº: 0015828-35.2020.8.14.0401 Autores do Fato: ALESSANDRA DO SOCORRO DA SILVA PINTO, Â DAMIÃO CARVALHO DA SILVA e FABIANO LOPES RIBEIRO. VÃtima: LAURA VERONICA NUNES DE SOUZAÂ Â CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 138 do CPB. SENTENÃA Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. Passo a decidir. Â DispÃµe o artigo 103 do CÃ³digo Penal: Salvo disposiÃ§Ã£o expressa em contrÃ¡rio, o ofendido decai do direito de queixa ou de representaÃ§Ã£o se nÃ£o o exerce dentro do prazo de 6(seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem Ã© o autor do crime, ou, no caso do Â§ 3Âº do artigo 100 deste CÃ³digo, do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denÃºncia. Ã o caso dos presentes autos em que a vÃtima do fato LAURA VERONICA NUNES DE SOUZA decaiu do direto de queixa-crime, jÃ¡ que nÃ£o o exerceu dentro do referido prazo contado do dia em que tomou ciÃªncia da autoria do crime, fato esse que ocorreu em 28/07/2020. Com efeito, jÃ¡ transcorreram mais de seis meses da data em a vÃtima veio a saber quem sÃ£o os autores da infraÃ§Ã£o penal sem que a mesma tenha ajuizado aÃ§Ã£o penal privada contra os autoras, conforme se vÃª da certidÃ£o emitida Ã fl.25 restando, portanto, configurada a decadÃªncia. Assim sendo, deve ser declarada extinta a punibilidade dos autores do fato ALESSANDRA DO SOCORRO DA SILVA PINTO, DAMIÃO CARVALHO DA SILVA e FABIANO LOPES RIBEIRO, por forÃ§a do art. 107, IV, do CP, e, como se trata de matÃ©ria de ordem pÃºblica, deve o magistrado agir atÃ© mesmo de ofÃcio, nos precisos termos do art. 61 do CPP. Isto posto, considerando que, se operou a decadÃªncia do direito de queixa-crime, (arts. 38 do CPP e 103 do CP), com fulcro no art. 107, IV, do CP e art. 61 do CPP, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos autores do fato ALESSANDRA DO SOCORRO DA SILVA PINTO, DAMIÃO CARVALHO DA SILVA e FABIANO LOPES RIBEIRO, jÃ¡ qualificados nos autos, no que diz respeito ao delito tipificado no art.138 do CPB. P.R.I. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se. Sem custas. Cumpra-se. BelÃ©m (PA), 08 de novembro de 2021. ERIC AGUIAR PEIXOTO Juiz de Direito da 3Âª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital.

UPJ DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DA CAPITAL - 4 JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

RESENHA: 03/11/2021 A 05/11/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DOS JUIZADOS CRIMINAIS DE BELEM - VARA: 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM

PROCESSO: 00160189520208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:LUCIANO CASTRO DE FIGUEIREDO AUTOR DO FATO:MESSIAS DOS SANTOS FERREIRA VITIMA:O. E. . Processo nÂº: 0016018-95.2020.8.14.0401 AUTOR: MESSIAS DOS SANTOS FERREIRA; LUCIANO CASTRO DE FIGUEIREDO VÃTIMA: O ESTADO Art. 268 E 331 DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Aos 03/11/2021, Ã s 09:50 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o Dr. FÃ¡bio Penezi PÃ³voa, Juiz de Direito respondendo pela 4Âª Vara do Jecrim, o MinistÃ©rio PÃºblico na pessoa da Dra. BethÃ¢nia Maria da Costa CorrÃªa, ambos por meio de vÃdeoconferÃªncia (Microsoft Teams), comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, aÃ no horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, ausentes as partes. Aberta a audiÃªncia, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico, que se manifestou nos seguintes termos: "MM. Juiz,Â considerando que nÃ£o hÃ¡ qualquer testemunha indicada nos autos, composto tÃ£o somente pela declaraÃ§Ã£o do policial militar relator e das duas pessoas que constam como autores do fato, o MP nÃ£o encontra o menor respaldo para o prosseguimento do feito, uma vez que Ã© imprescindÃvel atender Ã s exigÃªncias do art. 41 do CPP, notadamente, no presente caso, o suporte probatÃ³rio. Pelo exposto, o MP requer o arquivamento dos autos por falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal, na analogia do art. 395, III do CPP. Pede deferimentoÂ¿. A seguir, o MM. Juiz deliberou nos seguintes termos: Â¿Vistos, etc. Adoto como relatÃ³rio que dos autos consta, com base no permissivo legal do art. 81, Â§ 3Âº, da Lei 9.099/95. Considerando a falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal, acolho o requerimento do MinistÃ©rio PÃºblico, que adoto para fundamentar a presente decisÃ£o, relativamente a este Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia e lhe determino o ARQUIVAMENTO, com fundamento no art. 18 do CPP. Sem custas. Procedam-se Ã s anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. E, apÃ³s, arquivem-se os autos. Publicada em audiÃªnciaÂ¿.Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, _____, Aline Reis, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. Juiz: MinistÃ©rio PÃºblico:

PROCESSO: 00207355320208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:JULIANA DOS SANTOS MACIEL VITIMA:A. S. C. . Processo nÂº: 0020735-53.2020.8.14.0401 AUTOR: JULIANA DOS SANTOS MACIEL VÃTIMA: ALESSANDRA SARDINHA CARVALHO, CPF: 779.859.822-72 Art. 42, III DA LCP TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Aos 03/11/2021, Ã s 11:00 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o Dr. FÃ¡bio Penezi PÃ³voa, Juiz de Direito respondendo pela 4Âª Vara do Jecrim, o MinistÃ©rio PÃºblico na pessoa da Dra. BethÃ¢nia Maria da Costa CorrÃªa, ambos por meio de vÃdeoconferÃªncia (Microsoft Teams), comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, aÃ no horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, presente somente a vÃtima. Aberta a audiÃªncia, a vÃtima declarou que nÃ£o possui testemunhas do momento em que ela pediu para a autora diminuir o volume do som. Em seguida, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico, que se manifestou nos seguintes termos: Â¿MM. Juiz, considerando a declaraÃ§Ã£o da vÃtima de que nÃ£o hÃ¡ testemunhas a indicar, a existÃªncia da infraÃ§Ã£o e sua autoria nÃ£o restam comprovadas. Pelo exposto, o MP nÃ£o tem como cumprir o disposto no art. 41 do CPP, e, diante da ausÃªncia de justa causa da aÃ§Ã£o penal, requer o arquivamento na forma da Lei, na analogia do art. 395, III do CPP. Pede deferimentoÂ¿. A seguir, o MM. Juiz passou a proferir a decisÃ£o: Â¿Considerando a falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal, acolho o requerimento do MinistÃ©rio PÃºblico, que adoto para fundamentar a presente decisÃ£o, relativamente a este Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia e lhe determino o ARQUIVAMENTO, com fundamento nos art. 18 do CPP. Sem custas. Procedam-se Ã s anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. P.R.I.C. e, apÃ³s, arquivem-se os autosÂ¿. Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, _____, Aline Reis, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. JuÃza: MinistÃ©rio PÃºblico: VÃtima (Alessandra):

PROCESSO: 00243810820198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Inquérito Policial em: 03/11/2021 VITIMA:I. P. F. AUTOR DO FATO:IZALA DOS

SANTOS PATRICIO. Processo nÂº: 0024381-08.2019.8.14.0401 AUTOR: IZALA DOS SANTOS PATRICIO VÃTIMA: ISADORA PATRICIO FRADE Art. 136 DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Aos 03/11/2021, Ã s 09:30 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o Dr. FÃ¡bio Penezi PÃ³voa, Juiz de Direito respondendo pela 4Âª Vara do Jecrim, o MinistÃ©rio PÃºblico na pessoa da Dra. BethÃ¢nia Maria da Costa CorrÃªa, ambos por meio de vÃdeoconferÃªncia (Microsoft Teams), comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, aÃ no horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, ausentes as partes. Aberta a audiÃªncia, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico, que se manifestou nos seguintes termos: "MM. Juiz, o MP requer vistas dos autos. Pede deferimentoÂ¿. A seguir, o MM. Juiz deliberou nos seguintes termos: Â¿DÃª-se vistas dos autos Ã Representante do MinistÃ©rio PÃºblicoÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, _____, Aline Reis, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. JuÃza: MinistÃ©rio PÃºblico:

PROCESSO: 00274297220198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:ALEX DE OLIVEIRA DA LUZ VITIMA:A. S. N. VITIMA:O. E. . Processo nÂº: 0027429-72.2019.8.14.0401 AUTOR: ALEX DE OLIVEIRA DA LUZ VÃTIMA: AILTON DA SILVA NASCIMENTO; O ESTADO Art. 331 DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Aos 03/11/2021, Ã s 10:50 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o Dr. FÃ¡bio Penezi PÃ³voa, Juiz de Direito respondendo pela 4Âª Vara do Jecrim, o MinistÃ©rio PÃºblico na pessoa da Dra. BethÃ¢nia Maria da Costa CorrÃªa, ambos por meio de vÃdeoconferÃªncia (Microsoft Teams), comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, aÃ no horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, ausentes as partes. Aberta a audiÃªncia, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico, que se manifestou nos seguintes termos: "MM. Juiz, o MP requer vistas dos autos. Pede deferimentoÂ¿. A seguir, o MM. Juiz deliberou nos seguintes termos: Â¿DÃª-se vistas dos autos Ã Representante do MinistÃ©rio PÃºblicoÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, _____, Aline Reis, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. JuÃza: MinistÃ©rio PÃºblico:

PROCESSO: 00010583720208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Inquérito Policial em: 04/11/2021 INDICIADO:ANDREZA CRISTINA DOS SANTOS MOREIRA VITIMA:M. B. M. C. . Gabinete da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal. Processo nÂº 0001058-37.2020.8.14.0401 DecisÃ£o: Adoto como relatÃ³rio o que consta nos autos com base no dispositivo legal do art. 81, Â§ 3Âº, da Lei 9.099/95. Tratam os autos de InquÃ©rito Policial, instaurado para apurar a suposta ocorrÃªncia do crime previsto no art. 136 do CPB. O ÃrgÃ£o Ministerial manifestou-se pelo arquivamento dos autos, alegando nÃ£o haver indÃcios suficientes acerca da autoria e materialidade delitiva, e, consequentemente, falta de justa causa para aÃ§Ã£o penal, nos termos do art. 395, III, do CPP (fl. 56). Verifica-se que assiste razÃ£o ao MinistÃ©rio PÃºblico, uma vez que nÃ£o hÃ¡ provas contundentes nos autos que comprovem a autoria e a materialidade do crime para que se dÃª prosseguimento a persecuÃ§Ã£o penal. AlÃ©m disso, a vÃtima nÃ£o tem sido encontrada, parte esta interessada na produÃ§Ã£o de provas, o que nÃ£o ocorreu no presente caso. Ademais, em decorrÃªncia do sistema acusatÃ³rio, veda-se ao juiz determinar o prosseguimento da persecuÃ§Ã£o penal diante de um pedido de arquivamento do Ã³rgÃ£o acusador, sob pena de macular a sua imparcialidade consagrada na ConstituiÃ§Ã£o Federal (art. 5Âº, XXXVII). Pelo exposto, acolho a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico, por entender igualmente pela falta de justa causa para aÃ§Ã£o penal, e determino o ARQUIVAMENTO do presente feito, nos termos do art. 18, art. 41 e art. 395, III, do CPP. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. P.R.I.C. Sem custas. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. FÃBIO PENEZI PÃVOA Juiz de Direito, respondendo pela 4Âª Vara do JECrim de BelÃ©m.

PROCESSO: 00014281620208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 04/11/2021 DENUNCIADO:PEDRO LOPES BENJAMIM VITIMA:A. C. . Gabinete da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m. Processo nÂº 0001428-16.2020.8.14.0401 Despacho: Considerando que os presentes autos vieram redistribuÃdos, dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. FÃBIO PENEZI PÃVOA Juiz de Direito, respondendo pela 4Âª Vara do JECrim de BelÃ©m

PROCESSO: 00089676720198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO

PENEZI POVOA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 04/11/2021 QUERELANTE:DANIELA LIMA BARBALHO Representante(s): OAB 17330 - ANTONIO REIS GRAIM NETO (ADVOGADO) OAB 28906 - BHRENNA BRITO MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 31506 - NAIADE NUNES PINTO DOS REIS (ADVOGADO) QUERELADO:WLADIMIR AFONSO DA COSTA RABELO Representante(s): OAB 8429 - ANDRE LUIZ EIRO DO NASCIMENTO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:PROCEDIMENTO ORIGINARIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Gabinete da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m Processo nÂº 0008967-67.2019.8.14.0401 DecisÃ£o: Recebo a apelaÃ§Ã£o, uma vez que o presente recurso foi interposto no prazo legal, conforme informa certidÃ£o da Secretaria Ã fl. 148 (art. 82, Â§ 1Âº, da Lei nÂº 9.099/95) e houve o pagamento das custas recursais, consoante fls. 145 a 147. Intime-se o querelado - ora recorrido - para que tome conhecimento das referidas razÃµes recursais e ofereÃ§a resposta escrita (contrarrazÃµes recursais), no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 82, Â§ 2Âº, da Lei nÂº 9.099/95. ApÃ³s, oferecidas as contrarrazÃµes ou nÃ£o, certifique-se e dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o como custos legis e remetam-se os autos Ã EgrÃ©gia Turma Recursal com as cautelas habituais. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. FÃBIO PENEZI PÃVOA Juiz de Direito, respondendo pela 4Âª Vara do JECrim de BelÃ©m.

PROCESSO: 00147868220198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 04/11/2021 DENUNCIADO:ALESSANDRO RAMOS SOUSA VITIMA:A. G. O. V. . Processo nÂº 0014786-82.2019.8.14.0401 DENUNCIADO(S): ALESSANDRO RAMOS SOUSA VÃTIMA: ANA GABRIELA OSORIO VELLOSO Artigo: 150, Â§ 1Âº DO CPB TERMO DA AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Aos 04/11/2021, Ã s 09:30 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o Dr. FÃ¡bio Penezi PÃ³voa, MM. Juiz de Direito, o MinistÃ©rio PÃºblico na pessoa da Dra. BethÃ¢nia Maria da Costa CorrÃªa, ambos por meio de vÃdeoconferÃªncia (Microsoft Teams), comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, aÃ no horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, ausentes as partes. Aberta a audiÃªncia, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico, que se manifestou nos seguintes termos: Â¿MM. Juiz, considerando que o denunciado nÃ£o foi citado, por se encontrar em local desconhecido, conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a Ã fl. 34, o MP requer que os autos sejam encaminhados a uma das Varas do JuÃzo Comum, a fim de se proceder a citaÃ§Ã£o editalÃcia, com base no art. 66, parÃ¡grafo Ãºnico da Lei 9.099/95. Pede deferimentoÂ¿. A seguir, o MM. Juiz decidiu nos seguintes termos: Â¿Acolho o parecer do MinistÃ©rio PÃºblico e determino a remessa dos respectivos autos Ã distribuiÃ§Ã£o, para que sejam encaminhados a uma das Varas Penais da Capital, com as cautelas de praxeÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, _____, Aline Reis, Auxiliar JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. Juiz: MinistÃ©rio PÃºblico:

PROCESSO: 00148107620208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 04/11/2021 QUERELANTE:LEONARDO FRANCO COSTA Representante(s): OAB 13873 - SAMIRA HACHEM FRANCO COSTA (ADVOGADO) QUERELADO:ANTONIO WALDERCLEYDES DE LIMA MAGALHAES Representante(s): OAB 5789 - LUIZ ROBERTO DUARTE DE MELO (ADVOGADO) . Gabinete da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m. Processo nÂ° 0014810-76.2020.8.14.0401. DecisÃ£o: Considerando a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Ã fl. 70 que entendeu pela impossibilidade jurÃdica do pedido, este juÃzo delibera pela incompetÃªncia de processar e julgar o requerido pelo querelante Ã s fls. 42 Ã 63, em virtude de se tratar de pedido de execuÃ§Ã£o de tÃtulo judicial, cuja competÃªncia se dÃ¡ nos juizados cÃveis, conforme art. 74 da lei 9.099/95. O pedido em questÃ£o, embora se tenha justa causa, nÃ£o se verificou o instrumento cabÃvel e, principalmente, a observÃ¢ncia da Vara competente para tanto. Pelo exposto, considerando a inviabilidade de anÃ¡lise do pleito e inadequaÃ§Ã£o do procedimento por esta 4Âª Vara de Juizado Especial Criminal, determino o arquivamento destes autos, com os cuidados de praxe, sob os fundamentos do art. 74 da lei 9.099/95. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. FÃBIO PENEZI PÃVOA Juiz de Direito, respondendo pela 4Âª Vara do JECrim de BelÃ©m.

PROCESSO: 00166003220198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 DENUNCIADO:JACYRO MACCHI NETTO Representante(s): OAB 21632 - JOSE RICARDO PINTO BENTES (ADVOGADO) VITIMA:B. V. M. . Gabinete da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m Processo n. 0016600-32.2019.8.14.0401 SentenÃ§a: RelatÃ³rio dispensado com base no permissivo legal do art. 81, Â§3Âº, da Lei nÂº 9.099/95.

Nos termos do art. 61 do CPP, em qualquer fase do processo, o juiz deverÃ¡ declarar de ofÃcio a extinÃ§Ã£o da punibilidade, se esta for reconhecida. Compulsando os autos, verifica-se que o delito apurado se trata do art. 65 da LCP, recentemente revogado pela lei 14.132/2021, com data de publicaÃ§Ã£o no dia 31/03/2021. Ocorre que os fatos aconteceram dia 16/05/2019, logo, observa-se que, embora a data do fato seja anterior Ã revogaÃ§Ã£o, neste caso, hÃ¡ a incidÃªncia da retroatividade da lei penal, pois conforme o art. 5Â°, XL da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988 Â¿a lei penal nÃ£o retroagirÃ¡, salvo para beneficiar o rÃ©uÂ¿, o qual preceitua sobre o alcance da norma penal, dado o benefÃcio ao rÃ©u. No caso em tela, por se tratar de lei mais benÃ©fica, os efeitos da revogaÃ§Ã£o do art. 65 da LCP devem alcanÃ§ar este fato, provocando a extinÃ§Ã£o da punibilidade do(a)(s) autor(a)(es) do fato, nos termos do art. 107, III, do CPB c/c art. 5Â°, XL da CF/88. Instado a se manifestar, o MinistÃ©rio PÃºblico, Ã s fls. 81 a 83 requereu a extinÃ§Ã£o de punibilidade por se tratar de abolitio criminis, bem como compreendeu que nÃ£o configura o crime de perseguiÃ§Ã£o, previsto no art. 147-A do CPB - delito que substituiu a contravenÃ§Ã£o, desde que certos requisitos estivessem presentes. No caso em tela, nÃ£o hÃ¡ o carÃ¡ter reiterado de perturbaÃ§Ã£o, elemento do tipo essencial para se enquadrar o crime citado. Pelo exposto, com fulcro no art. 107, III do CÃ³digo Penal, bem como a nÃ£o incidÃªncia do art. 147-A do CPB pela atipicidade, julgo extinta a punibilidade do crime em relaÃ§Ã£o ao autor do fato JACYRO MACCHI NETTO, em decorrÃªncia dos fatos constantes nos presentes autos, pela ocorrÃªncia da retroatividade da conduta nÃ£o mais considerada criminosa. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Sem custas. P.R.I.C. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. FÃBIO PENEZI PÃVOA Juiz de direito, respondendo pela 4Âª Vara do JECrim de BelÃ©m.

PROCESSO: 00216397320208140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 04/11/2021 QUERELANTE:MYKOLENE GAMA DE BARROS Representante(s): OAB 29609 - SAMIRA BERNARDO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 30417 - ANNIE JULLIETE RODRIGUES DE SOUSA E SOUZA (ADVOGADO) QUERELADO:LEONARDO AUGUSTO BANDEIRA CALDAS. Gabinete da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m Processo nÂº 0021639-73.2020.8.14.0401 Despacho: Considerando a petiÃ§Ã£o Ã s fls. 27 a 35, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o como fiscal da lei. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. FÃBIO PENEZI PÃVOA Juiz de Direito, respondendo pela 4Âª Vara do JECrim de BelÃ©m.

PROCESSO: 00271447920198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:JOSE NUNES DO CARMO VITIMA:L. C. W. S. Representante(s): OAB 19757 - JAQUELINE MIRNA MARTINS PINHEIRO CARDOSO (ADVOGADO) OAB 28344 - JUCIREMA DE SOUZA GOMES (ADVOGADO) VITIMA:S. V. S. Representante(s): OAB 19757 - JAQUELINE MIRNA MARTINS PINHEIRO CARDOSO (ADVOGADO) OAB 28344 - JUCIREMA DE SOUZA GOMES (ADVOGADO) . Processo nÂº 0027144-79.2019.8.14.0401 DENUNCIADO(S): JOSE NUNES DO CARMO, CPF: 249.023.732-20 Advogado do denunciado: Helio Pessoa Oliveira, OAB/PA: 007982 VÃTIMA: LEONIDAS CORREA WANDERLEI DA SILVA; SEBASTIAO VANDERLEI DA SILVA, CPF: 146.420.932-49 Advogada das vÃtimas: Jaqueline Mirna Martins Pinheiro Cardoso, OAB/PA: 19757 Testemunha das vÃtimas: Wehuds Oliveira de Moraes, CPF: 022.759.062-74 Artigo: 147 DO CPB TERMO DA AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Aos 04/11/2021, Ã s 10:30 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o Dr. FÃ¡bio Penezi PÃ³voa, MM. Juiz de Direito, o MinistÃ©rio PÃºblico na pessoa da Dra. BethÃ¢nia Maria da Costa CorrÃªa, ambos por meio de vÃdeoconferÃªncia (Microsoft Teams), comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, aÃ no horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, presentes as partes acima identificadas. VÃtima (Leonidas da Silva) ausente. Aberta a audiÃªncia, a advogada das vÃtimas informou que seu cliente, Leonidas da Silva, nÃ£o pÃ´de comparecer ao ato por motivos de saÃºde, cujos atestados serÃ£o protocolados, e que ele possui interesse em participar da audiÃªncia. Em seguida, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico, que se manifestou nos seguintes termos: Â¿Diante do estado de saÃºde da vÃtima Leonidas, que se encontra enfermo e impossibilitado de vir para esta audiÃªncia, o MP requer a remarcaÃ§Ã£o da audiÃªncia para data mais prÃ³xima possÃvel. Pede deferimentoÂ¿. A seguir, o MM. Juiz deliberou nos seguintes termos: Â¿Acolho o requerimento da representante do MinistÃ©rio PÃºblico. Remarco a presente audiÃªncia para o dia 17/05/2022 Ã s 10:30 horas. Cientes e intimados os presentesÂ¿. Publicada em audiÃªncia. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, _____, Aline Reis, Auxiliar JudiciÃ¡ria, digitei e subscrevi. Juiz: MinistÃ©rio PÃºblico: Denunciado

(JosÃ©): Advogado do denunciado (Helio): VÃtima (SebastiÃ£o): Advogada da vÃtima (Jaqueline): Testemunha (Wehuds):

PROCESSO: 00276401120198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:MAILTON MARCELO SILVA FERREIRA VITIMA:O. E. . Processo nÂº: 0027640-11.2019.8.14.0401 AUTOR: MAILTON MARCELO SILVA FERREIRA VÃTIMA: O ESTADO Art. 329 DO CPB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Aos 03/11/2021, Ã s 10:30 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o Dr. FÃ¡bio Penezi PÃ³voa, Juiz de Direito respondendo pela 4Âª Vara do Jecrim, o MinistÃ©rio PÃºblico na pessoa da Dra. BethÂ¢nia Maria da Costa CorrÃªa, ambos por meio de vÃdeoconferÃªncia (Microsoft Teams), comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, aÃ no horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, ausentes as partes. Aberta a audiÃªncia, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico, que se manifestou nos seguintes termos: "MM. Juiz, o MP requer a remarcaÃ§Ã£o da presente audiÃªncia, bem como seja renovada a intimaÃ§Ã£o do autor do fato por Oficial de JustiÃ§a e seja oficiada a PolÃcia Militar para que encaminhe o policial relator do fato. Pede deferimentoÂ¿. A seguir, o MM. Juiz deliberou nos seguintes termos: Â¿Acolho o requerimento do MP. Remarco a presente audiÃªncia para o dia 07/07/2022 Ã s 09:50 horas. Intime-se o autor do fato pessoalmente por Oficial de JustiÃ§a. Oficie-se a PolÃcia Militar, nos termos requeridos pelo MP. Publicada em audiÃªnciaÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, _____, Aline Reis, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. JuÃza: MinistÃ©rio PÃºblico:

PROCESSO: 00279120520198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:MAYKON JOSE DOS SANTOS VITIMA:O. E. . Processo nÂº: 0027912-05.2019.8.14.0401 AUTOR: MAYKON JOSE DOS SANTOS VÃTIMA: O ESTADO Art. 180 Â§ 3Âº DO CPB. ART. 309 DO CTB TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Aos 03/11/2021, Ã s 10:10 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presente se achava o Dr. FÃ¡bio Penezi PÃ³voa, Juiz de Direito respondendo pela 4Âª Vara do Jecrim, o MinistÃ©rio PÃºblico na pessoa da Dra. BethÂ¢nia Maria da Costa CorrÃªa, ambos por meio de vÃdeoconferÃªncia (Microsoft Teams), comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, aÃ no horÃ¡rio aprazado para a audiÃªncia, ausentes as partes. Aberta a audiÃªncia, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico, que se manifestou nos seguintes termos: "MM. Juiz, o MP requer a remarcaÃ§Ã£o da presente audiÃªncia, bem como seja renovada a intimaÃ§Ã£o do autor do fato por Oficial de JustiÃ§a. Pede deferimentoÂ¿. A seguir, o MM. Juiz deliberou nos seguintes termos: Â¿Acolho o requerimento do MP. Remarco a presente audiÃªncia para o dia 07/07/2022 Ã s 10:10 horas. Intime-se o autor do fato pessoalmente por Oficial de JustiÃ§a. Defiro a solicitaÃ§Ã£o feita atravÃ©s do OfÃcio nÂº 304/2021, Ã fl. 37, e determino que a parte requerente informe seu e-mail para as devidas providÃªncias. Publicada em audiÃªnciaÂ¿. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Eu, _____, Aline Reis, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. Juiz: MinistÃ©rio PÃºblico:

PROCESSO: 00280835920198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 04/11/2021 QUERELANTE:WANDERSON GONCALVES CUNHA Representante(s): OAB 23207 - JOLBE ANDRES PIRES MENDES (ADVOGADO) QUERELADO:MARCELO RODRIGUES GONCALVES. Gabinete da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m Processo nÂº 0028083-59.2019.8.14.0401 Despacho: Considerando a certidÃ£o retro, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. BelÃ©m, 4 de novembro de 2021. FÃBIO PENEZI PÃVOA Juiz de Direito, respondendo pela 4Âª Vara do JECrim de BelÃ©m.

PROCESSO: 00283157120198140401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO PENEZI POVOA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR DO FATO:RONERES FLORENCIA DOS SANTOS VITIMA:D. C. G. B. . Gabinete da 4Âª Vara do Juizado Especial Criminal de BelÃ©m Processo nÂº 0028315-71.2019.8.14.0401 Despacho: R. H. Designo para o DIA 09 DE MARÃO DE 2022, ÃS 11:00 HORAS, a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia preliminar, cientificando-se para o ato o representante do MinistÃ©rio PÃºblico. Intimem-se o autor(es) do fato e a(s) vÃtima(s), se for o caso, devendo ser informado ao autor do fato que deverÃ¡ comparecer Ã referida audiÃªncia munido de seu comprovante de residÃªncia e de documento de identificaÃ§Ã£o com foto, bem como de advogado, nos

termos do art. 68, da Lei 9099/95. Intimem-se as partes por Oficial de JustiÃ§a, nos termos requeridos pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Cumpra-se. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. FÃBIO PENEZI PÃVOA Juiz de Direito, respondendo pela 4Âª Vara do JECrim de BelÃ©m

Fica designada a realização da 23ª Sessão Ordinária por Videoconferência da 1ª Turma Recursal Permanente dos Juizados Especiais para o **dia 01 de DEZEMBRO de 2021 (4ª feira), às 09:00 horas**, na qual serão julgados os seguintes feitos:

Processos Pautados

Ordem: 001

Processo: 0800115-13.2020.8.14.0069

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Material

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: JOSE MINEIRO DE CASTRO

ADVOGADO: GUSTAVO DA SILVA VIEIRA - (OAB PA18261-B)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE: ITAU UNIBANCO S.A.

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem: 002

Processo: 0800568-53.2018.8.14.0012

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: OLINDA CALANDRINHO DA CRUZ

ADVOGADO: FREDERICK FIALHO KLITZKE - (OAB PA20469-A)

ADVOGADO: JOCELINDO FRANCES MEDEIROS - (OAB PA3630-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO PAN S.A.

ADVOGADO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA: BANCO PAN S.A.

Ordem: 003

Processo: 0800698-09.2019.8.14.0012

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE: ITAU UNIBANCO S.A.

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MARIA DOS SANTOS LEAO

ADVOGADO: CARMELINO AUGUSTO NUNES E SILVA - (OAB 17912-A)

ADVOGADO: PAULO CESAR CAMPOS DAS NEVES - (OAB PA13995-A)

Ordem: 004

Processo: 0800156-83.2020.8.14.0067

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: MARIA DAS GRACAS FERREIRA

ADVOGADO: MAYCO DA COSTA SOUZA - (OAB PA19131-A)

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO PAN S.A.

ADVOGADO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA: BANCO PAN S.A.

Ordem: 005

Processo: 0800590-09.2019.8.14.0067

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: MANOEL MENINO CORREA NETO

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE: ITAU UNIBANCO S.A.

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem: 006

Processo: 0800735-65.2019.8.14.0067

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: ANDRELINA LOPES DE SOUZA

ADVOGADO: CINDY MARY MIRALHA RODRIGUES - (OAB PA28781-A)

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE: ITAU UNIBANCO S.A.

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem: 007

Processo: 0800108-50.2020.8.14.0124

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: IZA LOPES LIMA

ADVOGADO: MAYCON MIGUEL ALVES - (OAB PA20859-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE: ITAU UNIBANCO S.A.

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem: 008

Processo: 0000045-79.2012.8.14.0046

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Acidente de Trânsito

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ADVOGADO: LUANA SILVA SANTOS - (OAB PA16292-A)

PROCURADORIA: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

POLO PASSIVO

RECORRIDO: RICARDO ROCHA DE FREITAS

ADVOGADO: LIVIA MARIA RIBEIRO DA SILVA - (OAB PA12082-A)

Ordem: 009

Processo: 0855441-72.2019.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: AMELIA CRISTINA VILHENA CAVALCANTE

ADVOGADO: ADRIANA DE OLIVEIRA SILVA CASTRO - (OAB PA10153-A)

ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO VASCONCELOS - (OAB PA9360-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ATLAS VEICULOS LTDA

ADVOGADO: DANIEL RODRIGUES CRUZ - (OAB PA12915-A)

RECORRIDO: REZENDE ADMINISTRADORA DE NEGOCIOS E REPRESENTACAO LTDA

ADVOGADO: DANIEL RODRIGUES CRUZ - (OAB PA12915-A)

RECORRIDO: BERNARDINO COSTA REZENDE

ADVOGADO: DANIEL RODRIGUES CRUZ - (OAB PA12915-A)

Ordem: 010

Processo: 0800886-31.2019.8.14.0067

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: MANOEL ALVES REIS

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE: ITAU UNIBANCO S.A.

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem: 011

Processo: 0010170-72.2016.8.14.0012

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO ITAU

ADVOGADO: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

ADVOGADO: SERGIO ANTONIO FERREIRA GALVAO - (OAB PA3672-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: SARA GONCALVES DE MORAES

ADVOGADO: GUSTAVO LIMA BUENO - (OAB PA21306-A)

Ordem: 012

Processo: 0859686-29.2019.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Abatimento proporcional do preço

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: ANTONIO CARLOS NASCIMENTO DIAS

ADVOGADO: SERGIO ESPINHEIRO ARAUJO JUNIOR - (OAB PA18407-A)

ADVOGADO: WILLY MONTEIRO DE SOUSA - (OAB PA14409-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

RECORRIDO: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

PROCURADORIA: BANCO DO BRASIL S/A

REPRESENTANTE: ITAU UNIBANCO S.A.

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE: BANCO DO BRASIL SA

PROCURADORIA: BANCO DO BRASIL S/A

Ordem: 013

Processo: 0016397-73.2015.8.14.0801

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: ALVARO GOUVEA DE OLIVEIRA

ADVOGADO: JORGE OTAVIO LEMOS MENDONCA - (OAB PA7888-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO PAN S.A

ADVOGADO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

Ordem: 014

Processo: 0800334-48.2019.8.14.0073

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE: ITAU UNIBANCO S.A.

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MARIA ZELIA LIMA

ADVOGADO: ADRIANA VARIANI - (OAB PA757-A)

Ordem: 015

Processo: 0801386-08.2019.8.14.0032

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: SANTANA FERREIRA

ADVOGADO: PATRYCK DELDUCK FEITOSA - (OAB PA15572-A)

ADVOGADO: MARIO BEZERRA FEITOSA - (OAB PA10036-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE: ITAU UNIBANCO S.A.

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem: 016

Processo: 0800078-77.2018.8.14.0029

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: NERINA DIAS PAIXAO

ADVOGADO: RODRIGO CARDOSO DA MOTTA - (OAB PA19547-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - (OAB BA29442-A)

ADVOGADO: LIDIA GABRIELA COELHO FIGUEIREDO - (OAB PA27295-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem: 017

Processo: 0000462-42.2018.8.14.0007

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: ITAU UNIBANCO S.A.

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MARIA EMILIA DA SILVA NEVES

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

Ordem: 018

Processo: 0000861-26.2016.8.14.0950

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO PAN S.A

ADVOGADO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ELZAMILI LIMA BRITO

ADVOGADO: KATRIANE AZEVEDO SOUSA - (OAB PA21855-A)

ADVOGADO: ALVANIZA TAVARES DE OLIVEIRA SILVA - (OAB PA81-A)

Ordem: 019

Processo: 0000584-77.2011.8.14.9003

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Espécies de Contratos

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA5627-A)

ADVOGADO: EDUARDO SUZUKI SIZO - (OAB PA7608-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: JOAO BOSCO DOS SANTOS SERRAO

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 020

Processo: 0000170-16.2010.8.14.9003

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Planos de Saúde

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: EDUARDO SUZUKI SIZO - (OAB PA7608-A)

ADVOGADO: SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA5627-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: RAIMUNDA COMESANHA CHAVES DE SOUSA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 021

Processo: 0001945-10.2018.8.14.0007

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

RECORRIDO: JOAQUIM CORREA MARQUES

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

Ordem: 022

Processo: 0808172-45.2018.8.14.0051

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: JOSE RODRIGUES DA SILVA

ADVOGADO: JONIEL VIEIRA DE ABREU - (OAB PA19582-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem: 023

Processo: 0003204-40.2018.8.14.0007

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

RECORRIDO: DARCIRA SERRAO

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

Ordem: 024

Processo: 0800195-17.2019.8.14.0067

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: GRACI AFONSO DE CARVALHO

ADVOGADO: MAYCO DA COSTA SOUZA - (OAB PA19131-A)

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

ADVOGADO: ISAAC WILLIANS MEDEIROS - (OAB PA26850-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem: 025

Processo: 0800634-28.2019.8.14.0067

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: RAIMUNDO ALVES RIBEIRO

ADVOGADO: ANA LUIZA CUNHA DE PAIVA E SILVA - (OAB PA26267-A)

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

RECORRENTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

RECORRIDO: RAIMUNDO ALVES RIBEIRO

ADVOGADO: ANA LUIZA CUNHA DE PAIVA E SILVA - (OAB PA26267-A)

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

Ordem: 026

Processo: 0800333-81.2019.8.14.0067

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MARIA JOANA DA COSTA

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

Ordem: 027

Processo: 0808510-82.2019.8.14.0051

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: ANTONIO SILVA DE SOUSA

ADVOGADO: HACCA PRISCILA COSTA RABELO - (OAB PA27594-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BAIAO - (OAB RJ19728-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem: 028

Processo: 0800107-76.2019.8.14.0067

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: PEDRO DA SILVA POMPEU

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

RECORRENTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO - (OAB BA16780-A)

ADVOGADO: MARIANA BARROS MENDONCA - (OAB RJ121891-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

RECORRIDO: PEDRO DA SILVA POMPEU

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

Ordem: 029

Processo: 0862178-28.2018.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Desconto em folha de pagamento

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: PEDRO DUARTE CARDOSO

ADVOGADO: ADMIR SOARES DA SILVA - (OAB PA10276-A)

ADVOGADO: ALEXANDRE MESQUITA DE MEDEIROS BRANCO - (OAB PA5944-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO PAN S.A.

ADVOGADO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA: BANCO PAN S.A.

Ordem: 030

Processo: 0000001-10.2002.8.14.9003

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Espécies de Contratos

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA5627-A)

ADVOGADO: DENISE DE FATIMA DE ALMEIDA E CUNHA - (OAB PA9158-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: VANIA PRATA TEIXEIRA

Ordem: 031

Processo: 0006763-87.2014.8.14.0801

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Planos de Saúde

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: JOANA DARC DE JESUS SANTANA

ADVOGADO: RAFAEL AIRES DA SILVA COSTA - (OAB PA25751-A)

ADVOGADO: ADRIANO GUALTIERO TONETTI - (OAB PA17288-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: UNIMED

ADVOGADO: EDUARDO SUZUKI SIZO - (OAB PA7608-A)

ADVOGADO: SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA5627-A)

Ordem: 032

Processo: 0802961-88.2017.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: MARCIA DE ALMEIDA MACOLA

ADVOGADO: THASSIA REBECCA VINAGRE SALES - (OAB PA702-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA5627-A)

Ordem: 033

Processo: 0872452-51.2018.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: OLINDINA OLIVEIRA VELOSO

ADVOGADO: ISMAEL OLIVEIRA DE SOUZA - (OAB PA24050-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ROGERIO CALEJA BERBARY

ADVOGADO: AGNALDO BORGES RAMOS JUNIOR - (OAB PA11634-A)

Ordem: 034

Processo: 0816317-53.2017.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: RAILENE BEZERRA CARDIM

ADVOGADO: ADEVALDO DIAS DA ROCHA FILHO - (OAB MA15533-A)

ADVOGADO: MARIA DO CARMO DA CRUZ PEREIRA DO NASCIMENTO - (OAB PA14692-A)

ADVOGADO: EVERTON CAVALCANTE SERRA - (OAB MA10326-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO

ADVOGADO: RODRIGO COSTA LOBATO - (OAB PA20167-A)

Ordem: 035

Processo: 0852221-03.2018.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: JANIO FRAN DOS SANTOS PINTO

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: JOSE ALFREDO UCHOA DA SILVA

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: JOSE VALTEMIR BARBOSA PINTO

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: EDUARDO JUAN DE JESUS

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: HERALDO PINHEIRO DE LEAO

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: LEONORA GUERREIRO CORDEIRO DOS SANTOS

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: REGINALDO PIMENTA VINAGRE

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: CLEDIO CHUMBER DA VERA CRUZ

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: EDIVALDO PANTOJA DA CRUZ

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: CARLOS IVAN RODRIGUES DA SILVA

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: BENEDITO PINTO DA SILVA

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: EVERALDO JOSE MODESTO LOPES

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: GILBERTO DA SILVA TAVARES

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: SAMUEL DE SARGES SILVA

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

RECORRENTE: JORGE ANTONIO FARIAS RAMOS

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Fica designada a realização da 41ª Sessão em Plenário Virtual da 1ª Turma Recursal Permanente dos Juizados Especiais para o dia 01 de dezembro de 2021 (quarta-feira), com abertura às 14:00 horas e com encerramento da mencionada sessão às 13:59 horas do dia 09 de dezembro de 2021 (quinta-feira), com acesso através do endereço eletrônico https://apps.tjpa.jus.br/plenariovirtual/login/inicio.action, na qual serão julgados os seguintes feitos:

Processos Pautados

Ordem: 001

Processo: 0800625-95.2019.8.14.0025

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Direito de Imagem

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: DOMINGAS CUNHA DOS SANTOS

ADVOGADO: CANDIDA HELENA DA ROCHA VASCONCELOS - (OAB PA18799-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA

ADVOGADO: NEYIR SILVA BAQUIAO - (OAB MG129504-A)

Ordem: 002

Processo: 0800789-90.2019.8.14.0015

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Acidente de Trânsito

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: LARISSA SENTO SE ROSSI - (OAB BA16330-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE: ITAU UNIBANCO S.A.

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

RECORRIDO: PATRICIO DO CARMO PAZ

ADVOGADO: ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

Ordem: 003

Processo: 0803760-82.2018.8.14.0015

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - (OAB BA29442-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE: ITAU UNIBANCO S.A.

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

RECORRIDO: JOSE ALVES FERREIRA

ADVOGADO: SAMARA COELHO CRUZ - (OAB TO5261-A)

Ordem: 004

Processo: 0800075-37.2020.8.14.0067

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: DORIMAR MARTINS ALHO

ADVOGADO: MAYCO DA COSTA SOUZA - (OAB PA19131-A)

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PA15674-A)

ADVOGADO: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - (OAB MG76696-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

REPRESENTANTE: BANCO BRADESCO SA

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

Ordem: 005

Processo: 0800450-71.2018.8.14.0014

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PA15674-A)

ADVOGADO: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - (OAB MG76696-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

REPRESENTANTE: BANCO BRADESCO SA

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

RECORRIDO: DALGIZA LIMA DA SILVA

ADVOGADO: FERNANDA ALVES CAMPBELL GOMES - (OAB PA21111-A)

ADVOGADO: CEZAR AUGUSTO REZENDE RODRIGUES - (OAB PA18060-A)

Ordem: 006

Processo: 0800012-66.2018.8.14.0007

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: FRANCISCA DE LIMA EVANGELISTA

ADVOGADO: MIZAEL VIRGILINO LOBO DIAS - (OAB PA18312-A)

ADVOGADO: BRENDA EVELYN FERREIRA DOS SANTOS - (OAB PA27174-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

ADVOGADO: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PA15674-A)

Ordem: 007

Processo: 0808557-82.2019.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: HUMBERTO FARIAS DA SILVA

ADVOGADO: THAIS FARIAS GUERREIRO DOS REIS - (OAB PA23337-A)

ADVOGADO: ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI - (OAB PA7985-A)

ADVOGADO: ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA - (OAB PA13372-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE: INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

Ordem: 008

Processo: 0800852-29.2019.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

PARTE AUTORA: MARIA ECLEIDIANE CARDOSO SERRA

ADVOGADO: FLAVIO ALMEIDA GONCALVES - (OAB MT13355-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLI

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO: TELEFONICA BRASIL

ADVOGADO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - (OAB GO29320-A)

PROCURADORIA: TELEFÔNICA BRASIL S/A

AUTORIDADE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 009

Processo: 0802405-67.2018.8.14.0005

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: MARIA DAURA LIMA MORAIS

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MARCOS ANTONIO SILVA DOS SANTOS

ADVOGADO: DAYANE AQUINO DE SOUSA DOS SANTOS - (OAB PA16727-A)

Ordem: 010

Processo: 0834974-38.2020.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Responsabilidade do Fornecedor

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA.

ADVOGADO: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - (OAB PB20283-S)

ADVOGADO: CASSIO CHAVES CUNHA - (OAB PA12268-A)

PROCURADORIA: TIM S.A

POLO PASSIVO

RECORRIDO: RAIMUNDO NONATO NERI MACHADO

ADVOGADO: JOSE ADMILSON GOMES PEREIRA - (OAB AP3967-A)

ADVOGADO: ANTONIO CARLOS GOMES PEREIRA - (OAB PA14165-A)

ADVOGADO: LINDALVA MARIA DA CRUZ FERREIRA - (OAB PA26301-A)

Ordem: 011

Processo: 0835356-65.2019.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: JOAO AUGUSTO CARVALHO DA SILVA

ADVOGADO: EUGENIA LIANE ABREU DE OLIVEIRA - (OAB PA10141-B)

ADVOGADO: FREDSON ROBERTO SOUZA PRINTES - (OAB PA21055-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: CLARO S.A.

ADVOGADO: RAFAEL GONCALVES ROCHA - (OAB 41486-A)

REPRESENTANTE: PROCURADORIA DA CLARO/EMBRATEL

Ordem: 012

Processo: 0877806-57.2018.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: MARIA JOSE FERREIRA CORREA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

Ordem: 013

Processo: 0800387-47.2019.8.14.0067

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: DOMINGAS FERREIRA DE SOUSA

ADVOGADO: MAYCO DA COSTA SOUZA - (OAB PA19131-A)

ADVOGADO: TONY HEBER RIBEIRO NUNES - (OAB PA17571-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM - (OAB RJ62192-A)

PROCURADORIA: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A

Ordem: 014

Processo: 0007660-86.2016.8.14.0012

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

ADVOGADO: GIOVANNY MICHAEL VIEIRA NAVARRO - (OAB PA12479-A)

ADVOGADO: SERGIO ANTONIO FERREIRA GALVAO - (OAB PA3672-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MARIA SANTANA FERREIRA RIBEIRO

ADVOGADO: DANIEL CRUZ NOVAES - (OAB PA22329-A)

Ordem: 015

Processo: 0002085-59.2012.8.14.0943

Classe Judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Assunto Principal: Acidente de Trânsito

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECLAMANTE: MARIA IVANETE GONCALVES GARCIA

ADVOGADO: CRISTINA CUNHA GONCALVES - (OAB PA7607-A)

POLO PASSIVO

RECLAMADO: IDALIO FERREIRAMCOUTINHO

ADVOGADO: MARCUS AQUINO DE AZEVEDO - (OAB PA77000A)

RECLAMADO: CASA DA AGUA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA EPP

ADVOGADO: MARCUS AQUINO DE AZEVEDO - (OAB PA77000A)

Ordem: 016

Processo: 0800233-65.2020.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Abatimento proporcional do preço

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

IMPETRANTE: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A.

ADVOGADO: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU - (OAB SP117417-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: BETÂNIA DE FIGUEIREDO PESSOA BATISTA

INTERESSADO: MARIA DA CONCEICAO ALENCAR SOUSA

ADVOGADO: RAIMUNDO LIRA DE FARIAS - (OAB PA7454-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 017

Processo: 0800523-41.2015.8.14.0954

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: ESTADO DO PARÁ

ADVOGADO: JOSE HENRIQUE MOUTA ARAUJO - (OAB PA7790000A)

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO: LUANA INGRAT MARTINS BATISTA

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

Ordem: 018

Processo: 0800437-70.2015.8.14.0954

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO: HELAINE REIS DA SILVA

ADVOGADO: ELISANGELA DE SOUZA ARAUJO - (OAB PA24000A)

ADVOGADO: ADRIANE FARIAS SIMOES - (OAB PA8514-A)

ADVOGADO: ANA PAULA REIS CARDOSO - (OAB PA17291-A)

ADVOGADO: CARLOS DELBEN COELHO FILHO - (OAB PA20489)

ADVOGADO: ELAINE SOUZA DA SILVA - (OAB PA7030-A)

ADVOGADO: FERNANDA ALICE RAMOS MARQUES - (OAB PA19345-A)

ADVOGADO: HENRIQUE OTAVIO DE MELO RAIOL NUNES MACIEL - (OAB PA292-A)

ADVOGADO: LUANA BRITO FERNANDES - (OAB PA78-A)

ADVOGADO: MARIA CLAUDIA SILVA COSTA - (OAB PA13085-A)

ADVOGADO: ELAINE RABELO LIMA - (OAB PA22885-A)

ADVOGADO: BIANCA PEREIRA MAIA - (OAB PA21891-A)

Ordem: 019

Processo: 0800525-11.2015.8.14.0954

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: ESTADO DO PARÁ

RECORRENTE: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO: RAIMUNDO NONATO LEAL DA RESSURREICAO

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

Ordem: 020

Processo: 0800143-18.2015.8.14.0954

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Obrigação de Fazer / Não Fazer

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ANDERSON MARQUES DOS ANJOS

ADVOGADO: ADRIANE FARIAS SIMOES - (OAB PA8514-A)

ADVOGADO: ANA PAULA REIS CARDOSO - (OAB PA17291-A)

RECORRIDO: JEANDERSON SANTOS NASCIMENTO

ADVOGADO: ADRIANE FARIAS SIMOES - (OAB PA8514-A)

RECORRIDO: HONORICO SOARES BITENCOURT JUNIOR

ADVOGADO: ADRIANE FARIAS SIMOES - (OAB PA8514-A)

ADVOGADO: CARLOS DELBEN COELHO FILHO - (OAB PA20489)

Ordem: 021

Processo: 0800992-11.2018.8.14.0040

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: OLIVEIRA RAFAEL MARTINS

ADVOGADO: BRUNO HENRIQUE CASALE - (OAB PA20673-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB PA28178-A)

Ordem: 022

Processo: 0800363-79.2016.8.14.0954

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO: DAYVISON LUIZ MARTINS MONTALVAO

ADVOGADO: SUSAN NATALYA DA PAIXAO SANTIAGO - (OAB PA5755-A)

ADVOGADO: JOSE AUGUSTO COLARES BARATA - (OAB PA16932-A)

ADVOGADO: FABRICIO QUARESMA DE SOUSA - (OAB PA23237-A)

Ordem: 023

Processo: 0800991-68.2016.8.14.0954

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ARHAMIS SAOLON DE SOUZA FIGUEIREDO

ADVOGADO: ELISANGELA DE SOUZA ARAUJO - (OAB PA24000A)

Ordem: 024

Processo: 0800461-64.2016.8.14.0954

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ADENILCE SENA DOS SANTOS

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

Ordem: 025

Processo: 0801273-42.2019.8.14.0133

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 01

POLO ATIVO

RECORRENTE: JOSE RAIMUNDO MOTA

ADVOGADO: GABRIEL TERENCIO MARTINS SANTANA - (OAB PA28882-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS NPL I

ADVOGADO: THIAGO MAHFUZ VEZZI - (OAB PA21114-A)

ADVOGADO: ALAN DE OLIVEIRA SILVA - (OAB SP208322-A)

ADVOGADO: LUCIANO DA SILVA BURATTO - (OAB SP179235-A)

Ordem: 026

Processo: 0804616-98.2019.8.14.0051

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: BALTHAZAR PINHEIRO BARBOSA JUNIOR

ADVOGADO: ANDERSON DE JESUS LOBATO DA COSTA - (OAB PA24262-A)

ADVOGADO: ANDERSON MOTA PEREIRA - (OAB PA26036-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ASSOCIACAO NACIONAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDENCIA SOCIAL-ANAPPS

ADVOGADO: JESSICA CAVALHEIRO MUNIZ - (OAB RS107401-A)

ADVOGADO: RODRIGO SCOPEL - (OAB RS40004-A)

Ordem: 027

Processo: 0802486-38.2019.8.14.0051

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Abatimento proporcional do preço

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: FRANCISCO DE ASSIS ALVES BEZERRA

ADVOGADO: GLAYCE NUBIA DANTAS CORREIA - (OAB AP3025-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: SANTAREM IMPRESSAO DE PLACAS AUTOMOTIVAS LTDA - ME

ADVOGADO: MATHEUS FEITOSA DA SILVA - (OAB PA28734-A)

ADVOGADO: KLEBER RAPHAEL COSTA MACHADO - (OAB PA22428)

Ordem: 028

Processo: 0821002-06.2017.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Material

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: GILMAR DIAS FARIA

ADVOGADO: ADHEMAR MATOS DE MELO JUNIOR - (OAB PA20681-A)

RECORRENTE: VERA LUCIA MENDONCA FARIA

ADVOGADO: ADHEMAR MATOS DE MELO JUNIOR - (OAB PA20681-A)

RECORRENTE: BIANCA MENDONCA FARIA

ADVOGADO: ADHEMAR MATOS DE MELO JUNIOR - (OAB PA20681-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: DECOLAR. COM LTDA.

ADVOGADO: FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR - (OAB SP39768-A)

RECORRIDO: SURINAM AIRWAYS LTDA

ADVOGADO: ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA - (OAB PA5441-A)

Ordem: 029

Processo: 0867934-18.2018.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Direito de Vizinhança

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: SARAH ALCOLUMBRE GONCALVES

ADVOGADO: REGINA PARANHOS FLEMING - (OAB PA22805-A)

ADVOGADO: LENICE PINHEIRO MENDES - (OAB PA8715-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ROSENILDA

ADVOGADO: FRANCISCO SARMENTO CAVALCANTE - (OAB PA7807-A)

Ordem: 030

Processo: 0803617-48.2019.8.14.0051

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: ISMAELINA MONTEIRO DA SILVA

ADVOGADO: ANDERSON MOTA PEREIRA - (OAB PA26036-A)

ADVOGADO: ANDERSON DE JESUS LOBATO DA COSTA - (OAB PA24262-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A.

ADVOGADO: LEANDRO CESAR DE JORGE - (OAB SP200651-A)

Ordem: 031

Processo: 0800478-58.2018.8.14.0040

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Abatimento proporcional do preço

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: CATIA HELENA ALMEIDA DE SOUZA

ADVOGADO: EDUARDO SOUSA DA SILVA - (OAB PA21742-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: LABORATORIO PASTHEUR

ADVOGADO: KAROLINY KAREN DA CRUZ RODRIGUES - (OAB PA29087-A)

Ordem: 032

Processo: 0801759-27.2019.8.14.0133

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: JOSE GILDO DA CRUZ SANTOS

ADVOGADO: DIEGO PEREIRA DA SILVA - (OAB GO55406-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: TELEFONICA BRASIL

ADVOGADO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - (OAB GO29320-A)

PROCURADORIA: TELEFÔNICA BRASIL S/A

Ordem: 033

Processo: 0800944-07.2019.8.14.9000

Classe Judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECLAMANTE: LEDA DA COSTA NORONHA

ADVOGADO: EUGENIO DIAS DOS SANTOS - (OAB PA20071-A)

POLO PASSIVO

RECLAMADO: DISMOBRAS IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S/A

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

PROCURADORIA: RICARDO ELETRO

REPRESENTANTE: RICARDO ELETRO

Ordem: 034

Processo: 0800186-51.2019.8.14.0133

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: JHONNY FARIAS CORREA

ADVOGADO: JOSE VINICIUS DE LIMA - (OAB PA27799-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: TELEFONICA BRASIL

ADVOGADO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - (OAB GO29320-A)

PROCURADORIA: TELEFÔNICA BRASIL S/A

Ordem: 035

Processo: 0802185-73.2018.8.14.0133

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: MIRIANE FURTADO DA CUNHA

ADVOGADO: JOSE VINICIUS DE LIMA - (OAB PA27799-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: TELEFONICA BRASIL

ADVOGADO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - (OAB GO29320-A)

PROCURADORIA: TELEFÔNICA BRASIL S/A

Ordem: 036

Processo: 0001244-72.2011.8.14.0305

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Acidente de Trânsito

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: CARLOS MENEZES DA SILVA

ADVOGADO: ALESSANDRO SERRA DOS SANTOS COSTA - (OAB PA13370-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: CAIXA SEGURADORA S.A

ADVOGADO: MARILIA DIAS ANDRADE - (OAB PA14351-A)

Ordem: 037

Processo: 0800662-14.2018.8.14.0040

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS PRIMO NETO

POLO PASSIVO

RECORRIDO: LOCALIZA

ADVOGADO: CAMILA CEOLIN LIMA - (OAB MG152308-A)

Ordem: 038

Processo: 0004705-79.2014.8.14.0941

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Condomínio

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: RESIDENCIAL TOTAL LIFE CLUB

POLO PASSIVO

RECORRIDO: RODRIGO BEZERRA MONTEIRO

Ordem: 039

Processo: 0832722-67.2017.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Alienação Fiduciária

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: REGINALDO VIDAL MONTEIRO JUNIOR

ADVOGADO: JULIO CESAR TELES NETO - (OAB PA9259-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ITAU ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA

ADVOGADO: WILSON SALES BELCHIOR - (OAB PA20601-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem: 040

Processo: 0801572-19.2019.8.14.0133

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: JESSYCA NAYARA DE SOUZA CORDOVIL DOS SANTOS

ADVOGADO: PAMELA FALCAO CONCEICAO - (OAB PA20237-A)

ADVOGADO: ALINE DI PAULA SERENI VIANNA - (OAB PA16692-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA

ADVOGADO: FABIO RIVELLI - (OAB PA21074-A)

RECORRIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS NPL I

ADVOGADO: THIAGO MAHFUZ VEZZI - (OAB PA21114-A)

ADVOGADO: LUCIANO DA SILVA BURATTO - (OAB SP179235-A)

Ordem: 041

Processo: 0801586-93.2016.8.14.0040

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: JESSICA SOUZA SANTOS

ADVOGADO: ABRAUNIENES FAUSTINO DE SOUSA - (OAB PA16551-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO: BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB PA8770-A)

ADVOGADO: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

PROCURADORIA: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

Ordem: 042

Processo: 0000221-80.2018.8.14.0003

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Fornecimento de Energia Elétrica

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

ADVOGADO: ALINE CARLA PEREIRA RODRIGUES - (OAB PA24274-A)

PROCURADORIA: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BARBARA CHRISTINE DE SIQUEIRA ARRAIS

ADVOGADO: MARCIO DE SIQUEIRA ARRAIS - (OAB PA2325-A)

Ordem: 043

Processo: 0000527-40.2012.8.14.0947

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: ARLETE CASTRO DIAS

ADVOGADO: MARIA DO PERPETUO SOCORRO ESPINHEIRO DE OLIVEIRA - (OAB PA4323-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: META EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO: DANIEL PANTOJA RAMALHO - (OAB PA13730-A)

ADVOGADO: JULIANA SANTA BRIGIDA BITTENCOURT - (OAB PA14373-A)

Ordem: 044

Processo: 0002825-75.2013.8.14.0007

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Perdas e Danos

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO: CAMILA PORTELLA NEVES - (OAB PA464-A)

PROCURADORIA: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

POLO PASSIVO

RECORRIDO: WILLIAM DE OLIVEIRA SOARES

Ordem: 045

Processo: 0805538-12.2018.8.14.0040

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Acidente de Trânsito

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: ARRUDA DA SILVA E ARRUDA INTERMEDIACOES LTDA

ADVOGADO: GELVANIA APARECIDA DE AZEVEDO - (OAB PA15476-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: TANIA MARIA CRUZ DA SILVA

ADVOGADO: MAILSON ARLEY DA CRUZ ALVES - (OAB PA186-A)

Ordem: 046

Processo: 0003463-04.2016.8.14.0040

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: SEBASTIAO PEREIRA DA SILVA

POLO PASSIVO

RECORRIDO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A - CELPA

Ordem: 047

Processo: 0843745-73.2018.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Administração

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO MANUEL PINTO DA SILVA

ADVOGADO: FABIO ROGERIO MOURA - (OAB PA14220-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: OSCARINA DA SILVA CARDIAS

Ordem: 048

Processo: 0007024-24.2017.8.14.0065

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Pagamento

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: CHURRASCARIA ARUANA - ME

ADVOGADO: LUCENILDA DE ABREU ALMEIDA - (OAB PA8858-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: SORVETERIA CREME MEL S.A

ADVOGADO: KLAUS EDUARDO RODRIGUES MARQUES - (OAB SP182340-A)

ADVOGADO: JOSE LUIZ MATTHES - (OAB SP76544-A)

RECORRIDO: TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA

RECORRIDO: ARAGUARINA AGROPASTORIL LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

ADVOGADO: ADRIANO WALDECK FELIX DE SOUSA - (OAB GO15634-A)

ADVOGADO: SANDRO WALDECK FELIX DE SOUSA - (OAB GO22328-A)

RECORRIDO: BARAO DE MAUA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO: ADRIANO WALDECK FELIX DE SOUSA - (OAB GO15634-A)

ADVOGADO: SANDRO WALDECK FELIX DE SOUSA - (OAB GO22328-A)

RECORRIDO: POLIPECAS DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA

ADVOGADO: PATRICIO DUTRA DANTAS FERREIRA - (OAB GO23931-A)

RECORRIDO: O. S - PARTICIPACOES S/A

ADVOGADO: ADRIANO WALDECK FELIX DE SOUSA - (OAB GO15634-A)

ADVOGADO: SANDRO WALDECK FELIX DE SOUSA - (OAB GO22328-A)

RECORRIDO: MOTO FOR COMERCIO E DISTRIBUICAO DE AUTOMOTORES LTDA

ADVOGADO: PATRICIO DUTRA DANTAS FERREIRA - (OAB GO23931-A)

Ordem: 049

Processo: 0834566-52.2017.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Administração

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO MANUEL PINTO DA SILVA

ADVOGADO: FABIO ROGERIO MOURA - (OAB PA14220-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ROSA MARIA DE MATOS PERES TEIXEIRA

Ordem: 050

Processo: 0802495-67.2018.8.14.0040

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Acidente de Trânsito

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: FRANCISCO DA SILVA DOS SANTOS

ADVOGADO: SENO PETRI - (OAB PA4904-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MARCOS VINICIUS LIMA DE SOUSA

Ordem: 051

Processo: 0801399-62.2016.8.14.0953

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Acidente de Trânsito

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: MICHELLE MENDES SILVA

ADVOGADO: JOSE EDUARDO PEREIRA ROCHA - (OAB PA18045-A)

ADVOGADO: CAMILA CRISTIE MARTINS DA COSTA - (OAB PA312-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: JAMESON BASTOS DE OLIVEIRA

ADVOGADO: IVAN DA SILVA MORAES - (OAB PA7218-A)

Ordem: 052

Processo: 0801217-39.2018.8.14.0005

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Abatimento proporcional do preço

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: FABIO DOS SANTOS SOUZA

ADVOGADO: MARCUS VINICIUS BRAGANCA ALMEIDA SANTOS - (OAB PA24442-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: M. S. R. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - (OAB PA10652-A)

Ordem: 053

Processo: 0800789-33.2016.8.14.0941

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Direito de Imagem

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: ONARA MARTINS DA SILVA

ADVOGADO: EDILSON SILVA MOREIRA - (OAB PA7564-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

PROCURADORIA: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

Ordem: 054

Processo: 0800766-06.2018.8.14.0040

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Material

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: OLGA MAIANE OLIVEIRA NASCIMENTO

ADVOGADO: ANA GLAUCIA BENTES DE SOUZA - (OAB PA23555-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: C. BORGES SALDANHA EMPREENDIMENTOS IMOBILARIOS - ME

RECORRIDO: LUIS HENRIQUE CAETANO MACIEL

ADVOGADO: GUILHERME CAETANO MACIEL - (OAB MG186328-A)

ADVOGADO: NICOLAU MURAD PRADO - (OAB PA14774-A)

Ordem: 055

Processo: 0833132-91.2018.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: EUGENIA MARIA SANTOS VON PAUMGARTTEN

ADVOGADO: ALBYNO FRANCISCO ARRAIS CRUZ - (OAB PA12600-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: CONDOMINIO DO EDIFICIO DHAHRAN

ADVOGADO: MAURO RODRIGO FONSECA DE OLIVEIRA - (OAB PA14633)

Ordem: 056

Processo: 0803205-29.2017.8.14.0006

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: DEBORA DE AGUIAR GOMES

ADVOGADO: JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA ALVES - (OAB PA19239-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: NEO - CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. - EPP

Ordem: 057

Processo: 0803094-70.2018.8.14.0051

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Obrigação de Fazer / Não Fazer

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: ALEXSANDRA SILVA DE OLIVEIRA

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ANA LUCIA CORREA

Ordem: 058

Processo: 0827551-32.2017.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Direito de Imagem

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: PAULO BISI DOS SANTOS JUNIOR

ADVOGADO: LAERCIO CARDOSO SALES NETO - (OAB PA17426-A)

RECORRENTE: HAROLDO AMORIM DE ALMEIDA

ADVOGADO: LAERCIO CARDOSO SALES NETO - (OAB PA17426-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: THAYANNA CHRYSTINA DO VALE DA FONSECA

ADVOGADO: DEBORA NUNES DE MIRANDA - (OAB PA17224-A)

ADVOGADO: OCEANIRA FARIAS DE MIRANDA - (OAB PA16993-A)

ADVOGADO: RAFAELA PONTES SCOTTA DE MIRANDA - (OAB PA11649-A)

Ordem: 059

Processo: 0800911-98.2018.8.14.0028

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: DOGIVALDO DIAS SOUSA

ADVOGADO: JULIANA DE ANDRADE LIMA - (OAB PA13894-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: RUI COSTA DE OLIVEIRA

RECORRIDO: CF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

ADVOGADO: ISMAEL GAIA PARA - (OAB PA16935-A)

ADVOGADO: HAROLDO WILSON GAIA PARA - (OAB PA8971-A)

Ordem: 060

Processo: 0829752-94.2017.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Material

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: OSANIRA SOUSA FREIRE

ADVOGADO: ANDRE RENATO NASCIMENTO BECKMAN - (OAB PA16690-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.

ADVOGADO: ISIS KRISHINA REZENDE SADECK - (OAB PA9296-A)

Ordem: 061

Processo: 0800883-49.2019.8.14.9000

Classe Judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECLAMANTE: JARDSON LUIZ FREITAS MOTA

ADVOGADO: FLAVIO ALBUCAR SILVA FERNANDES - (OAB PA21241-A)

POLO PASSIVO

RECLAMADO: VIA MARCONI VEICULOS LTDA

ADVOGADO: TERRY TENNER FELEOL MARQUES - (OAB PA12223-A)

Ordem: 062

Processo: 0802883-31.2016.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Direito de Imagem

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: JEFFERSON LAKISS PEREIRA

ADVOGADO: RODRIGO MONTEIRO BARBOSA LIMA - (OAB PA15182-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA - SINDTRAN/PA

ADVOGADO: LUENE OHANA COSTA VASQUEZ - (OAB PA637-A)

ADVOGADO: WALMIR MOURA BRELAZ - (OAB PA6971-A)

Ordem: 063

Processo: 0803248-26.2018.8.14.0201

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Recurso

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: MARCIO LUIS SANTOS DO VALLE

ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO VASCONCELOS - (OAB PA9360-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: HELITON DIAS DOS SANTOS

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 064

Processo: 0804957-53.2019.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 03

POLO ATIVO

RECORRENTE: MAURICIO CEZAR DE SOUZA MESCOUTO

ADVOGADO: JEAN ROBERTO DA SILVA HOUAT - (OAB PA2936-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: LOJAS RENNER S.A.

ADVOGADO: DANILO ANDRADE MAIA - (OAB PA22554-A)

ADVOGADO: RICARDO LOPES GODOY - (OAB MG77167-A)

Ordem: 065

Processo: 0840158-09.2019.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: ALDEMAR JESUS CARDOSO JUNIOR

ADVOGADO: MILLENA CARDOSO MIRANDA - (OAB PA18075-A)

ADVOGADO: LUCIANA CARDOSO AGUIAR - (OAB PA25237-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: IGEPREV

PROCURADORIA: INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE: INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE: INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

Ordem: 066

Processo: 0800855-16.2018.8.14.0012

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: ANTONIA BAIA CARVALHO

ADVOGADO: JOSE JOAQUIM JUNIOR CASTRO DE CASTRO - (OAB PA26663-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: BANCO BMG SA

ADVOGADO: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - (OAB MG109730-A)

ADVOGADO: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA - (OAB MG63440-S)

PROCURADORIA: BANCO BMG S.A.

Ordem: 067

Processo: 0800385-63.2019.8.14.0201

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Erro Médico

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: JOAO ORIVALDO BASTOS RODRIGUES

ADVOGADO: NICOLAU MONTEIRO DE AZEVEDO FILHO - (OAB PA19710-A)

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

RECORRIDO: LAÉRCIO FREITAS DE MATOS

ADVOGADO: JESSICA ANNE SARAIVA BRISOLLA - (OAB PA22020-A)

ADVOGADO: RENANN PATRICK COSTA FERREIRA - (OAB PA29440-A)

Ordem: 068

Processo: 0824900-90.2018.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: LUIZ WALDOMIRO MONTEIRO FILHO

ADVOGADO: AMANDA MAIA RAMALHO - (OAB PA23331-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: TELECOMUNICACOES DO PARA SA

ADVOGADO: VERA LUCIA LIMA LARANJEIRA - (OAB PA17196-B)

Ordem: 069

Processo: 0802617-80.2018.8.14.0040

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: JOSE CAMILO DA SILVA

POLO PASSIVO

RECORRIDO: FEDERACAO NACIONAL DE ASSOC ATLETICAS BCO DO BRASIL

ADVOGADO: ANDREA RAMOS DENSER - (OAB DF09754-A)

RECORRIDO: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL

ADVOGADO: DAVID SOMBRA PEIXOTO - (OAB PA24346-A)

RECORRIDO: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: SERVIO TULIO DE BARCELOS - (OAB PA21148-A)

PROCURADORIA: BANCO DO BRASIL S/A

Ordem: 070

Processo: 0004255-63.2017.8.14.0123

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO: WILSON SALES BELCHIOR - (OAB PA20601-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

RECORRIDO: RAIMUNDA SARAIVA LIMA

ADVOGADO: MAYCON MIGUEL ALVES - (OAB PA20859-A)

Ordem: 071

Processo: 0800707-40.2018.8.14.0065

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO CETELEM S.A.

ADVOGADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - (OAB PA24532-A)

PROCURADORIA: BANCO CELETEM

POLO PASSIVO

RECORRIDO: FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO: KARITA CARLA DE SOUZA SILVA - (OAB PA25637-A)

Ordem: 072

Processo: 0846108-33.2018.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: AUGUSTO CESAR DA SILVA BLANCO

ADVOGADO: JONAS HENRIQUE BAIMA PINHEIRO - (OAB PA20936-A)

ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

RECORRENTE: EDILSON DA SILVA BLANCO

ADVOGADO: JONAS HENRIQUE BAIMA PINHEIRO - (OAB PA20936-A)

ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

RECORRENTE: ERASMO SANTOS PEREIRA

ADVOGADO: JONAS HENRIQUE BAIMA PINHEIRO - (OAB PA20936-A)

ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

RECORRENTE: GILVANDRO CHAGAS PALHETA

ADVOGADO: JONAS HENRIQUE BAIMA PINHEIRO - (OAB PA20936-A)

ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

RECORRENTE: MANOEL SANTOS DA PAIXAO FRANCO

ADVOGADO: JONAS HENRIQUE BAIMA PINHEIRO - (OAB PA20936-A)

ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

RECORRENTE: MARCIO SERAFIM PEREIRA MORAIS

ADVOGADO: JONAS HENRIQUE BAIMA PINHEIRO - (OAB PA20936-A)

ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

RECORRENTE: RAIMUNDO NONATO ARAUJO DE OLIVEIRA

ADVOGADO: JONAS HENRIQUE BAIMA PINHEIRO - (OAB PA20936-A)

ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

RECORRENTE: ROGERIO GUILHERME DA SILVA MAGALHAES

ADVOGADO: JONAS HENRIQUE BAIMA PINHEIRO - (OAB PA20936-A)

ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

RECORRENTE: RUBENS OLIVEIRA DA COSTA

ADVOGADO: JONAS HENRIQUE BAIMA PINHEIRO - (OAB PA20936-A)

ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

RECORRENTE: VANESSA CRISTINA TEIXEIRA DE LIMA

ADVOGADO: JONAS HENRIQUE BAIMA PINHEIRO - (OAB PA20936-A)

ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: IGEPREV

PROCURADORIA: INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE: INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

Ordem: 073

Processo: 0800016-85.2021.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Multa Cominatória / Astreintes

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

IMPETRANTE: FILEMON DIONISIO FILHO

ADVOGADO: FILEMON DIONISIO FILHO - (OAB PA18612-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: VANIA MARIA CARVALHAIS MARQUES

Ordem: 074

Processo: 0800216-20.2017.8.14.0501

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Cláusula Penal

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: VALDEMIR DE PAULA PEDROSO

ADVOGADO: SUSANA AZEVEDO SILVA - (OAB 14636-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MICHELI TACIANI NEVES DOS SANTOS

RECORRIDO: RAIMUNDA DE NAZARE DE ASSUNCAO CAVALLERO

ADVOGADO: MARCELO NAZARENO LIMA ARRIFANO - (OAB SP269085-A)

Ordem: 075

Processo: 0000705-86.2012.8.14.0947

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: MASTERCARD BRASIL SOLUCOES DE PAGAMENTO LTDA.

ADVOGADO: TARCISO SANTIAGO JUNIOR - (OAB MG101313-A)

ADVOGADO: DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE - (OAB RJ2255-A)

RECORRENTE: EDITORA TRÊS S/A

ADVOGADO: DEBORA KALINE DE LUNA TEIXEIRA - (OAB PA940-A)

ADVOGADO: DIEGO FELIPE REIS PINTO - (OAB PA15799-A)

ADVOGADO: RENATO ROCHA BARBOSA - (OAB PA21448-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: DALTER QUEIROZ MAIA

ADVOGADO: SOLANGE MARIA ALVES MOTA SANTOS - (OAB PA12764-A)

Ordem: 076

Processo: 0801587-40.2019.8.14.0051

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.

ADVOGADO: TIAGO LUIZ RODRIGUES NEVES - (OAB MA10042-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: CLEIA BATISTA DE PAIVA

ADVOGADO: ABIGAIL RIBEIRO CARNEIRO - (OAB PA11124-A)

Ordem: 077

Processo: 0800005-10.2019.8.14.0017

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: PEDRO NUNES DA SILVA

ADVOGADO: CLEBERSON SILVA FERREIRA - (OAB PA24983-A)

ADVOGADO: VALERIA DE SOUZA BERNARDES - (OAB PA25046-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ASBAPI-ASSOCIACAO BRASILEIRA DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS

ADVOGADO: SOLANGE CALEGARO - (OAB MS17450-A)

ADVOGADO: MARILIA FERRAZ TEIXEIRA - (OAB DF37623-A)

ADVOGADO: JESSIKA HORRANA DE SOUZA MORAIS - (OAB PA26017-A)

ADVOGADO: GABRIEL PIRES DE SENE CAETANO - (OAB DF66023-A)

Ordem: 078

Processo: 0800205-97.2020.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Empréstimo consignado

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

IMPETRANTE: IVANILDO CINTRA ALVES

ADVOGADO: RICARDO VICTOR BARREIROS PINTO - (OAB PA14817-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: 12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE BELÉM/PA

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO: SABEMI SEGURADORA SA

ADVOGADO: JULIANO MARTINS MANSUR - (OAB RJ113786-A)

Ordem: 079

Processo: 0801373-55.2017.8.14.0201

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Recurso

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: MARIA EMILIA LOUREIRO TEIXEIRA

ADVOGADO: SANDRA PINHEIRO DAS CHAGAS - (OAB PA24277-A)

ADVOGADO: SAMIA CRISTINA LOPES CORREA - (OAB PA21904-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA

ADVOGADO: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

Ordem: 080

Processo: 0800474-39.2020.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

IMPETRANTE: MARIA RAIMUNDA PEREIRA DE SOUSA

ADVOGADO: ROSEVANE ALVES DA SILVA - (OAB PA23842-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: MAGISTRADO ERICHSON ALVES PINTO JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO: BANCO PAN S.A.

ADVOGADO: JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS - (OAB CE30348-A)

PROCURADORIA: BANCO PAN S.A.

AUTORIDADE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 081

Processo: 0800324-24.2016.8.14.0941

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Defeito, nulidade ou anulação

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: AVISTA S/A ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO

ADVOGADO: KENIA CRISTINA COELHO RIBEIRO - (OAB PA6880-A)

ADVOGADO: MANUELA INSUNZA DAHER MARTINS - (OAB ES11582-A)

RECORRENTE: LOJA MARISA

ADVOGADO: THIAGO MAHFUZ VEZZI - (OAB PA21114-A)

ADVOGADO: JOSE CAMPELLO TORRES NETO - (OAB RJ122539-A)

RECORRENTE: LOSANGO PROMOCOES DE VENDAS LTDA

ADVOGADO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB PA28178-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ANTONIA DO NASCIMENTO CAVALCANTE

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

Ordem: 082

Processo: 0808336-02.2019.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Despesas Condominiais

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: RICARDO ARTHUR BENTES LIMA

ADVOGADO: PATRICK LIMA DE MATTOS - (OAB PA14400-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: CONDOMINIO DO EDIFICIO PLAZA CEZANE

ADVOGADO: DARIO RAMOS PEREIRA - (OAB PA19024-A)

Ordem: 083

Processo: 0800498-67.2020.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Empréstimo consignado

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

IMPETRANTE: JOSE INACIO DA SILVA

ADVOGADO: ROSEVANE ALVES DA SILVA - (OAB PA23842-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: MAGISTRADO ERICHSON ALVES PINTO JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO: BANCO CETELEM S.A.

ADVOGADO: MARIA DO PERPETUO SOCORRO MAIA GOMES - (OAB PA24039-A)

PROCURADORIA: BANCO CELETEM

AUTORIDADE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 084

Processo: 0856286-41.2018.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Compromisso

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: RAIMUNDO NONATO MOURA LEMOS

ADVOGADO: JADER NILSON DA LUZ DIAS - (OAB PA5273-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: SKY SERVICOS DE BANDA LARGA LTDA.

ADVOGADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - (OAB PA24532-A)

ADVOGADO: WILSON SALES BELCHIOR

Ordem: 085

Processo: 0865091-46.2019.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: MARIA DE NAZARE BARBOSA DE LIMA

ADVOGADO: FRANCISCO JOSE DA ROCHA - (OAB PA21807-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

PROCURADORIA: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

Ordem: 086

Processo: 0000164-66.2018.8.14.0034

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Contratos Bancários

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: BANCO BMG SA

ADVOGADO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA: BANCO BMG S.A.

POLO PASSIVO

RECORRIDO: FRANCISCO JULIAO FERREIRA

ADVOGADO: CEZAR AUGUSTO REZENDE RODRIGUES - (OAB PA18060-A)

Ordem: 087

Processo: 0800009-93.2021.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

AUTORIDADE: JOSE CARLOS MARQUES VIANA

ADVOGADO: ODIVALDO SABOIA ALVES - (OAB PA11665-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 088

Processo: 0806416-90.2019.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO DO CONSUMIDOR

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: AUREA DE NAZARETH BULHOES WESCHE

ADVOGADO: BRUNA PAIVA JASSÉ - (OAB PA22912-A)

ADVOGADO: NELSON MAURICIO DE ARAUJO JASSE - (OAB PA18898-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA5627-A)

Ordem: 089

Processo: 0006271-52.2015.8.14.0028

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO: RANYELLE DA SILVA SEPTIMIO CARVALHO - (OAB PA16283-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: CLARO S/A

ADVOGADO: RAFAEL GONCALVES ROCHA - (OAB 41486-A)

Ordem: 090

Processo: 0000572-33.2010.8.14.0941

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: MARGARIDA SOARES LEITE

POLO PASSIVO

RECORRIDO: RECICLAGEM INDUSTRIAL DE RESIDUOS DE ANIMAIS LTDA. ¿ EPP

Ordem: 091

Processo: 0800532-42.2020.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Multa Cominatória / Astreintes

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

IMPETRANTE: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA

ADVOGADO: ISAAC COSTA LAZARO FILHO - (OAB CE18663-A)

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: MÁRCIA CRISTINA LEÃO MURRIETA DO 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE BELÉM/PA

Ordem: 092

Processo: 0803752-91.2016.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: FAMTUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP

ADVOGADO: RUAN SANTIAGO FERREIRA - (OAB PA761-A)

ADVOGADO: HUGO PINTO BARROSO - (OAB PA12727-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.

ADVOGADO: TIAGO LUIZ RODRIGUES NEVES - (OAB MA10042-A)

Ordem: 093

Processo: 0800017-70.2021.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Multa Cominatória / Astreintes

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

IMPETRANTE: COINBRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAO BRAZ LIMITADA - ME

ADVOGADO: JACQUELINE MARIA MALCHER MARTINS - (OAB PA14965-A)

ADVOGADO: ADALBERTO SILVA - (OAB PA10188)

ADVOGADO: ANA LAURA BARBOSA NUNES - (OAB PA29613-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: ANDRÉA CRISTINE CORRÊA RIBEIRO

INTERESSADO: CONDOMINIO DO EDIFICIO MONACO

Ordem: 094

Processo: 0800538-83.2019.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Dever de Informação

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

PARTE AUTORA: EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

ADVOGADO: LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIRO - (OAB PA8049-A)

PROCURADORIA: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

POLO PASSIVO

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DO FORO DA COMARCA DE ITAITUBA

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO: IVONE MENEZES TORRES

ADVOGADO: SEMIR FELIX ALBERTONI - (OAB PA27-A)

AUTORIDADE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 095

Processo: 0800468-32.2020.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Abatimento proporcional do preço

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

IMPETRANTE: MARIA ASSUNCAO COSTA CRUZ

ADVOGADO: JOEL DA COSTA EVANGELISTA - (OAB PA824-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECA

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO: EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

PROCURADORIA: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

Ordem: 096

Processo: 0800279-54.2020.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Práticas Abusivas

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

IMPETRANTE: WALDEVINO FERREIRA TAVARES

ADVOGADO: ARIEDISON CORTEZ SILVA - (OAB PA26985-A)

IMPETRANTE: ELISETE ALVES FERREIRA

ADVOGADO: ARIEDISON CORTEZ SILVA - (OAB PA26985-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: DIEGO GILBERTO MARTINS CINTRA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 097

Processo: 0800404-22.2020.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

IMPETRANTE: LEIDE BARBARA COSTA DE SOUZA

ADVOGADO: JENNINGS LOBATO DE BRITO - (OAB PA25047-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: GERALDO CUNHA DA LUZ

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO: SABEMI SEGURADORA SA

AUTORIDADE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 098

Processo: 0816470-86.2017.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO: EDUARDO CELSO DA SILVA FARIAS

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

Ordem: 099

Processo: 0800252-08.2019.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Práticas Abusivas

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

PARTE AUTORA: TARSO GLAIDSON SARRAF RODRIGUES

ADVOGADO: ANDRE LUIZ SERRAO PINHEIRO - (OAB PA11960-A)

ADVOGADO: ISABELA DE SOUZA PIMENTEL - (OAB PA24904-A)

ADVOGADO: GABRIELLA MORAES DOS SANTOS - (OAB PA25106-A)

ADVOGADO: EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR - (OAB PA18608-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: JUÍZO DA 6ª VARA DO JEC DE BELÉM-PA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO: IG PUBLICIDADE E CONTEUDO LTDA.

PROCURADOR: CARLOS VIEIRA COTRIM

PROCURADOR: CAROLINE ZANGIACOMO COTRIM CASSAROTTI

Ordem: 100

Processo: 0800770-95.2019.8.14.9000

Classe Judicial: AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal: Curso de Formação

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

AGRAVANTE: FRANCYANI BARBOSA AZEVEDO

ADVOGADO: JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO - (OAB PA14426-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: SEAP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

AGRAVADO: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADO: SECRETÁRIO DA SECRETÁRIA DE SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 101

Processo: 0825534-23.2017.8.14.0301

Classe Judicial: RECURSO INOMINADO CÍVEL

Assunto Principal: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECORRENTE: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO: LUIZ ALFREDO SILVA GALIZA DOS SANTOS

ADVOGADO: LEANDRO NEY NEGRAO DO AMARAL - (OAB PA22171-A)

Ordem: 102

Processo: 0800553-52.2019.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Empréstimo consignado

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PA15674-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

IMPETRADO: EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE GOIANÉSIA DO PARÁ/PA

IMPETRADO: RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUSA

ADVOGADO: WEILLIA FREIRE DE ABREU - (OAB PA10653-A)

Ordem: 103

Processo: 0800416-70.2019.8.14.9000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

Assunto Principal: Tarifas

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PA15674-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

IMPETRADO: JUIZ DA VARA UNICA DA COMARCA DE ULIANOPOLIS DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO: FRANCISCO DA CONCEICAO

ADVOGADO: PATRICIA ALVES DE LIMA - (OAB PA25154-A)

Ordem: 104

Processo: 0800693-86.2019.8.14.9000

Classe Judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Assunto Principal: Indenização por Dano Material

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Gabinete TR 02

POLO ATIVO

RECLAMANTE: ANA PAULA CUNHA DOS SANTOS FERNANDES

ADVOGADO: DARLENE CUNHA CARNEIRO DOS SANTOS - (OAB PA8006-A)

POLO PASSIVO

RECLAMADO: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BELÉM-PA

UPJ DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS E DO JUIZADO CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL

RESENHA: 03/11/2021 A 05/11/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DOS JUIZADOS CRIMINAIS DE BELEM - VARA: JUIZADO CRIMINAL MEIO AMBIENTE DE BELEM

PROCESSO: 00011810820208140701 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:PEDRO FERREIRA CARDOSO VITIMA:A. C. . Autos nÂº 0001181-08.2020.8.14.0701 Autor do fato: PEDRO FERREIRA CARDOSO (RG nÂº 3003269 2Âª Via PC/PA) VÃtima: A COLETIVIDADE CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 54, Â§ 1Âº da Lei nÂº 9.605/98. TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 03 dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, Ã s 10:00 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL, onde presente se achava a Dra. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO, Magistrada titular da referida Vara, presente a Dra. MARLENE RAMOS PAMPOLHA, Representante do MinistÃ©rio PÃºblico. No horÃ¡rio designado para audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe e constatou-se o seguinte: Presente o autor do fato, desacompanhado de advogado. OCORRÃNCIAS: Aberta a audiÃªncia a MMa. JuÃza, em cumprimento ao art. 18 da Portaria Conjunta nÂº 15/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 21 de junho de 2020, justificou a realizaÃ§Ã£o da presente audiÃªncia de forma presencial tendo em vista a impossibilidade de recursos tecnolÃ³gicos apresentada pelas partes, bem como visando evitar o congestionamento da pauta de audiÃªncias deste Juizado. Nesta ocasiÃ£o o autor do fato informou que nÃ£o possui condiÃ§Ãµes de arcar com as custas de um advogado particular, requerendo, assim, a assistÃªncia da Defensoria PÃºblica. Em seguida a MMa. JuÃza proferiu a seguinte decisÃ£o: DECISÃO: 1 - Considerando que o autor do fato nÃ£o possui advogado e tambÃ©m nÃ£o possui condiÃ§Ãµes financeiras para custear as despesas dos serviÃ§os desse profissional, e que em tal situaÃ§Ã£o era dever do Estado fornecer Defensor PÃºblico, nos termos do art. 134 e 5Âº, inciso LXXIV da CF, e diante do teor do art. 68 da Lei 9.099/95, todavia, tendo em vista o teor dos OfÃcios nÂº 427/2016-GAB-DPG de 05/09/2016, recebido neste Juizado em 09/09/2016, OfÃcio nÂº 1053/2017-GAB-DPG de 22/11/2017, recebido em 29/11/2017, ambos da lavra da Dra. JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAÃJO, Defensora PÃºblica Geral do Estado do ParÃ¡, e, ainda, OfÃcio nÂº 91/2018-DM/DP de 20/12/2018, da lavra da Dra. CÃLIA SYMONNE FILOGREÃO GONÃALVES, Defensoria PÃºblica Diretora Metropolitana, informando acerca da impossibilidade de atuaÃ§Ã£o de Defensor PÃºblico neste Juizado Ambiental, bem como em atenÃ§Ã£o ao Memorando nÂº 361/2016 de 23/11/2016 da Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJE/PA, recomendando a designaÃ§Ã£o de advogado Ad Hoc em face do mencionado ofÃcio, considerando, finalmente, a necessidade de evitar a remarcaÃ§Ã£o de audiÃªncias desta Vara e o congestionamento de pauta, NOMEIO ADVOGADA AD HOC a Dra. THAMIRES PRISCILA DE SENA HAICK, OAB/PA nÂ° 28712, para acompanhar e/ou defender o referido autor do fato nesta audiÃªncia. Â Â Â Â Â Como tal atribuiÃ§Ã£o de defesa e/ou acompanhamento deveria ser realizada a custas do Estado e que nÃ£o se pode exigir que advogados atuem gratuitamente a seu serviÃ§o, mas que tambÃ©m nÃ£o se pode onerar demais tais atribuiÃ§Ãµes que deveriam ser realizadas por Defensor PÃºblico, atÃ© porque nÃ£o se trata de audiÃªncia de grande complexidade, mas apenas de audiÃªncia preliminar, ARBITRO honorÃ¡rios em favor da advogada ad hoc no valor equivalente a 1/5 do salÃ¡rio mÃnimo vigente a Ã©poca do efetivo pagamento pelo Estado, atravÃ©s dos meios administrativos/judiciais devidos, em conformidade com o Oficio Circular nÂº 179/2017-GP-TJE/PA e ResoluÃ§Ã£o 2014/00305-CJF de 07/10/2014. Em seguida, foram efetuados os esclarecimentos do autor do fato acerca do procedimento da Lei nÂº 9.099/95, especialmente acerca da possibilidade de aceitaÃ§Ã£o de proposta(s) de composiÃ§Ã£o de dano(s) ambiental(is) e transaÃ§Ã£o penal (aplicaÃ§Ã£o imediata de pena/medida nÃ£o privativa de liberdade), nos termos dos arts. 6, 72, 74 e 76 da mencionada Lei c/ art. 27 da Lei 9.605/981, por preencher os requisitos legais. O(A)(s) autor(a)(es) do fato de forma livre, consciente e sem manifestar dÃºvida, aceitou/aceitaram as propostas de composiÃ§Ã£o de dano(s) ambientais e de transaÃ§Ã£o penal, formalizadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 26/28 dos autos, comprometendo-se, neste ato, a efetuar as seguintes condutas: 1) COMPOSIÃÃO DE DANOS AMBIENTAIS: PRAZO DE CUMPRIMENTO: 3 (TRÃS) MESES. a) Efetuar a recomposiÃ§Ã£o dos danos ambientais, mediante o compromisso de nÃ£o mais reincidir na prÃ¡tica delituosa; b)Â Â Â Â Â Participar de programa de educaÃ§Ã£o ambiental (art. 27 da Lei 9.605/98 c/c art. 74 da Lei 9.099/95) a ser realizado junto a DIVISÃO ESPECIALIZADA EM MEIO

AMBIENTE - DEMA, cuja conclusÃ£o deverÃ¡ ser comprovada a este Juizado no prazo de 3 (trÃªs) meses. 2)TRANSAÃÃO PENAL: Â Â Â Â Â PRAZO DE CUMPRIMENTO: 3 (TRÃS) MESES, contados da data de notificaÃ§Ã£o pela VEPMA, com clÃ¡usula resolutiva para o caso de nÃ£o cumprimento no referido prazo. Cumprir, no prazo mÃ¡ximo acima especificado, a transaÃ§Ã£o penal de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade pelo prazo de 30 (trinta) horas, com clÃ¡usula resolutiva para o caso de nÃ£o cumprimento no prazo estabelecido. A referida prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os deverÃ¡ ser cumprida atravÃ©s da Vara de ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas da Comarca da Capital (VEPMA), competente em face da Lei Estadual nÂº 6.840/2002 e no Provimento nÂº 03/2007 da CJRMB) e Enunciado 87 do FONAJE, preferencialmente em entidade ambiental cadastrada na referida Vara. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: A MMÂª JuÃza deliberou o seguinte: SENTENÃA - Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. PASSO A DECIDIR: Estando presentes os requisitos legais, HOMOLOGO por sentenÃ§a a COMPOSIÃÃO DE DANOS AMBIENTAIS e a TRANSAÃÃO PENAL, formalizadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceitas de forma livre e consciente pelo(a)(s) autor(a)(es) do fato, nos termos dos arts. 74 e 76, parÃ¡grafo 4Âº, da Lei nÂº 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 9.605/1998, para que produzam seus jurÃdicos e legais efeitos, todavia, com clÃ¡usula resolutiva expressa quanto Ã referida transaÃ§Ã£o (prevista no Enunciado 79 do XXVIII FONAJE2) de que o descumprimento da obrigaÃ§Ã£o transacional importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme, inclusive, orientaÃ§Ã£o do STF, 2Âª Turma, no HC 79.572 de GoiÃ¡s, j. 29.02.2000, rel. Min. Marco AurÃ©lio, que considerou a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de descumprimento do mesmo, que, no entender desta magistrada, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir a prestaÃ§Ã£o jurisdicional eficaz. Â Â Â Â Â Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do(a) autor(a) do fato. Em consequÃªncia, aplico ao(a)(s) autor(a)(es) do fato a pena restritiva de direitos, na modalidade de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o a comunidade, conforme especificado na proposta. O(A)(s) autor(a)(es) do fato fica(m) ciente(s) de que de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa(m) novamente gozar do benefÃcio no prazo de cinco (05) anos. Â Â Â Â Â Fica(m), ainda, o(a)(s) autor(a)(es) do fato intimado(a)(s) que deverÃ¡/deverÃ£o comparecer neste Juizado Especial Criminal, no prÃ³ximo dia Ãºtil subsequente, trazendo consigo RG, CPF e duas cÃ³pias do comprovante de residÃªncia, para que seja preenchida a respectiva guia, conforme Provimento nÂº 001/2011-CJRMB. ExpeÃ§a-se guia para o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o Ã Vara de ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m (VEPMA), competente em face da Lei Estadual nÂº 6.840/2002 e no Provimento nÂº 03/2007 da CJRMB), bem como do Enunciado 87 do FONAJE3 (que substituiu o Enunciado 15), preferencialmente com destinaÃ§Ã£o da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o Ã entidade ambiental cadastrada na referida Vara. Serve a presente decisÃ£o como ofÃcio para cumprimento da composiÃ§Ã£o civil. O(A)(s) autor(a)(es) do fato fica(m) intimado(a)(s) neste ato que deverÃ¡/deverÃ£o apresentar na Secretaria deste Juizado no prazo acima especificado os comprovantes de cumprimento da composiÃ§Ã£o de dano(s) e da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, sob pena de, no primeiro caso (composiÃ§Ã£o), serem efetuadas as providÃªncias devidas para o cumprimento no JuÃzo cÃvel competente por se tratar de tÃtulo executivo, nos termos do art. 74 da Lei 9.099/954, e, no segundo caso (transaÃ§Ã£o), sob pena de prosseguimento deste procedimento criminal5. Ratifico a decisÃ£o proferida neste ato quanto a designaÃ§Ã£o de advogada ad hoc em face dos fundamentos acima jÃ¡ especificados. Cabe destacar, novamente, que, como tal atribuiÃ§Ã£o de defesa e/ou acompanhamento deveria ser realizada a custas do Estado e que nÃ£o se pode exigir que advogados atuem gratuitamente a seu serviÃ§o, mas que tambÃ©m nÃ£o se pode onerar demais tais atribuiÃ§Ãµes que deveriam ser realizadas por Defensor PÃºblico, atÃ© porque nÃ£o se trata de audiÃªncia de grande complexidade, mas apenas de audiÃªncia preliminar, CONDENO o Estado ao pagamento dos honorÃ¡rios em favor da advogada ad hoc no valor acima arbitrado - equivalente a 1/5 do salÃ¡rio mÃnimo vigente a Ã©poca do efetivo pagamento, atravÃ©s dos meios administrativos/judiciais devidos, em conformidade com o Oficio Circular nÂº 179/2017-GP-TJE/PA e ResoluÃ§Ã£o 2014/00305-CJF de 07/10/2014. Proceda a Unidade de Processamento Judicial - UPJ JECrim as providÃªncias devidas. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, conforme orientaÃ§Ã£o expressa no Provimento nÂº 03/2007-CJRMB. Sem custas. No caso de ser constatado pela Unidade de Processamento Judicial - UPJ JECrim desta Vara o nÃ£o cumprimento das referidas obrigaÃ§Ãµes, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a(s) finalidade(s) acima especificada(s), devendo, ainda, ser observado o disposto no Enunciado 44 do XXVIII FÃ³rum Nacional de Juizados Especiais. Â Â Â Â Â SentenÃ§a publicada em audiÃªncia e intimados os presentes neste ato. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, Fabio Ferreira Pacheco Filho (Assessor de Juiz) digitei e subscrevi

_____. JUÃZA: PROMOTORA DE JUSTIÃA: AUTOR DO FATO: ADVOGADA: 1 Art. 27. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicaÃ§Ã£o imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da Lei 9.099/95, de 27 de setembro de 1995, somente poderÃ¡ ser formulada desde que tenha havido a prÃ©via composiÃ§Ã£o do dano ambiental, que trata o art. 74 da mesma Lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade. 2 Enunciado nÂº 79 do FONAJE: Ã incabÃvel o oferecimento de denÃºncia apÃ³s sentenÃ§a homologatÃ³ria de transaÃ§Ã£o penal em que nÃ£o haja clÃ¡usula resolutiva expressa, podendo constar da proposta que a sua homologaÃ§Ã£o fica condicionada ao prÃ©vio cumprimento do avenÃ§ado. O descumprimento, no caso de nÃ£o homologaÃ§Ã£o, poderÃ¡ ensejar o prosseguimento do feito (Aprovado no XIX Encontro - Aracaju/SE). 3 Enunciado 87 (Substitui o Enunciado 15) - O Juizado Especial Criminal Ã© competente para a execuÃ§Ã£o das penas ou medidas aplicadas em transaÃ§Ã£o penal, salvo quando houver central ou vara de penas e medidas alternativas com competÃªncia especÃfica (Aprovado - no XXI Encontro - VitÃ³ria/ES). 4 Art. 74. A composiÃ§Ã£o dos danos civis serÃ¡ reduzida a escrito e homologada pelo Juiz mediante sentenÃ§a irrecorrÃvel, terÃ¡ eficÃ¡cia de tÃtulo a ser executada no juÃzo cÃvel competente. 5 Descumprida a transaÃ§Ã£o penal, hÃ¡ de se retornar ao status quo ante a fim de possibilitar ao MinistÃ©rio PÃºblico a persecuÃ§Ã£o penal (precedentes. (STF - HC 88785-SP, DJ 04.08.2006, p. 78, Rel. Min. Eros Grau)

PROCESSO: 00011810820208140701 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:PEDRO FERREIRA CARDOSO VITIMA:A. C. . Autos nÂº 0001181-08.2020.8.14.0701 Autor do fato: PEDRO FERREIRA CARDOSO (RG nÂº 3003269 2Âª Via PC/PA) VÃtima: A COLETIVIDADE CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 54, Â§ 1Âº da Lei nÂº 9.605/98. TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Â Â Â Â Aos 03 dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, Ã s 10:00 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL, onde presente se achava a Dra. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO, Magistrada titular da referida Vara, presente a Dra. MARLENE RAMOS PAMPOLHA, Representante do MinistÃ©rio PÃºblico. No horÃ¡rio designado para audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe e constatou-se o seguinte: Presente o autor do fato, desacompanhado de advogado. OCORRÃNCIAS: Aberta a audiÃªncia a MMa. JuÃza, em cumprimento ao art. 18 da Portaria Conjunta nÂº 15/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 21 de junho de 2020, justificou a realizaÃ§Ã£o da presente audiÃªncia de forma presencial tendo em vista a impossibilidade de recursos tecnolÃ³gicos apresentada pelas partes, bem como visando evitar o congestionamento da pauta de audiÃªncias deste Juizado. Nesta ocasiÃ£o o autor do fato informou que nÃ£o possui condiÃ§Ãµes de arcar com as custas de um advogado particular, requerendo, assim, a assistÃªncia da Defensoria PÃºblica. Em seguida a MMa. JuÃza proferiu a seguinte decisÃ£o: DECISÃO: 1 - Considerando que o autor do fato nÃ£o possui advogado e tambÃ©m nÃ£o possui condiÃ§Ãµes financeiras para custear as despesas dos serviÃ§os desse profissional, e que em tal situaÃ§Ã£o era dever do Estado fornecer Defensor PÃºblico, nos termos do art. 134 e 5Âº, inciso LXXIV da CF, e diante do teor do art. 68 da Lei 9.099/95, todavia, tendo em vista o teor dos OfÃcios nÂº 427/2016-GAB-DPG de 05/09/2016, recebido neste Juizado em 09/09/2016, OfÃcio nÂº 1053/2017-GAB-DPG de 22/11/2017, recebido em 29/11/2017, ambos da lavra da Dra. JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAÃJO, Defensora PÃºblica Geral do Estado do ParÃ¡, e, ainda, OfÃcio nÂº 91/2018-DM/DP de 20/12/2018, da lavra da Dra. CÃLIA SYMONNE FILOGREÃO GONÃALVES, Defensoria PÃºblica Diretora Metropolitana, informando acerca da impossibilidade de atuaÃ§Ã£o de Defensor PÃºblico neste Juizado Ambiental, bem como em atenÃ§Ã£o ao Memorando nÂº 361/2016 de 23/11/2016 da Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJE/PA, recomendando a designaÃ§Ã£o de advogado Ad Hoc em face do mencionado ofÃcio, considerando, finalmente, a necessidade de evitar a remarcaÃ§Ã£o de audiÃªncias desta Vara e o congestionamento de pauta, NOMEIO ADVOGADA AD HOC a Dra. THAMIRES PRISCILA DE SENA HAICK, OAB/PA nÂ° 28712, para acompanhar e/ou defender o referido autor do fato nesta audiÃªncia. Â Â Â Â Â Como tal atribuiÃ§Ã£o de defesa e/ou acompanhamento deveria ser realizada a custas do Estado e que nÃ£o se pode exigir que advogados atuem gratuitamente a seu serviÃ§o, mas que tambÃ©m nÃ£o se pode onerar demais tais atribuiÃ§Ãµes que deveriam ser realizadas por Defensor PÃºblico, atÃ© porque nÃ£o se trata de audiÃªncia de grande complexidade, mas apenas de audiÃªncia preliminar, ARBITRO honorÃ¡rios em favor da advogada ad hoc no valor equivalente a 1/5 do salÃ¡rio mÃnimo vigente a Ã©poca do efetivo pagamento pelo Estado, atravÃ©s dos meios administrativos/judiciais devidos, em conformidade com o Oficio Circular nÂº 179/2017-GP-TJE/PA e ResoluÃ§Ã£o 2014/00305-CJF de 07/10/2014. Em seguida, foram efetuados os esclarecimentos do autor

do fato acerca do procedimento da Lei nÂº 9.099/95, especialmente acerca da possibilidade de aceitaÃ§Ã£o de proposta(s) de composiÃ§Ã£o de dano(s) ambiental(is) e transaÃ§Ã£o penal (aplicaÃ§Ã£o imediata de pena/medida nÃ£o privativa de liberdade), nos termos dos arts. 6, 72, 74 e 76 da mencionada Lei c/ art. 27 da Lei 9.605/981, por preencher os requisitos legais. O(A)(s) autor(a)(es) do fato de forma livre, consciente e sem manifestar dÃºvida, aceitou/aceitaram as propostas de composiÃ§Ã£o de dano(s) ambientais e de transaÃ§Ã£o penal, formalizadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 26/28 dos autos, comprometendo-se, neste ato, a efetuar as seguintes condutas: 1)Â Â Â Â Â COMPOSIÃÃO DE DANOS AMBIENTAIS: PRAZO DE CUMPRIMENTO: 3 (TRÃS) MESES. a) Efetuar a recomposiÃ§Ã£o dos danos ambientais, mediante o compromisso de nÃ£o mais reincidir na prÃ¡tica delituosa; b)Â Â Â Â Â Participar de programa de educaÃ§Ã£o ambiental (art. 27 da Lei 9.605/98 c/c art. 74 da Lei 9.099/95) a ser realizado junto a DIVISÃO ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - DEMA, cuja conclusÃ£o deverÃ¡ ser comprovada a este Juizado no prazo de 3 (trÃªs) meses. 2) TRANSAÃÃO PENAL: PRAZO DE CUMPRIMENTO: 3 (TRÃS) MESES, contados da data de notificaÃ§Ã£o pela VEPMA, com clÃ¡usula resolutiva para o caso de nÃ£o cumprimento no referido prazo. Â Â Â Â Â Cumprir, no prazo mÃ¡ximo acima especificado, a transaÃ§Ã£o penal de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade pelo prazo de 30 (trinta) horas, com clÃ¡usula resolutiva para o caso de nÃ£o cumprimento no prazo estabelecido. A referida prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os deverÃ¡ ser cumprida atravÃ©s da Vara de ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas da Comarca da Capital (VEPMA), competente em face da Lei Estadual nÂº 6.840/2002 e no Provimento nÂº 03/2007 da CJRMB) e Enunciado 87 do FONAJE, preferencialmente em entidade ambiental cadastrada na referida Vara. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: A MMÂª JuÃza deliberou o seguinte: SENTENÃA - Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. PASSO A DECIDIR: Estando presentes os requisitos legais, HOMOLOGO por sentenÃ§a a COMPOSIÃÃO DE DANOS AMBIENTAIS e a TRANSAÃÃO PENAL, formalizadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceitas de forma livre e consciente pelo(a)(s) autor(a)(es) do fato, nos termos dos arts. 74 e 76, parÃ¡grafo 4Âº, da Lei nÂº 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 9.605/1998, para que produzam seus jurÃdicos e legais efeitos, todavia, com clÃ¡usula resolutiva expressa quanto Ã referida transaÃ§Ã£o (prevista no Enunciado 79 do XXVIII FONAJE2) de que o descumprimento da obrigaÃ§Ã£o transacional importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme, inclusive, orientaÃ§Ã£o do STF, 2Âª Turma, no HC 79.572 de GoiÃ¡s, j. 29.02.2000, rel. Min. Marco AurÃ©lio, que considerou a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de descumprimento do mesmo, que, no entender desta magistrada, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir a prestaÃ§Ã£o jurisdicional eficaz. Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do(a) autor(a) do fato. Em consequÃªncia, aplico ao(a)(s) autor(a)(es) do fato a pena restritiva de direitos, na modalidade de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o a comunidade, conforme especificado na proposta. O(A)(s) autor(a)(es) do fato fica(m) ciente(s) de que de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa(m) novamente gozar do benefÃcio no prazo de cinco (05) anos. Fica(m), ainda, o(a)(s) autor(a)(es) do fato intimado(a)(s) que deverÃ¡/deverÃ£o comparecer neste Juizado Especial Criminal, no prÃ³ximo dia Ãºtil subsequente, trazendo consigo RG, CPF e duas cÃ³pias do comprovante de residÃªncia, para que seja preenchida a respectiva guia, conforme Provimento nÂº 001/2011-CJRMB. ExpeÃ§a-se guia para o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o Ã Vara de ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m (VEPMA), competente em face da Lei Estadual nÂº 6.840/2002 e no Provimento nÂº 03/2007 da CJRMB), bem como do Enunciado 87 do FONAJE3 (que substituiu o Enunciado 15), preferencialmente com destinaÃ§Ã£o da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o Ã entidade ambiental cadastrada na referida Vara. Serve a presente decisÃ£o como ofÃcio para cumprimento da composiÃ§Ã£o civil. O(A)(s) autor(a)(es) do fato fica(m) intimado(a)(s) neste ato que deverÃ¡/deverÃ£o apresentar na Secretaria deste Juizado no prazo acima especificado os comprovantes de cumprimento da composiÃ§Ã£o de dano(s) e da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, sob pena de, no primeiro caso (composiÃ§Ã£o), serem efetuadas as providÃªncias devidas para o cumprimento no JuÃzo cÃvel competente por se tratar de tÃtulo executivo, nos termos do art. 74 da Lei 9.099/954, e, no segundo caso (transaÃ§Ã£o), sob pena de prosseguimento deste procedimento criminal5. Ratifico a decisÃ£o proferida neste ato quanto a designaÃ§Ã£o de advogada ad hoc em face dos fundamentos acima jÃ¡ especificados. Cabe destacar, novamente, que, como tal atribuiÃ§Ã£o de defesa e/ou acompanhamento deveria ser realizada a custas do Estado e que nÃ£o se pode exigir que advogados atuem gratuitamente a seu serviÃ§o, mas que tambÃ©m nÃ£o se pode onerar demais tais atribuiÃ§Ãµes que deveriam ser realizadas por Defensor PÃºblico, atÃ© porque nÃ£o se trata de audiÃªncia de grande complexidade, mas apenas de audiÃªncia preliminar, CONDENO o Estado ao pagamento dos honorÃ¡rios em favor da advogada ad hoc no valor acima arbitrado - equivalente a 1/5 do salÃ¡rio mÃnimo vigente a Ã©poca do efetivo pagamento, atravÃ©s dos meios

administrativos/judiciais devidos, em conformidade com o Oficio Circular nÂº 179/2017-GP-TJE/PA e ResoluÃ§Ã£o 2014/00305-CJF de 07/10/2014. Proceda a Unidade de Processamento Judicial - UPJ JECrim as providÃªncias devidas. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, conforme orientaÃ§Ã£o expressa no Provimento nÂº 03/2007-CJRMB. Sem custas. No caso de ser constatado pela Unidade de Processamento Judicial - UPJ JECrim desta Vara o nÃ£o cumprimento das referidas obrigaÃ§Ãµes, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a(s) finalidade(s) acima especificada(s), devendo, ainda, ser observado o disposto no Enunciado 44 do XXVIII FÃ³rum Nacional de Juizados Especiais. Â Â Â Â Â SentenÃ§a publicada em audiÃªncia e intimados os presentes neste ato. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, Fabio Ferreira Pacheco Filho (Assessor de Juiz) digitei e subscrevi _____. JUÃZA: PROMOTORA DE JUSTIÃA: AUTOR DO FATO: ADVOGADA: 1 Art. 27. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicaÃ§Ã£o imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da Lei 9.099/95, de 27 de setembro de 1995, somente poderÃ¡ ser formulada desde que tenha havido a prÃ©via composiÃ§Ã£o do dano ambiental, que trata o art. 74 da mesma Lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade. 2 Enunciado nÂº 79 do FONAJE: Ã incabÃvel o oferecimento de denÃºncia apÃ³s sentenÃ§a homologatÃ³ria de transaÃ§Ã£o penal em que nÃ£o haja clÃ¡usula resolutiva expressa, podendo constar da proposta que a sua homologaÃ§Ã£o fica condicionada ao prÃ©vio cumprimento do avenÃ§ado. O descumprimento, no caso de nÃ£o homologaÃ§Ã£o, poderÃ¡ ensejar o prosseguimento do feito (Aprovado no XIX Encontro - Aracaju/SE). 3 Enunciado 87 (Substitui o Enunciado 15) - O Juizado Especial Criminal Ã© competente para a execuÃ§Ã£o das penas ou medidas aplicadas em transaÃ§Ã£o penal, salvo quando houver central ou vara de penas e medidas alternativas com competÃªncia especÃfica (Aprovado - no XXI Encontro - VitÃ³ria/ES). 4 Art. 74. A composiÃ§Ã£o dos danos civis serÃ¡ reduzida a escrito e homologada pelo Juiz mediante sentenÃ§a irrecorrÃvel, terÃ¡ eficÃ¡cia de tÃtulo a ser executada no juÃzo cÃvel competente. 5 Descumprida a transaÃ§Ã£o penal, hÃ¡ de se retornar ao status quo ante a fim de possibilitar ao MinistÃ©rio PÃºblico a persecuÃ§Ã£o penal (precedentes. (STF - HC 88785-SP, DJ 04.08.2006, p. 78, Rel. Min. Eros Grau)

PROCESSO: 00011863020208140701 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:BRENO KALY SILVA VITIMA:A. C. . Autos nÂº 0001186-30.2020.8.14.0701 Autor do fato: BRENO KALY SILVA VÃtima: A COLETIVIDADE CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 32 da Lei nÂº 9.605/98. TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Aos 03 dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, Ã s 10:40 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL, onde presente se achava a Dra. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO, Magistrada titular da referida Vara, presente a Dra. MARLENE RAMOS PAMPOLHA, Representante do MinistÃ©rio PÃºblico. No horÃ¡rio designado para audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe e constatou-se o seguinte: Ausente o autor do fato, nÃ£o tendo sido intimado, conforme AR de fl. 38. OCORRÃNCIAS: Aberta a audiÃªncia a MMa. JuÃza, em cumprimento ao art. 18 da Portaria Conjunta nÂº 15/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 21 de junho de 2020, justificou a realizaÃ§Ã£o da presente audiÃªncia de forma presencial tendo em vista a impossibilidade de recursos tecnolÃ³gicos apresentada pelas partes, bem como visando evitar o congestionamento da pauta de audiÃªncias deste Juizado. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: A MMÂª JuÃza deliberou o seguinte: Considerando o teor do AR de fl. 38, designo audiÃªncia preliminar para o dia 24 de maio de 2022 Ã s 10:00 horas, visando eventual recomposiÃ§Ã£o do dano e transaÃ§Ã£o penal. Intime-se o autor do fato, atravÃ©s de Oficial de JustiÃ§a, com as advertÃªncias do art. 68 da Lei nÂº 9.099/95, a comparecer munido dos documentos necessÃ¡rios Ã referida transaÃ§Ã£o. Intimados os presentes neste ato.Â Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, Fabio Ferreira Pacheco Filho (Assessor de Juiz) digitei e subscrevi _____. JUÃZA: PROMOTORA DE JUSTIÃA:

PROCESSO: 00011871520208140701 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:RAIMUNDO BARBOSA CARDOSO VITIMA:M. A. . Autos nÂº 0001187-15.2020.8.14.0701 Autor do fato: RAIMUNDO BARBOSA CARDOSO (CPF nÂº 333.057.302-34) VÃtima: A COLETIVIDADE CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 54, Â§ 1Âº da Lei nÂº 9.605/98. TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Â Â Â Â Aos 03 dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, Ã s 10:20 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DA

CAPITAL, onde presente se achava a Dra. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO, Magistrada titular da referida Vara, presente a Dra. MARLENE RAMOS PAMPOLHA, Representante do MinistÃ©rio PÃºblico. No horÃ¡rio designado para audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe e constatou-se o seguinte: Presente o autor do fato, desacompanhado de advogado. OCORRÃNCIAS: Aberta a audiÃªncia a MMa. JuÃza, em cumprimento ao art. 18 da Portaria Conjunta nÂº 15/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 21 de junho de 2020, justificou a realizaÃ§Ã£o da presente audiÃªncia de forma presencial tendo em vista a impossibilidade de recursos tecnolÃ³gicos apresentada pelas partes, bem como visando evitar o congestionamento da pauta de audiÃªncias deste Juizado. Nesta ocasiÃ£o o autor do fato informou que nÃ£o possui condiÃ§Ãµes de arcar com as custas de um advogado particular, requerendo, assim, a assistÃªncia da Defensoria PÃºblica. Em seguida a MMa. JuÃza proferiu a seguinte decisÃ£o: DECISÃO: 1 - Considerando que o autor do fato nÃ£o possui advogado e tambÃ©m nÃ£o possui condiÃ§Ãµes financeiras para custear as despesas dos serviÃ§os desse profissional, e que em tal situaÃ§Ã£o era dever do Estado fornecer Defensor PÃºblico, nos termos do art. 134 e 5Âº, inciso LXXIV da CF, e diante do teor do art. 68 da Lei 9.099/95, todavia, tendo em vista o teor dos OfÃcios nÂº 427/2016-GAB-DPG de 05/09/2016, recebido neste Juizado em 09/09/2016, OfÃcio nÂº 1053/2017-GAB-DPG de 22/11/2017, recebido em 29/11/2017, ambos da lavra da Dra. JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAÃJO, Defensora PÃºblica Geral do Estado do ParÃ¡, e, ainda, OfÃcio nÂº 91/2018-DM/DP de 20/12/2018, da lavra da Dra. CÃLIA SYMONNE FILOGREÃO GONÃALVES, Defensoria PÃºblica Diretora Metropolitana, informando acerca da impossibilidade de atuaÃ§Ã£o de Defensor PÃºblico neste Juizado Ambiental, bem como em atenÃ§Ã£o ao Memorando nÂº 361/2016 de 23/11/2016 da Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJE/PA, recomendando a designaÃ§Ã£o de advogado Ad Hoc em face do mencionado ofÃcio, considerando, finalmente, a necessidade de evitar a remarcaÃ§Ã£o de audiÃªncias desta Vara e o congestionamento de pauta, NOMEIO ADVOGADA AD HOC a Dra. THAMIRES PRISCILA DE SENA HAICK, OAB/PA nÂ° 28712, para acompanhar e/ou defender o referido autor do fato nesta audiÃªncia. Como tal atribuiÃ§Ã£o de defesa e/ou acompanhamento deveria ser realizada a custas do Estado e que nÃ£o se pode exigir que advogados atuem gratuitamente a seu serviÃ§o, mas que tambÃ©m nÃ£o se pode onerar demais tais atribuiÃ§Ãµes que deveriam ser realizadas por Defensor PÃºblico, atÃ© porque nÃ£o se trata de audiÃªncia de grande complexidade, mas apenas de audiÃªncia preliminar, ARBITRO honorÃ¡rios em favor da advogada ad hoc no valor equivalente a 1/5 do salÃ¡rio mÃnimo vigente a Ã©poca do efetivo pagamento pelo Estado, atravÃ©s dos meios administrativos/judiciais devidos, em conformidade com o Oficio Circular nÂº 179/2017-GP-TJE/PA e ResoluÃ§Ã£o 2014/00305-CJF de 07/10/2014. Em seguida, foram efetuados os esclarecimentos do autor do fato acerca do procedimento da Lei nÂº 9.099/95, especialmente acerca da possibilidade de aceitaÃ§Ã£o de proposta(s) de composiÃ§Ã£o de dano(s) ambiental(is) e transaÃ§Ã£o penal (aplicaÃ§Ã£o imediata de pena/medida nÃ£o privativa de liberdade), nos termos dos arts. 6, 72, 74 e 76 da mencionada Lei c/ art. 27 da Lei 9.605/981, por preencher os requisitos legais. Â Â Â Â Â O(A)(s) autor(a)(es) do fato de forma livre, consciente e sem manifestar dÃºvida, aceitou/aceitaram as propostas de composiÃ§Ã£o de dano(s) ambientais e de transaÃ§Ã£o penal, formalizadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 22/24 dos autos, comprometendo-se, neste ato, a efetuar as seguintes condutas: 1) COMPOSIÃÃO DE DANOS AMBIENTAIS: PRAZO DE CUMPRIMENTO: 3 (TRÃS) MESES. a) Efetuar a recomposiÃ§Ã£o dos danos ambientais, mediante o compromisso de nÃ£o mais reincidir na prÃ¡tica delituosa; b)Â Â Â Â Â Participar de programa de educaÃ§Ã£o ambiental (art. 27 da Lei 9.605/98 c/c art. 74 da Lei 9.099/95) a ser realizado junto a DIVISÃO ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - DEMA, cuja conclusÃ£o deverÃ¡ ser comprovada a este Juizado no prazo de 3 (trÃªs) meses. 2) TRANSAÃÃO PENAL: PRAZO DE CUMPRIMENTO: 3 (TRÃS) MESES, contados da data de notificaÃ§Ã£o pela VEPMA, com clÃ¡usula resolutiva para o caso de nÃ£o cumprimento no referido prazo. Â Â Â Â Â Cumprir, no prazo mÃ¡ximo acima especificado, a transaÃ§Ã£o penal de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade pelo prazo de 30 (trinta) horas, com clÃ¡usula resolutiva para o caso de nÃ£o cumprimento no prazo estabelecido. A referida prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os deverÃ¡ ser cumprida atravÃ©s da Vara de ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas da Comarca da Capital (VEPMA), competente em face da Lei Estadual nÂº 6.840/2002 e no Provimento nÂº 03/2007 da CJRMB) e Enunciado 87 do FONAJE, preferencialmente em entidade ambiental cadastrada na referida Vara. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: A MMÂª JuÃza deliberou o seguinte: SENTENÃA - Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. PASSO A DECIDIR: Estando presentes os requisitos legais, HOMOLOGO por sentenÃ§a a COMPOSIÃÃO DE DANOS AMBIENTAIS e a TRANSAÃÃO PENAL, formalizadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceitas de forma livre e consciente pelo(a)(s) autor(a)(es) do fato, nos termos dos arts. 74 e 76, parÃ¡grafo 4Âº, da Lei nÂº 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 9.605/1998, para que produzam seus jurÃdicos e legais efeitos, todavia, com clÃ¡usula resolutiva expressa quanto Ã referida transaÃ§Ã£o (prevista no

Enunciado 79 do XXVIII FONAJE2) de que o descumprimento da obrigaÃ§Ã£o transacional importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme, inclusive, orientaÃ§Ã£o do STF, 2Âª Turma, no HC 79.572 de GoiÃ¡s, j. 29.02.2000, rel. Min. Marco AurÃ©lio, que considerou a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de descumprimento do mesmo, que, no entender desta magistrada, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir a prestaÃ§Ã£o jurisdicional eficaz. Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do(a) autor(a) do fato. Em consequÃªncia, aplico ao(a)(s) autor(a)(es) do fato a pena restritiva de direitos, na modalidade de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o a comunidade, conforme especificado na proposta. O(A)(s) autor(a)(es) do fato fica(m) ciente(s) de que de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa(m) novamente gozar do benefÃcio no prazo de cinco (05) anos. Fica(m), ainda, o(a)(s) autor(a)(es) do fato intimado(a)(s) que deverÃ¡/deverÃ£o comparecer neste Juizado Especial Criminal, no prÃ³ximo dia Ãºtil subsequente, trazendo consigo RG, CPF e duas cÃ³pias do comprovante de residÃªncia, para que seja preenchida a respectiva guia, conforme Provimento nÂº 001/2011-CJRMB. ExpeÃ§a-se guia para o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o Ã Vara de ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m (VEPMA), competente em face da Lei Estadual nÂº 6.840/2002 e no Provimento nÂº 03/2007 da CJRMB), bem como do Enunciado 87 do FONAJE3 (que substituiu o Enunciado 15), preferencialmente com destinaÃ§Ã£o da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o Ã entidade ambiental cadastrada na referida Vara. Serve a presente decisÃ£o como ofÃcio para cumprimento da composiÃ§Ã£o civil. O(A)(s) autor(a)(es) do fato fica(m) intimado(a)(s) neste ato que deverÃ¡/deverÃ£o apresentar na Secretaria deste Juizado no prazo acima especificado os comprovantes de cumprimento da composiÃ§Ã£o de dano(s) e da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, sob pena de, no primeiro caso (composiÃ§Ã£o), serem efetuadas as providÃªncias devidas para o cumprimento no JuÃzo cÃvel competente por se tratar de tÃtulo executivo, nos termos do art. 74 da Lei 9.099/954, e, no segundo caso (transaÃ§Ã£o), sob pena de prosseguimento deste procedimento criminal5. Ratifico a decisÃ£o proferida neste ato quanto a designaÃ§Ã£o de advogada ad hoc em face dos fundamentos acima jÃ¡ especificados. Cabe destacar, novamente, que, como tal atribuiÃ§Ã£o de defesa e/ou acompanhamento deveria ser realizada a custas do Estado e que nÃ£o se pode exigir que advogados atuem gratuitamente a seu serviÃ§o, mas que tambÃ©m nÃ£o se pode onerar demais tais atribuiÃ§Ãµes que deveriam ser realizadas por Defensor PÃºblico, atÃ© porque nÃ£o se trata de audiÃªncia de grande complexidade, mas apenas de audiÃªncia preliminar, CONDENO o Estado ao pagamento dos honorÃ¡rios em favor da advogada ad hoc no valor acima arbitrado - equivalente a 1/5 do salÃ¡rio mÃnimo vigente a Ã©poca do efetivo pagamento, atravÃ©s dos meios administrativos/judiciais devidos, em conformidade com o Oficio Circular nÂº 179/2017-GP-TJE/PA e ResoluÃ§Ã£o 2014/00305-CJF de 07/10/2014. Proceda a Unidade de Processamento Judicial - UPJ JECrim as providÃªncias devidas. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, conforme orientaÃ§Ã£o expressa no Provimento nÂº 03/2007-CJRMB. Sem custas. No caso de ser constatado pela Unidade de Processamento Judicial - UPJ JECrim desta Vara o nÃ£o cumprimento das referidas obrigaÃ§Ãµes, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a(s) finalidade(s) acima especificada(s), devendo, ainda, ser observado o disposto no Enunciado 44 do XXVIII FÃ³rum Nacional de Juizados Especiais. Â Â Â Â Â SentenÃ§a publicada em audiÃªncia e intimados os presentes neste ato. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, Fabio Ferreira Pacheco Filho (Assessor de Juiz) digitei e subscrevi _____. JUÃZA: PROMOTORA DE JUSTIÃA: AUTOR DO FATO: ADVOGADA: 1 Art. 27. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicaÃ§Ã£o imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da Lei 9.099/95, de 27 de setembro de 1995, somente poderÃ¡ ser formulada desde que tenha havido a prÃ©via composiÃ§Ã£o do dano ambiental, que trata o art. 74 da mesma Lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade. 2 Enunciado nÂº 79 do FONAJE: Ã incabÃvel o oferecimento de denÃºncia apÃ³s sentenÃ§a homologatÃ³ria de transaÃ§Ã£o penal em que nÃ£o haja clÃ¡usula resolutiva expressa, podendo constar da proposta que a sua homologaÃ§Ã£o fica condicionada ao prÃ©vio cumprimento do avenÃ§ado. O descumprimento, no caso de nÃ£o homologaÃ§Ã£o, poderÃ¡ ensejar o prosseguimento do feito (Aprovado no XIX Encontro - Aracaju/SE). 3 Enunciado 87 (Substitui o Enunciado 15) - O Juizado Especial Criminal Ã© competente para a execuÃ§Ã£o das penas ou medidas aplicadas em transaÃ§Ã£o penal, salvo quando houver central ou vara de penas e medidas alternativas com competÃªncia especÃfica (Aprovado - no XXI Encontro - VitÃ³ria/ES). 4 Art. 74. A composiÃ§Ã£o dos danos civis serÃ¡ reduzida a escrito e homologada pelo Juiz mediante sentenÃ§a irrecorrÃvel, terÃ¡ eficÃ¡cia de tÃtulo a ser executada no juÃzo cÃvel competente. 5 Descumprida a transaÃ§Ã£o penal, hÃ¡ de se retornar ao status quo ante a fim de possibilitar ao MinistÃ©rio PÃºblico a persecuÃ§Ã£o penal (precedentes. (STF - HC 88785-SP, DJ 04.08.2006, p. 78,

Rel. Min. Eros Grau)

PROCESSO: 00011871520208140701 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:RAIMUNDO BARBOSA CARDOSO VITIMA:M. A. . Autos nÂº 0001187-15.2020.8.14.0701 Autor do fato: RAIMUNDO BARBOSA CARDOSO (CPF nÂº 333.057.302-34) VÃtima: A COLETIVIDADE CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 54, Â§ 1Âº da Lei nÂº 9.605/98. TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR Â Â Â Â Â Aos 03 dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, Ã s 10:20 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL, onde presente se achava a Dra. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO, Magistrada titular da referida Vara, presente a Dra. MARLENE RAMOS PAMPOLHA, Representante do MinistÃ©rio PÃºblico. No horÃ¡rio designado para audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe e constatou-se o seguinte: Presente o autor do fato, desacompanhado de advogado. OCORRÃNCIAS: Aberta a audiÃªncia a MMa. JuÃza, em cumprimento ao art. 18 da Portaria Conjunta nÂº 15/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 21 de junho de 2020, justificou a realizaÃ§Ã£o da presente audiÃªncia de forma presencial tendo em vista a impossibilidade de recursos tecnolÃ³gicos apresentada pelas partes, bem como visando evitar o congestionamento da pauta de audiÃªncias deste Juizado. Â Â Â Â Â Nesta ocasiÃ£o o autor do fato informou que nÃ£o possui condiÃ§Ãµes de arcar com as custas de um advogado particular, requerendo, assim, a assistÃªncia da Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Em seguida a MMa. JuÃza proferiu a seguinte decisÃ£o: DECISÃO: Â Â Â Â Â 1 - Considerando que o autor do fato nÃ£o possui advogado e tambÃ©m nÃ£o possui condiÃ§Ãµes financeiras para custear as despesas dos serviÃ§os desse profissional, e que em tal situaÃ§Ã£o era dever do Estado fornecer Defensor PÃºblico, nos termos do art. 134 e 5Âº, inciso LXXIV da CF, e diante do teor do art. 68 da Lei 9.099/95, todavia, tendo em vista o teor dos OfÃcios nÂº 427/2016-GAB-DPG de 05/09/2016, recebido neste Juizado em 09/09/2016, OfÃcio nÂº 1053/2017-GAB-DPG de 22/11/2017, recebido em 29/11/2017, ambos da lavra da Dra. JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAÃJO, Defensora PÃºblica Geral do Estado do ParÃ¡, e, ainda, OfÃcio nÂº 91/2018-DM/DP de 20/12/2018, da lavra da Dra. CÃLIA SYMONNE FILOGREÃO GONÃALVES, Defensoria PÃºblica Diretora Metropolitana, informando acerca da impossibilidade de atuaÃ§Ã£o de Defensor PÃºblico neste Juizado Ambiental, bem como em atenÃ§Ã£o ao Memorando nÂº 361/2016 de 23/11/2016 da Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJE/PA, recomendando a designaÃ§Ã£o de advogado Ad Hoc em face do mencionado ofÃcio, considerando, finalmente, a necessidade de evitar a remarcaÃ§Ã£o de audiÃªncias desta Vara e o congestionamento de pauta, NOMEIO ADVOGADA AD HOC a Dra. THAMIRES PRISCILA DE SENA HAICK, OAB/PA nÂ° 28712, para acompanhar e/ou defender o referido autor do fato nesta audiÃªncia. Como tal atribuiÃ§Ã£o de defesa e/ou acompanhamento deveria ser realizada a custas do Estado e que nÃ£o se pode exigir que advogados atuem gratuitamente a seu serviÃ§o, mas que tambÃ©m nÃ£o se pode onerar demais tais atribuiÃ§Ãµes que deveriam ser realizadas por Defensor PÃºblico, atÃ© porque nÃ£o se trata de audiÃªncia de grande complexidade, mas apenas de audiÃªncia preliminar, ARBITRO honorÃ¡rios em favor da advogada ad hoc no valor equivalente a 1/5 do salÃ¡rio mÃnimo vigente a Ã©poca do efetivo pagamento pelo Estado, atravÃ©s dos meios administrativos/judiciais devidos, em conformidade com o Oficio Circular nÂº 179/2017-GP-TJE/PA e ResoluÃ§Ã£o 2014/00305-CJF de 07/10/2014. Em seguida, foram efetuados os esclarecimentos do autor do fato acerca do procedimento da Lei nÂº 9.099/95, especialmente acerca da possibilidade de aceitaÃ§Ã£o de proposta(s) de composiÃ§Ã£o de dano(s) ambiental(is) e transaÃ§Ã£o penal (aplicaÃ§Ã£o imediata de pena/medida nÃ£o privativa de liberdade), nos termos dos arts. 6, 72, 74 e 76 da mencionada Lei c/ art. 27 da Lei 9.605/981, por preencher os requisitos legais. Â Â Â Â Â O(A)(s) autor(a)(es) do fato de forma livre, consciente e sem manifestar dÃºvida, aceitou/aceitaram as propostas de composiÃ§Ã£o de dano(s) ambientais e de transaÃ§Ã£o penal, formalizadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 22/24 dos autos, comprometendo-se, neste ato, a efetuar as seguintes condutas: 1) COMPOSIÃÃO DE DANOS AMBIENTAIS: PRAZO DE CUMPRIMENTO: 3 (TRÃS) MESES. a) Efetuar a recomposiÃ§Ã£o dos danos ambientais, mediante o compromisso de nÃ£o mais reincidir na prÃ¡tica delituosa; b)Â Â Â Â Â Participar de programa de educaÃ§Ã£o ambiental (art. 27 da Lei 9.605/98 c/c art. 74 da Lei 9.099/95) a ser realizado junto a DIVISÃO ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE - DEMA, cuja conclusÃ£o deverÃ¡ ser comprovada a este Juizado no prazo de 3 (trÃªs) meses. 2) TRANSAÃÃO PENAL: PRAZO DE CUMPRIMENTO: 3 (TRÃS) MESES, contados da data de notificaÃ§Ã£o pela VEPMA, com clÃ¡usula resolutiva para o caso de nÃ£o cumprimento no referido prazo. Â Â Â Â Â Cumprir, no prazo mÃ¡ximo acima especificado, a transaÃ§Ã£o penal de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade pelo prazo de 30 (trinta) horas, com clÃ¡usula resolutiva para o caso de nÃ£o cumprimento no prazo

estabelecido. A referida prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os deverÃ¡ ser cumprida atravÃ©s da Vara de ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas da Comarca da Capital (VEPMA), competente em face da Lei Estadual nÂº 6.840/2002 e no Provimento nÂº 03/2007 da CJRMB) e Enunciado 87 do FONAJE, preferencialmente em entidade ambiental cadastrada na referida Vara. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: A MMÂª JuÃza deliberou o seguinte: SENTENÃA - Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. PASSO A DECIDIR: Estando presentes os requisitos legais, HOMOLOGO por sentenÃ§a a COMPOSIÃÃO DE DANOS AMBIENTAIS e a TRANSAÃÃO PENAL, formalizadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceitas de forma livre e consciente pelo(a)(s) autor(a)(es) do fato, nos termos dos arts. 74 e 76, parÃ¡grafo 4Âº, da Lei nÂº 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 9.605/1998, para que produzam seus jurÃdicos e legais efeitos, todavia, com clÃ¡usula resolutiva expressa quanto Ã referida transaÃ§Ã£o (prevista no Enunciado 79 do XXVIII FONAJE2) de que o descumprimento da obrigaÃ§Ã£o transacional importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme, inclusive, orientaÃ§Ã£o do STF, 2Âª Turma, no HC 79.572 de GoiÃ¡s, j. 29.02.2000, rel. Min. Marco AurÃ©lio, que considerou a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de descumprimento do mesmo, que, no entender desta magistrada, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir a prestaÃ§Ã£o jurisdicional eficaz. Â Â Â Â Â Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do(a) autor(a) do fato. Em consequÃªncia, aplico ao(a)(s) autor(a)(es) do fato a pena restritiva de direitos, na modalidade de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o a comunidade, conforme especificado na proposta. O(A)(s) autor(a)(es) do fato fica(m) ciente(s) de que de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa(m) novamente gozar do benefÃcio no prazo de cinco (05) anos. Fica(m), ainda, o(a)(s) autor(a)(es) do fato intimado(a)(s) que deverÃ¡/deverÃ£o comparecer neste Juizado Especial Criminal, no prÃ³ximo dia Ãºtil subsequente, trazendo consigo RG, CPF e duas cÃ³pias do comprovante de residÃªncia, para que seja preenchida a respectiva guia, conforme Provimento nÂº 001/2011-CJRMB. ExpeÃ§a-se guia para o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o Ã Vara de ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m (VEPMA), competente em face da Lei Estadual nÂº 6.840/2002 e no Provimento nÂº 03/2007 da CJRMB), bem como do Enunciado 87 do FONAJE3 (que substituiu o Enunciado 15), preferencialmente com destinaÃ§Ã£o da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o Ã entidade ambiental cadastrada na referida Vara. Serve a presente decisÃ£o como ofÃcio para cumprimento da composiÃ§Ã£o civil. O(A)(s) autor(a)(es) do fato fica(m) intimado(a)(s) neste ato que deverÃ¡/deverÃ£o apresentar na Secretaria deste Juizado no prazo acima especificado os comprovantes de cumprimento da composiÃ§Ã£o de dano(s) e da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, sob pena de, no primeiro caso (composiÃ§Ã£o), serem efetuadas as providÃªncias devidas para o cumprimento no JuÃzo cÃvel competente por se tratar de tÃtulo executivo, nos termos do art. 74 da Lei 9.099/954, e, no segundo caso (transaÃ§Ã£o), sob pena de prosseguimento deste procedimento criminal5. Ratifico a decisÃ£o proferida neste ato quanto a designaÃ§Ã£o de advogada ad hoc em face dos fundamentos acima jÃ¡ especificados. Cabe destacar, novamente, que, como tal atribuiÃ§Ã£o de defesa e/ou acompanhamento deveria ser realizada a custas do Estado e que nÃ£o se pode exigir que advogados atuem gratuitamente a seu serviÃ§o, mas que tambÃ©m nÃ£o se pode onerar demais tais atribuiÃ§Ãµes que deveriam ser realizadas por Defensor PÃºblico, atÃ© porque nÃ£o se trata de audiÃªncia de grande complexidade, mas apenas de audiÃªncia preliminar, CONDENO o Estado ao pagamento dos honorÃ¡rios em favor da advogada ad hoc no valor acima arbitrado - equivalente a 1/5 do salÃ¡rio mÃnimo vigente a Ã©poca do efetivo pagamento, atravÃ©s dos meios administrativos/judiciais devidos, em conformidade com o Oficio Circular nÂº 179/2017-GP-TJE/PA e ResoluÃ§Ã£o 2014/00305-CJF de 07/10/2014. Proceda a Unidade de Processamento Judicial - UPJ JECrim as providÃªncias devidas. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, conforme orientaÃ§Ã£o expressa no Provimento nÂº 03/2007-CJRMB. Sem custas. No caso de ser constatado pela Unidade de Processamento Judicial - UPJ JECrim desta Vara o nÃ£o cumprimento das referidas obrigaÃ§Ãµes, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a(s) finalidade(s) acima especificada(s), devendo, ainda, ser observado o disposto no Enunciado 44 do XXVIII FÃ³rum Nacional de Juizados Especiais. SentenÃ§a publicada em audiÃªncia e intimados os presentes neste ato. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, Fabio Ferreira Pacheco Filho (Assessor de Juiz) digitei e subscrevi _____. JUÃZA: PROMOTORA DE JUSTIÃA: AUTOR DO FATO: ADVOGADA: 1 Art. 27. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicaÃ§Ã£o imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da Lei 9.099/95, de 27 de setembro de 1995, somente poderÃ¡ ser formulada desde que tenha havido a prÃ©via composiÃ§Ã£o do dano ambiental, que trata o art. 74 da mesma Lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade. 2 Enunciado

nÂº 79 do FONAJE: Ã incabÃvel o oferecimento de denÃºncia apÃ³s sentenÃ§a homologatÃ³ria de transaÃ§Ã£o penal em que nÃ£o haja clÃ¡usula resolutiva expressa, podendo constar da proposta que a sua homologaÃ§Ã£o fica condicionada ao prÃ©vio cumprimento do avenÃ§ado. O descumprimento, no caso de nÃ£o homologaÃ§Ã£o, poderÃ¡ ensejar o prosseguimento do feito (Aprovado no XIX Encontro - Aracaju/SE). 3 Enunciado 87 (Substitui o Enunciado 15) - O Juizado Especial Criminal Ã© competente para a execuÃ§Ã£o das penas ou medidas aplicadas em transaÃ§Ã£o penal, salvo quando houver central ou vara de penas e medidas alternativas com competÃªncia especÃfica (Aprovado - no XXI Encontro - VitÃ³ria/ES). 4 Art. 74. A composiÃ§Ã£o dos danos civis serÃ¡ reduzida a escrito e homologada pelo Juiz mediante sentenÃ§a irrecorrÃvel, terÃ¡ eficÃ¡cia de tÃtulo a ser executada no juÃzo cÃvel competente. 5 Descumprida a transaÃ§Ã£o penal, hÃ¡ de se retornar ao status quo ante a fim de possibilitar ao MinistÃ©rio PÃºblico a persecuÃ§Ã£o penal (precedentes. (STF - HC 88785-SP, DJ 04.08.2006, p. 78, Rel. Min. Eros Grau)

PROCESSO: 00026424920198140701 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:MARIA IVONETE DE SOUZA PEREIRA VITIMA:A. C. . Autos nÂº 0002642-49.2019.8.14.0701 Autora do fato: MARIA IVONETE DE SOUZA PEREIRA (RG nÂº 4396980 4Âª Via PC/PA) VÃtima: A COLETIVIDADE CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 54, Â§ 1Âº da Lei nÂº 9.605/98. TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Â Â Â Â Â Aos 03 dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, Ã s 11:00 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL, onde presente se achava a Dra. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO, Magistrada titular da referida Vara, presente a Dra. MARLENE RAMOS PAMPOLHA, Representante do MinistÃ©rio PÃºblico. No horÃ¡rio designado para audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe e constatou-se o seguinte: Presente a autora do fato, desacompanhada de advogado. OCORRÃNCIAS: Aberta a audiÃªncia a MMa. JuÃza, em cumprimento ao art. 18 da Portaria Conjunta nÂº 15/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 21 de junho de 2020, justificou a realizaÃ§Ã£o da presente audiÃªncia de forma presencial tendo em vista a impossibilidade de recursos tecnolÃ³gicos apresentada pelas partes, bem como visando evitar o congestionamento da pauta de audiÃªncias deste Juizado. Â Â Â Â Â Nesta ocasiÃ£o a autora do fato informou que nÃ£o possui condiÃ§Ãµes de arcar com as custas de um advogado particular, requerendo, assim, a assistÃªncia da Defensoria PÃºblica. Em seguida a MMa. JuÃza proferiu a seguinte decisÃ£o: DECISÃO: 1 - Considerando que a autora do fato nÃ£o possui advogado e tambÃ©m nÃ£o possui condiÃ§Ãµes financeiras para custear as despesas dos serviÃ§os desse profissional, e que em tal situaÃ§Ã£o era dever do Estado fornecer Defensor PÃºblico, nos termos do art. 134 e 5Âº, inciso LXXIV da CF, e diante do teor do art. 68 da Lei 9.099/95, todavia, tendo em vista o teor dos OfÃcios nÂº 427/2016-GAB-DPG de 05/09/2016, recebido neste Juizado em 09/09/2016, OfÃcio nÂº 1053/2017-GAB-DPG de 22/11/2017, recebido em 29/11/2017, ambos da lavra da Dra. JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAÃJO, Defensora PÃºblica Geral do Estado do ParÃ¡, e, ainda, OfÃcio nÂº 91/2018-DM/DP de 20/12/2018, da lavra da Dra. CÃLIA SYMONNE FILOGREÃO GONÃALVES, Defensoria PÃºblica Diretora Metropolitana, informando acerca da impossibilidade de atuaÃ§Ã£o de Defensor PÃºblico neste Juizado Ambiental, bem como em atenÃ§Ã£o ao Memorando nÂº 361/2016 de 23/11/2016 da Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJE/PA, recomendando a designaÃ§Ã£o de advogado Ad Hoc em face do mencionado ofÃcio, considerando, finalmente, a necessidade de evitar a remarcaÃ§Ã£o de audiÃªncias desta Vara e o congestionamento de pauta, NOMEIO ADVOGADA AD HOC a Dra. THAMIRES PRISCILA DE SENA HAICK, OAB/PA nÂ° 28712, para acompanhar e/ou defender a referida autora do fato nesta audiÃªncia. Como tal atribuiÃ§Ã£o de defesa e/ou acompanhamento deveria ser realizada a custas do Estado e que nÃ£o se pode exigir que advogados atuem gratuitamente a seu serviÃ§o, mas que tambÃ©m nÃ£o se pode onerar demais tais atribuiÃ§Ãµes que deveriam ser realizadas por Defensor PÃºblico, atÃ© porque nÃ£o se trata de audiÃªncia de grande complexidade, mas apenas de audiÃªncia preliminar, ARBITRO honorÃ¡rios em favor da advogada ad hoc no valor equivalente a 1/5 do salÃ¡rio mÃnimo vigente a Ã©poca do efetivo pagamento pelo Estado, atravÃ©s dos meios administrativos/judiciais devidos, em conformidade com o Oficio Circular nÂº 179/2017-GP-TJE/PA e ResoluÃ§Ã£o 2014/00305-CJF de 07/10/2014. Em seguida, foram efetuados os esclarecimentos do autor do fato acerca do procedimento da Lei nÂº 9.099/95, especialmente acerca da possibilidade de aceitaÃ§Ã£o de proposta(s) de composiÃ§Ã£o de dano(s) ambiental(is) e transaÃ§Ã£o penal (aplicaÃ§Ã£o imediata de pena/medida nÃ£o privativa de liberdade), nos termos dos arts. 6, 72, 74 e 76 da mencionada Lei c/ art. 27 da Lei 9.605/981, por preencher os requisitos legais. O(A)(s) autor(a)(es) do fato de forma livre, consciente e sem manifestar dÃºvida, aceitou/aceitaram as propostas de

composiÃ§Ã£o de dano(s) ambientais e de transaÃ§Ã£o penal, formalizadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 19/21 dos autos, comprometendo-se, neste ato, a efetuar as seguintes condutas: 1) COMPOSIÃÃO DE DANOS AMBIENTAIS: PRAZO DE CUMPRIMENTO: 3 (TRÃS) MESES. a)Â Â Â Â Â Efetuar a recomposiÃ§Ã£o dos danos ambientais, mediante o compromisso de nÃ£o mais reincidir na prÃ¡tica delituosa; b)Apresentar no prazo de 3 (trÃªs) meses estudo acadÃªmico sobre Â¿Direito e responsabilidade do cidadÃ£o para com meio ambiente (CidadÃ£o EcolÃ³gico)Â¿. 2) TRANSAÃÃO PENAL: PRAZO DE CUMPRIMENTO: 3 (TRÃS) MESES, contados da data de notificaÃ§Ã£o pela VEPMA, com clÃ¡usula resolutiva para o caso de nÃ£o cumprimento no referido prazo. Cumprir, no prazo mÃ¡ximo acima especificado, a transaÃ§Ã£o penal de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade pelo prazo de 30 (trinta) horas, com clÃ¡usula resolutiva para o caso de nÃ£o cumprimento no prazo estabelecido. A referida prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os deverÃ¡ ser cumprida atravÃ©s da Vara de ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas da Comarca da Capital (VEPMA), competente em face da Lei Estadual nÂº 6.840/2002 e no Provimento nÂº 03/2007 da CJRMB) e Enunciado 87 do FONAJE, preferencialmente em entidade ambiental cadastrada na referida Vara. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: A MMÂª JuÃza deliberou o seguinte: SENTENÃA - Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. PASSO A DECIDIR: Estando presentes os requisitos legais, HOMOLOGO por sentenÃ§a a COMPOSIÃÃO DE DANOS AMBIENTAIS e a TRANSAÃÃO PENAL, formalizadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceitas de forma livre e consciente pelo(a)(s) autor(a)(es) do fato, nos termos dos arts. 74 e 76, parÃ¡grafo 4Âº, da Lei nÂº 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 9.605/1998, para que produzam seus jurÃdicos e legais efeitos, todavia, com clÃ¡usula resolutiva expressa quanto Ã referida transaÃ§Ã£o (prevista no Enunciado 79 do XXVIII FONAJE2) de que o descumprimento da obrigaÃ§Ã£o transacional importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme, inclusive, orientaÃ§Ã£o do STF, 2Âª Turma, no HC 79.572 de GoiÃ¡s, j. 29.02.2000, rel. Min. Marco AurÃ©lio, que considerou a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de descumprimento do mesmo, que, no entender desta magistrada, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir a prestaÃ§Ã£o jurisdicional eficaz. Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do(a) autor(a) do fato. Em consequÃªncia, aplico ao(a)(s) autor(a)(es) do fato a pena restritiva de direitos, na modalidade de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o a comunidade, conforme especificado na proposta. O(A)(s) autor(a)(es) do fato fica(m) ciente(s) de que de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa(m) novamente gozar do benefÃcio no prazo de cinco (05) anos. Fica(m), ainda, o(a)(s) autor(a)(es) do fato intimado(a)(s) que deverÃ¡/deverÃ£o comparecer neste Juizado Especial Criminal, no prÃ³ximo dia Ãºtil subsequente, trazendo consigo RG, CPF e duas cÃ³pias do comprovante de residÃªncia, para que seja preenchida a respectiva guia, conforme Provimento nÂº 001/2011-CJRMB. ExpeÃ§a-se guia para o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o Ã Vara de ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m (VEPMA), competente em face da Lei Estadual nÂº 6.840/2002 e no Provimento nÂº 03/2007 da CJRMB), bem como do Enunciado 87 do FONAJE3 (que substituiu o Enunciado 15), preferencialmente com destinaÃ§Ã£o da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o Ã entidade ambiental cadastrada na referida Vara. O(A)(s) autor(a)(es) do fato fica(m) intimado(a)(s) neste ato que deverÃ¡/deverÃ£o apresentar na Secretaria deste Juizado no prazo acima especificado os comprovantes de cumprimento da composiÃ§Ã£o de dano(s) e da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, sob pena de, no primeiro caso (composiÃ§Ã£o), serem efetuadas as providÃªncias devidas para o cumprimento no JuÃzo cÃvel competente por se tratar de tÃtulo executivo, nos termos do art. 74 da Lei 9.099/954, e, no segundo caso (transaÃ§Ã£o), sob pena de prosseguimento deste procedimento criminal5. Ratifico a decisÃ£o proferida neste ato quanto a designaÃ§Ã£o de advogada ad hoc em face dos fundamentos acima jÃ¡ especificados. Cabe destacar, novamente, que, como tal atribuiÃ§Ã£o de defesa e/ou acompanhamento deveria ser realizada a custas do Estado e que nÃ£o se pode exigir que advogados atuem gratuitamente a seu serviÃ§o, mas que tambÃ©m nÃ£o se pode onerar demais tais atribuiÃ§Ãµes que deveriam ser realizadas por Defensor PÃºblico, atÃ© porque nÃ£o se trata de audiÃªncia de grande complexidade, mas apenas de audiÃªncia preliminar, CONDENO o Estado ao pagamento dos honorÃ¡rios em favor da advogada ad hoc no valor acima arbitrado - equivalente a 1/5 do salÃ¡rio mÃnimo vigente a Ã©poca do efetivo pagamento, atravÃ©s dos meios administrativos/judiciais devidos, em conformidade com o Oficio Circular nÂº 179/2017-GP-TJE/PA e ResoluÃ§Ã£o 2014/00305-CJF de 07/10/2014. Proceda a Unidade de Processamento Judicial - UPJ JECrim as providÃªncias devidas. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, conforme orientaÃ§Ã£o expressa no Provimento nÂº 03/2007-CJRMB. Sem custas. No caso de ser constatado pela Unidade de Processamento Judicial - UPJ JECrim desta Vara o nÃ£o cumprimento das referidas obrigaÃ§Ãµes, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior

encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a(s) finalidade(s) acima especificada(s), devendo, ainda, ser observado o disposto no Enunciado 44 do XXVIII FÃ³rum Nacional de Juizados Especiais. SentenÃ§a publicada em audiÃªncia e intimados os presentes neste ato. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, Fabio Ferreira Pacheco Filho (Assessor de Juiz) digitei e subscrevi _____. JUÃZA: PROMOTORA DE JUSTIÃA: AUTORA DO FATO: ADVOGADA: 1 Art. 27. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicaÃ§Ã£o imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da Lei 9.099/95, de 27 de setembro de 1995, somente poderÃ¡ ser formulada desde que tenha havido a prÃ©via composiÃ§Ã£o do dano ambiental, que trata o art. 74 da mesma Lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade. 2 Enunciado nÂº 79 do FONAJE: Ã incabÃvel o oferecimento de denÃºncia apÃ³s sentenÃ§a homologatÃ³ria de transaÃ§Ã£o penal em que nÃ£o haja clÃ¡usula resolutiva expressa, podendo constar da proposta que a sua homologaÃ§Ã£o fica condicionada ao prÃ©vio cumprimento do avenÃ§ado. O descumprimento, no caso de nÃ£o homologaÃ§Ã£o, poderÃ¡ ensejar o prosseguimento do feito (Aprovado no XIX Encontro - Aracaju/SE). 3 Enunciado 87 (Substitui o Enunciado 15) - O Juizado Especial Criminal Ã© competente para a execuÃ§Ã£o das penas ou medidas aplicadas em transaÃ§Ã£o penal, salvo quando houver central ou vara de penas e medidas alternativas com competÃªncia especÃfica (Aprovado - no XXI Encontro - VitÃ³ria/ES). 4 Art. 74. A composiÃ§Ã£o dos danos civis serÃ¡ reduzida a escrito e homologada pelo Juiz mediante sentenÃ§a irrecorrÃvel, terÃ¡ eficÃ¡cia de tÃtulo a ser executada no juÃzo cÃvel competente. 5 Descumprida a transaÃ§Ã£o penal, hÃ¡ de se retornar ao status quo ante a fim de possibilitar ao MinistÃ©rio PÃºblico a persecuÃ§Ã£o penal (precedentes. (STF - HC 88785-SP, DJ 04.08.2006, p. 78, Rel. Min. Eros Grau)

PROCESSO: 00026424920198140701 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO A??o: Termo Circunstanciado em: 03/11/2021 AUTOR DO FATO:MARIA IVONETE DE SOUZA PEREIRA VITIMA:A. C. . Autos nÂº 0002642-49.2019.8.14.0701 Autora do fato: MARIA IVONETE DE SOUZA PEREIRA (RG nÂº 4396980 4Âª Via PC/PA) VÃtima: A COLETIVIDADE CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 54, Â§ 1Âº da Lei nÂº 9.605/98. TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Â Â Â Â Â Aos 03 dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um, Ã s 11:00 horas, nesta cidade de BelÃ©m, na sala de audiÃªncias do JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL, onde presente se achava a Dra. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO, Magistrada titular da referida Vara, presente a Dra. MARLENE RAMOS PAMPOLHA, Representante do MinistÃ©rio PÃºblico. No horÃ¡rio designado para audiÃªncia, foi feito o pregÃ£o de praxe e constatou-se o seguinte: Presente a autora do fato, desacompanhada de advogado. OCORRÃNCIAS: Aberta a audiÃªncia a MMa. JuÃza, em cumprimento ao art. 18 da Portaria Conjunta nÂº 15/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 21 de junho de 2020, justificou a realizaÃ§Ã£o da presente audiÃªncia de forma presencial tendo em vista a impossibilidade de recursos tecnolÃ³gicos apresentada pelas partes, bem como visando evitar o congestionamento da pauta de audiÃªncias deste Juizado. Nesta ocasiÃ£o a autora do fato informou que nÃ£o possui condiÃ§Ãµes de arcar com as custas de um advogado particular, requerendo, assim, a assistÃªncia da Defensoria PÃºblica. Em seguida a MMa. JuÃza proferiu a seguinte decisÃ£o: DECISÃO: 1 - Considerando que a autora do fato nÃ£o possui advogado e tambÃ©m nÃ£o possui condiÃ§Ãµes financeiras para custear as despesas dos serviÃ§os desse profissional, e que em tal situaÃ§Ã£o era dever do Estado fornecer Defensor PÃºblico, nos termos do art. 134 e 5Âº, inciso LXXIV da CF, e diante do teor do art. 68 da Lei 9.099/95, todavia, tendo em vista o teor dos OfÃcios nÂº 427/2016-GAB-DPG de 05/09/2016, recebido neste Juizado em 09/09/2016, OfÃcio nÂº 1053/2017-GAB-DPG de 22/11/2017, recebido em 29/11/2017, ambos da lavra da Dra. JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAÃJO, Defensora PÃºblica Geral do Estado do ParÃ¡, e, ainda, OfÃcio nÂº 91/2018-DM/DP de 20/12/2018, da lavra da Dra. CÃLIA SYMONNE FILOGREÃO GONÃALVES, Defensoria PÃºblica Diretora Metropolitana, informando acerca da impossibilidade de atuaÃ§Ã£o de Defensor PÃºblico neste Juizado Ambiental, bem como em atenÃ§Ã£o ao Memorando nÂº 361/2016 de 23/11/2016 da Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJE/PA, recomendando a designaÃ§Ã£o de advogado Ad Hoc em face do mencionado ofÃcio, considerando, finalmente, a necessidade de evitar a remarcaÃ§Ã£o de audiÃªncias desta Vara e o congestionamento de pauta, NOMEIO ADVOGADA AD HOC a Dra. THAMIRES PRISCILA DE SENA HAICK, OAB/PA nÂ° 28712, para acompanhar e/ou defender a referida autora do fato nesta audiÃªncia. Como tal atribuiÃ§Ã£o de defesa e/ou acompanhamento deveria ser realizada a custas do Estado e que nÃ£o se pode exigir que advogados atuem gratuitamente a seu serviÃ§o, mas que tambÃ©m nÃ£o se pode onerar demais tais atribuiÃ§Ãµes que deveriam ser realizadas por Defensor PÃºblico, atÃ© porque nÃ£o se trata de audiÃªncia de grande complexidade, mas apenas de

audiÃªncia preliminar, ARBITRO honorÃ¡rios em favor da advogada ad hoc no valor equivalente a 1/5 do salÃ¡rio mÃnimo vigente a Ã©poca do efetivo pagamento pelo Estado, atravÃ©s dos meios administrativos/judiciais devidos, em conformidade com o Oficio Circular nÂº 179/2017-GP-TJE/PA e ResoluÃ§Ã£o 2014/00305-CJF de 07/10/2014. Em seguida, foram efetuados os esclarecimentos do autor do fato acerca do procedimento da Lei nÂº 9.099/95, especialmente acerca da possibilidade de aceitaÃ§Ã£o de proposta(s) de composiÃ§Ã£o de dano(s) ambiental(is) e transaÃ§Ã£o penal (aplicaÃ§Ã£o imediata de pena/medida nÃ£o privativa de liberdade), nos termos dos arts. 6, 72, 74 e 76 da mencionada Lei c/ art. 27 da Lei 9.605/981, por preencher os requisitos legais. Â Â Â Â Â O(A)(s) autor(a)(es) do fato de forma livre, consciente e sem manifestar dÃºvida, aceitou/aceitaram as propostas de composiÃ§Ã£o de dano(s) ambientais e de transaÃ§Ã£o penal, formalizadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 19/21 dos autos, comprometendo-se, neste ato, a efetuar as seguintes condutas: 1) COMPOSIÃÃO DE DANOS AMBIENTAIS: PRAZO DE CUMPRIMENTO: 3 (TRÃS) MESES. a) Efetuar a recomposiÃ§Ã£o dos danos ambientais, mediante o compromisso de nÃ£o mais reincidir na prÃ¡tica delituosa; b) Apresentar no prazo de 3 (trÃªs) meses estudo acadÃªmico sobre Â¿Direito e responsabilidade do cidadÃ£o para com meio ambiente (CidadÃ£o EcolÃ³gico)Â¿. 2) TRANSAÃÃO PENAL: PRAZO DE CUMPRIMENTO: 3 (TRÃS) MESES, contados da data de notificaÃ§Ã£o pela VEPMA, com clÃ¡usula resolutiva para o caso de nÃ£o cumprimento no referido prazo. Cumprir, no prazo mÃ¡ximo acima especificado, a transaÃ§Ã£o penal de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade pelo prazo de 30 (trinta) horas, com clÃ¡usula resolutiva para o caso de nÃ£o cumprimento no prazo estabelecido. A referida prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os deverÃ¡ ser cumprida atravÃ©s da Vara de ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas da Comarca da Capital (VEPMA), competente em face da Lei Estadual nÂº 6.840/2002 e no Provimento nÂº 03/2007 da CJRMB) e Enunciado 87 do FONAJE, preferencialmente em entidade ambiental cadastrada na referida Vara. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: A MMÂª JuÃza deliberou o seguinte: SENTENÃA - Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. PASSO A DECIDIR: Estando presentes os requisitos legais, HOMOLOGO por sentenÃ§a a COMPOSIÃÃO DE DANOS AMBIENTAIS e a TRANSAÃÃO PENAL, formalizadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceitas de forma livre e consciente pelo(a)(s) autor(a)(es) do fato, nos termos dos arts. 74 e 76, parÃ¡grafo 4Âº, da Lei nÂº 9.099/95 c/c art. 27 da Lei 9.605/1998, para que produzam seus jurÃdicos e legais efeitos, todavia, com clÃ¡usula resolutiva expressa quanto Ã referida transaÃ§Ã£o (prevista no Enunciado 79 do XXVIII FONAJE2) de que o descumprimento da obrigaÃ§Ã£o transacional importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme, inclusive, orientaÃ§Ã£o do STF, 2Âª Turma, no HC 79.572 de GoiÃ¡s, j. 29.02.2000, rel. Min. Marco AurÃ©lio, que considerou a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de descumprimento do mesmo, que, no entender desta magistrada, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir a prestaÃ§Ã£o jurisdicional eficaz. Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do(a) autor(a) do fato. Em consequÃªncia, aplico ao(a)(s) autor(a)(es) do fato a pena restritiva de direitos, na modalidade de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o a comunidade, conforme especificado na proposta. O(A)(s) autor(a)(es) do fato fica(m) ciente(s) de que de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa(m) novamente gozar do benefÃcio no prazo de cinco (05) anos. Fica(m), ainda, o(a)(s) autor(a)(es) do fato intimado(a)(s) que deverÃ¡/deverÃ£o comparecer neste Juizado Especial Criminal, no prÃ³ximo dia Ãºtil subsequente, trazendo consigo RG, CPF e duas cÃ³pias do comprovante de residÃªncia, para que seja preenchida a respectiva guia, conforme Provimento nÂº 001/2011-CJRMB. ExpeÃ§a-se guia para o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o Ã Vara de ExecuÃ§Ã£o de Penas e Medidas Alternativas da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m (VEPMA), competente em face da Lei Estadual nÂº 6.840/2002 e no Provimento nÂº 03/2007 da CJRMB), bem como do Enunciado 87 do FONAJE3 (que substituiu o Enunciado 15), preferencialmente com destinaÃ§Ã£o da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o Ã entidade ambiental cadastrada na referida Vara. O(A)(s) autor(a)(es) do fato fica(m) intimado(a)(s) neste ato que deverÃ¡/deverÃ£o apresentar na Secretaria deste Juizado no prazo acima especificado os comprovantes de cumprimento da composiÃ§Ã£o de dano(s) e da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, sob pena de, no primeiro caso (composiÃ§Ã£o), serem efetuadas as providÃªncias devidas para o cumprimento no JuÃzo cÃvel competente por se tratar de tÃtulo executivo, nos termos do art. 74 da Lei 9.099/954, e, no segundo caso (transaÃ§Ã£o), sob pena de prosseguimento deste procedimento criminal5. Ratifico a decisÃ£o proferida neste ato quanto a designaÃ§Ã£o de advogada ad hoc em face dos fundamentos acima jÃ¡ especificados. Cabe destacar, novamente, que, como tal atribuiÃ§Ã£o de defesa e/ou acompanhamento deveria ser realizada a custas do Estado e que nÃ£o se pode exigir que advogados atuem gratuitamente a seu serviÃ§o, mas que tambÃ©m nÃ£o se pode onerar demais tais atribuiÃ§Ãµes que deveriam ser realizadas por Defensor PÃºblico, atÃ© porque nÃ£o se trata de audiÃªncia de grande complexidade, mas apenas de audiÃªncia preliminar, CONDENO o Estado ao

pagamento dos honorÃ¡rios em favor da advogada ad hoc no valor acima arbitrado - equivalente a 1/5 do salÃ¡rio mÃnimo vigente a Ã©poca do efetivo pagamento, atravÃ©s dos meios administrativos/judiciais devidos, em conformidade com o Oficio Circular nÂº 179/2017-GP-TJE/PA e ResoluÃ§Ã£o 2014/00305-CJF de 07/10/2014. Proceda a Unidade de Processamento Judicial - UPJ JECrim as providÃªncias devidas. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, conforme orientaÃ§Ã£o expressa no Provimento nº 03/2007-CJRMB. Sem custas. No caso de ser constatado pela Unidade de Processamento Judicial - UPJ JECrim desta Vara o nÃ£o cumprimento das referidas obrigaÃ§Ãµes, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a(s) finalidade(s) acima especificada(s), devendo, ainda, ser observado o disposto no Enunciado 44 do XXVIII FÃ³rum Nacional de Juizados Especiais. Â Â Â Â Â SentenÃ§a publicada em audiÃªncia e intimados os presentes neste ato. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, Fabio Ferreira Pacheco Filho (Assessor de Juiz) digitei e subscrevi _____. JUÃZA: PROMOTORA DE JUSTIÃA: AUTORA DO FATO: ADVOGADA: 1 Art. 27. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicaÃ§Ã£o imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da Lei 9.099/95, de 27 de setembro de 1995, somente poderÃ¡ ser formulada desde que tenha havido a prÃ©via composiÃ§Ã£o do dano ambiental, que trata o art. 74 da mesma Lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade. 2 Enunciado nÂº 79 do FONAJE: Ã incabÃvel o oferecimento de denÃºncia apÃ³s sentenÃ§a homologatÃ³ria de transaÃ§Ã£o penal em que nÃ£o haja clÃ¡usula resolutiva expressa, podendo constar da proposta que a sua homologaÃ§Ã£o fica condicionada ao prÃ©vio cumprimento do avenÃ§ado. O descumprimento, no caso de nÃ£o homologaÃ§Ã£o, poderÃ¡ ensejar o prosseguimento do feito (Aprovado no XIX Encontro - Aracaju/SE). 3 Enunciado 87 (Substitui o Enunciado 15) - O Juizado Especial Criminal Ã© competente para a execuÃ§Ã£o das penas ou medidas aplicadas em transaÃ§Ã£o penal, salvo quando houver central ou vara de penas e medidas alternativas com competÃªncia especÃfica (Aprovado - no XXI Encontro - VitÃ³ria/ES). 4 Art. 74. A composiÃ§Ã£o dos danos civis serÃ¡ reduzida a escrito e homologada pelo Juiz mediante sentenÃ§a irrecorrÃvel, terÃ¡ eficÃ¡cia de tÃtulo a ser executada no juÃzo cÃvel competente. 5 Descumprida a transaÃ§Ã£o penal, hÃ¡ de se retornar ao status quo ante a fim de possibilitar ao MinistÃ©rio PÃºblico a persecuÃ§Ã£o penal (precedentes. (STF - HC 88785-SP, DJ 04.08.2006, p. 78, Rel. Min. Eros Grau)

PROCESSO: 00010021120198140701 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 04/11/2021 DENUNCIADO:EDUARDO SANTOS DINIZ Representante(s): OAB 27885 - LARISSA KOLLIN DE SOUZA FERREIRA (ADVOGADO) VITIMA:D. S. G. D. . Autos nÂº.: 0001002-11.2019.8.14.0701 Autor do Fato: EDUARDO SANTOS DINIZ VÃtima: A COLETIVIDADE CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 32 da Lei nÂº 9.605/98. DESPACHO Cumpra-se conforme requer o MinistÃ©rio PÃºblico Ã fl. 88. Reitere-se o ofÃcio de fl. 82, com as especificaÃ§Ãµes necessÃ¡rias, fornecendo o prazo de 10 (dez) dias para o encaminhamento das informaÃ§Ãµes solicitadas. ApÃ³s, retornem-se os autos conclusos. BelÃ©m (PA), 04 de novembro de 2021. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO JuÃza de Direito do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente

PROCESSO: 00013413320208140701 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO A??o: Termo Circunstanciado em: 04/11/2021 AUTOR DO FATO:EDY DE JESUS TRINDADE VITIMA:A. C. VITIMA:M. J. S. B. G. . Autos nÂº.: 0001341-33.2020.8.14.0701 Autor do Fato: EDY DE JESUS TRINDADE VÃtima: A COLETIVIDADE CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 54, Â§ 1Âº da Lei nÂº 9.605/98. DESPACHO Considerando a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico de fl. 61, designo audiÃªncia preliminar para o dia 24 de maio de 2022 Ã s 10:20 horas, visando eventual recomposiÃ§Ã£o do dano e transaÃ§Ã£o penal. Intime-se o autor do fato, atravÃ©s de Oficial de JustiÃ§a, com as advertÃªncias do art. 68 da Lei nÂº 9.099/95, a comparecer munido dos documentos necessÃ¡rios Ã referida transaÃ§Ã£o. DeverÃ¡ o Senhor Oficial de JustiÃ§a empreender esforÃ§os no sentido de intimar o mencionado autor, devendo, se for o caso, utilizar as facilidades de acesso as informaÃ§Ãµes de endereÃ§os disponibilizados pela internet e/ou o nÃºmero de telefone constante Ã fl. 61 para efetuar a mencionada diligÃªncia ou a fim de esclarecer eventual dÃºvida quanto ao endereÃ§o do autor do fato. BelÃ©m (PA), 04 de novembro de 2021. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO JuÃza de Direito do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente

ACÓRDÃO: 219155 COMARCA: LIMOEIRO DO AJURU DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00025062220178140087 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO CÂMARA: 1ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:ENOCK MESQUITA FERRAZ Representante(s): OAB 11505 - VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:ADELIO MENDES DOS SANTOS EMENTA: . APELAÇÃO PENAL. CORRUPÇÃO PASSIVA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. PROVAS BEM DELINEADAS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. DOSIMETRIA. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DA PENA BASE NO MÍNIMO LEGAL. TRÊS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS DIANTE DAS CARACTERÍSTICAS DO CASO EM CONCRETO. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO E SUSPENSÃO DA PENA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. PENA ACIMA DE QUATRO ANOS. PERDA DO CARGO. POSSIBILIDADE. EFEITO DA CONDENAÇÃO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. 1. De acordo com a orientação firmada neste Pretório, a perda do cargo ou função pública prevista no art. 92, I, do Estatuto Repressor, não é pena acessória, mas efeito da condenação, com caráter autônomo. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

ACÓRDÃO: 219156 COMARCA: SANTA IZABEL DO PARÁ DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00032957720138140049 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:EDSON MOISES COSTA Representante(s): MARCIO DA SILVA CRUZ (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA EMENTA: . APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO EM RAZÃO DA NEGATIVA DE AUTORIA E INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. RECONHECIMENTO FEITO PELA VÍTIMA. DECLARAÇÕES DAS TESTEMUNHAS COMPROVANDO A EFETIVA AUTORIA DO CRIME. PENA-BASE REDIMENSIONADA DE OFÍCIO. 1. Inviável o acolhimento do pleito absolutório, com base na simples negativa de autoria desprovida de elementos aptos a comprovar a inocência do réu, tampouco negar credibilidade aos depoimentos da vítima e das testemunhas pelo fato serem policiais militares. Ademais, em crimes dessa natureza, referidas provas mostram-se relevantes para o deslinde da causa, mormente quando em harmonia com as demais provas constantes dos autos, tornando-se, portanto, infrutífera a pretensão de absolvição do apelante nos termos pretendidos pela defesa. 2. Há que se alterar a dosimetria da pena-base aplicada de ofício, devendo esta ficar próximo ao seu mínimo legal, uma vez que apenas uma circunstância judicial fora valorada negativamente em face do recorrente. 3. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: 219157 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00110364820148140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:ALAN ENDERSON FARIAS DOS SANTOS Representante(s): DANIEL SABBAG (DEFENSOR) APELANTE:RICARDO NORDESTE LOUREIRO JUNIOR Representante(s): ANDRE MARTINS PEREIRA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA EMENTA: . APELAÇÃO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTE. RECURSO DO ACUSADO ALAN ANDERSON FARIAS DOS SANTOS. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIENCIA DE PROVAS. NÃO OCORRÊNCIA. REDIMENSIONAMENTO DA PENA-BASE PARA SEU MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA DA DROGA. ¿COCAÍNA¿. ART. 42 DA LEI DE ENTOPECENTE. AVALIAÇÃO DESFAVORÁVEL. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA EM SEU GRAU MÁXIMO. INVIABILIDADE. RELATIVA QUANTIDADE DE ENTORPECENTE ENCONTRADO. PENA DE MULTA EM SEU MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DO RECORRENTE RICARDO NORDESTE LOUREIRO JÚNIOR. PRELIMINAR DE NULIDADE SUSCITADA. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS. NULIDADE ABSOLUTA. ACOLHIMENTO. IMPARCIALIDADE DO JUÍZO. PLEITO PREJUDICADO. 1. As alegações finais constituem ato essencial do processo, cuja ausência acarreta a sua nulidade absoluta. 2. Anula-se o processo a partir da fase do art. 403 do Código de Processo Penal em relação ao apelante

Ricardo Nordeste Loureiro Júnior, ante a ausência das alegações finais do apelante. 3. O tráfico de drogas é crime praticado de modo sub-reptício, clandestino, por isso especial atenção e valor deve ser conferida a prova indireta colhida, principalmente se harmonizada com o contexto da instrução. 4. Os depoimentos prestados por policiais, na qualidade de agentes públicos, devem ser tidos como merecedores de crédito, notadamente quando não destoam do conjunto probatório e não indicam incriminação gratuita. Restando demonstrada através das provas coligidas no curso da instrução, especialmente a testemunhal, a ocorrência do crime de tráfico de entorpecente, mostra-se correta a sentença condenatória prolatada pelo Juízo de primeiro grau em face do recorrente Alan Enderson Farias dos Santos. 5. Inviável a reforma da dosimetria da pena imposta ao apelante, tendo em vista que no caso em análise o juízo primevo não agravou a pena-base do apelante em face da circunstância da culpabilidade, mas sim levou em consideração a grande quantidade do entorpecente apreendido (447,1g de cocaína) para agravar a pena base, conforme determinado pelo art. 42 da Lei de Entorpecente, bem como as consequências do crime 6. Para definir o grau de incidência do benefício, deve-se também levar em conta a quantidade e a natureza da droga. No caso em comento, foram encontradas 447,1g (quatrocentos e quarenta e sete grama e um decigrama) de substância vulgarmente conhecida por ¿cocaína¿, o que afasta, nos termos do art. 42 da lei de drogas, a incidência do tráfico privilegiado no patamar de 2/3, razão pela qual mantenho o percentual aplicado pela magistrada de primeiro grau, que entendo ser razoável no caso ora em análise 7. Inviável a fixação da pena de multa em seu mínimo legal, ante a valoração negativa da culpabilidade e das consequências do crime, o que elevou a pena-base um pouco acima de seu mínimo legal previsto para o delito ora em análise. 8. RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.

ACÓRDÃO: 219158 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00290836520178140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:SUZIANE DE LIMA MORAES Representante(s): OAB 25753 - LUCIANA SÁ HIRAKAWA PRESTES (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA EMENTA: . APELAÇÃO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE RECURSAL SUSCITADA EM CONTRARRAZÕES PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. NÃO ACOLHIMENTO. ABSOLVIÇÃO ANTE A FRAGILIDADE PROBATÓRIA. IMPROVIMENTO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE USO PRÓPRIO. INVIABILIDADE. APLICAÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO EM PATAMAR MÁXIMO. IMPOSSIBILIDADE. MODIFICAÇÃO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA PARA O ABERTO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Vigora nos tribunais o entendimento de que, tendo o recurso sido interposto no prazo legal, como no caso, a apresentação tardia das razões recursais constitui-se mera irregularidade. Julgados do STJ. Preliminar rejeitada. 2. A materialidade e a autoria ficaram demonstradas nos autos, tornando evidente que a análise da magistrada que presidiu o feito atendeu às disposições normativas regedoras da matéria, guardando coerência e consonância com o conjunto probatório reunido no arcabouço, sendo, portanto, incabível acolher o pleito absolutório. 3. Os depoimentos prestados por policiais, na qualidade de agentes públicos, devem ser tidos como merecedores de crédito, notadamente quando não destoam do conjunto probatório e não indicam incriminação gratuita. Restando demonstrada através das provas coligidas no curso da instrução, especialmente a testemunhal, a ocorrência do crime de tráfico de entorpecente, mostra-se correta a sentença condenatória prolatada pelo Juízo de primeiro grau. 4. As circunstâncias de apreensão da droga, bem como a sua relativa quantidade e forma de armazenamento, não deixam margens para dúvidas de que ela não se destinava ao consumo pessoal, mas à difusão ilícita, inviabilizando a desclassificação para a conduta descrita no artigo 28 da Lei n.º 11.343/2006. 5. Para definir o grau de incidência do benefício, deve-se também levar em conta a quantidade e a natureza da droga. No caso em comento, foram encontradas 38 (trinta e oito) petecas de cocaína, pesando 30,2g (trinta gramas e dois decigramas), 09 (nove) embrulhos confeccionados em papel alumínio contendo erva conhecida por maconha e mais uma porção de erva seca prensada, sem estar embalada, pesando 24,4g (vinte e quatro gramas e 4 decigramas), o que a afasta, nos termos do art. 42 da lei de drogas, a incidência do tráfico privilegiado no patamar de 2/3, razão pela qual aplico o percentual de 1/3 (um terço), que entendo ser razoável no caso ora em análise 6) RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME

ACÓRDÃO: 219159 COMARCA: ALTAMIRA DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00029352920108140005 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:LIBERALINO RIBEIRO DE

ALMEIDA NETO Representante(s): OAB 14535 - CARLA DOMICIANO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 18644 - LEHONES SILVA REBOUCAS (ADVOGADO) OAB 18384 - RODRIGO BACELLAR CRUZ NUNES (ADVOGADO) OAB 23225 - MARCUS VINICIUS ANAICE LOPES (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA EMENTA: . APELAÇÃO PENAL. CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO. USO DE BEM PÚBLICO EM PROVEITO PRÓPRIO. PLEITO ABSOLUTÓRIO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. REFORMA DA DOSIMETRIA. REDUÇÃO DA PENA-BASE. IMPOSSIBILIDADE. EXCLUSÃO DA PENA DE MULTA. PROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 ¿ Não há que se falar em absolvição por insuficiência de provas, quando há nos autos provas suficientes e concretas de autoria e materialidade delitivas, entre elas as declarações das testemunhas em juízo, em contraponto às declarações do recorrente, formando um conjunto probatório apto a embasar a sentença condenatória. 2 ¿ Constam, fundamentadamente, desfavoráveis ao apelante os vetores referentes à sua culpabilidade, às circunstâncias e consequências do delito, o que é suficiente para afastar a pena base de seu mínimo legal (Sumula n° 23 deste Sodalício). 3 ¿ O quantum da pena calculado pelo juízo singular se mostra razoável, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime, bem como em consonância com as circunstâncias judiciais e do delito e com os ditames legais. 4 ¿ Resta imperiosa a exclusão da pena de multa fixada na sentença, por absoluta inexistência de previsão legal, sob pena de odiosa ofensa ao art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal, e ao art. 1º, do Código Penal. 5 ¿ RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: 219160 COMARCA: SANTARÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00183332120168140051 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ APELADO:JOSE DA SILVA DE ARAUJO Representante(s): OAB 19567 - IGOR CELIO DE MELO DOLZANIS (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:HAMILTON NOGUEIRA SALAME EMENTA: . APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA HOMICÍDIO CULPOSO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. VERIFICADA. NOVO JULGAMENTO. NECESSIDADE. 1.São manifestamente contrárias à prova dos autos as decisões do júri que não encontram nenhum respaldo no conjunto de provas. Em respeito à soberania dos veredictos do Tribunal do Júri (art 5º, XXXVIII, c, da CF), a interpretação da expressão manifestamente deve ser restritiva, limitada às hipóteses de absoluta dissonância entre o decidido e o comprovado. Doutrina e Jurisprudência. 2. No caso em análise, o Conselho de Sentença entendeu que o réu não agiu com intuito de matar a vítima (ausência de animus necandi), motivo pelo qual respondeu positivamente ao quarto quesito, declarando-se incompetente ao julgamento da causa e desclassificando o delito imputado ao acusado na denúncia. Tal decisão, no entanto, não encontra amparo em segmento de prova, razão pela qual deverá ser considerada manifestamente contrária à prova dos autos. 3.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: 219161 COMARCA: ANANINDEUA DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00027080420018140006 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:D. L. C. F. Representante(s): DOMINGOS LOPES PEREIRA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA EMENTA: . EMENTA: APELAÇÃO PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. DECLARAÇÕES DA VÍTIMA. INDISCUTÍVEL RELEVÂNCIA PROBATÓRIA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. INSUBSISTÊNCIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. IMPOSIÇÃO DA REPRIMENDA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL JUSTIFICADA. 1. Insubsistente o pedido de absolvição, arrimado na insuficiência de provas para a condenação, pois tanto a autoria quanto a materialidade do crime restaram comprovadas pelas provas orais, constantes dos autos, dentre estas, as declarações da vítima em juízo confirmando ter sido abusada pelo réu. 2. De igual modo, inviável a redução da pena-base, pois devidamente justificada pelo juízo a majoração acima do mínimo legal estabelecido para o crime, em virtude do reconhecimento de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu. 3. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

ACÓRDÃO: 219162 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00161013320098140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:ANDERSON SANTOS SOUZA Representante(s): EDGAR MOREIRA ALAMAR (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:ANA TEREZA ABUCATER EMENTA: . EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO PENAL. ROUBO QUALIFICADO. DECLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA TENTATIVA. IMPOSSIBILIDADE. CONSUMAÇÃO DO CRIME COMPROVADA. POSSE TRANQUILA DA RES FURTIVA. DESNECESSIDADE. SENTENÇA IMUNE DE REFORMA. 1. Em se tratando do crime de roubo a consumação, se efetiva quando há inversão da posse da res furtiva, ainda que, por um breve momento, fique fora da esfera de vigilância da vítima. 2. In casu, impossível, proceder à desclassificação do crime para forma tentada, de vez que, o crime de roubo, consumou-se no momento em que réu e comparsas, usando de violência subtraíram o dinheiro da vítima, em seguida empreenderam fuga na posse do bem subtraído, tendo sido preso momentos depois e longe da vigilância daquela, restando, assim, caracterizada a consumação do ilícito. 3. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

ACÓRDÃO: 219163 COMARCA: SOURE DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 01664332520158140059 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:J. G. C. Representante(s): OAB 6616 - ANGELO PEDRO NUNES DE MIRANDA (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIA DO SOCORRO CARVALHO MENDO EMENTA: . APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 213, §1º DO CP C/C ART. 1º, V DA LEI Nº 8072/90. 1) ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA DELITIVA. INOCORRÊNCIA. PRESENÇA DE LAUDO PERICIAL QUE ATESTA OS FATOS DESCRITOS NA EXORDIAL EM CONSONÂNCIA COM O DEPOIMENTO DA VÍTIMA. 2) DOSIMETRIA. REDUÇÃO DA PENA-BASE AO MÍNIMO LEGAL. CONDIÇÕES SUBJETIVAS. FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PENA MANTIDA 1) Devidamente apurada a autoria e materialidade do crime de estupro, notadamente pelo laudo do exame de corpo de delito e pelas declarações da vítima, incabível o acolhimento do pedido de absolvição por insuficiência de provas. 2) A primariedade e as condições subjetivas favoráveis do agente não possuem o condão de manter a pena-base no mínimo legal, tendo em conta que o cálculo se dá mediante a proporcionalidade entre a análise da: culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade, motivos, circunstâncias e consequências do crime, além do comportamento da vítima, conforme determinação do art. 59 c/ 68, todos do CP. 3) RECURSO CONHECIDO IMPROVIDO

ACÓRDÃO: 219164 COMARCA: MARABÁ DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00333925520158140028 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:RAIMUNDO NONATO DOURADO DE SOUSA Representante(s): ELOIZIO CORDEIRO TAVEIRA DE SOUZA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA EMENTA: . EMENTA: APELAÇÃO PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ACOLHIMENTO. READEQUAÇÃO DA PENA. 1. Tendo em vista a nova redação do artigo 5º da Lei 10.826/2003, onde foi incluindo o §5º, por ocasião da Lei 13.870/2019, considera-se residência ou domicílio toda a extensão de imóvel rural. 2. Nesse viés, a conduta do réu de possuir ilegalmente arma de fogo, em área externa de sua propriedade rural, embora não edificada, implica em infração de posse ilegal de arma de fogo, prevista no artigo 12 e não porte de arma, prevista no art. 14 da referida norma legal. 3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

ACÓRDÃO: 219165 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00020742920048140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL APELADO:ROSINALDO BARROS FERREIRA Representante(s): OAB 14088 - HIGOR TONON MAI (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:GERALDO DE MENDONCA ROCHA EMENTA: . APELAÇÃO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO DESCLASSIFICADO PARA CULPOSO. RECURSO MINISTERIAL: 1) DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA

DOS AUTOS. PROCEDÊNCIA. CASSAÇÃO DO VEREDICTO. 1. A decisão do Júri Popular não foi condizente com as provas existentes nos autos, sendo possível anulá-la sob o pálio de contrariedade ao acervo probatório. É cediço que a decisão prolatada pelo Conselho de Sentença é soberana, prevalecendo sempre que haja algum substrato probatório que a dê suporte, sendo certo que a decisão contrária à prova dos autos é aquela totalmente divorciada do caderno processual, soando absurda, abusiva e sem qualquer amparo, o que se constata no caso em tela, devendo a decisão ser anulada. Isto porque, os jurados proferiram veredicto sem respaldo nas provas produzidas, porquanto o tempo entre a primeira discussão envolvendo o acusado e seus amigos até o cometimento do delito conduz a premeditação, bem como o disparo de arma de fogo pelas costas não caracterizam o homicídio culposo, restando demonstrado que ele excedeu dolosamente em sua conduta. 2. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, determinando que o réu seja submetido a novo Júri.

ACÓRDÃO: 219166 COMARCA: MARABÁ DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00114148520168140028 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:THALES LEONARDO DE OLIVEIRA CORREIA Representante(s): OAB 26330 - RINALDO RIBEIRO MORAES (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:CLAUDIO BEZERRA DE MELO EMENTA: . EMENTA: APELAÇÃO PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DELITIVA. NÃO OCORRÊNCIA. PERÍCIA. PRESCINDIBILIDADE. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. PENA PECUNIÁRIA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INSUBSISTÊNCIA. PEDIDO DE REDUÇÃO DO VALOR ESTIPULADO. INVIABILIDADE. 1. Conforme entendimento consolidado em nossas Cortes Superiores, os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento são de perigo abstrato, sendo despiciendo a perícia técnica no artefato para atestar sua potencialidade lesiva. 2. Constatando-se que o magistrado singular fundamentou de forma escorreita a pena restritiva de direito de prestação pecuniária, inviável o seu afastamento. Também, não se mostra suficiente para afastar a sanção pecuniária a mera alegação de hipossuficiência, devendo referida situação restar comprovada o que não ocorreu no caso em tela. 3. A eventual impossibilidade de cumprimento da prestação pecuniária há de ser comprovada perante o Juízo da Vara de Execuções Penais, a quem cabe decidir acerca da impossibilidade do réu em realizar o pagamento, podendo acarretar, inclusive, a conversão da prestação pecuniária em outra pena restritiva de direito. 4. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

ACÓRDÃO: 219167 COMARCA: BENEVIDES DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00074238820168140097 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS CÂMARA: 3ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:FLAVIO NASCIMENTO DA CONCEICAO APELANTE:MAURICIO DOS PRAZERES ROSA Representante(s): LISIANNE DE SA ROCHA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:LUIZ CESAR TAVARES BIBAS EMENTA: . EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL ¿ ART. 157, § 2º, INCISO II E § 2º-A INCISO I C/C O ARTIGO 70, DO CPB ¿ ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIENCIA DE PROVAS REQUERIDA PELO APELANTE FLÁVIO NASCIMENTO DA CONCEIÇÃO ¿ IMPROCÊNCIA - Os elementos probatórios constantes dos autos comprovam de forma indubitável a prática do crime pelos recorrentes ¿ APLICAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTANEA PARA O RECORRENTE MAURÍCIO DOS PRAZERES ROSA. Verifica-se que aplicado pelo juízo singular, juntamente com a atenuante da menoridade relativa. No entanto, fixado o mesmo patamar aplicado ao correu, que só teve a atenuante da menoridade relativa. Assim, pelos princípios da individualização e proporcionalidade, adequo em favor do recorrente MAURÍCIO o quantum aplicado para as duas atenuantes em 01 (um) ano e 06 (seis) meses, resultando a pena intermediária em 04 (quatro) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa. Sobre esta aplicado os demais aumentos fixados na sentença, do § 2º, incisos I e II do artigo 157, do CPB, fixado em 1/3 (um terço), resultando a reprimenda em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 80 (oitenta) dias-multa. Posteriormente calculado o concurso formal aplicado na ½ (metade), resultando a pena final em relação ao recorrente Mauricio dos Prazeres Rosa em 08 (oito) anos de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa. Mantendo o regime fechado, face aos vetores negativos valorados, consoante o § 3º do artigo 33 do CPB. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, mantendo a condenação e o quantum aplicado em relação ao apelante FLAVIO NASCIMENTO DA CONCEIÇÃO e reduzir a pena do apelante MAURICIO DOS PRAZERES ROSA, nos termos do voto.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Ilustríssima Senhora MARIA DE LOURDES CARNEIRO LOBATO, Secretária de Gestão de Pessoas deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 5903/2019-GP, RESOLVE:

PORTARIA nº PA-PGP-2021/01680. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no art. 26 da Lei Estadual n° 5.810/1994;

Considerando o disposto na Resolução n° 002/2016-GP, que dispõe sobre a concessão de licença para estudo aos servidores no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a realização do processo seletivo relativo à concessão para licença para estudo aberto pelo Edital n° 01/2019-TJPA, cujo resultado foi publicado pelo Edital n° 02/2019;

Considerando os Processos n° PA-REQ-2019/09589 e PA-REQ-2021/12115.

Art.1º. Alterar a concessão da licença para estudo da servidora NILCE DE OLIVEIRA CASTRO, Oficial de Justiça Avaliador, matrícula 125806, compreendendo o novo período de 21 de outubro de 2019 a 31 de julho de 2022.

Parágrafo único: Após o término da licença, a servidora deverá reassumir sua função no prazo máximo de 15 (quinze) dias, conforme disposto no art. 26, I da Resolução n° 002/2016-GP.

Art.2º. A servidora deverá observar os deveres previstos no art. 11 da Resolução n° 002/2016-GP.

FÓRUM CÍVEL

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 4 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

RESENHA: 08/11/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00092493119948140301 PROCESSO ANTIGO: 199410104742 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:HILTON ALVES MARTINS Representante(s): OAB 3343 - SEBASTIAO HALIM SOARES HABR (ADVOGADO) REU:MONTEPIO PREVIDENCIA SAOEX Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) JOARA CHRISTINA BALCZAREK MUCELIN (ADVOGADO) AUTOR:ROSIANE PEREIRA MARTINS AUTOR:ROSEMARY MARTINS SOUSA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) AUTOR:ROSANGELA MARTINS DE FARIAS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) AUTOR:PAULO SERGIO PEREIRA MARTINS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) AUTOR:JOSE HAROLDO PEREIRA MARTINS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) AUTOR:RITA DE CASSIA SOUZA MARTINS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) AUTOR:LEONARDO SOUZA MARTINS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . SENTENÃA Vistos Diante da conexÃ£o, passo ao julgamento simultÃ¢neo dos processos. Processo: 0009249-31.1994.814.0301 SentenÃ§a - HABILITAÃÃO DE HERDEIROS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â LEONARDO SOUZA MARTINS, ROSEANE PEREIRA MARTINS, ROSEMARY MARTINS SOUZA, ROSAGELA MARTINS DE FARIAS E PAULO SERGIO PEREIRA MARTINS, herdeiros da parte autora HILTON ALVES MARTINS, em virtude do falecimento deste, requereram, por meio de advogado, a habilitaÃ§Ã£o nos autos de AÃÃO DE COBRANÃA em que figura como rÃ©u MONTEPIO PREVIDENCIA SAOEX. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntaram os documentos de fls. 73/99. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 104, determinou-se a citaÃ§Ã£o da requerida para que se manifestasse em cinco dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerida, nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o, conforme certidÃ£o de fls. 105. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o sucinto relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere a documentaÃ§Ã£o que instrui o processado, especialmente em atenÃ§Ã£o aos documentos de fls. 211/215, verifico que a situaÃ§Ã£o versada nos autos se enquadra, com exatidÃ£o, Ã previsÃ£o das normas trazidas pelos artigos 110 e 688, inciso II, ambos do CÃ³digo de Processo Civil, assim redigidos: "Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-Ã¡ a substituiÃ§Ã£o pelo seu espÃ³lio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, Â§Â§1Âº e 2Âº." "Art. 688. A habilitaÃ§Ã£o pode ser requerida: I - Pela parte, em relaÃ§Ã£o aos sucessores do falecido II- Pelos sucessores do falecido, em relaÃ§Ã£o Ã parte Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vale dizer, da leitura dos documentos carreados ao processado, infere-se ser os requerentes herdeiros do Â¿de cujusÂ¿, conforme da documentaÃ§Ã£o apresentada, pelo que se pode concluir nÃ£o haver qualquer fato impeditivo da pretensÃ£o dos requerentes. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÃÂ¿O INCIDENTAL DE HERDEIROS NECESSÃRIOS E CONJUGE SUPERSTITE ANTE O FALECIMENTO DO AUTOR. POSSIBILIDADE. INTELIGÃNCIA DO ART. 1.060, I, CPC. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. - O cerne da questÃ£o cinge-se, a saber, se Ã© possÃ-vel a habilitaÃ§Ã£o de herdeiros incidentalmente nos autos de processo em curso. Proceder-se-Ã¡ Ã habilitaÃ§Ã£o nos autos da causa principal e independentemente de sentenÃ§a quando promovida pelo cÃ´njuge e herdeiros necessÃ¡rios, desde que provem por documento o Ã³bito do falecido e a sua qualidade (art. 1.060, I, do CPC). - Nos termos da legislaÃ§Ã£o adjetiva civil, a habilitaÃ§Ã£o incidental revela-se possÃ-vel quando a condiÃ§Ã£o de herdeiro ou de sucessor, restar incontroversa, sendo necessÃ¡rio que todos os herdeiros necessÃ¡rios tenham requerido habilitaÃ§Ã£o no processo principal para que se tenha por eficaz a sucessÃ£o da parte falecida. - Consta dos autos indÃ-cios de que os ora agravados sÃ£o os Ãºnicos herdeiros do falecido, seja pela observaÃ§Ã£o na certidÃ£o de Ã³bito no sentido de que "o extinto era casado com Jane Pepe Camarotti e deixa dois filhos: JoÃ£o Carlos Camarotti JÃºnior e Daniel AntÃ´nio Pepe Camarotti"; seja pelo formal de partilha, expedido em favor dos mesmos. - Agravo de instrumento nÃ£o provido. (TRF 5, AGTR 0056743-39.2009.4.05.0000, Quarta Turma, Relator Desembargador Federal JosÃ© Baptista de Almeida Filho, DiÃ¡rio da JustiÃ§a EletrÃ´nico - Data: 11/01/2010 - PÃ¡gina: 72 - Ano: 2010) AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÃÂ¿O

CONTRA A FAZENDA PÃBLICA. FALECIMENTO DA EXEQUENTE. HABILITAÃÂ¿O DE HERDEIROS NECESSÃRIOS SEM NECESSIDADE DE PRÃVIO INVENTÃRIO OU ARROLAMENTO. ART. 1061, I, DO CPC. Falecendo a exequente apÃ³s a propositura da execuÃ§Ã£o, Ã© admitida a habilitaÃ§Ã£o nos autos de seus filhos, herdeiros necessÃ¡rios, sem a prÃ©via abertura de inventÃ¡rio ou arrolamento, com base no art. 1061, I, do CPC. InexistÃªncia de outros bens, salvo o crÃ©dito exequendo. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (TJRS, Agravo de Instrumento NÂº 70040928442, Terceira CÃ¢mara Especial CÃ-vel, rel. Des. LaÃ-s Ethel CorrÃªa Pias, DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia 11/07/2011) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de habilitaÃ§Ã£o dos herdeiros LEONARDO SOUZA MARTINS, ROSEANE PEREIRA MARTINS, ROSEMARY MARTINS SOUZA, ROSAGELA MARTINS DE FARIAS E PAULO SERGIO PEREIRA MARTINS, nos autos da aÃ§Ã£o de cobranÃ§a, formulada em desfavor de MONTEPIO PREVIDENCIA SAOEX do nos presentes autos, na condiÃ§Ã£o de substitutos processuais do autor da demanda, HILTON ALVES MARTINS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da presente sentenÃ§a, o processo principal retomarÃ¡ seu curso, conforme dispÃµe o art. 692 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Processo nÂº 0009384-35.1994.814.0301 SENTENÃA - HABILITAÃÃO DE HERDEIROS Â Â Â Â Â Â Â Â Â LEONARDO SOUZA MARTINS, ROSEANE PEREIRA MARTINS, ROSEMARY MARTINS SOUZA, ROSAGELA MARTINS DE FARIAS E PAULO SERGIO PEREIRA MARTINS, herdeiros da parte autora HILTON ALVES MARTINS, em virtude do falecimento deste, requereram (fls. 152/154), por meio de advogado, a habilitaÃ§Ã£o nos autos de AÃÃO DE COBRANÃA em que figura como rÃ©u MONTEPIO PREVIDENCIA SAOEX. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntaram os documentos de fls. 155/165. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o sucinto relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere a documentaÃ§Ã£o que instrui o processado, especialmente em atenÃ§Ã£o aos documentos de fls. 155/165 e 168/199, verifico que a situaÃ§Ã£o versada nos autos se enquadra, com exatidÃ£o, Ã previsÃ£o das normas trazidas pelos artigos 110 e 688, inciso II, ambos do CÃ³digo de Processo Civil, assim redigidos: "Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-Ã¡ a substituiÃ§Ã£o pelo seu espÃ³lio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, Â§Â§1Âº e 2Âº." "Art. 688. A habilitaÃ§Ã£o pode ser requerida: I - Pela parte, em relaÃ§Ã£o aos sucessores do falecido II- Pelos sucessores do falecido, em relaÃ§Ã£o Ã parte Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vale dizer, da leitura dos documentos carreados ao processado, infere-se ser os requerentes herdeiros do Â¿de cujusÂ¿, conforme da documentaÃ§Ã£o apresentada, pelo que se pode concluir nÃ£o haver qualquer fato impeditivo da pretensÃ£o dos requerentes. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÃÂ¿O INCIDENTAL DE HERDEIROS NECESSÃRIOS E CONJUGE SUPERSTITE ANTE O FALECIMENTO DO AUTOR. POSSIBILIDADE. INTELIGÃNCIA DO ART. 1.060, I, CPC. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. - O cerne da questÃ£o cinge-se, a saber, se Ã© possÃ-vel a habilitaÃ§Ã£o de herdeiros incidentalmente nos autos de processo em curso. Proceder-se-Ã¡ Ã habilitaÃ§Ã£o nos autos da causa principal e independentemente de sentenÃ§a quando promovida pelo cÃ´njuge e herdeiros necessÃ¡rios, desde que provem por documento o Ã³bito do falecido e a sua qualidade (art. 1.060, I, do CPC). - Nos termos da legislaÃ§Ã£o adjetiva civil, a habilitaÃ§Ã£o incidental revela-se possÃ-vel quando a condiÃ§Ã£o de herdeiro ou de sucessor, restar incontroversa, sendo necessÃ¡rio que todos os herdeiros necessÃ¡rios tenham requerido habilitaÃ§Ã£o no processo principal para que se tenha por eficaz a sucessÃ£o da parte falecida. - Consta dos autos indÃ-cios de que os ora agravados sÃ£o os Ãºnicos herdeiros do falecido, seja pela observaÃ§Ã£o na certidÃ£o de Ã³bito no sentido de que "o extinto era casado com Jane Pepe Camarotti e deixa dois filhos: JoÃ£o Carlos Camarotti JÃºnior e Daniel AntÃ´nio Pepe Camarotti"; seja pelo formal de partilha, expedido em favor dos mesmos. - Agravo de instrumento nÃ£o provido. (TRF 5, AGTR 0056743-39.2009.4.05.0000, Quarta Turma, Relator Desembargador Federal JosÃ© Baptista de Almeida Filho, DiÃ¡rio da JustiÃ§a EletrÃ´nico - Data: 11/01/2010 - PÃ¡gina: 72 - Ano: 2010) AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÃÂ¿O CONTRA A FAZENDA PÃBLICA. FALECIMENTO DA EXEQUENTE. HABILITAÃÂ¿O DE HERDEIROS NECESSÃRIOS SEM NECESSIDADE DE PRÃVIO INVENTÃRIO OU ARROLAMENTO. ART. 1061, I, DO CPC. Falecendo a exequente apÃ³s a propositura da execuÃ§Ã£o, Ã© admitida a habilitaÃ§Ã£o nos autos de seus filhos, herdeiros necessÃ¡rios, sem a prÃ©via abertura de inventÃ¡rio ou arrolamento, com base no art. 1061, I, do CPC. InexistÃªncia de outros bens, salvo o crÃ©dito exequendo. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (TJRS, Agravo de Instrumento NÂº 70040928442, Terceira CÃ¢mara Especial CÃ-vel, rel. Des. LaÃ-s Ethel CorrÃªa Pias, DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia 11/07/2011) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de habilitaÃ§Ã£o dos herdeiros LEONARDO SOUZA MARTINS, ROSEANE PEREIRA MARTINS, ROSEMARY MARTINS SOUZA, ROSAGELA MARTINS DE FARIAS E PAULO SERGIO PEREIRA MARTINS, nos autos da aÃ§Ã£o de cobranÃ§a, formulada em desfavor de MONTEPIO PREVIDENCIA SAOEX do nos presentes autos, na condiÃ§Ã£o de substitutos processuais do autor da demanda, HILTON ALVES MARTINS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em

julgado da presente sentenÃ§a, o processo principal retomarÃ¡ seu curso, conforme dispÃµe o art. 692 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo oposiÃ§Ã£o as presentes sentenÃ§as de habilitaÃ§Ã£o de herdeiros e considerando o lapso de tramitaÃ§Ã£o o feito e ainda que o feito jÃ¡ se encontra suficientemente instruÃ-do, nÃ£o havendo necessidade da produÃ§Ã£o de outras provas, haja vista que as provas documentais existentes nos autos sÃ£o o bastante para o julgamento da aÃ§Ã£o, bem como que a causa nÃ£o apresenta questÃµes complexas de fato e de direito, dou por encerrada a instruÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Remetam-se os autos Ã UNAJ para cÃ¡lculo de custas finais, em havendo custas pendentes, intime-se a parte devedora para o recolhimento, em 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o decurso do prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, voltem os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PRIC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. CÃLIO PETRÃNIO D ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00093843519948140301 PROCESSO ANTIGO: 199410106400 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:HILTON ALVES MARTINS Representante(s): OAB 4771 - ALVARO AUGUSTO DE PAULA VILHENA (ADVOGADO) OAB 3343 - SEBASTIAO HALIM SOARES HABR (ADVOGADO) REU:MONTEPIO PREVIDENCIA SAOEX Representante(s): FABRICIO NEDEL SCALZILLI (REP LEGAL) OAB 51150 - VERONICA ALTHAUS (ADVOGADO) . SENTENÃA Vistos Diante da conexÃ£o, passo ao julgamento simultÃ¢neo dos processos. Processo: 0009249-31.1994.814.0301 SentenÃ§a - HABILITAÃÃO DE HERDEIROS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â LEONARDO SOUZA MARTINS, ROSEANE PEREIRA MARTINS, ROSEMARY MARTINS SOUZA, ROSAGELA MARTINS DE FARIAS E PAULO SERGIO PEREIRA MARTINS, herdeiros da parte autora HILTON ALVES MARTINS, em virtude do falecimento deste, requereram, por meio de advogado, a habilitaÃ§Ã£o nos autos de AÃÃO DE COBRNAÃA em que figura como rÃ©u MONTEPIO PREVIDENCIA SAOEX. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntaram os documentos de fls. 73/99. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 104, determinou-se a citaÃ§Ã£o da requerida para que se manifestasse em cinco dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerida, nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o, conforme certidÃ£o de fls. 105. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o sucinto relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere a documentaÃ§Ã£o que instrui o processado, especialmente em atenÃ§Ã£o aos documentos de fls. 211/215, verifico que a situaÃ§Ã£o versada nos autos se enquadra, com exatidÃ£o, Ã previsÃ£o das normas trazidas pelos artigos 110 e 688, inciso II, ambos do CÃ³digo de Processo Civil, assim redigidos: "Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-Ã¡ a substituiÃ§Ã£o pelo seu espÃ³lio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, Â§Â§1Âº e 2Âº." "Art. 688. A habilitaÃ§Ã£o pode ser requerida: I - Pela parte, em relaÃ§Ã£o aos sucessores do falecido II- Pelos sucessores do falecido, em relaÃ§Ã£o Ã parte Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vale dizer, da leitura dos documentos carreados ao processado, infere-se ser os requerentes herdeiros do Â¿de cujusÂ¿, conforme da documentaÃ§Ã£o apresentada, pelo que se pode concluir nÃ£o haver qualquer fato impeditivo da pretensÃ£o dos requerentes. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÃÂ¿O INCIDENTAL DE HERDEIROS NECESSÃRIOS E CONJUGE SUPERSTITE ANTE O FALECIMENTO DO AUTOR. POSSIBILIDADE. INTELIGÃNCIA DO ART. 1.060, I, CPC. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. - O cerne da questÃ£o cinge-se, a saber, se Ã© possÃ-vel a habilitaÃ§Ã£o de herdeiros incidentalmente nos autos de processo em curso. Proceder-se-Ã¡ Ã habilitaÃ§Ã£o nos autos da causa principal e independentemente de sentenÃ§a quando promovida pelo cÃ´njuge e herdeiros necessÃ¡rios, desde que provem por documento o Ã³bito do falecido e a sua qualidade (art. 1.060, I, do CPC). - Nos termos da legislaÃ§Ã£o adjetiva civil, a habilitaÃ§Ã£o incidental revela-se possÃ-vel quando a condiÃ§Ã£o de herdeiro ou de sucessor, restar incontroversa, sendo necessÃ¡rio que todos os herdeiros necessÃ¡rios tenham requerido habilitaÃ§Ã£o no processo principal para que se tenha por eficaz a sucessÃ£o da parte falecida. - Consta dos autos indÃ-cios de que os ora agravados sÃ£o os Ãºnicos herdeiros do falecido, seja pela observaÃ§Ã£o na certidÃ£o de Ã³bito no sentido de que "o extinto era casado com Jane Pepe Camarotti e deixa dois filhos: JoÃ£o Carlos Camarotti JÃºnior e Daniel AntÃ´nio Pepe Camarotti"; seja pelo formal de partilha, expedido em favor dos mesmos. - Agravo de instrumento nÃ£o provido. (TRF 5, AGTR 0056743-39.2009.4.05.0000, Quarta Turma, Relator Desembargador Federal JosÃ© Baptista de Almeida Filho, DiÃ¡rio da JustiÃ§a EletrÃ´nico - Data: 11/01/2010 - PÃ¡gina: 72 - Ano: 2010) AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÃÂ¿O CONTRA A FAZENDA PÃBLICA. FALECIMENTO DA EXEQUENTE. HABILITAÃÂ¿O DE HERDEIROS NECESSÃRIOS SEM NECESSIDADE DE PRÃVIO INVENTÃRIO OU ARROLAMENTO. ART. 1061, I, DO CPC. Falecendo a exequente apÃ³s a propositura da execuÃ§Ã£o, Ã© admitida a habilitaÃ§Ã£o nos autos de seus filhos, herdeiros necessÃ¡rios, sem a prÃ©via abertura de inventÃ¡rio ou arrolamento, com base no art. 1061, I, do CPC. InexistÃªncia de outros bens, salvo o crÃ©dito exequendo. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (TJRS, Agravo de Instrumento NÂº 70040928442, Terceira CÃ¢mara Especial CÃ-vel, rel. Des. LaÃ-s Ethel CorrÃªa Pias, DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia 11/07/2011) Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Â Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de habilitaÃ§Ã£o dos herdeiros LEONARDO SOUZA MARTINS, ROSEANE PEREIRA MARTINS, ROSEMARY MARTINS SOUZA, ROSAGELA MARTINS DE FARIAS E PAULO SERGIO PEREIRA MARTINS, nos autos da aÃ§Ã£o de cobranÃ§a, formulada em desfavor de MONTEPIO PREVIDENCIA SAOEX do nos presentes autos, na condiÃ§Ã£o de substitutos processuais do autor da demanda, HILTON ALVES MARTINS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da presente sentenÃ§a, o processo principal retomarÃ¡ seu curso, conforme dispÃµe o art. 692 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Processo nÂº 0009384-35.1994.814.0301 SENTENÃA - HABILITAÃÃO DE HERDEIROS Â Â Â Â Â Â Â Â Â LEONARDO SOUZA MARTINS, ROSEANE PEREIRA MARTINS, ROSEMARY MARTINS SOUZA, ROSAGELA MARTINS DE FARIAS E PAULO SERGIO PEREIRA MARTINS, herdeiros da parte autora HILTON ALVES MARTINS, em virtude do falecimento deste, requereram (fls. 152/154), por meio de advogado, a habilitaÃ§Ã£o nos autos de AÃÃO DE COBRANÃA em que figura como rÃ©u MONTEPIO PREVIDENCIA SAOEX. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntaram os documentos de fls. 155/165. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o sucinto relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere a documentaÃ§Ã£o que instrui o processado, especialmente em atenÃ§Ã£o aos documentos de fls. 155/165 e 168/199, verifico que a situaÃ§Ã£o versada nos autos se enquadra, com exatidÃ£o, Ã previsÃ£o das normas trazidas pelos artigos 110 e 688, inciso II, ambos do CÃ³digo de Processo Civil, assim redigidos: "Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-Ã¡ a substituiÃ§Ã£o pelo seu espÃ³lio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, Â§Â§1Âº e 2Âº." "Art. 688. A habilitaÃ§Ã£o pode ser requerida: I - Pela parte, em relaÃ§Ã£o aos sucessores do falecido II- Pelos sucessores do falecido, em relaÃ§Ã£o Ã parte Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vale dizer, da leitura dos documentos carreados ao processado, infere-se ser os requerentes herdeiros do Â¿de cujusÂ¿, conforme da documentaÃ§Ã£o apresentada, pelo que se pode concluir nÃ£o haver qualquer fato impeditivo da pretensÃ£o dos requerentes. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÃÂ¿O INCIDENTAL DE HERDEIROS NECESSÃRIOS E CONJUGE SUPERSTITE ANTE O FALECIMENTO DO AUTOR. POSSIBILIDADE. INTELIGÃNCIA DO ART. 1.060, I, CPC. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. - O cerne da questÃ£o cinge-se, a saber, se Ã© possÃ-vel a habilitaÃ§Ã£o de herdeiros incidentalmente nos autos de processo em curso. Proceder-se-Ã¡ Ã habilitaÃ§Ã£o nos autos da causa principal e independentemente de sentenÃ§a quando promovida pelo cÃ´njuge e herdeiros necessÃ¡rios, desde que provem por documento o Ã³bito do falecido e a sua qualidade (art. 1.060, I, do CPC). - Nos termos da legislaÃ§Ã£o adjetiva civil, a habilitaÃ§Ã£o incidental revela-se possÃ-vel quando a condiÃ§Ã£o de herdeiro ou de sucessor, restar incontroversa, sendo necessÃ¡rio que todos os herdeiros necessÃ¡rios tenham requerido habilitaÃ§Ã£o no processo principal para que se tenha por eficaz a sucessÃ£o da parte falecida. - Consta dos autos indÃ-cios de que os ora agravados sÃ£o os Ãºnicos herdeiros do falecido, seja pela observaÃ§Ã£o na certidÃ£o de Ã³bito no sentido de que "o extinto era casado com Jane Pepe Camarotti e deixa dois filhos: JoÃ£o Carlos Camarotti JÃºnior e Daniel AntÃ´nio Pepe Camarotti"; seja pelo formal de partilha, expedido em favor dos mesmos. - Agravo de instrumento nÃ£o provido. (TRF 5, AGTR 0056743-39.2009.4.05.0000, Quarta Turma, Relator Desembargador Federal JosÃ© Baptista de Almeida Filho, DiÃ¡rio da JustiÃ§a EletrÃ´nico - Data: 11/01/2010 - PÃ¡gina: 72 - Ano: 2010) AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÃÂ¿O CONTRA A FAZENDA PÃBLICA. FALECIMENTO DA EXEQUENTE. HABILITAÃÂ¿O DE HERDEIROS NECESSÃRIOS SEM NECESSIDADE DE PRÃVIO INVENTÃRIO OU ARROLAMENTO. ART. 1061, I, DO CPC. Falecendo a exequente apÃ³s a propositura da execuÃ§Ã£o, Ã© admitida a habilitaÃ§Ã£o nos autos de seus filhos, herdeiros necessÃ¡rios, sem a prÃ©via abertura de inventÃ¡rio ou arrolamento, com base no art. 1061, I, do CPC. InexistÃªncia de outros bens, salvo o crÃ©dito exequendo. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (TJRS, Agravo de Instrumento NÂº 70040928442, Terceira CÃ¢mara Especial CÃ-vel, rel. Des. LaÃ-s Ethel CorrÃªa Pias, DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia 11/07/2011) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de habilitaÃ§Ã£o dos herdeiros LEONARDO SOUZA MARTINS, ROSEANE PEREIRA MARTINS, ROSEMARY MARTINS SOUZA, ROSAGELA MARTINS DE FARIAS E PAULO SERGIO PEREIRA MARTINS, nos autos da aÃ§Ã£o de cobranÃ§a, formulada em desfavor de MONTEPIO PREVIDENCIA SAOEX do nos presentes autos, na condiÃ§Ã£o de substitutos processuais do autor da demanda, HILTON ALVES MARTINS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da presente sentenÃ§a, o processo principal retomarÃ¡ seu curso, conforme dispÃµe o art. 692 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo oposiÃ§Ã£o as presentes sentenÃ§as de habilitaÃ§Ã£o de herdeiros e considerando o lapso de tramitaÃ§Ã£o o feito e ainda que o feito jÃ¡ se encontra suficientemente instruÃ-do, nÃ£o havendo necessidade da produÃ§Ã£o de outras provas, haja vista que as provas documentais existentes nos autos sÃ£o o bastante para o julgamento da aÃ§Ã£o, bem como que a causa nÃ£o apresenta questÃµes complexas de fato e de direito, dou por encerrada a instruÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Remetam-se os autos Ã UNAJ para cÃ¡lculo de custas finais, em havendo

custas pendentes, intime-se a parte devedora para o recolhimento, em 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o decurso do prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, voltem os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PRIC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. CÃLIO PETRÃNIO D ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito

RESENHA: 08/11/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00076881620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510238139 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 REQUERIDO:JOSE MARIA FERNANDES BRITO Representante(s): ALEXANDRE SIQUEIRA DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERENTE:ALEXANDRE COSTA OLIVEIRA Representante(s): CLAUDIO DE SOUZA MIRALHA PINGARILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:M S LAMEIRA & CIA LTDA - ME - TELECAR Representante(s): ADRIANA DA SILVA MARTA (ADVOGADO) . Processo: Â 0007688-16.2005.814.0301 Despacho Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte exequente informou Ã fl. 225., que deseja adjudicar o bem bloqueado Ã fl.Â 222 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que nÃ£o compete Ã JustiÃ§a fazer diligÃªncias em busca deÂ bensÂ das partes, bem como que cumpre Ã parte Autora a indicaÃ§Ã£o daÂ localizaÃ§Ã£oÂ do veÃ-culo para fins de dar seguimento da execuÃ§Ã£o, determino a intimaÃ§Ã£o da parte autora para que indique a localizaÃ§Ã£o dos veÃ-culos descritos Ã fl.Â 222, no prazo de 15 (quinze) dias.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a indicaÃ§Ã£o da localizaÃ§Ã£o, expeÃ§a-se mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o dos veÃ-culos, lavrando o respectivo auto, intimando-se, na mesma oportunidade, o executado (CPC, artigo 841, Â§ 3Âº), devendo o Exequente apresentar planilha atualizada do valor exequendo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, diga o credor seÂ desejaÂ adjudicarÂ o bem pelo valor da avaliaÃ§Ã£o, proceder Ã venda particular do bem ou hastas, no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atenÃ§Ã£o ao pedido para expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio aos CartÃ³rios de Registros de ImÃ³veis desta Comarca, tenho que a medida deve ser indeferida, considerando que a diligÃªncia requerida pode ser realizada pelo prÃ³prio exequente, mediante simples requerimento formulado Ã serventia extrajudicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as diligÃªncias acima e de tudo certificado, retornem conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021 CÃLIO PETRÃNIO D ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00133078020118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:MARIA DAS GRACAS GUIMARAES LIMA Representante(s): OAB 8726 - PAULO SERGIO DE LIMA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 18108 - GABRIELA TAVEIRA BARBOSA (ADVOGADO) REU:BENEDITA VALENTE CARDOSO Representante(s): OAB 14498 - CARLOS JOSE AMORIM DA SILVA (ADVOGADO) REU:NADIR DA SILVA NEVES Representante(s): OAB 14498 - CARLOS JOSE AMORIM DA SILVA (ADVOGADO) . SENTENÃA EM EMBARGOS DE DECLARAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o opostos por BENEDITA VALENTE CARDOSO E NADIR DA SILVA NEVES, contra a sentenÃ§a prolatada Ã s fls. 91/92. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em apertada sÃ-ntese, aduziu o embargante que o referido decisÃ³rio foi omisso quanto aos parÂ¢metros utilizados para a fixaÃ§Ã£o de honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, conheÃ§o dos embargos de declaraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De fato, assiste razÃ£o ao embargante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Realmente Ã© necessÃ¡ria a determinaÃ§Ã£o da incidÃªncia de honorÃ¡rios deverÃ¡ recair sobre o percentual de 10% sobre o valor atualizado da causa, ante a impossibilidade de apurar o valor da condenaÃ§Ã£o ou o proveito econÃ´mico obtido (art. 85, caput, do novo CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, altero o DISPOSITIVO da sentenÃ§a guerreada e onde se lÃª: Â¿Ante o exposto, acolho a preliminar de mÃ©rito e JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, na forma do art. 487, II, do CPC, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas, se houver, pela parte autora. leia-se: Â¿Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, na forma do art. 487, II do CPC, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas, se houver, pela parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno, ainda, a arcar com as custas e despesas processuais, e a pagar honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, na forma do art. 85, Â§8Âº, do CPC.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Mantenho os demais termos da sentenÃ§a ora guerreada. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, por tudo que dos autos consta e do livre convencimento motivado que formo, CONHEÃO DOS EMBARGOS DECLARAÃÃO SANEANDO A REFERIDA OMISSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (PA), 22/10/2021. Â Â Â Â Â Â Â CELIO PETRONIO D ANUNCIAÃÂ¿O Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito titular da 5Âª vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00145179120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D

ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:LUIZ ICHIHARA BEVILAQUA Representante(s): OAB 15580 - LUCAS MARTINS SALES (ADVOGADO) REQUERIDO:SINTESE ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 11138 - EVANDRO ANTUNES COSTA (ADVOGADO) . SENTENÃA EM EMBARGOS DE DECLARAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o opostos por SÃNTESE ENGENHARIA LTDA, contra a sentenÃ§a prolatada Ã s fls. 92/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em apertada sÃ-ntese, aduziu o embargante que o referido decisÃ³rio foi omisso quanto aos parÃ¢metros utilizados para a fixaÃ§Ã£o de honorÃ¡rios bem como contraditÃ³rio quanto Ã confirmaÃ§Ã£o de gratuidade judicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, conheÃ§o dos embargos de declaraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em exame, verifico que os embargos foram tempestivamente opostos e reconheÃ§o a legitimidade recursal da Embargante. Regularmente processados, nÃ£o hÃ¡ qualquer fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer, estando preenchidos os pressupostos extrÃ-nsecos da presente via recursal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diz o artigo 1022 e seus incisos do CÃ³digo de Processo Civil: Â¿art. 1022 - Cabem Embargos de DeclaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento; III - corrigir erro material.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o devem atender aos seus requisitos, quais sejam, sanar omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o, obscuridade ou erro material existentes no julgado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme dilucida Luiz Rodrigues Wambier ao discorrer sobre os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o: Trata-se de recurso cuja existÃªncia advÃ©m do princÃ-pio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Essa conclusÃ£o decorre da anÃ¡lise histÃ³rico-sistemÃ¡tica de seu objetivo, que Ã© o de esclarecer ou integrar os pronunciamentos judiciais. O que se tem, portanto, Ã© que se os jurisdicionados tÃªm o direito Ã prestaÃ§Ã£o jurisdicional, Ã© evidente que essa prestaÃ§Ã£o hÃ¡ de ocorrer de forma completa e veiculada atravÃ©s de uma decisÃ£o que seja clara. (in Curso AvanÃ§ado de Processo Civil. Vol. 1, 4Âª ed, ed. RT, pg. 731). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De fato, assiste razÃ£o a embargante, vez que a decisÃ£o apontou como devidos os lucros cessantes desde da data que o imÃ³vel deveria ser entregue (outubro de 2011) atÃ© a data da sentenÃ§a (marÃ§o de 2020),Â quando em verdade deveria ter estipulado como marco final a data da efetiva entrega do bem, qual seja 06/05/2013; apontou o embargado como beneficiÃ¡rio da gratuidade judicial, quando em nenhum momento houvera tal requisiÃ§Ã£o; e por fim determinou a sucumbÃªncia recÃ-proca quando, somente a parte ora embargante fora sucumbente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim necessÃ¡ria a correÃ§Ã£o do termo final dos lucros cessantes, como sendo 06/05/2013, data da efetiva entrega do bem, conforme documento de fls. 36. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesta mesma, correÃ§Ã£o quanto a determinaÃ§Ã£o da incidÃªncia de honorÃ¡rios deverÃ¡ recair somente ao embargante, sobre o percentual de 10% sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, a ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a (art. 85, caput, do novo CPC), bem como a retirada da menÃ§Ã£o referente a gratuidade judicial em favor do embargado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, altero o DISPOSITIVO da sentenÃ§a guerreada e onde se lÃª: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â¿CONDENAR a rÃ© ao pagamento de danos materiais, na modalidade de lucros cessantes, em favor do requerente, no percentual de 0,5% do valor do imÃ³vel atualizado Ã Ã©poca em que os pagamentos deveriam ter ocorrido no perÃ-odo correspondente Ã mora da rÃ©, isto Ã©, do termo final do prazo de entrega (setembro de 2011)Â atÃ© a data da presente sentenÃ§a, a ser atualizados pelo INPC desde a Ã©poca que deveriam ser pagos (cada mÃªs de atraso) e acrescido de juros de mora de 1% a partir da citaÃ§Â¿o (art. 406 do CC), tudo a ser apurado em liquidaÃ§Â¿o de sentenÃ§aÂ¿, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Leia-se: CONDENAR a rÃ© ao pagamento de danos materiais, na modalidade de lucros cessantes, em favor do requerente, no percentual de 0,5% do valor do imÃ³vel atualizado Ã Ã©poca em que os pagamentos deveriam ter ocorrido no perÃ-odo correspondente Ã mora da rÃ©, isto Ã©, do termo final do prazo de entrega (setembro de 2011)Â atÃ© a data da efetiva entrega do bem (06/05/2013), a ser atualizados pelo INPC desde a Ã©poca que deveriam ser pagos (cada mÃªs de atraso) e acrescido de juros de mora de 1% a partir da citaÃ§Â¿o (art. 406 do CC), tudo a ser apurado em liquidaÃ§Â¿o de sentenÃ§a Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â¿Considerando a sucumbÃªncia recÃ-proca, condeno as partes ao pagamento das custas e despesas processuais, na proporÃ§Ã£o de 20% (vinte por cento) para a autora e 80% (setenta por cento) para a rÃ©, devendo ainda cada parte arca arcar com os honorÃ¡rios da parte ex adversa, no mesmo percentual das custas, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenaÃ§Ã£o, na esteira do artigo 85 do CPC, restando isenta a parte autora, face o deferimento da gratuidade da justiÃ§aÂ¿, Â Â Â Â Â Â Â Â Â leia-se: Â¿. Condeno, ainda, a requerida a arcar com as custas e despesas processuais, e a pagar honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo 10% sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, nos termos do art. 85, Â§2Âº do CPC, a ser apurados apÃ³s liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Mantenho os demais termos da sentenÃ§a ora guerreada. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, por tudo que dos

autos consta e do livre convencimento motivado que formo, CONHEÃO DOS EMBARGOS DECLARAÃÃO SANEANDO A REFERIDA CONTRADIÃÃO E OBSCURIDADE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (PA), 26/10/2021. Â Â Â Â Â Â Â CELIO PETRONIO D ANUNCIAÃÂ¿O Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito titular da 5Âª vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00238495420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710741544 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 INTERESSADO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REU:SOTAVE AMAZONIA QUIMICA E MINERAL SA AUTOR:JOSE SANTANA DE SOUSA PEREIRA Representante(s): OAB 5132 - RUI GUILHERME TRINDADE TOCANTINS (ADVOGADO) OAB 1499 - MARIA DAS GRACAS RIBEIRO SAMPAIO (ADVOGADO) OAB 7529 - PAULO EDUARDO SAMPAIO PEREIRA (ADVOGADO) INTERESSADO:INTERNACIONAL FINANCE CORPORATION IFC Representante(s): ROBERTA COELHO MENEZES DE SOUZA (ADVOGADO) ROBERTO THEDIM DUARTE CANCELLA (ADVOGADO) OAB 15265 - HELIO GUEIROS NETO (ADVOGADO) REU:SOTAVE NORTE SA CESSIONÁRIO:FUNDO INVESTIM DIREITO CREDIT NAO PADRONIZ PORTO DESAP Representante(s): OAB 92518 - MARCELO LAMEGO CARPENTER (ADVOGADO) OAB 51420 - JESSICA BAQUI (ADVOGADO) OAB 16379 - ANDRE SILVEIRA (ADVOGADO) . Processo: 0023849-54.2007.814.0301 Â Â Â Â Â Despacho Â Â Â Â Â I - Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem manifestaÃ§Ã£o sobre o Laudo de AvaliaÃ§Ã£o do ImÃ³vel de fls. 730/735, no prazo de 5 (cinco) dias. Â Â Â Â Â II - Caso nÃ£o haja concordÂ¢ncia quanto ao valor apresentado no laudo, faÃ§am-me os autos conclusos para decisÃ£o. Â Â Â Â Â III - Havendo concordÂ¢ncia com o Laudo, cumpra-se com o determinado no item C do despacho de fls. 722, advertindo que deverÃ¡ ser descontado os valores referentes ao imÃ³vel ora reavaliado bem como o valor referente ao bem anteriormente adjudicado. Â Â Â Â Â IV - Neste caso, com a juntada do laudo contÃ¡bil, intime-se as partes para que se manifestem, sucessivamente, em 05 dias. Â Â Â Â Â V - ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â VI - Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. CÃLIO PETRONIO D ANUNCIAÃÃO Juiz de Direito da 5Âª vara CÃ-vel da Capital PROCESSO: 00256315620178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Embargos à Execução em: 08/11/2021 REQUERENTE:VALE S/A EMBARGADO:RAIMUNDO RIBEIRO BITENCOURT EMBARGANTE:VALE SA Representante(s): OAB 12719 - RODOLFO MEIRA ROESSING (ADVOGADO) OAB 16786 - JULIANA MOIA DIAS (ADVOGADO) OAB 23244 - VICTOR AUGUSTO DE OLIVEIRA MEIRA (ADVOGADO) EMBARGADO:JOANA DIAS BITENCOURT Representante(s): OAB 6400-A - FLAVIO ALBERTO GONCALVES GALVAO (ADVOGADO) . SENTENÃA EM EMBARGOS DE DECLARAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o opostos por VALE S/A, contra a sentenÃ§a prolatada Ã s fls. 171. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em apertada sÃ-ntese, aduz o embargante que o referido decisÃ³rio foi omisso quanto a fixaÃ§Ã£o de honorÃ¡rios advocatÃ-cios de sucumbÃªncia, vez que a perda de objeto da presente aÃ§Ã£o de embargos Ã execuÃ§Ã£o deveu-se exclusivamente a extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, considerando o princÃ-pio da causalidade, entende que quem deu causa Ã extinÃ§Ã£o do presente feito fora o embargado e por conseguinte deve ser condenado em honorÃ¡rios advocatÃ-cios.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimado, o embargado apresentou contrarrazÃµes, pugnando pela manutenÃ§Ã£o da decisÃ£o guerreada (fls. 180/184) na medida em que jÃ¡ fora condenado em honorÃ¡rios advocatÃ-cios na aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o e quem dera causa aos presentes embargos fora o prÃ³prio embargante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, conheÃ§o dos embargos de declaraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em exame, verifico que os embargos foram tempestivamente opostos e reconheÃ§o a legitimidade recursal da Embargante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regularmente processados, nÃ£o hÃ¡ qualquer fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer, estando preenchidos os pressupostos extrÃ-nsecos da presente via recursal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diz o artigo 1022 e seus incisos do CÃ³digo de Processo Civil: Â¿art. 1022 - Cabem Embargos de DeclaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento; III - corrigir erro material.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o devem atender aos seus requisitos, quais sejam, sanar omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o, obscuridade ou erro material existentes no julgado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme dilucida Luiz Rodrigues Wambier ao discorrer sobre os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o: Trata-se de recurso cuja existÃªncia advÃ©m do princÃ-pio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Essa conclusÃ£o decorre da anÃ¡lise histÃ³rico-sistemÃ¡tica de seu objetivo, que Ã© o de esclarecer ou integrar os pronunciamentos judiciais. O que se tem, portanto, Ã© que se os jurisdicionados tÃªm o direito

Ã prestaÃ§Ã£o jurisdicional, Ã© evidente que essa prestaÃ§Ã£o hÃ¡ de ocorrer de forma completa e veiculada atravÃ©s de uma decisÃ£o que seja clara. (in Curso AvanÃ§ado de Processo Civil. Vol. 1, 4Âª ed, ed. RT, pg. 731). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De fato, assiste razÃ£o a embargante, vez que a sentenÃ§a foi omissa quanto a fixaÃ§Ã£o ou nÃ£o de honorÃ¡rios sucumbenciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A questÃ£o posta em anÃ¡lise Ã© a possibilidade de condenaÃ§Ã£o em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, em sede de embargos Ã execuÃ§Ã£o, quando estes foram julgados extintos sem julgamento de mÃ©rito, em razÃ£o da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o, com a qual guardava relaÃ§Ã£o de prejudicialidade, tambÃ©m ter sido extinta sem julgamento de mÃ©rito por inadequaÃ§Ã£o da via eleita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Malgrado a controvÃ©rsia sobre quem teria dado causa aos presentes embargos Ã execuÃ§Ã£o, a meu ver, o tema ser tratado nos presentes embargos de declaraÃ§Ã£o Ã© a possibilidade de condenaÃ§Ã£o do embargado mesmo quando condenado em honorÃ¡rios sucumbenciais na aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A execuÃ§Ã£o foi extinta, sem exame de mÃ©rito, repita-se, por inadequaÃ§Ã£o da via eleita, o que enseja, como consequÃªncia, a extinÃ§Ã£o dos embargos Ã execuÃ§Ã£o por perda do objeto e do interesse de agir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o houve exame de mÃ©rito em nenhuma das demandas, sendo os embargos extintos em decorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso, portanto, nÃ£o hÃ¡ que se falar em condenaÃ§Ã£o de honorÃ¡rios de sucumbÃªncia nos embargos Ã execuÃ§Ã£o, tendo em vista que, alÃ©m de terem sido extintos por forÃ§a da extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o por inadequaÃ§Ã£o da via eleita, houve fixaÃ§Ã£o de verba honorÃ¡ria nos autos da aÃ§Ã£o executiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Soma-se a isto o fato de que, em havendo condenaÃ§Ã£o, nos embargos Ã execuÃ§Ã£o, ensejaria duplicidade de condenaÃ§Ã£o (bis in idem), o que Ã© proibido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vejamos: CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÃÃO EXTINTA POR ABANDONO. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO EXTINTOS POR PERDA DO OBJETO E DE INTERESSE. HONORÃRIOS DE SUCUMBÃNCIA FIXADOS NA EXECUÃÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Nas hipÃ³teses de extinÃ§Ã£o do feito por perda superveniente do interesse de agir Ã© devida verba honorÃ¡ria sucumbencial, utilizando-se do princÃ-pio da causalidade para a anÃ¡lise de quem deve arcar com os Ã´nus da sucumbÃªncia. 2. No caso dos autos, quem deu causa Ã extinÃ§Ã£o da demanda foi a instituiÃ§Ã£o financeira, que abandonou a aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o. A decisÃ£o que extinguiu a execuÃ§Ã£o, sem exame de mÃ©rito, condenou o exequente ao pagamento de honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, que foram efetivamente pagos. A extinÃ§Ã£o dos embargos Ã execuÃ§Ã£o Ã© apenas consequÃªncia da extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o, que, inclusive, poderia ter sido determinada na mesma sentenÃ§a que extinguiu a execuÃ§Ã£o. 3. NÃ£o obstante a autonomia, hÃ¡ entre as demandas evidente interdependÃªncia, que, no caso, implicou na extinÃ§Ã£o dos embargos Ã execuÃ§Ã£o, por perda do objeto e de interesse recursal, por forÃ§a da extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o por abandono. A extinÃ§Ã£o dos embargos Ã execuÃ§Ã£o Ã© consequÃªncia do julgamento da execuÃ§Ã£o, extinta por abandono, com a devida condenaÃ§Ã£o ao pagamento dos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia. 4. Tratando-se de desdobramento da extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o por abandono, jÃ¡ com arbitramento de honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, nÃ£o hÃ¡ que se falar em nova fixaÃ§Ã£o de honorÃ¡rios. 5. Recurso conhecido e nÃ£o provido. ACÃRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 4Âª CÃ¢mara de Direito Privado do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do CearÃ¡, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Desembargador Relator. Fortaleza, 03 de agosto de 2021 DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Presidente do ÃrgÃ£o Julgador e Relator (TJ-CE - AC: 04864611620108060001 CE 0486461-16.2010.8.06.0001, Relator: RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, Data de Julgamento: 03/08/2021, 4Âª CÃ¢mara Direito Privado, Data de PublicaÃ§Ã£o: 03/08/2021) APELAÃÃO. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO. EXTINÃÃO DA EXECUÃÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL DOS EMBARGOS. EXTINÃÃO. CONDENAÃÃO EM HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. DUPLA CONDENAÃÃO. PRINCÃPIO DO NON BIS IN IDEM. PROVIMENTO DO RECURSO. - Os presentes embargos Ã execuÃ§Ã£o perderam o objeto, pois a aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o foi julgada extinta na forma do art. 269, do CPC), em decisÃ£o que jÃ¡ transitou em julgado. ExtinÃ§Ã£o do processo, com fundamento no art. 267, IV, do CPC - "O julgamento de extinÃ§Ã£o dos Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o por perda do objeto e a determinaÃ§Ã£o do prosseguimento do feito, nÃ£o implica condenaÃ§Ã£o ao embargado em Ã´nus sucumbenciais, com o que ficam afastados." (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052639275, VigÃ©sima Quinta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Angela Maria Silveira, Julgado em 12/03/2013) (TJPB - ACÃRDÃO/DECISÃO do Processo NÂº 00600364020148152001, 4Âª CÃ¢mara Especializada CÃ-vel, Relator DES. JOÃO ALVES DA SILVA , j. em 20-06-2017) TRIBUTÃRIO. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO FISCAL. HONORÃRIOS DE ADVOGADO. DUPLA CONDENAÃÃO. INVIABILIDADE. 1. O trabalho do advogado na desconstituiÃ§Ã£o do crÃ©dito executado jÃ¡ foi devidamente remunerado na incidental. Assim, inexiste causa para que sejam fixados honorÃ¡rios

tambÃ©m na presente aÃ§Ã£o. 2. Apelo improvido. (TRF-4 - AC: 50037817820104047102 RS 5003781-78.2010.4.04.7102, Relator: EDUARDO VANDRÃ OLIVEIRA LEMA GARCIA, Data de Julgamento: 25/02/2021, PRIMEIRA TURMA) Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, por tudo que dos autos consta e do livre convencimento motivado que formo, CONHEÃO DOS EMBARGOS DECLARAÃÃO ACOLHENDO-OS PARCIALMENTE para incluir no dispositivo da sentenÃ§a: Â Â Â Â Â Â Â Â¿Custas ex legis. Â Â Â Â Â Â Â Isento o embargado do pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, ante a sua condenaÃ§Ã£o, na referida verba, nos autos da aÃ§Ã£o executiva em apensoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Mantenho os demais termos da sentenÃ§a guerreada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (PA), 03/11/2021. Â Â Â Â Â Â Â CELIO PETRONIO D ANUNCIAÃÂ¿O Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito titular da 5Âª vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00357636320088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081100322 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:UNIMED BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 13367 - THIAGO AZEVEDO ROLA (ADVOGADO) REU:TRADELINK MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 5586 - PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0035763-63.2008.8.14.0301 Â Â Â Â Â SENTENÃA (em embargos de declaraÃ§Ã£o) Â Â Â Â Â Â Â Â Â TRADALINK MADEIRAS LTDA, devidamente qualificada, por intermÃ©dio de advogado regularmente habilitado, opuseram EMBARGOS DE DECLARAÃÃO as fls 1133/1139 contra a sentenÃ§a de fls 1128/1132. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u/embargante alega, em sÃ-ntese, que a decisÃ£o guerreada padece do vÃ-cio da contradiÃ§Ã£o por dois motivos: primeiro por ter considerado excluÃ-da da responsabilidade do autor/embargado a obrigaÃ§Ã£o de cobertura por acidentes de trabalho, ao mesmo tempo em que reconheceu-o como responsÃ¡vel pela prestaÃ§Ã£o de primeiros socorros; segundo, por nÃ£o ter fixado honorÃ¡rios de sucumbÃªncia em favor do patrono rÃ©u/embargante. AlÃ©m disso, aponta omissÃ£o no julgado por nÃ£o ter enfrentado a tese defensiva quanto Ã transferÃªncia do paciente a um hospital da rede credenciada do SUS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regulamente instado a se manifestar, a embargada apresentou contrarrazÃµes as fls 1142/1144 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o suficiente a relatar. Decido Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em exame, verifico que os embargos foram tempestivamente opostos e reconheÃ§o a legitimidade recursal dos Embargantes. Regularmente processados, nÃ£o hÃ¡ qualquer fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer, estando preenchidos os pressupostos extrÃ-nsecos da presente via recursal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diz o artigo 1022 e seus incisos do CÃ³digo de processo Civil. Â¿art. 1022 Â¿ Cabem Embargos de DeclaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento; III - corrigir erro material.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o devem atender aos seus requisitos, quais sejam, sanar omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o ou obscuridade existentes no julgado. Sabe-se que os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o sÃ£o recurso de natureza particular, cujo objetivo Ã© a declaraÃ§Ã£o do verdadeiro sentido de decisÃ£o eivada dos vÃ-cios acima citados, nÃ£o se prestando a corrigir decisÃ£o supostamente errada, nem sendo dotado, portanto, em regra, de efeito modificativo ou infringente. Neste sentido, o seguinte julgado: Â¿PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÃÃO. OMISSÃO. INEXISTÃNCIA. MODIFICAÃÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o tÃªm cabimento para suprir omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o ou obscuridade no julgado. HipÃ³tese em que nÃ£o se configurou qualquer omissÃ£o ou contradiÃ§Ã£o no decisum, tendo em vista que a deficiÃªncia na fundamentaÃ§Ã£o do recurso por ausÃªncia de indicaÃ§Ã£o expressa dos dispositivos legais violados foi suficientemente fundamentada. 2. Em sede de embargos declaratÃ³rios, apenas Ã© possÃ-vel a modificaÃ§Ã£o do julgado mediante o saneamento de algum dos vÃ-cios previstos no art. 535 do CPC. 3.Â Embargos de declaraÃ§Ã£o aos quais se nega provimentoÂ¿.(EARESP 392200/PR, PRIMEIRA TURMA, REL. Min. LUIZ FUX, DJ DATA:17/03/2003) Â Â Â Â Â Â Â Â Excepcionalmente, podem os embargos declaratÃ³rios ter efeito infringente, mas condicionado ainda a inexistÃªncia no sistema legal de outro recurso para a correÃ§Ã£o do erro cometido, o que nÃ£o Ã© a hipÃ³tese dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, colaciono julgado: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÃÃO EFEITO INFRINGENTE. SENTENÃA "EXTRA PETITA". IMPOSSIBILIDADE. EXISTÃNCIA DE RECURSO PRÃPRIO. 1. Prestam-se os embargos de declaraÃ§Ã£o para o esclarecimento de obscuridade, eliminaÃ§Ã£o da contradiÃ§Ã£o ou supressÃ£o de omissÃ£o existente na sentenÃ§a ou no acÃ³rdÃ£o, e nÃ£o para o rejulgamento da causa. 2. "In casu", nada obstante tenha o magistrado proferido sentenÃ§a "extra petita", lhe Ã© vedado anulÃ¡-la para proferir outra, sob pena de violaÃ§Ã£o ao artigo 463 do CPC. 3. O uso de embargos declaratÃ³rios com efeito infringente do julgado somente se autoriza em carÃ¡ter excepcional e na inexistÃªncia no sistema legal de outro recurso para a correÃ§Ã£o do erro cometido. 4. Remessa oficial provida para anular

a segunda sentenÃ§a proferida, devendo ser republicada a primeira sentenÃ§a, oportunizando Ã s partes o direito de recorrer. 5. Recurso da UniÃ£o Federal julgado prejudicado. (TRF-3 - AMS: 45703 SP 1999.61.00.045703-3, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARLI FERREIRA, Data de Julgamento: 24/09/2003, SEXTA TURMA) (negrito nosso) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, as razÃµes recursais afirmam que a sentenÃ§a de fls 1128/1132 Ã© contraditÃ³ria e omissa. ComeÃ§o pelas alegaÃ§Ãµes quanto Ã contradiÃ§Ã£o. As razÃµes recursais afirmam que o julgado Ã© contraditÃ³rio por reconhecer responsabilidade contratual ao embargado quanto aos primeiros socorros a serem prestado ao funcionÃ¡rio da embargante, mas, por outro lado, exclui a cobertura do plano de saÃºde autor em caso de acidente de trabalho como o dos autos. O embargante assegura que os referidos primeiros socorros incluem tanto o acolhimento do paciente em estabelecimento da embarga, quanto a sua transferÃªncia para o Hospital Porto Dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o vislumbro a presenÃ§a do vÃ-cio alegado. Logo no inÃ-cio da fundamentaÃ§Ã£o (fls 1129), a sentenÃ§a ora discutida deixa bem clara a premissa na qual se baseia todos os fundamentos do julgado: a existÃªncia de clÃ¡usula contratual entre as partes que excluÃ-a a cobertura do plano de saÃºde caso o atendimento fosse originado em acidente de trabalho. O mesmo dispositivo contratual, no entanto, ressalvava como responsabilidade da operadora embargada pela prestaÃ§Ã£o de primeiros socorros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O item 5 da fundamentaÃ§Ã£o (fls 1131) deixa bem clara essa responsabilidade ao afirmar que Â¿a transferÃªncia do paciente nÃ£o transfere, na hipÃ³tese, a responsabilidade pelas despesasÂ¿. A sentenÃ§a indica, portanto, que o fato de o paciente ter sido transferido de um nosocÃ´mio a outro nÃ£o exclui a responsabilidade do rÃ©u/embargante pelas despesas hospitalares as quais sÃ£o deste desde a origem uma vez que causadas por acidente de trabalho. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em outras palavras, o vÃ-cio do qual padece a sentenÃ§a, nesse ponto, quando muito, Ã© a obscuridade, pois sÃ³ nÃ£o delimitou expressamente quando cessaram os primeiros socorros prestados pela operadora embargada, ainda que seja possÃ-vel compreender pela leitura da fundamentaÃ§Ã£o que o pronto atendimento foi realizado com eficiÃªncia uma vez que o paciente pÃ´de ser transferido com seguranÃ§a. Segundo a jurisprudÃªncia, os primeiros socorros servem ao atendimento imediato do paciente de modo a manter seus sinais vitais. Tribunal Regional do Trabalho da 8Âª RegiÃ£o AÃ§Ã£o Trabalhista - Rito OrdinÃ¡rio 0000923-62.2017.5.08.0105 Processo Judicial EletrÃ´nico Data da AutuaÃ§Ã£o:Â 14/08/2017 Valor da causa:R$ 56.779,72 Partes: RECLAMANTE:MIGUEL SILVA COSTA ADVOGADO: JOAO FREDERICK MARCAL E MACIEL ADVOGADO: BRUNO DE LIMA GEMAQUE RECLAMADO:Â LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. ADVOGADO: DIOGO BAPTISTA SIMOES PAGINA_CAPA_PROCESSO_PJE PRIMEIROSÂ SOCORROS (Â¿) Por definiÃ§Ã£o, Primeiros Socorros sÃ£o os cuidados imediatos que devem ser dispensados Ã pessoa vÃ-tima de acidente ou mal sÃºbito. Via de regra, Primeiros Socorros serÃ£o prestados no local da ocorrÃªncia, atÃ© a chegada de uma mÃ©dico e se destinam a salvar uma vida ameaÃ§ada e evitar que se agravem os males de que a vÃ-tima estÃ¡ acometida. (Â¿) EMBARGOS DE DECLARAÃÃO Â¿ PLANO DE SAÃDE Â¿ MENOR QUE FRATUROU O FÃMUR - ATENDIMENTO INICIAL EM PRONTO-SOCORRO - NECESSIDADE DE TRANSFERÃNCIA - DESISTÃNCIA APÃS 7 HORAS Â¿ AUSÃNCIA DE SEQUELA - DECISÃO QUE RECONHECE NÃO TER HAVIDO ATO ILÃCITO NA DEMORA, EIS QUE O SEGURADO FOI PRONTAMENTE ATENDIDO EM PRIMEIROS SOCORROS Â¿ INEXISTÃNCIA DAS VIOLAÃÃES PREVISTAS NO ARTIGO 1.022 DO CÃDIGO DE PROCESSO CIVIL Â¿ TENTATIVA DE REDISCUSSÃO - IMPOSSIBILIDADE DE REAPRECIAÃÃO DE MATÃRIA JÃ EXAUSTIVAMENTE DEBATIDA E DECIDIDA NO ACÃRDÃO EMBARGADO - RECURSO QUE NÃO TEM EFEITO INFRINGENTE Â¿ EMBARGOS REJEITADOS. (TJ-SP - EMBDECCV: 10065698520158260127 SP 1006569-85.2015.8.26.0127, Relator: Erickson Gavazza Marques, Data de Julgamento: 23/09/2020, 5Âª CÃ¢mara de Direito Privado, Data de PublicaÃ§Ã£o: 23/09/2020) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, e nos termos da fundamentaÃ§Ã£o do julgado, a partir do momento em que o paciente foi inicialmente tratado de modo a manter seus sinais vitais e seguramente estabilizado para ser transferido, nÃ£o havia mais responsabilidade da operadora de plano saÃºde quanto Ã s despesas hospitalares oriundas do acidente de trabalho Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esse mesmo fundamento serve a justificar a ausÃªncia do vÃ-cio da omissÃ£o conforme alegado pelo embargante. Como jÃ¡ afirmado acima, a obrigaÃ§Ã£o do plano de saÃºde cessou quando do atendimento imediato, nÃ£o remanescendo responsabilidade para este quanto Ã transferÃªncia do paciente depois jÃ¡ prestados os primeiros socorros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, tambÃ©m nÃ£o vislumbro a contradiÃ§Ã£o alegada pelo embargante em razÃ£o da nÃ£o fixaÃ§Ã£o de honorÃ¡rios em favor do patrono do embargado. Em razÃ£o da sucumbÃªncia da requerida, o dispositivo da sentenÃ§a foi claro e coerente em condenar apenas o rÃ©u ao pagamento de honorÃ¡rios sucumbenciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o vislumbro, portanto, dentro do prÃ³prio julgado os vÃ-cios de omissÃ£o e contradiÃ§Ã£o, uma vez que a sentenÃ§a Ã© coesa dentro de si mesma, sem proposiÃ§Ãµes inconciliÃ¡veis e clara quanto aos seus fundamentos. As razÃµes recursais apenas expÃµem o inconformismo do embargante sem demonstrar onde, de fato, o

decisÃ³rio necessita ser integrado. Na verdade, o que o autor/recorrente pretende Ã© a rediscussÃ£o da matÃ©ria jÃ¡ analisada na decisÃ£o embargada, o que Ã© descabido por esta via. O fato Ã© que a insatisfaÃ§Ã£o da parte quanto ao resultado do julgado nÃ£o pode ser objeto de oposiÃ§Ã£o de embargos.Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, nÃ£o se pode olvidar que o recurso de embargos declaratÃ³rios nÃ£o se presta a permitir que se rediscuta a matÃ©ria jÃ¡ tratada em sede de recurso prÃ³prio. O seu escopo Ã©, tÃ£o somente, de permitir que eventual vÃ-cio do julgado seja suprimido, e que a decisÃ£o seja integrada para perfeita compreensÃ£o. Nesse sentido Ã© a posiÃ§Ã£o do e. Superior Tribunal de JustiÃ§a: "De qualquer sorte, nÃ£o se pode conferir efeito modificativo aos embargos declaratÃ³rios a nÃ£o ser, excepcionalmente, na hipÃ³tese de erro manifesto, sendo certo que os embargos prestam-se a esclarecer, se existentes, dÃºvidas, omissÃµes ou contradiÃ§Ãµes no julgado. NÃ£o para que se adeqÃ¼e a decisÃ£o ao entendimento do embargante"(STJ, ED AgRg REsp 10270 DF , rel. Min. Pedro Acioli in Juis - JurisprudÃªncia Informatizada Saraiva"nÂº 19). Â Â Â Â Â Sobre o tema: EMBARGOS DE DECLARAÃÃO. INEXISTÃNCIA DE QUAISQUER DOS VÃCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REJEIÃÃO. 1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do CPC/2015, sÃ£o cabÃ-veis embargos de declaraÃ§Ã£o nas hipÃ³teses em que presente obscuridade, contradiÃ§Ã£o, omissÃ£o ou erro material na decisÃ£o embargada. 2. Nesse panorama, inexistentes quaisquer dos apontados vÃ-cios, faz-se de rigor o desacolhimento dos presentes aclaratÃ³rios. 3. Embargos de declaraÃ§Ã£o rejeitados.(STJ - EDcl no AgInt no REsp: 1539330 ES 2015/0112032-6, Relator: Ministro SÃRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 09/10/2018, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 25/10/2018) PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÃÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÃNCIA NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INEXISTÃNCIA DOS VÃCIOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCONFORMISMO DO EMBARGANTE. EFEITOS INFRINGENTES. INVIABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. REJEIÃÃO DOS EMBARGOS DECLARATÃRIOS. 1. A atribuiÃ§Ã£o de efeitos infringentes, em sede de embargos de declaraÃ§Ã£o, somente Ã© admitida em casos excepcionais, os quais exigem, necessariamente, a ocorrÃªncia de omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o, obscuridade, ou erro material, vÃ-cios previstos no art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil de 2015. 2. A omissÃ£o no julgado que permite o acolhimento do recurso integrativo configura quando nÃ£o houver apreciaÃ§Ã£o de teses indispensÃ¡veis para o julgamento da controvÃ©rsia. 3. No caso dos autos, nÃ£o existem os defeitos apontados pelo embargante, mas, apenas, entendimento contrÃ¡rio Ã sua pretensÃ£o recursal, de modo que Ã© manifesta a intenÃ§Ã£o de rever os pontos analisados no julgado embargado, com a atribuiÃ§Ã£o de efeitos infringentes ao recurso, o que Ã© inviÃ¡vel em sede de embargos de declaraÃ§Ã£o, em razÃ£o dos rÃ-gidos contornos processuais desta espÃ©cie de recurso. 4. Embargos de declaraÃ§Ã£o rejeitados.(STJ - EDcl nos EAREsp: 623637 AP 2014/0311482-3, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 04/10/2017, CE - CORTE ESPECIAL, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 11/10/2017) Â Â Â Â Â Â Â Â Â EMBARGOS DE DECLARAÃÃO. SEGURO AGRÃCOLA. AÃÃO DE COBRANÃA. PERDA SIGNIFICATIVA DE LAVOURA. QUANTIFICAÃÃO. DEVER DE INDENIZAR. PREJUÃZO EFETIVO. VALOR FIXADO A TÃTULO DE FRANQUIA ABUSIVO. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÃÃO. ALEGAÃÃO DE OMISSÃO. AUSÃNCIA DAS HIPÃTESES PREVISTAS NO ART. 1.022 DO CÃDIGO DE PROCESSO CIVIL. REDISCUSSÃO. PREQUESTIONAMENTO. DESACOLHIMENTO. Trata-se de embargos de declaraÃ§Ã£o opostos em face do acÃ³rdÃ£o que deu provimento ao recurso de apelaÃ§Ã£o da parte rÃ©, apenas para alterar o termo inicial dos juros de mora, que devem contar a partir da citaÃ§Ã£o, mantendo os Ã´nus sucumbenciais ficados na r. sentenÃ§a. Os embargos de declaraÃ§Ã£o se constituem como espÃ©cie de recurso expressamente previsto no artigo 994, inciso IV do CPC/2015. A sua aplicabilidade estÃ¡ delimitada no artigo 1.022 da legislaÃ§Ã£o processual civil, o qual preceitua taxativamente as hipÃ³teses em que a sua oposiÃ§Ã£o Ã© cabÃ-vel, quais sejam: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual deve se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento; III - corrigir erro material. Nas razÃµes dos declaratÃ³rios, o embargante sustentou omissÃ£o quanto aos artigos 757, 760, 781, 403, 944 e 884, do CÃ³digo Civil. O julgador nÃ£o estÃ¡ adstrito a enfrentar... todos os dispositivos constitucionais/legais invocados pelas partes, desde que expresse seu convencimento acerca da matÃ©ria em decisÃ£o devidamente fundamentada. Com efeito, nÃ£o se verifica a omissÃ£o apontada, uma vez que os embargos declaratÃ³rios nÃ£o se prestam para a rediscussÃ£o da causa, pois constituem recurso de integraÃ§Ã£o e nÃ£o de substituiÃ§Ã£o, pelo que, imperiosa a manutenÃ§Ã£o da decisÃ£o embargada. EMBARGOS DE DECLARAÃÃO DESACOLHIDOS. (Embargos de DeclaraÃ§Ã£o NÂº 70078441631, Sexta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em 30/08/2018).(TJ-RS - ED: 70078441631 RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Data de Julgamento: 30/08/2018, Sexta CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia 11/09/2018) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, nos termos da fundamentaÃ§Ã£o, conheÃ§o e rejeito os

Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, ante a ausÃªncia dos vÃ-cios omissÃ£o e contradiÃ§Ã£o alegados. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 26 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â CELIO PETRONIO DÂ¿ANUNCIAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito titular da 5Âª Vara cÃ-vel e Empresarial da Capital

SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

RESENHA: 08/11/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00007056920218140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 08/11/2021 REQUERENTE:L. M. C. INTERESSADO:CARTORIO OFICIO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E OBITO. Ã© Processo: 0000705-69.2021.8.14.0091 Requerente: L.M.C. Interessado: CARTÃRIO DO 2Âº OFÃCIO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÃBITOS DECISÃO Â Â Â Â Â Â Analisando os presentes autos, verifica-se que o presente feito Ã© atinente Ã declaraÃ§Ã£o de paternidade , matÃ©ria esta afeta ao direito de famÃ-lia e, por conseguinte, nÃ£o incluÃ-da na competÃªncia desta vara. Deste modo, declaro a incompetÃªncia deste juÃ-zo para processar e julgar o presente feito e determino sua redistribuiÃ§Ã£o para uma das varas de famÃ-lia da comarca da capital, tudo com fundamento no art. 64, Â§3Â°, do CPC/2015. Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitalizada, como mandado carta e ofÃ-cio (Provimento nÂ° 003/2009, da CJRMB). Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00011968620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:SOLANGE OLIVEIRA PEREIRA Representante(s): OAB 12074 - ILDEMAR CAMPOS FREITAS (ADVOGADO) OAB 18898 - NELSON MAURICIO DE ARAUJO JASSE (ADVOGADO) REU:MARIA LUIZA PEREIRA PIMENTEL REU:MARIA DE NAZARE MANGABEIRA PEREIRA FILHA. R. H. Â Â Â Â Â Â Â Arquivem-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00014332820128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 AUTOR:SANTANDER LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) OAB 16866-A - FLAVIA DE ALBUQUERQUE LIRA (ADVOGADO) OAB 17190-A - KATIA CRISTINA SANTOS VIANA DA SILVA (ADVOGADO) REU:CAMILA CARRERA DE REZENDE. R. H. Â Â Â Â Â Â Â Analisando os presentes autos, verifica-se que o feito se encontra definitivamente sentenciado Ã s fls. 63/69. Arquivem-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Desapense-se os presentes autos. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00014395920178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 EXEQUENTE:NORTESUL ANANINDEUA COMERCIO E SERVICOS EIRELI LTDA Representante(s): OAB 21822 - MARCIA REGINA HOMCI DA COSTA MORAIS (ADVOGADO) EXECUTADO:M R C DA SILVA EPP. R. H. Analisando os presentes autos, este juÃ-zo verifica que o domicÃ-lio de ambas as partes se localiza no municÃ-pio de Ananindeua/PA, nÃ£o possuindo nenhuma das partes qualquer vÃ-nculo subjetivo com o foro da comarca de BelÃ©m. Este juÃ-zo entende o processo civil hodierno Ã© um processo civil de amplo acesso Ã justiÃ§a e que garanta o devido processo legal substantivo, isto Ã©, a possibilidade efetiva de defesa e produÃ§Ã£o probatÃ³ria. Logo, um foro escolhido de forma aleatÃ³ria, em que nenhuma das partes possui vÃ-nculo subjetivo com a comarca, dificulta sobremaneira a defesa da parte Requerida, alÃ©m de violar o princÃ-pio do juiz natural (CF/88, art. 5Â°, III): ``LIII - ninguÃ©m serÃ¡ processado nem sentenciado senÃ£o pela autoridade competenteÂ¿Â¿. Ao tempo que o PrincÃ-pio do Juiz Natural garante que ninguÃ©m seja julgado por um Juiz ou Tribunal de ExceÃ§Ã£o, tambÃ©m veda que as partes, sem qualquer critÃ©rio legal, venha a escolher quem irÃ¡ apreciar sua causa, atÃ© para que se preserve a exigida imparcialidade do julgador. As regras de organizaÃ§Ã£o judiciÃ¡ria tÃªm por finalidade a otimizaÃ§Ã£o da prestaÃ§Ã£o da tutela jurisdicional, em vista do devido processo legal, da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo, da eficiÃªncia, nÃ£o devendo, pois, ser desconsideradas ao alvedrio dos jurisdicionados, em especial, quando deixarem de apresentar motivo razoÃ¡vel. NÃ£o pode a parte, sem oferecer justificativa plausÃ-vel, sem qualquer critÃ©rio legal permissivo e aleatoriamente, escolher o foro para processar e julgar as aÃ§Ãµes de seu interesse, mesmo em se tratando de regra de competÃªncia de natureza territorial, portanto relativa, que, em regra, nÃ£o poderia ser declinada de ofÃ-cio. Repise-se: nunca Ã© demais ressaltar que a questÃ£o da competÃªncia atende a critÃ©rios de racionalidade na distribuiÃ§Ã£o do trabalho do Poder JudiciÃ¡rio, sempre visando a efetividade do direito

pleiteado com o equilÃ-brio e a possibilidade efetiva de participaÃ§Ã£o das partes em seu direito de defesa. Ainda que se trate de regra de fixaÃ§Ã£o de competÃªncia territorial, portanto, de natureza relativa, nÃ£o Ã© permitido a parte escolher aleatoriamente, sem qualquer justificativa razoÃ¡vel, foro diverso daqueles legalmente previstos, sob pena de desvirtuar as regras de competÃªncia prescritas pelo sistema processual, em ofensa ao PrincÃ-pio do Juiz Natural e em frontal violaÃ§Ã£o das regras de distribuiÃ§Ã£o de processos, que buscam equalizar a repartiÃ§Ã£o das aÃ§Ãµes dentre as circunscriÃ§Ãµes judiciÃ¡rias do Estado do ParÃ¡, otimizando a prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o jurisdicional. Neste sentido, jÃ¡ decidiu o Tribunal de JustiÃ§a do Distrito Federal e TerritÃ³rios: ``TJDFT. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÃNCIA ENTRE VARA CÃVEL DE TAGUATINGA E DE ÃGUAS CLARAS. AÃÃO RESCISÃRIA. CONTRATO DE SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÃÃO. LIDE AJUIZADA EM LOCAL DIVERSO DO DOMICÃLIO DAS PARTES. AUSÃNCIA DE JUSTIFICATIVAS. ESCOLHA ALEATÃRIA DO FORO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ E DO TJDFT. REGRAS DE COMPETÃNCIA. IRREGULARIDADE MANIFESTA. DECLINAÃÃO DE OFÃCIO. CABIMENTO. DECLARADO COMPETENTE O JUÃZO SUSCITANTE. 1. Ainda que se cuide de regra de competÃªncia territorial, portanto, de natureza relativa, nÃ£o Ã© permitido Ã parte escolher aleatoriamente, sem qualquer justificativa razoÃ¡vel, foro diverso daqueles legalmente previstos, sob pena de desvirtuar as regras de competÃªncia prescritas pelo sistema processual, em ofensa ao PrincÃ-pio do Juiz Natural e em frontal violaÃ§Ã£o das regras de distribuiÃ§Ã£o de processos, que buscam equalizar a repartiÃ§Ã£o das aÃ§Ãµes dentre as circunscriÃ§Ãµes judiciÃ¡rias do Distrito Federal, otimizando a prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o jurisdicional. 2. Tendo a maioria dos rÃ©us domicÃ-lio em Taguatinga, nÃ£o se verificando razÃµes plausÃ-veis para o ajuizamento da aÃ§Ã£o monitÃ³ria de origem na CircunscriÃ§Ã£o JudiciÃ¡ria de Águas Claras, correta a decisÃ£o que, de ofÃ-cio, declina da competÃªncia para processÃ¡-la, encaminhando-a ao local do domicÃ-lio do rÃ©u, em prestÃ-gio da regra geral de fixaÃ§Ã£o de competÃªncia territorial, na medida em que a aÃ§Ã£o foi proposta em foro que nÃ£o se enquadra em nenhum critÃ©rio de fixaÃ§Ã£o de competÃªncia previsto em lei. 3. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÃNCIA CONHECIDO E JULGADO IMPROCEDENTE PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÃZO SUSCITANTE.Â (AcÃ³rdÃ£o 1274822, 07197464020208070000, Relator: ALFEU MACHADO, 2Âª CÃ¢mara CÃ-vel, data de julgamento: 17/8/2020, publicado no DJE: 28/8/2020. PÃ¡g.: Sem PÃ¡gina Cadastrada.)Â¿Â¿ (grifou-se). ``TJDFT. CONFLITO DE COMPETÃNCIA. JUÃZO DA SEGUNDA VARA DE EXECUÃÃO DE TÃTULOS EXTRAJUDICIAIS DE BRASÃLIA. JUÃZO DA VARA CÃVEL DO GUARÃ. COMPETÃNCIA RELATIVA. PROPOSITURA EM FORO ALEATÃRIO E INJUSTIFICADO. DECLÃNIO DE OFÃCIO. INTERESSE PÃBLICO. POSSIBILIDADE. 1. Ã exceÃ§Ã£o da segunda parte do artigo 46, parÃ¡grafo 3Âº, do CÃ³digo de Processo Civil, a escolha do local para propositura da aÃ§Ã£o nÃ£o deve se dar ao acaso, sob pena de violaÃ§Ã£o Ã s normas gerais de competÃªncia e, em Ãºltima instÂ¢ncia, ao PrincÃ-pio do Juiz Natural. 2. Ainda que, no caso, a eleiÃ§Ã£o de foro seja guiada pela flexibilidade prÃ³pria Ã s demandas regidas pela competÃªncia territorial, o autor deve respeitar os limites legais a fim de nÃ£o macular, dessa forma, o sistema de organizaÃ§Ã£o judiciÃ¡ria formulado no intuito de sopesar as distribuiÃ§Ãµes e, assim, ofertar serviÃ§os jurisdicionais cÃ©leres e de qualidade. 3. Diante da escolha aleatÃ³ria e injustificada de foro, o interesse pÃºblico se faz presente, justificando, assim, o excepcional declÃ-nio de ofÃ-cio, mesmo diante de caso de competÃªncia relativa.Â 4. Conflito de CompetÃªncia conhecido e declarado competente o JuÃ-zo da Segunda Vara de ExecuÃ§Ã£o de TÃ-tulos Extrajudiciais de BrasÃ-lia. (AcÃ³rdÃ£o 1170072, 07002956320198070000, Relator: EUSTÃQUIO DE CASTRO, 2Âª CÃ¢mara CÃ-vel, data de julgamento: 6/5/2019, publicado no PJe: 15/5/2019. PÃ¡g.: Sem PÃ¡gina Cadastrada.)Â¿Â¿ (grifou-se). Assim, nÃ£o sendo BelÃ©m o foro do domicÃ-lio das partes na demanda, nem o foro de eleiÃ§Ã£o ou o local de cumprimento de obrigaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 64, Â§3Â°, do CPC, este juÃ-zo declara a sua incompetÃªncia para processar e julgar a presente demanda, devendo o feito ser redistribuÃ-do para uma das varas cÃ-veis e empresariais da comarca de Ananindeua por ser o foro do domicÃ-lio das partes. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00033760820088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081010808 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 08/11/2021 REU:REGINA MARYS FERNANDES NEMER Representante(s): OAB 5031 - MARIANA DE LOURDES FURTADO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 14647 - MAYLA MILHOMEM MALATO (ADVOGADO) OAB 7707 - ADRIANA AQUINO DE MIRANDA POMBO (ADVOGADO) MAYLA MILHOMEM MALATO (ADVOGADO) AUTOR:TAGIDE ADMINISTRADORA LTDA. Representante(s): LOENIDAS TELES SIROTHEAU CORREA (ADVOGADO) . Ã£ Processo: 0842341-16.2020.8.14.0301 Requerente: ARTHUR GOUVEA RIBEIRO DA COSTA Requerido: HAPVIDA ASSISTÃNCIA MÃDICA LTDA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o pleito de

desistÃªncia por parte do Requerente (Id. 31351036),Â intime-se a parte requerida para fins de manifestaÃ§Ã£o, no prazo de 15 (quinze) dias, em consonÃ¢ncia com o art. 485, Â§4Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Ultrapassado mencionado perÃ-odo, retornem os autos imediatamente conclusos para anÃ¡lise. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitalizada, como mandado, carta e ofÃ-cio. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00043336520038140301 PROCESSO ANTIGO: 20031007079 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Petição Cível em: 08/11/2021 REU:BANCO SAFRA S/A Representante(s): RAFAEL DE OLIVEIRA LAURIA (ADVOGADO) CARLOS ALBERTO FERRO E SILVA (ADVOGADO) AUTOR:ALAR SERVICOS GERAIS LTDA Representante(s): RAFAEL DE OLIVEIRA LAURIA (ADVOGADO) . Analisando os presentes autos, verifica-se que o presente feito jÃ¡ se encontra julgado definitivamente Ã s fls. 63, tendo a parte Autora sido condenada ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios no montante de 15% sobre o valor da causa. Deve a parte Exequente apresentar o requerimento de cumprimento de sentenÃ§a, no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento. Havendo necessidade de prosseguimento do feito, digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00084702020028140301 PROCESSO ANTIGO: 20021009883 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 REU:BANCO SAFRA S.A Representante(s): OAB 26571 - LUCIANA MARTINS DE AMORIM AMARAL SOARES (ADVOGADO) OAB 17784-B - THAIS PINA RODRIGUES (ADVOGADO) ADVOGADO:MENDEL ELIASQUEVICI ADVOGADO:YOLENE AZEVEDO BARROS AUTOR:ALAR SERVICOS GERAIS LTDA Representante(s): YOLENE AZEVEDO BARROS (ADVOGADO) . Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Analisando os presentes autos, verifica-se que o feito foi extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito por abandono da causa, entretanto, a sentenÃ§a foi omissa em relaÃ§Ã£o a fixaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, assim, este juÃ-zo conhece dos embargos de declaraÃ§Ã£o opostos para condenar a parte Requerente ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios em favor dos patronos da parte Requerida no percentual de 10% sobre o valor da demanda, uma vez que o feito foi extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito e parte contestou a demanda (CPC, art. 85, Â§2Â°). Â Â Â Â Â Â Â Digitalize-se os autos, caso haja necessidade de prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00092004920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 8349 - NEWTON CELIO PACHECO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) OAB 13132 - BRUNO ALMEIDA DE ARAUJO COSTA (ADVOGADO) OAB 8346 - ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERIDO:GUNDEL INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) OAB 5586 - PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA Representante(s): OAB 5082 - MARTA MARIA VINAGRE BEMBOM (ADVOGADO) OAB 5192 - ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) OAB 17213 - DIEGO FIGUEIREDO BASTOS (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO:PDG REALITY SA Representante(s): OAB 12268 - CASSIO CHAVES CUNHA (ADVOGADO) OAB 17012 - VANESSA DOS SANTOS BORGES (ADVOGADO) OAB 15410-A - CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (ADVOGADO) OAB 19389-A - EDUARDO LUIZ BROCK (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0009200-49.2014.8.14.0301 Requerente: Â ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO Requerido: Â GUNDEL INCORPORADORA LTDA e outros Â Despacho Â Â Â Â Â Â Â Trata-se AÃ§Ã£o OrdinÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â A parte autora requereu a desistÃªncia da pretensÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Como existem defesas nos autos, manifestem-se as partes sobre o pedido do autor, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento do feito. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. PROCESSO: 00104127120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 08/11/2021 REQUERENTE:BANCO HONDA SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:ALDEISE BEZERRA LOPES DE SOUSA . R. H. 1. Cumpra-se a liminar de busca e apreensÃ£o por carta precatÃ³ria no endereÃ§o de fls. 72. Recolha-se as custas do ato perante este juÃ-zo e perante o juÃ-zo deprecado. 2.

Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00112951820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 08/11/2021 AUTOR:GERALDO ROGER NORMANDO JUNIOR Representante(s): OAB 10758 - FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 20235 - TATYANA CRISTINA MOURAO JATAHY (ADVOGADO) REU:LORENA CARVALHO BRAGA Representante(s): OAB 15457 - TADZIO GERALDO NAZARETH DIAS (ADVOGADO) REU:FRANCISCA DAS CHAGAS CARVALHO BRAGA REU:JOSE VIEIRA BRAGA . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 17/09/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00127135620078140301 PROCESSO ANTIGO: 20071039783 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Judicial em: 08/11/2021 REU:FRIPAC COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS ALIM LTDA REU:JOSE BITENCOURT PRAZERES REU:ARLENE ADALCINA MELO PRAZERES AUTOR:ATIVOS SA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS Representante(s): OAB 11529 - GIOVANNI DOS ANJOS PICKERELL (ADVOGADO) OAB 13842 - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) OAB 27403-A - MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:JOSE BITENCOURT PRAZERES Representante(s): OAB 20820 - PAULO ALEXANDRE MARTINS FILOMENO (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 09/07/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00128717620048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410431247 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Monitória em: 08/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRASIL S/A Representante(s): MARIA DEUSA ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:R L BARBOSA ME REQUERIDO:ROSANA SOCORRO BARBOSA RODRIGUES. R. H. Analisando os presentes autos, verifica-se que a Secretaria expediu a seguinte certidÃ£o Ã s fls. 75: ``C E R T I D Ã O CERTIFICO, para os devidos fins, que o nome do advogado GUSTAVO AMATO PISSINI nÃ£o constou nas publicaÃ§Ãµes dos atos ordinatÃ³rios de fls. 70 e fls. 73, pois encontra-se LICENCIADO, conforme demonstra a ficha deste no Cadastro Nacional De Advogados - CNA (cÃ³pia de anexo). CERTIFICO, ainda, que a procuraÃ§Ã£o de fls. 69 estÃ¡ ilegÃ-vel, ficando, esta serventia, impossibilitada de cadastrar os demais advogados. O REFERIDO Ã VERDADE E DOU FÃÂ¿Â¿. Assim, considerando a impossibilidade de cadastramento dos advogados da parte Requerente, intime-se a parte Autora, pessoalmente, para que, no prazo de 5 dias, manifeste seu interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que de direito, bem como traga aos autos instrumento de procuraÃ§Ã£o legÃ-vel para a sua representaÃ§Ã£o processual, sob pena de extinÃ§Ã£o.Â BelÃ©m, 28 de outubro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00149634520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 AUTOR:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA EXEQUENTE:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): OAB 3967 - MILENE SOARES BENTES (ADVOGADO) OAB 24933 - CAROLINE FIGUEIREDO LIMA (ADVOGADO) OAB 20288 - LAYS

SOARES DOS SANTOS RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 26113 - IGOR FONSECA DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIO JOSE OLIVEIRA CANAVIEIRA. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃsicos instituÃdo por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃzo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃzo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃzo da conclusÃ£o do feito procedida em 02/07/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃvel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00161169420178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 REQUERENTE:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 20399 - MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (ADVOGADO) OAB 33.670 - LUCAS DE HOLANDA CAVALCANTI CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:PARDAL COMERCIAL LTDA - EPP REQUERIDO:FABIO CARLOS TABOSA VINAGRE REQUERIDO:SERGIO RICARDO TABOSA VINAGRE. R. H. 1. Intime-se a parte Exequente para juntar a planilha atualizada do dÃ©bito, bem como esclarecer se ainda tem interesse no pedido de desistÃªncia de fls. 53/54. 2. Deve ainda a parte Executada requerer o que de direito em relaÃ§Â¿o Ã citaÃ§Â¿o dos Executados, no prazo de 15 dias, sob pena de extinÃ§Â¿o. 3. ApÃ³s, considerando o cronograma de digitalizaÃ§Â¿o dos processos fÃsicos instituÃdo por este Tribunal, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Â¿o do feito, migrando-o para o PJE. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃvel e Empresarial da Capital Â PÃ¡gina de 2Â FÃ³rum de: BELÃMÂ Â Email: Â Â Â EndereÃ§o: PraÃ§a Felipe Patroni, FÃ³rum CÃvel, 2Âº andar, sala 234Â CEP: 66.015-260Â Â Bairro: Cidade VelhaÂ Â Fone: PROCESSO: 00164486620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 EXEQUENTE:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 24346-A - DAVID SOMBRA PEIXOTO (ADVOGADO) EXECUTADO:RONALDO GARCIA LIMA. Processo nÂº Â 0016448-66.2014.8.14.0301 Exequente: Â BANCO SANTANDER SA Executada: Â RONALDO GARCIA LIMA DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o de tÃtulo extrajudicial. Â Â Â Â Â Â Foi deferida a pesquisa via SISBAJUD e INFOJUD na tentativa de localizar o endereÃ§o do executado (fl. 97). Â Â Â Â Â Â Pois bem, verifica-se que nÃ£o foi efetuada a juntada do protocolo de pesquisa dos referidos sistemas, diante disso, procedo Ã consulta ao sistema INFOJUD, a fim de encontrar o endereÃ§o atualizado do executado RONALDO GARCIA LIMA, conforme protocolo anexo. Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de nÃ£o encontrado o endereÃ§o atualizado, realizo pesquisa no sistema SISBAJUD. Â Â Â Â Â Encontrado endereÃ§o diferente da inicial, determino a expediÃ§Ã£o de mandado de citaÃ§Ã£o e pagamento para os executados, a fim de que efetue o pagamento do dÃ©bito, no prazo de 03 (trÃªs) dias. Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante, tendo em vista que nÃ£o foi localizado o executado ou bens penhorÃ¡veis, suspendo a execuÃ§Ã£o pelo prazo de 01 ano, nos termos do art. 921, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de suspensÃ£o, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhorÃ¡veis, serÃ¡ determinado o arquivamento dos autos, nos termos do art. 921, Â§2Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 22 de outubro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃvel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00183006220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 2594 - JOSE NAZARENO NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 12600 - ALBYNO FRANCISCO ARRAIS CRUZ (ADVOGADO) OAB 16503 - ANDREA OYAMA NAKANOME (ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:G DA S ROCHA JUNIOR ME REQUERIDO:GUILHERME DA SILVA ROCHA. R. H. 1. Atento aos presentes autos, este juÃzo jÃ¡ procedeu a tentativa de localizaÃ§Ã£o do endereÃ§o do Requerido/Executado por meio do sistema Siel, cuja diligÃªncia de citaÃ§Ã£o se mostrou infrutÃfera. Assim dispÃµe o art. 256, do CPC de 2015: ``Art. 256. A citaÃ§Ã£o por edital serÃ¡ feita: I - quando desconhecido ou incerto o citando;

II - quando ignorado, incerto ou inacessÃ-vel o lugar em que se encontrar o citando; III - nos casos expressos em lei. Â§ 1Âº Considera-se inacessÃ-vel, para efeito de citaÃ§Ã£o por edital, o paÃ-s que recusar o cumprimento de carta rogatÃ³ria. Â§ 2Âº No caso de ser inacessÃ-vel o lugar em que se encontrar o rÃ©u, a notÃ-cia de sua citaÃ§Ã£o serÃ¡ divulgada tambÃ©m pelo rÃ¡dio, se na comarca houver emissora de radiodifusÃ£o. Â§ 3Âº O rÃ©u serÃ¡ considerado em local ignorado ou incerto se infrutÃ-feras as tentativas de sua localizaÃ§Ã£o, inclusive mediante requisiÃ§Ã£o pelo juÃ-zo de informaÃ§Ãµes sobre seu endereÃ§o nos cadastros de Ã³rgÃ£os pÃºblicos ou de concessionÃ¡rias de serviÃ§os pÃºblicosÂ¿Â¿Â¿. Por conseguinte, considerando a inteligÃªncia do art. 256, Â§3Â°, do CPC, tendo este juÃ-zo o dever legal de esgotar todos os meios de localizaÃ§Ã£o da parte Requerida, oficie-se para a COSANPA, Equatorial ParÃ¡ Distribuidora de Energia S/A, Oi, Vivo e Tim, a fim de que estas possam informar a existÃªncia de endereÃ§os constantes de seus cadastros em nome da parte Requerida e seu respectivo CPF. Deve a parte Requerente/Exequente proceder ao recolhimento das custas dos cinco ofÃ-cios e sua postagem, em 15 dias, sob pena de extinÃ§Ã£o. 2. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00186302520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 08/11/2021 AUTOR:MILTON FRANCISCO DE SOUZA JUNIOR Representante(s): OAB 18893 - ISABELA CARDOSO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 20820 - PAULO ALEXANDRE MARTINS FILOMENO (ADVOGADO) . Processo: 0018630-25.2014.8.14.0301 Requerente: MILTON FRANCISCO DE SOUZA JUNIOR SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â MILTON FRANCISCO DE SOUZA JUNIOR, devidamente qualificado nos autos em epÃ-grafe, ajuizou AÃÃO DE RETIFICAÃÃO DE NOME (fls. 02/09). Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos de fls. 10/24. Â Â Â Â Â Â Â Determinada intimaÃ§Ã£o pessoal da autora para apresentar documentos no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o (fls. 71). Â Â Â Â Â Â Â Expedida carta de intimaÃ§Ã£o, por meio de aviso de recebimento (AR), conforme dls. 73/75. Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da lavra da Secretaria acerca da inÃ©rcia da parte autora (fls. 76). Â Â Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos Ã© possÃ-vel verificar que, apesar de devidamente intimada para se manifestar nos autos, a parte autora nÃ£o o fez, impondo-se a extinÃ§Ã£o do feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â ImpÃµe-se, portanto, o reconhecimento do abandono da causa, por parte do autor, e aplicaÃ§Ã£o do disposto no art. 485, II e III, do CÃ³digo de Processo Civil que afirma: Art. 485. Â O juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligÃªncia das partes; III - por nÃ£o promover os atos e as diligÃªncias que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Â Â Â Â Â Â Â Salienta-se, ainda, que de acordo com o que dispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil, no caso dos incisos II e III, o autor deve ser intimado pessoalmente para suprir o vÃ-cio. Ocorre que, no caso dos autos, a intimaÃ§Ã£o pessoal do autor nÃ£o foi possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: (TJCE-0064844) PROCESSO CIVIL. APELAÃÃO CÃVEL. EXTINÃÃO DA EXECUÃÃO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO POR ABANDONO DA CAUSA. ENVIO DE CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEBIMENTO PARA O ENDEREÃO INFORMADO NA INICIAL A FIM DE INTIMAR PESSOALMENTE O AUTOR. EXPEDIENTE NÃO CUMPRIDO. INEXISTÃNCIA DO NÃMERO DO LOCAL. VALIDADE DO ATO. EXECUÃÃO NÃO EMBARGADA. INAPLICABILIDADE DA SÃMULA 240 DO STJ. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1 - Trata-se de ApelaÃ§Ã£o interposta por empresa em face de sentenÃ§a que extinguiu a execuÃ§Ã£o por ela ajuizada, com fundamento no abandono da causa. 2 - No caso concreto, o feito permaneceu paralisado por mais de trinta dias, em virtude de a autora nÃ£o ter promovido os atos e diligÃªncias que lhe competiam. 3 - A Carta Registrada com Aviso de Recebimento enviada ao endereÃ§o indicado pela exequente na inicial para intimÃ¡-la a dar andamento ao feito foi devolvida sem cumprimento, constando a informaÃ§Ã£o que "nÃ£o existe o nÂº". 4 - A legislaÃ§Ã£o estabelece ser dever da parte informar e manter atualizado o seu endereÃ§o, comunicando qualquer mudanÃ§a ao juÃ-zo, sob pena de ser considerada vÃ¡lida a intimaÃ§Ã£o direcionada ao endereÃ§o entÃ£o cadastrado. 5 - Assim, observa-se que a frustraÃ§Ã£o no cumprimento do expediente de intimaÃ§Ã£o decorreu da prÃ³pria desÃ-dia da autora ao nÃ£o indicar corretamente o seu endereÃ§o atualizado, de modo que nÃ£o pode ela insurgir-se contra a validade do ato. 6 - Ademais, nÃ£o Ã© aplicÃ¡vel a SÃºmula 240 do STJ, segundo a qual a extinÃ§Ã£o do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do rÃ©u, uma vez que a execuÃ§Ã£o nÃ£o fora embargada. Precedentes

do STJ. 7 - Portanto, observa-se que foram observados todos os requisitos legais que legitimam a extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. 8 - Recurso conhecido e desprovido. SentenÃ§a mantida. (ApelaÃ§Ã£o nÂº 0072862-51.2005.8.06.0001, 1Âª CÃ¢mara Direito Privado do TJCE, Rel. Heraclito Vieira de Sousa Neto. j. 14.06.2017). (TJPA-0087981) APELAÃÃO CÃVEL - SENTENÃA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO POR ABANDONO - INTIMAÃÃO PESSOAL DETERMINADA POR AR ENTREGUE NO ENDEREÃO DO AUTOR INDICADO NA INICIAL - INTIMAÃÃO PERFECTIBILIZADA - OBRIGAÃÃO DO AUTOR EM MANTER SEU ENDERÃO ATUALIZADO PARA INTIMAÃÃES - REQUERIMENTO DOS REQUERIDOS - ABANDONO CARACTERIZADO - HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS - PRINCÃPIO DA CAUSALIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1 - apelaÃ§Ã£o que busca desconstituir sentenÃ§a de extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, por abandono; 2 - alegaÃ§Ã£o de nulidade por falta de intimaÃ§Ã£o. Impertinente. Sendo pois o AR destinado a promover a intimaÃ§Ã£o pessoal do autor, encaminhado para o endereÃ§o constante da inicial, considera-se perfectibilizada, pois dever do autor manter atualizado seu endereÃ§o nos autos para intimaÃ§Ã£o; 3 - alegaÃ§Ã£o de que inviÃ¡vel extinÃ§Ã£o por abandono, quando ausente requerimento. Impertinente, eis que fora requerido pelos rÃ©us a extinÃ§Ã£o do feito; 4 - alegaÃ§Ã£o de impossibilidade de extinÃ§Ã£o pela conclusÃ£o do feito. Impertinente. Processo paralisado hÃ¡ 3 anos. Dever de colaboraÃ§Ã£o que afasta culpa exclusiva da mÃ¡quina judiciÃ¡ria. 5 - Os honorÃ¡rios advocatÃcios sÃ£o devidos em razÃ£o do princÃpio da causalidade. Defensoria PÃºblica atuou peticionando em duas ocasiÃµes, inclusive pedindo a extinÃ§Ã£o por abandono e, ainda, em segundo grau. 4 - Recurso conhecido e improvido. SentenÃ§a mantida. (ApelaÃ§Ã£o nÂº 00003785620058140048 (184268), 2Âª Turma de Direito Privado do TJPA, Rel. Maria de NazarÃ© Saavedra GuimarÃ£es. j. 28.11.2017, DJe 11.12.2017). (TJSC-0576063) APELAÃÃO CÃVEL. REVISÃO DE CONTRATO. GRATUIDADE DE JUSTIÃA DENEGADA. RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DETERMINADO. INÃRCIA DA PARTE AUTORA. INICIAL INDEFERIDA. FEITO EXTINTO. SUSTENTADA A PRESUNÃÃO DE VERACIDADE DA DECLARAÃÃO DE HIPOSSUFICIÃNCIA. AUSÃNCIA DE INTERPOSIÃÃO DE RECURSO CONTRA A DECISÃO INTERLOCUTÃRIA QUE INDEFERIU A BENESSE. MATÃRIA PRECLUSA. NÃO CONHECIMENTO. ALEGADA A NECESSIDADE DE INTIMAÃÃO PESSOAL ANTES DA EXTINÃÃO DO FEITO. PROCEDIMENTO DE NOTIFICAÃÃO REALIZADO. OBSERVÃNCIA DO ART. 485, Â§ 1Âº, DO CPC. INTIMAÃÃO OBSTADA DEVIDO A ALTERAÃÃO DE DOMICÃLIO. DEVER DO AUTOR DE INFORMAR ENDEREÃO ATUALIZADO. ART. 274, PARÃGRAFO ÃNICO E ART. 77, V, AMBOS DO CPC. SENTENÃA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (ApelaÃ§Ã£o CÃvel nÂº 0301026-15.2015.8.24.0058, 4Âª CÃ¢mara de Direito Comercial do TJSC, Rel. Torres Marques. j. 07.08.2018). Â Â Â Â Â Â Â A ausÃªncia de manifestaÃ§Ã£o nos autos, assim como a falta ao informar a mudanÃ§a de endereÃ§o sÃ£o evidentes nos autos, em postura que vai de encontro ao dever de cooperaÃ§Ã£o entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Isso posto, julgo extinto o feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, tendo em vista que identificado o abandono de causa por parte da Autora, na forma do art. 485, II e III do CÃ³digo de Processo Civil, e por tudo mais o que consta nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Sem custas, uma vez que a parte autora se encontra acobertada pelo manto da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Havendo ApelaÃ§Ã£o, certifique-se e independente de nova conclusÃ£o, encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, para os devidos fins. Â Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de trÃ¢nsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-PA, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃvel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00201612020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMILTON PINTO SAMPAIO A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:JOAO MESSIAS DIAS MAGALHAES Representante(s): OAB 16102 - ELIEZER DA CONCEICAO BORGES (ADVOGADO) OAB 17025 - BRUNO RAFAEL VIANA OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:FILADELPHIA EMPRESTIMO CONSIGNADOS LTDA REU:BANCO CRUZEIRO DO SUL SA Representante(s): OAB 16286 - ELIELTON JOSE ROCHA SOUSA (ADVOGADO) OAB 95502 - GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (ADVOGADO) . 0020161-20-2012-814-0301 Â ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s do ato ordinatÃ³rio disciplinado no Provimento 006/2006 - CRMB, Â§2, inciso II, que delega poderes a este Diretor de Secretaria, para praticar atos de administraÃ§Ã£o e expediente, sem carÃ¡ter decisÃ³rio: Fica intimado patrono do autor para se manifestar, acerca dos documentos de fls.163-165, no prazo de cinco dias. Â BELÃM PA, 08/11/2021. Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Edmilton Pinto Sampaio Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diretor de Secretaria PROCESSO: 00208396120028140301 PROCESSO ANTIGO: 199310018051 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o:

Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 ADVOGADO:FERNANDO DA SILVA GONCALVES ADVOGADO:IZILENE LOPES FERREIRA REU:HERMINIO FERREIRA DA SILVA BRANCO Representante(s): ARLEN PINTO MOREIRA (ADVOGADO) ETURY BARROS (ADVOGADO) AUTOR:ELISANGELA LOPES FERREIRA Representante(s): FERNANDO DA SILVA GONCALVES (ADVOGADO) IZILENE LOPES FERREIRA (ADVOGADO) ADILSON JOSE MOTA ALVES (ADVOGADO) INVENTARIANTE:ANTONIO LUIZ LOPES REPRESENTANTE:HELIO DA SILVA BRANCO Representante(s): OAB 13544 - BRUNO RAFAEL DE JESUS LOPES (ADVOGADO) OAB 6218 - ADILSON JOSE MOTA ALVES (ADVOGADO) . R. H. 1. Intime-se as partes, por meio de seus Procuradores, para, no prazo de 10 dias, manifestarem-se a respeito das informaÃ§Ãµes do perito, constante das fls. 391. 2. Arquivem-se os Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o, 0020790-15.2002.814.0301, desapensando-o dos autos da execuÃ§Ã£o. 3. ApÃ³s, considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. 4. Analisando os presentes autos, verifica-se que estes se encontram em condiÃ§Ãµes de difÃ-cil manuseio e ainda apensados aos recursos de agravo de instrumento e recurso especial jÃ¡ definitivamente julgados pelo STJ, assim, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, deve o feito ser digitalizado, tomando-se a cautela de se identificar as situaÃ§Ãµes acima descritas, com o devido arquivamento dos recursos perante o STJ e o traslado da petiÃ§Ã£o do recurso, das decisÃµes proferidas, da certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado para os autos a que se referirem, com a devida certificaÃ§Ã£o do traslado. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00230410920178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:TIAGO PORTO SANTOS DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 21461 - ALLAN ROCHA OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BERLIM INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA E INCORPORADORA LEAL MOREIRA LTDA Representante(s): OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) . DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Analisando os presentes autos, constata-se que as requeridas, embora nÃ£o tenham sido citadas, compareceram espontaneamente nos autos (fls. 229), porÃ©m, nÃ£o apresentaram contestaÃ§Ã£o a respeito do teor da presente aÃ§Ã£o, mantendo-se silente perante o alegado pela parte autora. 2.Â Â Â Â Â Nesse sentido, em razÃ£o da ausÃªncia da contestaÃ§Ã£o, aplique-se ao caso o disposto no artigo 344 do CÃ³digo de Processo Civil, relativo Ã revelia, havendo, portanto, a presunÃ§Ã£o relativa dos fatos alegados na exordial. 3.Â Â Â Â Â Embora a revelia tenha sido aplicada, Ã© possÃ-vel que a parte revel com advogado habilitado nos autos (fls. 234/235) participe da produÃ§Ã£o de provas, conforme artigo 349 do CPC e sÃºmula nÂº 231 do STF Â¿O revel, em processo cÃ-vel, pode produzir provas, desde que compareÃ§a em tempo oportunoÂ¿. 4.Â Â Â Â Â Desta forma, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificar provas que pretendem produzir justificando a necessidade destas para o resultado Ãºtil do processo. 5.Â Â Â Â Â Caso as partes nÃ£o possuam provas a serem produzidas ou na hipÃ³tese de indeferimento destas com fundamento no art. 370, parÃ¡grafo Ãºnico, CPC, serÃ¡ realizado o julgamento antecipado do mÃ©rito, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. 6.Â Â Â Â Â Recolham-se as custas judiciais pendentes, se houver, salvo se a parte for beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita. 7.Â Â Â Â Â Intime-se. 8.Â Â Â Â Â Cumpra-se. BELÃM, 08 de novembro de 2021 Augusto Cesar daÂ Luz Cavalcante Juiz de Direito, titular da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00267956620118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:A. C. G. B. REPRESENTANTE:DANIELA MUNIQUE DOS SANTOS BESSA Representante(s): OAB 14680 - ENOY CARNAVAL FONSECA (ADVOGADO) OAB 18459 - LUIZ CARLOS DAMOUS DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 18459-B - LUIZ CARLOS DAMOUS DA CUNHA (ADVOGADO) REU:RAIMUNDO FRANCISCO DA SILVA REU:ENILSON PERES RANIERI Representante(s): OAB 19328 - TAIS RIBEIRO RANIERI (ADVOGADO) REU:EMPRESA DE TRANSPORTES NOVA MARAMBAIA LTDA Representante(s): OAB 6625 - NILZA RODRIGUES BESSA (ADVOGADO) OAB 15265 - HELIO GUEIROS NETO (ADVOGADO) OAB 15468 - NATALIN DE MELO FERREIRA (ADVOGADO) OAB 11163 - RAIMUNDO BESSA JUNIOR (ADVOGADO) . R. H. 1. Considerando que o Requerido RAIMUNDO FRANCISCO DA SILVA foi citado e nÃ£o ofereceu contestaÃ§Ã£o (fls. 212), este juÃ-zo declara a sua revelia, sem, contudo, aplicar-lhe a pena de confissÃ£o, dado que hÃ¡ defesa nos autos pelos demais

rÃ©us. 2. Intime-se a parte Requerente, para, no prazo de 15 dias, apresentar rÃ©plica; 3. ApÃ³s o escoamento do prazo anterior, concede-se para ambas as partes o prazo de 15 dias para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade desta para o resultado Ãºtil do processo. Esclarece-se que este juÃ-zo indeferirÃ¡ as provas que reputar por meramente protelatÃ³rias ou inadequadas ao fim a que se destinam como meio probatÃ³rio. 4. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00268480820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 08/11/2021 REQUERIDO:MARCIA BRASIL DE ARAUJO MORAES AUTOR:DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 31618 - DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (ADVOGADO) OAB 370960 - LUCIO FLAVIO DE SOUZA ROMERO (ADVOGADO) . R. H. 1. Atento aos presentes autos, este juÃ-zo verifica que o bem foi apreendido, entretanto, a Requerida nÃ£o foi citada atÃ© a presente data. Assim, intime-se a parte Requerente, para, no prazo de 15 dias, requerer o que de direito relativamente Ã citaÃ§Ã£o da devedora, sob pena de extinÃ§Ã£o. 2. Nesta oportunidade, retira-se a restriÃ§Ã£o inserida no Renajud, dada a apreensÃ£o do bem. 3. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00288454520098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910627057 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Usucapião em: 08/11/2021 AUTOR:FERNANDO DE ALMEIDA GONCALVES Representante(s): OAB 13297 - TAMARA CAVALCANTE GONCALVES (ADVOGADO) DR. ALBERTO FRANCO PIMENTEL BELEZA (ADVOGADO) . Processo nÂº 00288454520098140301 Requerente: Fernando de Almeida GonÃ§alves Requeridas: Davina Lopes Nunes e Joaquina Lopes da Cunha. DespachoÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o proposta por Fernando de Almeida GonÃ§alves. Alega, a parte Requerente, que por ser o Ãºnico filho de Adelina Barbosa Ribeiro de Almeida, recebeu a posse do bem usucapiendo, mediante termo de cessÃ£o de direitos subscrito, de sua genitora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Existem diligÃªncias a serem cumpridas, porÃ©m a parte autora, mesmo intimada, quedou-se inerte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, determino a intimaÃ§Ã£o pessoal da requerente, por mandado, para que cumpra a decisÃ£o de fls.70 (frente e verso), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito. Â¿00288454520098140301. Trata-se de AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o proposta por FERNANDO DE ALMEIDA GONÃALVES que alega ter recebido a posse do bem usucapiendo, mediante termo de cessÃ£o de direitos subscrito por sua genitora, que tinha o autor como Ãºnico filho. Fez prova das alegaÃ§Ãµes mediante as fls.08 (termo de cessÃ£o) e fls.10 (termo de ratificaÃ§Ã£o de divÃ³rcio). Sob pena de indeferimento do feito, emende, o Requerente, a inicial, com a Juntada de Planta geogrÃ¡fica do bem (constando localizaÃ§Ã£o, limites, dimensÃµes, coordenadas geogrÃ¡ficas, dentre outros), no prazo de 15 (quinze) dias. ApÃ³s juntada a Planta do bem, determino: 1- Compulsando os autos, visualizei que as proprietÃ¡rias do bem usucapiendo (DAVINA LOPES NUNES e JOAQUINA LOPES NUNES) nÃ£o foram qualificadas pelo Autor. PorÃ©m, existe nos autos a CertidÃ£o de fls. 55 em que o CartÃ³rio do 2Âº OfÃ-cio de imÃ³veis aponta as referidas senhoras como adquirentes do bem, pelo que determino a expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao CartÃ³rio de imÃ³veis do 2Âº OfÃ-cio para que forneÃ§a o nÃºmero de CPF/MF das respectivas (DAVINA LOPES NUNES e JOAQUINA LOPES NUNES). Junte, para tanto, cÃ³pia da certidÃ£o de fls. 55 dos autos ao expediente. 2-Conforme solicitado pelo ITERPA (fls.66), expeÃ§a-se ofÃ-cio com cÃ³pia da inicial, bem como cÃ³pia da planta geogrÃ¡fica (a ser juntada) do bem em questÃ£o para que diga se existe interesse no feito. 3- Em virtude da manifestaÃ§Ã£o de fls. 39, cite-se a CODEM, uma vez que a mesma afirmou ser detentora do domÃ-nio direto do bem usucapiendo, para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias. 4-Certifique, a Secretaria do JuÃ-zo, se os confinantes citados apresentaram defesa. Em havendo defesa, manifeste-se a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias. 5- Insira, a Secretaria do JuÃ-zo, o novo advogado (fls. 68/69), no Sistema LIBRA. 6- Quanto ao pedido de fls. 61, em que o Requerente solicitou a concessÃ£o da gratuidade das custas, segue deferida, nos termos do art. 98 do CPC. Serve, a presente, como MANDADO, CARTA ou OFÃCIO.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de

Direito, Titular da 6Âª vara CÃ-vel da Capital. PROCESSO: 00306216820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810886240 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 REU:NORTE GERADORES IMPORTACAO E EXPORTACAO E LOCACAO DE MAQUINAS LTDA Representante(s): OAB 15837 - SERGIO RENATO FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 15638 - TANIA CRISTINA FREITAS DE OLIVEIRA LABAD (ADVOGADO) OAB 16420 - TIAGO NASSER SEFER (ADVOGADO) OAB 20066 - THIAGO CORDEIRO GABY (ADVOGADO) ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR (ADVOGADO) AUTOR:H. C. MIRANDA ALIMENTOS Representante(s): OAB 920 - DEUSDEDITH FREIRE BRASIL (ADVOGADO) KELMA S. DE OLIVEIRA REUTER COUTINHO (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 22/10/2021: Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 28 de outubro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00331095720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Monitória em: 08/11/2021 REQUERENTE:SISTEMA DE ENSINO EQUIPE LTDA Representante(s): OAB 12415-A - JOSE ALEXANDRE CANCELA LISBOA COHEN (ADVOGADO) OAB 13281 - MARCELA MACEDO DE QUEIROZ (ADVOGADO) OAB 13137-B - ANA PAULA ALMEIDA LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANA MARIA LADISLAU DE MATOS. R. H. 1. Analisando os presentes autos, verifica-se que a parte Requerida foi citada por meio de edital, conforme fls. 41, ato este que deu sob a Ã©gide do CPC de 1973, que assim dispunha: ``Art. 232. SÃ£o requisitos da citaÃ§Ã£o por edital: (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 5.925, de 1Âº.10.1973) I - a afirmaÃ§Ã£o do autor, ou a certidÃ£o do oficial, quanto Ã s circunstÃ¢ncias previstas nos ns. I e II do artigo antecedente; (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 5.925, de 1Âº.10.1973) II - a afixaÃ§Ã£o do edital, na sede do juÃ-zo, certificada pelo escrivÃ£o; (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 5.925, de 1Âº.10.1973) III - a publicaÃ§Ã£o do edital no prazo mÃ¡ximo de 15 (quinze) dias, uma vez no Ã³rgÃ£o oficial e pelo menos duas vezes em jornal local, onde houver; (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 5.925, de 1Âº.10.1973) IV - a determinaÃ§Ã£o, pelo juiz, do prazo, que variarÃ¡ entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, correndo da data da primeira publicaÃ§Ã£o; (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 5.925, de 1Âº.10.1973) V - a advertÃªncia a que se refere o art. 285, segunda parte, se o litÃ-gio versar sobre direitos disponÃ-veis. (IncluÃ-do pela Lei nÂº 5.925, de 1Âº.10.1973) Â§1Âº. Juntar-se-Ã¡ aos autos um exemplar de cada publicaÃ§Ã£o, bem como do anÃºncio, de que trata o n o II deste artigo. (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 5.925, de 1Âº.10.1973 e parÃ¡grafo Ãºnico renumerado pela Lei nÂº 7.359, de 10.9.1985) Â§2Â°. A publicaÃ§Ã£o do edital serÃ¡ feita apenas no Ã³rgÃ£o oficial quando a parte for beneficiÃ¡ria da AssistÃªncia JudiciÃ¡ria. (IncluÃ-do pela Lei nÂº 7.359, de 10.9.1985) (grifou-se)Â¿Â¿ Os autos tramitam pela justiÃ§a paga, nÃ£o tendo sido trazida aos autos a publicaÃ§Ã£o do edital, no prazo mÃ¡ximo de 15 (quinze) dias, em pelo menos duas vezes em jornal local, logo, este juÃ-zo decreta a nulidade da citaÃ§Ã£o editalÃ-cia. 2. Atento aos presentes autos, este juÃ-zo jÃ¡ procedeu a tentativa de localizaÃ§Ã£o do endereÃ§o do Requerido por meio do sistema Siel, tendo encontrado o mesmo endereÃ§o da petiÃ§Ã£o inicial, cuja diligÃªncia de citaÃ§Ã£o se mostrou infrutÃ-fera. Assim dispÃµe o art. 256, do CPC de 2015: ``Art. 256. A citaÃ§Ã£o por edital serÃ¡ feita: I - quando desconhecido ou incerto o citando; II - quando ignorado, incerto ou inacessÃ-vel o lugar em que se encontrar o citando; III - nos casos expressos em lei. Â§ 1Âº Considera-se inacessÃ-vel, para efeito de citaÃ§Ã£o por edital, o paÃ-s que recusar o cumprimento de carta rogatÃ³ria. Â§ 2Âº No caso de ser inacessÃ-vel o lugar em que se encontrar o rÃ©u, a notÃ-cia de sua citaÃ§Ã£o serÃ¡ divulgada tambÃ©m pelo rÃ¡dio, se na comarca houver emissora de radiodifusÃ£o. Â§ 3Âº O rÃ©u serÃ¡ considerado em local ignorado ou incerto se infrutÃ-feras as tentativas de sua localizaÃ§Ã£o, inclusive mediante requisiÃ§Ã£o pelo juÃ-zo de informaÃ§Ãµes sobre seu endereÃ§o nos cadastros de Ã³rgÃ£os pÃºblicos ou de concessionÃ¡rias de serviÃ§os pÃºblicosÂ¿Â¿Â¿. Por conseguinte, considerando a inteligÃªncia do art. 256, Â§3Â°, do CPC, tendo este juÃ-zo o dever legal de esgotar todos os meios de localizaÃ§Ã£o da parte Requerida, oficie-se para a COSANPA, Equatorial ParÃ¡ Distribuidora de Energia S/A, Oi, Vivo e Tim, a fim de que estas possam informar a existÃªncia de endereÃ§os constantes de seus cadastros em nome da parte Requerida e seu respectivo CPF. Deve a parte Requerente proceder ao recolhimento das custas dos cinco ofÃ-cios e sua postagem, em 15 dias, sob pena de extinÃ§Ã£o. BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00350435020138140301

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 11362 - ERON CAMPOS SILVA (ADVOGADO) OAB 23032 - CRISTINA PIRES TEIXEIRA DE MIRANDA (ADVOGADO) EXECUTADO:CINTIA RODRIGUES DA SILVA BARATA EXECUTADO:ANDRE OLIVEIRA DE ANDRADE EXECUTADO:JURANDIR PEREIRA DA SILVA. R. H. 1. Considerando a certidÂ¿o de fls. 80, intime-se a parte Exequente, por meio de seu Procurador, requerer o que de direito em relaÃ§Â¿o Ã citaÃ§Â¿o do Executado, no prazo de 15 dias, sob pena de extinÃ§Â¿o. 2. ApÃ³s, considerando o cronograma de digitalizaÃ§Â¿o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Â¿o do feito, migrando-o para o PJE. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: BELÃMÂ Â Email: Â Â Â EndereÃ§o: PraÃ§a Felipe Patroni, FÃ³rum CÃ-vel, 2Âº andar, sala 234Â CEP: 66.015-260Â Â Bairro: Cidade VelhaÂ Â Fone: PROCESSO: 00362937420108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 EXEQUENTE:PETROBRAS DISTRIBUIDORA LTDA Representante(s): OAB 10151-B - NAMIR ROSANE DE FREITAS PICANCO (ADVOGADO) OAB 15162 - TOYA DE CASTRO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 14360 - NAPOLEAO NICOLAU DA COSTA NETO (ADVOGADO) OAB 25711 - LEONARDO MENDES CRUZ (ADVOGADO) EXECUTADO:INCOGEL INDUSTRIA E COMERCIO DE GELO E PESCADO LTDA Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 8265 - AFONSO MARCIUS VAZ LOBATO (ADVOGADO) OAB 10367 - ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES (ADVOGADO) OAB 14423 - ROMULO RAPOSO SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:FERNANDO ANTONIO PESSOA CEBOLAO EXECUTADO:MARCELO ANTONIO PESSOA CEBOLAO. Analisando as informaÃ§Ãµes constantes do sistema Libra, verifica-se que a advogada da parte Exequente retirou os autos da Secretaria com vistas em 03/11/2020 e os devolveu em 26/11/2020. A decisÃ£o que determinou a penhora nos autos foi publicada em 19 de outubro de 2020 (fls. 105). Assim, dispÃµe o art. 917, Â§1Â°, do CPC: ``Â§1Âº. A incorreÃ§Ã£o da penhora ou da avaliaÃ§Ã£o poderÃ¡ ser impugnada por simples petiÃ§Ã£o, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciÃªncia do atoÂ¿Â¿. Considerando a disposiÃ§Ã£o acima transcrita, a advogada da parte Exequente inviabilizou a defesa da parte Executada a partir do 11Âº dia do prazo de que a devedora dispunha para exercer referida faculdade e questionar a penhora. Assim, este juÃ-zo restitui tÃ£o somente o prazo de 5 dias Ãºteis para que o Executado possa exercer a faculdade prevista no art. 917, Â§1Â°, do CPC. Ressalta-se que aludida faculdade nÃ£o abrange a matÃ©ria prevista no art. 854, Â§2, do CPC, uma vez que, nos moldes do Â§3Â°, do mencionado artigo, a parte Executada dispunha tÃ£o somente de 5 dias Ãºteis para comprovar que as quantias tornadas indisponÃ-veis sÃ£o impenhorÃ¡veis e se ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros, estando, portanto, tal faculdade preclusa. BelÃ©m, 19 de outubro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00375849020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:ANTERO PINHEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) OAB 16929 - WERONYCA DE ALMEIDA SANTOS (ADVOGADO) OAB 18834 - CARLOS DE SENNA MENDES NETO (ADVOGADO) OAB 21596 - FELIPE MATOS DA COSTA (ADVOGADO) REU:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 14977 - MARCEL AUGUSTO SOARES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) OAB 14976 - LARISSA LUTIANA FRIZA DE VASCONCELOS (ADVOGADO) OAB 14638 - YVE NATALIA DE CAMPOS MOURA (ADVOGADO) OAB 8344 - DENNIS DE ALMEIDA ALVES (ADVOGADO) OAB 6.100 - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO) . Processo nÂº Â 0037584-90.2012.8.14.0301 Exequente: Â ANTERO PINHEIRO DA SILVA Executado: Â CENTRAIS ELÃTRICAS DO PARÃ S/A SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Foi expedido alvarÃ¡ e determinado a intimaÃ§Ã£o da parte executada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, efetue o depÃ³sito em juÃ-zo do saldo remanescente informado Ã s fls. 02 da planilha de cÃ¡lculo (fls. 265 dos autos). Â Â Â Â Â Â A parte executada efetuou o depÃ³sito do saldo remanescente, pugnando pelo arquivamento do feito (fls. 279/280). Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que a parte executada efetuou o depÃ³sito do saldo remanescente, deve ser expedido o respectivo alvarÃ¡, com a consequente extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Isso posto, com fulcro no art. 526, Â§ 3Âº, do CPC, declaro satisfeita a obrigaÃ§Ã£o referente aos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia devidos pelo executado

CENTRAIS ELÃTRICAS DO PARÃ S/A Ã parte exequente, e, via de consequÃªncia, extingo o processo. Â Â Â Â Â Â Desta forma, autorizo, desde jÃ¡, a transferÃªncia do valor de R$ 322,88 (trezentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos), acrescido de eventuais rendimentos, para a conta bancÃ¡ria informada na petiÃ§Ã£o de fls. 273, de titularidade do advogado, que possui poderes especÃ-ficos para receber valores (fls. 16), o qual fica desde jÃ¡ advertido de que na hipÃ³tese de inconsistÃªncia nos dados indicados, serÃ¡ expedido AlvarÃ¡ de Levantamento. Â Â Â Â Â Instrua-se o alvarÃ¡ com o extrato atualizado da subconta judicial. Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as determinaÃ§Ãµes aqui postas e nada mais havendo, dÃª-se baixa na distribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-PA, 08 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00397416520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMILTON PINTO SAMPAIO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 08/11/2021 REU:CD BELEM COMERCIO LTDA EPP AUTOR:FUNDO DE INV EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL I Representante(s): OAB 18691-A - JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO - PROC. 0039741-65.2014.814.0301 Â Â Â Â Â AtravÃ©s do provimento 006/2006, artigo 1Âº Â§ 2Âº, inciso X oriundo da Corregedoria Geral de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: fica a parte autora intimada para recolhimento das custas para diligÃªncia de fls.114 e verso, no prazo legal (expediÃ§Ã£o de mandado). Â Â Â Â Â BELÃM-PA, 08 DE NOVEMBRO DE 2021. DIRETOR DE SECRETARIA. PROCESSO: 00417171720108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Apelação Cível em: 08/11/2021 AUTOR:MARIA REGINA DOS SANTOS CORREA DA SILVA Representante(s): OAB 15267 - RAISSA HELENA DE ANDRADE LIMA (ADVOGADO) OAB 17399 - MARLON DOS SANTOS CORREA DA SILVA (ADVOGADO) REU:Y YAMADA SA COMERCIO E INDUSTRIA Representante(s): OAB 9232 - ARLEN PINTO MOREIRA (ADVOGADO) OAB 13304 - ARETHA NOBRE COSTA (ADVOGADO) OAB 580 - EUDIRACY ALVES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 9316 - CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA DE B.NOBRE (ADVOGADO) OAB 11260 - MARCELO AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBRE (ADVOGADO) . R. H. Â Â Â Â Â Â Â Arquivem-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00451098420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Usucapião em: 08/11/2021 REQUERENTE:TRANSTERRA TERRAPLANAGEM LTDA Representante(s): OAB 3312 - CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO (ADVOGADO) OAB 18941 - RENAN VIEIRA DA GAMA MALCHER (ADVOGADO) OAB 19988-B - FERNANDA VIEIRA DA GAMA MALCHER (ADVOGADO) REQUERIDO:PROJEN PROJETOS E ENGENHARIA LTDA REQUERIDO:ESPOLIO DE PAULO PONTE SOUZA BORGES LEAL REQUERIDO:LINDOLPHO JOSE DE CAMPOS SOARES REQUERIDO:ESPOLIO DE JOSE AUGUSTO SOARES AFFONSO Representante(s): OAB 20299 - ANTONIO GUILHERME LOBATO DE MIRANDA FILHO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:RUBENS LAMEIRA BARROS Representante(s): OAB 17438 - VIVIANNE ARAUJO DOS SANTOS (ADVOGADO) ENVOLVIDO:COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRACAO DA AREA METROPOLITA DE BELEM CODEM Representante(s): OAB 16544 - IGOR NOVOA DOS SANTOS VELASCO AZEVEDO (ADVOGADO) . Processo nÂº 00451098420168140301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requerente: Transterra Terraplanagem LTDA Requerida: PROJEN - Projetos e Engenharia LTDA, EspÃ³lio de Paulo Ponte Souza Borges Leal, EspÃ³lio Lindolpho JosÃ© de Campos Soares e EspÃ³lio de JosÃ© Augusto Soares Affonso. Despacho Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o ExtraordinÃ¡ria proposta por TRANSTERRA TERRAPLANAGEM LTDA em face de PROJEN - PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA e seus sÃ³cios sucessores ESPÃLIO DE PAULO PONTE DE SOUZA BORGES LEAL, representado pela inventariante REGINA MARIA BORGES LEAL RIBEIRO, EspÃ³lio de LINDOLPHO JOSÃ DE CAMPOS SOARES, representado por AndrÃ© Conte Soares e ESPOLIO DE JOSÃ AUGUSTO SOARES AFFONSO, representado por LEOMIRA DE MATTOS AFFONSO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido: Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1-Nos termos dos artigos 357, 385, 455 e 459 do NCPC, designo audiÃªncia de InstruÃ§Ã£o para o dia 04/02/2022, Ã s 09:00h., devendo cada uma das partes trazer suas testemunhas, independente de intimaÃ§Ã£o, ou por intimaÃ§Ã£o feita pelo advogado das partes, cabendo informar as testemunhas por eles arroladas do dia, da hora e do local da transmissÃ£o/realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia designada, por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao procurador juntar aos autos, com antecedÃªncia de pelo menos 3 (trÃªs) dias da data da audiÃªncia, cÃ³pia da correspondÃªncia de intimaÃ§Ã£o e do comprovante de recebimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2-Dada a ocorrÃªncia da pandemia da Covid-19 e com o objetivo de resguardar/preservar a vida e a saÃºde das partes, advogados, servidores e juÃ-zes, bem como

todos os atores deste processo, fica facultado o comparecimento mediante vÃ-deo conferÃªncia, razÃ£o pela qual concedo o prazo de 03 (trÃªs) dias para apresentar endereÃ§o eletrÃ´nico (e-mail) mediante o qual terÃ£o acesso Ã audiÃªncia, bem como contato telefÃ´nico em que possam ser encontrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Os interessados poderÃ£o obter o Guia PrÃ¡tico de AudiÃªncias e SessÃµes por VideoconferÃªncia (versÃ£o 2.0), disponÃ-vel em: http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Secretaria-de-informatica/542280-teletrabalho.xhtml Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Caso incidam os fatos insculpidos no Â§4Âº o art. 455 do CPC - o Advogado da parte deverÃ¡ requerer a intimaÃ§Ã£o da testemunha pelo JuÃ-zo, sob as penas do Â§3Âº do art. 455 (Â§ 3oÂ A inÃ©rcia na realizaÃ§Ã£o da intimaÃ§Ã£o a que se refere o Â§ 1oÂ importa desistÃªncia da inquiriÃ§Ã£o da testemunha.). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, data registrada no Sistema. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, Titular da 6Âª vara CÃ-vel da Capital. PROCESSO: 00454337920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 AUTOR:RODRIGO SANTOS DE FARIA Representante(s): OAB 16397 - DANIELLE FATIMA PEREIRA DA COSTA (ADVOGADO) OAB 19682 - GISELE CRISTINA DA SILVA (ADVOGADO) REU:LUNA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 9117 - ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR (ADVOGADO) OAB 17387 - ARTHUR CRUZ NOBRE (ADVOGADO) REU:CONSTRUTORA VILA DEL REY LTDA Representante(s): OAB 9117 - ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR (ADVOGADO) OAB 17387 - ARTHUR CRUZ NOBRE (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 9354 - GEORGE SILVA VIANA DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 14291 - BRENO FERNANDES BLASBERG (ADVOGADO) OAB 18405 - ANDREA OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 21483 - CLAYTON MOLLER (ADVOGADO) OAB 22189 - OSIRIS ANTINOLFI FILHO (ADVOGADO) OAB 25812 - ANA LUCIA ANTINOLFI (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 22/10/2021.Â Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 28 de outubro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00513216320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:LR MENDONÇA ME Representante(s): OAB 14364 - VIVIAN RUTH VIRGOLINO MOREIRA (ADVOGADO) OAB 13676 - JOBER SANTA ROSA FARIAS VEIGA (ADVOGADO) OAB 2613 - BERNADETE SANTA ROSA FARIAS VEIGA (ADVOGADO) OAB 14169 - JOAO BOSCO PINHEIRO LOBATO JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:LUCIANO RODRIGUES MENDONÇA Representante(s): OAB 14364 - VIVIAN RUTH VIRGOLINO MOREIRA (ADVOGADO) OAB 13676 - JOBER SANTA ROSA FARIAS VEIGA (ADVOGADO) OAB 2613 - BERNADETE SANTA ROSA FARIAS VEIGA (ADVOGADO) OAB 14169 - JOAO BOSCO PINHEIRO LOBATO JUNIOR (ADVOGADO) . R. H. 1. Defiro o pedido de vistas em favor dos Executados, conforme fls. 107. 2. Reputa-se os Executados por citados a partir da publicaÃ§Â¿o da presente decisÂ¿o, comeÃ§ando a fluir o prazo para apresentaÃ§Â¿o de embargos do devedor. 3. Nesta oportunidade e para que nÂ¿o haja alegaÃ§Â¿o de cerceamento de defesa, este juÃ-zo junta o resultado do Sisbajud. 4. ApÃ³s, considerando o cronograma de digitalizaÃ§Â¿o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Â¿o do feito, migrando-o para o PJE. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â PÃ¡gina de 2Â FÃ³rum de: BELÃMÂ Â Email: Â Â Â EndereÃ§o: PraÃ§a Felipe Patroni, FÃ³rum CÃ-vel, 2Âº andar, sala 234Â CEP: 66.015-260Â Â Bairro: Cidade VelhaÂ Â Fone: PROCESSO: 00566323020158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:PERPETUA FARIAS DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 11554 - ROSSANA PARENTE SOUZA (DEFENSOR) REU:BANCO ITAUCARD S/A. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que

atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 17/09/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00678176520158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 REQUERENTE:LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) REQUERIDO:TELMA MENEZES GIRARD DA SILVA. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. ApÃ³s, considerando a certidÃ£o de fls. 63, cumpra-se o despacho de fls. 59, sem Ã´nus para a parte Exequente, dada o cumprimento equivocado da intimaÃ§Ã£o pelo correio. Deve constar da carta de intimaÃ§Ã£o o carimbo de recebimento por mÃ£os prÃ³prias do devedor. Indefere-se o pedido de fls. 64/70, uma vez que o novo CPC, em seu art. 513, Â§2Â°, II, exige a intimaÃ§Ã£o pessoal do devedor que nÃ£o tenha procurador constituÃ-do nos autos. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00689207820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:LARISSA RODRIGUES COELHO Representante(s): OAB 8270 - CAMILE MELO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:ANDARELLA FRANQUIA LIMITADA Representante(s): OAB 17713 - ALINE CRISTINA SILVEIRA DE AMORIM (ADVOGADO) OAB 200121 - DANIEL ALCANTARA NASTRI CERVEIRA (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 22/10/2021: Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 28 de outubro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00817657420158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 REQUERENTE:SISTEMA EDUCACIONAL ACRÓPOLE LTDA Representante(s): OAB 11902 - LUCIANO SANTOS DE OLIVEIRA GOES (ADVOGADO) REQUERIDO:CRISTINA FREITAS HERINGER DE ARAUJO. Processo nÂº Â 0081765-74.2015.8.14.0301 Exequente: Â SISTEMA EDUCACIONAL ACRÃPOLE BELÃM LTDA Executada: Â CRISTINA FREITAS HERINGER DE ARAÃJO SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial. Â Â Â Â Â Â Foi determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte exequente para informar se possui interesse no feito e pagar as custas processuais pendentes (fl. 62). Â Â Â Â Â Â A parte exequente informou que tem interesse no prosseguimento do feito e requereu a citaÃ§Ã£o da executada (fl. 64). Â Â Â Â Â Â A parte exequente foi novamente intimada para recolher as custas pra fins de citaÃ§Ã£o (fl. 68). Â Â Â Â Â Â Foi certificado que a parte exequente nÃ£o recolheu as custas para fins de citaÃ§Ã£o (fl. 71). Â Â Â Â Â Â Era o que se tinha a relatar. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â O CÃ³digo de Processo Civil, ao dispor acerca das despesas processuais, expressa: Â¿Art. 82. Â Salvo as disposiÃ§Ãµes concernentes Ã gratuidade da justiÃ§a, incumbe Ã s partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o inÃ-cio atÃ© a sentenÃ§a final ou, na execuÃ§Ã£o, atÃ© a plena satisfaÃ§Ã£o do direito reconhecido no tÃ-tuloÂ¿. (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â Â Ã evidente, portanto, que se trata de Ã´nus da parte o pagamento das despesas que advierem dos atos que requer durante o andamento processual, devendo o pagamento ser antecipado. Â Â Â Â Â Â Ademais, a jurisprudÃªncia pÃ¡tria jÃ¡ prolatou entendimento de que o pagamento das custas processuais Ã© pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo. Vejamos: (TJPE-0116484) APELAÃÃO CÃVEL. PROCESSO CIVIL. GRATUIDADE DA JUSTIÃA INDEFERIDA. PRECLUSÃO. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. EXTINÃÃO SEM JULGAMENTO DO MÃRITO. APELO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÃNIME. 1. A questÃ£o do deferimento da gratuidade da justiÃ§a estÃ¡ preclusa, pois foi decidida por acÃ³rdÃ£o com trÂ¢nsito em julgado, nÃ£o podendo ser rediscutida. Intimado do acÃ³rdÃ£o que negou provimento ao Agravo de Instrumento, o demandante deveria ter recolhido as custas, o que nÃ£o fez. 2. O

juÃ-zo de primeiro grau agiu corretamente ao extinguir o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, pois o pagamento das custas processuais constitui pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo, conforme o art. 267, IV, do CPC. 3. Apelo nÃ£o provido. DecisÃ£o unÃ¢nime. (ApelaÃ§Ã£o nº 0002467-27.2014.8.17.2001, 2Âª CÃ¢mara CÃ-vel do TJPE, Rel. Roberto da Silva Maia. j. 14.09.2016, unÃ¢nime, DJe 30.09.2016). (grifos acrescidos) (TJPI-0028577) PROCESSUAL CIVIL. APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. PETIÃÃO NÃO EMENDADA. INICIAL INDEFERIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Deixando a parte autora de atender a determinaÃ§Ã£o judicial acerca do pagamento das custas processuais, correto o entendimento do Magistrado a quo, ao extinguir o feito, sem resolver o mÃ©rito da demanda, pois o pagamento das custas processuais representa verdadeiro pressuposto processual de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo. A ausÃªncia deste requisito, portanto, autoriza a extinÃ§Ã£o do processo nos moldes do art. 267, IV, do CPC/1973, vigente Ã Ã©poca do proferimento da sentenÃ§a, nÃ£o havendo que falar em necessidade de intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora, nos moldes do parÃ¡grafo Ãºnico do art. 267, do mesmo diploma legal. 2. Recurso conhecido e nÃ£o provido. SentenÃ§a mantida. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nº 201500010048528, 4Âª CÃ¢mara Especializada CÃ-vel do TJPI, Rel. Fernando Lopes e Silva Neto. j. 23.08.2016, unÃ¢nime). (grifos acrescidos) (TJSP-2353627) EXTINÃÃO DO PROCESSO. HIPÃTESE EM QUE, CONQUANTO INTIMADO, NA PESSOA DE SEU ADVOGADO, A PROCEDER AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS INICIAIS E DA TAXA DEVIDA PARA A EFETIVAÃÃO DO ATO CITATÃRIO, OMITIU-SE O BANCO EXEQUENTE NO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÃÃO NO PRAZO DE 15 DIAS QUE LHE FOI CONCEDIDO. AUSÃNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÃÃO E DESENVOLVIMENTO VÃLIDO E REGULAR DO PROCESSO (CPC, 485, IV). DESNECESSIDADE NA ESPÃCIE DE INTIMAÃÃO PESSOAL DA PARTE, SENDO SUFICIENTE A INTIMAÃÃO DE SEU ADVOGADO PELA IMPRENSA OFICIAL. SENTENÃA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO, COM A OBSERVAÃÃO DE QUE O PROCESSO Ã JULGADO EXTINTO, SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. DISPOSITIVO: NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, COM OBSERVAÃÃO.Â (ApelaÃ§Ã£o nº 1002110-59.2017.8.26.0001, 19Âª CÃ¢mara de Direito Privado do TJSP, Rel. JoÃ£o Camillo de Almeida Prado Costa. j. 26.06.2018). (grifos acrescidos) (TJPA-0090042) APELAÃÃO CÃVEL. EXTINÃÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. DILIGÃNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÃA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÃÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA. ARTIGO 485, IV, DO NCPC. JURISPRUDÃNCIA DESTA CORTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. O autor ajuizou a aÃ§Ã£o executiva em 16 de maio de 2016 e expediu boleto das custas iniciais, via sistema custaonline, e nÃ£o incluiu o valor das diligÃªncias do oficial de justiÃ§a, conforme determina a 8.328/2015, vigente desde 01 de abril de 2016, antes, portanto, do ajuizamento da aÃ§Ã£o2. Assim, diferentemente do que alega o apelante, a Lei que regulamenta as custas e despesas processuais estÃ¡ vigente desde 01 de abril de 2016 e nÃ£o em 21 de julho de 2016.3. Ademais, os boletos para pagamento das custas iniciais foram expedidos pelo prÃ³prio apelante, via sistema e nÃ£o na UNAJ, conforme se constata no relatÃ³rio de conta do processo, no item "custa gerada por" (fl. 62). Assim, deixou de emitir as custas para pagamento da diligÃªncia do oficial de justiÃ§a e, quando foi determinado que realizasse o pagamento, quedou-se inerte. 4. AlÃ©m disso, a alegaÃ§Ã£o de que deveria ser intimado pessoalmente nÃ£o se sustenta, pois a situaÃ§Ã£o exposta pela parte nÃ£o se refere a abandono de causa, como tenta induzir, mas a falta de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do feito, nos termos do artigo 485, IV, do NCPC, e, portanto, nÃ£o exige a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte e de seu advogado. 5. Recurso Conhecido e nÃ£o provido. (ApelaÃ§Ã£o nº 00081537620168140040 (186540), 2Âª Turma de Direito Privado do TJPA, Rel. JosÃ© Maria Teixeira do Rosario. j. 20.02.2018, DJe 07.03.2018). (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â No caso dos autos, verifica-se que a parte exequente foi intimada para o pagamento das custas judiciais a fim de que fosse realizada a citaÃ§Ã£o da parte executada, buscando o vÃ¡lido e regular andamento do feito. No entanto, conforme certificado, quedou-se inerte, por mais de uma vez, o que impÃµe a extinÃ§Ã£o do feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Isso posto, julgo extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, em virtude de ausÃªncia de pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo, na forma do art. 485, IV, do CÃ³digo de Processo Civil e por tudo mais o que consta nos autos. Â Â Â Â Â Havendo apelaÃ§Ã£o, intime-se o apelado para apresentar contrarrazÃµes, no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do para ParÃ¡, para os devidos fins. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, cumpridas as diligÃªncias necessÃ¡rias, arquivem-se os autos, dando-se baixa no registro e na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00898814020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE

A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:LN GUERRA HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA Representante(s): OAB 8551 - PAULO ANDRE RIBEIRO NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 9504 - CAMILLA RUBIN MATOS (ADVOGADO) REQUERIDO:TELEMAR NORTE LESTE SA Representante(s): OAB 13866-A - ELADIO MIRANDA LIMA (ADVOGADO) . Processo nº Â 0089881-40.2013.8.14.0301 Autor: Â Â LN GUERRA HOLDING E PARTICIPAÃÃES LTDA RÃ©u: Â Â TELEMAR NORTE LESTE SA DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â A parte autora peticionou requerendo a devoluÃ§Ã£o dos prazos referentes Ã apresentaÃ§Ã£o de rÃ©plica e indicaÃ§Ã£o de provas, haja vista que nÃ£o houve publicaÃ§Ã£o em nome das advogadas CAMILA RUBIN MATOS (OAB/PA 9.504) e HELIANA MARIA ROCHA MARTINS (OAB/PA 9.175) (fls. 388/389). Â Â Â Â Â Â Pois bem, saliente-se que a ausÃªncia de intimaÃ§Ã£o do advogado Ã© passÃvel de nulidade, conforme dispÃµem os arts. 272, Â§2Âº e 280 do CPC. Vejamos: Â¿Art. 272. Â Quando nÃ£o realizadas por meio eletrÃ´nico, consideram-se feitas as intimaÃ§Ãµes pela publicaÃ§Ã£o dos atos no Ã³rgÃ£o oficial. [...] Â§ 2oÂ Sob pena de nulidade, Ã© indispensÃ¡vel que da publicaÃ§Ã£o constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo nÃºmero de inscriÃ§Ã£o na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados. Art. 280. Â As citaÃ§Ãµes e as intimaÃ§Ãµes serÃ£o nulas quando feitas sem observÃ¢ncia das prescriÃ§Ãµes legaisÂ¿. Â Â Â Â Â Tendo em vista que a parte autora nÃ£o foi intimada, a fim de evitar nulidade e prejuÃzo para a parte autora, deve ser garantido o contraditÃ³rio, motivo pelo qual determino a devoluÃ§Ã£o do prazo para a parte autora, a partir da data da publicaÃ§Ã£o desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Por fim, saliente-se que nÃ£o foi possÃvel cadastrar no sistema LIBRA a causÃdica HELIANA MARIA ROCHA MARTINS (OAB/PA 9.175), sob a justificativa de que Â¿O representante escolhido estÃ¡ suspenso no cadastro da OABÂ¿, conforme protocolo em anexo. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃvel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 01345146820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMILTON PINTO SAMPAIO A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:LUCAS IMPORTAO E EXPORTAO LTDA Representante(s): OAB 13475 - LUIS DENIVAL NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:REAL PARA DISTRIBUIDORA E COMERCIALIZACAO DE FRIOS LTDA. 0134514-68-2015-814-0301 Â ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AtravÃ©s do ato ordinatÃ³rio disciplinado no Provimento 006/2006 - CRMB, Â§2, inciso II, que delega poderes a este Diretor de Secretaria, para praticar atos de administraÃ§Ã£o e expediente, sem carÃ¡ter decisÃ³rio: Fica intimado patrono do autor para se manifestar acerca da certidÃ£o de fls. 220, no prazo de cinco dias. Â BelÃ©m, 08/11/2021. Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Edmilton Pinto Sampaio Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diretor de Secretaria PROCESSO: 06817112520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 211648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) EXECUTADO:ALMEIDA E FERREIRA SERVIÇOS LTDA - ME Representante(s): OAB 6788 - MARCIA ANDREA CELSO DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:REJANE CRISTINA DA COSTA FERREIRA EXECUTADO:CARLOS ANTONIO DE OLIVEIRA ALMEIDA Representante(s): OAB 6788 - MARCIA ANDREA CELSO DA SILVA (ADVOGADO) . R. H. Indefere-se o pedido de bloqueio via bancenjud, uma vez que este jÃ¡ foi tentado e restou infrutÃfero. Caso a parte indique outros bens passÃveis de penhora, considerando o cronograma de digitalizaÃ§Â¿o dos processos fÃsicos instituÃdo por este Tribunal, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Â¿o do feito, migrando-o para o PJE. NÂ¿o havendo requerimento, arquivem-se os autos, conforme decisÂ¿o de fls. 154/155. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃvel e Empresarial da Capital Â PÃ¡gina de 2Â FÃ³rum de: BELÃMÂ Â Email: Â Â Â EndereÃ§o: PraÃ§a Felipe Patroni, FÃ³rum CÃvel, 2Âº andar, sala 234Â CEP: 66.015-260Â Â Bairro: Cidade VelhaÂ Â Fone: PROCESSO: 07886312320168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 RECLAMANTE:TANIA MARIA JENNINGS DA COSTA SILA Representante(s): OAB 21394 - ANGELICA DE FATIMA JENNINGS DA COSTA SILVA (ADVOGADO) RECLAMADO:CELPA Representante(s): OAB 14977 - MARCEL AUGUSTO SOARES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) OAB 6.100 - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO)

. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 22/10/2021:Â Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 28 de outubro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital

Comarca: BELÉM Vara: 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM Processo: 0001813-55.2003.8.14.0301, Ação: Cumprimento de sentença, Processo Antigo: 2003-1.0033812

Partes:REU: BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARAHOSPITAL D LUIZ IRepresentante(s):ALMERINDO TRINDADE (ADVOGADO)REU: SANDRA HELENA DE MORAES LEITERepresentante(s):OAB 1590 - AMERICO LINS DA SILVA LEAL (ADVOGADO)OAB 1821 - SUZANA CHRISTINA DIAS DA SILVA (ADVOGADO)AUTOR: MARIA AUGUSTA FREITAS DA CUNHARepresentante(s):FERNANDO DA SILVA GONCALVES (ADVOGADO) e outros.

Trata-se de AÃÃO DE INDENIZAÃÃO E REPARAÃÃO POR DANOS MORAIS movido por MARIA AUGUSTAFREITAS CUNHA em face de SANDRA HELENA DE MORAES LEITE e BENEMÃRITA SOCIEDDE PORTUGUESABENEFICIENTE DO PARÃ - HOSPITAL D. LUIZ I. Â Â Â Â Â Informa a autora que em 31 de agosto de 2001 deuentrada no hospital Beneficente do ParÃ¡ para a retirada de pequenos miomas localizados na parede uterina. Operadapela primeira rÃ©, apÃ³s a cirurgia, comeÃ§ou a ter grave crise gastrintestinal, provocada pela forte medicaÃ§Ã£oadministrada pela via oral. Â Â Â Â Â Alega a autora que, estava debilitada e tinha fortes crises de vÃ ¿mito, diarreia edor abdominal, na manhÃ£ do quinto dia de internaÃ§Ã£o, familiares requereram sua alta encaminhando-a para omÃ©dico do TJE para o tratamento da crise gastrointestinal. Â Â Â Â Â Aduz que trÃªs meses apÃ³s a operaÃ§Ã£o,sentiu uma tumoraÃ§Ã£o pÃ©lvica, abaixo do umbigo, perceptÃ-vel por simples apalpaÃ§Ã£o, porÃ©m, em consultacom a primeira requerida, disse-lhe que aquilo nada mais era que suas alÃ§as intestinais estavam cheias.Â Â Â Â Â Relata que dois meses depois, incomodada, voltou com requerida e que esta requisitou uns exames derotina e nÃ£o detectaram nenhuma anormalidade. Â Â Â Â Â Ocorre que, a requerente passou em um concursopÃºblico e ao ser avaliada pela mÃ©dica do Tribunal de JustiÃ§a, nos exames prÃ©-admissionais ao cargo deescrivÃ£, os mÃ©dicos constataram a existÃªncia de um suposto tumor na regiÃ£o pÃ©lvico-abdominal dedimensÃ¿es preocupantes. Â Â Â Â Â Por estar portando, supostamente, um tumor maligno no intestino, a autora forasubmetida a diversos exames, atÃ© a operaÃ§Ã£o para extirpÃ¡-lo. ApÃ³s a realizaÃ§Ã£o da cirurgia, o que pensavaser um tumor, nada mais era do que uma Â¿Estrutura Globosa inteiramente constituÃ-da por uma compressa cirÃºrgicainteiraÂ¿, um corpo estranho deixado dentro dos seus Ã³rgÃ£os. Â Â Â Â Â Explica, que os exames solicitados pelaprimeira rÃ© nÃ£o foram suficientes para atestar o possÃ-vel tumor, deixando o mesmo chegar a uma proporÃ§Ã£o de15 x 15 centÃ-metros. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Em sede de contestaÃ§Ã£o, Ã s fls. 71/76, a segundarÃ©, alegada a falta de esclarecimentos inicial, atribuindo os fatos Ã mÃ©dica e Unimed, pedindo que integrasse alide, sem documentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â A rÃ© Sandra Helena de Moraes Leite apresentou contestaÃ§Ã£o Ã s fls.81/106, alegando ilegitimidade passiva pois todas as compressas utilizadas durante a cirurgia foram retiradas dorecinto, ou seja, nada faltou na sala. Â Â Â Â Â TambÃ©m alegou que a petiÃ§Ã£o inicial Ã© inepta, ao argumento deque o nÃ£o hÃ¡ ligaÃ§Ã£o entre o dano moral e a conduta que lhe Ã© imputada. No mÃ©rito sustenta a ausÃªncia deerro no procedimento e que os desconfortos pÃ³s-operatÃ³rios sÃ£o comuns; descreve todo o histÃ³rico deacompanhamento da autora e o procedimento cirÃºrgico. Juntou documentos, fls. 109/316. Â Â Â Â Â A autora semanifestou sobre as contestaÃ§Ã¿es em petiÃ§Ã£o de fls. 319/332, e a partir daÃ- surgiram informaÃ§Ã¿es novas,como a localizaÃ§Ã£o da compressa na segunda cirurgia realizada no Hospital SaÃºde da Mulher e o local da primeiracirurgia, juntando laudo de ultrassonografia pÃ©lvico/transvaginal. Â Â Â Â Â A pedido da autora foramdesentranhados documentos, conforme despacho de fl. 353, oportunizando Ã s rÃ©s manifestarem-se sobre osdocumentos novos que a autora juntou, tendo a rÃ© Sandra Helena de Moraes Leite se manifestado em fls. 354/365.Â Â Â Â Â Diante da manutenÃ§Ã£o da ordem de desentranhamento dos documentos, a segunda rÃ© manejouagravo, em sua modalidade retida. Â Â Â Â Â AudiÃªncia conciliatÃ³ria Ã s fls. 372/373. Â Â Â Â Â A autora interpÃ ¿sagravo de instrumento, motivando o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o e a consequente anulaÃ§Ã£o da audiÃªncia.Nessa mesma ocasiÃ£o foi determinada a citaÃ§Ã£o da litisdenunciada Unimed BelÃ©m, cuja contestaÃ§Ã£o foiretirada dos autos por intempestividade, fls. 456/457. Â Â Â Â Â Em 19/5/2004 foi realizada nova audiÃªnciaconciliatÃ³ria Ã s fls.478/481, presentes todos os envolvidos, inclusive a litisconsorte Unimed BelÃ©m que,insatisfeita com a decisÃ£o de prosseguimento da instruÃ§Ã£o, opÃ ¿s agravo retido. Â Â Â Â Â Durante a audiÃªnciafoi deferida a produÃ§Ã£o das provas: pela autora: juntada de novos documentos e inquiriÃ§Ã£o de testemunhas; pelarÃ© BenemÃ©rita Sociedade Portuguesa Beneficente do ParÃ¡: perÃ-cia mÃ©dica e

prova testemunhal, em especial aoitiva da enfermeira-chefe do centro cirÃºrgico; pela rÃ© Sandra Helena de Moraes Leite: informaÃ§Ã£o, por parte daautora, de todos os procedimentos mÃ©dicos-cirÃºrgicos a que se submeteu entre 1990 e 2003; depoimento pessoalda autora e inquiriÃ§Ã£o de testemunhas; perÃ-cias por ginecologista, cirurgiÃ£o geral, anÃ¡tomo-patologista eradiologista; pela rÃ© Unimed BelÃ©m: depoimento pessoas da autora e das rÃ©s, oitiva de testemunhas e que a rÃ©BenemÃ©rita Sociedade Portuguesa Beneficente do ParÃ¡ indique o nome e de todas as pessoas que trabalharam nasala de cirurgia e funÃ§Ã£o exercida. Â Â Â Â Â A rÃ© BenemÃ©rita Sociedade Portuguesa Beneficente do ParÃ¡informou os nomes e funÃ§Ã¿es de todos os que estiveram na sala de cirurgia, em atendimento ao que foi requeridopela tambÃ©m rÃ© Unimed BelÃ©m e indicou como testemunha MarÃ-lia Pantoja Soares, enfermeira-chefe do centrocirÃºrgico. Â Â Â Â Â A autora arrolou testemunhas (fls. 489/490). A rÃ© Unimed BelÃ©m tambÃ©m arroloutestemunhas (fls. 495/496) e requereu a intimaÃ§Ã£o do Hospital para cumprir corretamente o que foi determinado emrelaÃ§Ã£o Ã relaÃ§Ã£o das pessoas que se encontravam na sala de cirurgia. A rÃ© Sandra Helena de Moraes Leitejuntou novos documentos (513/524), assim como requereu ofÃ-cio ao diretor da ClÃ-nica Mendes e Queiroz Ltda., localonde a autora foi submetida a cirurgia em 18/1/1994 para fornecimento do prontuÃ¡rio mÃ©dico e nessa mesmaocasiÃ£o arrolou testemunhas (fls. 529/531). A rÃ© Sandra Helena de Moraes Leite e a autora formularam quesitos(fls. 535/543). Â Â Â Â Â A rÃ© Unimed BelÃ©m tambÃ©m formulou quesitos (fls. 546/548). A partir daÃ- comeÃ§ou avia crucies para realizaÃ§Ã£o das perÃ-cias, inclusive o Ãºnico mÃ©dico que aceitou o encargo, Dr. Luiz AlbertoRodrigues de Moraes, CRM 1388, nÃ£o foi mais localizado e outros, ainda que intimados, quedaram-se inertes.Â Â Â Â Â O Centro de PerÃ-cias CientÃ-ficas informou sÃ³ possuir peritos mÃ©dicos na Ã¡rea de ginecologia (fl. 621).Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fls. 622 fora invertido o Ã ¿nus da prova. Â Â Â Â Â Agravo Instrumento em fls. 635, da qualagravaram a primeira rÃ© e Unimed BelÃ©m. Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fls. 714/717 excluindo a UNIMED do polopassivo da aÃ§Ã£o, reconhecendo a ilegitimidade da mesma; determinando que a denunciante BenemÃ©ritaSociedade Portuguesa Beneficente do ParÃ¡ devesse restituir as despesas processuais da Unimed BelÃ©m, corrigidaspela Selic a partir do efetivo desembolso, bem como pagar os honorÃ¡rios do advogado, que arbitro em R$10.000,00(dez mil reais) e por fim, que os mÃ©dicos Luiz Alberto Rodrigues de Moraes, cirurgiÃ£o geral (fl. 595), Elza Baia Brito,patologista, JosÃ© Marcos Rodrigues Garcia, radiologista e Maria Francisca Alves Alves, ginecologista (fl. 555), sejamintimados para realizar a perÃ-cia, designando data com antecedÃªncia para intimaÃ§Ã£o das partes e assistentestÃ©cnicos. Â Â Â Â Â Em fls. 742, nomeaÃ§Ã£o de mÃ©dico patologista. Â Â Â Â Â Ãs fls. 768, hÃ¡ uma petiÃ§Ã£o daUNIMED COOPERATIVA DE TRABALHO MÃDICO requerendo a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ para o levantamento dovalor de R$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais) referente aos honorÃ¡rios periciais. Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fls.773, o perito requer a intimaÃ§Ã£o das partes para comparecerem ao hospital Guadalupe para a realizaÃ§Ã£o daperÃ-cia. Â Â Â Â Â O perito informa Ã s fls. 776, que as partes nÃ£o compareceram a perÃ-cia. Â Â Â Â Â EmpetiÃ§Ã£o de fls. 790 fora determinado que a entÃ£o UNIMED se manifestasse do valor a ser restituÃ-do peladenunciante, bem como a intimaÃ§Ã£o dos peritos. Â Â Â Â Â AudiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o Ã s fls. retro, no qual aparte autora pugna pelo julgamento antecipado do processo, pois existe laudos e provas nos autos suficientes para aprocedÃªncia do pedido.Â A parte requerida SANDRA HELENA: Reitero o pedido de produÃ§Ã£o de provas uma vezprovas suficientes da autoria do fato imputado a requerida. BENEFICENTE: Requer a juntada da procuraÃ§Ã£o.Diante da nÃ£o realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia jÃ¡ deferida por este juÃ-zo reitera-se o pedido para produÃ§Ã£o de provas,juntadas de novos documentos em especial e prova pericial, jÃ¡ deferidas desde o termo de audiÃªncia de fls, 372,devendo a perÃ-cia constar com junta medica de ginecolÃ³gica, cirurgiÃ£o geral, anatomia patologista, radiologia epsiquiatria, provas testemunhais. Requer seja desde jÃ¡ a intimaÃ§Ã£o dos peritos indicados nos autos, aproveitando-se os quesitos jÃ¡ apresentados pelas partes. Dado ao decurso do prazo, seja oportunizada as partes a indicaÃ§Ã£ode novas testemunhas e complementaÃ§Ã£o de quesitos. UNIMED: A Unimed BelÃ©m ratifica o pedido apresentado`s fls. 791, de restituiÃ§Ã£o do valor de R$-4.961,08, pela BenemÃ©rita Sociedade Portuguesa Beneficente do ParÃ¡,de acordo com o que foi determinado na decisÃ£o de fls. 711 a 717, que julgou extinto o processo em relaÃ§Ã£o Ã Operadora e determinou que a Denunciante devesse restituir as despesas processuais pagas pela Unimed BelÃ©m.Â Â Â Â Â Autos conclusos Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â DA PRIORIDADE Â Â Â Â Â A prioridade natramitaÃ§Ã£o processual, nos termos dos artigos 71 do Estatuto do Idoso e 1.048 do CÃ³digo de Processo Civil de2015, deve ser requerida pelo prÃ³prio idoso, parte legÃ-tima para postular o benefÃ-cio, mediante prova da idade, oque foi feito a contento nos presentes autos. Â Â Â Â Â Assim, pelo lapso temporal desarrazoado do processo,prudente que se imponha a tramitaÃ§Ã£o prioritÃ¡ria do feito, dispensando-se os imbrÃ³glios que estÃ£o a obstaculizaro julgamento do mÃ©rito. Â Â Â Â Â DA DISPENSA DA PERÃCIA - PRINCÃPIO DA RAZOABILIDADE E DOCONVENCIMENTO LIVRE E

MOTIVADO DO JUIZ Â Â Â Â Â Primeiramente, compulsando os autos verifico quediante da impossibilidade da nomeaÃ§Ã£o de peritos especÃ-ficos para atuarem neste processo, verifico que aindaassim existam outros elementos tÃ©cnicos nos autos que levam este magistrado a firmar seu entendimento. Muitoembora a providÃªncia seja imprescindÃ-vel para a demonstraÃ§Ã£o do dano material, este nÃ£o Ã© o Ãºnicoelemento fÃ¡tico e probatÃ³rio para tanto, a autora colaciona amplo lastro probante neste sentido e da anÃ¡lise dosautos entendo que Ã© desarrazoado imputar os inÃºmeros declÃ-nios periciais por conta de corporativismo Ã autora,deixando-a no prejuÃ-zo, estando essa demora obstaculizando a anÃ¡lise de mÃ©rito. Â Â Â Â Â NÃ£o obstante seja ojuiz o condutor do processo e o destinatÃ¡rio das provas, cabendo a ele determinar a importÃ¢ncia de suarealizaÃ§Ã£o, tenho que Ã© prudente a dispensa da referida prova. Importante salientar que somente Ã© permitida adispensa da perÃ-cia mÃ©dica, em casos em que as provas dos autos demonstrarem, claramente, o que se pretendeprovar com a perÃ-cia. Â Â Â Â Â Impende esclarecer que o juiz nÃ£o estÃ¡ adstrito ao laudo pericial, podendo formarsua convicÃ§Ã£o com outros elementos ou fatos provados nos autos, sendo certo, ademais, que o princÃ-pio do livreconvencimento motivado apenas reclama do juiz que fundamente sua decisÃ£o, em face dos elementos dos autos edo ordenamento jurÃ-dico. Assim, em respeito ao princÃ-pio do livre convencimento motivado e da razoabilidade, pelolapso temporal que o processo enfrenta em face dos inÃºmeros declÃ-nios periciais, entendo dispensÃ¡vel a perÃ-ciareclamada pela rÃ© que Ã© a Ãºnica que se beneficia da situaÃ§Ã£o desarrazoada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificoque os laudos apresentados pela autora sÃ£o suficientes para atestar real condiÃ§Ã£o da requerente, bem como coma requisiÃ§Ã£o do mÃ©dico regularmente inscrito no CRM, conforme fls. 47. Logo, a documentaÃ§Ã£o mÃ©dicainformada e os laudos apresentados pela mesma s comprovam que a autora possuÃ-a um objeto estranho noorganismo, necessitando realizar com urgÃªncia uma cirurgia para a retirada do mesmo.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, o profissional informou a urgÃªncia na realizaÃ§Ã£o do procedimento, uma vezque se nÃ£o tratada cirurgicamente, a doenÃ§a poderia evoluir levando-a a Ã³bito. Â Â Â Â Â DA RELAÃÃO DERelatório de Resenha por Data de PublicaçãoPeríodo:13/07/2021à13/07/20218ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉMLibra - Sistema de Gestão de Processos JudiciaisSecretaria de InformáticaTribunal de Justiça do Estado do ParáPoder JudiciárioVara:BELÉMComarca:CONSUMO Â Â Â Â Â O caso em tela demonstra, claramente, a existÃªncia de relaÃ§Ã£o de consumo entre hospital epaciente Ã© de consumo, sendo certo que, nos termos do art. 14 da Lei nÂº. 8.078/90, a responsabilidade donosocÃ¿mio, como prestador de serviÃ§os, Ã© objetiva. Â Â Â Â Â Diferentemente, a responsabilidade do mÃ©dico,enquanto profissional liberal, Ã© subjetiva, sendo imprescindÃ-vel a comprovaÃ§Ã£o da culpa ou dolo ao realizar oprocedimento cirÃºrgico. Â Â Â Â Â HÃ¡ de se esclarecer que a responsabilidade do mÃ©dico Ã© regulada pelo art.186 do cÃ³digo civil, devendo estar robustamente comprovada nos autos, que houve uma conduta irregular decorrentede negligÃªncia, imperÃ-cia ou impudÃªncia e que de tal conduta o paciente ficou lesionado. Â Â Â Â Â TambÃ©m Ã©oportuno destacar que a obrigaÃ§Ã£o do profissional da medicina, em regra, Ã© de meio, nÃ£o de resultado. Significa,pois, dizer, que ao mÃ©dico incumbe realizar o tratamento adequado, de acordo com o estÃ¡gio atual da ciÃªncia, deforma cuidadosa e consciente. Â Â Â Â Â Sobre o tema, PROCESSO CIVIL. APELAÃÃO CÃVEL. ERRO MÃDICO.RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA DO MÃDICO E OBJETIVA DO HOSPITAL. NEXO CAUSAL. NÃOCOMPROVAÃÃO. 1) NÃ£o hÃ¡ dever de indenizar sem comprovaÃ§Ã£o do nexo causal entre a aÃ§Ã£o do mÃ©dicoe a morte do paciente submetido a procedimento de colelitÃ-ase - retirada de pedra na vesÃ-cula-, que teveagravamento do quadro clÃ-nico inerente ao procedimento cirÃºrgico ou a condiÃ§Ã£o prÃ©-existente nÃ£o relatadanos autos, conforme laudo pericial e prova testemunhal. 2) Apelo conhecido e nÃ£o provido. (TJ-AP - APL:00402970320148030001 AP, Relator: Desembargador JAYME FERREIRA, Data de Julgamento: 04/03/2021,Tribunal). Â Â Â Â Â HÃ¡, portanto, em relaÃ§Ã£o aos autos, clara vulnerabilidade (tÃ©cnica, jurÃ-dica, fÃ¡tica einformacional) frente aos rÃ©us. Â Â Â Â Â DO MÃRITO Â Â Â Â Â Cinge-se a MatÃ©ria sobre a possibilidade deimputar a responsabilidade Ã requerida de danos morais em face da mÃ¡ prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o de saÃºde.Â Â Â Â Â Primeiramente restou comprovada a situaÃ§Ã£o de saÃºde da autora, conforme laudos e documentosacostados na inicial e em fls. 319/352 e sua necessidade de internaÃ§Ã£o para fins cirÃºrgicos para a retirada donÃ³dulo. Â Â Â Â Â Para que haja a responsabilizaÃ§Ã£o civil do requerido Ã© necessÃ¡ria a presenÃ§a de trÃªsrequisitos, quais sejam: ilicitude da conduta, nexo de causalidade e dano. Ou seja, o direito Ã reparaÃ§Ã£o do danodepende da concorrÃªncia de trÃªs requisitos, quais sejam, fato lesivo voluntÃ¡rio, causado pelo agente por aÃ§Ã£o ouomissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia, imperÃ-cia ou imprudÃªncia; ocorrÃªncia de um dano patrimonial ou moral; nexo decausalidade entre o dano e o comportamento do agente. Analisando os documentos acostados aos autos nÃ£o parecehaver dÃºvida que restou demonstrado que o requerido incorreu na mÃ¡ prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os mÃ©dico o quelevou a autora uma sÃ©rie de situaÃ§Ã¿es negativas.Â Â Â Â Â

Â A matÃ©ria Ã© afeta Ã saÃºde, direito humanoassegurado constitucionalmente. Ou seja, estÃ¡-se aqui defendendo dignidade de pessoa humana, a qual estÃ¡presente em todo o texto constitucional, bem como do direito Ã saÃºde insculpida na mesma Carta Magna.Â Â Â Â Â Â Reza o artigo 196 da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988: Â¿A saÃºde Ã© direito de todos e dever doEstado, garantido mediante polÃ-ticas sociais e econÃ ¿micas que visem Ã reduÃ§Ã£o do risco de doenÃ§a e de outrosagravos e ao acesso universal e igualitÃ¡rio Ã s aÃ§Ã¿es e serviÃ§os para sua promoÃ§Ã£o, proteÃ§Ã£o erecuperaÃ§Ã£oÂ¿. Dignidade Humana e saÃºde devem andar, portanto, unidas em prol da vida.Â Â Â Â Â Â Analisando-se a peÃ§a inicial da autora confrontada com a contestaÃ§Ã£o do rÃ©u, hÃ¡ de convir que arÃ© nÃ£o logrou Ãªxito em contradizer os fatos aduzidos pela mesma, sendo sua responsabilidade de fornecer osserviÃ§os de saÃºde posto em dÃºvida o que levou este magistrado a entender que houve falha neste sentido.Â Â Â Â Â Por sua vez a segunda requerida, BENEMÃRITA SOCIEDDE PORTUGUESA BENEFICIENTE DOPARÃ - HOSPITAL D. LUIZ I, em contestaÃ§Ã£o, nÃ£o impugnou especificadamente a matÃ©ria aventada naexordial, nem trouxe documentos probantes do seu direito, apenas juntou uma contestaÃ§Ã£o genÃ©rica.Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o a primeira requerida, SANDRA HELENA DE MORAES LEITE, nada novo trouxe em suacontestaÃ§Ã£o que corroborasse suas alegaÃ§Ã¿es que pudesse contradizer a requerente. Â Â Â Â Â Os requeridosnÃ£o tiveram Ãªxito em comprovar que o material encontrado no corpo da autora nÃ£o Ã© decorrente de gazeesquecida por erro mÃ©dico, ou, se nÃ£o Ã© resultado da utilizaÃ§Ã£o na cirurgia, ou atÃ© mesmo para ligadura devasos com sangramento ou outro procedimento realizado, como a prÃ³pria costura da cirurgia. Assim, nÃ£o estÃ¡ ademonstrado de que os procedimentos adotados foram adequados e eficientes. Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o o Ã ¿nusdaÂ provaÂ incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito (CPC, art. 333, I); e ao rÃ©u aÂ provaÂ dosfatos extintivos, impeditivos ou modificativos do direito alegado (inciso II do art. 333, CPC). No caso dos autos, o autorse desincumbiu do Ã ¿nus que lhes competia comprovando de forma satisfatÃ³ria, por meio deÂ provaÂ documental.Em contra partida, o requerido se limitou em contestar a aÃ§Ã£o sem produzir qualquerÂ provaÂ no sentido decomprovar suas alegaÃ§Ã¿es, ou seja, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado pelo autor.Â Â Â Â Â Neste sentido: APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO C/CREPETIÃÃO DE INDÃBITO E DANOS MORAIS - EMPRÃSTIMO CONSIGNADO - VALIDADE DA CONTRATAÃÃO -NÃO COMPROVADA -AUSÃNCIA DO CONTRATO E DO REPASSE DO VALOR SUPOSTAMENTE CONTRATADO -DANO MORAL - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO - MINORAÃÃO DO QUANTUM ARBITRADO -IMPOSSIBILIDADE - RECURSO IMPROVIDO. NÃ£o hÃ¡ nos autos contrato nem mesmo o comprovante decumprimento da ordem de pagamento feita Ã autora/apelada, restando evidente que a relaÃ§Ã£o jurÃ-dica nÃ£orestou demonstrada, e versando os autos sobre relaÃ§Ã£o consumerista, o banco nÃ£o se desincumbiu emcomprovar que a contrataÃ§Ã£o foi legÃ-tima, conclui-se que os valores descontados do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio daautora, sÃ£o ilegais. Dessa forma, a ausÃªncia de efetiva prova da transaÃ§Ã£o permite conferir verossimilhanÃ§a Ã alegaÃ§Ã£o de que os descontos em seu benefÃ-cio previdenciÃ¡rio sÃ£o nulos, fazendo jus Ã declaraÃ§Ã£o deinexistÃªncia dos dÃ©bitos ensejando a repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito de forma simples e a condenaÃ§Ã£o em danosmorais, como declarado na sentenÃ§a objurgada. No que tange ao dano moral, nÃ£o se pode olvidar que osdescontos indevidos na pensÃ£o previdenciÃ¡ria da apelante ocasionaram-lhe a reduÃ§Ã£o de seu mÃ³dico benefÃ-cioe, por conseguinte, a restriÃ§Ã£o indireta Ã constituiÃ§Ã£o de relaÃ§Ã¿es creditÃ-cias com terceiros, porÃ©m, aindenizaÃ§Ã£o fixada em R$3.000,00 (trÃªs mil reais), demonstra-se razoÃ¡vel e proporcional a atender aos critÃ©riosde reparaÃ§Ã£o do dano, ao grau de culpa, Ã extensÃ£o do prejuÃ-zo e Ã condiÃ§Ã£o social dos envolvidos. (TJ-MS- AC: 08131374220198120001 MS 0813137-42.2019.8.12.0001, Relator: Des. Divoncir Schreiner Maran, Data deJulgamento: 16/07/2020, 1Âª CÂ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: 21/07/2020). Â Â Â Â Â Outrossim, ainda, quetodas as provas juntadas pela requerente comprovassem que ela permaneceu com o material estranho em seuorganismo por, aproximadamente, de um ano e meio, foi o perÃ-odo em que estava em admissÃ£o de concursospÃºblicos o que gerou prejuÃ-zos imensurÃ¡veis. Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, houve tambÃ©m danos fÃ-sicos e estÃ©ticos,visto que o corpo estranho lhe causava dores e a cirurgia para sua retirada deixou cicatrizes no abdome. Â Â Â Â Â Aalegada mÃ¡ prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os nem sempre Ã© culpa exclusiva do fornecedor, entretanto, diante do caso emquestÃ£o entendo ter sido o caso, uma vez que restou comprovada as alegaÃ§Ã¿es do autor na exordial. Sabe-se queo CÃ³digo de Defesa do Consumidor e o novo CÃ³digo Civil trouxeramREU: BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARAHOSPITAL D LUIZ IRepresentante(s):ALMERINDO TRINDADE (ADVOGADO)REU: SANDRA HELENA DE MORAES LEITERepresentante(s):OAB 1590 - AMERICO LINS DA SILVA LEAL (ADVOGADO)OAB 1821 - SUZANA CHRISTINA DIAS DA SILVA (ADVOGADO)AUTOR: MARIA AUGUSTA FREITAS DA CUNHARepresentante(s):FERNANDO DA SILVA GONCALVES (ADVOGADO) e outros...Libra - Sistema de Gestão de Processos Judiciais09/11/21

09:26Pág. 5 de41Emissão:ao mundo jurÃ-dico uma nova teoria contratual, permeada por princÃ-pios da eticidade. Dentre estes princÃ-pios,encontra-se a boa-fÃ© objetiva, a qual estÃ¡ relacionada a deveres anexos ou laterais de conduta. Os referidosdeveres, dentre outros, que foram violados no presente caso, podendo ser assim resumidos: dever de cuidado emrelaÃ§Ã£o Ã outra parte negocial; dever de respeito; dever de lealdade e probidade; dever de agir com honestidade;dever de agir conforme a confianÃ§a depositada. Assim, a requerida nÃ£o prestou o serviÃ§o de saÃºde adequado acontratante o que a levou a uma sÃ©rie de inconvenientes, restando configurado, portanto, o nexo de causalidadeentre a conduta do agente com o resultado danoso suportado pela autora. Â Â Â Â Â Dos Danos MoraisÂ Â Â Â Â Tomo como base os fundamentos da responsabilidade imputada as rÃ©s pela falha na prestaÃ§Ã£o doserviÃ§o mÃ©dico para inclinar-me favoravelmente a necessidade dos danos morais. Â Â Â Â Â Presentes ospressupostos necessÃ¡rios Ã configuraÃ§Ã£o do dever de indenizar, diante da verificaÃ§Ã£o de ocorrÃªncia de fatolesivo a direito da autora por conduta ilÃ-cita atribuÃ-vel ao rÃ©u, impÃ¿e-se o acolhimento da pretensÃ£o deduzida nainicial, de modo a determinar a reparaÃ§Ã£o pelos danos morais experimentados. Conforme vem sustentando adoutrina, o dano moral deflui da prÃ³pria ofensa narrada, de modo que sua prova decorre da gravidade do ilÃ-citodescrito pelo ofendido ao postular o ressarcimento. Â Â Â Â Â A prova do dano moral nÃ£o Ã© exigida nos mesmosmoldes dos prejuÃ-zos materiais, porquanto nÃ£o se pode comprovar a dor, o sofrimento, o vexame pelos meios deprova tradicionalmente empregados. Com referÃªncia Ã fixaÃ§Ã£o do quantum debeatur da indenizaÃ§Ã£o, deve-seconsiderar que o montante a ser arbitrado necessita corresponder a um valor suficiente para reparar o dano sofrido,sem jamais constituir-se em fonte de lucro indevido para aquele que sofreu a ofensa. NÃ£o se pode, tampouco, deixarde apreciar a questÃ£o Ã luz dos princÃ-pios da razoabilidade e proporcionalidade. Â Â Â Â Â Assim, em relaÃ§Ã£oaos danos morais, como jÃ¡ esclarecido, foi verificada sua ocorrÃªncia, cabendo neste momento apenas suaquantificaÃ§Ã£o. Esta deve observar nÃ£o apenas a extensÃ£o do dano ao autor, mas ainda a capacidadeeconÃ ¿mica dos devedores, levando-se em consideraÃ§Ã£o, ainda, a totalidade desta condenaÃ§Ã£o. E estando amatÃ©ria gravitada em torno de bem indisponÃ-vel, que Ã© o bem da vida, e suportando a autora inconvenientesextrapatrimoniais que levaram a temer por sua sobrevivÃªncia frente a doenÃ§a grave, qual seja, aneurisma, Ã© maisdo que provado o dano subjetivo que entendo, inclusive, ser in re ipsa. Â Â Â Â Â Ante tais paradigmas, tenho por justaa fixaÃ§Ã£o dos danos morais no patamar de R$50.000,00 (cinquenta mil reais). Â Â Â Â Â DISPOSITIVOÂ Â Â Â Â Diante do exposto, ACOLHO, os pedidos formulados pela parte autora, resolvendo o mÃ©rito nos termos doart. 487, I, do CPC, para: Â Â Â Â Â - CONDENAR as rÃ©s ao pagamento de danos morais no valor de R$ 50.000,00(cinquenta mil reais), com juros de mora a contar da citaÃ§Ã£o (art. 405 do CPC) e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria desde adata do arbitramento nos termos da SÃºmula n. 362 do STJ. Â Â Â Â Â - CONDENAR as rÃ©s ao pagamento decustas e despesas processuais, bem como honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 20% (dez por cento) sobre o valorda condenaÃ§Ã£o dos danos morais. Â Â Â Â Â - CONFIRMO a decisÃ£o de fls. 711/717 para que a denunciantеBenemÃ©rita Sociedade Portuguesa Beneficente do ParÃ¡ deverÃ¡ restituir as despesas processuais da UnimedBelÃ©m, caso ainda nÃ£o tenha feito, corrigidas pela Selic a partir do efetivo desembolso, bem como pagar oshonorÃ¡rios do advogado, que arbitro em R$10.000,00 (dez mil reais). Â Â Â Â Â Â Â SentenÃ§a sujeita ao regime doart. 523, Â§ 1Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, nÃ£o havendo requerimentos, dÃª-se baixa earquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 07 deoutubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Marco Antonio Lobo Castelo Branco Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-ve Empresarial da Capita

UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - 5 VARA DE FAMÍLIA

RESENHA: 05/11/2021 A 05/11/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAMILIA DA CAPITAL - VARA: 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM PROCESSO: 00071452320178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BETANIA DE FIGUEIREDO PESSOA BATISTA A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 05/11/2021 REQUERENTE:B. G. S. Representante(s): OAB 20304 - ISABELLE NEVES SALDANHA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:S. M. S. Representante(s): OAB 20304 - ISABELLE NEVES SALDANHA (ADVOGADO) REQUERIDO:A. F. A. S. . DESPACHO I. Concedo ao requerente os benefÃ-cios da gratuidade da justiÃ§a (artigo 98, Â§ 3Âº, do CPC). 2- Oficie-se Ã Caixa EconÃ´mica Federal - CEF, a fim de informar a existÃªncia no Fundo de Garantia por Termo de ServiÃ§o, FGTS, em nome de ANTÃNIO FRANCISCO ALVES DOS SANTOS (CPF: 010.833.602-64) , que ficaram retidos a tÃ-tulo de pensÃ£o alimentÃ-cia em favor do(a) filha BEATRIZ GABRIELI DOS SANTOS DOS SANTOS. Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico. ApÃ³s, coclusos. BelÃ©m, 05 de NOVEMBRO de 2021Â Â BetÃ¢nia de Figueiredo Pessoa JuÃ-za de Direito, respondendo pela 4Âª vara de FamÃ-lia.

RESENHA: 27/10/2021 A 27/10/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAMILIA DA CAPITAL - VARA: 4ª VARA DE FAMILIA DE BELEM PROCESSO: 05156472520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: REQUERIDO: A. O. D. Representante(s): OAB 15550 - ALESSANDRA ARAUJO TAVARES (ADVOGADO) OAB 8699 - LEONARDO AMARAL PINHEIRO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE: G. R. A. Representante(s): OAB 22110-A - ALVARO AYRES DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO)

UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 2 VARA DA FAZENDA

RESENHA: 28/10/2021 A 28/10/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 2ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

P R O C E S S O : 0 0 1 4 4 9 8 5 6 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 28/10/2021---EXEQUENTE:CLELIA LUIZA BERNARDES ESMAEL EXEQUENTE:DENIO LOBO CAVALCANTI CERQUEIRA EXEQUENTE:HELIANA FREIRE FERREIRA Representante(s): OAB 14053 - MONALISA MELO DA CUNHA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 5 2 9 2 7 7 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 28/10/2021---EXEQUENTE:JORGE AMORIM MARQUES Representante(s): OAB 16871 - TATIANE RODRIGUES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 5 4 5 3 8 7 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 28/10/2021---EXEQUENTE:ANA CLAUDIA CRUZ FIGUEIREDO MARTINS EXEQUENTE:IAF LOBATO MARTINS Representante(s): OAB 16181 - RAFAEL LIMA GONCALVES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.

O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 5 4 7 1 1 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 28/10/2021---EXEQUENTE:ANA LUCIA NOGUEIRA PAES Representante(s): OAB 2096 - FERDINANDO VIEIRA AMAZONAS (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 5 4 8 1 5 5 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 28/10/2021---EXEQUENTE:JOAO CARLOS RIBEIRO MACHADO Representante(s): OAB 12291 - CAMILA CORREA TEIXEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 5 8 3 1 4 3 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 28/10/2021---EXEQUENTE:MARIA NADEJE SOUSA CUNHA

Representante(s): OAB 1858 - MARIA DA GRACA SEQUEIRA MELO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00158322820138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 28/10/2021---EXEQUENTE:RAIMUNDO NORBERTO LAMEIRA JUNIOR Representante(s): OAB 14916 - ADRIANA HELOISA DE MENEZES PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 12478 - LUCIANA DO SOCORRO DE MENEZES PINHEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00158400520138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 28/10/2021---EXEQUENTE:SOCORRO DE FATIMA DA CRUZ PEREIRA Representante(s): OAB 1858 - MARIA DA GRACA SEQUEIRA MELO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021

João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00158634820138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 28/10/2021---EXEQUENTE:LUCILEIA DA SILVA MONTEIRO Representante(s): OAB 1858 - MARIA DA GRACA SEQUEIRA MELO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00158903120138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 28/10/2021---EXEQUENTE:RONALDO DOMINGUES CANCELA Representante(s): OAB 12396 - WALDYR DE SOUZA BARRETO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00158929820138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 28/10/2021---EXEQUENTE:FERNANDA SUELY VIANA NUNES DA CRUZ Representante(s): OAB 12396 - WALDYR DE SOUZA BARRETO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.

Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 5 9 0 8 5 2 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 28/10/2021---EXEQUENTE:ROBERTA DE OLIVEIRA CORREA Representante(s): OAB 12396 - WALDYR DE SOUZA BARRETO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 6 0 8 7 8 3 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 28/10/2021---EXEQUENTE:VIRGINIA CELIA SILVA NASCIMENTO EXEQUENTE:VERA LUCIA DA COSTA DANTAS EXEQUENTE:MARIVALDO ALMEIDA TAVARES Representante(s): OAB 18137 - SIMONE CABRAL RODRIGUES MENEZES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 6 0 9 1 2 3 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 28/10/2021---EXEQUENTE:BRENNA KAROLLINA LUCAS DA SILVA EXEQUENTE:FRANCIMAR SOARES FRANCO EXEQUENTE:SERGIO DE JESUS ARAUJO BARBOSA Representante(s): OAB 18137 - SIMONE CABRAL RODRIGUES MENEZES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº

0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 6 2 3 1 5 7 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 28/10/2021---EXEQUENTE:LUCAS KALLIL BRAGA MOCBEL Representante(s): OAB 13099 - LUANNA TOMAZ DE SOUZA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 2 0 4 1 4 7 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 28/10/2021---REQUERENTE:ANTONIO SERGIO BAYMA AMORIN REQUERENTE:MARIA AUXILIADORA COSTA DA CRUZ REQUERENTE:MIGUEL EVANGELISTA MIRANDA DA CRUZ REQUERENTE:MARIA DE FATIMA ALMEIDA BRAGANCA Representante(s): OAB 16150 - BRUNO BARAUNA ARAUJO (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA DO CARMO SOUZA REQUERIDO:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 28 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

RESENHA: 26/10/2021 A 26/10/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 2ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

P R O C E S S O : 0 0 1 5 3 7 7 6 3 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 26/10/2021---EXEQUENTE:MARIA AUGUSTA FREITAS DA CUNHA Representante(s): OAB 12719 - RODOLFO MEIRA ROESSING (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 6 3 6 3 1 7 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 26/10/2021---EXEQUENTE:MARIA DO SOCORRO SILVA BONIFACIO Representante(s): OAB 6286 - MARIO DAVID PRADO SA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA EXECUTADO:IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 6 3 7 4 4 6 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 26/10/2021---EXEQUENTE:CARMELINA ALVES DE ARAUJO Representante(s): OAB 6286 - MARIO DAVID PRADO SA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA EXECUTADO:IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos

Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 6 3 7 7 9 8 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 26/10/2021---EXEQUENTE:ELIANE PAES DA SILVA Representante(s): OAB 6286 - MARIO DAVID PRADO SA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA EXECUTADO:IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 6 3 8 0 5 3 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 26/10/2021---EXEQUENTE:IOLANDA LUCIA ALBUQUERQUE MONTE Representante(s): OAB 6286 - MARIO DAVID PRADO SA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA EXECUTADO:IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00163849020138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 26/10/2021---EXEQUENTE:AUGUSTO NOGUEIRA COELHO REPRESENTANTE:MARIA CELESTE COELHO DA CONCEICAO Representante(s): OAB 6286 - MARIO DAVID PRADO SA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA EXECUTADO:IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00163918220138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 26/10/2021---EXEQUENTE:EVERALDO DE OLIVEIRA COSTA Representante(s): OAB 14618 - LENON WALLACE IZURU DA CONCEICAO YAMADA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA EXECUTADO:CENTRO DE PERICIAS CIENTIFICAS RENATO CHAVES. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00164653920138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 26/10/2021---EXEQUENTE:MARCIA MOREIRA BARBALHO EXEQUENTE:ALEXANDRE MARCIO SOUSA EXEQUENTE:JOSE BRITO GOMES DE SOUZA JUNIOR EXEQUENTE:NEWTON CARMO DA ROCHA EXEQUENTE:MARINEZ FURTADO DA GAMA Representante(s): OAB 17351 - CARLOS ROBERTO SILVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que

não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00164913720138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 26/10/2021---EXEQUENTE:RUTH SOUZA CHAVES EXEQUENTE:RUBERLEU MAIA GEBER EXEQUENTE:SANDRA MARIA DE OLIVEIRA BRAGA Representante(s): OAB 16871 - TATIANE RODRIGUES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00166308620138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 26/10/2021---EXEQUENTE:CARLOS BENJAMIM DA COSTA MARTINS Representante(s): OAB 10493 - NORMA MARIA CARDOSO MARTINS (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00167746020138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 26/10/2021---EXEQUENTE:SAMIRA MARIA CARMO LUZ Representante(s): OAB 14618 - LENON WALLACE IZURU DA CONCEICAO YAMADA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA EXECUTADO:CENTRO DE PERICIAS CIENTIFICAS RENATO CHAVES. SENTENÇA

Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 6 8 0 0 5 8 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 26/10/2021---EXEQUENTE:MARCIA CRISTINA GOMES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 14618 - LENON WALLACE IZURU DA CONCEICAO YAMADA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA EXECUTADO:CENTRO DE PERICIAS CIENTIFICAS RENATO CHAVES. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 6 8 2 9 1 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 26/10/2021---EXEQUENTE:MARIA RAYMUNDA SILVA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 16181 - RAFAEL LIMA GONCALVES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 6 8 4 3 9 2 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 26/10/2021---EXEQUENTE:LIA SELMA PONTES DIAS Representante(s): OAB 16181 - RAFAEL LIMA GONCALVES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 6 8 5 0 8 4 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 26/10/2021---EXEQUENTE:JANDIRA MACHADO DA SILVA BORGES Representante(s): OAB 16181 - RAFAEL LIMA GONCALVES (ADVOGADO) EXECUTADO:GOVERNO DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 3 2 2 2 2 1 0 2 0 1 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 26/10/2021---AUTOR:MARCOS DE ABREU RIBEIRO Representante(s): OAB 13398-B - EDNA DO CARMO MORAES (ADVOGADO) REU:GOVERNO DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.

Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 26 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

RESENHA: 01/11/2021 A 04/11/2021 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00219481620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANGELINA MOURA DA ROCHA A??o: Procedimento Comum Cível em: 03/11/2021 AUTOR:MARIA DO SOCORRO CARNEIRO DE LIMA AUTOR:MARIA LUCIA CARNEIRO DE LIMA Representante(s): OAB 6777 - PORFIRIA LUCIA CARNEIRO DE LIMA (ADVOGADO) REU:TAM LINHAS AEREAS Representante(s): OAB 149754 - SOLANO DE CAMARGO (ADVOGADO) OAB 19389-A - EDUARDO LUIZ BROCK (ADVOGADO) REU:TAM VIAGENS. ATO ORDINATÃRIO (Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento nÂº. 08/2014-CJRMB) | INTIMAR o autor para providenciar o pagamento de custas judicias, referentes a expediÃ§Ã£o de AlvarÃ¡ Judicial, no prazo de 30 (trinta) dias. BelÃ©m/PA, 03/11/2021 Angelina Moura da Rocha Analista JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00049778720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 AUTOR:HERMANN DUARTE RIBEIRO Representante(s): OAB 15042 - ALEX PINHEIRO CENTENO (ADVOGADO) OAB 13556 - THAYANE TEREZA GUEDES TUMA (ADVOGADO) OAB 18760 - JOLINDA PRATA VASCONCELOS (ADVOGADO) OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 14871 - LEONARDO MAIA NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 25583 - AMANDA HOLANDA FERREIRA (ADVOGADO) REU:BANCO SANTANDER Representante(s): OAB 19832-A - CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (ADVOGADO) OAB 6171 - MARCOS ANDRE HONDA FLORES (ADVOGADO) OAB 62192 - JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM (ADVOGADO) OAB 20364 - ELOISA QUEIROZ ARAUJO (ADVOGADO) . Verifica-se doas autos que certificado o transito em julgado da decisÃ£o de segundo grau que modificou a sentenÃ§a de primeiro grau apenas para reduzir o valor da indenizaÃ§Ã£o para o montante de R$10.000,00 (dez mil reais), o autor exequente requereu o cumprimento da sentenÃ§a, alegando que o valor atualizado da condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ava R$25.364,87 (vinte e cinco mil trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e sete centavos). Assim, o executado foi regularmente intimado para efetuar o pagamento da dÃ-vida no prazo de quinze dias, sob pena de pagamento de multa e honorÃ¡rios fixados para a fase do cumprimento da sentenÃ§a, ambos no percentual de 10% (dez por cento). O banco, entÃ£o, alegou ter realizado o pagamento da condenaÃ§Ã£o em 14/09/2017, mediante depÃ³sito judicial do valor de R$17.270,85 (dezessete mil duzentos e setenta reais e oitenta e cinco centavos). Todavia, foi certificado nos autos que o devedor nÃ£o realizou o depÃ³sito do valor da condenaÃ§Ã£o (fls. 0296), assim intime-se o exequente para manifestar-se acerca da certidÃ£o, bem como, comprovando a transferÃªncia. Ademais, intime-se o exequente para apresentar o cÃ¡lculo atualizado da condenaÃ§Ã£o, com a inclusÃ£o da multa e dos honorÃ¡rios fixados para a fase do cumprimento da sentenÃ§a, na medida em que nÃ£o houve o pagamento espontÃ¢neo da condenaÃ§Ã£o no prazo de 15 dias. AlÃ©m do que, o exequente deverÃ¡ indicar o CPF/CNPJ das partes. Encaminham-se os autos a UNAJ, com vistas ao pagamento das custas processuais devidas pelo banco. Intimem-se. BelÃ©m, 03 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00093619020058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510290254 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento de sentença em: 04/11/2021 REU:ANTONIO CARLOS CORREA SANTOS Representante(s): OAB 5664 - PAULA ANDREA CASTRO PEIXOTO (ADVOGADO) AUTOR:HYROCO YOLANDA OWADA SERRA Representante(s): OAB 3847 - ELIETE DE SOUZA COLARES (ADVOGADO) REU:GRACIETE SUELY GOMES DE BELEM Representante(s): OAB 6773 - JOSE VERAS BARBOSA (ADVOGADO) ADVOGADO:JOSE VERAS BARBOSA. Ã£Trata-se de AÃ§Ã£o de Despejo ajuizada por Hyroco Yolanda Owada Serra em desfavor de Graciete Suely Gomes de BelÃ©m e de AntÃ´nio Carlos CorrÃªa Santos, em que foi julgado procedente o pedido da autora, exclusivamente em relaÃ§Ã£o Ã requerida Graciete Suely Gomes de BelÃ©m, excluindo da lide o fiador Carlos Correa Santos, por ilegitimidade passiva, conforme sentenÃ§a de fls. 039/043. Em seguida, a sentenÃ§a transitou em julgado e a autora requereu seu cumprimento em face dos requeridos, com fundamento nos Artigos 475-J, 475-N, 583, 614, I e II, 652 do CPC/73, afirmando que valor da obrigaÃ§Ã£o era de R$28.054,21 (vinte e oito mil, cinquenta e quatro reais e vinte e um centavos). Os executados, regularmente intimados, nÃ£o efetuaram o pagamento da obrigaÃ§Ã£o, razÃ£o pela qual foi bloqueado o valor total da dÃ-vida, na conta do devedor AntÃ´nio Carlos CorrÃªa Santos (fls. 0134/0136). Todavia, o referido montante foi, posteriormente, desbloqueado em face da ilegitimidade do executado para cumprir a obrigaÃ§Ã£o, condenando a autora

por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da causa, bem como, a indenizar o Sr. AntÃ´nio Carlos CorrÃªa Santos o percentual de 20% sobre o valor da causa, na forma do Art. 18 do CPC/73, conforme decisÃ£o de fls. 0137. Nesse ponto, a cobranÃ§a da multa fixada deve ocorrer em autos apartados, como determinado o despacho de fls. 0157. A autora, entÃ£o, requereu nova publicaÃ§Ã£o da sentenÃ§a de fls. 039/043, sobrevindo decisÃ£o indeferindo o pedido da parte, em face da preclusÃ£o do direito da autora de suscitar eventual nulidade da sentenÃ§a, conforme decisÃ£o de fls. 0167/0168. Desta decisÃ£o, foi interposto Agravo de Instrumento, no prazo legal, o qual nÃ£o foi admitido pelo juÃ-zo recursal, nos termos da decisÃ£o monocrÃ¡tica de fls. 0191, jÃ¡ transitado em julgado. Por fim, a autora/credora foi intimada para indicar bens da executada passÃ-veis de penhora, porÃ©m a mesma manteve-se inerte, conforme certidÃ£o de fls. 0193. Assim sendo, arquivem-se os presentes autos sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento a pedido da parte, na hipÃ³tese de requerer o prosseguimento do feito, manifestando-se acerca da certidÃ£o de fls. 0193. Intime-se. Arquive-se. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00215112820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810672152 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 04/11/2021 ENVOLVIDO:ANTONIA MENDES PEREIRA Representante(s): OAB 13942 - RANIER WILLIAM VERAL (ADVOGADO) OFIR LEVI PEREIRA CASTRO (ADVOGADO) INVENTARIADO:JOAO MENDES PEREIRA INVENTARIANTE:JUCILEA PEREIRA CAVALCANTE Representante(s): OAB 11239 - ISAIAS DA COSTA MOTA (ADVOGADO) ENVOLVIDO:PAULA MENDES PEREIRA Representante(s): OAB 11239 - ISAIAS DA COSTA MOTA (ADVOGADO) OAB 9767 - OFIR LEVI PEREIRA CASTRO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:ALIPIO MENDES PEREIRA Representante(s): OAB 11239 - ISAIAS DA COSTA MOTA (ADVOGADO) OAB 9767 - OFIR LEVI PEREIRA CASTRO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:LEMIR MACEDO PEREIRA Representante(s): OAB 11239 - ISAIAS DA COSTA MOTA (ADVOGADO) OAB 9767 - OFIR LEVI PEREIRA CASTRO (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de JoÃ£o Mendes Pereira, em que foi nomeada inventariante a Sra. Jucilea Pereira Cavalcante, conforme termo de compromisso (fls.064) e primeiras declaraÃ§Ãµes (fls.079/080). Verifica-se dos autos que todos os herdeiros sÃ£o maiores, capazes e encontram-se habilitados pelo mesmo procurador judicial, pleiteando pela partilha amigÃ¡vel dos bens, razÃ£o pela qual a presente aÃ§Ã£o foi convertida em arrolamento, na forma do art. 659 e seguintes do Novo CÃ³digo de Processo Civil. Ressalta-se, ainda, que foram acolhidos os embargos de declaraÃ§Ã£o em face da decisÃ£o de fls.0145, e realizada a pesquisa Bancejud e Renajud, foram encontrados valores em contas do falecido, no montante de R$ 6.280,78 (seis mil, duzentos e oitenta reais e setenta e oito centavos). Por outro lado, foi concedido novo prazo para os requerentes, haja vista a impossibilidade de acesso aos autos no curso do prazo para interposiÃ§Ã£o de recurso, conforme decisÃ£o de fls.0151, todavia, foi certificado que nÃ£o houve sua interposiÃ§Ã£o no prazo legal (fls.0152). Ante o exposto, concedo prazo de 15 (quinze) dias para que os requerentes emendem a inicial, cumprindo decisÃ£o de fls.0141, anexando aos autos os documentos necessÃ¡rios Ã homologaÃ§Ã£o da partilha amigÃ¡vel realizada entre os herdeiros maiores e capazes, inclusive, a prova da propriedade dos bens imÃ³veis indicados no termo de primeiras declaraÃ§Ãµes (fls.079/080), sob pena de indeferimento da petiÃ§Ã£o inicial, com fundamento no parÃ¡grafo Ãºnico do art. 321 do CÃ³digo de Processo Civil. Intime-se. ApÃ³s voltem conclusos, devidamente certificado. BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00233015720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610673780 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 REU:MATERNIDADE SAUDE DA CRIANCA Representante(s): OAB 9504 - CAMILLA RUBIN MATOS (ADVOGADO) ROGERIO ROBSON JUCA VILAR (ADVOGADO) OAB 9175 - HELIANA MARIA GUIMARAES ROCHA (ADVOGADO) OAB 13313 - MARIA CLAUDIA BENTES ALBUQUERQUE (ADVOGADO) OAB 23221 - MANUEL ALBINO RIBEIRO DE AZEVEDO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18938 - EUGEN BARBOSA ERICHSEN (ADVOGADO) OAB 19044 - JOAO PAULO DE KOS MIRANDA SIQUEIRA (ADVOGADO) AUTOR:JOAO MAGNO PIRES Representante(s): OAB 9742 - GUSTAVO AMARAL PINHEIRO DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:VERA SEIDEL PIRES Representante(s): OAB 8699 - LEONARDO AMARAL PINHEIRO DA SILVA (ADVOGADO) . Vistos etc, VERA SIEDEL PIRES e JOÃO MAGNO PIRES, devidamente qualificados nos autos, requereram o cumprimento da sentenÃ§a proferida no presente processo ajuizado em face de HOSPITAL E MATERNIDADE SAÃDE DA CRIANÃA LTDA, igualmente identificado. Com o pedido, os exequentes anexaram o cÃ¡lculo atualizado da condenaÃ§Ã£o, alegando que o valor atualizado da dÃ-vida alcanÃ§ava a quantia de R$213.416,64 (duzentos e treze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e quatro

centavos). Este JuÃ-zo, entÃ£o, determinou a intimaÃ§Ã£o do executado para cumprir a obrigaÃ§Ã£o no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de pagamento de multa e honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, ambos no percentual de 10% (dez por cento), nos termos da decisÃ£o de fls.0994. O rÃ©u/executado, entÃ£o, apresentou impugnaÃ§Ã£o, na qual defendeu excesso na execuÃ§Ã£o, indicando que o valor devido Ã© de apenas R$203.904,07 (duzentos e trÃªs mil novecentos e quatro reais e sete centavos). Em suma, sustentou que o termo inicial da aplicaÃ§Ã£o de juros moratÃ³rios que incidem sobre os danos materiais Ã© a data da citaÃ§Ã£o, nos termos da sentenÃ§a. AlÃ©m do que, aduziu que sobre as custas processuais somente incidem juros moratÃ³rios apÃ³s a intimaÃ§Ã£o da parte para o cumprimento voluntÃ¡rio da obrigaÃ§Ã£o, de forma que o montante devido a este tÃ-tulo Ã© de somente R$1.925,20 (mil novecentos e vinte e cinco reais e vinte centavos). Enfim, ressaltou que nÃ£o incidem honorÃ¡rios advocatÃ-cios sobre o valor das custas processuais a serem restituÃ-das. Por fim, os exequentes manifestaram acerca da impugnaÃ§Ã£o e os autos voltaram conclusos para decisÃ£o. Ã o relatÃ³rio. Decido. Trata-se de impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento da sentenÃ§a em que o executado alega excesso do valor cobrado, na medida em que defende ser devido apenas R$203.904,07 (duzentos e trÃªs mil novecentos e quatro reais e sete centavos). O CÃ³digo de Processo Civil enuncia:Â Art. 525. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntÃ¡rio, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimaÃ§Ã£o, apresente, nos prÃ³prios autos, sua impugnaÃ§Ã£o. Â§1Âº Na impugnaÃ§Ã£o, o executado poderÃ¡ alegar: I - falta ou nulidade da citaÃ§Ã£o se, na fase de conhecimento, o processo correu Ã revelia; II - ilegitimidade de parte; III - inexequibilidade do tÃ-tulo ou inexigibilidade da obrigaÃ§Ã£o; IV - penhora incorreta ou avaliaÃ§Ã£o errÃ´nea; V - excesso de execuÃ§Ã£o ou cumulaÃ§Ã£o indevida de execuÃ§Ãµes; (...) Â§4Âº Quando o executado alegar que o executado, em excesso de execuÃ§Ã£o, pleiteia quantia superior Ã resultante da sentenÃ§a, cumprir-lhe-Ã¡ declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cÃ¡lculo; Â§5Âº Na hipÃ³tese do Â§4Âº, nÃ£o apontado o valor correto ou nÃ£o apresentado o demonstrativo, a impugnaÃ§Ã£o serÃ¡ liminarmente rejeitada, se o excesso de execuÃ§Ã£o for seu Ãºnico fundamento, ou, se houver outro, a impugnaÃ§Ã£o serÃ¡ processada, mas o juiz nÃ£o examinarÃ¡ a alegaÃ§Ã£o de excesso de execuÃ§Ã£o. Verifica-se dos autos que o pedido dos autores foi julgado procedente pelo JuÃ-zo de primeiro grau e o rÃ©u condenado a pagar aos autores: - uma indenizaÃ§Ã£o por dano moral no valor de R$140.000,00 (cento e quarenta mil reais) acrescida de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo IGPM desde a data da fixaÃ§Ã£o e de juros de mora de 1% ao mÃªs a partir da data da citaÃ§Ã£o; - uma indenizaÃ§Ã£o por dano material no valor de R$3.093,33 (trÃªs mil noventa e trÃªs reais e trinta e trÃªs centavos), acrescida de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria desde a data do pagamento e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mÃªs desde a data da citaÃ§Ã£o; - as despesas e custas processuais; - honorÃ¡rios de sucumbÃªncia arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenaÃ§Ã£o. A relatora do acÃ³rdÃ£o n.141.576 conheceu do recurso interposto, mas negou-lhe provimento, mantendo integralmente a sentenÃ§a de primeiro grau. Todavia, o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino deu provimento ao recurso especial para reduzir a indenizaÃ§Ã£o arbitrada a tÃ-tulo de dano moral pelas instancias ordinÃ¡rias, fixando-a em R$30.000,00 (trinta mil reais) para cada demandante. No caso concreto, o executado contesta inicialmente o termo inicial da aplicaÃ§Ã£o dos juros de mora sobre a indenizaÃ§Ã£o por dano material, arguindo que seria a data da citaÃ§Ã£o conforme determinado na decisÃ£o que estÃ¡ sendo cumprida. Neste ponto, observo que a sentenÃ§a transitada em julgado determinou expressamente que os juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mÃªs seria aplicado a partir da data da citaÃ§Ã£o, logo deve ser obedecido o referido comando que nÃ£o foi modificado. Lado outro, o valor pago a tÃ-tulo de custas e despesas processuais devem ser restituÃ-dos integralmente, com o acrÃ©scimo de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria a partir da data do pagamento pelo mesmo Ã-ndice indicado anteriormente e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mÃªs desde a data do trÃ¢nsito em julgado. Neste sentido: Â APELAÃÃO CÃVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÃA - EXCESSO DE EXECUÃÃO - CUSTAS PROCESSUAIS - INCIDÃNCIA DE JUROS DE MORA - TERMO INICIAL - TRÃNSITO EM JULGADO DA SENTENÃA CONDENATÃRIA - LITIGÃNCIA DE MÃ-FÃ - DOLO PROCESSUAL. 1. NÃ£o hÃ¡ excesso de execuÃ§Ã£o quando o credor realiza os cÃ¡lculos em conformidade com o que foi decidido na fase de conhecimento da aÃ§Ã£o originÃ¡ria. 2. O termo inicial dos juros moratÃ³rios incidentes sobre as custas e sobre as despesas processuais deve ocorrer a partir do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria. 3. A condenaÃ§Ã£o por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© exige a configuraÃ§Ã£o clara de alguma das hipÃ³teses do art. 80 do CPC/2015, alÃ©m do dolo processual. Â (TJMGÂ -Â ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel Â 1.0000.15.092834-9/003, Relator(a): Des.(a) JosÃ© AmÃ©rico Martins da Costa , 15Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 22/01/2021, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 01/02/2021) EMBARGOS DE DECLARAÃÃO - OMISSÃO - JUROS DE MORA - CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS - POSSIBILIDADE - INCIDÃNCIA A PARTIR DO TRÃNSITO EM JULGADO DA

DECISÃO CONDENATÃRIA - LITIGÃNCIA DE MÃ-FÃ - NÃO CONFIGURAÃÃO - AUSÃNCIA DE REQUISITOS - ACOLHIMENTO COM EFEITOS INFRINGENTES. 1. Os juros moratÃ³rios podem incidir sobre as custas e despesas processuais, mas sÃ£o devidos a partir do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, e nÃ£o a partir da citaÃ§Ã£o. 2. Para a configuraÃ§Ã£o da litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© Ã© imprescindÃ-vel que se prove, de forma cabal, que a parte estava agindo imbuÃ-da de dolo processual. 3. Embargos acolhidos. Â (TJMGÂ -Â Embargos de DeclaraÃ§Ã£o-Cv Â 1.0384.00.010971-8/005, Relator(a): Des.(a) Wagner Wilson , 16Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 26/06/2014, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 07/07/2014) Percebe-se, entÃ£o, que os juros moratÃ³rios de 12% (doze por cento) ao ano incidem sobre o valor a ser restituÃ-do Ã tÃ-tulo de custas processuais, porÃ©m somente a partir do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o. Enfim, nÃ£o incidem honorÃ¡rios advocatÃ-cios sobre o valor das custas processuais que deve ser restituÃ-do a parte autora, diante de seu carÃ¡ter ressarcitÃ³rio, e nÃ£o condenatÃ³rio, conforme decisÃµes reiteradas de nossos tribunais, dentre as quais: AGRAVOS DE INSTRUMENTO. JULGAMENTO SIMULTÃNEO. CUMPRIMENTO DE SENTENÃA. IMPUGNAÃÃO. TEMPESTIVIDADE. JUROS MORATÃRIOS DE 1% A PARTIR NO CC/2002. NÃO INCIDÃNCIA DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS SOBRE CUSTAS E OS HONORÃRIOS PERICIAIS. ASTREINTES. AUSÃNCIA DE EXCESSIVIDADE. JUROS MORATÃRIOS SOBRE CUSTAS, HONORÃRIOS PERICIAIS E ASTREINTES. INCIDÃNCIA. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS SOBRE ASTREINTES. EXCLUSÃO. AUSÃNCIA DE MÃ-FÃ DA EXEQUENTE. SUCUMBÃNCIA MÃNIMA.Â 1. Inicia-se a partir da intimaÃ§Ã£o da penhora o prazo de 15 dias para oferecimento de impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a (CPC 475-J, Â§ 1Âº). Â 2. Diante do posicionamento dominante do STJ, quando a sentenÃ§a tiver sido proferida antes da vigÃªncia do CC/2002, nÃ£o ofende a coisa julgada a inclusÃ£o, no cumprimento de sentenÃ§a, de juros de mora no percentual de 0,5% ao mÃªs atÃ© a entrada em vigor do CC/2002, em janeiro/2003, e de 1% ao mÃªs a partir de entÃ£o (CC/2002, 406 c/c CTN 161, Â§ 1Âº)Â 3. NÃ£o incidem honorÃ¡rios advocatÃ-cios sobre as custas e honorÃ¡rios periciais, diante do carÃ¡ter ressarcitÃ³rio, e nÃ£o condenatÃ³rio, de tais verbas.Â 4. NÃ£o foi demonstrada a excessividade do valor das astreintes, a fim de fundamentar a sua minoraÃ§Ã£o.Â 5. Incidem juros moratÃ³rios sobre as custas, os honorÃ¡rios periciais e as astreintes, pois os juros moratÃ³rios decorrem da mora no pagamento da obrigaÃ§Ã£o (CC 407).Â 6. NÃ£o incidem honorÃ¡rios advocatÃ-cios sobre o valor fixado a tÃ-tulo de astreintes, diante da ausÃªncia de carÃ¡ter condenatÃ³rio de tais verbas, que constituem um meio coercitivo posto Ã disposiÃ§Ã£o do Estado-Juiz para fazer cumprir as suas decisÃµes. Â 7. NÃ£o se vislumbra mÃ¡-fÃ© dos exequentes/impugnados, com relaÃ§Ã£o ao pedido de incidÃªncia dos juros legais no percentual estabelecido pelo novo CÃ³digo Civil, que entrou em vigor no curso da demanda.Â 8. Verificada a sucumbÃªncia mÃ-nima dos exequentes/impugnados, devem os executados/impugnantes, ora agravantes, arcar com a totalidade dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios (CPC 21, p. Ãºnico).Â 9. Deu-se parcial provimento ao agravo dos exequentes/impugnados, tÃ£o somente, para que se faÃ§a incidir, no cÃ¡lculo do dÃ©bito, juros de mora no percentual de 0,5% ao mÃªs atÃ© a entrada em vigor do CC/2002, em janeiro/2003, vigorando, a partir de entÃ£o, a taxa de juros legal no percentual de 1% ao mÃªs.Â 10. Deu-se parcial provimento ao agravo dos executados/impugnantes, tÃ£o somente, para afastar a incidÃªncia de honorÃ¡rios advocatÃ-cios sobre o valor fixado a tÃ-tulo de astreintes.Â (AcÃ³rdÃ£o 435044, 20100020060797AGI, Relator: SÃRGIO ROCHA, 2Âª Turma CÃ-vel, data de julgamento: 21/7/2010, publicado no DJE: 29/7/2010. PÃ¡g.: 106) Desta forma, reconheÃ§o a existÃªncia de excesso na cobranÃ§a, na medida em que o termo inicial da aplicaÃ§Ã£o dos juros de mora sobre o valor da indenizaÃ§Ã£o por dano material Ã© a data da citaÃ§Ã£o conforme determinado na sentenÃ§a transitada em julgado. Ademais, o valor referente as custas processuais que devem ser ressarcido tambÃ©m serÃ¡ acrescida de juros de mora desde o transito em julgado, alÃ©m de nÃ£o incidirem honorÃ¡rios de sucumbÃªncia sobre tal montante. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a impugnaÃ§Ã£o apresentada ao cumprimento da sentenÃ§a, haja vista ter o cÃ¡lculo apresentado pelo exequentes apresentado excesso, uma vez que a indenizaÃ§Ã£o por dano material deve ser acrescida de juros de mora a partir da data da citaÃ§Ã£o, bem como, nÃ£o inicidir honorÃ¡rios de sucumbÃªncia sobre o valor da custas processuais, sobre o qual deve incidir juros de mora desde a data do transito em julgado. Condeno, ainda, o exequente ao pagamento das custas e despesas processuais porventura existentes, bem como, dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% (dez por cento) da vantagem econÃ´mica almejada no presente incidente, ou seja, do excesso reconhecido na presente decisÃ£o, na forma do art. 86 caput do CPC e decisÃµes pacificas do Superior Tribunal de JustiÃ§a que entendem devidos honorÃ¡rios na fase do cumprimento da sentenÃ§a. Intimem-se. BelÃ©m, 03 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00324891120028140301 PROCESSO ANTIGO: 20021017228 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 04/11/2021 ADVOGADO:BILGO POSSIDONIO DE LACERDA INVENTARIADO:BEATRIZ

LOPES DE MORAES ENVOLVIDO:ADALGISA FERREIRA LOPES Representante(s): OAB 2396 - BILGO POSSIDONIO DE LACERDA (ADVOGADO) ENVOLVIDO:ODETE LOPES CARDOSO Representante(s): OAB 2120 - JOSE AMELIO COUTINHO (ADVOGADO) . Cumpra-se a decisÃ£o de fls.099, expeÃ§a-se mandado a ser cumprido pelo Sr. Oficial de JustiÃ§a, no endereÃ§o de fls.010. Intime-se. BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00481400920108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 04/11/2021 AUTOR:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): OAB 5875 - KELMA SOUSA DE OLIVEIRA REUTER COUTINHO (ADVOGADO) OAB 3967 - MILENE SOARES BENTES (ADVOGADO) REU:DORIVAL RODRIGUES BARRA. Vistos etc. ASSOCIAÃÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARÃ - ACEPA, devidamente qualificado nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, ajuizou a presente AÃ§Ã£o ExecuÃ§Ã£o por quantia certa contra devedor solvente em face de DORIVAL RODRIGUES BARRA, igualmente identificado. O exequente relatou ser credor dos executados no valor de R$3.262,56 (trÃªs mil duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), referente ao saldo devedor do contrato de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os educacionais celebrado entre as partes. O executado foi regularmente citado, conforme certidÃ£o de fls. 093, porÃ©m nÃ£o adimpliu a dÃ-vida, assim foi deferido o pedido de penhora eletrÃ´nica de valores. Â Por fim, a exequente anexou o acordo celebrado entre as partes para pagamento da dÃ-vida em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, conforme documento de fls. 0122/0125, pugnando pelo desbloqueio dos valores encontrados. Ã o relatÃ³rio. Decido. DispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil: Art. 922. Convindo as partes, o juiz declararÃ¡ suspensa a execuÃ§Ã£o durante o prazo concedido pelo exequente para que o executado cumpra voluntariamente a obrigaÃ§Ã£o. ParÃ¡grafo Ãºnico. Findo o prazo sem cumprimento da obrigaÃ§Ã£o, o processo retomarÃ¡ o seu curso. Assim sendo, homologo o acordo celebrado entre as partes e suspendo o presente processo pelo prazo concedido pelo credor ao devedor para pagamento parcelado da obrigaÃ§Ã£o, ou seja, atÃ© 15 de agosto de 2022, nos termos do art. 792 do CPC. Por fim, anoto que transcorrido o referido prazo o prazo prescricional volta a correr independente de intimaÃ§Ã£o. Enfim, anoto que procedi o desbloqueio dos valores no sistema bacenjud, conforme requerido pelas partes.Â ApÃ³s voltem conclusos. BelÃ©m, 03 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00507318120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 04/11/2021 INVENTARIANTE:MANOEL INACIO ANTONIO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 7095 - LETICIA MARTINS BITAR DE MORAES (ADVOGADO) INVENTARIADO:GERALDO ANTONIO DE OLIVEIRA. Trata-se de AÃ§Â¿o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de Geraldo Antonio de Oliveira, ajuizada por Manoel InÃ¡cio Antonio de Oliveira, inventariante nomeado, que prestou compromisso Ã s fls.027 e primeiras declaraÃ§Ãµes Ã s fls.031. No caso concreto, o falecido deixou como seus legÃ-timos sucessores os seus filhos: Manoel InÃ¡cio, Geraldo Ubiratan, Maria Izabel, Maria de BelÃ©m, Leonice, habilitados por ocasiÃ£o da inicial, alÃ©m de cÃ´njuge sobrevivente, Sra. PÃ©rola e a filha do casal, Sra. ElisÃ¢ngela, que foram regularmente citadas, manifestando-se acerca das primeiras declaraÃ§Ãµes Ã s fls.038/042. Em seguida, a Fazenda PÃºblica (federal, estadual e municipal) foi intimada para se manifestar sobre eventuais dÃ©bitos em relaÃ§Ã£o ao Ãºnico bem imÃ³vel deixado pelo de cujus, e o municÃ-pio informou que tem interesse no processo, apontando que hÃ¡ um dÃ©bito no valor de R$36,10 (trinta e seis reais e dez centavos) relativo ao imÃ³vel indicado Ã s fls.08, cadastrado em nome da cÃ´njuge do falecido. Por outro lado, a fazenda federal ainda nÃ£o se manifestou, e a estadual requereu os documentos indicados Ã s fls.060/062 para apuraÃ§Ã£o de eventuais dÃ©bito e do imposto de transmissÃ£o causa mortis. Assim sendo, intime-se o inventariante nomeado para, no prazo de 15 (quinze), manifestar-se acerca da impugnaÃ§Ã£o de fls.038/042, bem como, anexar os documentos exigidos pelo fisco estadual, Ã s fls.060/062, para apuraÃ§Ã£o de eventuais dÃ©bitos. Por fim, oficie-se a Fazenda pÃºblica federal para que informe acerca da existÃªncia de dÃ©bitos em nome do falecido, encaminhando-se cÃ³pia das primeiras declaraÃ§Ãµes. Intime-se. BelÃ©m, 28 de outubro de 2021. Â Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito. CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ____/____/2021 e publicado no DJE no dia ____/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ____/____/2021. PROCESSO: 00561257420128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 04/11/2021 INTERESSADO:ALTAMIRA BARATA DO AMARAL MACIEL Representante(s): OAB 17041 - HUMBERTO SOUZA DA COSTA (ADVOGADO)

INVENTARIADO:JOAO DA CUNHA MACIEL REQUERIDO:FEIRA DA MADEIRA LTDA Representante(s): OAB 15069 - MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA (ADVOGADO) OAB 17742 - ALESSANDRA DO SOCORRO CARDOSO CARNEIRO (ADVOGADO) OAB 5077 - MARCELO SILVA DE FREITAS (ADVOGADO) INVENTARIANTE:ANTONIO JORGE BARATA DO AMARAL MACIEL Representante(s): OAB 13748 - RODRIGO BARROS DE SOUZA (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de JoÃ£o da Cunha Maciel, em que foi nomeado inventariante o herdeiro AntÃ´nio Jorge Barata do Amaral Maciel, que nÃ£o prestou o compromisso, nem apresentou as primeiras declaraÃ§Ãµes. Verifica-se dos autos que o autor da heranÃ§a deixou como seus legÃ-timos sucessores os seguintes filhos: AntÃ´nio Jorge, Afonso de LigÃ³rio, Domingo SÃ¡vio, Maria do PÃ©rpetuo Socorro, Humberto e Ademir, alÃ©m de cÃ´njuge sobrevivente, Sra. Altamira Barata do Amaral Maciel. Ressalta-se que os herdeiros Altamira, AntÃ´nio Jorge e Afonso ajuizaram a presente demanda, e estÃ£o habilitados nos autos atravÃ©s do mesmo procurador judicial, conforme instrumentos de procuraÃ§Ã£o anexos aos autos (fls.056/058), contudo, o inventariante nomeado, devidamente intimado, nÃ£o deu andamento regular ao processo, deixando de prestar o compromisso de inventariante, bem como, as primeiras declaraÃ§Ãµes. Ora, o art. 620 do Novo CÃ³digo de Processo Civil estabelece que, dentre as funÃ§Ãµes do inventariante, estÃ¡ o dever de prestar as primeiras e Ãºltimas declaraÃ§Ãµes, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais.Â Ademais, o mesmo diploma legal prevÃª, expressamente, que o inventariante serÃ¡ removido de ofÃ-cio ou a requerimento se nÃ£o prestar, no prazo legal, as primeiras e as Ãºltimas declaraÃ§Ãµes (art. 622). Ante o exposto, removo de ofÃ-cio o inventariante nomeado AntÃ´nio Jorge Barata do Amaral Maciel, na forma do art. 622, inciso I do CÃ³digo de Processo Civil, haja vista que nÃ£o cumpriu a sua obrigaÃ§Ã£o no prazo legal, isto Ã©, nÃ£o prestou o compromisso, nem as declaraÃ§Ãµes preliminares no prazo legal, embora devidamente intimado (fls.092). Nomeio como inventariante o Sr. AFONSO DE LIGÃRIO BARATA DO AMARAL, qualificado Ã s fls. 03, que deverÃ¡ ser intimado por DiÃ¡rio, por intermÃ©dio de seu procurador judicial, conforme procuraÃ§Ã£o anexa (fls.057), devendo prestar, dentro de 5 (cinco) dias, o compromisso de bem e fielmente desempenhar o cargo, nos termos do parÃ¡grafo Ãºnico do art. 617 do CPC. ApÃ³s, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data que prestou o compromisso, preste as primeiras declaraÃ§Ãµes, a teor do art. 620 do CÃ³digo de Processo Civil. Intime-se. Â BelÃ©m, 28 de outubro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito. CERTIDÃO Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ____/____/2020 e publicado no DJE no dia ____/____/2020 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ____/____/2020. PROCESSO: 00567350820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Apelação Cível em: 04/11/2021 AUTOR:EBS COMERCIAL LTDA ME Representante(s): OAB 25663 - CLEYTON RODRIGUES BARBOSA (ADVOGADO) OAB 21952 - DIMITRY CEREWUTA JUCA (ADVOGADO) OAB 23107 - TIAGO MORAIS JUNQUEIRA (ADVOGADO) REU:BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 18696-A - LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) . Ã£Trata-se de AÃ§Ã£o Revisional de Contrato de EmprÃ©stimo ajuizada por EBS COMERCIAL LTDA ME, em desfavor de BANCO DO BRASIL S/A, em que a decisÃ£o monocrÃ¡tica proferida pelo juÃ-zo recursal (fls. 0455/0457) anulou a sentenÃ§a de primeiro grau, por entender que faz-se necessÃ¡rio a produÃ§Ã£o de prova documental minÃ-ma para que o juÃ-zo de origem possua meios de verificar a alegada abusividade praticada pela instituiÃ§Ã£o financeira, assim, nÃ£o havendo elementos probatÃ³rios suficientes nos autos para o exame dos pedidos postos na inicial e, por conseguinte, determinou o retorno dos autos ao juÃ-zo a quo para o devido processamento do feito. As partes foram intimadas para formularem os seus requerimentos, mas apenas o requerido se manifestou pugnando pela juntada nos autos das provas documentais anexas, assim como a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia judicial, com participaÃ§Ã£o dos assistentes tÃ©cnicos das partes, com vistas a contrapor o laudo elaborado de forma unilateral pela parte autora, anexado Ã s fls. 067/077. Assim sendo, nomeio perito judicial a Dra. ELIANE LACORTE DE ARAÃJO, CRC//PA 009938-O-7, com telefones 3249-3337, 99144-2479 e 98747-5562, que cumprirÃ¡ escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido independentemente de termo de compromisso (Art. 466, CPC), cujo prazo para entrega do laudo serÃ¡ de 30 (trinta) dias, contado do depÃ³sito dos honorÃ¡rios periciais. Intime-se o perito nomeado, pessoalmente, para apresentar proposta de honorÃ¡rios, no prazo de 5 (cinco) dias. Intime-se, tambÃ©m, as partes para indicar assistentes tÃ©cnicos e apresentar quesitos, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme prevÃª o Art. 465, Â§1Âº, incisos II e III do NCPC. Por fim, intime-se o autor para recolher as custas para intimaÃ§Ã£o do perito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de dispensa implÃ-cita da prova. Intime-se. BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares Â JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m

(PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00596632920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento de sentença em: 04/11/2021 REQUERENTE:HILMA DE JESUS CARDOSO Representante(s): OAB 11462 - JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAUJO (DEFENSOR) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 11362 - ERON CAMPOS SILVA (ADVOGADO) OAB 7797 - FATIMA CONCEICAO DE ARAUJO A FERREIRA (ADVOGADO) OAB 8769 - ALEXANDRE DIAS FONTENELE (ADVOGADO) OAB 12501 - CARLOS ANDRE DA FONSECA GOMES (ADVOGADO) . Verifica-se doas autos que certificado o transito em julgado da decisÃ£o de segundo grau que manteve integralmente a sentenÃ§a de primeiro grau, a parte autora/exequente requereu o cumprimento da sentenÃ§a, alegando que o valor atualizado da condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ava R$25.972,01 (vinte e cinco mil novecentos e setenta e dois reais e um centavo). Assim, o executado foi regularmente intimado para efetuar o pagamento da dÃ-vida no prazo de quinze dias, sob pena de pagamento de multa e honorÃ¡rios fixados para a fase do cumprimento da sentenÃ§a, ambos no percentual de 10% (dez por cento). O banco, entÃ£o, alegou comprovou o pagamento da condenaÃ§Ã£o, nos termos da petiÃ§Ã£o de fls. 0176/0179, inclusive, provando o pagamento dos honorÃ¡rios ao Fundo Estadual da Defensoria PÃºblica. Em seguida, a parte autora informou que ainda Ã© devido o montante de R$27.009,41 (vinte e sete mil nove reais e quarenta e um centavos), conforme petiÃ§Ã£o de fls. 0182/0200. Assim, cumpra-se a decisÃ£o de fls.0202, expeÃ§a-se alvarÃ¡ para cada um dos sucessores da autora levantar sua cota de 1/3 (um terÃ§o) do montante depositado a tÃ-tulo de condenaÃ§Ã£o. Por fim, intime-se o banco para manifestar-se acerca da petiÃ§Ã£o de fls. 0182/0200 no prazo de cinco dias. Intimem-se. BelÃ©m, 03 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00606818520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 04/11/2021 ENVOLVIDO:MARIA GRACIETE NOGUEIRA SANTANA Representante(s): OAB 13578-B - EDUARDO ANDRE DE AGUIAR LOPES (DEFENSOR) INVENTARIADO:CARLOS BELA SANTANA INVENTARIANTE:DELFINA MARINHO SANTANA Representante(s): OAB 11749 - ISMAEL LIMA LEITE (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de Carlos Bela Santana, em que foi nomeada como inventariante a Sra. Delfina Nogueira Santana, que prestou o compromisso Ã s fls.032 e primeiras declaraÃ§Ãµes, conforme termo circunstanciado Ã s fls.048. Verifica-se dos autos que o autor da heranÃ§a deixou como seus sucessores legais, seus filhos: Maria Graciete Nogueira Santana, Fernanda Nogueira Santana, Salazar Nogueira Santana e Carlos Antonio Nogueira Santana, alÃ©m da viÃºva Sra. Delfina Nogueira Santana. Por outro lado, os herdeiros Salazar e Carlos AntÃ´nio ainda nÃ£o foram regularmente citados e, realizada a pesquisa no sistema de informaÃ§Ãµes eleitorais - SIEL, foram localizados novos endereÃ§os dos sucessores. Assim sendo, citem-se os herdeiros nÃ£o habilitados, Salazar e Carlos AntÃ´nio, nos endereÃ§os indicados no SIEL, para os termos do presente inventÃ¡rio e partilha, bem como, intime-se a Fazenda PÃºblica (federal, estadual e municipal), extraindo-se cÃ³pias das primeiras declaraÃ§Ãµes. Intime-se. BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito A cÃ³pia desta decisÃ£o servirÃ¡ para citaÃ§Ã£o e poderÃ¡ ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, nos termos dos Provimentos nÂº 003/2009 e nÂº 006/2006 da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m. PROCESSO: 00608512320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 04/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 11663 - WALCIMARA ALINE MOREIRA CARDOSO (ADVOGADO) EXECUTADO:LIFETEC LTDA Representante(s): OAB 8715 - LENICE PINHEIRO MENDES (ADVOGADO) EXECUTADO:THIAGO SIMÃO ROLIM DE MENDONÇA EXECUTADO:CARLOS EDUARDO GADELHA DA COSTA Representante(s): OAB 11237 - ANDREZA DE LOURDES OLIVEIRA CASSIANO (ADVOGADO) EXECUTADO:GIORDANA MENDONÇA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 8715 - LENICE PINHEIRO MENDES (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o ajuizada por BANCO DO ESTADO DO PARA em desfavor de LIFETEC LTDA, THIAGO SIMÃO ROLIM DE MENDONÃA, GIORDANA MENDONÃA DE OLIVEIRA, CARLOS EDUARDO GADELHA DA COSTA, em que realizada a pesquisa de valores via Sisbajud, foi bloqueado o valor parcial da dÃ-vida, no montante de R$18.912,97 (dezoito mil e novecentos e doze reais e noventa e sete centavos), conforme ordem de bloqueio de fls. 0113/0121. Por outro lado, realizada a busca pelo sistema Renajud, localizou-se um veÃ-culo em nome da devedora, Giordana MendonÃ§a de Oliveira, modelo: NISSAN FRONTIER LEATX4, placa: QEU5D33, cuja restriÃ§Ã£o judicial foi inserida na base de dados do Renavam. Inicialmente, observa-se que o executado, Carlos Eduardo Gadelha da Costa, compareceu espontaneamente aos autos Ã s fls. 0127/0159, requerendo a devoluÃ§Ã£o do prazo para opor embargos Ã execuÃ§Ã£o, bem como desbloqueio do valor

de R$ 8.400,95 (oito mil e quatrocentos reais e noventa e cinco centavos) que foi arrestado em sua conta. Aduz o executado que a conta de nÂ°47698-6, agÃªncia: 1396 mantida junto ao Banco Bradesco sÃ£o absolutamente impenhorÃ¡veis, na forma do art. 833, incisos IV, do CPC, por se tratar de conta salÃ¡rio, conforme extratos de fls. 0137/0149, demonstrativo de pagamento mensal de fls.0150, bem como carteira de trabalho de fls.0133. Ora, Ã© cediÃ§o que os vencimentos, subsÃ-dios, soldos, salÃ¡rios, remuneraÃ§Ãµes de proventos de aposentadoria, pensÃµes, pecÃºlios e montepios, bem como, as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua famÃ-lia, os ganhos de trabalhador autÃ´nomo e os honorÃ¡rios de profissional liberal e, ainda, a quantia depositada em caderneta de poupanÃ§a atÃ© o limite de quarenta (40) salÃ¡rios mÃ-nimos sÃ£o impenhorÃ¡veis, conforme estabelecia o art. 649 do CÃ³digo de Processo Civil de 1916, reprisado no art. 833 NCPC, in verbis: Â¿Art. 833. SÃ£o impenhorÃ¡veis: I - (...) IV - os vencimentos, os subsÃ-dios, os soldos, os salÃ¡rios, as remuneraÃ§Ãµes, os proventos de aposentadoria, as pensÃµes, os pecÃºlios e os montepios, bem como, as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua famÃ-lia, os ganhos de trabalhador autÃ´nomo e os honorÃ¡rios de profissional liberal, ressalvado o Â§2Âº; (...) X - a quantia depositada em caderneta de poupanÃ§a, atÃ© o limite de 40 (quarenta) salÃ¡rios mÃ-nimos;Â¿ Â No caso concreto, observa-se que o executado, Carlos Eduardo Gadelha da Costa, anexou extrato da conta mantida do Banco Bradesco, bem como demonstrativo de pagamento mensal e carteira de trabalho, na qual pode verificar a existÃªncia de depÃ³sitos referentes a remuneraÃ§Ã£o/salÃ¡rio do executado. Assim sendo, constata-se que os valores bloqueados na conta de nÂº conta de nÂ°47698-6, agÃªncia: 1396 mantida junto ao Banco BradescoÂ se referem ao depÃ³sito deÂ salÃ¡rio mensal e aposentadoria, do executado, sendo, portanto, absolutamente impenhorÃ¡veis na forma do art. 833, incisos IV CÃ³digo de Processo Civil. Ademais, verifica-se que em relaÃ§Ã£o ao valor bloqueado de R$ 908,00 (novecentos e oito reais) mantido no Banco XP Investimentos e o valor de R$96,44 (noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos), o executado nÃ£o anexou aos autos documentos que comprovassem que o montante era de natureza salarial. Ora, nossos tribunais tÃªm, repetidamente, decidido que o Ã´nus da prova acerca da natureza dos valores objeto da penhora, compete Ã parte devedora, senÃ£o vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA. VALORES DECORRENTES DE SALÃRIO. AUSÃNCIA DE PROVA. IMPENHORABILIDADE AFASTADA. O Ã´nus da prova acerca da natureza dos valores objeto de penhora compete Ã parte embargante. AlegaÃ§Ã£o de impenhorabilidade dos valores em razÃ£o da natureza salarial que nÃ£o veio comprovada nos autos. Precedentes jurisprudenciais do STJ e desta TJRS. AGRAVO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento NÂº 70071761530, Nona CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Julgado em 14/12/2016) Com efeito, nÃ£o comprovada a origem do valor bloqueado na conta corrente do executado, nÃ£o Ã© possÃ-vel reconhecer a impenhorabilidade prevista no art. 833, inciso IV do NCPC, por ser necessÃ¡ria prova inequÃ-voca de que o referido montante tem carÃ¡ter alimentar e se destina ao sustento do executado e de sua famÃ-lia. Por outro lado, a executada Giordana MendonÃ§a de Oliveira, devidamente intimada da penhora requereu apenas a transferÃªncia dos valores bloqueados para o exequente como quitaÃ§Ã£o do dÃ©bito (fls.0172). Ante o exposto, impÃµe-se a procedÃªncia parcial do pedido de fls. 0127/0159, para determinar o desbloqueio apenas do valor de R$ 8.400,95 (oito mil e quatrocentos reais e noventa e cinco centavos) na conta nÂ° 47698-6 mantida no Banco Bradesco pertencente ao executado Carlos Eduardo Gadelha da Costa. No que se refere ao pedido do executado, Carlos Eduardo Gadelha da Costa,Â de devoluÃ§Ã£o de prazo para propor embargos Ã execuÃ§Ã£o resta indeferido, uma vez que comparecimento espontÃ¢neo do devedor supre a citaÃ§Ã£o quando Ã© atingida a finalidadeÂ do ato, qual seja, informar a parte, de modo inequÃ-voco, acercaÂ daÂ demandaÂ ajuizadaÂ contraÂ siÂ eÂ deÂ suasÂ respectivas consequÃªncias,Â aÂ fimÂ deÂ viabilizar o exercÃ-cio do seu direito de defesa. SenÃ£o vejamos: Ementa:Â APELAÃÃO CÃVEL.Â EMBARGOSÂ ÃÂ EXECUÃÃO. EFEITO SUSPENSIVO Ã APELAÃÃO. DESCABIMENTO. NULIDADE DAÂ EXECUÃÃO. EMBARGANTE NÃO CITADA. INOCORRÃNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. NOS TERMOS DO Â§ 1Âº DO ARTIGO 239 DO CPC E CONSOANTE A JURISPRUDÃNCIA DO STJ E DESTA CORTE, OÂ COMPARECIMENTOÂ ESPONTÃNEOÂ DA PARTE RÃ OU DO EXECUTADO SUPRE A AUSÃNCIA OU A NULIDADE DA CITAÃÃO, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÃNCIA DE PROCURAÃÃO COM PODERES ESPECÃFICOS, SITUAÃÃO DO AUTOS. COISA JULGADA AFASTADA. IMPENHORABILIDADE DO IMÃVEL. MATÃRIA DE ORDEM PÃBLICA. DECISÃES ANTERIORES SOBRE TAIS QUESTÃES FORAM PROFERIDAS QUANDO A EMBARGANTE NÃO HAVIA SIDO CITADA OUÂ COMPARECIDOÂ NOS AUTOS. LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA (CPC, ART. 506). A EXCEÃÃO Ã REGRA DE IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÃLIA, PREVISTA NO ART. 3Âº, V, DA LEI NÂº 8.009/90, NÃO SE APLICA AOS CASOS EM QUE A HIPOTECA Ã DADA COMO GARANTIA DE EMPRÃSTIMO

CONTRAÃDO EM FAVOR DA SOCIEDADE EMPRESÃRIA, HIPÃTESE DOS AUTOS, POIS O SÃCIO DA EMPRESA Ã O ESPOSO DA EMBARGANTE, E ESTA ASSINOU A CÃDULA COMO AVALISTA. DÃVIDA EM PROVEITO DA ENTIDADE FAMILIAR. IMPARCIALIDADE E MÃ-CONDUÃÃO DO MAGISTRADO NA ATUAÃÃO NESTE FEITO. NÃO OBSERVADA QUALQUER DAS SITUAÃÃES DELINEADAS NO ART. 145 DO CPC. APELAÃÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel, NÂº 50007241520198210026, DÃ©cima Quinta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em: 25-08-2021) Ementa: APELAÃÃO CÃVEL. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL. RETIRADA DOS AUTOS EM CARGA. PROCURADOR CONSTITUÃDO PELA PARTE RÃ. COMPARECIMENTO ESPONTÃNEO AO FEITO. MANUTENÃÃO DA DECISÃO RECORRIDA. A teor do art. 238 do CPC: Â¿CitaÃ§Ã£o Ã© o ato pelo qual sÃ£o convocados o rÃ©u, o executado ou o interessado para integrar a relaÃ§Ã£o processualÂ¿. Por sua vez, o Â§1Âº, do art. 239 da legislaÃ§Ã£o processual em anÃ¡lise prevÃª que: Â¿O comparecimento espontÃ¢neo do rÃ©u ou do executado supre a falta ou a nulidade da citaÃ§Ã£o, fluindo a partir desta data o prazo para apresentaÃ§Ã£o de contestaÃ§Ã£o ou de embargos Ã execuÃ§Ã£oÂ¿. Caso em que nÃ£o obstante o procurador que retirou os autos em carga nÃ£o possua poderes especiais para receber citaÃ§Ã£o, Ã© incontroverso que, Ã Ã©poca da carga, jÃ¡ possuÃ-a poderes para representar o executado em JuÃ-zo, sendo, inclusive, o signatÃ¡rio dos embargos Ã execuÃ§Ã£o considerados intempestivos. Destarte, nÃ£o havendo como se afastar a ciÃªncia inequÃ-voca do recorrente, nÃ£o sÃ³ acerca da existÃªncia da demanda, como tambÃ©m dos exatos termos da peÃ§a vestibular, deve ser reconhecido o seu comparecimento espontÃ¢neo ao feito, e a consequente intempestividade dos embargos Ã execuÃ§Ã£o. ManutenÃ§Ã£o da decisÃ£o hostilizada. Precedentes do STJ e desta Corte. Apelo desprovido. UnÃ¢nime.(ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel, NÂº 70085077501, VigÃ©sima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Dilso Domingos Pereira, Julgado em: 06-07-2021) Por outro lado, nota-se que a exequente, Giordana MendonÃ§a de Oliveira, requereu Ã s fls.0171/0172 o desbloqueio do veÃ-culo NISSAN FRONTIER LEATX4, placa: QEU5D33, entretanto, observa-se que o valor da dÃ-vida informado pelo exequente atravÃ©s de planilha atualizada do dÃ©bito Ã s fls.0160/0161 nÃ£o foi integralmente pago. Portanto, tal pedido nÃ£o deve prosperar. Ademais, verifica-se dos autos que os executados, Lifetec Ltda, Thiago SimÃ£o Rolim de MendonÃ§a, Giordana MendonÃ§a de Oliveira, opuseram embargos Ã execuÃ§Ã£o, sob o nÂ°0011893-69.2015.814.0301, que foi indeferido o efeito suspensivo e ainda encontra-se pendente de julgamento. Nessas circunstancias, nossos tribunais tem, repetidamente, decididoÂ que a oposiÃ§Ã£o de embargos Ã execuÃ§Ã£o sem efeito suspensivo nÃ£o obsta o prosseguimento da aÃ§Ã£o executiva, que deve prosseguir de forma normal, inclusive, quanto aos atos de expropriaÃ§Ã£o, in verbis: Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO RECEBIDOS SEM EFEITO SUSPENSIVO E JULGADOS IMPROCEDENTES. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÃÃO. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE AGUARDAR-SE O TRÂNSITO EM JULGADO. DECISÃO REFORMADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.(Agravo de Instrumento, NÂº 50851017520218217000, DÃ©cima Sexta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Deborah Coleto AssumpÃ§Ã£o de Moraes, Julgado em: 19-08-2021) Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL. RECEBIMENTO SEM EFEITO SUSPENSIVO. A CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO NOS EMBARGOS Ã EXCEPCIONAL. AUSENCIA DE ELEMENTOS A EVIDENCIAR A PROBABILIDADE DO DIREITO E O PERIGO DE DANO OU O RISCO AO RESULTADO ÃTIL DO PROCESSO. A MERA ALEGAÃÃO DA PROBABILIDADE DO DIREITO E DA PRESENÃA DE DANO OU RISCO AO RESULTADO ÃTIL DO PROCESSO, SEM, DE FATO, DEMONSTRÃ-LOS, NÃO Ã SUFICIENTE PARA A CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS Ã EXECUÃÃO. O MERO PROSSEGUIMENTO DA EXECUÃÃO, POR SI, Ã INSUFICIENTE PARA CONFIGURAR PREJUÃZO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.(Agravo de Instrumento, NÂº 50383442320218217000, DÃ©cima Oitava CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Heleno Tregnago Saraiva, Julgado em: 28-06-2021) Assim, o exequente Ã s fls. 0160/0161 requereu a venda em hasta publica dos bens mÃ³veis anteriormente penhorados, duas termodesinfectadoras, modelo WDS-200D, novas e sem uso, conforme auto de penhora e avaliaÃ§Ã£o juntado Ã s fls. 90. Nesse viÃ©s, o art. 880 do CPC estabelece que se nÃ£o efetivada a adjudicaÃ§Ã£o, o exequente poderÃ¡ requerer a alienaÃ§Ã£o por sua prÃ³pria iniciativa ou por intermÃ©dio de corretor ou leiloeiro pÃºblico credenciado perante o Ã³rgÃ£o judiciÃ¡rio, cabendo ao juiz fixar o prazo em que a alienaÃ§Ã£o deve ser efetivada, a forma de publicidade, o preÃ§o mÃ-nimo, as condiÃ§Ãµes de pagamento, as garantias e, se for o caso, a comissÃ£o de corretagem e, ainda, designar leiloeiro pÃºblico, o qual poderÃ¡, tambÃ©m, ser indicado pelo exequente (art. 883 do CPC/15). Noutro giro, o art. 884 do CPC/2015 enuncia expressamente: Â `Art. 884. Incumbe ao leiloeiro pÃºblico: I - publicar o edital, anunciando a alienaÃ§Ã£o; II - realizar o leilÃ£o onde se encontrem os bens ou no lugar designado pelo juiz; III - expor aos pretendentes os bens ou as

amostras das mercadorias; IV- receber e depositar, dentro de 1 (um) dia, Ã ordem do juiz, o produto da alienaÃ§Ã£o; V - prestar contas nos 2 (dois) dias subsequentes ao depÃ³sito. ParÃ¡grafo Ãnico. O leiloeiro tem o direito de receber do arrematante a comissÃ£o estabelecida em lei ou arbitrada pelo juiz. Art. 885. O juiz da execuÃ§Ã£o estabelecerÃ¡ o preÃ§o mÃ-nimo, as condiÃ§Â¿es de pagamento e as garantias que poderÃ£o ser prestadas pelo arrematante. Art. 886. O leilÃ£o serÃ¡ precedido de publicaÃ§Ã£o de edital, que conterÃ¡: I - a descriÃ§Ã£o do bem penhorado, com suas caracterÃ-sticas, e, tratando-se de imÃ³vel, sua situaÃ§Ã£o e suas divisas, com remissÃ£o Ã matrÃ-cula e aos registros; II - o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preÃ§o mÃ-nimo pelo qual poderÃ¡ ser alienado, as condiÃ§Ãµes de pagamento e, se for o caso, a comissÃ£o do leiloeiro designado; III - o lugar onde estiverem os mÃ³veis, os veÃ-culos e os semoventes e, tratando-se de crÃ©ditos ou direitos, a identificaÃ§Ã£o dos autos do processo em que foram penhorados; IV - o sÃ-tio, na rede mundial de computadores, e o perÃ-odo em que se realizarÃ¡ o leilÃ£o, salvo se este se der de modo presencial, hipÃ³tese em que serÃ¡ indicados o local, o dia e a hora de sua realizaÃ§Ã£o; V - a indicaÃ§Ã£o de local, dia e hora de segundo Leila presencial, para a hipÃ³tese de nÃ£o haver interessado no primeiro; VI - menÃ§Ã£o da existÃªncia de Ã´nus, recurso ou processo pendente sobre os bens a serem leiloados. ParÃ¡grafo Ãºnico. No caso de tÃ-tulos da dÃ-vida pÃºblica e de tÃ-tulos negociados em bolsa, constarÃ¡ do edital o valor da Ãºltima cotaÃ§Ã£o. Nesse contexto, como o exequente nÃ£o pretende adjudicar os bens penhorados nem requer a sua alienaÃ§Ã£o particular, deve ser determinada a venda judicial dos bens penhorados, com vistas Ã sua arremataÃ§Ã£o na forma legal. Ante o exposto, designo a leiloeira pÃºblica Jaqueline Vasconcelos de Paiva, matrÃ-cula nÂº 20120712652, com telefone nÂº (91) 3276-7534/98801-3265/99232-8999/98146-9090 para realizar o leilÃ£o presencial dos bens penhorados, na forma do art. 881, Â§1Âº c/c art. 883 do NCPC. Determino o dia 20 de junho de 2022, Ã s 09h para a realizaÃ§Ã£o do primeiro leilÃ£o presencial e o dia 24 de junho de 2022, Ã s 09h para o segundo leilÃ£o presencial, para a hipÃ³tese de nÃ£o haver interessado no primeiro, a serem realizados pela leiloeira pÃºblica na sede do FÃ³rum CÃ-vel. Fixo o preÃ§o mÃ-nimo para a alienaÃ§Ã£o do bem o valor atualizado da avaliaÃ§Ã£o a ser realizado pelo avaliador judicial. A forma de publicaÃ§Ã£o da oferta deverÃ¡ ser por edital, devendo a leiloeira pÃºblica designada adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para a ampla divulgaÃ§Ã£o da venda, nos termos do art. 887 do CPC, que deverÃ¡ ocorrer pelo menos 05 (cinco) dias antes da data marcada para o leilÃ£o, na rede mundial de computadores, em sÃ-tios especializados na publicaÃ§Ã£o de leilÃµes judiciais, devendo conter descriÃ§Ã£o detalhada e, se possÃ-vel, ilustraÃ§Ã£o dos bens, assim como, afixado em local de costume e publicado, em resumo, uma vez em jornal de ampla circulaÃ§Ã£o local, informando o valor mÃ-nimo e as condiÃ§Ãµes de pagamento. Ademais, para que a proposta seja aceita, o arrematante deverÃ¡ assegurar pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor, cujo pagamento deve ser realizado de imediato (24hs) atravÃ©s de depÃ³sito judicial ou meio eletrÃ´nico (art. 892 do NCPC) e o restante em 01 parcela, no prazo de 30 (trinta) dias.Â AlÃ©m disso, determino como garantia a ser prestada pelo adquirente em caso de parcelamento, cauÃ§Ã£o em depÃ³sito correspondente Ã 30% (trinta por cento) do valor atualizado da avaliaÃ§Ã£o do imÃ³vel. Fixo a comissÃ£o do leiloeiro designado no percentual de 3% (trÃªs) sobre o valor da venda do imÃ³vel a ser leiloado, nos termos do parÃ¡grafo Ãºnico do art. 884 do NCPC c/c art. 24 do Dec. Lei nÂº 21.981/32, que regulamenta a profissÃ£o de leiloeiro no territÃ³rio nacional e assim dispÃµe: Â¿Art. 24. A taxa da comissÃ£o dos leiloeiros serÃ¡ regulada por convenÃ§Ã£o escrita que estabelecerem com os comitentes, sobre todos ou alguns dos efeitos a vender. NÃ£o havendo estipulaÃ§Ã£o prÃ©via, regularÃ¡ a taxa de cinco por cento sobre moveis, semoventes, mercadorias, joias e outros efeitos e a de trÃªs por cento sobre bens imÃ³veis de qualquer natureza.Â¿ ExpeÃ§am-se os editais, com observÃ¢ncia dos requisitos previstos no art. 886 do novo CÃ³digo de Processo Civil, devendo constar: - a descriÃ§Ã£o do bem penhorado, com suas caracterÃ-sticas, situaÃ§Ã£o e divisas, com remissÃ£o Ã matrÃ-cula e aos registro; - o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preÃ§o mÃ-nimo pelo qual poderÃ¡ ser alienado, as condiÃ§Ãµes de pagamento e a comissÃ£o do leiloeiro designado- o lugar onde estÃ¡ o imÃ³vel; - o local, o dia e a hora da realizaÃ§Ã£o do leilÃ£o presencial; - a indicaÃ§Ã£o de local, dia e hora de segundo leilÃ£o presencial, para a hipÃ³tese de nÃ£o haver interessado no primeiro; - a existÃªncia de eventual Ã´nus, recurso ou processo pendente sobre os bens a serem alienados; - a comunicaÃ§Ã£o de que se o bem nÃ£o alcanÃ§ar o preÃ§o mÃ-nimo fixado pelo juÃ-zo, a sua alienaÃ§Ã£o serÃ¡ pelo maior lance, nÃ£o sendo aceito lance que ofereÃ§a preÃ§o vil (menor que 50% do valor do imÃ³vel, nos termos do art. 891, parÃ¡grafo Ãºnico do NCPC). Â Intimem-se os executados, atravÃ©s de seu advogado ou, se nÃ£o tiverem procurador constituÃ-do nos autos, por carta registrada, mandado, edital ou outro meio idÃ´neo acerca da alienaÃ§Ã£o judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedÃªncia (art. 889, incisos I e V do CPC/15).Â Encaminhem-se os presentes autos, imediatamente, ao avaliador judicial, para proceder a atualizaÃ§Ã£o da avaliaÃ§Ã£o dos bens penhorados, com vistas a nÃ£o acarretar eventual prejuÃ-zo ao andamento do processo em razÃ£o do valor defasado dos bens. Por fim, informo que promovi o

desbloqueio dos valores constantes na conta de R$ 8.400,95 (oito mil e quatrocentos reais e noventa e cinco centavos) na conta nÂ° 47698-6 mantida no Banco Bradesco pertencente ao executado Carlos Eduardo Gadelha da Costa. Por outro lado, converto em penhora os valores bloqueados de R$ 908,00 (novecentos e oito reais) mantido no Banco XP Investimentos e o valor de R$96,44 (noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos), bem como promovo a transferÃªncia para conta vinculado do juÃ-zo dos valores depositados no Banco do Brasil. Por fim, intime-se o exequente para pagar as custas devidas para expediÃ§Ã£o do termo de penhora do veÃ-culo modelo: NISSAN FRONTIER LEATX4, placa: QEU5D33, conforme determinado na decisÃ£o de fls. 0126. Intime-se. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. P R O C E S S O : 0 0 8 6 8 7 2 0 2 2 0 1 5 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 04/11/2021 INVENTARIANTE:MANOEL RIBEIRO FILHO Representante(s): OAB 12599 - VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) INVENTARIADO:MANOEL RIBEIRO DA COSTA INVENTARIADO:RAIMUNDA DO ROSARIO COSTA. Defiro o pedido de justiÃ§a gratuita. Cumpra-se a decisÃ£o de fls.078, expeÃ§a-se ofÃ-cio Ã Secretaria de PatrimÃ´nio da uniÃ£o no ParÃ¡ - SPU, bem como, lavre termo circunstanciado das primeiras declaraÃ§Ãµes apresentadas Ã s fls.083/085. Intime-se. BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021.

FÓRUM CRIMINAL

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 08/11/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00047998520208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 08/11/2021 INDICIADO:BRUNA LUANA TELLES NUNES INDICIADO:JOCELMA PINHEIRO DE PINHEIRO SERRAO VITIMA:O. E. . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico e Defensoria PÃºblica da AudiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no dia 18 de JANEIRO de 2022, ÃS 09h00min referente ao processo de nÂº 00047998520208140401. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital PROCESSO: 00057250320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 08/11/2021 VITIMA:E. J. S. C. INDICIADO:EDUARDO BECKMAN DA SILVA. ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico e Defensoria PÃºblica da AudiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no dia 18 de JANEIRO de 2022, ÃS 10h30min. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital PROCESSO: 00090687020208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 08/11/2021 VITIMA:O. E. INDICIADO:FRANCISCO DE ASSIS GARCIA NETO. ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico e Defensoria PÃºblica da AudiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no dia 19 de JANEIRO de 2022, ÃS 10h00min referente ao processo de nÂº 00090687020208140401. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital PROCESSO: 00158491120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 QUERELANTE:ALDONAY JOSE DA SILVA Representante(s): OAB 27589 - CLESYO KYM DA SILVA SOUTO MAIOR (ADVOGADO) OAB 28320 - HELLEM PATRICIA SOUSA VERAS (ADVOGADO) QUERELADO:SUELLEN PINHEIRO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 13378 - DANIEL AUGUSTO BEZERRA DE CASTILHO (ADVOGADO) OAB 12024 - MICHELL MENDES DURANS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 27882 - LUCAS GABRIEL CORREA NOGUEIRA (ADVOGADO) QUERELADO:ROSENEIDE RODRIGUES DA TRINDADE QUERELADO:ALEXANDRA TINDADE PINHEIRO. ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimada a defesa da quertelada SUELLEN PINHEIRO DE OLIVEIRA, o Dr. Michell Mendes Durans da Silva, OAB/PA nÂº 12.024, para no prazo de 10 (dez) dias apresentar Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o, nos termos do art. 396-A, do CPP, nos autos do processo nÂº Â 00158491120208140401. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Criminal do JuÃ-zo Singular. PROCESSO: 00169580220168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:RODOLFO MONTERO F TEIXEIRA JUNIOR Representante(s): OAB 24118 - ANTONIO CARLOS DA COSTA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) DENUNCIADO:DANIELLE PANTOJA CORREA Representante(s): OAB 14713 - RAFAELA BRATTI (ADVOGADO) OAB 7320 - HUMBERTO FEIO BOULHOSA (ADVOGADO) OAB 26768 - BRUNA EDWIRGES CUNHA BOULHOSA (ADVOGADO) OAB 30929 - VICTOR AUGUSTO SILVA DE MEDEIROS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Por meio deste, fica(m) intimada a defesa da acusada DANIELLE PANTOJA CORREA para se manifestar quanto ao ofÃ-cio expedido pelo Instituto Renato Chaves, juntado aos autos do processo nÂº 00169580220168140401, Ã s fls. 45. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Criminal do JuÃ-zo Singular.

SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

ATO ORDINATÓRIO

Processo: 0020275-37.2018.814.0401. Querelante OSCAR CORREA RODRIGUES. Querelados JOSE CORREA RODRIGUES e JOÃO CORREA RODRIGUES. De ordem da Exma. Sra. BLENDA NERY RIGON CARDOSO, Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Criminal de Belém, considerando a deliberação em audiência à fl. 220-verso, ficam intimados os advogados Dr. ANDRE SILVA TOCANTINS (OAB/PA 15381), Dr. RODRIGO TAVARES GODINHO (OAB/PA 13983) para que apresentem memoriais finais no prazo legal. Belém, 09 de novembro de 2021. José Ronaldo Vieira da Silva - Analista Judiciário da 2ª Vara Criminal de Belém. Assino com base no art. 1º, §1º, VI, do provimento nº 006/2006¿CJRMB, publicado no DJ n.º 3750 de 20/10/2006 (alterado pelo Provimento nº 08/2014-CJRMB, publicado no DJ nº 5647/2014, de 15/12/2014).

SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 15/10/2021 A 20/10/2021 - SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 3ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00047885620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTINA SANDOVAL COLLYER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 15/10/2021 DENUNCIADO:ISIS DRIELLY DA SILVA ARAUJO Representante(s): OAB 23715 - PÉROLA REGINA MARQUES DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 29244 - PAMELA CRISTINA DE SOUZA ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:TAMIRES BIANCA DA SILVA AMADO Representante(s): OAB 23715 - PÉROLA REGINA MARQUES DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 29244 - PAMELA CRISTINA DE SOUZA ALVES (ADVOGADO) TESTEMUNHA:BRUNA ELANE GARCIA DE OLIVEIRA SABINO. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1- Homologo a desistÃªncia da oitiva das testemunhas ausentes Kelly Mara Nonato Correa; Priscila Pizon Santos; Evandson da Rocha Gutierres FranÃ§a; Raimundo Miranda da Costa Junior. 2- Defiro o pedido feito pelo Assistente de AcusaÃ§Ã£o para que no prazo de 05 dias junte aos autos documentos declarados em audiÃªncia. 3- Determino que a Secretaria junte aos autos as CertidÃµes de Antecedentes Criminais atualizadas das acusadas. 4- ApÃ³s a juntada dos documentos pelo Assistente de AcusaÃ§Ã£o e das certidÃµes, faÃ§am-se os autos com vista Ã s partes para apresentaÃ§Ã£o de memoriais por escrito. ApÃ³s venham conclusos para sentenÃ§a. Nada mais havendo a declarar mandou o(a) mm. Juiz(a) encerrar a presente audiÃªncia, deu-se este termo por findo e que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, ..., o digitei e subscrevi. PROCESSO: 00177649520208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CRISTINA SANDOVAL COLLYER A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/10/2021 DENUNCIADO:JOSUE FERREIRA BENTES Representante(s): OAB 22694 - LANNA KARINA BRABO DE MORAES BOSSINI (ADVOGADO) OAB 26248 - MARIA HELOISA GIVONI PONTES SANTOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:SERGIO MURILO DA CONCEICAO FRANCO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) VITIMA:C. C. P. VITIMA:E. L. R. A. . DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1- Homologo a desistÃªncia da oitiva da testemunha ausente JoÃ£o Correa Almeida. 2- Analisando os argumentos da defesa agora expostos em audiÃªncia, assim como analisando a manifestaÃ§Ã£o do RMP, esse juÃ-zo entende que ainda persistem os fundamentos que ensejaram a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva do acusado JOSUE FERREIRA BENTES, nesse sentido, INDEFIRO o pedido da defesa do JOSUE FERREIRA BENTES e mantenho a prisÃ£o preventiva do rÃ©u. 3- Concedo vista Ã DP para fins de no prazo de 24 horas se manifestar a respeito do requerimento de diligÃªncias. 4- Na sequÃªncia, intimar a defesa do denunciado JOSUE FERREIRA BENTES por intermÃ©dio do DJE para que no prazo de 24 horas informe ao juÃ-zo se possui diligÃªncias a serem requeridas. 5- Independentemente de haver requerimento de diligÃªncia, este juÃ-zo entende que Ã© necessÃ¡ria a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia para fins de confrontar o material papiloscÃ³pico encontrado no veiculo subtraÃ-do da vÃ-tima Cleiton Carvalho PicanÃ§o, isto Ã©, no veÃ-culo NISSAN KICKS, placa QEF-6074, cujo o material digital jÃ¡ foi coletado a Ã©poca do crime que resta agora fazer o confronto desse material coletado a Ã©poca do crime junto ao veÃ-culo com as digitais dos acusados, e para tanto, desde jÃ¡ determino que a Secretaria do juÃ-zo, expeÃ§a ofÃ-cio ao Centro de PerÃ-cia CientÃ-fica Renato Chaves para que no prazo de 10 dias confeccione o laudo pericial nesse sentido de confronto com o material coletado no veÃ-culo constante no documento Ã s fls. 26/32 do IPL com o material a ser coletado com os acusados. 6- Uma vez as partes se manifestando requerendo ou nÃ£o novas diligÃªncias, determino que a secretaria faÃ§a os autos conclusos. Nada mais havendo a declarar mandou o(a) mm. Juiz(a) encerrar a presente audiÃªncia, deu-se este termo por findo e que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, ..., o digitei e subscrevi. PROCESSO: 00001305220218140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 20/10/2021 DENUNCIANTE:RENATA RUBIA DIAS DAS NEVES DENUNCIADO:JOSUE HENRIQUE TRINDADE DA PAIXAO Representante(s): OAB 18147 - NALY DO SOCORRO RODRIGUES BACHA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARLISSON GLEIDSON DE SOUZA DOS SANTOS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â Recebo a ApelaÃ§Ã£o interposta pela Defesa dos rÃ©us JOSUE HENRIQUE TRINDADE DA PAIXAO e MARLISSON GLEIDSON DE SOUZA DOS SANTOS (fl. 98), eis que tempestiva. 2.Â Â Â Â Â Considerando que os recorrentes pleiteiam arrazoar em instÂ¢ncia superior, encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a, com as nossas homenagens e sob as cautelas legais. 3.Â Â Â Â Â Ademais, expeÃ§a-se a guia

de execuÃ§Ã£o provisÃ³ria dos rÃ©us. 4.Â Â Â Â Â CertidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado para o MinistÃ©rio PÃºblico juntada Ã s fls. 99.Â CUMPRA-SE COM URGÃNCIA. BelÃ©m, 20 de outubro de 2021 HORÃCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m conforme Portaria n. 3190/2021-GP, DJE7230/2021 PROCESSO: 00112260620178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 20/10/2021 DENUNCIADO:EDIVALDO BAIA DA SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:L. M. H. L. L. V. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â Recebo a ApelaÃ§Ã£o interposta pela Defesa dos rÃ©u EDIVALDO BAIA DA SILVA (fl. 55), eis que tempestiva. 2.Â Â Â Â Â Considerando que o recorrente pleiteia arrazoar em instÂ¢ncia superior, encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a, com as nossas homenagens e sob as cautelas legais. CUMPRA-SE COM URGÃNCIA. BelÃ©m, 20 de outubro de 2021 HORÃCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m conforme Portaria n. 3190/2021-GP, DJE7230/2021 PROCESSO: 00217190820188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 20/10/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:VALMIR PINHEIRO CERCEIRA Representante(s): OAB 28792 - BRENDA MARGALHO DA ROSA (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos de AÃ§Ã£o Penal de CompetÃªncia do JuÃ-zo Singular, no qual o nacional Valmir Pinheiro Cerceira, qualificado nos autos, foi denunciado pelo MinistÃ©rio PÃºblico, sendo-lhe imputado o Art. 33 da Lei 11.343/2006. Â Â Â Â Uma das formas de se extinguir a punibilidade Ã© pela morte do agente, nos termos do artigo 107, inciso I do CÃ³digo Penal. Diante disso, foi juntado aos autos CertidÃ£o de Ãbito Ã fl. 52-A. Â Â Â Â Assim, O MinistÃ©rio PÃºblico, em manifestaÃ§Ã£o Ã fl. 58, requereu a extinÃ§Ã£o de punibilidade do denunciado Valmir Pinheiro Cerceira. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do denunciado VALMIR PINHEIRO CERCEIRA, devidamente qualificado nos autos. Â Â Â Â CiÃªncia Ã s partes. Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se. BelÃ©m, 20 de outubro de 2021 HORÃCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m conforme Portaria n. 3190/2021-GP, DJE7230/2021

RESENHA: 22/10/2021 A 31/10/2021 - SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 3ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00028148120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 INDICIADO:JOAO CLIMACO DE MELO NETO VITIMA:F. M. S. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA O MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia contra o nacional JOAO CLIMACO DE MELO NETO pelo crime exposto no Artigo 303, Â§ 1Âº, c/c Artigo 302, inciso III, do CÃ³digo de TrÃ¢nsito Brasileiro, praticado em desfavor de Francinaldo Monteiro Souza, fato este ocorrido em 11 de setembro de 2019, neste municÃ-pio. Compulsando os autos, verifico que a peÃ§a exordial se encontra devidamente acompanhada de inquÃ©rito policial e preenche todos os pressupostos e requisitos do Artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal. Visto isto, RECEBO A DENÃNCIA constante Ã s fls. 02/05, porque presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes para o regular exercÃ-cio da aÃ§Ã£o, haja vista, estarem presentes a prova da materialidade e os indÃ-cios de autoria. 1-Â Â Â Â Â Cite(m)-se o(s) rÃ©u(s) JOAO CLIMACO DE MELO NETO, observando-se o disposto no Art. 396 do CPP, a fim de que ofereÃ§a(m) resposta escrita no prazo de 10 dias, em relaÃ§Ã£o aos fatos alegados na denÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, que segue em anexo, podendo arrolar testemunhas, arguir preliminares e alegar tudo o que interessar Ã (s) sua(s) defesa(s), ASSIM COMO DEVERÃ(ÃO) DIZER SE POSSUI(EM) ADVOGADO PARTICULAR OU SE DESEJA(M) O PATROCÃNIO DA DEFENSORIA PÃBLICA. 2- O rÃ©u ao ser citado ainda deverÃ¡ ser ADVERTIDO de que, depois de citado, nÃ£o poderÃ¡ mudar de residÃªncia ou dela se ausentar sem comunicar a este JuÃ-zo o lugar onde passarÃ¡ a ser encontrado, pois, caso nÃ£o seja encontrado no endereÃ§o fornecido, os atos processuais serÃ£o realizados sem a sua presenÃ§a, o processo seguirÃ¡ Ã sua revelia e atÃ© mesmo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento poderÃ£o ser realizadas sem a sua presenÃ§a. 3-Apresentada a resposta, conclusos. 4-NÃ£o apresentada Ã resposta, desde que, pessoalmente citado, fica, desde jÃ¡, nomeado o Defensor PÃºblico vinculado a este juÃ-zo para apresentÃ¡-la(s). 5- Se o denunciado nÃ£o for encontrado, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para indicar novo endereÃ§o. Ainda assim, nÃ£o sendo possÃ-vel a citaÃ§Ã£o pessoal do denunciado, e havendo informaÃ§Ã£o de que se encontra em local incerto, expeÃ§a-se edital, com o prazo de 15 (quinze) dias. 6-Juntem-se aos autos as certidÃµes de praxe. 7-Cumpra-se com urgÃªncia. ServirÃ¡ o presente, por cÃ³pia digitada, como mandado, de acordo

com a ResoluÃ§Â¿o 003/2009 CJRMB. Cumpra-se na forma da lei. BelÃ©m, 22 de outubro de 2021. Dr. HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito respondendo pela 3Âª Vara Criminal do JuÃ-zo Singular de BelÃ©m PROCESSO: 00031399020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:RODOLFO DO ROSARIO DOS SANTOS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu DENÃNCIA em face de RODOLFO DO ROSARIO DOS SANTOS pela prÃ¡tica do delito tipificado no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia Ã s fls. 02/03, a qual relata: Â¿(...) policiais militares estavam em ronda de rotina pela Av. Tucunduba, Ã s proximidades do conjunto Liberdade II, local conhecido por traficÃ¢ncia de entorpecentes, quando se depararam saindo do referido residencial o indivÃ-duo, que ao ver a viatura, passou a agir de forma suspeita, acelerando os passos. Momento que o suspeito percebeu a aproximaÃ§Ã£o da guarniÃ§Ã£o rapidamente empreenderam fuga e foram perseguidos pela guarniÃ§Ã£o a pÃ©, tomando o rumo da invasÃ£o Abrigo. Informa o condutor que, entrando na referida invasÃ£o dentro de um barroco, o suspeito ora denunciado, fora capturado e procedido sua revista pessoal, momento em que fora encontrado com o mesmo meio tablete de substÃ¢ncia, que posteriormente, segundo laudo toxicolÃ³gico, veio a ser identificado como Cannabis Sativa L. popularmente conhecida como Â¿maconhaÂ¿ (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebimento de denÃºncia Ã s fls. 18/19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©u citado Ã fl. 08. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 10/14. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de antecedentes do rÃ©u Ã fl. 04. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento Ã s fls. 30/32, ocasiÃ£o na qual foi realizada a oitiva da testemunha Alberto Martins de Souza. Em audiÃªncia de continuaÃ§Ã£o, Ã s fls. 68/69, foram realizados a oitiva da testemunha AurÃ©lio MendonÃ§a Tavares e interrogatÃ³rio do rÃ©u Rodolfo do RosÃ¡rio dos Santos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em memoriais finais, Ã s fls. 70/72, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, posto haver restado comprovada a autoria e a materialidade do delito, pela prÃ¡tica do crime capitulado no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa, Ã s fls. 73/76, em memorias finais, requereu a absolviÃ§Ã£o do rÃ©u in dubio pro reo, com fundamento no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, este JuÃ-zo, examinando minuciosamente as provas colhidas, entende comprovadas a materialidade e a autoria quanto ao crime previsto no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06., senÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada por meio de Auto de ApresentaÃ§Ã£o e ApreensÃ£o, Ã fl. 22, do IPL, para a quantia de 108,300g de um tablete de erva seca prensada, em conjunto com o Laudo Pericial Definitivo de Exame ToxicolÃ³gico, Ã s fls. 53, que testou positivo para a substÃ¢ncia THC, princÃ-pio ativo da Cannabis Sativa L, popularmente conhecida como maconha. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, pelos elementos de prova reunidos nos autos, nÃ£o hÃ¡ que se admitir qualquer dÃºvida quanto Ã existÃªncia material do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã autoria, o conjunto probatÃ³rio carreado aos autos durante a instruÃ§Ã£o processual nÃ£o deixa dÃºvida de que a prÃ¡tica do Tipo Penal do Artigo 33 da Lei nÂº. 11.343/06, no nÃºcleo trazer consigo, deve ser imputada ao rÃ©u Rodolfo do Rosario dos Santos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Alberto Martins de Souza, policial militar, narrou em juÃ-zo que estavam em ronda na Av. Tucunduba, quando entraram no conjunto Nova Liberdade, que entÃ£o identificaram dois elementos, sendo um deles o acusado, os quais comeÃ§aram a andar mais rÃ¡pido quando avistaram a viatura. Que notou que um dos agentes estava armado. Que os dois tomaram rumo distintos. Que o outro agente nÃ£o identificado, que estava armado, pulou uma tela e tomou fuga. Que capturaram o ora denunciado, que foi revistado pelo Cabo Weverton, sendo encontrada a substÃ¢ncia entorpecente maconha e um rÃ¡dio na posse do denunciado. Respondeu que era o motorista da viatura e que, quando chegou no local, o denunciado jÃ¡ estava sendo revistado. Que a substÃ¢ncia estava em dose Ãºnica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha AurÃ©lio MendonÃ§a Tavares, policial militar, afirmou em juÃ-zo que estavam em ronda e que um nacional, quando avistou a viatura, saiu correndo em fuga em direÃ§Ã£o a uma invasÃ£o. Que os policiais desceram da viatura, correram atrÃ¡s do denunciado e conseguiriam capturÃ¡-lo. Que a droga encontrada na posse do acusado era semelhante Ã maconha. Que nÃ£o conhece o acusado de outras abordagens. Que o local do ocorrido Ã© conhecido por ser Ã¡rea de trÃ¡fico de drogas. Que o acusado estava sozinho no momento da abordagem. Que se recorda vagamente que a dose da drogada estava cortada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado Rodolfo do RosÃ¡rio dos Santos, em seu interrogatÃ³rio,

negou a acusaÃ§Ã£o. Afirmou que nÃ£o possuÃ-a consigo nenhuma droga, que correu assim que avistou a guarniÃ§Ã£o, porque estava foragido da colÃ´nia. Que os policiais nÃ£o desceram da viatura, e sim dispararam tiros em sua direÃ§Ã£o. Que a abordagem ocorreu na casa de sua tia e que tinha um outro jovem presente. Que Ã© usuÃ¡rio de drogas, porÃ©m nunca vendeu. Que a droga era do policial e pediu cinco mil reais a ele. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos depoimentos colhidos na fase judicial, prestados por agentes da seguranÃ§a pÃºblica do Estado, e das demais provas carreadas aos autos, nÃ£o hÃ¡ que se questionar a autoria delitiva. Embora um dos policiais tenha dito que seriam dois elementos sob atitude suspeita e que um deles tomou fuga, em nada prejudicou o conjunto probatÃ³rio suficiente para a condenaÃ§Ã£o, uma vez que os depoimentos colhidos foram unÃ-ssonos quanto ao local do flagrante, Ã motivaÃ§Ã£o da abordagem e Ã substÂncia entorpecente apreendida. Portanto, a prova testemunhal Ã© segura e idÃ´nea, sendo completamente isolada no contexto probatÃ³rio a palavra do denunciado, uma vez que nÃ£o acha suporte em nenhum elemento de prova. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Colhe-se do entendimento Jurisprudencial: Os funcionÃ¡rios da polÃ-cia merecem, nos seus relatos, a normal credibilidade dos testemunhos em geral, a nÃ£o ser quando se apresente razÃ£o concreta de suspeiÃ§Ã£o. Enquanto isso nÃ£o ocorra e desde que nÃ£o defendam interesse prÃ³prio, mas agem na defesa da coletividade, sua palavra serve a informar o convencimento do julgador. (RT 616/286-7) NÃ£o hÃ¡ obstÃ¡culo em que se tome a palavra de policiais no suporte de condenaÃ§Ãµes. NÃ£o estÃ£o proibidos de depor, nem se pode previamente suspeitar da veracidade nos seus depoimentos. Sopesam-se como quaisquer outros; sujeitam-se aos obstÃ¡culos do impedimento e da suspeiÃ§Ã£o, como quaisquer outros. (RT- 736/625). O depoimento testemunhal de policial que atuou na ocasiÃ£o do flagrante possui eficÃ¡cia probatÃ³ria, sendo certo que nÃ£o se pode descartÃ¡-lo e deixar de considerÃ¡-lo como suporte da condenaÃ§Ã£o, pelo simples fato de emanar de agentes estatais incumbidos da repressÃ£o penal. (RT-816/549). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos depoimentos colhidos na fase judicial, e das demais provas carreadas aos autos, nÃ£o hÃ¡ que se questionar a autoria delitiva, mormente diante dos depoimentos prestados pelos Policiais, que foram unÃ-ssonos em afirmar que estavam em ronda e avistaram o acusado sob atitude suspeita, motivo pelo qual decidiram realizar a abordagem, ocasiÃ£o na qual foi encontrada a substÂncia entorpecente na posse do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se vÃª, as declaraÃ§Ãµes testemunhais dos Policiais Militares que deram voz de prisÃ£o ao acusado, em conjunto com as provas de materialidade jÃ¡ relatadas, sÃ£o unÃ-ssonas, convergentes e suficientes para comprovaÃ§Ã£o da autoria delitiva por parte do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, ante o exposto, encontra-se provada a materialidade e autoria do delito previsto no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06., razÃ£o pela qual JULGO PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR o acusado de RODOLFO DO ROSARIO DOS SANTOS nas sanÃ§Ãµes punitivas relativas ao delito tipificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA DOSIMETRIA DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atenta Ã s diretrizes do artigo 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica, ao artigo 68 do CÃ³digo Penal Brasileiro e Ã s circunstÂncias judiciais do artigo 59 do mesmo Diploma Legal, passo Ã individualizaÃ§Ã£o e fixaÃ§Ã£o das penas a serem impostas ao rÃ©u: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, uma vez que nÃ£o praticou conduta de maior ou menor censurabilidade, pois a culpabilidade Ã© entendida como: Â¿Na dosimetria basilar, a culpabilidade do agente diz respeito Ã maior ou menor reprovabilidade da conduta, nÃ£o se confundindo com a culpabilidade como elemento do crime, que Ã© composta pela imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa.Â¿ (SÃºmula nÂº 19/TJ-PA (Res.9/2016 - DJ. NÂº 5931/2016, 16/3/2016) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os antecedentes criminais do rÃ©u serÃ£o considerados neutros, uma vez que serÃ£o valorados somente na segunda fase da dosimetria, conforme o princÃ-pio ne bis in idem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u possui conduta social neutra, pois nÃ£o foi possÃ-vel aferir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u possui personalidade neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos motivos do crime, estes dizem respeito Ã s razÃµes que levaram o agente praticar tal ato, sua fonte propulsora, o que considerado neutros Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As circunstÂncias referem-se ao fato delituoso quanto a sua forma, os meios utilizados, os objetos, o tempo e o lugar. Logo, considerado as circunstÂncias normais Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As consequÃªncias do crime avaliam os efeitos principais e secundÃ¡rios gerados pelo ato que estÃ¡ para alÃ©m da tipificaÃ§Ã£o do fato, que podem ser de natureza afetiva, pessoal, moral, econÃ´mica, social ou polÃ-tica. Portanto, considero as consequÃªncias neutras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao comportamento da vÃ-tima no delito que ora se cuida, nÃ£o se Ã© possÃ-vel sopesar tal circunstÂncia de modo desfavorÃ¡vel ao rÃ©u. Logo, considerado como neutro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, diante de nenhuma circunstÂncia desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, FIXO A PENA BASE em 5 (cinco) anos de reclusÃ£o e 500 (quinhentos) dias-multa calculada em 1/30 (um trigÃ©simo) do SalÃ¡rio MÃ-nimo vigente Ã Ã©poca dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em observÂncia Ã s circunstÂncias atenuantes (CP art. 65) e agravantes (CP arts. 61 e 62) da pena, considero a incidÃªncia

da reincidÃªncia, uma vez que o rÃ©u jÃ¡ possui condenaÃ§Ã£o transitada em julgado em Processo NÂº. 0021725-20.2015.8.14.0401. Diante disso, aumento a pena base em 10 meses de reclusÃ£o e 83 dias-multa, de modo que FIXO A PENA INTERMEDIÃRIA EM 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusÃ£o e 583 (quinhentos e oitenta e trÃªs) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, ante nenhuma causa de aumento e de diminuiÃ§Ã£o da pena, FIXO EM DEFINITIVO a pena privativa de liberdade em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusÃ£o e 583 (quinhentos e oitenta e trÃªs) dias-multa, calculados no valor de 1/30 (um trinta avos) sobre o valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, determino que o condenado passe a cumprir a pena em REGIME SEMI-ABERTO, em casa penal competente, conforme o que dispÃµe o artigo 33, Â§1Âº, letra b, c/c Â§2Âº, letra b; e artigo 35 Â§1Âº e Â§2, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o regime de cumprimento da pena imposto, concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade da presente decisÃ£o. Â A multa deverÃ¡ ser cobrada em conformidade com o Artigo 50, do CÃ³digo Penal, devendo ser adotado o procedimento para cobranÃ§a do valor fixado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se a JustiÃ§a Eleitoral para fins de suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos do rÃ©u, de acordo com o previsto no inciso III, do artigo 15, da Carta PolÃ-tica Brasileira. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento o rÃ©u do pagamento das custas processuais por ter sido patrocinado pela Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, determino Ã autoridade policial que providencie a incineraÃ§Ã£o da substÂ¢ncia apreendida no prazo de 30 (trinta) dias - se ainda nÃ£o tiver feito - devendo fazÃª-lo na presenÃ§a de Membro do MinistÃ©rio PÃºblico e da Autoridade SanitÃ¡ria competente, preservando-se amostra para eventual contraprova, de tudo lavrando-se o respectivo auto circunstanciado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado a presente decisÃ£o: lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados e faÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes pertinentes, expedindo-se a Guia de ExecuÃ§Ã£o Criminal e documentos necessÃ¡rios Ã Vara de ExecuÃ§Ãµes Penais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o que mais for necessÃ¡rio ao fiel cumprimento desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â BELÃM - PARÃ, 22 de outubro de 2021 HORÃCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00049546920128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 DENUNCIADO:EMERSON SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB XRL8 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) PROCESSANTE:O ESTADO AUTORIDADE POLICIAL:ROSALINA DE MORAES ARRAES-DPC. DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1-Â Â Â Â Â Recebo o Recurso em Sentido Estrito interposto pela Defesa do rÃ©u EMERSON SANTOS DA SILVA (fl. 78), eis que tempestivo. 2-Â Â Â Â Â DÃª-se vista dos autos Ã Defensoria PÃºblica para apresentaÃ§Ã£o das razÃµes recursais. 3-Â Â Â Â Â ApÃ³s, dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para apresentaÃ§Ã£o das contrarrazÃµes recursais. 4-Â Â Â Â Â Em seguida, conclusos. CUMPRA-SE COM URGÃNCIA. BelÃ©m, 22 de outubro de 2021. HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito respondendo pela 3Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m-PA PROCESSO: 00122560820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:LUCIANO DAS GRACAS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu DENÃNCIA em face de LUCIANO DAS GRAÃAS pela prÃ¡tica do delito tipificado no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia Ã s fls. 02/03, a qual relata: Â¿(...) que no dia 14/06/2019, policiais militares efetuaram a prisÃ£o em flagrante do denunciado LUCIANO DAS GRAÃAS, apÃ³s ter sido flagrado em seu poder, especificamente dentro de uma mochila, 01 (um) embrulho confeccionado com fita adesiva marrom e plÃ¡stico incolor, contendo substÂ¢ncia petrificada amarelada, apresentando um peso total de 25,3g (vinte e cinco gramas e trezentos miligramas, POSITIVO para substÂ¢ncia Benzoilmetilecgonina, conhecida por COCAÃNA, 01 (um) aparelho celular da marca Samsung Galaxy J5 Prime dourado e um valor em dinheiro de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) Â¿ (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebimento de denÃºncia Ã s fls. 15/16. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©u citado Ã fl. 11-A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 13/14. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de antecedentes do rÃ©u Ã fl. 05. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento Ã s fls. 25/26, ocasiÃ£o na qual foram realizados a oitiva das testemunhas Silvio Ricardo Barros e Walter Santos Damasceno e o interrogatÃ³rio do rÃ©u Luciano das GraÃ§as. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em memoriais finais, Ã s fls. 27/29, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, posto haver restado comprovada a autoria e a materialidade do delito, pela prÃ¡tica do crime capitulado no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa, Ã s fls. 30/33, em memorias finais,

requereu a absolviÃ§Ã£o do rÃ©u . mediante aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio in dubio pro reo, com fundamento no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, este JuÃ-zo, examinando minuciosamente as provas colhidas, entende comprovadas a materialidade e a autoria quanto ao crime previsto no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06., senÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada por meio de Auto de ApresentaÃ§Ã£o e ApreensÃ£o, Ã fl.10, do IPL, que se trata de uma pedra de OXI embrulhada, com fita adesiva marrom e plÃ¡stica incolor, com substÃ¢ncia amarelada, apresentando um peso total de 25,3 gramas, positivo para cocaÃ-na, um aparelho celular da marca Samsung Galaxy J5 Prime dourado e o valor em dinheiro de R$280,00 (duzentos e oitenta reais). Ademais, o Laudo Pericial Definitivo de Exame ToxicolÃ³gico, Ã s fls. 04, testou positivo para a substÃ¢ncia Benzoilmetilecgonina, popularmente conhecida como cocaÃ-na. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, pelos elementos de prova reunidos nos autos, nÃ£o hÃ¡ que se admitir qualquer dÃºvida quanto Ã existÃªncia material do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã autoria, o conjunto probatÃ³rio carreado aos autos durante a instruÃ§Ã£o processual nÃ£o deixa dÃºvida de que a prÃ¡tica do Tipo Penal do Artigo 33 da Lei nÂº. 11.343/06, no nÃºcleo do tipo Â¿trazer consigoÂ¿ deve ser imputada ao rÃ©u Luciano das GraÃ§as. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Silvio Ricardo Barros, policial militar, narrou em juÃ-zo que estavam em ronda no canal SÃ£o Joaquim, que o acusado estava sob atitude suspeita, sendo realizada abordagem. Que nÃ£o se recorda o tipo de substÃ¢ncia encontrada. Que o acusado estava com a substÃ¢ncia na mochila. Reconheceu o acusado em audiÃªncia. Que nÃ£o se recorda se foram encontrados outros materiais com o acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Walter Santos Damasceno Junior, policial militar, declarou em juÃ-zo que estavam em ronda no canal SÃ£o Joaquim, que o acusado aparentou nervosismo, o que motivou a abordagem. Que foi encontrado entorpecente em sua mochila. Reconheceu o acusado em audiÃªncia. Que alÃ©m do entorpecente, foi encontrado dinheiro na mochila do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado Luciano das GraÃ§as, em seu interrogatÃ³rio, negou a acusaÃ§Ã£o. Disse que os policiais acharam a droga na beira do canal SÃ£o Joaquim, e que ele estava trabalhando mediante a colÃ´nia. Que era dia de receber seu dinheiro no ITCENTER. Que quando chegou perto do local, os policiais realizaram a abordagem, que foi chamado na viatura, sendo se direcionado para o veÃ-culo. Que entÃ£o puxaram sua mochila para dentro do carro e que foi algemado. Que desceram para o canal, encontraram a droga e o incriminaram. Que nÃ£o se recorda quem foi o policial porque eram muitos, em torno de trÃªs viaturas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos depoimentos colhidos na fase judicial, prestados por agentes da seguranÃ§a pÃºblica do Estado, e das demais provas carreadas aos autos, nÃ£o hÃ¡ que se questionar a autoria delitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Colhe-se do entendimento Jurisprudencial: Os funcionÃ¡rios da polÃ-cia merecem, nos seus relatos, a normal credibilidade dos testemunhos em geral, a nÃ£o ser quando se apresente razÃ£o concreta de suspeiÃ§Ã£o. Enquanto isso nÃ£o ocorra e desde que nÃ£o defendam interesse prÃ³prio, mas agem na defesa da coletividade, sua palavra serve a informar o convencimento do julgador. (RT 616/286-7) NÃ£o hÃ¡ obstÃ¡culo em que se tome a palavra de policiais no suporte de condenaÃ§Ãµes. NÃ£o estÃ£o proibidos de depor, nem se pode previamente suspeitar da veracidade nos seus depoimentos. Sopesam-se como quaisquer outros; sujeitam-se aos obstÃ¡culos do impedimento e da suspeiÃ§Ã£o, como quaisquer outros. (RT- 736/625). O depoimento testemunhal de policial que atuou na ocasiÃ£o do flagrante possui eficÃ¡cia probatÃ³ria, sendo certo que nÃ£o se pode descartÃ¡-lo e deixar de considerÃ¡-lo como suporte da condenaÃ§Ã£o, pelo simples fato de emanar de agentes estatais incumbidos da repressÃ£o penal. (RT-816/549). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No ordenamento processual penal brasileiro Ã© vedada a condenaÃ§Ã£o fundada em provas colhidas no InquÃ©rito Policial, por se tratar de peÃ§a meramente informativa e sem o crivo do contraditÃ³rio, todavia, se forem corroboradas pelas provas produzidas em JuÃ-zo dÃ£o alicerce a um edito condenatÃ³rio. Ã o caso dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova testemunhal Ã© segura e idÃ´nea, sendo completamente isolada no contexto probatÃ³rio a palavra do denunciado, uma vez que nÃ£o acha suporte em nenhum elemento de prova e sequer convergem entre si. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos depoimentos colhidos na fase judicial, e das demais provas carreadas aos autos, nÃ£o hÃ¡ que se questionar a autoria delitiva, mormente diante dos depoimentos prestados pelos Policiais, que foram unÃ-ssonos em afirmar que estavam em ronda avistaram o acusado sob atitude suspeita, motivo pelo qual decidiram realizar a abordagem, ocasiÃ£o na qual foi encontrada a substÃ¢ncia entorpecente na mochila do rÃ©u Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se vÃª, as declaraÃ§Ãµes testemunhais dos Policiais Militares que deram voz de prisÃ£o ao acusado, em conjunto com as provas de materialidade jÃ¡ relatadas, sÃ£o unÃ-ssonas, convergentes e suficientes para comprovaÃ§Ã£o da autoria delitiva por parte do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA CONCLUSÃO Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, ante o exposto, encontra-se provada a materialidade e autoria do delito previsto no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06., razÃ£o pela qual JULGO PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR o acusado LUCIANO DAS GRAÃAS nas sanÃ§Ãµes punitivas relativas ao delito tipificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA DOSIMETRIA DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atenta Ã s diretrizes do artigo 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica, ao artigo 68 do CÃ³digo Penal Brasileiro e Ã s circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do mesmo Diploma Legal, passo Ã individualizaÃ§Ã£o e fixaÃ§Ã£o das penas a serem impostas ao rÃ©u: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, uma vez que nÃ£o praticou conduta de maior ou menor censurabilidade, pois a culpabilidade Ã© entendida como: Â¿Na dosimetria basilar, a culpabilidade do agente diz respeito Ã maior ou menor reprovabilidade da conduta, nÃ£o se confundindo com a culpabilidade como elemento do crime, que Ã© composta pela imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa.Â¿ (SÃºmula nÂº 19/TJ-PA (Res.9/2016 - DJ. NÂº 5931/2016, 16/3/2016) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os antecedentes criminais do rÃ©u serÃ£o considerados neutros, uma vez que serÃ£o valorados somente na segunda fase da dosimetria, conforme o princÃ-pio ne bis in idem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u possui conduta social neutra, pois nÃ£o foi possÃ-vel aferir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u possui personalidade neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos motivos do crime, estes dizem respeito Ã s razÃµes que levaram o agente praticar tal ato, sua fonte propulsora, o que considerado neutros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias referem-se ao fato delituoso quanto a sua forma, os meios utilizados, os objetos, o tempo e o lugar. Logo, considerado as circunstÃ¢ncias normais Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As consequÃªncias do crime avaliam os efeitos principais e secundÃ¡rios gerados pelo ato que estÃ¡ para alÃ©m da tipificaÃ§Ã£o do fato, que podem ser de natureza afetiva, pessoal, moral, econÃ´mica, social ou polÃ-tica. Portanto, considero as consequÃªncias neutras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao comportamento da vÃ-tima no delito que ora se cuida, nÃ£o se Ã© possÃ-vel sopesar tal circunstÃ¢ncia de modo desfavorÃ¡vel ao rÃ©u. Logo, considerado como neutro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, diante de nenhuma circunstÃ¢ncia desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, FIXO A PENA BASE em 5 (cinco) anos de reclusÃ£o e 500 (quinhentos) dias-multa calculada em 1/30 (um trigÃ©simo) do SalÃ¡rio MÃ-nimo vigente Ã Ã©poca dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em observÃ¢ncia Ã s circunstÃ¢ncias atenuantes (CP art. 65) e agravantes (CP arts. 61 e 62) da pena, considero a incidÃªncia da reincidÃªncia, uma vez que o rÃ©u jÃ¡ possui duas condenaÃ§Ãµes transitadas em julgado, processos n. 0001029-42.2005.8.14.0008 e 0000241-68.2008.8.14.0008. Diante disso, aumento a pena base em 10 meses de reclusÃ£o e 83 dias-multa, de modo que FIXO A PENA INTERMEDIÃRIA EM 05 (cinco) anos e 10 (meses) de reclusÃ£o e 583 (quinhentos e oitenta e trÃªs) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, ante nenhuma causa de aumento e de diminuiÃ§Ã£o da pena, FIXO EM DEFINITIVO a pena privativa de liberdade em 05 (cinco) anos e 10 (meses) de reclusÃ£o e 583 (quinhentos e oitenta e trÃªs) dias-multa, calculados no valor de 1/30 (um trinta avos) sobre o valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, determino que o condenado passe a cumprir a pena em REGIME SEMI-ABERTO, em casa penal competente, conforme o que dispÃµe o artigo 33, Â§1Âº, letra b, c/c Â§2Âº, letra b; e artigo 35 Â§1Âº e Â§2, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o regime de cumprimento da pena imposto, concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade da presente decisÃ£o. Â A multa deverÃ¡ ser cobrada em conformidade com o Artigo 50, do CÃ³digo Penal, devendo ser adotado o procedimento para cobranÃ§a do valor fixado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se a JustiÃ§a Eleitoral para fins de suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos do rÃ©u, de acordo com o previsto no inciso III, do artigo 15, da Carta PolÃ-tica Brasileira. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, determino Ã autoridade policial que providencie a inceneraÃ§Ã£o da substÃ¢ncia apreendida no prazo de 30 (trinta) dias - se ainda nÃ£o tiver feito - devendo fazÃª-lo na presenÃ§a de Membro do MinistÃ©rio PÃºblico e da Autoridade SanitÃ¡ria competente, preservando-se amostra para eventual contraprova, de tudo lavrando-se o respectivo auto circunstanciado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado a presente decisÃ£o: lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados e faÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes pertinentes, expedindo-se a Guia de ExecuÃ§Ã£o Criminal e documentos necessÃ¡rios Ã Vara de ExecuÃ§Ãµes Penais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o que mais for necessÃ¡rio ao fiel cumprimento desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â BELÃM - PARÃ, 22 de outubro de 2021 HORÃCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00200725120138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 AUTORIDADE POLICIAL:EDEN BENTES DA SILVADPC VITIMA:A. F. R. L. DENUNCIADO:JONNY MELO DOS SANTOS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . DECISÃO Cuida-se de aÃ§Ã£o penal que foi movida pelo MINISTÃRIO PÃBLICO do Estado do ParÃ¡ contra JHONNY MELO

DOS SANTOS, jÃ¡ qualificado, por incidÃªncia na conduta tipificada no artigo 157, caput e art. 329, ambos do CPB. O rÃ©u foi condenado nas penas de privaÃ§Ã£o de liberdade de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e a de pagamento de multa em 10 (dez) dias-multa, pelo crime previsto no artigo 157, caput, do CPB, conforme sentenÃ§a exarada Ã s fls. 121/127 dos autos. A sentenÃ§a condenatÃ³ria transitou livremente em julgado, conforme certidÃ£o de fl. 173. O rÃ©u atÃ© a presente data nÃ£o compareceu em JuÃ-zo para cumprimento da pena a si imposta e conforme consta em certidÃ£o de fl. 174, o denunciado se encontra em local incerto e desconhecido deste juÃ-zo. Ã o que basta relatar. Decido. O rÃ©u JHONNY MELO DOS SANTOS foi denunciado, julgado e condenado pelo cometimento do crime constante do artigo 157, caput, do CPB, sendo-lhe fixadas as penas privativa de liberdade de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e pagamento de multa de 10 (dez) dias-multa, em regime aberto, de acordo com a sentenÃ§a de fls. 121/127 e mantida pelo AcÃ³rdÃ£o de nÂ° 213610/2020, tendo referida decisÃ£o transitado em julgado, conforme se vÃª da certidÃ£o de fl. 173; contudo, o condenado atÃ© a presente data, nÃ£o compareceu neste JuÃ-zo, a fim de dar cumprimento a sentenÃ§a prolatada, impossibilitando assim o inÃ-cio da execuÃ§Ã£o penal. O nÃ£o comparecimento do condenado em JuÃ-zo estÃ¡ prejudicando a aplicaÃ§Ã£o da lei penal. Â O condenado Ã© forÃ§oso convir, ao nÃ£o comparecer em JuÃ-zo, deixou evidenciado que nÃ£o deseja arcar com as consequÃªncias jurÃ-dico-penais de sua aÃ§Ã£o. A execuÃ§Ã£o estÃ¡ parada, situaÃ§Ã£o que, no entanto, nÃ£o pode se prolongar eternamente. Compreendo que a situaÃ§Ã£o do processo em exame, na atual fase, em que o rÃ©u nÃ£o Ã© encontrado, prejudica a execuÃ§Ã£o da pena imposta, em face da indiferenÃ§a do condenado em relaÃ§Ã£o Ã sentenÃ§a contra si prolatada, reclama, assim, deste JuÃ-zo a adoÃ§Ã£o de medidas enÃ©rgicas. Ã preciso convir que, no atual estÃ¡gio, a prisÃ£o do condenado Ã© a ultima ratio, nÃ£o hÃ¡ mais o que esperar. CONCLUSÃO Portanto por todas as consideraÃ§Ãµes supra, determino a PRISÃO POR FORÃA DE SENTENÃA CONDENATÃRIA TRANSITADA EM JULGADO do nacional JHONNY MELO DOS SANTOS, jÃ¡ qualificado, sobretudo e fundamentalmente, pelo fato do mesmo nÃ£o comparecer em JuÃ-zo, a fim de dar cumprimento a sentenÃ§a contra si prolatada Ã s fls. 121/127, demonstrando com isso sua real intenÃ§Ã£o de nÃ£o responder pelos seus atos, prejudicando a aplicaÃ§Ã£o de Lei penal. EXPEÃA-SE ORDEM DE PRISÃO contra o condenado JHONNY MELO DOS SANTOS, acautelando-se o feito na secretaria do JuÃ-zo, no aguardo da captura do mesmo para que possibilite a expediÃ§Ã£o de guia de recolhimento ao JuÃ-zo da ExecuÃ§Ã£o Penal. Determino ainda Ã senhora diretora de secretaria que semestralmente requeira informaÃ§Ãµes a autoridade policial competente acerca do cumprimento do Mandado de PrisÃ£o expedido em desfavor do condenado supra, bem como ao Sistema Penal, com o objetivo de sabemos se aquele faz parte da populaÃ§Ã£o carcerÃ¡ria do Estado. P.R e I. BelÃ©m - PA, 22 de outubro de 2021. HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito respondendo pela 3Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m-PA, conforme Portaria de nÂ° 3190/2021-GP, DJE 7230/2021 PROCESSO: 00086678120148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 26/10/2021 DENUNCIADO:MARIA DILCILENE COSTA RODRIGUES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:E. C. G. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu DENÃNCIA em face de MARIA DILCILENE COSTA RODRIGUES pela prÃ¡tica do delito tipificado no art. 129, Â§9Âº, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme denÃºncia, Ã s fls. 02/05: Â¿(...) que no dia 22/01/2014, por volta das 12h30min, a vÃ-tima EderÃ§o Campos Gomes encontrava-se na frente do IT Center, em companhia de sua namorada Karina Costa Santos, quando se deparou com sua companheira Maria Dilcilene Costa, esta passou a agredir Karina, tendo EderÃ§o apartado a briga. ApÃ³s o conflito, a vÃ-tima encaminhou-se a sua residÃªncia para buscar roupas e objetos pessoais, informando a Maria Dilcilene que queria a separaÃ§Ã£o, contudo esta nÃ£o aceitou o fato, passando a agredi-lo, provocando-lhe lesÃµes no rosto utilizando uma caneta (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida Ã s fls. 06/07. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CitaÃ§Ã£o do acusado Ã s fls. 09 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 13. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de antecedentes Ã s fls. 17. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SuspensÃ£o Condicional do Processo oferecida e aceita, Ã s fls. 35/36. Entretanto a rÃ© nÃ£o cumpriu os termos do acordo assumido, tendo sido o benefÃ-cio revogado, Ã fl. 56 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia e instruÃ§Ã£o e julgamento Ã s fls. 69, ocasiÃ£o na qual foi ouvida a testemunha Josineide Campos da Silva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em memoriais finais, Ã s fls. 73/80, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a absolviÃ§Ã£o da acusada, em virtude da fragilidade probatÃ³ria dos autos, com fundamento no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa, Ã s fls. 81/86, em memorias finais, requereu a absolviÃ§Ã£o da acusada conforme o art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, este JuÃ-zo, examinando minuciosamente as provas colhidas, entende pela absolviÃ§Ã£o da acusada quanto ao crime previsto no art. 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SenÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada mediante depoimentos da testemunha e da vÃ-tima, fls. 05/08, em conjunto com Exame de Corpo de Delito de LesÃ£o Corporal, Ã fl. 44, do IPL, que concluiu por ofensa Ã integridade corporal por aÃ§Ã£o contundente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, pelos elementos de prova reunidos nos autos, nÃ£o hÃ¡ que se admitir qualquer dÃºvida quanto Ã existÃªncia material do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã autoria, a prova testemunhal restou insuficiente quanto Ã comprovaÃ§Ã£o de autoria delitiva por parte da rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Josineide Campos da Silva, irmÃ£ da vÃ-tima, declarou em juÃ-zo que estava em sua residÃªncia quando seu irmÃ£o chegou, via mototÃ¡xi, com sangramento, porque sua esposa tinha o furado com uma caneta na barriga ao avistÃ¡-lo com amante. Que entÃ£o foi Ã casa de sua cunhada para buscar os pertences de seu irmÃ£o, momento que a rÃ© tambÃ©m a agrediu. Respondeu que o casal jÃ¡ vivia uma relaÃ§Ã£o conturbada e que, atualmente, nÃ£o estÃ£o mais juntos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentindo, a Ãºnica testemunha que compareceu em juÃ-zo prestou depoimento divergente em relaÃ§Ã£o Ã conclusÃ£o de prova material, pois ressaltou que a rÃ© feriu a vÃ-tima mediante golpe de caneta em sua barriga, enquanto que o laudo pericial nÃ£o concluiu por lesÃµes nessa regiÃ£o. Ademais, ressalte-se que a irmÃ£ da vÃ-tima nÃ£o Ã© testemunha ocular dos fatos a fim de esclarecer, de forma cristalina, o ocorrido. Diante disso, a fundamentaÃ§Ã£o de provas restou prejudicada, pois a declaraÃ§Ã£o da testemunha nÃ£o foi suficiente para um Ã©dito condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, em virtude da ausÃªncia de provas sÃ³lidas na instruÃ§Ã£o processual, o conjunto probatÃ³rio restou impreciso, porque os elementos informativos presentes no inquÃ©rito policial nÃ£o foram ratificados em juÃ-zo, sob o crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesa, de forma que, em situaÃ§Ãµes como essa, a absolviÃ§Ã£o Ã© medida de que impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, considero as provas insuficientes para a comprovaÃ§Ã£o de autoria delitiva por parte da acusada Maria Dilcilene Costa Rodrigues. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante trazer Ã baila o art. 155 do CÃ³digo de Processo Penal que assevera que: Â¿o juiz formarÃ¡ sua convicÃ§Ã£o pela livre apreciaÃ§Ã£o da prova produzida em contraditÃ³rio judicial, nÃ£o podendo fundamentar sua decisÃ£o exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigaÃ§Ã£o, ressalvadas as provas cautelares, nÃ£o repetÃ-veis e antecipadasÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Existem, pois, dÃºvidas de que o acusada tenha sido autora do delito que lhe Ã© imputado, posto que nÃ£o fora produzida prova na AÃ§Ã£o Penal que viesse a confirmar os elementos de prova constantes no inquÃ©rito policial e, portanto, capaz de me induzir a um decreto condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, ante a ausÃªncia de conjunto fÃ¡tico-probatÃ³rio coeso e harmÃ´nico capaz de indicar a autoria delitiva, impÃµe-se a observÃ¢ncia Â¿in dubio pro reoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: EMENTA: APELAÃÃO CRIMINAL. ART. 129, Â§3Âº, DO CÃDIGO PENAL. ABSOLVIÃÃO. NECESSIDADE. CONJUNTO PROBATÃRIO FRÃGIL. PRINCÃPIO DO IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÃÃO QUE SE IMPÃE. RECURSO PROVIDO. 1. No processo criminal, vigora o princÃ-pio segundo o qual a prova, para alicerÃ§ar um decreto condenatÃ³rio, deve ser irretorquÃ-vel, cristalina e indiscutÃ-vel. 2. Se o contexto probatÃ³rio se mostra frÃ¡gil a embasar a condenaÃ§Ã£o do acusado, insurgindo dÃºvida acerca da autoria do fato descrito na denÃºncia, imperiosa Ã© a absolviÃ§Ã£o, consoante princÃ-pio do in dubio pro reo. 3. Recurso conhecido e provido, Ã unanimidade. (TJ-PA - APR: 00072988620088140401 BELÃM, Relator: RAIMUNDO HOLANDA REIS, Data de Julgamento: 06/09/2018, 3Âª TURMA DE DIREITO PENAL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 11/09/2018) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo procedente o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico e da Defesa para ABSOLVER a acusada MARIA DILCILENE COSTA RODRIGUES nos termos do art. 386, VII do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, procedam-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BELÃM - PA, 26 de outubro de 2021 HORÃCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00102061420168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNOBIO BATISTA TOCANTIS NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/10/2021 VITIMA:J. M. L. DENUNCIADO:JONILSON AZEVEDO FARAH Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . EDITAL DE INTIMAÃÃO PRAZO 90 DIAS A Dra. CRISTINA SANDOVAL COLLYER, JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m, FAZ SABER ao nacional JONILSON AZEVEDO FARAH, brasileiro, nascido em 12/11/1982, filho de William Azevedo Farah e Raimunda Lima Costa, residente Ã Ã©poca dos fatos Ã Quadra 06, nÂº 56, bairro Che Guevara, Marituba/PA e, nÃ£o sendo encontrado para

ser intimado, expede-se o presente Edital INTIMANDO-O para que compareÃ§a a este JuÃ-zo no prazo de 90 (noventa) dias, a fim de tomar ciÃªncia da sentenÃ§a prolatada nos autos do Processo nÂº 0010206-14.2016.8.14.0401 que em 22/09/2021 CONDENOU O RÃU pelo crime previsto no art. 157, caput, e art. 307, caput, nos termos do art. 69, do CPB. Ficando ciente tambÃ©m que poderÃ¡ interpor apelaÃ§Ã£o da decisÃ£o, retro mencionada no prazo de 05 (cinco) dias apÃ³s findo o prazo supramencionado. BelÃ©m (PA), 26 de outubro de 2021. Eu, ArnÃ³bio B. T. Neto, Analista JudiciÃ¡rio, lotado na Secretaria da 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m, o digitei. HORÃCIO LOBATO DE MIRANDA NETO Juiz de Direito respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00367654220158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNOBIO BATISTA TOCANTIS NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/10/2021 DENUNCIADO:ORLANDO FRANCISCO XAVIER FERREIRA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:C. F. B. DENUNCIADO:RAI DOUGLAS MORAES RODRIGUES Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . EDITAL DE INTIMAÃÃO PRAZO 90 DIAS A Dra. CRISTINA SANDOVAL COLLYER, JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m, FAZ SABER ao nacional RAI DOUGLAS MORAES RODRIGUES, brasileiro, nascido em 10/11/1979, filho de JosÃ© Maria Gomes Rodrigues e Silvana de Menezes Moraes, residente Ã Ã©poca dos fatos Ã Conj. CDP, Quadra 10, nÂº 87, Val-de-Cans, BelÃ©m/PA e, nÃ£o sendo encontrado para ser intimado, expede-se o presente Edital INTIMANDO-O para que compareÃ§a a este JuÃ-zo no prazo de 90 (noventa) dias, a fim de tomar ciÃªncia da sentenÃ§a prolatada nos autos do Processo nÂº 00367654220158140401 que em 24/09/2021 CONDENOU O RÃU pelo crime previsto no art. 157, Â§2Âº, II do CPB. Ficando ciente tambÃ©m que poderÃ¡ interpor apelaÃ§Ã£o da decisÃ£o, retro mencionada no prazo de 05 (cinco) dias apÃ³s findo o prazo supramencionado. BelÃ©m (PA), 26 de outubro de 2021. Eu, ArnÃ³bio B. T. Neto, Analista JudiciÃ¡rio, lotado na Secretaria da 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m, o digitei. HORÃCIO LOBATO DE MIRANDA NETO Juiz de Direito respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00240543920148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 DENUNCIADO:EWERTON CARLOS DOS SANTOS CORREA DENUNCIADO:JOSIAS PINHEIRO CARDOSO Representante(s): OAB 28368 - ALLAN KARDEC FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:WESLEY RIAN MENDES BARBOSA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:A. S. S. VITIMA:G. M. M. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu DENÃNCIA em face de EWERTON CARLOS DOS SANTOS CORREA, JOSIAS PINHEIRO CARDOSO e WESLEY RIAN MENDES BARBOSA pela prÃ¡tica do delito tipificado no art. 157, Â§2Âº, I, II e V, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia relata, Ã s fls. 02/05, que: (...) que, no dia 10 de dezembro de 2014, por volta de 07h30min, a vÃ-tima Antonio da Silva Sampaio, juntamente com sua esposa Glaucia Moraes Mendes, encontrava-se em via pÃºblica na Av. Arthur Bernardes, final da rua C, fundos, na conduÃ§Ã£o de seu veÃ-culo Siena, placa JVP-5404-PA, quando foi abordado por trÃªs homens, os denunciados. Na ocasiÃ£o, mediante grave ameaÃ§a exercida com emprego de arma de fogo, os meliantes anunciaram o assalto. Ato contÃ-nuo, Josias assumiu o controle do automÃ³vel juntamente com Ewerton, enquanto que as vitimas foram para o banco traseiro do veÃ-culo, sob ameaÃ§a de Wesley. Nesse Ã-nterim, os agentes realizaram a subtraÃ§Ã£o dos pertences das vÃ-timas, sendo dois aparelhos celulares, dois relÃ³gios de pulso, uma alianÃ§a e a importÃ¢ncia de trezentos reais. Durante toda a empreitada, os agentes mantiveram as vÃ-timas como refÃ©ns, restringindo-lhes a liberdade sob a mira de armas de fogo. AlÃ©m disso, durante a empreitada criminosa, os agentes obrigaram as vÃ-timas a realizar saques, e depois de nÃ£o conseguirem realizar assalto a estabelecimentos comerciais, mandaram que as vÃ-timas descessem do veÃ-culo e fugissem do local, vindo, posteriormente, a abandonar o veÃ-culo prÃ³ximo Ã Rua Dois IrmÃ£os. As vÃ-tima se dirigiram Ã delegacia, sendo que os policiais mostraram fotos de possÃ-veis suspeitos Ã s vÃ-timas, tendo estas reconhecido os ora denunciados. (...)Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida Ã s fl. 06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u Ewerton Carlos dos Santos Correa possuiu sua punibilidade extinta em razÃ£o de morte, Ã s fls. 36/37. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CitaÃ§Ã£o do acusado Wesley Rian Mendes Barbosa Ã s fl. 54 e Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o Ã s fls. 55/59. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CitaÃ§Ã£o do acusado Josias Pinheiro Cardoso Ã fl. 103-A e Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o Ã s fls. 107/117. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de antecedentes de Wesley Rian Mendes Barbosa Ã s fls. 61 e CertidÃ£o de antecedentes de Josias Pinheiro Cardoso Ã fl. 150. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia e instruÃ§Ã£o e julgamento Ã s fls. 163/166, ocasiÃ£o na qual foram realizadas a oitiva da vÃ-tima Glaucia Moraes Mendes e da informante Maria JosÃ© Batista Chaves, bem como tambÃ©m foi realizado o interrogatÃ³rio do rÃ©u Josias Pinheiro Cardoso. O interrogatÃ³rio do rÃ©u Wesley Rian Mendes Barbosa

restou prejudicado em razÃ£o de ter sido de declarada a rua revelia, Ã fl. 91. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em Memoriais Finais, Ã s fls. 166/170, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o dos rÃ©us Josias Pinheiro Cardoso e Wesley Rian Mendes Barbosa, nas sanÃ§Ãµes punitivas descritas no art. 157, Â§2Âº, I, II e V, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa de Wesley Rian Mendes Barbosa, Ã s fls. 171/175, em Memoriais Finais, requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado conforme o art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa de Josias Pinheiro Cardoso, Ã s fls. 177/185, em Memorias Finais, requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado conforme o art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, este JuÃ-zo, examinando minuciosamente as provas colhidas, entende pela absolviÃ§Ã£o dos acusados Wesley Rian Mendes Barbosa e Josias Pinheiro Cardoso quanto ao crime previsto no art. 157, Â§2Âº, I e II e V, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SenÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada mediante Boletim de OcorrÃªncia, Ã s fls. 04, Termos de Depoimento, juntados ao IPL e depoimentos colhidos em juÃ-zo Ã s fls. 166. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, pelos elementos de prova reunidos nos autos, nÃ£o hÃ¡ que se admitir qualquer dÃºvida quanto Ã existÃªncia material do crime tal como relato na exordial acusatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã comprovaÃ§Ã£o de autoria, as provas produzidas em instruÃ§Ã£o e julgamento restaram insuficientes para um decreto condenatÃ³rio, isto porque nÃ£o foi comprovado, de forma cristalina, que os denunciados sÃ£o os verdadeiros autores do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-que as provas produzidas em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento restaram vagas, uma vez que foram colhidos somente o depoimento da vÃ-tima Glaucia Moraes Mendes - que nÃ£o ratificou o reconhecimento do rÃ©u Josias -, o depoimento de uma informante e o interrogatÃ³rio do rÃ©u Josias, que negou a autoria delitiva, estando ausentes depoimentos de testemunhas, logo sem demais provas para uma condenaÃ§Ã£o. Vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima Glaucia Moraes Mendes narrou em juÃ-zo que estava no carro, em companhia de seu marido, quando, Ã s 07h30 da manhÃ£, trÃªs indivÃ-duos os abordaram, mandando parar o carro. Que foram obrigados a parar o carro porque o veÃ-culo estava em baixa velocidade em decorrÃªncia de buracos na rua. Que entraram no carro, sendo um indivÃ-duo no volante, outro no carona, enquanto o terceiro se sentou no banco de trÃ¡s, entre ela e seu marido. Que comeÃ§aram a Â¿rodarÂ¿ com o carro, com o intuito de assaltar postos de gasolina e farmÃ¡cias, fazendo ameaÃ§as. Que, em determinado momento, iriam parar para assaltar um posto de gasolina, mas nÃ£o realizaram o ato porque tinha um seguranÃ§a no local. Que um indivÃ-duo estava portando um revÃ³lver. Que subtraÃ-ram relÃ³gios, celulares e dinheiro seu e de seu marido. Que, entre 08h30 e 09h00 da manhÃ£, mandaram descer do carro na comunidade Dois IrmÃ£os, na Arthur Bernardes, e seguiram com o carro. Que pediram auxÃ-lio para um taxista e ele acionou a polÃ-cia. Que, na delegacia, a autoridade policial apresentou fotos de indivÃ-duos, momento que reconheceu os denunciados. Que a polÃ-cia encontrou o carro abandonada. Que, apÃ³s um mÃªs, foi chamada na delegacia e fez reconhecimento via fotografia, mas que nÃ£o se lembra se reconheceu trÃªs ou dois indivÃ-duos. Que, atualmente, nÃ£o Ã© mais capaz de realizar reconhecimento. Que dos objetos subtraÃ-dos, somente o carro foi recuperado. Que seu marido faz tratamento para depressÃ£o desde o ocorrido. Respondeu que, na delegacia, reconheceu de imediato o acusado Josias mediante fotografia. Que Josias quem conduzia o veÃ-culo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A informante Maria JosÃ© Batista Chaves, vizinha do rÃ©u Josias, declarou em juÃ-zo que, no dia e hora do ocorrido, o acusado estava realizando serviÃ§o como pedreiro em sua residÃªncia. Que chegou por volta de 06hrs da manhÃ£ e saiu por volta de 19hrs. Que estava trabalhando em sua residÃªncia por volta de 20 dias e que nunca o viu dirigindo veÃ-culo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado Josias Pinheiro Cardoso, em seu interrogatÃ³rio, negou a acusaÃ§Ã£o. Respondeu que nÃ£o conhece os demais acusados. Afirmou que no dia do fato estava trabalhando na casa da Dona Maria. Respondeu que nÃ£o sabe dirigir veÃ-culo e que, estava em sua residÃªncia, quando a polÃ-cia chegou e o levou para delegacia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante das declaraÃ§Ãµes colhidas judicialmente, este JuÃ-zo entende que, embora a prova material do crime seja inquestionÃ¡vel, nÃ£o hÃ¡ provas suficientes de autoria. A vÃ-tima Glaucia Moraes Mendes narrou de forma detalhada a materialidade do delito e suas circunstÂ¢ncias fÃ¡ticas, entretanto, afirmou nÃ£o se recordar da fisionomia do acusado Josias Pinheiro Cardoso para que pudesse fazer o referido reconhecimento do rÃ©u, que estava presente em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nota-se que, embora a vÃ-tima tenha enfatizado realizar o reconhecimento dos rÃ©us em inquÃ©rito policial, mediante fotografia apresentada pela autoridade policial, este reconhecimento nÃ£o evidencia prova segura de autoria delitiva, porque nÃ£o foi corroborado, em juÃ-zo, sob a observÂ¢ncia procedimental do art. 226, do CÃ³digo de Processo Penal. Ademais, nÃ£o hÃ¡, nos autos, demais provas que pudessem confirmar que

os acusados Josiais e Wesley sÃ£o os verdadeiros autores do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim Ã© de recente entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a acerca de reconhecimento realizado em fase inquisitiva, nÃ£o ratificado em fase judicial, conforme HABEAS CORPUS NÂº 652.284 - SC (2021/0076934-3): HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÃPRIO. ROUBO. RECONHECIMENTO FOTOGRÃFICO E PESSOAL REALIZADOS EM SEDE POLICIAL. INOBSERVÃNCIA DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 226 DO CPP. INVALIDADE DA PROVA. MUDANÃA DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL SOBRE O TEMA. AUTORIA ESTABELECIDA UNICAMENTE COM BASE EM RECONHECIMENTO EFETUADO PELA VÃTIMA. ABSOLVIÃÃO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO, DE OFÃCIO. 1. O Superior Tribunal de JustiÃ§a, alinhando-se Ã nova jurisprudÃªncia da Corte Suprema, tambÃ©m passou a restringir as hipÃ³teses de cabimento do habeas corpus, nÃ£o admitindo que o remÃ©dio constitucional seja utilizado em substituiÃ§Ã£o ao recurso ou aÃ§Ã£o cabÃ-vel, ressalvadas as situaÃ§Ãµes em que, Ã vista da flagrante ilegalidade do ato apontado como coator, em prejuÃ-zo da liberdade do paciente, seja cogente a concessÃ£o, de ofÃ-cio, da ordem de habeas corpus. (AgRg no HC 437.522/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 15/06/2018) 2. A jurisprudÃªncia desta Corte vinha entendendo que "as disposiÃ§Ãµes contidas no art. 226 do CÃ³digo de Processo Penal configuram uma recomendaÃ§Ã£o legal, e nÃ£o uma exigÃªncia absoluta, nÃ£o se cuidando, portanto, de nulidade quando praticado o ato processual (reconhecimento pessoal) de forma diversa da prevista em lei" (AgRg no AREsp n. 1.054.280/PE, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÃNIOR, Sexta Turma, DJe de 13/6/2017). Reconhecia-se, tambÃ©m, que o reconhecimento do acusado por fotografia em sede policial, desde que ratificado em juÃ-zo, sob o crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesa, pode constituir meio idÃ´neo de prova apto a fundamentar atÃ© mesmo uma condenaÃ§Ã£o. 3. Recentemente, no entanto, a Sexta Turma desta Corte, no julgamento do HC 598.886 (Rel. Min. RogÃ©rio Schietti Cruz, DJe de 18/12/2020, revisitando o tema, propÃ´s nova interpretaÃ§Ã£o do art. 226 do CPP, para estabelecer que Â¿O reconhecimento de pessoa, presencialmente ou por fotografia, realizado na fase do inquÃ©rito policial, apenas Ã© apto, para identificar o rÃ©u e fixar a autoria delitiva, quando observadas as formalidades previstas no art. 226 do CÃ³digo de Processo Penal e quando corroborado por outras provas colhidas na fase judicial, sob o crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesaÂ¿. 4. Uma reflexÃ£o aprofundada sobre o tema, com base em uma compreensÃ£o do processo penal de matiz garantista voltada para a busca da verdade real de forma mais segura e precisa, leva a concluir que, com efeito, o reconhecimento (fotogrÃ¡fico ou presencial) efetuado pela vÃ-tima, em sede inquisitorial, nÃ£o constitui evidÃªncia segura da autoria do delito, dada a falibilidade da memÃ³ria humana, que se sujeita aos efeitos tanto do esquecimento, quanto de emoÃ§Ãµes e de sugestÃµes vindas de outras pessoas que podem gerar Â¿falsas memÃ³riasÂ¿, alÃ©m da influÃªncia decorrente de fatores, como, por exemplo, o tempo em que a vÃ-tima esteve exposta ao delito e ao agressor; o trauma gerado pela gravidade do fato; o tempo decorrido entre o contato com o autor do delito e a realizaÃ§Ã£o do reconhecimento; as condiÃ§Ãµes ambientais (tais como visibilidade do local no momento dos fatos); estereÃ³tipos culturais (como cor, classe social, sexo, etnia etc.). 5. Diante da falibilidade da memÃ³ria seja da vÃ-tima seja da testemunha de um delito, tanto o reconhecimento fotogrÃ¡fico quanto o reconhecimento presencial de pessoas efetuado em sede inquisitorial devem seguir os procedimentos descritos no art. 226 do CPP, de maneira a assegurar a melhor acuidade possÃ-vel na identificaÃ§Ã£o realizada. Tendo em conta a ressalva, contida no inciso II do art. 226 do CPP, a colocaÃ§Ã£o de pessoas semelhantes ao lado do suspeito serÃ¡ feita sempre que possÃ-vel, devendo a impossibilidade ser devidamente justificada, sob pena de invalidade do ato. 6. O reconhecimento fotogrÃ¡fico serve como prova apenas inicial e deve ser ratificado por reconhecimento presencial, assim que possÃ-vel. E, no caso de uma ou ambas as formas de reconhecimento terem sido efetuadas, em sede inquisitorial, sem a observÃ¢ncia (parcial ou total) dos preceitos do art. 226 do CPP e sem justificativa idÃ´nea para o descumprimento do rito processual, ainda que confirmado em juÃ-zo, o reconhecimento falho se revelarÃ¡ incapaz de permitir a condenaÃ§Ã£o, como regra objetiva e de critÃ©rio de prova, sem corroboraÃ§Ã£o do restante do conjunto probatÃ³rio, produzido na fase judicial. 7. Caso concreto: situaÃ§Ã£o em que a autoria de crime de roubo foi imputada ao rÃ©u com base exclusivamente em reconhecimento fotogrÃ¡fico e pessoal efetuado pela vÃ-tima em sede policial, sem a observÃ¢ncia dos preceitos do art. 226 do CPP, e muito embora tenha sido ratificado em juÃ-zo, nÃ£o encontrou amparo em provas independentes. Configura induzimento a uma falsa memÃ³ria, o fato de ter sido o marido da vÃ-tima, que Ã© delegado, o responsÃ¡vel por chegar Ã primeira foto do suspeito, supostamente a partir de informaÃ§Ãµes colhidas de pessoas que trabalhavam na rua em que se situava a loja assaltada, sem que tais pessoas jamais tenham sido identificadas ou mesmo chamadas a testemunhar. Revela-se impreciso o reconhecimento fotogrÃ¡fico com base em uma Ãºnica foto apresentada Ã vÃ-tima de pessoa bem mais jovem e com traÃ§os fisionÃ´micos diferentes dos do rÃ©u, tanto mais quando, no curso da instruÃ§Ã£o

probatÃ³ria, ficou provado que o rÃ©u havia se identificado com o nome de seu irmÃ£o. Tampouco o reconhecimento pessoal em sede policial pode ser reputado confiÃ¡vel se, alÃ©m de ter sido efetuado um ano depois do evento com a apresentaÃ§Ã£o apenas do rÃ©u, a descriÃ§Ã£o do delito demonstra que ele durou poucos minutos, que a vÃ-tima nÃ£o reteve caracterÃ-sticas marcantes da fisionomia ou da compleiÃ§Ã£o fÃ-sica do rÃ©u e teve suas lembranÃ§as influenciadas tanto pelo decurso do tempo quanto pelo trauma que afirma ter sofrido com o assalto. 8. Tendo a autoria do delito sido estabelecida com base unicamente em questionÃ¡vel reconhecimento fotogrÃ¡fico e pessoal feito pela vÃ-tima, deve o rÃ©u ser absolvido. 9. Habeas corpus nÃ£o conhecido. Ordem concedida de ofÃ-cio, para absolver o paciente (STJ - HC: HC 652284 SC 2021/0076934-3, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJ 03/05/2021) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, por todo o exposto, considero as provas insuficientes para a comprovaÃ§Ã£o de autoria do delito por parte dos acusados Josias Pinheiro Cardoso e Wesley Rian Mendes Barbosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante trazer Ã baila o art. 155 do CÃ³digo de Processo Penal que assevera que: Â¿o juiz formarÃ¡ sua convicÃ§Ã£o pela livre apreciaÃ§Ã£o da prova produzida em contraditÃ³rio judicial, nÃ£o podendo fundamentar sua decisÃ£o exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigaÃ§Ã£o, ressalvadas as provas cautelares, nÃ£o repetÃ-veis e antecipadasÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Existem, pois, dÃºvidas de que os acusados tenham sido autores do delito que lhe Ã© imputado, posto que nÃ£o fora produzida prova na AÃ§Ã£o Penal, sob o crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesa, que viesse a confirmar os elementos de prova constantes no inquÃ©rito policial e, portanto, capaz de me induzir a um decreto condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, ante a ausÃªncia de conjunto fÃ¡tico-probatÃ³rio coeso e harmÃ´nico capaz de indicar a autoria delitiva, impÃµe-se a absolviÃ§Ã£o em observÃ¢ncia Â¿in dubio pro reoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: EMENTA: ROUBO QUALIFICADO - AUTORIA DELITIVA NÃO COMPROVADA - FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÃRIO - ABSOLVIÃÃO - NECESSIDADE - RESPEITO AO PRINCÃPIO DO IN DUBIO PRO REO. Se o juiz nÃ£o possui provas sÃ³lidas para a formaÃ§Ã£o do seu convencimento, sem poder indicÃ¡-las na fundamentaÃ§Ã£o da sua sentenÃ§a, o Ãºnico caminho Ã© a absolviÃ§Ã£o, por forÃ§a do princÃ-pio do in dubio pro reo. (TJ-MG - APR: 10134120024051001 MG, Relator: Fernando Caldeira Brant, Data de Julgamento: 08/05/2019, Data de PublicaÃ§Ã£o: 15/05/2019) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo procedente o pedido da Defesa para ABSOLVER os acusados JOSIAS PINHEIRO CARDOSO e WESLEY RIAN MENDES BARBOSA nos termos do art. 386, VII do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, procedam-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BELÃM - PA, 27 de outubro de 2021 HORÃCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00159794520138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 AUTORIDADE POLICIAL:ROSALINA DE MORAES ARRAES - DELAGADA PC DENUNCIADO:ALAN BORGES VERAS Representante(s): OAB 0000 - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) VITIMA:P. T. M. D. S. . SENTENÃA Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu DENÃNCIA em face de ALAN BORGES VERAS pela prÃ¡tica do delito tipificado no art. 157, Â§2Âº, I e II, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segunda a denÃºncia, Ã s fls. 02/04:Â Â¿(...) que no dia 11 de julho de 2013, por volta de 21h13min, a vÃ-tima Pedro Thiago Miranda Duarte de Souza dirigia seu veÃ-culo GM/CORSA CLASSIC na companhia de seu irmÃ£o Valdemar Teixeira de Souza Neto pela rua Djalma Dutra com a Trav. 14 de marÃ§o quando foi abordada pelo denunciado e mais duas pessoas atÃ© o momento nÃ£o identificadas, que mediante o uso de arma, abordaram a vÃ-tima e lhe subtraÃ-ram o seu carro. ApÃ³s a prÃ¡tica do delito, a vÃ-tima, o seu irmÃ£o e algumas pessoas que passavam pelo local, saÃ-ram em perseguiÃ§Ã£o aos assaltantes. A PolÃ-cia Militar foi acionada e apÃ³s a perseguiÃ§Ã£o policial, o denunciado Alan Borges Vera foi preso e encontrado em seu poder um revÃ³lver calibre .32 marca Taurus municiados com dois cartuchos e o veÃ-culo recuperado com avarias. (...).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida Ã s fls. 06/07. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CitaÃ§Ã£o do rÃ©u Alan Borges Veras, Ã fl. 18. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 31/33. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de antecedentes do rÃ©u Ã s fl. 134. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia e instruÃ§Ã£o e julgamento Ã s fls. 70/73, ocasiÃ£o na qual foram ouvidas as testemunhas Jony Aelson Padilha de Oliveira e Jenilson Figueiredo de Menezes. Em audiÃªncia de continuaÃ§Ã£o, Ã s fls. 117/119, foi realizada a oitiva da vÃ-tima Valdemar Teixeira de Souza Neto. O interrogatÃ³rio do rÃ©u restou prejudicado em razÃ£o de ter sido declarada sua revelia, Ã fl. 111. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em memoriais finais, Ã s fls. 120/123, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u Alan Borges Veras, posto haver

comprovada a autoria e materialidade do delito, na sanÃ§Ã£o punitiva do art. 157, Â§2Âº, I e II, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa, em memoriais finais, Ã s fls. 124/133, requereu a absolviÃ§Ã£o do rÃ©u Alan Borges Veras, com base no art. 386, inciso VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, este JuÃ-zo, examinando minuciosamente as provas colhidas, entende comprovadas a materialidade e a autoria quanto ao crime previsto no art. 157, Â§2Âº, II, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro. SenÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada mediante Depoimentos de Condutor, Testemunhas, VÃ-timas e Indiciado, juntados Ã s fls. 02/06, do IPL, em conjunto com Auto de ApresentaÃ§Ã£o e ApreensÃ£o de Objeto, Ã fl. 17, do IPL, que apreendeu uma arma de fogo tipo revolver, marca Taurus n. 725127, Cal. 32 com dois cartuchos intactos de mesmo calibre. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, pelos elementos de prova reunidos nos autos, nÃ£o hÃ¡ que se admitir qualquer dÃºvida quanto Ã existÃªncia material do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã de autoria delitiva, as provas testemunhais, produzidas em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, foram harmÃ´nicas, coerentes e suficientes para a comprovaÃ§Ã£o de autoria por parte do rÃ©u Alan Borges Veras. Vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Jony Aelson Padilha de Oliveira, policial militar, narrou em juÃ-zo que soube de uma ocorrÃªncia acerca de assalto no canal da Djalma com a 14. Que estava na viatura, junto ao soldado Figueiredo, e que se deslocaram atÃ© o local. Que prÃ³ximo ao local, um taxista informou que ocorreu assalto no veÃ-culo Corsa Sedan e que tinha trÃªs indivÃ-duos no interior do carro, que foi feita a perseguiÃ§Ã£o, feito cerco com apoio de outras viaturas, de modo que dois indivÃ-duos foram detidos, enquanto que o terceiro tomou fuga. Que, com o acusado, foi encontrado o celular da vÃ-tima e uma arma de fogo .32 com duas muniÃ§Ãµes. Que o acusado confessou a autoria delitiva na delegacia. Que a vÃ-tima reconheceu o acusado. Que o acusado foi detido em momento que tentou empreender fuga. Que o outro agente detido era menor de idade. Que avistou o acusado jogando a arma prÃ³ximo a um veÃ-culo quando tentou empreender fuga. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Jenilson Figueiredo de Menezes, policial militar, declarou em juÃ-zo que recebeu a ocorrÃªncia, via CIOP, acerca de assalto de veÃ-culo na 14 de marÃ§o, com a Djalma. Que se dirigiram ao local e iniciaram perseguiÃ§Ã£o ao veÃ-culo roubado. Que os agentes saÃ-ram do carro e tentaram empreender fuga. Que o acusado foi detido, que estava com calibre .32, com uma ou duas muniÃ§Ãµes. Que avistou o acusado deixando a arma de fogo prÃ³ximo a um pneu de veÃ-culo. Que se nÃ£o recorda acerca do concurso de agentes em razÃ£o de ter realizado diligÃªncias semelhantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O informante Valdemar Teixeira de Souza Neto, irmÃ£o da vÃ-tima, declarou em juÃ-zo que estava dentro do carro no momento do ocorrido. Que, neste dia, ele e seu irmÃ£o saÃ-ram para lanchar e que na Djalma, trÃªs rapazes abordaram o carro, sendo que um deles estava com arma de fogo, bateu na porta do motorista com arma, ameaÃ§ando que caso nÃ£o saÃ-sse do veÃ-culo, iria atirar. Que saÃ-ram do veÃ-culo e que, de imediato passou uma viatura, iniciando a perseguiÃ§Ã£o. Que avistaram a direÃ§Ã£o que os agentes tomaram com o veÃ-culo e alertaram a viatura. Que a perseguiÃ§Ã£o durou em torno de vinte minutos. Que os agentes foram capturados porque o carro quebrou no momento da perseguiÃ§Ã£o. Que dois agentes foram detidos, enquanto o terceiro tomou fuga. Que reconheceu os agentes na delegacia. Que recuperou o carro e a carteira, enquanto que seu celular nÃ£o foi recuperado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante das declaraÃ§Ãµes colhidas, infere-se que as testemunhas, na qualidade de policiais militares, narraram de forma detalhada a circunstÂncia do fato delituoso, bem como declararam que o rÃ©u foi detido em flagrante, apÃ³s abandonar o veÃ-culo da vÃ-tima e tentar empreender fuga. Ademais, a testemunha Jony Aleson e o irmÃ£o da vÃ-tima Valdemar confirmaram que foram trÃªs agentes que participaram do delito, comprovando o concurso de agentes. AlÃ©m disso, as declaraÃ§Ãµes foram harmÃ´nicas ao afirmar que o agente portava arma de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, nota-se que o flagrante ocorreu logo apÃ³s o cometimento do delito, tendo os policiais avistado o rÃ©u saindo do carro roubado e o irmÃ£o da vÃ-tima feito seu reconhecimento na delegacia, fatos que corroboraram de forma unÂnime para o fundamento probatÃ³rio de autoria do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, diante dos elementos colhidos judicialmente, considero as provas suficientes para a comprovaÃ§Ã£o de autoria do delito de roubo majorado por parte do rÃ©u Alan Borges Veras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MAJORANTE DE CONCURSO DE PESSOAS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficou comprovado no decorrer da instruÃ§Ã£o processual que o crime foi cometido em concurso de pessoas, conforme se aufere dos depoimentos colhidos em inquÃ©rito e em juÃ-zo, de forma que considero a incidÃªncia da causa de aumento do art. 157, Â§2Âº, II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acerca da majorante por emprego de arma de fogo, entrou em vigor a Lei 13.654/18, que tornou mais severa a pena para o roubo na qual se emprega arma de fogo. Nesse sentindo, considerando que a lei

entrou em vigor apÃ³s o cometimento do delito em questÃ£o e tratando-se de lex gravior, aplico a lei vigente ao tempo do crime, tendo em vista que a alteraÃ§Ã£o legislativa Ã© prejudicial ao rÃ©u e nÃ£o poderÃ¡ ser aplicada aos crimes praticados antes da sua entrada em vigor, em observÃ¢ncia ao princÃ-pio da anterioridade, corolÃ¡rio do princÃ-pio da legalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, encontram-se provadas a materialidade e a autoria do delito previsto no 157, Â§2Âº, II, do CÃ³digo Penal Brasileiro, razÃ£o pela qual JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR o acusado ALAN BORGES VERAS nas sanÃ§Ãµes punitivas relativas ao delito tipificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA DOSIMETRIA DA PENA DO RÃU Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atenta Ã s diretrizes do artigo 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica, ao artigo 68 do CÃ³digo Penal Brasileiro e Ã s circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do mesmo Diploma Legal, passo Ã individualizaÃ§Ã£o e fixaÃ§Ã£o das penas a serem impostas ao rÃ©u: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, uma vez que nÃ£o praticou conduta de maior ou menor censurabilidade. Para tanto: Â¿Na dosimetria basilar, a culpabilidade do agente diz respeito Ã maior ou menor reprovabilidade da conduta, nÃ£o se confundindo com a culpabilidade como elemento do crime, que Ã© composta pela imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa.Â¿ (SÃºmula nÂº 19/TJ-PA (Res.9/2016 - DJ. NÂº 5931/2016, 16/3/2016) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u registra antecedentes criminais com trÃ¢nsito em julgado em data posterior ao delito do fato (processo n. 0036870-19.2014.8.14.0401). Nesse sentindo, em consonÃ¢ncia ao artigo 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, ao que dispÃµe a SÃºmula 444 do STJ e a SÃºmula 241 do STJ, os antecedentes criminais serÃ£o considerados negativos, porque, conforme consonÃ¢ncia legal, nÃ£o serÃ¡ considerado reincidÃªncia. Para tanto: PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÃPRIO. VIA INADEQUADA. TRÃFICO DE ENTORPECENTES. DOSIMETRIA. PRIMEIRA FASE. PENA-BASE EXASPERADA EM 1/5 SOBRE O MÃNIMO LEGAL. QUANTUM PROPORCIONAL. FUNDAMENTAÃÃO IDÃNEA. MAUS ANTECEDENTES. QUANTIDADE E NATUREZA DAS DROGAS APREENDIDAS. SEGUNDA FASE. PLEITO DE REDUÃÃO DA FRAÃÃO DE AUMENTO DA PENA PELA REINCIDÃNCIA ESPECÃFICA. VIABILIDADE. REINCIDÃNCIA ESPECÃFICA QUE NÃO ENSEJA O INCREMENTO MAIOR QUE A USUAL FRAÃÃO DE 1/6. PRECEDENTE JULGADO PELA TERCEIRA SEÃÃO DESTA CORTE NO HC N.Âº 365.963/SP. PENA REDIMENSIONADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÃCIO. - O Superior Tribunal de JustiÃ§a, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, nÃ£o tem admitido a impetraÃ§Ã£o de habeas corpus em substituiÃ§Ã£o ao recurso prÃ³prio, prestigiando o sistema recursal ao tempo que preserva a importÃ¢ncia e a utilidade do habeas corpus, visto permitir a concessÃ£o da ordem, de ofÃ-cio, nos casos de flagrante ilegalidade. - A revisÃ£o da dosimetria da pena, na via do habeas corpus, somente Ã© possÃ-vel em situaÃ§Ãµes excepcionais de manifesta ilegalidade ou abuso de poder, cujo reconhecimento ocorra de plano, sem maiores incursÃµes em aspectos circunstanciais ou fÃ¡ticos e probatÃ³rios (HC n. 304.083/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe de 12/3/2015). - O Ã³rgÃ£o julgador apontou, com clareza, anotaÃ§Ã£o criminal do paciente apta a valorar negativamente os seus antecedentes. A jurisprudÃªncia desta Corte tem posicionamento firme no sentido de considerar a folha de antecedentes criminais documento hÃ¡bil e suficiente para comprovar os antecedentes maculados, dispensando a apresentaÃ§Ã£o de certidÃ£o cartorÃ¡ria. - Ademais, nos termos da jurisprudÃªncia firme desta Corte Superior de JustiÃ§a, "a condenaÃ§Ã£o definitiva por fato anterior ao crime descrito na denÃºncia, mas com trÃ¢nsito em julgado posterior Ã data do ilÃ-cito penal, ainda que nÃ£o sirva para configurar reincidÃªncia, pode caracterizar maus antecedentes, pois diz respeito ao histÃ³rico do acusado" (REsp 1.711.015/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 23/8/2018, DJe de 31/8/2018). - A quantidade das drogas apreendidas, no caso - 3 pedras contendo 0,5 g de crack e 165 porÃ§Ãµes contendo 57,9 g de cocaÃ-na (fl. 34) -, que, conquanto nÃ£o seja excessiva, tambÃ©m nÃ£o Ã© desprezÃ-vel, e a sua natureza extremamente deletÃ©ria, sÃ£o circunstÃ¢ncias que autorizam a elevaÃ§Ã£o da reprimenda, nos termos dos arts. 59, do CÃ³digo Penal, e 42, da Lei n. 11.343/2006. - Em respeito Ã discricionariedade vinculada do julgador, deve ser mantida a pena-base aplicada ao paciente - 6 anos de reclusÃ£o e 600 dias-multa -, pois proporcional Ã gravidade concreta do crime e Ã variaÃ§Ã£o das penas abstratamente cominadas ao tipo penal violado, qual seja, 5 (cinco) a 15 (quinze) anos de reclusÃ£o e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. - A Terceira SeÃ§Ã£o desta Corte, no julgamento do HC n. 365.963/SP, ocorrido em 11/10/2017, firmou a tese de que a reincidÃªncia, seja ela especÃ-fica ou nÃ£o, deve ser compensada integralmente com a atenuante da confissÃ£o, demonstrando, assim, que nÃ£o foi ofertado maior desvalor Ã conduta do rÃ©u que ostente outra condenaÃ§Ã£o pelo mesmo delito. - HipÃ³tese em que a fraÃ§Ã£o de 1/4, utilizada para agravar a pena na segunda fase da dosimetria, lastreou-se apenas na reincidÃªncia especÃ-fica do paciente, argumento que nÃ£o se alinha Ã jurisprudÃªncia deste Tribunal, motivo pelo qual deve a pena ser

agravada na usual fraÃ§Ã£o de 1/6. Habeas corpus nÃ£o conhecido. Ordem concedida, de ofÃ-cio, para fixar a pena definitiva do paciente em 7 (sete) anos de reclusÃ£o e 700 (setecentos) dias-multa, mantidos os demais termos da condenaÃ§Ã£o. (STJ - HC: 463482 SP 2018/0201646-6, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de Julgamento: 13/12/2018, T5- QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 19/12/2018) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u possui conduta social neutra pois nÃ£o hÃ¡ como aferir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u possui personalidade neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos motivos do crime, estes dizem respeito Ã s razÃµes que levaram o agente praticar tal ato, sua fonte propulsora, o que considero normais Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias referem-se ao fato delituoso quanto a sua forma, os meios utilizados, os objetos, o tempo e o lugar. Logo, considero as circunstÃ¢ncias normais Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As consequÃªncias do crime avaliam os efeitos principais e secundÃ¡rios gerados pelo ato que estÃ¡ para alÃ©m da tipificaÃ§Ã£o do fato, que podem ser de natureza afetiva, pessoal, moral, econÃ´mica, social ou polÃ-tica. Logo, considero as consequÃªncias neutras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao comportamento da vÃ-tima no delito que ora se cuida, considero que nada contribuiu para o crime. Logo, considerado como neutro em razÃ£o de SÃºmula n. 18 TJ/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, diante de 1 (uma) circunstÃ¢ncia desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, fixo a PENA BASE em 04 (quatro) anos e 9 (nove) meses de reclusÃ£o e 54 (cinquenta e quatro) dias-multa calculada em 1/30 (um trigÃ©simo) do SalÃ¡rio MÃ-nimo vigente Ã Ã©poca dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em observÃ¢ncia Ã s circunstÃ¢ncias atenuantes (CP art. 65) e agravantes (CP arts. 61 e 62) da pena, nÃ£o considero nenhuma incidÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante a presenÃ§a da causa de aumento da pena conforme a incidÃªncia do art. 157, Â§2Âº, II, do CÃ³digo Penal Brasileiro, considero: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O aumento de 1/3 da pena devido ao concurso de pessoas (1 ano e 7 meses de reclusÃ£o e 18 dias-multa) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, FIXO EM DEFINITIVO a pena privativa de liberdade em 06 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusÃ£o mais e 72 (setenta e dois) dias-multa calculada em 1/30 (um trigÃ©simo) do SalÃ¡rio MÃ-nimo vigente Ã Ã©poca dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, determino que o condenado passe a cumprir a pena em REGIME SEMI-ABERTO, em casa penal competente, conforme o que dispÃµe o artigo 33, Â§1Âº, letra b, c/c Â§2Âº, letra b; e artigo 35 Â§1Âº e Â§2, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o regime de cumprimento da pena imposto, concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade da presente decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade da presente decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao JuÃ-zo da ExecuÃ§Ã£o, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, para decidir o que for de sua competÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado: 1. Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados e procedam-se todas as comunicaÃ§Ãµes e as anotaÃ§Ãµes de estilo, inclusive as de interesse estatÃ-sticos e Ã JustiÃ§a Eleitoral; 2. ExpeÃ§a-se mandado de prisÃ£o; 3. Cumprido o mandado, expeÃ§a-se guia de recolhimento definitivo; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento de Custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, proceder Ã s respectivas baixas, inclusive os apensos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se, intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BELÃM - PA, 28 de outubro de 2021 HORÃCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m

RESENHA: 22/10/2021 A 31/10/2021 - SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 3ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00028148120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 INDICIADO:JOAO CLIMACO DE MELO NETO VITIMA:F. M. S. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA O MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia contra o nacional JOAO CLIMACO DE MELO NETO pelo crime exposto no Artigo 303, Â§ 1Âº, c/c Artigo 302, inciso III, do CÃ³digo de TrÃ¢nsito Brasileiro, praticado em desfavor de Francinaldo Monteiro Souza, fato este ocorrido em 11 de setembro de 2019, neste municÃ-pio. Compulsando os autos, verifico que a peÃ§a exordial se encontra devidamente acompanhada de inquÃ©rito policial e preenche todos os pressupostos e requisitos do Artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal. Visto isto, RECEBO A DENÃNCIA constante Ã s fls. 02/05, porque presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes para o regular exercÃ-cio da aÃ§Ã£o, haja vista, estarem presentes a prova da materialidade e os indÃ-cios de autoria. 1-Â Â Â Â Â Cite(m)-se o(s) rÃ©u(s) JOAO CLIMACO DE MELO NETO, observando-se o disposto no Art. 396 do CPP, a fim de que ofereÃ§a(m) resposta escrita no prazo de 10 dias, em relaÃ§Ã£o aos fatos alegados na denÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, que segue em anexo, podendo arrolar testemunhas, arguir preliminares e alegar tudo o que interessar Ã (s) sua(s) defesa(s), ASSIM COMO DEVERÃ(ÃO) DIZER SE POSSUI(EM) ADVOGADO PARTICULAR OU SE DESEJA(M) O PATROCÃNIO

DA DEFENSORIA PÃBLICA. 2- O rÃ©u ao ser citado ainda deverÃ¡ ser ADVERTIDO de que, depois de citado, nÃ£o poderÃ¡ mudar de residÃªncia ou dela se ausentar sem comunicar a este JuÃ-zo o lugar onde passarÃ¡ a ser encontrado, pois, caso nÃ£o seja encontrado no endereÃ§o fornecido, os atos processuais serÃ£o realizados sem a sua presenÃ§a, o processo seguirÃ¡ Ã sua revelia e atÃ© mesmo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento poderÃ£o ser realizadas sem a sua presenÃ§a. 3-Apresentada a resposta, conclusos. 4-NÃ£o apresentada Ã resposta, desde que, pessoalmente citado, fica, desde jÃ¡, nomeado o Defensor PÃºblico vinculado a este juÃ-zo para apresentÃ¡-la(s). 5- Se o denunciado nÃ£o for encontrado, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para indicar novo endereÃ§o. Ainda assim, nÃ£o sendo possÃ-vel a citaÃ§Ã£o pessoal do denunciado, e havendo informaÃ§Ã£o de que se encontra em local incerto, expeÃ§a-se edital, com o prazo de 15 (quinze) dias. 6-Juntem-se aos autos as certidÃµes de praxe. 7-Cumpra-se com urgÃªncia. ServirÃ¡ o presente, por cÃ³pia digitada, como mandado, de acordo com a ResoluÃ§Â¿o 003/2009 CJRMB. Cumpra-se na forma da lei. BelÃ©m, 22 de outubro de 2021. Dr. HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito respondendo pela 3Âª Vara Criminal do JuÃ-zo Singular de BelÃ©m PROCESSO: 00031399020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:RODOLFO DO ROSARIO DOS SANTOS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu DENÃNCIA em face de RODOLFO DO ROSARIO DOS SANTOS pela prÃ¡tica do delito tipificado no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia Ã s fls. 02/03, a qual relata: Â¿(...) policiais militares estavam em ronda de rotina pela Av. Tucunduba, Ã s proximidades do conjunto Liberdade II, local conhecido por traficÃ¢ncia de entorpecentes, quando se depararam saindo do referido residencial o indivÃ-duo, que ao ver a viatura, passou a agir de forma suspeita, acelerando os passos. Momento que o suspeito percebeu a aproximaÃ§Ã£o da guarniÃ§Ã£o rapidamente empreenderam fuga e foram perseguidos pela guarniÃ§Ã£o a pÃ©, tomando o rumo da invasÃ£o Abrigo. Informa o condutor que, entrando na referida invasÃ£o dentro de um barroco, o suspeito ora denunciado, fora capturado e procedido sua revista pessoal, momento em que fora encontrado com o mesmo meio tablete de substÃ¢ncia, que posteriormente, segundo laudo toxicolÃ³gico, veio a ser identificado como Cannabis Sativa L. popularmente conhecida como Â¿maconhaÂ¿ (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebimento de denÃºncia Ã s fls. 18/19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©u citado Ã fl. 08. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 10/14. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de antecedentes do rÃ©u Ã fl. 04. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento Ã s fls. 30/32, ocasiÃ£o na qual foi realizada a oitiva da testemunha Alberto Martins de Souza. Em audiÃªncia de continuaÃ§Ã£o, Ã s fls. 68/69, foram realizados a oitiva da testemunha AurÃ©lio MendonÃ§a Tavares e interrogatÃ³rio do rÃ©u Rodolfo do RosÃ¡rio dos Santos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em memoriais finais, Ã s fls. 70/72, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, posto haver restado comprovada a autoria e a materialidade do delito, pela prÃ¡tica do crime capitulado no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa, Ã s fls. 73/76, em memorias finais, requereu a absolviÃ§Ã£o do rÃ©u in dubio pro reo, com fundamento no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, este JuÃ-zo, examinando minuciosamente as provas colhidas, entende comprovadas a materialidade e a autoria quanto ao crime previsto no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06., senÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada por meio de Auto de ApresentaÃ§Ã£o e ApreensÃ£o, Ã fl. 22, do IPL, para a quantia de 108,300g de um tablete de erva seca prensada, em conjunto com o Laudo Pericial Definitivo de Exame ToxicolÃ³gico, Ã s fls. 53, que testou positivo para a substÃ¢ncia THC, princÃ-pio ativo da Cannabis Sativa L, popularmente conhecida como maconha. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, pelos elementos de prova reunidos nos autos, nÃ£o hÃ¡ que se admitir qualquer dÃºvida quanto Ã existÃªncia material do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã autoria, o conjunto probatÃ³rio carreado aos autos durante a instruÃ§Ã£o processual nÃ£o deixa dÃºvida de que a prÃ¡tica do Tipo Penal do Artigo 33 da Lei nÂº. 11.343/06, no nÃºcleo trazer consigo, deve ser imputada ao rÃ©u Rodolfo do Rosario dos Santos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Alberto Martins de Souza, policial militar, narrou em juÃ-zo que estavam em ronda na Av. Tucunduba, quando entraram no conjunto Nova Liberdade, que entÃ£o identificaram dois elementos, sendo um deles o acusado, os quais comeÃ§aram a andar mais rÃ¡pido quando avistaram a viatura. Que notou que um dos agentes estava armado. Que os dois tomaram rumo distintos. Que o outro agente nÃ£o identificado, que

estava armado, pulou uma tela e tomou fuga. Que capturaram o ora denunciado, que foi revistado pelo Cabo Weverton, sendo encontrada a substÃ¢ncia entorpecente maconha e um rÃ¡dio na posse do denunciado. Respondeu que era o motorista da viatura e que, quando chegou no local, o denunciado jÃ¡ estava sendo revistado. Que a substÃ¢ncia estava em dose Ãºnica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha AurÃ©lio MendonÃ§a Tavares, policial militar, afirmou em juÃ-zo que estavam em ronda e que um nacional, quando avistou a viatura, saiu correndo em fuga em direÃ§Ã£o a uma invasÃ£o. Que os policiais desceram da viatura, correram atrÃ¡s do denunciado e conseguiriam capturÃ¡-lo. Que a droga encontrada na posse do acusado era semelhante Ã maconha. Que nÃ£o conhece o acusado de outras abordagens. Que o local do ocorrido Ã© conhecido por ser Ã¡rea de trÃ¡fico de drogas. Que o acusado estava sozinho no momento da abordagem. Que se recorda vagamente que a dose da drogada estava cortada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado Rodolfo do RosÃ¡rio dos Santos, em seu interrogatÃ³rio, negou a acusaÃ§Ã£o. Afirmou que nÃ£o possuÃ-a consigo nenhuma droga, que correu assim que avistou a guarniÃ§Ã£o, porque estava foragido da colÃ´nia. Que os policiais nÃ£o desceram da viatura, e sim dispararam tiros em sua direÃ§Ã£o. Que a abordagem ocorreu na casa de sua tia e que tinha um outro jovem presente. Que Ã© usuÃ¡rio de drogas, porÃ©m nunca vendeu. Que a droga era do policial e pediu cinco mil reais a ele. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos depoimentos colhidos na fase judicial, prestados por agentes da seguranÃ§a pÃºblica do Estado, e das demais provas carreadas aos autos, nÃ£o hÃ¡ que se questionar a autoria delitiva. Embora um dos policiais tenha dito que seriam dois elementos sob atitude suspeita e que um deles tomou fuga, em nada prejudicou o conjunto probatÃ³rio suficiente para a condenaÃ§Ã£o, uma vez que os depoimentos colhidos foram unÃ-ssonos quanto ao local do flagrante, Ã motivaÃ§Ã£o da abordagem e Ã substÃ¢ncia entorpecente apreendida. Portanto, a prova testemunhal Ã© segura e idÃ´nea, sendo completamente isolada no contexto probatÃ³rio a palavra do denunciado, uma vez que nÃ£o acha suporte em nenhum elemento de prova. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Colhe-se do entendimento Jurisprudencial: Os funcionÃ¡rios da polÃ-cia merecem, nos seus relatos, a normal credibilidade dos testemunhos em geral, a nÃ£o ser quando se apresente razÃ£o concreta de suspeiÃ§Ã£o. Enquanto isso nÃ£o ocorra e desde que nÃ£o defendam interesse prÃ³prio, mas agem na defesa da coletividade, sua palavra serve a informar o convencimento do julgador. (RT 616/286-7) NÃ£o hÃ¡ obstÃ¡culo em que se tome a palavra de policiais no suporte de condenaÃ§Ãµes. NÃ£o estÃ£o proibidos de depor, nem se pode previamente suspeitar da veracidade nos seus depoimentos. Sopesam-se como quaisquer outros; sujeitam-se aos obstÃ¡culos do impedimento e da suspeiÃ§Ã£o, como quaisquer outros. (RT- 736/625). O depoimento testemunhal de policial que atuou na ocasiÃ£o do flagrante possui eficÃ¡cia probatÃ³ria, sendo certo que nÃ£o se pode descartÃ¡-lo e deixar de considerÃ¡-lo como suporte da condenaÃ§Ã£o, pelo simples fato de emanar de agentes estatais incumbidos da repressÃ£o penal. (RT-816/549). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos depoimentos colhidos na fase judicial, e das demais provas carreadas aos autos, nÃ£o hÃ¡ que se questionar a autoria delitiva, mormente diante dos depoimentos prestados pelos Policiais, que foram unÃ-ssonos em afirmar que estavam em ronda e avistaram o acusado sob atitude suspeita, motivo pelo qual decidiram realizar a abordagem, ocasiÃ£o na qual foi encontrada a substÃ¢ncia entorpecente na posse do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se vÃª, as declaraÃ§Ãµes testemunhais dos Policiais Militares que deram voz de prisÃ£o ao acusado, em conjunto com as provas de materialidade jÃ¡ relatadas, sÃ£o unÃ-ssonas, convergentes e suficientes para comprovaÃ§Ã£o da autoria delitiva por parte do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, ante o exposto, encontra-se provada a materialidade e autoria do delito previsto no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06., razÃ£o pela qual JULGO PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR o acusado de RODOLFO DO ROSARIO DOS SANTOS nas sanÃ§Ãµes punitivas relativas ao delito tipificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA DOSIMETRIA DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atenta Ã s diretrizes do artigo 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica, ao artigo 68 do CÃ³digo Penal Brasileiro e Ã s circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do mesmo Diploma Legal, passo Ã individualizaÃ§Ã£o e fixaÃ§Ã£o das penas a serem impostas ao rÃ©u: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, uma vez que nÃ£o praticou conduta de maior ou menor censurabilidade, pois a culpabilidade Ã© entendida como: Â¿Na dosimetria basilar, a culpabilidade do agente diz respeito Ã maior ou menor reprovabilidade da conduta, nÃ£o se confundindo com a culpabilidade como elemento do crime, que Ã© composta pela imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa.Â¿ (SÃºmula nÂº 19/TJ-PA (Res.9/2016 - DJ. NÂº 5931/2016, 16/3/2016) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os antecedentes criminais do rÃ©u serÃ£o considerados neutros, uma vez que serÃ£o valorados somente na segunda fase da dosimetria, conforme o princÃ-pio ne bis in idem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u possui conduta social neutra, pois nÃ£o foi possÃ-vel aferir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u possui personalidade neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos motivos do crime, estes dizem respeito Ã s razÃµes que levaram o agente praticar tal ato, sua fonte propulsora, o que

considerado neutros Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias referem-se ao fato delituoso quanto a sua forma, os meios utilizados, os objetos, o tempo e o lugar. Logo, considerado as circunstÃ¢ncias normais Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As consequÃªncias do crime avaliam os efeitos principais e secundÃ¡rios gerados pelo ato que estÃ¡ para alÃ©m da tipificaÃ§Ã£o do fato, que podem ser de natureza afetiva, pessoal, moral, econÃ´mica, social ou polÃ-tica. Portanto, considero as consequÃªncias neutras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao comportamento da vÃ-tima no delito que ora se cuida, nÃ£o se Ã© possÃ-vel sopesar tal circunstÃ¢ncia de modo desfavorÃ¡vel ao rÃ©u. Logo, considerado como neutro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, diante de nenhuma circunstÃ¢ncia desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, FIXO A PENA BASE em 5 (cinco) anos de reclusÃ£o e 500 (quinhentos) dias-multa calculada em 1/30 (um trigÃ©simo) do SalÃ¡rio MÃ-nimo vigente Ã Ã©poca dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em observÃ¢ncia Ã s circunstÃ¢ncias atenuantes (CP art. 65) e agravantes (CP arts. 61 e 62) da pena, considero a incidÃªncia da reincidÃªncia, uma vez que o rÃ©u jÃ¡ possui condenaÃ§Ã£o transitada em julgado em Processo NÂº. 0021725-20.2015.8.14.0401. Diante disso, aumento a pena base em 10 meses de reclusÃ£o e 83 dias-multa, de modo que FIXO A PENA INTERMEDIÃRIA EM 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusÃ£o e 583 (quinhentos e oitenta e trÃªs) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, ante nenhuma causa de aumento e de diminuiÃ§Ã£o da pena, FIXO EM DEFINITIVO a pena privativa de liberdade em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusÃ£o e 583 (quinhentos e oitenta e trÃªs) dias-multa, calculados no valor de 1/30 (um trinta avos) sobre o valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, determino que o condenado passe a cumprir a pena em REGIME SEMI-ABERTO, em casa penal competente, conforme o que dispÃµe o artigo 33, Â§1Âº, letra b, c/c Â§2Âº, letra b; e artigo 35 Â§1Âº e Â§2, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o regime de cumprimento da pena imposto, concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade da presente decisÃ£o. Â A multa deverÃ¡ ser cobrada em conformidade com o Artigo 50, do CÃ³digo Penal, devendo ser adotado o procedimento para cobranÃ§a do valor fixado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se a JustiÃ§a Eleitoral para fins de suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos do rÃ©u, de acordo com o previsto no inciso III, do artigo 15, da Carta PolÃ-tica Brasileira. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento o rÃ©u do pagamento das custas processuais por ter sido patrocinado pela Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, determino Ã autoridade policial que providencie a incineraÃ§Ã£o da substÃ¢ncia apreendida no prazo de 30 (trinta) dias - se ainda nÃ£o tiver feito - devendo fazÃª-lo na presenÃ§a de Membro do MinistÃ©rio PÃºblico e da Autoridade SanitÃ¡ria competente, preservando-se amostra para eventual contraprova, de tudo lavrando-se o respectivo auto circunstanciado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado a presente decisÃ£o: lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados e faÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes pertinentes, expedindo-se a Guia de ExecuÃ§Ã£o Criminal e documentos necessÃ¡rios Ã Vara de ExecuÃ§Ãµes Penais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expeça-se o que mais for necessÃ¡rio ao fiel cumprimento desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â BELÃM - PARÃ, 22 de outubro de 2021 HORÃCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00049546920128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 DENUNCIADO:EMERSON SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB XRL8 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) PROCESSANTE:O ESTADO AUTORIDADE POLICIAL:ROSALINA DE MORAES ARRAES-DPC. DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1-Â Â Â Â Â Recebo o Recurso em Sentido Estrito interposto pela Defesa do rÃ©u EMERSON SANTOS DA SILVA (fl. 78), eis que tempestivo. 2-Â Â Â Â Â DÃª-se vista dos autos Ã Defensoria PÃºblica para apresentaÃ§Ã£o das razÃµes recursais. 3-Â Â Â Â Â ApÃ³s, dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para apresentaÃ§Ã£o das contrarrazÃµes recursais. 4-Â Â Â Â Â Em seguida, conclusos. CUMPRA-SE COM URGÃNCIA. BelÃ©m, 22 de outubro de 2021. HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito respondendo pela 3Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m-PA PROCESSO: 00122560820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:LUCIANO DAS GRACAS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu DENÃNCIA em face de LUCIANO DAS GRAÃAS pela prÃ¡tica do delito tipificado no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia Ã s fls. 02/03, a qual relata: Â¿(...) que no dia 14/06/2019, policiais militares efetuaram a prisÃ£o em flagrante do denunciado LUCIANO DAS GRAÃAS, apÃ³s ter sido flagrado em seu poder, especificamente dentro de uma mochila, 01 (um) embrulho confeccionado com fita adesiva marrom e plÃ¡stico incolor, contendo substÃ¢ncia petrificada amarelada, apresentando um peso total de 25,3g

(vinte e cinco gramas e trezentos miligramas, POSITIVO para substÃ¢ncia Benzoilmetilecgonina, conhecida por COCAÃNA, 01 (um) aparelho celular da marca Samsung Galaxy J5 Prime dourado e um valor em dinheiro de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) Â¿ (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebimento de denÃºncia Ã s fls. 15/16. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©u citado Ã fl. 11-A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 13/14. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de antecedentes do rÃ©u Ã fl. 05. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento Ã s fls. 25/26, ocasiÃ£o na qual foram realizados a oitiva das testemunhas Silvio Ricardo Barros e Walter Santos Damasceno e o interrogatÃ³rio do rÃ©u Luciano das GraÃ§as. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em memoriais finais, Ã s fls. 27/29, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, posto haver restado comprovada a autoria e a materialidade do delito, pela prÃ¡tica do crime capitulado no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa, Ã s fls. 30/33, em memorias finais, requereu a absolviÃ§Ã£o do rÃ©u . mediante aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio in dubio pro reo, com fundamento no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, este JuÃ-zo, examinando minuciosamente as provas colhidas, entende comprovadas a materialidade e a autoria quanto ao crime previsto no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06., senÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada por meio de Auto de ApresentaÃ§Ã£o e ApreensÃ£o, Ã fl.10, do IPL, que se trata de uma pedra de OXI embrulhada, com fita adesiva marrom e plÃ¡stica incolor, com substÃ¢ncia amarelada, apresentando um peso total de 25,3 gramas, positivo para cocaÃ-na, um aparelho celular da marca Samsung Galaxy J5 Prime dourado e o valor em dinheiro de R$280,00 (duzentos e oitenta reais). Ademais, o Laudo Pericial Definitivo de Exame ToxicolÃ³gico, Ã s fls. 04, testou positivo para a substÃ¢ncia Benzoilmetilecgonina, popularmente conhecida como cocaÃ-na. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, pelos elementos de prova reunidos nos autos, nÃ£o hÃ¡ que se admitir qualquer dÃºvida quanto Ã existÃªncia material do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã autoria, o conjunto probatÃ³rio carreado aos autos durante a instruÃ§Ã£o processual nÃ£o deixa dÃºvida de que a prÃ¡tica do Tipo Penal do Artigo 33 da Lei nÂº. 11.343/06, no nÃºcleo do tipo Â¿trazer consigoÂ¿ deve ser imputada ao rÃ©u Luciano das GraÃ§as. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Silvio Ricardo Barros, policial militar, narrou em juÃ-zo que estavam em ronda no canal SÃ£o Joaquim, que o acusado estava sob atitude suspeita, sendo realizada abordagem. Que nÃ£o se recorda o tipo de substÃ¢ncia encontrada. Que o acusado estava com a substÃ¢ncia na mochila. Reconheceu o acusado em audiÃªncia. Que nÃ£o se recorda se foram encontrados outros materiais com o acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Walter Santos Damasceno Junior, policial militar, declarou em juÃ-zo que estavam em ronda no canal SÃ£o Joaquim, que o acusado aparentou nervosismo, o que motivou a abordagem. Que foi encontrado entorpecente em sua mochila. Reconheceu o acusado em audiÃªncia. Que alÃ©m do entorpecente, foi encontrado dinheiro na mochila do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado Luciano das GraÃ§as, em seu interrogatÃ³rio, negou a acusaÃ§Ã£o. Disse que os policiais acharam a droga na beira do canal SÃ£o Joaquim, e que ele estava trabalhando mediante a colÃ´nia. Que era dia de receber seu dinheiro no ITCENTER. Que quando chegou perto do local, os policiais realizaram a abordagem, que foi chamado na viatura, sendo se direcionado para o veÃ-culo. Que entÃ£o puxaram sua mochila para dentro do carro e que foi algemado. Que desceram para o canal, encontraram a droga e o incriminaram. Que nÃ£o se recorda quem foi o policial porque eram muitos, em torno de trÃªs viaturas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos depoimentos colhidos na fase judicial, prestados por agentes da seguranÃ§a pÃºblica do Estado, e das demais provas carreadas aos autos, nÃ£o hÃ¡ que se questionar a autoria delitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Colhe-se do entendimento Jurisprudencial: Os funcionÃ¡rios da polÃ-cia merecem, nos seus relatos, a normal credibilidade dos testemunhos em geral, a nÃ£o ser quando se apresente razÃ£o concreta de suspeiÃ§Ã£o. Enquanto isso nÃ£o ocorra e desde que nÃ£o defendam interesse prÃ³prio, mas agem na defesa da coletividade, sua palavra serve a informar o convencimento do julgador. (RT 616/286-7) NÃ£o hÃ¡ obstÃ¡culo em que se tome a palavra de policiais no suporte de condenaÃ§Ãµes. NÃ£o estÃ£o proibidos de depor, nem se pode previamente suspeitar da veracidade nos seus depoimentos. Sopesam-se como quaisquer outros; sujeitam-se aos obstÃ¡culos do impedimento e da suspeiÃ§Ã£o, como quaisquer outros. (RT- 736/625). O depoimento testemunhal de policial que atuou na ocasiÃ£o do flagrante possui eficÃ¡cia probatÃ³ria, sendo certo que nÃ£o se pode descartÃ¡-lo e deixar de considerÃ¡-lo como suporte da condenaÃ§Ã£o, pelo simples fato de emanar de agentes estatais incumbidos da repressÃ£o penal. (RT-816/549). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No ordenamento processual penal brasileiro Ã© vedada a condenaÃ§Ã£o fundada em provas colhidas no InquÃ©rito Policial, por se tratar de peÃ§a meramente informativa e sem o crivo do contraditÃ³rio, todavia, se forem corroboradas

pelas provas produzidas em JuÃ-zo dÃ£o alicerce a um edito condenatÃ³rio. Ã o caso dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova testemunhal Ã© segura e idÃ´nea, sendo completamente isolada no contexto probatÃ³rio a palavra do denunciado, uma vez que nÃ£o acha suporte em nenhum elemento de prova e sequer convergem entre si. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos depoimentos colhidos na fase judicial, e das demais provas carreadas aos autos, nÃ£o hÃ¡ que se questionar a autoria delitiva, mormente diante dos depoimentos prestados pelos Policiais, que foram unÃ-ssonos em afirmar que estavam em ronda avistaram o acusado sob atitude suspeita, motivo pelo qual decidiram realizar a abordagem, ocasiÃ£o na qual foi encontrada a substÂncia entorpecente na mochila do rÃ©u Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se vÃª, as declaraÃ§Ãµes testemunhais dos Policiais Militares que deram voz de prisÃ£o ao acusado, em conjunto com as provas de materialidade jÃ¡ relatadas, sÃ£o unÃ-ssonas, convergentes e suficientes para comprovaÃ§Ã£o da autoria delitiva por parte do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, ante o exposto, encontra-se provada a materialidade e autoria do delito previsto no art. 33, caput, da lei nÂº 11.343/06., razÃ£o pela qual JULGO PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR o acusado LUCIANO DAS GRAÃAS nas sanÃ§Ãµes punitivas relativas ao delito tipificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA DOSIMETRIA DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atenta Ã s diretrizes do artigo 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica, ao artigo 68 do CÃ³digo Penal Brasileiro e Ã s circunstÂncias judiciais do artigo 59 do mesmo Diploma Legal, passo Ã individualizaÃ§Ã£o e fixaÃ§Ã£o das penas a serem impostas ao rÃ©u: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, uma vez que nÃ£o praticou conduta de maior ou menor censurabilidade, pois a culpabilidade Ã© entendida como: Â¿Na dosimetria basilar, a culpabilidade do agente diz respeito Ã maior ou menor reprovabilidade da conduta, nÃ£o se confundindo com a culpabilidade como elemento do crime, que Ã© composta pela imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa.Â¿ (SÃºmula nÂº 19/TJ-PA (Res.9/2016 - DJ. NÂº 5931/2016, 16/3/2016) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os antecedentes criminais do rÃ©u serÃ£o considerados neutros, uma vez que serÃ£o valorados somente na segunda fase da dosimetria, conforme o princÃ-pio ne bis in idem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u possui conduta social neutra, pois nÃ£o foi possÃ-vel aferir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u possui personalidade neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos motivos do crime, estes dizem respeito Ã s razÃµes que levaram o agente praticar tal ato, sua fonte propulsora, o que considerado neutros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As circunstÂncias referem-se ao fato delituoso quanto a sua forma, os meios utilizados, os objetos, o tempo e o lugar. Logo, considerado as circunstÂncias normais Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As consequÃªncias do crime avaliam os efeitos principais e secundÃ¡rios gerados pelo ato que estÃ¡ para alÃ©m da tipificaÃ§Ã£o do fato, que podem ser de natureza afetiva, pessoal, moral, econÃ´mica, social ou polÃ-tica. Portanto, considero as consequÃªncias neutras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao comportamento da vÃ-tima no delito que ora se cuida, nÃ£o se Ã© possÃ-vel sopesar tal circunstÂncia de modo desfavorÃ¡vel ao rÃ©u. Logo, considerado como neutro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, diante de nenhuma circunstÂncia desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, FIXO A PENA BASE em 5 (cinco) anos de reclusÃ£o e 500 (quinhentos) dias-multa calculada em 1/30 (um trigÃ©simo) do SalÃ¡rio MÃ-nimo vigente Ã Ã©poca dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em observÂncia Ã s circunstÂncias atenuantes (CP art. 65) e agravantes (CP arts. 61 e 62) da pena, considero a incidÃªncia da reincidÃªncia, uma vez que o rÃ©u jÃ¡ possui duas condenaÃ§Ãµes transitadas em julgado, processos n. 0001029-42.2005.8.14.0008 e 0000241-68.2008.8.14.0008. Diante disso, aumento a pena base em 10 meses de reclusÃ£o e 83 dias-multa, de modo que FIXO A PENA INTERMEDIÃRIA EM 05 (cinco) anos e 10 (meses) de reclusÃ£o e 583 (quinhentos e oitenta e trÃªs) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, ante nenhuma causa de aumento e de diminuiÃ§Ã£o da pena, FIXO EM DEFINITIVO a pena privativa de liberdade em 05 (cinco) anos e 10 (meses) de reclusÃ£o e 583 (quinhentos e oitenta e trÃªs) dias-multa, calculados no valor de 1/30 (um trinta avos) sobre o valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, determino que o condenado passe a cumprir a pena em REGIME SEMI-ABERTO, em casa penal competente, conforme o que dispÃµe o artigo 33, Â§1Âº, letra b, c/c Â§2Âº, letra b; e artigo 35 Â§1Âº e Â§2, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o regime de cumprimento da pena imposto, concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade da presente decisÃ£o. Â A multa deverÃ¡ ser cobrada em conformidade com o Artigo 50, do CÃ³digo Penal, devendo ser adotado o procedimento para cobranÃ§a do valor fixado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se a JustiÃ§a Eleitoral para fins de suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos do rÃ©u, de acordo com o previsto no inciso III, do artigo 15, da Carta PolÃ-tica Brasileira. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, determino Ã autoridade policial que providencie a incineraÃ§Ã£o da substÂncia apreendida no prazo de 30 (trinta) dias - se ainda nÃ£o tiver feito - devendo fazÃª-lo na presenÃ§a de Membro do MinistÃ©rio PÃºblico e da Autoridade SanitÃ¡ria competente, preservando-se amostra para eventual contraprova, de tudo lavrando-se o respectivo auto

circunstanciado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado a presente decisÃ£o: lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados e faÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes pertinentes, expedindo-se a Guia de ExecuÃ§Ã£o Criminal e documentos necessÃ¡rios Ã Vara de ExecuÃ§Ãµes Penais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o que mais for necessÃ¡rio ao fiel cumprimento desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â BELÃM - PARÃ, 22 de outubro de 2021 HORÃCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00200725120138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 AUTORIDADE POLICIAL:EDEN BENTES DA SILVADPC VITIMA:A. F. R. L. DENUNCIADO:JONNY MELO DOS SANTOS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . DECISÃO Cuida-se de aÃ§Ã£o penal que foi movida pelo MINISTÃRIO PÃBLICO do Estado do ParÃ¡ contra JHONNY MELO DOS SANTOS, jÃ¡ qualificado, por incidÃªncia na conduta tipificada no artigo 157, caput e art. 329, ambos do CPB. O rÃ©u foi condenado nas penas de privaÃ§Ã£o de liberdade de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e a de pagamento de multa em 10 (dez) dias-multa, pelo crime previsto no artigo 157, caput, do CPB, conforme sentenÃ§a exarada Ã s fls. 121/127 dos autos. A sentenÃ§a condenatÃ³ria transitou livremente em julgado, conforme certidÃ£o de fl. 173. O rÃ©u atÃ© a presente data nÃ£o compareceu em JuÃ-zo para cumprimento da pena a si imposta e conforme consta em certidÃ£o de fl. 174, o denunciado se encontra em local incerto e desconhecido deste juÃ-zo. Ã o que basta relatar. Decido. O rÃ©u JHONNY MELO DOS SANTOS foi denunciado, julgado e condenado pelo cometimento do crime constante do artigo 157, caput, do CPB, sendo-lhe fixadas as penas privativa de liberdade de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e pagamento de multa de 10 (dez) dias-multa, em regime aberto, de acordo com a sentenÃ§a de fls. 121/127 e mantida pelo AcÃ³rdÃ£o de nÂ° 213610/2020, tendo referida decisÃ£o transitado em julgado, conforme se vÃª da certidÃ£o de fl. 173; contudo, o condenado atÃ© a presente data, nÃ£o compareceu neste JuÃ-zo, a fim de dar cumprimento a sentenÃ§a prolatada, impossibilitando assim o inÃ-cio da execuÃ§Ã£o penal. O nÃ£o comparecimento do condenado em JuÃ-zo estÃ¡ prejudicando a aplicaÃ§Ã£o da lei penal. Â O condenado Ã© forÃ§oso convir, ao nÃ£o comparecer em JuÃ-zo, deixou evidenciado que nÃ£o deseja arcar com as consequÃªncias jurÃ-dico-penais de sua aÃ§Ã£o. A execuÃ§Ã£o estÃ¡ parada, situaÃ§Ã£o que, no entanto, nÃ£o pode se prolongar eternamente. Compreendo que a situaÃ§Ã£o do processo em exame, na atual fase, em que o rÃ©u nÃ£o Ã© encontrado, prejudica a execuÃ§Ã£o da pena imposta, em face da indiferenÃ§a do condenado em relaÃ§Ã£o Ã sentenÃ§a contra si prolatada, reclama, assim, deste JuÃ-zo a adoÃ§Ã£o de medidas enÃ©rgicas. Ã preciso convir que, no atual estÃ¡gio, a prisÃ£o do condenado Ã© a ultima ratio, nÃ£o hÃ¡ mais o que esperar. CONCLUSÃO Portanto por todas as consideraÃ§Ãµes supra, determino a PRISÃO POR FORÃA DE SENTENÃA CONDENATÃRIA TRANSITADA EM JULGADO do nacional JHONNY MELO DOS SANTOS, jÃ¡ qualificado, sobretudo e fundamentalmente, pelo fato do mesmo nÃ£o comparecer em JuÃ-zo, a fim de dar cumprimento a sentenÃ§a contra si prolatada Ã s fls. 121/127, demonstrando com isso sua real intenÃ§Ã£o de nÃ£o responder pelos seus atos, prejudicando a aplicaÃ§Ã£o de Lei penal. EXPEÃA-SE ORDEM DE PRISÃO contra o condenado JHONNY MELO DOS SANTOS, acautelando-se o feito na secretaria do JuÃ-zo, no aguardo da captura do mesmo para que possibilite a expediÃ§Ã£o de guia de recolhimento ao JuÃ-zo da ExecuÃ§Ã£o Penal. Determino ainda Ã senhora diretora de secretaria que semestralmente requeira informaÃ§Ãµes a autoridade policial competente acerca do cumprimento do Mandado de PrisÃ£o expedido em desfavor do condenado supra, bem como ao Sistema Penal, com o objetivo de sabemos se aquele faz parte da populaÃ§Ã£o carcerÃ¡ria do Estado. P.R e I. BelÃ©m - PA, 22 de outubro de 2021. HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito respondendo pela 3Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m-PA, conforme Portaria de nÂ° 3190/2021-GP, DJE 7230/2021 PROCESSO: 00086678120148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 26/10/2021 DENUNCIADO:MARIA DILCILENE COSTA RODRIGUES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:E. C. G. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu DENÃNCIA em face de MARIA DILCILENE COSTA RODRIGUES pela prÃ¡tica do delito tipificado no art. 129, Â§9Âº, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme denÃºncia, Ã s fls. 02/05: Â¿(...) que no dia 22/01/2014, por volta das 12h30min, a vÃ-tima EderÃ§o Campos Gomes encontrava-se na frente do IT Center, em companhia de sua namorada Karina Costa Santos, quando se deparou com sua companheira Maria Dilcilene Costa, esta passou a agredir Karina, tendo EderÃ§o apartado a briga. ApÃ³s o conflito, a vÃ-tima encaminhou-se a sua residÃªncia para buscar roupas e objetos pessoais, informando a Maria Dilcilene que queria a separaÃ§Ã£o, contudo esta nÃ£o aceitou o fato, passando a agredi-lo, provocando-lhe lesÃµes no rosto utilizando uma caneta (...). Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida Ã s fls. 06/07. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CitaÃ§Ã£o do acusado Ã s fls. 09 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 13. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de antecedentes Ã s fls. 17. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SuspensÃ£o Condicional do Processo oferecida e aceita, Ã s fls. 35/36. Entretanto a rÃ© nÃ£o cumpriu os termos do acordo assumido, tendo sido o benefÃ-cio revogado, Ã fl. 56 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia e instruÃ§Ã£o e julgamento Ã s fls. 69, ocasiÃ£o na qual foi ouvida a testemunha Josineide Campos da Silva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em memoriais finais, Ã s fls. 73/80, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a absolviÃ§Ã£o da acusada, em virtude da fragilidade probatÃ³ria dos autos, com fundamento no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa, Ã s fls. 81/86, em memorias finais, requereu a absolviÃ§Ã£o da acusada conforme o art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, este JuÃ-zo, examinando minuciosamente as provas colhidas, entende pela absolviÃ§Ã£o da acusada quanto ao crime previsto no art. 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SenÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada mediante depoimentos da testemunha e da vÃ-tima, fls. 05/08, em conjunto com Exame de Corpo de Delito de LesÃ£o Corporal, Ã fl. 44, do IPL, que concluiu por ofensa Ã integridade corporal por aÃ§Ã£o contundente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, pelos elementos de prova reunidos nos autos, nÃ£o hÃ¡ que se admitir qualquer dÃºvida quanto Ã existÃªncia material do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã autoria, a prova testemunhal restou insuficiente quanto Ã comprovaÃ§Ã£o de autoria delitiva por parte da rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Josineide Campos da Silva, irmÃ£ da vÃ-tima, declarou em juÃ-zo que estava em sua residÃªncia quando seu irmÃ£o chegou, via mototÃ¡xi, com sangramento, porque sua esposa tinha o furado com uma caneta na barriga ao avistÃ¡-lo com amante. Que entÃ£o foi Ã casa de sua cunhada para buscar os pertences de seu irmÃ£o, momento que a rÃ© tambÃ©m a agrediu. Respondeu que o casal jÃ¡ vivia uma relaÃ§Ã£o conturbada e que, atualmente, nÃ£o estÃ£o mais juntos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentindo, a Ãºnica testemunha que compareceu em juÃ-zo prestou depoimento divergente em relaÃ§Ã£o Ã conclusÃ£o de prova material, pois ressaltou que a rÃ© feriu a vÃ-tima mediante golpe de caneta em sua barriga, enquanto que o laudo pericial nÃ£o concluiu por lesÃµes nessa regiÃ£o. Ademais, ressalte-se que a irmÃ£ da vÃ-tima nÃ£o Ã© testemunha ocular dos fatos a fim de esclarecer, de forma cristalina, o ocorrido. Diante disso, a fundamentaÃ§Ã£o de provas restou prejudicada, pois a declaraÃ§Ã£o da testemunha nÃ£o foi suficiente para um Ã©dito condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, em virtude da ausÃªncia de provas sÃ³lidas na instruÃ§Ã£o processual, o conjunto probatÃ³rio restou impreciso, porque os elementos informativos presentes no inquÃ©rito policial nÃ£o foram ratificados em juÃ-zo, sob o crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesa, de forma que, em situaÃ§Ãµes como essa, a absolviÃ§Ã£o Ã© medida de que impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, considero as provas insuficientes para a comprovaÃ§Ã£o de autoria delitiva por parte da acusada Maria Dilcilene Costa Rodrigues. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante trazer Ã baila o art. 155 do CÃ³digo de Processo Penal que assevera que: Â¿o juiz formarÃ¡ sua convicÃ§Ã£o pela livre apreciaÃ§Ã£o da prova produzida em contraditÃ³rio judicial, nÃ£o podendo fundamentar sua decisÃ£o exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigaÃ§Ã£o, ressalvadas as provas cautelares, nÃ£o repetÃ-veis e antecipadasÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Existem, pois, dÃºvidas de que o acusada tenha sido autora do delito que lhe Ã© imputado, posto que nÃ£o fora produzida prova na AÃ§Ã£o Penal que viesse a confirmar os elementos de prova constantes no inquÃ©rito policial e, portanto, capaz de me induzir a um decreto condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, ante a ausÃªncia de conjunto fÃ¡tico-probatÃ³rio coeso e harmÃ´nico capaz de indicar a autoria delitiva, impÃµe-se a observÃ¢ncia Â¿in dubio pro reoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: EMENTA: APELAÃÃO CRIMINAL. ART. 129, Â§3Âº, DO CÃDIGO PENAL. ABSOLVIÃÃO. NECESSIDADE. CONJUNTO PROBATÃRIO FRÃGIL. PRINCÃPIO DO IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÃÃO QUE SE IMPÃE. RECURSO PROVIDO. 1. No processo criminal, vigora o princÃ-pio segundo o qual a prova, para alicerÃ§ar um decreto condenatÃ³rio, deve ser irretorquÃ-vel, cristalina e indiscutÃ-vel. 2. Se o contexto probatÃ³rio se mostra frÃ¡gil a embasar a condenaÃ§Ã£o do acusado, insurgindo dÃºvida acerca da autoria do fato descrito na denÃºncia, imperiosa Ã© a absolviÃ§Ã£o, consoante princÃ-pio do in dubio pro reo. 3. Recurso conhecido e provido, Ã unanimidade. (TJ-PA - APR: 00072988620088140401 BELÃM, Relator: RAIMUNDO HOLANDA REIS, Data de Julgamento: 06/09/2018, 3Âª TURMA DE DIREITO PENAL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 11/09/2018) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo procedente o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico e da Defesa para ABSOLVER a acusada MARIA DILCILENE COSTA RODRIGUES nos termos do art. 386, VII do CÃ³digo de Processo

Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, procedam-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BELÃM - PA, 26 de outubro de 2021 HORÃCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00102061420168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNOBIO BATISTA TOCANTIS NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/10/2021 VITIMA:J. M. L. DENUNCIADO:JONILSON AZEVEDO FARAH Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . EDITAL DE INTIMAÃÃO PRAZO 90 DIAS A Dra. CRISTINA SANDOVAL COLLYER, JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m, FAZ SABER ao nacional JONILSON AZEVEDO FARAH, brasileiro, nascido em 12/11/1982, filho de William Azevedo Farah e Raimunda Lima Costa, residente Ã Ã©poca dos fatos Ã Quadra 06, nÂº 56, bairro Che Guevara, Marituba/PA e, nÃ£o sendo encontrado para ser intimado, expede-se o presente Edital INTIMANDO-O para que compareÃ§a a este JuÃ-zo no prazo de 90 (noventa) dias, a fim de tomar ciÃªncia da sentenÃ§a prolatada nos autos do Processo nÂº 0010206-14.2016.8.14.0401 que em 22/09/2021 CONDENOU O RÃU pelo crime previsto no art. 157, caput, e art. 307, caput, nos termos do art. 69, do CPB. Ficando ciente tambÃ©m que poderÃ¡ interpor apelaÃ§Ã£o da decisÃ£o, retro mencionada no prazo de 05 (cinco) dias apÃ³s findo o prazo supramencionado. BelÃ©m (PA), 26 de outubro de 2021. Eu, ArnÃ³bio B. T. Neto, Analista JudiciÃ¡rio, lotado na Secretaria da 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m, o digitei. HORÃCIO LOBATO DE MIRANDA NETO Juiz de Direito respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00367654220158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNOBIO BATISTA TOCANTIS NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/10/2021 DENUNCIADO:ORLANDO FRANCISCO XAVIER FERREIRA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:C. F. B. DENUNCIADO:RAI DOUGLAS MORAES RODRIGUES Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . EDITAL DE INTIMAÃÃO PRAZO 90 DIAS A Dra. CRISTINA SANDOVAL COLLYER, JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m, FAZ SABER ao nacional RAI DOUGLAS MORAES RODRIGUES, brasileiro, nascido em 10/11/1979, filho de JosÃ© Maria Gomes Rodrigues e Silvana de Menezes Moraes, residente Ã Ã©poca dos fatos Ã Conj. CDP, Quadra 10, nÂº 87, Val-de-Cans, BelÃ©m/PA e, nÃ£o sendo encontrado para ser intimado, expede-se o presente Edital INTIMANDO-O para que compareÃ§a a este JuÃ-zo no prazo de 90 (noventa) dias, a fim de tomar ciÃªncia da sentenÃ§a prolatada nos autos do Processo nÂº 00367654220158140401 que em 24/09/2021 CONDENOU O RÃU pelo crime previsto no art. 157, Â§2Âº, II do CPB. Ficando ciente tambÃ©m que poderÃ¡ interpor apelaÃ§Ã£o da decisÃ£o, retro mencionada no prazo de 05 (cinco) dias apÃ³s findo o prazo supramencionado. BelÃ©m (PA), 26 de outubro de 2021. Eu, ArnÃ³bio B. T. Neto, Analista JudiciÃ¡rio, lotado na Secretaria da 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m, o digitei. HORÃCIO LOBATO DE MIRANDA NETO Juiz de Direito respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00240543920148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 DENUNCIADO:EWERTON CARLOS DOS SANTOS CORREA DENUNCIADO:JOSIAS PINHEIRO CARDOSO Representante(s): OAB 28368 - ALLAN KARDEC FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:WESLEY RIAN MENDES BARBOSA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:A. S. S. VITIMA:G. M. M. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu DENÃNCIA em face de EWERTON CARLOS DOS SANTOS CORREA, JOSIAS PINHEIRO CARDOSO e WESLEY RIAN MENDES BARBOSA pela prÃ¡tica do delito tipificado no art. 157, Â§2Âº, I, II e V, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia relata, Ã s fls. 02/05, que: (...) que, no dia 10 de dezembro de 2014, por volta de 07h30min, a vÃ-tima Antonio da Silva Sampaio, juntamente com sua esposa Glaucia Moraes Mendes, encontrava-se em via pÃºblica na Av. Arthur Bernardes, final da rua C, fundos, na conduÃ§Ã£o de seu veÃ-culo Siena, placa JVP-5404-PA, quando foi abordado por trÃªs homens, os denunciados. Na ocasiÃ£o, mediante grave ameaÃ§a exercida com emprego de arma de fogo, os meliantes anunciaram o assalto. Ato contÃ-nuo, Josias assumiu o controle do automÃ³vel juntamente com Ewerton, enquanto que as vitimas foram para o banco traseiro do veÃ-culo, sob ameaÃ§a de Wesley. Nesse Ã-nterim, os agentes realizaram a subtraÃ§Ã£o dos pertences das vÃ-timas, sendo dois aparelhos celulares, dois relÃ³gios de pulso, uma alianÃ§a e a importÃ¢ncia de trezentos reais. Durante toda a empreitada, os agentes mantiveram as vÃ-timas como refÃ©ns, restringindo-lhes a liberdade sob a mira de armas de fogo. AlÃ©m disso, durante a empreitada criminosa, os agentes obrigaram as vÃ-timas a realizar saques, e depois de nÃ£o conseguirem realizar assalto a estabelecimentos comerciais, mandaram que as vÃ-timas descessem do veÃ-culo e fugissem do local, vindo, posteriormente, a abandonar o veÃ-culo prÃ³ximo Ã Rua Dois IrmÃ£os. As vÃ-tima

se dirigiram Ã delegacia, sendo que os policiais mostraram fotos de possÃ-veis suspeitos Ã s vÃ-timas, tendo estas reconhecido os ora denunciados. (...)Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida Ã s fl. 06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u Ewerton Carlos dos Santos Correa possuiu sua punibilidade extinta em razÃ£o de morte, Ã s fls. 36/37. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CitaÃ§Ã£o do acusado Wesley Rian Mendes Barbosa Ã s fl. 54 e Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o Ã s fls. 55/59. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CitaÃ§Ã£o do acusado Josias Pinheiro Cardoso Ã fl. 103-A e Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o Ã s fls. 107/117. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de antecedentes de Wesley Rian Mendes Barbosa Ã s fls. 61 e CertidÃ£o de antecedentes de Josias Pinheiro Cardoso Ã fl. 150. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia e instruÃ§Ã£o e julgamento Ã s fls. 163/166, ocasiÃ£o na qual foram realizadas a oitiva da vÃ-tima Glaucia Moraes Mendes e da informante Maria JosÃ© Batista Chaves, bem como tambÃ©m foi realizado o interrogatÃ³rio do rÃ©u Josias Pinheiro Cardoso. O interrogatÃ³rio do rÃ©u Wesley Rian Mendes Barbosa restou prejudicado em razÃ£o de ter sido de declarada a rua revelia, Ã fl. 91. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em Memoriais Finais, Ã s fls. 166/170, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o dos rÃ©us Josias Pinheiro Cardoso e Wesley Rian Mendes Barbosa, nas sanÃ§Ãµes punitivas descritas no art. 157, Â§2Âº, I, II e V, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa de Wesley Rian Mendes Barbosa, Ã s fls. 171/175, em Memoriais Finais, requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado conforme o art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa de Josias Pinheiro Cardoso, Ã s fls. 177/185, em Memorias Finais, requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado conforme o art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, este JuÃ-zo, examinando minuciosamente as provas colhidas, entende pela absolviÃ§Ã£o dos acusados Wesley Rian Mendes Barbosa e Josias Pinheiro Cardoso quanto ao crime previsto no art. 157, Â§2Âº, I e II e V, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SenÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada mediante Boletim de OcorrÃªncia, Ã s fls. 04, Termos de Depoimento, juntados ao IPL e depoimentos colhidos em juÃ-zo Ã s fls. 166. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, pelos elementos de prova reunidos nos autos, nÃ£o hÃ¡ que se admitir qualquer dÃºvida quanto Ã existÃªncia material do crime tal como relato na exordial acusatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã comprovaÃ§Ã£o de autoria, as provas produzidas em instruÃ§Ã£o e julgamento restaram insuficientes para um decreto condenatÃ³rio, isto porque nÃ£o foi comprovado, de forma cristalina, que os denunciados sÃ£o os verdadeiros autores do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-que as provas produzidas em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento restaram vagas, uma vez que foram colhidos somente o depoimento da vÃ-tima Glaucia Moraes Mendes - que nÃ£o ratificou o reconhecimento do rÃ©u Josias -, o depoimento de uma informante e o interrogatÃ³rio do rÃ©u Josias, que negou a autoria delitiva, estando ausentes depoimentos de testemunhas, logo sem demais provas para uma condenaÃ§Ã£o. Vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima Glaucia Moraes Mendes narrou em juÃ-zo que estava no carro, em companhia de seu marido, quando, Ã s 07h30 da manhÃ£, trÃªs indivÃ-duos os abordaram, mandando parar o carro. Que foram obrigados a parar o carro porque o veÃ-culo estava em baixa velocidade em decorrÃªncia de buracos na rua. Que entraram no carro, sendo um indivÃ-duo no volante, outro no carona, enquanto o terceiro se sentou no banco de trÃ¡s, entre ela e seu marido. Que comeÃ§aram a Â¿rodarÂ¿ com o carro, com o intuito de assaltar postos de gasolina e farmÃ¡cias, fazendo ameaÃ§as. Que, em determinado momento, iriam parar para assaltar um posto de gasolina, mas nÃ£o realizaram o ato porque tinha um seguranÃ§a no local. Que um indivÃ-duo estava portando um revÃ³lver. Que subtraÃ-ram relÃ³gios, celulares e dinheiro seu e de seu marido. Que, entre 08h30 e 09h00 da manhÃ£, mandaram descer do carro na comunidade Dois IrmÃ£os, na Arthur Bernardes, e seguiram com o carro. Que pediram auxÃ-lio para um taxista e ele acionou a polÃ-cia. Que, na delegacia, a autoridade policial apresentou fotos de indivÃ-duos, momento que reconheceu os denunciados. Que a polÃ-cia encontrou o carro abandonada. Que, apÃ³s um mÃªs, foi chamada na delegacia e fez reconhecimento via fotografia, mas que nÃ£o se lembra se reconheceu trÃªs ou dois indivÃ-duos. Que, atualmente, nÃ£o Ã© mais capaz de realizar reconhecimento. Que dos objetos subtraÃ-dos, somente o carro foi recuperado. Que seu marido faz tratamento para depressÃ£o desde o ocorrido. Respondeu que, na delegacia, reconheceu de imediato o acusado Josias mediante fotografia. Que Josias quem conduzia o veÃ-culo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A informante Maria JosÃ© Batista Chaves, vizinha do rÃ©u Josias, declarou em juÃ-zo que, no dia e hora do ocorrido, o acusado estava realizando serviÃ§o como pedreiro em sua residÃªncia. Que chegou por volta de 06hrs da manhÃ£ e saiu por volta de 19hrs. Que estava trabalhando em sua residÃªncia por volta de 20 dias e que nunca o viu dirigindo veÃ-culo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado Josias Pinheiro Cardoso, em seu interrogatÃ³rio, negou a acusaÃ§Ã£o. Respondeu que nÃ£o conhece os demais acusados. Afirmou que no

dia do fato estava trabalhando na casa da Dona Maria. Respondeu que nÃ£o sabe dirigir veÃ-culo e que, estava em sua residÃªncia, quando a polÃ-cia chegou e o levou para delegacia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante das declaraÃ§Ãµes colhidas judicialmente, este JuÃ-zo entende que, embora a prova material do crime seja inquestionÃ¡vel, nÃ£o hÃ¡ provas suficientes de autoria. A vÃ-tima Glaucia Moraes Mendes narrou de forma detalhada a materialidade do delito e suas circunstÂ¢ncias fÃ¡ticas, entretanto, afirmou nÃ£o se recordar da fisionomia do acusado Josias Pinheiro Cardoso para que pudesse fazer o referido reconhecimento do rÃ©u, que estava presente em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nota-se que, embora a vÃ-tima tenha enfatizado realizar o reconhecimento dos rÃ©us em inquÃ©rito policial, mediante fotografia apresentada pela autoridade policial, este reconhecimento nÃ£o evidencia prova segura de autoria delitiva, porque nÃ£o foi corroborado, em juÃ-zo, sob a observÂ¢ncia procedimental do art. 226, do CÃ³digo de Processo Penal. Ademais, nÃ£o hÃ¡, nos autos, demais provas que pudessem confirmar que os acusados Josiais e Wesley sÃ£o os verdadeiros autores do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim Ã© de recente entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a acerca de reconhecimento realizado em fase inquisitiva, nÃ£o ratificado em fase judicial, conforme HABEAS CORPUS NÂº 652.284 - SC (2021/0076934-3): HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÃPRIO. ROUBO. RECONHECIMENTO FOTOGRÃFICO E PESSOAL REALIZADOS EM SEDE POLICIAL. INOBSERVÃNCIA DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 226 DO CPP. INVALIDADE DA PROVA. MUDANÃA DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL SOBRE O TEMA. AUTORIA ESTABELECIDA UNICAMENTE COM BASE EM RECONHECIMENTO EFETUADO PELA VÃTIMA. ABSOLVIÃÃO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO, DE OFÃCIO. 1. O Superior Tribunal de JustiÃ§a, alinhando-se Ã nova jurisprudÃªncia da Corte Suprema, tambÃ©m passou a restringir as hipÃ³teses de cabimento do habeas corpus, nÃ£o admitindo que o remÃ©dio constitucional seja utilizado em substituiÃ§Ã£o ao recurso ou aÃ§Ã£o cabÃ-vel, ressalvadas as situaÃ§Ãµes em que, Ã vista da flagrante ilegalidade do ato apontado como coator, em prejuÃ-zo da liberdade do paciente, seja cogente a concessÃ£o, de ofÃ-cio, da ordem de habeas corpus. (AgRg no HC 437.522/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 15/06/2018) 2. A jurisprudÃªncia desta Corte vinha entendendo que "as disposiÃ§Ãµes contidas no art. 226 do CÃ³digo de Processo Penal configuram uma recomendaÃ§Ã£o legal, e nÃ£o uma exigÃªncia absoluta, nÃ£o se cuidando, portanto, de nulidade quando praticado o ato processual (reconhecimento pessoal) de forma diversa da prevista em lei" (AgRg no AREsp n. 1.054.280/PE, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÃNIOR, Sexta Turma, DJe de 13/6/2017). Reconhecia-se, tambÃ©m, que o reconhecimento do acusado por fotografia em sede policial, desde que ratificado em juÃ-zo, sob o crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesa, pode constituir meio idÃ´neo de prova apto a fundamentar atÃ© mesmo uma condenaÃ§Ã£o. 3. Recentemente, no entanto, a Sexta Turma desta Corte, no julgamento do HC 598.886 (Rel. Min. RogÃ©rio Schietti Cruz, DJe de 18/12/2020, revisitando o tema, propÃ´s nova interpretaÃ§Ã£o do art. 226 do CPP, para estabelecer que Â¿O reconhecimento de pessoa, presencialmente ou por fotografia, realizado na fase do inquÃ©rito policial, apenas Ã© apto, para identificar o rÃ©u e fixar a autoria delitiva, quando observadas as formalidades previstas no art. 226 do CÃ³digo de Processo Penal e quando corroborado por outras provas colhidas na fase judicial, sob o crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesaÂ¿. 4. Uma reflexÃ£o aprofundada sobre o tema, com base em uma compreensÃ£o do processo penal de matiz garantista voltada para a busca da verdade real de forma mais segura e precisa, leva a concluir que, com efeito, o reconhecimento (fotogrÃ¡fico ou presencial) efetuado pela vÃ-tima, em sede inquisitorial, nÃ£o constitui evidÃªncia segura da autoria do delito, dada a falibilidade da memÃ³ria humana, que se sujeita aos efeitos tanto do esquecimento, quanto de emoÃ§Ãµes e de sugestÃµes vindas de outras pessoas que podem gerar Â¿falsas memÃ³riasÂ¿, alÃ©m da influÃªncia decorrente de fatores, como, por exemplo, o tempo em que a vÃ-tima esteve exposta ao delito e ao agressor; o trauma gerado pela gravidade do fato; o tempo decorrido entre o contato com o autor do delito e a realizaÃ§Ã£o do reconhecimento; as condiÃ§Ãµes ambientais (tais como visibilidade do local no momento dos fatos); estereÃ³tipos culturais (como cor, classe social, sexo, etnia etc.). 5. Diante da falibilidade da memÃ³ria seja da vÃ-tima seja da testemunha de um delito, tanto o reconhecimento fotogrÃ¡fico quanto o reconhecimento presencial de pessoas efetuado em sede inquisitorial devem seguir os procedimentos descritos no art. 226 do CPP, de maneira a assegurar a melhor acuidade possÃ-vel na identificaÃ§Ã£o realizada. Tendo em conta a ressalva, contida no inciso II do art. 226 do CPP, a colocaÃ§Ã£o de pessoas semelhantes ao lado do suspeito serÃ¡ feita sempre que possÃ-vel, devendo a impossibilidade ser devidamente justificada, sob pena de invalidade do ato. 6. O reconhecimento fotogrÃ¡fico serve como prova apenas inicial e deve ser ratificado por reconhecimento presencial, assim que possÃ-vel. E, no caso de uma ou ambas as formas de reconhecimento terem sido efetuadas, em sede inquisitorial, sem a observÂ¢ncia (parcial ou total) dos preceitos do art. 226 do CPP e sem justificativa idÃ´nea para o descumprimento do rito processual, ainda que confirmado em juÃ-zo, o reconhecimento

falho se revelarÃ¡ incapaz de permitir a condenaÃ§Ã£o, como regra objetiva e de critÃ©rio de prova, sem corroboraÃ§Ã£o do restante do conjunto probatÃ³rio, produzido na fase judicial. 7. Caso concreto: situaÃ§Ã£o em que a autoria de crime de roubo foi imputada ao rÃ©u com base exclusivamente em reconhecimento fotogrÃ¡fico e pessoal efetuado pela vÃ-tima em sede policial, sem a observÂncia dos preceitos do art. 226 do CPP, e muito embora tenha sido ratificado em juÃ-zo, nÃ£o encontrou amparo em provas independentes. Configura induzimento a uma falsa memÃ³ria, o fato de ter sido o marido da vÃ-tima, que Ã© delegado, o responsÃ¡vel por chegar Ã primeira foto do suspeito, supostamente a partir de informaÃ§Ãµes colhidas de pessoas que trabalhavam na rua em que se situava a loja assaltada, sem que tais pessoas jamais tenham sido identificadas ou mesmo chamadas a testemunhar. Revela-se impreciso o reconhecimento fotogrÃ¡fico com base em uma Ãºnica foto apresentada Ã vÃ-tima de pessoa bem mais jovem e com traÃ§os fisionÃ´micos diferentes dos do rÃ©u, tanto mais quando, no curso da instruÃ§Ã£o probatÃ³ria, ficou provado que o rÃ©u havia se identificado com o nome de seu irmÃ£o. Tampouco o reconhecimento pessoal em sede policial pode ser reputado confiÃ¡vel se, alÃ©m de ter sido efetuado um ano depois do evento com a apresentaÃ§Ã£o apenas do rÃ©u, a descriÃ§Ã£o do delito demonstra que ele durou poucos minutos, que a vÃ-tima nÃ£o reteve caracterÃ-sticas marcantes da fisionomia ou da compleiÃ§Ã£o fÃ-sica do rÃ©u e teve suas lembranÃ§as influenciadas tanto pelo decurso do tempo quanto pelo trauma que afirma ter sofrido com o assalto. 8. Tendo a autoria do delito sido estabelecida com base unicamente em questionÃ¡vel reconhecimento fotogrÃ¡fico e pessoal feito pela vÃ-tima, deve o rÃ©u ser absolvido. 9. Habeas corpus nÃ£o conhecido. Ordem concedida de ofÃ-cio, para absolver o paciente (STJ - HC: HC 652284 SC 2021/0076934-3, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJ 03/05/2021) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, por todo o exposto, considero as provas insuficientes para a comprovaÃ§Ã£o de autoria do delito por parte dos acusados Josias Pinheiro Cardoso e Wesley Rian Mendes Barbosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante trazer Ã baila o art. 155 do CÃ³digo de Processo Penal que assevera que: Â¿o juiz formarÃ¡ sua convicÃ§Ã£o pela livre apreciaÃ§Ã£o da prova produzida em contraditÃ³rio judicial, nÃ£o podendo fundamentar sua decisÃ£o exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigaÃ§Ã£o, ressalvadas as provas cautelares, nÃ£o repetÃ-veis e antecipadasÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Existem, pois, dÃºvidas de que os acusados tenham sido autores do delito que lhe Ã© imputado, posto que nÃ£o fora produzida prova na AÃ§Ã£o Penal, sob o crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesa, que viesse a confirmar os elementos de prova constantes no inquÃ©rito policial e, portanto, capaz de me induzir a um decreto condenatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, ante a ausÃªncia de conjunto fÃ¡tico-probatÃ³rio coeso e harmÃ´nico capaz de indicar a autoria delitiva, impÃµe-se a absolviÃ§Ã£o em observÂncia Â¿in dubio pro reoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: EMENTA: ROUBO QUALIFICADO - AUTORIA DELITIVA NÃO COMPROVADA - FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÃRIO - ABSOLVIÃÃO - NECESSIDADE - RESPEITO AO PRINCÃPIO DO IN DUBIO PRO REO. Se o juiz nÃ£o possui provas sÃ³lidas para a formaÃ§Ã£o do seu convencimento, sem poder indicÃ¡-las na fundamentaÃ§Ã£o da sua sentenÃ§a, o Ãºnico caminho Ã© a absolviÃ§Ã£o, por forÃ§a do princÃ-pio do in dubio pro reo. (TJ-MG - APR: 10134120024051001 MG, Relator: Fernando Caldeira Brant, Data de Julgamento: 08/05/2019, Data de PublicaÃ§Ã£o: 15/05/2019) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo procedente o pedido da Defesa para ABSOLVER os acusados JOSIAS PINHEIRO CARDOSO e WESLEY RIAN MENDES BARBOSA nos termos do art. 386, VII do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂnsito em julgado, procedam-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BELÃM - PA, 27 de outubro de 2021 HORÃCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00159794520138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 AUTORIDADE POLICIAL:ROSALINA DE MORAES ARRAES - DELAGADA PC DENUNCIADO:ALAN BORGES VERAS Representante(s): OAB 0000 - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) VITIMA:P. T. M. D. S. . SENTENÃA Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu DENÃNCIA em face de ALAN BORGES VERAS pela prÃ¡tica do delito tipificado no art. 157, Â§2Âº, I e II, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segunda a denÚncia, Ã s fls. 02/04:Â Â¿(...) que no dia 11 de julho de 2013, por volta de 21h13min, a vÃ-tima Pedro Thiago Miranda Duarte de Souza dirigia seu veÃ-culo GM/CORSA CLASSIC na companhia de seu irmÃ£o Valdemar Teixeira de Souza Neto pela rua Djalma Dutra com a Trav. 14 de marÃ§o quando foi abordada pelo denunciado e mais duas pessoas atÃ© o momento nÃ£o identificadas, que mediante o uso de arma, abordaram a vÃ-tima e lhe subtraÃ-ram o seu carro. ApÃ³s a prÃ¡tica do delito, a vÃ-tima, o seu irmÃ£o e algumas pessoas que passavam pelo local, saÃ-ram em

perseguiÃ§Ã£o aos assaltantes. A PolÃ-cia Militar foi acionada e apÃ³s a perseguiÃ§Ã£o policial, o denunciado Alan Borges Vera foi preso e encontrado em seu poder um revÃ³lver calibre .32 marca Taurus municiados com dois cartuchos e o veÃ-culo recuperado com avarias. (...).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida Ã s fls. 06/07. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CitaÃ§Ã£o do rÃ©u Alan Borges Veras, Ã fl. 18. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 31/33. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de antecedentes do rÃ©u Ã s fl. 134. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia e instruÃ§Ã£o e julgamento Ã s fls. 70/73, ocasiÃ£o na qual foram ouvidas as testemunhas Jony Aelson Padilha de Oliveira e Jenilson Figueiredo de Menezes. Em audiÃªncia de continuaÃ§Ã£o, Ã s fls. 117/119, foi realizada a oitiva da vÃ-tima Valdemar Teixeira de Souza Neto. O interrogatÃ³rio do rÃ©u restou prejudicado em razÃ£o de ter sido declarada sua revelia, Ã fl. 111. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em memoriais finais, Ã s fls. 120/123, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u Alan Borges Veras, posto haver comprovada a autoria e materialidade do delito, na sanÃ§Ã£o punitiva do art. 157, Â§2Âº, I e II, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa, em memoriais finais, Ã s fls. 124/133, requereu a absolviÃ§Ã£o do rÃ©u Alan Borges Veras, com base no art. 386, inciso VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, este JuÃ-zo, examinando minuciosamente as provas colhidas, entende comprovadas a materialidade e a autoria quanto ao crime previsto no art. 157, Â§2Âº, II, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro. SenÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada mediante Depoimentos de Condutor, Testemunhas, VÃ-timas e Indiciado, juntados Ã s fls. 02/06, do IPL, em conjunto com Auto de ApresentaÃ§Ã£o e ApreensÃ£o de Objeto, Ã fl. 17, do IPL, que apreendeu uma arma de fogo tipo revolver, marca Taurus n. 725127, Cal. 32 com dois cartuchos intactos de mesmo calibre. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, pelos elementos de prova reunidos nos autos, nÃ£o hÃ¡ que se admitir qualquer dÃºvida quanto Ã existÃªncia material do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã de autoria delitiva, as provas testemunhais, produzidas em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, foram harmÃ´nicas, coerentes e suficientes para a comprovaÃ§Ã£o de autoria por parte do rÃ©u Alan Borges Veras. Vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Jony Aelson Padilha de Oliveira, policial militar, narrou em juÃ-zo que soube de uma ocorrÃªncia acerca de assalto no canal da Djalma com a 14. Que estava na viatura, junto ao soldado Figueiredo, e que se deslocaram atÃ© o local. Que prÃ³ximo ao local, um taxista informou que ocorreu assalto no veÃ-culo Corsa Sedan e que tinha trÃªs indivÃ-duos no interior do carro, que foi feita a perseguiÃ§Ã£o, feito cerco com apoio de outras viaturas, de modo que dois indivÃ-duos foram detidos, enquanto que o terceiro tomou fuga. Que, com o acusado, foi encontrado o celular da vÃ-tima e uma arma de fogo .32 com duas muniÃ§Ãµes. Que o acusado confessou a autoria delitiva na delegacia. Que a vÃ-tima reconheceu o acusado. Que o acusado foi detido em momento que tentou empreender fuga. Que o outro agente detido era menor de idade. Que avistou o acusado jogando a arma prÃ³ximo a um veÃ-culo quando tentou empreender fuga. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Jenilson Figueiredo de Menezes, policial militar, declarou em juÃ-zo que recebeu a ocorrÃªncia, via CIOP, acerca de assalto de veÃ-culo na 14 de marÃ§o, com a Djalma. Que se dirigiram ao local e iniciaram perseguiÃ§Ã£o ao veÃ-culo roubado. Que os agentes saÃ-ram do carro e tentaram empreender fuga. Que o acusado foi detido, que estava com calibre .32, com uma ou duas muniÃ§Ãµes. Que avistou o acusado deixando a arma de fogo prÃ³ximo a um pneu de veÃ-culo. Que se nÃ£o recorda acerca do concurso de agentes em razÃ£o de ter realizado diligÃªncias semelhantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O informante Valdemar Teixeira de Souza Neto, irmÃ£o da vÃ-tima, declarou em juÃ-zo que estava dentro do carro no momento do ocorrido. Que, neste dia, ele e seu irmÃ£o saÃ-ram para lanchar e que na Djalma, trÃªs rapazes abordaram o carro, sendo que um deles estava com arma de fogo, bateu na porta do motorista com arma, ameaÃ§ando que caso nÃ£o saÃ-sse do veÃ-culo, iria atirar. Que saÃ-ram do veÃ-culo e que, de imediato passou uma viatura, iniciando a perseguiÃ§Ã£o. Que avistaram a direÃ§Ã£o que os agentes tomaram com o veÃ-culo e alertaram a viatura. Que a perseguiÃ§Ã£o durou em torno de vinte minutos. Que os agentes foram capturados porque o carro quebrou no momento da perseguiÃ§Ã£o. Que dois agentes foram detidos, enquanto o terceiro tomou fuga. Que reconheceu os agentes na delegacia. Que recuperou o carro e a carteira, enquanto que seu celular nÃ£o foi recuperado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante das declaraÃ§Ãµes colhidas, infere-se que as testemunhas, na qualidade de policiais militares, narraram de forma detalhada a circunstÂncia do fato delituoso, bem como declararam que o rÃ©u foi detido em flagrante, apÃ³s abandonar o veÃ-culo da vÃ-tima e tentar empreender fuga. Ademais, a testemunha Jony Aleson e o irmÃ£o da vÃ-tima Valdemar confirmaram que foram trÃªs agentes que participaram do delito, comprovando o concurso de agentes. AlÃ©m disso, as declaraÃ§Ãµes foram harmÃ´nicas ao afirmar que o agente portava arma de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, nota-se

que o flagrante ocorreu logo apÃ³s o cometimento do delito, tendo os policiais avistado o rÃ©u saindo do carro roubado e o irmÃ£o da vÃ-tima feito seu reconhecimento na delegacia, fatos que corroboraram de forma unÃ¢nime para o fundamento probatÃ³rio de autoria do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, diante dos elementos colhidos judicialmente, considero as provas suficientes para a comprovaÃ§Ã£o de autoria do delito de roubo majorado por parte do rÃ©u Alan Borges Veras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MAJORANTE DE CONCURSO DE PESSOAS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficou comprovado no decorrer da instruÃ§Ã£o processual que o crime foi cometido em concurso de pessoas, conforme se aufere dos depoimentos colhidos em inquÃ©rito e em juÃ-zo, de forma que considero a incidÃªncia da causa de aumento do art. 157, Â§2Âº, II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acerca da majorante por emprego de arma de fogo, entrou em vigor a Lei 13.654/18, que tornou mais severa a pena para o roubo na qual se emprega arma de fogo. Nesse sentindo, considerando que a lei entrou em vigor apÃ³s o cometimento do delito em questÃ£o e tratando-se de lex gravior, aplico a lei vigente ao tempo do crime, tendo em vista que a alteraÃ§Ã£o legislativa Ã© prejudicial ao rÃ©u e nÃ£o poderÃ¡ ser aplicada aos crimes praticados antes da sua entrada em vigor, em observÂ¢ncia ao princÃ-pio da anterioridade, corolÃ¡rio do princÃ-pio da legalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, encontram-se provadas a materialidade e a autoria do delito previsto no 157, Â§2Âº, II, do CÃ³digo Penal Brasileiro, razÃ£o pela qual JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR o acusado ALAN BORGES VERAS nas sanÃ§Ãµes punitivas relativas ao delito tipificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA DOSIMETRIA DA PENA DO RÃU Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atenta Ã s diretrizes do artigo 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica, ao artigo 68 do CÃ³digo Penal Brasileiro e Ã s circunstÂ¢ncias judiciais do artigo 59 do mesmo Diploma Legal, passo Ã individualizaÃ§Ã£o e fixaÃ§Ã£o das penas a serem impostas ao rÃ©u: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, uma vez que nÃ£o praticou conduta de maior ou menor censurabilidade. Para tanto: Â¿Na dosimetria basilar, a culpabilidade do agente diz respeito Ã maior ou menor reprovabilidade da conduta, nÃ£o se confundindo com a culpabilidade como elemento do crime, que Ã© composta pela imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa.Â¿ (SÃºmula nÂº 19/TJ-PA (Res.9/2016 - DJ. NÂº 5931/2016, 16/3/2016) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u registra antecedentes criminais com trÂ¢nsito em julgado em data posterior ao delito do fato (processo n. 0036870-19.2014.8.14.0401). Nesse sentindo, em consonÂ¢ncia ao artigo 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, ao que dispÃµe a SÃºmula 444 do STJ e a SÃºmula 241 do STJ, os antecedentes criminais serÃ£o considerados negativos, porque, conforme consonÂ¢ncia legal, nÃ£o serÃ¡ considerado reincidÃªncia. Para tanto: PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÃPRIO. VIA INADEQUADA. TRÃFICO DE ENTORPECENTES. DOSIMETRIA. PRIMEIRA FASE. PENA-BASE EXASPERADA EM 1/5 SOBRE O MÃNIMO LEGAL. QUANTUM PROPORCIONAL. FUNDAMENTAÃÃO IDÃNEA. MAUS ANTECEDENTES. QUANTIDADE E NATUREZA DAS DROGAS APREENDIDAS. SEGUNDA FASE. PLEITO DE REDUÃÃO DA FRAÃÃO DE AUMENTO DA PENA PELA REINCIDÃNCIA ESPECÃFICA. VIABILIDADE. REINCIDÃNCIA ESPECÃFICA QUE NÃO ENSEJA O INCREMENTO MAIOR QUE A USUAL FRAÃÃO DE 1/6. PRECEDENTE JULGADO PELA TERCEIRA SEÃÃO DESTA CORTE NO HC N.Âº 365.963/SP. PENA REDIMENSIONADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÃCIO. - O Superior Tribunal de JustiÃ§a, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, nÃ£o tem admitido a impetraÃ§Ã£o de habeas corpus em substituiÃ§Ã£o ao recurso prÃ³prio, prestigiando o sistema recursal ao tempo que preserva a importÂ¢ncia e a utilidade do habeas corpus, visto permitir a concessÃ£o da ordem, de ofÃ-cio, nos casos de flagrante ilegalidade. - A revisÃ£o da dosimetria da pena, na via do habeas corpus, somente Ã© possÃ-vel em situaÃ§Ãµes excepcionais de manifesta ilegalidade ou abuso de poder, cujo reconhecimento ocorra de plano, sem maiores incursÃµes em aspectos circunstanciais ou fÃ¡ticos e probatÃ³rios (HC n. 304.083/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe de 12/3/2015). - O Ã³rgÃ£o julgador apontou, com clareza, anotaÃ§Ã£o criminal do paciente apta a valorar negativamente os seus antecedentes. A jurisprudÃªncia desta Corte tem posicionamento firme no sentido de considerar a folha de antecedentes criminais documento hÃ¡bil e suficiente para comprovar os antecedentes maculados, dispensando a apresentaÃ§Ã£o de certidÃ£o cartorÃ¡ria. - Ademais, nos termos da jurisprudÃªncia firme desta Corte Superior de JustiÃ§a, "a condenaÃ§Ã£o definitiva por fato anterior ao crime descrito na denÃºncia, mas com trÂ¢nsito em julgado posterior Ã data do ilÃ-cito penal, ainda que nÃ£o sirva para configurar reincidÃªncia, pode caracterizar maus antecedentes, pois diz respeito ao histÃ³rico do acusado" (REsp 1.711.015/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 23/8/2018, DJe de 31/8/2018). - A quantidade das drogas apreendidas, no caso - 3 pedras contendo 0,5 g de crack e 165 porÃ§Ãµes contendo 57,9 g de cocaÃ-na (fl. 34) -, que, conquanto nÃ£o seja excessiva, tambÃ©m nÃ£o Ã© desprezÃ-vel, e a sua natureza extremamente deletÃ©ria, sÃ£o circunstÂ¢ncias que autorizam a

elevaÃ§Ã£o da reprimenda, nos termos dos arts. 59, do CÃ³digo Penal, e 42, da Lei n. 11.343/2006. - Em respeito Ã discricionariedade vinculada do julgador, deve ser mantida a pena-base aplicada ao paciente - 6 anos de reclusÃ£o e 600 dias-multa -, pois proporcional Ã gravidade concreta do crime e Ã variaÃ§Ã£o das penas abstratamente cominadas ao tipo penal violado, qual seja, 5 (cinco) a 15 (quinze) anos de reclusÃ£o e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. - A Terceira SeÃ§Ã£o desta Corte, no julgamento do HC n. 365.963/SP, ocorrido em 11/10/2017, firmou a tese de que a reincidÃªncia, seja ela especÃ-fica ou nÃ£o, deve ser compensada integralmente com a atenuante da confissÃ£o, demonstrando, assim, que nÃ£o foi ofertado maior desvalor Ã conduta do rÃ©u que ostente outra condenaÃ§Ã£o pelo mesmo delito. - HipÃ³tese em que a fraÃ§Ã£o de 1/4, utilizada para agravar a pena na segunda fase da dosimetria, lastreou-se apenas na reincidÃªncia especÃ-fica do paciente, argumento que nÃ£o se alinha Ã jurisprudÃªncia deste Tribunal, motivo pelo qual deve a pena ser agravada na usual fraÃ§Ã£o de 1/6. Habeas corpus nÃ£o conhecido. Ordem concedida, de ofÃ-cio, para fixar a pena definitiva do paciente em 7 (sete) anos de reclusÃ£o e 700 (setecentos) dias-multa, mantidos os demais termos da condenaÃ§Ã£o. (STJ - HC: 463482 SP 2018/0201646-6, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de Julgamento: 13/12/2018, T5- QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 19/12/2018) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u possui conduta social neutra pois nÃ£o hÃ¡ como aferir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u possui personalidade neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos motivos do crime, estes dizem respeito Ã s razÃµes que levaram o agente praticar tal ato, sua fonte propulsora, o que considero normais Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias referem-se ao fato delituoso quanto a sua forma, os meios utilizados, os objetos, o tempo e o lugar. Logo, considero as circunstÃ¢ncias normais Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As consequÃªncias do crime avaliam os efeitos principais e secundÃ¡rios gerados pelo ato que estÃ¡ para alÃ©m da tipificaÃ§Ã£o do fato, que podem ser de natureza afetiva, pessoal, moral, econÃ´mica, social ou polÃ-tica. Logo, considero as consequÃªncias neutras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao comportamento da vÃ-tima no delito que ora se cuida, considero que nada contribuiu para o crime. Logo, considerado como neutro em razÃ£o de SÃºmula n. 18 TJ/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, diante de 1 (uma) circunstÃ¢ncia desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, fixo a PENA BASE em 04 (quatro) anos e 9 (nove) meses de reclusÃ£o e 54 (cinquenta e quatro) dias-multa calculada em 1/30 (um trigÃ©simo) do SalÃ¡rio MÃ-nimo vigente Ã Ã©poca dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em observÃ¢ncia Ã s circunstÃ¢ncias atenuantes (CP art. 65) e agravantes (CP arts. 61 e 62) da pena, nÃ£o considero nenhuma incidÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante a presenÃ§a da causa de aumento da pena conforme a incidÃªncia do art. 157, Â§2Âº, II, do CÃ³digo Penal Brasileiro, considero: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O aumento de 1/3 da pena devido ao concurso de pessoas (1 ano e 7 meses de reclusÃ£o e 18 dias-multa) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, FIXO EM DEFINITIVO a pena privativa de liberdade em 06 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusÃ£o mais e 72 (setenta e dois) dias-multa calculada em 1/30 (um trigÃ©simo) do SalÃ¡rio MÃ-nimo vigente Ã Ã©poca dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, determino que o condenado passe a cumprir a pena em REGIME SEMI-ABERTO, em casa penal competente, conforme o que dispÃµe o artigo 33, Â§1Âº, letra b, c/c Â§2Âº, letra b; e artigo 35 Â§1Âº e Â§2, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o regime de cumprimento da pena imposto, concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade da presente decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade da presente decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao JuÃ-zo da ExecuÃ§Ã£o, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, para decidir o que for de sua competÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado: 1. Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados e procedam-se todas as comunicaÃ§Ãµes e as anotaÃ§Ãµes de estilo, inclusive as de interesse estatÃ-sticos e Ã JustiÃ§a Eleitoral; 2. ExpeÃ§a-se mandado de prisÃ£o; 3. Cumprido o mandado, expeÃ§a-se guia de recolhimento definitivo; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento de Custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, proceder Ã s respectivas baixas, inclusive os apensos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se, intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BELÃM - PA, 28 de outubro de 2021 HORÃCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito Respondendo pela 3Âª Vara Criminal de BelÃ©m

SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 03/11/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00015802220198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 DENUNCIADO:MARCELO DOURADO BAIA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . VISTOS ETC. 1 Â¿ Considerando as ausÃªncias das partes, suspendo a presente audiÃªncia, designando desde jÃ¡ o dia 20/09/2022, Ã s 11:30h, para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. 2 Â¿ Determino vistas dos autos ao Representante do MP para se manifestar acercadas ausÃªncias. 3 Â¿ ApÃ³s, conclusos aso ulteriores de direito. 4 Â¿ Cumpra-se, observadas as cautelas de lei. BelÃ©m (PA), 26 de outubro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES, JuÃ-za de Direito, titular da 6Âª Vara Criminal da Capital. PROCESSO: 00020503220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 DENUNCIADO:ALMIR DAS CHAGAS OLIVEIRA VITIMA:O. E. . O ExcelentÃ-ssimo Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, em audiÃªncia, ofereceu proposta de suspensÃ£o condicional do processo na forma do Art. 89 da Lei 9.099/95, a qual foi aceita pelo(a) denunciado(a), ora assistido(a) pela Defensor PÃºblica. ISTO POSTO, DECRETO A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO em relaÃ§Ã£o ao(Ã) denunciado(a) ALMIR DAS CHAGAS OLIVEIRA, qualificado(a) nos autos, mediante o cumprimento das seguintes condiÃ§Ãµes, ficando o(a) denunciado(a) advertido(a) que o seu nÃ£o cumprimento implicarÃ¡ a revogaÃ§Ã£o do benefÃ-cio, quais sejam: l Â¿ Participar de curso e/ou palestra relacionada ao tema de preservaÃ§Ã£o do Meio Ambiente a ser indicado pela Vara de Penas e Medidas Alternativas; ll Â¿ ProibiÃ§Ã£o de se ausentar por mais de 30 (trinta) dias da comarca onde reside, sem autorizaÃ§Ã£o judicial; lll Â¿ NÃ£o cometer crime ou contravenÃ§Ã£o penal durante o perÃ-odo de suspensÃ£o condicional do processo; lV Â¿ NÃ£o mudar de residÃªncia sem prÃ©via comunicaÃ§Ã£o deste juÃ-zo; 2 Â¿ O perÃ-odo de provas serÃ¡ de 2 (dois) anos, sem reconhecimento de culpa. 3 Â¿ Encaminhe-se para a Vara de Penas e Medidas Alternativas para cumprimento da SuspensÃ£o Condicional do Processo, expeÃ§a-se o necessÃ¡rio. 4 Â¿ DecisÃ£o prolatada em audiÃªncia, publicada neste e partes intimadas neste ato. 5 Â¿ Registre-se e cumpra-se, observadas as cautelas de lei. BelÃ©m (PA), 28 de outubro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES, JuÃ-za de Direito, titular da 6Âª Vara Criminal da Capital. PROCESSO: 00108285420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 VITIMA:T. F. A. Representante(s): OAB 24221 - ROMULO ACACIO DE ARAUJO JATENE (ADVOGADO) DENUNCIADO:LORENA GONCALVES RODRIGUES. Vistos etc. O ExcelentÃ-ssimo Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, em audiÃªncia, ofereceu proposta de suspensÃ£o condicional do processo na forma do Art. 89 da Lei 9.099/95, a qual nÃ£o foi aceita pelo(a) denunciado(a), ora assistido(a) por seus Advogados, Dr. Pablo Coimbra de AraÃºjo e Dra. Nelyana de Souza Balieiro. ISTO POSTO, DEIXO DE DECRETO A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO em relaÃ§Ã£o ao(Ã) denunciado(a) LORENA GONÃALVES RODRIGUES, qualificado(a) nos autos. 2 Â¿ Volvam-se os autos conclusos para recebimento da denÃºncia, e possÃ-vel, prosseguimento do feito. 3 Â¿ Registre-se e cumpra-se, observadas as cautelas de lei. BelÃ©m (PA), 28 de outubro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES, JuÃ-za de Direito, titular da 6Âª Vara Criminal da Capital.. PROCESSO: 00161450420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 DENUNCIADO:TEMISTOCLES GOMES FARIAS Representante(s): OAB 10758 - FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 18340 - CAMILA BRHOWLHYUN SOUZA DE SOUZA (ADVOGADO) VITIMA:A. L. C. S. Representante(s): OAB 5664 - PAULA ANDREA CASTRO PEIXOTO (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) . VISTOS ETC. 1 Â¿ Considerando a manifestaÃ§Ã£o das partes, os quais nada requereram na fase do Art. 402 do CPP, determino vistas dos autos, primeiramente, ao Representante do MP, posteriormente, Ã representante da Assistencia de acusaÃ§Ã£o e, finalmente, ao Representante da Defesa do denunciado para apresentarem alegaÃ§Ãµes finais de forma escrita, no prazo de lei. 2 Â¿ ApÃ³s, conclusos para os ulteriores de direito. 3 Â¿ Cumpra-se, observadas as cautelas de lei. BelÃ©m (PA), 27 de outubro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES, JuÃ-za de Direito, Titular da 6Âª Vara Criminal. PROCESSO:

00008829520108140601 PROCESSO ANTIGO: 20102052996 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 04/11/2021 VITIMA:L. L. C. AUTOR:LUCIDYVID DOS ANJOS FERNANDES. Vistos etc. Cuida-se de resposta escrita oferecida pelo denunciado LUCIDYVID DOS ANJOS FERNANDES Ã s fls. 92/96 denunciado pelo MinistÃ©rio PÃºblico pelo cometimento do crime capitulado no art. 331, do CPB e art. 34 da Lei nÂ° 3.688/41. Analisando o teor da manifestaÃ§Ã£o precitada, observo que os argumentos suscitados pela defesa remetem diretamente ao mÃ©rito da questÃ£o, cuja resoluÃ§Ã£o nÃ£o comporta, nesta fase, julgamento antecipado mediante absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, eis que o acervo probatÃ³rio ainda nÃ£o Ã© suficientemente robusto a ponto de revelar, de forma inequÃ-voca, hipÃ³tese prevista no art.397 do CPP ou existÃªncia de prova ilÃ-cita produzida em sede de inquÃ©rito policial, sendo indispensÃ¡vel, ao meu ver, adequada dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria a ser realizada em fase de instruÃ§Ã£o processual. Destarte, considerando que a denÃºncia de fls. 02, preenche os requisitos do art. 41 do CPP, descrevendo fato de relevÃ¢ncia penal, sem que se possa vislumbrar, em anÃ¡lise inicial, situaÃ§Ã£o excludente de ilicitude ou de culpabilidade, e que a justa causa para a aÃ§Ã£o penal, estÃ¡, por sua vez, satisfatoriamente, consubstanciada nos elementos colhidos no inquÃ©rito policial, entendo que o processo deva seguir para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o. Â .Â Designo para o dia 22/03/2022, Ã s 11:30hs, a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia supra, a qual seguirÃ¡ os termos dos arts.400 a 404 do CPP. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Intimem-se e cumpra-se. BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m / PA PROCESSO: 00039496520198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:EDIVALDO SENA DOS SANTOS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Ã© Vistos, etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Conforme manifestaÃ§Ã£o ministerial de fl. 60 defiro o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico. Determino que seja oficiado ao NÃºcleo Gestor de Monitoramento EletrÃ´nico da SEAP, a fim de que seja informado acerca da falta disciplinar ora apurada cometida pelo denunciado acerca da eventual quebra de monitoramento por parte de EDIVALDO SENA DOS SANTOS e/ou descumprimento da medida de monitoramento por parte deste. P.R.I.C. Â BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00040211820208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:D. P. M. DENUNCIADO:RICARDO DE DEUS PEREIRA Representante(s): OAB 25896 - CLEIBE DOS SANTOS OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MAURO ANTONIO MENEZES DA SILVA Representante(s): OAB 23364 - RONDINELLY MAIA ABRANCHES GOMES (ADVOGADO) . Ã©Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa do rÃ©u MAURO ANTONIO MENEZES DA SILVA qualificado nos autos, requereu a revogaÃ§Ã£o da medida de cautelar de monitoraÃ§Ã£o eletrÃ´nica (fls. 96/98). Â Â Â Â Â Â Â Â Houve manifestaÃ§Ã£o favorÃ¡vel ao pedido pelo MinistÃ©rio PÃºblico (fl. 100). Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u encontra-se submetida Ã referida medida hÃ¡ mais de 12 (doze) meses, e pleiteia, por sua defesa, a devida retirada em razÃ£o do transcorrer do tempo, mantendo-se as demais medidas fixadas em decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico nos autos que a instruÃ§Ã£o probatÃ³ria ainda nÃ£o chegou ao fim, e o rÃ©u estÃ¡ aguardando a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, considerando a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico, determino a revogaÃ§Ã£o da monitoraÃ§Ã£o eletrÃ´nica imposta ao rÃ©u MAURO ANTONIO MENEZES DA SILVA, brasileiro, filho de Sueli Maria Menezes Cardoso e Manoel Antonio Pantoja da Silva, nascido em 23.10.1995, CPF nÂº 552.410.182-04, residente na Villa Nova, nÂ° 38-A, prÃ³ximo ao Portal da Amazonia, Jurunas, BelÃ©m/PA, CEP: 66025-730. Â Â Â Â Â Â Â Â Esta decisÃ£o digitalizada servirÃ¡ como OfÃ-cio Ã SEAP para que adote as providÃªncias necessÃ¡rias para o cumprimento desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã preciso destacar que o descumprimento, pelo acusado, de sua obrigaÃ§Ã£o como parte do processo e o subsequente prejuÃ-zo Ã instruÃ§Ã£o criminal sÃ£o elementos justificadores da decretaÃ§Ã£o prisÃ£o preventiva. Encontrando-se o rÃ©u em gozo de liberdade provisÃ³ria, sua conduta evasiva, causadora de prejuÃ-zo ao regular prosseguimento da instruÃ§Ã£o criminal e Ã aplicaÃ§Ã£o da lei penal, evidencia a necessÃ¡ria decretaÃ§Ã£o de sua custÃ³dia cautelar, nos termos dos art. 282, Â§4Â° e art. 312, ambos do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se. Â BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Juiza de Direito Titular da 6Âº Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00069133120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:L. C. E.

DENUNCIADO:ROSENILDO LIMA DA COSTA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) OAB 20071 - EUGENIO DIAS DOS SANTOS (ADVOGADO) . Ã©Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada que move o MinistÃ©rio PÃºblico em face de ROSENILDO LIMA DA COSTA na qual se lhe imputa o crime previsto no art. 155, Â§4Âº, incisos I e IV do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fl.44, foi autuado e juntado aos autos DeclaraÃ§Ã£o de Ãbito informando o Ã³bito do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, conforme fl. 46. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre examinar hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o de punibilidade, o que passo a analisar, na forma do art. 61, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã vista da certidÃ£o de Ã³bito juntada aos autos, Ã© forÃ§oso o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em razÃ£o da morte do rÃ©u, nos termos do art. 107, inciso I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade de ROSENILDO LIMA DA COSTA, qualificado nos autos, em razÃ£o do que dispÃµe o art. 107, inciso I, do CÃ³digo Penal e, em consequÃªncia, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, providenciem-se as anotaÃ§Ãµes e baixas de estilo e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, Registre-se, Intime-se, Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00069547320048140401 PROCESSO ANTIGO: 200420173467 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:A. C. DENUNCIADO:MARCUS VINICIUS FERNANDES DENUNCIADO:MARCUS VINICIUS FERNANDES. Vistos etc. Â Â Â Cuida-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, no uso das suas atribuiÃ§Ãµes constitucionais, em face de MARCOS VINICIUS FERNANDES, jÃ¡ qualificado nos autos (fl.2), imputando-lhe o cometimento do delito previsto no art. 54, da Lei nÂ° 9.605/98. Â Â Â A denÃºncia foi recebida pelo juÃ-zo em 11.12.2004, conforme consta no despacho de fl. 22. Â Â Â O rÃ©u foi citado, via edital, em 12.09.2006 (fl.32). Â Â Â Em decisÃ£o proferida em 01.10.2006, foi determinada a suspensÃ£o do processo, bem como o curso do prazo prescricional, nos termos do art.366, do CPP (fl.34). Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Decido. Â Â Â Cumpre verificar hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o da punibilidade em razÃ£o da prescriÃ§Ã£o, na forma do art.61, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Compulsando os autos, entendo que a pretensÃ£o punitiva estatal foi alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o, causa extintiva da punibilidade, segundo o art. 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, a prescriÃ§Ã£o significa a perda de uma pretensÃ£o, pelo decurso do tempo. No campo do Direito Penal, a prescriÃ§Ã£o configura perda da pretensÃ£o punitiva estatal, pelo decurso de determinado lapso temporal previsto em lei (art.109, do CP). Â Â Â Observo que a denÃºncia versa sobre a prÃ¡tica da conduta tipificada no art. 54, da Lei nÂ° 9.605/98, cuja pena mÃ¡xima cominada, em abstrato, corresponde a 04 (quatro) anos, razÃ£o pela qual o prazo prescricional a ser considerado Ã© de 08 (oito) anos, nos termos do art.109, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Consta dos autos que a denÃºncia foi recebida em 11.11.2004, conforme consta no despacho de fl. 22, caracterizando-se este ato como causa interruptiva da prescriÃ§Ã£o, consoante art.117, inciso I, do CÃ³digo Penal, motivo pelo qual se inicia a partir desta data a contagem do prazo prescricional supracitado. Â Â Â Sucede que, apÃ³s esgotadas as tentativas de citaÃ§Ã£o pessoal, o denunciado foi citado por edital em 12.09.2006 (fl.32), porÃ©m, nÃ£o compareceu em juÃ-zo, tampouco constitui defensor, razÃ£o pela qual foi determinada a suspensÃ£o do processo, bem como do curso do prazo prescricional em 11.10.2006 (fl.34). Â Â Â Os autos permaneceram, entÃ£o, acautelados em secretaria judicial. Â Â Â Destarte, constato que a extinÃ§Ã£o da punibilidade pela prescriÃ§Ã£o deva ser reconhecida em razÃ£o de rompimento do limite temporal fixado para a suspensÃ£o do curso prazo prescricional decorrente da aplicaÃ§Ã£o do art.366, do CPP. Â Â Â O art. 366 apenas dispÃµe que a prescriÃ§Ã£o deve ficar suspensa durante a suspensÃ£o do processo, sem indicar por quanto tempo. Ã cediÃ§o que doutrina e jurisprudÃªncia especializadas debruÃ§aram-se sobre a questÃ£o, na busca de uma soluÃ§Ã£o hermenÃªutica para tal omissÃ£o legislativa, sendo que o entendimento prevalecente, atualmente, Ã© no sentido de que o prazo prescricional deva ficar suspenso pelo prazo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva (prescriÃ§Ã£o em abstrato), isto Ã©, levando em conta o mÃ¡ximo da pena abstratamente cominada e considerando, ainda, as balizas do art. 109 do CP. Â Â Â Assim, considerando que o delito versado na inicial prescreve, abstratamente, em 16 (dezesseis) anos, Ã© por esse tempo que a contagem da prescriÃ§Ã£o deve ficar suspensa, apÃ³s retomando-se a contagem pelo saldo restante. Este entendimento foi adotado a fim de se evitar, na prÃ¡tica, a imprescritibilidade dos delitos e, ainda, resguardar os critÃ©rios de proporcionalidade, na medida em que o prazo de prescriÃ§Ã£o ficarÃ¡ suspenso por mais ou menos tempo, de acordo com a maior ou menor

gravidade do delito. Ã dizer, um mesmo prazo de suspensÃ£o da prescriÃ§Ã£o para todos os delitos violaria, flagrantemente, o princÃpio da proporcionalidade. Nesta linha, o Superior Tribunal de JustiÃ§a, adotando o entendimento a dogmÃ¡tica preconizada pela maioria, editou a SÃºmula nÂº.415, com o seguinte enunciado: "o perÃodo de suspensÃ£o do prazo prescricional Ã© regulado pelo mÃ¡ximo da pena cominada". Â Â Â No caso em tela, identifico que desde a data da suspensÃ£o do curso do prazo prescricional em 11.10.2006, transcorreram-se mais de 15 (quinze) anos, ocorre que jÃ¡ haviam se passado mais de 1 (hum) ano antes da decisÃ£o que fixara a suspensÃ£o, tendo como termo inicial o ato de recebimento da denÃºncia. Â Â Â Desta forma Ã© de rigor o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade, na forma do art.107, inciso IV, do CÃ³digo Penal, porquanto decorrido perÃodo superior aos 16 (dezeseis) anos exigidos pela lei, jÃ¡ considerando os intervalos de suspensÃ£o mencionados, incidindo, neste caso, o disposto no art. 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal, subsidiado pela aplicaÃ§Ã£o da orientaÃ§Ã£o firmada na SÃºmula nÂº.415, do STJ. Â Â Â ISTO POSTO, na forma do art. 61, do CÃ³digo de Processo Penal Brasileiro, reconheÃ§o a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal no caso presente para julgar extinta a punibilidade de MARCOS VINICIUS FERNANDES, qualificado nos autos, com fulcro no art. 54, da Lei nÂ° 9.605/98, considerando, ainda, o entendimento firmado na SÃºmula nÂº.415, do STJ, extinguindo, destarte, o presente feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, providenciem-se as baixas de estilo e arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Â Â Â Custas ex legis. Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Â Â Â JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00071899620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:O. E. VITIMA:T. R. S. DENUNCIADO:REGINALDO ANTONIO MENDES DA SILVA. Ã£Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionado movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ em face de REGINALDO ANTÃNIO MENDES DA SILVA, qualificado nos autos (fl.02). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia, foi formulada pelo MinistÃ©rio PÃºblico proposta de suspensÃ£o condicional do processo, a qual foi aceita pelo rÃ©u em todos os seus termos e deu-se inÃcio, entÃ£o, ao perÃodo de prova. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando-se que houve integral aceitaÃ§Ã£o e cumprimento da proposta de suspensÃ£o condicional do processo em todos os seus termos, conforme certidÃ£o de fl.44, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de REGINALDO ANTÃNIO MENDES DA SILVA, qualificado nos autos, na forma do art. 84, paragrafo Ãºnico, da Lei Federal nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ciente o MinistÃ©rio PÃºblico e a defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, providenciem-se as baixas de estilo e arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃza de Direito Tiular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00084039320168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 DENUNCIADO:WALBER JOSE ALMEIDA DA SILVA Representante(s): OAB 6232 - LUIS CELSO ACACIO BARBOSA (ADVOGADO) OAB 21029 - THIAGO ARAUJO PINHEIRO MENDES (ADVOGADO) OAB 8715 - LENICE PINHEIRO MENDES (ADVOGADO) VITIMA:L. O. P. DENUNCIADO:PAULO ALEXANDRE E SILVA VIANA Representante(s): OAB 5522 - DR MARIA AMELIA DELGADO VIANA OAB (ADVOGADO) . Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal que move o MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, no uso das suas atribuiÃ§Ãµes constitucionais, em face de WALBER JOSÃ ALMEIDA DA SILVA, qualificado Ã fl. 02, imputando-lhe o cometimento do crime previsto nos art. 121, Â§3Â° e Â§4Â° do CPB. Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 15.09.2016 Ã fl. 7. Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado em 26.01.2017, fl.23, tendo apresentado resposta escrita em 26.05.2017, fls. 33/41. Â Â¿ A audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, registrada em mÃdia audiovisual, onde foram ouvidas testemunhas e realizado o interrogatÃ³rio e qualificaÃ§Ã£o do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Na fase do art. 402 do CÃ³digo de Processo Penal, as partes nada requereram. Â Â Â Â Â Â Â No dia 25.04.2019, o MinistÃ©rio PÃºblico apresentou memoriais finais (fls.138/143), onde requer a condenaÃ§Ã£o de WALBER JOSÃ ALMEIDA DA SILVA. Â Â Â Â Â Â Â Em 27.05.2019, a defesa do rÃ©u apresentou memoriais finais (fls.

145/155), requerendo a absolviÃ§Ã£o deste rÃ©u, alegando que nÃ£o houve imperÃ-cia, imprudÃªncia ou negligÃªncia, entendendo assim que nÃ£o hÃ¡ como imputar o resultado morte da paciente ao acusado. Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â NÃ£o houve arguiÃ§Ã£o de preliminares, razÃ£o pela qual passo diretamente ao exame do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Compulsando os autos, observo que ao final da instruÃ§Ã£o processual, o crime de homicÃ-dio em sua modalidade culposa imputado ao rÃ©u foi devidamente comprovado quanto a sua autoria e materialidade atravÃ©s da prova oral produzida em juÃ-zo, bem como por meio dos depoimentos das testemunhas de acusaÃ§Ã£o, que ratificaram, integralmente, os elementos de informaÃ§Ã£o amealhados no curso do inquÃ©rito policial, alÃ©m da certidÃ£o de Ã³bito e os demais documentos juntados aos autos. Â Â Â Â Â No que tange Ã tipicidade penal e ao elemento subjetivo dos crimes em questÃ£o, faz-se mister promover Ã anÃ¡lise das provas orais colhidas durante a fase de inquÃ©rito policial e da instruÃ§Ã£o processual, relacionando-as com os fatos descritos na denÃºncia. Â Â Â Â Â Inicialmente, cabe frisar que, quando ouvida em sede judicial, o esposo da vÃ-tima , a testemunha CLÃUDIO LÃCIO ARAÃJO PAES, o qual apontou o rÃ©u como autor do crime em tela, afirmando que sua esposa fez a cirurgia de retirada de Ãºtero com o rÃ©u, tendo perdido muito lÃ-quido apÃ³s o procedimento, bem como que sentia muitas dores, ao passo que o mÃ©dico sempre dizia ser tudo dentro da normalidade. Que a vÃ-tima, na derradeira tentativa de encontrar socorro do profissional, recebeu a notÃ-cia de que este encontrava-se de fÃ©rias, mas que havia indicado o mÃ©dico PAULO VIANA para atendÃª-la. Â Â Â Â Â O referido mÃ©dico atestou um furo na bexiga da vÃ-tima, o que justificava a incontinÃªncia urinÃ¡ria da mesma. Tal profissional teria certificado que se o acusado tivesse realizado a cintilografia, teria constatado mais de um furo na bexiga da vÃ-tima. Â Â Â Â Â TambÃ©m foi ouvida a testemunha CHIRLEY CARDOSO DA SILVA, esta relatou que o denunciado foi relapso em relaÃ§Ã£o ao estado da vÃ-tima, diferentemente do outro mÃ©dico, PAULO VIANA. Que a vÃ-tima foi internada inicialmente no Hospital do CoraÃ§Ã£o, o qual, segundo esta, nÃ£o Ã© muito higiÃªnico. Que somente depois foi transferida para a Beneficiente. Â Â Â Â Â O rÃ©u foi ouvido, mas negou o descaso com a vÃ-tima, bem como o nexo entre a cirurgia que promoveu na vÃ-tima e a perfuraÃ§Ã£o na bexiga da vÃ-tima. Â Â Â Â Â Com efeito, no tocante a tipicidade, a configuraÃ§Ã£o do delito imputado ao rÃ©u estÃ¡ plenamente preenchida nos autos, pois demonstrou-se que o mesmo praticou lesÃ£o corporal culposa, restando comprovado pelo depoimento das testemunhas e do denunciado PAULO VIANA, que o rÃ©u incorreu em inobservÃ¢ncia de seu ofÃ-cio como mÃ©dico, bem como nÃ£o procurou minorar as consequÃªncias de seu ato, qual seja, da cirurgia de retirada do Ãºtero da vÃ-tima, estando caracterizado, portanto, os elementos previstos no tipo penal do art.121, Â§ 3Âº e 4Âº, do CPB. Â Â Â Â Â Portanto, o conjunto probatÃ³rio carreado aos autos revelou que a autoria dos crimes atribuÃ-dos ao rÃ©u Ã© inconteste, nÃ£o havendo elementos que possam desacreditar as versÃµes apresentadas pelas testemunhas de acusaÃ§Ã£o, em sede judicial, as quais se mostraram unÃ-ssonas e harmÃ´nicas entre si, no sentido de que recai sobre o acusado a responsabilidade penal da imputaÃ§Ã£o que lhe Ã© feita. Â Â Â Â Â Por fim, nÃ£o vislumbro a ocorrÃªncia de causas excludentes de ilicitude ou culpabilidade, amoldando-se as aÃ§Ãµes praticadas pelo rÃ©u ao tipo penal previsto no art.121, Â§ 3Âº e 4Âº, do CPB, reunindo as condutas todos os seus elementos jurÃ-dicos. Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o acusatÃ³ria formulada pelo MinistÃ©rio PÃºblico na denÃºncia constante Ã s fls.02/13, para CONDENAR WALBER JOSÃ ALMEIDA DA SILVA, qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas inseridas no art.121, Â§ 3Âº e 4Âº, do CPB. Â Â Â Â Â Inicialmente, procedo Ã anÃ¡lise das circunstÃ¢ncias judiciais enunciadas no art. 59 do CÃ³digo Penal, o que passo a fazer nos seguintes termos: quanto ao elemento culpabilidade, verifico que constitui circunstÃ¢ncia cuja valoraÃ§Ã£o Ã© neutra; o rÃ©u nÃ£o registra antecedentes criminais, vez que inexiste, contra si, sentenÃ§a penal condenatÃ³ria transitada em julgado, conforme consta da certidÃ£o judicial criminal positiva juntada Ã s fls.86/87, razÃ£o pela qual deve ser prevalecer a orientaÃ§Ã£o firmada na SÃºmula nÂº.444 do STJ; poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, nÃ£o permitindo que se faÃ§a uma avaliaÃ§Ã£o precisa e concreta a esse respeito; o motivo do crime Ã© de valoraÃ§Ã£o neutra; as circunstÃ¢ncias jÃ¡ se encontram valoradas na fundamentaÃ§Ã£o da sentenÃ§a, nÃ£o havendo fator a acrescentar no sentido de recrudescer a pena; as consequÃªncias do crime estÃ£o dentro do que comporta da descriÃ§Ã£o do delito; e o comportamento da vÃ-tima constitui circunstÃ¢ncia cuja valoraÃ§Ã£o Ã© neutra. Â Â Â Â Â Â Ã vista dessas circunstÃ¢ncias judiciais analisadas, fixo a pena base em 01 (UM) ANOS DE RECLUSÃO e ao pagamento de 10 (DEZ) DIAS-MULTA, sendo estes fixados Ã razÃ£o de um trigÃ©simo do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente ao tempo do fato delituoso, tendo em vista a falta de parÃ¢metros para aferir a real condiÃ§Ã£o econÃ´mico-financeira do rÃ©u, observado o disposto pelo artigo 60, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncias atenuantesÂ ou agravantes a valorar. Â Â Â Â Â Verifico militar em desfavor do rÃ©u a causa de aumento prevista no art. 121, Â§4Âº do CPB, pelo que fixo a pena em 01 (um) ano e

04 (quatro) meses de reclusÃ£o e ao pagamento de 13 (treze) dias multa, pelo que, nÃ£o havendo causa diminuiÃ§Ã£o a valorar, mantenho a pena no patamar acima dosado, sendo os dias multa fixados Ã razÃ£o de um trigÃ©simo do salÃ¡rio mÃnimo vigente ao tempo do fato delituoso e, tendo em vista a inexistÃªncia de quaisquer outras circunstÃ¢ncias a serem avaliadas, torno referidas penas concretas, definitivas e finais. Â Â Â Â Â Na forma do art.33, Â§2Âº, Â¿cÂ¿, do CÃ³digo Penal, deverÃ¡ ao rÃ©u iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade definitiva punida com reclusÃ£o em regime ABERTO. Â Â Â Â Â No tocante ao comando do art.387, Â§2Âº do CPP, deixo de proceder ao cÃ¡lculo da detraÃ§Ã£o, pois se trata de operaÃ§Ã£o que nÃ£o implicarÃ¡ em alteraÃ§Ã£o do regime de cumprimento da pena acima fixado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Converto a pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, em funÃ§Ã£o de expressa determinaÃ§Ã£o legal e porque preenchidos os requisitos do artigo 44 do CP: ao crime foi aplicada pena inferior a 4 anos, o rÃ©u Ã© primÃ¡rio e as circunstÃ¢ncias indicam que a substituiÃ§Ã£o Ã© suficiente. Assim, com base no Â§2Â°, in fine, do dispositivo legal supra, por ser a pena superior a 1 (um) ano, substituo a pena aplicada por uma pena restritiva de direito consistente na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, pelo prazo de 01 (um) ano e 04 (quatro) meses, conforme artigo 46 e incisos, do CP, em instituiÃ§Ã£o a ser determinada pelo juÃzo da execuÃ§Ã£o penal e, ainda, uma pena pecuniÃ¡ria, no valor de 1 (um) salÃ¡rio mÃnimo, nos termos do art.45, Â§1Âº, do CP. Â Â Â Â Â Inoportuna a decretaÃ§Ã£o da medida cautelar de constriÃ§Ã£o da liberdade, devendo prevalecer a orientaÃ§Ã£o firmada pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de JustiÃ§a que pacificaram entendimento de que nÃ£o se deve admitir a utilizaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva a tÃtulo de execuÃ§Ã£o provisÃ³ria da pena privativa de liberdade antes do trÃ¢nsito em julgado da condenaÃ§Ã£o, se o acusado respondeu ao processo em liberdade e nÃ£o estÃ£o presentes os pressupostos autorizadores da medida cautelar, na forma do art. 312 do CPP (neste sentido: STJ - HC 261.490/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5 Turma, julgado em 09/04/2013, DJe 24/04/2013; e STF - HC 107547, Relator (a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 17/05/2011, PJE DJe-103, divulgado emÂ¿ Â¿ 30-05-2011, publicado 31-05-2011 RB v. 23, n. 572, 2011, p. 51-54). Assim, tendo o acusado respondido ao processo criminal na condiÃ§Ã£o solto e, ainda, nÃ£o havendo surgimento de fato novo a considerar no que tange a necessidade de se impor sua segregaÃ§Ã£o cautelar, concedo-lhe o direito de recorrer da sentenÃ§a penal condenatÃ³ria em liberdade. Â Â Â Â Â Deixo de fixar o valor mÃnimo a tÃtulo de indenizaÃ§Ã£o cÃvel estabelecida no art. 387, inciso IV, do CÃ³digo de Processo Penal, visto nÃ£o ter sido requerida a referida reparaÃ§Ã£o pelo MinistÃ©rio PÃºblico, forte na pacÃfica jurisprudÃªncia do Superior Tribunal JustiÃ§a sobre a questÃ£o (STJ-Informativo nÂ°.528, RESP. 1.193.083/RS, publicado em 27/08/2013). Â Â Â Â Â Isento de custas, na forma da lei. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, cumpram-se as seguintes deliberaÃ§Ãµes: a)Â Intime-se o condenado para efetuar o recolhimento da pena de multa (art.51 do CP), no prazo legal; b)Â Lance-se o nome do condenado no rol dos culpados; c)Â Remetam-se os autos ao JuÃzo da ExecuÃ§Ã£o das Penas e Medidas Alternativas para fins de cumprimento da sentenÃ§a penal condenatÃ³ria, fazendo-se as devidas comunicaÃ§Ãµes, inclusive para fins de estatÃstica; d)Â Oficie-se o Tribunal Eleitoral do Estado do ParÃ¡, comunicando a condenaÃ§Ã£o da rÃ©, para cumprimento do disposto pelo art. 15, inciso III da CF c/c art. 71, Â§ 2Âº do CÃ³digo Eleitoral; P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Â Â Â Â Â Â JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00084039320168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 DENUNCIADO:WALBER JOSE ALMEIDA DA SILVA Representante(s): OAB 6232 - LUIS CELSO ACACIO BARBOSA (ADVOGADO) OAB 21029 - THIAGO ARAUJO PINHEIRO MENDES (ADVOGADO) OAB 8715 - LENICE PINHEIRO MENDES (ADVOGADO) VITIMA:L. O. P. DENUNCIADO:PAULO ALEXANDRE E SILVA VIANA Representante(s): OAB 5522 - DR MARIA AMELIA DELGADO VIANA OAB (ADVOGADO) . Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal que move o MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, no uso das suas atribuiÃ§Ãµes constitucionais, em face de PAULO ALEXANDRE E SILVA VIANA, qualificado Ã s fls. 03, imputando-lhe o cometimento do crime previsto nos art. 121, Â§3Â° e Â§4Â° do CPB. Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 15.09.2016 Ã fl. 7. Â Â¿Â A audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, registrada em mÃdia audiovisual. Â Â Â Â Â Â Â Na fase do art. 402 do CÃ³digo de Processo Penal, as partes nada requereram. Â Â Â Â Â Â Â No dia 24.04.2019, o

MinistÃ©rio PÃºblico apresentou memoriais finais (fls.138/143), onde requer a absolviÃ§Ã£o do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Em 11.03.2019, a defesa do rÃ©u apresentou memoriais finais (fls. 133/135), e as ratificou em 10.05.2019 requerendo a absolviÃ§Ã£o deste. Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o houve arguiÃ§Ã£o de preliminares, razÃ£o pela qual passo diretamente ao exame do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, apesar de o CÃ³digo de Processo Penal vigente ter inspiraÃ§Ã£o no princÃ-pio inquisitivo, a ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988 consagrou o princÃ-pio acusatÃ³rio no modelo de processo por ela previsto, destacando-se como prova dessa opÃ§Ã£o, a privatividade da aÃ§Ã£o penal pÃºblica pelo MinistÃ©rio PÃºblico (art. 129, I, CF) e as diversas garantias processuais constantes do art. 5Âº, tais como o direito ao contraditÃ³rio, Ã ampla defesa e ao devido processo legal, dentre outros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No sistema acusatÃ³rio, ao juiz Ã© reservada unicamente a funÃ§Ã£o julgadora, cabendo a acusaÃ§Ã£o e o impulso da aÃ§Ã£o, incluindo-se aÃ- o pedido condenatÃ³rio, ao MinistÃ©rio PÃºblico. Nesse contexto, nÃ£o havendo pedido condenatÃ³rio por parte do Ã³rgÃ£o acusador em razÃ£o da falta de provas de que o rÃ©u concorrera para a infraÃ§Ã£o penal, nÃ£o resta ao julgador outra iniciativa senÃ£o o acatamento do pedido e a consequente absolviÃ§Ã£o do denunciado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No ponto, Ã© vÃ¡lido frisar que o poder punitivo estatal Â¿ nas mÃ£os do juiz Â¿ estÃ¡ condicionado Ã invocaÃ§Ã£o feita pelo MinistÃ©rio PÃºblico atravÃ©s do exercÃ-cio da pretensÃ£o acusatÃ³ria. Logo, o pedido de absolviÃ§Ã£o equivale ao nÃ£o exercÃ-cio da pretensÃ£o acusatÃ³ria, isto Ã©, o acusador estÃ¡ abrindo mÃ£o de proceder contra o rÃ©u. Como corolÃ¡rio, nÃ£o pode o julgador editar decreto condenatÃ³rio, sob pena de exercer o prÃ³prio poder punitivo sem a sua necessÃ¡ria invocaÃ§Ã£o, no mais claro retrocesso ao modelo inquisitivo rechaÃ§ado pela Carta Constitucional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã dizer, condenar sem pedido formulado pelo Ã³rgÃ£o acusador, titular da aÃ§Ã£o penal pÃºblica, Ã© violar, inequivocamente, a regra fundante do sistema acusatÃ³rio, qual seja o do Â¿ne procedat iudex ex officioÂ¿. TambÃ©m Ã© fazer vista grossa ao PrincÃ-pio da CorrelaÃ§Ã£o, na medida em que a margem decisÃ³ria vem delimitada pelo pedido acusatÃ³rio e, por decorrÃªncia, do espaÃ§o ocupado pelo contraditÃ³rio, na medida em que a decisÃ£o deve ser construÃ-da em contraditÃ³rio, dialeticamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em outras palavras, o Estado exerce o seu Â¿ius puniendiÂ¿ no processo penal nÃ£o como parte, mas como juiz, e este poder punitivo estÃ¡ condicionado ao prÃ©vio exercÃ-cio da pretensÃ£o acusatÃ³ria, isto Ã©, a pretensÃ£o social que nasceu com o delito praticado, Ã© elevada ao status de pretensÃ£o jurÃ-dica de acusar, para possibilitar a instauraÃ§Ã£o do processo criminal. Nesse interim, tambÃ©m nasce para Estado o poder de punir, mas seu exercÃ-cio estÃ¡ condicionado Ã existÃªncia prÃ©via e total do processo criminal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, observo que o MinistÃ©rio PÃºblico abriu mÃ£o de exercer a pretensÃ£o acusatÃ³ria, requerendo a absolviÃ§Ã£o nas alegaÃ§Ãµes finais, com fundamento na insuficiÃªncia de provas, caindo por terra, portanto, a possibilidade de o Estado-Juiz implementar o poder punitivo em sua plenitude, sob pena de grave retrocesso a um sistema inquisitÃ³rio, onde juÃ-zes atuam de ofÃ-cio, condenando sem acusaÃ§Ã£o, em inobservÃ¢ncia ao princÃ-pio da correlaÃ§Ã£o e Ã importÃ¢ncia e complexidade conferidas ao princÃ-pio da imparcialidade, representando, destarte, prÃ¡tica que nÃ£o resiste a filtro constitucional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, pelo que se depreende dos autos, as provas colhidas durante instruÃ§Ã£o processual sÃ£o insatisfatÃ³rias no sentido de assegurar um decreto condenatÃ³rio, nÃ£o havendo, portanto, provas hÃ¡beis a ratificar os termos da acusaÃ§Ã£o exposta na denÃºncia, especialmente no que diz respeito Ã autoria do crime e ao elemento subjetivo do tipo, de maneira que nÃ£o hÃ¡ outro caminho a seguir, senÃ£o aquele que conduz Ã absolviÃ§Ã£o, nos termos do art.386, inciso V, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, considerando nÃ£o existir prova de ter o rÃ©u concorrido para a infraÃ§Ã£o penal, JULGO IMPROCEDENTE a pretensÃ£o acusatÃ³ria formulada pelo MinistÃ©rio PÃºblico constante Ã s fls.2/13 e, por conseguinte, ABSOLVO PAULO ALEXANDRE E SILVA VIANA, qualificado nos autos, do crime previsto nos art. 121, Â§3Â° e Â§4Â° do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Efetuem-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de estilo e, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos em relaÃ§Ã£o ao sentenciado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas ex legis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00089905720128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 PROMOTOR:MARIA JOSE LOBATO ROSSY DENUNCIADO:JEAN CELSO DEINIZ SANTANA DENUNCIADO:BRUNO RODRIGUES BARROSO VITIMA:I. M. N. . Ã£DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Torno sem efeito o despacho de fl. 140 e posteriormente sejam desentranhados do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o conteÃºdo da certidÃ£o de fl.139, que dispÃµe sobre o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a absolutÃ³ria de BRUNO RODRIGUES BARROSO, assim sendo,

cumpram-se todas as determinaÃ§Ãµes constantes na sentenÃ§a de fls. 135/137. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s cumpridas, ARQUIVEM-SE OS AUTOS, observada as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpram-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00108285420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:T. F. A. Representante(s): OAB 24221 - ROMULO ACACIO DE ARAUJO JATENE (ADVOGADO) DENUNCIADO:LORENA GONCALVES RODRIGUES. Ã§ Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia autuada nos autos preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Descreve fato de relevÃ¢ncia penal, sem que se possa vislumbrar, em anÃ¡lise inicial, situaÃ§Ã£o excludente de ilicitude ou de culpabilidade. Â Â Â Â Â Â Â A justa causa para a aÃ§Ã£o penal estÃ¡, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos na fase de inquÃ©rito policial e que seguem anexo ao processo. Â Â Â Â Â Â Â Ademais, tendo em vista que a suspensÃ£o condicional do processo nÃ£o veio a ser aceita pela nacional e nÃ£o havendo motivo para rejeiÃ§Ã£o liminar conforme art. 395 do CPP, recebo a denÃºncia e determino a citaÃ§Ã£o de LORENA GOLÃALVES RODRIGUES para responder Ã acusaÃ§Ã£o, na forma prevista pelo art. 396-A do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Realizada a citaÃ§Ã£o pessoal sem que sobrevenha apresentaÃ§Ã£o de resposta Ã acusaÃ§Ã£o no prazo legal, sem habilitaÃ§Ã£o de defensor, ou, tampouco, manifestaÃ§Ã£o pela designaÃ§Ã£o de defensor dativo, fica, desde logo, nomeado o defensor pÃºblico com atuaÃ§Ã£o neste juÃzo para promover a defesa, razÃ£o pela qual deverÃ¡ ser intimado, mediante vista dos autos, para os fins indicados no item anterior, nos termos do art. 396-A, Â§ 2Âº, do CPP. Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Â Â Â JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00108346120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JUDSON CEZAR DA SILVA PADRE. Vistos etc. Cuida-se de resposta escrita oferecida pelo denunciado JUDSON CÃZAR DA SILVA PADRE Ã s fls. 16/23 denunciado pelo MinistÃ©rio PÃºblico pelo cometimento do crime capitulado no art. 33, da Lei nÂ° 11.343/06. Analisando o teor da manifestaÃ§Ã£o precitada, observo que os argumentos suscitados pela defesa remetem diretamente ao mÃ©rito da questÃ£o, cuja resoluÃ§Ã£o nÃ£o comporta, nesta fase, julgamento antecipado mediante absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, eis que o acervo probatÃ³rio ainda nÃ£o Ã© suficientemente robusto a ponto de revelar, de forma inequÃvoca, hipÃ³tese prevista no art.397 do CPP ou existÃªncia de prova ilÃcita produzida em sede de inquÃ©rito policial, sendo indispensÃ¡vel, ao meu ver, adequada dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria a ser realizada em fase de instruÃ§Ã£o processual. Destarte, considerando que a denÃºncia de fls. 02/03-verso, preenche os requisitos do art. 41 do CPP, descrevendo fato de relevÃ¢ncia penal, sem que se possa vislumbrar, em anÃ¡lise inicial, situaÃ§Ã£o excludente de ilicitude ou de culpabilidade, e que a justa causa para a aÃ§Ã£o penal, estÃ¡, por sua vez, satisfatoriamente, consubstanciada nos elementos colhidos no inquÃ©rito policial, entendo que o processo deva seguir para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o. Designo para o dia 29/03/2022, Ã s 11:30hs, a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia supra, a qual seguirÃ¡ os termos dos arts.400 a 404 do CPP. Considerando o teor da petiÃ§Ã£o de fl.142, homologo a renÃºncia da advogada LAISE ARAÃJO LOPES, OAB/PA nÂº 20.848. Intime-se JUDSON CEZAR DA SILVA PADRE para que, no prazo de 10 (dez) dias, constitua novo defensor habilitado para assisti-lo no presente processo, sendo cientificado que, em caso de inÃ©rcia ou alegaÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico oficiante neste juÃzo para promover-lhe assistÃªncia jurÃdica, na forma do art. 261 do CPP. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Intimem-se e cumpra-se. BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m / PA PROCESSO: 00119293920148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 DENUNCIADO:FERNANDO MILLEM PAMPLONA FARIAS Representante(s): OAB 14069 - MARCUS NASCIMENTO DO COUTO (ADVOGADO) VITIMA:J. F. S. A. VITIMA:J. S. V. AUTORIDADE POLICIAL:DPC ORIVALDO NASCIMENTO PAES BARRETO. Ã©DESPACHO Considerando a certidÃ£o do Ã³bito de fl.84, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para que se manifestem conforme entendam de direito. BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: BELÃMÂ Â Email: 6crimebelem@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua TomÃ¡zia PerdigÃ£o, s/nÂº , Largo SÃ£o JoÃ£o, 1Âº

andar, sala 110Â CEP: Â Â Bairro: CampinaÂ Â Fone: (91)3205-2111 PROCESSO: 00161713120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:A. C. E. S. VITIMA:M. C. F. C. DENUNCIADO:CARLINHOS MONTEIRO DA COSTA DENUNCIADO:ALEX ASSUNCAO. Ã© DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que consta nos autos que o nacional CARLINHOS MONTEIRO DA COSTA esteve em monitoramento eletrÃ´nico, e no afÃ£ de esgotar-se todos os meios para sua intimaÃ§Ã£o no que se refere a sentenÃ§a, com observÃ¢ncia ao princÃ-pio do ContraditÃ³rio e da Ampla defesa, que seja oficiado Ã Central Integrada de Monitoramento para que informe o endereÃ§o de residÃªncia e domicÃ-lio do rÃ©u, bem como que preste informaÃ§Ãµes a respeito da continuidade ou nÃ£o desta monitoraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, retornem-me conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se, observadas as cautelas da lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito da 6Âº Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00161959820168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 DENUNCIADO:MATHEUS HENRIQUE MENDONCA MOTA SILVA Representante(s): OAB 17622 - BRUNO SANTOS DE SOUZA (ADVOGADO) DENUNCIADO:CAIO CESAR GOMES FERNANDES Representante(s): OAB 12331 - RAFAELLE ROLIM SALES FERNANDES (ADVOGADO) OAB 24985 - MIGUEL GOMES DE AZEVEDO (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . Ã©Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos na data e no estado em que se encontram. Considerando o pedido de fl. 124/127, bem como a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Ã fl. 130, determino que oficie-se ao Fundo de Investimento de SeguranÃ§a PÃºblica do ParÃ¡/SEGUP no afÃ£ de que promova restituiÃ§Ã£o da fianÃ§a paga pelo nacional CAIO CESAR GOMES FERNANDES, qualificado nos autos, com a devida atualizaÃ§Ã£o, nos termos do art. 337 do CPP. Adotem-se todas as medidas necessÃ¡rias para o cumprimento desta decisÃ£o. Intime-se e cumpra-se. BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00167929620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:K. D. L. G. AUTORIDADE POLICIAL:DPC JOAO BATISTA AMORIM DENUNCIADO:MAURO HENRIQUE ARAUJO DE SOUZA DENUNCIADO:DANIEL SANTOS DA SILVA. Ã©Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada que move o MinistÃ©rio PÃºblico em face de DANIEL SANTOS DA SILVA na qual se lhe imputa o crime previsto no art. 157, Â§2Âº-A, inciso I, Art. 157, Â§3Âº, inciso II c/c art. 29, todos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fl.35, foi autuado e juntado aos autos DeclaraÃ§Ã£o de Ãbito informando o Ã³bito do acusado DANIEL SANTOS DA SILVA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, conforme fl. 41. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre examinar hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o de punibilidade, o que passo a analisar, na forma do art. 61, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã vista da certidÃ£o de Ã³bito juntada aos autos, Ã© forÃ§oso o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em razÃ£o da morte do rÃ©u, nos termos do art. 107, inciso I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade de DANIEL SANTOS DA SILVA, qualificado nos autos, em razÃ£o do que dispÃµe o art. 107, inciso I, do CÃ³digo Penal e, em consequÃªncia, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, providenciem-se as anotaÃ§Ãµes e baixas de estilo e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, Registre-se, Intime-se, Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00167929620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:K. D. L. G. AUTORIDADE POLICIAL:DPC JOAO BATISTA AMORIM DENUNCIADO:MAURO HENRIQUE ARAUJO DE SOUZA DENUNCIADO:DANIEL SANTOS DA SILVA. Ã£Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u MAURO HENRIQUE ARAÃJO DE SOUZA, considerando a certidÃ£o de fl.28, decreto a SUSPENSÃO DO PROCESSO para o referido rÃ©u, bem como do CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, na forma do art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal. P.R.I.C. BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00212762320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO

RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:C. A. T. P. DENUNCIADO:MATHEUS EVANGELISTA TENORIO DENUNCIADO:ANDREI SILVA RAIOL Representante(s): OAB 10339 - MAURICIO DO SOCORRO ARAUJO DE FRANCA (ADVOGADO) . Ã£Vistos, etc. Considerando o teor da petiÃ§Ã£o de fl.138, homologo a renÃºncia do advogado MARCELO ALIRIO DOS SANTOS PAES, OAB/PA nÂº 24.245. Intime-se MATHEUS EVANGELISTA TENÃRIO para que, no prazo de 10 (dez) dias, constitua novo defensor habilitado para assisti-lo no presente processo, sendo cientificado que, em caso de inÃ©rcia ou alegaÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico oficiante neste juÃ-zo para promover-lhe assistÃªncia jurÃ-dica, na forma do art. 261 do CPP. Renovem-se as diligÃªncias. Intimem-se e cumpra-se, observadas as cautelas da lei. BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. Â Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues JuÃ-za de Direito Titular da 6Âº Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/Pa. PROCESSO: 00258020420178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 04/11/2021 QUERELANTE:ANDRE LUIZ MORAES DA COSTA Representante(s): OAB 15413 - ANDRE LUIZ MORAES DA COSTA (ADVOGADO) QUERELADO:FABIO DIAS LEITE Representante(s): OAB 17229 - IURI PASCALE BEMUYAL GUIMARAES (ADVOGADO) . Ã© DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o de fls. 31, Intimem-se o querelante ANDRE LUIZ MORAES DA COSTA para que informe se houve o cumprimento ou nÃ£o do Item 1, deliberado na audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se, observadas as cautelas da lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âº Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00303255920178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 DENUNCIADO:MAURILENE SANTANA DE SOUZA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:V. N. P. M. . VISTOS ETC. 1 Â¿ Feito o pregÃ£o de praxe, foi verificado que a denunciada MAURILENE SANTANA DE SOUZA nÃ£o respondeu, pois nÃ£o foi devidamente intimada da presente audiÃªncia, conforme se vÃª Ã s fls. 17. As partes nada se opuseram acerca da decretaÃ§Ã£o da revelia da mesma, nos termos da lei processual penal brasileira em vigor. Ã o breve relatÃ³rio. Passo a decidir: Ao compulsar os autos, verifico que a denunciada MAURILENE SANTANA DE SOUZA nÃ£o foi devidamente intimada, conforme certidÃ£o de fls. 17, e nÃ£o compareceu e nem justificou sua ausÃªncia. Conforme redaÃ§Ã£o do art. 367 do CPP: Â¿O processo seguirÃ¡ sem a presenÃ§a do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudanÃ§a de residÃªncia, nÃ£o comunicar o novo endereÃ§o ao juÃ-zoÂ¿. ISTO POSTO, E CONSIDERANDO A MANIFESTAÃÃO DO MINISTÃRIO PÃBLICO, DECRETO, a revelia da denunciada MAURILENE SANTANA DE SOUZA, qualificada nos autos, nos termos do art. 367 do CPP, devendo o presente feito prosseguir sem a sua presenÃ§a. DecisÃ£o publicada em audiÃªncia. Partes intimadas neste ato. Registre-se e cumpra-se. BelÃ©m (PA), 04 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES, Juiz(a) de Direito, titular da 6Âª Vara Criminal. PROCESSO: 00303255920178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 DENUNCIADO:MAURILENE SANTANA DE SOUZA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:V. N. P. M. . VISTOS ETC. 1 Â¿ Considerando a manifestaÃ§Ã£o das partes, os quais nada requereram na fase do Art. 402 do CPP, determino vistas dos autos, primeiramente, ao Representante do MP, e posteriormente, ao Representante da Defesa da denunciada para apresentarem alegaÃ§Ãµes finais de forma escrita, no prazo de lei. 2 Â¿ ApÃ³s, conclusos para os ulteriores de direito. 3 Â¿ Cumpra-se, observadas as cautelas de lei. BelÃ©m (PA), 04 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES, Juiz(a) de Direito, titular da 6Âª Vara Criminal. PROCESSO: 00147784720158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:DAVI PEREIRA GONCALVES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:L. P. B. B. N. . Vistos etc Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica incondicionada, movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, em face de DAVIÂ PEREIRA GONÃALVES, qualificado nos autos (fl.02) ter praticado o crime previsto no art. 155 Â§Â§ 1Â° e 4Â°, inciso II, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia Ã s fls. 02/04 destes autos, que: Â¿na madrugada do dia 22 de junho de 2015, o ora denunciado subtraiu, mediante escalada, um aparelho celular da residÃªncia da vÃ-tima Lucelia Paula Barbosa Bezerra Nunes, situada na Travessa Exeriel Monico de Matos nesta Capital. Â A vÃ-tima que

estava dormindo, foi surpreendida pela presenÃ§a do acusado em sua residÃªncia, que havia adentrado no local por uma janela que estava aberta, momento em que subtraiu o aparelho celular. Â Em sede policial, o ora denunciado confessou a prÃ¡tica do delituosa, bem como admitiu que no dia 21 de junho de 2015, por volta das 16:00h, acompanhado de terceira pessoa, tinha estado na residÃªncia da vÃ-tima, do mesmo modo, e subtraÃ-do a quantia em dinheiro de R$.1.500.00 (Hum mil e quinhentos reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o delito cometido na madrugada, o denunciado empreendeu fuga e a vÃ-tima, por jÃ¡ conhecer o acusado da vizinhanÃ§a e saber seu nome, registrou boletim de ocorrÃªncia, ocasiÃ£o em que os policiais da Seccional do GuamÃ¡ passaram a diligenciar, a fim de identificar o acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No momento de sua prisÃ£o em flagrante foi encontrado em poder de DAVI a res furtiva, bem como parte da quantia em dinheiro subtraÃ-da. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida pelo juÃ-zo em 17/08/2015, mediante despacho constante Ã fl. 07. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A citaÃ§Ã£o pessoal ocorreu em 24/08/2015, conforme CertidÃ£o de fl. 09. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta escrita Ã acusaÃ§Ã£o fl.11. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento foi decretada a revelia do acusado e ouvidas em JuÃ-zo duas testemunhas de acusaÃ§Ã£o Ely Aguiar da Silva e Francisco SimeÃ£o Miranda (Ã s fls. 21/24). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na fase do art. 402 do CPB, nenhuma diligÃªncia foi requerida pelas partes, como se vÃª Ã s fls. 51/52. Â Â Â Â Â Â Em memorias finais escritos o M.P requerer a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u nos termos da denÃºncia (fls.02/04) como se vÃª Ã s fls. 52/56. Â Â Â Â Â Â A diligente defesa do acusado em memoriais finais escritos, Ã s fls. 57/58,Â requer a absolviÃ§Ã£o, nos termos do art. 386, inciso VII do CPB. Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de Antecedentes Judicial positiva Ã s fls. 60/61. Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o foram augidas questÃµes preliminares ou prejudicais de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada nos autos pelos seguintes elementos: boletim de ocorrÃªncia; termos de depoimentos pessoais; auto de apreensÃ£o; auto de entrega e pelas demais provas documentais que acompanham o IPL em apenso aos autos principais, devidamente ratificadas pelas demais provas orais colhidas em juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autoria, da mesma forma Ã© inconteste, pois alÃ©m da prisÃ£o em flagrante delito, a forma oral produzida durante a instruÃ§Ã£o Ã© suficiente robusta neste sentido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sede judicial foi decretada a revelia do rÃ©u, nos termos do art. 367 do CPP, vez que devidamente intimado, deixou de comparecer a referida audiÃªncia designada para o dia 26/09/2016, bem como sequer justificou a impossibilidade de comparecer. Foram ouvidas duas testemunhas arroladas pelo MP, por ocasiÃ£o da denÃºncia: Ely Haldo da Silva e Francisco SimeÃ£o Miranda- (fls. 22/23). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vale ressaltar que a testemunha Ely Haldo Aguiar da Silva, em seu depoimento perante este JuÃ-zo declarou que a vÃ-tima compareceu a Seccional Urbana do GuamÃ¡, alegando q o rÃ©u entrou em sua casa, na parte da tarde, e lhe furtou uma certa quantia em dinheiro. Vale ressaltar, que na madrugada do mesmo dia, o rÃ©u retornou a casa da vÃ-tima, no afÃ£ de praticar novo delito, com a vÃ-tima presente em casa, tendo o rÃ©u furtado, nessa ocasiÃ£o, o celular da mesma. A vÃ-tima jÃ¡ conhecia o acusado da vizinhanÃ§a. Os policiais empreenderam diligÃªncias naquele local e conseguiram encontrar o acusado no Bairro de Val-de-Cans, em uma estÂ¢ncia, local em que o mesmo trabalhava, de posse do aparelho celular da vÃ-tima, bem como de uma certa quantia em dinheiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Francisco SimeÃ£o Miranda, juÃ-zo, afirmou que encontrava-se trabalhando na DEPOL, no momento em que a autoridade policial o designou para acompanhar a vÃ-tima, que iria mostrar o local onde o rÃ©u estaria, e que no caminho o encontraram em uma estÂ¢ncia com os produtos dos crimes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda segundo as testemunhas, os bens foram devidamente recuperados e devolvidos Ã vÃ-tima e o rÃ©u foi preso e autuado em flagrante delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Friso que a jurisprudÃªncia do STJ tambÃ©m jÃ¡ assentou o entendimento de que o depoimento de policiais responsÃ¡veis pela prisÃ£o em flagrante do acusado, constitui meio de prova idÃ´neo para embasar o Ã©dito condenatÃ³rio, mormente quando corroborado em juÃ-zo no Ã¢mbito do devido processo legal (neste sentido: STJ HC 156.586 /SP 5Âª. T. Rel. Min. NapoleÃ£o Nunes Maia Filho j.27.04.2010. DJU 24.05.2010; STJ HC 149.540/SP 5Âª Rel. Ministra Laurita Vaz j.12.04.2011, DJU 04.05.2011;STJ HC 177.980/BA 5Âª T. Rel. Min. Jorge Mussi j. 28.06.2011, DJU 01.08.2011; STJ AgRg no REsp 262.655/sp 5Âª T. Rel. Ministro Marco AurÃ©lio Bellizze j. 06.06.2013, DJU 14.06.2013; e STJ HC 255.212/SP, Rel. Min. Jorge Mussi, 5Âª. T., j. 18.06.2013, DJU 08.08.2013. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o rÃ©u Ã© revel neste processo, vale destacar que o STJ firmou entendimento no sentido de que, a teor do art. 65, inciso III, alÃ-nea Â¿dÂ¿ do CPB, a confissÃ£o espontÃ¢nea, ainda que extrajudicial ou parcial, Ã© circunstÃ¢ncia que sempre atenua a pena STJ - AgRg no HC: 122632 MS 2008/0268135 PROCESSO: 00325814320158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:A. C. DENUNCIADO:ALEX SOUSA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA

PUBLICA (DEFENSOR) . Vistos etc Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica incondicionada, movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, em face de ALEX SOUSA, qualificado nos autos (fl.02) ter praticado o crime previsto no art. 155 Â§4Â°, inciso I, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia Ã s fls. 02/03 destes autos, que Â¿no dia 07 de agosto de 2015, o ora denunciado subtraiu, mediante arrombamento, gÃªneros alimentÃ-cios do estabelecimento de AntÃ´nio Cardoso, situado na Passagem Mirandinha, esquina com a Passagem Santos, nesta Capital. Â No dia do ocorrido por volta das 05h30min., a vÃ-tima chegou ao seu estabelecimento, um pequeno mercado, onde vende gÃªneros alimentÃ-cios e verificou que a entrada estava arrombada. Assim testemunhas informaram que o responsÃ¡vel pelo arrombamento foi o ora acusado, inclusive seu genitor presenciou o acusado saindo do estabelecimento com trÃªs sacolas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posteriormente, a vÃ-tima acionou a PolÃ-cia Militar, que saiu em busca do denunciado, ocasiÃ£o em que o encontrou Ã s proximidades, carregando a res furtiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vale ressaltar, que os pertences da vÃ-tima foram recuperados.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida pelo juÃ-zo em 30/11/2015, mediante despacho constante Ã fl. 06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A citaÃ§Ã£o por edital ocorreu em 21/03/2016, conforme fl. 11. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em18/10/2016, est JuÃ-zo suspendeu o processo e o curso do porazo prescricional, nos termos do art. 366 do CPB, ocasiÃ£o em que decretou a prisÃ£o preventiva do acusado, bem como a Defensoria PÃºblica apresentasse a defesa escrita do reÃº e, por fim determinou a produÃ§Ã£o de provas, como se vÃª Ã fl. 15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mandado de prisÃ£o Ã fl.18. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MinistÃ©rio PÃºblico se manifesta que nÃ£o hÃ¡ interesse na produÃ§Ã£o antecipada de provas Ã fls. 19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defensoria PÃºblica, por seu turno, manifesta que tem interesse na produÃ§Ã£o antecipada de provas Ã fls. 20. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DesignaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento Ã fl. 21. Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o com a oitiva da testemunha de acusaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â OfÃ-cio nÂ°.415/14/09/2017- Seccional Urbana da Sacramenta, onde a autoridade policial informa que na data retromencionada foi cumprido o mandado de prisÃ£o preventiva em desfavor ao denunciado Ã fl.29. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o Ã fl. 37, este JuÃ-zo revogou a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, bem como determina a retomada da marcha processual, em seus atos ulteriores, ocasiÃ£o em que revogou a prisÃ£o do denunciado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta escrita Ã acusaÃ§Ã£o fl.46. Â Em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento foram ouvidas em JuÃ-zo a testemunha de acusaÃ§Ã£o Raimison Rodrigues da Silva (fls. 26/27), AntÃ´nio JosÃ© Ribeiro, pai do rÃ©u, que permaneceu calado, bem como o acusado, ocasiÃ£o que negou a autoria do crime (fls. 71/75). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na fase do art. 402 do CPB, nenhuma diligÃªncia foi requerida pelas partes. Â Â Â Â Â Em memorias finais escritos o M.P requerer a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u nos termos da denÃºncia (fls.02/03) como se vÃª Ã s fls. 74/76. Â Â Â Â Â Â A diligente defesa do acusado em memoriais finais escritos, requer em resumo, a aplicaÃ§Ã£o da pena mÃ-nima do. art. 155 Â§4Â°, inciso I, do CÃ³digo Penal, bem como q sejam reconhecidas as atenuantes previstas no art. 61e 62 do CPB, eventualmente a atenuante prevista no art. 65, II, Â¿dÂ¿ do mesmo CODEX, essa com atenuaÃ§Ã£o em grau mÃ¡ximo, requer tambÃ©m a aplicaÃ§Ã£o do regime aberto, substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade para pena restritiva de direitos e aplicaÃ§Ã£o mÃ-nima possÃ-vel, no que se refere a pena de multa (fls.77/80). Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de Antecedentes Judicial positiva Ã s fls. 81/83. Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o foram arguidas questÃµes preliminares ou prejudicais de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade estÃ¡ comprovada nos autos pelos seguintes elementos: boletim de ocorrÃªncia; termos de depoimentos pessoais; auto de apreensÃ£o; auto de entrega e pelas demais provas documentais que acompanham o IPL em apenso aos autos principais, devidamente ratificadas pelas demais provas orais colhidas em juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autoria, da mesma forma Ã© inconteste, pois alÃ©m da prisÃ£o em flagrante delito, a forma oral produzida durante a instruÃ§Ã£o Ã© suficiente robusta neste sentido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Raimison Rodrigues da Silva (fls. 26/27), em seu depoimento perante este JuÃ-zo declarou : Â¿QUE foi chamado para atender a referida ocorrÃªncia; QUE o CIOP comunicou que um cidadÃ£o havia cometido um furto; QUE conduziu o rÃ©u para a Delegacia; QUE jÃ¡ conhecia ALEX de outras diligÃªncias por furto, que o mesmo Ã© costumaz na prÃ¡tica de furtoÂ¿. Sic. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AntÃ´nio JosÃ© Ribeiro, optou em permanecer calado, pois Ã© pai do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u por ocasiÃ£o de seu interrogatÃ³rio em JuÃ-zo, declarou em juÃ-zo que nÃ£o cometeu o crime em tela e que os alimentos furtados nÃ£o estavam em sua posse. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vale ressaltar que os alimentos furtados do pequeno comÃ©rcio da vÃ-tima, foram devidamente recuperados e devolvidos Ã vÃ-tima e o rÃ©u foi preso e autuado em flagrante delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Friso que a jurisprudÃªncia do STJ tambÃ©m jÃ¡ assentou o entendimento de que o depoimento de policiais responsÃ¡veis pela prisÃ£o em flagrante do acusado, constitui meio de prova idÃ´neo para embasar o

Ã©dito condenatÃ³rio, mormente quando corroborado em juÃ-zo no Ã¢mbito do devido processo legal (neste sentido: STJ HC 156.586 /SP 5Âª. T. Rel. Min. NapoleÃ£o Nunes Maia Filho j.27.04.2010. DJU 24.05.2010; STJ HC 149.540/SP 5Âª Rel. Ministra Laurita Vaz j.12.04.2011, DJU 04.05.2011;STJ HC 177.980/BA 5Âª T. Rel. Min. Jorge Mussi j. 28.06.2011, DJU 01.08.2011; STJ AgRg no REsp 262.655/sp 5Âª T. Rel. Ministro Marco AurÃ©lio Bellizze j. 06.06.2013, DJU 14.06.2013; e STJ HC 255.212/SP, Rel. Min. Jorge Mussi, 5Âª. T., j. 18.06.2013, DJU 08.08.2013. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova da autoria, restou sobejamente comprovada pela prova oral e documental que formam um conjunto probatÃ³rio dos autos, especialmente pelo depoimento da testemunha, o que leva Ã conclusÃ£o de que o delito existiu e o rÃ©u Ã© o autor, autorizando, portanto, a ediÃ§Ã£o de sentenÃ§a condenatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Presentes todos os elementos do crime de furto, uma vez que a conduta praticada pelo acusado mostra formal e materialmente tÃ-pica, adequando-se, Ã perfeiÃ§Ã£o, ao tipo descrito no art. 155, caput do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Presente a circunstÃ¢ncia qualificadora do delito, qual seja, o furto cometido mediante arrombamento, jÃ¡ que o rÃ©u arrombou a porta que dava acesso ao comÃ©rcio da vÃ-tima, para subtrair gÃªneros alimentÃ-cios, nos termos do art. 155, Â§4Âº., I do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As evidÃªncias acima expostas tambÃ©m comprovam a existÃªncia do elemento subjetivo do tipo, qual seja, a intenÃ§Ã£o livre e consciente de subtrair coisa alheia mÃ³vel, mediante escalada, durante o repouso noturno, configurando, destarte, a modalidade dolosa do crime que lhe foi imputado nos termos do art. 18, I do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o socorre o rÃ©u o argumento do princÃ-pio da insignificÃ¢ncia, dada a configuraÃ§Ã£o da modalidade qualificadora do crime de furto praticado pelo agente. Como cediÃ§o, a jurisprudÃªncia do STJ Ã© pacÃ-fica no sentido de que o cometimento do crime de furto qualificado por concurso de agentes, como o caso dos autos, aponta para especial reprovabilidade do comportamento e afasta, destarte, a aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio da insignificÃ¢ncia (neste sentido: STJ, Quinta Turma, HC 414.199/SP, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 21/09/2017). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de crime consumado, eis que provado que ocorreu a inversÃ£o da posse, conforme se extrai das provas orais colhidas durante a instruÃ§Ã£o processual, prevalecendo o entendimento versado na sÃºmula nÂ°. 582 do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, inexistem quaisquer causas de exclusÃ£o de ilicitude, antijuridicidade ou culpabilidade aplicÃ¡veis ao caso presente.ISTO POSTO, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO POROCEDENTE A PRETENSÃO ACUSATÃRIA, formulada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, Ã s fls. 02/03, dos presentes autos, par CONDENAR ALEX SOUZA, devidamente qualificado nestes autos, com incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do arts. 155 Â§ 4Â°, inciso I, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a analisar a dosimetria da pena conforme dispÃµe o art. 68 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em primeiro lugar analiso as circunstÃ¢ncias judiciais previstas no art. 59 do CPB, Ã© o que passo a fazer: Â Â Â Â Â Â Â Â Â em relaÃ§Ã£o a culpabilidade, observo q a conduta apresenta grau de reprovaÃ§Ã£o em seu grau normal, vez que nÃ£o ultrapassa a descriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â hÃ¡ registro de antecedentes criminais, conforme CertidÃ£o nos autos Ã s fls. 81/87; Â Â Â Â Â Â Â Â Â conduta social e personalidade do rÃ©u poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, nÃ£o permitindo que se faÃ§a uma avaliaÃ§Ã£o precisa e concreta a respeito deste item; Â Â Â Â Â Â Â Â Â o motivo do crime foi a cobiÃ§a e o lucro fÃ¡cil, elementos inerentes aos tipos penais contra o patrimÃ´nio, razÃ£o pela qual deixo de considerÃ¡-las para evitar dupla valoraÃ§Ã£o; Â Â Â Â Â Â Â Â Â as circunstÃ¢ncias nÃ£o extrapolam os limites da prÃ³pria incidÃªncia do tipo penal; Â Â Â Â Â Â Â Â Â as consequencias do crime sÃ£o poucos significativas, afinal, houve devoluÃ§Ã£o do bem apreendido, Â Â Â Â Â Â Â Â Â o comportamento da vÃ-tima constitui circunstÃ¢ncia cuja valoraÃ§Ã£o Ã© neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã vista dessas circunstÃ¢ncias judiciais analisadas, fixo a PENA BASE em 2Â (DOIS) ANOS E 09 (NOVE) MESES DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 53 (CINQUENTA E TRRÃS) DIAS-MULTA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ausentes circunstÃ¢ncias atenuantes a valorar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ausentes causas de diminuiÃ§Ã£o e de aumento de pena a valorar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã pena de multa, aplico a fraÃ§Ã£o mÃ-nima Ã espÃ©cie, dada a ausÃªncia de informaÃ§Ãµes concretas a respeito da situaÃ§Ã£o econÃ´mico-financeira do rÃ©u, estabelecendo o valor de 53 (CINQUENTA E TRÃS) DIAS-MULTA Ã RAZÃO DE UM TRIGÃSIMO DO SALÃRIO MÃNIMO VIGENTE AO TEMPO DO FATO DELITUOSO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u ALEX SOUZA, devidamente qualificado nestes autos, deverÃ¡ iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade punida com reclusÃ£o em REGIME ABERTO, na forma do art. 33, Â§2Âº, alÃ-nea Â¿cÂ¿ do CPB, se por al nÃ£o estiver preso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de proceder a cÃ¡lculo de detraÃ§Ã£o, pois, tal operaÃ§Ã£o implicarÃ¡ em alteraÃ§Ã£o do regime de pena acima fixado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Converto a pena privativa de liberdade em restritivas de direitos, em funÃ§Ã£o de expressa determinaÃ§Ã£o legal, e porque preenchidos os requisitos do art. 44 do CPB: ao crime foi aplicada pena inferior a 4 (quatro) anos, o rÃ©u Ã© primÃ¡rio, e as circunstÃ¢ncias indicam que a substituiÃ§Ã£o Ã© suficiente. Assim, com base

nhoque dispÃµe o Â§2Âº., in fine, do dispositivo legal supra, por ser pena superior a 01 (um) ano, substituo a pena privativa de liberdade aplicada por uma pena restritiva de direito consistente na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, pelo prazo de 02(DOIS) ANOS E 09 (NOVE) MESES DE RECLUSÃO, E AO PAGAMENTO DE 53 (CINQUENTA E TRÃS) DIAS-MULTA, em uma instituiÃ§Ã£o a ser determinada pelo juÃ-zo da Vara de ExecuÃ§Ã£o Penal desta Comarca da Capital e, ainda a uma pena pecuniÃ¡ria no valor de 1 (UM) SALÃRIO MÃNIMO VIGENTE NESTE PAÃS, nos termos do art. 45, Â§1Âº, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Prejudicada a concessÃ£o da suspensÃ£o condicional da pena (art.77, CPB). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u poderÃ¡ recorrer da sentenÃ§a condenatÃ³ria em liberdade, se por al nÃ£o estiver preso, devendo prevalecer a orientaÃ§Ã£o firmada pelo STF,Â de que a manutenÃ§Ã£o da prisÃ£o provisÃ³ria Ã© incompatÃ-vel com a fixaÃ§Ã£o de regime de inÃ-cio de cumprimento de pena menos severo que o fechado (neste sentido: STF - HC 138122, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado 09.05.2017, PJE- DJe- 105D 10.05.2017, P. 22.05.2017 E SÃºmula Vinculante, nÂ°. 56 do STF). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de fixar o valor mÃ-nimo a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o estabelecida no art. 387, inciso IV, do CPP, pois nÃ£o houve requerimento formulado pelo MP no particular, considerando que o bem furtado pelo rÃ©u, por ocasiÃ£o de sua prisÃ£o em flagrante, foi restituÃ-do para a vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas ex legis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, cumpram-se as seguintes deliberaÃ§Ãµes: a)Â Â Â Â Â lance-se o nome do condenado no rol dos culpados; b)Â Â Â Â Â oficie-se ao TRE/PA para cumprimento do disposto no art. 15, inciso III, da CF/88 c/c o art. 71, Â§2Âº do CPPB. c)Â Â Â Â Â expeÃ§a-se guia para fins de execuÃ§Ã£o penal, fazendo-se as devidas comunicaÃ§Ãµes de praxe, inclusive para fins de estatÃ-stica, d)Â Â Â Â Â comunique-se a vÃ-tima, nos termos do art. 201, Â§2Âº , do CPPB. Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00111972420158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:S. L. C. S. D. AUTORIDADE POLICIAL:ANTONIO AILTON BENONE SABBADPC DENUNCIADO:WALDENOR GOMES DE SOUZA JUNIOR Representante(s): OAB 27433-A - GILBSON ENDE DOS SANTOS SANTIS (ADVOGADO) DENUNCIADO:MANUELA OLIVEIRA DOS ANJOS DENUNCIADO:ALBERTO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR Representante(s): OAB 19230 - ROCHERTER WALBER BARBOSA MARQUES (ADVOGADO) OAB 21906 - EDIEL GAMA LOPES (ADVOGADO) OAB 1705 - OSVALDO JESUS SERRAO DE AQUINO (ADVOGADO) DENUNCIADO:MAURICIO RAPHAEL DOS SANTOS. Vistos, etc. Tendo em vista a certidÃ£o de fls. 59 e considerando que a citaÃ§Ã£o de Manuela Oliveira dos Anjos e Alberto Pereira de Souza JÃºnior restou infrutÃ-fera, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. Quanto ao denunciado MaurÃ-cio Raphael dos Santos, observa-se que nÃ£o houve informaÃ§Ã£o sobre sua citaÃ§Ã£o ou nÃ£o, a qual se deu por carta precatÃ³ria e em observÂncia a ResoluÃ§Ã£o NÂ° 350, CNJ, de 27/10/2020, que versa sobre o dever de recÃ-proca cooperaÃ§Ã£o em prol da eficiÃªncia, renovem-se as diligÃªncias. Ademais, Cuida-se de resposta escrita oferecida pelo denunciado Waldenor Gomes de Souza JÃºnior Ã s fls. 48-50 denunciado pelo MinistÃ©rio PÃºblico pelo cometimento dos crimes capitulados no arts. 171, Caput, 297, 304 e 347, todos do CPB. Analisando o teor da manifestaÃ§Ã£o precitada, observo que os argumentos suscitados pela defesa nÃ£o condizem com a exordial, na qual, em sua fl. 5, descreve uma conduta delitiva conexa ao denunciado, razÃ£o pela qual se impossibilita o julgamento antecipado mediante absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, eis que o acervo probatÃ³rio ainda nÃ£o Ã© suficientemente robusto a ponto de revelar, de forma inequÃ-voca, hipÃ³tese prevista no art.397 do CPP ou existÃªncia de prova ilÃ-cita produzida em sede de inquÃ©rito policial, sendo indispensÃ¡vel, ao meu ver, adequada dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria a ser realizada em fase de instruÃ§Ã£o processual. Destarte, considerando que a denÃºncia de fls. 02/08, preenche os requisitos do art. 41 do CPP, descrevendo fato de relevÂncia penal, sem que se possa vislumbrar, em anÃ¡lise inicial, situaÃ§Ã£o excludente de ilicitude ou de culpabilidade, e que a justa causa para a aÃ§Ã£o penal, estÃ¡, por sua vez, satisfatoriamente, consubstanciada nos elementos colhidos no inquÃ©rito policial, entendo que o processo deva seguir para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o. Â .Â Designo para o dia 27/09/2022, Ã s 11:30hs, a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia supra, a qual seguirÃ¡ os termos dos arts.400 a 404 do CPP. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Intimem-se e cumpra-se. BelÃ©m/PA, 09 de novembro de 2021. SARAH CASTELO

BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m / PA PROCESSO: 00121201120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:LUIZ FERNANDO DE JESUS CARVALHO BEZERRA VITIMA:V. J. O. P. . VISTOS ETC. 1 Â¿ Considerando a ausÃªncia do denunciado LUIZ FERNANDO DE JESUS CARVALHO BEZERRA, o qual nÃ£o foi devidamente intimado, conforme certidÃ£o de fls. 24, suspendo a presente audiÃªncia, determino vistas dos autos ao ÃrgÃ£o Ministerial para se manifestar acerca do nÃ£o comparecimento do acusado. 2 Â¿ ApÃ³s, conclusos aos ulteriores de direito. 3 Â¿ Int. e cumpra-se, observadas as cautelas de lei. BelÃ©m (PA), 09 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES, JuÃ-za de Direito, titular da 6Âª Vara Criminal da Capital. PROCESSO: 00171214520178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:A. A. V. N. DENUNCIADO:LEANDRO BORGES DA CONCEICAO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . Ã£Vistos, etc. Considerando a revelia do denunciado Leandro Borges da ConceiÃ§Ã£o, fl. 62, bem como a desistÃªncia do MinistÃ©rio PÃºblico na oitiva da vÃ-tima e da testemunha MaurÃ-cio Gomes da Rocha, tem-se o fim da instruÃ§Ã£o Intimem-se as partes para os fins do art. 402 do CPP. Caso nada requeiram, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico e Ã Defensoria PÃºblica para o oferecimento de memoriais escritos, nos termos do art. 403, Â§3Â°. Intimem-se e cumpra-se BelÃ©m/PA, 09 de novembro de 2021 SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00197343320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:I. N. D. T. DENUNCIADO:MARCIO CLEBER NASCIMENTO COSTA. VISTOS ETC. 1 Â¿ Considerando a ausÃªncia do denunciado MÃRCIO CLÃBER NASCIMENTO COSTA (mandado nÃ£o devolvido), suspendo a presente audiÃªncia, determino vistas dos autos ao ÃrgÃ£o Ministerial para se manifestar acerca do nÃ£o comparecimento, a pos a juntada da certidÃ£o do Sr. Oficial de JustiÃ§a. 2 Â¿ ApÃ³s, conclusos aos ulteriores de direito. 3 Â¿ Int. e cumpra-se, observadas as cautelas de lei. BelÃ©m (PA), 09 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES, JuÃ-za de Direito, titular da 6Âª Vara Criminal da Capital. PROCESSO: 00220358420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ROBERTO RODRIGUES SANTANA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . VISTOS ETC. 1 Â¿ Considerando as ausÃªncias das testemunhas de acusaÃ§Ã£o, suspendo a presente audiÃªncia, designando desde jÃ¡ o dia 28/09/2022, Ã s 11:30h, para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, saindo os presentes intimados para o ato. 2 Â¿ Determino a renovaÃ§Ã£o das diligÃªncias para a apresentaÃ§Ã£o das testemunhas de acusaÃ§Ã£o (Policiais Militares). 3 Â¿ Cumpra-se, observadas as cautelas de lei. BelÃ©m (PA), 09 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES, JuÃ-za de Direito, titular da 6Âª Vara Criminal da Capital. PROCESSO: 00052852120068140401 PROCESSO ANTIGO: 200620130035 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: E. M. S. F. DENUNCIADO: F. A. B. P. Representante(s): OAB 5727 - MARCIA DO SOCORRO RODRIGUES MIRANDA (ADVOGADO) OAB 5727 - MARCIA DO SOCORRO RODRIGUES MIRANDA (ADVOGADO) PROMOTOR: D. M. N. S. C.

SECRETARIA DA 9ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 01/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA 9ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 9ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00088631220188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCUS ALAN DE MELO GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 DENUNCIADO:ROGERIO ALBERTO ALMEIDA NASCIMENTO Representante(s): OAB 14069 - MARCUS NASCIMENTO DO COUTO (ADVOGADO) VITIMA:P. R. O. V. Representante(s): OAB 13977 - ANGELO SAMPAIO SILVA (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) PROMOTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Representante(s): ANA CLAUDIA BASTOS DE PINHO (PROMOTOR(A)) . SentenÃ§a Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de aÃ§Ã£o penal iniciada por denÃºncia do MinistÃ©rio PÃºblico do Estado (9Âª Promotoria de JustiÃ§a Criminal de BelÃ©m), em que se imputa a Rogerio Alberto Almeida, qualificado nos autos, o cometimento do crime do art. 157, Â§ 3Â°, segunda parte, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia instruÃ-da com os autos do inquÃ©rito policial nÂº 00486/2017.100131-2. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado. Houve defesa preliminar, seguindo-se audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em memoriais, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado com fundamento no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. O assistente de acusaÃ§Ã£o, regularmente intimado, nÃ£o apresentou memoriais (certidÃ£o de fls. 131). A defesa secundou o pedido ministerial (fls. 124/125).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Fundamento e decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1998 consagrou o sistema acusatÃ³rio em nosso processo penal. Seu art. 5Âº confere o status de garantias fundamentais a princÃ-pios como o devido processo legal, o contraditÃ³rio, a ampla defesa, o juiz natural, a presunÃ§Ã£o de inocÃªncia, o in dubio pro reo, o direito ao silÃªncio, a vedaÃ§Ã£o ao emprego de provas ilÃ-citas, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A estrutura acusatÃ³ria do processo penal, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigaÃ§Ã£o e a substituiÃ§Ã£o da atuaÃ§Ã£o probatÃ³ria do Ã³rgÃ£o de acusaÃ§Ã£o, estÃ¡ expressamente prevista no art. 3Â°-A do CÃ³digo de Processo Penal. No sistema acusatÃ³rio, aÃ§Ã£o penal e processo nÃ£o se confundem, da mesma forma como nÃ£o se confundem em um Ãºnico Ã³rgÃ£o as atividades de acusar e julgar. Assim, aquele que tem legitimidade para acusar nunca serÃ¡ o mesmo que tem legitimidade para julgar. Disso decorre que nesse sistema processual nÃ£o se deduz, por meio da aÃ§Ã£o penal, pretensÃ£o punitiva, mais sim pretensÃ£o acusatÃ³ria. Isto significa, em outras palavras, que nÃ£o pode haver condenaÃ§Ã£o sem que haja acusaÃ§Ã£o formal feita pelo Ã³rgÃ£o que dispÃµe de legitimidade para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal raciocÃ-nio torna incompatÃ-vel com o texto constitucional o art. 385 do CÃ³digo de Processo Penal, que permite ao juiz proferir, nos processos por crime de aÃ§Ã£o pÃºblica, sentenÃ§a condenatÃ³ria, ainda quando o MinistÃ©rio PÃºblico tenha requerido a absolviÃ§Ã£o do rÃ©u. Ora, admitir essa possibilidade significa converter o juiz em Ã³rgÃ£o acusador, pois a condenaÃ§Ã£o pressupÃµe o reconhecimento da procedÃªncia da imputaÃ§Ã£o, que, afastada pelo pedido de absolviÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico, passa a ser feita tacitamente pelo prÃ³prio juiz. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A jurisprudÃªncia vem tambÃ©m firmando interpretaÃ§Ã£o no sentido de que o pedido de absolviÃ§Ã£o feito pelo MinistÃ©rio PÃºblico vincula a decisÃ£o do juiz. Nesse sentido: a) TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO RIO DE JANEIRO. 1Âª CÃMARA CRIMINAL. APELAÃÃO CRIMINAL nÂº. 0005443-72.2012.8.19.0044. Data de Julgamento: 28/01/2014 - Data de PublicaÃ§Ã£o: 02/02/2014; b) Tribunal de JustiÃ§a de Minas Gerais. NÃºmero do 1.0024.09.480666-8/001 NÃºmeraÃ§Ã£o 4806668- Relator: Des.(a) Alexandre Victor de Carvalho. Data do Julgamento: 23/03/2010.Data da PublicaÃ§Ã£o: 12/04/2010); c) Tribunal de JutiÃ§a do Rio Grande do Sul. Quinta CÃ¢mara Criminal. ApelaÃ§Ã£o nÂ° 70053333803. Relato: Des. Francesco Conti. Data do Julgamento 05/06/2013. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A matÃ©ria jÃ¡ foi objeto de apreciaÃ§Ã£o e decisÃ£o do Tribunal de JustiÃ§a do ParÃ¡, assim proclamada no seguinte julgado: Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡. ACÃRDÃO nÂº SECRETARIA DA 1Âª CÃMARA CRIMINAL ISOLADA RECURSO EM SENTIDO ESTRITO PROCESSO N.Âº 0005690-42.2012.8.14.0028. RELATOR DESIGNADA: JUÃZA CONVOCADA NADJA NARA COBRA MEDA. Data do Julgamento :21 de julho de 2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo improcedente a pretensÃ£o acusatÃ³ria deduzida na denÃºncia de fls. 02/04 e absolvo RogÃ©rio Alberto Almeida, jÃ¡ qualificado, com suporte no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ComunicaÃ§Ãµes de estilo. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa no LIBRA e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IntimaÃ§Ãµes por edital, se necessÃ¡rio Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. BelÃ©m (PA), 10 de agosto de 2021. Marcus Alan de Melo Gomes Juiz de Direito da 9Âª Vara Criminal PROCESSO: 00149857520178140401 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 DENUNCIADO:EVENI COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL LTDA Representante(s): OAB 4524 - SIMONE NAZARE PECK DE BARROS (ADVOGADO) OAB 11358 - MICHELLE NUNES PEREIRA (ADVOGADO) OAB 19913 - WADIH BRAZAO E SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:EVERALDO JOSE SERRAO DE MORAES Representante(s): OAB 4524 - SIMONE NAZARE PECK DE BARROS (ADVOGADO) OAB 11358 - MICHELLE NUNES PEREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ENI DO SOCORRO MACIEL LOPES Representante(s): OAB 4524 - SIMONE NAZARE PECK DE BARROS (ADVOGADO) OAB 11358 - MICHELLE NUNES PEREIRA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Representante(s): BENEDITO WILSON CORREA DE SA (PROMOTOR(A)) . AÃO PENAL PROCESSO NÂº 0014985-75.2017.8.14.0401 RÃUS: Everaldo JosÃ© SerrÃ£o de Moraes, Eni do Socorro Maciel Lopes e Eveni ComÃ©rio Varejjsita de Materiais de ConstruÃ§Ã£o em Geral LTDA CAPITULAÃÃO PROVISÃRIA: Art. 69-A, da Lei nÂº 9.605/1998 SentenÃ§a nÂº 136/2021-CM RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Tratam os autos de AÃ§Ã£o Penal proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ em face de EVERALDO JOSÃ SERRÃO DE MORAES, ENI DO SOCORRO MACIEL LOPES e EVENI COMÃRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÃÃO EM GERAL LTDA, imputando-lhes a prÃ¡tica do crime previsto no art. 69-A, da Lei nÂº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais). Â Â Â Â Â Â Â Segundo consta na denÃºncia, no dia 03 de maio de 2016, Ã s 16h33min, a empresa denunciada EVENI COMÃRIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÃÃO EM GERAL LTDA, que tem como sÃ³cios gestores e proprietÃ¡rios os demais acusados EVERALDO JOSÃ SERRÃO DE MORAES e ENI DO SOCORRO MACIEL LOPES, foi autuada pelo IBAMA por prestar informaÃ§Ãµes falsas nos sistemas oficiais de controle de produtos florestais, SISFLORA/PA. Â Â Â Â Â Â Â Prossegue narrando a exordial acusatÃ³ria que a empresa denunciada, seguindo constatou a autoridade competente do IBAMA, apropriou-se de crÃ©ditos indevidos, totalizando 50mÂ³ em crÃ©dito de madeira processada, oriundos de forma fraudulenta da empresa de fachada A R CHAVES-ME. Â Â Â Â Â Â Â Ainda de acordo com a peÃ§a inicial, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e do Recursos Naturais RenovÃ¡veis-IBAMA, realizou fiscalizaÃ§Ã£o onde foi constatado o fato, tendo sido lavrado o respectivo Auto de InfraÃ§Ã£o, bem como originada a NotÃ-cia de Fato nÂº 000561-125/2017. Â Â Â Â Â Â Â Narra, por fim, a denÃºncia, que os acusados EVERALDO JOSÃ SERRÃO DE MORAES e ENI DO SOCORRO MACIEL LOPES nÃ£o sÃ³ devem responder pelo crime, posto que ao tempo do fato delituoso possuÃ-am poder de gestÃ£o e mando na empresa, como tambÃ©m foram os responsÃ¡veis pela inserÃ§Ã£o deliberada das informaÃ§Ãµes falsas no sistema SISFLORA. Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise inicial acerca da admissibilidade da peÃ§a acusatÃ³ria, o Magistrado titular da 9Âª Vara Criminal de BelÃ©m entendeu nÃ£o ser o caso de prosseguimento da aÃ§Ã£o penal, rejeitando a denÃºncia por nÃ£o ter sido narrado nenhuma conduta que pudesse se enquadrar no tipo penal do art. 69-A, da Lei nÂº 9.605/98, conforme consta na decisÃ£o de fls. 06/09. Â Â Â Â Â Â Â Inconformado, o RMP interpÃ´s Recurso em Sentido Estrito contra a supracitada decisÃ£o que rejeitou a denÃºncia, tendo apresentado suas razÃµes recursais e, posteriormente, foi aberto vista dos autos Ã defesa dos denunciados para que apresentasse suas contrarrazÃµes, o que foi efetivamente feito, tudo juntado Ã s fls. 10/14, 17/22 e 29/34. Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fls. 35, o Magistrado titular da 9Âª Vara Criminal de BelÃ©m nÃ£o sÃ³ recebeu o recurso interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico, por entender estarem satisfeitos os seus requisitos autorizadores, como tambÃ©m reexaminou a matÃ©ria e manteve a decisÃ£o recorrida, tendo os autos entÃ£o sido remetidos ao ETJPA. Â Â Â Â Â Â Â O recurso ministerial foi provido por este ETJPA, por meio de sua 3Âª Turma de Direito Penal, no AcÃ³rdÃ£o nÂº 185510, publicado no DiÃ¡rio de JustiÃ§a de 09 de fevereiro de 2018, tendo sido, na ocasiÃ£o, recebida a denÃºncia e determinado o prosseguimento do feito no juÃ-zo originÃ¡rio, de modo que os autos retornaram a 9Âª Vara Criminal para regular tramitaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Por meio do despacho de fl. 71, foi determinada a citaÃ§Ã£o dos acusados para apresentarem suas respostas Ã acusaÃ§Ã£o, o que foi devidamente realizado, tendo a peÃ§a defensiva sido juntada Ã s fls. 74/76. Â Â Â Â Â Â Â Analisando a Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o dos denunciados, o Magistrado titular da 9Âª Vara Criminal de BelÃ©m, ratificando que a tese por eles suscitada era o entendimento daquele juÃ-zo que tinha sido exposto na decisÃ£o que rejeitou a denÃºncia, acabou por se julgar suspeito para apreciar a matÃ©ria, de modo que esta Magistrada passou a ser a competente para analisada a demanda. Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 79, este juÃ-zo sentenciante rechaÃ§ou os argumentos da defesa e, por nÃ£o se tratar de hipÃ³tese para absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, nulidades a serem reconhecidas e nem de rejeiÃ§Ã£o da exordial acusatÃ³ria, ratificou o recebimento da denÃºncia, determinando o prosseguimento do feito, designando data para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia instrutÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Os denunciados entÃ£o peticionaram, Ã s fls. 96/100, pleiteando o chamamento do feito Ã ordem para que fosse realizada nova citaÃ§Ã£o, uma vez que os mesmos

apresentaram suas Respostas Ã AcusaÃ§Ã£o antes mesmo de terem sido citados pessoalmente para fazÃª-lo, argumentando ainda, que a denÃºncia sequer tinha sido recebida. Â Â Â Â Â Â Â Analisando as alegaÃ§Ãµes trazidas e os autos, este juÃ-zo indeferiu o pedido na decisÃ£o de fl. 101, tendo o processo seguido seu tramite regular. Â Â Â Â Â Â Â No dia 26 de setembro de 2019 foi iniciada a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, ocasiÃ£o em que foi ouvida a testemunha de acusaÃ§Ã£o ClÃ-via Bezerra AraÃºjo, tendo o RMP solicitado o adiamento do interrogatÃ³rio dos rÃ©us para data posterior, para que a Defesa tivesse tempo de junta documentos que foram citados na audiÃªncia, conforme certificado na Ata de fls. 104/105. Â Â Â Â Â Â Â Os denunciados entÃ£o juntaram os documentos de fls. 106/114, tendo o RMP pugnado, Ã fl. 115, o prosseguimento do feito e a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia para qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio dos rÃ©us. Â Â Â Â Â Â Â Somente no dia 14 de junho de 2021 Ã© que foi finalizada a fase instrutÃ³ria, tendo sido qualificados e interrogados os acusados, tudo certificado na Ata de fls. 152/153. Â Â Â Â Â Â Â Em AlegaÃ§Ãµes Finais de fls. 154/155, o RMP pleiteia a condenaÃ§Ã£o dos rÃ©us, aduzindo, para tanto, que restaram cabalmente comprovadas nos autos, por meio da prova documental e pelo depoimento robusto, coerente e concatenado da testemunha de acusaÃ§Ã£o, a materialidade e a autoria delitiva imputada aos acusados. Â Â Â Â Â Â Â Os denunciados, por meio de seu advogado particular, apresentaram suas AlegaÃ§Ãµes Finais Ã s fls. 160/167 aduzindo, preliminarmente, a nulidade do processo desde o inÃ-cio, uma vez que hÃ¡ a necessidade de nova citaÃ§Ã£o dos rÃ©us, posto que os mesmos apresentaram suas respostas Ã acusaÃ§Ã£o antes do recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Ainda em sede de preliminar, muito embora o patrono dos acusados tenha mencionado se tratar de mÃ©rito, alegam a inÃ©pcia da denÃºncia, pois nÃ£o foi narrada a conduta criminosa com todas as suas circunstÃ¢ncias, fato esse que, no seu entender, dificulta a prÃ³pria defesa dos rÃ©us. Â Â Â Â Â Â Â No mÃ©rito, aduzem ser atÃ-pica a sua conduta, posto que toda a questÃ£o jurÃ-dico-penal foi originada porque a empresa que inseriu o crÃ©dito que foi adquirido pela empresa rÃ©, era fraudulenta, ressaltando que os acusados nÃ£o tinham como saber que o crÃ©dito que estavam comprando era fraudulento. Â Â Â Â Â Â Â Pugnam, ao final, seja anulado o processo desde a citaÃ§Ã£o, ou, seja rejeitada a denÃºncia por ausÃªncia dos seus requisitos autorizadores, ou ainda, sejam absolvidos das imputaÃ§Ãµes que foram feitas. Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 170/172 foram juntadas aos autos as CertidÃµes de Antecedentes Criminais dos acusados. Â Â Â Â Â Â Â Ã o sucinto relatÃ³rio. Passo a sentenciar. Â Â Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â PRELIMINARES: Â Â Â Â Â Â Â As preliminares de nulidade do processo desde a citaÃ§Ã£o dos acusados, os quais teriam sido intimados a apresentar suas Respostas Ã AcusaÃ§Ã£o antes do recebimento da denÃºncia, e de inÃ©pcia da exordial acusatÃ³ria, de maneira nenhuma devem ser acolhidas, senÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, cumpre ressaltar que ambas alegaÃ§Ãµes jÃ¡ foram analisadas nÃ£o somente por este juÃ-zo, vide decisÃµes de fls. 79 e 101, como tambÃ©m pelo prÃ³prio ETJPA, conforme consta no AcÃ³rdÃ£o de nÂº 185510, de fls. 51/53, de modo que nÃ£o se trata de matÃ©ria nova. Â Â Â Â Â Â Â Feita a observaÃ§Ã£o acima, tem-se que, como muito bem asseverou o d. Desembargador Leonam Gondim da Cruz JÃºnior, relator do Recurso em Sentido Estrito interposto pelo RMP contra a decisÃ£o do juÃ-zo originÃ¡rio que rejeitou a denÃºncia, em seu voto condutor do AcÃ³rdÃ£o nÂº 185510, como tambÃ©m da simples leitura da peÃ§a inicial Ã© possÃ-vel de se extrair que a conduta imputada aos acusados foi a de ter inserido dado fraudulento no sistema SISFLORA, acerca da compra de crÃ©dito florestal no montante equivalente a 50mÂ³ de madeira em crÃ©dito, cuja relaÃ§Ã£o comercial se deu entre a empresa rÃ© e uma empresa que o setor de fiscalizaÃ§Ã£o do IBAMA constatou ser de fachada. Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡, portanto, que se falar em inÃ©pcia da exordial acusatÃ³ria, uma vez que Ã© perfeitamente possÃ-vel de se verificar qual a conduta delitiva estÃ¡ sendo imputada aos rÃ©us, devendo ser ressaltado que a adequaÃ§Ã£o penal da conduta estÃ¡ correta, ex-vi o art. 69-A, da Lei nÂº 9.605/97. Â Â Â Â Â Â Â De igual maneira, nÃ£o hÃ¡ que se falar em nulidade do feito desde a citaÃ§Ã£o. Assim Ã©, pois ao contrÃ¡rio do que foi alegado pelos rÃ©us a denÃºncia foi recebida pelo prÃ³prio ETJPA, no jÃ¡ mencionado AcÃ³rdÃ£o de nÂº 185510, fato esse inclusive exposto na parte final do voto do d. Desembargador Relator. Â Â Â Â Â Â Â Ademais, Ã© imperioso que se ressalte que quando o Tribunal dÃ¡ provimento ao RESE interposto pelo RMP contra a rejeiÃ§Ã£o de uma denÃºncia, um dos efeitos do provimento Ã© justamente o prÃ³prio recebimento da peÃ§a inicial que tinha sido rejeitada pelo juÃ-zo de primeiro grau. Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos vÃª-se que a denÃºncia foi recebida pelo Tribunal, tendo sido determinado o retorno dos autos ao juÃ-zo originÃ¡rio para prosseguimento da AÃ§Ã£o Penal, tendo o Magistrado entÃ£o ordenado a citaÃ§Ã£o dos rÃ©us para que apresentassem suas Respostas Ã AcusaÃ§Ã£o e eles apresentaram a peÃ§a defensiva antes de terem sido pessoalmente citados. Â Â Â Â Â Â Â A apresentaÃ§Ã£o de Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o antes da citaÃ§Ã£o pessoal nÃ£o acarreta a nulidade do feito, uma vez que o objetivo da citaÃ§Ã£o Ã© justamente o chamamento, in casu, dos rÃ©us, ao processo, dando-lhe ciÃªncia da acusaÃ§Ã£o para que possam apresentar sua primeira defesa, de modo que se eles jÃ¡ estavam cientes da acusaÃ§Ã£o, atÃ©

mesmo porque foram intimados da decisÃ£o do ETJPA que deu provimento ao recurso e recebeu a denÃºncia ministerial, o fato deles terem apresentado a peÃ§a defensiva antes da efetivaÃ§Ã£o do ato citatÃ³rio em nada gera nulidade. Â Â Â Â Â Â Â Ademais, deve ser mencionado que Ã s fls. 90/91 foi certificado pelo Sr. Oficial de JustiÃ§a que no dia 28 de agosto de 2018, Ã s 08h26min, o mandado de citaÃ§Ã£o pessoal foi cumprido, sendo que a defesa que os acusados alegam ter sido oferecida antes da citaÃ§Ã£o e do recebimento da denÃºncia foi protocolada em 24 de setembro de 2018, conforme consta na papeleta do protocolo fixado na peÃ§a defensiva Ã fl. 74, de modo que se trata de uma alegaÃ§Ã£o incondizente com a prÃ³pria realidade dos acontecimentos. Â Â Â Â Â Â Â Demais disso, ainda que se levasse em consideraÃ§Ã£o a data da elaboraÃ§Ã£o da supracitada certidÃ£o pelo Oficial de JustiÃ§a, qual seja, dia 12 de setembro de 2018, ainda assim seria em data anterior ao oferecimento da Resposta Ã Acusaã§Ã£o dos acusados. Â Â Â Â Â Â Â De todas as formas, este juÃ-zo nÃ£o vislumbra qualquer tipo de nulidade, uma vez que processo seguiu o seu trÃ¢mite regular e previsto na Lei Processual Penal, sendo que tal alegaÃ§Ã£o de nulidade pode configurar mÃ¡ fÃ© processual por parte do patrono dos acusados ou que ele nÃ£o leu os documentos constantes no processo com a devida atenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Por tais motivos REJEITOS AS PRELIMINARES e passo a analisar o mÃ©rito da presente AÃ§Ã£o Penal. Â Â Â Â Â Â Â MÃRITO: Â Â Â Â Â Â Â O crime imputado aos rÃ©us, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, qual seja, o previsto no art. 69-A, da Lei nÂº 9.605/98, possui a seguinte redaÃ§Ã£o: Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessÃ£o florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatÃ³rio ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissÃ£o: Pena - reclusÃ£o, de 3 (trÃªs) a 6 (seis) anos, e multa. Â Â Â Â Â Â Â In casu, embora a materialidade delitiva esteja comprovada nos presentes autos, por meio da fiscalizaÃ§Ã£o realizada pelo IBAMA/Pa na empresa de fachada A R CHAVES-ME, nos autos apensos, o mesmo nÃ£o pode ser dito da autoria delitiva. Â Â Â Â Â Â Â Analisando todas as provas produzidas, tanto na fase inquisitorial/administrativa, quanto na fase judicial, tem-se que a presente aÃ§Ã£o foi originada a partir dos seguintes fatores: 1- foi constatada pelo IBAMA uma grande movimentaÃ§Ã£o comercial de crÃ©ditos florestais no sistema SISFLORA que teve como origem a empresa A R CHAVES-ME; 2- durante a fiscalizaÃ§Ã£o in loco, foi constatado que a citada empresa na verdade se trata de uma empresa de fachada, que nÃ£o Â¿existeÂ¿ fisicamente e nem possui aporte para realizar as atividades a que se dispunha e que foi cadastrada nos sistemas competentes. Â Â Â Â Â Â Â A partir desses dois vetores, foi descoberto um esquema de comercializaÃ§Ã£o ilegal de madeira para carvoarias e empresas fora do estado do ParÃ¡, sendo que a empresa rÃ©, e, por consequÃªncia, os demais denunciados na condiÃ§Ã£o de gestores, comprou 50mÂ³ de madeira em crÃ©dito da empresa A R CHAVES-ME, a qual, pela fiscalizaÃ§Ã£o do IBAMA, nÃ£o existe, daÃ- porque foi denunciada pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Ocorre, contudo, que nÃ£o hÃ¡ nos autos nenhuma prova sequer de que a empresa rÃ© e seus gestores/demais denunciados, tinham conhecimento acerca do fato da empresa que estava vendendo o crÃ©dito florestal, A R CHAVES-ME, ser uma empresa de fachada, embora existam indÃ-cios de tal falto, especialmente diante da fala do advogado dos rÃ©us em audiÃªncia, ocasiÃ£o em que afirmou cabalmente que a madeira fÃ-sica existia e estava no pÃ¡tio da empresa compradora EVENI COMÃRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÃÃO EM GERAL-LTDA, jÃ¡ que se a empresa vendedora era de fachada, nÃ£o era possÃ-vel que essa madeira realmente existisse, levando este juÃ-zo a crer que a origem da mesma Ã© diversa da que foi mencionada nos autos e a compra do crÃ©dito pelos acusados se deu para Â¿lavarÂ¿ tal madeira ilegal, porÃ©m tais fatos nÃ£o estÃ£o narrados na denÃºncia, a qual, ressalta-se, nÃ£o foi aditada, de modo que nÃ£o pode ser analisado por este juÃ-zo, jÃ¡ que configuraria mutatio libelli. Â Â Â Â Â Â Â A testemunha de acusaÃ§Ã£o ClÃ-via Bezerra de AraÃºjo, em juÃ-zo, aduziu, dentre outras coisas, que o crÃ©dito Ã© lanÃ§ado no sistema e empresas interessadas, em tese, acessam esse sistema e realizam a compra do mesmo, de modo que a comercializaÃ§Ã£o fica registrada, tanto que foi assim que o Ã³rgÃ£o ambiental desconfiou acerca da empresa vendedora A R CHAVES-ME, jÃ¡ que ela disponibilizou e comercializou uma enorme quantidade de crÃ©dito florestal. Â Â Â Â Â Â Â Prosseguiu narrando, a testemunha, que mesmo depois que o IBAMA embargou e bloqueou a empresa A R CHAVES-ME, a mesma continuou com acesso ao sistema SISFLORA, por conta do seu cadastro no Ã³rgÃ£o ambiental estadual, o qual, Ã Ã©poca, nÃ£o era integrado ao cadastro federal, e ela ainda continuou vendendo crÃ©ditos florestais de fachada, para diversas empresas do estado e do Brasil. Â Â Â Â Â Â Â VÃª-se dos autos, que os acusados se tornaram rÃ©us por terem comprado 50mÂ³ de crÃ©dito florestal da empresa A R CHAVES-ME, do montante que foi por ela registrado no sistema e disponibilizado Ã comercializaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Logo, muito embora existam indÃ-cios da prÃ¡tica de crime ambiental por parte dos acusados, nÃ£o hÃ¡ nos autos prova concreta de que eles fizessem, de fato, parte atuante no esquema fraudulento criado pela empresa A R CHAVES-ME, mormente porque no caderno processual somente se tem a palavra da testemunha de acusaÃ§Ã£o que nÃ£o Ã© esclarecedora sobre a conduta efetiva dos acusados, devendo

ser ressaltado que o IBAMA nÃ£o realizou fiscalizaÃ§Ã£o in loco na empresa rÃ© a fim de verificar a existÃªncia ou nÃ£o da madeira e, caso inexistente, fortificar a versÃ£o acusatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, nÃ£o existindo nos autos prova suficiente acerca da autoria delitiva, a absolviÃ§Ã£o dos rÃ©us Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, julgo improcedente a denÃºncia ministerial para ABSOLVER os rÃ©us EVERALDO JOSÃ SERRÃO DE MORAES, ENI DO SOCORRO MACIEL LOPES e EVENI COMÃRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÃÃO EM GERAL LTDA, do crime que lhes foi imputado na denÃºncia, qual seja, o do art. 69-A, da Lei nÂº 9.605/97, nos termos do art. 396, inciso VII, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Dispenso os acusados do pagamento das custas processuais, uma vez que se trata de sentenÃ§a absolutÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se, pessoalmente, os rÃ©us e o RMP, e, por DiÃ¡rio de JustiÃ§a, o advogado que patrocina a defesa dos acusados. Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado a presente sentenÃ§a, dÃª-se baixa nos sistemas pertinentes. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se com as cautelas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO JuÃ-za Titular da 10Âª Vara Penal de BelÃ©m PROCESSO: 00042309420148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:JOSE AUGUSTO RIBEIRO NASCIMENTO VITIMA:C. C. S. S. PROMOTOR:ANA CLAUDIA BASTOS DE PINHO. Ã£Despacho Considerando o trÃ¢nsito em julgado do acÃ³rdÃ£o nÂ° 215.670 da 3Âª Turma de Direito Penal do TJPA (fls. 77/80), expeÃ§a-se mandado para prisÃ£o do rÃ©u JosÃ© Augusto Ribeiro Nascimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumprida a ordem, expeÃ§a-se guia de recolhimento e encaminhe-se, com a documentaÃ§Ã£o pertinente, Ã Vara de ExecuÃ§Ãµes Penais competente. BelÃ©m (PA), 05 de novembro de 2021. Sandra Maria Ferreira Castelo Branco JuÃ-za de Direito da 9Âª Vara Criminal, em exercÃ-cio PROCESSO: 00206287720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:ARLEY LOURINHO CARDOSO Representante(s): OAB 24181 - PABLO LEONARDO LIRA DA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:R. A. O. S. VITIMA:L. R. S. DENUNCIADO:PHELIPE ALEXANDRE CAVALCANTE ALBUQUERQUE Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) PROMOTOR:MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ Representante(s): ANA CLAUDIA BASTOS DE PINHO (PROMOTOR(A)) . Despacho Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1) Tendo em vista a informaÃ§Ã£o certificada Ã fl. 126, intime-se o acusado Arley Lourinho Cardoso pessoalmente para que constitua novo defensor, no prazo de 15 (quinze) dias, ou declare nÃ£o ter condiÃ§Ãµes financeiras para fazÃª-lo - o que deverÃ¡ constar da certidÃ£o de cumprimento do mandado - caso em que lhe serÃ¡ nomeado defensor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2) Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o, encaminhem-se os autos Ã Defensoria PÃºblica para memoriais escritos em favor do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3) Oportunamente, retornem conclusos. BelÃ©m (PA), 05 de novembro de 2021. Sandra Maria Ferreira Castelo Branco Juiz de Direito da 9Âª Vara Criminal, em exercÃ-cio PROCESSO: 00268941720178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:WELLYGTON RAYLLAND CARDOSO ARAUJO Representante(s): OAB 21339 - ANDREI AUGUSTO PROTAZIO CORREA (ADVOGADO) OAB 22829 - BEATRIZ DANDARA REMIGIO GUEDES (ADVOGADO) OAB 22885 - ELAINE RABELO LIMA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Representante(s): ANA CLAUDIA BASTOS DE PINHO (PROMOTOR(A)) . ÃSentenÃ§a Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado, por intermÃ©dio da 9ÂªÂ Promotoria de JustiÃ§a Criminal de BelÃ©m, ofereceu denÃºncia contra Wellygton Raylland Cardoso Araujo, qualificado nos autos, imputando-lhe a prÃ¡tica do crime definido no art. 12 da Lei nÂ° 10.826/03, ocasiÃ£o em que formulou a proposta de suspensÃ£o condicional do processo, nos termos do art. 89 da Lei nÂ°Â 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A proposta foi aceita pelo acusado (fl. 21). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A guia de fiscalizaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional do processo retornou da VEPMA apÃ³s o cumprimento de seus termos. Ã fl. 37, consta manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico requerendo a extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado, com fulcro no art. 89, Â§5Â° da Lei nÂ° 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Uma vez expirado o perÃ-odo de prova sem motivo para a revogaÃ§Ã£o da suspensÃ£o do processo, e com fundamento no art. 89, Â§5Â° da Lei nÂ° 9.099/95, julgo extinta a punibilidade do rÃ©u Wellygton Raylland Cardoso Araujo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, restitua-se ao rÃ©u a fianÃ§a recolhida, na forma do art. 337 do CPP, e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se baixa e efetuem-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

P.R.I.C. BelÃ©m (PA), 05 de novembro de 2021. Sandra Maria Ferreira Castelo Branco JuÃ-za de Direito da 9Âª Vara Criminal, em exercÃ-cio

SECRETARIA DA 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

EDITAL DE ALISTAMENTO GERAL DE JURADOS PARA O ANO 2022

A Exma. Sra. Dra. **ANGELA ALICE ALVES TUMA,** MM. Juíza de Direito, Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

Faz saber a todos a todos que lerem o presente Edital ou dele tomarem conhecimento que, de acordo com os artigos 425 e 426 do Código de Processo Penal, foi organizada a **LISTA GERAL DEFINITIVA** dos Jurados da 3ª Vara do Tribunal do Júri de Belém, para servirem no ano de 2022, que será afixada à porta do Tribunal de Júri e publicada pela Imprensa Oficial da instituição, ficando assim constituída:

Nº	**NOME**	PROFISSÃO	INSTITUIÇÃO
1	**ABÍLIO AUGUSTO BASTOS FRANCO FILHO**	ASSISTENTE CULTURAL - CENOTÉCNICO	SECULT
2	**ABRAAO MUNIZ PINTO**	SECRETARIO	SEDUC
3	**ABRAO TAVARES DA SILVA JUNIOR**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
4	**ADELINO MONTEIRO SALDANHA JUNIOR**	AGENTE DE PORTARIA	SEDUC
5	**ADEMAR DE QUEIROZ SOARES JÚNIOR**	AUXILIAR OPERACIONAL	SECULT
6	**ADYLLES COELI DE ARAUJO LAGO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
7	**ADONAY ANTONIO RODRIGUES DA SILVA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
8	**ADRIANA LOBATO MIRANDA**	ASSISTENTE SOCIAL	COSANPA
9	**ADRIANO CASTRO**	AUXILIAR OPERACIONAL	SEDUC
10	**ADRIANO LUIZ PINTO SOBRAL**	BANCÁRIO	CEF
11	**AGUINALDO MONTEIRO PENA**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
12	**AIRTON DO NASCIMENTO BORGES**	TECNICO EM MECANICA	SEMOB
13	**ALANNA LIMA MARINHO MELO**	PSICOLOGO	FUNPAPA
14	**ALBERTO CARLOS ALVES DE MENEZES**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
15	**ALBERTO SOLARY DA SILVA**	ASSISTENTE COMERCIAL	COSANPA

16	**ALCEMIR PANTOJA RODRIGUES**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II	SEDUC
17	**ALCILEA NAZARETH MODESTO REGO**	SECRETARIO	SEDUC
18	**ALDEMIRA DO SOCORRO CUNHA DE FREITAS**	SECRETARIO	SEDUC
19	**ALDERNEI SIMOR**	ENGENHEIRO AGRONOMO	ADEPARÁ
20	**ALDIR SÁ DE SOUSA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
21	**ALESSANDRO MENEZES LEITE**	AUXILIAR OPERACIONAL	SEDUC
22	**ALESSANDRA DA SILVA COSTA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
23	**ALEX ALMEIDA DOS SANTOS**	AUXILIAR OPERACIONAL	SECULT
24	**ALEXANDRA ROSA GUIMARAES CORREA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
25	**ALEXANDRE GOMES BENCHIMOL**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
26	**ALEXANDRE RICARDO MIRANDA DA SILVA**	BANCÁRIO	CEF
27	**ALICE CRISTINA FONSECA PINTO LOPES**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
28	**ALINE CRISTIENE RODRIGUES DE OLIVEIRA**	EDUC. SOCIAL (MONITOR)	FUNPAPA
29	**ALINE DE CASSIA MOURA GUIMARAES**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEAD
30	**ALMIRA ALICE FONSECA ARAUJO MARTINS**	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	UFPA
31	**ALUIZIO DOS SANTOS ALMEIDA JUNIOR**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	SEMOB
32	**ALVARO LUIS SILVA LAURO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
33	**ALVARO SORIANO MONTEIRO**	AUXILIAR EM ADMINISTRACAO	UFPA
34	**AMILTON DE JESUS SILVA RODRIGUES**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
35	**ANA CARLA BEZERRA FALCAO**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO	SEDUC

		CLASSE II	
36	**ANA CECILIA DE ALMEIDA LAMEIRA**	SECRETARIO	SEDUC
37	**ANA CLAUDIA SILVA DOS SANTOS GONCALVES**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
38	**ANA CLAUDIA TAVARES RABELO**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
39	**ANA CRISTINA MONTEIRO MACIEL**	PSICOLOGO-AREA	UFPA
40	**ANA CRISTINA PANTOJA TRINDADE**	JORNALISTA	UFPA
41	**ANA CRISTINA SANTOS SODRE**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
42	**ANA DO SOCORRO COSTA DOS SANTOS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
43	**ANA KAROLINA FERREIRA CORREA**	SECRETARIO	SEDUC
44	**ANA LETICIA NASCIMENTO VIANA**	COORDENADOR DE GABINETE	SEDUC
45	**ANA LUCIA DA SILVA DE OLIVEIRA**	SECRETARIO DE DIRETORIA	SEAD
46	**ANA LUCIA TAVARES SOUZA**	SECRETARIO EXECUTIVO	UFPA
47	**ANA MARIA DA SILVA NASCIMENTO**	EDUC. SOCIAL (MONITOR)	FUNPAPA
48	**ANA MARIA FREITAS NERI**	ADMINISTRADOR	SEAD
49	**ANA MARIA PIRES MENDES**	ASSISTENTE SOCIAL	UFPA
50	**ANA PAULA ALMEIDA DOS SANTOS**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
51	**ANA RITA CASTRO BOTELHO**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
52	**ANA ROSA PAIXAO FREITAS**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
53	**ANA TERESA DA SILVA SEGUIN DIAS**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
54	**ANA THAIS SOUZA DE LEAO**	ENGENHEIRO AGRONOMO	ADEPARÁ
55	**ANALZIRA DE SOUZA VIEIRA**	ASSISTENTE EM	UFPA

		ADMINISTRACAO	
56	**ANASTACIO TRINDADE CAMPO**	NÍVEL SUPERIOR (FORMAÇÃO EM DIREITO)	TCE
57	**ANDERSON MADSON OLIVEIRA MAIA**	TECNICO EM EDUCACAO	SEDUC
58	**ANDRE LUIZ DA COSTA XAVIER**	BANCÁRIO	CEF
59	**ANDRÉ ROCHA MOTTA**	ESTUDANTE	
60	**ANDREA DOS SANTOS COELHO**	DIRETOR	SEDUC
61	**ANDREIA GONCALVES DE CARVALHO**	TECNICO EM EDUCACAO	SEDUC
62	**ANDREIA RODRIGUES MONTEIRO**	BIBLIOTECÁRIA	SEMAS
63	**ANDREIA SUELY MAGALHAES ALVARES CARVALHO**	BANCÁRIO	CEF
64	**ANDRESSA BRAGA OLIVEIRA FERREIRA**	AUXILIAR OPERACIONAL	SEDUC
65	**ANDRESSA RODRIGUES DOS SANTOS**	SECRETARIO	SEDUC
66	**ANDREZA DAS NEVES BRITO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
67	**ANDREZA DE SOUSA MOREIRA**	SECRETARIO	SEDUC
68	**ANGELINA MARIA RAMOS PEREIRA**	SECRETARIO	SEDUC
69	**ANGELITA SILVA DE JESUS**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
70	**ANNETTE LOBATO MARTINS**	ANALISTA TRIBUTÁRIO	RECEITA FEDERAL
71	**ANSELMO DE OLIVEIRA PANTOJA**	BANCÁRIO	CEF
72	**ANTONIA DE ARAUJO SARMENTO**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
73	**ANTONIO ALBERTO ARAUJO SOUSA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
74	**ANTONIO ANDRESA CARDOSO FIGUEIRA**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
75	**ANTONIO GOUVEA DOS SANTOS**	SECRETARIO	SEDUC
76	**ANTONIO GUILHERME MELO DE UMA**	AG. SERVICOS	FUNPAPA

		GERAIS	
77	**ANTONIO JOSE NASCIMENTO DE ALMEIDA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
78	**ANTONIO JOSE NEVES SABA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
79	**ANTONIO LUIZ BORGES DA CRUZ**	CONTADOR	UFPA
80	**ANTÔNIO MARCELO VIEIRA DA SILVA**	TÉCNICO EM GETÃO CULTURAL-HISTORIADOR	SECULT
81	**ANTONIO MARINHO DE MELO RODRIGUES**	ASSESSOR	SEAD
82	**ANTONIO MENDES**	AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
83	**ANTONIO ROBERTO PEREIRA LOPES**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
84	**ANTONIO SANTANA R. DA COSTA JUNIOR**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
85	**ANTONIO SARAIVA DA CRUZ**	BANCÁRIO	CEF
86	**ANTONIO SERGIO FREITAS DE OLIVEIRA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
87	**ANTONIO SERGIO RODRIGUES**	BANCÁRIO	CEF
88	**ANTONIO SOARES JUNIOR**	ARTE EDUCADOR	FUNPAPA
89	**ANTONIO WAGNER MENDES DIAS**	ADMINISTRADOR	ADEPARÁ
90	**ANY SUELEM ANDRADE FERREIRA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SECULT
91	**APOENA AUGUSTO RODRIGUES CORREA LIMA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
92	**ARISTOTELES DA COSTA MOURA**	PROFESSOR CLASSE I	SEDUC
93	**ARLEI DO SOCORRO DA SILVA FELIPE**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
94	**ARLENE DE FATIMA LOBATO DA SILVA**	SECRETARIO	SEDUC
95	**ARLYSSON ARAUJO PAIXAO**	SERVENTE	SEDUC
96	**ARMANDO ANDREY SIQUEIRA BAIA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
97	**ARMANDO JOSÉ AMANCIO DA SILVA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA

98	**ARMANDO PEREIRA MEDRADO**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
99	**ARQUIMEDES MERCEDES DE OLIVEIRA JUNIOR**	AUDITOR FISCAL	RECEITA FEDERAL
100	**AUGUSTO CESAR DO LAGO OLIVEIRA**	DIRETOR	SEDUC
101	**AUGUSTO SANTOS DA SILVA**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
102	**AURA RITA CASTRO SILVA**	MEDICO VETERINARIO	ADEPARÁ
103	**AUREA SIRLENE FERREIRA PERES FIGUEIREDO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
104	**AZIEL MORAES DA LUZ**	ADMINISTRADOR	ADMINISTRADOR
105	**BARBARA SOUZA FURTADO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	COSANPA
106	**BENEDITA FERREIRA DE FREITAS**	SECRETARIO	SEDUC
107	**BENEDITO DOS SANTOS E SILVA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
108	**BENEDITO GAMA DE OLIVEIRA**	VIGILANTE	UFPA
109	**BERNADETE DO SOCORRO LEAL DE LIMA**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	SEMOB
110	**BETCE BASILE DE OLIVEIRA**	SECRETARIO	SEDUC
111	**BRUNO ABRAAO DE OLIVEIRA COELHO**	SECRETARIO	SEDUC
112	**BRUNO ALEXANDRE LIMA DE MATOS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
113	**BRUNO AUGUSTO DA COSTA BARBOSA**	SECRETARIO EXECUTIVO	UFPA
114	**BRUNO DE MEIRA LEITE**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
115	**CAMILA CARLA RODRIGUES**	SECRETARIO	SEDUC
116	**CAMILA CONCEIÇÃO DE ASSIS**	ASSIST. C&T 1-III	M.P.E. GOELDI
117	**CARLOS ALBERT SACRAMENTA**	AGENTE DE SERVIÇO	COSANPA

118	**CARLOS ALBERTO FREITAS ALVAREZ**	TÉCNICO 2-V	M.P. EMILIO GOELDI
119	**CARLOS AUGUSTO MONTEIRO DA SILVA**	ASSIST. C&T 1-III	M.P. EMILIO GOELDI
120	**CARLOS AUGUSTO NASCIMENTO DE SOUZA**	BANCÁRIO	CEF
121	**CARLOS DE FREITAS RODRIGUES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
122	**CARLOS GUILHERME LAVOR MOREIRA**	ADMINTSTRADOR	FUNPAPA
123	**CARLOS GUSTAVO VIGÁRIO DA COSTA**	ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	RECEITA FEDERAL
124	**CARMEM LUCIA DA ANUNCIACAO**	SECRETARIO	SEDUC
125	**CARMEN SILVIA MESQUITA ALBUQUERQUE DIAS**	ORIENTADOR EDUCACIONAL	SEDUC
126	**CAROLINA OLIVEIRA VALE**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
127	**CASSIA GRAZIANNY SOUZA DE MORAES**	ESTUDANTE	FACI
128	**CASSIO SOUZA DE BRITO**	BANCÁRIO	CEF
129	**CECILIA MARIA SILVA MELO**	BANCÁRIO	CEF
130	**CECILIANA DO SOCORRO NEVES MAIA**	SECRETARIO	SEDUC
131	**CELESTE DO VALE BOUTH**	SECRETARIO	SEDUC
132	**CELINA MARIA DO CARMO ALMEIDA**	TECNICO C - BIBLIOTECONOMIA	UEPA
133	**CELSO HIGINO GRELO GONCALVES**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
134	**CELSO LUIZ ROCHA DE JESUS**	MOTORISTA	ADEPARÁ
135	**CIDNEIA DO SOCORRO DE SOUZA FONSECA**	AGENTE ADMINISTRATIVO B	UEPA
136	**CINTHYA CHRISTIANE SOUSA SANTANA**	AGENTE ADMINISTRATIVO B	UEPA
137	**CINTHYA DENISE SANTOS MATOS GUERRA**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II	SEDUC
138	**CLARICE BRITO RIBEIRO PINTO**	TECNICO EM	SEDUC

		EDUCACAO	
139	**CLARISSA TEIXEIRA NERY**	BANCÁRIO	BANPARÁ
140	**CLAUDIA DO SOCORRO NUNES DA ROCHA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEAD
141	**CLAUDIA GISLAINE LEITAO CARVALHO**	BANCÁRIO	CEF
142	**CLAUDIA SANTOS RIBEIRO**	BANCÁRIO	CEF
143	**CLAUDIA SIMONE GARCIA DE LIMA**	ASSISTEMTE OE ADMINISTRACAO	FUNPAPA
144	**CLAUDILENE PAIVA MENEZES**	ASSISTENTE CULTURAL - CENOTÉCNICO	SECULT
145	**CLAUDIO ARISTIDES CARVALHO MENDES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
146	**CLAUDIO AZEVEDO DA SILVA**	TECNICO EM ESTRADAS	SEMOB
147	**CLAUDIO DA PAIXAO LOPES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
148	**CLAUDIO RODRIGUES DA SILVA**	BANCÁRIO	CEF
149	**CLAUDIONOR MEIRELES GARCIA**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
150	**CLECIO DE MORAES CORREA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
151	**CLEICIANE FREITAS DO NASCIMENTO DUARTE**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
152	**CLEIDE MARIA DA COSTA FRANKLIN**	SECRETARIO	SEDUC
153	**CLEONICE TEODOSIA BRAGA FERREIRA**	BANCÁRIO	BANPARÁ
154	**CONSUELO CRISTINA NASCIMENTO SOARES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
155	**CREUSA BARBOSA DOS SANTOS**	TECNICO EM EDUCACAO	SEDUC
156	**CRISTIANE DA SILVA DE FIGUEIREDO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
157	**CRISTIANE DE SOUSA LIMA**	PEDAGOGO	SEMAS
158	**CRISTIANE HELENA DA CONCEICAO E SILVA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
159	**CRISTIANO ROBERTO COSTA DE SENA**	AG. DE FISC.AGROPECUARIO	ADEPARÁ

160	**CRISTINA FRASSINETTE LIMA DE SOUZA**	ADMINISTRADOR	UFPA
161	**CRISTINA MAIA DE ALMEIDA**	AUXILIAR DE SERVICO	UEPA
162	**CRISTINA MARIA COSTA DA SILVA**	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	UEPA
163	**CRISTINA MARIA DUARTE VALENTE**	TECNICO EM LABORATORIO AREA	UFPA
164	**CRISTINA VANESSA DE AZEVEDO NORONHA**	ATENDENTE DE CONSULTORIO DENTARIO	UEPA
165	**CRISTINEY DOS SANTOS**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
166	**CRYSTIAN GLAYSSON PINTO ALFAIA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
167	**DANIELA NAZARE MOTA DE OLIVEIRA**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
168	**DANIELE CORREA COSTA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
169	**DANIELLE LIMA DE OLIVEIRA**	TECNICO A - MEDICINA ENDOCRINOLOGICA	UEPA
170	**DANILO ANDERSON PALHANO PINTO**	ASSIST. C&T 1-III	M.P.E. GOELDI
171	**DANYLLA DARRIELLE GOMES GAMA**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
172	**DARIO DE DEUS GALIZA**	VIGILANTE	UFPA
173	**DARIO SERGIO DIAS GOMES**	AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
174	**DARLENE CECILIA NOVOA DE SOUSA**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
175	**DARLENE DE SOUSA GONÇALVES**	TECNICO EM ESTRADAS	SEMOB
176	**DAUTON ALVES AMOEDO**	BANCÁRIO	CEF
177	**DAVI LIRA DA SILVA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC

178	**DAVID JONATHAS BORGES DE CASTRO**	TECNICO EM MECANICA	SEMOB
179	**DAYSA CATETE RODRIGUES DA COSTA AZEVEDO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
180	**DAYSE DE FATIMA DELGADO VOGADO**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	FUNPAPA
181	**DEBORA BARROS COELHO NETO DUARTE**	NÍVEL SUPERIOR (FORMAÇÃO EM C. CONTÁBEIS)	TCE
182	**DEBORA LIDIANE DE SOUZA NAZARE**	BANCÁRIO	BANPARÁ
183	**DEBORA QUEIROZ DE ASSIS**	ESCREVENTE DATILOGRAFO REFERENCIA III	SEDUC
184	**DEMETRIO AUGUSTO MENDE CARDOSO**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
185	**DENILSON FRANCA FERREIRA**	MOTORISTA	SEMOB
186	**DENILSON MAIA DOS SANTOS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SECULT
187	**DENISE ALVES RAMOS**	SECRETARIO EXECUTIVO	UFPA
188	**DENISE BARACHO PEREIRA GARCIA**	AGENTE DE APOIO A ADMINISTRACAO	SEMOB
189	**DEUZA LUCIA VASCONCELOS GADELHA BARBOSA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
190	**DIANA MARIA DA CONCEICAO RODRIGUES DO NASCIMENTO MAIA**	TECNICO A - NUTRIÇÃO	UEPA
191	**DICELMA SANTOS DA ROCHA**	BANCÁRIO	BANPARÁ
192	**DIEGO ESTEVES E SILVA**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
193	**DIEGO HENRIQUE REIS DOS REIS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
194	**DILEIA DA SILVA MATOS**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	SEMOB
195	**DILERMANDO POLIDORIO FERREIRA LOPES**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM

196	**DILMA DO SOCORRO RIBEIRO PIRES**	AGENTE DE SAUDE	UEPA
197	**DIONE CLAYSE FALCUNIER MARTINS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
198	**DIONSO QUEIROZ DA CONCEICAO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
199	**DIOVAN MORAES CUNHA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SECULT
200	**DIRCELIA DE NAZARE SOUSA MORAES**	SECRETARIO EXECUTIVO	UFPA
201	**DOMINGOS CORREA DOS REIS DA COSTA MIRANDA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
202	**DOROTEIA GOERSCH ANDRADE MIRA**	AGENTE DE TRANSPORTE	SEMOB
203	**DOUGLAS DE SOUZA RAMOS**	AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
204	**DOUGLAS RIBEIRO COSTA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
205	**DULCILENE SANTOS REIS**	AUXILIAR DE SERVICO C	UEPA
206	**DURBEM CESAR AMORIM PINTO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
207	**ÉDEN MORAES DA COSTA**	TÉCNICO EM GESTÃO CULTURAL-HISTÓRIA	SECULT
208	**EDERSON DAS NEVES AMARAL**	BANCÁRIO	CEF
209	**EDGAR MOREIRA DA SILVA**	SECRETARIO	SEDUC
210	**EDILEUZA MARIA MOREIRA DA SILVA**	BANCÁRIO	BANPARÁ
211	**EDILSON GONCALVES DE ASSUNCAO**	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS A	UEPA
212	**EDILSON MORAES PEREIRA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
213	**EDINEIDE HELENA ALMEIDA PAES**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II	SEDUC
214	**EDIR COSTA PEREIRA DE SOUZA**	NÍVEL MÉDIO	TCE
215	**EDIVILSON CORRÊA PINHEIRO**	AUXILIAR	SECULT

		OPERACIONAL	
216	**EDIMILSON BENTES NAIFF**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
217	**EDMILSON CARVALHO DA SILVA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
218	**EDMILSON LUZ DE CARVALHO**	CONTINUO	UFPA
219	**EDMILSON PEREIRA DA SILVA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
220	**EDMILSON SILVA DE ABREU**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
221	**EDMIR DE SOUZA LIMA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
222	**EDNA CRUZ SHERING MORAES**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
223	**EDNA LUCIA BARBOSA DOS SANTOS**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
224	**EDNEE MARIA DE OLIVEIRA VERAS**	TECNICO DE CONTABILIDADE A	UEPA
225	**EDNEIDE DE MORAES TRINDADE**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
226	**EDNEIVA CORREA RAMOS FIEL**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
227	**EDSON BENEDITO BARBOSA DO NASCIMENTO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
228	**EDSON FERREIRA DE MORAES**	ALMOXARIFE	UFPA
229	**EDSON JUNIOR OLIVEIRA GOMES**	SECRETARIO	SEDUC
230	**EDSON SILVA DO NASCIMENTO**	CONTINUO	COSANPA
231	**EDSON YOSHIKASU KAWAGUCHI**	AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
232	**EDUARDA CUNHA SOUZA**	SECRETARIO	SEDUC
233	**EDUARDO ELPIDIO MATOS DA SILVA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
234	**ELAINE CRISTINA DA COSTA ALMEIDA DOS SANTOS**	AG. COPA E COZINHA	FUNPAPA
235	**ELAINE CRISTINA DE CASTRO PIMENTEL DE MAGALHAES**	TECNICO EM EDUCACAO	SEDUC
236	**ELAINE LEAO QUEIROZ SERRAO**	MEDICO VETERINARIO	ADEPARÁ

237	**ELCIO COSTA DOS SANTOS JUNIOR**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
238	**ELCIO FERNANDO RAMOS DOS SANTOS**	ATIV N SUPERIOR	SEFIN
239	**ELCIONE LAURA LEITAO NASCIMENTO**	SECRETARIO	SEDUC
240	**ELENILCY DOS SANTOS BEZERRA TIGRE**	ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	RECEITA FEDERAL
241	**ELENILDE FUZIEL DE AGUIAR**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
242	**ELENIZE DE NAZARE PAES ARCANJO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
243	**ELIANA BARROS DE CASTRO**	NÍVEL MÉDIO (FORMAÇÃO EM GEOGRAFIA)	TCE
244	**ELIANA DO SOCORRO SOARES MESQUITA**	SECRETARIO	SEDUC
245	**ELIANA GOMES DA CRUZ**	ESCREVENTE DATILOGRAFO REFERENCIA III	SEDUC
246	**ELIANE CRISTINA MARTINS**	AGENTE ADMINISTRATIVO A	UEPA
247	**ELIANE LEITE DA TRINDADE**	AUXILIAR DE LABORATORIO	UEPA
248	**ELIANE MARIA BARBOSA ALMEIDA SANTOS**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
249	**ELIANE RICARDO FADOUL SARAIVA**	BIBLIOTECONOMISTA	UEPA
250	**ELIAS LEOPOLDO SERIQUE**	PSICOLOGO	SEDUC
251	**ELIAS SAMPAIO E SILVA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
252	**ELIEL ALVES DE LIMA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
253	**ELIEL MENDONÇA DE OLIVEIRA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
254	**ELIELDER DO CARMO PEREIRA**	SERVENTE	SEDUC
255	**ELIENE BRITO TEIXEIRA DA SILVA**	EDUCADOR SOCIAL OE RUA	FUNPAPA

256	**ELIETE DA COSTA SILVEIRA**	TECNICO B - FARMACIA BIOQUÍMICA	UEPA
257	**ELIETE DOS SANTOS PEREIRA**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	SEMOB
258	**ELIZABETH RODRIGUES DOS SANTOS**	AUXILIAR ADMINISTRATIVO B	UEPA
259	**ELIZEU FERREIRA DE ARAUJO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
260	**ELOÍSA HELENA DE AGUIAR ANDRADE**	PESQ ADJUNTO ¿ III	M.P. EMILIO GOELDI
261	**ELTER PAULO FERREIRA**	AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
262	**ELVIRA ALMEIDA AGUIAR DA SILVA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
263	**EMANOEL SOCORRO DO A. PINHEIRO**	NIVEL MÉDIO (FORMAÇÃO EM C. CONTÁBEIS)	TCE
264	**EMANUEL RUBIVALDO BATISTA DA SILVA**	BANCÁRIO	CEF
265	**ENILDA MARIA SANTOS SERRAO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
266	**ENISE CASSIA ABDO NAJJAR**	TECNICO C - TERAPIA OCUPACIONAL	UEPA
267	**ERIBERTO ISAN TAVARES TEIXEIRA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
268	**ERICA DE NAZARE MARCAL ELMESCANY**	TECNICO B - TERAPIA OCUPACIONAL	UEPA
269	**ERIKA DOS SANTOS DUARTE**	BANCÁRIO	CEF
270	**ERMITE FREITAS DA SILVA**	DATILOGRAFO	SEDUC
271	**ERNANI FARIAS DO NASCIMENTO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
272	**ESTEFANIA MARIA RIBEIRO IGREJA**	SECRETARIO	SEDUC
273	**ESTELA MARIA DOS SANTOS SILVA**	FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
274	**ESTER OLIVEIRA DA SILVA**	SECRETARIO	SEDUC

275	**EULER PABLO ARTIAGA SANTIAGO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
276	**EULERSON VIKTOR DE OLIVEIRA BORGES**	ASSIST. ADMINISTRATIVO/ GERENTE	ADEPARÁ
277	**EULINDO SANTOS VANZELER**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
278	**EUNICE DA CONCEICAO BORGES**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
279	**EURICO GEMAQUE RAMOS FILHO**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
280	**EVANDRO LUAN DE MATTOS ALENCAR**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
281	**FABIANO BRAGA DE MORAES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
282	**FABIO MARUQES MOREIRA**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
283	**FABIOLA DE MELO RODRIGUES DA FONSECA**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
284	**FABRICIO BOMBONATO**	ENGENHEIRO CIVIL	SEMOB
285	**FABRICIO FARIAS MACHADO**	SECRETARIO	SEDUC
286	**FABRICO DA SILVA LOPES**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	FUNPAPA
287	**FAUSTO DE DEUS GOULART SALDANHA**	AUXILIAR DE SERVICO C	UEPA
288	**FELIPE MACEDO AMARAL**	AGENTE ADMINISTRATIVO B	UEPA
289	**FERNANDA BARBOSA BRIOSO**	ANALISTA TRIBUTÁRIO	RECEITA FEDERAL
290	**FERNANDA DOS ANJOS VEIGA**	SECRETARIO EXECUTIVO	UFPA
291	**FERNANDA PAES RIBEIRO**	BANCÁRIO	BANPARÁ
292	**FERNANDEZ DHOY FONSECA GONCALVES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS

293	**FERNANDO DA SILVA CARVALHO FILHO**	PESQ. ADJUNTO ¿ III	M.P. EMILIO GOELDI
294	**FERNANDO RICARDO BARRETO DE OLIVEIRA**	AUXILIAR DE LABORATORIO	UEPA
295	**FERNANDO SILVA PAZ**	BANCÁRIO	CEF
296	**FLÁVIA DA SILVA FARIAS**	OPERADOR DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA	COSANPA
297	**FLAVIA LOBATO DOS SANTOS MARVAO**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II	SEDUC
298	**FLAVIO HENRIQUE NAZARENO AIRES AMORIM**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
299	**FLAVIO ROBERTO CORREA MAIA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
300	**FLAVYO ADEMAR AMORIM CUNHA**	BANCÁRIO	CEF
301	**FRANCINEUTO GUEDES DE OLIVEIRA**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
302	**FRANCINEY PASSOS DA ROCHA**	CITOTECNICO	UEPA
303	**FRANCILDO CIRO MAUES FERREIRA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
304	**FRANCISCA EUDA LIMA RAMOS**	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	UEPA
305	**FRANCISCA MARGARETH CARVALHO PAMPLONA**	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	UEPA
306	**FRANCISCO ANDREW DE SARGES RAMOS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	COSANPA
307	**FRANCISCO CARLOS ESPIRITO SANTO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
308	**FRANCISCO CARLOS MONTEIRO GUIMARAES**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II	SEDUC
309	**FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO PORTO FILHO**	AUDITOR FISCAL	RECEITA FEDERAL
310	**FRANCISCO DE ASSIS VIEIRA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
311	**FRANCISCO PINHEIRO PEREIRA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
312	**FRANCISCO SANTANA SENA**	VIGILANTE	UFPA

313	**FRANCISCO SERGIO FERNANDES CORREA**	BANCÁRIO	CEF
314	**FRANCISCO SILVA DO NASCIMENTO**	BANCÁRIO	CEF
315	**FRANCISCO UNG JU DO**	FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
316	**FRANK EDUARDO BRAGA DE MATOS**	BANCÁRIO	CEF
317	**GALBA BATISTA DE LIMA MESQUITA**	DE NÍVEL SUPERIOR (FORMAÇÃO EM ECONOMIA)	TCE
318	**GEOMAR BRITO DE JESUS**	NÍVEL SUPERIOR (FORMAÇÃO EM DIREITO)	TCE
319	**GERSON LEONIDAS OLIVEIRA DOS SANTOS**	AGENTE ADMINISTRATIVO D	UEPA
320	**GHISLENNE MIKHELLE SOUZA PEREIRA**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	FUNPAPA
321	**GICELI DA CONCEICAO RABELO**	SECRETARIO	SEDUC
322	**GILBERTO RODRIGUES LEAL**	AUX. DE ADMINISTRACAO	FUNPAPA
323	**GILMAR MUNIZ DA COSTA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
324	**GILSON JOSÉ DIAS DE MORAES**	AGENTE ADMINISTRATIVO	COSANPA
325	**GILVAN DO AMARAL FARIAS**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
326	**GILVANA MARIA DE SÁ**	SERVIDRO PÚBLICO	SEMAS
327	**GIORGIO CHRISTIE TAVARES MARQUES**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	SEMOB
328	**GISELE FREIRE FARAON**	AGENTE ADMINISTRATIVO B	UEPA
329	**GISELE KARINA NASCIMENTO MESQUITA DA SILVA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
330	**GISELE MARIA LIMA DE SOUZA**	SECRETARIO	SEDUC
331	**GISELLI CLAUDIA PINHEIRO SANTOS**	SECRETARIO	SEDUC

332	**GISSELLE DO CARMO TRAVASSOS BITTENCOURT**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
333	**GLADS MARIA SERRA**	AGENTE ADMINISTRATIVO B	UEPA
334	**GLAUCIO ANTONIO ROCHA GALINDO**	MEDICO VETERINARIO / GERENTE	ADEPARÁ
335	**GLEISIANE GOES NOBRE**	TECNICO DE LABORATORIO	UEPA
336	**GLEYDSON ALMEIDA E SILVA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
337	**GRACIETE DA SILVA CUNHA MARTINS**	SECRETARIO	SEDUC
338	**GRACY KELLY DA SILVA TOBIAS**	TECNICO EM GESTAO PUBLICA	SEDUC
339	**GUILHERME ARNEZ MORAES**	BANCÁRIO	CEF
340	**GUIOMAR ELVIRA AKEL VASCONCELOS**	SECRETARIO	SEDUC
341	**GUSTAVO LIMA DO NASCIMENTO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
342	**HAMILTO MACIEL CORREA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
343	**HAROLDO JORGE SILVA DA FONSECA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
344	**HEITOR DE CASTRO CUNHA JUNIOR**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
345	**HELCIO DE CASTRO MONTEIRO**	ORIENTADOR EDUCACIONAL	SEDUC
346	**HELDER LUIS DA SILVA GUTERRES**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
347	**HELENA DE NAZARE MACHADO DA LUZ**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
348	**HELENA LUCIA DE MARIA VASCONCELOS**	EDUC SOCIAL (MONITOR)	FUNPAPA
349	**HELENA NEUZA CONDE DE MORAIS**	TECNICO A - PEDAGOGIA	UEPA
350	**HELENA ZABALA DA ROCHA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
351	**HELENICE TEIXEIRA DA SILVA**	SECRETARIO	SEDUC

352	**HELIANA MARIA DO SOCORRO RODRIGUES COSTA**	AUX. DE ADMINISTRACAO	FUNPAPA
353	**HELIO DA SILVA MACHADO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
354	**HELLEN CASSEB FLEXA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
355	**HENRIETT FONSECA DO ROSARIO**	BANCÁRIO	BANPARÁ
356	**HERALDO SILVA MACHADO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
357	**HERCULANO CORREIA DO NASCIMENTO NETO**	AGENTE ADMINISTRATIVO A	UEPA
358	**HIGOR BRUNO AUZIER SARDINHA**	BANCÁRIO	CEF
359	**HILARIO RIBEIRO NORONHA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEAD
360	**HILTON TÚLIO COSTI**	TECNOL. SÊNIOR ¿III	M.P. EMILIO GOELDI
361	**HUGO NAZARENO CARVALHO DA SILVA**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA - ECONOMISTA	SECULT
362	**HUMBERTO BEVILAQUA DA GAMA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
363	**ILLANA DE ARAUJO RIBEIRO**	TECNICO DE LABORATORIO	UEPA
364	**IRANEIDE DO CARMO DE J TEIXEIRA**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
365	**IRENE MARIA CORREA LOBO**	SECRETARIO	SEDUC
366	**IRLANE SILVA DA GAMA**	SECRETARIO	SEDUC
367	**ISABEL MORAES DE SOUZA**	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	UEPA
368	**IVALDO JONAS TELES DO NASCIMENTO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
369	**IVALDO SILVA TEIXEIRA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
370	**IVANISE MEDEIROS DOS SANTOS**	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	UEPA
371	**IZABEL CONCEICAO NASCIMENTO COSTA DOS SANTOS**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC

372	**IZABEL CRISTINA DA SILVA GARCEZ**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
373	**IZABEL CRISTINA MARTINS DE MORAES BITTENCOURT**	ORIENTADOR EDUCACIONAL	SEDUC
374	**JACINTO SIQUEIRA ALVES**	VIDREIRO	UFPA
375	**JACQUES RODRIGUES MARTINS**	ENGENHEIRO	COSANPA
376	**JADSON GIRAO PALHETA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
377	**JAIR GIBSON DE OLIVEIRA RAIOL**	TECNICO EM MECANICA	SEMOB
378	**JAIR GOMES DE MELO**	AGENTE DE TRANSPORTE	SEMOB
379	**JANAÍNA D'AVILA ERSE**	TÉCNICO EM GESTÃO CULTURAL-BACHAREL EM TURISMO	SECULT
380	**JANARY JOSÉ DIAS DE MORAES**	AGENTE ADMINISTRATIVO	COSANPA
381	**JANDIRA MACHADO DA SILVA BORGES**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
382	**JANE CRISTINE CAMPOS CANTE**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
383	**JANE DARC TAVARES SILVA**	FONOAUDIOLOGO	SEDUC
384	**JANETE DE OLIVEIRA DUARTE**	PROFESSOR CLASSE I	SEDUC
385	**JANILDA DO SOCORRO MAIA SILVA**	TECNICO A - BIBLIOTECONOMIA	UEPA
386	**JANILENE ANDRADE DA C. NASCIMENTO**	MEDICO VETERINARIO	ADEPARÁ
387	**JEFFERSON DANNY MIRANDA NASCIMENTO**	BANCÁRIO	BANPARÁ
388	**JEAN PIERRE DOS SANTOS LOIOLA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
389	**JEFFERSON SILVA BOCCHIO**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
390	**JERONIMO CARLOS DE OLIVEIRA BARNABE**	ESCREVENTE	SEDUC

		DATILOGRAFO REFERENCIA III	
391	**JERRY CORDOVIL DO LAGO**	AUXILIAADMINISTRATIVO	UEPA
392	**JHONES ISRAEL ANDRADE CRUZ REIS**	BANCÁRIO	BANPARÁ
393	**JOANA CELIA RAMOS RAMIRES**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
394	**JOANA D ARC DA COSTA HOLANDA**	TECNICO C - BIBLIOTECONOMIA	UEPA
395	**JOANA FRANCISCA VILHENA GONCALVES**	NUTRICIONISTA	SEDUC
396	**JOANA MARIA ABREU NUNES**	PSICOLOGO	SEDUC
397	**JOAO BATISTA FEITOSA MACHADO**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
398	**JOAO BATISTA LEAO FIGUEIREDO**	AGENTE DE TRANSPORTE	SEMOB
399	**JOAO BATISTA SILVA DE MENEZES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
400	**JOÃO CARDOSO DO COUTO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
401	**JOAO CARLOS DOS SANTOS TAVARES**	AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
402	**JOAO CARLOS SOARES**	NÍVEL MÉDIO	TCE
403	**JOAO CASTRO DOS ANJOS**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
404	**JOAO CHARLET PEREIRA JUNIOR**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
405	**JOAO DA MATA PEREIRA MUNIZ**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
406	**JOÃO GUILHERME ALMEIDA SANTANA**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
407	**JOÃO GUILHERME DE SOUSA PINHO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
408	**JOAO ITALO CALDERARO MILEO**	BANCÁRIO	BANPARÁ
409	**JOAO KENNEDY DOS SANTOS SILVA**	SECRETARIO	SEDUC

410	**JOAO LINDINELSON CORREA CARVALHO**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
411	**JOAO LUIZ TULOSA DOS SANTOS**	SECRETARIO	SEDUC
412	**JOAO MOREIRA GONCALVES NETO**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
413	**JOÃO RODRIGUES LOPES**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SECULT
414	**JOÃO ROGÉRIO PEREIRA DUARTE**	ASSISTENTE CULTURAL - MONTADOR DE EXPOSIÇÕES E EVENTOS	SECULT
415	**JOAO SANTOS GOMES JUNIOR**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
416	**JOAO VICTOR TEIXEIRA DE ALMEIDA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
417	**JOÃO VIEIRA DA SILVA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
418	**JOCENETE SANTOS CARVALHO**	ANALISTA DE SISTEMA	FUNPAPA
419	**JOELSON ARAUJO DE SOUZA**	ENGENHEIRO AGRONOMO	ADEPARÁ
420	**JOELSON DA COSTA DA SILVA**	AUXILIAR DE LABORATORIO	UEPA
421	**JOHN CRISTIAN BARBOSA BRITO**	AGENTE DE LIMPEZA	SECULT
422	**JONAS DA COSTA MOURA**	TECNICO EM AGROPECUARIA	UFPA
423	**JONAS MELO NEVES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
424	**JONNATHAN HENRIQUE DE SENA VEIGA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
425	**JORGE ANTONIO SALVADOR DERGAN**	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	UFPA
426	**JORGE COSTA NUNES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
427	**JORGE DE ALMEIDA LIMA**	MOTORISTA	SEMOB
428	**JORGE DE SOUSA BRITO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
429	**JORGE EDUARDO DE MENDONCA GOES**	ENGENHEIRO	ADEPARÁ

		AGRONOMO	
430	**JORGE EDUARDO FARIAS**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
431	**JORGE HERMES DE FIGUEIREDO MELO**	AUXILIAR DE SERVICO C	UEPA
432	**JORGE LUIS GAVINA PEREIRA**	ASSIST. DE PESQ. ¿III	M.P. EMILIO GOELDI
433	**JORGE LUIZ CORDEIRO DE OLIVEIRA**	NÍVEL MÉDIO	TCE
434	**JORGE LUIZ SOUZA DO ROSARIO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
435	**JORGE OBERDAN LOPES MUNIZ**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
436	**JORGE PAIXÃO COSTA**	ASISTENTE DE INFRAESTRUTURA	SEMAS
437	**JORGE REIS DA COSTA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
438	**JORGE REIS MARQUES JUNIOR**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
439	**JORGE RICARDO DOS SANTOS**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
440	**JORGE ROSINALDO MONTEIRO DE LIMA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
441	**JORGENOR DO SOCORRO OLIVEIRA DOS SANTOS**	SERVIDOR PÚBLICO	IASEP
442	**JOSÉ AFONSO NOBRE DE SOUZA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
443	**JOSÉ ALBERTO DA FONSECA MILOMES**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
444	**JOSÉ ALBERTO SILVA SALIBA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
445	**JOSE AMANCIO DOS REMEDIOS**	AUXILIAR DE SERVICO C	UEPA
446	**JOSE ANTONIO DE MORAES PANTOJA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
447	**JOSE ANTONIO PASSOS COSTA**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
448	**JOSÉ AUGUSTO SOUZA DOS SANTOS**	TECNICO EM MECANICA	SEMOB
449	**JOSÉ AVELINO MOREIRA MENDES**	AGENTE DE TRANSPORTE	SEMOB
450	**JOSE CARLOS FERREIRA DA FONSECA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
451	**JOSÉ CATETE PENNA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA

452	**JOSE CLOVIS GOMES FERREIRA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
453	**JOSE DE MENEZES MACHADO NETO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
454	**JOSÉ DE RIBAMAR DUARTE**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
455	**JOSE EDUARDO DA CRUZ**	AUX. DE LABORATORIO	ADEPARÁ
456	**JOSÉ ELIAS DE ALMEIDA JÚNIOR**	ANALISTA SÊNIOR	M.P. EMILIO GOELDI
457	**JOSE EVERALDO DA MATTA PINTO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
458	**JOSE EVERALDO SANTIAGO DE OLIVEIRA**	AUXILIAR DE LABORATORIO	UEPA
459	**JOSE FABIO COSTA SILVA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
460	**JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS VASCONCELLOS**	AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
461	**JOSÉ FERREIRA DA NATIVIDADE**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
462	**JOSE FERREIRA DA SILVA**	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	UEPA
463	**JOSE CLOVIS GOMES FERREIRA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
464	**JOSE HAROLDO DA SILVA SALES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
465	**JOSÉ IVALDO PINHO DA SILVA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
466	**JOSÉ JORGE ASSIS DE SOUZA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
467	**JOSÉ LUIZ ARAÚJO MONTEIRO**	AGENTE ADMINISTRATIVO	COSANPA
468	**JOSÉ LUIZ DE MARIA JUNIOR**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
469	**JOSE LUIZ DE OLIVEIRA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
470	**JOSE LUIZ MONTEIRO LACORTE**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
471	**JOSÉ LUIZ MORAES RABELO MENDES**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
472	**JOSE MARIA AMARAL CATIVO**	NÍVEL SUPERIOR (FORMAÇÃO EM C. CONTÁBEIS)	TCE
473	**JOSÉ MARIA GONÇALVES DA SILVA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA

474	**JOSÉ MARIA MAGNO DO NASCIMENTO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
475	**JOSE MARIA TORRES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
476	**JOSE MARIA TRAVASSOS**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
477	**JOSÉ MENDES MACHADO FILHO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
478	**JOSE MIGUEL COSTA DE BARROS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
479	**JOSÉ NAZARENO FREITAS DE OLIVEIRA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
480	**JOSE RAIMUNDO DO NASCIMENTO SAMPAIO**	SECRETARIO	SEDUC
481	**JOSÉ REIS DA SILVA PORTAL**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
482	**JOSE RICARDO ALVES DOS SANTOS**	AUXILIAR DE LABORATORIO	UEPA
483	**JOSÉ RODRIGUES CANELLA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
484	**JOSE ROBERTO ROZENDO NOBRE**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
485	**JOSEFA OZORIA DA SILVA**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
486	**JOSENILDA RITA TEIXEIRA ALVES**	TECNICO EM EDUCACAO	SEDUC
487	**JOSUE DOS SANTOS CARVALHO**	MOTORISTA	ADEPARÁ
488	**JOSUE RIBEIRO PEREIRA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
489	**JOSUÉ SOUZA NUNES**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
490	**JOUBERT MARINHO DA SILVA BENTES**	TECNICO A - TERAPIA OCUPACIONAL	UEPA
491	**JOYCE MICHELE DE SOUZA CASTRO**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	SEMOB
492	**JUCIVAL CHAGAS DE OLIVEIRA FILHO**	AGENTE DE PORTARIA	SEDUC
493	**JUDITH DA SILVA LOPES**	BANCÁRIO	CEF
494	**JULIA BASTOS DE LIMA**	ESTUDANTE	FACI
495	**JULIANA CARVALHO DOS SANTOS**	EDUC. SOCIAL (MONITOR)	FUNPAPA

496	**JULINES ANTONIO FREIRE PEREIRA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
497	**JULIO CESAR ARAUJO CASTRO**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	SEMOB
498	**JULIO CESAR DA ROCHA ALVES**	TECNICO A - FISIOTERAPIA	UEPA
499	**JUSSARA ROCHA BATISTA**	PSICOIOGO	FUNPAPA
500	**KACIANGELA GONCALVES OLIVEIRA DA SILVA SILVA**	SECRETARIO	SEDUC
501	**KARLA CRISTINA CARVALHO DE LIMA BONA**	NUTRICIONISTA	SEDUC
502	**KÁTIA GOMES DA SILVA ALVES**	TÉCN GESTÃO CULTURAL - BACHAREL TURISMO	SECULT
503	**KATIA MARIA SOUSA DE ALENCAR**	CONTINUO	UFPA
504	**KHARINNI UCHOA PEREIRA**	TECNICO A - TERAPIA OCUPACIONAL	UEPA
505	**KLEBER AUGUSTO SABBA DE SOUZA**	NÍVEL SUPERIOR (FORMAÇÃO EM C. CONTÁBEIS)	TCE
506	**KLEITON BOAS DE SOUSA**	SECRETARIO	SEDUC
507	**LADYANE MARTINS DE SOUSA**	SECRETARIO	SEDUC
508	**LAUDELINA RODRIGUES PANTOJA**	TECNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	UFPA
509	**LAUDEMIR DA SILVA ANDRADE**	AUXILIAR DE SERVICO	UEPA
510	**LAUDINEA ANDRADE SOUZA**	SECRETARIO	SEDUC
511	**LAURA ADELIA SARGES FERREIRA**	ENGENHEIRO AGRONOMO	SEFA
512	**LAURA SOLANGE CORDOVIL VIANA**	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	UEPA
513	**LAURIZA IRENE MACEDO DE OLIVEIRA**	BANCÁRIO	CEF
514	**LAURO ANTONIO COUTO DA CRUZ**	FAXINEIRO	UEPA
515	**LAURO LINCOLN DA SILVA PESSOA**	TECNICO A -	UEPA

		FISIOTERAPIA	
516	**LEA CLICIA MORAES CELESTINO**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
517	**LEA DO SOCORRO COLARES LEAO**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
518	**LEA SOCORRO PINHEIRO DIAS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
519	**LEDA SILVANE FARIAS OEIRAS**	TECNICO A - FARMACIA	UEPA
520	**LEILA GABRIELA VEIGA IBIAPINA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
521	**LEILA MARIA DE MATTOS PIMENTEL**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
522	**LEILA OLIVEIRA TEIXEIRA**	SECRETARIO	SEDUC
523	**LEILIAM FARIAS DE CASTRO VIEIRA**	TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	UFPA
524	**LENA CRISTINA BARROS MOUZINHO**	PSICOLOGO	SEDUC
525	**LENA MARCIA MACHADO GONCALVES**	ADMINISTRADOR	SEDUC
526	**LENIR PEREIRA DE HOLANDA**	EOUC. SOCIAL (MONITOR)	FUNPAPA
527	**LENO REGINALDO REIS DE ANDRADE**	AUX. DE CAMPO	ADEPARÁ
528	**LEONARDO GUIMARAES ALEIXO**	TEC AGRIMENSURA	SEFIN
529	**LETICIA DO SOCORRO LOBATO CHAVES**	ASSIST. ADMINISTRATIVO/ GERENTE	ADEPARÁ
530	**LIA SUEMI SOGABE PRIANTE**	TECNICO EM LABORATORIO AREA	UFPA
531	**LICIA MARIA PAIVA DE OLIVEIRA ROSENDO**	DIRETOR	SEDUC
532	**LIDIA CRISTIANE VIANA**	AGENTE ADMINISTRATIVO	COSANPA
533	**LIDIA DOS SANTOS BAHIA**	SECRETARIO	SEDUC
534	**LIDIANE DINIZ DO NASCIMENTO**	TÉCNICO 1-III	M.P. EMILIO GOELDI
535	**LIGIA DO SOCORRO SOUZA FERREIRA**	ESPECIALISTA	SEDUC

		EM EDUCACAO CLASSE III	
536	**LIGIANY SANTOS TRAVASSOS**	ASSISTENTE COMERCIAL	COSANPA
537	**LINDANOR DO NASCIMENTO RODRIGUES**	SECRETARIO	SEDUC
538	**LINDEAURIA MENDONCA MOREIRA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
539	**LOIDE FERREIRA DA SILVA**	AUXILIAR DE SERVICO	UEPA
540	**LORENA DA COSTA SOUZA**	TECNICO ADMINISTRATIVO	IBAMA
541	**LOURDES DE SOUZA NASCIMENTO**	SERVENTE REFERENCIA I	SEDUC
542	**LOYANA SELMA NOGUERIA DA SILVA**	SERVIDORA PÚBLICA APOSENTADA	PC-PA
543	**LUAN DIEGO ROCHA DA ROCHA**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	SEMOB
544	**LUANA GONDIM DA SERRA**	TECNICO EM EDUCACAO	SEDUC
545	**LUCAS VINICIUS CUNHA ROCHA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	COSANPA
546	**LUCIA MARIA PEREIRA DOS REMEDIOS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
547	**LUCIA NAZARE DE MELO CARDOSO**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
548	**LUCIA NAZARE MONTEIRO DE SOUZA**	SECRETARIO	SEDUC
549	**LUCIA SOCORRO DUARTE NASCIMENTO**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
550	**LUCIANA BARRA LOUREIRO DA COSTA**	BANCÁRIO	BANPARÁ
551	**LUCIANA CAMPELO DA SILVA GILLET**	TECNICO A - ODONTOLOGIA	UEPA
552	**LUCIANA DOS SANTOS BASTOS**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
553	**LUCIANA DOS SANTOS FERREIRA**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	SEMOB
554	**LUCIANA FARIAS DA SILVEIRA**	BANCÁRIO	CEF

555	**LUCIANA MESCOUTO VIEIRA**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
556	**LUCIANA SUELY DIAS FERREIRA**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II	SEDUC
557	**LUCIANE SANTANA BESSA**	PRODUTOR CULTURAL	UFPA
558	**LUCIANO DA SILVA LOPES**	MOTORISTA	SEMOB
559	**LUCIENE KATIA DIAS BARBOSA**	TECNICO EM EDUCACAO	SEDUC
560	**LUCILA PEREIRA DA SILVA**	MEDICO VETERINARIO	ADEPARÁ
561	**LUCILENE DE JESUS ARAUJO**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
562	**LUCILO DA CONCEIÇÃO LIMA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
563	**LUCINILDA GOMES DA SILVA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
564	**LUCIVALDO SOUZA MARQUES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
565	**LÚCIO JORGE KAWAKAMI PUGET**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
566	**LUIS ANTONIO FERREIRA DE SOUZA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
567	**LUIS CARLOS OLIVEIRA DE SOUZA**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
568	**LUIS FERNANDO BITTENCOURT DOS SANTOS**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
569	**LUIS MARCIO AZEVEDO LOPES**	AG. DE FISC.AGROPECUARIO	ADEPARÁ
570	**LUISA DE JESUS PEREIRA**	AG. SERVICOS GERAIS ¿ ACC	FUNPAPA
571	**LUIZ ALEXANDRE CARDOSO ARGOLO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
572	**LUIZ CARLOS PINHEIRO DE MELO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
573	**LUIZ CLAUDIO MARTINS NEGRAO**	EDUCADOR SOCIAL DE RUA	FUNPAPA
574	**LUIZ FELIPE SOUZA RODRIGUES**	ANALISTA	RECEITA

		TRIBUTÁRIO	FEDERAL
575	**LUIZ GONZAGA DE MENEZES JUNIOR**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
576	**LUIZ MARIO LAMEIRA FAVA**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
577	**LUIZ OTAVIO BORGES NEVES**	AUXILIAR DE SERVICO	UEPA
578	**LUIZ OTÁVIO DE ABREU SILVA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
579	**LUIZ OTAVIO DE JESUS SANTANA**	AGENTE DE MANUTENÇÃO	COSANPA
580	**LUIZ OTÁVIO MOREIRA FERNANDES**	TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	SEMAS
581	**LUIZ RENATO ARAUJO SERRA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEFA
582	**LUIZA HELENA RODRIGUES LOPES**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
583	**LUZIA ANGELINA NUNES TENORIO**	COORDENADOR DE NUCLEO	SEDUC
584	**LUZIMARY DO SOCORRO MACHADO DE BRITO**	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	UEPA
585	**LUZINETE DE AMORIM CAMPELO**	AG. SERVICOS GERAIS	FUNPAPA
586	**MAIK SANDRO RODRIGUES MARINHO**	ASSIST. ADMINISTRATIVO/ GERENTE	ADEPARÁ
587	**MAISE CRISTINA DE SOUSA SOARES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
588	**MANOEL ATAIDE MOREIRA JUNIOR**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
589	**MANOEL DA PAIXAO**	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	UEPA
590	**MANOEL DE JESUS DA SILVA GAIOSO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
591	**MANOEL DE JESUS SANTOS BARRETO**	TÉCNICO EM GESTÃO CULTURAL - BIBLIOTECONOMISTA	SECULT

592	**MANOEL ENEAS BARROSO DE ALMEIDA**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	SEMOB
593	**MANOEL NAZARENO ALVES DINIZ**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
594	**MANOEL QUIRINO DA SILVA TEIXEIRA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
595	**MARCELINA SANCHES FIGUEIREDO**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
596	**MARCELO CORDEIRO THALES**	TECNOL. SÊNIOR II	M.P. EMILIO GOELDI
597	**MARCELO DA CUNHA ARAUJO**	SECRETARIO	SEDUC
598	**MARCELO EDUARDO FERREIRA AMORAS**	ASSIST. ADMINISTRATIVO/ GERENTE	ADEPARÁ
599	**MARCELO FABRICIO NUNES DA SILVA**	ANALISTA DE SISTEMAS	ADEPARÁ
600	**MARCELO MARCOS CASTRO DE AZEVEDO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
601	**MARCELO NONATO GOMES LARÊDO**	TÉCN GESTÃO CULTURAL - BACHAREL TURISMO	SECULT
602	**MARCELO RODRIGUES FERNANDES**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
603	**MARCELO SOUZA MARTINS**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
604	**MARCIA ANDRÉA AMARAL LIMA**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
605	**MARCIA ANDREIA DA SILVA MARTINS**	TECNICO B - FARMACIA BIOQUÍMICA	UEPA
606	**MARCIA HELENA DE ALBUQUERQUE BRASIL**	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	UEPA
607	**MARCIA HELENA RAPOSO MOTA**	TECNICO B - ADMINISTRAÇÃO	UEPA
608	**MARCIO NEVES DA SILVA**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
609	**MARCIO RODRIGO DA ROCHA PINHEIRO**	FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA

610	**MÁRCIO SANTOS DA CRUZ**	TÉCN GESTÃO PÚBLICO - ECONOMISTA	SECULT
611	**MARCIO VALERIO ALMEIDA DOS SANTOS**	BANCÁRIO	CEF
612	**MARCO ANTONIO CUNHA BARBOSA**	CADASTRISTA COMERCIAL	COSANPA
613	**MARCO ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA**	SECRETARIO	SEDUC
614	**MARCO AURELIO BARBOSA DE LIMA**	QUIMICO	ADEPARÁ
615	**MARCONI SILVA FONSECA**	BANCÁRIO	CEF
616	**MARCOS ANTONIO DA COSTA FERREIRA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
617	**MARCOS ANTONIO PARREIRA LARA**	TECNICO B - FISIOTERAPIA	UEPA
618	**MARCOS RIBEIRO DE OLIVEIRA**	ANALISTA TRIBUTÁRIO	RECEITA FEDERAL
619	**MARCOS ROBERTO GOMES DA ROCHA**	ARTIFICE DE MANUTENCAO C	UEPA
620	**MARCUS VALERIO FEIO LIBONATI**	ENGENHEIRO ELETRICISTA	SEMOB
621	**MARCUS VINICIUS MENEZES NETO**	ENGENHEIRO-AREA	UFPA
622	**MARCUS VINICIUS PINTO DOS SANTOS**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
623	**MARCUS VINICIUS SILVA DA COSTA**	TECNICO EM EDIFICACAO	SEMOB
624	**MARIA AGUEDA BOTELHO DA SILVA**	SECRETARIO	SEDUC
625	**MARIA ALICE VALENCA**	TECNICO A - MEDICINA OTORRINOLARINGOLOGICA	UEPA
626	**MARIA ANGELICA SANTOS MAIA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
627	**MARIA APARECIDA BEZERRA DOS SANTOS**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
628	**MARIA AUXILIADORA FREITAS DE SOUZA**	SECRETARIO	SEDUC
629	**MARIA BEATRIZ DA SILVA INACIO**	SECRETARIO	SEDUC

630	**MARIA BENEDITA GOMES DE AZEVEDO**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
631	**MARIA BRASILIA CARDOSO QUARESMA**	TECNICO EM LABORATORIO AREA	UFPA
632	**MARIA CELIA DA SILVA PITMAN**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
633	**MARIA CELIA OLIVEIRA DA SILVA**	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	UEPA
634	**MARIA CILENE SILVA DA CRUZ**	SECRETARIO	SEDUC
635	**MARIA CLAUDIA DA SILVA FARO**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
636	**MARIA CRISTINA BRAZ MANGAS**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
637	**MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS**	AUXILIAR DE LABORATORIO A	UEPA
638	**MARIA DA GLORIA NEGRAO SILVA**	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	UEPA
639	**MARIA DA LUZ MONARD PEREIRA**	TECNICO B - BIBLIOTECONOMIA	UEPA
640	**MARIA DA LUZ SILVA**	SECRETARIO	SEDUC
641	**MARIA DAS DORES PEREIRA LISBOA**	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	UEPA
642	**MARIA DAS GRACAS BARBOSA DA SILVA**	AGENTE DE SAUDE	UEPA
643	**MARIA DAS GRACAS CHAVES BARBOSA**	AGENTE DE SERVICOS	SEFA
644	**MARIA DAS GRACAS DA SILVA**	AUXILIAR DE SERVICO	UEPA
645	**MARIA DAS GRACAS FELIZ DANTAS**	NÍVEL MÉDIO	TCE
646	**MARIA DAS GRACAS MONTEIRO ENVANGELISTA**	SERVENTE REFERENCIA I	SEDUC
647	**MARIA DAS GRACAS MOURA RIBEIRO**	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	UEPA

648	**MARIA DAS GRACAS OLIVEIRA DA SILVA**	AUXILIAR DE SERVICO C	UEPA
649	**MARIA DE FÁTIMA LOPES ALMEIDA**	TÉCNICO 1-III	M.P. EMILIO GOELDI
650	**MARIA DE FATIMA MAUES RODRIGUES**	TECNICO NIVEL SUPERIOR	SEDUC
651	**MARIA DE FÁTIMA MONTEIRO DA SILVA**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
652	**MARIA DE FATIMA PERDIGAO MOREIRA**	AGENTE DE SERVICO C	UEPA
653	**MARIA DE JESUS BARBOSA SA**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
654	**MARIA DE LOURDES RABELO SALDANHA**	AUXILIAR DE SERVICO C	UEPA
655	**MARIA DE LOURDES SOARES LASSANCE MARTINS**	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	UEPA
656	**MARIA DE NAZARE BARROSO DA SILVA**	BIBLIOTECONOMISTA A	UEPA
657	**MARIA DE NAZARE LIMA DA SILVA**	AUXILIAR DE SERVICO	UEPA
658	**MARIA DE NAZARE LUZ NICODEMOS**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
659	**MARIA DE NAZARE MORAES DA SILVA**	REVISOR DE TEXTOS	UFPA
660	**MARIA DE NAZARE VASCONCELOS BATISTA**	SERVENTE REFERENCIA I	SEDUC
661	**MARIA DE SÃO JOSÉ BASTOS GOMES**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
662	**MARIA DEUZA SILVA DE OLIVEIRA**	AUXILIAR DE SERVICO	UEPA
663	**MARIA DO LIVRAMENTO ALFAIA BORGES**	SECRETARIO	SEDUC
664	**MARIA DO MONTE SERRAT MACHADO CRUZ**	AUXILIAR DE SERVICO	UEPA
665	**MARIA DO PERPETUO SOCORRO TAVARES MOREIRA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
666	**MARIA DO PERPETUO SOCORRO SEPEDA BARRETO**	SERVENTE REFERENCIA I	SEDUC
667	**MARIA DO SOCORRO C DE SIQUEIRA**	AUDITOR FISCAL	SEFIN

668	**MARIA DO SOCORRO DA COSTA CAXIADO**	SECRETARIO	SEDUC
669	**MARIA DO SOCORRO DA SILVA SANTOS**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
670	**MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA RODRIGUES**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEAD
671	**MARIA DO SOCORRO LIMA DA SILVA**	ASSISTENTE DE ALUNOS	UFPA
672	**MARIA DO SOCORRO PALHETA SILVA**	AUXILIAR EM ADMINISTRACAO	UFPA
673	**MARIA DULCILENE PATRICIO ARAUJO**	AUXILIAR DE DISCIPLINA	SEDUC
674	**MARIA ELAINE SANTOS**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
675	**MARIA ELINETE VERAS SARAIVA CORREA**	TECNICO B - FARMACIA BIOQUÍMICA	UEPA
676	**MARIA ELISETE VERAS SARAIVA**	ASSISTENTE TECNICO	UEPA
677	**MARIA ELIZETE REIS GUARA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
678	**MARIA ELVIRA RODRIGUES COELHO**	ARQUIVISTA	UFPA
679	**MARIA EUNICE COSTA LOBATO**	ESCREVENTE DATILOGRAFO REFERENCIA III	SEDUC
680	**MARIA GORETTE GOMES PEREIRA**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
681	**MARIA GRACINDA RODRIGUES DOS SANTOS**	AUXILIAR DE SERVICO	UEPA
682	**MARIA ILDA MORAES MONTEIRO**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
683	**MARIA IOLETE VALADARES FERNANDES**	AGENTE ADMINISTRATIVO	SECULT
684	**MARIA ISMENIA MATNI SANTOS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
685	**MARIA IVANETE DA SILVA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
686	**MARIA IVETE RABELO DA SILVA**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD

687	**MARIA IVETE RABELO DA SILVA**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
688	**MARIA IVETE RISSINO PRESTES**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
689	**MARIA IZANETE PANTOJA DE MELO**	TECNICO EM LABORATORIO AREA	UFPA
690	**MARIA IZAURA BAILOZA**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
691	**MARIA JOSE DE OLIVEIRA LOBO**	PSICOLOGO	SEDUC
692	**MARIA JOSE DE OLIVEIRA VASCONCELOS**	AUXILIAR ADMINISTRATIVO B	UEPA
693	**MARIA JOSE DE SOUZA SEABRA**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
694	**MARIA JOSE LENA TRINDADE CORREA**	ENGENHEIRO AGRONOMO	ADEPARÁ
695	**MARIO JOSE NERES PEREIRA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
696	**MARIA JOSEFA JUVINIANO QUADROS**	ASSISTENTE SOCIAL	UFPA
697	**MARIA LUCIA AZEVEDO DE ALBUQUERQUE**	CONTADOR	UFPA
698	**MARIA LUCIA CORDEIRO NASCIMENTO**	DATILOGRAFO	SEAD
699	**MARIA LUCIA HENRIQUES GOMES**	AUXILIAR EM ADMINISTRACAO	UFPA
700	**MARIA LÚCIA JARDIM MACAMBIRA**	PESQ ASSOCIADO-III	M.P. EMILIO GOELDI
701	**MARIA MARGARETE MATOS DOS SANTOS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
702	**MARIA ODINEIA DINIZ RIBEIRO**	SERVENTE REFERENCIA I	SEDUC
703	**MARIA PAULA CONCEICAO DE ALMEIDA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
704	**MARIA RAIMUNDA SOUZA SANTOS**	SECRETARIO	SEDUC
705	**MARIA RUTH COSTA VIEIRA**	SERVENTE REFERENCIA I	SEDUC
706	**MARIA VALCELINA ARAUJO DE LIMA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC

707	**MARIANA NAZARETH DE SOUZA QUEIROZ**	ENGENHEIRO AMBIENTAL	SEMAS
708	**MARILDA MARIA DA SILVA**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
709	**MARILENE DE NAZARE RODRIGUES DE ANDRADE**	SECRETARIO	SEDUC
710	**MARILIA MAGNA VIEIRA DA SILVA**	SECRETARIO	SEDUC
711	**MARINA DO SOCORRO VIANA FRANÇA**	TEC CONTABILIDADE	SEFIN
712	**MARINALDO PIMENTEL FURTADO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
713	**MARINES DE OLIVEIRA FERREIRA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
714	**MARINILCE RODRIGUES FURTADO**	NÍVEL MÉDIO (FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO)	TCE
715	**MÁRIO ALBERTO DA SILVA QUADROS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SECULT
716	**MÁRIO AUGUSTO GONÇALVES JARDIM**	PESQ. TITULAR	M.P. EMILIO GOELDI
717	**MARIO FRANCO DE MORAES FILHO**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
718	**MARIO LUIS SILVA NASCIMENTO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
719	**MARIO NATHANAEL DE A. FIGUEIRA**	ENGENHEIRO	COSANPA
720	**MARIO ROCHA DE OLIVEIRA JUNIOR**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
721	**MARIO SERGIO BENTES DOS SANTOS**	AGENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
722	**MARIO SERGIO LOPES NUNES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
723	**MARIRILZER DO SOCORRO PINHEIRO DE OLIVEIRA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
724	**MARISSANTA PORTILHO**	SECRETARIO	SEDUC
725	**MARISTELA MELO E SILVA**	SECRETARIO	SEDUC
726	**MARLENE SALES BATISTA**	AUXILIAR DE SERVICO C	UEPA

727	**MARLI DA FONSECA RAMOS DE QUEIROZ**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
728	**MARTA GOMES BENCHIMOL**	AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
729	**MARY IVETE DE OLIVEIRA**	SECRETARIO	SEDUC
730	**MATHEUS DE VILHENA DIAS**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
731	**MAURO CHAGAS COSTA**	AGENTE ADMINISTRATIVO A	UEPA
732	**MAURO GUILHERME OLIVEIRA DE MEDEIROS**	ASSISTENTE OE ADMINISTRACAO	FUNPAPA
733	**MAURO HENRIQUE DA COSTA MENDES**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	UEPA
734	**MAX BASTOS DAVID**	ANALISTA TRIBUTÁRIO	RECEITA FEDERAL
735	**MAX WANDERSON DE ARAUJO FAVACHO GOMES**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
736	**MELQUÍADES ANTÔNIA DOS SANTOS**	ANALISTA SÊNIOR	M.P. EMILIO GOELDI
737	**MENIO AUGUSTO MESQUITA DA COSTA**	ADMINISTRADOR	SEDUC
738	**MESSIAS PEREIRA DA SILVA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
739	**MEYERSON MELO MACHADO**	AUXILIAR OPERACIONAL	SEDUC
740	**MICHELA ALESSANDRA FRAGA MENDES**	SECRETARIO EXECUTIVO	UFPA
741	**MICHELA CARLA SOUSA LIMA**	SECRETARIO	SEDUC
742	**MICHELLE ROSSY PRINCE**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
743	**MICHELLI CAROLINNI BAHIA DE MATOS**	BANCÁRIO	CEF
744	**MIGUEL DINIZ REZENDE DA SILVA**	SECRETARIO	SEDUC
745	**MILTON BEZERRA DA SILVA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEAD
746	**MILTON QUEIROZ DA SILVA NETO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
747	**MIRIAM LUCIA CAMPOS SERRA DOMINGUES**	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA	UFPA

		INFORMACAO	
748	**MIRNA PACIFICO CHINA**	ENFERMEIRO-AREA	UFPA
749	**MOISES ALVES DE AGUIAR**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
750	**MOISES DA COSTA NAVEGANTES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
751	**MOISES SOUZA DA SILVA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
752	**MONICA ALTMAN FERREIRA LIMA**	ORIENTADOR EDUCACIONAL	SEDUC
753	**MONICA CEMIRAMES PEREIRA DO NASCIMENTO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
754	**MONICA LIMA BARBOSA**	ASS(STENTE DE ADMINISTRACAO	FUNPAPA
755	**MONIQUE FERNANDA DA SILVA BONIFÁCIO**	ASSIST. C&T 1-III	M.P. EMILIO GOELDI
756	**NADIA CIRENE CORDOVIL DOS SANTOS**	SECRETARIO	SEDUC
757	**NATALINO VALENTE MOREIRA DE SIQUEIRA**	QUIMICO	UFPA
758	**NATANAEL DA SILVA TAVARES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
759	**NATANAEL GOUVEIA GOMES**	CONTINUO	COSANPA
760	**NATANAEL VITOR DA CUNHA LIMA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
761	**NATHALIA DE ALBUQUERQUE NEVES**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
762	**NAZARE DE FATIMA GALVAO DE SOUSA**	TECNICO NIVEL SUPERIOR	SEDUC
763	**NEIDIANE FARIAS RAMOS**	TECNICO EM LABORATORIO AREA	UFPA
764	**NELMA CRISTINA COSTA ALHO**	PROFESSOR CLASSE I	SEDUC
765	**NELMA JAQUELINE COSTA DE BRITO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
766	**NELSON DA SILVA TEIXEIRA**	ASSISTENTE CULTURAL-ILUMINADOR CÊNICO	SECULT
767	**NELSON RODRIGUES SANJAD**	TECNOL. SÊNIOR	M.P. EMILIO

		¿ III	GOELDI
768	**NEUZA DE NAZARE NEGRAO FERREIRA**	SECRETARIO	SEDUC
769	**NEWTON DE MELO DA SILVA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
770	**NEY EMIL DA CONCEICAO MESSIAS NETO**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
771	**NICANOR MONTEIRO DOS SANTOS FILHO**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
772	**NÍDIA DE CÁSSIA MORAES DA SILVA**	TÉCNICO EM GESTÃO CULTURAL - BIBLIOTECONOMISTA	SECULT
773	**NILSON FAVACHO FERREIRA**	SECRETARIO	SEDUC
774	**NILSON VILLACORTE GOMES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
775	**NILTON CARDOSO SANTIAGO**	COORDENADOR DE GABINETE	SEDUC
776	**NILTON VILHENA ALVES**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
777	**NILZOBERTO SOUSA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
778	**NORMA DO SOCORRO COSTA FARIAS**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
779	**ODINEA DOS REIS FONSECA**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
780	**ODIR DA CONCEICAO CARDOSO SANTOS**	VIGIA REF. I	SEDUC
781	**ODO LUVRO CARNEIRO DE AMORIM NETO**	ADMINISTRADOR	SEMAS
782	**OIAMIR ANICETO ALMEIDA CARNEIRO**	AGENTE DE PORTARIA	SEAD
783	**OLAVO SOUZA DE ALMEIDA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
784	**OLIVIO VIEIRA LOPES**	ECONOMISTA	COSANPA
785	**OSCARINA GONCALVES LIMA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
786	**OSÍRIS EVANDRO CARNEIRO MARTINS JÚNIOR**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SECULT
787	**OSVALDO DE ABREU SARMENTO**	VIGILANTE	SEAD

788	**OSVALDO MARTINS DE FIGUEIREDO**	AGENTE DE PORTARIA	SECULT
789	**OTAVIO NASCIMENTO MIRA**	MOTORISTA	SEMOB
790	**OTÁVIO VINHOTE FIGUEIRA**	TÉCNICO EM GESTÃO CULTURAL/BAC. EM TURISMO	SECULT
791	**OTHON DE SOUZA ALVARES**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEAD
792	**OTIAN JOSE MORAIS NETO**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
793	**OTONI FERREIRA DAMASCENO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
794	**PABLO RODRIGO DO NASCIMENTO RODRIGUES**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
795	**PAHULO ANDREY FACUNDO RAMOS**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
796	**PATRICIA DE OLIVEIRA BENEVIDES**	SECRETARIO	SEDUC
797	**PATRICIA DO SOCORRO SILVA DE SOUSA COTTA**	BANCÁRIO	CEF
798	**PATRICIA REIS COSTA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
799	**PATRICIA THATYANE MIRANDA DE BRITO**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
800	**PAULA ATAIDE MENDES**	FONOAUDIOLOGO	SEDUC
801	**PAULO AFONSO CORDEIRO XAVIER**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
802	**PAULO ANDRE ANTUNES DE CASTRO**	SECRETARIO	SEDUC
803	**PAULO CEZAR VANETTA DO VALE**	ADMINISTRADOR	SEDUC
804	**PAULO ELSON GONÇALVES**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
805	**PAULO GOUVEA EVANGELISTA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
806	**PAULO HENRIQUE DE SOUSA**	ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	RECEITA FEDERAL
807	**PAULO HENRIQUE REIS COSTA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SECULT
808	**PAULO JORGE PAIVA PEREIRA**	AUXILIAR	SEAD

		TECNICO	
809	**PAULO ROBERTO BRANCO DE LIMA**	AUXILIAR OPERACIONAL	SEDUC
810	**PAULO ROBERTO CARNEIRO DA PAIXÃO**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
811	**PAULO ROBERTO CRUZ DE OLIVEIRA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
812	**PAULO ROBERTO DE ARAUJO LEITE JUNIOR**	BANCÁRIO	CEF
813	**PAULO ROBERTO NEPOMUCENO DE LIMA**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
814	**PAULO ROBERTO SILVA DE ALMEIDA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
815	**PAULO SERGIO DE SOUZA LOPES**	SERVENTE	SEDUC
816	**PAULO SERGIO MENDES DOS SANTOS**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
817	**PEDRO HENRIQUE GALVAO MAUES**	NÍVEL MÉDIO (FORMAÇÃO EM DIREITO)	TCE
818	**PEDRO JOSE MARTIN DE MELLO SOBRINHO**	BANCÁRIO	BANPARÁ
819	**PEDRO NELITO DE SOUZA JUNIOR**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
820	**PEDRO PAULO DO CARMO PINHEIRO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
821	**PEDRO PAULO MIRANDA SILVA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
822	**PIEDADE TENORIO SAMPAIO**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
823	**PORFIRIA LUCIA CARNEIRO DE LIMA**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II	SEDUC
824	**PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	COSANPA
825	**PRISCILLA DIAS TOSTES DA COSTA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
826	**RAFAEL FERNANDES DE LIMA**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
827	**RAFAEL RODRIGUES DUARTE**	AUXILIAR OPERACIONAL	SECULT
828	**RAFAEL SANTOS SILVA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
829	**RAFAEL VINICIUS MELO DOS SANTOS**	SERVIDOR	TCM

		PÚBLICO	
830	**RAFAELE LIMA DA SILVA**	TÉCNICO 1-VI	M.P. EMILIO GOELDI
831	**RAIMUNDA CELINA DA SILVA LIRA**	SERVENTE	SEDUC
832	**RAIMUNDA CRISTINA PINTO DA SILVA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
833	**RAIMUNDO CONCEIÇÃO MACEDO GONÇALVES**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
834	**RAIMUNDO DAS GRAÇAS JAIME DA FONSECA**	ASSIST. C&T 1-III	M.P. EMILIO GOELDI
835	**RAIMUNDO EDWARD ALBERTO GOMES BLASBERG**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
836	**RAIMUNDO FREDERICO FERREIRA GEMAQUE**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
837	**RAIMUNDO NONATO BRITO DE OLIVEIRA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
838	**RAIMUNDO NONATO DA SILVA MAIA**	BANCÁRIO	BANPARÁ
839	**RAIMUNDO NONATO MONTEIRO MACIEL**	AUX.ADMINISTRATIVO	SEDUC
840	**RAIMUNDO NONATO SALDANHA ASSUNCAO**	MECANOGRAFO NIVELII	SEAD
841	**RAIMUNDO SERGIO ALVAREZ GOMES**	AGENTE DE PORTARIA	SEAD
842	**RAIMUNDO SERGIO GOMES DA CUNHA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
843	**RAPHAELA FERREIRA BARROS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
844	**RAPHAELA RIBEIRO DE ALMEIDA CHAVES**	BANCÁRIO	CEF
845	**RAQUEL DA SILVA CARDOSO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
846	**RAQUEL SOARES DAMAS**	NÍVEL SUPERIOR (DIREITO)	TCE
847	**RAYLAN CASTRO CONCEICAO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
848	**RAYMUND0 BERTHOLDO DA CUNHA NUNES NETO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
849	**REGIANE PEREIRA DE OLIVEIRA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
850	**REGINA CELIA DAIBES DA SILVA**	ENGENHEIRO CIVIL	SEMOB
851	**REGINA LUCIA CARDOSO DE MORAES**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM

852	**REGINALDO BARRETO DOS SANTOS**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
853	**REGINA LUCIA SANTANA PEREIRA**	TECNICO EM LABORATORIO AREA	UFPA
854	**REINALDO CARLOS FIGUEIREDO DA LUZ**	ASSIST. C&T 3-III	M.P. EMILIO GOELDI
855	**REINALDO SANTOS DA SILVA**	AUXITIAR OPERACIONAL	SECULT
856	**RENATA DO SOCORRO LIMA VIEGAS**	CONTADOR	UFPA
857	**RENATO CORREA CANCELA**	BANCÁRIO	CEF
858	**RENATO DE LIMA RODRIGUES**	AG DE SERV GERAIS	SEFIN
859	**RENATO FERREIRA DA SILVA**	FARMACEUTICO	UFPA
860	**RICARDO AFONSO ALHO CORRÊA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
861	**RICARDO ALEX CONCEIÇÃO DA GAMA**	AUX. DE CAMPO	ADEPARÁ
862	**RICARDO FERREIRA FONSECA**	BANCÁRIO	CEF
863	**RICARDO NASCIMENTO MEDEIROS**	BANCÁRIO	CEF
864	**RITA DE CÁSSIA RODRIGUES LOPES LIMA**	TÉCN. GESTÃO CULTURAL	SECULT
865	**RITA DO SOCORRO BARBOSA DA SILVA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SECULT
866	**ROBERTA CRISTINA FERREIRA RIOS**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
867	**ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS JÚNIOR**	PESQ. TITULAR ¿III	M.P. EMILIO GOELDI
868	**ROBERTO BORGES FERREIRA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
869	**ROBERTO CLÁUDIO DE J SANTOS**	AUX ADIMINISTRAÇÃO	SEFIN
870	**RODRIGO KOJIRO IKEDA**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
871	**RODRIGO OLIVEIRA DOS SANTOS**	SECRETARIO	SEDUC
872	**RODRIGO PINTO PEREIRA**	BANCÁRIO	BANPARÁ

873	**ROGERIO SILVANO DE AVIZ MACAMBIRA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
874	**RONALD COUTINHO DOS SANTOS**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
875	**RONALDO BORGES BARTHEM**	PESQ. TITULAR ¿III	M.P. EMILIO GOELDI
876	**RONALDO GONÇALVES GARCIA**	AJ DE SERVIÇOS GERAIS	SEFIN
877	**RONALDO NASCIMENTO PESSOA**	QUIMICO	UFPA
878	**RONALDO SANTOS BORDALLO**	ASSISTENTE TÉCNICO	SEAD
879	**RONALDO SANTOS DA COSTA**	VIGIA REF. I	SEDUC
880	**RONIVALDO FERREIRA GOMES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
881	**ROSA DE FATIMA GOMES DE FREITAS**	BANCÁRIO	CEF
882	**ROSA DE NAZARE BOULHOSA BEZERRA**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
883	**ROSA DO CARMO CANTAO CARDOSO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
884	**ROSA NUNES DA SILVA**	SECRETARIO	SEDUC
885	**ROSA SUELY DOS SANTOS SOUZA**	SECRETARIO	SEDUC
886	**ROSALVO DO ESPIRITO SANTO CUNHA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
887	**ROSANA PINHEIRO DA SILVA**	ECONOMISTA	SECULT
888	**ROSANGELA MARIA DA CONCEICAO RODRIGUES**	ESCREVENTE DATILOGRAFO REFERENCIA III	SEDUC
889	**ROSANGELA MARIA OLIVEIRA DE FREITAS**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
890	**ROSANGELA SUELY SILVA COSTA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
891	**ROSEANE LUCAS FONSECA**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
892	**ROSELINA VELASCO TEIXEIRA**	SERVENTE REFERENCIA I	SEDUC

893	**ROSEMERY SANTOS CAMARAO**	SECRETARIO	SEDUC
894	**ROSETE REIS OLIVEIRA**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
895	**ROSIALVA COELHO MOREIRA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
896	**ROZILDA DA SILVA DOS SANTOS**	SECRETARIO	SEDUC
897	**RUBENIR ALMEIDA DE ALBUQUERQUE**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
898	**RUBENS MAIA GENTIL**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
899	**RUCIVALDO AUGUSTO DA SILVA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
900	**RUI ANTONIO CONCEICAO DE SOUSA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
901	**RUI CARLOS SILVA WANDERLEY**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
902	**RUTE SOCORRO SILVA ARANHA**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
903	**RUTH CLEIDE DE SOUZA PEREIRA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
904	**RUY GUILHERME CASTRO DE ALMEIDA**	PROFESSOR	SEDUC
905	**SAMUEL SARAIVA TRAIANO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
906	**SANDRA HELENA DE SOUZA SILVA**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
907	**SANDRA MARGARETH PEREIRA DA COSTA**	SECRETARIO	SEDUC
908	**SANDRA MARIA RIBEIRO DA SILVA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEAD
909	**SANDRA SUELY MARQUES PINHEIRO**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
910	**SANTINO SIROTHEAU CORREA JUNIOR**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
911	**SERGIO NOGUEIRA BARRETO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
912	**SEBASTIÃO SILVA DE OLIVEIRA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
913	**SELMA DO SOCORRO DE OLIVEIRA GOMES**	SECRETARIO	SEDUC
914	**SELMA DO SOCORRO DE SOUSA ARAGAO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
915	**SERAFIM MARIO COSTA BRASIL**	BANCÁRIO	CEF
916	**SÉRGIO JOSÉ OLIVEIRA LEAL**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA

917	**SHEILA CRISTINA GOMES SOUZA**	AGENTE ADMINISTRATIVO	SEMOB
918	**SIDEMAR DOS ANJOS REIS**	TÉCNICO EM GESTÃO CULTURAL/BIBLIOTECONOMIA	SECULT
919	**SIDNEY KELBBY CALDAS LEAL**	NÍVEL SUPERIOR (FORMAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL)	TCE
920	**SILVANEA SILVA PINHEIRO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
921	**SILVIA CARINA NYLANDER SILVA**	SECRETARIO	SEDUC
922	**SÍLVIA NAZARÉ MENDES DE FARIAS**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEAD
923	**SILVIO PANTOJA TAVARES DE QUEIROZ**	BANCÁRIO	CEF
924	**SIMONE DO CARMO DIAS SILVA NUNES**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
925	**SONIA HELENA MARTINS LIMA**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II	SEDUC
926	**SONIA MARIA DE SOUSA DIAS**	ASSIST. C&T 3-III	M.P. EMILIO GOELDI
927	**SONIA MARIA LHAMAS SANTOS**	CONTADOR	UFPA
928	**SUE HELENA BASTOS TAVARES MARTINS**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
929	**SUELEN DA SILVA PEREIRA**	SECRETARIO	SEDUC
930	**SUELY NEIS BACH**	BANCÁRIO	CEF
931	**SUZANA COELHO SPINDOLA CORREA**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
932	**SUZANA MONTEIRO DA ROCHA**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I	SEDUC
933	**TADEU WANDERLEY DA SILVA**	NÍVEL MÉDIO	TCE
934	**TALES DOS SANTOS QUEIROZ**	ANALISTA TRIBUTÁRIO	RECEITA FEDERAL

935	**TANIA MARIA DINIZ DE AZEVEDO**	BANCÁRIO	CEF
936	**TATIANA PIRES CERVEIRA**	BANCÁRIO	CEF
937	**TATIANA TEREZA PEREIRA CARREIRA DA SILVA**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	SEMOB
938	**TATIANE SAYUMI GOMES OKADA**	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	FUNPAPA
939	**TAYNAN DE MARIA LOBATO CARDIAS MACIEL**	NUTRICIONISTA	SEDUC
940	**TELMA DO SOCORRO NUNES GALVAO**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEAD
941	**TELMA NAZARETH NUNES MONTEIRO**	SECRETARIO	SEDUC
942	**TERESINHA DE JESUS MOREIRA DE SOUZA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
943	**TEREZA CRISTINA BARBOSA DERGAN**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
944	**TEREZINHA DE JESUS AZEVEDO FERREIRA**	SECRETARIO	SEDUC
945	**TEREZINHA DE JESUS MORAES NASCIMENTO**	BANCÁRIO	BANPARÁ
946	**THANYELLE FRANÇA DE PAULA LEITE**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SECULT
947	**THEODORO ERNESTO CAVALCANTE PALMEIRA**	FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
948	**THIAGO CUNHA DE MORAES**	BANCÁRIO	CEF
949	**THIAGO ISSAMY DIAS NUMAZAWA**	BANCÁRIO	CEF
950	**THIAGO ROCHA CAMPOS**	SECRETARIO	SEDUC
951	**TIAGO DA SILVA NUNES**	EDUC. SOCIAL (MONITOR)	FUNPAPA
952	**TIAGO MADSON ARAGAO DOMINGOS**	SERVIDOR PÚBLICO	TCM
953	**TICCIANA DE SOUSA MARTINS**	ANALISTA TÉCNICO - ADMINISTRATIVO	RECEITA FEDERAL
954	**TULIO LUIS MAURO BARATA**	ECONOMISTA	UFPA
955	**UBIRAJARA DE JESUS ANDRADE**	NÍVEL MÉDIO	TCE
956	**VALDEMIRO GAIA CARDOSO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS

957	**VALDIR CICERO CECIM GONDIM**	AGENTE DE SERV1COS	SEFA
958	**VALDIR DE SOUSA NASCIMENTO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
959	**VALFREDO NUNES TEIXEIRA**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA
960	**VALTER ANTONIO CASCAES DIAS**	NÍVEL MÉDIO	TCE
961	**VANESSA D PAULA SANTOS DE AZEVEDO**	BANCÁRIO	CEF
962	**VANESSA DO SOCORRO SERRA FURTADO**	TERAPEUTA OCUPACIONAL	FUNPAPA
963	**VANESSA RENE CORREA RIBEIRO**	BANCÁRIO	CEF
964	**VANOR DIAS DAMACENO**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
965	**VERA DO SOCORRO SANTOS DE SOUSA**	BANCÁRIO	CEF
966	**VERA LUCIA LOPES**	SECRETARIO	SEDUC
967	**VERONICA DA SILVEIRA VAZ**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
968	**VICENTE ALEXANDRE LEITE DA CUZ**	VIGILANTE	SEAD
969	**VILMA CRISTINA RUY SECCO DOS PASSOS RABELO**	SECRETARIO	SEDUC
970	**VITALINA DE JESUS PEREIRA**	OPERADOR DE MAQUINA COPIADORA	UFPA
971	**VITOR RAMOS MACAU**	AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
972	**VIVIAN CORDEIRO CORREA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SEDUC
973	**VIVIANE DA SILVA ABREU**	AG. COPA E COZINHA	FUNPAPA
974	**VOLNANDES ALVES DA SILVA PEREIRA**	AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
975	**WAGNER JOSE FARIAS**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
976	**WAGNER JUAREZ OLIVEIRA DA SILVA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
977	**WALBER DA CONCEIÇÃO FERREIRA**	NÍVEL SUPERIOR	TCE

		(FORMAÇÃO EM DIREITO)	
978	**WALDECIR OLIVEIRA DA COSTA**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
979	**WALDENE BRANDAO DE OLIVEIRA**	PEDAGOGO-AREA	UFPA
980	**WALDIR DA SILVA BARBOZA**	MILITAR INATIVO	AERONÁUTICA
981	**WALDIR DE SOUZA CANTANHEDE**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
982	**WALMIR SOEIRO PENA**	AGENTE DE TRANSPORTE	SEMOB
983	**WALTER AGRIPINO GOMES DE MELO JUNIOR**	BANCÁRIO	BANPARÁ
984	**WALTER ROMANHOLE DE CAMPOS**	ENGENHEIRO CIVIL	SEMOB
985	**WANDRE FERREIRA DO CARMO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
986	**WANDO CAMPOS BARRETO**	AUX. DE CAMPO	ADEPARÁ
987	**WARREN COSTA VALENCA**	BANCÁRIO	CEF
988	**WASHINGTON RICARDO DE MENEZES SANTOS**	TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA	SEAD
989	**WEBERT LUIZ SILVA DE QUEIROZ**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
990	**WEILINGTON MEDEIROS AQUINO**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
991	**WELDOM DIEGO DA SILVA CARDOSO**	AUXILIAR OPERACIONAL	SECULT
992	**WELLINGTON DE MELLO E SILVA JUNIOR**	ADMINISTRADOR	UFPA
993	**WILISBERTO MESSIAS FIRMIANO DE SOUZA**	SECRETARIO	SEDUC
994	**WILLIAM CESAR SOARES LOBATO**	MOTORISTA	ADEPARÁ
995	**WILLIAMS PAVAO LAMEIRA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
996	**WILLIAN ALVES PEREIRA**	BANCÁRIO	CEF
997	**WILMA HELENA GARRIDO DO LAGO**	SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL	SUPERINTENDENCIA MINISTÉRIO DA FAZENDA/PA
998	**WILSON DA CONCEICAO**	ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	UFPA

999	**WILSON EMILIO SARAIVA DA SILVA**	ENGENHEIRO AGRONOMO	ADEPARÁ
1000	**WILTON LIGEIRO DE SOUZA**	ESCREVENTE DATILOGRAFO	SEDUC
1001	**WILSON LUIZ GONZAGA BORGES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
1002	**WILSON MONTEIRO ALBURG**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
1003	**WILSON RODRIGUES DA SILVA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
1004	**WILVANE CELESTE GAIA FARIAS**	AUXILIAR OPERACIONAL	SEDUC
1005	**YONARA MARIA PEREIRA MONTELO**	AUXILIAR OPERACIONAL	SEDUC
1006	**ZARATRUSTA DE SOUSA BARBOSA**	ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE	SEDUC
1007	**ZENAS ANTONIA ZAAVEDRA DOS ANJOS**	AUDITOR FISCAL	SEFIN
1008	**ZILMA APARECIDA DA SILVA FERREIRA**	TECNICO EM GESTAO PUBLICA	SEDUC

Transcreve-se abaixo os artigos 436 a 446 do Código de Processo Penal:

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I ¿ o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II ¿ os Governadores e seus respectivos Secretários;

III ¿ os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

IV ¿ os Prefeitos Municipais;

V ¿ os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI ¿ os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII ¿ as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII ¿ os militares em serviço ativo;

IX ¿ os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

X ¿ aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.

E, para que não seja alegada ignorância, leva-se ao conhecimento de todos através da expedição do presente Edital, a ser publicado no Diário de Justiça eletrônico e afixado no lugar de costume, Fórum Criminal da Capital. Eu, Iaf Martins, Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, o digitei. Belém-Pa, 09 de novembro de 2021.

ANGELA ALICE ALVES TUMA

Juíza de Direito

Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri de Belém

SECRETARIA DA 13ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 08/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA 13ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 13ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00094969120168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SOLANGE MARIA CARNEIRO MATOS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:JOSE ROBERTO ASSUNCAO MARTINS Representante(s): OAB 15009 - TIAGO FERREIRA DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 13933 - GUSTAVO PASTOR DA SILVA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 16989 - MAISSA ASSUNÇÃO DA COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANDREA DE NAZARE MARTINS GONCALVES Representante(s): OAB 15009 - TIAGO FERREIRA DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 13933 - GUSTAVO PASTOR DA SILVA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 16989 - MAISSA ASSUNÇÃO DA COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ADRIANE MARIA ASSUNCAO MARTINS Representante(s): OAB 15009 - TIAGO FERREIRA DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 13933 - GUSTAVO PASTOR DA SILVA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 16989 - MAISSA ASSUNÇÃO DA COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:WENDEL DE JESUS DIAS GONCALVES Representante(s): OAB 13933 - GUSTAVO PASTOR DA SILVA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 16989 - MAISSA ASSUNÇÃO DA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. PROMOTOR:FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por determinaÃ§Ã£o do MM. Juiz de Direito, Dr. Alessandro Ozanan, encaminho os autos ao(a) Promotor(a) de JustiÃ§a para manifestaÃ§Ã£o como custos legis em face do acÃ³rdÃ£o que manteve a sentenÃ§a. BelÃ©m, 09 de Novembro de 2021. Maria LaÃs MaranhÃ£o Servidora da 13Âª Vara Criminal PROCESSO: 00136809020168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SOLANGE MARIA CARNEIRO MATOS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:NELY RAIOL DAS NEVES VITIMA:O. E. PROMOTOR:PJ ORDEM TRIBUTARIA. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por determinaÃ§Ã£o do MM. Juiz de Direito, Dr. Alessandro Ozanan, encaminho os autos ao(a) Promotor(a) de JustiÃ§a para manifestaÃ§Ã£o como custos legis em face do acÃ³rdÃ£o que manteve a sentenÃ§a. BelÃ©m, 09 de Novembro de 2021. Maria LaÃs MaranhÃ£o Servidora da 13Âª Vara Criminal PROCESSO: 00213303320128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SOLANGE MARIA CARNEIRO MATOS A??o: Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) em: 09/11/2021 ACUSADO:ALIA BENSIMON BEMERGUY Representante(s): OAB 11997 - ANDRE MARTINS PEREIRA (DEFENSOR) ACUSADO:MOYSES BEMERGUY Representante(s): OAB 11997 - ANDRE MARTINS PEREIRA (DEFENSOR) ENVOLVIDO:BENSIMON & BEMERGUY LTDA. VITIMA:F. E. PROMOTOR:FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID PJCCOT. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por determinaÃ§Ã£o do MM. Juiz de Direito, Dr. Alessandro Ozanan, encaminho os autos ao(a) Promotor(a) de JustiÃ§a para manifestaÃ§Ã£o como custos legis em face do acÃ³rdÃ£o que declarou extinta a punibilidade. BelÃ©m, 09 de Novembro de 2021. Maria LaÃs MaranhÃ£o Servidora da 13Âª Vara Criminal

SECRETARIA DA 3ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

RESENHA: 08/11/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA DA 3ª VARA DE JUIZADO VIOL DOMEST/FAM - MULHER DE BELEM - VARA: 3ª VARA DE JUIZADO VIOL DOMEST/FAM -MULHER DE BELEM PROCESSO: 00003022820208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 VITIMA:E. O. C. DENUNCIADO:WAGNER PENA CASTRO. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00004847720218140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: 08/11/2021 REPRESENTADO:FERNANDO AUGUSTO LOPES BASTOS Representante(s): OAB 6075 - JAQUELINE CAMPOS MAGAIESKI (ADVOGADO) VITIMA:G. C. S. REPRESENTANTE:DPC - FERNANDA DA SILVA PEREIRA. TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA, em razÃ£o de decisÃ£o judicial, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00013164720208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:FABIO JUNIOR MIRANDA DA SILVA VITIMA:A. C. S. C. . DELIBERAÃÃO: 1. NÃ£o obstante a certidÃ£o de fls. 11-v, verifico que o Oficial de JustiÃ§a nÃ£o cumpriu a diligÃªncia nos termos do Art. 362 CPP, ou seja, nÃ£o especificou os dias e horÃ¡rios em que compareceu no endereÃ§o constante no Mandado nÂ° 20210163135482, razÃ£o pela qual determino a renovaÃ§Ã£o da diligÃªncia de intimaÃ§Ã£o do rÃ©u, advertindo-se ao Sr. Oficial de JustiÃ§a que a diligÃªncia poderÃ¡ ser realizada fora do horÃ¡rio de expediente forense, caso necessÃ¡rio, nos termos do art. 212, Â§2Âº, do CPC. Ademais, verificando que o acusado se oculta para nÃ£o ser intimado pessoalmente, o servidor responsÃ¡vel pela diligÃªncia certificarÃ¡ a ocorrÃªncia e procederÃ¡ Ã intimaÃ§Ã£o com hora certa, na forma estabelecida pela legislaÃ§Ã£o processual em vigor. 2. Designo a continuaÃ§Ã£o da instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 22 de MARÃO de 2022, Ã s 09h30. 3. Fica desde jÃ¡ autorizado, caso necessÃ¡rio, o cumprimento do(s) mandado(s) em regime de plantÃ£o/urgÃªncia. 4. Intimados os presentes. BelÃ©m (PA), 08 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00017218320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Insanidade Mental do Acusado em: 08/11/2021 PACIENTE:PAULO VICTOR PEREIRA MARTINS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (CURADOR) . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apense-se estes aos autos principais (Proc. nÂº 0007381-92.2019.814.0401), nos termos do art. 153, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, dÃª-se vistas Ã s partes, primeiramente ao MinistÃ©rio PÃºblico e depois Ã Defensoria PÃºblica, para se manifestarem sobre o laudo pericial de sanidade mental (fls. 26/27), no prazo sucessivo de 05 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 08 de novembro de 2021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00023852920208145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 08/11/2021 REQUERENTE:JAQUELINE JACIARA DA GAMA ZAQUEU REQUERIDO:MARIANA DA GAMA ZAQUEU. TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA, em razÃ£o de decisÃ£o judicial, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00023981620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021

VITIMA:R. C. O. T. DENUNCIADO:ADEMILSON FERREIRA DE MOURA COSTA Representante(s): OAB 21123 - RODRIGO MARQUES SILVA (ADVOGADO) OAB 25692 - IGOR NOGUEIRA BATISTA (ADVOGADO) OAB 26334 - MARCELO CLEYTON SOUZA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 29944 - HARRISON SAVIO SARRAFF ALMEIDA (ADVOGADO) . DELIBERAÃÃO: 1. Defiro o pedido formulado em audiÃªncia pelo ÃrgÃ£o Ministerial. DÃª-se vista ao representante do Parquet para manifestaÃ§Ã£o quanto Ã s ausÃªncias da vÃ-tima ROSEANE CAROLINA OLIVEIRA TRAVASSOS e a testemunha MARIA CLENILDA OLIVEIRA CARDOSO. 2. Retornando os autos com a manifestaÃ§Ã£o ministerial, caso insista em suas oitivas, intime-as na forma requerida. 3. Sem prejuÃ-zo, remarco esta audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 22 de MARÃO de 2022, Ã s 09h00. 4. Fica desde jÃ¡ autorizado, caso necessÃ¡rio, o cumprimento do(s) mandado(s) em regime de plantÃ£o/urgÃªncia. 5. Intimados os presentes. BelÃ©m (PA), 08 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. P R O C E S S O : 0 0 0 3 4 2 4 4 9 2 0 2 0 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:SANDRO MORETTI BARROSO DO NASCIMENTO VITIMA:M. S. F. B. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB P R O C E S S O : 0 0 0 3 7 3 8 0 7 2 0 2 0 8 1 4 5 1 5 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 08/11/2021 REQUERENTE:ELEN RUBIA RIBEIRO MOREIRA REQUERIDO:EDSON DOS SANTOS LOUREIRO. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00038826620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 VITIMA:A. M. V. B. DENUNCIADO:LUIS PAULO DE OLVIEIRA SANTOS Representante(s): OAB 7749 - CLAUDIO DA SILVA CARVALHO (ADVOGADO) OAB 9017 - WALTER JOSE DE SOUZA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 16102 - ELIEZER DA CONCEICAO BORGES (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB P R O C E S S O : 0 0 0 5 5 0 7 5 0 2 0 2 0 8 1 4 5 1 5 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 08/11/2021 REQUERENTE:LIDIANE LOBATO DA SILVA Representante(s): OAB 16488 - RENAN ASSUNCAO (ADVOGADO) OAB 10577 - MARCIA DE ARAUJO ASSUNCAO (ADVOGADO) REQUERIDO:EDSON TAVARES CASTRO Representante(s): OAB 12815 - RAPHAEL AUGUSTO CORREA (ADVOGADO) . Proc. nÂº 0005507-50.2020.814.5150 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os argumentos trazidos pelo patrono do apelante em seu petitÃ³rio de fls. 122/125 nÃ£o merece acolhimento, eis que hÃ¡ outros meios para a emissÃ£o do boleto de custas do preparo. AlÃ©m disso, nÃ£o obstante ter sido regularmente intimado no dia 12/08/2021, apresentou justificativa somente em 30/08/2021, fora do prazo que lhe fora assinado, portanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, indefiro a prorrogaÃ§Ã£o do prazo para o pagamento do preparo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mais, considerando que o recorrente nÃ£o comprovou o recolhimento

das custas recursais, apesar de regularmente intimado, na pessoa de seu advogado, nos termos do art. 1.007, Â§ 4Â°, do CPC, conforme certificado pelo Sr. Servidor da Secretaria, aplico a pena de deserÃ§Ã£o do recurso, declaro o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a e determino o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (PA), 08 de novembro de 2021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00075931620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:MILTON SOUSA DA SILVA VITIMA:R. A. S. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00087390720198145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 08/11/2021 REQUERENTE:ERCILIA MARIA MACHADO MONTEIRO REQUERIDO:EUGENIO BORGES MACHADO FILHO Representante(s): LARISSA DE ALMEIDA BELTRAO ROSAS DEFENSORA PUBLICA (DEFENSOR PÚBLICO - NEAH) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Versam os presentes autos sobre medidas protetivas de urgÃªncia decretadas em favor da vÃ-tima ERCÃLIA MARIA MACHADO MONTEIRO, tendo como requerido, seu irmÃ£o, EUGÃNCIO BORGES MACHADO FILHO, ambos qualificados nos autos, por fato caracterizador de violÃªncia domÃ©stica (AmeaÃ§a), ocorrido em 22/10/2019. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O feito se contra sentenciado, com a manutenÃ§Ã£o das medidas protetivas mantidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O requerido, atravÃ©s da defensoria PÃºblica, interpÃ´s recurso de apelaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima, em 13/09/2021, em contato telefÃ´nico com a Secretaria deste JuÃ-zo, solicitou a revogaÃ§Ã£o das medidas protetivas e informou que o motivo foi o falecimento do requerido (certidÃ£o de fl. 89) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Suscintamente relatado, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o processo de medidas protetivas jÃ¡ ter sido sentenciado e de haver recurso de apelaÃ§Ã£o interposto pelo requerido, a requerente, atravÃ©s de sua manifestaÃ§Ã£o, demonstrou nÃ£o possuir mais interesse no prosseguimento do feito, motivado pelo falecimento do requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, ante o pedido da vÃ-tima e tendo em vista o falecimento do requerido, revogo as medidas protetivas concedidas, eis que deixaram de ser necessÃ¡ria. Em virtude da revogaÃ§Ã£o das medidas, o recurso de apelaÃ§Ã£o perdeu o seu objeto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 08 de novembro de 2021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00088131520208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:JULIO DE ARAUJO DOS SANTOS Representante(s): OAB 11495 - WALDER PATRICIO CARVALHO FLORENZANO (ADVOGADO) OAB 18546 - EDGAR LIMA FLORENTINO (ADVOGADO) VITIMA:L. S. V. B. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00095773520198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:RAFAEL SOARES RAPOSO DE FIGUEIREDO VITIMA:I. B. L. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos

presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00097043620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:GADHEGO FERREIRA MORAES Representante(s): OAB 27449 - LUCIETE DOS SANTOS TAVARES (ADVOGADO) VITIMA:J. A. S. . SENTENÃA: Trata-se os presentes autos de aÃ§Ã£o penal em que o MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia contra o nacional GADHEGO FERREIRA MORAES, pela prÃ¡tica da contravenÃ§Ã£o penal de perturbaÃ§Ã£o da Tranquilidade. Constato que foi sancionada, entrando em vigor na data de 31 de marÃ§o de 2021 a Lei nÂº 14.132, que acrescentou o art. 147-A ao Decreto-Lei nÂº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (CÃ³digo Penal), para prever o crime de PERSEGUIÃÃO, e revogou expressamente o art. 65 do Decreto-Lei nÂº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das ContravenÃ§Ãµes Penais). DECIDO. Tenho que se trata aqui de um caso de atipicidade da conduta em face do advento da Lei nÂº 14.132, de 31 de marÃ§o de 2021, que em seu art. 3Âº revogou o art. 65 do Decreto-Lei nÂº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das ContravenÃ§Ãµes Penais). Assim, por se tratar de uma questÃ£o de ordem pÃºblica, chamo o feito Ã ordem para, de ofÃ-cio, suspender a presente audiÃªncia e apreciar a questÃ£o da âabolitio criminisâ. DispÃµe o art. 2Âº do CÃ³digo Penal e seu ParÃ¡grafo Ãºnico o seguinte: âArt. 2Âº - NinguÃ©m pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execuÃ§Ã£o e os efeitos penais da sentenÃ§a condenatÃ³ria. ParÃ¡grafo Ãºnico - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentenÃ§a condenatÃ³ria transitada em julgado. Como se vÃª, sempre que uma Lei penal nova descriminalizar uma conduta atÃ© entÃ£o definida como crime (ou contravenÃ§Ã£o penal), ela produzirÃ¡ efeitos em relaÃ§Ã£o aos que respondem a inquÃ©ritos, processos judiciais ou cumprem pena pela sua prÃ¡tica, decretando-se a extinÃ§Ã£o da punibilidade. Ã o que ocorre no presente caso em que o rÃ©u responde pela contravenÃ§Ã£o penal de perturbaÃ§Ã£o da tranquilidade, cujo feito se encontra na fase de instruÃ§Ã£o criminal. Pelo exposto, considerando que a contravenÃ§Ã£o penal de PerturbaÃ§Ã£o da Tranquilidade (art. 65, da LCP) foi expressamente revogada pelo art. 3Âº, da Lei nÂº 14.132/2021, restando configurado a abolitio ciminis, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE do rÃ©u, GADHEGO FERREIRA MORAES, nos termos dispostos no art. 107, inc. III, do CÃ³digo Penal. Diante do teor da certidÃ£o de fl. 14-v e nÃ£o havendo comunicaÃ§Ã£o nos autos de novo endereÃ§o da ofendida, dou por prejudicada a diligÃªncia de que trata o art. 21 da Lei nÂº 11.340/2006. SentenÃ§a publicada em audiÃªncia e intimados os presentes. Com o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos dando-se a devida baixa. BelÃ©m (PA), 04 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00104734420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 VITIMA:J. L. P. S. DENUNCIADO:SERGIO RICARDO RODRIGUES MORAES. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00108199720178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 VITIMA:I. L. S. C. MENOR:VITIMA MENOR DE IDADE DENUNCIADO:MARCELO SILVA SOUZA. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos se encontram suspensos, em virtude do rÃ©u, citado por edital, nÃ£o ter comparecido perante este juÃ-zo e nem constituÃ-do advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a citaÃ§Ã£o por edital. Entretanto, verifico que jÃ¡ foi expedido o edital de citaÃ§Ã£o, conforme fl. 10 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante, ante a ausÃªncia de informaÃ§Ã£o na qualificaÃ§Ã£o do rÃ©u, restou impossibilitado a realizaÃ§Ã£o de nova pesquisa nos sistemas de bancos do INFOSEG e SIEL. Â Assim, restando infrutÃ-fera a diligÃªncia realizada para a citaÃ§Ã£o pessoal do rÃ©u, acautelem-se os autos em Secretaria, pelo prazo de 06 meses. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, retornem os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 08 de novembro de 2021.

OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00109930420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:JOSE JUNIOR PAIXAO GUERREIRO VITIMA:C. A. P. S. . SENTENÃA: Vistos etc. O representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia em face de JOSE JUNIOR PAIXAO GUERREIRO, jÃ¡ qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica da infraÃ§Ã£o penal de lesÃ£o corporal, fato ocorrido no dia 27/11/2016, tendo como vÃ-tima Claudia Ariane Pamplona Santana. Citado, o acusado apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o por meio da Defensoria PÃºblica. Durante a instruÃ§Ã£o processual, o Ã³rgÃ£o ministerial requereu desistÃªncia da(s) oitiva(s) da vÃ-tima e da(s) testemunha(s) arrolada(s) na peÃ§a acusatÃ³ria, jÃ¡ que, intimadas, nÃ£o compareceram na audiÃªncia, o que foi homologado por este JuÃ-zo. O rÃ©u deixou de comparecer na audiÃªncia, razÃ£o pela qual nÃ£o foi interrogado, sendo determinado o prosseguimento do feito sem a sua presenÃ§a, nos moldes do disposto no art. 367 do CPP. Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa pugnaram pela absolviÃ§Ã£o por insuficiÃªncia de provas. Relatado o suficiente. DECIDO. Entendo assistir razÃ£o Ã s partes, uma vez que a vÃ-tima, maior interessada na comprovaÃ§Ã£o dos fatos descritos na inicial, nÃ£o compareceu em JuÃ-zo para ratificar o seu depoimento prestado perante Ã autoridade policial. Por sua vez, o rÃ©u tambÃ©m deixou de comparecer em JuÃ-zo para apresentar sua versÃ£o dos fatos. Assim, verifico que nÃ£o existem provas aptas a ratificar os termos da DenÃºncia. Embora o ÃrgÃ£o Ministerial tenha atuado no sentido de comprovar os fatos alegados na peÃ§a de ingresso, nÃ£o se tem como atribuir ao rÃ©u a prÃ¡tica da referida conduta pela ausÃªncia de provas suficientes para uma condenaÃ§Ã£o, razÃ£o pela qual, outro desfecho nÃ£o hÃ¡, a nÃ£o ser a absolviÃ§Ã£o. Pelo exposto, julgo improcedente a denÃºncia e, com fundamento no art. 386, inciso VII do CPP, ABSOLVO o rÃ©u, JOSE JUNIOR PAIXAO GUERREIRO, jÃ¡ qualificado, da imputaÃ§Ã£o que lhe foi feita. SentenÃ§a proferida em audiÃªncia. Intimados os presentes. Com o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa. BelÃ©m (PA), 08 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00123263020168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 VITIMA:C. G. A. DENUNCIADO:MARCOS DIAS FERREIRA. Proc. nÂº 0012326-30.2016.814.0401 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata os presentes autos de aÃ§Ã£o penal em que o MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia contra o nacional MARCOS DIAS FERREIRA, jÃ¡ qualificado nos autos, pela prÃ¡tica da contravenÃ§Ã£o penal de PerturbaÃ§Ã£o da Tranquilidade (art. 65, da LCP), ocorrido em 03/12/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebida a denÃºncia, a citaÃ§Ã£o do rÃ©u restou infrutÃ-fera, em virtude de nÃ£o ter sido localizado o endereÃ§o constate nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedida a citaÃ§Ã£o por edital, o rÃ©u nÃ£o compareceu aos autos e nem constituiu advogado, tendo o processo e o prazo prescricional sido suspenso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sua Ãºltima manifestaÃ§Ã£o o MinistÃ©rio PÃºblico novamente a citaÃ§Ã£o do rÃ©u por edital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatado o necessÃ¡rio, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o o parecer do Ã³rgÃ£o Ministerial, constato que em 31 de marÃ§o de 2021 foi sancionada a Lei nÂº 14.132, que acrescentou o art. 147-A, do CÃ³digo Penal, para prever o crime de PerseguiÃ§Ã£o, em seu art. 3Â° revogou expressamente o art. 65, do Decreto-Lei nÂº 3.688/41 (Lei das ContravenÃ§Ãµes Penais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, tendo em vista que a conduta do rÃ©u se tornou atÃ-pica em face que a Â¿abolitio criminisÂ¿; e considerando que se trata de uma questÃ£o de ordem pÃºblica, chamo o feito Ã ordem para, ao invÃ©s de determinar que os autos fiquem acautelados em Secretaria em razÃ£o de sua suspensÃ£o, proceder o julgamento do feito, de ofÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O CÃ³digo Penal em seu art. 2Âº e ParÃ¡grafo Ãºnico, dispÃµe o seguinte: Â Â Art. 2Âº - NinguÃ©m pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execuÃ§Ã£o e os efeitos penais da sentenÃ§a condenatÃ³ria.Â Â Â Â ParÃ¡grafo Ãºnico - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentenÃ§a condenatÃ³ria transitada em julgado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se vÃª, sempre que uma lei penal nova descriminalizar uma conduta atÃ© entÃ£o definida como crime (ou contravenÃ§Ã£o penal), ela produzirÃ¡ efeitos em relaÃ§Ã£o aos que respondem a inquÃ©ritos, processos judiciais ou que cumprem pena pela sua prÃ¡tica, decretando-se a extinÃ§Ã£o da punibilidade. Ã o que ocorre no presente caso em que o rÃ©u responde pela contravenÃ§Ã£o penal de PerturbaÃ§Ã£o da Tranquilidade, cujo feito se encontra na fase de conhecimento (com recurso interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, considerando que a contravenÃ§Ã£o penal de PerturbaÃ§Ã£o da Tranquilidade (art. 65, da LCP) foi expressamente revogada pelo art. 3Âº, da Lei nÂº 14.132/2021, restando configurado a abolitio criminis, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE do rÃ©u, nos termos dispostos no art. 107, inc. III, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o

trÃ¢nsito em julgado, proceda as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-PA, 08 de novembro de 2021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00125190620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 VITIMA:V. A. N. VITIMA:R. J. A. DENUNCIADO:MARCIO IVAN ALMEIDA DE VASCONCELOS Representante(s): OAB 19505 - WILSON GUILHERME BEZERRA DE CASTILHO (ADVOGADO) . SENTENÃA: Vistos etc. O representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia em face de MARCIO IVAN ALMEIDA DE VASCONCELOS, jÃ¡ qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes penais de lesÃ£o corporal, fato ocorrido no dia 16/08/2020, tendo como vÃ-timas Victoria Aranha Nogueira e Rosana de Jesus Aranha. Citado, o acusado apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o por meio de advogado particular. Durante a instruÃ§Ã£o processual, foram ouvidos somente duas testemunhas policiais militares, que disseram, em sÃ-ntese, nÃ£o se recordar dos fatos descritos na denÃºncia. O Ã³rgÃ£o ministerial requereu desistÃªncia das oitivas das vÃ-timas, porquanto, embora intimadas para o ato, deixaram de comparecer na audiÃªncia, o que foi homologado. Ao ser interrogado, o rÃ©u optou por exercer seu direito ao silÃªncio. Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa pugnaram pela absolviÃ§Ã£o por insuficiÃªncia probatÃ³ria. Relatado o suficiente. DECIDO. Entendo assistir razÃ£o Ã s partes, uma vez que as vÃ-timas, maiores interessadas na comprovaÃ§Ã£o dos fatos descritos na inicial, nÃ£o compareceram em JuÃ-zo para ratificarem os depoimentos prestados perante Ã autoridade policial. Por outro lado, o rÃ©u ao ser interrogado, optou por exercer seu direito constitucional de permanecer em silÃªncio. Assim, verifico que nÃ£o existem provas aptas a ratificar os termos da DenÃºncia. Embora o ÃrgÃ£o Ministerial tenha atuado no sentido de comprovar os fatos alegados na peÃ§a de ingresso, nÃ£o se tem como atribuir ao rÃ©u a prÃ¡tica da referida conduta pela ausÃªncia de provas suficientes para uma condenaÃ§Ã£o, razÃ£o pela qual, outro desfecho nÃ£o hÃ¡, a nÃ£o ser a absolviÃ§Ã£o. Pelo exposto, julgo improcedente a denÃºncia e, com fundamento no art. 386, inciso VII do CPP, ABSOLVO o rÃ©u, MARCIO IVAN ALMEIDA DE VASCONCELOS, jÃ¡ qualificado, das imputaÃ§Ãµes que lhe foram atribuÃ-das. SentenÃ§a proferida em audiÃªncia. Intimados os presentes. Com o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a. ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa. BelÃ©m (PA), 08 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00166463120138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 VITIMA:P. S. F. DENUNCIADO:WENDEL TEIXEIRA GONCALVES. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00199701920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 VITIMA:C. S. C. C. DENUNCIADO:RAIMUNDO ROBERT FARIAS MORAIS. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00200175620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 08/11/2021 REQUERENTE:ORCILENE DIAS DE ARAUJO REQUERIDO:EMERSON SOUSA DE OLIVEIRA Representante(s): LARISSA DE ALMEIDA BELTRAO ROSAS - DEFENSORA PUBLICA (DEFENSOR PÚBLICO - NEAH) . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â

DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00220012220138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 VITIMA:A. T. O. DENUNCIADO:JOSE MARQUES DA SILVA. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00240441920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 08/11/2021 REQUERENTE:MARIA TEREZA RIBEIRO TEIXEIRA REQUERIDO:JOAO BATISTA DANTAS DIAS. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00254873920188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:CARLOS ANTONIO SANTANA DOS SANTOS Representante(s): OAB 21505 - RAPHAEL HENRIQUE DE OLIVEIRA PEREIRA (ADVOGADO) VITIMA:D. I. M. B. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 8 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00048518120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: VITIMA: J. D. F. P. REPRESENTADO: W. W. J. C. O. PROCESSO: 00071686420208145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: REQUERENTE: P. C. V. L. B. C. REQUERIDO: F. G. L. M. Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) OAB 18248-B - CATHELEN VILACA GROMOSKI (ADVOGADO) OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 29110 - SWYANAMIN GREGORIO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO)

SECRETARIA DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

RESENHA: 05/11/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELEM - VARA: VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELEM PROCESSO: 00000858220208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDUARDO RODRIGUES DE MENDONCA FREIRE A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 05/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:TATIANA DO SOCORRO MONTEIRO MIRANDA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ VaraÂ deÂ CombateÂ ao crime organizado- BelÃ©m AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Autos nÂº 0000085-82.2020.8.14.0401 (LIBRA) Autor.........: MinistÃ©rio PÃºblico RÃ©u............: TATIANA DO SOCORRO MONTEIRO MIRANDA Data/hora..:Â 04/11/2021, Ã s 10h. Â TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 04 dias do mÃªs de NOVEMBRO do ano de 2021, nesta Cidade de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na Sala de AudiÃªncia da Vara de Combate ao Crime Organizado de BelÃ©m, no FÃ³rum criminal local, onde se achavam presentes o Dr. EDURADO RODRIGUES DE MENDONÃA FREIRE, MM. Juiz de Direito, comigo o(a) servidor(a), abaixo assinado. Presente o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico DRA. ANETTE ALEGRIA (via Plataforma Microsoft Teams). Presente o Representante da Defensoria PÃºblica DR. FLORIANO BARBOSA JÃNIOR, (via Plataforma Microsoft Teams). ABERTA A AUDIÃNCIA, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a AUSÃNCIA da rÃ© TATIANA DO SOCORRO MONTEIRO MIRANDA, INTIMADA CONFORME FL. 33 DOS AUTOS. Considerando que a RÃ© estava ciente da audiÃªncia, e nÃ£o justificou sua ausÃªncia, o MP requereu a decretaÃ§Ã£o da Revelia da RÃ©, o que foi DECRETADO pelo MM Juiz conforme artigo 367, do CPP. A TESTEMUNHA ARROLADA PELO MP, VALDECIR COSTA DE SOUZA, ESTÃ DE FÃRIAS, CONFORME FL. 30 DOS AUTOS. AUSENTES(s) a(s) testemunha(s) arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico SAMUEL PEREIRA DO NASCIMENTO (Funcional 36771 PM/PA) e ALDEILSON RIBEIRO (Funcional 40798 PM/PA), que nÃ£o apresentaram justificativa para suas ausÃªncias. O MP INSISTE na oitiva das testemunhas, o que foi deferido pelo MM. Juiz. Ao fim, o MM. Juiz proferiu a seguinte DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) Segue juntado aos autos DVD; 2) Oficie-se ao IML para remessa do laudo toxicolÃ³gico definitivo; 3) Redesigno audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento em continuaÃ§Ã£o para o dia 28 DE MARÃO DE 2022, Ã s 10H30MIN; 4) Saem os presentes intimados. Nada mais havendo. Eu, ____ Eide Pantoja, auxiliar judiciÃ¡ria, conferi e assino. JUIZ DE DIREITO: ____ MINISTÃRIO PÃBLICO (Via Plataforma Microsoft Teams) DEFENSORIA PÃBLICA (Via Plataforma Microsoft Teams) TESTEMUNHAS SAMUEL PEREIRA DO NASCIMENTO (MP):___________________________________ ALDEILSON RIBEIRO (MP):____ DVD (CD) PROCESSO: 00140832020208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDUARDO RODRIGUES DE MENDONCA FREIRE A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 05/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:CARLOS MICHEL FORMENTO DE SOUSA Representante(s): OAB 21359 - JOAO DURVAL DE OLIVEIRA ALMEIDA (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ VaraÂ deÂ CombateÂ ao crime organizado- BelÃ©m AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Autos nÂº 0014083-20.2020.8.14.0401 (LIBRA) Autor.........: MinistÃ©rio PÃºblico RÃ©u............: CARLOS MICHEL FORMENTO DE SOUSA Data/hora..:Â 04/11/2021, Ã s 10h e 15min. Â TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 04 dias do mÃªs de NOVEMBRO do ano de 2021, nesta Cidade de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na Sala de AudiÃªncia da Vara de Combate ao Crime Organizado de BelÃ©m, no FÃ³rum criminal local, onde se achavam presentes o Dr. EDUARDO DE RODRIGUES MENDONÃA FREIRE, MM. Juiz de Direito, comigo o(a) servidor(a), abaixo assinado. Presente o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico DRA. ANDREA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO (via Plataforma Microsoft Teams). Presente o DR. JOÃO DURVAL DE OLIVEIRA ALMEIDA (OAB/PA 21359), que pediu prazo para juntada de procuraÃ§Ã£o, o que foi deferido pelo MM Juiz. ABERTA A AUDIÃNCIA, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a PRESENÃA do rÃ©u CARLOS MICHEL FORMENTO DE SOUSA. Presente(s) a(s) testemunha(s) arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico JORGE FERREIRA DE ALMEIDA (Funcional 22299 PM/PA). Em seguida, passou-se a ouvir a Testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico JORGE FERREIRA DE ALMEIDA qualificado nos autos. Testemunha compromissada e advertida das penas do crime de falso testemunho (art. 342, CP). AUSENTES as testemunhas arroladas pelo MP MAURICIO MENDES SANTIAGO RUTKOWSKI (Identidade 38552 PM/PA), por motivo de fÃ©rias fl.19 e RODRIGO ALVES FERREIRA, por motivo de prisÃ£o administrativa, conforme fl. 19-verso. O MP INSISTE na oitiva das testemunhas faltosas, o que foi deferido pelo MM. Juiz.

O ADVOGADO DO RÃU SOLICITA A RETIRADA DA TORNOZELEIRA ELETRONICA DO RÃU, NOS TERMOS DO GRAVADO VIA MICROSOFT TEAMS. O MINISTÃRIO PÃBLICO MANIFESTA-SE FAVORAVELMENTE AO PLEITO DA DEFESA. Ao fim, o MM. Juiz proferiu a seguinte DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) Segue juntado aos autos DVD; 2) DEFIRO O PLEITO DE RETIRADA DA TORNOZELEIRA, EM VIRTUDE DO LAPSO TEMPORAL DA MESMA, CONSIDERANDO QUE O RÃU ENCONTRA-SE COM MONITORAMENTO DESDE 06 DE NOVEMBRO DE 2020; 3) Redesigno audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento em continuaÃ§Ã£o para o dia 18 DE ABRIL DE 2022, Ã s 10H45MIN; 3) Saem os presentes intimados. Nada mais havendo. Eu, ____ Eide Pantoja, auxiliar judiciÃ¡ria, conferi e assino. JUIZ DE DIREITO:____ MINISTÃRIO PÃBLICO (Via Plataforma Microsoft Teams) ADVOGADO: ____ RÃU:____ TESTEMUNHAS JORGE FERREIRA DE ALMEIDA (MP):____ RODRIGO ALVES FERREIRA (MP):____ MAURICIO MENDES SANTIAGO RUTKOWSKI (MP):______________________________ DVD PROCESSO: 00253104120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDUARDO RODRIGUES DE MENDONCA FREIRE A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 05/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ANDERSON SANTOS DE OLIVEIRA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ VaraÂ deÂ CombateÂ ao crime organizado- BelÃ©m AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Autos nÂº 0025310-41.2019.8.14.0401 (LIBRA) Autor.........: MinistÃ©rio PÃºblico RÃ©u............: ANDERSON SANTOS DE OLIVEIRA Data/hora..:Â 04/11/2021, Ã s 09h e 30min. Â TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 04 dias do mÃªs de NOVEMBRO do ano de 2021, nesta Cidade de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na Sala de AudiÃªncia da Vara de Combate ao Crime Organizado de BelÃ©m, no FÃ³rum criminal local, onde se achavam presentes o Dr. EDUARDO RODRIGUES DE MENDONÃA FREIRE, MM. Juiz de Direito, comigo o(a) servidor(a), abaixo assinado. Presente o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico DRA. ANDREA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO (via Plataforma Microsoft Teams). Presente o Representante da Defensoria PÃºblica DR. FLORIANO BARBOSA JUNIOR (via Plataforma Microsoft Teams). ABERTA A AUDIÃNCIA, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a do rÃ©u ANDERSON SANTOS DE OLIVEIRA. Presente(s) a(s) testemunha(s) arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico BRENO FELIPE FARIAS DE FREITAS (Funcional 40023 PM/PA) e SIMPLICIO SOARES LEÂ¿O (Funcional 39588 PM/PA). Em seguida, passou-se a ouvir a Testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico BRENO FELIPE FARIAS DE FREITAS qualificado nos autos. Testemunha compromissada e advertida das penas do crime de falso testemunho (art. 342, CP). Em seguida, passou-se a ouvir a Testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico SIMPLICIO SOARES LEÂ¿O qualificado nos autos. Testemunha compromissada e advertida das penas do crime de falso testemunho (art. 342, CP). AUSENTE(S) a(s) testemunha(s) arrolada(s) pelo MinistÃ©rio PÃºblico JOHN ANDERSON DOS SANTOS DELGADO, que nÃ£o apresentou justificativa para sua ausÃªncia, atÃ© o momento. O MP DESISTE na oitiva da(s) testemunha(s) faltosa(s), o que foi deferido pelo MM. Juiz. Em seguida, passou-se ao INTERROGATÃRIO do(a) RÃ©u/RÃ© ANDERSON SANTOS DE OLIVEIRA qualificado(a) nos autos. Antes da realizaÃ§Ã£o do InterrogatÃ³rio, foi assegurado o direito de entrevista reservada do(a) acusado(a) com o(a) seu(sua) patrono(a), direito que foi exercido, na forma do artigo 185, Â§ 2Âº, do CPP. Outrossim, depois de devidamente qualificado(a) e cientificado(a) do inteiro teor da acusaÃ§Ã£o, foi o(a) acusado(a) informado(a) do seu direito de permanecer calado(a) e de nÃ£o responder as perguntas que lhe forem formuladas (art. 186 do CPP). O RÃU FICOU EM SILÃNCIO. Na fase do Art. 402 do CPP, o MinistÃ©rio PÃºblico nada requereu. A Defesa nada requereu. ALEGAÃÃES FINAIS ORAIS PELO MINISTÃRIO PÃBLICO. GRAVADO ALEGAÃÃES FINAIS ORAIS PELA DEFENSORIA PÃBLICA. GRAVADO Ao fim, o MM. Juiz proferiu a seguinte DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) Segue juntado aos autos DVD; 2) Conclusos para sentenÃ§a; 3) Saem os presentes intimados. Nada mais havendo. Eu, ____ Eide Pantoja, auxiliar judiciÃ¡ria, conferi e assino. JUIZ DE DIREITO:____ MINISTÃRIO PÃBLICO (Via Plataforma Microsoft Teams) DEFENSORIA PÃBLICA (Via Plataforma Microsoft Teams) RÃU:____ TESTEMUNHAS BRENO FELIPE FARIAS DE FREITAS (MP):____ SIMPLICIO SOARES LEÂ¿O (MP):____ JOHN ANDERSON DOS SANTOS DELGADO (MP):______________________________ DVD PROCESSO: 00304765420198140401

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDUARDO RODRIGUES DE MENDONCA FREIRE A??o: Inquérito Policial em: 05/11/2021 INDICIADO:KEILLA MARTINS LIMA INDICIADO:THARLES DA SILVA MARQUES INDICIADO:RODRIGO RODRIGUES COSTA INDICIADO:ANTONIO CARLOS ALVES BARBOSA FILHO Representante(s): OAB 16235 - MARCOS ROBERTO DA CUNHA NADALON (ADVOGADO) OAB 29244 - PAMELA CRISTINA DE SOUZA ALVES (ADVOGADO) INDICIADO:CHARLES MARQUES DE JESUS INDICIADO:LEANDRO PEREIRA FERNANDES INDICIADO:ALESSANDRA SILVA DE SOUZA Representante(s): OAB 29565 - JULIANA DA SILVA BRABO (ADVOGADO) INDICIADO:PAULO BENARROZ MIRANDA Representante(s): OAB 3776 - RAIMUNDO PEREIRA CAVALCANTE (ADVOGADO) INDICIADO:ANDRELLY RAYSSA NUNES DE SOUSA INDICIADO:JOSUE FRANCISCO DA SILVA NETO INDICIADO:DEBORA FERREIRA GALVAO INDICIADO:ALAN MAURILIO TEIXEIRA FARIAS INDICIADO:MERE DO SOCORRO PANTOJA BARROS INDICIADO:EWERTON RIBEIRO SIMOES INDICIADO:NADIMARA DA SILVA RODRIGUES INDICIADO:JANEY SARAIVA DA COSTA INDICIADO:BIANCA DA SILVA LOPES INDICIADO:BARBARA DA SILVA LOPES INDICIADO:CARLOS OLIVEIRA BRAGA Representante(s): OAB 21704 - CLEVERSON JORGE PALHA DE PINHO (ADVOGADO) INDICIADO:ARZINHO COSTA DE MORAIS INDICIADO:JULIO CESAR FERREIRA SILVA INDICIADO:MERIELLE DA SILVA CARRERA INDICIADO:ILDA MATOS DA SILVA INDICIADO:MARICILIA MATOS DA SILVA VITIMA:O. E. INDICIADO:ELIZIELSON FONSECA RODRIGUES. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 1 de 36 DECISÃO Vistos etc. Compulsando os autos, com a mÃ¡xima vÃªnia, ressai que o MP - GAECO, em sua antiga composiÃ§Ã£o, e as investigaÃ§Ãµes levadas a efeito acabaram por incorrer em diversos equÃ-vocos, de modo que nÃ£o hÃ¡ como se receber a denÃºncia, face Ã ausÃªncia de justa causa para a aÃ§Ã£o penal e de outros equÃ-vocos apresentados nas investigaÃ§Ãµes , conforme veremos a seguir : O IPL foi tombado, fl. 03 (IPL) , para apurar o crime de trÃ¡fico de drogas . Ao final das investigaÃ§Ãµes, a autoridade policial indiciou diversos investigados nos crimes do art. 33 , da lei 11.343/2006 , bem como no art. 288, do CP (fl. 95, relatÃ³rio do IPL) . O MP - GAECO (antiga composiÃ§Ã£o) acabou por oferecer diversas denÃºncias (fls. 02/15, fls. 26/37 e fls. 46/60) no mesmo pro c esso - autos n.Âº 0030476 - 54.2019.8.14.0401 , bem como apresentou denÃºncia nos autos do processo n.Âº 0030750 - 86.2017.8.14.0401 . Em ambos os processos , sÃ£o imputadas as mesmas condutas a alguns denunciados , tendo, inclusive, o MinistÃ©rio PÃºblico , nos autos do processo n.Âº 0030750 - 86.2017.8.14.0401 (fl. 19), reconhecido a existÃªncia de bis in idem quanto Ã conduta descrita no art. 2.Âº da lei 12.850/2013. Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. DA AUSÃNCIA DE MATERIALIDADE DO CRIME DE TRÃFICO DE DROGAS (LAUDO PERICIAL), DA AUSÃNCIA DE APREENSÃO NESTES AUTOS DE SUBSTÃNCIA ILÃCITA OU OBJETOS ILÃCITOS; DA AUSÃNCIA DE DEMONSTRAÃÃO DE AUTORIZAÃÃO JUDICIAL PARA O EMPRÃSTIMO DE PROVAS E DO INDICATIVO DE BIS IN IDEM EM RELAÃÃO AO CRIME DE TRÃFICO DE DROGAS E DE ORGANIZAÃÃO CRIMINOSA: Ressalte-se, logo de saÃ-da, que, a despeito da confusa investigaÃ§Ã£o e do prÃ³prio tumulto causado pelo MP-GAECO (antiga composiÃ§Ã£o), ao oferecer trÃªs denÃºncias em um mesmo processo, quanto ao crime de trÃ¡fico de drogas, ressai que, a despeito de constar dos autos alusÃ£o Ã apreensÃ£o de drogas ilÃ-citas (referentes a VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 2 de 36 outros procedimentos investigativos), nÃ£o hÃ¡ laudo pericial referente Ã droga que se refere ao presente feito, o que seria necessÃ¡rio, sendo que, de mais a mais, nÃ£o consta dos autos qualquer auto de prisÃ£o em flagrante, nÃ£o constando ainda dos autos em questÃ£o a apreensÃ£o de drogas ilÃ-citas ou objetos ilÃ-citos, o que ressai que em outra ocasiÃ£o fora gerado procedimento/processo prÃ³prio em eventual flagrante ocorrido em outro momento, nÃ£o podendo haver a dupla acusaÃ§Ã£o por tal fato (bis in idem), de modo que hÃ¡ indicativos de bis in idem tambÃ©m relaÃ§Ã£o ao crime de trÃ¡fico e a prÃ³pria ausÃªncia de materialidade de tal delito, sendo que, de mais a mais, os autos de apreensÃ£o constantes do feito (sem laudo pericial, repise-se) fazem alusÃ£o a outros procedimentos investigativos, sem que tenha havido a demonstraÃ§Ã£o de autorizaÃ§Ã£o judicial para a juntada de tais autos de apreensÃ£o, relativos a outros procedimentos, ao presente feito. A despeito de serem narradas nas investigaÃ§Ãµes condutas que seriam de traficÃ¢ncia, repise-se, nos presentes, nÃ£o consta laudo referente Ã apreensÃ£o de droga, de modo que nÃ£o pode reconhecer a materialidade de tal delito. Registre-se, por oportuno, que o compartilhamento de provas deve ser precedido de autorizaÃ§Ã£o judicial, conforme pacÃ-fica jurisprudÃªncia sobre o tema, inclusive do STF. O STF jÃ¡ reafirmou a necessidade de prÃ©via autorizaÃ§Ã£o judicial para o compartilhamento de provas: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL EM AÃÃO CAUTELAR. COMPARTILHAMENTO DE PROVAS PARA PROCEDIMENTOS DIVERSOS. ADMISSIBILIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÃTICO. JUÃZO DE PERTINÃNCIA OBJETIVA A SER REALIZADO PELAS AUTORIDADES JUDICIÃRIAS DESTINATÃRIAS. INSURGÃNCIA DESPROVIDA. 1. Nos termos do art. 21, Â§ 1Âº, do Regimento Interno do Supremo

Tribunal Federal, pode o relator negar seguimento a recurso manifestamente improcedente ou contrÃ¡rio Ã jurisprudÃªncia dominante do Tribunal. 2. O compartilhamento de provas produzidas em aÃ§Ãµes cautelares para outros procedimentos apuratÃ³rios, inclusive de natureza administrativa, Ã© admitido pela jurisprudÃªncia consolidada do Supremo Tribunal Federal. Precedentes. 3. A prova compartilhada, assim como qualquer outra produzida em procedimentos jurisdicionais, deverÃ¡ ser integrada ao processo VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 3 de 36 destinatÃ¡rio, submetida ao contraditÃ³rio e, ao final, valorada por parte da autoridade judicial competente Ã prolaÃ§Ã£o da decisÃ£o de mÃ©rito na lide sub judice, razÃ£o pela qual a prÃ©via autorizaÃ§Ã£o para a sua utilizaÃ§Ã£o em procedimento diverso nÃ£o exige exame aprofundado do seu conteÃºdo. 4. A produÃ§Ã£o probatÃ³ria Ã© atividade de nÃ-tido interesse pÃºblico, pois destinada Ã reproduÃ§Ã£o mais fiel possÃ-vel dos fatos controvertidos, tanto em processos de natureza jurisdicional como administrativa. Assim, eventual indeferimento da pretensÃ£o de compartilhamento deve ser lastreado em valores que justifiquem a restriÃ§Ã£o ao acesso aos elementos de prova jÃ¡ produzidos, o que nÃ£o se verifica na hipÃ³tese em anÃ¡lise. 5. Agravo regimental desprovido. (STF - AgR-AgR AC: 4044 DF - DISTRITO FEDERAL 0008649-40.2015.1.00.0000, Relator: Min. EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 15/02/2019, Segunda Turma) No mesmo sentido a jurisprudÃªncia dos Tribunais PÃ¡trios: "Admite-se o aproveitamento da interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica como prova emprestada, se obtida com autorizaÃ§Ã£o judicial no feito de origem e determinado o compartilhamento no processo atual, oportunidade em que se concedeu Ã s partes o pleno exercÃ-cio do contraditÃ³rio e da ampla defesa acerca do teor dos diÃ¡logos interceptados, razÃ£o pela qual o feito nÃ£o estÃ¡ inquinado por vÃ-cio de nulidade .(...) Preliminares rejeitadas. Apelo do MinistÃ©rio PÃºblico: negado provimento. Apelo dos rÃ©us: concedido parcial provimento. (AcÃ³rdÃ£o n.791249, 20120110511634APR, Relator: SOUZA E AVILA, Revisor: CESAR LABOISSIERE LOYOLA, 2Âª Turma Criminal, Data de Julgamento: 08/05/2014, Publicado no DJE: 26/05/2014. PÃ¡g.: 210)." (TJDFT) DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÃA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL. PROVAS EMPRESTADAS DE INQUÃRITO POLICIAL. NULIDADE. INOCORRÃNCIA. INTERCEPTAÃÃES TELEFÃNICAS TIDAS POR ILÃCITAS EM HABEAS CORPUS. ACUSADO QUE NELE NÃO FIGURA COMO PACIENTE. FUNDAMENTAÃÃO DA DECISÃO DISCIPLINAR EM OUTRAS PROVAS. PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE. SUSPEIÃÃO. AUSÃNCIA DE JUÃZO DE VALOR. NÃO COMPROVAÃÃO. NULIDADE. INOCORRÃNCIA. DESCABIMENTO VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 4 de 36 DA REINTEGRAÃÃO AO CARGO PÃBLICO. SEGURANÃA DENEGADA. I - O Supremo Tribunal Federal adota orientaÃ§Ã£o segundo a qual, Ã© possÃ-vel a utilizaÃ§Ã£o, como prova emprestada, de interceptaÃ§Ãµes telefÃ´nicas derivadas de processo penal, com autorizaÃ§Ã£o judicial, no processo administrativo disciplinar, desde que seja assegurada a garantia do contraditÃ³rio. Precedentes. II - Extrai-se dos autos ter sido franqueado ao Impetrante, pela comissÃ£o processante, acesso Ã s provas colhidas por meio da interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica, no bojo do InquÃ©rito Policial n. 077/2006, encaminhadas pela JustiÃ§a Federal, apÃ³s requisiÃ§Ã£o da Corregedoria. III - O Acusado nÃ£o figura como paciente no Habeas Corpus n. 117. 437/AP, nÃ£o comprovando que os efeitos do acÃ³rdÃ£o proferido por esta Corte, tenham sido a ele estendidos. Ademais, tal writ diz respeito Ã AÃ§Ã£o Penal n. 2007.31.00.001954-2, e nÃ£o Ã AÃ§Ã£o Penal n. 2007.31. 00.001033-7, na qual Ã© rÃ©u o ora Impetrante. IV - A autoridade julgadora fundamentou sua decisÃ£o em outros meios probatÃ³rios, como ouvida de testemunhas e a prÃ³pria confissÃ£o do Indiciado, quanto ao cometimento do ilÃ-cito de valimento do cargo pÃºblico, consubstanciado no pedido de empregos a pessoas por ele indicadas, Ã empresÃ¡rio do Estado do AmapÃ¡, transgressÃ£o disciplinar punÃ-vel com demissÃ£o, a teor dos arts. 117, IX, e 132, XIII, da Lei n. 8.112/90. V - Funcionando como Chefe-Substituto do EscritÃ³rio da Corregedoria, o Presidente da ComissÃ£o Processante nÃ£o exarou qualquer juÃ-zo de valor a respeito das provas ou dos eventos atribuÃ-dos ao Impetrante, executando meros atos de expediente, destinados tÃ£o somente ao andamento processual, sem qualquer carga decisÃ³ria, e, mesmo atuando no PAD, nÃ£o foi a autoridade julgadora. VI - Este Tribunal Superior perfilha entendimento no sentido de que a constataÃ§Ã£o de impedimento ou suspeiÃ§Ã£o de membro de ComissÃ£o Processante, reclama a comprovaÃ§Ã£o da prolaÃ§Ã£o, no processo administrativo disciplinar, de prÃ©vio juÃ-zo valorativo quanto Ã s irregularidades imputadas ao Acusado, o que nÃ£o ocorreu no caso em anÃ¡lise. Precedentes. VII - A impetraÃ§Ã£o de mandado de seguranÃ§a pressupÃµe a existÃªncia de direito lÃ-quido e certo, comprovado mediante prova prÃ©-constituÃ-da. VIII - SeguranÃ§a denegada. (STJ - MS: 17815 DF 2011/0276341-8, Relator: Ministra REGINA HELENA COSTA, Data de Julgamento: 28/11/2018, S1 - PRIMEIRA SEÃÃO, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 06/02/2019). VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 5 de 36 Quanto Ã exigÃªncia de laudo pericial para a configuraÃ§Ã£o da materialidade do crime de trÃ¡fico de drogas, como dito , a jurisprudÃªncia pÃ¡tria, inclusive conforme entendimento jÃ¡ pacificado no Superior

Tribunal de JustiÃ§a, perante a 5Âª e 6Âª Turma, no sentido da indispensabilidade d a apreensÃ£o da droga e da elaboraÃ§Ã£o de laudo que comprove sua aptidÃ£o para causar dependÃªncia fÃ-sica ou psÃ-quica para fins de demonstraÃ§Ã£o da materialidade do delito, ou seja, a constataÃ§Ã£o da aptidÃ£o da substÂ¢ncia entorpecente para produzir dependÃªncia para viciar alguÃ©m, somente sendo possÃ-vel tal constataÃ§Ã£o mediante perÃ-cia, jÃ¡ que referida verificaÃ§Ã£o depende de conhecimentos tÃ©cnicos especÃ-ficos: PROCESSUAL PENAL. TRÃFICO E ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO. AÃÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. AUSÃNCIA DE MATERIALIDADE. APREENSÃO DE DROGAS. IMPRESCINDIBILIDADE PARA O TRÃFICO. INEXISTÃNCIA DE ÃNIMO ASSOCIATIVO PERMANENTE E ESTÃVEL. AFERIÃÃO. REVOLVIMENTO FÃTICO-PROBATÃRIO. TRANCAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Ã imprescindÃ-vel para a demonstraÃ§Ã£o da materialidade do crime de trÃ¡fico a apreensÃ£o de drogas. Precedentes desta Corte. Ressalva do ponto de vista da relatora. 2. O habeas corpus nÃ£o se apresenta como via adequada ao trancamento da aÃ§Ã£o penal, quando o pleito se baseia em falta justa causa (ausÃªncia de permanÃªncia e estabilidade para o crime de associaÃ§Ã£o criminosa), nÃ£o relevada, primo oculi. Intento que demanda revolvimento fÃ¡tico-probatÃ³rio, nÃ£o condizente com a via restrita do writ. 3. Recurso ordinÃ¡rio parcialmente provido, apenas para trancar a aÃ§Ã£o penal no tocante ao crime de trÃ¡fico de drogas, estendendo os efeitos desse julgamento, nos termos do art. 580 do CÃ³digo de Processo Penal, aos demais denunciados. (STJ - RHC: 86506 MG 2017/0160846-4, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 07/11/2017, T6 - SEXTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 13/11/2017). HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. TRÃFICO DE DROGAS E ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO. AUSÃNCIA DE APREENSÃO DE DROGA EM PODER DO PACIENTE. CONDENAÃÃO BASEADA EM PROVAS DIVERSAS DO LAUDO TOXICOLÃGICO. APREENSÃO DE ENTORPECENTES NA POSSE DE CORRÃU E REALIZAÃÃO DO RESPECTIVO LAUDO. COMPROVAÃÃO DO LIAME ENTRE OS DENUNCIADOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÃNCIA. REGIME FECHADO VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 6 de 36 FIXADO COM BASE NA HEDIONDEZ NA GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL OCO RRÃNCIA. REGIME DIVERSO DO FECHADO. POSSIBILIDADE EM TESE. AFERIÃÃO IN CONCRETO DEVE SER REALIZADA PELO JUÃZO DAS EXECUÃÃES. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÃCIO. 1. De acordo com recentes julgados das Turmas integrantes da SeÃ§Ã£o de Direito Pena l desta Corte, Ã© imprescindÃ-vel a apreensÃ£o e consequente realizaÃ§Ã£o do laudo toxicolÃ³gico definitivo para a condenaÃ§Ã£o pela prÃ¡tica do crime de trÃ¡fico ilÃ-cito de drogas, sob pena de ser incerta a materialidade do delito. (...). (HC 335.452/RS, Rel. Ministra Maria Thereza De Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 14/02/2017, DJe 22/02/2017 grifos acrescidos). AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. TRÃFICO ILÃCITO DE DROGAS. ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO. COMPROVAÃÃO DA MATERIALIDADE DELITIVA. AUSÃNCIA DO LAUDO TOXICOLÃGICO DEFINITIVO. ABSOLVIÃÃO. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DA RELATORA. 1. Conforme a orientaÃ§Ã£o atual desta Sexta Turma, a ausÃªncia nos autos do laudo toxicolÃ³gico definitivo impÃµe a absolviÃ§Ã£o pela prÃ¡tica do crime de trÃ¡fico ilÃ-cito de drogas, considerando que nÃ£o restou devidamente comprovada a materialidade do delito. Ressalva do entendimento da Relatora no sentido da nulidade do feito. 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1448529/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 23/04/2015). [Â¿] TRÃFICO DE DROGAS. AUSÃNCIA DE APREENSÃO DE TÃXICOS COM O ACUSADO OU COM AS MENORES QUE COM ELE SE ENCONTRAVAM. INEXISTÃNCIA DE LAUDO QUE COMPROVE QUE A SUBSTÃNCIA ENTORPECENTE SERIA APTA A CAUSAR DEPENDÃNCIA FÃSICA OU PSÃQUICA. IMPOSSIBILIDADE DE COMPROVAÃÃO DA MATERIALIDADE DO DELITO. COAÃÃO ILEGAL CONFIGURADA. TRANCAMENTO DA AÃÃO PENAL. 1. Conquanto existam precedentes em que, na hipÃ³tese de inexistÃªncia de apreensÃ£o da droga, dispensam laudo para comprovar a materialidade do delito de trÃ¡fico de entorpecentes, a melhor compreensÃ£o Ã© a que defende a VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 7 de 36 indispensabilidade da perÃ-cia no crime em questÃ£o . 2. A constataÃ§Ã£o da aptidÃ£o da substÂ¢ncia entorpecente para produzir dependÃªncia, ou seja, para viciar alguÃ©m, sÃ³ Ã© possÃ-vel mediante perÃ-cia, jÃ¡ que tal verificaÃ§Ã£o depende de conhecimentos tÃ©cnicos especÃ-ficos. Doutrina. 3. O artigo 50, Â§ 1Âº, da Lei 11.343/06 nÃ£o admite a prisÃ£o em flagrante e o recebimento da denÃºncia sem que seja demonstrada, ao menos em juÃ-zo inicial, a materialidade da conduta por meio de laudo de constataÃ§Ã£o preliminar da substÂ¢ncia entorpecente, que configura condiÃ§Ã£o de procedibilidade para a apuraÃ§Ã£o do ilÃ-cito de trÃ¡fico. Precedentes. 4. Na hipÃ³tese em exame, verifica-se que nenhuma droga foi encontrada em poder do acusado ou das menores que com ele se encontravam, e, por conseguinte, nÃ£o foi efetivada qualquer perÃ-cia que ateste que ele teria fornecido Ã s adolescentes substÂ¢ncias entorpecentes, circunstÂ¢ncia que impede que seja

incriminado pelo ilÃ-cito tipificado no artigo 33 da Lei 11.343/2006, jÃ¡ que ausente a comprovaÃ§Ã£o da materialidade delitiva. 5. Recurso parcialmente provido apenas para determinar o trancamento da aÃ§Ã£o penal no tocante ao crime de trÃ¡fico de drogas. (RHC 65.205/RN, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 20/04/2016). No voto o Relator ressaltou no ponto: RECURSO EM HABEAS CORPUS NÂº 65.205 - RN (2015Â¿0275565-0) RELATOR: MINISTRO JORGE MUSSI RECORRENTE: B C T ADVOGADO: ANDRÃ LUIZ DE MEDEIROS JUSTO RECORRIDO: MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE RELATÃRIO O EXMO. SR. MINISTRO JORGE MUSSI (Relator): Trata-se de recurso ordinÃ¡rio em habeas corpus com pedido liminar interposto por B C T contra acÃ³rdÃ£o proferido pela CÃ¢mara Criminal do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do Rio Grande do Norte, no julgamento do HC n. 2015.011005-3. Noticiam os autos que o recorrente foi denunciado pela suposta prÃ¡tica dos delitos previstos nos artigos 218-B, Â§ 2Âº, inciso I do CÃ³digo Penal e 33 da Lei 11.343Â¿2006. (...) nÃ£o obstante os fundamentos constantes dos referidos precedentes, tem-se que a perÃ-cia Ã© indispensÃ¡vel para a comprovaÃ§Ã£o da materialidade do crime tipificado no artigo 33 da Lei 11.343Â¿2006, que se encontra assim redigido: VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 8 de 36 Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor Ã venda, oferecer, ter em depÃ³sito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorizaÃ§Ã£o ou em desacordo com determinaÃ§Ã£o legal ou regulamentar: Pena - reclusÃ£o de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias - multa. O aludido diploma legal, no artigo 1Âº, Â§ 1Âº, esclarece que " para fins desta Lei, consideram - se como drogas as substÃ¢ncias ou produtos capazes de causar dependÃªncia, assim especificadas em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Pod er Executivo da UniÃ£o ". Por sua vez, o artigo 66 da Lei de Drogas dispÃµe que, " para fins do disposto no parÃ¡grafo Ãºnico do art. 1Âº desta Lei, atÃ© que seja atualizada a terminologia da lista mencionada no preceito, denominam - se drogas substÃ¢ncias entorpecentes, psicotrÃ³picas, precursoras e outras sob controle especial, da Portaria SVSÂ¿MS no 344, de 12 de maio de 1998 ". Da leitura dos dispositivos acima mencionados, percebe - se que o bem jurÃ-dico tutelado pela norma penal incriminadora do artigo 33 d a Lei 11.343Â¿2006 Ã© a saÃºde pÃºblica, sendo que o tipo penal exige, para sua caracterizaÃ§Ã£o, que a droga possua componentes que sejam capazes de causar dependÃªncia fÃ-sica ou psÃ-quica. Ora, a constataÃ§Ã£o da aptidÃ£o da substÂncia entorpecente para produzir dependÃªncia, ou seja, para viciar alguÃ©m, sÃ³ Ã© possÃ-vel mediante perÃ-cia, jÃ¡ que tal verificaÃ§Ã£o depende de conhecimentos tÃ©cnicos especÃ-ficos. A potencialidade para causar dependÃªncia da droga objeto do crime de trÃ¡fico constitui elementar do tipo penal em exame, razÃ£o pela qual, uma vez nÃ£o atestada de forma inconteste, nÃ£o hÃ¡ como se ter como provada a materialidade do delito em anÃ¡lise. Em nÃ£o havendo a apreensÃ£o e perÃ-cia dos tÃ³xicos capazes de causar dependÃªncia fÃ-sica ou psÃ-quica, como seria possÃ-vel aferir, com seguranÃ§a, que eles possuiriam tal natureza? Sobre o exame pericial realizado em laboratÃ³rio, Guilherme de Souza Nucci apresenta a seguinte liÃ§Ã£o: "Trata-se do exame especializado realizado em lugares prÃ³prios ao estudo experimental e cientÃ-fico. Em muitos crimes, como VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 9 de 36 ocorre no cenÃ¡rio dos delitos contra a saÃºde pÃºblica, Ã© imprescindÃ-vel a produÃ§Ã£o do exame laboratorial, para que os peritos, contando com aparelhos adequados e elementos quÃ-micos prÃ³prios, possam apresentar suas conclusÃµes. Ex.: exame toxicolÃ³gico para detecÃ§Ã£o de substÂncias entorpecentes; exame de dosagem alcoÃ³lica; exame de substÂncia venenosa; exame de constataÃ§Ã£o de produto farmacÃªutico falsificado, dentre outros." (Provas no processo penal. SÃ£o Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 64). AliÃ¡s, o prÃ³prio Â§ 1Âº do artigo 50 da Lei 11.343Â¿2006 exige a realizaÃ§Ã£o de exame pericial para comprovar a materialidade do crime de trÃ¡fico de drogas, sem o qual sequer Ã© possÃ-vel a prisÃ£o em flagrante do acusado: Art. 50. Ocorrendo prisÃ£o em flagrante, a autoridade de polÃ-cia judiciÃ¡ria farÃ¡, imediatamente, comunicaÃ§Ã£o ao juiz competente, remetendo-lhe cÃ³pia do auto lavrado, do qual serÃ¡ dada vista ao Ã³rgÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico, em 24 (vinte e quatro) horas. Â§ 1Âº Para efeito da lavratura do auto de prisÃ£o em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, Ã© suficiente o laudo de constataÃ§Ã£o da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idÃ´nea. Â§ 2Âº O perito que subscrever o laudo a que se refere o Â§ 1Âº deste artigo nÃ£o ficarÃ¡ impedido de participar da elaboraÃ§Ã£o do laudo definitivo. Tem-se, entÃ£o, que por imperativo legal, nÃ£o se admite a prisÃ£o em flagrante e o recebimento da denÃºncia sem que seja demonstrada, ao menos em juÃ-zo inicial, a materialidade da conduta por meio de laudo de constataÃ§Ã£o preliminar da substÂncia entorpecente, que configura condiÃ§Ã£o de procedibilidade para a apuraÃ§Ã£o do ilÃ-cito de trÃ¡fico. (...) Na mesma esteira sÃ£o os ensinamentos de Guilherme de Souza Nucci: " Materialidade do crime: o crime relacionado Ã s drogas ilÃ-citas depende de prova pericial, pois Ã© infraÃ§Ã£o penal que deixa vestÃ-gio (art. 158, CPP). Logo, a materialidade precisa ser formada pelo laudo toxicolÃ³gico, quando peritos examinam o

produto apreendido, necessariamente, atestando tratar-se de substÃ¢ncia entorpecente e indicando qual Ã© a espÃ©cie. Laudo de constataÃ§Ã£o: Ã© o exame pericial preliminar, realizado mais rapidamente, sem necessidade de dois peritos, somente para VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 10 de 36 justificar o re cebimento da denÃºncia ou queixa. O laudo Ã© provisÃ³rio e pode ser, futuramente, contrariado pelo exame definitivo. Ã autÃªntica condiÃ§Ã£o de procedibilidade. Se a peÃ§a acusatÃ³ria for recebida sem o laudo de constataÃ§Ã£o, hÃ¡ falta de justa causa para a aÃ§Ã£o penal, possibilitando seu trancamento, pela interposiÃ§Ã£o de habeas corpus. Se o rÃ©u estiver preso, deve ser colocado em liberdade." (Leis Penais e Processuais Penais Comentadas. 4Âª ed. SÃ£o Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 389). Esta orientaÃ§Ã£o tambÃ©m encontra amparo na jurisprudÃªncia desta Corte Superior, a exemplo dos julgados abaixo colacionados: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. TRÃFICO ILÃCITO DE DROGAS. ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO. COMPROVAÃÃO DA MATERIALIDADE DELITIVA. AUSÃNCIA DO LAUDO TOXICOLÃGICO DEFINITIVO. ABSOLVIÃÃO. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DA RELATORA. 1. Conforme a orientaÃ§Ã£o atual desta Sexta Turma, a ausÃªncia nos autos do laudo toxicolÃ³gico definitivo impÃµe a absolviÃ§Ã£o pela prÃ¡tica do crime de trÃ¡fico ilÃ-cito de drogas, considerando que nÃ£o restou devidamente comprovada a materialidade do delito. Ressalva do entendimento da Relatora no sentido da nulidade do feito. 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1448529Â¿RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14Â¿04Â¿2015, DJe 23Â¿04Â¿2015) HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÃRIA, LAVAGEM DE DINHEIRO, TRÃFICO E ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO DE DROGAS. CONDENAÃÃO. AUSÃNCIA DE LAUDO TOXICOLÃGICO. MATERIALIDADE DELITIVA NÃO COMPROVADA QUANTO AOS DELITOS DE TRÃFICO E ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO. NULIDADE ABSOLUTA. DEMAIS DELITOS. DISPENSABILIDADE. 1. A feitura e juntada aos autos do laudo toxicolÃ³gico Ã© indispensÃ¡vel para a comprovaÃ§Ã£o da materialidade do delito de trÃ¡fico de drogas. Ao se constatar a ausÃªncia do laudo pericial da substÃ¢ncia entorpecente, o processo deve ser anulado para que seja procedida Ã realizaÃ§Ã£o dos respectivos exames periciais e a devida intimaÃ§Ã£o das partes. Precedentes. 2. O laudo de constataÃ§Ã£o provisÃ³rio Ã© suficiente para a lavratura do auto de prisÃ£o em flagrante e da oferta de denÃºncia, entretanto, nÃ£o supre a ausÃªncia do laudo definitivo - cuja ausÃªncia gera nulidade absoluta, VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 11 de 36 pois que afeta o interesse pÃºblico e diz respeito Ã prÃ³pria pre staÃ§Ã£o jurisdicional. Precedentes desta Corte. 3. No caso, verifica - se que o Paciente estÃ¡ sendo processado pelo delito de trÃ¡fico de drogas sem a realizaÃ§Ã£o sequer do laudo de constataÃ§Ã£o provisÃ³rio, somente tendo sido realizado o exame da aeronave onde os resquÃ-cios da droga teriam sido encontrados, restando evidenciado, assim, o constrangimento ilegal. 4. Vencida a Relatora, que entendia que se mostrava dispensÃ¡vel o laudo toxicolÃ³gico quanto aos demais crimes imputados ao Paciente, na medida em que nÃ£o constituem delitos que deixam vestÃ-gio. Entendimento majoritÃ¡rio prevalente: uma vez anulado o aditamento Ã denÃºncia relativamente ao delito de trÃ¡fico por ausÃªncia materialidade, a anulaÃ§Ã£o deve ser estendida ao crime de associaÃ§Ã£o. 5. Habeas corpus parcialmente concedido para, quanto aos delitos de trÃ¡fico e associaÃ§Ã£o para o trÃ¡fico de drogas, declarar a nulidade da denÃºncia e subsequente aditamento. (HC 139.231Â¿MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 01Â¿09Â¿2011, DJe 17Â¿11Â¿2011). Na hipÃ³tese em exame, verifica-se que nenhuma droga foi encontrada em poder do acusado ou das menores que com ele se encontravam (e-STJ fls. 30Â¿36), e, por conseguinte, nÃ£o foi efetivada qualquer perÃ-cia que ateste que ele teria fornecido Ã s adolescentes substÃ¢ncias entorpecentes, circunstÃ¢ncia que impede que seja incriminado pelo ilÃ-cito tipificado no artigo 33 da Lei 11.343Â¿2006, jÃ¡ que ausente a comprovaÃ§Ã£o da materialidade delitiva. Ante o exposto, dÃ¡-se parcial provimento ao recurso apenas para determinar o trancamento da aÃ§Ã£o penal no tocante ao crime de trÃ¡fico de drogas. Ã o voto. Documento: 58787929 RELATÃRIO E VOTO Ainda no mesmo sentido: HABEAS CORPUS NÂº 213.643 - RJ (2011/0166769-5) RELATOR: MINISTRO NEFI CORDEIRO IMPETRANTE: VICTOR HUGO ALVES DA SILVA. IMPETRADO: TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. PACIENTE: JOHNNY DA SILVA MILITÃO (PRESO). EMENTA. PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, ORDINÃRIO OU DE REVISÃO VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 12 de 36 CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. ART. 33 E 35 DA LEI NÂº 11.343/06. INTERCEPTAÃÃO TELEFÃNICA. AUSÃNCIA DE FUNDAMENTAÃÃO. INOCORRÃNCIA. INÃPCIA DA DENÃNCIA. ARGÃIÃÃO APÃS SENTENÃA. MATERIALIDADE. AUSÃNCIA DE LAUDO TOXICOLÃGICO. IMPRESCINDIBILIDADE PARA A CONDENAÃÃO PELO CRIME DE TRÃFICO. ABSOLVIÃÃO . REGIME MENOS GRAVOSO. POSSIBILIDADE EM TESE. AFERIÃÃO IN CONCRETO DEVE SER REALIZADA PELO JUÃZO DAS EXECUÃÃES. ORDEM CONCEDIDA DE OFÃCIO. 1. Ressalvada pessoal compreensÃ£o diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justi Ã§a ser inadequado

o writ em substituiÃ§Ã£o a recursos especial e ordinÃ¡rio, ou de revisÃ£o criminal, admitindo - se, de ofÃ-cio, a concessÃ£o da ordem ante a constataÃ§Ã£o de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia. 2. A decisÃ£o que determinou as inter ceptaÃ§Ãµes telefÃ´nicas, bem como as de prorrogaÃ§Ã£o, foram fundamentadas em suporte probatÃ³rio prÃ©vio e indicaram a indispensabilidade da prova, consoante prevÃª a Lei nÂº 9.296/96. 3. A alegaÃ§Ã£o de inÃ©pcia da denÃºncia resta preclusa apÃ³s a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§ a condenatÃ³ria . 4. Em crimes de drogas Ã© imprescindÃ-vel o exame pericial no corpo do delito, na forma do art. 158 do CPP. 5. Conforme a orientaÃ§Ã£o atual desta Sexta Turma, a ausÃªncia do laudo toxicolÃ³gico definitivo impÃµe a absolviÃ§Ã£o pela prÃ¡tica do crime de trÃ¡fico ilÃ-cito de drogas, pois incerta a materialidade do delito (...) PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÃFICO TRANSNACIONAL DE ENTORPECENTES. ARTS. 33, CAPUT, 35 C/C O ART. 40, I, DA LEI 11.343/2006. CONEXÃO PROBATÃRIA. COMPETÃNCIA DA JUSTIÃA FEDERAL. ART. 78, III, DO CPP. SÃMULA 522 DO STJ. AUSÃNCIA DE APREENSÃO DE SUBSTÃNCIA ENTORPECENTE PARA ALGUNS DOS RÃUS. MATERIALIDADE NÃO CONFIGURADA. ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO DEMONSTRADA. EXAME DE DEPENDÃNCIA TOXICOLÃGICA. INOCORRÃNCIA. TRANSNACIONALIDADE E INTERESTADUALIDADE. CONCURSO DE MAJORANTES. IMPOSSIBILIDADE. BIS IN IDEM. DOSIMETRIA. 1. Diante da anÃ¡lise do conjunto probatÃ³rio e das circunstÃ¢ncias do fato, resta configurada a internacionalidade do trÃ¡fico de entorpecentes, crime conexo Ã associaÃ§Ã£o criminosa da qual fazem parte os apelantes, de modo a atrair a competÃªncia da JustiÃ§a Federal, nos termos dos art. 109, V, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, bem como por forÃ§a do artigo 76, III, do CPP VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 13 de 36 e do enunciado 522 da SÃºmula do STJ. (...) 6. AusÃªncia de apreensÃ£o de substÃ¢ncia entorpecente, nÃ£o restando provada a materialidade do delito quanto ao trÃ¡fico internacional de entorpecentes para alguns dos rÃ©us. 7. Da anÃ¡lise criteriosa do conjunto probatÃ³rio apurado nos autos surge convicÃ§Ã£o plena da materialidade e autoria do delito descrito no art. 35 da Lei 11.343/06 (crime de associaÃ§Ã£o para o trÃ¡fico ilÃ-cito de entorpecente), como se pode inferir dos diÃ¡logos captados durante a interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica. (...) 14. ApelaÃ§Ãµes dos rÃ©us parcialmente providas. (ACR 0002511 53.2008.4.01.4000/PI, Rel. Desembargadora Federal Monica Sifuentes, Rel.Conv. Juiz Federal Klaus Kuschel (Conv.), Terceira Turma, e-DJF1 de 19/08/2016, grifos acrescidos). De acordo com o artigo 158, do CPP, "Quando a infraÃ§Ã£o deixar vestÃ-gios, serÃ¡ indispensÃ¡vel o exame de corpo de delito, direto ou indireto, nÃ£o podendo supri-lo a confissÃ£o do acusado." Como jÃ¡ ressaltado no voto do Eminente Ministro citado alhures, o professor GUILHERME DE SOUZA NUCCI, in Provas no Processo Penal, 2Âª ediÃ§Ã£o - revista, atualizada e ampliada - Editora Revista dos Tribunais - SÃ£o Paulo, 2011, pÃ¡gina 44). HÃ¡ determinadas infraÃ§Ãµes penais, cuja materialidade demanda conhecimento tÃ©cnico indispensÃ¡vel, v.g., em relaÃ§Ã£o a drogas e documentos falsos. NÃ£o se pode aquiescer que testemunhas possam substituir o perito, narrando ao magistrado terem visto a droga ou terem notado o documento falso. NÃ£o se trata de avaliaÃ§Ã£o subjetiva, mas de exame preciso e fundamental. Por isso, perdendo-se o vestÃ-gio de certos delitos, nenhuma outra prova poderÃ¡ suprir a pericial, eliminando-se a possibilidade de puniÃ§Ã£o do agente. Assim, extrai-se que, possuindo o delito de trÃ¡fico de drogas natureza material, que se caracteriza pela produÃ§Ã£o de um resultado naturalÃ-stico, faz-se, portanto, necessÃ¡ria a apreensÃ£o da suposta substÃ¢ncia entorpecente e a confecÃ§Ã£o de laudo pericial para a comprovaÃ§Ã£o da materialidade do delito. DA AUSÃNCIA DE ELEMENTOS MÃNIMOS E RAZOÃVEIS DE AUTORIA PARA A DEFLAGRAÃÃO DA AÃÃO PENAL (AUSÃNCIA DE JUSTA CAUSA); DA AUSÃNCIA DE TRANSCRIÃÃO IPISIS LITTERIS DOS DIÃLOGOS TRAVADOS; VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 14 de 36 DA NÃO REALIZAÃÃO DAS PERÃCIAS DE VOZ NAS INTERCEPTAÃÃES; DO FATO DA AUTORIDADE POLICIAL E INVESTIGADORES, RESPONSÃVEIS PELO RELATÃRIOS DOS AUTOS DO IPL, ATRIBUIREM AOS DENUNCIADOS DIÃLOGOS SEM QUALQUER PROVA SÃLIDA E CONCRETA PARA TANTO: Registre - se que , nÃ£o bastasse a ausÃªncia de materialidade do crime de trÃ¡fico de drogas, como demonstrado, hÃ¡ ainda a extrema fragilidade probatÃ³ria quanto Ã autoria de tal delito, bem como do crime de organizaÃ§Ã£o criminosa , de modo que nÃ£o como receber a denÃºncia, mesmo diante do princÃ-pio do in dubio pro societate , posto que ressai dos autos, que a base das investigaÃ§Ãµes e da prÃ³pria acusaÃ§Ã£o, sustentada pelo MP, sÃ£o basicamente as interceptaÃ§Ãµes telefÃ´nicas, posto que os depoimentos colhidos de algumas testemunhas referem - se a alcunhas ou apenas a prenomes (fl. 24, IPL) , sendo certo, ainda, que , ao que se extrai dos autos, nada de ilÃ-cito fora encontrado com os denunciados. Pois bem. NÃ£o se pÃµe em dÃºvida a idoneidade dos policiais envolvidos nas investigaÃ§Ãµes, entrementes hÃ¡ que se considerar que nÃ£o resta esclarecido pela autoridade policial, para que se possa autorizar a prÃ³pria deflagraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal e a manutenÃ§Ã£o d o decreto de prisÃ£o preventiva, os seguintes questi onamentos : a) a autoridade policial e os investigadores de polÃ-cia, responsÃ¡veis pelos relatÃ³rios, jÃ¡ conheciam a

vozes dos denunciados para afirmar que eram suas nas interceptaÃ§Ãµes, sem os dados cadastrais?; b) A polÃ-cia dispÃµe de "banco de vozes" para comparÃ¡-las e saber de quem sÃ£o as vozes que escuta nas interceptaÃ§Ãµes?; c) como a autoridade policial e o agente que realizou as escutas chegaram Ã conclusÃ£o de que eram os denunciados que travavam conversas se, presumidamente, nÃ£o conheciam as vozes dos mesmos e nÃ£o possuÃ-am os dados cadastrais dos terminais interceptados? Ã inegÃ¡vel a boa intenÃ§Ã£o dos policiais que realizaram os relatÃ³rios e as investigaÃ§Ãµes, todavia as investigaÃ§Ãµes nÃ£o surtiram efeito, pois nada de ilÃ-cito teria sido encontrado. Assim, chegar Ã conclusÃ£o de que todos os denunciados travaram as conversas telefÃ´nicas juntadas nos relatÃ³rios produzidos pela douta autoridade policial, sem a demonstraÃ§Ã£o de provas com lastro probatÃ³rio mÃ-nimo, vez que, nem sequer hÃ¡ a juntada dos dados cadastrais dos numerais interceptados, nem hÃ¡ a necessÃ¡ria explicaÃ§Ã£o concreta da autoridade policial de como chegou a tais conclusÃµes, Ã© um robusto esforÃ§o de exegese que nÃ£o se presta para a manutenÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva e o recebimento da denÃºncia. Em outras palavras, a autoridade policial nÃ£o explica, de forma sÃ³lida e concreta, a prÃ³pria cadeia de custÃ³dia da prova, o caminho da prova, o link, de como chegou Ã s conclusÃµes constantes das VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 15 de 36 investigaÃ§Ãµes , baseando as mesmas , ao que tudo indica, sobretudo em impressÃµes pessoas e antecedentes criminais. O direito penal nÃ£o trabalha com conjecturas, com afirmaÃ§Ãµes sem base probatÃ³ria sÃ³lida e concreta; o combate Ã criminalidade deve ser duro, porÃ©m deve ser realizado com a necessÃ¡ria observÃ¢ncia ao ordename nto jurÃ-dico pÃ¡trio, mormente a Magna Carta. A despeito de suspeitos alguns trechos das conversas interceptadas, juntadas no relatÃ³rio de investigaÃ§Ã£o de fls. 21/95 , dos autos do inquÃ©rito policial, como jÃ¡ ressaltado, nÃ£o se extrai dos mesmos, de forma r azoÃ¡vel, a indicar que, de fato, sÃ£o os denunciados que travaram as aludidas conversas, uma vez que nÃ£o foram juntados aos autos os dados cadastrais dos numerais telefÃ´nicos interceptados e a autoridade policial nÃ£o traz elementos concretos e claros para s e chegar a tais conclusÃµes. Ressai dos autos , destarte, que os responsÃ¡veis pelas investigaÃ§Ãµes acab aram identificando os denunciados, na fase investigativa, por suas impressÃµes pessoais, de maneira extremamente precÃ¡ria e insegura, sendo, ademais, deveras temerÃ¡ria, precipitada. Isso porque, por Ã³bvio, Ã© praticamente impossÃ-vel alguÃ©m identificar a voz de uma pessoa que presumidamente nunca ouviu . HÃ¡ que se considerar, outrossim, a prÃ³pria falibilidade humana , afigurando - se o procedimento de "identificaÃ§Ã£o" dos denunciados pela polÃ-cia, in casu, deveras frÃ¡gil, equivocado, inseguro e temerÃ¡rio , como dito . C oloca - se , inclusive, o policial responsÃ¡vel pelas escutas como verdadeira "testemunha - chave" para o deslinde da questÃ£o posta em juÃ-zo, o que nÃ£o Ã© razoÃ¡vel, tirando as suas conclusÃµes por suas impressÃµes pessoais, de cunho eminentemente subjetivo, de forma extremamente precÃ¡ria , como ressaltado . HÃ¡ que se considerar, outrossim , a prÃ³pria falibilidade humana, bem como que uma hora o agente responsÃ¡vel pelas escutas poderia atÃ© acertar em suas conclusÃµes, e em outra poderia errar, como qualquer pessoa acerta e erra. Para se receber a denÃºncia nÃ£o se pode depender das conclusÃµe s pessoais de um agente policial. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 16 de 36 Concluir dessa forma Ã© estabelecer um poder quase que soberano a um agente policial, que realizava as escutas telefÃ´nicas, e, a despeito de bem intencionado no combate ao crime, ouvia as vozes de telefones interceptados, cadastrados em nome de terceiros, as supostamente identificava de acordo com as suas conclusÃµes e convicÃ§Ãµes pessoais e, com base praticamente nisso, Ã© oferecida a denÃºncia onde se pleiteia a condenaÃ§Ã£o dos acusados, alegadamente integrantes de uma complexa organizaÃ§Ã£o criminosa. Em outras palavras, admitir essa lÃ³gica Ã© extremamente temerÃ¡rio, posto que o investigador poderia atÃ© acertar em alguns momentos, porÃ©m Ã© inegÃ¡vel que podem ocorrer com isso severos equÃ-vocos, posto que basta que um agente policial, responsÃ¡vel pelas escutas, afirme que Ã© uma determinada pessoa falando em um terminal telefÃ´nico, mesmo que tratando apenas por alcunhas ou prenomes e mesmo que cadastrado em nome de terceiros, para que haja a deflagraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, o que nÃ£o Ã© concebÃ-vel, sendo, pois, deveras temerÃ¡ria e incabÃ-vel a deflagraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal na espÃ©cie, considerando que as investigaÃ§Ãµes e o prÃ³prio MP-GAECO (na antiga composiÃ§Ã£o) se contentou com meras suspeitas, sem o necessÃ¡rio aprofundamento das investigaÃ§Ãµes. Tal conclusÃ£o equivocada fere de morte princÃ-pios tÃ£o caros ao Estado democrÃ¡tico de direito e submeteria as pessoas aos possÃ-veis erros e acertos de um policial responsÃ¡vel pelas escutas, que, como jÃ¡ dito, poderia um dia acertar e no outro errar, como qualquer pessoa, conduzindo os julgamentos Ã seara da imprevisÃ£o e da incerteza, incompatÃ-vel com o Estado democrÃ¡tico de direito. NÃ£o bastasse, as interceptaÃ§Ãµes possuem natureza instrumental, sendo um meio de obtenÃ§Ã£o da prova, e nÃ£o propriamente a prova em si. Vejamos o entendimento trazido pelo STF a respeito das mesmas: Cabe enfatizar, presente esse contexto de normalidade da ordem polÃ-tico-jurÃ-dica, que a Lei nÂº 9.296/96, ao regulamentar o inciso XII do art. 5Âº da ConstituiÃ§Ã£o Federal, tambÃ©m restringe - em

prescriÃ§Ã£o absolutamente compatÃ-vel com o texto constitucional - a possibilidade de interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica, limitando-a, apenas, a uma Ãºnica e especÃ-fica funÃ§Ã£o: a de viabilizar a produÃ§Ã£o de "prova em investigaÃ§Ã£o criminal e em instruÃ§Ã£o processual penal" (art. 1Âº, "caput"). (STF - 2Âª T. - Ext. 1.021-2 - Relator: Min. Celso de Mello). Segundo as notÃ¡veis palavras do professor Thiago Bottino acerca do tema: Lei nÂº 9.296, de 24 de julho de 1996. Inciso XII do Artigo 5 da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988 Artigo 5 da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988 CONSTITUIÃÃO DA REPÃBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 CONSTITUIÃÃO DA REPÃBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 17 de 36 "A investigaÃ§Ã£o deve ser profunda. A interceptaÃ§Ã£o de comunicaÃ§Ãµes do suspeito apenas arranha essa superfÃ-cie (...) (2013). BOTTINO,Thiago.https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/08/1323 825-analise-interceptacao-telefonica-nao-pode-ser-unica-fonte-de provas.shtml. A precÃ¡ria forma de identificar, realizada nas investigaÃ§Ãµes durante a fase inquisitorial e em relaÃ§Ã£o aos denunciados, Ã© de inseguranÃ§a extrema e imprecisa, podendo resultar, inegavelmente, em severas injustiÃ§as, acaso acatada pelo judiciÃ¡rio e pelo MinistÃ©rio PÃºblico, devendo de forma urgente, ocorrer a evoluÃ§Ã£o e maior seguranÃ§a em investigaÃ§Ãµes policiais, sobretudo as que cuidam de organizaÃ§Ãµes criminosas, complexas e sofisticadas como sÃ£o, por natureza. O fato de alguns dos acusados eventualmente possuÃ-rem antecedentes criminais, isto, per si, nÃ£o autoriza a conclusÃ£o da existÃªncia de mÃ-nimos e razoÃ¡veis indÃ-cios na espÃ©cie, devendo, nos presentes autos, existir lastro probatÃ³rio para os consectÃ¡rios pers eguidos pelo nobre parquet. Na denÃºncia consta , a tÃ-tulo de exemplo, que um dos denunciados que supostamente trava va conversas em telefones, Ã fl. 0 5, da aÃ§Ã£o penal : " diz que chegou 03 barras para ele, sendo que duas tem que vender no papel " (sic), todavia, como jÃ¡ falado, nem sequer juntou qualquer prova mÃ-nima, com o fito de se confirmar que seria o acusado " X " que utilizava o terminal telefÃ´nico, sendo que, de mais a mais, nÃ£o explicou como chegou a tal conclusÃ£o, ou mesmo como se chegou ao numeral telefÃ´nico, nÃ£o havendo nos autos, pois, explicaÃ§Ã£o plausÃ-vel e concreta de como sabia que era ou eram os investigados que travavam conversas com outras pessoas . Gize - se que o ordenamento jurÃ-dico pÃ¡trio claramente permite Ã autoridade policia l e ao MP o acesso aos dados cadastrais dos investigados: Art. 15, da Lei nÂº 12.850/13 : O delegado de polÃ-cia e o MinistÃ©rio PÃºblico terÃ£o acesso, independentemente de autorizaÃ§Ã£o judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificaÃ§Ã£o pessoal, a filiaÃ§Ã£o e o endereÃ§o mantidos pela JustiÃ§a Eleitoral, empresas telefÃ´nicas, instituiÃ§Ãµes financeiras, provedores de internet e administradoras de cartÃ£o de crÃ©dito. Lei nÂº 12.830/13: VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 18 de 36 Art. 2 o As funÃ§Ãµes de polÃ-cia judiciÃ¡ria e a apuraÃ§Ã£o de infraÃ§Ãµes penais exercidas pelo delegado de polÃ-cia sÃ£o de natureza jurÃ-dica, essenciais e exclusivas de Estado. Â§ 2 o Durante a investigaÃ§Ã£o criminal, cabe ao delegado de polÃ-cia a requisiÃ§Ã£o de perÃ-cia, informaÃ§Ãµes, documentos e dados que interessem Ã apuraÃ§Ã£o dos fatos. Extrai-se, das "transcriÃ§Ãµes" das interceptaÃ§Ãµes, que as mesmas, ao menos em parte, nÃ£o obedeceram aos mandamentos legais e Ã pacÃ-fica jurisprudÃªncia sobre o tema. Com efeito, os Tribunais PÃ¡trios, incluindo o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de JustiÃ§a possuem pacÃ-fica jurisprudÃªncia no sentido de que, de fato, Ã© desnecessÃ¡ria a transcriÃ§Ã£o integral das interceptaÃ§Ãµes, mas Ã© necessÃ¡ria a transcriÃ§Ã£o da parte relevante da mesma, ou seja, de tudo aquilo que seja relevante para esclarecer os fatos da causa penal. Na hipÃ³tese dos autos, tal determinaÃ§Ã£o nÃ£o fora cumprida em sua totalidade, vez que hÃ¡ diversas conversas apostas nos relatÃ³rios de forma apenas interpretativa. Neste sentido: Ã luz dos precedentes do STF, o art. 6Âº, Â§ 1Âº, da Lei 9.296/1996 deve ser interpretado no sentido de que a transcriÃ§Ã£o integral Ã© somente de tudo aquilo que seja relevante para esclarecer os fatos da causa penal (Inq 2.424, DJe de 26/3/2010). NÃ£o hÃ¡ notÃ-cia de que a defesa tenha solicitado a juntada de transcriÃ§Ã£o de algum trecho especÃ-fico ou de que lhe fora negado amplo acesso ao conteÃºdo integral das interceptaÃ§Ãµes realizadas. STF- Inq 4022 / AP - AMAPÃ Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI Julgamento: 08/09/2015. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERCEPTAÃÃO TELEFÃNICA. DECISÃO CONCRETAMENTE FUNDAMENTADA. SUCESSIVAS PRORROGAÃÃES. POSSIBILIDADE. TRANSCRIÃÃO INTEGRAL DOS DIÃLOGOS. PRESCINDIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A decisÃ£o que decretou a quebra do sigilo telefÃ´nico descreveu, com clareza, a situaÃ§Ã£o objeto da investigaÃ§Ã£o e demonstrou que a interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica seria medida adequada e necessÃ¡ria para a apuraÃ§Ã£o da VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 19 de 36 infraÃ§Ã£o penal notici ada (associaÃ§Ã£o para o trÃ¡fico transnacional de drogas) e para o prosseguimento das investigaÃ§Ãµes, de maneira que estÃ¡ preservada, integralmente, a validade das provas obtidas a partir de tal medida. 2. Embora o art. 5Âº da Lei n. 9.296/1996 disponha que o prazo da interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica nÃ£o poderÃ¡ exceder a 15 dias, renovÃ¡vel por igual tempo, a doutrina e a jurisprudÃªncia

sustentam que nÃ£o hÃ¡ nenhuma restriÃ§Ã£o ao nÃºmero de prorrogaÃ§Ãµes possÃ-veis, sendo permitidas tantas prorrogaÃ§Ãµes quantas forem necessÃ¡r ias, desde que continuem presentes os pressupostos de admissibilidade da medida cautelar. Exige - se, apenas, decisÃ£o judicial fundamentando, concretamente, a indispensabilidade da dilataÃ§Ã£o do prazo, tal como ocorreu no caso. 3. Ao interpretar o disposto no Â§ 1Âº do art. 6Âº da Lei n. 9296/1996, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, por ocasiÃ£o do julgamento do Inq n. 3.693/PA (DJe 30/10/2014), de relatoria da Ministra CÃ¡rmen LÃºcia, decidiu ser prescindÃ-vel a transcriÃ§Ã£o integral dos diÃ¡logos obtidos por meio d e interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica, bastando que haja a transcriÃ§Ã£o do que seja relevante para o esclarecimentos dos fatos e que seja disponibilizada Ã s partes cÃ³pia integral das interceptaÃ§Ãµes colhidas, de modo que possam elas exercer plenamente o seu direito constitucional Ã ampla defesa. 4. NÃ£o se mostra razoÃ¡vel exigir, sempre e de modo irrestrito, a degravaÃ§Ã£o integral das escutas telefÃ´nicas, haja vista o prazo de duraÃ§Ã£o da interceptaÃ§Ã£o e o tempo razoÃ¡vel para dar-se inÃ-cio Ã instruÃ§Ã£o criminal, porquanto hÃ¡ diversos casos em que, ante a complexidade dos fatos investigados, existem mais de mil horas de gravaÃ§Ãµes. Assim, hÃ¡ de ser feita uma seleÃ§Ã£o daquilo que deve, realmente, constar dos autos para a defesa e para a acusaÃ§Ã£o, sendo dispensÃ¡vel a transcriÃ§Ã£o de tudo aquilo irrelevante para a persecuÃ§Ã£o criminal. 5. Agravo regimental nÃ£o provido. (AgRg no AgRg no AREsp 273.103/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 02/02/2017). No Voto, o eminente Relator ressaltou: AgRg no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÂº 273.103 - SP (2012Â¿0261945-5) (...) Em relaÃ§Ã£o Ã aventada falta de transcriÃ§Ã£o integral das conversas, destaco que, nos termos do Â§ 1Âº do art. 6Âº da Lei n. 9.296Â¿1996, "No caso de a diligÃªncia VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 20 de 36 possibi litar a gravaÃ§Ã£o da comunicaÃ§Ã£o interceptada, serÃ¡ determinada a sua transcriÃ§Ã£o". Ao interpretar o referido dispositivo, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, por ocasiÃ£o do julgamento do Inq n. 3.693Â¿PA (DJe 30Â¿10Â¿2014), de relatoria da Ministra CÃ¡rmen LÃº cia, decidiu ser prescindÃ-vel a transcriÃ§Ã£o integral dos diÃ¡logos obtidos por meio de interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica, bastando que haja a transcriÃ§Ã£o do que seja relevante para o esclarecimentos dos fatos e que seja disponibilizada Ã s partes cÃ³pia integral das interceptaÃ§Ãµes colhidas, de modo que possam elas exercer plenamente o seu direito constitucional Ã ampla defesa. (...) No mesmo norte, menciono o seguinte julgado: STF, Inq n. 2.774Â¿MG, Rel. Ministro Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe 6Â¿9Â¿2011. Pois bem, o prÃ³prio art. 6Âº, Â§1Âº, da Lei n.Âº 9.296/96 determina a transcriÃ§Ã£o das interceptaÃ§Ãµes, quando possÃ-vel, como ocorre na espÃ©cie. LEI NÂº. 9296/96: Art. 6Â° Deferido o pedido, a autoridade policial conduzirÃ¡ os procedimentos de interceptaÃ§Ã£o, dando ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico, que poderÃ¡ acompanhar a sua realizaÃ§Ã£o. Â§ 1Â° No caso de a diligÃªncia possibilitar a gravaÃ§Ã£o da comunicaÃ§Ã£o interceptada, serÃ¡ determinada a sua transcriÃ§Ã£o. Em simples consulta Ã rede mundial de computadores, ressai que o conceito da palavra "transcriÃ§Ã£o" Ã©: transcriÃ§Ã£o - substantivo feminino 1. ato ou efeito de transcrever. 2. fon ling escrita de dados para estudo linguÃ-stico, procurando registrar a pronÃºncia real do informante (ger. feita em alfabeto criado esp. para esse fim). Ou seja, o ato de transcrever que a lei e a jurisprudÃªncia determinam Ã© aquele de reproduzir a pronÃºncia real do interlocutor, de maneira ipsis litteris a parte relevante para o esclarecimento dos fatos, sendo disponibilizada cÃ³pia integral das interceptaÃ§Ãµes colhidas aos denunciados, de modo que eles possam exercer plenamente o seu direito constitucional Ã ampla defesa e contraditÃ³rio. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 21 de 36 O que se evidencia do relatÃ³rio de investigaÃ§Ã£o (fls. 21/95 , dos autos de inquÃ©rito policial) e da denÃºncia (fls. 02/15) , Ã© que, em regra, nÃ£o sÃ£o, de fato, realizadas transcriÃ§Ãµes dos diÃ¡logos interceptados pela autoridade policial e investigadores de pol Ã-cia responsÃ¡veis pelas escutas, nos moldes preconizados pela lei e pacÃ-fica jurisprudÃªncia sobre o tema, mas tÃ£o somente anÃ¡lises interpretativas pelos mesmos, sem qualquer base fÃ¡tico - probatÃ³ria. Registre - se que o PlenÃ¡rio do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente a AÃ§Ã£o Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4263 e declarou a validade constitucional da ResoluÃ§Ã£o 36/2009, do Conselho Nacional do MinistÃ©rio PÃºblico (CNMP), que dispÃµe sobre o pedido e a utilizaÃ§Ã£o das interceptaÃ§Ãµes te lefÃ´nicas pelos membros do MinistÃ©rio PÃºblico, nos termos da Lei 9.296/1996 (Lei das InterceptaÃ§Ãµes TelefÃ´nicas). Naquele julgamento, o eminente Ministro Barroso, do STF, pontuou que embora o STF tenha decidido que nÃ£o Ã© necessÃ¡ria a transcriÃ§Ã£o completa da interceptaÃ§Ã£o utilizada como meio de prova, Ã© necessÃ¡rio transcrever o trecho completo da conversa para que esta possa ser contextualizada, nÃ£o podendo haver ediÃ§Ã£o. Em seu entendimento, a resoluÃ§Ã£o observou esses dois importantes pontos. https://www.conjur.com.br/2018-abr-25/stf-autoriza-membros-mp grampear-telefones-quebrar-sigilo A ResoluÃ§Ã£o n.Âº 217, do CNJ, em seu artigo 14, determina que a autoridade policial proceda Ã transcriÃ§Ã£o integral das conversas relevantes. Art. 14. A formulaÃ§Ã£o de eventual pedido de

prorrogaÃ§Ã£o de prazo pela autoridade competente deverÃ¡ observar os estritos termos e limites temporais fixados no art. 5Âº da Lei 9.296/1996, apresentando se, tambÃ©m, os Ã¡udios (CD/DVD) com o inteiro teor das comunicaÃ§Ãµes interceptadas, as transcriÃ§Ãµes integrais das conversas relevantes Ã apreciaÃ§Ã£o do pedido de prorrogaÃ§Ã£o e o relatÃ³rio circunstanciado das investigaÃ§Ãµes com seu resultado, de modo a comprovar a indispensabilidade da prorrogaÃ§Ã£o da medida excepcional. Leia-se os trechos ipsis litteris da parte relevante, o que nÃ£o impede eventual anÃ¡lise interpretativa posteriormente ou anteriormente, no prÃ³prio VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 22 de 36 documento, em espaÃ§o prÃ³prio, posto que, como bem disse o Ministro Barroso, em julgamento indicado retro: " Ã© necessÃ¡rio transcrever o trecho completo da conversa para que esta possa ser contextualizada, nÃ£o podendo haver ediÃ§Ã£o" Ressalte-se, por oportuno, que, a despeito da perÃ-cia de voz no caso de interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica nÃ£o ser a regra, nos termos da jurisprudÃªncia dos Tribunais PÃ¡trios, inclusive do STJ, Ã© cediÃ§o que, quando nÃ£o hÃ¡ a correta identificaÃ§Ã£o dos interlocutores, como ocorre nos autos, onde, como jÃ¡ foi mencionado diversas vezes neste decisum, nem sequer se os dados cadastrais dos terminais interceptados, nÃ£o ressaindo, destarte, a necessÃ¡ria e segura identificaÃ§Ã£o de seus interlocutores, a perÃ-cia da parte relevante da interceptaÃ§Ã£o, leia-se aquela necessÃ¡ria para a elucidaÃ§Ã£o do fato e dos supostos crimes, fazia-se necessÃ¡ria no caso especÃ-fico dos autos. Tal entendimento Ã© sufragado pela jurisprudÃªncia dos Tribunais pÃ¡trios e do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Neste sentido, jurisprudÃªncia do STJ que se adequa perfeitamente Ã hipÃ³tese dos autos: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. DENÃNCIA POR TRÃFICO DE DROGAS E ASSOCIAÃÃO. INTERCEPTAÃÃO TELEFÃNICA. A JURISPRUDÃNCIA DAS CORTES SUPERIORES Ã NO SENTIDO DA DESNECESSIDADE DE PERÃCIA TÃCNICA PARA TRANSCRIÃÃO DAS CONVERSAS TELEFÃNICAS. CASO, ENTRETANTO, EM QUE HÃ FUNDADA DÃVIDA SOBRE A IDENTIFICAÃÃO DO INTERLOCUTOR. AUSÃNCIA DE OUTRA PROVA DA IMPLICAÃÃO DO RECORRIDO NOS CRIMES. SENTENÃA E ACÃRDÃOS ABSOLUTÃRIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÃMULA N.Âº 07 DO STJ. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. "Ã vÃ¡lida a prova obtida por meio de interceptaÃ§Ã£o de comunicaÃ§Ã£o telefÃ´nica, quando a autoridade policial observa todos os requisitos exigidos pela Lei n.Âº 9.269/96, que, ressalte-se, nÃ£o determina que degravaÃ§Ã£o das conversas interceptadas seja feita por peritos oficias" (HC 66.967/SC, 5.Âª Turma, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ de 11/12/2006). No mesmo sentido, v.g.: HC 91.717/PR, 5.Âª Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe de 02/03/2009; HC 116.963/SP, 5.Âª Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJ de 03/08/2009; AgRg no AG 988.615/RO, 5.Âª Turma, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ de 08/02/2010. 2. Assim, embora a VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 23 de 36 jurisprudÃªncia desta Co rte Superior nÃ£o sufrague a tese do Tribunal a quo no sentido de que precisaria ser feita perÃ-cia para se validar a prova obtida por meio da interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica, no caso especÃ-fico dos autos, ela seria imprescindÃ-vel, porque nÃ£o houve a identificaÃ§Ã£o precisa do interlocutor das conversas interceptadas. Tampouco se obteve outra prova que implicasse o Recorrido nos crimes pelos quais foi denunciado. Nesse contexto, resta justificada a conclusÃ£o do juÃ-zo de primeiro grau, ratificada pelo acÃ³rdÃ£o recorrido, pela inexistÃªncia de prova para subsidiar o pedido condenatÃ³rio. 3. O juÃ-zo absolutÃ³rio foi, portanto, lastreado na ausÃªncia de prova do envolvimento do Recorrido nos ilÃ-citos em tela, razÃ£o pela qual a reversÃ£o do julgado implicaria, necessariamente, o revolvimento da prova, o que nÃ£o se admite em recurso especial em face da SÃºmula n.Âº 07 desta Corte. 4. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no REsp: 1233396 DF 2011/0011360-2, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 18/06/2013, T5 - QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 01/07/2013). AgRg no RECURSO ESPECIAL NÂº 1.233.396 - DF (2011/0011360 2) (...) VOTO A EXMA. SRA. MINISTRA LAURITA VAZ (RELATORA): (...) Assim, nÃ£o se pode considerar como prova as transcriÃ§Ãµes feitas pelos agentes encarregados da investigaÃ§Ã£o, pois embora imbuÃ-dos na presunÃ§Ã£o de boa-fÃ©, as transcriÃ§Ãµes nÃ£o encontram amparo legal para serem consideradas como elementos de prova, e muito menos para uma condenaÃ§Ã£o. (...) Verifica-se, portanto, que nÃ£o hÃ¡ sequer como apontar, com a seguranÃ§a que o processo penal exige, que a pessoa de alcunha "Mixaria" trata-se do apelado Gilson Ribeiro da Silva, assim como nÃ£o foi possÃ-vel a identificaÃ§Ã£o da pessoa identificada como "Tapira". Desse modo, tenho que agiu com acerto o douto Juiz sentenciante ao absolver o rÃ©u Gilson Ribeiro da Silva, pois em caso de dÃºvida e pairando incerteza quanto Ã preexistÃªncia de vÃ-nculo associativo entre os agentes, fator necessÃ¡rio para VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 24 de 36 condenaÃ§Ã£o, impÃµe - se a aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio in dubio pro reo e a consequente absolviÃ§Ã£o. IncensurÃ¡vel a sentenÃ§a de 1Âº grau por seus prÃ³prios fundamentos."(fls. 830/832) (...) Contudo, muito embora a jurisprudÃªncia das Cortes Superiores nÃ£o sufraguem a tese do Tribunal a quo no sentido de que precisaria ser feita perÃ-cia para se validar a prova obtida por meio da interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica, no

caso especÃ-fico dos autos , ela seria imprescindÃ-vel, porque nÃ£o houve a identificaÃ§Ã£o precisa do interlocutor das conversas interceptadas. Tampouco se obteve outra prova que implicasse o Recorrido nos crimes pelos quais foi denunciado. Nesse contexto, resta justificada a conclusÃ£o do juÃ-zo de primeiro grau, ratificada pelo acÃ³rdÃ£o recorrido, pela inexistÃªncia de prova para subsidiar o pedido condenatÃ³rio. Cumpre anotar que, havendo fundada dÃºvida acerca de quem era o " Mixaria ", evidentemente, nÃ£o basta uma mera afirmaÃ§Ã£o do Policial Federal, desacompanhada de qualquer outra forma de se confirmar tal identificaÃ§Ã£o. (...). Inclusive, quanto Ã necessidade de perÃ-cia de voz para a segura identificaÃ§Ã£o de vozes, recentemente, o Tribunal Pleno, do TJE/Pa, quando do julgamento de um caso de um magistrado que teria sido "gravado" em um diÃ¡logo objeto de um PAD, determinou a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia de voz para atestar com seguranÃ§a que se tratava do mesmo. Assim, reforÃ§a - se a necessidade de se buscar outros meios de investigaÃ§Ã£o mais eficazes , alguns claramente previstos em lei, tais como colaboraÃ§Ã£o premiada, a captaÃ§Ã£o ambiental de sinais eletromagnÃ©ticos, Ã³pticos ou acÃºsticos, a aÃ§Ã£o controlada, acesso a registros de ligaÃ§Ãµes telefÃ´nicas e telemÃ¡ticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados pÃºblicos ou privados e informaÃ§Ãµes eleitorais ou comerciais, o afastamento dos sigilos financeiro, bancÃ¡rio e fiscal, nos termos da legislaÃ§Ã£o especÃ-fica, a infiltraÃ§Ã£o, por policiais, em atividade de investigaÃ§Ã£o, cooperaÃ§Ã£o entre insti tuiÃ§Ãµes e Ã³rgÃ£os federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informaÃ§Ãµes de interesse da investigaÃ§Ã£o ou da instruÃ§Ã£o criminal, previstas na Lei n.Âº 12.850/13, em seu artigo 3Âº, bem como de outras tÃ©cnicas investigativas costumeiramen te realizadas em operaÃ§Ãµes policiais pelo paÃ-s, tais como a campana ou vigilÃ¢ncia estÃ¡tica ou parada, campana mÃ³vel, com a realizaÃ§Ã£o vÃ-deos, fotos, a utilizaÃ§Ã£o de policiais disfarÃ§ados etc. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 25 de 36 NÃ£o se pode investigar grupos criminosos organizados, como alega o MP existir in casu, com tÃ©cnicas vetustas e simplÃ³rias que se investiga criminosos comuns, nÃ£o organizados, nÃ£o sofisticados. Tais tÃ©cnicas funcionam por vezes com tais criminosos comuns, mas nÃ£o com grupos organizados, sofisticados e complexos como sÃ£o as organizaÃ§Ãµes criminosas. Assim, as investigaÃ§Ãµes de grupos organizados e profissionais devem ser sofisticadas tambÃ©m, com vigilÃ¢ncia, campanas, vÃ-deos, colaboraÃ§Ãµes premiadas, aÃ§Ãµes controladas, infiltraÃ§Ãµes, investigaÃ§Ãµes sobretudo acerca da lavagem de dinheiro, agentes disfarÃ§ados, investigaÃ§Ã£o em fontes abertas, buscando dados em redes sociais etc. Aqui afigura-se ter ocorrido o que o MinistÃ©rio PÃºbico de SÃ£o Paulo, atravÃ©s de seu grupo de controle externo, jÃ¡ em 2007 criticava, a chamada "investigaÃ§Ã£o sentada", onde se investiga basicamente com interceptaÃ§Ãµes telefÃ´nicas, em gabinetes, sem a utilizaÃ§Ã£o das demais tÃ©cnicas de investigaÃ§Ã£o, bem mais eficazes, sobretudo em crimes dessa natureza. Com efeito, o MinistÃ©rio PÃºblico de SÃ£o Paulo, jÃ¡ em junho de 2007, atravÃ©s de seu ÃrgÃ£o de controle externo da atividade policial, hÃ¡ muito jÃ¡ tinha identificado tal problema, acerca da ausÃªncia de identificaÃ§Ã£o dos titulares das linhas telefÃ´nicas interceptadas, uso excessivo de interceptaÃ§Ãµes telefÃ´nicas em investigaÃ§Ãµes policiais sem efetividade, uso praticamente de interceptaÃ§Ãµes telefÃ´nicas como Ãºnico meio investigativo, o que denominou de "investigaÃ§Ã£o sentada", tendo apresentado a seguinte manifestaÃ§Ã£o e recomendaÃ§Ã£o Ã polÃ-cia: https://www.conjur.com.br/2008-dez-22/mp sp_explica_funcionam_mal_interceptacoes https://www.conjur.com.br/dl/gecep.pdf "(...) Os nÃºmeros das linhas - na maioria das interceptaÃ§Ãµes telefÃ´nicas autorizadas pelo Dipo - provÃªm de denÃºncias anÃ´nimas; de informantes habituais da polÃ-cia, nÃ£o identificados ou sÃ£o passadas por presos em flagrante, que informalmente resolvem passar alguma informaÃ§Ã£o Ã polÃ-cia. De posse dessas informaÃ§Ãµes, os senhores Delegados de polÃ-cia solicitam autorizaÃ§Ã£o da JustiÃ§a para a interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica e a obtÃªm sem apresentar dados cadastrais do titular da linha que pretendem interceptar. Na quase totalidade dos casos, os usuÃ¡rios das linhas VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 26 de 36 telefÃ´nicas sÃ£o apresentados pelas alcunhas com que sÃ£o conhecidos no meio em que vivem, ou pelos prenomes apenas. Findas essas medidas, em regra, sequer sÃ£o identificados. Na quase totalidade das representaÃ§Ãµes policiais pela quebra, linhas telefÃ´nicas sÃ£o interceptadas sem que a JustiÃ§a tenha a informaÃ§Ã£o de quem Ã© o titular da linha...NÃ£o se entende, assim, a razÃ£o de nÃ£o apresentarem os delegados demandantes os dados cadastrais dos titulares das linhas telefÃ´nicas que se deseja escutar. A anexaÃ§Ã£o dos dados cadastrais permitiria aos senhores JuÃ-zes uma decisÃ£o, no mÃ-nimo, mais segura (...) Sexta questÃ£o: a interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica como Ãºnico meio de investigaÃ§Ã£o (...) Em regra, a interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica nÃ£o permite - desacompanhada de outros elementos de prova - sustentar o oferecimento de denÃºncia, inviabilizando condenaÃ§Ãµes... Outro aspecto a ser salientado: examinados os inquÃ©ritos policiais a que se vinculam as interceptaÃ§Ãµes telefÃ´nicas, o MinistÃ©rio PÃºblico tem observado que muitos dos "inquÃ©ritos policiais" se reduzem a meras cÃ³pias das medidas de interceptaÃ§Ã£o telefÃ´nica...Muitas

das interceptaÃ§Ãµes telefÃ´nicas apresentam-se como o Ãºnico meio de investigaÃ§Ã£o utilizado pela polÃ-cia. A mais recente forma de investigar parece ser a "investigaÃ§Ã£o sentada" que, infelizmente, alguns delegados de polÃ-cia optaram por realizar". (...) Se espera que, em outras investigaÃ§Ãµes, sobretudo de organizaÃ§Ãµes criminosas, as autoridades policiais utilizem recursos e mÃ©todos mais eficazes para que volumosos processos como o presente, que demandam gastos de dinheiro e tempo de todos, inclusive da polÃ-cia, MP, do poder judiciÃ¡rio etc., nÃ£o acabe em rejeiÃ§Ãµes de denÃºncia devido Ã ineficÃ¡cia das investigaÃ§Ãµes. No dizer de Cleber Masson e VinÃ-cius MarÃ§al, ambos promotores de JustiÃ§a, sendo o primeiro mestre e doutor em direito penal, e o segundo ex Delegado de polÃ-cia do Distrito Federal: "(...) Os crimes de rua, que sÃ£o os praticados pelas pessoas de classes sociais desfavorecidas (a exemplo dos furtos executados por miserÃ¡veis, andarilhos e mendigos), sÃ£o cometidos aos olhos da sociedade, em locais supervisionados pelo Estado (praÃ§as, parques, favelas etc.), e, por essa razÃ£o, sÃ£o frequentemente objeto das instÂncias de proteÃ§Ã£o (PolÃ-cia, MinistÃ©rio PÃºblico e Poder JudiciÃ¡rio). VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 27 de 36 Esses delitos, tambÃ©m etiquetados como crimes do colarinho azul 1, sÃ£o, portanto, na imensa maioria das vezes, cometidos sem as artimanhas e engenharias tÃ-picas das sofisticadas organizaÃ§Ãµes criminosas. Estas nÃ£o atuam de forma amadora. Bem ao contrÃ¡rio. Com efeito, a estrutura das organizaÃ§Ãµes criminosas, a tÃ-pica divisÃ£o de tarefas entre os membros do grupo, o foco tantas vezes presente nos crimes do colarinho branco ('white collar crime') e o nÃ-vel de profissionalismo dos seus integrantes, todas essas circunstÂncias amalgamadas sÃ£o reveladoras do surgimento das cifras douradas do Direito Penal, indicativas da diferenÃ§a apresentada entre a criminalidade real e a criminalidade conhecida e enfrentada pelo Estado. Raramente existem registros envolvendo delitos dessa natureza, o que inviabiliza a persecuÃ§Ã£o penal e acarreta a impunidade das pessoas privilegiadas no Â¢mbito econÃ´mico, especialmente quando envolvidas nos meandros das organizaÃ§Ãµes criminosas. Sendo assim, Ã© impensÃ¡vel cogitar a possibilidade de utilizaÃ§Ã£o exclusiva dos tradicionais mÃ©todos de investigaÃ§Ã£o (p. ex.: requisiÃ§Ã£o de documentos, oitiva de testemunhas, busca e apreensÃµes etc.) para o desvendar de uma organizaÃ§Ã£o criminosa. Somente com a adoÃ§Ã£o de tÃ©cnicas especiais de investigaÃ§Ã£o Ã© possÃ-vel, assim mesmo com dificuldade, revelar se em minÃºcias o foco e o modo de atuaÃ§Ã£o da criminalidade organizada, bem como a identidade dos seus membros. A esse respeito, bem ASSENTOU AntÃ´nio Scarance Fernandes ser '[...] essencial para a sobrevivÃªncia da organizaÃ§Ã£o criminosa que ela impeÃ§a a descoberta dos crimes que pratica e dos membros que a compÃµem, principalmente dos seus lÃ-deres. Por isso ela atua de modo a evitar o encontro de fontes de prova de seus crimes: faz com que desapareÃ§am os instrumentos utilizados para cometÃª-los e com que prevaleÃ§a a lei do silencia entre seus componentes; intimida testemunhas; rastreia por meio de tecnologias avanÃ§adas os locais onde se reÃºne para evitar interceptaÃ§Ãµes ambientais; usa telefones e celulares de modo a dificultar a interceptaÃ§Ã£o, preferindo conversar por meio de dialetos ou lÃ-nguas menos conhecidas. Por isso, os Estados viram-se na contingÃªncia de criar formas especiais de descobrir as fontes de provas, de conservÃ¡-las e de permitir a produÃ§Ã£o diferenciada da prova para proteger vÃ-timas, testemunhas e colaboradores'. (...) VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 28 de 36 Entretanto, o surgimento de novas modalidades criminosas, a especializaÃ§Ã£o das organizaÃ§Ãµes criminosas no cometimento de crimes societÃ¡rios, contra o sistema financeiro e a AdministraÃ§Ã£o PÃºblica, conjugada com a profissionalizaÃ§Ã£o e o aperfeiÃ§oamento das tÃ©cnicas de lavagem de dinheiro, estÃ¡ a reclamar mudanÃ§as nÃ£o apenas relacionadas ao modo de investigar(...). Nesse caminho, festejamos a corajosa liÃ§Ã£o do magistrado federal Paulo Augusto Moreira Lima, no sentido de que: 'A anÃ¡lise do modus operandi destes 'velhos delitos' Ã© suficiente a demonstrar que raramente virÃ£o Ã tona por confissÃ£o, prova testemunhal ou flagrante. Se os julgadores se contentarem apenas com esse tipo de prova, assistiremos a uma saraivada sem fim de absolviÃ§Ãµes, pois a experiÃªncia demonstra que nos casos pertinentes Ã macrocriminalidade impera forte cÃ³digo de silÃªncio na instruÃ§Ã£o criminal. Assim, a nÃ£o compreensÃ£o de que as novas formas criminosas nÃ£o podem ser demonstradas pelos meios clÃ¡ssicos de prova resulta (...) (MASSOM, Cleber; MARÃAL, VinÃ-cius. Crime Organizado- 3Âª ed. Rio de Janeiro: Forense; SÃ£o Paulo: MÃ©todo, 2016, p.107/111). Os ditos crimes do colarinho azul fazem alusÃ£o Ã cor dos macacÃµes utiliza dos pelos operÃ¡rios norte - americanos da dÃ©cada de 1940, como citado pelos aludidos autores na mencionada obra. Para Fausto Martin de Sanctis, Desembargador Federal no TRF da 3Âª RegiÃ£o, Doutor em Direito Penal pela USP e Especialista em Processo Civil pela UnB, membro do Conselho Consultivo da American University Washington College of Law para Programas de Estudos Judiciais e Legais Brasil - EUA , desde 2013, integrante do Corpo Diretivo da Escola de Magistrados da JustiÃ§a Federal da Terceira RegiÃ£o (biÃªnio 201 4/2016) e membro da Comunidade de Juristas de LÃ-ngua Portuguesa desde 2014 : " as tÃ©cnicas especiais de investigaÃ§Ã£o visam ao combate efetivo do crime organizado para viabilizar processamento

e julgamentos eficaz, cÃ©lere (no tempo adequado e correspondente Ã s necessidades) e abrange das condutas entÃ£o investigadas . Lembra, ainda, que o "Grupo de AÃ§Ã£o Financeira Internacional em Lavagem de Dinheiro (Groupe d'action FinanciÃ¨re sur le Blanchiment de Capitaux ou Fiancial Action Task Force on Money Laudering - GAFI/FATF) recomenda a utilizaÃ§Ã£o, pelas VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 29 de 36 autoridades de aplicaÃ§Ã£o especÃ-fica, das tÃ©cnicas especiais de investigaÃ§Ã£o (RecomendaÃ§Ã£o n. 27), devidamente grifada: 'Os paÃ-ses deveriam assegurar que as investigaÃ§Ãµes sobre a lavagem de capitais e o financiamento do terrorismo sÃ£o confiadas a autoridades de aplicaÃ§Ã£o especÃ-fica. Os paÃ-ses sÃ£o encorajados a apoiar e a desenvolver, tanto quanto possÃ-vel, tÃ©cnicas especiais de investigaÃ§Ã£o adequadas Ã investigaÃ§Ã£o da lavagem de capitais, tais como entregas controladas, as operaÃ§Ãµes encobertas e outras tÃ©cnicas pertinentes. Os paÃ-ses sÃ£o tambÃ©m encorajados a usar outros mecanismos eficazes, tais como o recurso a grupos permanentes ou temporÃ¡rios especializados em investigaÃ§Ãµes sobre o patrimÃ´nio e em investigaÃ§Ãµes realizadas em colaboraÃ§Ã£o com as correspondentes autoridades competentes de outros paÃ-ses. A razÃ£o de ser, como se pode observar, certamente foi a percepÃ§Ã£o de que a prÃ¡tica delituosa evoluiu para a adoÃ§Ã£o de complexos comportamentos visando ludibriar a administraÃ§Ã£o da JustiÃ§a, numa atividade marginal, porÃ©m, indispensÃ¡vel, sendo certo que as questÃµes fÃ¡ticas acabaram por colocar em xeque mÃ©todos ortodoxos de investigaÃ§Ã£o" (DE SANCTIS, Fausto Martin. Crime organizado e lavagem de dinheiro: destinaÃ§Ã£o de bens apreendidos, delaÃ§Ã£o premiada e responsabilidade social, cit., p. 10). Lorenzo M. Bujosa Vadell: "Atualmente o problema mais crÃ-tico talvez se encontre na magnitude das complexas ramificaÃ§Ãµes das organizaÃ§Ãµes criminais e nas dificuldades para a persecuÃ§Ã£o dessas atividades ilÃ-citas que nos dias atuais se beneficiam das limitaÃ§Ãµes dos nossos ordenamentos jurÃ-dicos tradicionais e, sobretudo, das dificuldades na coordenaÃ§Ã£o de uma resposta global e necessariamente cooperativa na persecuÃ§Ã£o penal por parte dos Estados' (VADELL, Lorenzo M. Bujosa. La prueba testiomonial ante la delincuencia organizada. MÃ©xico: Porrua, 2006. P. XXI). Joaquim Delgado MartÃ-n: "Os meios tradicionais de averiguaÃ§Ã£o do delito utilizado pela polÃ-cia (inspeÃ§Ãµes oculares, interrogatÃ³rios etc.) mostram-se absolutamente ineficazes na luta contra a expansÃ£o do fenÃ´meno delitivo denominado 'delinquÃªncia organizada'. Tal constataÃ§Ã£o Ã© obtida em razÃ£o de alguns fatores, dentre os quais, destaca-se VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 30 de 36 a complexidade das organizaÃ§Ãµes criminosas, que se utilizam de altÃ-ssimo grau de profissionalismo, jÃ¡ que sÃ£o assessoradas por especialistas em matÃ©rias tÃ©cnicas como a informÃ¡tica, a economia e o direito (...) (MartÃ-n, JoaquÃ-n Delgado. La criminalidade organizada, cit., p. 21). JoaquÃ-n Delgado MartÃ-n (La criminalidade organizada, cit., p. 32): 'El estado deble emplear, y viene utilizando de forma creciente, los nuevos mÃ©todos de investigaciÃ³n para combatir el crimen organizado. A utilizaÃ§Ã£o, a tÃ-tulo de exemplo, de agen tes infiltrados e aÃ§Ã£o controlada jÃ¡ Ã© empregada pela PolÃ-cia federal e demais polÃ-cias dos Estados, inclusive em delitos de trÃ¡fico de drogas praticados por organizaÃ§Ã£o criminosa, conforme reportagem constante no link abaixo: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014 - 12/operacao - mandrake - desarticula-trafico-de-drogas-na-regiao-serrana-do-rio Ressalte-se, por oportuno, que as referidas tÃ©cnicas, quando aplicadas de maneira escorreita, tÃªm atingido resultados positivos no combate Ã s organizaÃ§Ãµes criminosas, como adiante se vÃª: Policiais disfarÃ§ados flagram trÃ¡fico de drogas em bares do litoral do Rio Grande do Sul: http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/01/policiais-se disfarcam-para-flagrar-trafico-em-bares-no-litoral-do-rs.html Agente infiltrado desmontou caso do furto ao Banco Central de Fortaleza/CE - caso virou atÃ© filme: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0606201001.htm Em grupos organizados violentos tambÃ©m jÃ¡ se utiliza meios de infiltraÃ§Ã£o e outros meios investigativos mais eficazes e sofisticados. Ademais, nos presentes autos, nÃ£o se verifica investigaÃ§Ãµes com relaÃ§Ã£o a eventual crime de lavagem de dinheiro, o que poderia "quebrar" a organizaÃ§Ã£o criminosa, na comezinha regra follow the Money (siga o dinheiro). Tais conclusÃµes inclusiv e sÃ£o chanceladas tambÃ©m por autores internacionais, sendo impensÃ¡vel que, atualmente, se tente investigar organizaÃ§Ãµes VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 31 de 36 criminosas dissociadas das investigaÃ§Ãµes relacionadas Ã lavagem de dinheiro, sendo, pois, extremamente lamentÃ¡vel tal situaÃ§Ã£o. Ã cediÃ§o que a lavagem de dinheiro nasceu das organizaÃ§Ãµes criminosas, sendo uma das teorias mais aceitas para o surgimento da expressÃ£o "lavagem de dinheiro", a que se refere ao mafioso Al Capone que, em 1928, teria comprado uma cadeia de lavanderias em Chicago formando a empresa de fachada Sanitary Cleaning Shops. No dizer de Marcelo Mendroni, que atuou, de 1997 a 2002, no GAECO, do MinistÃ©rio PÃºblico de SÃ£o Paulo, onde foi responsÃ¡vel pela reestruturaÃ§Ã£o da ideologia da atuaÃ§Ã£o do Promotor de JustiÃ§a no campo da investigaÃ§Ã£o criminal: "(...) As organizaÃ§Ãµes criminosas e a lavagem de dinheiro nÃ£o coexistem separadamente. NÃ£o Ã© possÃ-vel imaginar uma organizaÃ§Ã£o criminosa que nÃ£o pratique a lavagem do dinheiro

obtido ilicitamente, como forma de inviabilizar a continuidade dos crimes, sempre de maneira mais aprimoradaÂ¹. Exemplificando, o dinheiro conseguido com o trÃ¡fico de drogas Ã© utilizado para a estruturaÃ§Ã£o de meios cada vez mais sofisticados de esconderijo para o transporte de mais entorpecentes, para a viabilizaÃ§Ã£o de prÃ¡tica de corrupÃ§Ã£o de funcionÃ¡rios de escalÃµes mais altos, para a aquisiÃ§Ã£o de negÃ³cios lÃ-citos que servem de escudo para a obtenÃ§Ã£o de outros fundos, de forma a proporcionar a dissimulaÃ§Ã£o da origem ilÃ-cita daqueles, para "contratar" mais funcionÃ¡rios dispostos a se exporem e testas de ferro que viabilizem a ocultaÃ§Ã£o dos verdadeiros 'chefes', para o aprimoramento da distribuiÃ§Ã£o etcÂ². Ã utilizado como verdadeiro 'investimento', servindo, evidentemente, tambÃ©m para proporcionar vida luxuosa aos 'donos do negÃ³cio'. As organizaÃ§Ãµes criminosas operam sempre sobre o eixo dinheiro-poder. O dinheiro gera o poder e vice-versa, o poder gera dinheiro. O dinheiro mantÃ©m e motiva a prÃ¡tica dos crimes e mantÃ©m ativas as organizaÃ§Ãµes criminosas de forma que os seus chefes fazem tudo para esconder e proteger o dinheiro, produto dos ilÃ-citosÂ³. Assim, pode-se dizer que toda organizaÃ§Ã£o criminosa precisa e necessariamente pratica a lavagem de dinheiro, mas o inverso nÃ£o Ã© sempre verdadeiro, pois nem sempre quem lava dinheiro pertence a uma organizaÃ§Ã£o criminosa. Ã possÃ-vel imaginar um Ãºnico funcionÃ¡rio pÃºblico que recebe alto valor de corrupÃ§Ã£o e pratica algum ato de ocultaÃ§Ã£o ou dissimulaÃ§Ã£o, o que significa que, Al Capone 1928 Chicago Empresa de fachada VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 32 de 36 sem pertencer a uma organizaÃ§Ã£o criminosa qualquer, praticou o crime de lavagem de dinheiro. Da atuaÃ§Ã£o com caracterÃ-stica permanente das organizaÃ§Ãµes criminosas na prÃ¡tica de lavagem de dinheiro decorre o ciclo 'criminal-legal', com a subdivisÃ£o do seu produto, que acaba sendo aplicado tanto para incrementar e/ou ampliar as atividades criminosas, como tambÃ©m em negÃ³cios jÃ¡ considerados 'lÃ-citos' 1 PELLEGRINI, Angiolo; COSTA JR., Paulo JosÃ© da. Criminalidade organizada. JurÃ-dica Brasileira, 1999. p. 55, comentam: "DÃ¡-se entÃ£o o enorme acÃºmulo de capitais mediante o exercÃ-cio das mais disparatadas atividades lÃ-citas, antes de todas o trÃ¡fico de estupefacientes, as extorsÃµes, a participaÃ§Ã£o na construÃ§Ã£o de obras pÃºblicas mediante o recurso sistemÃ¡tico Ã s subempreitadas. Tudo isso comportou um maior interesse para ser defendido pelas vÃ¡rias quadrilhas, nÃ£o mais ancoradas sobre o territÃ³rio, mas visando gestÃµes estratÃ©gicas nas atividades econÃ´mico-financeiras, cuidando de lavar o dinheiro quente, mesmo fora do estado. [...] Os muitos caminhos seguidos pela criminalidade organizada, no reinvestimento dos lucros ilicitamente obtidos, tornam particularmente difÃ-cil um completo controle do fenÃ´meno 'reciclagem'. Com efeito, o contÃ-nuo desenvolvimento das associaÃ§Ãµes criminosas, tendente ao aperfeiÃ§oamento de novas tÃ©cnicas de ganho, nÃ£o mais circunscritas ao territÃ³rio nacional, determinaram uma dificuldade objetiva na apuraÃ§Ã£o de dados relativos ao fenÃ´meno". Â² Sobre o tema, vf.: ZAGARIS, Bruce. Dollar diplomacy international enforcement of money movement and related matters - a United States perspective. George Washington Journal of Internacional Law and Economics, v. 22, p. 465-522, 1989. Veja-se tambÃ©m: BLUNDEN, Bob. The Money Launderers. Gloucestershire/UK: Management Books, 2000. p. 17: "This multi-billion-pound business allows the organised crime 'executive managers' to bribe and recruit accountants, lawyers, bankers and employees within those organizations that can process the proceeds of their criminal activity". Â³ Veja-se o comentÃ¡rio de HAMPTON, Alan. Suspicious Activity Reports Disclosure and Protection. U.S. Attorneys Bulletin, U.S. Department of Justice, Sept. 2007, v. 55, nÂº 5, p.48: "The profits which drive the criminal organization, and the financial tools which criminals use to protect those profits, are the main points VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 33 de 36 of vulnerability. Money motivates the crime; money keeps the organization going; protecting the money is the criminal's chief concern. A financial investigation follows the money in order to take down the criminal, as well as the whole enterprise that supports the criminal activity. In focusing on the economic organization and motivation of the criminal enterprises, financial investigations emerge as powerful tool in the law enforcement arsenal RYAN, Patrick J. Organized crime. California: ABC-Clio, 1995, p. 18: "The scope of money laundering problem is as large as the profits from criminal activity - every criminal group needs to launder money." (Â¿) (MENDRONI, Marcelo. Crime de lavagem de dinheiro-4Âª ed. SÃ£o Paulo: Atlas, 2018, p. 33/35). Registre-se que, a despeito da autoridade policial informar que foram realizadas investigaÃ§Ãµes em fontes abertas, nÃ£o se vislumbra nos autos qualquer elemento de prova seguro decorrente de tal investigaÃ§Ã£o que possa subsidiar o recebimento da denÃºncia, nÃ£o informando a autoridade policial, ainda, sequer em quais fontes teriam sido feitas as investigaÃ§Ãµes, novamente nÃ£o demonstrando a cadeia de custÃ³dia da prova, a teia investigativa, o link de como chegou Ã determinada conclusÃ£o, o que nÃ£o cabÃ-vel, vez que o destinatÃ¡rio da prova, in casu, o magistrado e o prÃ³prio MP, devem ter amplo acesso ao material probatÃ³rio colhido com as investigaÃ§Ãµes e as informaÃ§Ãµes precisas de como a autoridade policial chegou Ã determinada conclusÃ£o, de maneira clara. Ressalte-se que a segura identificaÃ§Ã£o dos investigados tem sido uma constante preocupaÃ§Ã£o no meio jurÃ-dico,

tanto que o CNJ, na Portaria nÂº 209/2021, Instituiu um Grupo de Trabalho destinado Ã realizaÃ§Ã£o de estudos e elaboraÃ§Ã£o de proposta e regulamentaÃ§Ã£o de diretrizes e procedimentos para o reconhecimento pessoal em processos criminais e a sua aplicaÃ§Ã£o no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio, com vistas a evitar condenaÃ§Ã£o de pessoas inocentes. Observe-se, por oportuno, que, dentre os considerandos da Portaria em questÃ£o, hÃ¡ dados de um levantamento feito pela Defensoria PÃºblica do Estado do Rio de Janeiro, segundo a qual, em Ã¢mbito nacional, constatou-se um equÃ-voco de 60% nos reconhecimentos fotogrÃ¡ficos realizados em sede policial, o que ensejou a aprovaÃ§Ã£o pelo Senado Federal do Projeto de Lei 676/21, que visa criar um procedimento para o reconhecimento fotogrÃ¡fico. Mutatis mutandis, se com o reconhecimento fotogrÃ¡fico, em que hÃ¡ uma vÃ-tima reconhecendo, por fotografia, o suposto autor do delito, jÃ¡ hÃ¡ essa preocupaÃ§Ã£o em um nÃ-vel percentual alto de VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 34 de 36 equÃ-vocos, imagine-se na situaÃ§Ã£o em que os denunciados sÃ£o "identificados" de modo extremamente precÃ¡rio nas investigaÃ§Ãµes, como ocorre na espÃ©cie. Nesse contexto, exsurge que Ã© inevitÃ¡vel concluir que os elementos de informaÃ§Ã£o constantes dos autos sÃ£o extremamente frÃ¡geis, nÃ£o tendo o condÃ£o de ensejar o recebimento da denÃºncia, mesmo diante do princÃ-pio do in dubio pro societate, sendo consabido que, para tanto (o recebimento da denÃºncia), mister se faz a existÃªncia de justa causa, o que nÃ£o se verifica na espÃ©cie, com a devida vÃªnia e como ressaltado. Nesta senda, ressai que nÃ£o fora atingido o stardard probatÃ³rio para o recebimento da denÃºncia e para o decreto preventivo, podendo se definir standard probatÃ³rio como o critÃ©rio para aferir a suficiÃªncia probatÃ³ria, o "quanto" de prova Ã© necessÃ¡rio para se proferir uma decisÃ£o, o grau de confirmaÃ§Ã£o da hipÃ³tese acusatÃ³ria. Ã o preenchimento desse critÃ©rio de suficiÃªncia que legitima a decisÃ£o. O standard Ã© preenchido, atingido, quando o grau de confirmaÃ§Ã£o alcanÃ§a o padrÃ£o adotado, o que, repita-se, nÃ£o fora atingido no caso sub examen com relaÃ§Ã£o aos denunciados. Nesse tema, usamos e recomendamos a leitura da obra EstÃ¡ndares de prueba y prueba cientÃ-fica, organizado pela professora Carmen VÃ¡zquez, com a participaÃ§Ã£o de diversos autores, e publicada pela editora Marcial Pons. E quais sÃ£o os principais padrÃµes probatÃ³rios (standard) adotados? Basicamente, a partir da matriz teÃ³rica melhor elaborada, que Ã© a anglo saxÃ£o, sÃ£o estabelecidos os seguintes padrÃµes: * prova clara e convincente (clear and convincing evidence); * prova mais provÃ¡vel que sua negaÃ§Ã£o (more probable than not); * preponderÃ¢ncia da prova (preponderance of the evidence); e * prova alÃ©m da dÃºvida razoÃ¡vel (beyond a reasonable doubt). Ã claro que nÃ£o se pode exigir o mesmo nÃ-vel ou grau de standard probatÃ³rio para se receber uma denÃºncia do que para uma condenaÃ§Ã£o, mas denota se que, atÃ© um dos padrÃµes menos exigentes, necessita da prova clara e convincente, o que nÃ£o ocorre no caso sub examen, como jÃ¡ ressaltado. Neste diapasÃ£o, nÃ£o Ã© possÃ-vel, com a devida vÃªnia, o recebimento da denÃºncia e a manutenÃ§Ã£o da prisÃ£o de alguÃ©m com base em simples interpretaÃ§Ãµes de diÃ¡logos suspeitos e impressÃµes pessoais, sob pena de responsabilizaÃ§Ã£o objetiva, VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 35 de 36 mormente quando se poderia lanÃ§ar mÃ£o de inÃºmeros meios investigativos previstos para eventualmente se confirmar tais suspeitas, tais como a campana, a colaboraÃ§Ã£o premiada, o agente disfarÃ§ado, a infiltraÃ§Ã£o, investigaÃ§Ã£o em fontes abertas etc. A respeito do argumento de se combater com efetividade a criminalidade, sendo que nÃ£o hÃ¡ dÃºvida de que este Ã© o objetivo que se persegue, ressalte-se que, de fato, isso deve ser incessantemente perseguido, no entanto hÃ¡ que se respeitar as regras estabelecidas em um estado democrÃ¡tico de direito, sendo cediÃ§o que meras suspeitas nÃ£o autorizam o recebimento da denÃºncia, como jÃ¡ dito. Neste diapasÃ£o, exsurge que o clear and convincing proof ou clear and convincing evidence (prova clara e convincente) nÃ£o foi atingido e demonstrado pelo parquet. Quanto Ã justa causa para a deflagraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, RENATO BRASI LEIRO DE LIMA, in CÃ³digo de PROCESSO PENAL Comentado, 2Âª ediÃ§Ã£o, Revista e atualizada, Editora JusPODIVM, pÃ¡gina 1106, leciona: (...). A nosso ver, pelo menos para fins do art. 395, inciso III, a expressÃ£o justa causa desse ver entendida como um lastro probatÃ³rio mÃ-nimo indispensÃ¡vel para a instauraÃ§Ã£o de um processo penal (prova da materialidade e indÃ-cios de autoria), funcionando como uma condiÃ§Ã£o de garantia contra o uso abusivo do direito de acusar (...). Destarte, para a deflagraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal hÃ¡ que haver, deve haver justa causa, sendo que, no caso sub examen, de anÃ¡lise detida dos autos, extrai-se nÃ£o existir tal requisito, ou seja, lastro mÃ-nimo probatÃ³rio, com o fito de justificar o recebimento da denÃºncia ofertada pelo parquet, pelos motivos jÃ¡ sobejamente demonstrados nestes autos. Ã sabido que a violÃªncia no paÃ-s avanÃ§a a cada dia e que o combate Ã mesma deve ser efetivo e duro, todavia em tudo observados o ordenamento jurÃ-dico e sobretudo a Magna Carta, nÃ£o se podendo perder de vista que nÃ£o Ã© possÃ-vel, mesmo para se combater delitos graves, se aceitar a deflagraÃ§Ã£o de aÃ§Ã£o penal sem lastro mÃ-nimo probatÃ³rio, em um Estado democrÃ¡tico de direito, mormente levando - se em consideraÃ§Ã£o a aprovaÃ§Ã£o da novel le i de abuso Ã autoridade, que possui diversos tipos

penais abertos, dando margem a diversas interpretaÃ§Ãµes . VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO PÃ¡gina 36 de 36 Pois bem, inobstante, poderÃ¡ a autoridade policial aprofundar as investigaÃ§Ãµes, utilizando-se sobretudo as tÃ©cnicas adequadas e disponÃveis para identificar, com seguranÃ§a, os autores dos supostos graves delitos que foram objeto da denÃºncia formulada pelo nobre parquet. Pelo exposto, com fulcro art. 395, III, do CPP, REVOGO AS PRISÃES DECRETADAS, E REJEITO a denÃºncia formulada em face dos denunciados, por tratar-se, outrossim, de matÃ©ria de ordem pÃºbica, que pode ser reconhecida, inclusive, de ofÃcio pelo julgador. EXPEÃAM-SE, COM URGÃNCIA, ALVARÃS DE SOLTURA/CONTRAMANDADOS DE PRISÃO/OFÃCIO. Transitada em julgado, arquive-se. P.R.I.C. BelÃ©m (PA), data registrada no sistema. EDUARDO RODRIGUES DE MENDONÃA FREIRE Juiz de Direito Titular da Vara de Combate ao Crime Organizado Documento assinado digitalmente PROCESSO: 00022702720098140401 PROCESSO ANTIGO: 200920080435 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LIBIO ARAUJO MOURA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:FABRICIO BACELAR MARINHO Representante(s): OAB 14469 - DANILO CORREA BELEM (ADVOGADO) OAB 3555 - DORIVALDO DE ALMEIDA BELEM (ADVOGADO) OAB 15873 - MICHELE ANDREA TAVARES BELEM (ADVOGADO) OAB 12722 - FRANCISCO OTAVIO DOS SANTOS PALHETA JR (ADVOGADO) OAB 18280 - RODRIGO DE OLIVEIRA CORREA (ADVOGADO) DENUNCIADO:OTACILIO SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 8507 - ORLENE DA COSTA SOARES (ADVOGADO) DENUNCIADO:CARLA JEANE LEITE MORAES Representante(s): OAB 8126 - HERMINIO FARIAS DE MELO (ADVOGADO) DENUNCIADO:DINALVA SILVA DOS SANTOS ASSISTENTE DE ACUSACAO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Representante(s): OAB 26183 - JONAS REIS (ADVOGADO) OAB 16077 - RAPHAEL CHAVES (ADVOGADO) OAB 21192 - HUGO BITTENCOURT (ADVOGADO) OAB 115668 - PHILIPE MALLET (ADVOGADO) OAB 4040 - JOSE CANDIDO LUSTOSA BITTENCOURT (ADVOGADO) OAB 19409 - DANIEL MAIA (ADVOGADO) OAB 17700 - URBANO VITALINO DE MELO NETO (ADVOGADO) OAB 25692 - IGOR NOGUEIRA BATISTA (ADVOGADO) OAB 126.396 - JORGE JUNIOR SODRE DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 183.074 - DANIELE GONTIJO BATISTA GASIGLIA (ADVOGADO) OAB 1.455-B - LUIZ MARIO FELIX DE MOARES GUERRA (ADVOGADO) OAB 43.779 - GUILHERME GUEIROS DE FREITAS BARBOSA (ADVOGADO) OAB 21.046 - DELMAR CUNHA SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 1455-B - LUIZ MARIO FELIX DE MORAES GUERRA (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ VaraÂ deÂ CombateÂ ao crime organizado-BelÃ©m AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Autos nÂº 0002270-27.2009.8.14.0401 (LIBRA) Autor.........: MinistÃ©rio PÃºblico RÃ©u...........: FABRICIO BACELAR MARINHO E OUTROS Data/hora..:Â 08/11/2021, Ã s 09h e 31min. Â TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 08 dias do mÃªs de NOVEMBRO do ano de 2021, nesta Cidade de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na Sala de AudiÃªncia da Vara de Combate ao Crime Organizado de BelÃ©m, no FÃ³rum criminal local, onde se achavam presentes o Dr. LÃBIO ARAÃJO MOURA, MM. Juiz de Direito, comigo o(a) servidor(a), abaixo assinado. Presente o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico DR. THIAGO SANANDRES. ABERTA A AUDIÃNCIA, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se: PRESENÃA DO RÃU FABRICIO BACELAR MARINHO, acompanhado do Dr. FRANCISCO OTAVIO DOS SANTOS PALHETA JUNIOR (OAB/PA 12722); AUSÃNCIA DE CARLA JEANE LEITE MORAES, que nÃ£o foi intimada, sendo informado que faleceu (CertidÃ£o Ã fl. 574) e AUSÃNCIA DE DINALVA SILVA DOS SANTOS, que nÃ£o foi intimada, constando na certidÃ£o (fl. 575) que no local existe uma empresa. ASSISTENTE DE ACUSAÃÃO (SEGURADORA LÃDER DOS CONSÃRCIOS DO SEGURO DPVAT), sendo representado pela Dra. NORMA SUELY MOTA DA ROSA (OAB/PA 013173). ABERTA A AUDIÃNCIA, prejudicado o ato em face da ausÃªncia das testemunhas ministeriais e de defesa. Dada a palavra ao MP, pediu vista, inclusive para possÃvel anÃ¡lise da oferta de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal (ANPP). DELIBERAÃÃO: DÃ-SE VISTA AO MP, APÃS CONCLUSOS. Saem os presentes intimados. Nada mais havendo. Eu, ____ Eide Pantoja, auxiliar judiciÃ¡ria, conferi e assino. JUIZ DE DIREITO:____ MINISTÃRIO PÃBLICO: ____ ADVOGADA (ASSISTENTE DE ACUSAÃÃO): ___________________________________ ADVOGADO: ____ RÃU:____ PROCESSO: 00130312320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LIBIO ARAUJO MOURA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ADRINNE BIANCA SILVA DIAS. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ VaraÂ deÂ CombateÂ ao crime organizado-BelÃ©m AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Autos nÂº 0013031-23.2019.8.14.0401 (LIBRA)

Autor.....: MinistÃ©rio PÃºblico RÃ©u.....: ADRINNE BIANCA SILVA DIAS Data/hora..:Â 08/11/2021, Ã s 09h e 30min. Â TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 08 dias do mÃªs de NOVEMBRO do ano de 2021, nesta Cidade de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na Sala de AudiÃªncia da Vara de Combate ao Crime Organizado de BelÃ©m, no FÃ³rum criminal local, onde se achavam presentes o Dr. LÃBIO ARAÃJO MOURA, MM. Juiz de Direito, comigo o(a) servidor(a), abaixo assinado. Presente o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico DR. ISAIAS MEDEIROS DE OLIVEIRA (via Plataforma Microsoft Teams). Presente o Representante da Defensoria PÃºblica DR. FLORIANO BARBOSA JUNIOR (via Plataforma Microsoft Teams). ABERTA A AUDIÃNCIA, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a da rÃ© ADRINNE BIANCA SILVA DIAS. Presente(s) a(s) testemunha(s) arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico MARCIO RODRIGO GOMES QUEIROS (Identidade 41293 PM/PA) e PAULO DIEGO MADEIRA DOS SANTOS (Identidade 39518 PM/PA). Em seguida, passou-se a ouvir a Testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico MARCIO RODRIGO GOMES QUEIROS qualificado nos autos. Testemunha compromissada e advertida das penas do crime de falso testemunho (art. 342, CP). Em seguida, passou-se a ouvir a Testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico PAULO DIEGO MADEIRA DOS SANTOS qualificado nos autos. Testemunha compromissada e advertida das penas do crime de falso testemunho (art. 342, CP). AUSENTE(S) a(s) testemunha(s) arrolada(s) pelo MinistÃ©rio PÃºblico, ELIZANGELA DO SOCORRO MARQUES DOS SANTOS, que nÃ£o apresentou justificativa para sua ausÃªncia, atÃ© o momento, sendo que estava ciente conforme fl. 57. O MP INSISTE na oitiva da(s) testemunha(s) faltosa(s), o que foi deferido pelo MM. Juiz. A testemunha arrolada pelo MP, LENILSON SILVA BRITO JUNIOR, veio a Ã³bito, sendo juntada certidÃ£o comprobatÃ³ria da situaÃ§Ã£o conforme fl. 60-verso. Ao fim, o MM. Juiz proferiu a seguinte DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) Segue juntado aos autos DVD; 2) REDESIGNO AUDIÃNCIA EM CONTINUAÃÃO PARA O DIA 01 de AGOSTO de 2022, ÃS 10H; 3) Saem os presentes intimados. DISPENSADA AS ASSINATURAS AOS PRESENTES VIA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS. Nada mais havendo. Eu, ____ Eide Pantoja, auxiliar judiciÃ¡ria, conferi e assino. JUIZ DE DIREITO: MINISTÃRIO PÃBLICO (Via Plataforma Microsoft Teams) DEFENSORIA PÃBLICA (Via Plataforma Microsoft Teams) RÃ: TESTEMUNHAS ELIZANGELA DO SOCORRO MARQUES DOS SANTOS: _____ MARCIO RODRIGO GOMES QUEIROS: _____ PAULO DIEGO MADEIRA DOS SANTOS: _____ DVD PROCESSO: 00147050220208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NANCY PALMEIRA SADALLA A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 08/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ARIELTON FARIAS MARQUES. EDITAL DE CITAÃÃO - PRAZO: 15 DIAS - De ordem do Exmo. Sr. EDUARDO RODRIGUES DE MENDONÃA FREIRE, Juiz de Direito da Vara de Combate ao Crime Organizado da Comarca de BelÃ©m, Capital do Estado do ParÃ¡, na forma da lei, etc.... FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que nÃ£o tendo sido encontrado o (a) nacional ARIELTON FARIAS MARQUES, filho de Ana Maria Braz Farias e Josinei Correa Marques, nascido aos 28/10/2001, atualmente, em lugar incerto e nÃ£o sabido, dado como incurso na pena do(s) artigo(s) 33 da Lei 11.346/06, e como nÃ£o foi encontrado (a) para ser citado (a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para que o (a) denunciado (a), no prazo de 10 (dez) dias, ofereÃ§a Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o por escrito por meio de advogado habilitado, ficando desde jÃ¡ ciente que, nesta fase, poderÃ¡ arguir preliminares e alegar tudo o que interesse Ã sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimaÃ§Ã£o, quando necessÃ¡rio. NÃ£o se manifestando no prazo supra consignado, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art.Â 366 do CPP. CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI. E para que ninguÃ©m no futuro possa alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de BelÃ©m, Capital do Estado do ParÃ¡, Secretaria da Vara de Combate ao Crime Organizado, aos oito de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021).Â Eu, Nancy Sadalla, analista judiciÃ¡rio, o digitei. Nancy Palmeira Sadalla Analista JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00177268320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NANCY PALMEIRA SADALLA A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 08/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:FABRICIA DE FATIMA LIMA DOS SANTOS. EDITAL DE CITAÃÃO - PRAZO: 15 DIAS - De ordem do Exmo. Sr. EDUARDO RODRIGUES DE MENDONÃA FREIRE, Juiz de Direito da Vara de Combate ao Crime Organizado da Comarca de BelÃ©m, Capital do Estado do ParÃ¡, na forma da lei, etc.... FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que nÃ£o tendo sido encontrado o (a) nacional FABRICIA FATIMA LIMA DOS SANTOS, filha de Doroteia de FÃ¡tima Rocha Lima e Francisco JosÃ© dos Santos, nascida aos 06/02/1987, atualmente, em lugar incerto e nÃ£o

sabido, dado como incurso na pena do(s) artigo(s) 33 da Lei 11.346/06, e como nÃ£o foi encontrado (a) para ser citado (a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para que o (a) denunciado (a), no prazo de 10 (dez) dias, ofereÃ§a Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o por escrito por meio de advogado habilitado, ficando desde jÃ¡ ciente que, nesta fase, poderÃ¡ arguir preliminares e alegar tudo o que interesse Ã sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimaÃ§Ã£o, quando necessÃ¡rio. NÃ£o se manifestando no prazo supra consignado, nÃ£o comparecer, nem constituir advogado, ficarÃ£o suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produÃ§Ã£o antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisÃ£o preventiva, nos termos do disposto no art.Â 366 do CPP. CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI. E para que ninguÃ©m no futuro possa alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de BelÃ©m, Capital do Estado do ParÃ¡, Secretaria da Vara de Combate ao Crime Organizado, aos oito de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021).Â Eu, Nancy Sadalla, analista judiciÃ¡rio, o digitei. Nancy Palmeira Sadalla Analista JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00236461420158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:EDIMILSON RODRIGUES DA SILVA Representante(s): OAB 13378 - DANIEL AUGUSTO BEZERRA DE CASTILHO (ADVOGADO) OAB 15814 - ALEXANDRE CARNEIRO PAIVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALEX RENATO QUEIROZ CARVALHO Representante(s): OAB 13378 - DANIEL AUGUSTO BEZERRA DE CASTILHO (ADVOGADO) OAB 9009 - JORGE LUIZ ANJOS TANGERINO (ADVOGADO) OAB 15814 - ALEXANDRE CARNEIRO PAIVA (ADVOGADO) OAB 12993 - JOSE LUIS PEREIRA DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 19547 - RODRIGO CARDOSO DA MOTTA (ADVOGADO) OAB 22022 - ANA CAROLINE CHAVES OLEARI (ADVOGADO) DENUNCIADO:RODRIGO BEACHINI DE ANDRADE Representante(s): OAB 10191 - IRIEL DE BRITO BATISTA (ADVOGADO) OAB 12756 - THIAGO DE CARVALHO MACHADO (ADVOGADO) OAB 21359 - JOAO DURVAL DE OLIVEIRA ALMEIDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANDRE CHACON ROCHA DA COSTA Representante(s): OAB 11559 - DANIEL SENA DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 18462 - EULINA FARIAS MAIA (ADVOGADO) DENUNCIADO:TARCISIO AUGUSTO DE ANDRADE PEREIRA Representante(s): OAB 8074 - JOSE IVO CARDOSO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 2816-B - EVALDO PINTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:GELSON GOMES DE ANDRADE Representante(s): OAB 4771 - ALVARO AUGUSTO DE PAULA VILHENA (ADVOGADO) OAB 12394 - ROBERTA MELLO DE MAGALHAES SOUSA (ADVOGADO) OAB 21359 - JOAO DURVAL DE OLIVEIRA ALMEIDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:GLEICY DURAES PANTOJA Representante(s): OAB 3511 - IVELISE DO CARMO NEVES (ADVOGADO) OAB 21507 - SANDRO MANOEL CUNHA MACEDO (ADVOGADO) DENUNCIADO:CLEBER EDUARDO DE LIMA FERREIRA Representante(s): OAB 3275 - ION ELOI DE RAUJO VIDIGAL (ADVOGADO) OAB 13378 - DANIEL AUGUSTO BEZERRA DE CASTILHO (ADVOGADO) OAB 4771 - ALVARO AUGUSTO DE PAULA VILHENA (ADVOGADO) OAB 6453 - ANTONIO DOS SANTOS NETO (ADVOGADO) OAB 7014 - SALAZAR FONSECA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 15814 - ALEXANDRE CARNEIRO PAIVA (ADVOGADO) OAB 12394 - ROBERTA MELLO DE MAGALHAES SOUSA (ADVOGADO) OAB 16344 - LUIS JASSE DE FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 16504 - IGOR CORREA WEIS (ADVOGADO) OAB 17454 - MATHEUS VIANNA DIAS SANTOS (ADVOGADO) OAB 21359 - JOAO DURVAL DE OLIVEIRA ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 21505 - RAPHAEL HENRIQUE DE OLIVEIRA PEREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOAO PAULO CHOPEK Representante(s): OAB 15009 - TIAGO FERREIRA DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 13933 - GUSTAVO PASTOR DA SILVA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 16989 - MAISSA ASSUNÇÃO DA COSTA (ADVOGADO) OAB 20410 - RAFAELA CECILIA DE ALMEIDA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 28577 - LUIZE CRISTINA DE OLIVEIRA ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:MENANDRO SOUZA FREIRE Representante(s): OAB 12512 - WALDINEY FIGUEIREDO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 13974 - JOSE DE SOUZA PINTO FILHO (ADVOGADO) OAB 16883 - JURANDIR JUNIOR VALENTE DA CRUZ (ADVOGADO) DENUNCIADO:VILDEMAR ROSA FERNANDES FILHO Representante(s): OAB 13378 - DANIEL AUGUSTO BEZERRA DE CASTILHO (ADVOGADO) OAB 15814 - ALEXANDRE CARNEIRO PAIVA (ADVOGADO) OAB 12512 - WALDINEY FIGUEIREDO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22915 - AMANDA COSTA DOS SANTOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:ARLEI FIGUEIREDO ROSAS Representante(s): OAB 21359 - JOAO DURVAL DE OLIVEIRA ALMEIDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALCIDES MACHADO JUNIOR Representante(s): OAB 13378 - DANIEL AUGUSTO BEZERRA DE CASTILHO (ADVOGADO) OAB 8387 - JOSE OSMANDO FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 15814 - ALEXANDRE CARNEIRO PAIVA (ADVOGADO) OAB 13032-A - RAIMUNDO NONATO SOUSA CASTRO (ADVOGADO) OAB 19570 - LAIS OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22022 - ANA CAROLINE CHAVES OLEARI (ADVOGADO) OAB 21733 - GABRIELLA LACERDA FIGUEIREDO

(ADVOGADO) DENUNCIADO:MIRIAM SARMENTO DE OLIVEIRA DENUNCIADO:ROSANE DO AMARAL FREITAS Representante(s): OAB 14376 - DANIEL MAGALHAES LOPES (ADVOGADO) OAB 1551 - MARIA DIVONEY CARNEIRO LEDO (ADVOGADO) OAB 16160 - BARBARA CORREA LIMA (ADVOGADO) OAB 14459 - TIAGO SILVA BRITO (ADVOGADO) OAB 16976 - MAYARA CARNEIRO LEDO MACOLA (ADVOGADO) OAB 17519 - LARISSA CRISTINA FERNANDES FAGUNDES (ADVOGADO) OAB 21497 - VALERIA LIMA DE MORAES (ADVOGADO) OAB 21485 - ANA CLAUDIA PASTANA DA CUNHA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. AUTORIDADE POLICIAL:MARCOS MILEO BRASIILDPC TERCEIRO:LUIS EDILSON OLIVEIRA ARAUJO Representante(s): OAB 14459 - TIAGO SILVA BRITO (ADVOGADO) TERCEIRO:CARLOS BRUNO ARRUDA DA SILVA TERCEIRO:IRACY ROCHA COSTA. Vara de Combate ao Crime Organizado - 0023646-14.2015.8.14.0401 Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Versam os presentes autos sobre aÃ§Ã£o penal proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico contra GLEICY DURÃES PANTOJA, MIRIAM SARMENTO DE OLIVEIRA, JOÃO PAULO CHOPEK, RODRIGO BEACHINI DE ANDRADE, MENANDRO SOUZA FREIRE, ROSANE DO AMARAL FREITAS, ALCIDES MACHADO JÃNIOR, ALEX RENATO QUEIROZ CARVALHO, ANDRÃ CHACON ROCHA COSTA, ARLEI FIGUEIREDO ROSAS, CLEBER EDUARDO DE LIMA FERREIRA, EDMILSON RODRIGUES DA SILVA, TARCÃSIO AUGUSTO DE ANDRADE FERREIRA, VILDEMAR ROSA FERNANDES FILHO e GELSON GOMES DE ANDRADE. Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o, abra-se vistas Ã s partes para alegaÃ§Ãµes finais. Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Andrea Ferreira Bispo JuÃ-za de Direito Â Â Â Â GAR Meta 4/CNJ - Portaria n. 1402/2021 PROCESSO: 00275402720178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LIBIO ARAUJO MOURA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 VITIMA:J. O. A. R. N. ASSISTENTE DE ACUSACAO:E. L. C. E. I. L. Representante(s): OAB 13983 - RODRIGO TAVARES GODINHO (ADVOGADO) OAB 13378 - DANIEL AUGUSTO BEZERRA DE CASTILHO (ADVOGADO) OAB 15381 - ANDRE SILVA TOCANTINS (ADVOGADO) OAB 18938 - EUGEN BARBOSA ERICHSEN (ADVOGADO) OAB 19044 - JOAO PAULO DE KOS MIRANDA SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 23221 - MANUEL ALBINO RIBEIRO DE AZEVEDO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23994 - BRUNO SODRE LEAO (ADVOGADO) OAB 25211 - LORRAINE FERREIRA COELHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:FLAVIO MARINHO ALVES PEREIRA Representante(s): OAB 10582 - LEONARDO DO AMARAL MAROJA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JUAREZ PEREIRA BAHIA JUNIOR Representante(s): OAB 27220-B - BERNARDO ARAUJO DA LUZ (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCUS OTAVIO SOUSA DE MELO Representante(s): OAB 18307 - CARLOS FELIPE ALVES GUIMARAES (ADVOGADO) OAB 7504 - MARCELO PONTE FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 19742 - FRANCISCO OTAVIO GONÇALVES DE MELO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 19922 - IVANILDO FERREIRA ALVES (ADVOGADO) OAB 19735 - BRUNO ALEX SILVA DE AQUINO (ADVOGADO) OAB 4389 - FRANCISCO OTAVIO GONCALVES DE MELO (ADVOGADO) OAB 24657 - MARIANA DE SOUZA MARTINS (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCELO DE AVIZ MIRANDA Representante(s): OAB 11495 - WALDER PATRICIO CARVALHO FLORENZANO (ADVOGADO) OAB 18546 - EDGAR LIMA FLORENTINO (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCOS ROBERTO MACIEL AIRES Representante(s): OAB 8269 - PAULO DE TARSO DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 20677 - JOSE DA COSTA TOURINHO NETO (ADVOGADO) OAB 22010 - TIAGO DA SILVA NUNES (ADVOGADO) DENUNCIADO:AMANDA RABELO DE MELO Representante(s): OAB 7756 - LUIZ ANTONIO CUNHA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 7960 - HILDEMAN ANTONIO ROMERO COLMENARES JR (ADVOGADO) OAB 21906 - EDIEL GAMA LOPES (ADVOGADO) DENUNCIADO:DENISE CRISTINA FERREIRA SANTANA Representante(s): OAB 10582 - LEONARDO DO AMARAL MAROJA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARLEIDE RODRIGUES CARDOSO Representante(s): OAB 21248 - ADRIAN WILLIAM CASCAES CAMPELO (ADVOGADO) PROMOTOR:GRUPO DE ATUACAO ESPECIAL GAECO. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o teor da certidÃ£o de fl. 860, em relaÃ§Ã£o Ã testemunha JoÃ£o CorrÃªa Rodrigues, dÃª-se vista Ã s partes para indicar novo endereÃ§o e/ou manifestaÃ§Ã£o sobre interesse em ouvi-la; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a inquiriÃ§Ã£o ou nÃ£o da referida testemunha prejudica o prosseguimento da instruÃ§Ã£o, nÃ£o havendo tempo hÃ¡bil na hipÃ³tese de indicaÃ§Ã£o de novo endereÃ§o, renovem-se as diligÃªncias para o dia 31/01/2022 Ã s 10h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C, expedindo o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, data cadastrada no sistema. Â Â Â Â Â Â LÃ-bio AraÃºjo MouraÂ Juiz de Direito PÃ¡gina de 1 PROCESSO: 00307508620178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: J. B. A. C. VITIMA: A. C. B. INDICIADO: T. S. M. INDICIADO: L. P. F. INDICIADO: M. S. B. INDICIADO: R. R. C. INDICIADO: J. C. F. S. INDICIADO: C. F. M. INDICIADO: M. M. S. C. INDICIADO: C. M. J.

SECRETARIA DA 2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Proc. nº 0000946-39.2018.8.14.0401. Denunciado(s): J.A.C.F.F.T. (ADVOGADO PARTICULAR). Advogado(s): MARCO AURELIO DE MELO NOGUEIRA, OAB/PA 19769 E LYLIAN LEAL GARCIA, OAB/PA 21044. ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇ¿O DE ADVOGADO PARA AUDIÊNCIA. Nos termos do provimento n. 006/2006-CJRMB, INTIMO o(s) advogado(s) do(s) denunciado(s) acima epigrafado(s) para comparecer a audiência de Instruç¿o e Julgamento **designada para o dia 01/12/2021, às 10:00h e 10h**. Belém(PA), 09 de novembro de 2021. Fernanda Quinderé T. Batista, Analista Judiciário da 2ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém.

2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Processo nº 00137038620188140006. ATO ORDINATÓRIO ¿ INTIMAÇÃO DE ADVOGADO. Nos termos do Provimento nº 006/2006-CJRMB, fica intimado o advogado JOSÉ AUGUSTO COLARES BARATA (OAB/PA Nº 16.932), do seguinte despacho do Juízo da 2ª Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes: DECISÃO Considerando a intempestividade do recurso em sentido estrito de fls. 154/159, devidamente certificada à fl. 162, deixo de receber o recurso interposto. Intimem-se e cumpra-se. Belém, 22 de outubro de 2021. SUAYDEN FERNANDES SILVA SAMPAIO Juiz(a) de Direito titular da 2ª Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes.

Belém/PA, 09 de novembro de 2021.

Secretaria da 2ª Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes. Vital Gomes Rodrigues, Analista Judiciário, matrícula nº 111.953.

FÓRUM DE ICOARACI

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

RESENHA: 08/11/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI PROCESSO: 00025636520118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDNA MARIA DE MOURA PALHA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 AUTOR:PAULO CESAR PENA COIMBRA Representante(s): OAB 5568-E - ALIDA SWAMY BENTO DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 4315 - EMANUEL DE JESUS CAMPOS (ADVOGADO) OAB 29967 - RUBENS JOSÉ GARCIA PENA JUNIOR (ADVOGADO) REU:IGOR FERNANDO LIMA PACHECO Representante(s): OAB 8796 - EDNILSON GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) . PROCESSO nÂº. 0002563-65.2011.8.14.0201 EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: PAULO CESAR PENA COIMBRA EXECUTADO: IGOR FERNANDO LIMA PACHECO DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Certifique a Secretaria Judicial sobre o cumprimento do item 3 da decisÃ£o de fl. 55. 2.Â Â Â Â Â Somente apÃ³s, voltem conclusos. Distrito de Icoaraci, 08 de Novembro de 2021 EDNA MARIA DE MOURA PALHA JuÃ-za de Direito respondendo pela 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00038957720108140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDNA MARIA DE MOURA PALHA A??o: Busca e Apreensão em: 08/11/2021 AUTOR:BANCO MERCEDES BENS DO BRASIL Representante(s): OAB 45.335 - RAFAEL CORDEIRO DO REGO (ADVOGADO) OAB 49802 - ROBERTA SIMONE SERVELO DE FREITAS (ADVOGADO) OAB 32698 - FERNANDO DALLA PALMA ANTONIO (ADVOGADO) OAB 20013-A - ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI (ADVOGADO) OAB 33.670 - LUCAS DE HOLANDA CAVALCANTI CARVALHO (ADVOGADO) REU:DANDOLINI E PEPER LTDA. PROCESSO nÂº 0003895-77.2010.8.14.0201 CUMPRIMENTO DE SENTENÃA EXEQUENTE: BANCO MERCEDES BENZ DO BRASIL EXECUTADO: DANDOLINI E PEPER LTDA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise aos autos, verifico tratar-se de processo sentenciado (fl. 141), com trÃ¢nsito em julgado (fl. 142, v). A parte autora, ora exequente, requereu em 13/10/2021 a abertura da fase de cumprimento de sentenÃ§a (fls. 170/173) em virtude de nÃ£o ter havido cumprimento espontÃ¢neo pelo executado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em espÃ©cie, foi ultimado o processo de conhecimento em meio fÃ-sico, portanto, a execuÃ§Ã£o dar-se-Ã¡ de forma eletrÃ´nica (distribuÃ-da por dependÃªncia), digitalizando as peÃ§as necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã que no Ã¢mbito desta unidade judiciÃ¡ria do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ encontra-se implantado o Sistema PJE de tramitaÃ§Ã£o do processo judicial eletrÃ´nico desde 28/11/2016, em face de que nÃ£o mais se admite petiÃ§Ã£o inicial que nÃ£o seja registrada diretamente no prÃ³prio sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, o Provimento Conjunto nº 002/2018-CJRMB/CJCI, de 25/01/2018, que regula a destinaÃ§Ã£o a ser dada Ã s petiÃ§Ãµes iniciais nÃ£o registradas diretamente no Sistema PJE, nas varas onde esse sistema jÃ¡ tenha sido implantado, estabeleceu que: Â¿Art. 1º. Nas varas em que jÃ¡ esteja implementado o Processo Judicial eletrÃ´nico - PJE, as petiÃ§Ãµes iniciais protocoladas fora do Sistema serÃ£o devolvidas aos seus signatÃ¡rios, os quais deverÃ£o ser intimados, via DiÃ¡rio de JustiÃ§a, para providenciarem a sua retirada, no prazo de 10 (dez) dias Ãºteis, ou solicitarem o seu envio pelo correio, mediante o pagamento das respectivas custas.Â¿ ParÃ¡grafo Ãºnico. A nÃ£o retirada da petiÃ§Ã£o no prazo estipulado no caput deste artigo, importarÃ¡ o seu arquivamento, o qual sÃ³ serÃ¡ desarquivada apÃ³s o pagamento das respectivas custas. (grifei) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, nÃ£o hÃ¡ como ser dado seguimento ao cumprimento de sentenÃ§a nos presentes autos fÃ-sicos, cabendo a parte exequente ingressar com o cumprimento de sentenÃ§a por meio do sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, INDEFIRO o processamento do pedido de cumprimento de sentenÃ§a de fls. 170/173 nestes autos fÃ-sicos, tendo em vista a data de seu ingresso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devolva-se a petiÃ§Ã£o inicial do cumprimento de sentenÃ§a ao seu signatÃ¡rio, intimando-se seu patrono judicial para providenciar a sua retirada, no prazo de 10 (dez) dias Ãºteis, ou solicitar o seu envio pelo correio, mediante o pagamento das respectivas custas, sob pena de arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Uma vez escoado o prazo recursal e ainda que nÃ£o retirada a petiÃ§Ã£o no prazo estipulado, proceda-se o arquivamento do processo, com observÃ¢ncia das formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 05 de novembro de 2021. EDNA MARIA DE MOURA PALHA JuÃ-za de Direito respondendo pela 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00053982320128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

CHRISTIANE BRUNO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 AUTOR:TRAMONTINA BELEM S/A Representante(s): OAB 6158 - RAIMUNDO KULKAMP (ADVOGADO) OAB 14274 - ANDREA KULKAMP (ADVOGADO) REU:WEXAR PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA REU:NCOLAU DOSTOIEVSKI ALBUQUERQUE WARIS Representante(s): OAB 22887 - MANOEL BARBOSA SILVA (ADVOGADO) REU:WALMIR DA SILVA PASTANA REU:MARIO DEMIDOVITCH ALBUQUERQUE WARIS REU:CECILIA DEMITRIEVNA DE ALBUQUERQUE WARIS Representante(s): OAB 16156 - NICOLAU DOSTOIEVSKI ALBUQUERQUE WARIS (ADVOGADO) REU:DOROTHY DE ALBUQUERQUE WARIS Representante(s): OAB 16156 - NICOLAU DOSTOIEVSKI ALBUQUERQUE WARIS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m e de acordo com o que dispÃµe o Art. 152, VI, do NCPC: Intimo a Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, recolher duas custas para o envio de documento via eletrÃ´nica pelo SISBAJUD e RENAJUD, ou, requeira o que entender de direito, para o regular prosseguimento do feito. Decorrido o prazo acima assinalado, sem manifestaÃ§Ã£o, independentemente de novo Ato OrdinatÃ³rio, serÃ¡ feito a sua intimaÃ§Ã£o pessoal, via postal, com o mesmo propÃ³sito. Â BelÃ©m (PA), 08 de novembro de 2021. CHRISTIANE BRUNO Analista JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00068145520148140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDNA MARIA DE MOURA PALHA A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA Representante(s): OAB 7891 - CARLOS ALBERTO SILVA MEGUY (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 119859 - RUBENS GASPAR SERRA (ADVOGADO) . PROCESSO nÂº 0006814-55.2014.8.14.0201 CUMPRIMENTO DE SENTENÃA EXEQUENTE: RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA EXECUTADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise aos autos, verifico tratar-se de processo sentenciado (fl. 70), com trÂ¢nsito em julgado (fl. 74). A parte autora, ora exequente, requereu em 13/07/2021 a abertura da fase de cumprimento de sentenÃ§a (fls. 78/82) em virtude de nÃ£o ter havido cumprimento espontÂ¢neo pelo executado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em espÃ©cie, foi ultimado o processo de conhecimento em meio fÃ-sico, portanto, a execuÃ§Ã£o dar-se-Ã¡ de forma eletrÃ´nica (distribuÃ-da por dependÃªncia), digitalizando as peÃ§as necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã que no Ã¢mbito desta unidade judiciÃ¡ria do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ encontra-se implantado o Sistema PJE de tramitaÃ§Ã£o do processo judicial eletrÃ´nico desde 28/11/2016, em face de que nÃ£o mais se admite petiÃ§Ã£o inicial que nÃ£o seja registrada diretamente no prÃ³prio sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, o Provimento Conjunto nÂº 002/2018-CJRMB/CJCI, de 25/01/2018, que regula a destinaÃ§Ã£o a ser dada Ã s petiÃ§Ãµes iniciais nÃ£o registradas diretamente no Sistema PJE, nas varas onde esse sistema jÃ¡ tenha sido implantado, estabeleceu que: Â¿Art. 1Âº. Nas varas em que jÃ¡ esteja implementado o Processo Judicial eletrÃ´nico - PJE, as petiÃ§Ãµes iniciais protocoladas fora do Sistema serÃ£o devolvidas aos seus signatÃ¡rios, os quais deverÃ£o ser intimados, via DiÃ¡rio de JustiÃ§a, para providenciarem a sua retirada, no prazo de 10 (dez) dias Ãºteis, ou solicitarem o seu envio pelo correio, mediante o pagamento das respectivas custas.Â¿ ParÃ¡grafo Ãºnico. A nÃ£o retirada da petiÃ§Ã£o no prazo estipulado no caput deste artigo, importarÃ¡ o seu arquivamento, o qual sÃ³ serÃ¡ desarquivada apÃ³s o pagamento das respectivas custas. (grifei) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, nÃ£o hÃ¡ como ser dado seguimento ao cumprimento de sentenÃ§a nos presentes autos fÃ-sicos, cabendo a parte exequente ingressar com o cumprimento de sentenÃ§a por meio do sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, INDEFIRO o processamento do pedido de cumprimento de sentenÃ§a de fls. 78/82 nestes autos fÃ-sicos, tendo em vista a data de seu ingresso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devolva-se a petiÃ§Ã£o inicial do cumprimento de sentenÃ§a ao seu signatÃ¡rio, intimando-se seu patrono judicial para providenciar a sua retirada, no prazo de 10 (dez) dias Ãºteis, ou solicitar o seu envio pelo correio, mediante o pagamento das respectivas custas, sob pena de arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Uma vez escoado o prazo recursal e ainda que nÃ£o retirada a petiÃ§Ã£o no prazo estipulado, proceda-se o arquivamento do processo, com observÂ¢ncia das formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci-BelÃ©m/PA, 05 de novembro de 2021. EDNA MARIA DE MOURA PALHA JuÃ-za de Direito respondendo pela 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci

SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0801759-80.2020.8.14.0201

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO de RAIMUNDO VIEIRA FEITOSA**, brasileiro(a), casado(a), nascido(a) aos 28/06/1941, portador(a) do RG nº 5213610 PC/PA e CPF nº 003.490.462-04; filho(a) de João Vieira Feitosa e Beatriz Bandeira dos Santos, cujo registro de casamento foi feito sob o nº 4685, Liv B-6, Fls. 152 V, no Cartório de Registro Civil de Val de Cães, Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ALVARO ERNANI FEITOSA DA LUZ**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 327015 MAER/PA e CPF nº 159.244.592-68, residente e domiciliado(a), no Conjunto Mendara I, nº 504, Quadra T, CEP: 66.615-600, Marambaia, Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801759-80.2020.8.14.0301), tendo como autor (a) **ALVARO ERNANI FEITOSA DA LUZ** e como interditando (a) **RAIMUNDO VIEIRA FEITOSA,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos vinte (20) dias do mês de outubro do ano de dois e vinte e um (2021). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0800958-33.2021.8.14.0201

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO de MARIA CRISTINA CARDOSO DE SOUSA**, brasileiro(a), nascido(a) aos 27/10/1943, portador(a) do RG nº 1507425 PC/PA e CPF nº 251.934.732-53; filho(a) de Manoel Cardoso e Rita Siqueira de Jesus, cujo registro de casamento foi feito sob o nº 9970, Liv 36, Fls. 179 V, no Cartório de Registro Civil de Val de Cães, Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **PAULO VITOR PINHEIRO SOARES**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 2455368 MTE/PA e CPF nº 948.910.442-68, residente e domiciliado(a), no Conjunto Cohab, Travessa L-2, nº 241, CEP: 66.813-620, Campina/Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a

sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0800958-33.2021.8.14.0301), tendo como autor (a) **PAULO VITOR PINHEIRO SOARES** e como interditando (a) **MARIA CRISTINA CARDOSO DE SOUSA,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos vinte e um (21) dias do mês de outubro do ano de dois e vinte e um (2021). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0801908-76.2021.8.14.0201

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO de ALDREN COSTA BAIA**, brasileiro(a), nascido(a) aos 12/04/2001, portador(a) do RG nº 5863216 PC/PA e CPF nº 010.202.662-95; filho(a) de Aldo Sergio da Silva Baia e Renata Quiteria Costa Lima, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 438732, Liv.623-A, Fls.85, no Cartório de Registro Civil do 2º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ALDO SERGIO DA SILVA BAIA**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 1330599 SSP/PA e CPF nº 373.399.402-78, residente e domiciliado(a), no Conjunto Ariri Bolonha, Avenida Central, nº 02, Quadra 56, CEP: 66.650-520, Coqueiro/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801908-76.2020.8.14.0201), tendo como autor (a) **ALDO SERGIO DA SILVA BAIA** e como interditando (a) **ALDREN COSTA BAIA,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos vinte e oito (28) dias do mês de outubro do ano de dois e vinte e um (2021). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0801406-06.2021.8.14.0201

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO de ICIGÊNIA DA LUZ SAMPAIO**, brasileiro(a), nascido(a) aos 03/07/1935, portador(a) do RG nº 1321517 PC/PA e CPF nº 118.384.002-06; filho(a) de Emanuel Patrocínio Sampaio e Leonor Ferreira Sampaio, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 26734, Liv. 33, Fls.162, no Cartório de Registro Civil do 2º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **THAMIRES CONCEIÇÃO FERREIRA MENDES**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 5590087 PC/PA e CPF nº 006.373.332-33, residente e domiciliado(a), na Rua Oito de Maio, Passagem Teófilo Moura nº 17, Campina, CEP: 66.813-560, Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801406-06.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **THAMIRES CONCEIÇÃO FERREIRA MENDES** e como interditando (a) **ICIGÊNIA DA LUZ SAMPAIO,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos vinte e oito (28) dias do mês de outubro do ano de dois e vinte e um (2021). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0800012-61.2021.8.14.0201

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO de ANA CLAUDIA PANTOJA GONÇALVES**, brasileiro(a), nascido(a) aos 18/01/1974, portador(a) do RG nº 2408575 PC/PA e CPF nº 567.338.362-20; filho(a) de Alexandre Gonçalves e Ana Maria Pantoja Gonçalves, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº de matrícula única 1394510255 1974 1 00013 107 0005709, no Cartório de Registro Civil de Barcarena/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ALEXANDRE PANTOJA GONÇALVES**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 1715296 PC/PA e CPF nº 590.679.932-04, residente e domiciliado(a), na Rua Siqueira Mendes nº 594-B, CEP: 66.812-460, Ponta Grossa/Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0800012-61.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **ALEXANDRE PANTOJA GONÇALVES** e como interditando(a) **ANA CLAUDIA PANTOJA CONÇALVES,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos oito (08) dias do mês de novembro do ano de dois e vinte e um (2021). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

FÓRUM DE MOSQUEIRO

SECRETARIA DA VARA CIVEL E CRIMINAL DISTRITAL DE MOSQUEIRO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

VARA DISTRITAL DE MOSQUEIRO

Rua XV de Novembro, nº 23, Vila, Mosqueiro/PA - CEP 66910-970

E-mail: 1mosqueiro@tjpa.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO

(Prazo: 15 (quinze) dias)

PROCESSO Nº 0800774-50.2021.8.14.0501

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ACUSADOS: THIARLISSON JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA, LUIZ GUILHERME CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA, ELIZANDRA NAYARA MAGNO SILVA RODRIGUES

E VINÍCIUS DIEGO DA SILVA BARATA

ADVOGADOS:

- AFONSO HENRIQUE REBELO FURTADO - OAB PA19.197
- LEANDRO DE AZEVEDO VASQUES - OAB PA29231
- LUCAS MORGADO DOS SANTOS - OAB 27487
- GLAUCIA RODRIGUES BRASIL OLIVEIRA - OAB PA20965
- LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS OLIVEIRA - OAB PA22709

CAPITULAÇÃO PENAL PROVISÓRIA: ART. 157, §3º, II, C/C ART. 14, II, DO CP.

O MM. JOÃO PAULO SANTANA NOVA DA COSTA, JUIZ DE DIREITO TITULAR

DA VARA DISTRITAL DE MOSQUEIRO, COMARCA DA CAPITAL, NO USO DE

SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ETC.

FAZ SABER, a todos quantos lerem ou tiverem conhecimento do presente edital, que **VINÍCIUS DIEGO DA SILVA BARATA,** alcunha ¿Vini¿, brasileiro, paraense, natural de Belém, nascido em 06/11/2000, portador da cédula de identidade RG nº 796748-0 PC/PA e CPF nº 027.172.662-83, filho de Deyse Bernadete Reis da Silva e José Mamédio dos Santos Barata, residente e domiciliado na Juvêncio Silva, nº 21, Bairro Vila, Mosqueiro, Belém/PA;**,** atualmente em lugar incerto e não sabido, foi denunciado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, tendo como imputação a conduta tipificada tipificada no

art. 213, caput, dp CPB, nos autos da AÇÃO PENAL 0001363-12.2020.814.0501 ¿ PJE, e, como não foi encontrado no endereço constante dos autos a fim de ser citado pessoalmente, expediu-se o presente **EDITAL DE CITAÇÃO**, para que apresente, por meio de advogado, resposta a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, o denunciado poderá arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar, as provas que pretendem produzir e arrolar testemunhas.

Mosqueiro ¿ Belém / PA, 05 de Novembro de 2021.

GABRIELA DOS SANTOS VIDEIRA SAUMA

Analista Judiciário

FÓRUM DE ANANINDEUA

DIRETORIA DO FÓRUM DE ANANINDEUA

PORTARIA Nº 083/2021 - DFA

Dr**. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ**, Juiz de Direito e Diretor do Fórum da Comarca de Ananindeua**,** no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO o expediente PA-MEM-2021-40500A.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidor **PAULA CRISTINA GOMES CUIMAR**, Analista Judiciário, Mat. 112143, para responder pela Direção da secretaria da 4ª Vara Criminal de Ananindeua, no período de 20/10/2021 a 22/10/2021, retroagindo seus efeitos ao período suso assinalado.

.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Ananindeua, 08 de Novembro de 2021.

CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ

Juiz de Direito e Diretor do Fórum

Comarca de Ananindeua.

SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA

RESENHA: 27/10/2021 A 31/10/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE ANANINDEUA - VARA: 1ª VARA DE FAMILIA DE ANANINDEUA PROCESSO: 00035557320178140063 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 27/10/2021 REQUERENTE:A. B. Representante(s): OAB 16819 - SILENE CASTELO BRANCO DA FONSECA (ADVOGADO) REQUERIDO:L. G. S. Representante(s): OAB 22351 - LEILIANE BARBOSA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 108500B - EDENIR GOMES DOS SANTOS VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:J. A. S. Representante(s): OAB 22351 - LEILIANE BARBOSA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 108500B - EDENIR GOMES DOS SANTOS VIEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ANANINDEUA - 1Âª VARA DE FAMILIA PROCESSO: 0003555-73.2017.814.0006 AÃÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÃÃO DE UNIÃO ESTÃVEL POST MORTEM REQUERENTE: ADILSON BRITO. REQUERIDOS: LINDALVA GOMES DOS SANTOS e JOSÃ ANTONIO DOS SANTOS. Â TERMO DE AUDIÃNCIA Aos vinte e sete dias do mÃªs de outubro do ano de dois mil e vinte e um, Ã s 10h00min, deu-se inÃ-cio Ã presente audiÃªncia virtual, que visa a realizaÃ§Ã£o da AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO por videoconferÃªncia, conforme autorizaÃ§Ã£o contida na Portaria Conjunta nÂº 12/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 22 de maio de 2020 e nos arts. 236, Â§ 3Âº e 334, Â§ 7Âº do CPC e art. 46, da Lei nÂº 13.140/2015. ENCONTRAM-SE PRESENTES NESTA SALA VIRTUAL, Dr. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ, Juiz de Direito, alÃ©m da Conciliadora JudiciÃ¡ria Milene Zagallo, o requerente, acompanhado de sua advogada Dra. Silene Castelo Branco da Fonseca (OAB/PA 16819), os requeridos, acompanhados de sua advogada Dra. Leiliane Barbosa de Souza (OAB/PA 22351), e a ausÃªncia do requerido. A gravaÃ§Ã£o ficarÃ¡ armazenada junto aos autos. DEU-SE INÃCIO Ã AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO POR MEIO DE GRAVAÃÃO DE ÃUDIO E VÃDEO. O juiz passou a ouvir o requerente ADILSON BRITO. Em seguida, foi ouvida a requerida, LINDALVA GOMES DOS SANTOS, apÃ³s o requerido JOSÃ ANTONIO DOS SANTOS. Em seguida, foram ouvidas as testemunhas, BENILMA GUTERRES NOGUEIRA, RG 4396321. MAGNO GUEDES CHAGAS. CARMEM LÃCIA SOARES MORAIS. JUCIVALDO CARDOSO PALHETA CNH 00322241323. JOSELMA GOMES DOS SANTOS FRANCO RG 310808. PASSOU O JUIZ A DELIBERAR: Considerando a manifestaÃ§Ã£o das partes de que nÃ£o hÃ¡ outras provas a produzir, tampouco testemunhas, DECLARO ENCERRADA A INSTRUÃÃO PROCESSUAL. Digam Ã s partes as suas RAZÃES FINAIS, no prazo sucessivo de 15 dias. Exaurido o prazo assinalado, certifique-se o que houver e retorne conclusos. Cientes os presentes. Nada mais mandou o MM. Juiz de Direito encerrar o presente que vai devidamente assinado. Eu, Milene Zagallo, Conciliadora JudiciÃ¡ria, o digitei. Â CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua PROCESSO: 00042520820168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 27/10/2021 REQUERENTE:A. B. P. C. Representante(s): OAB 13775 - LARISSA DE ALMEIDA BELTRAO ROSAS (DEFENSOR) REPRESENTANTE:A. P. C. REQUERIDO:A. S. C. G. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A.B.P.D.C, representada por ALINHE PINTO DA CONCEIÃÃO, por intermÃ©dio da Defensoria PÃºblica, qualificada na inicial, ajuizou a presente AÃ§Ã£o de InvestigaÃ§Ã£o de Paternidade C/C RetificaÃ§Ã£o de Registro, em desfavor de A.S.D.C.G, por seu Curador Especial, filha do investigado CASSIO GARCEZ BISERRA (falecido). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alegou a investigante que sua genitora conviveu em uniÃ£o estÃ¡vel com o investigado por 3 (trÃªs) anos, atÃ© a data do falecimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DispÃ´s que Ã Ã©poca do falecimento do companheiro de sua mÃ£e, encontrava-se grÃ¡vida do 2Âº mÃªs de gestaÃ§Ã£o, o que impossibilitou o registro posterior. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatou que durante a uniÃ£o de sua genitora com o suposto pai, nÃ£o constituÃ-ram bens. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu, por fim, a declaraÃ§Ã£o da paternidade em relaÃ§Ã£o ao investigado, com seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos (fls. 05-09). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebida a inicial, foi nomeado representante da Defensoria para que atuasse como curador da parte rÃ©, que apresentou a contestaÃ§Ã£o por negativa geral (fl. 17/19). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como antecipaÃ§Ã£o de prova, foi realizada a coleta do material genÃ©tico (fl. 26), o Laudo de exame de DNA, que concluiu que o rÃ©u nÃ£o Ã© pai biolÃ³gico do investigante (fl. 29/38). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes se manifestaram sobre o Laudo de DNA, requerendo o prosseguimento do feito (fls. 40-41). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Remetidos os autos ao representante do parquet, este pugnou pela improcedÃªncia da aÃ§Ã£o (fl. 43-44). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o

RelatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A.B.P.D.C. ajuizou a presente AÃ§Ã£o de InvestigaÃ§Ã£o de Paternidade, forte na Lei 8.560/92, visando aferir a existÃªncia de vÃ-nculo biolÃ³gico com o suposto pai falecido CASSIO GARCEZ BISERRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mÃ©rito, analisando detidamente as provas produzidas nos autos, verifico que a atual situaÃ§Ã£o do processo, permite a este juÃ-zo o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Efetuado exame pericial, o resultado foi de que o requerido nÃ£o Ã© o pai biolÃ³gico da investigante. Portanto, atesta o exame resultado negativo de paternidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exame negativo de DNA propicia a dispensa de qualquer outra prova para confirmar ou negar a paternidade. A probabilidade apresentada possibilita a afirmaÃ§Ã£o categÃ³rica de que o rÃ©u nÃ£o Ã© o pai da autora, autorizando a aplicaÃ§Ã£o do disposto no art. 355, I do novo CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os Tribunais ao enfrentarem a matÃ©ria se manifestaram da seguinte forma: Â¿Tendo o magistrado elementos suficientes para o esclarecimento da questÃ£o, fica o mesmo autorizado a dispensara produÃ§Ã£o de quaisquer outras provas, ainda que jÃ¡ tenha saneado o processo, podendo julgar antecipadamente a lide, sem que isso configure cerceamento de defesaÂ¿ (STJ-6Âª TURMA, RESP 57.861-GO, REL. MIN. ANSELMO SANTIAGO) NULIDADE DA SENTENÃA. CARÃNCIA DE FUNDAMENTAÃÃO. INOCORRÃNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CABIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO VERIFICADO. EXAME DE DNA. IRREGULARIDADE. AUSÃNCIA DE IMPUGNAÃÃO TEMPESTIVA. LAUDO DO EXAME QUE AFASTA A PATERNIDADE. RESULTADO CONCLUSIVO. 1. A decisÃ£o que apresente fundamentaÃ§Ã£o sucinta, porÃ©m concisa, nÃ£o Ã© desprovida de motivaÃ§Ã£o, conforme dispÃµe o art. 165 do CPC, inexistindo assim, violaÃ§Ã£o ao art. 93, IX, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â 2. O julgamento antecipado da lide nÃ£o caracteriza violaÃ§Ã£o ao princÃ-pio do contraditÃ³rio e da ampla defesa, e, por conseqÃ¼Ãªncia, nÃ£o implica em cerceamento de defesa, eis que a matÃ©ria de fato jÃ¡ se encontra esclarecida e nÃ£o necessita de dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria. Â 3. Apesar de oportunizada a manifestaÃ§Ã£o das partes acerca do resultado do exame de DNA, os litigantes permaneceram silentes, de modo que a discussÃ£o inerente ao laudo pericial foi atingida pelos efeitos da preclusÃ£o.Â 4. O exame de DNA Ã© o meio de prova apto e de inequÃ-voca confiabilidade para o fim de ser aferida a existÃªncia ou nÃ£o de relaÃ§Ã£o de paternidade biolÃ³gica entre ascendente e descendente. Â 5. Levando-se em conta a inexistÃªncia de elementos aptos a desconstituir o laudo pericial, que concluiu pela inexistÃªncia de relaÃ§Ã£o de paternidade entre as partes, deve o exame de DNA ser tido como suficiente para solucionar a questÃ£o objeto da presente demanda. 6. Recurso conhecido e nÃ£o-provido. APELAÃÃO CÃVEL N.Âº 377.513-7, DE WENCESLAU BRAZ - VARA ÃNICA. APELANTE : W. S. APELADO : P. S. P. P.Â RELATOR : DES. FERNANDO WOLFF BODZIAK AÃÃO DE INVESTIGAÃÃO DE PATERNIDADE. ALIMENTOS.Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, o exame de DNA nÃ£o deixa dÃºvidas sobre a questÃ£o, por se tratar de prova tÃ©cnica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, verifico que as partes se manifestaram sobre o Laudo de DNA, inclusive, a parte RÃ© nÃ£o o impugnou, pretendendo o prosseguimento do feito, nÃ£o havendo, portanto, elementos aptos a desconstituir a sua validade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mesmo sentido, a representante do MinistÃ©rio PÃºblico, em sua manifestaÃ§Ã£o final, pugnou pela improcedÃªncia do pedido diante da ausÃªncia de vÃ-nculo genÃ©tico entre autora e investigado (fl. 43-44). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, restou comprovado nos autos, diante do Laudo genÃ©tico de DNA, que a requerente nÃ£o Ã© filha do investigado, devendo serem julgados improcedentes os pedidos, ante a inexistÃªncia de vÃ-nculo biolÃ³gico, e, ainda, da impossibilidade da existÃªncia de relaÃ§Ã£o socioafetiva, vez que o investigado faleceu antes do nascimento da autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e em atenÃ§Ã£o Ã manifestaÃ§Ã£o ministerial, julgo improcedentes os pedidos formulados na presente AÃ§Ã£o de InvestigaÃ§Ã£o de Paternidade cumulada com RetificaÃ§Ã£o de Registro, por conseguinte, extingo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, forte no art. 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a autora Ã s custas e honorÃ¡rios, estes que fixo em R$ 800,00, destinado ao Fundo da Defensoria PÃºblica, que ficam suspensa a sua exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§ 3Âº, codex processual pÃ¡trio, por ser beneficiÃ¡ria da gratuidade judiciÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado, arquivem-se com as cautelas de praxe. Ananindeua, 26 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua.

RESENHA: 01/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE ANANINDEUA - VARA: 1ª VARA DE FAMILIA DE ANANINDEUA PROCESSO: 00007842619928140006 PROCESSO ANTIGO: 199210006638 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE

MELO QUEIROZ A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 09/11/2021 AUTOR:MARIA DE JESUS GOMES AMORIM Representante(s): DEFENSORIA PUBLCA (DEFENSOR) DEFENSORIA PUBLCA (DEFENSOR) REU:ODEMIR QUEIROZ DE OLIVEIRA Representante(s): ISAAC PEREIRA MAGALHAES JUNIOR (ADVOGADO) ISAAC PEREIRA MAGALHAES JUNIOR (ADVOGADO) AUTOR:DENILDA SUELLEM DE OLIVEIRA AGUIAR Representante(s): OAB 22115 - JEFFERSON VIEIRA DA SILVA (ADVOGADO) . Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As fls.33, a parte autora veio aos autos requerer a expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao INSS, informando seus novos dados bancÃ¡rios, os quais doravante deverÃ£o ser usados para o depÃ³sito da pensÃ£o alimentÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu, ainda, que seja oficiado a Petrobras, para que verifique a regularidade do repasse dos valores a ser descontado do requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da anÃ¡lise dos autos, nÃ£o restou claro o que de fato a suplicante sustenta e requer quanto a Â¿regularidade dos repassesÂ¿ realizados pela PETROS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante isso, determino que a autora seja intimada, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, esclareÃ§a a este juÃ-zo o que de fato quer dizer e pedir no que tange a PETROS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo assinalado, certifique-se e junte-se o que houver, vindo os autos concluso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua-PA, 09 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00025428420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:W. C. N. REQUERENTE:W. S. C. N. REPRESENTANTE:S. N. C. Representante(s): CASSIO BITAR VASCONCELOS (DEFENSOR) REQUERIDO:L. F. S. N. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Cumprimento de SentenÃ§a de Alimentos, forte no Â§3Âº do art. 528, do CPC, formulada por W.C.N. e W.S.C.N., representados por SUELLEN NASCIMENTO CHAVES, pela Defensoria PÃºblica, em face de LUIZ FRANKLIM DA SILVA NAY. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos aos autos (04/09). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o do requerido para pagar o dÃ©bito alimentar, sob pena de constriÃ§Ã£o pessoal (fl. 10), este intimado nÃ£o comprovou o pagamento da dÃ-vida cobrada (fl. 13). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia para tentativa de conciliaÃ§Ã£o, ambas as partes nÃ£o compareceram ao ato (fl. 21). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decretada a prisÃ£o civil do requerido (fl. 22/23), este nÃ£o fora encontrado, constando da certidÃ£o de fl. 34 que mudou de domicÃ-lio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instada a se manifestar, para atualizar o endereÃ§o do requerido, a Defensoria informou que nÃ£o conseguiu contato com sua assistida (fls. 35v.). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora (fl. 38), que, intimada pessoalmente (fl. 39), nÃ£o demonstrou o seu interesse no prosseguimento do processo, nem atualizou o endereÃ§o do demandado (certidÃ£o de fl. 40). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MP pugnou pela extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito (fl. 41/42). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o suficiente RelatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifica-se dos autos que hÃ¡ mais de 2 anos nÃ£o se tem notÃ-cia de manifestaÃ§Ã£o da parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O que se tem no presente caso, Ã© que a demandante intimada a demonstrar o seu interesse no prosseguimento do feito, cumprir a determinaÃ§Ã£o desse juÃ-zo - atualizar o endereÃ§o do requerido -, sob a advertÃªncia de que sua inÃ©rcia acarretaria a extinÃ§Ã£o do feito, deixou o seu prazo escoar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalta-se que tanto o seu defensor, quanto a prÃ³pria exequente foram intimados para que demonstrassem interesse no prosseguimento do feito e, acaso afirmativo, atualizassem o endereÃ§o do demandado, sob pena de extinÃ§Ã£o, todavia, a representante da Defensoria PÃºblica informou que nÃ£o conseguiu contato com sua assistida, e esta, intimada pessoalmente, nada disse nos autos, nÃ£o tendo este juÃ-zo condiÃ§Ãµes de dar andamento ao processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando, ainda, que cabe Ã s partes cumprirem com as diligÃªncias no prazo determinado, constata-se que houve o abandono da causa pela parte requerente, nos termos do inciso III do art. 485 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto Posto, e em atenÃ§Ã£o Ã manifestaÃ§Ã£o ministerial, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento noÂ art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Revogo a decisÃ£o que decretou a prisÃ£o do requerido Ã s fls. 22/23, recolha-se o Mandado de prisÃ£o se necessÃ¡rio, promova-se as baixas necessÃ¡rias no sistema BNMP e expeÃ§a-se o AlvarÃ¡ de Soltura acaso esteja preso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pela parte autora, que fica suspensa a sua exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§ 3Âº, do CPC, face Ã gratuidade jÃ¡ deferida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Ananindeua, 4 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ JuÃ-za de Direito, respondendo pela 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua. PROCESSO: 00025428420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:W. C. N. REQUERENTE:W. S. C. N. REPRESENTANTE:S. N. C. Representante(s): CASSIO BITAR VASCONCELOS (DEFENSOR)

REQUERIDO:L. F. S. N. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Cumprimento de SentenÃ§a de Alimentos, forte no Â§Â§ 1Âºe 8Âº do art. 528, do CPC, formulada por W.C.N. e W.S.C.N., representados por SUELLEN NASCIMENTO CHAVES, pela Defensoria PÃºblica, em face de LUIZ FRANKLIM DA SILVA NAY. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos aos autos (04/09). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o do requerido para pagar o dÃ©bito alimentar, sob pena de constriÃ§Ã£o do seu patrimÃ´nio (fl. 10), este nÃ£o foi encontrado para ser intimado (fl. 15, 17 e 19). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instada a se manifestar, para atualizar o endereÃ§o do requerido, bem como juntar a planilha de dÃ©bito alimentar (fl. 20), nÃ£o houve manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora (fl. 22), que, intimada pessoalmente (fl. 25), nÃ£o demonstrou seu interesse no prosseguimento do processo, nem atualizou o endereÃ§o do demandado (certidÃ£o de fl. 26). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MP pugnou pela extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito (fl. 29/30). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o suficiente RelatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifica-se dos autos que hÃ¡ mais de 1 ano nÃ£o se tem notÃ-cia de manifestaÃ§Ã£o da parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O que se tem no presente caso, Ã© que a demandante intimada a demonstrar o seu interesse no prosseguimento do feito, cumprir a determinaÃ§Ã£o desse juÃ-zo - atualizar o endereÃ§o do requerido -, sob a advertÃªncia de que sua inÃ©rcia acarretaria a extinÃ§Ã£o do feito, deixou o seu prazo escoar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalta-se que tanto o seu defensor, quanto a prÃ³pria exequente foram intimados para que demonstrassem interesse no prosseguimento do feito e, acaso afirmativo, atualizassem o endereÃ§o do demandado, sob pena de extinÃ§Ã£o, todavia, a representante da Defensoria PÃºblica nÃ£o atualizou o endereÃ§o do demandado (fl. 26v.), e aquela, intimada pessoalmente, nada disse nos autos, nÃ£o tendo este juÃ-zo condiÃ§Ãµes de dar andamento ao processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando, ainda, que cabe Ã s partes cumprirem com as diligÃªncias no prazo determinado, constata-se que houve o abandono da causa pela parte requerente, nos termos do inciso III do art. 485 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto Posto, e em atenÃ§Ã£o Ã manifestaÃ§Ã£o ministerial, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento noÂ art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pela parte autora, que fica suspensa a sua exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§ 3Âº, do CPC, face Ã gratuidade jÃ¡ deferida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Ananindeua, 4 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ JuÃ-za de Direito, respondendo pela 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua. PROCESSO: 00151680920138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:G. C. S. REPRESENTANTE:MARIA DAS GRACAS COSTA SARAIVA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) ENVOLVIDO:PAULO ARAUJO REQUERENTE:J. P. C. A. REQUERENTE:P. V. C. A. REQUERENTE:M. S. A. REQUERENTE:R. R. S. A. REQUERENTE:J. A. S. A. REPRESENTANTE:MARIA MARILENE GONCALVES DA SILVA REQUERIDO:MARIA JORGE PIMENTEL. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise Ã CertidÃ£o de fl. 82, verifico que a autora nÃ£o se manifestou sobre as diligÃªncias determinadas pelo juÃ-zo, pelo que, determino: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE a parte autora, pessoalmente, no endereÃ§o acima, para que, no prazo de cinco (05) dias, manifeste-se sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob a advertÃªncia de que a sua inÃ©rcia acarretar na extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, III, do novo CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mesmo ato e prazo deverÃ¡ a parte autora esclarecer a divergÃªncia referente ao nome da genitora do falecido, uma vez que na CertidÃ£o de Ãbito e nas CertidÃµes de Nascimento dos filhos do de cujus constam o nome de MARIA DA CONCEIÃÃO ARAUJO, e quando de sua emenda informou que o nome da mÃ£e do falecido era MARIA JORGE PIMENTEL, a qual, inclusive, foi quem compareceu em juÃ-zo para coletar o material genÃ©tico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Ananindeua - PA, 04 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua. PROCESSO: 00665775320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:U. U. M. Representante(s): OAB 16998 - CARLA LORENA NASCIMENTO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 18275 - RODRIGO DE FIGUEIREDO BRANDAO (ADVOGADO) OAB 15929 - CILENE RAIMUNDA DE MELO SANTOS (ADVOGADO) OAB 20698 - LUIZ MICHEL NUNES ARAUJO (ADVOGADO) OAB 21166 - GILSON ANDRE SILVA DA COSTA (ADVOGADO) OAB 24690 - MANUELA DA COSTA SANTANA (ADVOGADO) OAB 26916 - JESSICA NICOLETTI MARQUES (ADVOGADO) OAB 27467 - LUCIANO SILVA MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:L. C. T. U. Representante(s): OAB 22616 - JOSE PACHECO CONDURU NETO (ADVOGADO) . Vistos etc. Dando continuidade ao cumprimento de sentenÃ§a de fls. 141-143, passo a

pontuar os pontos pendentes de anÃ¡lise. I.Â Â Â Â Â Das visitas do pai ao menor. Informando o exequente/genitor do menor R.T.U.M. que a requerida vem impondo obstÃ¡culos ao exercÃ-cio de suas visitas ao filho quando tenta buscar o menor na escola, e esta, em sua manifestaÃ§Ã£o sobre a alegaÃ§Ã£o do autor (Ã fl. De n. 166), dispondo que nÃ£o Ã© verdade, pois que sempre comunica ao estabelecimento escolar que o pai pode pegar o menor. Entendo que, para que nÃ£o haja futuros problemas neste sentido, e, considerando que este juÃ-zo, para a efetivaÃ§Ã£o da tutela especÃ-fica ou a obtenÃ§Ã£o de tutela pelo resultado prÃ¡tico equivalente, pode determinar as medidas necessÃ¡rias Ã satisfaÃ§Ã£o do que se pede, nos termos dos artigos 513 e 536, ambos do CPC, fica o pai UELSO UCHÃA MEDEIROS, independente de prÃ©via comunicaÃ§Ã£o pela genitora LUCIANA CRISTINA TAVARES UCHÃA MEDEIROS Ã qualquer estabelecimento de ensino onde o menor encontrar-se estudando, autorizado a pegar o seu filho na saÃ-da do colÃ©gio Ã s sextas-feiras e deixÃ¡-lo, tambÃ©m no colÃ©gio Ã s segundas-feiras, nos termos da sentenÃ§a de fl. 85, devendo esta decisÃ£o ser cumprida de plano pela DireÃ§Ã£o do Estabelecimento de Ensino ou por quem se fizer responsÃ¡vel naquele, tudo sob pena de responsabilizaÃ§Ã£o por crime de desobediÃªncia. II.Â Â Â Â Â Da cobranÃ§a de valores relativo a aluguÃ©is. O exequente dispÃ´s que a requerida promoveu, apÃ³s a sentenÃ§a, diversos aluguÃ©is do imÃ³vel sem lhe fazer qualquer repasse, requerendo, portanto, o pagamento do que lhe seria devido. Em anÃ¡lise aos termos da sentenÃ§a de fl. 135, verifico que uma das clÃ¡usulas do acordo foi a de que: enquanto o imÃ³vel permanecesse alugado, os valores dos aluguÃ©is, excluÃ-dos os dÃ©bitos de financiamento e condomÃ-nio, seriam divididos em 50% entre as partes, e que, havendo pendÃªncias relativas ao IPTU do imÃ³vel, daqueles aluguÃ©is seriam abatidos. Como se percebe, o cumprimento requerido pelo exequente padece de requisito essencial: liquidez. Com efeito, cabe ao credor apresentar, discriminadamente o seu crÃ©dito. No caso em tela, faltaram dados como: perÃ-odo dos aluguÃ©is, valores da locaÃ§Ã£o, bem como planilha atualizada, o que, a toda evidÃªncia, sem prÃ©via liquidaÃ§Ã£o, tornam inexequÃ-veis valores indefinidos. Por estas razÃµes, a este item, nego prosseguimento ao cumprimento. III.Â Â Â Â Â Sobre o pedido de acesso ao imÃ³vel para a venda. No que tange Ã informaÃ§Ã£o do exequente de que a requerida trancou o imÃ³vel com cadeados e correntes para que os corretores e compradores nÃ£o tivessem acesso a ele; considerando que jÃ¡ hÃ¡ decisÃ£o para a venda do imÃ³vel por qualquer das partes, e para a efetivaÃ§Ã£o da tutela especÃ-fica ou a obtenÃ§Ã£o de tutela pelo resultado prÃ¡tico equivalente, INTIME-SE a parte contrÃ¡ria para que comprove, mediante recibo de entrega, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), o depÃ³sito em mÃ£os do exequente de cÃ³pias de todas as chaves referentes ao acesso do imÃ³vel e seus cÃ´modos e, em caso de inÃ©rcia no prazo assinalado, fica autorizado o requerente a adentrar no imÃ³vel com o corretor ou possÃ-veis compradores, utilizando-se do uso de forÃ§a, inclusive policial, acaso necessÃ¡rio, ressalvado o caso em que o imÃ³vel esteja alugado, quando entÃ£o deverÃ¡ combinar o dia e hora com o inquilino para que possa nele adentrar. Ressalto ao exequente, que deverÃ¡ observar que o imÃ³vel possui valor mÃ-nimo para venda, que deverÃ¡ nos termos da sentenÃ§a e decisÃ£o homologada Ã s fls. 135, ser corrigido pelo Ãndice Geral de PreÃ§os do Mercado - IGP-M, exceto se ambas as partes concordarem com a venda por este valor. Repiso, ainda, que ambas as partes estÃ£o autorizadas a vender o imÃ³vel nos mesmos termos da sentenÃ§a. IV.Â Â Â Â Â No mais, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias da publicaÃ§Ã£o desta decisÃ£o, INTIME-SE o exequente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo pelo cumprimento das determinaÃ§Ãµes e com consequente arquivamento. V.Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP. VI.Â Â Â Â Â Intimem-se as partes por seus patronos habilitados. Cumpra-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Ananindeua-PA, 09 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua

SECRETARIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ANANINDEUA

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

Processo nº 0810132-69.2021.8.14.0006 AÇÃO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO

CITI-SE A REQUERIDA: ITALANIELY PANTOJA DE MELO, PARA TOMAR CIÊNCIA E COMPARECER EM SECRETARIA DA VARA DA INFÂNCIA, PARA AUDIÊNCIA NO DIA REDESIGNADO A BAIXO.

INTERESSADOS: JUNIOR VAL SANTOS MARQUES PANTOJA e ELIZABETH CARVALHO DA ROCHA.

JUIZ DE DIREITO: Dr. **NEWTON CARNEIRO PRIMO**

LOCAL: Fórum ¿Des. Edgar Lassance Cunha¿, sala das audiências da Vara da Infância e Juventude de Ananindeua.

DATA: 05 de outubro de 20201, às 10:00 horas.

PRESENTES
MINISTÉRIO PÚBLICO: DRA. PATRICIA DE FÁTIMA DE CARVALHO ARAUJO.

DEFENSORIA PÚBLICA: DRA GHEISA ANDRADE

INTERESSADOS: JUNIOR VAL SANTOS MARQUES PANTOJA e ELIZABETH CARVALHO DA ROCHA.

AUSENTE:

REQUERIDA: ITALANIELY PANTOJA DE MELO

O MM. Juiz Newton Carneiro Primo, os representantes do MP e da DP, participaram da audiência de forma remota pela plataforma Microssoft Teams, devido portaria baixada pelo TJ-PA com medidas restritivas pelo recrudescimento dos casos de covid19. Bem como, dispensam a assinatura física do presente Termo de Audiência, tendo em vista que o ato fora realizado virtualmente por meio da ferramenta *Microsoft Teams*, e que os autos tramitam digitalmente, via PJE, local onde o termo constará devidamente assinado pelo Magistrado, o qual possui fé pública e atesta a presença dos participantes.

Aberta a audiência, constatou-se a ausência da requerida ITALANIELY PANTOJA DE MELO; Presente os interessados JUNIOR VAL SANTOS MARQUES PANTOJA e ELIZABETH CARVALHO DA ROCHA.

Presente a representante do Ministério Público e da Defensoria Pública.

A seguir o **Ministério Público** passou a se manifestar nos seguintes termos: ¿MM. Juiz, sem requerimentos. São os termos da manifestação.¿

A seguir a **Defensória Pública** passou a se manifestar nos seguintes termos: ¿MM. Juiz, sem requerimentos. São os termos da manifestação.¿

DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1- Diante da circunstância de que a parte ré não foi encontrada, mudando constantemente de endereço, determino que seja realizada sua citação por edital, na forma da lei; 2- Determino visita domiciliar na atual residência da criança para saber se se encontra livre de situação

de risco; 3- Fica desde já designada a próxima audiência para a data de 23.11.2021, às 10 horas, cientes os presentes, devendo-se intimar os demais.

Cientes os presentes. Encerrada a audiência. Nada mais. Eu, Yasmin Gouvêa, estagiária, digitei e conferi.

NEWTON CARNEIRO PRIMO.

Juiz de Direito Titular da Vara da Infância e Juventude de Ananindeua.

SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 90 DIAS

(ART. 392, II §1º DO CPP)

Processo: 0009841-78.2016.8.14.0006

O Doutor EDILSON FURTADO VIEIRA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que a este lerem ou dele tomarem conhecimento que, em virtude de não ter sido encontrado para ser intimado pessoalmente, por este Juízo, o Réu **ADRIANO AFONSO DA SILVA**, RG.:1217488/SSP/Pa, nascido em 22/04/1984, filho de Maria de Nazaré Afonso da Silva e Raimundo da Costa Silva, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, e como não foi encontrado para ser intimado pessoalmente da sentença proferida pelo MMo. Juízo que julgou PROCEDENTE a denúncia do Ministério Público, CONDENANDO-O nos termos do artigo 157, caput, do Código Penal. à pena de 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. em regime, inicialmente, aberto, de acordo com o disposto no art. 33, § 2º, c, do Código Penal Brasileiro. Expede-se o presente EDITAL, para que o Réu fique ciente e, querendo, compareça neste Juízo, localizado na Rua Cláudio Saunders n° 193, Centro, Ananindeua/PA, a fim de ser intimada do inteiro teor da sentença. Eu, Roberto R F Vidigal Filho, Analista Judiciário, o digitei, de ordem do Meritíssimo Juiz

Ananindeua (PA), 09 de novembro de 2021.

ROBERTO R F VIDIGAL FILHO
Analista Judiciário Mat.:5686-3
Secretaria da 2ª Vara Criminal
Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 90 DIAS

(ART. 392, II §1º DO CPP)

Processo: 0070565-82.2015.814.0006

O Doutor EDILSON FURTADO VIEIRA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que a este lerem ou dele tomarem conhecimento que, em virtude de não ter sido encontrado para ser intimado pessoalmente, por este Juízo, o Réu **LUCAS RODRIGUES RAMOS**, RG.:7320025SSP/Pa, nascido em 16/03/1996, filho de Maria da Conceição Rodrigues Ramos e Manoel Souza Ramos, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, e como não foi encontrado para ser intimado pessoalmente da sentença proferida pelo MMo. Juízo que julgou PROCEDENTE a denúncia do Ministério Público, CONDENANDO-O nos termos do artigo 157, 2º, incisos I e II, do Código Penal. à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa, em regime, inicialmente, semiaberto, de acordo com o disposto no art. 33, § 2º, b, do Código Penal Brasileiro. Expede-se o presente EDITAL, para que o Réu fique ciente e, querendo, compareça neste Juízo, localizado na Rua Cláudio Saunders n° 193, Centro, Ananindeua/PA, a fim de ser intimada do inteiro teor da sentença. Eu, Roberto R F Vidigal Filho, Analista Judiciário, o digitei, de ordem do Meritíssimo Juiz.

Ananindeua (PA), 09 de novembro de 2021.

ROBERTO R F VIDIGAL FILHO
Analista Judiciário Mat.:5686-3
Secretaria da 2ª Vara Criminal
Comarca de Ananindeua

SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

RESENHA: 16/10/2020 A 16/10/2020 - SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA - VARA: 3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00123712620148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MAGNO GOMES DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/10/2020 INDICIADO:JOAO VITOR MACHADO MARTINS INDICIADO:LUCAS LUIS DIAS DA SILVA Representante(s): OAB 21837 - OSMAR RAFAEL DE LIMA FREIRE (ADVOGADO) VITIMA:E. R. L. S. . EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA Nº /2020 PRAZO DE 90 DIAS O Excelentíssimo Senhor, Doutor CARLOS MAGNO GOMES DE OLIVEIRA, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal, da Comarca de Ananindeua-PA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferias por lei, etc. FAZ SABER a todos quanto, o presente Edital de Intimação, virem ou dele conhecimento tiverem, que foi julgada procedente a denúncia contra JOÃO VITOR MACHADO MARTINS brasileiro, paraense, solteiro, sem profissão, nascido em 25/06/1994, RG Nº 7028618/SSP/PA, filho de Lia Machado Martins e Raimundo Adalberto De Souza Martins, Residente e Domiciliado à WE 84, Nº 781, Conjunto Cidade Nova VI, Bairro Coqueiro, Ananindeua-PA; tendo sido contra si prolatada sentença condenatória com o seguinte dispositivo: Diante dos fundamentos supramencionados, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO exposta na denúncia, de modo que, CONDENO O ACUSADO JOÃO VITOR MACHADO MARTINS pela prática do crime descrito art. 157, caput e §2º, I e II, do CPB, às penas de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, mais 13 (treze) dias-multa, estabelecido o valor do dia-multa em um trigésimo do valor vigente na época do fato. Regime inicial ABERTO. A pena de multa deverá ser paga no prazo de dez dias depois do trânsito em julgado desta sentença, consoante previsão do art. 50 do CPB. Deixo de fixar o valor mínimo da reparação civil à vítima, nos termos do disposto no art. 387, IV do CPP, por ausência de pedido expresso e formal submetido ao crivo do contraditório. Não sendo possível a intimação pessoal dos acusados, determino, desde já, que sejam intimados por edital, nos termos do art. 392, IV, do CPP. Havendo interposição de recurso, após o regular trâmite, encaminhe-se ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, tendo em vista que o mesmo encontra-se em local incerto e não sabido, para que chegue ao seu conhecimento se passou o presente Edital, a fim de intimá-lo(a)(s) para comparecer perante este Juízo, localizado no Edifício do Fórum, Rua Cláudio Sanders 193, Bairro Centro, Ananindeua - Pará Cep:67.030-325, no prazo de 90 dias, a fim de tomar ciência da sentença. Dado e passado nesta Cidade Comarca de Ananindeua-PA, sexta-feira, 16 de outubro de 2020. Eu, Leiliana de Oliveira, Analista Judiciária, o digitei e conferi. CARLOS MAGNO GOMES DE OLIVEIRA Juiz de Direito respondendo da 3ª Vara Criminal Comarca de Ananindeua-PA

SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA

RESENHA: 08/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00017579519968140006 PROCESSO ANTIGO: 199610016221 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 11663 - WALCIMARA ALINE MOREIRA CARDOSO (ADVOGADO) OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) REU:EPAMINONDAS DA COSTA MESQUITA JR REU:CARITAS DA COSTA MESQUITA ADVOGADO:YOLANDA MONTEIRO NUNES. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 3Âº, VI, da Lei 8.328/2015, INTIMO a parte autora para que tome ciÃªncia de que a carta precatÃ³ria fora distribuÃ-da para a 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de MarabÃ¡ sob nÂº 0808087-26.2021.8.14.0028 e aguarda o pagamento de custas de distribuiÃ§Ã£o da carta precatÃ³ria no JuÃ-zo deprecado, que deve ser comprovada nos autos do PJE. Fica ainda, intimada que a segunda carta precatÃ³ria distribuÃ-da para a VARA DE CARTA PRECATÃRIA CÃVEL DA CAPITAL sob nÂºÂ 0845925-57.2021.8.14.0301 tambÃ©m aguarda providÃªncias quanto as custas processuais. Â Â Ananindeua/PA, 08 de novembro de 2021. Â Glenda Marreira Vidal do Nascimento Auxiliar judiciÃ¡rio 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. (Nos termos do provimento nÂº 008/2014-CRJMB, Art. 1Âº, Â§3Âº, de 05/12/2014, que alterou o provimento nÂº 006/2006-CRJMB). PROCESSO: 00022339720148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Imissão na Posse em: 08/11/2021 REQUERENTE:ELIZANE OLIVEIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 19298 - LUCIENE MARIA CABRAL COELHO (ADVOGADO) REQUERENTE:MANOEL DOMICIO GONCALVES DE SOUZA Representante(s): OAB 19298 - LUCIENE MARIA CABRAL COELHO (ADVOGADO) OAB 13742 - EMMANOEL ILKO CARVALHO OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:DEUSARINA SOUSA FERREIRA Representante(s): OAB 18478 - MARCO ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:JOÃO TAVARES FERREIRA. PROCESSO 0002233-97.2014.8.14.0006 Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de imissÃ£o de posse com pedido de liminar movida por Manoel DomÃ-cio GonÃ§alves de Souza e Elizane Oliveira de Souza contra JoÃ£o Tavares Ferreira e Deusarina Sousa Ferreira. Â Â Â Â Â Â Autores juntaram com a inicial documentos de fls. 15 a 31 dos autos. Â Â Â Â Â Â Nas fls. 33 a 33-V dos autos, decisÃ£o deferindo a liminar. Houve deferimento aos autores de justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â CitaÃ§Ã£o da rÃ© DEUSARINA SOUSA FERREIRA, fls. 35 e 36 dos autos. Oficial de justiÃ§a menciona, na certidÃ£o, falecimento do corrÃ©u JoÃ£o Tavares Ferreira, notÃ-cia dada por Deusarina, a qual, no entanto, nÃ£o exibiu certidÃ£o de Ã³bito. Â Â Â Â Â Â Â A rÃ© Deusarina protocolou cÃ³pia de agravo de instrumento de fls. 37 a 47 junto ao egrÃ©gio TJE/PA contra a decisÃ£o que deferiu a liminar de imissÃ£o de posse aos autores. Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o da rÃ© Deusarina, nas fls. 48 a 50 dos autos. HÃ¡ preliminar de inÃ©pcia da inicial. Â Â Â Â Â Â Juntada de certidÃ£o e auto de desocupaÃ§Ã£o do imÃ³vel, com imissÃ£o na posse dos autores, fls. 53 a 62 dos autos. Juntada, tambÃ©m, de provas fotogrÃ¡ficas da diligÃªncia de desocupaÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Novo despacho de fl. 67 dos autos para autores apresentarem manifestaÃ§Ã£o nos autos, em 10 dias. Â Â Â Â Â Â Sem manifestaÃ§Ã£o dos autores, certidÃ£o fl. 68 dos autos. Â Â Â Â Â Â CÃ³pia da decisÃ£o monocrÃ¡tica da lavra da Exma. Sra. Desembargadora, Dra. EdinÃ©a Oliveira Tavares, em sede de agravo de instrumento, fls. 70 a 75 dos autos. Ela nÃ£o conheceu do recurso e houve trÃ¢nsito em julgado. Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o fracassada por ausÃªncia do rÃ©u, fl. 79 dos autos. Â Â Â Â Â Â Despacho de fl. 82 dos autos para intimaÃ§Ã£o dos autores. Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o dos autores de fls. 87 dos autos. Â Â Â Â Â Â Novo instrumento de mandato de fls. 88. Despacho de fl. 90. Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o dos autores de fls. 92 a 96 dos autos. Â Â Â Â Â Â Despacho para especificaÃ§Ã£o de provas de fl. 97 dos autos. Â Â Â Â Â Â Sem respostas das partes, certidÃ£o de fl. 98 dos autos. Â Â Â Â Â Â AnÃºncio de julgamento antecipado, na forma do artigo 355, I, do CPC, despacho fl. 99, sem manifestaÃ§Ã£o das partes, certidÃ£o fl. 100 dos autos. Â Â Â Â Â Â Novo despacho de conclusÃ£o para sentenÃ§a, fl. 101 dos autos, com certidÃ£o de fl. 102 dos autos. Â Â Â Â Â Â Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Trata-se de julgamento antecipado do mÃ©rito, na forma do artigo 355, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â PRELIMINAR DE CONTESTAÃÃO Â Â Â Â Â Â INÃPCIA DA INICIALÂ Â Â Â Â Â Â Indefiro-a. Â Â Â Â Â Â A rÃ© atacou o deferimento de justiÃ§a gratuita, tido como indevido, mas nÃ£o juntou provas de sua afirmaÃ§Ã£o. Limitou-se Ã s alegaÃ§Ãµes, somente. Pedido de justiÃ§a gratuito impertinente, aliÃ¡s, nÃ£o

Ã© motivo para o decreto de inÃ©pcia, por lÃ³gico. No mÃ¡ximo, pode suscitar a reversÃ£o da decisÃ£o, que Ã© sempre provisÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Do mesmo modo, insurgiu-se contra o valor da causa, o qual foi subestimado, pois seria de R$ 125.130,00, e nÃ£o de R$ 36.603,49. Ora, os autores dizem que se tratam (os R$ 36.603,49) do valor do imÃ³vel tal e qual foi avaliado pela municipalidade de Ananindeua, para fins de IPTU. Â Â Â Â Â Portanto, trata-se da avaliaÃ§Ã£o oficial, embora nÃ£o raro defasada. De qualquer sorte, a rÃ© deveria ter juntado com a contestaÃ§Ã£o prova a respeito, e novamente nÃ£o o fez. NÃ£o hÃ¡ razÃµes sÃ³lidas para a mudanÃ§a de valor da causa. Â Â Â Â Â Â Quanto Ã alegaÃ§Ã£o de que dos fatos narrados na inicial nÃ£o decorrem logicamente nenhuma conclusÃ£o e que a causa de pedir nÃ£o fundamenta o direito dos autores, nÃ£o hÃ¡ pertinÃªncia em tais alegaÃ§Ãµes parafrÃ¡sicas da lei. Â Â Â Â Â Â As demais alegaÃ§Ãµes se confundem com o mÃ©rito da causa. Logo, serÃ£o tratadas em momento oportuno, na fundamentaÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â AFIRMADO FALECIMENTO DE UM DOS AUTORES, JOÃO TAVARES FERREIRA. Â Â Â Â Â Â Quando em diligÃªncia de citaÃ§Ã£o, o oficial de justiÃ§a, em certidÃ£o de fl. 54 dos autos, da 30.05.2014, disse que citou apenas a Sra. Deusarina Sousa Ferreira, esposa do Sr. JoÃ£o Tavares Ferreira, que, segunda ela lhe disse, havia falecido. No entanto, ela nÃ£o lhe entregou cÃ³pia da certidÃ£o de Ã³bito para comprovÃ¡-lo. AlÃ©m disto, nenhuma das partes se interessou em fazÃª-lo. Na prÃ³pria contestaÃ§Ã£o juntada por ela, sozinha, nÃ£o hÃ¡, estranhamente, juntada da cÃ³pia da certidÃ£o de Ã³bito. HÃ¡, porÃ©m, a menÃ§Ã£o de que ele faleceu em 2010, muito antes da proposiÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Portanto, devo, neste caso, excluÃ--lo do polo passivo da aÃ§Ã£o, haja vista que houve, a meu ver, certa exclusÃ£o tÃ¡cita consentida por ambas as partes. Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, relativamente a ele, JOÃO TAVARES FERREIRA, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma do artigo 485, VI, do CPC, por falta de legitimidade, pois sua presenÃ§a no polo passivo Ã© incongruente, e a ausÃªncia nÃ£o tem o condÃ£o de provocar a extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Concernentemente Ã autora ELIZANE OLIVEIRA DE SOUZA, que, no inÃ-cio, juntou, ao lado do esposo, instrumento de mandato (fl. 15 dos autos), deixou de fazÃª-lo depois, quando houve mudanÃ§a de advogado e, entÃ£o, o Sr. Manoel DomÃ-cio GonÃ§alves de Souza passou a se apresentar sozinho (fls. 87 e 88). Â Â Â Â Â Â Depois, os autores se apresentaram juntos, novamente, na petiÃ§Ã£o de fls. 92 a 96. No entanto, a impertinÃªncia diz respeito Ã falta de outorga ao advogado por parte da Sra. ELIZANE OLIVEIRA DE SOUZA, haja vista que o instrumento de mandado de fl. 88, base do substabelecimento de fl. 94, foi outorgado apenas pelo Sr. Manoel DomÃ-cio GonÃ§alves de Souza, e nÃ£o, conjuntamente com este Ãºltimo, por ELIZANE OLIVEIRA DE SOUZA. Â Â Â Â Â Â Por consequÃªncia, devo determinar em sentenÃ§a que regularize a representaÃ§Ã£o, a fim de haja a possibilidade de intimaÃ§Ãµes regulares, inclusive, sob as penas da lei. Â Â Â Â Â Â No mÃ©rito, vejo que os autores tÃªm razÃ£o em seus pedidos, segundo a fundamentaÃ§Ã£o abaixo. Â Â Â Â Â Â Os documentos de fls. 17 a 31 dos autos indicam que os autores sÃ£o os atuais proprietÃ¡rios do imÃ³vel em questÃ£o mencionado na inicial. Â Â Â Â Â Â Trata-se do contrato feito entre a CEF e os autores, relativo ao financiamento do imÃ³vel adquirido em leilÃ£o. Â Â Â Â Â Â O documento de fls. 29 a 31 dos autos sÃ£o certidÃµes do cartÃ³rio de registro de imÃ³veis de Ananindeua-PA, as quais dÃ£o conta da propriedade regular em nome dos autores. Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o hÃ¡ dÃºvidas a respeito. Â Â Â Â Â O fato de a rÃ© ter proposto aÃ§Ã£o na JustiÃ§a Federal contra a CEF, segundo demonstram os documentos de fls. 95 e 96 dos autod e segundo menciona a prÃ³pria rÃ© em contestaÃ§Ã£o nÃ£o altera a situaÃ§Ã£o, pois se trata de procedimento administrativo padrÃ£o e aparentemente regular. A aÃ§Ã£o proposta na JustiÃ§a Federal nÃ£o tem o condÃ£o de obstar esta aÃ§Ã£o, por lÃ³gico, pois nÃ£o diz respeito aos autores, inclusive. Â Â Â Â Â Â De resto, a aÃ§Ã£o feita pela rÃ© nÃ£o prosperou, segundo se depreende dos documentos jÃ¡ referidos. Â Â Â Â Â Â Logo, Ã© pertinente o pleito de imissÃ£o de posse, pois os autores jÃ¡ dispÃµem da propriedade, mas nunca tinham tido a posse, um dos principais atributos daquela primeira, segundo preconiza o artigo 1.228, do CC. Â Â Â Â Â Â A propriedade do imÃ³vel lhes foi transferida, na forma do artigo 1.245, do CC. Â Â Â Â Â Â Por outro lado, a rÃ© perdeu a propriedade na forma do artigo 1.275, I, do CC. Â Â Â Â Â Â A base legal da aÃ§Ã£o de imissÃ£o de posse estÃ¡ contida, inclusive, no artigo 1.228, do CC. Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Julgo totalmente precedentes os pleitos dos autores e extingo este processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma do artigo 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Portanto, julgo procedente o pleito de imissÃ£o na posse do imÃ³vel referido, situado Conjunto Residencial Cidade Nova I, na rua Santo Onofre, 31, Bairro do Coqueiro, Ananindeua-PA, conforme contrato e certidÃ£o de fls. 17 a 31 dos autos. Como os autores jÃ¡ foram imitidos na posse do imÃ³vel e jÃ¡ o estÃ£o ocupando concretamente, ratifico o mandado liminar como definitivo a respeito, para todos os fins legais.Â Â Â Â Â Â Ratifico a decisÃ£o liminar de fls. 33 e 34, em seus fundamentos e com aqueles esposados nesta sentenÃ§a, inclusive. Â Â Â Â Â Â Julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma do artigo 485, VI, do CPC, relativa e especificamente ao rÃ©u, Sr. JoÃ£o Tavares Ferreira, segundo fundamentaÃ§Ã£o no introito desta sentenÃ§a. Â Â Â Â Â

Â Condeno o rÃ©u ao pagamento de custas processuais e de honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a rÃ© a que pague a quantia correspondente a 13%, a tÃ-tulo de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, aos advogados dos autores, percentual que incidirÃ¡ sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, considerando o grau de zelo profissional havido e o tempo de trabalho exigido dos advogados na feitura de peÃ§as e no acompanhamento do feito. Â Â Â Â Â A autora ELIZANE OLIVEIRA DE SOUZA deverÃ¡ regularizar sua representaÃ§Ã£o, segundo foi decidido no introito, acima, juntando instrumento de mandato retificado em 15 dias.Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, se nÃ£o houver pedidos das partes, observadas as cautelas legais e de praxe. Â Â Â Â Â A rÃ© fica desde jÃ¡ intimada para, em 30 dias, recolher custas a serem calculadas pela UNAJ, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa do Estado, segundo os termos da lei respectiva. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes e cumpra-se. Â Ananindeua-PA, 31 de outubro de 2021 Â WEBER LACERDA GONÃALVES Â Juiz de Direito Titular Â Â Â Â Â Â Â 9 PROCESSO: 00045258920138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Apelação Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:B V FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:ADIEL NAZARENO AMARAL DE SOUZA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO INTIMIO a parte autora por meio do advogado para que se manifeste a respeito do arresto havido, em 15 dias, pedindo, desde logo, o que for necessÃ¡rio ao prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Ananindeua/PA, 08/11/2021. GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO Auxiliar JudiciÃ¡rio 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. PROCESSO: 00074522320168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 08/11/2021 REQUERENTE:HDI SEGUROS SA Representante(s): OAB 15161 - NATASHA FRAZAO MONTORIL (ADVOGADO) OAB 20635-A - LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES (ADVOGADO) REQUERIDO:LARRY CALADO REGIS Representante(s): OAB 8337 - JOSE LUZENILDO MOURAO CAVALCANTE (ADVOGADO) REQUERIDO:LORIS VIEIRA REGIS DE SOUSA Representante(s): OAB 8337 - JOSE LUZENILDO MOURAO CAVALCANTE (ADVOGADO) . PROCESSO 0007452-23.2016.8.14.0008 Â SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o ordinÃ¡ria de ressarcimento securitÃ¡rio movida por HDI SEGUROS S.A contra LARRY CALADO REGIS e LORIS VIEIRA REGIS DE SOUSA. Â Â Â Â Â Â Juntou documentos de fls. 08 a 24 dos autos. Â Â Â Â Â Â Despacho inicial de fl. 25 dos autos. Â Â Â Â Â Â CitaÃ§Ã£o de Loris Vieira Regis de Sousa nas fls. 34 e 34-V dos autos. Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o de fl. 35 dos autos. Sem acordo. Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o de ambos os rÃ©us nas fls. 40 a 51 dos autos. Â Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã contestaÃ§Ã£o dos rÃ©us mas fls. 52 a 57 dos autos. Â Â Â Â Â Â Despacho para especificaÃ§Ã£o de provas nas fls. 60 dos autos. Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da autora de fls. 61 a 66 dos autos, apresentando-se estranhamente com o nome TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. RÃ©s nÃ£o se manifestaram em especificaÃ§Ã£o de provas. Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 70 e 70-V dos autos e intimaÃ§Ã£o para autora pagar custas finais, caso as haja. Â Â Â Â Â Â Despacho de fl. 72 dos autos sobre custas finais. Â Â Â Â Â Â Juntada de substabelecimento de fls. 73 a 77 dos autos. Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o dos autores de fls. 78 a 81 dos autos. Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da Secretaria de fl. 82 dos autos dando conta de que nÃ£o existem custas pendentes de pagamento. Â Â Â Â Â Â Despacho de fl. 83 dos autos. CertidÃ£o de fl. 84 dos autos. Â Â Â Â Â Â Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Trata-se de julgamento antecipado do mÃ©rito, na forma do artigo 355, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Dou o rÃ©u LARRY CALADO REGIS por citado, o qual se apresentou espontaneamente nos autos, quando da contestaÃ§Ã£o, pois nÃ£o havia sido citado anteruormente.Â Â Â Â Â Â Â Sem preliminares alegadas em contestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Indefiro o pedido de deferimento de justiÃ§a gratuita aos rÃ©us, sobretudo porque estes sequer se qualificaram em contestaÃ§Ã£o, de sorte que nÃ£o hÃ¡ subsÃ-dios fÃ¡ticos ao deferimento. Â Â Â Â Â Â No mÃ©rito, vejo que a parte autora tem razÃ£o em seus pedidos, segundo a fundamentaÃ§Ã£o abaixo. Â Â Â Â Â Â De fato, as provas fotogrÃ¡ficas e documentais de fls. 16, 55 a 57 dos autos, inclusive, dÃ£o conta de que a colisÃ£o que houve entre os veÃ-culos se deu na forma de choque na parte traseira do veÃ-culo de Alice da Silva Cemeas, conduzido por ThaynÃ¡, o qual estava segurado pela apÃ³lice emitida pela autora de nÂº 01.060.431.081944, de fls. 14 a 15-V dos autos. Â Â Â Â Â Obviamente, a autora, contratualmente, se sub-rogou nos direitos do segurado contra o autor do dano, clÃ¡usula, inclusive, da apÃ³lice de que se trata, certamente, segundo as clÃ¡usulas gerais, que nÃ£o foram aliÃ¡s anexadas, mas que diz respeito, tambÃ©m, a conteÃºdo legal, na forma dos artigos 347, I, e 786, ambos do CC, a qual Ã© de praxe no ramo de negÃ³cios securitÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â A aÃ§Ã£o

regressiva tem respaldo, tambÃ©m, da SÃºmula 188, do egrÃ©gio STF. Â Â Â Â Â O Boletim de OcorrÃªncia de fl. 16 dos autos, relatado pelo rÃ©u Loris Vieira Regis de Sousa, dÃ¡ conta de que o veÃ-culo GM COBALT, de placa OFV 9540, conduzido pela Sra. ThaynÃ¡ Caroline da Silva Cemeas, que vinha Ã frente dele, Loris, reduziu a velocidade, razÃ£o pela qual a batida foi inevitÃ¡vel (diz que nÃ£o teve como evitar a batida). Diz, ainda, que o seu veÃ-culo teve danos no para-choque dianteiro e que o veÃ-culo dirigido por ThaynÃ¡ Caroline Cemeas teve danos no para-choque traseiro, antenas traseiras e na tampa da mala [traseira]. Â Â Â Â Â Alega ainda que, devido Ã chuva, a via estava bastante alagada [quando do choque]. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ laudo da polÃ-cia de trÂ¢nsito. Infelizmente, esta deficiÃªncia deve ser atribuÃ-da ao Estado (no sentido jurÃ-dico genÃ©rico do termo), ou seja, deve ser atribuÃ-da, mais especificamente, Ã Municipalidade, atual responsÃ¡vel pela fiscalizaÃ§Ã£o do trÂ¢nsito, que, por estranha resistÃªncia passiva, hÃ¡ muito tempo, nÃ£o mais se preocupa ou chama a si a responsabilidade de produzir laudos relativamente a este tipo de acidente, inclusive. Â Â Â Â Â No entanto, as provas documentais juntadas aos autos, que sÃ£o aquelas mais idÃ´neas que puderam ser produzidas, caracteristicamente suficientes, dÃ£o conta de que o choque se deu na parte traseira do veÃ-culo segurado, dirigido naquela ocasiÃ£o por ThaynÃ¡ Caroline Cemeas, razÃ£o pela qual Ã© possÃ-vel se estabelecer a culpa e avaliar a ausÃªncia de dever de cuidado com certa seguranÃ§a. Â Â Â Â Â Os rÃ©us asseguram, em contestaÃ§Ã£o, que a Sra. ThaynÃ¡ Caroline Cemeas, na direÃ§Ã£o do veÃ-culo segurado, por volta das 23 horas e 30 minutos do dia 19.12.2014, repentinamente fez mudanÃ§a de faixa, sem sinalizar, e pisou no freio para se livrar de uma poÃ§a de Ã¡gua, ocasionando o acidente de que se trata, pois, naturalmente, o veÃ-culo GM MONTANA, placa NSS 3517, dirigido por Larry Calado Regis vinha logo atrÃ¡s. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ provas nos autos de que houve, concretamente, a mudanÃ§a inopinada de faixa, na via de rolamento (a rigor, segundo a contestaÃ§Ã£o, dentro do conhecido tÃºnel do entroncamento, em que os veÃ-culos naturalmente imprimem sempre velocidade acima da mÃ©dia). Â Â Â Â Â Ao menos, no boletim de ocorrÃªncia o relator Larry Calado Regis nÃ£o mencionou a mudanÃ§a de faixa. Por que nÃ£o o fez? Â Â Â Â Â Em choques de veÃ-culos, em vias de rolamento, em que a parte afetada de um dos deles (exatamente o veÃ-culo que estÃ¡ na dianteira), Ã© a traseira hÃ¡, por razÃµes lÃ³gicas, a presunÃ§Ã£o relativa de que a culpa (a rigor apriorÃ-stica) Ã© do condutor do veÃ-culo que vinha detrÃ¡s, o qual abalroou o veÃ-culo situado Ã frente, jÃ¡ que existe a obrigaÃ§Ã£o natural e exigÃ-vel de o veÃ-culo, que trafega por trÃ¡s, manter distÂ¢ncia adequada recomendada pelas normas de trÂ¢nsito, concernente ao veÃ-culo situado logo Ã sua frente, pois sÃ³ ele, claro, pode fazÃª-lo com plena visÃ£o frontal. Â Â Â Â Â Esta tem sido a construÃ§Ã£o jurisprudencial mais frequente, em situaÃ§Ãµes como esta, embora, claro, se trate de presunÃ§Ã£o relativa dos fatos, a qual se presta, naturalmente, a impugnaÃ§Ãµes e oposiÃ§Ãµes da parte prejudicada, mas dentro, por lÃ³gico, de um conjunto probatÃ³rio regulamente produzido nos autos. Â Â Â Â Â Se o conjunto probatÃ³rio produzido nos autos, o qual diz respeito a provas documentais, como no caso em questÃ£o, aponta a uma certa confirmaÃ§Ã£o da presunÃ§Ã£o relativa de culpa, tenho a convicÃ§Ã£o de que esta Ãºltima pode ser, neste caso, seguramente invocada, tal qual pede o autor na inicial. Ã o que faÃ§o agora. Â Â Â Â Â AlÃ©m de tudo, os rÃ©us, mesmo alegando, em contestaÃ§Ã£o, culpa da condutora ThaynÃ¡, a qual teria feito a manobra ilegal de mudanÃ§a inopinada de faixa, sem sinalizar com antecipaÃ§Ã£o, estranhamente nÃ£o a acionaram em juÃ-zo, e nem a proprietÃ¡ria do veÃ-culo Chevrolet Cobalt, a segurada Alice da Silva Cemeas, pois houve, em verdade e a rigor, danos recÃ-procos, claro, que atingiram tambÃ©m o veÃ-culo GM MONTANA de um dos rÃ©us, este conduzido por corrÃ©u, segundo demonstram os documentos de fls. 49 a 51 dos autos, juntados com a contestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Os rÃ©us nÃ£o disseram, em contestaÃ§Ã£o, ainda, o porquÃª de nÃ£o os terem acionado, mesmo em face dos prejuÃ-zos que tiveram, se a culpa era do condutor do veÃ-culo Chevrolet Cobalt, como o afirmam. Â Â Â Â Â NÃ£o mencionam, por exemplo, sequer cobranÃ§as e exigÃªncias tensas e corriqueiras neste tipo de acidente, normalmente feitas por quem estÃ¡ se sentindo com a razÃ£o e por quem, claro, irÃ¡ arcar com prejuÃ-zos inevitÃ¡veis de consertos.Â Â Â Â Â Houve, pois, ato ilÃ-cito dos rÃ©us, segundo o artigo 186, do CC, pois existiu imprudÃªncia do rÃ©u Larry que conduzia o veÃ-culo, ao nÃ£o manter a distÂ¢ncia adequada para evitar surpresas normais em ambiente de trÂ¢nsito, na via de rolamento, segundo preconiza o artigo 29, do CTB. Â Â Â Â Â O rÃ©u Loris Vieira Regis de Sousa Ã© o proprietÃ¡rio do veÃ-culo que deu causa ao acidente em questÃ£o. Logo, deve ser responsabilizado, segundo construÃ§Ã£o jurisprudencial jÃ¡ consolidada, em situaÃ§Ã£o de responsabilidade por culpa in eligendo. Â Â Â Â Â NÃ£o vejo, neste caso, situaÃ§Ã£o de culpa recÃ-proca, a qual nÃ£o foi caracterizada. Â Â Â Â Â Reconhecido o ato ilÃ-cito de ambos, nasce o dever de indenizar, na forma do artigo 927, do CC, inclusive. Â Â Â Â Â O proprietÃ¡rio do veÃ-culo, repito, responde solidariamente pelos danos causados a terceiros pelo condutor que ele autorizou, tÃ¡cita ou expressamente, a dirigir/conduzir o veÃ-culo envolvido no acidente, se estabelecida a culpa deste Ãºltimo. Â Â Â Â Â Trata-se de construÃ§Ã£o jurisprudencial jÃ¡ consolidada no egrÃ©gio STJ, inclusive, e tem

como base a teoria da guarda da coisa. O proprietÃ¡rio responde solidariamente e por culpa in eligendo.Â Â Â Â Â Â Os valores a serem ressarcidos ao autor sÃ£o aqueles mencionados na fl. 07 dos autos, na peÃ§a inicial. Â Â Â Â Â As reparaÃ§Ãµes dos danos ao veÃ-culo do segurado custaram Ã Seguradora sub-rogada no direito ao ressarcimento a quantia de R$ R$ 7.036,91 (jÃ¡ deduzido o valor da franquia), segundo notas fiscais juntadas aos autos e documentos de fls. 14 a 20 dos autos. Â Â Â Â Â Sem razÃ£o, portanto, os rÃ©us, em contestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Destarte, julgo procedentes os pleitos da autora, na forma da fundamentaÃ§Ã£o acima, e extingo este processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma do artigo 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Condeno os rÃ©us, CALADO REGIS e LORIS VIEIRA REGIS DE SOUSA, a, solidariamente, ressarcir a autora sub-rogada, em face de valor de indenizaÃ§Ã£o securitÃ¡ria que esta pagou Ã pessoa segurada, concernente a danos causados, segundo a fundamentaÃ§Ã£o acima, na quantia de R$ 7.036,91 (sete mil e trinta e seis reais e noventa e um centavos), mais juros de mora de 1% ao mÃªs, a partir da citaÃ§Ã£o, e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo INPC, a partir de 24.02.2015 (data da quitaÃ§Ã£o (fl. 18 dos autos), confirmada pela emissÃ£o das duas notas fiscais de fls. 19 e 20 dos autos, emitidas em 17.03.2015) na forma do artigo 405, do CC e da SÃºmula 54, do STJ. Â Â Â Â Â Custas pelos rÃ©us.Â Â Â Â Â Â Condeno os rÃ©us a que paguem, solidariamente, a quantia correspondente a 11%, a tÃ-tulo de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, aos advogados da autora, percentual que incidirÃ¡ sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, considerando o grau de zelo profissional havido e o tempo de trabalho exigido dos advogados na feitura de peÃ§as e no acompanhamento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, se nÃ£o houver pedidos das partes, observadas as cautelas legais e de praxe. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes e cumpra-se. Â Ananindeua-PA, 31 de outubro de 2021 Â WEBER LACERDA GONÃALVES Â Juiz de Direito Titular 9 PROCESSO: 00129827620148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 REQUERENTE:MARCOS MARCELINO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 13736 - ROBERTO CAVALLEIRO DE MACEDO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 25103 - LIVIA DA SILVA DAMASCENO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAQUIM DE PAULA NOGUEIRA LIMA Representante(s): OAB 12600 - ALBYNO FRANCISCO ARRAIS CRUZ (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Processo 00129827620148140006 Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO o advogado ROBERTO CAVALLERO DE MACEDO JUNIOR, OAB/PA 13.736 para no prazo de 05 (cinco) dias Ãºteis informar conta para deposito de alvarÃ¡ judicial. Â Â Ananindeua/PA, 08/11/2021. TATIANA ATAIDE Diretora de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Comarca de Ananindeua PROCESSO: 00163993720148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:MARIA WILMA MELO LAURINHO Representante(s): OAB 6879 - OLIVIOMAR SOUSA BARROS (ADVOGADO) OAB 12197 - CLEBE RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 13784 - THIAGO CUNHA DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 11607 - EMANUEL PINHEIRO CHAVES (ADVOGADO) OAB 17012 - VANESSA DOS SANTOS BORGES (ADVOGADO) OAB 17325 - DJULI BARBOSA SAMPAIO (ADVOGADO) OAB 394/2009 - CHAVES E RODRIGUES ALVES ADVOGADOS ASSOCIADOS SS (SOCIEDADE DE ADVOGADO) OAB 22779 - VANGELA CRISTINA QUEIROZ SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. PROCESSO 0016399-37.2014.8.14.0006 Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Trata-Se de aÃ§Ã£o ordinÃ¡ria para concessÃ£o de benefÃ-cio previdenciÃ¡rio proposta por MARIA WILMA MELO LAURINHO em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Â Â Â Â Â Â A autora pede, em antecipaÃ§Ã£o de tutela, o restabelecimento do benefÃ-cio de auxÃ-lio-doenÃ§a acidentÃ¡rio, com efeitos retroativos Ã data em que cessaram os benefÃ-cios, marÃ§o de 2012. Â Â Â Â Â Â Pede a confirmaÃ§Ã£o em sentenÃ§a da tutela antecipada. Subsidiariamente ou alternativamente, pede o restabelecimento de auxÃ-lio-doenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Juntou com a inicial documento de fls. 09 a 85 dos autos, a maioria dos quais documentos mÃ©dicos relativos Ã s molÃ©stias da autora. Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o do MM. Juiz de fl. 87 dos autos. Deferiu justiÃ§a gratuita Ã autora. Designou perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Quesitos apresentados pela autora nas fls. 93 e 94 dos autos. Â Â Â Â Â Â CitaÃ§Ã£o do INSS de fl. 97 e 98 dos autos. Â Â Â Â Â Â Juntada da perÃ-cia de fls. 99 e 100 dos autos. Â Â Â Â Â Â PerÃ-cia de fls. 99 e 100 dos autos. Â Â Â Â Â Â Juntada de instrumento de mandato da autora outorgado a advogada. Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o da autora sobre o laudo de fls. 106 a 109 dos autos. Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o do INSS de fls. 110 a 111 sobre o laudo, com proposta de acordo. Â Â Â Â Â Â Despacho do MM. Juiz de fl. 113 dos autos. IntimaÃ§Ã£o para que autora se manifeste sobre proposta de acordo. Â Â Â Â Â Â HabilitaÃ§Ã£o de advogado da autora, fls. 114 e 115 dos autos. Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o da autora sobre proposta de acordo do rÃ©u, nas fls. 116 a 120

dos autos. Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o da MM. JuÃ-za de fls. 121 a 122 dos autos em que deferiu o pleito da autora de antecipaÃ§Ã£o de tutela para restabelecimento do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio de auxÃ-lio-doenÃ§a acidentÃ¡rio. Fixou pagamento de multa diÃ¡ria para o caso de descumprimento da decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Novo instrumento de mandato outorgado pela autora de fls. 123 a 124 dos autos. Â Â Â Â Â Â Remessa dos autos ao INSS de fl. 125 dos autos a respeito do cumprimento por este da decisÃ£o em tutela antecipada. Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do INSS dando conta de que foi requisitado ao setor competente da autarquia para cumprimento da decisÃ£o, fls. 126 e 127 dos autos. Â Â Â Â Â Â OfÃ-cio da ADJ/BELÃM, setor competente do INSS para o restabelecimento do benefÃ-cio em questÃ£o, dando conta do cumprimento da decisÃ£o, fls. 128 e 129 dos autos. Neste Ãºltimo documento, hÃ¡ a afirmaÃ§Ã£o de restabelecimento do benefÃ-cio (REATIVAÃÃO JUDICIAL). Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da autora de fls. 131 e 132 dos autos dando conta de INSS descumpriu a decisÃ£o. Disse que INSS cancelou o benefÃ-cio, em outubro de 2017, sob alegaÃ§Ã£o de que a autora tem condiÃ§Ãµes de trabalhar e pediu sanÃ§Ãµes pertinentes Ã autarquia pela desobediÃªncia Ã ordem judicial. Juntou documentos de fls. 134 a 177 dos autos, os quais dÃ£o conta das diferentes molÃ©stias apresentadas pela autora. Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de fl. 178 dos autos dando conta de que o rÃ©u nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o nos autos. Â Â Â Â Â Â Despacho para especificaÃ§Ã£o de provas, fl. 180 dos autos. Â Â Â Â Â Â Autora diz, em manifestaÃ§Ã£o de fl. 181 dos autos que nÃ£o tem mais provas a produzir, haja vista a existÃªncia de laudo pericial nos autos. Â Â Â Â Â Â INSS nÃ£o se manifestou nos autos, certidÃ£o de fl. 191 dos autos. Â Â Â Â Â Â Despacho saneador de fl. 193 dos autos. AnÃºncio de julgamento antecipado do mÃ©rito, na forma do artigo 355, II, do CPC. IntimaÃ§Ã£o para apresentaÃ§Ã£o de memoriais finais. Â Â Â Â Â Â Memorais finais da autora, fls. 194 a 199 dos autos. INSS nÃ£o os apresentou (fl. 200). Â Â Â Â Â Â Despacho designando dia da sentenÃ§a, fl. 202 dos autos. CertidÃ£o da Secretaria de fl. 203 dos autos. Â Â Â Â Â Â Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Trata-se de julgamento antecipado da lide, na forma do artigo 355, I e II, do CPC. Houve revelia do rÃ©u INSS, inclusive. Ademais, nÃ£o hÃ¡ mais provas a serem produzidas. Â Â Â Â Â Â No mÃ©rito, vejo que a autora tem razÃ£o em seu pedido. Â Â Â Â Â Â Segundo laudo pericial de fls. 99 a 100-V dos autos, o qual foi produzido pela perita nomeada judicialmente, inclusive, a autora estÃ¡ com capacidade reduzida, permanentemente, a exercer sua atividade laboral de cozinheira marÃ-tima ou fluvial. Â Â Â Â Â Â Diz, tambÃ©m, que existe nexo causal entre a atividade laboral exercida pela autora, devido ao agravamento da STC, embora a sÃ-ndrome do tÃºnel do carpo (CID: G56.0) tenha tambÃ©m como causa a existÃªncia, na autora, de outras molÃ©stias e outros fatores: obesidade, gravidez etc. Â Â Â Â Â Â Ou seja, a perita diz que a atividade de cozinheira fluvial da autora agrava a sÃ-ndrome do tÃºnel do carpo, embora ela esteja apta a trabalhar em outras atividades, desde que observadas as restriÃ§Ãµes que a prÃ³pria perita menciona no laudo de que se trata. Â Â Â Â Â Â Portanto, tem razÃ£o a autora. O rÃ©u, aliÃ¡s, limitou-se, nos autos, a propor acordo com a autora, o qual nÃ£o foi aceiro, de certa forma. Â Â Â Â Â Â Houve revelia. Consequentemente, hÃ¡, segundo o artigo 344, do CPC, presunÃ§Ã£o de veracidade no que foi afirmado pela autora na inicial a respeito dos fatos, e nÃ£o hÃ¡ como haver relativizaÃ§Ã£o a respeito, por falta de provas em contrÃ¡rio juntadas nos autos. Â Â Â Â Â Â A autora deverÃ¡ receber o benefÃ-cio de auxÃ-lio-doenÃ§a acidentÃ¡rio, segundo o artigo 42, da lei 8.213/91, inclusive. Â Â Â Â Â Â Devo manter a decisÃ£o que lhe deferiu a antecipaÃ§Ã£o de tutela, agora em tutela de urgÃªncia, pois hÃ¡, segundo demonstrado acima, probabilidade do direito e perigo de dano, caso haja soluÃ§Ã£o de continuidade a respeito, na forma do artigo 300, do CPC. Â Â Â Â Â Â Devo lhe deferir, definitivamente, o benefÃ-cio de auxÃ-lio-doenÃ§a acidentÃ¡rio, em forma convertida ou nÃ£o, considerando-se as conclusÃµes do laudo pericial, inclusive. Â Â Â Â Â Â De resto, o benefÃ-cio do auxÃ-lio doenÃ§a, a propÃ³sito, nÃ£o pressupÃµe incapacidade total temporÃ¡ria para o exercÃ-cio das atividades habituais. Â Â Â Â Â A lei exige somente que a incapacidade se dÃª por mais de 15 dias, e a autora comprovou, segundo os documentos juntados aos autos, que jÃ¡ estava a receber o benefÃ-cio desde 14.06.2006, o qual foi cessado, primeiramente, em 01.03.2007 (documento de fl. 18 dos autos). Depois, cessado em 21.09.2017, embora os documentos de fls. 17 a 23 dos autos se refiram Ã s datas referidas na inicial, o que deve ser levado em consideraÃ§Ã£o, em face da revelia, inclusive, observando-se, ainda, o contido no artigo 104, do Decreto 3048/99 e artigo 18, da lei 8.213/91.Â Â Â Â Â Â Diz o regulamento da ProvidÃªncia Social: Â Â Â Â Â Â Art. 104.Â O auxÃ-lio-acidente serÃ¡ concedido, como indenizaÃ§Ã£o, ao segurado empregado, inclusive o domÃ©stico, ao trabalhador avulso e ao segurado especial quando, apÃ³s a consolidaÃ§Ã£o das lesÃµes decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequela definitiva que, a exemplo das situaÃ§Ãµes discriminadas no Anexo III, implique reduÃ§Ã£o da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â (RedaÃ§Ã£o dada pelo Decreto nÂº 10.410, de 2020) Â Â Â Â Â Â Â Â Â§Â 1Âº O auxÃ-lio-acidente mensal corresponderÃ¡ a cinquenta por cento do salÃ¡rio-de-benefÃ-cio que deu origem ao auxÃ-lio-doenÃ§a do segurado, corrigido atÃ© o mÃªs anterior ao do inÃ-cio do auxÃ-lio-acidente e serÃ¡ devido atÃ© a vÃ©spera de inÃ-cio de qualquer

aposentadoria ou atÃ© a data do Ã³bito do segurado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â§ 2Âº O auxÃ-lio-acidente serÃ¡ devido a partir do dia seguinte ao da cessaÃ§Ã£o do auxÃ-lio por incapacidade temporÃ¡ria, independentemente de qualquer remuneraÃ§Ã£o ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada a sua acumulaÃ§Ã£o com qualquer aposentadoria.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â (RedaÃ§Ã£o dada pelo Decreto nÂº 10.410, de 2020) Â Â Â Â Â Â Â Â Â§Â 3ÂºÂ O recebimento de salÃ¡rio ou concessÃ£o de outro benefÃ-cio, exceto de aposentadoria, nÃ£o prejudicarÃ¡ a continuidade do recebimento do auxÃ-lio-acidente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â§Â 4Âº NÃ£o darÃ¡ ensejo ao benefÃ-cio a que se refere este artigo o caso: Â Â Â Â Â Â Â Â IÂ -Â que apresente danos funcionais ou reduÃ§Ã£o da capacidade funcional sem repercussÃ£o na capacidade laborativa; e Â Â Â Â Â Â Â Â IIÂ -Â de mudanÃ§a de funÃ§Ã£o, mediante readaptaÃ§Ã£o profissional promovida pela empresa, como medida preventiva, em decorrÃªncia de inadequaÃ§Ã£o do local de trabalho. Â Â Â Â Â Â Â Â Â§Â 5oÂ A perda da audiÃ§Ã£o, em qualquer grau, somente proporcionarÃ¡ a concessÃ£o do auxÃ-lio-acidente quando, alÃ©m do reconhecimento do nexo entre o trabalho e o agravo, resultar, comprovadamente, na reduÃ§Ã£o ou perda da capacidade para o trabalho que o segurado habitualmente exercia.Â (RedaÃ§Ã£o dada pelo Decreto nÂº 6.939, de 2009) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â§ 6Âº No caso de reabertura de auxÃ-lio por incapacidade temporÃ¡ria por acidente de qualquer natureza que tenha dado origem a auxÃ-lio-acidente, este serÃ¡ suspenso atÃ© a cessaÃ§Ã£o do auxÃ-lio por incapacidade temporÃ¡ria reaberto, quando serÃ¡ reativado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â (RedaÃ§Ã£o dada pelo Decreto nÂº 10.410, de 2020) Â Â Â Â Â Â Â Â Â§Â 7oÂ Cabe a concessÃ£o de auxÃ-lio-acidente oriundo de acidente de qualquer natureza ocorrido durante o perÃ-odo de manutenÃ§Ã£o da qualidade de segurado, desde que atendidas Ã s condiÃ§Ãµes inerentes Ã espÃ©cie.Â (RedaÃ§Ã£o dada pelo Decreto nÂº 6.722, de 2008). Â Â Â Â Â Â Â Â Â§Â 8ÂºÂ Para fins do disposto no caput considerar-se-Ã¡ a atividade exercida na data do acidente.Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Destarte, julgo parcialmente procedentes os pleitos do autor, na forma da fundamentaÃ§Ã£o acima, e extingo este processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma do artigo 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Defiro a justiÃ§a gratuita Ã autora, ratificando aquela que jÃ¡ lhe foi deferida inicialmente.Â Â Â Â Â Â Condeno o INSS a conceder ao autor o auxÃ-lio-doenÃ§a acidentÃ¡rio, na forma do artigo 104, do Regulamento da PrevidÃªncia Social, inclusive, considerando-lhe a reduÃ§Ã£o da capacidade laboral, consoante fundamentaÃ§Ã£o acima. Neste aspecto, defiro Ã autora a tutela de urgÃªncia requerida em forma de antecipaÃ§Ã£o de tutela, no procedimento anterior, mas agora na forma do artigo 300, do CPC. O rÃ©u, portanto, deverÃ¡ implantar/restabelecer desde logo o benefÃ-cio, na forma da fundamentaÃ§Ã£o acima. Â Â Â Â Â O pagamento ocorrerÃ¡ a partir de 01.03.2012, data mensal imediatamente posterior Ã da data de interrupÃ§Ã£o do pagamento, 29.02.2012 (documento de fl. 23), inclusive quanto aos valores retroativos, por lÃ³gico, consideradas eventuais prescriÃ§Ãµes e interrupÃ§Ãµes autorizadas legalmente, se for o caso, com apuraÃ§Ã£o em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, necessariamente, jÃ¡ que o INSS nÃ£o juntou aos autos todo o histÃ³rico da autora a respeito (os documentos de fls. 18 e 129 apresentam, na aparÃªncia, insuficiÃªncia de informaÃ§Ãµes), e deve prevalecer a presunÃ§Ã£o de veracidade quanto aos fatos, em face da revelia. O INSS deverÃ¡ juntar o histÃ³rico completo, para possibilitar/subsidiar a liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, sob as penas da lei, anexando tambÃ©m cÃ³pias de todos os processos administrativos a respeito, o que jÃ¡ foi pedido, de certa forma, na suma do requerimento inicial. Â Â Â Â Â O valor devido a tÃ-tulo de auxÃ-lio-doenÃ§a acidentÃ¡rio serÃ¡ apurado na forma da SeÃ§Ã£o III, artigo 29, II, c/c o artigo 86, da lei 8.213/91. Â Â Â Â Â Os valores devidos pelo rÃ©u a partir de 01.03.2012, inclusive quanto Ã mora, atÃ© a data do efetivo pagamento, serÃ£o atualizados de acordo com o que foi decidido no julgamento do tema 905, do STJ.Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Condeno o rÃ©u, pois, ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios aos advogados da autora, Ã razÃ£o de 10% sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, considerando o grau de zelo profissional havido e o tempo de trabalho exigido dos advogados na feitura de peÃ§as e no acompanhamento do feito, na forma do artigo 85, Â§ 2Âº, I e IV, e 86, ambos do CPC. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, se nÃ£o houver pedidos das partes, observadas as cautelas legais e de praxe. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes e cumpra-se. Â Ananindeua-PA, 31 de outubro de 2021 Â WEBER LACERDA GONÃALVES Â Juiz de Direito Titular 1 PROCESSO: 00473901820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 08/11/2021 AUTOR:JOSE MARIA VELOSO Representante(s): OAB 23143 - LEILA GOMES GAYA (ADVOGADO) OAB 23509 - LEOMARA BARROS RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 24560 - JORGE LEONARDO DOS SANTOS BARREIRA (ADVOGADO) REU:SIDERLEY ALVES FELIPE Representante(s): OAB 9047 - MARCELO PEREIRA E SILVA (ADVOGADO) . CERTIDÃO/ATO

ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que o prazo para pagamento das prestaÃ§Ãµes do acordo de fls 193 encerrou no 16/08/2021. O referido Ã© VERDADE E DOU FÃ. Â Â Â Â Â Por essa razÃ£o, nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO as partes para se manifestarem no prazo de 05 dias quanto a quitaÃ§Ã£o do acordo para prosseguimento do cumprimento. Â Â Â Â Â Â Ananindeua (PA), 08 de novembro de 2021. TATIANA ATAIDE Diretora de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. (Nos termos do provimento nÂº 008/2014-CRJMB, Art. 1Âº, Â§3Âº, de 05/12/2014, que alterou o provimento nÂº 006/2006-CRJMB). PROCESSO: 00075241020168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 2309 - ANA MARGARIDA SILVA LOUREIRO GODINHO (ADVOGADO) REQUERIDO:IPATINGA COMERCIAL E SERVICOS LTDA EPP REQUERIDO:ELIAS GOMES NASCIMENTO REQUERIDO:KASSIO HENRIQUE LOBO. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Nos termos do art. 3Âº, VI, da Lei 8.328/2015, INTIMO a parte autora para que tome ciÃªncia de que foi emitido boleto de custas IntermediÃ¡rias, referente aos autos de nÂº 0800075-72.2021.814.0044 de carta precatÃ³ria, a qual aguarda o pagamento pelo autor, Banco BASA S/A,. Â Â Ananindeua/PA, 09 de novembro de 2021. Â Glenda Marreira Vidal do Nascimento Auxiliar judiciÃ¡rio 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. (Nos termos do provimento nÂº 008/2014-CRJMB, Art. 1Âº, Â§3Âº, de 05/12/2014, que alterou o provimento nÂº 006/2006-CRJMB). PROCESSO: 00161987420168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALISON DIAS MONTEIRO A??o: Imissão na Posse em: 09/11/2021 REQUERENTE:ERIKA SEIXAS BARROS FIGUEIRA Representante(s): OAB 9933 - DANIEL LACERDA FARIAS (ADVOGADO) OAB 19067 - LUCAS GOMES BOMBONATO (ADVOGADO) REQUERIDO:LUZIA GOMES DA COSTA Representante(s): OAB 13267 - JOSE LUIZ DE ARAUJO FERNANDES (ADVOGADO) OAB 20413 - JOSE ANTONIO PEREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 6953 - JOAO VICENTE PINHEIRO C. DE AZEVEDO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Tendo sido juntado certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a aos autos (folhas 127), INTIMO o requerente para manifestaÃ§Ã£o. Ananindeua/PA, 09/11/2021 ALISON DIAS MONTEIRO Auxiliar JudiciÃ¡rio 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. PROCESSO: 00375701620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 REQUERIDO:MARIA DA CONCEICAO GOMES Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERENTE:BANCO DO FIAT SA Representante(s): OAB 18691-A - JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) AUTOR:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 45445 - JOSE CARLOS SKRZYSZOWISKI JUNIOR (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Que efetuei o cadastro da parte BANCO ITAUCARD AS e vinculaÃ§Ã£o do patrono, pelo que passo a transcrever a decisÃ£o de fls. 68 para fins de ciÃªncia e intimaÃ§Ã£o da parte: Processo n.Âº 0037570-16.2015.8.14.0006 DecisÃ£o Primeiramente, verifico que hÃ¡ petiÃ§Ã£o e fl. 54 dos autos, a qual dÃ¡ conta de existÃªncia de erro material no nome da parte requerente, que deveria ser Banco ITAUCARD S A, e nÃ£o Banco FIAT S A. De fato, nos instrumentos de mandato e atos constitutivos de fls. 06 a 24 dos autos, exceto contrato de fl. 27 a 28 dos autos, consta o Banco ITAUCARD S A. PorÃ©m, o contrato, que Ã© a causa de pedir remota ou de fundo, foi pactuado com o Banco FIAT S A. Logo, nÃ£o hÃ¡ um mero erro material. Existe possÃ-vel conexÃ£o desta aÃ§Ã£o com a aÃ§Ã£o 0008726-61.2012.8.14.0006, segundo ata de fl. 49 e 49-V dos autos. Secretaria, pois, deve certificar a respeito e, desde logo, se for o caso, providenciar o apensamento daqueles autos a estes, haja vista a existÃªncia de conexÃ£o. A petiÃ§Ã£o de fls. 33 a 41 dos autos Ã© uma manifestaÃ§Ã£o da rÃ©, mas nÃ£o uma contestaÃ§Ã£o, como afirmado em despacho anterior, embora represente uma apresentaÃ§Ã£o espontÂ¢nea da rÃ© nos autos. Logo, devo considerÃ¡-la citada e tomar tal manifestaÃ§Ã£o como contestaÃ§Ã£o, propriamente, neste caso. Observo que, na petiÃ§Ã£o em questÃ£o, a rÃ© faz menÃ§Ã£o ao autor BV FINANCEIRA, portanto faz menÃ§Ã£o a um terceiro banco, que aliÃ¡s Ã© o que consta do cadastro do sistema LIBRA, segundo fl. 02 dos autos, estranhamente. Observo, ainda, que a parte autora, em despachos anteriores, nÃ£o se manifestou reiteradamente, demonstrado desinteresse no feito, na aparÃªncia, nÃ£o tendo, inclusive, recolhido custas iniciais. Destarte, intime-se a parte autora, a qual finalmente se manifestou sob o nome BANCO ITAUCARD S A a se manifestar sobre o relatado acima, pagando, inclusive, custas iniciais, as quais devem ser calculadas pela UNAJ, dando Ãªnfase Ã existÃªncia de um contrato em nome do Banco FIAT S A, sem nenhuma referencia ao Banco ITAUCARD ou ao Banco BV Financeira, conforme o caso, em 10 dias, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Intime-se e cumpra-se. Ananindeua, 20 de agosto de 2021 WEBER LACERDA

GONÃALVES Juiz de Direito Titular Ananindeua, 09 de novembro de 2021. GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO Auxiliar JudiciÃ¡rio 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. (Nos termos do provimento nÂº 008/2014-CRJMB, Art. 1Âº, Â§3Âº, de 05/12/2014, que alterou o provimento nÂº 006/2006-CRJMB).

SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

EDITAL DE INTIMAÇ¿O

PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 00128541720188140006

Requerido: PEDRO MARTINS FERNANDES

Endereço: RUA DA PROVIDÊNCIA, ALAMEDA 09 DE JUNHO, Nº 89 ¿ CIDADE NOVA I ¿ COQUEIRO ANANINDEUA/PA.

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao sentenciado (a) acima identificado (a), expede-se o presente EDITAL, para que tome ciência da Sentença prolatada nos autos das Medidas Protetivas, bem como efetue o pagamento das custas processuais referentes aos autos acima identificados, no prazo de 15 (quinze) dias.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, auxiliar do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 22 de Outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O
PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 00014503220198140006

Requerido: WALDINEI DA SILVA CAVALCANTE

Endereço: ESTRADA DO CURUÇAMBÁ, ALAMEDA NATAL, Nº 17B ¿ CURUÇAMBÁ ¿ ANANINDEUA/PA

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao sentenciado (a) acima identificado (a), expede-se o presente EDITAL, para que tome ciência da Sentença prolatada nos autos das Medidas Protetivas, bem como efetue o pagamento das custas processuais referentes aos autos acima identificados, no prazo de 15 (quinze) dias.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, auxiliar do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 21 de Outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O
PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 00126012920188140006

Requerido: JOSÉ CARLOS DE NAZARÉ

Endereço: RUA BOM SOSSEGO, PASS. BONS AMIGOS, CASA Nº 08 (ESQUINA DA PANIFICADORA DEUS SALVE) ¿ MAGUARI - ANANINDEUA/PA.

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao sentenciado (a) acima identificado (a), expede-se o presente EDITAL, para que tome ciência da Sentença prolatada nos autos das Medidas Protetivas, bem como efetue o pagamento das custas processuais referentes aos autos acima identificados, no prazo de 15 (quinze) dias.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, auxiliar do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 22 de Outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O
PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 00089257320188140006

Requerido: SIDNEI SILVA DO NASCIMENTO

Endereço: RUA AZ DE OURO, Nº 34 OU 24 (PRÓX. AO CONDOMÍNIO LAGO AZUL) - LEVILÂNDIA - ANANINDEUA/PA.

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao sentenciado (a) acima identificado (a), expede-se o presente EDITAL, para que tome ciência da Sentença prolatada nos autos das Medidas Protetivas, bem como efetue o pagamento das custas processuais referentes aos autos acima identificados, no prazo de 15 (quinze) dias.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, auxiliar do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 22 de Outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O
PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 00024636620198140006

Requerido: JOFRE LUIZ MORAES DE AZEVEDO

Endereço: CONJUNTO PAAR, QD 161, CASA 08 (ALTOS) ¿ MAGUARI ¿ ANANINDEUA/PA. TELEFONE: (91)98967-4023

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao sentenciado (a) acima identificado (a), expede-se o presente EDITAL, para que tome ciência da Sentença prolatada nos autos das Medidas Protetivas, bem como efetue o pagamento das custas processuais referentes aos autos acima identificados, no prazo de 15 (quinze) dias.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, auxiliar do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 22 de Outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O
PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 00025164720198140006

Requerido: MURILO JOSÉ GAIOSO SOBRINHO

Endereço: JARDIM VILA NOVA, AL. GIRASSOL, QD-4, CASA 26 ¿ COQUEIRO ¿ ANANINDEUA/PA

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao sentenciado (a) acima identificado (a), expede-se o presente EDITAL, para que tome ciência da Sentença prolatada nos autos das Medidas Protetivas, bem como efetue o pagamento das custas processuais referentes aos autos acima identificados, no prazo de 15 (quinze) dias.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, auxiliar do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 22 de Outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O
PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 00029616520198140006

Requerido: AMAURI RODRIGUES DIAS

Endereço: RUA ISALÂNDIA, QD-02, Nº 41 ¿ ICUÍ-GUAJARÁ ¿ ANANINDEUA/PA

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao sentenciado (a) acima identificado (a), expede-se o presente EDITAL, para que tome ciência da Sentença prolatada nos autos das Medidas Protetivas, bem como efetue o pagamento das custas processuais referentes aos autos acima identificados, no prazo de 15 (quinze) dias.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, auxiliar do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 22 de Outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O
PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 00026559620198140006

Requerido: NAZARENO DA SILVA FRAZ¿O

Endereço: AURÁ, QD-53, CASA 19 ¿ CONJUNTO ANITA GEROSA ¿ ANANINDEUA/PA

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao sentenciado (a) acima identificado (a), expede-se o presente EDITAL, para que tome ciência da Sentença prolatada nos autos das Medidas Protetivas, bem como efetue o pagamento das custas processuais referentes aos autos acima identificados, no prazo de 15 (quinze) dias.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, auxiliar do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 22 de Outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O
PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 00112216820188140006

Requerido: ELIENAI PINTO DA COSTA

Endereço: CIDADE NOVA II, TV 21, Nº 211 ¿ ANANINDEUA/PA

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao sentenciado (a) acima identificado (a), expede-se o presente EDITAL, para que tome ciência da Sentença prolatada nos autos das Medidas Protetivas, bem como efetue o pagamento das custas processuais referentes aos autos acima identificados, no prazo de 15 (quinze) dias.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, auxiliar do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 22 de Outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O

PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 00078206120188140006

Requerido: WESLLEY DA SILVA CAMPOS

Endereço: ROD. TRANSCOQUEIRO, PASSAGEM BOM JESUS, Nº 05 - UNA ¿ ANANINDEUA/PA

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao sentenciado (a) acima identificado (a), expede-se o presente EDITAL, para que tome ciência da Sentença prolatada nos autos das Medidas Protetivas, bem como efetue o pagamento das custas processuais referentes aos autos acima identificados, no prazo

de 15 (quinze) dias.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, auxiliar do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 22 de Outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O
PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 00016642320198140006

Requerido: MESSIAS BORGES DE AVIZ

Endereço: CONJ. CIDADE NOVA V, WE-31, RUA BOA ESPERANÇA, Nº 123, LOTEAMENTO DO EMOPS ¿ COQUEIRO ¿ ANANINDEUA/PA

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao sentenciado (a) acima identificado (a), expede-se o presente EDITAL, para que tome ciência da Sentença prolatada nos autos das Medidas Protetivas, bem como efetue o pagamento das custas processuais referentes aos autos acima identificados, no prazo de 15 (quinze) dias.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, auxiliar do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 22 de Outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O
PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 00179062820178140006

SENTENCIADO: SIRLEY RODRIGUES PIMENTEL

ENDEREÇO: RUA SANTA INÊS, VILA BOM JESUS, Nº 01 ¿ ATALAIA (PRÓX. AO SHOPPING CASTANHEIRA) ¿ ANANINDEUA/PA.

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao sentenciado (a) acima identificado (a), expede-se o presente EDITAL, para que tome ciência da Sentença prolatada nos autos das Medidas Protetivas, bem como efetue o pagamento das custas processuais referentes aos autos acima identificados, no prazo de 15 (quinze) dias.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, auxiliar do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 22 de Outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O
PRAZO DE 15 DIAS

Processo: 00122701320198140006

SENTENCIADO: ADJAEL DO NASCIMENTO MANTIQUE LEWIS

ENDEREÇO: ESTRADA DO CURUÇAMBÁ, Nº 32 (PRÓX. A ARENA BRASIL) ¿ MAGUARI - ANANINDEUA/PA. TELEFONE: (91)98294-9610

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao sentenciado (a) acima identificado (a), expede-se o presente EDITAL, para que tome ciência da Sentença prolatada nos autos das Medidas Protetivas, bem como efetue o pagamento das custas processuais referentes aos autos acima identificados, no prazo de 15 (quinze) dias.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, auxiliar do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 22 de Outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

SENTENÇA

AÇÃO PENAL

AUTOS DO PROCESSO Nº 0807792-55.2021.814.0006

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO

RÉU: L. A. T. N.

DEFESA: DEFENSORIA PÚBLICA

VÍTIMA: J. C. S.

IV ¿ CONCLUSÃO.

À vista de todo o exposto, constata-se a consumação dolosa dos crimes de **ameaça, perseguição e descumprimento de medida protetiva**, perpetrado pelo **réu L. A. T. N.**, o qual se adéqua à hipótese do **art. 147; art. 147-A, ambos do Código Penal e art. 24-A, da Lei n.º 11.340/2006, c/c art. 7°, II, da Lei n° 11.340/06,** praticados contra a sua ex-companheira e vítima Josiele Conceição Santana.

Sendo assim, com esteio nos arts. 155, caput, 201, 203, 239 e 387 do CPP e na fundamentação exposta, JULGO **PROCEDENTE** o pedido formulado na denúncia e, em decorrência, **condeno** o **acusado L. A. T. N.** como incurso nas penas do **art. 147; art. 147-A, ambos do Código Penal e art. 24-A, da Lei n.º 11.340/2006, c/c art. 7°, II, da Lei n° 11.340/06.**

DOSIMETRIA DAS PENAS

a) Crime de Ameaça.

Culpabilidade em grau **elevado**, pois as provas dos autos revelam intensidade de dolo acima da média, eis que proferiu as ameaças contra a vítima quando estava grávida, inclusive, do próprio acusado.

Os **antecedentes criminais** devem ser considerados **favoráveis**, pois nos autos não há registro de condenação anterior transitada em julgada.

Conduta social que deve ser considerada **favorável**, tendo em vista a insuficiência de dados (princípio do in dubio pro reo).

Personalidade reputada **favorável**, haja vista a insuficiência de dados (princípio do in dubio pro reo).

O **motivo do crime** deve ser considerado **favorável** ao denunciado, haja vista que **não** foi identificada outra motivação da inerente ao tipo penal.

As **circunstâncias do delito** são **favoráveis** ao imputado, pois não há nos autos prova de que este tenha agido com frieza, insensibilidade e audácia acima da média.

Quanto às **consequências** do delito **em relação à vítima**, deve ser considerada **favorável**, haja vista não constar nos autos quaisquer consequências a não ser os inerentes ao tipo penal.

A **vítima** não contribuiu para a realização da conduta ilícita, sendo a valoração neutra, conforme precedentes reiterados do STJ.

Desta feita, tendo em vista a **existência de 01 (uma) circunstância desfavorável**, fixo a **pena base** em 01 (um) mês e 18 (dezoito) dias de detenção.

No caso concreto, o acusado confessou a prática do delito, assim reconheço a atenuante e aplico-a no

patamar de 1/6 (um sexto), ficando a pena em 01 mês e 10 dias de detenção.

Ausentes causas de **diminuição de pena.**

Reconheço também a continuidade delitiva, aplicando na fração de 1/6 (um sexto).

ASSIM, TORNO A SANÇÃO DEFINITIVA EM 01 (UM) MÊS E 16 (VINTE E DEZESSEIS) DIAS DE DETENÇÃO.

b) Crime de Perseguição.

Culpabilidade em grau **elevado**, pois as provas dos autos revelam intensidade de dolo acima da média, eis que praticou o crime contra a vítima quando estava grávida, inclusive, do próprio acusado.

Os **antecedentes criminais** devem ser considerados **favoráveis**, pois nos autos não há registro de condenação anterior transitada em julgada.

Conduta social que deve ser considerada **favorável**, tendo em vista a insuficiência de dados (princípio do in dubio pro reo).

Personalidade reputada **favorável**, haja vista a insuficiência de dados (princípio do in dubio pro reo).

O **motivo do crime** deve ser considerado **favorável** ao denunciado, haja vista que **não** foi identificada outra motivação da inerente ao tipo penal.

As **circunstâncias do delito** são **favoráveis** ao imputado, pois não há nos autos prova de que este tenha agido com frieza, insensibilidade e audácia acima da média.

Quanto às **consequências** do delito **em relação à vítima**, deve ser considerada **favorável**, haja vista não constar nos autos quaisquer consequências a não ser os inerentes ao tipo penal.

A **vítima** não contribuiu para a realização da conduta ilícita, sendo a valoração neutra, conforme precedentes reiterados do STJ.

Desta feita, tendo em vista a **existência de 01 (uma) circunstância desfavorável**, fixo a **pena base** em 08 (oito) meses de reclusão.

Inexistem circunstâncias **agravantes.**

No caso, o acusado confessou a prática do delito. Assim, reconheço a atenuante, aplicando-a no patamar de 1/6 (um sexto), restando a pena em 06 meses e 20 dias de reclusão.

Ausentes causas de **diminuição de pena.**

Presente a causa de aumento de pena do art. 147 ¿ A, §1º, II, do CP, a qual aplico na fração de ½ (um meio).

ASSIM, TORNO A SANÇÃO DEFINITIVA EM 10 (DEZ) MESES DE RECLUSÃO.

c) Crime de Descumprimento de medidas protetivas.

Culpabilidade em grau **elevado**, pois as provas dos autos revelam intensidade de dolo acima da média, eis que praticou o crime contra a vítima quando estava grávida, inclusive, do próprio acusado.

Os **antecedentes criminais** devem ser considerados **favoráveis**, pois nos autos não há registro de condenação anterior transitada em julgada.

Conduta social que deve ser considerada **favorável**, tendo em vista a insuficiência de dados (princípio do in dubio pro reo).

Personalidade reputada **favorável**, haja vista a insuficiência de dados (princípio do in dubio pro reo).

O **motivo do crime** deve ser considerado **favorável** ao denunciado, haja vista que **não** foi identificada outra motivação da inerente ao tipo penal.

As **circunstâncias do delito** são **favoráveis** ao imputado, pois não há nos autos prova de que este tenha agido com frieza, insensibilidade e audácia acima da média.

Quanto às **consequências** do delito **em relação à vítima**, deve ser considerada **favorável**, haja vista não constar nos autos quaisquer consequências a não ser os inerentes ao tipo penal.

A **vítima** não contribuiu para a realização da conduta ilícita, sendo a valoração neutra, conforme precedentes reiterados do STJ.

Desta feita, tendo em vista a **existência de 01 (uma) circunstância desfavorável**, fixo a **pena base** em 05 (cinco) meses de detenção.

Inexistem circunstâncias **agravantes.**

No caso, o acusado confessou a prática do delito. Assim, reconheço a atenuante, aplicando-a no patamar de 1/6 (um sexto), restando a pena em 04 meses e 05 dias de detenção.

Ausentes causas de **diminuição de pena.**

Presente a causa a continuidade delitiva, a qual aplico na fração de 1/6 (um sexto).

ASSIM, TORNO A SANÇÃO DEFINITIVA EM 04 (QUATRO) MESES E 25 (VINTE E CINCO) DIAS DE DETENÇÃO.

CONCURSO MATERIAL E REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA

Reconheço o concurso material de crimes, aplico-o somando as penas fixadas, resultando no seguinte: 01 (um) mês e 16 (dezesseis) dias de detenção + 10 (dez) meses de reclusão + 04 (quatro) meses e 25 (vinte e cinco) dias de detenção, **TORNANDO A SANÇÃO DEFINITIVA EM 01 (UM) ANO, 04 (QUATRO) MESES E 11 (ONZE) DIAS DE RECLUSÃO.**

Com base nos arts. 33, § 2º, c do CP, **387, § 2º do CPP (detração)**[1][7], levando em consideração o **somatório da pena aplicada 01 ano, 04 meses e 11 dias**, e que não se trata de reincidência, determino que a sanção seja cumprida inicialmente em **regime aberto**, devendo o réu ser recolhido ao estabelecimento penal adequado, a partir do trânsito em julgado da presente sentença, a ser designado pelo juízo da execução ou pela SUSIPE.

SUBSTITUIÇÃO DA PENA E SURSIS

Em atenção ao disposto no inciso I do art. 44 do Código Penal e a Súmula 588 do STJ, é **incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos**, pois a conduta criminosa está marcada pela violência à pessoa, sendo incabível nos casos de violência doméstica.

Noutro giro, verifico que o réu primário, as circunstâncias lhe são favoráveis, a pena aplicada foi inferior a 02 (dois) anos e a substituição da pena não é cabível.

Assim, restam preenchidos os requisitos objetivos e subjetivos do art. 77, do CP, fazendo o réu jus ao SURSIS da pena.

Desta forma, concedo ao réu a suspensão condicional da pena, submetendo-o ao período de prova de 02 (dois) anos mediantes condições a serem designadas pelo Juízo da Execução de Pena e Medidas Alternativas.

O Código Penal, no art. 79, afirma que a sentença poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão. A Lei nº 11.340/06 é norma especial, sendo certo que traz, em seu bojo, em sede de execução da pena, possibilidade de determinação de frequência do condenado a grupo reflexivo.

Assim, por entender adequado ao caso, o condenado deverá participar de cursos e palestras ou de atividades educativas referentes a questão de gênero a critério do juízo da execução.

DETRAÇÃO

Deixo de realizar a detração do acusado, haja vista que não irá influenciar no regime prisional inicialmente estabelecido.

CUSTAS PROCESSUAIS

Deixo de condenar o réu em pagamento de custas processuais, haja vista ser patrocinado pela Defensoria Pública, de acordo com o art. 40, VI, da Lei Estadual nº 8.328/15.

SITUAÇÃO PRISIONAL

No presente caso, verifica-se que não subsiste a necessidade de manutenção prisão cautelar do réu, ante o quantum da pena aplicada e o regime inicial de cumprimento da pena, bem como tempo de prisão provisória já cumprido pelo réu, pelo que entendo necessária a ratificação das medidas protetivas em favor da vítima.

Ainda, o tempo de prisão cautelar (mais de 04 meses) já se mostra suficiente como forma de dissuadir o réu para cumprir as medidas protetivas impostas.

Em face do exposto, **REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA DO RÉU**, se por outro motivo não estiver preso, mediante o cumprimento das medidas protetivas já deferidas nos autos 0806789-65.2021.8.14.0006, quais sejam:

1. **PROIBIÇÃO** de se aproximar da vítima (art. 22, III, ¿a¿, da Lei nº 11.340/06);

2. **PROIBIÇÃO** de manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação, tais como, contato telefônico, mensagens de texto, e-mail, redes sociais, cartas, etc. (art. 22, III, ¿b¿, Lei 11.340/06);

3. **PROIBIÇÃO** de frequentar todos os lugares que a vítima costuma frequentar, em especial sua casa, bem como o local de seu trabalho, a fim de preservar a integridade física e psicológica das ofendidas (art. 22, III, ¿c¿, Lei 11.340/06);

INTIME-SE pessoalmente a vítima da presente decisão de soltura do réu, cujo mandado deverá ser cumprido pelo **PLANTÃO**.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Em decorrência, **cumpram-se, DE IMEDIATO,** as seguintes determinações:

1. **A PRESENTE SENTENÇA DEVERÁ SERVIR COMO MANDADO PARA A INTIMAÇÃO/CIÊNCIA DO NECESSÁRIO, BEM COMO ALVARÁ DE SOLTURA DO RÉU;**

2. publique-se, registre-se e intimem-se;

3. dar ciência ao Ministério Público;

4. intimar o réu, pessoalmente, onde estiver custodiado. Não sendo assim possível, DETERMINO, desde já, que seja intimado por edital, nos termos do art. 392, IV, do CPP;

5. intimar a Defensoria Pública;

6. intimar o diretor do estabelecimento penal onde o acusado encontra-se recolhido, enviando uma cópia desta sentença à SUSIPE (Provimento nº002/2008-CJCI-TJPA, art. 1º e CNJ, Resolução nº 113)[2][8] ;

7. havendo **interposição de recurso**, certificar a respeito da tempestividade e caso tempestivos, RECEBO a apelação, abrindo-se, na sequência, vista para razões/contrarrazões. Após remeter os autos ao Egrégio TJ/PA;

8. expedir o alvará de soltura;

9. ocorrendo **TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA**, adotar as seguintes providências:

9.1. comunicar à **Justiça Eleitoral** e ao **Instituto de Identificação de Belém - PA** (CF/1988, art. 15, III, CPP, art. 809, § 3º e CNJ, Resolução nº 113);

9.2. expedir **guia de execução definitiva**, encaminhando-as à VEPMA (Lei nº7.210/1984, arts. 105 e seguintes, CNJ, Resolução nº 113 e TJPA, Resolução nº 016/2007-GP, arts. 2º e 4º, parágrafo único);

9.3. expeça-se ofício ao Instituto de Identificação Criminal, encaminhando a Guia de Recolhimento;

9.4. arquivar, via PJe.

Ananindeua - PA, 08 de novembro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Criminal Comarca de Ananindeua

[1][7] LIMA, Renato Brasileiro de. **Curso de Processo Penal**. Niterói: *Impetus*, 2013. 1.526 p.

[2][8] DJ nº 4032, de 22.01.2008.

SENTENÇA

AÇÃO PENAL

AUTOS DO PROCESSO Nº 0810217-55.2021.8.14.0006

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO

RÉU: E. B. L., ATUALMENTE CUSTODIADO NA CENTRAL DE TRIAGEM NDA CIDADE NOVA. Nº do Infopen-PA: 346938.

DEFESA: DEFENSORIA PÚBLICA .

DISPOSITIVO.

À vista de todo o exposto, houve roubo qualificado na modalidade **dolosa** e **consumada**, perpetrada pelo **réu E. B. L.**, o qual se adéqua ao crime do art. 157, § 2º, II e VII, c/c art. 71, ambos do Código Penal, e art. 244-B, da Lei nº 8.069/90, c/c art. 70, primeira parte, do CP, pois provada a **subtração de coisa móvel**, **alheia** (bens que pertenciam às vítimas), **para si** (réu), com uso de **grave ameaça** (arma branca), em **concurso de duas ou mais pessoas** (dois agentes), em **continuidade delitiva** de crimes (duas vítimas), tendo havido **corrupção de menor de 18 anos** para a prática do crime.

Sendo assim, com esteio nos arts. 155, caput, 201, 203, 239 e 387 do CPP e na fundamentação exposta, JULGO **PROCEDENTE** o pedido formulado na denúncia e, em decorrência, **condeno** o **acusado E. B. L.** como incurso nas penas do **art. 157, §2º, II e VII, c/c art. 70, caput, ambos do Código Penal, e art. 244-B, da Lei nº 8.069/90, todos c/c art. 70, primeira parte, do CP.**

DOSIMETRIA DA PENA.

DELITO DE ROUBO.

Culpabilidade em grau **normal,** pois as provas dos autos não revelaram intensidade de dolo acima da média.

Os **antecedentes criminais** devem ser considerados **favoráveis**, pois nos autos não há registro de condenação criminal anterior transitado em julgado.

Conduta social que deve ser considerada **favorável**, haja vista a insuficiência de dados (princípio do in dubio pro reo).

Personalidade reputada **favorável**, haja vista a insuficiência de dados (princípio do in dubio pro reo).

O **motivo do crime** deve ser considerado **favorável** ao réu, haja vista que **não** foi identificada outra motivação além do proveito econômico. Porém, tal circunstância já é inerente ao tipo penal, sendo vedada sua inclusão nesta fase da dosimetria, pois representaria bis in idem.[1][7]

As **circunstâncias do delito** são **desfavoráveis** ao imputado, pois nos autos há prova de que este agiu com audácia acima da média, eis que praticou o delito em concurso de pessoas, sendo dois agentes, fato que implica audácia acima da média.

Importante registrar que faço uso nesse momento da dosimetria da pena do aumento de pena de concurso de pessoas.

Quanto às **consequências** do delito **em relação às vítimas**, devem ser consideradas **favoráveis** ao acusado, haja vista que inerentes ao tipo penal.

As **vítimas** não contribuíram para a realização da conduta ilícita, sendo a valoração neutra, conforme precedentes reiterados do STJ.

Desta feita, tendo em vista a existência de **01 (um) circunstância desfavorável**, fixo a **pena base** em 04 anos e 09 meses de reclusão e 53 dias-multa.

Inexistem agravantes.

No caso concreto, o acusado era menor de 21 anos à época dos fatos e confessou a prática dos delitos. Assim, reconheço as atenuantes, aplicando-as no patamar de 1/5 (um quinto), restando a pena 04 anos de reclusão e 42 (quarenta e quatro) dias-multa, à luz da Súmula 231 do STJ.

Na etapa derradeira, ausente causas de diminuição da pena, presente, entretanto, a majorante do uso de arma branca, prevista no inciso VII, do artigo 157, do CP, razão pela qual, aumento a reprimenda em 1/3 (um terço), atingindo o patamar de 05 anos e 04 meses de reclusão, e o pagamento de 56 dias-multa.

Reconhecido, ainda, a **continuidade delitiva** (art. 71 do CPB), que aplico a fração média, de 1/6 (um sexto), haja vista o número de vítimas/infrações, sendo certeiramente o total de 02, conforme precedente do STJ no julgado HC 311.146-SP.

Assim, resta a pena do crime de roubo em definitivo em 06 (anos) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, e o pagamento de 65 (sessenta e cinco) dias-multa.

DELITO DE CORRUPÇÃO DE MENOR.

Culpabilidade em grau **normal**, pois as provas dos autos não revelaram intensidade de dolo acima da média.

Os **antecedentes criminais** devem ser considerados **favoráveis**, pois nos autos não há registro de condenação criminal anterior transitado em julgado.

Conduta social que deve ser considerada **favorável**, haja vista a insuficiência de dados (princípio do in dubio pro reo).

Personalidade reputada **favorável**, haja vista a insuficiência de dados (princípio do in dubio pro reo).

O **motivo do crime** deve ser considerado **favorável** ao denunciado, haja vista que **não** foi identificada outra motivação senão a já é inerente ao tipo penal, sendo vedada sua inclusão nesta fase da dosimetria, pois representaria bis in idem.[2][8]

As **circunstâncias do delito** são **favoráveis** ao imputado, pois nos autos não há prova de que este agiu com audácia acima da média.

Quanto às **consequências** do delito **em relação à vítima**, devem ser consideradas **favoráveis** ao acusado, pois inerentes à natureza do tipo penal.

A **vítima** não contribuiu para a realização da conduta ilícita, sendo a valoração neutra, conforme precedentes reiterados do STJ.

Desta feita, tendo em vista a **inexistência circunstância desfavorável,** fixo a **pena base** em 01 (um) ano de reclusão.

Ausentes circunstâncias agravantes.

No caso concreto, o acusado era menor de 21 anos à época dos fatos e confessou a prática do delito em Juízo. Assim, reconheço a atenuante, todavia deixo de aplicá-la à luz da Súmula 231 do STJ.

Inexistentes causas de aumento e diminuição de pena.

Assim, torno a sanção definitiva do crime de corrupção de menor em 01 (um) ano de reclusão.

CONCURSO FORMAL PRÓPRIO (ART. 70, PRIMEIRA PARTE, DO CP).

Aplicando-se a regra do art. 70, primeira parte, do CP, e tratando-se de crimes distintos (roubo e corrupção de menor), aplica-se a pena mais grave aumentada de um sexto até metade.

No caso concreto, a pena mais grave trata-se do crime de roubo qualificado: 06 (ANOS) ANOS, 02 (DOIS) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE RECLUSÃO, E O PAGAMENTO DE 65 (SESSENTA E CINCO) DIAS-MULTA.

Posto isso, utilizo a fração mínima de 1/6 (um sexto), restando, então, a pena em: 07 (SETE) ANOS, 03 (TRÊS) MESES E 03 (TRÊS) DIAS DE RECLUSÃO, E 75 (SETENTA E CINCO) DIAS-MULTA.

Noutro giro, à luz do art. 70, parágrafo único, do CP, ¿não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do art. 69 deste Código¿.

Logo, somando as penas, temos então: 06 (ANOS) ANOS, E 02 (DOIS) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE RECLUSÃO, E O PAGAMENTO DE 67 (SESSENTA E SETE) DIAS-MULTA + 01 (UM) ANO DE RECLUSÃO, restando a pena em: **07 (SETE) ANOS, 02 (DOIS) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE RECLUSÃO, E O PAGAMENTO DE 65 (SESSENTA E CINCO) DIAS-MULTA**.

Com efeito, percebe-se a regra do concurso material de crimes é mais benéfica ao acusado, à luz do art. 69 e art. 70, parágrafo único, do CP, devendo assim prevalecer.

ASSIM, TORNO A SANÇÃO DEFINITIVA EM 07 (SETE) ANOS, 02 (DOIS) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE RECLUSÃO, E O PAGAMENTO DE 65 (SESSENTA E CINCO) DIAS-MULTA.

CUMPRIMENTO DE PENA E REGIME PRISIONAL.

Com base nos arts. 33, § 2º, b, do CP, levando em consideração a pena aplicada, determino que a sanção seja cumprida inicialmente em regime semiaberto, a partir do trânsito em julgado desta sentença, ficando a cargo do Juízo da Execução Penal e SUSIPE.

DETRAÇÃO.

Deixo de realizar a detração, tendo em vista que não haveria qualquer alteração no regime inicial de cumprimento de pena, mesmo com a computação do tempo de prisão provisória.

SUBSTITUIÇÃO DA PENA E SURSIS.

Em virtude do quantum de pena aplicável, bem como pelo delito ter sido prática com grave ameaça, a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos e a suspensão condicional da pena mostram-se incabíveis, a teor do art. 44 e art. 77, ambos do CP.

CUSTAS PROCESSUAIS.

Deixo de condenar o réu em pagamento de custas processuais, haja vista ser patrocinado pela Defensoria

Pública, de acordo com o art. 40, VI, da Lei Estadual nº 8.328/15.

SITUAÇÃO PRISIONAL.

Nego o benefício do apelo em liberdade ao, pois presente razão para MANUTENÇÃO da prisão preventiva, pois já fixado o regime semiaberto para início de cumprimento das penas consubstanciado, também, na necessidade de garantir a preservação da ordem pública e garantir a aplicação da lei penal.

Valendo ressaltar a periculosidade em concreto do acusado, a qual praticou o roubo com usa de uma faca e em concurso de agentes, sendo DOIS agentes, contra duas vítimas, em continuidade delitiva, e, após a prática do delito, o acusado e o adolescente empreenderam fuga, sendo posteriormente abordados pela polícia militar, quando foram presos (a demonstrar sua intenção de furtar-se à aplicação da lei penal), fatos esses que evidenciam a gravidade em concreto de sua conduta.

A jurisprudência corrobora o entendimento supra ao decidir que:

[...] o decreto de prisão, não obstantes em enquadrar os fatos com precisão nas hipóteses do art. 312 do CPP, encontrava-se devidamente fundamentado na garantia da ordem pública, na parte em que se ampara no modo de preparo e cometimento do crime, apto a revelar periculosidade do paciente [...][3][9]

[...] Demonstrando-se [...] a materialidade do delito, indícios suficientes de autoria, e as circunstâncias concretas ensejadoras da decretação da prisão preventiva, consistentes na comoção social, na enorme repercussão do delito na [...] cidade em que foi perpetrado, bem como pela periculosidade do paciente, principalmente em razão do modus operandi que o delito atribuído a este foi perpetrado e do motivo torpe que ocasionou a empreitada criminosa, resta suficientemente motivado o decreto prisional fundado na garantia da ordem pública [...][4][10]

CPP, ART. 387, IV.

Deixo de aplicar o art. 387, IV do CPP em virtude da matéria não ter sido exaustivamente debatida no curso do processo pelas partes, oportunizando a instauração de contraditório sobre o tema e garantindo a observância do princípio da ampla defesa.

DISPOSIÇÕES FINAIS.

Em decorrência, cumpram-se, DE IMEDIATO, as seguintes determinações:

1. **A PRESENTE SENTENÇA DEVERÁ SERVIR COMO MANDADO PARA A INTIMAÇÃO/CIÊNCIA/OFICIO, BEM COMO ATO ORDINATÓRIO DO NECESSÁRIO;**

2. publique-se, registre-se e intimem-se;

3. Dar ciência ao Ministério Público;

4. Intime-se o réu, pessoalmente, conferindo-lhes o direito de apelar no prazo legal. Não sendo assim possível, DETERMINO, desde já, que seja intimado por edital, nos termos do art. 392, IV, do CPP;

5. Intimar a Defesa;

6. intimar o diretor do estabelecimento penal onde o acusado encontra-se recolhido, enviando uma cópia desta sentença à SUSIPE (Provimento nº002/2008-CJCI-TJPA, art. 1º e CNJ, Resolução nº 113)[5][11];

7. Havendo **interposição de recurso de apelação**, certificar a respeito da tempestividade e caso tempestivos, RECEBO a apelação, abrindo-se, na sequência, vista para razões/contrarrazões. Após

remeter os autos ao Egrégio TJ/PA;

8. Determino a devolução da bicicleta apreendida nos autos ao respectivo proprietário. Não sendo possível, determino que seja adotado o procedimento para doação, na forma do Provimento Conjunto n° 002/2021 - CJRMB/CJCI;

9. Encaminhar a arma branca, do tipo faca, apreendidos nos autos para destruição, procedendo a baixa no Cadastro Nacional de Bens Apreendidos do CNJ;

10. Expedir **guia de execução provisória**, encaminhá-las à Vara de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984, arts.105 e seguintes; STF, Súmulas 716 e 717; CNJ, Resolução nº 113/2010 e TJPA, Resolução nº016/2007-GP, arts. 2º e 4º, parágrafo único[6][12]);

11. Ocorrendo o **TRÂNSITO EM JULGADO** da sentença, adotar as seguintes providências:

11.1. Comunicar à Justiça Eleitoral e ao Instituto de Identificação de Belém/PA (CF/1988, art. 15, III, CPP, art. 809, § 3º e CNJ, Resolução nº 113);

11.2. Expedir **guia de execução definitiva**, encaminhando-as à Vara de Execuções Penais (Lei nº7.210/1984, arts. 105 e seguintes, CNJ, Resolução nº 113 e TJPA, Resolução nº 016/2007-GP, arts. 2º e 4º, parágrafo único);

11.3. Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena de multa, em conformidade com o descrito no artigo 686 do CPP.

11.4. Expeça-se ofício ao Instituto de Identificação Criminal, encaminhando a Guia de Recolhimento;

11.5. Arquivar, fisicamente e via LIBRA.

Ananindeua (PA), 09 de novembro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Criminal Comarca de Ananindeua

[1][7] ¿o intuito de obter lucro fácil também está contido na conduta de comercializar a droga, de modo que não cabe invocá-lo para o fim de majorar a pena-base, ante a possibilidade de, novamente, incorrer-se em *bis in* idem¿STF, HC nº 107.532-SC, red. p/ o acórdão Min. Ricardo Lewandowski (Informativo STF nº 695, de 13 a 22 de fevereiro de 2013). Naquele sentido: ¿'o motivo do crime', no caso "proveito econômico", não justifica a exasperação da reprimenda por ser inerente ao próprio tipo¿ (TJPA, Acórdão 125856 - Comarca: Marabá - 1ª Câmara Criminal Isolada - Data de Julgamento: 22.10.2013 - Proc. nº. 20133000304-1, Rec.: Apelação Penal - Relator(a): Des(a). Maria Edwiges Miranda Lobato).

[2][8] ¿o intuito de obter lucro fácil também está contido na conduta de comercializar a droga, de modo que não cabe invocá-lo para o fim de majorar a pena-base, ante a possibilidade de, novamente, incorrer-se em *bis in* idem¿ STF, HC nº 107.532-SC, red. p/ o acórdão Min. Ricardo Lewandowski (Informativo STF nº 695, de 13 a 22 de fevereiro de 2013). Naquele sentido: ¿'o motivo do crime', no caso "proveito econômico", não justifica a exasperação da reprimenda por ser inerente ao próprio tipo¿ (TJPA, Acórdão 125856 - Comarca: Marabá - 1ª Câmara Criminal Isolada - Data de Julgamento: 22.10.2013 - Proc. nº. 20133000304-1, Rec.: Apelação Penal - Relator(a): Des(a). Maria Edwiges Miranda Lobato).

[3][9] STF, HC 86529/PE, rel. Sepúlveda Pertence, 18.10.2005 (Informativo STF nº 406/2006).

[4][10] STJ, *Habeas Corpus* nº 35161/PE (2004/0060667-2), 5ª Turma, Rel. Min. Félix Fischer. j. 02.09.2004, unânime, DJ 27.09.2004. Naquele sentido: ¿necessidade concreta de manter a prisão cautelar do agente a bem da ordem pública, mormente pela gravidade concreta do delito, evidenciada pelo *modus operandi* empregado pelo paciente, fato que revela seu desequilíbrio emocional e periculosidade, a justificar a manutenção da prisão cautelar¿ (STJ, HC 102.929-PR, Rel. Min. Jorge Mussi, j. em 17.2.2009 ¿ Informativo STJ nº 384/2009).

[5][11] DJ nº 4032, de 22.01.2008.

[6][12] DJ nº 3868, de 26.04.2007.

Autos de nº: 0811343-43.2021.8.14.0006

Denunciado: FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA ALVES

Defesa: DR. JORGE LUIZ REGO TAVARES OAB/PA 7236

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA ALVES, já qualificado nos autos, requereu, por meio de sua Defesa técnica, a **REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA**, conforme os fundamentos expostos no ID nº 37926586.

O Ministério Público manifestou-se desfavoravelmente ao pleito (ID nº 38447616).

Passo a decidir.

O artigo 312 do Código de Processo Penal apresenta como razões para a prisão preventiva o periculum libertatis e o fumus commissi delicti, este caracterizado pela prova da existência do crime e indício suficiente de autoria; aquele consiste no perigo que a permanência do agente em liberdade representa para a aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal, e para a segurança da própria coletividade (ordem pública).

Analisando os argumentos trazidos pela Defesa do acusado, entendo que inexistem fatos novos a serem acrescentados a motivar a revogação da prisão decretada nos autos.

Com efeito, o *periculum libertatis* se funda na **garantia da ordem pública e para a conveniência de futura instrução criminal**. Tomo essa conclusão a partir da análise do *modus operandi* e a gravidade concreta do delito, os quais denotam a periculosidade do acusado e a necessidade de acautelamento social, ante a existência de elementos idôneos a indicar que que teria supostamente praticado **atos libidinosos diversos da conjunção carnal, mediante toques na genitália da criança (além de outras partes do corpo), praticados contra vítima de tenra idade (apenas 05 anos), valendo-se da proximidade estabelecida com a ofendida (o agente era vizinho da vítima), e praticados quando estavam a sós. Além Disso, consta nos autos que o denunciado ainda teria exibido sua genitália à criança.** Tais atos evidenciam a **periculosidade em concreto** e corrobora a necessidade de **resguardar a ordem pública**, a fim de se evitar o cometimento de novos delitos deste viés contra outras vítimas em potencial.

Denota-se ainda que sem o cárcere o agente certamente terá a oportunidade de influenciar ou intimidar a vítima, seus familiares e/ou testemunhas, haja vista que **o acusado era vizinho destas, portanto, ciente onde elas residem**. Assim, a decretação da prisão mostra-se necessária para **conveniência da instrução criminal**, porquanto, caso o denunciado esteja em liberdade, a vítima e as mencionadas testemunhas não terão a necessária tranquilidade para comparecer em Juízo e relatar os fatos, o que pode representar óbice e/ou prejuízo à eventual instrução processual.

Registre-se que primariedade e bons antecedentes, por si só, são insuficientes para a concessão de liberdade quando presentes os requisitos da prisão preventiva. Da mesma forma, não subsiste a eventual alegação de residência fixa e ocupação lícita, consoante o entendimento consolidado também do Supremo Tribunal Federal, os quais, por si sós, não inviabilizam a custódia cautelar daquele que sofre a persecução penal instaurada pelo Estado, se presentes os motivos legais autorizadores da medida extrema restritiva, como se verifica na hipótese em apreço.

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO, AMEAÇA E CÁRCERE PRIVADO. FUNDAMENTOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR MANTIDOS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODO DE EXECUÇÃO DO DELITO. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA NO CASO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A prisão cautelar encontra fundamento na jurisprudência desta Corte, segundo a qual configura legítima a manutenção da segregação cautelar se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam a periculosidade do agente. 2. **A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a primariedade, a residência fixa e a ocupação lícita não possuem o condão de impedir a prisão cautelar, quando presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, como ocorre no caso.** 3. Recurso improvido. (STF - RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS RHC 116469 MT (STF) Data de publicação: 02/12/2013) *grifei*

Nessas linhas de entendimento, cito Súmula 08 do TJE/PA que se aplica ao caso concreto:

As qualidades pessoais são irrelevantes para a concessão da ordem de Habeas Corpus, mormente quando estiverem presentes os requisitos da prisão preventiva.

Ademais, tratam os autos de crime considerado por lei como **hediondo[1]** com pena cominada em abstrato que **supera em muito os 04 anos** como permissivo para a manutenção da prisão preventiva, nos termos do artigo 313, I do CPP.

Assim, **a gravidade concreta do suposto delito**, a necessidade de assegurar a **instrução criminal**, e conferir **efetiva proteção à integridade física e psicológica da vítima e às demais provas do processo** ¿ haja vista que neste tipo de crime é comum, como dito acima, o temor das testemunhas em dizer o que sabem, estando o réu solto ¿ **dão ensejo à manutenção da custódia cautelar**.

Por outro lado, não vislumbro a possibilidade de aplicação de medida cautelar típica ou atípica diversa da prisão, pois se fosse imposta, seria **inadequada e insuficiente**, já que a consequência imediata seria a soltura do acusado e, conforme demonstrado na fundamentação supra, este não possui condição de voltar ao convívio social nesta fase do procedimento sem acarretar abalo à ordem pública (CPP, art. 282, §6º), devendo prevalecer, neste instante procedimental, o direito à segurança pública em detrimento ao direito à liberdade individual, sendo esta ponderação resultante da aplicação do princípio da **¿proporcionalidade¿.**

Isto posto, para a **garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal**, nos termos do art. 312 e art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal, **INDEFIRO** o pedido de REVOGAÇO DA PRISÃO PREVENTIVA de **FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA ALVES**.

Ciência ao Ministério Público e à Defesa.

Outrossim, **cumpram-se todas as diligências necessárias à realização da audiência designada nos autos**.

CÓPIA DESTA DECISÃO DEVERÁ SERVIR COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO/REQUISIÇÃO/CARTA PRECATÓRIA, BEM COMO ATO ORDINATÓRIO DO NECESSÁRIO.

Ananindeua/PA, 22 de outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua

---

Autos de nº: 0811343-43.2021.8.14.0006

Denunciado: FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA ALVES, filho(a) de Marinha Oliveira Alves, nascido(a) em 20.09.1967, atualmente custodiado no(a) atualmente custodiado no CRCAN - CENTRO DE RECUPERAÇÃO ANASTACIO DAS NEVES. Nº do Infopen: 347481.

Defesa: DR. JORGE LUIZ REGO TAVARES OAB/PA 7236

RÉU PRESO

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Considerando os argumentos lançados na defesa prévia, bem como o constante nos autos, verifica-se, no que tange à possibilidade de absolvição sumária, que a Defesa do acusado não apresenta provas contundentes e aptas a afastar, por si sós, a pretensão acusatória, nessa esfera de cognição sumária, a evidenciar a necessidade da instrução processual para o deslinde do presente caso.

Noutro giro, vale frisar que a denúncia descreve de forma satisfatória a conduta delitiva da qual o réu foi acusado, a delinear a maneira pela qual praticaram o crime, bem como o nexo causal entre sua conduta e o resultado do crime, razão pela qual não há o que se falar em inépcia da denúncia, porquanto preenchidos os pressupostos e condições, previstos no rol do art. 41 do Código de Processo Penal.

Assim, não apresentados argumentos eloquentes e aptos a propiciar a absolvição preliminar dos acusados, DETERMINO o prosseguimento regular do processo.

INTIME-SE o Ministério Público, a Defesa, o acusado e a vítima, esta por meio de seu Representante Legal, para comparecerem à sessão de **Depoimento Especial**, que DESIGNO para **__29 / __11__ / __2021__** , às **_10_:_00_h** , nos termos do art. 10 e do art. 12, ambos da Lei nº 13.431/2017, bem como da Recomendação nº 33, de 23/11/2010 do CNJ.

Determino, ainda, que a Equipe Multiprofissional junte aos autos, após a realização do depoimento especial, o relatório de credibilidade da oitiva especial, a ser realizado pelo Psicólogo, devidamente certificado nos autos, no prazo 10 (dez) dias.

DESIGNO também **Audiência de Instrução e Julgamento** para **__29__ / __11 / __2021__** , às **_10_:_00_h** , oportunidade em que serão colhidos os depoimentos das testemunhas anteriormente arroladas, bem como o acusado será interrogado.

INTIME-SE/REQUISITE-SE o(s) acusado(s).

INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes.

Dê-se ciência ao Ministério Público e a Defesa.

A PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO/ CARTA PRECATÓRIA/ REQUISIÇÃO/ OFÍCIO, BEM COMO ATO ORDINATÓRIO DO NECESSÁRIO.

CUMPRA-SE.

Ananindeua/PA, 15 de outubro de 2021.

(assinado eletronicamente)

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Penal da Comarca de Ananindeua/PA

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº 00516282420158140006

Indiciado(s): **IGOR DA CUNHA FERNANDES**

Advogado(s) de defesa: **DR. JOSÉ EDUARDO PEREIRA ROCHA, OAB/PA Nº 18.045**

DE ORDEM, do Excelentíssimo Senhor Doutor **EMANOEL JORGE DIAS MOUTA**, Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal de Ananindeua, nos termos do Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento nº 08/2014 ¿ CJRMB, FICA INTIMADO(A) o(a)(s) **advogado(a)(s) de defesa acima identificado(s)**, para comparecer(em) no dia**09/12/2021, ás 09horas**, na 4ª Vara Criminal do Fórum da Comarca de Ananindeua, localizada na Avenida Claudio Sanders, antiga Estrada do Maguari, 193 (2º Andar), bairro Centro, Ananindeua - Pará, a fim de participar(em) de **AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, (re)**designada nos autos do processo em epigrafe, BEM COMO PARA QUE TOME CIÊNCIA DA DELIBERAÇÃO ABAIXO:

DELIBERAÇ¿O: A MM. Juíza passou a DELIBERAR nos seguintes termos:

1 ¿ Redesigno audiência de instruç¿o para o dia 09/12/2021, às 09:00 horas.

2 ¿ Tendo em vista que o Dr. JOSE EDUARDO PEREIRA ROCHA, OAB/PA 18.045, advogado de defesa do acusado IGOR DA CUNHA FERNANDES, n¿o compareceu ao ato, em que pese tenha sido regularmente intimado (fl. 87), APLICO, novamente, multa de 10 (dez) salários mínimos, com comunicaç¿o à OAB respectiva, para as providências, em raz¿o do abandono de causa, nos termos do art. 265 do Código de Processo Penal. Intime-se, via DJE.

3 ¿ Intime-se o réu, através de Carta Precatória para o endereço informado à fl. 76, e se negativo, por edital, pra ciência da presente decis¿o e constituir, se for o caso, novo advogado, no prazo de 05 dias, ficando ciente que sua inércia implicará em nomeaç¿o de defensor público.

4 ¿ Caso o réu n¿o constitua novo procurador, dê-se vistas à Defensoria para ciência.

5 ¿ Requisitem-se as testemunhas policiais.

6 ¿ Saem os presentes intimados.

Ananindeua, 09 de novembro de 2021.

VANESSA GONÇALVES BENTES

Auxiliar do Judiciário da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

FÓRUM DE BENEVIDES

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES

AÇÃO DE AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE

Processo n° 0116701-58.2015.814.0097

Requerente: T.D.D.S.

Representante Legal: ADRIANA DO SOCORRO DOS SANTOS

Requerido: ANTÔNIO NUNES DA SILVA

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

(PRAZO DE 30 DIAS)

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria tramitam os AUTOS CÍVEIS DE AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE, nº. 0116701-58.2015.814.0097, e que, por não ter sido localizado, fica o Sr. ANTÔNIO NUNES DA SILVA, devidamente CITADO de todos os termos e para todos os fins, termos e atos da ação supramencionada, que lhe move a Requerente, T.D.D.S., legalmente representada por sua genitora, Sra. ADRIANA DO SOCORRO DOS SANTOS, e para, querendo, conteste ao pedido no prazo de 15 (QUINZE) dias, sob pena de revelia e confissão. E para que não alegue ignorância, mandou expedir o presente com prazo de 30 (TRINTA) dias, que será publicado e afixado nos lugares de costume.

Dado e passado nesta Cidade e 1ª Vara da Comarca de Benevides, Estado do Pará, aos 09 (nove) dia do mês de novembro de dois mil e vinte e um (2021).

Leide Mary do Carmo Ribeiro

Diretora de Secretaria

Provimento nº. 006/2006 - CJRMB

Diretora de Secretaria da 1ª Vara Cível da Comarca de Benevides (PA)

Processo n. 0002748-53.2014.8.14.0097Autor: Banco Itaú S/A (advogadas: CARLA SIQUEIRA BARBOSA OAB/PA 6686 E LAYSA AGENOR LEITE OAB/PA 15530)Réu: R da C Kikuchi Comércio Com fundamento no artigo 485, VIII, e seu §4º, do Código de Processo Civil, homologo o pedido de desistência para que surta seus jurídicos e legais efeitos (fls. 40/41) e, em consequência, extingo o processo sem resolução do mérito. Custas pelo autor. Sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Benevides-PA, 31 de outubro de 2021. Vanessa Ramos Couto Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Benevides ¿ mat. 48.615Ato de designação: Portaria 074/2021-SJ.

Proc. n. 0001446-57.2012.8.14.0097 Ação: BUSCA E APREENSÃO Requerente: LUCIANO DOS SANTOS GOMES. Advogado: LUIZ FERNANDO MOREIRA OAB-2468. Requerido: JEFERSON TEOFILO DE CASTRO. Luciano dos Santos Gomes ajuizou a presente ação de busca e apreensão contra Jeferson Teófilo de Castro,cujo objeto é o automóvel Ford Ka Flex, ano 2010, modelo 2011, cor vermelha, chassi9BFZK53A7BB268608.Relatou que, para adquirir o automóvel objeto da demanda, celebrou contrato de financiamento com o Banco Itaú, cujas parcelas mensais ficaram ajustadas no valor de R$772,39 (setecentos e setenta e dois reais e trinta e nove centavos) cada uma.Ocorre que, em razão de dificuldades financeiras, celebrou contrato verbal de compra e venda com o réu, pelo qual, ficou avençado que o réu pagaria as referidas parcelas.Afirmou que o réu não cumpriu com a sua obrigação, pois está inadimplente com o Banco em três parcelas, o que, inclusive, gerou a anotação do nome do autor em cadastro de proteção ao crédito.Diante disso, pediu o desfazimento do negócio que celebrou com o réu, bem como, para que não tenha prejuízos ainda maiores, pediu a busca e apreensão liminar do referido veículo para entregar ao banco para pagamento da dívida.A liminar foi deferida e cumprida, estando o objeto atualmente na posse do autor.O réu, citado pessoalmente, não ofereceu contestação (fls. 25/26 e 30). É o relatório. Decido.Os artigos 344, 345 e 355, II, do Código de Processo Civil preceituam que, se o réu não contestar a ação, será considerado revel e, salvo se algum dos eventuais corréus contestar a ação; se o litígio versar sobre direitos indisponíveis, e/ou, se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato, serão presumidos verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, situação em que será proferido o julgamento antecipado do mérito. Noutra senda, o artigo 475 do Código Civil dispõe que a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.No caso sob exame, o réu foi citado pessoalmente e não contestou a presente ação, motivo pelo qual, declaro-o revel. Outrossim, ao não verificar nenhuma das exceções previstas no artigo 345 do Código de Processo Civil, aplico os efeitos da revelia e, por conseguinte, reputo verdadeiro que:a) o autor vendeu o automóvel Ford Ka Flex, ano 2010, modelo 2011, cor vermelha, chassi9BFZK53A7BB268608, para o réu, pelo preço correspondente ao pagamento das prestações vincendas do contrato de financiamento do referido veículo.b) o autor entregou o automóvel vendido ao réu.c) o réu não pagou as prestações do financiamento do automóvel (fls. 10 e 12/21). Logo, ante o inadimplemento do réu e o pedido do autor, possível a resolução do contrato tal qual ora pleiteada, devendo as partes retornarem ao estado anterior, com a restituição do veículo vendido ao autor. Ante o exposto, ao resolver o mérito do processo nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido e, por conseguinte, decreto extinto, por resolução em razão do inadimplemento do réu, o contrato de compra e venda do automóvel Ford Ka Flex, ano 2010, modelo 2011, cor vermelha, chassi 9BFZK53A7BB268608, celebrado entre as partes. Fica consolidada a liminar deferida de busca e apreensão do veículo. Custas pelo réu. Condeno o réu ao pagamento de honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) do valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após trânsito em julgado, caso o autor não requeira o cumprimento da sentença (recebimento dos honorários advocatícios) no prazo de dois meses, arquivem-se os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido do credor. Benevides-PA, 31 de outubro de 2021.Vanessa Ramos Couto Juíza de Direito da 1ª Vara Cível de Benevides ¿ mat. 48.615Ato de designação: Portaria n. 074/2021-SJ.

Processo n. 0008522-93.2016.8.14.0097 Autor: Elielson Moraes dos Santos (Advogados: FABIO ROGERIO MOURA - OAB/PA 14.220 E FERNANDA ALICE RAMOS MARQUES - OAB/PA 19.345) Réus: Elielton Lisboa dos Santos e outros Elielson Moraes dos Santos ajuizou a presente ação de exoneração de pensão alimentícia contra Elielton Lisboa dos Santos, Nathalia Lisboa dos Santos e Everson Lisboa dos Santos objetivando se exonerar da prestação de pensão alimentícia em favor dos réus, no montante de 40% (quarenta porcento) de seu salário. Em audiência, os réus reconheceram a procedência do pedido. Por sua vez, o Ministério Público se manifestou pela procedência do pedido. É o relatório. Decido. Considerando que os réus são maiores de idade e que a demanda versa sobre direito disponível, válido o

reconhecimento da procedência do pedido feito por elas. Ante o exposto, homologo o reconhecimento da procedência do pedido feito pelos demandados e,em consequência, exonero Elielson Moraes dos Santos do pagamento da pensão alimentícia à Elielton Lisboa dos Santos, Nathalia Lisboa dos Santos e Everson Lisboa dos Santos, nos termos do inciso III, alínea a, do artigo 487, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado:a) expeça-se ofício à fonte pagadora informando a confirmação da tutela de urgência, para cessar definitivamente o desconto da pensão alimentícia na folha de pagamento do autor.b) feito isso, arquive-se os autos. Benevides-PA, 31 de outubro de 2021.Vanessa Ramos Couto Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Benevides - mat. 48.615 Ato de designação: Portaria 074/2021-SJ.

Processo n. 0023716-92.2009.8.14.0097 Autor: Lacinda das Graças Figueiredo de Oliveira (ADVOGADO: SÉRGIO ANTONIO SILVA MELO - OAB/PA 4093) Réu: Raimundo Guedes de Lima (Advogado: RAIMUNDO ALVES DE SOUZA JÚNIOR - OAB/PA 9905)Considerando que, decorrido o prazo de suspensão do processo ocorrida em virtude do falecimento do advogado da autora, esta, até a presente data, não constituiu novo procurador, com fundamento no artigo 313, I, e seu §3º, do Código de Processo Civil, extingo este feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, X, do Código de Processo Civil. Sem custas. Condeno a autora ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em R$1.000,00 (mil reais). Os honorários advocatícios ora arbitrados somente poderão ser executados se, nos cinco anos subsequentes ao trânsito em julgado da presente condenação, o credor demonstrar que a autora deixou de ser hipossuficiente (artigos 85 e 98, §3º, do Código de Processo Civil). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cientifique-se o Município de Benevides. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Benevides-PA, 31 de outubro de 2021.Vanessa Ramos Couto Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Benevides ¿ mat. 48.615Ato de designação: Portaria 074/2021-SJ.

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES

JUIZ: LUIZ GUSTAVO VIOLA CARDOSO
PROCESSO: 0000321-38.2019.8.14.0120. Ação: Queixa-Crime. Querelante: Augusto Cleybe Ribon (Adv. Carlos Eduardo D'Assunção Cordovil, OAB/PA nº 26007). Querelado: Abel Lucena Junior (Adv. Celso Luiz Reis do Nascimento, OAB/PA nº 6290). TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR. ABERTA A AUDIÊNCIA, o MM. Juiz chamou o feito a ordem para considerar somente a capitulação prevista no art. 140 do CP, consoante narração da queixa crime apresentada, uma vez que o crime previsto do art. 129 é de ação penal condicionada, de titularidade do Ministério Público. DELIBERAÇÃO: DESPACHO- INTIME-SE o advogado do querelante para manifestar interesse no feito em 10 dias, considerando a certidão de folhas retro, sob pena de extinção do feito sem julgamento de mérito. Após, conclusos.

JUIZ: LUIZ GUSTAVO VIOLA CARDOSO
PROCESSO: 0002149-17.2014.8.14.0097 (REPUBLICAÇÃO). Ação: Dissolução de União Estável (cumprimento de sentença). Requerente/Exequente: I.R.P.L. (Advs. Luiz Fernando de Freitas Moreira, OAB/PA nº 2468 e Dickson Xavier Pires Pereira, OAB/PA nº 19655). Requerido/Executado: E.S.O. (Advs. Edgar Pinheiro Dias, OAB/PA nº 16239-B e João Brito de Moraes Filho, OAB/PA nº 3514). DESPACHO. R.H. Alterar a classe para CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Diga a parte autora.

ATO ORDINATÓRIO Processo: 0001105-26.2015.8.14.0097. Ação: Monitória. Requerente: Banco do Brasil S/A (Advogado: Louise Rainer Pereira Gioneds, OAB/PR nº 8123). Requeridos: Norte Representações e Assessoria Comercial Ltda. e Luciano de Assis Waltrich. Neste ato, fica intimado o requerente a pagar as custas judiciais finais no prazo de 30 (trinta) dias, com espeque no art. 1º, §2º, inciso XI, do provimento nº. 006/2006. Maria Clara Teixeira Diniz Ferreira Analista Judiciário (Assino, segundo art. 1º, §3º do provimento 08/2014)

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BENEVIDES

JUÍZA: EDILENE DE JESUS BARROS SOARES.

EDITAL DE CITAÇÃO

(PRAZO DE 10 DIAS)

A MMª. EDILENE DE JESUS BARROS SOARES, Juíza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Benevides, Estado Do Pará e na Forma Da Lei. FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo tramita o Processo nº: 0003727-73.2018.814.0097, tendo como acusado (a)(s) JHEME BRITO ALMEIDA, brasileiro, paraense, solteiro, nascido em 10.01.1992, Filho de Maria Helena Brito Gomes. Em virtude deste se encontrar em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 10 (dez) dias, para que o acusado observe a acusação que lhe foi imputada nos autos em epígrafe, sendo que em sua resposta poderá arguir preliminar e alegar tudo o que for de interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário, Benevides, ao quarto (04) dia do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Marta Maciel Pimentel, Diretora de Secretaria da Vara Criminal de Benevides. O digitei.

EDITAL DE CITAÇÃO

(PRAZO DE 10 DIAS)

A MMª. EDILENE DE JESUS BARROS SOARES, Juíza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Benevides, Estado Do Pará e na Forma Da Lei. FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo tramita o Processo nº: 0004915-67.2019.8.14.0097, tendo como acusado (a)(s) JOÃO DOS SANTOS ALMEIDA, brasileiro, paraense, solteiro, Filho de Osmarina Almeida e Benedito Almeida. Em virtude deste se encontrar em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 10 (dez) dias, para que o acusado observe a acusação que lhe foi imputada nos autos em epígrafe, sendo que em sua resposta poderá arguir preliminar e alegar tudo o que for de interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário. Benevides, ao quinto (05) dia do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Yasmin de Lima Begot, Auxiliar Administrativo, que o digitei, e segue assinado por Marta Maciel Pimentel, Diretora de Sec. Judicial da Vara Criminal de Benevides/PA.

FÓRUM DE MARITUBA

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA

RESENHA: 08/11/2021 A 08/11/2021 - GABINETE DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA - VARA: VARA CRIMINAL DE MARITUBA PROCESSO: 00000454120148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:SERGIO SANTOS REMOR Representante(s): OAB 5586 - PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) OAB 5541 - ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:CEZAR PAULO REMOR Representante(s): OAB 17300 - CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA CAMPOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCELO RAMOS REMOR Representante(s): OAB 17300 - CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA CAMPOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARIA DO CARMO GOMES MARTINS MENDES Representante(s): OAB 17300 - CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA CAMPOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANA MARIA REMOR Representante(s): OAB 17300 - CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA CAMPOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:PAULO ROBERTO REMOR Representante(s): OAB 17300 - CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA CAMPOS (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . DESPACHO Considerando a retomada gradual das audiÃªncias de rÃ©us soltos e a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 22.02.2022 as 09H00. - INTIME-SE OS ACUSADOS E AS TESTEMUNHAS DE DEFESA SERVE O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 08 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00002027720158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 DENUNCIADO:GUSTAVO BORGES LOPES VITIMA:C. A. M. N. . DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 15.02.2022 Ã s 11h00. INTIME-SE o acusado GUSTAVO BORGES LOPES, residente no endereÃ§o rua IrmÃ£ AlaÃde Quadra 10, casa 14 Casa A - Bairro Almir Gabriel - Marituba - PA; INTIME-SE as testemunhas de acusaÃ§Ã£o PATRÃCIA DA COSTA MAIA e MARCELO MAIA CORREA, ambos residentes no Residencial Viver Melhor, NÂº 104-QD12, BL 13, LT 45, AP 104- Parque Verde - Marituba - PA. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 08 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00004499220148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:EDAILSON LOPES TRINDADE VITIMA:D. A. S. VITIMA:V. Q. B. Representante(s): OAB 21596 - FELIPE MATOS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 01.02.2022 Ã s 08h30. INTIME-SE o acusado EDAILSON LOPES TRINDADE, localizado na Rua Santa Maria, NÂº496, Bairro Murinim, Benevides - PA; INTIME-SE a testemunha MICHEL DAVID LIMA DOS SANTOS, localizado Ã Rua Boa Vista, NÂº277, Marituba - PA. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 08 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00011617720178140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário

em: 08/11/2021 DENUNCIADO:CARLOS ANDRE DOS PASSOS SILVA VITIMA:P. C. T. DENUNCIADO:TIAGO COSTA DE AVIZ VITIMA:M. K. P. M. VITIMA:N. S. V. J. VITIMA:S. A. A. VITIMA:T. A. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Quanto ao requerimento da defesa, Ã s fls. 118/119, DEFIRO o pedido. 2.Â Â Â Â Â Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 17.02.2022 Ã s 09h00. INTIME-SE os acusados CARLOS ANDRE DOS PASSOS situado Ã Rua Joaquim Veras, Quadra 15, casa nÂº32, Bairro Almir Gabriel, CEP 67200-000, Marituba - PA; Quanto a TIAGO COSTA DE AVIZ, EXPEÃA-SE carta precatÃ³ria para a seu interrogatÃ³rio, deixando clara a possiblidade de participaÃ§Ã£o da audiÃªncia via videoconferÃªncia. REQUISITE-SE as testemunhas policiais militares: EDUARDO ANTONIO FARIAS DE MORAES; IRAILSON GALENO DA CRUZ; e JACKSON ANDRADE MELO; INTIME-SE as testemunhas: SELMO ALVES DE ALMEIDA, no endereÃ§o Rua do Fio, nÂº 03, Maguari, Benevides/PA; - PRISCILA CORREA TITAN no endereÃ§o Rua do Fio, nÂº 03, Maguari, Benevides/PA; - TELMA ARAUJO no endereÃ§o Rua Julio Viveiros, nÂº 206, bairro Madre Tereza, Benevides/PA; - NELSON SUAREZ VIEIRA JUNIOR no endereÃ§o Rua Visconde de Maracaju, nÂº40B, MÃ©dice, Benevides/PA; - MIRLENA KAROLLE PORTAL MACIEL no endereÃ§o Alameda 13 de maio, nÂº 125, Maguari, Benevides/PA; O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 08 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 2Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00015477220118140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:ANA LUCIA PANTOJA LOPES VITIMA:O. E. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Quanto Ã manifestaÃ§Ã£o ministerial, homologo a desistÃªncia da oitiva da testemunha Sandra Maria Santos Pereira. 2.Â Â Â Â Â Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 03.02.2022 Ã s 08h30. INTIME-SE a acusada ANA LUCIA PANTOJA LOPES, residente Ã Passagem Santos Dumont, nÂº 30, s/n de porta, fundos, ao lado do imÃ³vel de nÂº 32, Bairro do Barreiro, BelÃ©m - PA. INTIME-SE a testemunha EDMAR PEDRO VALOIS DE LIMA, com endereÃ§o situado Ã Rua dos Pariquis, NÂº219, Bairro Jurunas, BelÃ©m - PA. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 08 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00037444520118140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:RAFAEL PEREIRA DA SILVA VITIMA:C. T. A. P. VITIMA:R. A. M. VITIMA:S. A. M. . DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 16.02.2022 Ã s 11h00. INTIME-SE o acusado RAFAEL PEREIRA DA SILVA, residente Ã Rua da Assembleia (Rua 1Âº de Maio), nÂº 950, Bairro Decouville, Marituba - PA. INTIMEM-SE as testemunhas de acusaÃ§Ã£o ROSALINA ALVES MOREIRA e CLEBER TIAGO ALVES PEREIRA, ambos residentes na Alameda da Paz, Quadra nÂº 09, InvasÃ£o Santa FÃ©, 120, Bairro Decouville, Marituba - PA; - RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA, residente Ã Rua Raimundo Barbosa Santana, 275, Bairro Centro, Marituba - PA; - LEONARDO MORAES PEDREURA, residente e domiciliado na Rua Alfredo Calado, casa 2006, Bairro Santa LÃºcia I, Marituba - PA. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 08 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00083232120208140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 DENUNCIADO:AMANDA KARINE CALDAS SILVA Representante(s): OAB 29359 - ANTONIO MORAES ARAUJO (ADVOGADO) VITIMA:A. R. T. B. VITIMA:B. D. T. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA Â Â Â Â Â Â DECISAO 1.Â Â Â Â Â Considerando que a

denunciada foi regularmente citada, fls. 82, tendo apresentada resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls.58/76, verifico que diante da apresentaÃ§Ã£o de defesa preliminar pelo(s) acusado(s) nÃ£o foram apresentados argumentos eloquentes e aptos a propiciar a rejeiÃ§Ã£o da denÃºncia e absolviÃ§Ã£o preliminar do(s) acusado(s). 2.Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de adoÃ§Ã£o de medidas de prevenÃ§Ã£o contra o coronavÃ-rus. Considerando ainda o disposto no art. 28 da Portaria 15/2020 deste Tribunal que recomendou aos magistrados o reagendamento das audiÃªncias nÃ£o consideradas urgentes, aguardem-se os autos em secretaria para designaÃ§Ã£o de audiÃªncia na pauta de rÃ©us soltos. Marituba (PA), 08 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito PÃ¡gina de 1 PROCESSO: 00011842320178140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: E. O. S. DENUNCIADO: D. M. S. DENUNCIADO: R. B. V. DENUNCIADO: E. R. P. PROCESSO: 00015287720128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. B. A. Representante(s): OAB 6659-B - MAURO JOAO MACEDO DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA: M. L. F. PROCESSO: 00037704320118140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: O. R. S. VITIMA: S. B. A.

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - GABINETE DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA - VARA: VARA CRIMINAL DE MARITUBA PROCESSO: 00007641320208140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 09/11/2021 DENUNCIADO:ANA BEATRIZ DA SILVA LAMEIRA Representante(s): OAB 22245 - MARCELO BRASIL CAMPOS (ADVOGADO) . TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO Processo nÂº 0000764-13.2020.8.14.0133 Acusada: ANA BEATRIZ DA SILVA LAMEIRA Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 33 da Lei 11.343/06. Aos 08 (oito) dias do mÃªs de novembro de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 8h45min horas nesta cidade, Comarca de Marituba, Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncia deste JuÃ-zo, onde se achava presente por meio virtual o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal, o Exmo. Sr. Dr. AGENOR CASSIO NASCIMENTO DE ANDRADE. Aberta audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, o Exmo. Sr. Dr. RODRIGO AQUINO SILVA. Presentes a acusada ANA BEATRIZ DA SILVA LAMEIRA, acompanhada de seu advogado por meio virtual Dr. Marcelo. Presentes as testemunhas de acusaÃ§Ã£o PC EVANDRO DA COSTA MARTINS RIBEIRO, RG 1597245 PC PA; PC OSVALDO DE ALMEIDA LEITE RG 2104418 PC PA; PC MARCELO CASTELO BRANCO DA FONSECA RG 1697149 PC PA. Em seguida, passou o MM. Juiz a ouvir a testemunha de acusaÃ§Ã£o PC EVANDRO DA COSTA MARTINS RIBEIRO, RG 1597245 PC PA. Testemunha compromissada. InquiriÃ§Ã£o acostada na mÃ-dia em anexo. Em seguida, passou o MM. Juiz a ouvir a testemunha de acusaÃ§Ã£o PC OSVALDO DE ALMEIDA LEITE RG 2104418 PC PA. Testemunha compromissada. InquiriÃ§Ã£o acostada na mÃ-dia em anexo. Em seguida, o MinistÃ©rio PÃºblico desistiu da oitiva da testemunha PC MARCELO CASTELO BRANCO DA FONSECA RG 1697149 PC PA, o que foi homologado por este JuÃ-zo. Em seguida, o MM. Juiz passou a qualificar a acusada ANA BEATRIZ DA SILVA LAMEIRA, perguntando: QUAL O SEU NOME? ANA BEATRIZ DA SILVA LAMEIRA DE ONDE Ã NATURAL? QUAL O SEU ESTADO CIVIL? QUAL A SUA IDADE? Respondeu 23 anos QUAL SUA FILIAÃÃO? QUAL SUA RESIDÃNCIA? Respondeu em Marituba, no Viver Melhor Outras locais onde morou? JÃ¡ foi preso? Sim, mas nÃ£o por muito tempo. Responde outro processo? Respondeu que sim, mas nÃ£o se recorda qual processo. Possui vÃ-cios? Respondeu que nÃ£o. Quais atividades que jÃ¡ exerceu? Respondeu que nÃ£o trabalha. SABE LER E ESCREVER? Ã ELEITOR? Possui alguma doenÃ§a grave? Dado aos interrogados o direito de entrevista reservada com os seus Advogados na forma disposta no art. 185, Â§ 2Âº do CPC e depois de cientificados da acusaÃ§Ã£o foram lhes formuladas perguntas de acordo 188 do CPP e alertados de seus direitos constitucionais, inclusive, de nÃ£o responder Ã s perguntas que lhe forem formuladas, e o seu silÃªncio nÃ£o importarÃ¡ em confissÃ£o, e nem poderÃ¡ ser interpretado em prejuÃ-zo da defesa. Ãs perguntas sobre os fatos, tendo em vista que as perguntas sobre sua pessoa foram feitas durante a sua qualificaÃ§Ã£o. InquiriÃ§Ã£o acostada na mÃ-dia em anexo. Em seguida, em atendimento ao comando do art. 402 do CPP, o MinistÃ©rio PÃºblico declarou que nÃ£o possui requerimentos. A Defesa declarou que tampouco possui requerimentos. Em seguida, o MM. Juiz deu a palavra ao MP para alegaÃ§Ãµes finais, conforme mÃ-dia em anexo. Em seguida, o MM. Juiz deu a palavra ao advogado de Defesa para alegaÃ§Ãµes finais, conforme mÃ-dia em anexo. Em seguida o MM Juiz proferiu a seguinte SENTENÃA: O MINISTÃRIO

PÃBLICO, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, lastreado em procedimento inquisitorial, mais precisamente o InquÃ©rito, apresentou DENÃNCIA em desfavor de ANA BEATRIZ DA SILVA LAMEIRA, pelo crime de nomen iuris TrÃ¡fico de Drogas - Art. 33 da Lei 11.343/06. Narram os autos, que em 22.01.2020 foi realizada denÃºncia anÃ´nima de trÃ¡fico de drogas que relatava que uma mulher residente no residencial Viver Melhor Marituba, lt 10, qd. 02, Torre 10, apto 201, estava comercializando entorpecentes. No local encontraram 02 pequenas petecas contendo substancia esbranquiÃ§ada semelhante Ã cocaÃ-na. Foi determinada a notificaÃ§Ã£o da acusada que apresentou defesa preliminar. A denÃºncia foi recebida em 22.06.2021. Foi designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento onde foram ouvidas as testemunhas EVANDRO DA CONCEIÃÃO MARTINS RIBEIRO, OSVALDO DE ALMEIDA LEITE e interrogada a acusada. Em sede de alegaÃ§Ãµes finais, apresentadas em audiÃªncia, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a desclassificaÃ§Ã£o para o delito previsto no art. 28 da Lei 11343/06. Por sua vez, a Defesa, em alegaÃ§Ãµes finais, apresentadas em audiÃªncia, pleiteou pela tambÃ©m desclassificaÃ§Ã£o para o art. 28 da Lei 11343/06. Ã o relatÃ³rio. Decido. Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em face de ANA BEATRIZ DA SILVA LAMEIRA, onde se imputa a esta a prÃ¡tica do delito de trÃ¡fico ilÃ-cito de entorpecentes, previsto no art. 33 da Lei n.Âº 11.343/2006. Observo ser incontestÃ¡vel o fato de terem sido encontradas 02 porÃ§Ãµes de entorpecentes em poder da denunciada, diante do teor dos depoimentos constantes dos autos, e que a substÃ¢ncia apreendida Ã© considerada entorpecente, pois se trata 0,5g de CocaÃ-na, conforme pelo Laudo ToxicolÃ³gico contido Ã s fls. 38 do apenso. De outro norte, a questÃ£o da autoria delitiva serÃ¡ analisada conjuntamente com a tese da defesa, no sentido de desclassificar o delito para uso de substÃ¢ncia entorpecente, por estarem essas matÃ©rias intimamente ligadas entre si. Foram ouvidas, em sede de instruÃ§Ã£o processual, as testemunhas policiais EVANDRO DA CONCEIÃÃO MARTINS RIBEIRO, OSVALDO DE ALMEIDA LEITE. Os policiais ratificaram os fatos narrados na denÃºncia, afirmando que receberam a denÃºncia e que encontraram a quantidade de entorpecentes acima descrita. Ao seu turno, a rÃ©, afirmou que os entorpecentes eram seus, tendo utilizado logo apÃ³s o falecimento de seu pai, mas que, atualmente, nÃ£o faz mais uso. A despeito de suas ponderaÃ§Ãµes, tenho que o conjunto probatÃ³rio trazido aos autos nÃ£o afasta o entendimento pela desclassificaÃ§Ã£o. Sabe-se que o delito de trÃ¡fico ilÃ-cito de entorpecente contÃ©m 18 (dezoito) nÃºcleos do tipo, consistente na conduta de Â¿Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor Ã venda, oferecer, ter em depÃ³sito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorizaÃ§Ã£o ou em desacordo com determinaÃ§Ã£o legal ou regulamentarÂ¿. Ã bem verdade que vÃ¡rios desses verbos utilizados pelo legislador podem tambÃ©m estar presentes, de alguma forma, nas condutas daqueles que utilizam substÃ¢ncia entorpecente apenas para uso prÃ³prio. Todavia, sÃ£o as peculiaridades do caso que deverÃ£o orientar o magistrado sobre a capitulaÃ§Ã£o legal a ser dada Ã conduta do agente, a exemplo da quantidade da droga, forma e local de acondicionamento, circunstÃ¢ncias da apreensÃ£o, enfim, fatores que necessariamente contribuirÃ£o para a correta elucidaÃ§Ã£o da conduta criminosa. Pelo que se pode apreender do conjunto probatÃ³rio, a rÃ© foi flagrada portando consigo certa quantidade de drogas inferior a 10 (dez) gramas de cocaÃ-na e, em que pese a forma como a substÃ¢ncia estava acondicionada (em petecas), nÃ£o foram recolhidos quaisquer indÃ-cios de que o entorpecente seria destinado Ã venda (como, por exemplo, a presenÃ§a de apetrechos ligados ao trÃ¡fico como: soluÃ§Ã£o de bateria, balanÃ§a de precisÃ£o, barrilha, etc.) ou Ã doaÃ§Ã£o, enfim, a qualquer outra finalidade distinta daquela alegada pela denunciada, qual seja, o prÃ³prio consumo. Vale ponderar, ainda, que as testemunhas ouvidas em juÃ-zo corroboram com a versÃ£o sustentada pela rÃ©, de modo que este juÃ-zo, diante das provas colhidas nas fases policial e judicial, nÃ£o pode ter outra postura senÃ£o de dÃºvida quanto Ã real destinaÃ§Ã£o das petecas apreendidas em poder da acusada. Assim, em homenagem ao princÃ-pio in dÃºbio pro reo, desclassifico a conduta praticada pela denunciada de trÃ¡fico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/2006) em porte de droga para consumo, prevista no tipo penal contido no art. 28 da Lei 11.343/2006, com fulcro no art. 383, Â§ 2Âº do C.P.P,Â e, conforme determina o art. 74, Â§ 2Âº, do C.P.P, por se tratar de ilÃ-cito cuja competÃªncia para apuraÃ§Ã£o responsabilidade penal Ã© atribuÃ-da ao Juizado Especial Criminal, determino a remessa dos autos ao juÃ-zo competente, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da presente decisÃ£o. Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva manifestada na denÃºncia contra ANA BEATRIZ DA SILVA LAMEIRA sua conduta para o ilÃ-cito de porte ilegal de drogas para consumo, previsto no art. 28 da Lei 11343/2006. Diante do teor desta decisÃ£o, revogo as medidas cautelares anteriormente impostas Ã denÃºncia. Transitada em julgado, permanecendo inalterada esta decisÃ£o: -Encaminhem-se os autos ao Juizado Especial Criminal desta Comarca. Oportunamente, arquive-se com as cautelas de praxe. Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Encerrado o presente termo, eu Felipe Ramos (Analista JudiciÃ¡rio),....., digitei e subscrevi. Juiz de Direito:

..... Promotor de JustiÃ§a: ..... Advogado: ..... Acusada: ..... Testemunhas de AcusaÃ§Ã£o: .... PROCESSO: 00007838720188140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 09/11/2021 DENUNCIADO:CASSIO DOS SANTOS ALMEIDA INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:R. S. P. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando o requerimento da defesa de fls. 338, determino Ã secretaria que realize a juntada nos autos da mÃ-dia do interrogatÃ³rio de JEFFERSON CLEBER FERNANDES BAIA contida nos autos de n. 0013395-91.2017.8140133 (fls.20). 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para que se manifeste sobre o pedido de relaxamento da prisÃ£o do acusado contido Ã s fls. 352v. Marituba (PA), 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00015026220188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:A. C. DENUNCIADO:JOSE CARLOS DOS SANTOS MEDEIROS. TERMO DE AUDIÊNCIA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO Processo nÂº 0001502-62.2018.8.14.0006 Acusado: JOSÃ CARLOS DOS SANTOS MEDEIROS Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 306, CTB. Aos 09 (nove) dias do mÃªs de outubro de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11h37min horas nesta cidade, Comarca de Marituba, Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncia deste JuÃ-zo, onde se achava presente o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal, o Exmo. Sr. Dr. AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE. Aberta audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, o Exmo. Sr. Dr. RODRIGO AQUINO SILVA. Ausente o acusado JOSÃ CARLOS DOS SANTOS MEDEIROS. Presente a Defensoria PÃºblica Dra. ROSÂNGELA LAZZARIN. Aberta a audiÃªncia, restou prejudicada em razÃ£o da ausÃªncia do acusado, embora intimado pessoalmente para o feito, conforme certidÃ£o de fl. 20. Dada a palavra ao representante do MinistÃ©rio PÃºblico, manifestou-se nos seguintes termos: Â¿O recebimento da denÃºncia ocorreu em 04.06.2018, fl. 05, Ãºnica causa interruptiva da prescriÃ§Ã£o, e que o rÃ©u responde pelo crime do art. 306 do CTB, cuja pena Ã© de detenÃ§Ã£o de 6 meses a 3 anos. Em caso de condenaÃ§Ã£o, sua pena ficaria abaixo do mÃ-nimo legal, considerando que as circunstÂ¢ncias do caso concreto lhe sÃ£o favorÃ¡veis, e nÃ£o hÃ¡ agravantes nem causas de aumento de pena. Desde o recebimento da denÃºncia atÃ© a presente data jÃ¡ se passaram mais de 3 anos. Dessa forma, o MinistÃ©rio PÃºblico requer o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o antecipada, pelas razÃµes jÃ¡ expostas, nos termos do art. 109, incs. VI c/c art. 107, inc. IV, ambos do CÃ³digo Penal. Dada a palavra Ã Defensoria PÃºblica, manifestou-se nos seguintes termos: Â¿Reitero o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico em sua Ã-ntegra.Â¿. Em seguida, passou o MM. Juiz a proferir a seguinte SENTENÃA: Considerando a manifestaÃ§Ã£o das partes pelo reconhecimento da prescriÃ§Ã£o virtual, verifico que jÃ¡ se passaram mais de 03 anos desde o recebimento da denÃºncia, fls. 05, pelo que passo a me manifestar sobre a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o virtual: Primeiramente faz-se necessÃ¡rio esclarecer que o entendimento dos tribunais superiores Ã© no sentido de nÃ£o reconhecer a tese da prescriÃ§Ã£o da pena em perspectiva, por ausÃªncia de previsÃ£o legal e por entender tratar-se de uma decisÃ£o precoce. No entanto, a experiÃªncia nos julgamentos de processos desse jaez, ou seja, casos em que a existÃªncia de circunstÂ¢ncias judiciais favorÃ¡veis e a inevitÃ¡vel aplicaÃ§Ã£o da pena no mÃ-nimo legal culminavam com o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o retroativa, plausÃ-vel aderir a essa modalidade de extinÃ§Ã£o da punibilidade, desde que uma anÃ¡lise apurada do caso nÃ£o revelasse o contrÃ¡rio. De fato, nÃ£o pode haver interesse do Estado em dar continuidade a um processo fadado Ã extinÃ§Ã£o a punibilidade. Nesse contexto destaca-se tambÃ©m o princÃ-pio da economia processual e da instrumentalidade do processo. A propÃ³sito acerca do tema, Ã© de transcrever o teor dos Enunciados do FÃ³rum Nacional dos JuÃ-zes Federais Criminais: Enunciado 15. A FALTA DE INTERESSE EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO PELA PENA EM PERSPECTIVA PODE SER RECONHECIDA QUANDO MANIFESTA E ADMITIDA COM PRUDENTE VALORAÃÃO DE SEGURANÃA ACERCA DA PENA MÃXIMA ADMISSÃVEL E DA EXTRAPOLAÃÃO DO TEMPO PARA SUA OCORRÃNCIA. Enunciado 36. NO CURSO DA INSTRUÃÃO CRIMINAL, CASO O MPF, INTIMADO PARA TANTO, NÃO DEMONSTRE A EXISTÃNCIA DE CIRCUNSTÃNCIAS QUE POSSAM IMPORTAR NA FIXAÃÃO DA EVENTUAL PENA EM PATAMAR NO QUAL A PRETENSÃO PUNITIVA NÃO ESTARIA PRESCRITA, O PROCESSO PODERÃ SER EXTINTO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. E, em comentÃ¡rios aos referidos Enunciados, Ã© a doutrina de Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho e Jorge AndrÃ© de Carvalho MendonÃ§a (Enunciados FONACRIM Comentados.

ColeÃ§Ã£o SÃºmulas Comentadas. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. p. 30-31): Â¿O enunciado 36 propugna a extinÃ§Ã£o do processo por falta de interesse de agir quando o MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o demonstrar que remanesce interesse, consubstanciado no binÃ´mio necessidade-utilidade do provimento jurisdicional futuro. Trata-se de importante iniciativa que busca recolocar o tema no debate jurisprudencial. Afinal, os efeitos mais deletÃ©rios da opÃ§Ã£o jurisprudencial das Cortes Superiores em vedar peremptoriamente o juÃzo prospectivo da pena eventual, recaem justamente sobre os juÃzos de primeiro grau. SÃ£o esses que sofrem os Ã´nus de instruir processos sabidamente inviÃ¡veis, com a utilizaÃ§Ã£o das escassas datas das pautas de audiÃªncias que poderiam ser utilizadas em processos com viabilidade ainda presente. Ã de todo angustiante a um magistrado verificar o desperdÃcio de escassos recursos em causas que serÃ£o julgadas sem qualquer resultado Ãºtil ao autor, caso seu pedido de condenaÃ§Ã£o seja julgado procedente. Esse Ã© mais um dos inÃºmeros casos em que um diÃ¡logo mais prÃ³ximo entre magistrados do primeiro grau de jurisdiÃ§Ã£o e os magistrados das cÃºpulas do JudiciÃ¡rio poderia servir de esteio para uma soluÃ§Ã£o menos peremptÃ³ria. TambÃ©m por essa razÃ£o, um diÃ¡logo de mais qualidade entre Ã³rgÃ£os do MinistÃ©rio PÃºblico e juÃzes, com a demonstraÃ§Ã£o de que o interesse pÃºblico globalmente considerado seria melhor atendido com a adoÃ§Ã£o pontual da tese.Â¿ In casu, desde a ocorrÃªncia do fato jÃ¡ transcorreu perÃodo superior a 03 anos, nÃ£o sendo finalizada a instruÃ§Ã£o processual atÃ© a presente data. E, afigura-se que eventual pena definitiva, considerando as circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis do rÃ©u, bem como a inexistÃªncia de agravantes ou causas de aumento de pena, esta nÃ£o ultrapassarÃ¡ 06 meses cujo prazo prescricional seria de 03 anos, nos termos do art. 109, VI do CP.Â Portanto, a sanÃ§Ã£o penal a ser aplicada Ã /o acusada/o resvala na prescriÃ§Ã£o com base na pena em perspectiva com consequente extinÃ§Ã£o da punibilidade. Assim, no caso de eventual condenaÃ§Ã£o, a provÃ¡vel pena aplicada seria inÃºtil visto que estarÃamos diante da prescriÃ§Ã£o retroativa e da extinÃ§Ã£o de sua punibilidade. Ante o exposto, diante da ausÃªncia de justa causa para o prosseguimento da aÃ§Ã£o, um dos elementos do interesse de agir e, com a finalidade de evitar o dispÃªndio de tempo e o desgaste da JustiÃ§a PÃºblica com um processo que, inevitavelmente, perderia sua utilidade, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE em relaÃ§Ã£o ao acusado JOSE CARLOS DOS SANTOS MEDEIROS, o fazendo com espeque no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Levantem-se eventuais atos constritivos existentes em desfavor do/a rÃ©/u. Sem custas. Em havendo arma de fogo ou simulacro de arma de fogo, encaminhe-se ao Comando do ExÃ©rcito, para destruiÃ§Ã£o ou doaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os de seguranÃ§a pÃºblica ou Ã s ForÃ§as Armadas, uma vez que nÃ£o interessa mais Ã persecuÃ§Ã£o penal, como disposto no art. 25 do Estatuto do Desarmamento.Em havendo bens apreendidos de baixo valor econÃ´mico e que nÃ£o foram requeridos por nenhum interessado ao longo da instruÃ§Ã£o, determino a sua doaÃ§Ã£o para Projetos Sociais cadastrados junto ao Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, nos termos do art. 14, III, do Provimento n. 10/2008-CJRMB, ou, sendo imprestÃ¡veis, sua destruiÃ§Ã£o.Com o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o dÃª-se baixa em nossos registros. NADA MAIS havendo, o MM. Juiz mandou encerrar o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, ..., (Felipe Ramos), Analista JudiciÃ¡rio, que digitei e subscrevi. Juiz de Direito: .... Promotor de JustiÃ§a: .... Defensora PÃºblica: .... PROCESSO: 00022880320138140097 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:JARDEL CARVALHO DE ALBUQUERQUE DENUNCIADO:MARIO REGINALDO PEREIRA DE LIMA VITIMA:A. E. E. T. L. E. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando a retomada gradual das audiÃªncias de rÃ©us soltos e a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 23.02.2022 as 11H00. - INTIMEM-SE OS ACUSADOS. 2. Sem prejuÃzo da audiÃªncia designada, DETERMINO Ã secretaria que certifique se foi encaminhada carta precatÃ³ria para oitiva da testemunha ARICLES MATOS BATISTA FILHO. 3. ApÃ³s, encaminhe-se ao MinistÃ©rio PÃºblico para que se manifeste sobre o interesse na oitiva da testemunha ARICLES MATOS BATISTA FILHO. 4. INTIME-SE os advogados Victor Cardoso de Lima OAB/PA 20.042, Rafael Duque Estrada de Oliveira Peron OAB/PA 19.6814, e JosÃ© Rubenildo Correa OAB/PA 9.579 via DJE, para que tomem ciÃªncia da data de audiÃªncia designada, bem com para que, no prazo de dez dias, manifestem-se a respeito das certidÃµes negativas de intimaÃ§Ã£o das testemunhas de defesa SERVE O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00029436120138140133 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:J. S. S. DENUNCIADO:JOSE HENRIQUE MONTEIRO DOS REIS VITIMA:F. S. S. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 22.02.2022 Ã s 11h00. INTIMEM-SE as testemunhas de defesa ELAINY SOCORRO PEREIRA AMADOR, residente na Passagem Eliel (Loteamento G. de JeovÃ¡), NÂº (entre Tiradentes e Paulo Fonteles), IcuÃ- - GuajarÃ¡, CEP 67.125-000, Ananindeua - PA; e CRISTIANE FLEXA DA SILVA, residente na Passagem Iram, NÂº 44, IcuÃ- - GuajarÃ¡, CEP 67.125-000, Ananindeua - PA; REQUISITE-SE a PolÃ-cia Civil a testemunha policial CARLOS ALBERTO DE LIMA PIRES. 2.Â Â Â Â Â Tendo em vista as certidÃµes de fls. 31 e 34, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar quanto ao endereÃ§o da vÃ-tima e do acusado. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00031843520138140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 09/11/2021 VITIMA:I. B. S. DENUNCIADO:JULIO CESAR ANDRADE SEABRA. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando a retomada gradual das audiÃªncias de rÃ©us soltos e a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 08.03.2022 as 11H00. - INTIMEM-SE O ACUSADO. ENDEREÃO: TV TERCEIRA, N 59, BAIRRO NOVO, MARITUBA. REQUITE-SE AS TESTEMUNHAS POLICIAIS: JAMILTON FERREIRA CARREIRA ANA CRISTINA PINHEIRO RABELO 2. Sem prejuÃ-zo da audiÃªncia designada, encaminhe-se ao MinistÃ©rio PÃºblico para que se manifeste sobre o interesse na oitiva da testemunha ISAIAS DE SOUZA SILVA (certidÃ£o de fls. 45), ROSEMARY AZEVEDO ARAUJO (certidÃ£o de fls.44v). Marituba (PA), 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00032288820128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:YOLANE RIBEIRO DA CRUZ VITIMA:A. P. J. O. VITIMA:M. F. F. S. VITIMA:D. J. G. P. VITIMA:S. P. B. . DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 09.03.2022 Ã s 09h00. INTIME-SE a acusada YOLANE RIBEIRO DA CRUZ, residente na Rua SÃ£o Pedro, nÂº 264, bairro Murinin, Centro, Benevides - PA; INTIME-SE as testemunhas de acusaÃ§Ã£o: - SOELI PINTO BARATA, residente na Estrada da Pirelli, nÂº 2036, Bairro Decouville, Marituba - PA; - DAYANE JULIANA GOMES PINTO, filha de Alderico Luis Damasceno Pinto e Maria do Carmo Gomes Pinto, residente na Rua do Fio, nÂº 34, Bairro SÃ£o JosÃ©, Marituba - PA, prÃ³ximo Ã Escola Girassol; - MÃNICA DE FÃTIMA FARIAS DA SILVA, filha de Manoel Farias da Silva e Francisca Farias da Silva, residente na Rua Paulo VI, nÂº 110, Mirizal, Marituba - PA (ou na Rua Juscelino Kubistchek, nÂº 114, Marituba - PA); - ANA PAULA DE JESUS OLIVEIRA, filha de JosÃ© Airton de Oliveira e Maria do Livramento de Jesus Oliveira, residente na Rua CÃ©lio Mota, nÂº04, Bairro Dom Aristides, Marituba - PA, prÃ³ximo Ã CÃ¢mara Municipal. INTIME-SE as testemunhas de defesa: FERNANDA SILVA SANTOS, residente no Conjunto Uirapuru, Quadra 22, Casa 07, IcuÃ--GuajarÃ¡, Ananindeua - PA; - MARIA DE FÃTIMA BARROS DA SILVA, residente na Cidade Nova VII, we 67, nÂº 622-A, Ananindeua - PA. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 2Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00033108520138140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:ELIEL DE JESUS DOS SANTOS FARIAS VITIMA:A. C. O. . DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 10.03.2022 Ã s 09h00. EXPEÃA-SE carta

precatÃ³ria para o interrogatÃ³rio do acusado ELIEL DE JESUS DOS SANTOS FARIAS, deixando clara a possiblidade de participaÃ§Ã£o da audiÃªncia via videoconferÃªncia. INTIMEM-SE as testemunhas RAIMUNDO FAVACHO MIRANDA, residente na Rua da Pirelli, Passagem Vera Cruz, nÂ°65, Bairro Decouville, Marituba - PA; - JOLIENE NAIVES CORREA, residente na Rua Osvaldo Melo, nÂ°72, Santa Lucia II, Marituba - PA; GENISON MONTEIRO DOS SANTOS, residente na 3Â° Rua, casa 10, Santa Lucia II, Bairro Decouville, Marituba - PA; REQUISITE-SE Ã SuperintendÃªncia da Policia RodoviÃ¡ria Federal, para que apresente as testemunhas policiais rodoviÃ¡rios federais GERMANO CHAVES GARCIA e JOSÃ ROBERTO SANTOS ALMADA para o ato. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00037346420128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:ALEF WENDELL DA SILVA AGUIAR VITIMA:H. M. M. C. . SENTENÃA Compulsando os autos, verifico que jÃ¡ se passaram mais de 07 anos desde o recebimento da denÃºncia, pelo que passo a me manifestar sobre a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o virtual: Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente faz-se necessÃ¡rio esclarecer que o entendimento dos tribunais superiores Ã© no sentido de nÃ£o reconhecer a tese da prescriÃ§Ã£o da pena em perspectiva, por ausÃªncia de previsÃ£o legal e por entender tratar-se de uma decisÃ£o precoce. Â Â Â Â Â Â Â No entanto, a experiÃªncia nos julgamentos de processos desse jaez, ou seja, casos em que a existÃªncia de circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis e a inevitÃ¡vel aplicaÃ§Ã£o da pena no mÃnimo legal culminavam com o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o retroativa, plausÃvel aderir a essa modalidade de extinÃ§Ã£o da punibilidade, desde que uma anÃ¡lise apurada do caso nÃ£o revelasse o contrÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â De fato, nÃ£o pode haver interesse do Estado em dar continuidade a um processo fadado Ã extinÃ§Ã£o da punibilidade. Nesse contexto destaca-se tambÃ©m o princÃpio da economia processual e da instrumentalidade do processo. Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito acerca do tema, Ã© de transcrever o teor dos Enunciados do FÃ³rum Nacional dos JuÃzes Federais Criminais: Enunciado 15. A FALTA DE INTERESSE EM RAZÂ¿O DA PRESCRIÃÂ¿O PELA PENA EM PERSPECTIVA PODE SER RECONHECIDA QUANDO MANIFESTA E ADMITIDA COM PRUDENTE VALORAÃÂ¿O DE SEGURANÃA ACERCA DA PENA MÃXIMA ADMISSÃVEL E DA EXTRAPOLAÃÂ¿O DO TEMPO PARA SUA OCORRÃNCIA. Enunciado 36. NO CURSO DA INSTRUÃÂ¿O CRIMINAL, CASO O MPF, INTIMADO PARA TANTO, NÂ¿O DEMONSTRE A EXISTÃNCIA DE CIRCUNSTÃNCIAS QUE POSSAM IMPORTAR NA FIXAÃÂ¿O DA EVENTUAL PENA EM PATAMAR NO QUAL A PRETENSÂ¿O PUNITIVA NÂ¿O ESTARIA PRESCRITA, O PROCESSO PODERÃ SER EXTINTO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. Â Â Â Â Â Â Â E, em comentÃ¡rios aos referidos Enunciados, Ã© a doutrina de Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho e Jorge AndrÃ© de Carvalho MendonÃ§a (Enunciados FONACRIM Comentados. ColeÃ§Ã£o SÃºmulas Comentadas. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. p. 30-31): Â¿O enunciado 36 propugna a extinÃ§Ã£o do processo por falta de interesse de agir quando o MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o demonstrar que remanesce interesse, consubstanciado no binÃ´mio necessidade-utilidade do provimento jurisdicional futuro. Trata-se de importante iniciativa que busca recolocar o tema no debate jurisprudencial. Afinal, os efeitos mais deletÃ©rios da opÃ§Ã£o jurisprudencial das Cortes Superiores em vedar peremptoriamente o juÃzo prospectivo da pena eventual, recaem justamente sobre os juÃzos de primeiro grau. SÃ£o esses que sofrem os Ã´nus de instruir processos sabidamente inviÃ¡veis, com a utilizaÃ§Ã£o das escassas datas das pautas de audiÃªncias que poderiam ser utilizadas em processos com viabilidade ainda presente. Ã de todo angustiante a um magistrado verificar o desperdÃcio de escassos recursos em causas que serÃ£o julgadas sem qualquer resultado Ãºtil ao autor, caso seu pedido de condenaÃ§Ã£o seja julgado procedente. Esse Ã© mais um dos inÃºmeros casos em que um diÃ¡logo mais prÃ³ximo entre magistrados do primeiro grau de jurisdiÃ§Ã£o e os magistrados das cÃºpulas do JudiciÃ¡rio poderia servir de esteio para uma soluÃ§Ã£o menos peremptÃ³ria. TambÃ©m por essa razÃ£o, um diÃ¡logo de mais qualidade entre Ã³rgÃ£os do MinistÃ©rio PÃºblico e juÃzes, com a demonstraÃ§Ã£o de que o interesse pÃºblico globalmente considerado seria melhor atendido com a adoÃ§Ã£o pontual da tese.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â In casu, desde o recebimento da denÃºncia jÃ¡ transcorreu perÃodo superior a 07 anos. Â Â Â Â Â Â Â E, afigura-se que eventual pena definitiva, considerando as circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis do rÃ©u, bem como a inexistÃªncia de agravantes ou causas de aumento de pena, esta nÃ£o ultrapassarÃ¡ 06 anos, cujo prazo prescricional seria de 12 anos, nos termos do art. 109 do CP. Ademais, hÃ¡ de se ressaltar que o acusado possuÃa menos de 21 anos Ã Ã©poca dos fatos, o que reduz o prazo prescricional pela metade, nos

termos do art. 115 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, a sanÃ§Ã£o penal a ser aplicada ao acusado resvala na prescriÃ§Ã£o com base na pena em perspectiva com consequente extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Assim, no caso de eventual condenaÃ§Ã£o, a provÃ¡vel pena aplicada seria inÃºtil visto que estarÃamos diante da prescriÃ§Ã£o retroativa e da extinÃ§Ã£o de sua punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, diante da ausÃªncia de justa causa para o prosseguimento da aÃ§Ã£o, um dos elementos do interesse de agir e, com a finalidade de evitar o dispÃªndio de tempo e o desgaste da JustiÃ§a PÃºblica com um processo que, inevitavelmente, perderia sua utilidade, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u ALEF WENDELL DA SILVA AGUIAR, o fazendo com espeque no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Levantem-se eventuais atos constritivos existentes em desfavor do rÃ©u. Sem custas. Em havendo arma de fogo ou simulacro de arma de fogo, encaminhe-se ao Comando do ExÃ©rcito, para destruiÃ§Ã£o ou doaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os de seguranÃ§a pÃºblica ou Ã s ForÃ§as Armadas, uma vez que nÃ£o interessa mais Ã persecuÃ§Ã£o penal, como disposto no art. 25 do Estatuto do Desarmamento. Em havendo bens apreendidos de baixo valor econÃ´mico e que nÃ£o foram requeridos por nenhum interessado ao longo da instruÃ§Ã£o, determino a sua doaÃ§Ã£o para Projetos Sociais cadastrados junto ao Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, nos termos do art. 14, III, do Provimento n. 10/2008-CJRMB, ou, sendo imprestÃ¡veis, sua destruiÃ§Ã£o. Com o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o dÃª-se baixa em nossos registros. Â Â Â Â Â Â Â Marituba, 09 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â AGENOR DE ANDRADE Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00037938620118140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:VALMIR SOUSA SOARES VITIMA:R. B. B. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 24.02.2022 Ã s 09h00. INTIME-SE o acusado VALMIR SOUZA SOARES, residente e domiciliado na Terceira Rua, NÂº 10, PrÃ³ximo a Jovelina Morgado, Bairro Novo, Marituba - PA; INTIMEM-SE as testemunhas de acusaÃ§Ã£o JOSÃ VIEIRA DA SILVA, residente no Conjunto Mario Couto, WE-4, 2, Quadra 19, Bairro Decouville, Marituba - PA; - SIMONE DO SOCORRO SILVA DE ALMEIDA, com endereÃ§o situado no Residencial Mario Couto, Rua Bom Jesus, Quadra 19, 11, Bairro Decouville, Marituba - PA; - WEDSON DA SILVA FEITOSA, residente na Passagem Palheta, NÂº 7/B, Bairro Mirizal, Marituba - PA; - LUCIANE CONCEIÃÃO FARIAS BAIA, residente na Rua Bom Jesus, Quadra 19, NÂº 11, Bairro Decouville, Marituba - PA; - CRISTILENE DE PAIVA COSTA - JOÃO MATIAS VIEIRA, residente no Jardim VisÃ£o, Rua da VitÃ³ria, NÂº 08, Bairro Decouville, Marituba - PA. 2.Â Â Â Â Â Considerando que nÃ£o consta nos autos o endereÃ§o da testemunha de acusaÃ§Ã£o Cristilene de Paiva Costa, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 2Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00038313020138140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:MOISES SILVA MONTEIRO VITIMA:E. M. S. . SENTENÃA Compulsando os autos, verifico que jÃ¡ se passaram mais de 07 anos desde o recebimento da denÃºncia, pelo que passo a me manifestar sobre a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o virtual: Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente faz-se necessÃ¡rio esclarecer que o entendimento dos tribunais superiores Ã© no sentido de nÃ£o reconhecer a tese da prescriÃ§Ã£o da pena em perspectiva, por ausÃªncia de previsÃ£o legal e por entender tratar-se de uma decisÃ£o precoce. Â Â Â Â Â Â Â No entanto, a experiÃªncia nos julgamentos de processos desse jaez, ou seja, casos em que a existÃªncia de circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis e a inevitÃ¡vel aplicaÃ§Ã£o da pena no mÃnimo legal culminavam com o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o retroativa, plausÃvel aderir a essa modalidade de extinÃ§Ã£o da punibilidade, desde que uma anÃ¡lise apurada do caso nÃ£o revelasse o contrÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â De fato, nÃ£o pode haver interesse do Estado em dar continuidade a um processo fadado Ã extinÃ§Ã£o da punibilidade. Nesse contexto destaca-se tambÃ©m o princÃpio da economia processual e da instrumentalidade do processo. Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito acerca do tema, Ã© de transcrever o teor dos Enunciados do FÃ³rum Nacional dos JuÃzes Federais Criminais: Enunciado 15. A FALTA DE INTERESSE EM RAZÃ¿O DA PRESCRIÃÂ¿O PELA PENA EM PERSPECTIVA PODE SER RECONHECIDA QUANDO MANIFESTA E ADMITIDA COM PRUDENTE VALORAÃÂ¿O DE SEGURANÃA ACERCA DA PENA MÃXIMA ADMISSÃVEL E DA EXTRAPOLAÃÂ¿O DO TEMPO PARA SUA OCORRÃNCIA. Enunciado 36. NO CURSO DA INSTRUÃÂ¿O CRIMINAL, CASO O MPF, INTIMADO PARA TANTO, NÂ¿O DEMONSTRE A EXISTÃNCIA DE CIRCUNSTÃNCIAS QUE

POSSAM IMPORTAR NA FIXAÃÂ¿O DA EVENTUAL PENA EM PATAMAR NO QUAL A PRETENSÂ¿O PUNITIVA NÂ¿O ESTARIA PRESCRITA, O PROCESSO PODERÃ SER EXTINTO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. Â Â Â Â Â Â Â E, em comentÃ¡rios aos referidos Enunciados, Ã© a doutrina de Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho e Jorge AndrÃ© de Carvalho MendonÃ§a (Enunciados FONACRIM Comentados. ColeÃ§Ã£o SÃºmulas Comentadas. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. p. 30-31): Â¿O enunciado 36 propugna a extinÃ§Ã£o do processo por falta de interesse de agir quando o MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o demonstrar que remanesce interesse, consubstanciado no binÃ´mio necessidade-utilidade do provimento jurisdicional futuro. Trata-se de importante iniciativa que busca recolocar o tema no debate jurisprudencial. Afinal, os efeitos mais deletÃ©rios da opÃ§Ã£o jurisprudencial das Cortes Superiores em vedar peremptoriamente o juÃzo prospectivo da pena eventual, recaem justamente sobre os juÃzos de primeiro grau. SÃ£o esses que sofrem os Ã´nus de instruir processos sabidamente inviÃ¡veis, com a utilizaÃ§Ã£o das escassas datas das pautas de audiÃªncias que poderiam ser utilizadas em processos com viabilidade ainda presente. Ã de todo angustiante a um magistrado verificar o desperdÃcio de escassos recursos em causas que serÃ£o julgadas sem qualquer resultado Ãºtil ao autor, caso seu pedido de condenaÃ§Ã£o seja julgado procedente. Esse Ã© mais um dos inÃºmeros casos em que um diÃ¡logo mais prÃ³ximo entre magistrados do primeiro grau de jurisdiÃ§Ã£o e os magistrados das cÃºpulas do JudiciÃ¡rio poderia servir de esteio para uma soluÃ§Ã£o menos peremptÃ³ria. TambÃ©m por essa razÃ£o, um diÃ¡logo de mais qualidade entre Ã³rgÃ£os do MinistÃ©rio PÃºblico e juÃzes, com a demonstraÃ§Ã£o de que o interesse pÃºblico globalmente considerado seria melhor atendido com a adoÃ§Ã£o pontual da tese.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â In casu, desde o recebimento da denÃºncia jÃ¡ transcorreu perÃodo superior a 07 anos. Â Â Â Â Â Â Â E, afigura-se que eventual pena definitiva, considerando as circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis do rÃ©u, bem como a inexistÃªncia de agravantes ou causas de aumento de pena, esta nÃ£o ultrapassarÃ¡ 03 anos, cujo prazo prescricional seria de 08 anos, nos termos do art. 109 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, a sanÃ§Ã£o penal a ser aplicada ao acusado resvala na prescriÃ§Ã£o com base na pena em perspectiva com consequente extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Assim, no caso de eventual condenaÃ§Ã£o, a provÃ¡vel pena aplicada seria inÃºtil visto que estarÃamos diante da prescriÃ§Ã£o retroativa e da extinÃ§Ã£o de sua punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, diante da ausÃªncia de justa causa para o prosseguimento da aÃ§Ã£o, um dos elementos do interesse de agir e, com a finalidade de evitar o dispÃªndio de tempo e o desgaste da JustiÃ§a PÃºblica com um processo que, inevitavelmente, perderia sua utilidade, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u MOISES SILVA MONTEIRO, o fazendo com espeque no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Levantem-se eventuais atos constritivos existentes em desfavor do rÃ©u. Sem custas. Em havendo arma de fogo ou simulacro de arma de fogo, encaminhe-se ao Comando do ExÃ©rcito, para destruiÃ§Ã£o ou doaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os de seguranÃ§a pÃºblica ou Ã s ForÃ§as Armadas, uma vez que nÃ£o interessa mais Ã persecuÃ§Ã£o penal, como disposto no art. 25 do Estatuto do Desarmamento. Em havendo bens apreendidos de baixo valor econÃ´mico e que nÃ£o foram requeridos por nenhum interessado ao longo da instruÃ§Ã£o, determino a sua doaÃ§Ã£o para Projetos Sociais cadastrados junto ao Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, nos termos do art. 14, III, do Provimento n. 10/2008-CJRMB, ou, sendo imprestÃ¡veis, sua destruiÃ§Ã£o. Com o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o dÃª-se baixa em nossos registros. Â Â Â Â Â Â Â Marituba, 09 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â AGENOR DE ANDRADE Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00039359020118140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 09/11/2021 DENUNCIADO:HODIRLEY WAGNER SANTIAGO LISBOA VITIMA:D. B. D. . DESPACHO Considerando a retomada gradual das audiÃªncias de rÃ©us soltos e a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 22.03.2022 as 10H00. - INTIME-SE O ACUSADO. ENDEREÃO: RUA TUCUMAERA, N 16, BAIRRO SÃO JOAO DO OUTEIRO, DISTRITO DE OUTEIRO. CONTATO 91 983281244 - REQUISITE-SE AS TESTEMUNHAS POLICIAIS: MARIO JOSE MARTINS JUNIOR ALLAN PATRICK MENDES PAMPLONA - INTIME-SE A TESTEMUNHA: MARIA DO CARMO FARIAS DE NAZARE. ENDEREÃO: RUA ALFREDO CALADO, CASA 01, N 158, VILA DEUS Ã AMOR, DECOUVILLE, MARITUBA. CONTATO 91 987217371 Marituba (PA), 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00040219020138140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:CREUZA BORGES PINHEIRO DA CRUZ DENUNCIADO:EDILBERTO PINHEIRO DA

CRUZ VITIMA:O. E. . DESPACHO Considerando a retomada gradual das audiÃªncias de rÃ©us soltos e a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 09.02.2022 as 08h30. - INTIMEM-SE OS ACUSADOS Marituba (PA), 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00040521320138140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:DANIEL MARQUES SILVA DOS SANTOS VITIMA:O. E. . DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 15.02.2022 Ã s 08h30. REQUISTE-SE Ã SEAP para que apresente o acusado para o ato, uma vez que este se encontra no CTM III. REQUISITE-SE a testemunha policial civil LUIZ CLAUDIO OLIVEIRA DE SOUZA para que compareÃ§a ao ato. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00041580920128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:MADSON FERREIRA DOS REIS VITIMA:P. A. C. . DESPACHO Considerando a retomada gradual das audiÃªncias de rÃ©us soltos e a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 10.02.2022 as 08h30. - EXPEÃA-SE CARTA PRECATORIA PARA INTIMAÃÃO DO ACUSADO NOS ENDEREÃOS APRESENTADOS ÃS FLS. 131, ressaltando que o denunciado poderÃ¡ participar do ato por meio de videoconferÃªncia, devendo ser colhidas pelo oficial de justiÃ§a informaÃ§Ãµes de email e nÃºmero de telefone. Intime-se as testemunhas: RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS LOPES. ENDEREÃO: RUA BELO HORIZONTE, N 58, PROX AO POSTO DE GASOLINA, ANANINDEUA 2. Sem prejuÃ-zo da audiÃªncia designada, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para que se manifeste quanto a oitiva da testemunha KETHELEM DE NAZARE MOARES FARIAS, tendo em vista a certidÃ£o de fls.148v. Marituba (PA), 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00044554520148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:M. S. S. DENUNCIADO:JOSE DA PENHA DE OLIVEIRA SILVA. DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 10.03.2022 Ã s 11h00. EXPEÃA-SE carta precatÃ³ria para interrogar o acusado JOSÃ DA PENHA DE OLIVEIRA SILVA, residente na Avenida Carmelindo Vali, nÂº 52, Jardim Nova Poa, CEP 08568-450, Poa - SP; REQUISITEM-SE as testemunhas de acusaÃ§Ã£o policiais rodoviÃ¡rios federais SILVIO PEREIRA BRITO, AMADEU TEIXEIRA DE SOUSA e WALDOMIRO MONTEIRO NETO; INTIME-SE a defesa via DJE, Dr. APARECIDO JOSÃ DE LIRA, OAB/SP nÂº 141174 e Dr. THADEU GOPFERT WESELOWSKI, OAB/SP nÂº 293196. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00045568220148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:DANILO AUGUSTO PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 18199 - CORA BELEM VIEIRA DE OLIVEIRA BELEM (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO Processo nÂº 0004556-82.2014.8.14.0133 Acusado: DANILO AUGUSTO PEREIRA DA SILVA Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 306, CTB. Aos 08 (oito) dias do mÃªs de novembro de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 12h horas nesta cidade, Comarca de Marituba,

Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncia deste JuÃ-zo, onde se achava presente por meio virtual o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal, o Exmo. Sr. Dr. AGENOR CASSIO NASCIMENTO DE ANDRADE. Aberta audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, o Exmo. Sr. Dr. RODRIGO AQUINO SILVA. Presente o acusado DANILO AUGUSTO PEREIRA DA SILVA, acompanhado de sua advogada Dra. Cora BelÃ©m Vieira de Oliveira BelÃ©m, OAB/PA18199. Presente a testemunha de acusaÃ§Ã£o PF PEDRO PAULO MORAES DA SILVA. Aberta a audiÃªncia, o MinistÃ©rio PÃºblico desistiu da oitiva da oitiva da testemunha de acusaÃ§Ã£o PF PEDRO PAULO MORAES DA SILVA, em razÃ£o de ter verificado ter ocorrido a prescriÃ§Ã£o do crime imputado ao rÃ©u DANILO AUGUSTO PEREIRA DA SILVA. A desistÃªncia da testemunha de acusaÃ§Ã£o foi homologada por este JuÃ-zo. Assim, dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico, manifestou-se pela declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da punibilidade, nos termos da mÃ-dia em anexo. Dada a palavra Ã Defesa, manifestou-se nos mesmos termos do MinistÃ©rio PÃºblico, conforme mÃ-dia em anexo. Em seguida, passou o MM. Juiz a proferir a seguinte SENTENÃA: Considerando ainda a manifestaÃ§Ã£o das partes pelo reconhecimento da prescriÃ§Ã£o virtual, verifico que jÃ¡ se passaram mais de 06 anos desde o recebimento da denÃºncia pelo que passo a me manifestar sobre a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o virtual: Primeiramente faz-se necessÃ¡rio esclarecer que o entendimento dos tribunais superiores Ã© no sentido de nÃ£o reconhecer a tese da prescriÃ§Ã£o da pena em perspectiva, por ausÃªncia de previsÃ£o legal e por entender tratar-se de uma decisÃ£o precoce. No entanto, a experiÃªncia nos julgamentos de processos desse jaez, ou seja, casos em que a existÃªncia de circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis e a inevitÃ¡vel aplicaÃ§Ã£o da pena no mÃ-nimo legal culminavam com o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o retroativa, plausÃ-vel aderir a essa modalidade de extinÃ§Ã£o da punibilidade, desde que uma anÃ¡lise apurada do caso nÃ£o revelasse o contrÃ¡rio. De fato, nÃ£o pode haver interesse do Estado em dar continuidade a um processo fadado Ã extinÃ§Ã£o a punibilidade. Nesse contexto destaca-se tambÃ©m o princÃ-pio da economia processual e da instrumentalidade do processo. A propÃ³sito acerca do tema, Ã© de transcrever o teor dos Enunciados do FÃ³rum Nacional dos JuÃ-zes Federais Criminais: Enunciado 15. A FALTA DE INTERESSE EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO PELA PENA EM PERSPECTIVA PODE SER RECONHECIDA QUANDO MANIFESTA E ADMITIDA COM PRUDENTE VALORAÃÃO DE SEGURANÃA ACERCA DA PENA MÃXIMA ADMISSÃVEL E DA EXTRAPOLAÃÃO DO TEMPO PARA SUA OCORRÃNCIA. Enunciado 36. NO CURSO DA INSTRUÃÃO CRIMINAL, CASO O MPF, INTIMADO PARA TANTO, NÃO DEMONSTRE A EXISTÃNCIA DE CIRCUNSTÃNCIAS QUE POSSAM IMPORTAR NA FIXAÃÃO DA EVENTUAL PENA EM PATAMAR NO QUAL A PRETENSÃO PUNITIVA NÃO ESTARIA PRESCRITA, O PROCESSO PODERÃ SER EXTINTO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. E, em comentÃ¡rios aos referidos Enunciados, Ã© a doutrina de Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho e Jorge AndrÃ© de Carvalho MendonÃ§a (Enunciados FONACRIM Comentados. ColeÃ§Ã£o SÃºmulas Comentadas. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. p. 30-31): Â¿O enunciado 36 propugna a extinÃ§Ã£o do processo por falta de interesse de agir quando o MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o demonstrar que remanesce interesse, consubstanciado no binÃ´mio necessidade-utilidade do provimento jurisdicional futuro. Trata-se de importante iniciativa que busca recolocar o tema no debate jurisprudencial. Afinal, os efeitos mais deletÃ©rios da opÃ§Ã£o jurisprudencial das Cortes Superiores em vedar peremptoriamente o juÃ-zo prospectivo da pena eventual, recaem justamente sobre os juÃ-zos de primeiro grau. SÃ£o esses que sofrem os Ã´nus de instruir processos sabidamente inviÃ¡veis, com a utilizaÃ§Ã£o das escassas datas das pautas de audiÃªncias que poderiam ser utilizadas em processos com viabilidade ainda presente. Ã de todo angustiante a um magistrado verificar o desperdÃ-cio de escassos recursos em causas que serÃ£o julgadas sem qualquer resultado Ãºtil ao autor, caso seu pedido de condenaÃ§Ã£o seja julgado procedente. Esse Ã© mais um dos inÃºmeros casos em que um diÃ¡logo mais prÃ³ximo entre magistrados do primeiro grau de jurisdiÃ§Ã£o e os magistrados das cÃºpulas do JudiciÃ¡rio poderia servir de esteio para uma soluÃ§Ã£o menos peremptÃ³ria. TambÃ©m por essa razÃ£o, um diÃ¡logo de mais qualidade entre Ã³rgÃ£os do MinistÃ©rio PÃºblico e juÃ-zes, com a demonstraÃ§Ã£o de que o interesse pÃºblico globalmente considerado seria melhor atendido com a adoÃ§Ã£o pontual da tese.Â¿ In casu, desde a ocorrÃªncia do fato jÃ¡ transcorreu perÃ-odo superior a 06 anos, nÃ£o sendo finalizada a instruÃ§Ã£o processual atÃ© a presente data. E, afigura-se que eventual pena definitiva, considerando as circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis do rÃ©u, bem como a inexistÃªncia de agravantes ou causas de aumento de pena, esta nÃ£o ultrapassarÃ¡ 06 meses cujo prazo prescricional seria de 03 anos, nos termos do art. 109, VI do CP.Â Portanto, a sanÃ§Ã£o penal a ser aplicada Ã /o acusada/o resvala na prescriÃ§Ã£o com base na pena em perspectiva com consequente extinÃ§Ã£o da punibilidade. Assim, no caso de eventual condenaÃ§Ã£o, a provÃ¡vel pena aplicada seria inÃºtil visto que estarÃ-amos diante da prescriÃ§Ã£o retroativa e da extinÃ§Ã£o de sua punibilidade. Ante o exposto, diante da ausÃªncia de justa causa para o prosseguimento da aÃ§Ã£o, um dos elementos do interesse de agir e, com a finalidade de evitar o

dispÃªndio de tempo e o desgaste da JustiÃ§a PÃºblica com um processo que, inevitavelmente, perderia sua utilidade, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE em relaÃ§Ã£o ao acusado DANILO AUGUSTO PEREIRA DA SILVAA, o fazendo com espeque no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Levantem-se eventuais atos constritivos existentes em desfavor do/a rÃ©/u. Sem custas. Em havendo arma de fogo ou simulacro de arma de fogo, encaminhe-se ao Comando do ExÃ©rcito, para destruiÃ§Ã£o ou doaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os de seguranÃ§a pÃºblica ou Ã s ForÃ§as Armadas, uma vez que nÃ£o interessa mais Ã persecuÃ§Ã£o penal, como disposto no art. 25 do Estatuto do Desarmamento. Em havendo bens apreendidos de baixo valor econÃ´mico e que nÃ£o foram requeridos por nenhum interessado ao longo da instruÃ§Ã£o, determino a sua doaÃ§Ã£o para Projetos Sociais cadastrados junto ao Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, nos termos do art. 14, III, do Provimento n. 10/2008-CJRMB, ou, sendo imprestÃ¡veis, sua destruiÃ§Ã£o. Com o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o dÃª-se baixa em nossos registros. Em seguida, o MM Juiz determinou que o presente termo fosse encerrado. Eu, ..., (Felipe Ramos) Analista JudiciÃ¡rio, que digitei, e subscrevi. Juiz de Direito: .... Promotor de JustiÃ§a: .... Advogada: .... Acusado: .... PROCESSO: 00047386820148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 09/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:RAISSA DA SILVA MORAES. DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 03.02.2022 Ã s 11h00. INTIME-SE a acusada RAISSA DA SILVA MORAES, residente na Rua Variante, Rua Equatorial, NÂº.23, Ariramba, Mosqueiro - PA; REQUISITE-SE as testemunhas agentes prisionais PATRICIA HELENA BRAGA ARAUJO; ELIELSON DE OLIVEIRA MASCARENHAS; e LARA IONE DOLIVEIRA BARROS; O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00077465320148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:GEOVANE SOUSA DE SOUZA DENUNCIADO:PAULO SERGIO FIGUEIREDO DOS SANTOS VITIMA:A. C. O. E. . TERMO DE AUDIÃNCIA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO Processo nÂº 0007746-53.2014.8.14.0133 Acusado: PAULO SERGIO FIGUEIREDO DOS SANTOS Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 12 do Estatuto do Desarmamento. Aos 09 (nove) dias do mÃªs de outubro de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11h11min horas nesta cidade, Comarca de Marituba, Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncia deste JuÃ-zo, onde se achava presente o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal, o Exmo. Sr. Dr. AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE. Aberta audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, o Exmo. Sr. Dr. RODRIGO AQUINO SILVA. Ausente o acusado PAULO SERGIO FIGUEIREDO DOS SANTOS. Presente a Defensoria PÃºblica Dra. ROSÃNGELA LAZZARIN. Aberta a audiÃªncia, restou prejudicada em razÃ£o da ausÃªncia do acusado, o qual nÃ£o foi intimado para o ato. Em seguida, passou o MM. Juiz a proferir a seguinte DELIBERAÃÃO: Prejudicada a presente audiÃªncia, cumpram-se as determinaÃ§Ãµes da sentenÃ§a de fl. 42 dos autos, inclusive a citaÃ§Ã£o editalÃ-cia do acusado. NADA MAIS havendo, o MM. Juiz mandou encerrar o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, ..., (Felipe Ramos), Analista JudiciÃ¡rio, que digitei e subscrevi. Juiz de Direito: .... Promotor de JustiÃ§a: .... Defensora PÃºblica: .... PROCESSO: 00129552620098140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:ROBSON LIMA NOGUEIRA DENUNCIADO:WILTON CARLOS GALVAO DOS SANTOS DENUNCIADO:SUELSON SOUZA DA SILVA VITIMA:F. H. B. S. . TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO Processo nÂº 0012955-26.2009.8.14.0133 Acusados: ROBSON LIMA NOGUEIRA, WILTON GALVÃO DOS SANTOS e SUELSON SOUZA DA SILVA Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 155, Â§4Âº, CP. Aos 08 (oito) dias do mÃªs de novembro de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11h horas nesta cidade, Comarca de Marituba, Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncia deste JuÃ-zo, onde se achava presente por meio virtual o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal, o Exmo.

Sr. Dr. AGENOR CASSIO NASCIMENTO DE ANDRADE. Aberta audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, o Exmo. Sr. Dr. RODRIGO AQUINO SILVA. Ausentes os acusados ROBSON LIMA NOGUEIRA e SUELSON SOUZA DA SILVA. Presente o acusado WILTON GALVÃO DOS SANTOS. Presente a Defensoria PÃºblica, DRA. ROSÃNGELA LAZZARIN. Presente as testemunhas de acusaÃ§Ã£o PM RICARDO JORGE MARTINS, RG 13980 PM PA; PC JOSÃ ALBERTO MOTA LIMA RG 2.095.708 PC PA. Aberta a audiÃªncia, o MinistÃ©rio PÃºblico desistiu da oitiva das testemunhas PM RICARDO JORGE MARTINS, RG 13980 PM PA; PC JOSÃ ALBERTO MOTA LIMA RG 2.095.708 PC PA em razÃ£o de ter verificado ter ocorrido a prescriÃ§Ã£o dos crimes imputados aos rÃ©us Wilton GalvÃ£o, Robson Lima e Suelson Souza. A desistÃªncia das testemunhas de acusaÃ§Ã£o foi homologada por este JuÃ-zo. Assim, dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico, manifestou-se pela declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da punibilidade, nos termos da mÃ-dia em anexo. Dada a palavra Ã Defesa, manifestou-se nos mesmos termos do MinistÃ©rio PÃºblico, conforme mÃ-dia em anexo. Em seguida, passou o MM. Juiz a proferir a seguinte SENTENÃA: 1. Considerando a manifestaÃ§Ã£o ministerial e o descumprimento do determinado no art. 365 do CPP em relaÃ§Ã£o Ã citaÃ§Ã£o por edital do denunciado ROBSON LIMA NOGUEIRA, tenho por bem decretar a NULIDADE do ato contido Ã s fls. 66, nos termos do art. 564, III, Â¿eÂ¿ do CPP. 2. Considerando ainda a manifestaÃ§Ã£o das partes pelo reconhecimento da prescriÃ§Ã£o virtual, verifico que jÃ¡ se passaram mais de 10 anos desde o recebimento da denÃºncia pelo que passo a me manifestar sobre a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o virtual: Primeiramente faz-se necessÃ¡rio esclarecer que o entendimento dos tribunais superiores Ã© no sentido de nÃ£o reconhecer a tese da prescriÃ§Ã£o da pena em perspectiva, por ausÃªncia de previsÃ£o legal e por entender tratar-se de uma decisÃ£o precoce. No entanto, a experiÃªncia nos julgamentos de processos desse jaez, ou seja, casos em que a existÃªncia de circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis e a inevitÃ¡vel aplicaÃ§Ã£o da pena no mÃ-nimo legal culminavam com o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o retroativa, plausÃ-vel aderir a essa modalidade de extinÃ§Ã£o da punibilidade, desde que uma anÃ¡lise apurada do caso nÃ£o revelasse o contrÃ¡rio. De fato, nÃ£o pode haver interesse do Estado em dar continuidade a um processo fadado Ã extinÃ§Ã£o a punibilidade. Nesse contexto destaca-se tambÃ©m o princÃ-pio da economia processual e da instrumentalidade do processo. A propÃ³sito acerca do tema, Ã© de transcrever o teor dos Enunciados do FÃ³rum Nacional dos JuÃ-zes Federais Criminais: Enunciado 15. A FALTA DE INTERESSE EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO PELA PENA EM PERSPECTIVA PODE SER RECONHECIDA QUANDO MANIFESTA E ADMITIDA COM PRUDENTE VALORAÃÃO DE SEGURANÃA ACERCA DA PENA MÃXIMA ADMISSÃVEL E DA EXTRAPOLAÃÃO DO TEMPO PARA SUA OCORRÃNCIA. Enunciado 36. NO CURSO DA INSTRUÃÃO CRIMINAL, CASO O MPF, INTIMADO PARA TANTO, NÃO DEMONSTRE A EXISTÃNCIA DE CIRCUNSTÃNCIAS QUE POSSAM IMPORTAR NA FIXAÃÃO DA EVENTUAL PENA EM PATAMAR NO QUAL A PRETENSÃO PUNITIVA NÃO ESTARIA PRESCRITA, O PROCESSO PODERÃ SER EXTINTO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. E, em comentÃ¡rios aos referidos Enunciados, Ã© a doutrina de Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho e Jorge AndrÃ© de Carvalho MendonÃ§a (Enunciados FONACRIM Comentados. ColeÃ§Ã£o SÃºmulas Comentadas. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. p. 30-31): Â¿O enunciado 36 propugna a extinÃ§Ã£o do processo por falta de interesse de agir quando o MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o demonstrar que remanesce interesse, consubstanciado no binÃ´mio necessidade-utilidade do provimento jurisdicional futuro. Trata-se de importante iniciativa que busca recolocar o tema no debate jurisprudencial. Afinal, os efeitos mais deletÃ©rios da opÃ§Ã£o jurisprudencial das Cortes Superiores em vedar peremptoriamente o juÃ-zo prospectivo da pena eventual, recaem justamente sobre os juÃ-zos de primeiro grau. SÃ£o esses que sofrem os Ã´nus de instruir processos sabidamente inviÃ¡veis, com a utilizaÃ§Ã£o das escassas datas das pautas de audiÃªncias que poderiam ser utilizadas em processos com viabilidade ainda presente. Ã de todo angustiante a um magistrado verificar o desperdÃ-cio de escassos recursos em causas que serÃ£o julgadas sem qualquer resultado Ãºtil ao autor, caso seu pedido de condenaÃ§Ã£o seja julgado procedente. Esse Ã© mais um dos inÃºmeros casos em que um diÃ¡logo mais prÃ³ximo entre magistrados do primeiro grau de jurisdiÃ§Ã£o e os magistrados das cÃºpulas do JudiciÃ¡rio poderia servir de esteio para uma soluÃ§Ã£o menos peremptÃ³ria. TambÃ©m por essa razÃ£o, um diÃ¡logo de mais qualidade entre Ã³rgÃ£os do MinistÃ©rio PÃºblico e juÃ-zes, com a demonstraÃ§Ã£o de que o interesse pÃºblico globalmente considerado seria melhor atendido com a adoÃ§Ã£o pontual da tese.Â¿ In casu, desde a ocorrÃªncia do fato jÃ¡ transcorreu perÃ-odo superior a 10 anos, nÃ£o sendo finalizada a instruÃ§Ã£o processual atÃ© a presente data. E, afigura-se que eventual pena definitiva, considerando as circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis do rÃ©u, bem como a inexistÃªncia de agravantes ou causas de aumento de pena, esta nÃ£o ultrapassarÃ¡ 02 anos cujo prazo prescricional seria de 04 anos, nos termos do art. 109, V do CP.Â Portanto, a sanÃ§Ã£o penal a ser aplicada Ã /o acusada/o resvala na prescriÃ§Ã£o com base na pena em perspectiva com consequente extinÃ§Ã£o da punibilidade. Assim, no caso de

eventual condenaÃ§Ã£o, a provÃ¡vel pena aplicada seria inÃºtil visto que estarÃ-amos diante da prescriÃ§Ã£o retroativa e da extinÃ§Ã£o de sua punibilidade. Ante o exposto, diante da ausÃªncia de justa causa para o prosseguimento da aÃ§Ã£o, um dos elementos do interesse de agir e, com a finalidade de evitar o dispÃªndio de tempo e o desgaste da JustiÃ§a PÃºblica com um processo que, inevitavelmente, perderia sua utilidade, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE em relaÃ§Ã£o aos acusados ROBSON LIMA NOGUEIRA, WILTON CARLOS GALVAO DOS SANTOS e SUELSON SOUZA DA SILVA, o fazendo com espeque no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Levantem-se eventuais atos constritivos existentes em desfavor do/a rÃ©/u. Sem custas. Em havendo arma de fogo ou simulacro de arma de fogo, encaminhe-se ao Comando do ExÃ©rcito, para destruiÃ§Ã£o ou doaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os de seguranÃ§a pÃºblica ou Ã s ForÃ§as Armadas, uma vez que nÃ£o interessa mais Ã persecuÃ§Ã£o penal, como disposto no art. 25 do Estatuto do Desarmamento. Em havendo bens apreendidos de baixo valor econÃ´mico e que nÃ£o foram requeridos por nenhum interessado ao longo da instruÃ§Ã£o, determino a sua doaÃ§Ã£o para Projetos Sociais cadastrados junto ao Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, nos termos do art. 14, III, do Provimento n. 10/2008-CJRMB, ou, sendo imprestÃ¡veis, sua destruiÃ§Ã£o.Com o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o dÃª-se baixa em nossos registrosÂ¿. Em seguida, o MM Juiz determinou que o presente termo fosse encerrado. Eu, ..., (Felipe Ramos) Analista JudiciÃ¡rio, que digitei, e subscrevi. Juiz de Direito: ..... Promotor de JustiÃ§a: ..... Defensora PÃºblica: ..... Acusado: ..... PROCESSO: 00169756420138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:ALDAIR GOMES LIMA Representante(s): OAB 7601 - MIGUEL BAIA BRITO (ADVOGADO) VITIMA:K. S. R. VITIMA:E. L. C. S. VITIMA:C. J. S. F. . SENTENÃA Processo nÂº:Â 0016975-64.2013.8140006Â Autor:Â Â MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL RÃ©u:Â ALDAIR GOMES LIMA Natureza:Â Processo crime - Art. 157, Â§ 2Âº, incisos I e II do CPB JuÃ-zo:Â Â Vara Criminal da Comarca de Marituba Juiz:Â Â Agenor CÃ¡ssio Nascimento Correia de Andrade Data: Â Â 09 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. 1. RELATÃRIO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ ofereceu denÃºncia em face de ALDAIR GOMES LIMA, qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 157, Â§ 2Âº, incisos I e II do CÃ³digo Penal PÃ¡trio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta na denÃºncia, fls.02/03, que no dia 06.12.2013, no bairro Centro, neste municÃ-pio, o denunciado subtraiu, mediante emprego de arma e em concurso de pessoa, um aparelho celular, em prejuÃ-zo das vÃ-timas Kelly Sousa Rocha e Evandro Luiz Cunha Salazar. O agente empreendeu fuga, mas foi preso nas proximidades por policiais militares. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebimento da denÃºncia em 23.04.2014 (fl. 04). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo da arma de fogo apreendida Ã s fls. 06, no qual foi constatado a inoperÃ¢ncia do objeto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O denunciado foi citado, fls. 08, e apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 10/12. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 21.01.2016, fls.44, foi realizada a oitiva da vÃ-tima KELLY SOUSA ROCHA por meio de carta precatÃ³ria. Em 04.10.2016, em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o foram ouvidas as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico JORGE DOS SANTOS LIMA, AUGUSTO CEZAR NASCIMENTO, JOSE RAIMUNDO PEREIRA, CRISTIAN JAIRO SILVA FERREIRA e foi realizado o interrogatÃ³rio do acusado. Em 25.06.2018, foi ouvida a testemunha EVANDRO LUIZ CUNHA SALAZAR por meio de carta precatÃ³ria. .Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico apresentou memoriais, fls. 78/84, o qual requereu a condenaÃ§Ã£o do acusado como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 157, Â§ 2Âº, inciso II do CÃ³digo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa do acusado em memoriais (fls. 94/96), requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, Ã© o relatÃ³rio. Decido. 2. FUNDAMENTAÃÃO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de aÃ§Ã£o penal intentada pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 157, Â§ 2Âº, inciso I e II do CPB, em que consta como acusado ALDAIR GOMES LIMA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A) MATERIALIDADE: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade do delito restou demonstrada pelos seguintes elementos de convicÃ§Ã£o: i) Auto de Flagrante delito (em apenso); ii) depoimentos das testemunhas Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â B) AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autoria, por sua vez, Ã© certa e recai sobre a pessoa do acusado ALDAIR GOMES LIMA e estÃ¡ comprovada pelas provas produzidas no inquÃ©rito policial e confirmadas durante a instruÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima KELLY SOUSA ROCHA declarou, em juÃ-zo, estava em um ponto de Ã´nibus. Disse que era a noite. Afirmou que estava com seu marido. Declarou que chegaram trÃªs rapazes armados e foram assaltados. Disse que levaram seu celular e mÃ¡quina fotogrÃ¡fica. Afirmou que apenas um deles tinha arma na mÃ£o. Disse que dois fizeram a abordagem e o terceiro ficou de apoio. Declarou que eles estavam de bicicleta. Disse que reconhece o acusado como um dos que foram presos. Afirma que nÃ£o lembra qual a conduta dele. Disse que seu esposo acionou a polÃ-cia e abordaram dois. Afirmou que nÃ£o recuperou os bens. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima

EVANDRO LUIZ CUNHA SALAZAR declarou, em juÃ-zo, que que estava na companhia de sua ex esposa Kelly. Afirmou que estavam em uma parada de Ã´nibus a noite. Disse que chegaram de bicicleta, quatro ou cinco, indivÃ-duos. Afirmou que eram duas ou trÃªs bicicletas. Declarou que desceram e foram os abordando na parada. Disse que um ameaÃ§ou atirar. Afirmou que nÃ£o mostraram arma, apenas simulava ter algo. Declarou que tinha um volume na cintura, mas nÃ£o sabia o que era. Afirmou que foram levados os pertences da sua esposa. Declarou que estava com uma cÃ¢mera fotogrÃ¡fica e que a entregou. Disse que da sua esposa levaram o celular. Afirmou que por nome nÃ£o sabe identificar quem fez o que. Declarou que quem dizia que ia atirar era magro, alto e pardo. Afirmou que em seguida eles saÃ-ram nas bicicletas e foram para outra parada. Declarou que acionou a polÃ-cia. Afirmou que ele abordou dois e quando foi revistar encontraram uma arma. Declarou que os demais se evadiram. Disse que reconheceu os presos como autores do roubo. Afirmou que nÃ£o recuperou os bens. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha JORGE DOS SANTOS LIMA, policial civil, declarou em juÃ-zo recorda do acusado. Disse que estava de plantÃ£o e foram apresentados dois elementos que tinham roubado um casal. Afirmou que o denunciado negou os fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha AUGUSTO CEZAR NASCIMENTO, policial militar, afirmou em juÃ-zo, que nÃ£o recorda do denunciado. Disse que no dia foram acionados para fazer a conduÃ§Ã£o de alguÃ©m que teria sido preso por populares. Afirmou que nÃ£o recorda se era o acusado. Disse que Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha JOSE RAIMUNDO PEREIRA, policial militar, declarou, em juÃ-zo, que nÃ£o recorda dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O informante CRISTIAN JAIRO SILVA FERREIRA declarou, em juÃ-zo, que nunca cometeu assaltos com o acusado. Afirmou que conhecia o denunciado da escola. Disse que na Ã©poca tinha 16 anos. Declarou que estavam na praÃ§a passou um homem de bicicleta que jogou algo no chÃ£o. Afirmou que viram que era uma arma. Disse que foram parados pela vÃ-tima que os acusou de assalto. Declarou que o acusado pegou a arma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sede de interrogatÃ³rio o acusado declarou, em juÃ-zo, que nÃ£o sÃ£o verdadeiros os fatos narrados em juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â C) TIPIFICAÃÃO PENAL: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que pertine Ã tipicidade, tem-se que o delito perpetrado corresponde ao crime de roubo majorado, tipificado no artigo 157, Â§ 2Âº, incisos I e II, do CÃ³digo Penal. Isto porque, conforme depoimento da vÃ-tima e demais testemunhas, foi praticado por trÃªs pessoas e uma delas portava uma arma de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A conduta do rÃ©u encontra perfeita tipificaÃ§Ã£o no art. 157, Â§2Âº, incisos II, do CÃ³digo Penal (antiga redaÃ§Ã£o), que implica: Â¿Art. 157 - Subtrair coisa mÃ³vel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaÃ§a ou violÃªncia a pessoa, ou depois de havÃª-la, por qualquer meio, reduzido Ã impossibilidade de resistÃªncia:Â¿. (...). Â§ 2Âº - A pena aumenta-se de um terÃ§o atÃ© metade: I - se a violÃªncia ou ameaÃ§a Ã© exercida com emprego de arma de fogo II- se hÃ¡ o concurso de duas ou mais pessoas; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a instruÃ§Ã£o criminal, a conduta do rÃ©u foi completamente desvelada, restando clara a intenÃ§Ã£o consciente do acusado em obtenÃ§Ã£o de ganho fÃ¡cil, ao tentar subtrair bens e pertences Ã s vÃ-timas, e utilizando-se para tanto de arma de fogo como forma de concretizar seu intento criminoso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de crime complexo, em que a lei penal protege a posse, propriedade, integridade fÃ-sica, saÃºde e liberdade individual. O sujeito ativo de tal delito pode ser qualquer pessoa. O sujeito passivo, por sua vez, Ã© o titular da posse ou da propriedade e quem sofre a violÃªncia ou grave ameaÃ§a. O elemento objetivo do tipo Ã© a subtraÃ§Ã£o, com os predicados acima descritos. JÃ¡ o elemento subjetivo Ã© o dolo, ou seja, a vontade livre e consciente de subtrair coisa alheia mÃ³vel, Â¿para si ou para outremÂ¿. O elemento normativo estÃ¡ na qualidade de ser alheia a res. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na presente hipÃ³tese, todos esses elementos do tipo penal restaram demonstrados nesses autos, motivo pelo qual a pretensÃ£o punitiva do Estado deve prosperar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â D) MAJORANTE DO CONCURSO DE AGENTE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova produzida nÃ£o deixa dÃºvida quanto Ã prÃ¡tica do delito, em comunhÃ£o de esforÃ§os, caracterizando o concurso de agentes previsto no inciso II do Â§ 2Âº do artigo 157 do CÃ³digo Penal, conforme demonstrado a partir das declaraÃ§Ãµes prestadas pelas testemunhas, tendo em vista que o rÃ©u cometeu o delito em coautoria com outro dois indivÃ-duos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, reconheÃ§o em desfavor do rÃ©u a majorante do concurso de agentes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â E) DA MAJORANTE DO EMPREGO DE ARMA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relativamente ao emprego de arma, verifica-se inaplicÃ¡vel tal causa de aumento, tendo em vista o laudo constante Ã s fls.06 que identificou tratar-se de simulacro de arma de fogo, portanto, sem capacidade de realizar tiros. Vejamos o entendimento jurisprudencial sobre o tema: APELAÃÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. RECURSO DO MINISTÃRIO PÃBLICO. RECONHECIMENTO DA MAJORANTE DO EMPREGO DE ARMA. IMPOSSIBILIDADE. UTILIZAÃÃO DE SIMULACRO DE ARMA DE FOGO. AUSÃNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. - Embora suficiente para caracterizar a grave ameaÃ§a como elemento subjetivo Ã-nsito ao crime de roubo, a utilizaÃ§Ã£o do simulacro de arma de fogo nÃ£o autoriza a incidÃªncia da majorante do emprego de arma porque, nesses

casos, tal objeto nÃ£o Ã© apto a atingir a integridade fÃ-sica de qualquer pessoa, por inexistir potencialidade lesiva. (TJ-MG - APR: 10024160674560001 MG, Relator: Nelson Missias de Morais, Data de Julgamento: 29/09/2017, CÃ¢maras Criminais / 2Âª CÃMARA CRIMINAL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 09/10/2017) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa maneira, diante da comprovada inexistÃªncia de potencialidade lesiva afasto a aplicaÃ§Ã£o da majorante prevista no art. 157, Â§2, I do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â F) DO CONCURSO FORMAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 70 do CP Â¿Quando o agente, mediante uma sÃ³ aÃ§Ã£o ou omissÃ£o, pratica dois ou mais crimes, idÃªnticos ou nÃ£o, aplica-lhe a mais grave das penas cabÃ-veis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto atÃ© metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a aÃ§Ã£o ou omissÃ£o Ã© dolosa e os crimes concorrentes resultam de desÃ-gnios autÃ´nomos, consoante o disposto no artigo anteriorÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso concreto, verifica-se que a partir de uma conduta, qual seja o a grave ameaÃ§a, os denunciados abordaram as duas vÃ-timas, KELLY SOUSA ROCHA e EVANDRO LUIZ CUNHA SALAZAR que estavam na parada de Ã´nibus a fim de subtrair seus bens. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disto, tratando-se dois crimes aplico o aumento no patamar de 1/6. 3. DISPOSITIVO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva deduzida na denÃºncia para CONDENAR ALDAIR GOMES LIMA, qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 157, Â§ 2Âº, incisos II do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- Dosimetria: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã dosimetria da pena, atento aos ditames do art. 68 do Estatuto Repressivo e considerando as disposiÃ§Ãµes do artigo 59 e seguintes do CÃ³digo Penal, que elegeram o sistema trifÃ¡sico para a quantificaÃ§Ã£o das sanÃ§Ãµes aplicÃ¡veis aos condenados e a SÃºmula nÂº 23 do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, publicada na EdiÃ§Ã£o nÂº 6024/2016 - Quinta-Feira, 4 de Agosto de 2016. "A aplicaÃ§Ã£o dos vetores do art. 59 do CPB obedece a critÃ©rios quantitativos e qualitativos, de modo que, existindo a aferiÃ§Ã£o negativa de qualquer deles, fundamenta-se a elevaÃ§Ã£o da pena base acima do mÃ-nimo legal". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a)Â CircunstÃ¢ncias judiciais (art. 59 do CÃ³digo Penal) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.1) culpabilidade: Ã vista dos elementos disponÃ-veis nos autos, entendo que o comportamento do acusado nÃ£o excedeu ao grau de reprovabilidade comum ao crime de que Ã© acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.2) antecedentes: o rÃ©u nÃ£o possui sentenÃ§a judicial com trÃ¢nsito em julgado em seu desfavor (SÃºmula 444 do STJ). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.3) conduta social: nÃ£o hÃ¡ nos autos qualquer notÃ-cia quanto aos comportamentos pretÃ©ritos do condenado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.4) personalidade: sua anÃ¡lise Ã© inviÃ¡vel por conta da falta de elementos para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.5) motivos do crime: sÃ£o relacionados com o intuito de obter vantagem patrimonial fÃ¡cil em detrimento de terceiros, o que Ã© prÃ³prio do crime de roubo, nÃ£o podendo ser considerado para majoraÃ§Ã£o da pena base. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.6) circunstÃ¢ncias do crime: considero como desfavorÃ¡veis ao denunciado, tendo em vista que cometeu o delito na presenÃ§a de um adolescente de 16 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.7) consequÃªncias do crime: nÃ£o hÃ¡ informaÃ§Ãµes sobre consequÃªncias gravosas do crime; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.8) comportamento da vÃ-tima: em nada influiu na prÃ¡tica do delito, o que nÃ£o pode ser pesado contrÃ¡rio ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que nÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncias judiciais que pesam contra o acusado, fixo a pena base acima do mÃ-nimo legal, a saber, em 04 anos e 09 meses de reclusÃ£o e 54 dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) CircunstÃ¢ncias atenuantes e agravantes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ atenuantes ou04 agravantes a considerar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistem agravantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â c)Â Causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico a causa especial de aumento de pena prevista no inc. II (concurso de agentes) Â§2Âº, do art.157 do CP, elevando, portanto, o quantum em 1/2, restando Ã sanÃ§Ã£o em 06 anos e 04 meses de reclusÃ£o, eÂ 72 dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a ocorrÃªncia de concurso formal, aumento ainda a pena em 1/6, restando o quantum de 07 anos, 4 meses e 20 dias de reclusÃ£o, eÂ 84 dias-multa que torno definitiva Ã mingua de outras causas de aumento e diminuiÃ§Ã£o de pena a serem consideradas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â d)Â Pena definitiva Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fica, portanto, o rÃ©u condenado com relaÃ§Ã£o ao crime de roubo majorado (art. 157, Â§ 2Âº, incisos I e II do CP) Ã pena total de 07 ANOS, 4 MESES E 20 DIAS DE RECLUSÃO, EÂ 84 DIAS-MULTA, que a torno concreta, definitiva e final. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â e) DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de realizar a detraÃ§Ã£o preconizada no artigo 387, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal, considerando que o tempo de custÃ³dia nÃ£o irÃ¡ alterar o regime inicial de cumprimento de pena e, ainda, por se tratar de verdadeira progressÃ£o de pena, exigindo nÃ£o apenas o requisito objetivo do tempo de prisÃ£o jÃ¡ cumprido, mas tambÃ©m a presenÃ§a de requisitos subjetivos, como a comprovaÃ§Ã£o de bom comportamento carcerÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â f) Regime de cumprimento de pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O regime inicial de cumprimento de pena, observadas as disposiÃ§Ãµes do art. 33, Â§ 2Âº, alÃ-nea Â¿bÂ¿, do CÃ³digo Penal, serÃ¡ o SEMI ABERTO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â g)Â SubstituiÃ§Ã£o por pena

restritiva de direitos e suspensÃ£o condicional da pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena, pois praticada com violÃªncia e grave ameaÃ§a, Ã³bice encontrado no artigo 44, inciso I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o incide a suspensÃ£o condicional das penas (CÃ³digo Penal, artigo 77), pois a sanÃ§Ã£o imposta supera o limite de 02 (dois) anos (caput). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â h) Direito de apelar em liberdade Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino que o rÃ©u permaneÃ§a em liberdade, tendo em vista que este se encontra desta forma desde 2014.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â i)Â Da fixaÃ§Ã£o do valor mÃ-nimo de indenizaÃ§Ã£o (art. 387, IV do CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de aplicar o art. 387, IV do CPP em virtude de a matÃ©ria nÃ£o ter sido debatida no curso do processo pelas partes, oportunizando a instauraÃ§Ã£o de contraditÃ³rio sobre o tema e garantindo a observÂ¢ncia do princÃ-pio da ampla defesa e se trata de crime contra o Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â j)Â Do valor da pena de multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao que consta dos autos, as condiÃ§Ãµes econÃ´micas do rÃ©u nÃ£o sÃ£o boas, de sorte que arbitro o valor do dia multa em seu mÃ-nimo, ou seja, 1/30 (um trigÃ©simo) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente na data dos fatos, devidamente atualizado. Â Â Â Â Â IV) DisposiÃ§Ãµes Finais: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Com base nos arts. 804 e 805 do CPP, deixo de condenar o sentenciado nas custas processuais, em virtude de ser pobre e se enquadrar na isenÃ§Ã£o legal, a teor dos arts. 34 e 35 da Lei de Custas do Estado do ParÃ¡ (Lei Estadual nÂº 8.328, de 29/12/15). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. Publique-se. Registre-se. Intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 2. Intime-se, pessoalmente, o representante do MinistÃ©rio PÃºblico (art. 370, Â§4Âº, do CPP), os rÃ©us (art. 360 c/c 370, ambos do CPP), as vÃ-timas (art. 201, Â§ 2Âº, CPP) e a Defensoria PÃºblica (CPP, art. 370, Â§ 4Âº); Â Â Â Â Â Â Â 3. Ocorrendo trÂ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, expedir imediatamente mandado de sentenÃ§a criminal condenatÃ³ria e adotar as seguintes providÃªncias: Â Â Â Â Â Â Â 3.1. ficam suspenso os direitos polÃ-ticos do apenado enquanto durarem todos os efeitos desta sentenÃ§a, como disposto no art. 15 - III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, devendo ser comunicada esta sentenÃ§a ao Tribunal Regional Eleitoral. Â Â Â Â Â Â Â 3.2. comunicar Ã JustiÃ§a Eleitoral e ao Instituto de IdentificaÃ§Ã£o de BelÃ©m/PA (CF/1988, art. 15, III e CPP, art. 809, Â§ 3Âº); Â Â Â Â Â Â Â 3.3. expedir guia de recolhimento definitivo, encaminhando-a ao ÃrgÃ£o Judicial onde se situar o estabelecimento prisional no qual os acusados estejam custodiados (Lei nÂº 7.210/1984, arts.105 e seguintes e TJPA, ResoluÃ§Ã£o nÂº 016/2007-GP, arts. 2Âº e 4Âº, parÃ¡grafo Ãºnico); Â Â Â Â Â Â Â 3.4. NÃ£o realizado o pagamento no prazo legal (art. 50 do CPB), certifique-se nos autos e expeÃ§a-se certidÃ£o de ausÃªncia de pagamento e de dÃ-vida de valor, na forma do artigo 51 do CPB (redaÃ§Ã£o conferida pela Lei nÂº. 13.964/2019), com remessa dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para, querendo, promover a execuÃ§Ã£o da pena de multa perante este juÃ-zo, em tudo sendo observado o procedimento disposto nos arts. 164 a 170 da Lei nÂ°. 7.210/1984 e tambÃ©m sendo aplicÃ¡veis as normas relativas Ã dÃ-vida ativa da Fazenda PÃºblica, notadamente quanto Ã s causas interruptivas e suspensivas da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â 3.5. arquivar os autos, procedendo-se as anotaÃ§Ãµes no LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Marituba, 09 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Agenor CÃ¡ssio Nascimento Correia de Andrade SentenÃ§a Juiz de Direito PÃ¡g. de 11 PROCESSO: 00245790920098140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:LUIZ CARLOS BORGES GOMES VITIMA:O. E. . TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO Processo nÂº 0024579-09.2009.8.14.0133 Acusado: LUIZ CARLOS BORGES GOMES Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 33 da Lei 11.343/06 Aos 09 (nove) dias do mÃªs de novembro de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 8h39min horas nesta cidade, Comarca de Marituba, Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncia deste JuÃ-zo, onde se achava presente por meio virtual o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal, o Exmo. Sr. Dr. AGENOR CASSIO NASCIMENTO DE ANDRADE. Aberta audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, o Exmo. Sr. Dr. RODRIGO AQUINO SILVA. Presente de forma virtual o acusado LUIZ CARLOS BORGES GOMES. Presente a Defensoria PÃºblica, DRA. ROSÂNGELA LAZZARIN. Dada a palavra ao representante do MinistÃ©rio PÃºblico, manifestou-se nos seguintes termos: Â¿Dada a palavra ao representante do MinistÃ©rio PÃºblico, manifestou-se nos seguintes termos: Â¿O recebimento da denÃºncia ocorreu em 30.09.2009, fl. 40, Ãºnica causa interruptiva da prescriÃ§Ã£o, e que o rÃ©u responde pelo crime do art. 33 da Lei de drogas, cuja pena Ã© de reclusÃ£o de 5 a 15 anos. Considerando que o rÃ©u preenche, em tese, todos os requisitos do parÃ¡grafo quarto do referido art. 33 da lei de drogas (trÃ¡fico minorado ou privilegiado), fato inclusive atestado pelo magistrado Ã fl. 38 dos autos, em caso de condenaÃ§Ã£o, sua pena ficaria abaixo do mÃ-nimo legal, ou seja, abaixo de 5 anos. Ainda que nÃ£o fosse reconhecida a minorante do parÃ¡grafo quarto, a provÃ¡vel pena ficaria no mÃ-nimo legal, pois alÃ©m da confissÃ£o do rÃ©u, nÃ£o hÃ¡ nenhuma causa de aumento ou agravante que possa elevar a eventual pena. Em ambas as hipÃ³teses, a pena prescreveria em 8 ou 12 anos. Desde o

recebimento da denÃºncia atÃ© a presente data jÃ¡ se passaram mais de 12 anos. Dessa forma, o MinistÃ©rio PÃºblico requer o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o antecipada, pelas razÃµes jÃ¡ expostas, nos termos do art. 109, incs. III e/ou IV, c/c art. 107, inc. IV, ambos do CÃ³digo Penal.Â¿. Dada a palavra Ã Defensoria PÃºblica, manifestou-se nos seguintes termos: Â¿Reitero o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico em sua Ã-ntegra.Â¿. Em seguida, passou o MM. Juiz a proferir a seguinte SENTENÃA: Â¿Considerando a manifestaÃ§Ã£o das partes pelo reconhecimento da prescriÃ§Ã£o virtual, verifico que jÃ¡ se passaram mais de 12 anos desde o recebimento da denÃºncia, fls. 40, pelo que passo a me manifestar sobre a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o virtual: Primeiramente faz-se necessÃ¡rio esclarecer que o entendimento dos tribunais superiores Ã© no sentido de nÃ£o reconhecer a tese da prescriÃ§Ã£o da pena em perspectiva, por ausÃªncia de previsÃ£o legal e por entender tratar-se de uma decisÃ£o precoce. No entanto, a experiÃªncia nos julgamentos de processos desse jaez, ou seja, casos em que a existÃªncia de circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis e a inevitÃ¡vel aplicaÃ§Ã£o da pena no mÃ-nimo legal culminavam com o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o retroativa, plausÃ-vel aderir a essa modalidade de extinÃ§Ã£o da punibilidade, desde que uma anÃ¡lise apurada do caso nÃ£o revelasse o contrÃ¡rio. De fato, nÃ£o pode haver interesse do Estado em dar continuidade a um processo fadado Ã extinÃ§Ã£o a punibilidade. Nesse contexto destaca-se tambÃ©m o princÃ-pio da economia processual e da instrumentalidade do processo. A propÃ³sito acerca do tema, Ã© de transcrever o teor dos Enunciados do FÃ³rum Nacional dos JuÃ-zes Federais Criminais: Enunciado 15. A FALTA DE INTERESSE EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO PELA PENA EM PERSPECTIVA PODE SER RECONHECIDA QUANDO MANIFESTA E ADMITIDA COM PRUDENTE VALORAÃÃO DE SEGURANÃA ACERCA DA PENA MÃXIMA ADMISSÃVEL E DA EXTRAPOLAÃÃO DO TEMPO PARA SUA OCORRÃNCIA. Enunciado 36. NO CURSO DA INSTRUÃÃO CRIMINAL, CASO O MPF, INTIMADO PARA TANTO, NÃO DEMONSTRE A EXISTÃNCIA DE CIRCUNSTÃNCIAS QUE POSSAM IMPORTAR NA FIXAÃÃO DA EVENTUAL PENA EM PATAMAR NO QUAL A PRETENSÃO PUNITIVA NÃO ESTARIA PRESCRITA, O PROCESSO PODERÃ SER EXTINTO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. E, em comentÃ¡rios aos referidos Enunciados, Ã© a doutrina de Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho e Jorge AndrÃ© de Carvalho MendonÃ§a (Enunciados FONACRIM Comentados. ColeÃ§Ã£o SÃºmulas Comentadas. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. p. 30-31): Â¿O enunciado 36 propugna a extinÃ§Ã£o do processo por falta de interesse de agir quando o MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o demonstrar que remanesce interesse, consubstanciado no binÃ´mio necessidade-utilidade do provimento jurisdicional futuro. Trata-se de importante iniciativa que busca recolocar o tema no debate jurisprudencial. Afinal, os efeitos mais deletÃ©rios da opÃ§Ã£o jurisprudencial das Cortes Superiores em vedar peremptoriamente o juÃ-zo prospectivo da pena eventual, recaem justamente sobre os juÃ-zos de primeiro grau. SÃ£o esses que sofrem os Ã´nus de instruir processos sabidamente inviÃ¡veis, com a utilizaÃ§Ã£o das escassas datas das pautas de audiÃªncias que poderiam ser utilizadas em processos com viabilidade ainda presente. Ã de todo angustiante a um magistrado verificar o desperdÃ-cio de escassos recursos em causas que serÃ£o julgadas sem qualquer resultado Ãºtil ao autor, caso seu pedido de condenaÃ§Ã£o seja julgado procedente. Esse Ã© mais um dos inÃºmeros casos em que um diÃ¡logo mais prÃ³ximo entre magistrados do primeiro grau de jurisdiÃ§Ã£o e os magistrados das cÃºpulas do JudiciÃ¡rio poderia servir de esteio para uma soluÃ§Ã£o menos peremptÃ³ria. TambÃ©m por essa razÃ£o, um diÃ¡logo de mais qualidade entre Ã³rgÃ£os do MinistÃ©rio PÃºblico e juÃ-zes, com a demonstraÃ§Ã£o de que o interesse pÃºblico globalmente considerado seria melhor atendido com a adoÃ§Ã£o pontual da tese.Â¿ In casu, desde a ocorrÃªncia do fato jÃ¡ transcorreu perÃ-odo superior a 12 anos, nÃ£o sendo finalizada a instruÃ§Ã£o processual atÃ© a presente data. E, afigura-se que eventual pena definitiva, considerando as circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis do rÃ©u e a aplicabilidade da modalidade de trÃ¡fico privilegiado (art. 33, Â§4 da Lei 11343/06), bem como a inexistÃªncia de agravantes ou causas de aumento de pena, esta nÃ£o ultrapassarÃ¡ 05 anos cujo prazo prescricional seria de 12 anos, nos termos do art. 109, III do CP.Â Portanto, a sanÃ§Ã£o penal a ser aplicada Ã /o acusada/o resvala na prescriÃ§Ã£o com base na pena em perspectiva com consequente extinÃ§Ã£o da punibilidade. Assim, no caso de eventual condenaÃ§Ã£o, a provÃ¡vel pena aplicada seria inÃºtil visto que estarÃ-amos diante da prescriÃ§Ã£o retroativa e da extinÃ§Ã£o de sua punibilidade. Ante o exposto, diante da ausÃªncia de justa causa para o prosseguimento da aÃ§Ã£o, um dos elementos do interesse de agir e, com a finalidade de evitar o dispÃªndio de tempo e o desgaste da JustiÃ§a PÃºblica com um processo que, inevitavelmente, perderia sua utilidade, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE em relaÃ§Ã£o ao acusado LUIZ CARLOS BORGES GOMES, o fazendo com espeque no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Levantem-se eventuais atos constritivos existentes em desfavor do/a rÃ©/u. Sem custas. Em havendo arma de fogo ou simulacro de arma de fogo, encaminhe-se ao Comando do ExÃ©rcito, para destruiÃ§Ã£o ou doaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os de seguranÃ§a pÃºblica ou Ã s ForÃ§as Armadas, uma vez que nÃ£o interessa mais Ã persecuÃ§Ã£o penal, como disposto no art. 25 do Estatuto do Desarmamento. Em havendo bens apreendidos de baixo

valor econÃ´mico e que nÃ£o foram requeridos por nenhum interessado ao longo da instruÃ§Ã£o, determino a sua doaÃ§Ã£o para Projetos Sociais cadastrados junto ao Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, nos termos do art. 14, III, do Provimento n. 10/2008-CJRMB, ou, sendo imprestÃ¡veis, sua destruiÃ§Ã£o. Com o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o dÃª-se baixa em nossos registros.Â¿. Em seguida, o MM Juiz determinou que o presente termo fosse encerrado. Eu, ..., (Felipe Moura Ramos) Analista JudiciÃ¡rio, que digitei, e subscrevi. Juiz de Direito: ..... Promotor de JustiÃ§a: ..... Defensora PÃºblica: ..... PROCESSO: 00251525420098140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:A. P. J. S. DENUNCIADO:LUIZ CARLOS GASPAR CORREA DENUNCIADO:LUIS BLATON OLIVEIRA DOS SANTOS DENUNCIADO:JOSE CARLOS REIS DENUNCIADO:PAULO RODRIGUES DENUNCIADO:HERICKSON ANTHONY TAVARES LIMA DENUNCIADO:RAIMUNDO NONATO DE FREITAS SIQUEIRA. TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO Processo nÂº 0025152-54.2009.8.14.0133 Acusado: ERICSON ANTONY TAVARES LIMA Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL CapitulaÃ§Ã£o Penal: Aos 09 (nove) dias do mÃªs de novembro de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 12h09min horas nesta cidade, Comarca de Marituba, Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncia deste JuÃ-zo, onde se achava presente por meio virtual o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal, o Exmo. Sr. Dr. AGENOR CASSIO NASCIMENTO DE ANDRADE. Aberta audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, o Exmo. Sr. Dr. RODRIGO AQUINO SILVA. Presente de forma virtual o acusado ERICSON ANTONY TAVARES LIMA. Presente a Defensoria PÃºblica, DRA. ROSÃNGELA LAZZARIN. Dada a palavra ao representante do MinistÃ©rio PÃºblico, manifestou-se nos seguintes termos: Â¿Os rÃ©us foram denunciados pelos crimes dos arts. 232 do ECA, arts. 317, Â§ 1Âº, e 333, parÃ¡grafo Ãºnico, ambos do CP. Quanto ao crime do art. 232 do ECA jÃ¡ houve a extinÃ§Ã£o da punibilidade. Em relaÃ§Ã£o aos demais crimes, verifico que comporta o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o antecipada ou virtual. Explico. A denÃºncia foi recebida em 12.11.2013 (fl. 07 dos autos). AtÃ© a presente data jÃ¡ transcorreram mais de 08 anos. Ainda que condenados, considerando as circunstÃ¢ncias do caso concreto, inclusive a causa de aumento de pena de cada crime (1/3), a pena em perspectiva ficaria no mÃ¡ximo em 04 anos. Ressalta-se que, nos termos do art. 119 do CP, no caso de concurso de crimes, a extinÃ§Ã£o da punibilidade incidirÃ¡ sobre a pena de cada um, isoladamente. Nesse caso, a prescriÃ§Ã£o para cada crime restante ocorreria em 08 anos, nos termos do art. 109, IV, do CP (IV - em oito anos, se o mÃ¡ximo da pena Ã© superior a dois anos e nÃ£o excede a quatro). Como jÃ¡ se passaram mais de 08 anos desde o recebimento da denÃºncia, o MinistÃ©rio PÃºblico requer o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o antecipada, pelas razÃµes jÃ¡ expostas, nos termos do art. 109, IV, c/c art. 107, IV, ambos do CÃ³digo Penal. Dada a palavra Ã Defensoria PÃºblica, manifestou-se nos seguintes termos: Â¿Reitero o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico em sua Ã-ntegra.Â¿. Em seguida, passou o MM. Juiz a proferir o seguinte DESPACHO: Â¿Mantenho os autos conclusos para anÃ¡lise do parecer ministerial.Â¿. Em seguida, o MM Juiz determinou que o presente termo fosse encerrado. Eu, ..., (Felipe Moura Ramos) Analista JudiciÃ¡rio, que digitei, e subscrevi. Juiz de Direito: ..... Promotor de JustiÃ§a: ..... Defensora PÃºblica: ..... PROCESSO: 00775142520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:RONALDO CORREA MARINHO. TERMO DE AUDIÃNCIA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO Processo nÂº 0077514-25.2015.8.14.0133 Acusado: RONALDO CORREA MARINHO Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 306, CTB. Aos 09 (nove) dias do mÃªs de outubro de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11h29min horas nesta cidade, Comarca de Marituba, Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncia deste JuÃ-zo, onde se achava presente o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal, o Exmo. Sr. Dr. AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE. Aberta audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, o Exmo. Sr. Dr. RODRIGO AQUINO SILVA. Ausente o acusado RONALDO CORREA MARINHO. Presente a Defensoria PÃºblica Dra. ROSÃNGELA LAZZARIN. Aberta a audiÃªncia, restou prejudicada em razÃ£o da ausÃªncia do acusado, o qual nÃ£o foi citado pessoalmente para o feito, conforme certidÃ£o de fl. 11. Dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico, manifestou-se nos seguintes termos: Â¿Requer o MinistÃ©rio PÃºblico que, antes de ser aberta vista ao MP, que seja tentada a intimaÃ§Ã£o do acusado via whatsaap atravÃ©s do nÃºmero por ele fornecido no termo de ciÃªncia de direitos e garantias fundamentais constante no inquÃ©rito policial, nÃºmero 91 98269-1285.Â¿ Em seguida, passou o MM. Juiz a proferir o seguinte DESPACHO: Defiro o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico,

procedendo-se Ã tentativa de intimaÃ§Ã£o do acusado via whatsaap. Em caso de nÃ£o ter sido possÃ-vel a referida intimaÃ§Ã£o, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. NADA MAIS havendo, o MM. Juiz mandou encerrar o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, ..., (Felipe Ramos), Analista JudiciÃ¡rio, que digitei e subscrevi. Juiz de Direito: ..... Promotor de JustiÃ§a: ..... Defensora PÃºblica: ..... PROCESSO: 00024761920128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. S. S. VITIMA: E. C. O. C.

PROCESSO: 0603074-79.2016.814.0133

ACUSADA: JANAÍNA ALVES MONTEIRO

ADVOGADA**: Dra. CRISTIANE BENTES DAS CHAGAS,** OAB/PA 25.102.

ATO ORDINATÓRIO

Nos Termos do Provimento n. 006/2006-CJRM, combinado com o Provimento n. 006/2009-CJCI, **INTIME-SE**, através do Diário de Justiça Eletrônico, a advogada constituída da acusada mencionada acima, acerca da **DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, PARA O DIA 03/12/21, ÀS 10H,** a ser realizada neste juízo, sito à Rua Cláudio Barbosa da Silva, nº 536, Centro, Marituba-PA.

Marituba, 09/11/2021.

GILVANA DOS SANTOS PEREIRA

Analista Judiciário

PROCESSO: 0001127-10.2014.814.0133

ACUSADO: SAMUEL DAS CHAGAS FERREIRA

ADVOGADO**: Dr. JOSE RUBENILDO CORREA,** OAB/PA 9579.

ATO ORDINATÓRIO

Nos Termos do Provimento n. 006/2006-CJRM, combinado com o Provimento n. 006/2009-CJCI, **INTIME-SE**, através do Diário de Justiça Eletrônico, o advogado constituído do acusado mencionado acima, acerca da **DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, PARA O DIA 03/12/21, ÀS 09H,** a ser realizada neste juízo, sito à Rua Cláudio Barbosa da Silva, nº 536, Centro, Marituba-PA.

Marituba, 09/11/2021.

GILVANA DOS SANTOS PEREIRA

Analista Judiciário

EDITAIS

COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS

EDITAL DE PROCLAMAS - CARTORIO VAL DE CÃES

Faço saber por lei que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos por lei:

ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES DA SILVA e MARIA MARLUCE MARTINS DE LIMA. Ele solteiro, Ela solteira.

JOSÉ CLAUDIO DA CUNHA FERREIRA e ADRIANA YURIKO OISHI. Ele divorciado, Ela divorciada.

JOSÉ EFRAIN DE MEDEIROS ALCOLUMBRE e SUELLEN BRABO FERREIRA. Ele solteiro, Ela solteira.

JOSÉ GABRIEL PINHEIRO DOS SANTOS e MARIA DO CARMO FERREIRA. Ele solteiro, Ela solteira.

PAULO ROBERTO COSTA DA SILVA e SILVIA CLAUDIA DA COSTA DAMASCENO. Ele divorciado, Ela solteira.

PEDRO DA SILVA GOMES e RAQUEL DE JESUS SIQUEIRA. Ele solteiro, Ela solteira.

RAFAEL DOS ANJOS COSTA e SUELLEN KEVILLE DE SOUZA NASCIMENTO. Ele solteiro, Ela solteira.

Se alguém souber de impedimentos denuncie-o na forma da Lei. E Eu, Acilino Aragão Mendes, Oficial do Cartório Val-de-Cães, Comarca de Belém Estado do Pará, faço afixação deste, neste Oficio e sua publicação no Diário de Justiça. Belém, 09 de novembro de 2021.

EDITAL DE PROCLAMAS - 2º OFÍCIO

Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, Oficial do Cartório de Registros Civil Segundo Ofício da Comarca de Belém do Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

1. Marco Antonio Coimbra Lage da Silva e Nattasha Magalhães Silva. Ele é divorciado e Ela é solteira.

2. Matheus Sanches Matos e Nágla Viana Ribeiro. Ele é solteiro e Ela é solteira.

Eu, Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, oficial, o fiz publicar. Belém, 08 de novembro de 2021.

EDITAL DE PROCLAMAS - 3º OFÍCIO

Conrrado Rezende Soares, Oficial Registrador do Cartório de Registros Civil do Terceiro Ofício da Comarca de Belém, Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

1. RAIMUNDO NONATO MENDES DOS PASSOS e DANIELY BARROSO COUTINHO. Ele é solteiro e Ela é divorciada.

2. LUCIANO RAIMUNDO LEAL DOS SANTOS e LÍVIA DA SILVA BARROS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

3. CHRISTYAN TAVARES CORDOVIL e BARBARA DA SILVA FREIRE. Ele é solteiro e Ela é solteira.

4. JOSÉ ALEXANDRE PEREIRA DO ESPIRITO SANTO e ELIELMA COSTA DE SOUSA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

5. ELIZAK SEIFERT DA SILVA e CAMILA CRISTINA DOS SANTOS CAMPOS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

6. CLYSMAN LEONIDAS SALES RODRIGUES e CAROLINA BARROS BARBOSA. Ele é solteiro e Ela é divorciada.

Eu, Conrrado Rezende Soares, Oficial Registrador, o fiz publicar.

Belém/PA, 09 de novembro de 2021.

EDITAL DE PROCLAMAS - CARTÓRIO 4º OFICIO

Faço saber por lei que pretendem se casar:

JOSÉ DE RIBAMAR MACHADO GOMES ELE E DIVORCIADO e LUCIANA PATRICIA SOUZA ARAUJO DOS SANTOS ELA E SOLTEIRA

EDIMILSON DA SILVA SANTOS ELE E SOLTEIRO e DIELE MENDES DA ROCHA ELA E DIVORCIADA

Eu, Elyzette Mendes Carvalho, Oficial do Cartório do 4º Oficio, Comarca de Belém, Estado do Pará, faço afixação deste, neste Oficio e sua publicação no Diário de Justiça. Belém 09 de novembro de 2021

EDITAL DE PROCLAMAS - 63/2021

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos por Lei:

Carlos Renan Xavier Gavinho com Amanda Thayssa Pinto Viana, ele divorciado, ela solteira. Igor Gonçalves Rezende com Arlena Suziane da Costa Monteiro, solteiros. Sandro de Andrade Silva Freitas com Joelma do Socorro Lobato de Souza, solteiros. Carlos Henrique Silva da Costa com Kellen Vanessa Ribeiro Vieira, solteiros. José Antonio Oliveira Chaves com Tainah Vilar dos Santos Fernandes de Miranda, solteiros. Arismarcos Romério Alves Santos Júnior com Camila de Araújo Simões, solteiros.

Rafael dos Santos Gomes com Adrielle Moraes de Alcântara, solteiros. Gilberto José Sousa de Mattos com Fernanda Carvalho Soares Pereira, ele divorciado, ela solteira. José Sergio Lima Barbosa com Claudimar Pereira dos Santos, solteiros. Nelson de Oliveira com Suelem Souza Marques, solteiros. Rogerio Filizzola Gomide com Rafaela Menezes Aguilera, ele solteiro, ela divorciada. André Felipe Caldas Cassimiro com Michelle Miranda de Freitas, solteiros. Erysson Batista Barros de Souza com Clelia Andrade Salustrino, divorciados. Alexandre Alberto Figueiredo Rayol com Luana Virgolino Santos, solteiros. Diogenes Aurelio Couto Braga com Nubia Menezes Bitencourt, ele divorciado, ela solteira. José Emanuel Teixeira Vilaça com Cristiane Renato Dalfré, ele solteiro, ela divorciada.

E eu, Aurea Tavares Martins, Oficial do Cartório Privativo de Casamento do 1º Distrito TJE-PA, Comarca de Belém Estado do Pará, faço afixação deste na galeria de editais do Fórum cível e sua publicação no Diário da Justiça. Em: 09/11/2021.

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA - EDITAIS

PROCESSO: 0037659-56.2017.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇ¿O

A Doutora LUCIANA MACIEL RAMOS, Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conheci-mento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº PROCESSO: 0037659-56.2017.8.14.0301 da Aç¿o de CURATELA requerida por ALDO ALVES CALDAS, portador(a) do RG: 1552436-PC/PA 2VIA e CPF: 033.262.762-49, a interdiç¿o de LEONIDAS ALVES CALDAS, portador(a) do RG: 3390398-SSP/PA, CPF: 620.516.102-82, nascido(a) em 22/04/1931, filho(a) de Alipio Teotonio Caldas e Julieta Al-ves Caldas, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Ante o exposto, julgo procedente o pedido e decreto a interdiç¿o definitiva de LEONIDAS ALVES CALDAS, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil do Brasil, e de acordo com o artigo 1.775, do Código Civil do Brasil, nomeio-lhe curador o requerente ALDO ALVES CALDAS, que deverá prestar o compromisso legal, em cujo termo dever¿o constar as restriç¿es determinadas pelo juízo. O (A) curador (a) n¿o tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (A) curador (a) n¿o tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restriç¿es devem constar nos termos de curatela. Em raz¿o do disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil do Brasil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil do Brasil, inscreva-se a presente no Registro Civil e imediatamente publique-se no sitio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, publique-se também na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órg¿o oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdiç¿o e os limites da curatela. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Belém, 17 de setembro de 2020. JO¿O LOURENÇO MAIA DA SILVA Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca da Capital¿.

LUCIANA MACIEL RAMOS

Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0025246-40.2011.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇ¿O

O(A) Doutor(a) ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Belém, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0025246-40.2011.8.14.0301 da Aç¿o de CURATELA requerida por EDMUNDO JOSE DOS SANTOS REBELO, a interdiç¿o de RUTH MARIA SANTOS REBELO, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿ Ante ao exposto, decreto a interdiç¿o de RUTH MARIA DOS SANTOS REBELO declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil Brasileiro e de acordo com o art. 1.775 e parágrafos do mesmo código, nomeio-lhe curador o requerente EDMUNDO JOSE DOS SANTOS REBELO. Em obediência ao disposto no art. 1.184 do C.P.C. e ao art. 9º, III do Código Civil Brasileiro, determino a inscriç¿o da presente sentença no registro civil e a sua publicaç¿o por três vezes pelo Diário de Justiça, dispensada a publicaç¿o na imprensa local. P.R.I. Belém (PA), Fórum Cível, 15 de maio de 2012. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Juíza de Direito da 13ª Vara Cível, em exercício cumulativo com a 1ª Vara Cível de Belém¿

ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Belém

RESENHA: 04/11/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 7ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00206323120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:EMPRESA DE SEGURANÇA ARMADA LTDA REQUERIDO:DANIEL TEIXEIRA MONTEIRO DE PINA REQUERIDO:JOSE MONTEIRO DE PINA. TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aos trÃªs dias do mÃªs de novembro do ano dois mil e vinte e um (03/11/2021) Ã s 9h, na sala de audiÃªncias virtuais da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital, prÃ©dio do FÃ³rum CÃ-vel, presente o MM. Juiz de Direito, Exmo. Dr. Roberto Cezar Oliveira Monteiro. Presente o patrono da parte autora, Dr. LEONARDO SOUSA FURTADO DA SILVA Â¿ OAB/PA 17.295. Ausentes os demais. ABERTA AUDIÃNCIA: Pela ordem, verifico que, conforme certidÃµes juntadas Ã s fls. 153, 154 e 155, a parte rÃ© nÃ£o fora localizada, razÃ£o pela qual resta prejudicada a tentativa de conciliaÃ§Ã£o. Nada mais havendo, encerro o presente termo. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: Vistos etc. Intime-se o autor para que apresente, no prazo de 10 dias, endereÃ§o vÃ¡lido para a citaÃ§Ã£o dos requeridos. Transcorrido este prazo, retornem os autos conclusos. Cientes os presentes. ENCERRADO. EU (Clarice Folha), Analista JudiciÃ¡ria, efetuei a gravaÃ§Ã£o da mÃ-dia de audiÃªncia e, apÃ³s, confeccionei o presente termo. JUIZ DE DIREITO: PROCESSO: 00567137620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 REQUERENTE:DARLAN SIQUEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 21372 - SHAYANE DO SOCORRO DE ALMEIDA DA PAIXÃO (ADVOGADO) REQUERIDO:BUILDING SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 25103 - LIVIA DA SILVA DAMASCENO (ADVOGADO) . D E S P A C H O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do expresso pedido constante em petiÃ§Ã£o de fls. 323/323v, cancelo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento designada nestes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se as partes para que apresentem alegaÃ§Ãµes finais no prazo sucessivo de 10 dias, primeiramente parte autora, apÃ³s a rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. ROBERTO CÃZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito Titular da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00799158220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 AUTOR:ANDRE NAZARENO DA COSTA MARINHO Representante(s): OAB 11462 - JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAUJO (DEFENSOR) REU:AZEVEDO BARBOSA CONSULTORIA DE IMOVEIS Representante(s): OAB 19067 - LUCAS GOMES BOMBONATO (ADVOGADO) REU:BUILDING SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 12374 - DAVI COSTA LIMA (ADVOGADO) OAB 12387 - RONE MIRANDA PIRES (ADVOGADO) . D E S P A C H O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do expresso pedido constante em petiÃ§Ã£o de fls. 120/120v, cancelo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento designada nestes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se as partes para que apresentem alegaÃ§Ãµes finais no prazo sucessivo de 10 dias, primeiramente parte autora, apÃ³s a rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia Ã Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. ROBERTO CÃZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito Titular da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 01346714120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 AUTOR:MARCIO SANTA BRIGIDA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 20797 - ITALO BENEDITO DA CRUZ MAGALHAES (ADVOGADO) OAB 22318 - ROSELI PANTOJA CAVALCANTE (ADVOGADO) REU:MONACO VEICULOS LTDA Representante(s): OAB 28300-A - RICARDO TURBINO NEVES (ADVOGADO) OAB 28341-A - JOÃO PAULO MORESCHI (ADVOGADO) . D E S P A C H O Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Redesigno a audiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento para o depoimento pessoal da parte autora e oitiva das testemunhas arroladas Ã s fls. 111 para o dia 09.02.2022 Ã s 10h. Â Â Â Â Â Â Â Ressalto que a referida audiÃªncia ocorrerÃ¡ por meio de videoconferÃªncia na sala de audiÃªncias virtuais desta 7Âª Vara CÃ-vel, cujo endereÃ§o Ã©: Â Â Â Â Â Â Â https://teams.microsoft.com/l/meetup-

join/19%3ameeting_NmVhZDI1NmQtOTdmNy00YzIwLThkMDUtMTJmNDJkY2I4ODE0%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%2276c5313c-2846-4b7b-8658-8a6da41f8708%22%7d Â Â Â Â Â Â Â A parte rÃ© deverÃ¡ viabilizar meios para o acesso das testemunhas Ã sala virtual independentemente de intimaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Intimem-se. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. ROBERTO CÃZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00010071620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 REU:COSANPA Representante(s): OAB 10176 - ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) OAB 12202 - LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (ADVOGADO) AUTOR:MONACO MOTOCENTER COMERCIAL LTDA Representante(s): OAB 28300-A - RICARDO TURBINO NEVES (ADVOGADO) OAB 28341-A - JOÃO PAULO MORESCHI (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MÃNACO MOTOCENTER COMERCIAL LTDA, qualificada na inicial, ajuizou a presente AÃÃO ORDINÃRIA COM PRECEITO COMINATÃRIO E PEDIDO DE TUTELA ESPECÃFICA em face de COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÃ - COSANPA, pretendendo a restituiÃ§Ã£o dos valores pagos, declarando nula as clÃ¡usulas contratuais firmadas entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a inicial que visando a expansÃ£o de suas atividades, a requerente locou um imÃ³vel localizado na Av. Senador Lemos, nÂº 156, bairro Umarizal, para instalaÃ§Ã£o de posto de vendas. ApÃ³s o tÃ©rmino das adaptaÃ§Ãµes do imÃ³vel, a autora inaugurou o ponto de venda no dia 06/05/2010. Â Afirmou que desde abril/2010 pagou as taxas de consumo de Ã¡gua, sendo que o consumo mÃ©dio constatado, desde marÃ§o/2010 atÃ© junho/2011, era de 57 m3. No entanto, em julho/2011 o autor recebeu a conta de Ã¡gua no valor de R$ 3.825,28 (trÃªs mil oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos) - com mediÃ§Ã£o de 460 m3. JÃ¡ em agosto do mesmo ano o valor cobrado fora de R$ 2.171,58 (dois mil cento e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos) - com mediÃ§Ã£o para 262 m3. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alegou que promoveu reclamaÃ§Ã£o perante a requerida, sob nÂº 20111000430007, que suspendeu a cobranÃ§a das faturas e a mesma ficou de realizar vistoria nos medidores. Ocorre que a parte autora nÃ£o foi avisada do resultado da reclamaÃ§Ã£o, contudo, em outubro/2011 recebeu aviso de corte pela falta de pagamento das faturas de julho/2011 e agosto/2011, com valores retificados para R$ 2.171,58 dois mil cento e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos) e R$ 1.060,77 (hum mil sessenta reais e setenta e sete centavos), respectiviamente. Â Que mesmo nÃ£o concordando com os valores, para evitar o corte a requerente efetuou o pagamento dos valores no total de R$ 3.232,35 (trÃªs mil duzentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos) e renovou a reclamaÃ§Ã£o. AlÃ©m disso, a fatura de setembro/2011 no valor R$ 1.044,06 (hum mil querenta e quatro reais e seis centavos), bem como a fatura de outubro/2011 na importÃ¢ncia de R$ 3.307,46 (trÃªs mil trezentos e sete reais e quarenta e seis centavos) e a fatura do mÃªs de novembro na quantia de R$ 1.897,71 (hum mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e um centavos), foram devidamente quitadas. Â Que ao analisar os meses de marÃ§o/2010 a junho/2011, nÃ£o se questionam os valores, a mÃ©dia mensal foi de 57m3. A problemÃ¡tica levantada diz respeito aos meses de julho/2011 a novembro/2011, uma vez que a mÃ©dia foi de 226m3, apresentando um notÃ³rio aumento percentual de 400% (quatrocentos por cento), motivo pelo qual ingressou com a presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a concessÃ£o da tutela antecipada para obrigar a requerida a nÃ£o interromper o fornecimento de Ã¡gua encanada Ã requerente e, se jÃ¡ houver acontecido o corte, que seja feito o restabelecimento do fornecimento do serviÃ§o em questÃ£o; para obrigar a requerida a nÃ£o proceder a inclusÃ£o do nome da parte autora nos Ã³rgÃ£os de restriÃ§Ã£o de crÃ©dito; para determinar a emissÃ£o das faturas de Ã¡gua e esgoto correspondentes aos posteriores ao mÃªs de referÃªncia de novembro/2011 e enquanto durar a presente demanda no valor mÃ©dio anunciado de 57m3 para pagamento em 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requer a procedÃªncia da aÃ§Ã£o, para que a requerida seja condenada ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o por danos morais no importe de 60 (sessenta) salÃ¡rios mÃ-nimos; para que a requerida seja condenada ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais no valor encontrado da diferenÃ§a entre a importÃ¢ncia indevida e o valor efetivamente devido (ou pela mÃ©dia de 57m3. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 14/88. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o Ã s fls. 89/91 deferindo parcialmente o pedido de tutela de urgÃªncia para determinar que seja expedido o competente MANDADO LIMINAR a fim de que a requerida se abstenha em cortar o fornecimento de Ã¡gua para a unidade de matrÃ-cula nÂº 2999501, bem como para determinar que a requerida se abstenha de incluir o nome da empresa autora nos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito; por fim indeferiu o pedido para determinar a emissÃ£o das faturas de Ã¡gua e esgoto correspondentes aos posteriores ao mÃªs de referÃªncia de novembro/2011, por entender que adentra o mÃ©rito da questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerente de fls. 92/96 opondo Embargos de declarÃ§Ã£o. Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da secretaria da vara de fls. 97 certificando que deixou de juntar nos autos a petiÃ§Ã£o protocolada em 25/01/2012, tendo em vista que o processo se encontrava conclusos no gabinete. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerente de fls. 98/101 apresentando emenda a inicial no que se refere ao pedido da tutela antecipada, especificamente o item "c". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fls. 102/103 deferindo o pedido de tutela de urgÃªncia para determinar que seja expedido o competente MANDADO LIMINAR ordenando a imediata substituiÃ§Ã£o do hidrÃ´metro instalado no imÃ³vel de matrÃ-cula nº 2999501, por um aparelho novo em perfeitas condiÃ§Ãµes de funcionamento. Por fim, indeferiu a emissÃ£o das faturas de Ã¡gua e esgoto no valor mÃ©dio de 57m3, por entender que adentra o mÃ©rito da questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerente de fls. 104/109 juntando faturas de Ã¡gua para devida apreciaÃ§Ã£o do pedido de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais e/ou restituiÃ§Ã£o de valores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o do oficial de justiÃ§a de fls. 110/111 certificando que a requerida fora devidamente citada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o Ã s fls. 114/122, instruÃ-da com os documentos de fls. 123/135. Preliminarmente, suscitou a ilegitimidade ativa. No mÃ©rito, alegou as razÃµes do requerente; as razÃµes da requerida; o dano material e moral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica de fls. 138/144. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da secretaria da vara de fls. 145 certificando que a rÃ©plica a contestaÃ§Ã£o fora apresentada dentro do prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 146 designando audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 03/02/2015 Ã s 11:30 horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o de fls. 151/152 restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerente de fls. 169/171 apresentando manifestaÃ§Ã£o aos documentos juntados pela requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 174 determinando Ã secretaria para efetuar as alteraÃ§Ãµes cadastrais necessÃ¡rias, nos termos do pedido de fls. 172. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 177 determinando o encaminhamento dos autos Ã UNAJ para cÃ¡lculo das custas finais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da UNAJ de fls. 178 certificando que nÃ£o hÃ¡ custas finais pendentes de pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 179 intimando pessoalmente a parte autora para que manifeste interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da requerente de fls. 180 requerendo o julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo comporta o julgamento antecipado da lide em face da determinaÃ§Ã£o inserida no artigo 355, inciso I do mesmo diploma legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova carreada aos autos Ã© necessÃ¡ria e suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da ilegitimidade do requerente: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminarmente, a rÃ© suscitou a ilegitimidade do requerente, sob o fundamento de que nos registros de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os da prestadora, o imÃ³vel, sob matrÃ-cula 299950-1 estÃ¡ cadastrado no nome do Sr. Manoel Rodrigues Filho, que nÃ£o faz parte da relaÃ§Ã£o processual, portanto nÃ£o seria possÃ-vel pleitear qualquer direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante as razÃµes apresentadas pela rÃ©, entendo que nÃ£o assiste razÃ£o Ã mesma, uma vez que os documentos juntados aos autos, em especial, os documentos de fls. 44/87 demonstram que o requerente efetuava todos os pagamentos referente ao consumo de Ã¡gua. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. NÃ£o merece prosperar tal preliminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O mÃ©rito da demanda diz respeito a cobranÃ§a indevida por consumo de Ã¡gua no qual conta a parte requerente como locatÃ¡ria de um imÃ³vel, conforme pode observar no contrato de locaÃ§Ã£o comercial de fls. 38/40, que acordou com o locador o pagamento do consumo de Ã¡gua, luz, esgoto e IPTU, conforme explÃ-cito na clÃ¡usula quarta do referido contrato. Independentemente do nome cadastrado na prestadora de serviÃ§os, o requerente sempre cumpriu com sua obrigaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao analisar o pedido feito pelo autor, verifico que o mesmo requereu a condenaÃ§Ã£o por danos morais no importe de 60 sessenta salÃ¡rios mÃ-nimos mais danos materiais no valor encontrado da diferenÃ§a entre a importÃ¢ncia indevida e o valor efetivamente devido, acrescidos de juros desde a citaÃ§Ã£o, pela cobranÃ§a ilegal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa maneira, a parte requerente Ã© legitima para discutir a cobranÃ§a em tela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminar rejeitada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do dano material: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora requereu o pagamento de indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos materiais no valor encontrado da diferenÃ§a entre a importÃ¢ncia indevida e o valor efetivamente devido, devidamente atualizado com os acessÃ³rios legais a partir de cada cobranÃ§a ilegal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O estabelecimento de indenizaÃ§Ã£o por danos morais exige comprovaÃ§Ã£o objetiva de que os lucros seriam realizados sem a interferÃªncia do evento danoso. A condenaÃ§Ã£o nÃ£o pode ser apoiada apenas em probabilidade de lucros ou conjecturas sobre o futuro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A natureza jurÃ-dica da cobranÃ§a de dÃ©bito no fornecimento de energia elÃ©trica, bem como da Ã¡gua, em relaÃ§Ã£o de consumo. Nesse sentido, o dÃ©bito, decorrente tanto do serviÃ§o de fornecimento de energia elÃ©trica como de Ã¡gua, Ã© de natureza pessoal, nÃ£o se caracterizando como obrigaÃ§Ã£o de natureza propter rem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, conheÃ§o a existÃªncia de nexo de causalidade entre o dano sofrido quanto a cobranÃ§a indevida no consumo de Ã¡gua. Caracterizada a existÃªncia do

ato ilÃ-cito praticado pela parte rÃ©, merece prosperar o pedido de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais. A empresa rÃ© desimcumbiu-se do Ã´nus de provar fato impeditivo do direito do autor, ferindo o art. 373, inciso II do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, julgo PROCEDENTE o pedido de danos materiais, fixo o valor da diferenÃ§a entre a importÂ¢ncia indevida e o valor efetivamente devidos no valor mÃ©dio de 57mÂ³ ao mÃªs, que deverÃ£o ser devidamente apresentados, com os respectivos cÃ¡lculos, em fase de cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos danos morais: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em regra, para a caracterizaÃ§Ã£o do dano moral sÃ£o necessÃ¡rios os seguintes elementos: a) o ato; b) o dano; c) nexo de causalidade entre o ato e o dano; e d) o dolo ou a culpa do agente causador do dano. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em se tratando de dano moral, tem-se que o bem jurÃ-dico ofendido consiste na lesÃ£o a direitos da personalidade. Destarte, ofendem-se a dignidade da pessoa humana, sua honra, sua reputaÃ§Ã£o, seus sentimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A compensaÃ§Ã£o por dano moral exige a violaÃ§Ã£o aos direitos da personalidade. O que nÃ£o foi comprovado no caso em tela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa maneira, julgo IMPROCEDENTE o pedido de dano moral, em virtude da nÃ£o configuraÃ§Ã£o de violaÃ§Ã£o aos direitos da personalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais para condenar a requerida ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais, relativa ao valor efetivamente devido no consumo, devendo ser utilizado a mÃ©dia de 57mÂ³ ao mÃªs, pelo que os valores pagos a maior devem ser devolvidos a parte autora, devidamente corrigidos monetariamente pelo INPC desde o efetivo desembolso, e juros de mora, a partir da citaÃ§Ã£o vÃ¡lida, de 1% ao mÃªs. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os cÃ¡lculos necessÃ¡rios Ã liquidaÃ§Ã£o da presente sentenÃ§a deverÃ£o se realizar oportunamente nos termos do art. 509, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o rÃ©u em custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 10% sobre o valor da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00065234120178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 05/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 15530 - LAYSA AGENOR LEITE (ADVOGADO) REQUERIDO:LAERCIO WILSON BARBALHO JUNIOR. S E N T E N Ã A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO proposta por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A em face de LAERCIO WILSON BARBAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da parte autora de fls. 74 requerendo a desistÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o sucinto relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A desistÃªncia da aÃ§Ã£o tem como consequÃªncia a extinÃ§Ã£o do processo. Â Isto posto, considerando que a parte autora resolveu desistir da aÃ§Ã£o, HOMOLOGO por sentenÃ§a para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos a manifestaÃ§Ã£o de vontade de fls. 74, consequentemente, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, na forma do art. 485, VIII do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. ROBERTO CÃZAR OLIVEIRA MONTEIRO Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00232152320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Agravo de Instrumento em: 05/11/2021 REQUERENTE:REYNALDO VEIGA DA SILVA Representante(s): OAB 8200-B - ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (ADVOGADO) OAB 18292 - BRUNA CAROLINE BARBOSA PEDROSA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 15968 - LUANA CORREA ASSIS SOARES (ADVOGADO) OAB 21714 - FELICIANO LYRA MOURA (ADVOGADO) OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . S E N T E N Ã A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â REYNALDO VEIGA DA SILVA ajuizou AÃÃO DE CONSIGNAÃÃO EM PAGAMENTO em face de BANCO PANAMERICANO SA, sob a alegaÃ§Ã£o de recusa do consignado em receber as parcelas referentes ao contrato de abertura de crÃ©dito para fins comerciais firmado entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Autor alega ter feito transaÃ§Ãµes com o RÃ©u, as quais envolveram a totalidade de 39 (trinta e nove) cheques, emitidos pelo Requerente, aduzindo que 29 (vinte e nove) cheques foram devidamente adimplidos, mas houve falta de adimplemento por parte do Autor de 10 (dez) cheques. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata que, visando adimplir o seu dÃ©bito, negociou a dÃ-vida efetuando o pagamento no montante de R$ 1.580,00 (mil quinhentos e oitenta reais) em 09/01/2012. Aduz que apÃ³s a referida negociaÃ§Ã£o o RÃ©u nÃ£o disponibilizou qualquer meio ou forma de pagamento para o Autor adimplir o restante dos valores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requer seja autorizado o depÃ³sito em JuÃ-zo no prazo legal, com expediÃ§Ã£o de guia de depÃ³sito no valor de

R$ 8.799,02 (oito mil setecentos e nove reais e dois centavos). Requer a concessÃ£o de tutela antecipada para que seja determinada a exclusÃ£o dos registros negativos de crÃ©dito abertos em nome do Requerente no CCF - cadastro de emitentes de cheques sem fundos e serasa relativamente aos cheques nÂ°. 851441, 851442, 851443, 851444, 851445, 841483, 851484, 851485, 851486 e 851487. Requer que as despesas com o depÃ³sito corram por conta do devedor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos Ã s fls. 13/58. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho inicial de fls. 59, deferindo o pedido de depÃ³sito de valores em juÃ-zo, bem como a retirada do nome do Autor dos cadastros de crÃ©dito, sob pena de multa diÃ¡ria de R$ 200,00 (duzentos reais) e determinando a citaÃ§Ã£o do consignado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aviso de Recebimento cumprido juntado em fls. 70. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o oferecida em fls. 71/79. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Requerido alega que os contratos celebrados entre as partes jÃ¡ se encontram liquidados, nÃ£o havendo necessidade de consignar nenhum valor para saldar dÃ-vida, e que o nome da parte autora jÃ¡ fora retirado dos Cadastros dos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito. Declara estar impossibilitado de excluir o CPF do Autor do Cadastro de Emitentes de Cheque sem fundos, pois somente o banco emissor das cÃ¡rtulas tem poder para retirar o apontamento. Requer o prazo de trinta dias para apresentar os cheques que originaram a ocorrÃªncia para que o Autor comprove o pagamento e tenha seu nome reabilitado do CCF. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificada a tempestividade da contestaÃ§Ã£o em fls. 114. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o para fins de Agravo de Instrumento lavrada em fls. 119. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do RÃ©u de fls. 121/131, juntando cÃ³pia da petiÃ§Ã£o de Agravo de Instrumento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificada em fls. 132 a tempestividade da cÃ³pia do recurso de Agravo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do RÃ©u de fls. 133, requerendo a juntada dos cheques. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fls. 139, mantendo a decisÃ£o agravada e determinando o encaminhamento de cÃ³pia daquela decisÃ£o a Exma. Relatora do Agravo de Instrumento nÂº. 20143023626-1. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficio em fls. 140. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do Autor de fls. 141, informando o depÃ³sito judicial no valor de R$ 8.799,02 (oito mil setecentos e nove reais e dois centavos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o monocrÃ¡tica proferida no Agravo de Instrumento de nÂº. 2014.3.023626-1. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 145, intimando o Autor para se manifestar sobre os documentos de fls. 133/138. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do Autor de fls. 147. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 148, deferindo o desentranhamento dos cheques juntados em fls. 135/138 em favor do Requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do Autor de fls. 149/150, requerendo a retirada dos valores e o levantamento dos valores depositados em JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de desentranhamento dos cheques. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do Autor de fls. 206/207, reiterando o pedido de levantamento de valores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 208, determinando a manifestaÃ§Ã£o do RÃ©u quanto Ã petiÃ§Ã£o de fls. 149/150. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do RÃ©u de fls. 209/210, requerendo a dilaÃ§Ã£o de prazo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do Autor de fls. 237, requerendo a denunciaÃ§Ã£o da lide da empresa Liderprime Administradora de CartÃµes Ltda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do RÃ©u de fls. 268, informando o cumprimento da liminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 279, intimando o Autor para se manifestar das petiÃ§Ãµes de fls. 237/238. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do Autor de fls. 280/281. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 282,Â intimando a parte autora para se manifestar sobre a petiÃ§Ã£o e documentos de fls. 268/276. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o do Autor de fls. 283/284. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do RÃ©u de fls. 286, requerendo o julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificada a tempestividade da manifestaÃ§Ã£o do Requerido e certificado o transcurso in albis do prazo para o Autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 328, intimando a parte autora para recolher as custas finais e, apÃ³s o recolhimento das custas, a conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificada em fls. 329 a inexistÃªncia de custas finais pendentes de pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â D E C I D O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de ConsignaÃ§Ã£o de valores referentes a ao contrato de abertura de crÃ©dito juntado aos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento permite a liberaÃ§Ã£o de dÃ-vida contraÃ-da quando o credor se encontra em mora ou quando hÃ¡ risco de o pagamento ser ineficaz. A referida liberaÃ§Ã£o tem por fundamento o depÃ³sito do valor em juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o inciso I do artigo 335 do CÃ³digo Civil preceitua caber a consignaÃ§Ã£o quando o credor nÃ£o puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitaÃ§Ã£o na devida forma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, para que o processo possa seguir seu curso normal, faz-se necessÃ¡rio que o autor proceda ao depÃ³sito do valor indicado como devido e, tratando-se de prestaÃ§Ãµes periÃ³dicas, deve proceder Ã consignaÃ§Ã£o dos valores mÃªs a mÃªs, nos termos do art. 539, Â§1Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, em especial, a petiÃ§Ã£o e documento de fls. 141/142, verifico que a parte autora realizou depÃ³sito no valor de R$ 8.799,02 (oito mil setecentos e noventa e nove reais e dois centavos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sua contestaÃ§Ã£o, o RÃ©u nÃ£o alegou quaisquer das matÃ©rias constantes dos incisos do artigo 544 do

CPC, aduzindo que os valores relativos os contratos celebrados entre as partes jÃ¡ se encontram quitados, nÃ£o havendo necessidade de consignaÃ§Ã£o. Verifico ainda que o RÃ©u juntou nas fls. 104 extrato da consulta de pendÃªncias bancÃ¡rias, o qual informa a baixa dos contratos em nome do Autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa maneira, em virtude da quitaÃ§Ã£o dos contratos informada pelo RÃ©u, entendo que houve perda do objeto da aÃ§Ã£o, com a satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito, o que redunda na ausÃªncia de interesse processual da parte autora, por falta de uma das condiÃ§Ãµes de agir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, a seguinte decisÃ£o: Â¿A perda do objeto da demanda acarreta a ausÃªncia de interesse processual, condiÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o cuja falta leva Ã extinÃ§Ã£o do processo (CPC art. 267, VI), ficando prejudicado o recursoÂ¿ (STJ-1Âª T., RMS 19.055, rel. Min. Teori Zavaschi, j.9.5.06). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, tendo em vista a liquidaÃ§Ã£o dos contratos, a extinÃ§Ã£o do feito nos termos do artigo 485, inciso VI, do CÃ³digo de Processo Civil Ã© medida que se impÃµe. Â Por conseguinte, deve haver o levantamento dos valores depositados em JuÃ-zo em favor da parte autora. Â Ademais, relativamente Ã decisÃ£o de fls. 285, a qual aplicou multa ao RÃ©u referente ao descumprimento da decisÃ£o de fls. 59, entendo dever ser confirmada. A uma porque o RÃ©u foi intimado para cumprir a decisÃ£o de fls. 59 em 22/07/2014, mas somente comprovou o cumprimento desta decisÃ£o em 22/08/2014, ultrapassando o prazo concedido na tutela deferida. A duas, visto que, em que pese a responsabilidade pela exclusÃ£o do nome do Autor do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo -CCF seja do banco sacado, consoante a ResoluÃ§Ã£o 1.682/1990 e a Circular 2.989/2000 ambos do Bacen, o RÃ©u de fato juntou os cheques somente na data de 03/09/2014. Â Assim, em razÃ£o do atraso no cumprimento das obrigaÃ§Ãµes definidas na decisÃ£o de fls. 59, mantenho a decisÃ£o de fls. 285, que aplicou multa referente ao perÃ-odo de 28/07/2014 a 03/09/2014, resultante no importe total de R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais). Â Quanto Ã obrigaÃ§Ã£o de retirada do nome da parte autora dos cadastros de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito (SPC e SERASA), verifico que houve o cumprimento pelo RÃ©u, conforme petiÃ§Ã£o e documentos de fls. 268/273, ressalvada a retirada do nome do Autor do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF, cuja responsabilidade Ã© do banco sacado nos termos da ResoluÃ§Ã£o 1.682/1990 e da Circular 2.989/2000, ambos do Bacen. Â Â Ademais, quanto Ã responsabilidade pelo pagamento do Ã´nus de sucumbÃªncia entendo que, em razÃ£o do princÃ-pio da causalidade, deve a parte RÃ© arcar com o Ã´nus de sucumbÃªncia, uma vez que deu causa ao ajuizamento da aÃ§Ã£o, por nÃ£o ter disponibilizado os meios para o pagamento da dÃ-vida, quando solicitado pelo Autor, nos termos do artigo 85, Â§10 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, entendo que a parte RÃ© deu causa Ã aÃ§Ã£o. Por tal motivo, o RÃ©u deve arcar com o Ã´nus da sucumbÃªncia e custas processuais, nos termos do artigo 85, Â§10 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fundamento no art. 485, inciso VI, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Confirmo a decisÃ£o que condenou o banco RÃ©u ao pagamento de multa referente ao descumprimento da decisÂ¿o de fls. 59, no perÃ-odo correspondente a 28.07.2014 a 03.09.2014, resultando no importe total de R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), a ser corrigida monetariamente pelo IPCA-IBGE a partir da data de seu arbitramento, consoante entendimento consignado no REsp 1327199/RJ (Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/04/2014, DJe 02/05/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os cÃ¡lculos necessÃ¡rios Ã execuÃ§Ã£o do valor da multa deverÃ£o se realizar oportunamente, nos termos do art. 510 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se alvarÃ¡ para levantamento dos valores depositados em juÃ-zo em favor do Autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o RÃ©u ao pagamento de custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 15% sobre o valor da causa, porque entendo que ele deu causa ao ajuizamento da aÃ§Ã£o, nos termos do artigo 85, Â§10 do CPC. Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado da presente decisÃ£o, arquivem-se os Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 04 de novembro de 2021.Â Â Â ROBERTO CÃZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da CapitalÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â . PROCESSO: 00321652120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 05/11/2021 EXEQUENTE:SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTENCIA E SEGURIDADE SIAS Representante(s): OAB 65302 - DARLENE FRAGA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 56630 - GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS (ADVOGADO) EXECUTADO:DAYSE SEBASTIANA DE ALENCAR BECKMANN. S E N T E N Ã A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE EXECUÃÃO proposta por SOCIEDADE EBGEANA DE ASSISTENCIA E SEGURIDADE - SIAS em face de DAYSE SEBASTIANA DE ALENCAR BECKMANN, ambos qualificados Ã s fls. 02 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decisao de fls. 122 suspendendo o processo e intimando o exequente para proceder a regularizaÃ§Ã£o processual ante o falecimento da executada, sob pena de extinÃ§Ã£o e arquivamento do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da parte exequente de fls. 123 requerendo a extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o sucinto relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A desistÃªncia da aÃ§Ã£o tem como consequÃªncia a extinÃ§Ã£o do processo. Â Isto posto, considerando que a parte exequente resolveu desistir da aÃ§Ã£o, HOMOLOGO por sentenÃ§a para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos a manifestaÃ§Ã£o de vontade, consequentemente, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, na forma do art. 485, VIII do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo exequente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. ROBERTO CÃZAR OLIVEIRA MONTEIRO Â Â Â Â Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00355855120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210423109 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Cumprimento de sentença em: 05/11/2021 AUTOR:PAULO AGUIAR DE ANDRADE LIMA Representante(s): OAB 1648 - MARIA ROSANGELA DA SILVA COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11673 - DANIELLE SILVA DE ANDRADE LIMA GUERRA (ADVOGADO) OAB 8934 - ROSILENE SOARES FERREIRA (ADVOGADO) REU:MULTICRED INVESTIMENTOS LTDA Representante(s): ALLAN F. DA S. PINGARILHO - ADV. DO BANPARA (ADVOGADO) INTERESSADO:BANCO DO ESTADO DO PARA - BANPARA S/A Representante(s): OAB 8988 - ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 9127 - MARIA ROSA DO SOCORRO LOURINHO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 10676 - PAULO ROBERTO AREVALO BARROS FILHO (ADVOGADO) OAB 17337 - THIAGO DOS SANTOS ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 9136 - ADRIANO DINIZ FERREIRA DE CARVALHO (ADVOGADO) . D E S P A C H O Â Â Â Â Vistos. Defiro requerimento constante em petiÃ§Ã£o de fls. 446 e designo audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 09.02.2022 Ã s 9h. Â Â Â Â Â Â Â Ressalto que a referida audiÃªncia ocorrerÃ¡ por meio de videoconferÃªncia na sala de audiÃªncias virtuais desta 7Âª Vara CÃ-vel, cujo endereÃ§o Ã©: Â Â Â Â Â Â Â https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZDM4ZjBiOTMtMDBjNC00N2NiLWI3Y2ItZDY0NTRlMmQxOTMx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%2276c5313c-2846-4b7b-8658-8a6da41f8708%22%7d Â Â Â Â Â Intimem-se. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. ROBERTO CÃZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00373184020118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 AUTOR:FRANCISCO ANTONIO DA SILVA Representante(s): OAB 7261 - JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO (ADVOGADO) REU:EMPRESA FORMOSA SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA Representante(s): OAB 13919 - SAULO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA (ADVOGADO) OAB 14815 - BERNARDO DE SOUZA MENDES (ADVOGADO) REU:MOTOROLA DO BRASIL LTDA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â FRANCISCO ANTÃNIO DA SILVA, propÃ´s a presente AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANO MATERIAL E MORAL contra EMPRESA FORMOSA - SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA e MOTOROLA DO BRASIL LTDA, ambos qualificados Ã s fls.02 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alegou o autor que, no dia 30.09.2011, efetou a compra de um aparelho celular da marca MOTOROLA, no FORMOSA SUPERMERCADO E MAGAZINE, unidade DUQUE DE CAXIAS. Na ocasiÃ£o, a funcionÃ¡ria do 1Âº requerido indicou o modelo EX-128 MOTOROLA, como um dos melhores aparelhos que jÃ¡ foram lanÃ§ados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirmou que diante da propaganda da funcionÃ¡ria, efetou a compra do aparelho celular, com a utilizaÃ§Ã£o do cartÃ£o de crÃ©dito FORMOSA, em 10 (dez) parcelas de R$ 42,20 (quarente e dois reais e vinte centavos), totalizando R$ 422,27 (quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e sete centavos), a partir de outubro/2011. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Que apÃ³s a compra do aparelho, o requerente foi surpreendido ao notar que o equipamento se encontrava defeituoso, pois as teclas de comando ficavam travadas e a bateria do aparelho nÃ£o carregava. Diante do problema, a parte autora retornou no dia 05.10.2011 para efetuar a troca do aparelho, contudo nÃ£o obteve Ãªxito, pois a funcionÃ¡ria do 1Âº requerido alegou que nÃ£o poderia efetuar a troca em virtude do equipamento ter sido utilizado por mais de 1 (uma) hora, motivo pelo qual ingressou com a presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a inversÃ£o do Ã´nus da prova. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a concessÃ£o de tutela de antecipada para que a parte rÃ© se abstenha de remeter para a parte autora as faturas menais de cobranÃ§a das prestaÃ§Ãµes da compra do aparelho celular defeituoso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a procedÃªncia da aÃ§Ã£o para que as requeridas sejam condenadas ao pagamento de R$ 422,27 (quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e sete centavos), Ã tÃ-tulo de danos materiais; para que as requeridas sejam condenadas ao pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) Ã tÃ-tulo de danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 10/20. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 21/22 deferindo o pedido de tutela antecipada para determinar que a requerida EMPRESA FORMOSA - SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA., imediatamente se abstenha

de cobrar da parte autora os valores referentes as prestaÃ§Ãµes de compra do aparelho telefÃ´nico adquirido em 30.09.2011. Deferiu ainda, os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita e o pedido de inversÃ£o do Ã´nus da prova. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o do oficial de justiÃ§a de fls. 27 certificando que a requerida EMPRESA FORMOSA - SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA fora devidamente citada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntada de AR de fls. 28 requerida MOTOROLA DO BRASIL LTDA fora devidamente citada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o Ã s fls. 29/44, instruÃ-da com os documentos de fls. 45/62. Preliminarmente, suscitou a ilegitimidade passiva. No mÃ©rito, alegou o atendimento da tutela antecipada; a reclamaÃ§Ã£o no PROCON; o art. 49 do CDC; o art. 18 do CDC; os danos morais; o quantum indenizatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 63 designando audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 02.12.2013 Ã s 14:40 horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de audiÃªncia de fls. 64 houve a apresentaÃ§Ã£o de proposta, no entanto, as partes nÃ£o chegaram em um acordo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica de fls. 66/87. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntada de AR de fls. 88 BANCO ITAUCARD fora devidamente intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntada de carta de fls. 89 a requerida MOTOROLA DO BRASIL LTDA requerida nÃ£o foi intimada por motivo "mudou-se". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 92 designando audiÃªncia preliminar para o dia 04.08.2015 Ã s 09:30 horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o de fls. 93 restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§ao pela falta de proposta e face a ausÃªncia da requerida MOTOROLA DO BRASIL LTDA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerido FORMOSA SUPERMERCDOS E MAGAZINE LTDA Ã s fls. 94/95 informando dados de seu assistente tÃ©cnico e formulando quesitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerido FORMOSA SUPERMERCDOS E MAGAZINE LTDA Ã s fls. 96 apresentando rol de testemunhas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerido FORMOSA SUPERMERCDOS E MAGAZINE LTDA Ã s fls. 99/105 juntando comprovante de recolhimento de custas para expediÃ§Ã£o de mandados de intimaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â OfÃ-cio ao CENTRO INTEGRADO DE PERÃCIAS RENATO CHAVES de fls. 106 verificando a possibilidade de ser realizada a perÃ-cia determianda Ã s fls. 93. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ato ordinatÃ³rio de fls. 108 intimando as partes para ciÃªncia que foi designado o dia 29.02.2016, Ã s 09:00 horas, para o inÃ-cio da perÃ-cia, desiganda nos autos pelo perito MANOELÂ ADALBERTO MATOS DE OLIVEIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â OfÃ-cio do CENTRO INTEGRADO DE PERÃCIAS RENATO CHAVES de fls. 109/110Â indicando o perito para a realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â OfÃ-cio do CENTRO INTEGRADO DE PERÃCIAS RENATO CHAVES de fls. 111/112 informando a nÃ£o realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia e devoluÃ§Ã£o de processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 113 intimando as partes para menifestarem interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerente de fls. 114 manifestando interesse em conciliar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da secretaria da vara de fls. 115 certificando que decorreu o prazo sem que a parte requerida se manifestasse. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerente de fls. 116 informando o interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DespachoÂ de fls. 117 designado audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 30.11.2017 Ã s 09:20 horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de audiÃªncia de fls. 118 restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 122 deferindo o pedido de fls. 118. E ainda, determinando expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao instituto renato chaves para realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerente de fls. 123/124 para relatar que nÃ£o constam informaÃ§Ãµes nos autos sobre o cumprimento da decisÃ£o retro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â OfÃ-cio ao CENTRO INTEGRADO DE PERÃCIAS RENATO CHAVES de fls. 125 requerendo nova data, hora e local para realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia determinada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntada de AR de fls. 126 CENTRO INTEGRADO DE PERÃCIAS RENATO CHAVES foi devidamente oficiado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da secretaria da vara de fls. 127 certificando que atÃ© a data nÃ£o foi encaminhada resposta ao oficio retro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 128 intimando a rÃ© FORMOSA SUPERMERCDOS E MAGAZINE LTDA para se manifestar sobre o AR e certidÃ£o de fls. 126/127. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do requerente de fls. 130 para relatar que nÃ£o constam informaÃ§Ãµes nos autos sobre a resposta da requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da rÃ© FORMOSA SUPERMERCDOS E MAGAZINE LTDA de fls. 131/132 alegando que deve ser reiterado o ofÃ-cio encaminhado ao CENTRO INTEGRADO DE PERÃCIAS RENATO CHAVES. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 133 declarando preclusa a produÃ§Ã£o de prova pericial. E determinando o retorno dos autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANO MATERIAL E MORAL. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo comporta o julgamento antecipado da lide em face da determinaÃ§Ã£o inserida no artigo 355, inciso I do mesmo diploma legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova carreada aos autos Ã© necessÃ¡ria e suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da preliminar de ilegitimidade passiva do rÃ©u FORMOSA SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA: Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte rÃ© alega que o produto foi entregue ao reclamante em perfeitas condiÃ§Ãµes de uso, e que por isso, qualquer suposto vÃ-cio deve ser discutido com o fabricante e nÃ£o com o comerciante. E ainda, a funcionÃ¡ria da requerida se recusou a receber o aparelho, alegando que nÃ£o

poderia efetuar a troca em virtude de o equipamento ter sido utilizado por mais de 1 (uma) hora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o autor anexou aos autos nota fiscal da compra do aparelho celular junto a 1Âª requerida. Segundo o art. 18 do CDC, os fornecedores de produtos respondem solidariamente quando: Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo durÃ¡veis ou nÃ£o durÃ¡veis respondem solidariamente pelos vÃ-cios de qualidade ou quantidade que os tornem imprÃ³prios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicaÃ§Ãµes constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitÃ¡ria, respeitadas as variaÃ§Ãµes decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituiÃ§Ã£o das partes viciadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â E ainda, segundo o entendimento doutrinÃ¡rio do STJ, em caso de vÃ-cio em aparelho celular a troca poderÃ¡ ser feita da seguinte maneira, senÃ£o vejamos: RECURSO ESPECIAL NÂº 1.693.533 - DF (2017/0112692-8) RELATORA: MINISTRA REGINA HELENA COSTA RECORRENTE: CLARO S.A ADVOGADOS: CAMILA MARINHO CAMARGO E OUTRO (S) - DF 041373 RENATO CHAGAS CORRÃA DA SILVA - DF045892 RECORRIDO: DISTRITO FEDERAL RECORRIDO: INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO DISTRITO FEDERAL - PROCON-DF PROCURADOR: JORGE OCTAVIO LAVOCAT GALVÃO E OUTRO (S) - DF023437 DECISÃO Vistos. Trata-se de Recurso Especial interposto pela CLARO S/A, contra acÃ³rdÃ£o prolatado, por unanimidade, pela 2Âª Turma do Tribunal de JustiÃ§a do Distrito Federal e dos TerritÃ³rios no julgamento de apelaÃ§Ã£o, assim ementado (fls. 4808/4827): APELAÃÃO CÃVEL. CONSUMIDOR. PROCON. PROCESSO ADMINISTRATIVO. INFRAÃÃES CONSUMERISTAS. PENA DE MULTA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO DISTRITO FEDERAL. INFRAÃÃES CARACTERIZADAS. MULTA FIXADA EM VALOR RAZOÃVEL. HONORÃRIOS. 1. O PROCON/DF ostenta natureza jurÃ-dica de autarquia, dispondo de autonomia que lhe permite cobrar seus prÃ³prios crÃ©ditos, nele incluÃ-das as multas que aplica. A mera expectativa de que a autoridade poderÃ¡ descumprir eventual decisÃ£o judicial de modo a acarretar indevida inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa nÃ£o Ã© suficiente para atrair a legitimidade passiva do DISTRITO FEDERAL para o efeito. 2. Direito Ã informaÃ§Ã£o clara e adequada: a diversidade de planos pÃ³s-pagos oferecidos nÃ£o exime (ao contrÃ¡rio, justamente obriga) a operadora a esclarecer qual plano contempla a oferta apresentada ao consumidor. 3. Recusar substituir produto com vÃ-cio: compete ao fornecedor reparar o produto ou demonstrar que ele nÃ£o apresenta o vÃ-cio alegado pelo consumidor. Tais obrigaÃ§Ãµes nÃ£o podem ser afastadas pela alegaÃ§Ã£o genÃ©rica trazida pela autora, que nÃ£o demonstrou ter se desincumbido desses Ã´nus. 4. ReprovÃ¡vel a intenÃ§Ã£o da apelante de apequenar o papel exercido pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, previsto no TÃ-tulo IV da Lei 8.078/90. Enquadra-se na esfera de liberdade do consumidor buscar solucionar sua insatisfaÃ§Ã£o junto ao ÃrgÃ£o de Defesa do Consumidor e nÃ£o diretamente ao Poder JudiciÃ¡rio, sendo louvÃ¡vel a atitude de buscar uma soluÃ§Ã£o extrajudicial para a questÃ£o. O que nÃ£o se louva Ã© o comportamento recalcitrante do fornecedor que sÃ³ cumpre seus deveres quando obrigado pelo JudiciÃ¡rio. [...] (STJ - REsp: 1693533 DF 2017/0112692-8, Relator: Ministra REGINA HELENA COSTA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJ 25/10/2017). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao analisar os documentos, Ã© notÃ³rio que a compra do aparelho celular fora efetuada junta a 1Âª requerida, conforme explÃ-cito na nota fiscal fls. 16, bem como carta junto ao PROCON/PA de fls. 18/20. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa maneira, rejeito a preliminar, por entender que ambos os rÃ©us devem responder pelo ocorrido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da revelia da requerida MOTOROLA DO BRASIL LTDA.: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor alega que a requerida MOTOROLA DO BRASIL LTDA fora devidamente citada, conforme fls. 28 dos autos, bem como, a requerida nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o, tampouco compareceu Ã audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo o art. 345, I, do CPC, a revelia nÃ£o produz efeito quando: Art. 345. A revelia nÃ£o produz o efeito mencionado no art. 344 se: I - havendo pluralidade de rÃ©us, algum deles contestar a aÃ§Ã£o; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifiquei que a empresa requerida FORMOSA SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA apresentou contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 29/62, afastando assim, a revelia da empresa MOTOROLA DO BRASIL LTDA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pedido improcedente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a anÃ¡lise do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do dano material: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora requereu o pagamento de indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos materiais no importe de R$ 422,27 (quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e sete centavos), afirmando que se tratava do valor referente ao pagamento do aparelho celular. O requerente juntou nota fiscal referente a compra do aparelho (fls. 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O estabelecimento de indenizaÃ§Ã£o por lucros cessantes exige comprovaÃ§Ã£o objetiva de que os lucros seriam realizados sem a interferÃªncia do evento danoso. A condenaÃ§Ã£o nÃ£o pode ser apoiada apenas em probabilidade de lucros ou conjecturas sobre o futuro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos verifico que fora determinada a inversÃ£o do Ã´nus da prova, pelo que restava ao rÃ©u comprovar o

alegado em contestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A mais recente jurisprudÃªncia do C. STJ, definiu que, a condenaÃ§Ã£o da rÃ©, em relaÃ§Ã£o de consumo, Â¿a proteÃ§Ã£o do consumidor em razÃ£o de produtos viciados postos no comÃ©rcio, bem como o direito de reparaÃ§Ã£o do vÃ-cio no prazo legal de 30 dias garantido aos fornecedores e seus equiparadosÂ¿.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De fato, no Recurso Especial n. 1.411136/RS julgado em 24/02/2015, de Relatoria do Ministro MARCO AURÃLIO BELLIZZE, o C.STJ decidiu da seguinte forma:Â DIREITO DO CONSUMIDOR E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÃÃO CIVIL PÃBLICA. DEVER DE PRESTAÃÃO DE ASSISTÃNCIA TÃCNICA. INTERMEDIAÃÃO PELO COMERCIANTE. ORGANIZAÃÃO DOS SERVIÃOS. DIREITO DOS FORNECEDORES E EQUIPARADOS. JUROS DE MORA. TERMO A QUO. CITAÃÃO NA DEMANDA COLETIVA. PRECEDENTES. 1. Demanda em que se discute a responsabilidade do comerciante de intermediar a relaÃ§Ã£o entre consumidor e assistÃªncia tÃ©cnica disponibilizada pelo fornecedor. 2. A boa-fÃ© objetiva, alÃ§ada Ã condiÃ§Ã£o de princÃ-pio geral de direito, transita incessantemente em duplo sentido, exigindo a conduta leal e cooperada, na relaÃ§Ã£o de consumo entre consumidores e fornecedores. 3. A assistÃªncia tÃ©cnica Ã© caracterizada pela especializaÃ§Ã£o do serviÃ§o prestado, com finalidade de correÃ§Ã£o de vÃ-cios de produtos comercializados. 4. Sua organizaÃ§Ã£o eficaz e eficiente concretiza a proteÃ§Ã£o do consumidor em razÃ£o de produtos viciados postos no comÃ©rcio, bem como o direito de reparaÃ§Ã£o do vÃ-cio no prazo legal de 30 dias garantido aos fornecedores e seus equiparados. 5. Disponibilizado o serviÃ§o de assistÃªncia tÃ©cnica, de forma eficaz e eficiente, na mesma localidade do estabelecimento do comerciante, a intermediaÃ§Ã£o do serviÃ§o apenas acarretaria delongas e acrÃ©scimo de custos, nÃ£o justificando a imposiÃ§Ã£o pretendida na aÃ§Ã£o coletiva. 6. "Os juros de mora incidem a partir da citaÃ§Ã£o do devedor na fase de conhecimento da AÃ§Ã£o Civil PÃºblica, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuraÃ§Ã£o da mora em momento anterior. " Precedentes. 7. Recurso especial parcialmente provido. (STJ - REsp: 1411136 RS 2013/0347647-4, Relator: Ministro MARCO AURÃLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 24/02/2015, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 10/03/2015) (grifei) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, conheÃ§o a existÃªncia de nexo de causalidade entre o dano sofrido quanto ao contrato de emprÃ©stimo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, caracterizada a existÃªncia do ato ilÃ-cito praticado pela parte rÃ©, merece prosperar o pedido de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais. A empresa rÃ© desimcumbiu-se do Ã´nus de provar fato constitutivo de seu direito, ferindo o art. 373, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, julgo PROCEDENTE o pedido de danos materiais, fixo o valor de R$ 422,27 (quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e sete centavos), conforme comprovado na nota fiscal Ã s fls. 16. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao pedido de danos morais: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReconheÃ§o a existÃªncia de danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportuno o magistÃ©rio de JosÃ© de Aguiar Dias sobre o dano moral (in Â¿Da Responsabilidade CivilÂ¿, Forense, Tomo II, 4Âª ed., 1960, pÃ¡g. 775): Â¿Ora, o dano moral Ã© o efeito nÃ£o patrimonial da lesÃ£o do direito e nÃ£o a prÃ³pria lesÃ£o, abstratamente considerada. O conceito de dano Ã© Ãºnico, e corresponde a lesÃ£o de direito. Os efeitos da injÃºria podem ser patrimoniais ou nÃ£o, e acarretam, assim, a divisÃ£o dos danos em patrimoniais e nÃ¿o patrimoniais. Os efeitos nÃ£o patrimoniais da injÃºria constituem os danos nÃ£o materiaisÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mesmo sentindo, sobressai a liÃ§Ã£o do professor Carlos Alberto Bittar (in Â¿ReparaÃ§Â¿o Civil por Danos MoraisÂ¿, RT, 1993, pÃ¡gs. 41 e 202) sobre a extensÃ£o jurÃ-dica dos danos morais: Â¿Qualificam-se como morais os danos em razÂ¿o da esfera da subjetividade, ou do plano valorativo da pessoa na sociedade, em que repercute o fato violador, havendo-se, portanto, como tais aqueles que atingem os aspectos mais Ã-ntimos da personalidade humana (o da intimidade e da consideraÃ§Ã£o pessoal), ou o da prÃ³pria valoraÃ§Â¿o da pessoa no meio em que vive e atua (o da reputaÃ§Â¿o ou da consideraÃ§Ã£o social)Â¿. Â¿Na concepÃ§Ã£o moderna da teoria da reparaÃ§Ã£o de danos morais prevalece, de inÃ-cio, a orientaÃ§Â¿o de que a responsabilidade do agente se opera por forÃ§a do simples fato da violaÃ§Â¿o. Com isso, verificado o evento danoso, surge, ipso facto, a necessidade da reparaÃ§Â¿o, uma vez presentes os pressupostos de direito. Dessa ponderaÃ§Â¿o, emergem duas consequÃªncias prÃ¡ticas de extraordinÃ¡ria repercussÂ¿o em favor do lesado: uma, Ã© a dispensa de anÃ¡lise da subjetividade do agente; outra, a desnecessidade de prova do prejuÃ-zo em concretoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As liÃ§Ãµes dos ilustres juristas servem de ponderaÃ§Ã£o no caso presente. Em alguns acontecimentos, provado o fato danoso, surge como conclusÃ£o inafastÃ¡vel e independente de outras provas a obrigaÃ§Ã£o de reparaÃ§Ã£o dos danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do mesmo modo, entendo que se pode concluir que, uma vez provada a violaÃ§Ã£o de direitos do consumidor, surgirÃ¡ em seu benefÃ-cio, ipso facto, o reconhecimento da indenizaÃ§Ã£o dos danos morais independente da anÃ¡lise subjetiva do sentimento do ofendido ou da produÃ§Ã£o de outras provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, numa sociedade de massa em que se privilegia o consumo e o crÃ©dito ao consumidor, torna-se fato notÃ³rio a importÃ¢ncia dada Ã existÃªncia de eventos danosos aos consumidores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Concluindo, tambÃ©m entendo que a finalidade principal da reparaÃ§Ã£o centra-se na compensaÃ§Ã£o destinada Ã vÃ-tima, como forma de aliviar (se nÃ£o for possÃ-vel eliminar) a lesÃ£o experimentada. Todavia, em determinados casos, tambÃ©m a funÃ§Ã£o inibitÃ³ria (uma ideia aproximada a da sanÃ§Ã£o civil) assume relevante papel, a fim de que o ofensor seja punido de tal forma a nÃ£o praticar atos similares. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nas ofensas cometidas contra os consumidores, a funÃ§Ã£o inibitÃ³ria assume destacada importÃ¢ncia, sendo imprescindÃ-vel que a indenizaÃ§Ã£o possa persuadir - desestimular - o fornecedor (ofensor); afinal, para grandes empresas, uma condenaÃ§Ã£o em valores Ã-nfimos poderÃ¡ representar um risco assumido na adoÃ§Ã£o de posturas ilegais contra os consumidores (todos sabem que nem todos os ofendidos ingressam em JuÃ-zo na defesa dos seus direitos e interesses). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese sob exame, revelando-se significativas ambas as funÃ§Ãµes compensatÃ³ria e inibitÃ³ria, entendo que a indenizaÃ§Ã£o do dano moral deve ser fixada em R$ 3.000,00 (trÃªs mil reais) corrigidos nos termos da SÃºmula 362 do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A repercussÃ£o do dano foi levada em conta, na medida em que se situou dentro de padrÃµes intensos. A funÃ§Ã£o compensatÃ³ria estarÃ¡ bem atendida, porque os autores disporÃ£o de quantia suficiente a neutralizar os negativos efeitos do constrangimento experimentado. A rÃ© terÃ¡ mais atenÃ§Ã£o com os consumidores e poderÃ¡ facilitar a soluÃ§Ã£o dos litÃ-gios em JuÃ-zo, trazendo propostas de acordo e, quem sabe, atÃ© procurando a parte contrÃ¡ria para uma breve composiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÃÃO COM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, nos termos do art. 487 inc. I do CPC, para: Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) Declarar a legitimidade da requerida FORMOSA SUPERMERCADO E MAGAZINE; Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) Condenar as rÃ©s, solidariamente, ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais, no importe de R$ 422,27 (quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e sete centavos), acrescido de juros de mora simples de 1% ao mÃªs, corrigido pelo Ã-ndice do IPCA-IBGE, a contar da citaÃ§Ã£o; Â Â Â Â Â Â Â Â Â e) condenar a rÃ© ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (trÃªs mil reais), com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo IPCA -IBGE, nos termos da SÃºmula 362 do STJ; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por via de consequÃªncia, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com base no art. 487, I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno as rÃ©s, solidariamente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00476482320098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911098257 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 05/11/2021 EXEQUENTE:WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE S/A Representante(s): OAB 12719 - RODOLFO MEIRA ROESSING (ADVOGADO) OAB 8840 - B - CARLA DENES CECONELLO LEITE (ADVOGADO) OAB 7413 - ITALO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (ADVOGADO) OAB 16786 - MARCEL DE SANTA BRIGIDA BITTENCOURT (ADVOGADO) EXECUTADO:PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENÇAO DA SAUDE LTDA Representante(s): OAB 9720 - MARIA STELA CAMPOS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 5541 - ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS (ADVOGADO) . D E S P A C H O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro a petiÃ§Ã£o de fls. 213 com base no art. 90, parÃ¡grafo 3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã UNAJ para cancelamento do boleto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquivem-se os autos com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. ROBERTO CÃZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00625603020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Procedimento Sumário em: 05/11/2021 REQUERENTE:CIRIO CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA Representante(s): OAB 17213 - DIEGO FIGUEIREDO BASTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:A H T DOS SANTOSME MARAJO VEICULOS Representante(s): OAB 8030 - CARLOS THADEU MATOS AUAD JUNIOR (ADVOGADO) OAB 14921 - IGOR LAMARTINE NOGUEIRA AUAD (ADVOGADO) . S E N T E N Ã A Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIRIO CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA ajuizou AÃÃO COM PEDIDO DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MATERIAIS em face de A H T DOS SANTOSME MARAJO VEICULOS, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo narra a Exordial, em 26/07/2013, a Requerente recebeu notificaÃ§Ã£o enviada pelo CartÃ³rio de Protesto Vale Veiga - 1Âº OfÃ-cio, na qual havia intimaÃ§Ã£o para comparecimento ao CartÃ³rio, no prazo de 3 (trÃªs) dias Ãºteis para pagar o tÃ-tulo nÂº. 3363, no valor de R$ 1.836,74 (mil oitocentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos), sob pena de ser protestado o tÃ-tulo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Requerente alega que, por ser empresa que atua no ramo da construÃ§Ã£o civil e participar de certames licitatÃ³rios resolveu por bem efetuar o pagamento da cobranÃ§a em 30/07/2016. Relata que, ao entrar em contato com a

Requerida, esta em resposta informou que realmente havia enviado o tÃ-tulo para protesto e que de fato a Requerente tinha locado um carro. Narra que a RÃ©, na tentativa de demonstrar a locaÃ§Ã£o do carro em comento, enviou quatro demonstrativos de alugueres supostamente realizados pela Requerente, acompanhados das respectivas faturas, quais sejam: demonstrativo de aluguel de carros de nÂº. 3866, nÂº. 3916, nÂº. 4082 e de nÂº. 4476. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que, apÃ³s fazer questionamentos perante a RÃ©, esta lhe enviou por e-mail 2 (dois) documentos que aparentavam ser: a Ãºltima folha de um contrato de locaÃ§Ã£o, apenas com a assinatura de quem nÃ£o se sabe precisar nem mesmo quem seja, datado de 27/06/2012, o qual alega nÃ£o ter sido assinado por algum representante legal da empresa Requerente. O outro, apenas a imagem de uma parte de um demonstrativo de aluguel de carros da qual nÃ£o se pode constatar qual o nÃºmero do contrato apenas por equiparaÃ§Ã£o de datas alega ser referente ao primeiro perÃ-odo supostamente contratado; alÃ©m da assinatura da suposta Ãºltima pÃ¡gina de um contrato de locaÃ§Ã£o de veÃ-culo com a logomarca da Requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que a Requerida enviou para protesto os tÃ-tulos 2804, 2803 e 3, os quais somavam a quantia de R$ 4.266,08 (quatro mil duzentos e sessenta e seis reais e oito centavos). Ante o fato de nÃ£o ter seu nome com qualquer restriÃ§Ã£o, realizou o pagamento da referida quantia em 09/09/2013. Sustenta a inexistÃªncia de relaÃ§Ã£o comercial entre as partes a inexigibilidade dos tÃ-tulos, por falta de aceite, porque jamais existiu contrato firmado entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requer a procedÃªncia da aÃ§Ã£o com o fim de declarar a inexistÃªncia de relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entre as partes e para condenar a Requerida ao pagamento de danos materiais no valor de R$ 6.102,82 (seis mil, cento e dois reais e oitenta e dois centavos), bem como para condenaÃ§Ã£o da Requerida ao pagamento de custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos (fls. 13/44). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho em fls. 45, designando audiÃªncia para o dia 12/03/2014 Ã s 11h:30min e determinando a citaÃ§Ã£o do RÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aviso de Recebimento cumprido juntado nas fls. 47. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ato OrdinatÃ³rio de fls. 49 redesignando a data da audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mandado de citaÃ§Ã£o expedido em fls. 55. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntada da certidÃ£o de citaÃ§Ã£o do RÃ©u nas fls. 56. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de AudiÃªncia juntado nas fls. 57, no qual foi consignada a redesignaÃ§Ã£o pelo JuÃ-zo da data de audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 17 de setembro de 2014 Ã s 10h:30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de AudiÃªncia de fls. 59, no qual foi registrada a tentativa infrutÃ-fera de conciliaÃ§Ã£o entre as partes. Foi tambÃ©m registrada a juntada de contestaÃ§Ã£o pela RÃ©, a manifestaÃ§Ã£o da Autora e o pedido de dispensa de provas pelas partes. Este JuÃ-zo deliberou que os autos retornassem conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o juntada em fls. 62/68. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A RÃ© alega que a Autora preencheu em 21/07/2011ficha cadastral pessoa jurÃ-dica junta a ela; juntou contrato social com alteraÃ§Ãµes; RG e CPF dos dirigentes; CNPJ; balanÃ§o patrimonial; demonstraÃ§Ã£o do resultado do exercÃ-cio; ata de assembleia geral; notas explicativas ao balanÃ§o patrimonial e Ã-ndices de anÃ¡lises financeiras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que, em 04/11/2011, a Autora emitiu atestado de capacitaÃ§Ã£o tÃ©cnica em favor da RÃ©, o que comprova o elo comercial entre as partes. TambÃ©m alega que as partes mantiveram contratos comerciais ao longo dos anos 2011 e 2012, tendo por objeto a locaÃ§Ã£o de veÃ-culos , nÃ£o havendo dÃ©bitos pendentes junta a RÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta que a fatura nÂº. 3363 Ã© oriunda da locaÃ§Ã£o e veÃ-culo realizada no perÃ-odo de 01/10/2012 a 26/10/2012, nÃ£o havendo nada de indevido na referida cobranÃ§a. A RÃ© alega ter encaminhado quatro faturas de ordem nÂº. 2803, 2804,3000 e 3363 que somam R$ 5.785,00 (cinco mil setecentos e oitenta e cinco reais) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a concessÃ£o de gratuidade de justiÃ§a e a inversÃ£o do Ã´nus da prova, bem como a condenaÃ§Ã£o da RÃ© ao pagamento de custa processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. TambÃ©m aduz que nenhum protesto chegou a ser efetivado, mas somente emitida a intimaÃ§Ã£o da autora para pagamento, conforme exige o artigo 14 da Lei de nÂº. 9.492/97 e que a prÃ³pria a autora confessa que quitou todos os tÃ-tulos visando elidir o protesto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requer a improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos (fls. 69/216). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 217, determinando a remessa do feito Ã UNAJ e a intimaÃ§Ã£o posterior da Autora para proceder ao recolhimento de custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ato OrdinatÃ³rio de fls. 219, intimando a Autora para recolher as custas finais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do Autor de fls. 221, juntando o comprovante do recolhimento das custas finais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â EÂ¿ o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â D E C I D O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO COM PEDIDO DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MATERIAIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo comporta o julgamento antecipado do pedido, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do pedido de declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia de relaÃ§Ã£o jurÃ-dica Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora pleiteia a declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia de relaÃ§Ã£o jurÃ-dica com a RÃ© e a condenaÃ§Ã£o desta ao pagamento indenizaÃ§Ã£o por danos materiais em razÃ£o de pagamento de tÃ-tulos oriundos de contratos

de aluguel de veÃ-culos que alega nÃ£o ter celebrado com a Requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando a Exordial, verifico que a Autora alega ter sido intimada extrajudicialmente para pagar o titulo de nÂº. 3363 no valor de R$ R$ 1.836,74 (mil oitocentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos), bem como os tÃ-tulos 2804,2803 e 3, tendo efetuado o pagamento do referido valor e da quantia de R$ 4.266,08 (quatro mil duzentos e sessenta e seis reais e oito centavos) para evitar o protesto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que a Autora juntou em fls. 34 e 36 as intimaÃ§Ãµes expedidas pelo CartÃ³rio de protesto do 1Âº OfÃ-cio de BelÃ©m/PA, referentes aos tÃ-tulos de nÂº. 03363 e 2804/2803/3, nos valores de R$ 1.625,00 (mil seiscentos e vinte e cinco reais) e R$ 4.160,00 (quatro mil cento e sessenta reais), respectivamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Autora tambÃ©m junta nas fls. 35 e 37 os comprovantes de pagamento do valor de R$ 1.836,74 (mil oitocentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos) e R$ 4.266,08 (quatro mil duzentos e sessenta e seis reais e oito centavos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Requerido acostou nos autos nas fls. 190/192/200/202/205 documentos com NÃºmero de Demonstrativo - ND - 2803/2804/3000/3363, desprovidos de qualquer assinatura lanÃ§ada, sem as quais nÃ£o se pode afirmar ter a Autora manifestado vontade expressa quanto Ã celebraÃ§Ã£o dos contratos dos aludidos contratos. Nem mesmo consta assinatura dos representantes legais da Autora nas notas de dÃ©bito juntadas em fls. 191/199//201/204/206 referentes aos serviÃ§os de aluguel de veÃ-culos supostamente contratados. Registro ainda nÃ£o constar assinatura da Autora nas duplicatas juntadas em fls. 188/198/203/207. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, nÃ£o houve sequer comprovaÃ§Ã£o pelo RÃ©u da prestaÃ§Ã£o dos serviÃ§os constantes das notas de dÃ©bito representativas dos serviÃ§os constantes nos tÃ-tulos ND 2803/2804/3000/3363. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos contratos assinados apresentados em fls. 94/124/153/158/164/167/175/195, verifico que neles nÃ£o foi feita referÃªncia a qualquer nÃºmero de demonstrativo, motivo pelo qual nÃ£o se pode identificar a operaÃ§Ã£o especifica a que se referem. AlÃ©m disso, o Autor nÃ£o reconhece a assinatura de seus representantes legais nestes documentos, conforme informado na AudiÃªncia ocorrida no dia 17/09/2014, cujo termo foi juntado em fls. 59. Na referida audiÃªncia tambÃ©m aduziu nÃ£o verificar a assinatura de qualquer representante legal da empresa autora e que nÃ£o reconhece a dÃ-vida cobrada por meio da notificaÃ§Ã£o exigida pelo cartÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com isso, deveria a parte RÃ© comprovar que tais assinaturas pertenciam a representantes legais da empresa autora, bem como deveria provar a autenticidade das aludidas assinaturas, uma vez que produziu esse documento em JuÃ-zo, nos termos do artigo 429, inciso II do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O CÃ³digo Civil de 2002, em seu art. 104, elenca os requisitos necessÃ¡rios para que um negÃ³cio jurÃ-dico seja vÃ¡lido, quais sejam: agente capaz, objeto lÃ-cito, possÃ-vel, determinado ou determinÃ¡vel. Sendo assim, podemos afirmar que o elemento essencial Ã© a existÃªncia da vontade. Portanto, para ser considerado vÃ¡lido, o negÃ³cio jurÃ-dico deve apresentar um agente capaz que expresse seu consentimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa maneira, diante da ausÃªncia de prova da assinatura dos representantes da Autora nos tÃ-tulos de NB 2803/2804/3000/3363, reconheÃ§o que nÃ£o houve prova pelo RÃ©u do consentimento inequÃ-voco da Autora relativamente aos valores pagos por este objetos das intimaÃ§Ãµes extrajudiciais. Assim sendo, diante da ausÃªncia de manifestaÃ§Ã£o de vontade da Autora, os contratos de ND 2803/2804/3000/3363 nÃ£o podem sequer ser considerados mesmo existente no mundo jurÃ-dico, sendo passÃ-veis de nulidade por ausÃªncia de elemento essencial Ã constituiÃ§Ã£o do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o Requerido nÃ£o fez prova bastante de suas alegaÃ§Ãµes para demonstrar a licitude dos contratos que originaram as cobranÃ§as, nos termos do inciso II do artigo 373 do CPC. Â Assim, o RÃ©u nÃ£o se desincumbiu do Ã´nus de provar fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito alegado pela Autora. Nesse contexto, Ã© forÃ§oso reconhecer como inexistente a relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entre as partes relativamente aos tÃ-tulos de ND 2803/2804/3000/3363. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do pedido de indenizaÃ§Ã£o por dano material Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã responsabilidade civil aplico as disposiÃ§Ãµes constantes dos artigos 186 e 927 deste diploma, que assim dispÃµem: Art. 186. Aquele que, por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia ou imprudÃªncia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilÃ-cito. (..) Art. 927. Aquele que, por ato ilÃ-cito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a reparÃ¡-lo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em regra, para a caracterizaÃ§Ã£o do dano moral sÃ£o necessÃ¡rios os seguintes elementos: a) o ato; b) o dano; c) nexo de causalidade entre o ato e o dano; e d) o dolo ou a culpa do agente causador do dano. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso concreto, reconhecida a inexistÃªncia de dÃ©bito em relaÃ§Ã£o aos contratos de nÂº. 2803/2804/3000/3363, porquanto inexistentes, nÃ£o poderia a parte RÃ© ter efetuado a cobranÃ§a desses valores, caracterizando ato ilÃ-cito decorrente de conduta contrÃ¡ria a boa-fÃ© objetiva perpetrada pelo RÃ©u. Por tal motivo Ã© devida ao Autor a restituiÃ§Ã£o do que pagou, sob pena de enriquecimento sem causa por parte do Requerido. Â Quanto a isso, hÃ¡ previsÃ£o expressa no CÃ³digo Civil: Â Â Â Â Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer Ã custa de outrem, serÃ¡ obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualizaÃ§Ã£o dos valores monetÃ¡rios. Â Â Â Â Art.

885. A restituiÃ§Ã£o Ã© devida, nÃ£o sÃ³ quando nÃ£o tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas tambÃ©m se esta deixou de existir. Â Sendo assim, diante da ausÃªncia de manifestaÃ§Ã£o de vontade do Autor quanto aos tÃ-tulos de NB 2803/2804/3000/3363, nÃ£o houve causa legal para a pagamento efetuado. Houve de fato transferÃªncia de valores ao RÃ©u sem caracterizaÃ§Ã£o de uma causa jurÃ-dica adequada, haja vista a ausÃªncia de manifestaÃ§Ã£o de vontade pelo Autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Autora junta nas fls. 35 e 37 os comprovantes de pagamento do valor de R$ 1.836,74 (mil oitocentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos) e R$ 4.266,08 (quatro mil duzentos e sessenta e seis reais e oito centavos), totalizando R$ R$ 6.102,82 (seis mil, cento e dois reais e oitenta e dois centavos). Assim, caracterizados estÃ£o a conduta ilÃ-cita, o dano, o nexo de causalidade e a conduta culposa da RÃ© ao efetuar a cobranÃ§a de valores decorrentes de contratos inexistentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo que devem ser acrescidos ao valor da indenizaÃ§Ã£o correÃ§Ã£o monetÃ¡ria a partir do efetivo prejuÃ-zo, conforme sÃºmula 43 do STJ e juros de mora a partir do evento danoso, nos termos do artigo 398 do CÃ³digo Civil e sÃºmula 54 do STJ, por se tratar de responsabilidade civil extracontratual, haja vista o reconhecimento da inexistÃªncia de relaÃ§Ã£o contratual entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pedido procedente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS DO AUTOR para: a)Â Â Â Â Declarar a inexistÃªncia de relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entre as partes relativamente aos tÃ-tulos de nº. 2803/2804/3000/3363. b)Â Â Â Â Condenar a parte rÃ© ao pagamento de danos materiais em favor do Autor no valor de R$ 6.102,82 (seis mil, cento e dois reais e oitenta e dois centavos), acrescido de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo IPCA-IBGE, a contar do desconto da data de cada pagamento indevido, nos termos da sÃºmula 43 do STJ e juros moratÃ³rios simples de 1% ao mÃªs, a contar da data do evento danoso, isto Ã©, a partir de cada pagamento indevido, nos termos do artigo 398 do CÃ³digo Civil e sÃºmula 54 do STJ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a RÃ© ao pagamento de das custas e despesas processuais, bem como de honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 15% sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, nos termos do artigo 85, Â§2º do CPC Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por via de consequÃªncia, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, na forma do art. 487, I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. ROBERTO CÃZAR OLIVEIRA MONTEIRO JuÃ-za de DireitoÂ da 7Âª Vara CÃ-vel da Capital PROCESSO: 00106806220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERIDO:BANCO SAFRA SA Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) REQUERENTE:ERIK HENRIQUE SANTOS DIAS Representante(s): OAB 15837 - SERGIO RENATO FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 20431-A - RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 00117846319948140301 PROCESSO ANTIGO: 199410140980 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Inventário em: 08/11/2021 INVENTARIADO:JOSE HENRIQUE AGUIAR LOBAO INTERESSADO:IZABEL REGINA FONTENELE RIBEIRO Representante(s): JOSE HUMBERTO RIBEIRO MARTINS (ADVOGADO) ENVOLVIDO:MARCELO HENRIQUE ALVES LOBAO Representante(s): DEUSDEDITH FREIRE BRASIL (ADVOGADO) INVENTARIANTE:THAIS ALVES LOBAO Representante(s): OAB 1395 - HAROLDO GUILHERME PINHEIRO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 14605 - ELEVILSOM SILVA BERNARDES (ADVOGADO) OAB 18760 - JOLINDA PRATA VASCONCELOS (ADVOGADO) OAB 23414 - CRISSIA BARBOSA AMARO (ADVOGADO) PATRICIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA (ADVOGADO) WELLINTGON FARIAS MACHADO (ADVOGADO) . D E C I S Ã O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE INVENTÃRIO ajuizada em 12/09/1994 por MARCELO HENRIQUE ALVES LOBÃO e OUTROS dos bens deixados por JOSÃ HENRIQUE AGUIAR LOBÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicial fls. 03/04. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inventariante nomeada MARIA DE FÃTIMA ALVES Ã s fls. 13. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de compromisso fls. 14. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiras declaraÃ§Ãµes fls. 15/16. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o de IZABEL REGINA FONTENELE RIBEIRO fls. 22/47. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiras declaraÃ§Ãµes fls. 60/63. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da inventariante fls. 88/90. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do espolio representada pela inventariante MARIA ALVES fls. 97/99. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do herdeiro MARCELO LOBÃO fls. 101/102. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Houve substituiÃ§Ã£o da inventariante por IZABEL REGINA FONTENELE RIBEIRO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ãµes da herdeira THAÃS ALVES LOBÃO fls. 146/148, 206/208. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do herdeiro MARCELO LOBÃO fls. 212/213 com pedidos de

cumprimento de diligÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o fls. 215/217 da herdeira THAIS LOBÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de audiÃªncia fls. 224/225. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntada de instrumento particular de partilha de bens fls. 229/232. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ãµes dos herdeiros MARCELO LOBÃO e SUELEM ALVES LOBÃO fls. 233, 235, 238. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de compromisso da inventariante THAIS ALVES LOBÃO fls. 244. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DeclaraÃ§Ãµes preliminares fls. 245. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho fls. 285. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho fls. 300 intimando a inventariante para prestar as Ãºltimas declaraÃ§Ãµes, com a juntada de certidÃµes negativas das fazendas pÃºblicas e relatÃ³rio circunstanciado sobre a situaÃ§Ã£o dos bens. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da herdeira THAIS LOBÃO e OUTROS concordando com a partilha amigÃ¡vel fls. 326/327. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃµes das fazendas fls. 328/333. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de audiÃªncia fls. 356/357 concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para a inventariante apresentar relatÃ³rio circunstanciado da situaÃ§Ã£o dos bens do inventario. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da inventariante fls. 360 solicitando prorrogaÃ§Ã£o do prazo para as diligÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da inventariante fls. 361/363 com relatÃ³rio circunstanciado da situaÃ§Ã£o dos bens do inventario. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho fls. 375 com intimaÃ§Ã£o dos herdeiros para manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o de IZABEL REGINA FONTENELE RIBEIRO fls. 376/377. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o dos herdeiros MARCELO LOBÃO e SUELEM ALVES LOBÃO fls. 385/386. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da inventariante fls. 389/391. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho fls. 392. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o fls. 402 determinando a intimaÃ§Ã£o da inventariante para apresentar esboÃ§o de partilha, relatÃ³rio das atividades desenvolvidas e certidÃµes fiscais, sob pena de remoÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da inventariante fls. 403/404 requerendo ao final prorrogaÃ§Ã£o de prazo para cumprimento das diligÃªncias determinadas e finalizaÃ§Ã£o do inventario. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho fls. 406 deferindo a dilaÃ§Ã£o de prazo por mais 10 dias improrrogÃ¡veis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da inventariante fls. 408/410 a qual ressalta sobre impossibilidade de apresentaÃ§Ã£o de esboÃ§o de partilha por apontar litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© por parte de IZABEL REGINA FONTENELE RIBEIRO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â QuestÃ£o de ordem 01: quanto aos herdeiros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O presente inventÃ¡rio tem como sujeitos processuais quatro herdeiros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TrÃªs descendentes do falecido litados na audiÃªncia de fls. 224 e a senhora IZABEL FONTENELLE companheira do de cujus reconhecida em escritura publica de fls. 48. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â QuestÃ£o de ordem 02: dos bens do inventÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme relatÃ³rio de fls. 361/363 constam a relaÃ§Ã£o dos bens arrolados no inventÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme despacho fls. 402 foi determinado Ã inventariante que apresentasse as Ãºltimas declaraÃ§Ãµes, esboÃ§o de partilha e outras diligÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelas petiÃ§Ãµes fls. 403/404 a inventariante requereu prorrogaÃ§Ã£o de prazo e pela petiÃ§Ã£o de fls. 405/411 requereu a reconsideraÃ§Ã£o do despacho de fls. 406. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O fato Ã© que, apÃ³s o protocolo da petiÃ§Ã£o de fls. 405/411 datado de 27/02/2019, completou-se exatos 2 anos, 8 meses e 12 dias, sem que a inventariante peticionasse nos autos e desse cumprimento ao despacho de fls. 402. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme termo de audiÃªncia fls. 204/205, foi realizado um acordo de partilha parcial dos bens relativos ao imÃ³vel localizado na cidade de SalinÃ³polis-PA que ficaria para os herdeiros SUELEM ALVES LOBÃO e MARCELO ALVES LOBÃO, enquanto que a herdeira THAIS LOBÃO ficaria com o imÃ³vel da Av. Veiga Cabral e a obrigaÃ§Ã£o de pagar aos outros 2 herdeiros o valor de R$ 14.000,00 em 12 parcelas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O referido acordo foi homologado por sentenÃ§a pelo juÃ-zo estando precluso, uma vez que houve dispensa do prazo recursal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posteriormente, houve ratificaÃ§Ã£o Ã s fls. 230/232 e citaÃ§Ãµes em vÃ¡rias outras petiÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, quanto aos bens mencionados na audiÃªncia de fls. 224/225 e jÃ¡ homologados por sentenÃ§a, devem ser expedidos alvarÃ¡ de adjudicaÃ§Ã£o do imÃ³vel de salinas em favor dos herdeiros SUELEN LOBÃO e MARCELO LOBÃO e quanto ao imÃ³vel da Av. Veiga Cabral, deverÃ¡ ser expedido alvarÃ¡ de adjudicaÃ§Ã£o em favor da herdeira THAIS ALVES LOBÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã quantia de R$ 14.000,00 que a herdeira THAIS LOBÃO deveria pagar aos herdeiros conforme acordo homologado em juÃ-zo, constitui tÃ-tulo executivo, devendo os herdeiros se assim o desejarem, promover a execuÃ§Ã£o em separado da quantia certa, liquida e exigÃ-vel devidamente atualizada com juros simples de 1% ao mÃªs e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo IPCA/IBGE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a companheira sobrevivente IZABEL REGINA FONTENELE RIBEIRO, caberÃ¡ o imÃ³vel descrito no item 01 de fls. 361. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos imÃ³veis, itens 02 e 03 de fls. 362, deverÃ¡ a inventariante excluir do inventÃ¡rio, salvo a comprovaÃ§Ã£o efetiva e inequÃ-voca de que os imÃ³veis pertencem ao espolio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Das diligÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DeverÃ¡ a inventariante no prazo de 60 (sessenta) dias apresentar as certidÃµes fiscais da UniÃ£o, Estado e dos municÃ-pios de BelÃ©m e Salinas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã UNAJ para conta do processo e apÃ³s, intimar a inventariante para recolhimento das custas no prazo de

15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A expediÃ§Ã£o de qualquer ato ficarÃ¡ condicionada ao pagamento das referidas custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã UPJ para digitalizaÃ§Ã£o do processo e migraÃ§Ã£o ao sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. ROBERTO CÃZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00156524620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Impugnação ao Valor da Causa Cível em: 08/11/2021 IMPUGNANTE:CKOM ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 14373 - JULIANA SANTA BRIGIDA BITTENCOURT (ADVOGADO) IMPUGNADO:JOÃO LEÃO CANTO Representante(s): OAB 12812 - MARTHA HENRIQUES MOREIRA SANTOS (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 00242484820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:MARILIA CRISTINA BARATA DA COSTA Representante(s): OAB 18888 - CELYCE DE CARVALHO CARNEIRO (ADVOGADO) REU:FIAT AUTOMOVEIS SA Representante(s): OAB 19792-A - FELIPE GAZOLA VIERA MARQUES (ADVOGADO) REU:INVENCIVEL VEICULOS LTDA Representante(s): OAB 3538 - MANOEL AUGUSTO LOMBARD PAIVA (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARILIA CRISTINA BARATA DA COSTA, devidamente qualificada nos autos ajuizou AÃÃO DE OBRIGAÃÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA E C/C INDENIZAÃÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS contra FIAT AUTOMOVEIS S/A E INVENCIVEL VEICULOS LTDA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a Inicial que o Requerente adquiriu em 21/08/2013 o veÃ-culo automotor FIAT/SIENA ATRAVIT, 1.4, fabricaÃ§Ã£o 2013, modelo 2014, vermelho, chassi nÂº. 9BD197132E3110949, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Autora alega terem surgido problemÃ¡ticas no automÃ³vel na primeira semana apÃ³s a compra; inicialmente identificou que o aparelho de som do automÃ³vel era de modelo inferior ao que deveria vir no veÃ-culo. Narra que, ao comunicar o erro Ã Requerida InvencÃ-vel veÃ-culos, foi informada de que a empresa nÃ£o tinha, a pronta entrega, esse tipo de aparelho de som, assim foi feito o pedido, o qual ultrapassou o perÃ-odo de 30 (trinta) dias para chegada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata que, no dia 27/08/2013, apareceu o 1Âº vÃ-cio oculto no automÃ³vel: o reservatÃ³rio de Ã³leo da direÃ§Ã£o hidrÃ¡ulica esteva com problema e acabou estourando. Informa que o veÃ-culo foi levado atÃ© a empresa Requerida, que emitiu uma ordem de serviÃ§o. TambÃ©m alega ter passado a notar um ruÃ-do no tanque do automÃ³vel e foi atÃ© a concessionÃ¡ria, onde foi realizada a troca da vÃ¡lvula flutuante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que, na noite de 05/02/2014, ao tentar sair de sua residÃªncia no veÃ-culo, foi surpreendida porque este nÃ£o ligava e nÃ£o dava qualquer sinal de funcionamento do motor; chamou o reboque e o veÃ-culo foi novamente levado Ã concessionÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que, em 06/02/2014, deu entrada na empresa RÃ©, uma vez que o veÃ-culo apresentava nÃ£o funcionamento do motor ao dar partida e barulho na suspensÃ£o dianteira e traseira ao passar em trepidaÃ§Ãµes; relata que em 11/02/2014 voltou Ã concessionÃ¡ria, haja vista o veÃ-culo ter apresentado outros problemas: embreagem pesada, vidro dianteiro direito fechava sÃ³ atÃ© a metade e arranhÃµes no painel dianteiro, prÃ³ximo ao porta luvas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega, ainda, que em apenas uma das vezes em que o automÃ³vel ficou na concessionÃ¡ria para serviÃ§o Ã© que foi disponibilizado veÃ-culo automotor para uso da Autora. Segundo a Autora, houve o descumprimento das disposiÃ§Ãµes constantes do artigo 18 do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, bem como vÃ-cios ocultos no bem a ensejar reparaÃ§Ã£o civil por dano material e moral. Sustenta tambÃ©m a necessidade de inversÃ£o do Ã´nus da prova. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requer a concessÃ£o de gratuidade de justiÃ§a; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requer a concessÃ£o de tutela antecipada, determinando a substituiÃ§Ã£o do veÃ-culo FIAT/SIENA ATRATIV, 1.4, fabricaÃ§Ã£o 2013, modelo 2014, vermelho, chassi nÂº. 9BD197132E3110949 por outro da mesma espÃ©cie em perfeitas condiÃ§Ãµes de uso, sob pena de multa diÃ¡ria caso nÃ£o haja cumprimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requer a procedÃªncia da demanda, condenando-se as empresas requeridas ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o de cunho compensatÃ³rio e punitivo por danos morais , em valor pecuniÃ¡rio equivalenteÂ R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requer a inversÃ£o do Ã´nus da prova. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junta documentos em fls. 17/113. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 79, indeferindo o pedido de tutela antecipada e deferindo o pedido de justiÃ§a gratuita em favor do Autor e a inversÃ£o do Ã´nus da prova. Foi tambÃ©m determinada a citaÃ§Ã£o dos RÃ©us. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntada nas fls. 80 o Aviso de Recebimento da citaÃ§Ã£o do RÃ©u InvencÃ-vel VeÃ-culos Ltda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o da RÃ© InvencÃ-vel VeÃ-culos Ltda juntada em fls. 81. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A RÃ© alega que o aparelho do som do veÃ-culo da Autora foi trocado na primeira semana apÃ³s a entrega do veÃ-culo, nÃ£o por ser de modelo inferior ao que

deveria vir no automÃ³vel, mas por nÃ£o ser do agrado da Autora, que preferiu a troca por um aparelho de outro modelo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que, em 27/08/2013 o veÃ-culo foi levado para a oficina concessionÃ¡ria com o reservatÃ³rio da direÃ§Ã£o hidrÃ¡ulica quebrado, sendo a peÃ§a quebrada substituÃ-da por outra nova e o veiculo entregue para a cliente completamente restaurado naquela mesma data, conforme ordem de serviÃ§o nÂº. 0204954. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que em 10/09/2013 o veÃ-culo voltou para a concessionÃ¡ria oportunidade em que foi verificado que a vÃ¡lvula flutuante do controle de fluxo de combustÃ-vel esteva danificada, sendo a peÃ§a trocada por outra nova e o veÃ-culo entregue Ã Autora restaurado e em perfeito estado, conforme OS nÂº. 0205884. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata que, em 14/10/2013 foi realizado serviÃ§o de funilaria e pintura, uma vez que o carro havia sofrido uma colisÃ£o, quando foi avariada a lateral direita e porta traseira do veÃ-culo, conforme OS nÂº. 0207937. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que, em 06/02/2014 o carro retornou Ã concessionÃ¡ria apresentando vÃ¡rios defeitos, que segundo a RÃ©, sÃ£o prÃ³prios do mau uso do veÃ-culo ou dirigibilidade de terrenos acidentados ou subidas de sarjetas e calÃ§adas, contudo os defeitos foram sanados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defende que o carro da autora nÃ£o apresenta defeito de fabricaÃ§Ã£o u vÃ-cios ocultos, tornando-se necessÃ¡ria a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia tÃ©cnica. TambÃ©m alega inexistir nos autos qualquer indicio de que a parte autora tenha sofrido lesÃ£o por danos morais causada pelas RÃ©s. Requer a improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntada nas fls. 114 do Aviso de Recebimento de citaÃ§Ã£o cumprida da RÃ© Fiat AutomÃ³veis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o da RÃ© Fiat AutomÃ³veis LTDA em fls. 115/138. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega a RÃ© nÃ£o ser possÃ-vel atribuir qualquer responsabilidade Ã contestante, uma vez que inexistente qualquer vÃ-cio oculto de fabricaÃ§Ã£o ou qualidade no veÃ-culo objeto da lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta que, no que se refere aos inconvenientes apontados pela Autora nas oportunidades junto Ã concessionaria, foram todos devidamente reparados e solucionados, tendo havido a entrega do veÃ-culo Ã proprietÃ¡ria em perfeito estado de uso e conservaÃ§Ã£o. Acrescenta que a simples apresentaÃ§Ã£o de suposto inconveniente e devidamente corrigido nÃ£o Ã© capaz de gerar qualquer dano ao cliente, mas, pelo contrÃ¡rio, trata-se de mero dissabor do cotidiano. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Declara que as reclamaÃ§Ãµes da Autora e referidos inconvenientes foram devidamente atendidos e corrigidos em total boa-fÃ© e visando a boa relaÃ§Ã£o entre as partes, nÃ£o havendo de se reclamar quanto ao produto, destacando ainda que a devida reparaÃ§Ã£o fora feita no prazo e modo do artigo 18 Â§1Âº da lei consumerista. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defende que a realizaÃ§Ã£o de eventuais reparos e/ou manutenÃ§Ãµes no veÃ-culo nÃ£o comprovam a imprestabilidade do produto, mas o cumprimento das condiÃ§Ãµes contratuais de garantia entabuladas pelas partes. Alega que as ordens de serviÃ§o anexadas Ã defesa evidenciam os serviÃ§os realizados no veÃ-culo da Autora, os quais nÃ£o consubstanciam nada alÃ©m do mero exercÃ-cio regular do direito que tem o fabricante de fornecer e exercer a garantia contratual efetivamente contratada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega a ausÃªncia de prova constitutiva dos alegados vÃ-cios. Defende a impossibilidade de inversÃ£o do Ã´nus da prova e a inexistÃªncia de fato ensejador de compensaÃ§Ã£o por danos morais por ausÃªncia de ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requer a improcedÃªncia dos pedidos e subsidiariamente que eventual indenizaÃ§Ã£o seja fixada dentro de critÃ©rios de prudÃªncia e de moderaÃ§Ã£o. Â Certificada em fls. 151 a tempestividade das contestaÃ§Ãµes apresentadas. Â Despacho de fls. 152, designando audiÃªncia preliminar. Â CertidÃ£o de fls. 153 atestando a impossibilidade de realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia preliminar em razÃ£o de conflito de pautas. Â Despacho de fls. 154, intimando as partes para manifestar interesse na participaÃ§Ã£o em audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o da semana estadual da conciliaÃ§Ã£o. Â PetiÃ§Ã£o da Autora de fls. 155 informando desejar participar da semana estadual da conciliaÃ§Ã£o. Â Despacho de fls. 156, designando audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o. Â Termo de AudiÃªncia juntado em fls. 157, no qual foi consignada a tentativa infrutÃ-fera de conciliaÃ§Ã£o entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o saneadora de fls. 159, mantendo a decisÃ£o que inverteu o Ã´nus da prova. Foi determinada a intimaÃ§Ã£o das partes para que especificassem as provas que ainda pretendessem produzir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da RÃ© Fiat AutomÃ³veis, requerendo produÃ§Ã£o de prova pericial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do RÃ©u InvencÃ-vel VeÃ-culos Ltda de fls. 162, requerendo exame pericial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da Autora de fls. 163, requerendo depoimento pessoal do representante da empresa RÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 165, designando perito para atuar no feito e intimando as partes para apresentarem quesitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da RÃ© InvencÃ-vel apresentando quesitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da RÃ© Fiat AutomÃ³veis indicando assistente tÃ©cnico e quesitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do perito de fls. 172 apresentando proposta de honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ato Ordinatorio de fls. 179, intimando as partes para se manifestar em sobre a petiÃ§Ã£oÂ do perito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da RÃ© Invencivel requerendo prazo para juntar o comprovante do depÃ³sito judicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da RÃ© Invencivel informando concordar com a proposta de honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da RÃ© FIAT AutomÃ³veis em fls. 182, requerendo a juntada do comprovante de depÃ³sito judicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ato OrdinatÃ³rio

de fls.Â 186, intimando as partes da data designada para a realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do Perito de fls. 187, requerendo a juntada do Laudo Pericial e a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ judicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo Pericial juntado em fls. 188//200. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do perito em fls. 225 requerendo o depÃ³sito dos honorÃ¡rios pela segunda RÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 226, intimando as partes para se manifestarem sobre o laudo pericial e intimando a RÃ© InvencÃ-vel VeÃ-culos para que se manifeste sobre a petiÃ§Ã£o de fls. 225. Foi determinada a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ judicial para o levantamento dos valores depositados em JuÃ-zo em favor do perito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlvarÃ¡s de AutorizaÃ§Ã£o expedidos em fls. 227/228. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da RÃ© Fiat AutomÃ³veis requerendo a juntada de manifestaÃ§Ã£o do assistente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado que a Requerida nÃ£o se manifestou no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da Autora de fls. 235/236 requerendo o depoimento pessoal do RÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 238, intimando a RÃ© InvencÃ-vel VeÃ-culos Ltda para proceder ao depÃ³sito em JuÃ-zo dos valores referentes aos honorÃ¡rios periciais e designando data de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 242, determinando a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ judicial em favor do perito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de AudiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e julgamento juntado em fls. 243 no qual foram registrados os depoimentos dos representantes legais das Requeridas e a deliberaÃ§Ã£o deste JuÃ-zo no sentido de que a aÃ§Ã£o persegue o mÃ©rito final tÃ£o somente em relaÃ§Ã£o ao item C da Inicial relativo ao dano moral requerido e de que as partes apresentassem memoriais finais em prazo sucessivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlvarÃ¡ Judicial expedido em fls. 248. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes Finais do RÃ©u invencÃ-vel veÃ-culos em fls. 249/250. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do RÃ©u Fca Fiat AutomÃ³veis. Em fls. 251/253. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificada em fls. 254 que a parte autora nÃ£o apresentou memoriais finais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o foram suscitadas questÃµes preliminares ou prejudiciais de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cinge-se a controvÃ©rsia dos autos Ã responsabilidade civil dos Requeridos quanto ao dever de indenizar a parte autora a tÃ-tulo de danos morais decorrentes de alegados inconvenientes e vÃ-cios ocultos no veÃ-culo FIAT/SIENA ATRATIV, 1.4, fabricaÃ§Ã£o 2013, modelo 2014, vermelho, chassi nÂº. 9BD197132E3110949 adquirido pela Autora em 21/08/2013. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, cumpre registrar que estamos diante de uma relaÃ§Ã£o de consumo estabelecida entre as partes, haja vista a presenÃ§a das figuras do consumidor e do fornecedor, conforme artigos 2Âº e 3Âº do CÃ³digo de Defesa do Consumidor - CDC, devendo incidir as regras do direito consumerista ao caso sub judice. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Em regra, para a caracterizaÃ§Ã£o da responsabilidade civil sÃ£o necessÃ¡rios os seguintes elementos: a) o ato ilÃ-cito; b) o dano; c) nexo de causalidade entre o ato e o dano; e d) o dolo ou a culpa do agente causador do dano. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso concreto, como se trata de caso afeto Ã s normas de proteÃ§Ã£o do consumidor, eventual a responsabilidade do RÃ©u Ã© objetiva e nÃ£o a subjetiva prevista no CCB, nos termos do art.Â 12 e 14 do CDC, de maneira que Ã© dever do fornecedor de produtos e serviÃ§os indenizar pelos danos causados, independente de culpa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em se tratando de responsabilidade objetiva, nÃ£o se faz possÃ-vel discutir culpa para satisfazer o lesado. Reconhece-se a desnecessidade de a vÃ-tima provar a culpa para obter a reparaÃ§Ã£o do dano em situaÃ§Ãµes em que o exercitar um fato ou o realizar um serviÃ§o provocam riscos para os sujeitos que se relacionam aos seus expedientes. E verdade, a comprovaÃ§Ã£o da culpa Ã© substituÃ-da pela comprovaÃ§Ã£o do nexo causal entre o dano e a conduta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso concreto, quanto Ã alegaÃ§Ã£o de que o aparelho de som do automÃ³vel era de modelo inferior ao que deveria vir no veÃ-culo, nÃ£o hÃ¡ qualquer elemento probatÃ³rio nos autos que a corrobore. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos defeitos no veÃ-culo alegados pela Autora, Ã© possÃ-vel constar, com base nas Ordens de ServiÃ§o anexadas Ã Inicial (fls. 22/24/25/29/) que de fato houve consertos realizados pela concessionÃ¡ria RÃ© em virtude de danos verificados no automÃ³vel da Autora, tais como: vazamento de Ã³leo da direÃ§Ã£o hidrÃ¡ulica; motor que nÃ£o funcionava ao dar partida; barulho na suspensÃ£o dianteira e traseira ao passar trepidaÃ§Ã£o; coxins e batentes com rumorosidade; embreagem pesada ao acionar; vidro dianteiro direito subindo atÃ© a metade e voltando, painel principal arranhado prÃ³ximo ao porta luvas, conforme registrado nas Ordens de ServiÃ§o de nÂº. 0204954, 0214837, 0214837,0215120. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destaco que a RÃ© InvencÃ-vel VeÃ-culos, em sua contestaÃ§Ã£o, reconhece ter sido o veÃ-culo entregue na concessionÃ¡ria com defeitos nas datas de 27/08/2013, 10/09/2013, 14/10/2013 e 06/02/2014, apresentando defeitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contudo, entendo que, para a deflagraÃ§Ã£o da responsabilidade civil, deve estar devidamente provado nos autos o nexo de causalidade entre o dano e a conduta ilÃ-cita imputÃ¡vel Ã s RÃ©s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese o artigo 18, caput, do CDC consagre a responsabilidade solidÃ¡ria dos fornecedores de produtos de consumo durÃ¡veis ou nÃ£o durÃ¡veis pelos vÃ-cios de qualidade ou quantidade que os tornem

imprÃ³prios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, Ã© mister a comprovaÃ§Ã£o da relaÃ§Ã£o de causalidade entre o dano e uma conduta ilÃ-cita das RÃ©s, o que demandou nos autos a realizaÃ§Ã£o de exame pericial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o perito designado pelo JuÃ-zo concluiu, no item 4 (fls. 196) do Laudo Pericial juntado em fls. 188/200, que `Â¿o veÃ-culo nÃ£o apresenta qualquer anormalidade em seu funcionamento. Manteve-se estÃ¡vel em todas as faixas de rotaÃ§Ã£o do motor, nÃ£o apresentou ruÃ-dos e todos os sistemas e subsistemas operam corretamente, sem qualquer falha ou irregularidade que pudesse vir a ser mencionadaÂ¿Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No quesito nÂº. 1 (fls. 196) formulado pela RÃ© InvencÃ-vel VeÃ-culos, respondeu que o carro nÃ£o apresenta vÃ-cio ou defeito de fabricaÃ§Ã£o; no quesito nÂº. 3 (fls. 196) respondeu que nÃ£o existe alguma peÃ§a ou equipamento defeituoso no veÃ-culo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No quesito nÂº. 6 (fls. 198) formulado pela RÃ© Fiat AutomÃ³veis, respondeu o perito que o veÃ-culo nÃ£o apresentou o nÃ£o funcionamento do motor ao dar a partida; no quesito nÂº. 11 (fls. 199), respondeu que nÃ£o foi identificado problema de embreagem pesada; no quesito nÂº. 15 (fls. 200) respondeu que durante a perÃ-cia conjunta o veÃ-culo nÃ£o apresentou os demais problemas alegados na peÃ§a Exordial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem, o Laudo apresentou o objeto da pericia, a proposta desta, a anÃ¡lise tÃ©cnica, relatando por meio de imagens de linguagem simples e direta como desenvolveu o seu trabalho, bem como apresentou resposta conclusiva a todos os quesitos presentados pelas partes que requereram a perÃ-cia devidamente fundamentada, tendo dedicado a devida atenÃ§Ã£o. O Laudo Pericial concluiu pela ausÃªncia de qualquer anormalidade no funcionamento do veÃ-culo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, extrai-se do Laudo Pericial que o veÃ-culo nÃ£o mais apresenta os defeitos alegados pela Autora e que nÃ£o houve defeitos ocultos ou de fabricaÃ§Ã£o do veÃ-culo, o que afasta o nexo causal entre tais danos e a conduta dos RÃ©us para efeitos de responsabilidade civil. Tais constataÃ§Ãµes tornam, ainda, prejudicado o pedido de substituiÃ§Ã£o do veÃ-culo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse contexto, insta ressalvar que a garantia assegurada pelo CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© mais ampla que aquela prevista no CÃ³digo Civil de 1916, o que ficou minorado com a disciplina dos vÃ-cios redibitÃ³rios no novo CÃ³digo Civil (arts. 441-446). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enquanto os vÃ-cios redibitÃ³rios pelo CÃ³digo Civil concernem aos defeitos ocultos da coisa (art. 441), os vÃ-cios de qualidade ou de quantidade de bens e serviÃ§os podem ser ocultos ou aparentes. E para que se configure este vÃ-cio redibitÃ³rio Ã© ainda necessÃ¡rio que a coisa seja recebida em virtude de relaÃ§Ã£o contratual, que o defeito seja greve e contemporÃ¢neo Ã celebraÃ§Ã£o do contrato; defeito de pequena monta ou superveniente Ã realizaÃ§Ã£o do negÃ³cio nÃ£o afeta o princÃ-pio da garantia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, esses requisitos acima indicados sÃ£o irrelevantes para a configuraÃ§Ã£o do vÃ-cio do produto, uma vez que o CÃ³digo de Defesa do Consumidor nÃ£o faz qualquer distinÃ§Ã£o quanto Ã gravidade do vÃ-cio, quanto a ser ele anterior, contemporÃ¢neo ou posterior a entrega do bem ao consumidor, e nem se esta mesma entrega se deu em razÃ£o do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReconheÃ§o, pois, que os mecanismos reparatÃ³rios sÃ£o mais abrangentes e satisfatÃ³rios do que aqueles previstos no CÃ³digo Civil: permitem ao consumidor, nÃ£o sendo vÃ-cio sanado no prazo mÃ¡ximo de 30 dias, exigir, alternativamente e Ã sua escolha: a substituiÃ§Ã£o do produto por outro da mesma espÃ©cie, em perfeitas condiÃ§Ãµes de uso; a restituiÃ§Ã£o imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuÃ-zo de eventuais perdas e danos; o abatimento proporcional do preÃ§o; a complementaÃ§Ã£o do peso ou medida, no caso de vÃ-cio de quantidade; a reexecuÃ§Ã£o dos serviÃ§os, sem custo adicional e quando cabÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entretanto, no caso concreto, pela leitura do laudo pericial, constato que os problemas verificados no veÃ-culo da parte autora foram efetivamente sanados pela concessionÃ¡ria, de maneira que o veÃ-culo nÃ£o mais se encontra imprÃ³prio ou inadequado ao consumo ou ao fim a que se destina. Ademais, da leitura das Ordens de ServiÃ§os de nÂº. 0204954, 0214837, 0214837,0215120 juntadas pela Autora nos autos, nÃ£o Ã© possÃ-vel concluir que o veÃ-culo tenha permanecido por mais de trinta dias na concessionÃ¡ria para conserto de cada dano detectado pela Autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na AudiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento realizada em 23 de abril de 2019, a preposta da RÃ© InvencÃ-vel veÃ-culos relatou em resposta Ã pergunta de nÂº. 3 que durou menos de 24 horas para a substituiÃ§Ã£o do reservatÃ³rio de Ã³leo do veiculo; tambÃ©m informou em resposta Ã pergunta de nÂº. 11 que `Â¿a postura adotada pela empresa foi `Â¿recepcionar a cliente e identificar todos os problemas alegados para posteriormente tentar solucionar. Normalmente quando o veÃ-culo permanece por mais de 72h na oficina para conserto, um carro reserva Ã© conferido ao cliente. Em algumas ocasiÃµes Ã© ofertado voluntariamente e em outras ocasiÃµes Ã© ofertado conforme requerimento do clienteÂ¿Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O depoimento da RÃ© revela que esta foi diligente no atendimento e na reparaÃ§Ã£o dos danos apresentados no carro na autora. Isso Ã© corroborado pelo laudo pericial, o qual constatou nÃ£o existir anormalidade no funcionamento do veÃ-culo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora tambÃ©m junta, nas fls. 26, declaraÃ§Ã£o de posse e uso de veÃ-culo automotor no perÃ-odo de 06 de fevereiro atÃ© a data da devoluÃ§Ã£o do veÃ-culo Ã parte Requerente. Assim, nÃ£o

vislumbro a prÃ¡tica de ato ilÃ-cito ou falta de diligÃªncia perpetradas pelas RÃ©s a ensejar dano aos direitos da personalidade da Autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os defeitos no veÃ-culo objeto de discussÃ£o da lide foram devidamente reparados em tempo hÃ¡bil pelas RÃ©s, de maneira que o veÃ-culo nÃ£o mais apresentou anormalidade, com os vÃ-cios sanados nos termos do Â§1Âº do artigo 18 do CDC. Â Â Â Â Â No que diz respeito ao dano moral, oportuno o magistÃ©rio de JosÃ© de Aguiar Dias sobre o dano moral (in Â¿Da Responsabilidade CivilÂ¿, Forense, Tomo II, 4Âª ed., 1960, pÃ¡g. 775):Â Â¿Ora, o dano moral Ã© o efeito nÃ£o patrimonial da lesÃ£o do direito e nÃ£o a prÃ³pria lesÃ£o, abstratamente considerada. O conceito de dano Ã© Ãºnico, e corresponde a lesÃ£o de direito.Â¿ Â Â Â Â Â No mesmo sentindo, sobressai a liÃ§Ã£o do professor Carlos Alberto Bittar (in Â¿ReparaÃ§o Civil por Danos MoraisÂ¿, RT, 1993, pÃ¡gs. 41 e 202) sobre a extensÃ£o jurÃ-dica dos danos morais Â¿Qualificam-se como morais os danos em razo da esfera da subjetividade, ou do plano valorativo da pessoa na sociedade, em que repercute o fato violador, havendo-se, portanto, como tais aqueles que atingem os aspectos mais Ã-ntimos da personalidade humana (o da intimidade e da consideraÃ§Ã£o pessoal), ou o da prÃ³pria valoraÃ§o da pessoa no meio em que vive e atua (o da reputaÃ§o ou da consideraÃ§Ã£o social)Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em se tratando de dano moral, tem-se que o bem jurÃ-dico ofendido consiste na lesÃ£o a direitos da personalidade. Destarte, ofendem-se a dignidade da pessoa humana, sua honra, sua reputaÃ§Ã£o, seus sentimentos, a ponto de ensejar compensaÃ§Ã£o por danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa maneira, alÃ©m de nÃ£o estar caracterizado ato ilÃ-cito praticado pelas RÃ©s, entendo que a situaÃ§Ã£o experimentada pela Autora nÃ£o revela ofensa Ã sua dignidade, Ã sua honra, sentimentos, enfim seus atributos da personalidade. Trata-se em verdade de inconveniente do cotidiano que foi devidamente sanado pelos Requeridos, conforme atestou o laudo pericial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, inexistem provas de que a situaÃ§Ã£o dos autos tenha causado transtornos suficientemente graves ponto de ofender os direitos da personalidade, caracterizando condiÃ£o humilhante ou agressora de angustia ou aflicaÃ§Ã£o. Nem todo o dissabor da vida cotidiana Ã© capaz de gerar ou autorizar o deferimento de indenizaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria em decorrÃªncia de mero transtorno ou aborrecimento experimentado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pedido improdecente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa maneira, julgo IMPROCEDENTES os pedidos Autorais formulados na Exordial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno, ainda, a Autora em custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 10% sobre o valor da causa, cuja exigibilidade se encontra suspensa, na forma do art. 98, Â§ 3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por via de consequÃªncia, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com base no art. 487, I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021 ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00257562520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710805225 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 EXECUTADO:IVANETE MENEZES DA CONCEICAO EXECUTADO:MANOEL MARIA ARAGAO DE BRITO EXEQUENTE:BANCO BMC BRADESCO SA Representante(s): OAB 128.341 - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) JOSE NAZARENO NOGUEIRA DE LIMA (ADVOGADO) ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) MARIA DO PERPETUO SOCORRO RASSY TEIXEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:MENEZES DE BRITO CIA LTDA Representante(s): OAB 14110 - SERGIO LEITE CARDOSO FILHO (ADVOGADO) OAB 15000 - BRENO LOBATO CARDOSO (ADVOGADO) EXEQUENTE:LEITE CARDOSO E MELO ADVOGADOS Representante(s): OAB 16676 - OTAVIO AUGUSTO DA SILVA SAMPAIO MELO (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 00307154820118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:JOÃO LEÃO CANTO Representante(s): OAB 12812 - MARTHA HENRIQUES MOREIRA SANTOS (ADVOGADO) AUTOR:CLAUDIA OSENILDA LOPES DA ROCHA REU:META EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 14373 - JULIANA SANTA BRIGIDA BITTENCOURT (ADVOGADO) REU:CKOM ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 14373 - JULIANA SANTA BRIGIDA BITTENCOURT (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 00307507120128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 AUTOR:MARIA RAIMUNDA SANTOS DE AVIZ

Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REU:BANCO ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) . D E C I S Ã O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s decisao de fls. 175 que determinou a inscriÃ§Ã£o do banco requerido em dÃ-vida ativa por forÃ§a do nÃ£o pagamento de custas processuais finais, consta petiÃ§Ã£o fls. 176 da autora requerendo a reconsideraÃ§Ã£o da decisÃ£o que determinou o pagamento de custas, haja vista que o acordo celebrado ocorreu antes da sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, verifico que assiste razÃ£o Ã parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, Ã UNAJ para cancelamento do boleto de custas finais, uma vez que o acordo aconteceu antes da sentenÃ§a, devendo as partes serem dispensadas do pagamento de custas na forma do art. 90, parÃ¡grafo 3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquivem-se os autos com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. ROBERTO CÃZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00336453920118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:MARCELO ANDREY ARAUJO FREIRE Representante(s): OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:B V FINANCEIRA S A C F I REU:IMPORTADORA DE FERRAGENS S/A Representante(s): OAB 20216 - THANYELE DE MESQUITA FARIA (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ P R O C E S S O : 0 0 3 6 2 8 1 6 5 2 0 1 7 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:SAVENEY DE JESUS MOURAO FERREIRA Representante(s): OAB 21057 - LEONARDO DE JESUS FARIAS DA SILVA (ADVOGADO) REU:CARLOS ALBERTO DE SOUZA GOUVEIA Representante(s): OAB 7756 - LUIZ ANTONIO CUNHA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 5789 - LUIZ ROBERTO DUARTE DE MELO (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 00386125920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:LAYONVITOR PANTOJA DO NASCIMENTO AUTOR:WALVIK SOUZA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 18130 - SERGIO VICTOR GARCIA RODRIGUES (ADVOGADO) REU:OCRIM SA PRODUTOS ALIMENTICIOS Representante(s): OAB 8349 - NEWTON CELIO PACHECO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) REU:ADJARLYS RODRIGUES OLIVEIRA Representante(s): OAB 12482 - DANIELA MARTINS MACHADO (DEFENSOR) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ P R O C E S S O : 0 0 4 1 0 5 2 9 1 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 EXEQUENTE:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 89774 - ACACIO FERNANDEZ ROBOREDO (ADVOGADO) EXECUTADO:POSTO SAO DOMINGOS LTDA EXECUTADO:JOSE JAIR DE SOUZA EXECUTADO:ANDREA FREITAS DA SILVA INTERESSADO:FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS NAO Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) INTERESSADO:ITAPEVA FUNDO DE INVESTIMENTOS DE DIREITO CREDITORIO Representante(s): OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Verifico que em despacho proferido Ã s fls. 369, parte final, jÃ¡ fora determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal do autor para que este promovesse ao levantamento dos valores residuais existentes em conta judicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o expedida pela 2Âª UPJ Ã s fls. 378 tambÃ©m esclarece que os valores que ainda permanecem em conta judicial sÃ£o os rendimentos nÃ£o sacados juntamente com o principal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, determino Ã 2Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial que dÃª efetivo cumprimento ao estabelecido no despacho de fls. 369 acima mencionado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se, expedindo o necessÃ¡rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. ROBERTO CÃZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 0 0 4 1 1 0 7 3 9 2 0 0 9 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 9 1 0 9 2 5 0 7 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021 EXECUTADO:THAIS BITTI DE OLIVEIRA ALMEIDA

EXECUTADO:LUCIANA BITTI DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 21359 - JOAO DURVAL DE OLIVEIRA ALMEIDA (ADVOGADO) EXEQUENTE:UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA UNAMA Representante(s): CLAUDIA DOCE SILVA COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 7108 - LEILA MASOLLER WENDT (ADVOGADO) OAB 20653 - CARLOS ALBERTO DOS SANTOS COSTA JUNIOR (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 00526259220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:OSVALDO CUIMAR GONCALVES Representante(s): ROSSANA PARENTE SOUZA (DEFENSOR) REU:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 109730 - FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 05316497020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 AUTOR:BENEDITA COSTA DA SILVA Representante(s): OAB 19773 - BARBARA MOREIRA DE ATAIDE (ADVOGADO) REU:B. V. FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ

JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

RESENHA: 20/10/2021 A 05/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DA JUSTICA MILITAR - VARA: VARA UNICA DA JUSTICA MILITAR PROCESSO: 00003378720128140200 PROCESSO ANTIGO: 201220003317 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 02/11/2021 DENUNCIADO:CLAUDIO MARCIO CORDOVIL COUTO Representante(s): OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEAO (ADVOGADO) OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:GERSON WALACE ALVES DA ROCHA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) VITIMA:J. F. P. ENCARREGADO:RODRIGO HENRIQUE DA SILVA E SILVA DENUNCIADO:ROBESVAL FEITOSA DA SILVA PROMOTOR:ARMANDO BRASIL TEIXEIRA. Processo nÃºmero: 0000337-87.2012.8.14.0200 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio Â Â Â Â Â O representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar ofereceu denÃºncia em desfavor de CLAUDIO MARCIO CORDOVIL COUTO, GERSON WALACE ALVES DA ROCHA e ROBESVAL FEITOSA DA SILVA, qualificado nos autos, pela prÃ¡tica dos crimes de violaÃ§Ã£o de domicÃ-lio qualificada e concussÃ£o, tipificados nos artigos 266, Â§Â§ 1Âº e 2Âº e 305, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Alegou o MinistÃ©rio PÃºblico Militar do necessÃ¡rio para compreender os fatos, em sÃ-ntese: 1)Â Â Â Â Â Narram os presentes autos de IPM que no dia 03.08.2009, no municÃ-pio de Paragominas, PA, os denunciados encontravam-se de serviÃ§o de policiamento no Bairro NagibÃ£o, quando receberam a informaÃ§Ã£o de que estava ocorrendo comercializaÃ§Ã£o de drogas na residÃªncia do narcotraficante conhecido pela alcunha de Â¿LourinhoÂ¿; 2)Â Â Â Â Â Os denunciados foram ao local e perceberam uma pessoa saindo da casa de Â¿LourinhoÂ¿, razÃ£o pela qual resolveram abordÃ¡-la; 3)Â Â Â Â Â Disseram os denunciados, Ã s fls. 39/42, que encontraram uma pequena quantidade de drogas com o elemento suspeito, mas estranhamente os denunciados nÃ£o o prenderam em flagrante delito e disseram que o cidadÃ£o teria fugido; 4)Â Â Â Â Â Posteriormente, os denunciados invadiram a residÃªncia do Sr. JosÃ© Francisco Pereira, vulgo Â¿LourinhoÂ¿, e passaram a fazer buscas e encontraram uma certa quantidade de drogas e uma arma caseira, porÃ©m exigiram-lhe a quantia de quinhentos reais para nÃ£o conduzi-lo Ã DEPOL; 5)Â Â Â Â Â O ofendido recusou-se a pagar a quantia exigida e por conta disso foi conduzido Ã DEPOL, onde foi atuado na forma da lei. Â Â Â Â Â Arrolou o MinistÃ©rio PÃºblico o ofendido e quatro testemunha. Â Â Â Â Â Em apenso consta o procedimento administrativo. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida no dia 11/11/2014 (fl. 07). Â Â Â Â Â Os acusados GERSON WALACE ALVES DA ROCHA e CLAUDIO MÃRCIO CORDOVIL COLTO foram citados (fls. 09 e 17) e apresentaram resposta Ã acusaÃ§Ã£o por intermÃ©dio de advogado constituÃ-do (fls. 34 e 41/42). Â Â Â Â Â O acusado Roberval Feitosa da Silva Ã© falecido, pelo que foi declarada extnta a punibilidade quanto ao mesmo (fls. 29 e 43). Â Â Â Â Â Duas testemunhas foram inquiridas e o acusado CLAUDIO MÃRCIO CORDOVIL COUTO foi interrogado (fls. 110/112 e 143). Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico desistiu da oitiva do ofendido JOSÃ FRANCISCO PEREIRA e das testemunhas JOSÃ SIDINALDO TEIXEIRADE BRITO e MARINÃIA DE SOUZA MORAES (fls. 125 e 130). Â Â Â Â Â Pela decisÃ£o de fl. 154 foi decretada a revelia do acusado GERSON WALACE ALVES DA ROCHA. Â Â Â Â Â ApÃ³s a conclusÃ£o da instruÃ§Ã£o, o MinistÃ©rio PÃºblico Militar e defesa nÃ£o requereram diligÃªncias, conforme permite o artigo 427, do CPPM (fls. 154). Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar apresentou alegaÃ§Ãµes finais escritas pugnando pela condenaÃ§Ã£o dos acusados (fls. 168/171). Â Â Â Â Â Em nova manifestaÃ§Ã£o, em plenÃ¡rio, o MinistÃ©rio PÃºblico Militar pugnou pela tambÃ©m pela condenaÃ§Ã£o do acusado. Â Â Â Â Â A defesa apresentou alegaÃ§Ãµes finais em plenÃ¡rio e pugnou pela absolviÃ§Ã£o dos acusados por insuficiÃªncia de provas, com fundamento no artigo 439, Â¿eÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Relatado, passo a decidir. Â Â Â Â Â FundamentaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Ao acusado foi imputada a prÃ¡tica dos crimes de violaÃ§Ã£o de domicÃ-lio e concussÃ£o, tipificados nos artigos 266, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, e 305, do CÃ³digo Penal Militar, que dispÃµem, in verbis: Â¿Art. 226. Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tÃ¡cita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependÃªncias: Pena - detenÃ§Ã£o, atÃ© trÃªs meses. Â§ 1Âº Se o crime Ã© cometido durante o repouso noturno, ou com emprego de violÃªncia ou de arma, ou mediante arrombamento, ou por duas ou mais pessoas: Pena - detenÃ§Ã£o, de seis meses a dois anos, alÃ©m da pena correspondente Ã violÃªncia. Â§ 2Âº Aumenta-se a pena de um terÃ§o, se o fato Ã© cometido por militar em serviÃ§o ou por funcionÃ¡rio pÃºblico civil, fora dos casos legais, ou com inobservÃ¢ncia das formalidades prescritas em lei, ou com abuso de poder. (...) Art. 305. Exigir, para si ou para outrem, direta

ou indiretamente, ainda que fora da funÃ§Ã£o ou antes de assumi-la, mas em razÃ£o dela, vantagem indevida: Pena - reclusÃ£o, de dois a oito anosÂ¿. Â Â Â Â Â Â Ã preciso aferir, portanto, se hÃ¡ provas da materialidade e autoria quanto aos crimes imputados aos acusados na denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos depoimentos e interrogatÃ³rios dos acusados, registrados por meio audiovisual, de relevante, colhem-se as seguintes informaÃ§Ãµes: Depoimento de MAX FELIPE TEIXEIRA DA SILVA: Â¿A situaÃ§Ã£o Ã© de policiais que entraram em sua casa, mas nÃ£o lembra de todas as coisas. Esteve no quartel em Paragominas no dia oito de fevereiro de dois mil e doze para prestar seu depoimento. O que foi dito na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o do Processo 03920092002079-6, de 22 de fevereiro de 2010, da Terceira Vara Penal da Comarca, Ã© verdade. Os policiais militares, na ocorrÃªncia, estavam todos fardados, menos o CB Robesval. Todos os Policiais Militares entraram em sua residÃªncia na manhÃ£ da abordagem. No momento da revista os trÃªs militares entraram na residÃªncia. No momento da revista viu os policiais extorquindo JosÃ© Francisco Pereira, pedindo dinheiro a todo momento, mas ele nÃ£o tinha dinheiro. Havia outras pessoas em sua casa durante o ocorrido. Durante o perÃ-odo que estavam dentro da casa, eles ameaÃ§aram e agrediram todos os que estavam dentro. Inclusive o CB PM chegou a retirar a roupa deles para ver se tinham drogas, mesmo uma pessoa que tinha apenas 14 (quatorze) anos de idade. Os militares pegaram certa quantia em dinheiro que era de sua mÃ£e. O SD Walace pegou R$ 570,00 (quinhentos e setenta reiais) em um cofre de moedas que tinha o formato de botijÃ£o de gÃ¡s. Os policiais militares mandaram os homens ficar somente de cueca e de frente para as paredes e disseram que se alguÃ©m se mexesse eles iriam atirar. Confirma integralmente o que foi dito no BatalhÃ£o. Foi coagido para mentir para o Delegado, mas quando chegou na frente desta autoridade falou a verdadeÂ¿. (Grifo nosso). Depoimento de MARIA DOMINGOS TEIXEIRA DA SILVA: Â¿Prestou depoimento no quartel no dia 2 e marÃ§o de 2012. Os policiais militares envolvidos na ocorrÃªncia estavam fardados, mas o SD Walace, o CB Clodovil e o CB Robesval estavam Ã paisana, mas com colete. Todos eles adentraram na residÃªncia. Entraram chutando a porta e logo depois fizeram uma revista no interior da casa. O CB Robesval permaneceu na sala, o SD Walace foi para o quintal e o outro policial, que atÃ© o momento nÃ£o tinha sido identificado, foi para o quarto da declarante e revirou tudo. Durante a ocorrÃªncia, os policiais pediram dinheiro ao seu companheiro, na tentativa de extorqui-lo, porÃ©m ele relatou que nÃ£o tinha, mas eles pegaram a carteira que tinha cerca de R$ 600,00 (seiscentos reais) e pegaram o dinheiro, deixando-a vazia. NÃ£o havia outra pessoa com os policiais militares. Eles agrediram e ameaÃ§aram fisicamente todas as pessoas que estavam na residÃªncia, inclusive apontando a arma de fogo para a cabeÃ§a de seu companheiro. Outro policial pediu para que sua filha de doze anos tirasse a roupa, para ver se ela estava escondendo drogas. NÃ£o sabia quem era o policial, pois ele estava sem o nome no uniforme. Ainda pegaram cerca de R$ 500,00 (quinhentos reais) de um cofre de moedas que a declarante tinha em formato de botijÃ£o de gÃ¡s. Os policiais ameaÃ§aram e constrangeram as pessoas e disseram que nÃ£o podia falar para ninguÃ©m que eles tinham feito isso, se nÃ£o eles iriam voltar. Reafirma que nunca teve nenhum problema com a policia ou com a justiÃ§a. Segundo os policiais, no dia 03 de agosto foram atÃ© a sua casa porque receberam a informaÃ§Ã£o de que estava ocorrendo uma comercializaÃ§Ã£o de drogas na residÃªncia do narcotraficante conhecido como Lourinho e, ao chegar perto da casa, perceberam uma pessoa saindo, que abordaram. Com esse suspeito encontraram uma pequena quantidade de droga, mas nÃ£o o prenderam em flagrante. Mas nÃ£o existia droga em sua casa. Ao invadir a casa procuraram drogas e armas. Foi encontrado certa quantidade de drogas e uma arma. Eles pediram uma quantia de R$ 500,00 (quinhentos reais) para nÃ£o levar seu companheiro para a Depol. Confirma a existÃªncia de uma arma caseira, que estava guardada, e foi deixada pela irmÃ£ da declarante. Eles nÃ£o pediram dinheiro. Apenas pegaram o que estava lÃ¡ e esse dinheiro nunca mais apareceu. Acha que eles nÃ£o levaram para a delegacia, pois nÃ£o tomou conhecimentoÂ¿. (Grifo nosso). InterrogatÃ³rio de CLAUDIO MARCIO CLODOVIL COUTO: Â¿Confirma que entraram na casa para uma abordagem por conta de uma denÃºncia de trÃ¡fico de drogas. Inclusive lembra que o falecido CB Feitosa, que era lÃ-der comunitÃ¡rio, gravou toda a aÃ§Ã£o, mas nÃ£o possui o vÃ-deo porque ficou com famÃ-lia dele ou com alguÃ©m que nÃ£o sabe. Nesta mesma aÃ§Ã£o foi preso o Lourinho, que foi apresentado na Delegacia. Foi encontrado uma arma caseira e uma quantidade pequena de droga, mas que deu para confirmar que ele era traficante. NÃ£o sabe o porquÃª da acusaÃ§Ã£o contra sua pessoa, pois nÃ£o sabia quem era o denunciante atÃ© o dia da ocorrÃªncia, e nunca teve nenhum conflito com ele. Na hora que receberam a denÃºncia, foram direto ao local, bateram no portÃ£o, informando sobre a denÃºncia da venda de drogas e a entrada foi autorizada e foi acompanhada a revista na casa. A denÃºncia sobre a venda de drogas foi feita anonimamente. Segundo a denÃºncia, Lourinho havia sido preso por trÃ¡fico, estava solto e estava comercializando droga novamente. Foi uma pessoa que chegou atÃ© o box, nÃ£o se identificou, por que morava prÃ³ximo, e fez a denÃºncia, informando a residÃªncia e que era uma pessoa que jÃ¡ havia sido presa por trÃ¡fico e estava comercializando droga novamente.

Quando chegou Ã residÃªncia, foram autorizados a entrar, dando ciÃªncia desde o primeiro momento quanto Ã razÃ£o de estarem no local, que era uma denÃºncia de se tratava de ponto de venda de drogas. Quando entrou no imÃ³vel, apÃ³s alguns minutos de busca, foi encontrado droga, como oxi, maconha, que estava embaixo da cama. NÃ£o houve proposta de policial, pedindo dinheiro para o Lourinho e ele tambÃ©m nÃ£o ofereceu em nenhum momento o dinheiro para que nÃ£o fosse levado para a Delegacia. Quem abriu a porta e deixou eles entrarem na casa foi o prÃ³prio Lourinho, que era a pessoa indicada como traficante. Quando adentraram na casa, havia os familiares, que saÃ-ram da casa. Quem acompanhou o procedimento foi somente ele (Lourinho). ApÃ³s a prisÃ£o, Lourinho foi encaminhado diretamente para a Unidade Policial. Pediram apoio da Viatura para levÃ¡-lo atÃ© Depol. NÃ£o se recorda quem estava presente na viatura. NÃ£o sabe se eles pararam em algum momento no caminho. NÃ£o sabe o interessante do denunciante neste caso. NÃ£o entende o porquÃª de ter sido denunciado de ter feito essa aÃ§Ã£o, mas acredita que Ã© porque ele, por ser traficante, quer tentar prejudicar o agente da lei, como uma saÃ-da de nÃ£o aceitar sua prisÃ£o em flagrante. NÃ£o sabia que o Lourinho tinha alguma condenaÃ§Ã£o na Ã¡rea da justiÃ§a comum. A guarniÃ§Ã£o era composta pelo declarante, o SD Walace e o CB Feitosa, que era lÃ-der comunitÃ¡rio da Ã¡rea, nÃ£o tendo sido ele quem fez a denÃºncia. Ele estava no local para filmar a aÃ§Ã£o. NÃ£o recorda de ter abordado um adolescente na frente da casa que era alvo da denÃºncia de trÃ¡fico de droga. NÃ£o sabe dizer se o Lourinho chegou a responder a processo por este fato. NÃ£o foi chamado em Paragominas para ser testemunha deste fato. A prisÃ£o e abordagem dele foram informadas pelo 190.Â¿. (Grifo nosso). Â Â Â Â Â Como se infere dos autos, as Ãºnicas provas produzidas sob o crivo contraditÃ³rio que indicam que os acusados praticaram os crimes de invasÃ£o de domicÃ-lio e concussÃ£o sÃ£o os depoimentos dos ofendidos MARIA DOMINGOS TEIXEIRA DA SILVA e MAX FELIX TEIXEIRA DA SILVA. Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico desistiu da oitiva demais testemunhas que arrolou porque nÃ£o foram encontradas, como se verifica Ã s fls. 125 e 130. Â Â Â Â Â Por certo que a palavra da vÃ-tima tem significativo valor probante, mas precisa ser corroborado por outros elementos de prova, alÃ©m de ser firme e coerente. Â Â Â Â Â No caso, penso, nÃ£o hÃ¡ outras provas, colhidas sob o crivo do contraditÃ³rio, que possam corroborar a versÃ£o dada aos fatos pelos ofendidos MARIA DOMINGOS TEIXEIRA DA SILVA e MAX FELIX TEIXEIRA DA SILVA. Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o havendo outros elementos de prova que confirmem a versÃ£o dada aos fatos pelos ofendidos, impÃµe-se a absolviÃ§Ã£o dos acusados CLAUDIO MARCIO CORDOVIL COUTO e GERSON WALACE ALVES DA ROCHA por insuficiÃªncia de provas, conforme dispÃµe o artigo 439, Â¿eÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â ConclusÃ£o Â Â Â Â Â Assim, julgo improcedente a denÃºncia para ABSOLVER os acusados CLAUDIO MARCIO CORDOVIL COUTO e ROBESVAL FEITOSA DA SILVA quanto Ã acusaÃ§Ã£o da prÃ¡tica dos crimes de violaÃ§Ã£o de domicÃ-lio na forma qualificada e concussÃ£o, tipificados nos artigos 266, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, e 305, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Ã como voto. Â Â Â Â Â Os demais membros do Conselho Permanente de JustiÃ§a, tendo votaram apenas quanto ao crime de concussÃ£o, tipificado no artigo 305, do CÃ³digo Penal Militar, acompanhando o voto do juiz-presidente, para julgar improcedente a denÃºncia e ABSOLVER os acusados CLAUDIO MARCIO CORDOVIL COUTO e ROBESVAL FEITOSA DA SILVA, nÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o quanto ao crime de invasÃ£o de domicÃ-lio, tipificado no artigo 266, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, do CÃ³digo Penal Militar, por ser de competÃªncia do juÃ-zo singular, conforme dispÃµe o artigo 125, Â§ 5Âº, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Sala das sessÃµes dos Conselhos de JustiÃ§a, BelÃ©m, PA, aos 27 (vinte e sete) dias do mÃªs de outubro de 2021. Lucas do Carmo de Jesus - Juiz de Direito e Presidente do Conselho Maj. PM Celton OtÃ¡vio Costa de Jesus - Juiz-membro Cap. PM Adriana Coutinho da Cunha - Juiz-membro Ten. PM Luiz Augusto Brito Tavares - Juiz -membro Ten. PM Bruno Ferreira MazzÃ© - Juiz-membro PROCESSO: 00002780220128140200 PROCESSO ANTIGO: 201220002723 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARICELI FARIAS VIRGOLINO A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 VITIMA:O. P. S. INDICIADO:JACOB CHRISTOVAO MACIEIRA ENCARREGADO:REGINALDO PINHEIRO DOS SANTOS DENUNCIADO:JEFFERSON DO NASCIMENTO MIGLIO Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA - DEFENSOR PÚBLICO (DEFENSOR) TESTEMUNHA:NILTON CEZAR BRITO PANTOJA TESTEMUNHA:UERISSON SANTOS E SILVA. Ã£ PODER JUDICIÃRIO JUSTIÃA MILITAR DO ESTADO DO PARÃ _____ ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Mariceli Farias Virgolino, analista judiciÃ¡rio, certifica que a audiÃªncia designada nos autos do processo 0000278-02.2012.8.14.0200 para o dia 07/10/2021 Ã s 10h nÃ£o ocorreu tendo em vista ocorrÃªncia de pane no sistema elÃ©trico da JME e assim sendo faÃ§o estes autos conclusos para redesignaÃ§Ã£o de audiÃªncia. BelÃ©m, 07 de outubro de 2021 Mariceli Farias Virgolino analista JudiciÃ¡rio, da JME/PA _____ Av 16 de Novembro, 486, BelÃ©m/PA, CEP 66023-220 CAS PROCESSO: 00004131420128140200 PROCESSO ANTIGO:

201220004050 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 DENUNCIADO:RONALDO DO ESPIRITO SANTO Representante(s): OAB 6266 - ALCINDO VOGADO NETO (ADVOGADO) OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUCINALDO BITTENCOURT POMPEU Representante(s): OAB 18884 - NEYILTON DA COSTA OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) ENCARREGADO:ODIVAN FERNANDES DA CONCEICAO DENUNCIADO:HELTON CHARLES ARAUJO MORAIS Representante(s): OAB 9083 - ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCOS FELIPE GALUCIO DE SOUZA Representante(s): OAB 6266 - ALCINDO VOGADO NETO (ADVOGADO) OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:E. . Processo nÃºmero 0000413-14.2012.814.0200 DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que se faz presente para a audiÃªncia na presente data, como integrante do Conselho Especial de JustiÃ§a, somente o Coronel Kayme de Aviz BenjÃ³, ficando inviabilizado a realizaÃ§Ã£o do ato, redesigno a audiÃªncia para oitiva das testemunhas para o dia 22 de fevereiro de 2022, Ã s 11h00min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A audiÃªncia poderÃ¡ ser acessada por meio do seguinte link: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NDk3NTEyNWYtMzZhYy00NDg0LTgyNTAtMGEwZjg4NDhlZTgw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%224375890a-3c93-45d5-ad28-b74e68a894f9%22%7d Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O link para acessar a audiÃªncia pode ser obtido por meio do WhatsApp da JustiÃ§a Militar: (91) 99339-0307. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As testemunhas que residem na regiÃ£o metropolitana deverÃ£o comparecer para prestar depoimento presencialmente nesta JustiÃ§a Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo necessidade de substituir integrante do Conselho Especial de JustiÃ§a, adote a secretaria as providÃªncias necessÃ¡rias para o sorteio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 3 de novembro de 2021.Â Â Â Â Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JustiÃ§a Militar Estadual PROCESSO: 00005886120198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Procedimentos Investigatórios em: 03/11/2021 ENCARREGADO:AURELIANO DA CONCEICAO NASCIMENTO INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:E. N. G. S. VITIMA:V. N. I. . Processo: 0000588-61.2019.8.14.0200 INVESTIGADOS: SGT PM RG 16.074 DEUSDEDITH RODRIGUES DA SILVA, CB PM RG REINALDO LEITE DA VITÃRIA, CB PM RG 28.608 ADRIANO MENDES SAMPAIO, CB PM RG 35.405 DELMAR SETUBAL DIAS E SD PM RG 40.353 CLEOVANDO ARAÃJO SOUSA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA SERVINDO COMO MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo tempestivo, preenchidos os requisitos legais, recebo o recurso em sentido estrito interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico Miliar, com fundamento no artigo 516, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar para que apresente as razÃµes do recurso em 5 (cinco) dias, conforme dispÃµe o artigo 519, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Apresentada as razÃµes pelo MPM Intime-se pessoalmente os policiais militares SGT PM RG 16.074 DEUSDEDITH RODRIGUES DA SILVA, CB PM RG REINALDO LEITE DA VITÃRIA, CB PM RG 28.608 ADRIANO MENDES SAMPAIO, CB PM RG 35.405 DELMAR SETUBAL DIAS E SD PM RG 40.353 CLEOVANDO ARAÃJO SOUSA para apresentar contrarrazÃµes ao Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 (cinco) dias, por intermÃ©dio de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 03 de novembro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00010091720208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARICELI FARIAS VIRGOLINO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 ENCARREGADO:ALINE MANGAS DA SILVA VITIMA:A. C. C. V. DENUNCIADO:VICTOR YURI CASTRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 19592 - JOSUE SAMIR CORDEIRO PINHEIRO (ADVOGADO) PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. Ã£ PODER JUDICIÃRIO JUSTIÃA MILITAR DO ESTADO DO PARÃ

ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â

Mariceli Farias Virgolino, analista judiciÃ¡rio, certifica que a audiÃªncia designada nos autos do processo 0001009-17.2020.8.14.0200 para o dia 10.09.2021 Ã s 10 horas nÃ£o ocorreu tendo em vista a ausÃªncia do advogado conforme petiÃ§Ã£o Ã s fls.(21) dos autos e assim sendo faÃ§o estes autos conclusos para

redesignaÃ§Ã£o de audiÃªncia. BelÃ©m, 03 de novembro de 2021 Mariceli Farias Virgolino analista JudiciÃ¡rio, da JME/PA _____ Av 16 de Novembro, 486, BelÃ©m/PA, CEP 66023-220 CAS PROCESSO: 00025274220208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Procedimento Comum Cível em: 03/11/2021 AUTOR:LUAN DA SILVA GOMES Representante(s): OAB 13052 - OMAR ADAMIL COSTA SARE (ADVOGADO) OAB 22402 - WALLACE LIRA FERREIRA (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. AUTOS NÃMERO 0002527-42.2020.814.0200 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a petiÃ§Ã£o de fl. 353, intime-se a Procuradoria Geral do Estado para se manifestar, em 10 (dez) dias Ãºteis, comprovando que a remuneraÃ§Ã£o devida ao autor LUAN DA SILVA GOMES vem sendo paga. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo a manifestaÃ§Ã£o ou decorrido o prazo assinado para tanto, o que deverÃ¡ ser certificado, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar estadual PROCESSO: 00046126920188140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Procedimentos Investigatórios em: 03/11/2021 ENCARREGADO:CLEBERSON NASCIMENTO SOUZA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:J. W. G. M. . Processo: 0004612-69.2018.8.14.0200 INVESTIGADOS: CB PM RG 36525 ELDEN DE SOUZA AMARAL DECISÃO INTERLOCUTÃRIA SERVINDO COMO MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo tempestivo, preenchidos os requisitos legais, recebo o recurso em sentido estrito interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico Miliar, com fundamento no artigo 516, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar para que apresente as razÃµes do recurso em 5 (cinco) dias, conforme dispÃµe o artigo 519, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Apresentada as razÃµes pelo MPM Intime-se pessoalmente os policiais militares CB PM RG 36525 ELDEN DE SOUZA AMARAL para apresentar contrarrazÃµes ao Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 (cinco) dias, por intermÃ©dio de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 03 de novembro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00047896220208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 03/11/2021 ENCARREGADO:PAULO ROBERTO AMARANTES JUSTINO OLIVEIRA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:R. M. R. . Processo: 0004789-62.2020.8.14.0200 INVESTIGADOS: SD PM RG 34617 ALLAN BRITO DE CARVALHO DECISÃO INTERLOCUTÃRIA SERVINDO COMO MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo tempestivo, preenchidos os requisitos legais, recebo o recurso em sentido estrito interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico Miliar, com fundamento no artigo 516, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar para que apresente as razÃµes do recurso em 5 (cinco) dias, conforme dispÃµe o artigo 519, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Apresentada as razÃµes pelo MPM Intime-se pessoalmente os policiais militares SD PM RG 34617 ALLAN BRITO DE CARVALHO para apresentar contrarrazÃµes ao Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 (cinco) dias, por intermÃ©dio de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 03 de novembro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00068355620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO em: 03/11/2021 AUTOR:MICKLEY ROBERTSON CUNHA DOS PRAZERES Representante(s): OAB 18605 - MOACIR NEPOMUCENO MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 22402 - WALLACE LIRA FERREIRA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): AFONSO CARLOS PAULO DE OLIVEIRA JUNIOR (PROCURADOR(A)) . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na forma do artigo 535, do CÃ³digo de Processo Civil, intime-se o Estado do ParÃ¡, remetendo-se os autos em carga, para, querendo, apresentar impugnaÃ§Ã£o Ã execuÃ§Ã£o no prazo de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apresentada a impugnaÃ§Ã£o ou decorrido o prazo assinado para tanto, o que deverÃ¡ ser certificado, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar. Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar estadual PROCESSO: 00200783320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Mandado de Segurança Cível em: 03/11/2021 IMPETRANTE:EDINALDO MEDEIROS LOPES Representante(s): OAB 19747 - ELIENE DOS SANTOS EVANGELISTA (ADVOGADO) IMPETRADO:COMANDANTE DO CENTRO DE FORMACAO APERFEICOAMENTO E ESPECIALIZACAO

IMPETRADO:COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 10261 - GUSTAVO DA SILVA LYNCH (PROCURADOR(A)) . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â CERTIFICA que nos Autos de PROCESSO CÃVEL NÂº 002078-33.2014.814.0301, o Despacho de folhas 296 dos autos, TRANSITOU EM JULGADO, para o RÃ©u (ESTADO DO PARÃ), devidamente intimado conforme consta Ã s folhas 302 dos autos. Com relaÃ§Ã£o ao Parquet Militar, o mesmo estÃ¡ ciente do referido Despacho,Â manifestando-se pelo arquivamento dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 03 de novembro de 2021. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00200783320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Mandado de Segurança Cível em: 03/11/2021 IMPETRANTE:EDINALDO MEDEIROS LOPES Representante(s): OAB 19747 - ELIENE DOS SANTOS EVANGELISTA (ADVOGADO) IMPETRADO:COMANDANTE DO CENTRO DE FORMACAO APERFEICOAMENTO E ESPECIALIZACAO IMPETRADO:COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 10261 - GUSTAVO DA SILVA LYNCH (PROCURADOR(A)) . ARQUIVAMENTO Â Â Aos 03 dias do mÃªs de novembro de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o o arquivamento dos Autos de PROCESSO CÃVEL NÂº 0020078-33.2014.814.0301.Â BelÃ©m, Pa., 03 de novembro de 2021. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00038173420168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 ENCARREGADO:MOISES OLIVEIRA DA SILVA DENUNCIADO:ANDRE LUIS SANTOS DAS NEVES Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA - DEFENSOR PÚBLICO (DEFENSOR) VITIMA:C. A. F. O. TESTEMUNHA:EDSON CORREA DIAS. Processo nÃºmero: 00038173420168140200 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista MinistÃ©rio PÃºblico para sua manifestaÃ§Ã£o quando ao certificado Ã s fls. 126 e 110-verso. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 04 de novembro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da vara Ãºnica JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00051536820198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Procedimentos Investigatórios em: 04/11/2021 ENCARREGADO:ANDRE LUIS NOBRE CAMPOS INDICIADO:RICARDO GLAYDSON JUSTINO BORGES VITIMA:A. C. O. E. . Processo: 00051536820198140200 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Ante as consideraÃ§Ãµes do MPM, defiro o pedido de diligÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Encaminhem-se os autos Ã Corregedoria da PolÃ-cia Militar para cumprimento da (s) diligÃªncia (s) requerida (s) pelo MPM em 30 (trinta) dias. Retornando os autos, dÃª-se vista ao MPM. Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00083778220178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 AUTOR:DANIEL DA SILVA E SILVA Representante(s): OAB 16932 - JOSE AUGUSTO COLARES BARATA (ADVOGADO) OAB 8673-E - ICELLY CRISTINA DA ROSA CÂMARA (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. Processo nÃºmero 0008377-82.2017.814.0200 Â Â Â Â Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o anulatÃ³ria de ato administrativo disciplinar, com pedido de tutela provisÃ³ria de urgÃªncia, proposta por DANIEL DA SILVA E SILVA em face do ESTADO DO PARÃ. Â Â Â Â Â O pedido de tutela de urgÃªncia foi indeferido pela decisÃ£o de fls. 72/73. Â Â Â Â Â O Estado foi citado e apresentou contestaÃ§Ã£o (fls. 78/82). Â Â Â Â Â Sobre a contestaÃ§Ã£o manifestou-se o autor e juntou documentos, Ã s fls. 85/98. Â Â Â Â Â Requereu o autor, nesta oportunidade, a aplicaÃ§Ã£o dos efeitos da revelia, asseverando que a contestaÃ§Ã£o apresentada pelo Estado foi intempestiva.Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar manifestou-se pela improcedÃªncia do pedido do autor (fls. 102/114). Â Â Â Â Â Pelo despacho de fl. 117 foi determinada a intimaÃ§Ã£o da parte requerida para se manifestar sobre o alegado fato novo pela parte autora, bem como sobre o interesse na produÃ§Ã£o de outras provas. Â Â Â Â Â O Estado manifestou-se Ã fl. 124 declinando nÃ£o ter interesse na produÃ§Ã£o de outras provas. Â Â Â Â Â O autor atravessou outra petiÃ§Ã£o reiterando os argumentos expendidos na petiÃ§Ã£o inicial e juntou documentos, Ã s fls. 126/305. Â Â Â Â Â Pela decisÃ£o de fl. 306, deliberou este juÃ-zo no seguinte sentido: 1)Â Â Â Â Â Â¿Indeferido o pedido para que sejam decretados os efeitos da revelia ao Estado, como requerido pela parte autora, Ã fl. 91; 2)Â Â Â Â Â DÃª-se vista dos autos ao Estado do ParÃ¡ para se manifestar sobre a petiÃ§Ã£o e documentos juntados pelo autor Ã s fls. 126-305; 3)Â Â Â Â Â Intime-se o autor para se manifestar, em 15 (quinze) dias, quanto ao seu interesse na produÃ§Ã£o de outras provas, demonstrando a necessidade das mesmas para o julgamento da causa; 4)Â Â Â Â Â ApÃ³s, dÃª-se vista dos autos ao

MinistÃ©rio Publico Militar para se manifestar quanto Ã necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sobre os documentos juntados pelo autor Ã s fls. 126-305;Â¿ Â Â Â Â Â O Estado manifestou-se nos autos, reiterando os termos da contestaÃ§Ã£o (fl. 309). Â Â Â Â Â O autor atravessou a petiÃ§Ã£o de fls. 311/313, requerendo a produÃ§Ã£o de prova pericial, testemunhal e o seu depoimento pessoal. Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar manifestou-se nos autos apontando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e requereu o julgamento antecipado da lide (fl. 314). Â Â Â Â Â O autor atravessou outra petiÃ§Ã£o e juntou documentos, Ã s fls. 321/347, pleiteando a concessÃ£o de tutela provisÃ³ria de urgÃªncia para que seja reintegrado ao cargo pÃºblico do qual foi desligado por forÃ§a do ato disciplinar militar impugnado, trazendo como fundamento a sua absolviÃ§Ã£o na esfera criminal por insuficiÃªncia de provas e a ofensa da decisÃ£o administrativa ao princÃ-pio da proporcionalidade. Â Â Â Â Â Passo ao exame dos pedidos formulados pela parte autora. Â Â Â Â Â Um dos fundamentos para indeferir o pedido de tutela provisÃ³ria de urgÃªncia foi o fato de que nÃ£o havia elementos de prova inequÃ-voca apta a conduzir ao convencimento da probabilidade do direito do autor. Â Â Â Â Â O prÃ³prio autor, por meio da petiÃ§Ã£o de fls. 311/313, requereu a produÃ§Ã£o de provas. Â Â Â Â Â Assim, penso, nÃ£o houve alteraÃ§Ã£o significativa nos autos, de modo a se conduzir Ã conclusÃ£o de que jÃ¡ hÃ¡ prova inequÃ-voca que demonstre a probabilidade do direito do autor, que Ã© um dos requisitos para o deferimento da tutela provisÃ³ria de urgÃªncia. Â Â Â Â Â Ã importante observar que a absolviÃ§Ã£o na esfera criminal por insuficiÃªncia de provas, que foi o caso do autor, por si sÃ³, nÃ£o enseja a sua absolviÃ§Ã£o na esfera administrativa pelo mesmo fato, conforme entendimento firmado pela doutrina e a jurisprudÃªncia. Â Â Â Â Â Assim, penso, mais adequando mostra-se a produÃ§Ã£o das provas requeridas pelo autor, e deferidas pelo juÃ-zo, para, depois, ser examinado o pedido de tutela provisÃ³ria de urgÃªncia, a luz todos os elementos de convicÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Como observado, requereu o autor a produÃ§Ã£o de prova pericial, testemunhal e o seu depoimento pessoal. Â Â Â Â Â Quanto Ã prova pericial, requereu o autor o exame da arma que teria sido apreendida com o mesmo para avaliar a sua potencialidade lesiva. Â Â Â Â Â A prova pericial, no caso, pode ser inÃºtil ou desnecessÃ¡ria para o exame do caso. Â Â Â Â Â Observo que o fato teria ocorrido em 24/12/2015, portanto, hÃ¡ quase 6 (seis) anos. Assim, Ã© possÃ-vel que a arma tinha potencialidade lesiva naquela Ã©poca, mas nÃ£o tenha mais atualmente. Â Â Â Â Â Por outro lado, Ã© possÃ-vel que a arma atÃ© jÃ¡ tenha sido destruÃ-da, de modo que nÃ£o seria mais possÃ-vel realizar a perÃ-cia. Â Â Â Â Â A perÃ-cia, no caso, demandaria tempo e custo para o autor e o Estado, de modo que a sua realizaÃ§Ã£o somente deveria ser deferida se se mostrasse imprescindÃ-vel para o deslinde da causa. Â Â Â Â Â Ã bem provÃ¡vel que as demais provas carreadas aos autos, especialmente os depoimentos que vierem a ser prestados pelas testemunhas arroladas pelo autor, possam esclarecer eventuais pontos controvertidos, permitindo a soluÃ§Ã£o da lide. Â Â Â Â Â Assim, penso, deve ser indeferido, no momento, o pedido de produÃ§Ã£o de prova pericial, tendo em vista a natural demora e custo para sua realizaÃ§Ã£o, aliado ao fato de nÃ£o se mostrar imprescindÃ-vel para o deslinde da causa. Â Â Â Â Â Por outro lado, os depoimentos das testemunhas arroladas pelo autor e o seu depoimento podem trazer informaÃ§Ãµes Ãºteis e necessÃ¡rias para o exame da causa. Â Â Â Â Â Ante o exposto, decido: 1)Â Â Â Â Â O pedido de tutela provisÃ³ria de urgÃªncia deverÃ¡ ser apreciado apÃ³s conclusÃ£o da instruÃ§Ã£o, quando do julgamento do caso; 2)Â Â Â Â Â Indefiro o pedido de produÃ§Ã£o de prova pericial formulado pelo autor; 3)Â Â Â Â Â Defiro o pedido de produÃ§Ã£o de prova testemunhal e depoimento pessoal do autor e, para tanto, designo a audiÃªncia para o dia 8 de fevereiro de 2022, a partir das 10h00min., podendo as partes e testemunhas acessarem a sala de audiÃªncia por meio do seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Y2Q0ZDQ2MDAtOGZmNS00NGViLWJkMjItOTg5YjVhNTE2ZDU5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d 4)Â Â Â Â Â Intimem-se as partes, o MinistÃ©rio PÃºblico e as testemunhas arroladas Ã fl. 312 para que compareÃ§am Ã audiÃªncia, presencial ou virtualmente. Â Â Â Â Â Â Â As partes poderÃ£o obter o link de acesso Ã audiÃªncia, a partir da vÃ©spera da respectiva data, digitando o nÃºmero do processo no WhatsApp da JustiÃ§a Militar: (91) 99339-0307. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 3 de novembro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00000566820118140200 PROCESSO ANTIGO: 20111000051 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 14800 - RICARDO NASSER SEFER (PROCURADOR(A)) AUTOR:GILBERTO MACARIO CRUZ DA SILVA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 8104 - SIMONE DO SOCORRO PESSOA VILAS BOAS (ADVOGADO) . VISTA Aos 05 dias do mÃªs de novembro do ano

de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o estes autos com vista ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar - 1Âª PJM. Do que lavro este termo. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 PROCESSO: 00002886520208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 AUTOR:PEDRO MARCIO BASTOS DOS SANTOS Representante(s): OAB 23041 - ERLLEN DA COSTA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 19782 - ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CONCLUSÃO Aos 05 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o os presentes autos Conclusos ao MM. Magistrado. Do que lavra estes termos. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 PROCESSO: 00030470220208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 AUTOR:FRANCISCO DE PAULA MORAES SOARES Representante(s): OAB 10579 - LUIS CARLOS DO NASCIMENTO RODRIGUES (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. C E R T I D Ã O CERTIFICO que, com relaÃ§Ã£o ao Processo CÃ-vel n.Âº 0003047-02.2020.8.14.0200, o Autor FRANCISCO DE PAULA MORAES SOARES, foi devidamente intimado da sentenÃ§a de folhas 65, interpondo Recurso de ApelaÃ§Ã£o tempestivamente, conforme fls. 66/71 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 05 de novembro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Matricula 132241. (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00030470220208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 AUTOR:FRANCISCO DE PAULA MORAES SOARES Representante(s): OAB 10579 - LUIS CARLOS DO NASCIMENTO RODRIGUES (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CONCLUSÃO Aos 05 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o os presentes autos Conclusos ao MM. Magistrado. Do que lavra estes termos. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 PROCESSO: 00077796520168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 AUTOR:WANDERSON SILVA DE SOUSA Representante(s): OAB 18610 - ALTAIR DOS SANTOS (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO CERTIFICA, que nos autos do PROCESSO CÃVEL N.Âº 0007779-65.2016.8.14.0200, a DecisÃ£o InterlocutÃ³ria de fls. 289, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO para o Autor, devidamente intimado conforme DiÃ¡rio da JustiÃ§a EdiÃ§Ã£o 7209/2021, as fls. 293/294. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 05 de novembro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00077796520168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 AUTOR:WANDERSON SILVA DE SOUSA Representante(s): OAB 18610 - ALTAIR DOS SANTOS (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CONCLUSÃO Aos 05 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o os presentes autos Conclusos ao MM. Magistrado. Do que lavra estes termos. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 PROCESSO: 00086396620168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 AUTOR:ALAILSON RODRIGUES Representante(s): OAB 14426 - JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO TESTEMUNHA:DANIEL BORGES MENDES. CONCLUSÃO Aos 05 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o os presentes autos Conclusos ao MM. Magistrado. Do que lavra estes termos. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 PROCESSO: 00086396620168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 AUTOR:ALAILSON RODRIGUES Representante(s): OAB 14426 - JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO TESTEMUNHA:DANIEL BORGES MENDES. C E R T I D Ã O CERTIFICO que, com relaÃ§Ã£o ao Processo CÃ-vel n.Âº 0008639-66.2016.8.14.0200, o Autor ALAILSON RODRIGUES, foi devidamente intimado da sentenÃ§a de folhas 395/399, interpondo Recurso de ApelaÃ§Ã£o tempestivamente, conforme fls. 400/411 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 05 de novembro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Matricula 132241.

(Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00748334120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 AUTOR:SIMONE ANDREUCI PEREIRA DE ABREU Representante(s): OAB 16649 - DIOGO CUNHA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 28466 - RODRIGO SENA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 28905 - WELLINGTON ALMEIDA PESTANA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 13850 - AFONSO CARLOS PAULO DE OLIVEIRA JUNIOR (PROCURADOR(A)) . C E R T I D Ã O CERTIFICO que, com relaÃ§Ã£o ao Processo CÃ-vel n.Âº 0074833-41.2013.8.14.0301, o Advogado Dr. WELLINGTON ALMEIDA PESTANA, OAB/PA 28.905, fez carga dos autos em 04/09/2020 para extraÃ§Ã£o de cÃ³pias reprogrÃ¡ficas, conforme solicitado Ã¡s fls.91. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 05 de novembro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Matricula 132241. (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) P R O C E S S O : 0 0 7 4 8 3 3 4 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 AUTOR:SIMONE ANDREUCI PEREIRA DE ABREU Representante(s): OAB 16649 - DIOGO CUNHA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 28466 - RODRIGO SENA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 28905 - WELLINGTON ALMEIDA PESTANA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 13850 - AFONSO CARLOS PAULO DE OLIVEIRA JUNIOR (PROCURADOR(A)) . ARQUIVAMENTO Aos 05 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 PROCESSO: 00889260920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO em: 05/11/2021 REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERENTE:FRANCISCO JOSE COSTA DA SILVA Representante(s): OAB 18605 - MOACIR NEPOMUCENO MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) . C E R T I D Ã O CERTIFICO que, com relaÃ§Ã£o ao Processo CÃ-vel n.Âº 0088926-09.2013.8.14.0301, o Autor FRANCISCO JOSE COSTA DA SILVA, foi devidamente intimado da DecisÃ£o InterlocutÃ³ria de folhas 544, apresentando as ContrarrazÃµes ao recurso de apelaÃ§Ã£o intempestivamente, conforme fls. 546/554 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 05 de novembro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Matricula 132241. (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00889260920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO em: 05/11/2021 REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERENTE:FRANCISCO JOSE COSTA DA SILVA Representante(s): OAB 18605 - MOACIR NEPOMUCENO MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) . VISTAS Aos 05 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o estes autos com vista ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar - 1Âª PJM. Do que lavro este termo. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 PROCESSO: 00002615320188140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Procedimentos Investigatórios em: 20/10/2021 ENCARREGADO:WAGNER LUIZ DE AVIZ CARNEIRO INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:A. C. O. E. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de procedimento instaurado para apurar a possÃ-vel prÃ¡tica de ilÃ-cito, inclusive crime militar, por parte de militar estadual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a conclusÃ£o do procedimento, requereu o MinistÃ©rio PÃºblico Militar a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da punibilidade pela prescriÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos, considerando a data em que os fatos aconteceram e que nÃ£o houve qualquer ato interruptivo, conforme dispÃµem os artigos 123 e 125, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como bem observado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Militar, considerando a data em que os fatos aconteceram, nÃ£o tendo havido qualquer ato interruptivo, forÃ§oso Ã© reconhecer que se encontra extinta a punibilidade pela prescriÃ§Ã£o, impondo-se a declaraÃ§Ã£o nesse sentido e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade da pretensÃ£o punitiva do Estado quanto aos crimes militares noticiados nos presentes autos pela prescriÃ§Ã£o, em conformidade com as disposiÃ§Ãµes contidas nos artigos 123, IV, e 125, do CÃ³digo Penal Militar, e determino o arquivamento do procedimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Se houver indiciado, intime-o. ApÃ³s, arquivem-se os autos. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00006348420188140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Sindicância

em: 20/10/2021 ENCARREGADO:ANTONIO PINHEIRO CABRAL INDICIADO:JURANDIR ALBUQUERQUE MONTENEGRO JUNIOR VITIMA:A. C. O. E. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de procedimento instaurado para apurar a possÃ-vel prÃ¡tica de ilÃ-cito, inclusive crime militar, por parte de militar estadual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a conclusÃ£o do procedimento, requereu o MinistÃ©rio PÃºblico Militar a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da punibilidade pela prescriÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos, considerando a data em que os fatos aconteceram e que nÃ£o houve qualquer ato interruptivo, conforme dispÃµem os artigos 123 e 125, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como bem observado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Militar, considerando a data em que os fatos aconteceram, nÃ£o tendo havido qualquer ato interruptivo, forÃ§oso Ã© reconhecer que se encontra extinta a punibilidade pela prescriÃ§Ã£o, impondo-se a declaraÃ§Ã£o nesse sentido e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade da pretensÃ£o punitiva do Estado quanto aos crimes militares noticiados nos presentes autos pela prescriÃ§Ã£o, em conformidade com as disposiÃ§Ãµes contidas nos artigos 123, IV, e 125, do CÃ³digo Penal Militar, e determino o arquivamento do procedimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Se houver indiciado, intime-o. ApÃ³s, arquivem-se os autos. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00007421120218140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARICELI FARIAS VIRGOLINO A??o: Sindicância em: 20/10/2021 ENCARREGADO:DIVINO TAVEIRA DE OLIVEIRA VITIMA:I. F. C. DENUNCIADO:JOEL RODRIGUES SIQUEIRA DENUNCIADO:NATAL SANTOS DE SOUZA. Ã£ PODER JUDICIÃRIO JUSTIÃA MILITAR DO ESTADO DO PARÃ _____ ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Mariceli Farias Virgolino, analista judiciÃ¡rio, certifica que analisando os autos do Processo nÂº 0000742-11.2021.814.0200, verifico que o texto da ata de audiÃªncia de sursis, os itens 4 a 6 foram inseridos por equÃ-voco. Por esse motivo devem ser desconsiderados. BelÃ©m,Â 20 de outubro de 2021 Mariceli Farias Virgolino analista JudiciÃ¡rio, da JME/PA _____ Av 16 de Novembro, 486, BelÃ©m/PA, CEP 66023-220 CAS PROCESSO: 00007638420218140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial Militar em: 20/10/2021 ENCARREGADO:MICHEL ANTONIO CAMARAO RUFFEIL INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:R. R. J. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de procedimento instaurado para apurar conduta de militar estadual que poderia configurar a prÃ¡tica de crime militar. Â Â Â Â Â Â Os autos foram encaminhados a esta JustiÃ§a Militar estadual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar pugnou pelo ARQUIVAMENTO dos autos por entender que o militar agiu em legÃ-tima defesa, o que exclui a ilicitude da conduta, conforme dispÃµem os artigos 42, II, e 44, do CÃ³digo Penal Militar.Â Â Â Â Â Â Â Relatado, decido. Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 125, Â§ 4Âº, da CF/88, do art. 9Âº, parÃ¡grafo Ãºnico, do CÃ³digo Penal Militar e do art. 82, "caput" e Â§ 2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, Ã© competente a justiÃ§a comum para apurar o crime de homicÃ-dio praticado por policial militar em serviÃ§o contra civil. Â Â Â Â Â Â Assim, cabe a prÃ³pria justiÃ§a criminal comum do local onde ocorreu o fato reconhecer a ocorrÃªncia de legÃ-tima defesa ou outra excludente de ilicitude. Nesse sentido: Â¿PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. MILITAR CONTRA CIVIL. ART. 125, Â§ 4Âº, DA CF. ART. 9Âº DO CÃDIGO PENAL MILITAR. ART. 82 DO CÃDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR. RECONHECIMENTO DE SUPOSTA EXCLUDENTE DE ILICITUDE. ARQUIVAMENTO DO IPM. COMPETÃNCIA DO TRIBUNAL DO JÃRI. PRECEDENTES. 1. A competÃªncia da JustiÃ§a Militar tem previsÃ£o constitucional, ressalvando-se a competÃªncia do Tribunal do JÃºri nos casos em que a vÃ-tima for civil, conforme art. 125, Â§ 4Âº, da CF. Dessa forma, assentou a Terceira SeÃ§Ã£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a, que, nesses casos, o inquÃ©rito policial militar deve ser remetido de imediato Ã JustiÃ§a Comum, pois, aplicada a teoria dos poderes implÃ-citos, emerge da competÃªncia de processar e julgar, o poder/dever de conduzir administrativamente inquÃ©ritos policiais (CC 144.919/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Terceira SeÃ§Ã£o, julgado em 22.06.2016, DJe 01.07.2016). Portanto, nÃ£o Ã© da competÃªncia do Juiz Militar determinar o arquivamento do inquÃ©rito policial militar, que investiga crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil, em virtude do reconhecimento de excludente de ilicitude. Precedentes. 2. Agravo regimental nÃ£o providoÂ¿. (AgRg no Recurso Especial nÂº 1.725.235/SP (2018/0032618-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Reynaldo Soares da Fonseca. DJe 30.05.2018). Â¿RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. DIREITO PENAL MILITAR. ARTS. 9Âº DO CÃDIGO PENAL MILITAR E 82 DO CÃDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR. HOMICÃDIO. POLICIAL MILITAR EM PERSEGUIÃÃO A SUSPEITO. EXCLUDENTE DE ILICITUDE. LEGÃTIMA DEFESA. COMPETÃNCIA.

JUSTIÃA COMUM. TRIBUNAL DO JÃRI. Recurso especial providoÂ¿. (Recurso Especial nÂº 1.725.031/SP (2018/0032607-0), STJ, Rel. SebastiÃ£o Reis JÃºnior. DJe 08.06.2018). (grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, reconheÃ§o a incompetÃªncia deste juÃ-zo para decidir quanto ao pedido de arquivamento formulado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Militar, em razÃ£o da alegaÃ§Ã£o de que o militar agiu em legÃ-tima defesa, e determino a REMESSA dos autos ao juÃ-zo criminal comum do local dos fatos para tomada de decisÃ£o. Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar. Cumpram-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 20 de outubro de 2021. Lucas do Carmo de Jesus Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JME/PA PROCESSO: 00008235720218140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 20/10/2021 ENCARREGADO:ALESSANDRA LOPES LEAL BANDEIRA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:P. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Trata-se de procedimento instaurado para apurar conduta de militar estadual que poderia configurar a prÃ¡tica de crime militar. Â Â Â Â Â Â Os autos foram encaminhados a esta JustiÃ§a Militar estadual. Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar requereu o arquivamento do procedimetno por nÃ£o haver elemetnos de prova suficientes para dar suporte ao oferecimento de denuncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Ã© o tÃ-tular exclusivo da aÃ§Ã£o penal pÃºblica, cabendo a seus agentes, em princÃ-pio, deliberarem quanto Ã existÃªncia ou nÃ£o de elementos suficientes para darem inÃ-cio a acusaÃ§Â¿o, salvo o disposto na parte final do artigo 397, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, forÃ§oso Ã© reconhecer a insuficiÃªncia de elementos de prova para dar suporte ao oferecimento da denÃºncia, impondo-se o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento noa artigo 397, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, determino o arquivamento dos autos, sem prejuÃ-zo de sua reabertura, caso surjam novas provas quanto Ã¡ materialidade e indÃ-cios de autoria de crime militar. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpram-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. Lucas do Carmo de Jesus Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Miltiar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00008833020218140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 20/10/2021 ENCARREGADO:JULIO CESAR DIOGENES ANDRADE SUBCOMANDANTE DA CIPM INDICIADO:MARCO ANTONIO CORREA BORGES. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o pedido de diligÃªncia formulado pelo `parquetÂ¿ militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, encaminhem-se os autos Ã Corregedoria Geral da PolÃ-cia Militar do Estado do ParÃ¡ para que seja cumprida a diligÃªncia requerida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Militar, no PRAZO DE 30 DIAS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Retornando os autos, dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Unica daÂ JME/PA PROCESSO: 00009681620218140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 20/10/2021 ENCARREGADO:DENISON CAVALCANTE DE SOUZA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:C. B. S. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de procedimento instaurado para apurar a possÃ-vel prÃ¡tica de ilÃ-cito, inclusive crime militar, por parte de militar estadual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a conclusÃ£o do procedimento, requereu o MinistÃ©rio PÃºblico Militar a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da punibilidade pela prescriÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos, considerando a data em que os fatos aconteceram e que nÃ£o houve qualquer ato interruptivo, conforme dispÃµem os artigos 123 e 125, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como bem observado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Militar, considerando a data em que os fatos aconteceram, nÃ£o tendo havido qualquer ato interruptivo, forÃ§oso Ã© reconhecer que se encontra extinta a punibilidade pela prescriÃ§Ã£o, impondo-se a declaraÃ§Ã£o nesse sentido e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade da pretensÃ£o punitiva do Estado quanto aos crimes militares noticiados nos presentes autos pela prescriÃ§Ã£o, em conformidade com as disposiÃ§Ãµes contidas nos artigos 123, IV, e 125, do CÃ³digo Penal Militar, e determino o arquivamento do procedimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Se houver indiciado, intime-o. ApÃ³s, arquivem-se os autos. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00012542820208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Procedimentos Investigatórios em: 20/10/2021 ENCARREGADO:ALAN PATRICK ARAUJO DA COSTA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:R. L. M. INTERESSADO:ADRIANO DA SILVA SANTOS Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) INTERESSADO:AUGUSTO CEZAR MONTEIRO LOUREIRO

Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) INTERESSADO:AGOSTINHO DE SOUZA Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) . Autos nÃºmero: 0001254-28.2020.8.14.0200 DECISÃO INTELOCUTÃRIA - JUÃZO DE RETRATAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de InquÃ©rito Policial Militar instaurado para apurar os fatos e circunstÃ¢ncias relacionados Ã morte dos civis RAIMUNDO LEITÃO MENDES ocorrida no dia 04/05/2018, no municÃ-pio de IgarpÃ©-AÃ§u/PA, por aÃ§Ã£o dos policiais 1Â° SGT PM RG 15938 JURANDIR DOS SANTOS FERREIRA, 3Â° SGT PM RG 24656 AGOSTINHO DE SOUZA, CB PM RG 27523 AUGUSTO CEZAR MONTEIRO LOUREIRO E SD PM RG 40057 ADRIANO DA SILVA SANTOS. Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pelo arquivamento dos autos por entender que os militares agiram em legÃ-tima defesa, o que excluiria a ilicitude da conduta, conforme dispÂ¿em os artigos 42, II, e 44, do CÃ³digo Penal Militar (fls.212/214). Â Â Â Â Â Â Â Pela decisÂ¿o de fls. 215/216, entendeu este juÃ-zo que a competÃªncia para deliberar quanto ao arquivamento do procedimento era do juÃ-zo criminal comum e nÂ¿o desta justiÃ§a militar. Â Â Â Â Â Â Â Inconformado, o MinistÃ©rio PÃºblico Militar interpÃ´s recurso em sentido, que, apÃ³s o recebimento, apresentou as respectivas razÂ¿es (fls. 220/225). Â Â Â Â Â Â Â As contrarrazÃµes ao Recurso em sentido estrito de JURANDIR DOS SANTOS FERREIRA, AGOSTINHO DE SOUZA, AUGUSTO CEZAR MONTEIRO LOUREIRO, ADRIANO DA SILVA SANTOS CONSTAM Ã s 228/250.Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Â¿o, como preconiza o artigo 520, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Relatado, decido. Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 125, Â§ 4Âº, da CF/88, do art. 9Âº, parÃ¡grafo Ãºnico, do CÃ³digo Penal Militar e do art. 82, "caput" e Â§ 2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, Ã© competente a justiÃ§a comum para processar e julgar o crime de homicÃ-dio praticado por policial militar em serviÃ§o contra civil. Â Â Â Â Â Â Â Assim, cabe a prÃ³pria justiÃ§a criminal comum do local onde ocorreu o fato reconhecer a ocorrÃªncia de lgÃ-tima defeas ou outra excludente de ilicitude. Nesse sentido: ACÃRDÃO NÂº 20190516244874 PROCESSO NÂº 0000282-92.2019.814.0200 ÃRGÃO JULGADOR: 3Âª Turma de Direito Penal RECURSO: Recurso em Sentido Estrito RECORRENTE: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ INTERESSADO: Arthur Peter Vinhote de Vasconcelos RECORRIDO: JustiÃ§a PÃºblica PROC. DE JUSTIÃA: Dr. Hamilton Nogueira Salame RELATOR: Des. Raimundo Holanda Reis EMENTA: RECURSO PENAL EM SENTIDO ESTRITO. RECURSO MINISTERIAL. ALEGADA COMPETÃNCIA DO JUÃZO DA JUSTIÃA MILITAR PARA DECIDIR SOBRE ARQUIVAMENTO DE INQUÃRITO POLICIAL MILITAR, QUE APURA CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA PRATICADO POR POLICIAL MILITAR EM FACE DE CIVIL, QUANDO ENTENDER O PARQUET QUE EXISTIU CAUSA EXCLUDENTE DE ILICITUDE. TESE IMPROCEDENTE. AUTOS QUE DEVERÃO SER ENCAMINHADOS Ã JUSTIÃA COMUM PARA APRECIAÃÃO DO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DO INQUÃRITO INSTAURADO, BEM COMO ULTERIORES DE DIREITO. PRECEDENTES CITADOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÃNIME. AcÃ³rdÃ£o VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheÃ§o do recurso. Passo Ã anÃ¡lise da tese apresentada pelo recorrente. DA ALEGADA COMPETÃNCIA DO JUÃZO MILITAR PARA DECIDIR SOBRE ARQUIVAMENTO DE INQUÃRITO POLICIAL MILITAR. Alega o recorrente que apesar dos crimes praticados por policiais militares estaduais em face de vÃ-tima civil serem processados e julgados pela JustiÃ§a Comum Estadual, a fase prÃ© processual, referente investigaÃ§Ã£o criminal, caberÃ¡ o inquÃ©rito Ã PolÃ-cia Militar, onde, caso o Promotor de JustiÃ§a Militar entenda pelo arquivamento do referido inquÃ©rito policial militar, por acreditar estar provado que nÃ£o existiu crime de homicÃ-dio doloso contra a vida de civil, por existÃªncia de uma excludente de ilicitude, requererÃ¡ o arquivamento do inquÃ©rito policial, cabendo a apreciaÃ§Ã£o desse pedido ao JuÃ-zo da JustiÃ§a Militar Estadual e nÃ£o encaminhamento dos referidos autos ao juÃ-zo comum, para submeter os indiciados a julgamento do JÃºri Popular. Em que pese a insatisfaÃ§Ã£o da parte recorrente quanto a decisÃ£o ora guerreada, entendo que nada hÃ¡ para se reformar no referido decisum, jÃ¡ que a meu sentir, a autoridade competente para proceder o arquivamento de inquÃ©rito policial que apure delito praticado, em tese, por Policial Militar Estadual, em face de civil Ã© da alÃ§ada da justiÃ§a comum estadual, e nÃ£o da justiÃ§a castrense, mesmo que o inquÃ©rito tenha se iniciado junta a esta, posto que a prÃ³pria ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988 Ã© clara em seu art. 125, Â§ 4Âº, em atribuir essa decisÃ£o Ã JustiÃ§a Comum, conforme in verbis: Art. 125. Os Estados organizarÃ£o sua JustiÃ§a, observados os princÃ-pios estabelecidos nesta ConstituiÃ§Ã£o. (...) Â§ 4Âº Compete Ã JustiÃ§a Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes definidos em lei e as aÃ§Ãµes judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competÃªncia do jÃºri quando a vÃ-tima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduaÃ§Ã£o das praÃ§as. Grifei e destaquei Logo, por vislumbrar com a clareza necessÃ¡ria a competÃªncia da JustiÃ§a Comum para averiguar sobre o arquivamento ou nÃ£o dos autos do inquÃ©rito policial militar por ventilada excludente de ilicitude praticada pelos

indiciados, mantenho a decisÃ£o combatida por seus prÃ³prios fundamentos. Ante o exposto, CONHEÃO do presente recurso e NEGO provimento, mantendo a decisÃ£o guerreada in totum, por seus prÃ³prios fundamentos. Ã o voto. Este julgamento foi presidido pelo ExcelentÃ-ssimo Senhor Desembargador Mairton Marques Carneiro. BelÃ©m, 12 de dezembro de 2019. Desembargador RAIMUNDO HOLANDA REIS Relator. (grifo nosso). Â¿PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. MILITAR CONTRA CIVIL. ART. 125, Â§ 4Âº, DA CF. ART. 9Âº DO CÃDIGO PENAL MILITAR. ART. 82 DO CÃDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR. RECONHECIMENTO DE SUPOSTA EXCLUDENTE DE ILICITUDE. ARQUIVAMENTO DO IPM. COMPETÃNCIA DO TRIBUNAL DO JÃRI. PRECEDENTES. 1. A competÃªncia da JustiÃ§a Militar tem previsÂ¿o constitucional, ressalvando-se a competÃªncia do Tribunal do JÃºri nos casos em que a vÃ-tima for civil, conforme art. 125, Â§ 4Âº, da CF. Dessa forma, assentou a Terceira SeÃ§Â¿o do Superior Tribunal de JustiÃ§a, que, nesses casos, o inquÃ©rito policial militar deve ser remetido de imediato Ã JustiÃ§a Comum, pois, aplicada a teoria dos poderes implÃ-citos, emerge da competÃªncia de processar e julgar, o poder/dever de conduzir administrativamente inquÃ©ritos policiais (CC 144.919/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Terceira SeÃ§Â¿o, julgado em 22.06.2016, DJe 01.07.2016). Portanto, nÂ¿o Ã© da competÃªncia do Juiz Militar determinar o arquivamento do inquÃ©rito policial militar, que investiga crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil, em virtude do reconhecimento de excludente de ilicitude. Precedentes. 2. Agravo regimental nÂ¿o providoÂ¿. (AgRg no Recurso Especial nÂº 1.725.235/SP (2018/0032618-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Reynaldo Soares da Fonseca. DJe 30.05.2018). Â¿RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. DIREITO PENAL MILITAR. ARTS. 9Âº DO CÃDIGO PENAL MILITAR E 82 DO CÃDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR. HOMICÃDIO. POLICIAL MILITAR EM PERSEGUIÃÂ¿O A SUSPEITO. EXCLUDENTE DE ILICITUDE. LEGÃTIMA DEFESA. COMPETÃNCIA. JUSTIÃA COMUM. TRIBUNAL DO JÃRI. Recurso especial providoÂ¿. (Recurso Especial nÂº 1.725.031/SP (2018/0032607-0), STJ, Rel. SebastiÂ¿o Reis JÃºnior. DJe 08.06.2018). (grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, no exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o, conforme dispÃµe o artigo 520, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, mantenho a decisÃ£o recorrida de fls 215/216, que reconheceu a incompetÃªncia deste juÃ-zo para decidir quanto ao pedido de arquivamento formulado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Militar, em razÂ¿o da alegaÃ§Â¿o de que o(s) militares agiram em legÃ-tima defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Remetam-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a para exame do recurso interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico Miliar. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00012918920198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Procedimento Comum Cível em: 20/10/2021 AUTOR:JERONIMO COSTA DE SOUSA Representante(s): OAB 21140 - SAMARA SOBRINHA DOS SANTOS ALVES (ADVOGADO) OAB 18291 - JULIA FERREIRA BASTOS SILVA (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO PROMOTOR:GILBERTO VALENTE MARTINS. Processo nº: 00012918920198140200 DESPACHO Â Â Â Â Â NÃ£o verifico a existÃªncia de nulidades a serem sanadas, nesse momento. Â Â Â Â Â Intimem-se a parte autora e o MinistÃ©rio PÃºblico para que se manifestem quanto ao interesse na produÃ§Ã£o de outras provas, alÃ©m das que jÃ¡ constam nos autos, primeiro o autor, em 15 (quinze) dias,Â Ãºteis, depois a parte requerida e ao final o MinistÃ©rio PÃºblico Militar, estes Ãºltimos no prazo 30 (trinta) dias, tambÃ©m Ãºteis. Â Â Â Â Â Ao especificar as provas que eventualmente pretende produzir, deverÃ¡ a parte ou o MinistÃ©rio PÃºblico demonstrar a necessidade e utilidade das mesmas para elucidaÃ§Ã£o de fatos que possam influenciar o julgamento da causa, sob pena de indeferimento da sua produÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00014506620188140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 20/10/2021 ENCARREGADO:ENEAS DIAS DE ASSUNCAO NETO DENUNCIADO:ALBENIZIO LEITE DA CUNHA Representante(s): OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Representante do MPM ofereceu denÃºncia contra ALBENÃZIO LEITE DA CUNHA, aos quais foi imputada a prÃ¡tica do crime de peculato culposo, tipificado no artigo 303 Â§ 3Âº do CÃ³digo Penal Militar, cuja pena Ã© de 3 (trÃªs) meses a 1 (um) ano de detenÃ§Â¿o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposto a SuspensÃ£o Condicional do Processo, sendo aceito pelo miliciano, de conformidade com as condiÃ§Ãµes constantes na Ata de AudiÃªncia (fl.15). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 21/10/2019 a Secretaria da JME/PA certificou que feito o levantamento foi detectado que o acusado deixou de adimplir os valores determinados no sursis procesual, o beneficiado foi intimado a comparecer na JME/PA, porÃ©m nÃ£o apresentou os comprovantes de pagamento (fl.26). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MPM manifestou-se Ã fl.27 pela retomada da

aÃ§Ã£o penal, considerando o descumprimento das condiÃ§Ãµes que lhe foram impostas. A Secretaria certificou que transcorreo o prazo para defesa se manifestar (fl.31). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ÃÂ o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional depende de aceitaÃ§Ã£o pelo acusado. Ã, portanto, um acordo voluntÃ¡rio, no qual o rÃ©u aceita o adimplemento das condiÃ§Ãµes exigidas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, para que o processo criminal, do qual Ã© sujeito passivo, nÃ£o chegue ao seu termo final. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, colhe-se da liÃ§Ã£o de Renato Brasileiro de Lima: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo a doutrina, o que bem explica a natureza da suspensÃ£o condicional do processo Ã© o nolo contendere, que consiste numa forma de defesa em que o acusado nÃ£o contesta a imputaÃ§Ã£o, mas nÃ£o admite culpa nem proclama sua inocÃªncia. Por isso, nÃ£o se confunde com o guilty Â plea, nem tampouco com o plea bargain. [Â¿] Em face da necessidade de aceitaÃ§Ã£o da proposta pelo acusado e por seu defensor, fica evidente a natureza consensual da medida. SÃ³ hÃ¡ falar em suspensÃ£o, portanto, se houver acordo entre as partes (acusaÃ§Ã£o e defesa) [Â¿]. [Â¿] A suspensÃ£o do processo Ã© ato bilateral, que pressupÃµe a concordÃ¢ncia clara e inequÃ-voca do acusado. A declaraÃ§Ã£o da vontade, em razÃ£o de sua natureza transacional, deve ser personalÃ-ssima, voluntÃ¡ria, formal, vinculada aos termos propostos, tecnicamente assistida e absoluta - ou seja, nÃ£o pode ser condicional ou, tampouco, parcial (LegislaÃ§Ã£o criminal especial comentada. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2014. p. 256-264). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao aceitar a proposta de suspensÃ£o condicional do processo o militar, que estava acompanhado de Defensor, concordou com o cumprimento das seguintes condiÃ§Ãµes. Ao ser beneficiado com a suspensÃ£o condicional do processo, o praÃ§a fez de livre e espontÃ¢nea vontade, com objetivo de ver extinta sua punibilidade, apÃ³s o cumprimento do benefÃ-cio legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que o inadimplemento da prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria destinada ao FISP, dÃ¡ causa Ã revogaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional do processo, sobretudo porque tal condiÃ§Ã£o provÃ©m de ato jurÃ-dico perfeito e legal, conforme disposto no art. 89, Â§ 1Âº, da Lei n. 9.099/95. NÃ£o pode o acusado simplesmente negar-se a cumprir suas obrigaÃ§Ãµes, sendo chamado pelo JuÃ-zo. DispÃµe oÂ art. 89, Â§ 3oÂ da Lei 9.099/95: Art. 89: (...): Â§ 3Âº A suspensÃ£o serÃ¡ revogada se, no curso do prazo, o beneficiÃ¡rio vier a ser processado por outro crime ou nÃ£o efetuar, sem motivo justificado, a reparaÃ§Ã£o do dano. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, com base no art.89, Â§ 3oÂ da Lei 9.099/95, REVOGO a suspensÃ£o condicional do processoÂ de ALBENÃZIO LEITE DA CUNHA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cite-se o (s) denunciado (s), com cÃ³pia da denÃºncia, para apresentar resposta escrita em 10 (dez) dias, por intermÃ©dio de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DeverÃ¡ o Oficial de JustiÃ§a indagar ao (s) denunciado (s) se tem ou pretende constituir defensor, certificando-se a resposta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Manifestando-se o (s) denunciado (s) que nÃ£o tÃªm advogado constituÃ-do ou nÃ£o pretende constituir tais profissionais, por qualquer razÃ£o, ou decorrido o prazo para apresentaÃ§Ã£o de resposta, dÃª-se vista dos autos ao Defensor PÃºblico com atribuiÃ§Ã£o nesta justiÃ§a especializada para que o faÃ§a no prazo de 20 (vinte) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apresentada a resposta, retornem os autos conclusos para anÃ¡lise dos argumentos da defesa, bem como, se for o caso, designaÃ§Ã£o de audiÃªncia para oitiva dos ofendidos e testemunhas da acusaÃ§Ã£o e defesa, segundo ficou determinado em decisÃ£o do plenÃ¡rio do STF, no HC 127900/AM, que entendeu, por maioria, ser aplicÃ¡vel o art. 400 do CPP no Ã¢mbito da JustiÃ§a Castrense. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desde logo, por economia e celeridade processual redesigno para o dia 11/05/2022 Ã s 11h00 a inquiriÃ§Ã£o da testemunha arrolada pelo MPM e defesa, bem como o interrogatÃ³rio do (s) acusado (s). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto adotem-se as seguintes providÃªncias: 1)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria ou mandado ao JuÃ-zo da Comarca onde residem ofendido (a), testemunha (s) arrolada(o)(s) pelas partes e acusado (a) (s) (apenas os civis) para que seja cumpria por uma das seguintes formas: 1.1)Â Â Â Â Â Em sendo possÃ-vel, disponibilizar sala, com equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet, e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o ouvidas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, e intimar ofendidos, testemunhas e acusado indicados (apenas civis) para que compareÃ§am a este local para prestarem depoimento ou interrogatÃ³rio na data e hora acima; 1.2)Â Â Â Â Â NÃ£o sendo possÃ-vel atender ao que consta no item anterior, que sejam intimados ofendido (a) (s), testemunha (s) e acusado (a) (s) (apenas civis) para que acessem, por meios prÃ³prios, a audiÃªncia virtual por meio do seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZWFiZDJhZTMtZTNlZS00YjhmLTgxNTMtMjA2YWVmYWE1ZTkw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d 2)Â Â Â Â Â Deve constar no expediente (carta precatÃ³ria) que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar, por certidÃ£o, os meios de contato com a pessoa a ser ouvida, como telefone (WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para

que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 3)Â Â Â Â Â Caso haja militares a serem ouvidos, como ofendido, testemunha ou acusado, solicite-se ao Comando a que estejam vinculados para que se apresentem em unidade militar, disponibilizando sala, equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o inquiridas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, na mesma data e horÃ¡rios acima transcritos, informando-se, ainda, o link para acesso (referido acima); 4)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 5)Â Â Â Â Â Cientifiquem-se as partes de que deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual; 6)Â Â Â Â Â Conste nos expedientes, tambÃ©m, que para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado apoio por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: (91) 99339-0307) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00019319220198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 20/10/2021 AUTOR:WEVERSON LEONARDO DE OLIVEIRA GARCIA Representante(s): OAB 20193 - IVONALDO CASCAES LOPES JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11418 - JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO Â Â Emanuel Nazareno da Costa Santos, Analista JudiciÃ¡rio do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, lotado na JustiÃ§a Militar do Estado (Secretaria CÃ-vel), usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por Lei, CERTIFICA que nos Autos de AÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 0001931-92.2019.814.0200, que o RÃU-ESTADO DO PARÃ- foi CitadoÂ Ã s folhas 69 dos autos, tendo apresentado CONTESTAÃÃO, dentro do prazo legal. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 20 de outubro de 2021. Analista JudiciÃ¡rio Mat. 132241 PROCESSO: 00023501520198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Procedimento Comum Cível em: 20/10/2021 AUTOR:JOSIELSON LIMA BARBOSA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 16652 - CARLOS ALEXANDRE LIMA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 14840 - CLAYTON DAWSON DE MELO FERREIRA (ADVOGADO) OAB 9087 - PAULO ANDRE CORDOVIL PANTOJA (ADVOGADO) OAB 14426 - JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO (ADVOGADO) OAB 21140 - SAMARA SOBRINHA DOS SANTOS ALVES (ADVOGADO) OAB 19088 - ANANDA NASSAR MAIA (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 18291 - JULIA FERREIRA BASTOS SILVA (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. Processo nÂº: 00023501520198140200 DESPACHO Â Â Â Â Â NÃ£o verifico a existÃªncia de nulidades a serem sanadas, nesse momento. Â Â Â Â Â Intimem-se a parte autora e o MinistÃ©rio PÃºblico para que se manifestem quanto ao interesse na produÃ§Ã£o de outras provas, alÃ©m das que jÃ¡ constam nos autos, primeiro o autor, em 15 (quinze) dias,Â Ãºteis, depois a parte requerida e ao final o MinistÃ©rio PÃºblico Militar, estes Ãºltimos no prazo 30 (trinta) dias, tambÃ©m Ãºteis. Â Â Â Â Â Ao especificar as provas que eventualmente pretende produzir, deverÃ¡ a parte ou o MinistÃ©rio PÃºblico demonstrar a necessidade e utilidade das mesmas para elucidaÃ§Ã£o de fatos que possam influenciar o julgamento da causa, sob pena de indeferimento da sua produÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00025075120208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 20/10/2021 AUTOR:JUIZ DE DIREITO MARCOS PAULO SOUSA CAMPELO DO JUIZADO ESPECIAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA INVESTIGADO:PM LOTADO EM CONCEICAO DO ARAGUAIA VITIMA:A. C. O. E. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Trata-se de procedimento instaurado para apurar conduta de militar estadual que poderia configurar a prÃ¡tica de crime militar. Â Â Â Â Â Â Os autos foram encaminhados a esta JustiÃ§a Militar estadual. Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar requereu o arquivamento do procedimetno por nÃ£o haver elemetnos de prova suficientes para dar suporte ao oferecimento de denuncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Ã© o tÃ-tular exclusivo da aÃ§Ã£o penal pÃºblica, cabendo a seus agentes, em princÃ-pio, deliberarem quanto Ã existÃªncia ou nÃ£o de elementos suficientes para darem inÃ-cio a acusaÃ§Â¿o, salvo o disposto na parte final do artigo 397, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, forÃ§oso Ã© reconhecer a insuficiÃªncia de elementos de prova para dar suporte ao oferecimento da denÚncia, impondo-se o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento noa artigo 397, do

CÃ³digo de Processo Penal Militar, determino o arquivamento dos autos, sem prejuÃ-zo de sua reabertura, caso surjam novas provas quanto Ã¡ materialidade e indÃ-cios de autoria de crime militar. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpram-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. Lucas do Carmo de Jesus Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Miltiar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00028143920198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Sindicância em: 20/10/2021 ENCARREGADO:VALTAIR FERREIRA DA CRUZ DENUNCIADO:VALDECI ANTUNES FRANCO Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 19600 - ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 27634 - JULIE REGINA TEIXEIRA MARTINS (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARTINHO FELIX OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA - DEFENSOR PÚBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:FILIPE COSTA CARVALHO Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 19600 - ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 21391 - ANDREZA PEREIRA DE LIMA ALONSO (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 26955 - RAYSSA GABRIELLE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) OAB 27634 - JULIE REGINA TEIXEIRA MARTINS (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA BULHOES LEITE (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO Â Carolina Abreu Silva, Diretora de Secretaria em ExercÃ-cio da JME/PA, usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por lei pelo provimento 08/2014-CJRMB, Certifica que transitou livremente em julgado Ã sentenÃ§a desses autos, pois as partes renunciaram ao prazo recursal. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, 20 de outubro de 2021. Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria da JME/PA PROCESSO: 00029289320138140941 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Termo Circunstanciado em: 20/10/2021 AUTOR:RAUL ZENIO GENTIL SILVA VITIMA:L. S. C. . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o pedido de diligÃªncia formulado pelo `parquetÂ¿ militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, encaminhem-se os autos Ã Corregedoria Geral da PolÃ-cia Militar do Estado do ParÃ¡ para que seja cumprida a diligÃªncia requerida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Militar, no PRAZO DE 30 DIAS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Retornando os autos, dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Unica daÂ JME/PA PROCESSO: 00030289320208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 20/10/2021 ENCARREGADO:LAERCIO AUGUSTO GURJAO FERNANDES VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:FABIANO DE CRISTO FERREIRA PEREIRA PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. ATA DE AUDIÃNCIA - SURSIS SuspensÃ£o condicional do processo e o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas (art. 89. da Lei 9.099/95) NÂ° do Processo 0003028-93.2020.814.0200 ÃrgÃ£o: CPJ Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual - A v. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PA Data: 01 / 10/2021 Hora: 9h00min. Juiz/Presidente: LUCAS DO CARMO DE JESUS Promotor: ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Acusado (a) (s): FABIANO DE CRISTO FERREIRA PEREIRA, residente e domiciliado na Rua Tucano, 75, Rodovia do TapanÃ¢, BelÃ©m -Pa _____ _____ Advogado (a) (s): JOSÃ AUGUSTO COLARES BARATA Presentes o MM Juiz de direito, o representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar, acusado, sua defensora, no local, data e hora acima especificados, apÃ³s a manifestaÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial pela aceitaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional do processo e cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. O acusado propÃ´s efetuar o pagamento dos seguintes bens extraviados: - 01 pistola ponto 40 : R$ 2.272,65 - 01 carregador: 294,60 - 14 muniÃ§Ãµes : R$ 108,50 Totalizando o valor de R$ 3.125,75 (t res mil cento e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos). O pagamento serÃ¡ parcelado em 24 parcelas de R$ 130,25 (cento e trinta reais e vinte e cinco centavos) a primeira com vencimento para o dia 30/10/2021 e a Ãºltima em 30/09/2023 que deverÃ£o ser recolhidas em favor da Conta Corrente nÂ° 181.675-6, agÃªncia 011, Banco 037 - BanparÃ¡ (CONTA FISP). Foi proferida a seguinte decisÃ£o: O Juiz Titular, a luz dos elementos de prova carreados aos autos, que comprovam a possibilidade de suspensÃ£o condicional do processo ao (o) (s) acusado (a) (s) acima referido (a) (s), quanto ao crime imputado, considerando, ainda, a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Militar, com fundamento no artigo 89, Â§ 5 o , da Lei 9.099/95, declarou as seguintes condiÃ§Ãµes: 1. ProibiÃ§Ã£o de freqÃ¼entar bares, boates, casas de jogo e prostituiÃ§Ã£o; 2. ProibiÃ§Ã£o de ausentar-se do Estado, sem autorizaÃ§Ã£o do JuÃ-zo; 3. Remessa a este juÃ-zo, de forma mensal, atÃ© o dia 10 do comprovante de pagamento no valor de R$ 110,20 (cento e dez reais e vinte centavos). 4. NÃ£o mudar de endereÃ§o sem comunicar previamente Ã¢ este. JuÃ-zo; 5.

Zelar pela melhoria de seu conceito funcional; As partes aceitaram a proposta de sursis. Proferiu o MM. Juiz a seguinte decisÃ£o interlocutÃ³ria: HÃ¡ demonstraÃ§Ã£o de materialidade e indÃ-cios de autoria, conforme elementos de prova carreados aos autos e a denÃºncia preenche os requisitos do artigo 77, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Ante o exposto, como a denÃºncia jÃ¡ foi recebida, homologo a suspensÃ£o condicional do processo para o acusado pelo perÃ-odo de dois anos, conforme o disposto no artigo 89 da lei nÂ° 9.099/95, sujeitando-se ao inteiro cumprimento das obrigaÃ§Ãµes estabelecidas na referida ata. Fica o denunciado advertido de que o descumprimento de qualquer das condiÃ§Ãµes implicarÃ¡ na revogaÃ§Ã£o do benefÃ-cio e no prosseguimento do processo. Juiz de Direito MPM Acusado (a) PROCESSO: 00035797320208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial Militar em: 20/10/2021 ENCARREGADO:MAURICIO MELO MENDES MONTEIRO INDICIADO:ARNALDO VALENTE RODRIGUES INDICIADO:NATAL DE JESUS DE FREITAS CALDAS INDICIADO:KLAYTON CARNEIRO PANTOJA INDICIADO:ESTEVAO ZURIEL SILVA DO NASCIMENTO VITIMA:I. S. B. VITIMA:S. P. S. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de procedimento instaurado para apurar conduta de militar estadual que poderia configurar a prÃ¡tica de crime militar. Â Â Â Â Â Â Os autos foram encaminhados a esta JustiÃ§a Militar estadual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar pugnou pelo ARQUIVAMENTO dos autos por entender que o militar agiu em legÃ-tima defesa, o que exclui a ilicitude da conduta, conforme dispÃµem os artigos 42, II, e 44, do CÃ³digo Penal Militar.Â Â Â Â Â Â Â Relatado, decido. Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 125, Â§ 4Âº, da CF/88, do art. 9Âº, parÃ¡grafo Ãºnico, do CÃ³digo Penal Militar e do art. 82, "caput" e Â§ 2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, Ã© competente a justiÃ§a comum para apurar o crime de homicÃ-dio praticado por policial militar em serviÃ§o contra civil. Â Â Â Â Â Â Assim, cabe a prÃ³pria justiÃ§a criminal comum do local onde ocorreu o fato reconhecer a ocorrÃªncia de legÃ-tima defesa ou outra excludente de ilicitude. Nesse sentido: Â¿PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. MILITAR CONTRA CIVIL. ART. 125, Â§ 4Âº, DA CF. ART. 9Âº DO CÃDIGO PENAL MILITAR. ART. 82 DO CÃDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR. RECONHECIMENTO DE SUPOSTA EXCLUDENTE DE ILICITUDE. ARQUIVAMENTO DO IPM. COMPETÃNCIA DO TRIBUNAL DO JÃRI. PRECEDENTES. 1. A competÃªncia da JustiÃ§a Militar tem previsÃ£o constitucional, ressalvando-se a competÃªncia do Tribunal do JÃºri nos casos em que a vÃ-tima for civil, conforme art. 125, Â§ 4Âº, da CF. Dessa forma, assentou a Terceira SeÃ§Ã£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a, que, nesses casos, o inquÃ©rito policial militar deve ser remetido de imediato Ã JustiÃ§a Comum, pois, aplicada a teoria dos poderes implÃ-citos, emerge da competÃªncia de processar e julgar, o poder/dever de conduzir administrativamente inquÃ©ritos policiais (CC 144.919/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Terceira SeÃ§Ã£o, julgado em 22.06.2016, DJe 01.07.2016). Portanto, nÃ£o Ã© da competÃªncia do Juiz Militar determinar o arquivamento do inquÃ©rito policial militar, que investiga crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil, em virtude do reconhecimento de excludente de ilicitude. Precedentes. 2. Agravo regimental nÃ£o providoÂ¿. (AgRg no Recurso Especial nÂº 1.725.235/SP (2018/0032618-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Reynaldo Soares da Fonseca. DJe 30.05.2018). Â¿RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. DIREITO PENAL MILITAR. ARTS. 9Âº DO CÃDIGO PENAL MILITAR E 82 DO CÃDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR. HOMICÃDIO. POLICIAL MILITAR EM PERSEGUIÃÃO A SUSPEITO. EXCLUDENTE DE ILICITUDE. LEGÃTIMA DEFESA. COMPETÃNCIA. JUSTIÃA COMUM. TRIBUNAL DO JÃRI. Recurso especial providoÂ¿. (Recurso Especial nÂº 1.725.031/SP (2018/0032607-0), STJ, Rel. SebastiÃ£o Reis JÃºnior. DJe 08.06.2018). (grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, reconheÃ§o a incompetÃªncia deste juÃ-zo para decidir quanto ao pedido de arquivamento formulado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Militar, em razÃ£o da alegaÃ§Ã£o de que o militar agiu em legÃ-tima defesa, e determino a REMESSA dos autos ao juÃ-zo criminal comum do local dos fatos para tomada de decisÃ£o. Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar. Cumpram-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 20 de outubro de 2021. Lucas do Carmo de Jesus Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JME/PA PROCESSO: 00043144320198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Procedimentos Investigatórios em: 20/10/2021 ENCARREGADO:TERENCIO DUARTE CORDEIRO INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:L. P. C. E. S. . Autos nÃºmero: 0004314-43.2019.8.14.0200 DECISÃO INTELOCUTÃRIA - JUÃZO DE RETRATAÃÃO Â Â Â Â Â Â Trata-se de InquÃ©rito Policial Militar instaurado para apurar os fatos e circunstÃ¢ncias relacionados Ã morte dos civis LUIZ PATRICIO COSTA DO ESPÃRITO SANTO ocorrida no dia 13/09/2018, no municÃ-pio de Santa Barbara do ParÃ¡/PA, por aÃ§Ã£o dos policiais SD PM RG 39127 JOÃO PAULO DE OLIVEIRA CARVALHO Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pelo arquivamento dos autos por entender que os militares agiram em legÃ-tima defesa, o que excluiria a ilicitude da conduta, conforme dispÂ¿em os artigos 42, II, e 44, do CÃ³digo Penal Militar (fls.86/88). Â Â Â

Â Â Â Â Pela decisÂ¿o de fls. 89/90, entendeu este juÃ-zo que a competÃªncia para deliberar quanto ao arquivamento do procedimento era do juÃ-zo criminal comum e nÂ¿o desta justiÃ§a militar. Â Â Â Â Â Â Â Inconformado, o MinistÃ©rio PÃºblico Militar interpÃ´s recurso em sentido, que, apÃ³s o recebimento, apresentou as respectivas razÂ¿es (fls. 94/99). Â Â Â Â Â Â Â As contrarrazÃµes ao Recurso em sentido estrito de JOÃO PAULO DE OLIVEIRA CARVALHO CONSTAM Ã s 104/108.Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Â¿o, como preconiza o artigo 520, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Relatado, decido. Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 125, Â§ 4Âº, da CF/88, do art. 9Âº, parÃ¡grafo Ãºnico, do CÃ³digo Penal Militar e do art. 82, "caput" e Â§ 2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, Ã© competente a justiÃ§a comum para processar e julgar o crime de homicÃ-dio praticado por policial militar em serviÃ§o contra civil. Â Â Â Â Â Â Â Assim, cabe a prÃ³pria justiÃ§a criminal comum do local onde ocorreu o fato reconhecer a ocorrÃªncia de lgÃ-tima defeas ou outra excludente de ilicitude. Nesse sentido: ACÃRDÃO NÂº 20190516244874 PROCESSO NÂº 0000282-92.2019.814.0200 ÃRGÃO JULGADOR: 3Âª Turma de Direito Penal RECURSO: Recurso em Sentido Estrito RECORRENTE: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ INTERESSADO: Arthur Peter Vinhote de Vasconcelos RECORRIDO: JustiÃ§a PÃºblica PROC. DE JUSTIÃA: Dr. Hamilton Nogueira Salame RELATOR: Des. Raimundo Holanda Reis EMENTA: RECURSO PENAL EM SENTIDO ESTRITO. RECURSO MINISTERIAL. ALEGADA COMPETÃNCIA DO JUÃZO DA JUSTIÃA MILITAR PARA DECIDIR SOBRE ARQUIVAMENTO DE INQUÃRITO POLICIAL MILITAR, QUE APURA CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA PRATICADO POR POLICIAL MILITAR EM FACE DE CIVIL, QUANDO ENTENDER O PARQUET QUE EXISTIU CAUSA EXCLUDENTE DE ILICITUDE. TESE IMPROCEDENTE. AUTOS QUE DEVERÃO SER ENCAMINHADOS Ã JUSTIÃA COMUM PARA APRECIAÃÃO DO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DO INQUÃRITO INSTAURADO, BEM COMO ULTERIORES DE DIREITO. PRECEDENTES CITADOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÃNIME. AcÃ³rdÃ£o VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheÃ§o do recurso. Passo Ã anÃ¡lise da tese apresentada pelo recorrente. DA ALEGADA COMPETÃNCIA DO JUÃZO MILITAR PARA DECIDIR SOBRE ARQUIVAMENTO DE INQUÃRITO POLICIAL MILITAR. Alega o recorrente que apesar dos crimes praticados por policiais militares estaduais em face de vÃ-tima civil serem processados e julgados pela JustiÃ§a Comum Estadual, a fase prÃ© processual, referente investigaÃ§Ã£o criminal, caberÃ¡ o inquÃ©rito Ã PolÃ-cia Militar, onde, caso o Promotor de JustiÃ§a Militar entenda pelo arquivamento do referido inquÃ©rito policial militar, por acreditar estar provado que nÃ£o existiu crime de homicÃ-dio doloso contra a vida de civil, por existÃªncia de uma excludente de ilicitude, requererÃ¡ o arquivamento do inquÃ©rito policial, cabendo a apreciaÃ§Ã£o desse pedido ao JuÃ-zo da JustiÃ§a Militar Estadual e nÃ£o encaminhamento dos referidos autos ao juÃ-zo comum, para submeter os indiciados a julgamento do JÃºri Popular. Em que pese a insatisfaÃ§Ã£o da parte recorrente quanto a decisÃ£o ora guerreada, entendo que nada hÃ¡ para se reformar no referido decisum, jÃ¡ que a meu sentir, a autoridade competente para proceder o arquivamento de inquÃ©rito policial que apure delito praticado, em tese, por Policial Militar Estadual, em face de civil Ã© da alÃ§ada da justiÃ§a comum estadual, e nÃ£o da justiÃ§a castrense, mesmo que o inquÃ©rito tenha se iniciado junta a esta, posto que a prÃ³pria ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988 Ã© clara em seu art. 125, Â§ 4Âº, em atribuir essa decisÃ£o Ã JustiÃ§a Comum, conforme in verbis: Art. 125. Os Estados organizarÃ£o sua JustiÃ§a, observados os princÃ-pios estabelecidos nesta ConstituiÃ§Ã£o. (...) Â§ 4Âº Compete Ã JustiÃ§a Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes definidos em lei e as aÃ§Ãµes judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competÃªncia do jÃºri quando a vÃ-tima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduaÃ§Ã£o das praÃ§as. Grifei e destaquei Logo, por vislumbrar com a clareza necessÃ¡ria a competÃªncia da JustiÃ§a Comum para averiguar sobre o arquivamento ou nÃ£o dos autos do inquÃ©rito policial militar por ventilada excludente de ilicitude praticada pelos indiciados, mantenho a decisÃ£o combatida por seus prÃ³prios fundamentos. Ante o exposto, CONHEÃO do presente recurso e NEGO provimento, mantendo a decisÃ£o guerreada in totum, por seus prÃ³prios fundamentos. Ã o voto. Este julgamento foi presidido pelo ExcelentÃ-ssimo Senhor Desembargador Mairton Marques Carneiro. BelÃ©m, 12 de dezembro de 2019. Desembargador RAIMUNDO HOLANDA REIS Relator. (grifo nosso). Â¿PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. MILITAR CONTRA CIVIL. ART. 125, Â§ 4Âº, DA CF. ART. 9Âº DO CÃDIGO PENAL MILITAR. ART. 82 DO CÃDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR. RECONHECIMENTO DE SUPOSTA EXCLUDENTE DE ILICITUDE. ARQUIVAMENTO DO IPM. COMPETÃNCIA DO TRIBUNAL DO JÃRI. PRECEDENTES. 1. A competÃªncia da JustiÃ§a Militar tem previsÂ¿o constitucional, ressalvando-se a competÃªncia do Tribunal do JÃºri nos casos em que a vÃ-tima for civil, conforme art. 125, Â§ 4Âº, da CF. Dessa forma, assentou a Terceira SeÃ§Â¿o do Superior Tribunal de JustiÃ§a, que, nesses casos, o inquÃ©rito policial militar deve ser remetido de imediato Ã

JustiÃ§a Comum, pois, aplicada a teoria dos poderes implÃ-citos, emerge da competÃªncia de processar e julgar, o poder/dever de conduzir administrativamente inquÃ©ritos policiais (CC 144.919/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Terceira SeÃ§Â¿o, julgado em 22.06.2016, DJe 01.07.2016). Portanto, nÃ¿o Ã© da competÃªncia do Juiz Militar determinar o arquivamento do inquÃ©rito policial militar, que investiga crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil, em virtude do reconhecimento de excludente de ilicitude. Precedentes. 2. Agravo regimental nÃ¿o providoÂ¿. (AgRg no Recurso Especial nÂº 1.725.235/SP (2018/0032618-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Reynaldo Soares da Fonseca. DJe 30.05.2018). Â¿RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. DIREITO PENAL MILITAR. ARTS. 9Âº DO CÃDIGO PENAL MILITAR E 82 DO CÃDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR. HOMICÃDIO. POLICIAL MILITAR EM PERSEGUIÃÂ¿O A SUSPEITO. EXCLUDENTE DE ILICITUDE. LEGÃTIMA DEFESA. COMPETÃNCIA. JUSTIÃA COMUM. TRIBUNAL DO JÃRI. Recurso especial providoÂ¿. (Recurso Especial nÂº 1.725.031/SP (2018/0032607-0), STJ, Rel. SebastiÂ¿o Reis JÃºnior. DJe 08.06.2018). (grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, no exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o, conforme dispÃµe o artigo 520, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, mantenho a decisÃ£o recorrida de fls 89/90, que reconheceu a incompetÃªncia deste juÃ-zo para decidir quanto ao pedido de arquivamento formulado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Militar, em razÂ¿o da alegaÃ§Â¿o de que o(s) militares agiram em legÃ-tima defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Remetam-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a para exame do recurso interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico Miliar. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00068529420198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 20/10/2021 NOTICIADO:ROBSON RODRIGUES DE SOUZA MEDEIROS DENUNCIADO:CELSO DE SOUSA PEREIRA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 19600 - ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. Despacho: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a defesa do acusado para se manifestar em 05 (cinco) dias, caso deseje, sobre o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico (fls.29). ApÃ³s, conclusos. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 20 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00075559320178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 20/10/2021 ENCARREGADO:FRANCISCO ADALTO MARTINS DE SOUSA ACUSADO:SALATIEL OLIVEIRA PRATES ACUSADO:MIGUEL VANES POVOAS DE OLIVEIRA VITIMA:E. P. V. S. . Processo: 0007555-93.2017.814.0200 Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO 1)Â Â Â Â Â Designo o dia 03/12/2021 Ã s 12h30m para julgamento do feito. 2)Â Â Â Â Â As partes deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual. 3)Â Â Â Â Â Deve constar no expediente, ainda, que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar os meios de contato com a pessoa que deverÃ¡ participar do ato, como telefone (WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato. 4)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato. 5)Â Â Â Â Â A sala de audiÃªncia poderÃ¡ ser acessada pelo link:Â https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NDRkNzI2MTgtYWZmYi00MjVkLTgxNGMtN2U1OWIxYmIwNGJh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d 6)Â Â Â Â Â AuxÃ-lio para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: ((91) 99339-0307 - WhatsApp) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00076092520188140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Sindicância em: 20/10/2021 ENCARREGADO:GILSON NEI FERREIRA DE SOUZA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:G. P. S. E. O. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Trata-se de procedimento instaurado para apurar conduta de militar estadual que poderia configurar a prÃ¡tica de crime militar. Â Â Â Â Â Os autos foram encaminhados a esta JustiÃ§a Militar estadual. Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar requereu o arquivamento do procedimetno por nÃ£o haver elemetnos de prova suficientes para dar

suporte ao oferecimento de denuncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Ã© o tÃ-tular exclusivo da aÃ§Ã£o penal pÃºblica, cabendo a seus agentes, em princÃ-pio, deliberarem quanto Ã existÃªncia ou nÃ£o de elementos suficientes para darem inÃ-cio a acusaÃ§Â¿o, salvo o disposto na parte final do artigo 397, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, forÃ§oso Ã© reconhecer a insuficiÃªncia de elementos de prova para dar suporte ao oferecimento da denÃºncia, impondo-se o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento noa artigo 397, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, determino o arquivamento dos autos, sem prejuÃ-zo de sua reabertura, caso surjam novas provas quanto Ã¡ materialidade e indÃ-cios de autoria de crime militar. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpram-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. Lucas do Carmo de Jesus Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Miltiar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00077362620198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 20/10/2021 ENCARREGADO:FELIPE PINHEIRO MODESTO VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:JOSE ROSIVALDO DO CARMO CLEMENTE Representante(s): OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. ATA DE AUDIÃNCIA - SURSIS SuspensÃ£o condicional do processo e o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas (art. 89, da Lei 9.099/95) NÂº do Processo 0007736-26.2019.8.14.0200 ÃrgÃ£o: CPJ Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual Â¿ Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 01/10/2021 Hora: 9h00min. Juiz/Presidente: LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Promotor: ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Acusado (a) (s): JOSÃ ROSIVALDO DO CARMO CLEMENTEÂ¿ RG 26119PM/PA, Passagem SÃ£o Miguel, nÂº 10, bairro GuamÃ¡ Advogado (a) (s): 1) NAYARA MARTINS Â Presentes o Juiz de, o representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar, acusado (a) (s), seu sua (s) defensor (es), no local, data e hora acima especificados, apÃ³s a manifestaÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial pela aceitaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional do processo e cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas, foi proferida a seguinte decisÃ£o: O Juiz Titular, a luz dos elementos de prova carreados aos autos, que comprovam a possibilidade de suspensÃ£o condicional do processo ao (o) (s) acusado (a) (s) acima referido (a) (s), quanto ao crime imputado, considerando, ainda, a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Militar, com fundamento no artigo 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95, declarou as seguintes condiÃ§Ãµes: 1. ProibiÃ§Ã£o de frequentar bares, boates, casas de jogo e prostituiÃ§Ã£o; 2. ProibiÃ§Ã£o de ausentar-se do Estado, sem autorizaÃ§Ã£o do JuÃ-zo; 3. Remessa a este juÃ-zo, de forma trimestral, atÃ© o dia 10 do comprovante de doaÃ§Ã£o no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) a instituiÃ§Ã£o indicada. 4. NÃ£o mudar de endereÃ§o sem comunicar previamente a este JuÃ-zo; 5. Zelar pela melhoria de seu conceito funcional; 6. PrestaÃ§Ã£o de serviÃ§o a comunidade, consistindo em doaÃ§Ã£o no valor de R$ 300,00 forma trimestral, atÃ© o dia 10 (dez) Ã APAE de BelÃ©m-PA, localizado: Apae BelÃ©m, Email: belem@apaepa.org.br Telefone: (91) 3241-1644. Av. GeneralÃ-ssimo Deodoro,413 Â¿ CEP: 66055-240 As partes aceitaram a proposta de sursis. Proferiu o MM. Juiz a seguinte decisÃ£o interlocutÃ³ria: HÃ¡ demonstraÃ§Ã£o de materialidade e indÃ-cios de autoria, conforme elementos de prova carreados aos autos e a denÃºncia preenche os requisitos do artigo 77, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Ante o exposto, como a denÃºncia jÃ¡ foi recebida, homologo a suspensÃ£o condicional do processo para o acusado pelo perÃ-odo de dois anos, conforme o disposto no artigo 89 da lei nÂº 9.099/95, sujeitando-se ao inteiro cumprimento das obrigaÃ§Ãµes estabelecidas na referida ata. Fica o denunciado advertido de que o descumprimento de qualquer das condiÃ§Ãµes implicarÃ¡ na revogaÃ§Ã£o do benefÃ-cio e no prosseguimento do processo. Juiz de Direito Â ____ MPMÂ ____ Acusado (a)Â ____Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00077925920198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Sindicância em: 20/10/2021 ENCARREGADO:RICARDO DA SILVEIRA VAZ TEIXEIRA INDICIADO:SEM INDICIADOS VITIMA:A. C. O. E. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Trata-se de procedimento instaurado para apurar conduta de militar estadual que poderia configurar a prÃ¡tica de crime militar. Â Â Â Â Â Â Os autos foram encaminhados a esta JustiÃ§a Militar estadual. Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar requereu o arquivamento do procedimetno por nÃ£o haver elemetnos de prova suficientes para dar suporte ao oferecimento de denuncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Ã© o tÃ-tular exclusivo da aÃ§Ã£o penal pÃºblica, cabendo a seus agentes, em princÃ-pio, deliberarem quanto Ã existÃªncia ou nÃ£o de elementos suficientes para darem inÃ-cio a acusaÃ§Â¿o, salvo o disposto na parte final do artigo 397, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, forÃ§oso Ã©

reconhecer a insuficiÃªncia de elementos de prova para dar suporte ao oferecimento da denÃºncia, impondo-se o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento noa artigo 397, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, determino o arquivamento dos autos, sem prejuÃ-zo de sua reabertura, caso surjam novas provas quanto Ã¡ materialidade e indÃ-cios de autoria de crime militar. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpram-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. Lucas do Carmo de Jesus Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Miltiar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00082585320198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 20/10/2021 ENCARREGADO:RUDSON LIMA DE MAGALHAES RAMOS DENUNCIADO:ADINALDO JARDIM DE ARAUJO NUNES VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTICA MILITAR. Processo: 00082585320198140200 Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO 1)Â Â Â Â Â Tendo em vista a manifestaÃ§Ã£o ministerial de fl. 14 designo a audiÃªncia para apresentaÃ§Ã£o de proposta de reparaÃ§Ã£o de danos para o dia para o dia para o dia 04/02/2022 Ã s 10h30. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto. Sendo o caso dos autos, adotem-se as seguintes providÃªncias: 1)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria ou mandado ao JuÃ-zo da Comarca onde residem ofendido (a), testemunha (s) arrolada(o)(s) pelas partes e acusado (a) (s) (apenas os civis) para que seja cumpria por uma das seguintes formas: 1.1)Â Â Â Â Â Em sendo possÃ-vel, disponibilizar sala, com equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet, e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o ouvidas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, e intimar ofendidos, testemunhas e acusado indicados (apenas civis) para que compareÃ§am a este local para prestarem depoimento ou interrogatÃ³rio na data e hora acima; 1.2)Â Â Â Â Â NÃ£o sendo possÃ-vel atender ao que consta no item anterior, que sejam intimados ofendido (a) (s), testemunha (s) e acusado (a) (s) (apenas civis) para que acessem, por meios prÃ³prios, a audiÃªncia virtual por meio do seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_N2MxMDVlYWYtZjVlMy00NmE4LWFlYzMtY2JhN2VmYTcwMGZi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d 2)Â Â Â Â Â Deve constar no expediente (carta precatÃ³ria) que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar, por certidÃ£o, os meios de contato com a pessoa a ser ouvida, como telefone (WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 3)Â Â Â Â Â Caso haja militares a serem ouvidos, como ofendido, testemunha ou acusado, solicite-se ao Comando a que estejam vinculados para que se apresentem em unidade militar, disponibilizando sala, equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o inquiridas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, na mesma data e horÃ¡rios acima transcritos, informando-se, ainda, o link para acesso (referido acima); 4)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 5)Â Â Â Â Â Cientifiquem-se as partes de que deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual; 6)Â Â Â Â Â Conste nos expedientes, tambÃ©m, que para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado apoio por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: (91) 99339-0307) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00083339220198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 20/10/2021 ENCARREGADO:GENIVAL ALVES DOS SANTOS VITIMA:I. Y. L. S. DENUNCIADO:AURELIO MIGUEL PEREIRA CARNEIRO Representante(s): OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) DENUNCIADO:CLAUDEMIR DE OLIVEIRA RAMOS Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA (ADVOGADO) PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. ATO ORDINATÃRIO Vistas Ã defesa, conforme fl. 32. BelÃ©m/PA, 20/10/2021 Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio da JME/PA. PROCESSO: 01151927420158140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor em: 20/10/2021

ENCARREGADO:MAURO CESAR DE ARAUJO PRATA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:A. C. O. E. . Processo nÂº 0115192-74.2015.814.0200 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Observo que os fatos noticiados no presente feito tÃªm estreita relaÃ§Ã£o com o que consta nos autos da aÃ§Ã£o penal nÃºmero 0001591-61.2013.8.14.0200, em que figuram como acusados RUTH LEA COSTA GUIMARÃES e RAIMUNDO NONATO DE SOUSA DE LIMA, que jÃ¡ foram julgados por este juÃ-zo em 1Âº de fevereiro de 2019, conforme sentenÃ§a cadastrada no sistema libra. Â Â Â Â Â Â Como os fatos relatados no presente feito, aparentemente, jÃ¡ foram objeto e apuraÃ§Ã£o e julgamento, mostra-se, em princÃ-pio, impertinente a realizaÃ§Ã£o de diligÃªncias, como requerido pelo MinistÃ©rio PÃºblico Militar (fl. 380). Â Â Â Â Â Â Assim, junte-se cÃ³pia da sentenÃ§a proferida nos autos nÃºmero 0001591-61.2013.8.14.0200, que contÃ©m o relatÃ³rio completo e detalhado dos fatos, e dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar para sua manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m-PA, 20 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00000251420128140200 PROCESSO ANTIGO: 201220000230 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:FRANCISCO JOSE BACELAR DE ALMEIDA JUNIOR DENUNCIADO:LEONARDO CEZARIO DA SILVA Representante(s): OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) DENUNCIADO:SHARLY DA SILVA FERREIRA Representante(s): OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) VITIMA:B. M. DENUNCIADO:RONALDO ADRIANO SILVA E SILVA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) TESTEMUNHA:KETTHELLEN RODRIGUES MAGNO TESTEMUNHA:EDNALDO DA CRUZ GLIN TESTEMUNHA:PEDRO PAULO AMORIM BARATA. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme certidÃ£o de fl.159, redesigno para o dia 21/02/2023 Ã s 11h00 a oitiva da testemunha THIAGO DA SILVA ASSUNÃÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Esta JustiÃ§a especializada vem adotando como rotina a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de modo virtual, com vista a tornar mais eficiente e cÃ©lere a prestaÃ§Ã£o jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto adotem-se as seguintes providÃªncias: 1)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria ou mandado ao JuÃ-zo da Comarca onde residem ofendido (a), testemunha (s) arrolada(o)(s) pelas partes e acusado (a) (s) (apenas os civis) para que seja cumpria por uma das seguintes formas: 1.1)Â Â Â Â Â Em sendo possÃ-vel, disponibilizar sala, com equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet, e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o ouvidas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, e intimar ofendidos, testemunhas e acusado indicados (apenas civis) para que compareÃ§am a este local para prestarem depoimento ou interrogatÃ³rio na data e hora acima; 2)Â Â Â Â Â NÃ£o sendo possÃ-vel atender ao que consta no item anterior, que sejam intimados ofendido (a) (s), testemunha (s) e acusado (a) (s) (apenas civis) para que acessem, por meios prÃ³prios, a audiÃªncia virtual por meio do seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MTEyYjQ3ZTQtOTFmZC00MDcxLWI5NWUtZDMwMjM4YjQwN2Rj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7dDeve constar no expediente (carta precatÃ³ria) que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar, por certidÃ£o, os meios de contato com a pessoa a ser ouvida, como telefone (WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 3)Â Â Â Â Â Caso haja militares a serem ouvidos, como ofendido, testemunha ou acusado, solicite-se ao Comando a que estejam vinculados para que se apresentem em unidade militar, disponibilizando sala, equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o inquiridas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, na mesma data e horÃ¡rios acima transcritos, informando-se, ainda, o link para acesso (referido acima); 4)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 5)Â Â Â Â Â Cientifiquem-se as partes de que deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual; 6)Â Â Â Â Â Conste nos expedientes, tambÃ©m, que para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado apoio por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: (91) 99339-0307) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 21 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do

Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00001051220118140200 PROCESSO ANTIGO: 201120000968 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 VITIMA:P. A. L. D. DENUNCIADO:RODRIGO SARMENTO MORAES Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA (DEFENSOR) ENCARREGADO:DOUGLAS LIMA DOS SANTOS TESTEMUNHA:PAULO CESAR PENA DE NOVAES TESTEMUNHA:EMERSON WAGNER NAZARENO DE OLIVEIRA TESTEMUNHA:LUCIANO SOUZA OLIVEIRA TESTEMUNHA:ELIAS DOS SANTOS E SILVA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ JUSTIÃA MILITAR SECRETARIA DA VARA UNICA DA JUSTICA MILITAR 00001051220118140200 20120014984622 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA - DOC: 20120014984622 VISTOS, ETC., O MPM denunciou o policial Rodrigo Sarmento Moraes, como incurso nas penas dos artigos 157, Â§ 3Âº; 160, caput; 177 e 298 do CPM. Consta nos presentes autos que o denunciado em questÃ£o foi preso e autuado em flagrante delito, por haver, na data de 21/02/2011, por volta das 0h30, estava se comportamento de maneira inapropriada no Bar da NormÃ©lia. Que uma guarniÃ§Ã£o da PM se dirigiu atÃ© o local, e nele, ao tentar apanhar as chaves da motocicleta do denunciado, o SGT Dutra foi agredido com dois socos. Ainda, apÃ³s resistir com violÃªncia, o denunciado foi dominado e conduzido atÃ© o DPM de Salvaterra e, que, no interior da DPM proferiu ameaÃ§as contra aquele graduado. Isto posto, recebo a denÃºncia de fls.02/03. Defiro o requerido pelo MPM. Designo o dia 18/09/2012, Ã s 09h, para a audiÃªncia de qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio do acusado e inquiriÃ§Ã£o do ofendido e das testemunhas arroladas na exordial acusatÃ³ria. Oficie-se, Cite-se e Notifique-se. BelÃ©m, 18 de janeiro de 2012 . JosÃ© Roberto Pinheiro Maia Bezerra JÃºnior Juiz de Direito Militar Titular JUSTIÃA MILITAR Avenida 16 de Novembro, 486 FÃ³rum de: EndereÃ§o: 66.023-220 CEP: (91)9339-0307 Fone: Cidade Velha Bairro: Email: auditoria.militar@tjpa.jus.br PÃ¡g. 1 de 1 PÃ¡g. 1 de 1 PROCESSO: 00001051220118140200 PROCESSO ANTIGO: 201120000968 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 VITIMA:P. A. L. D. DENUNCIADO:RODRIGO SARMENTO MORAES Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA (DEFENSOR) ENCARREGADO:DOUGLAS LIMA DOS SANTOS TESTEMUNHA:PAULO CESAR PENA DE NOVAES TESTEMUNHA:EMERSON WAGNER NAZARENO DE OLIVEIRA TESTEMUNHA:LUCIANO SOUZA OLIVEIRA TESTEMUNHA:ELIAS DOS SANTOS E SILVA. CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO Â Carolina Abreu Silva, Diretora de Secretaria em ExercÃ-cio da JME/PA, usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por lei pelo provimento 08/2014-CJRMB, Certifica que transitou livremente em julgado a sentenÃ§a desses autos, pois as partes renunciaram ao prazo recursal. Pelo que faÃ§o o arquivamento dos autos, como determinado pelo Juiz. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, 21 de outubro de 2021. Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria da JME/PA PROCESSO: 00002777119998140200 PROCESSO ANTIGO: 199929003350 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 VITIMA:O. E. ENCARREGADO:JOAO BATISTA DE SOUZA MONTEIRO DENUNCIADO:LUZINETO MARTINS JORGE Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA - DEFENSOR PÚBLICO (DEFENSOR) PROMOTOR:CEZAR AUGUSTO DOS SANTOS MOTTA. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme Ata de fl.73, designo para o dia 10/12/2021 Ã s 12h30 a oitiva das testemunhas arroladas, bem como o interrogatÃ³rio do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esta JustiÃ§a especializada vem adotando como rotina a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de modo virtual, com vista a tornar mais eficiente e cÃ©lere a prestaÃ§Ã£o jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto adotem-se as seguintes providÃªncias: 1)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria ou mandado ao JuÃ-zo da Comarca onde residem ofendido (a), testemunha (s) arrolada(o)(s) pelas partes e acusado (a) (s) (apenas os civis) para que seja cumpria por uma das seguintes formas: 1.1)Â Â Â Â Â Em sendo possÃ-vel, disponibilizar sala, com equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet, e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o ouvidas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, e intimar ofendidos, testemunhas e acusado indicados (apenas civis) para que compareÃ§am a este local para prestarem depoimento ou interrogatÃ³rio na data e hora acima; 2)Â Â Â Â Â NÃ£o sendo possÃ-vel atender ao que consta no item anterior, que sejam intimados ofendido (a) (s), testemunha (s) e acusado (a) (s) (apenas civis) para que acessem, por meios prÃ³prios, a audiÃªncia virtual por meio do seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OTA4ZjhlZmMtY2U4OS00ODc1LTkyODgtMTNhMGVhYjU1N2E4%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d 3)Â Â Â Â Â Deve constar no expediente (carta precatÃ³ria) que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar, por certidÃ£o, os meios de contato com a pessoa a ser ouvida, como telefone

(WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 4)Â Â Â Â Â Caso haja militares a serem ouvidos, como ofendido, testemunha ou acusado, solicite-se ao Comando a que estejam vinculados para que se apresentem em unidade militar, disponibilizando sala, equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o inquiridas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, na mesma data e horÃ¡rios acima transcritos, informando-se, ainda, o link para acesso (referido acima); 5)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 6)Â Â Â Â Â Cientifiquem-se as partes de que deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual; 7)Â Â Â Â Â Conste nos expedientes, tambÃ©m, que para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado apoio por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: (91) 99339-0307) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 21 de outubro de 2021. Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00003259220208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:ADEMIR GONCALVES CORREA JUNIOR VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:IVAN JOSE ALEIXO DA SILVA Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 4378 - FRANCISCO DE ASSIS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. DECISÃO 1)Â Â Â Â Â Designo o dia 26/11/2021 Ã s 12h30m para julgamento do feito. 2)Â Â Â Â Â As partes deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual. 3)Â Â Â Â Â Deve constar no expediente, ainda, que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar os meios de contato com a pessoa que deverÃ¡ participar do ato, como telefone (WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato. 4)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato. 5)Â Â Â Â Â A sala de audiÃªncia poderÃ¡ ser acessada pelo link:Â https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NjJiMzA1YWEtYjllZi00OTI1LWE2MGYtZDM1ZGNlYTE3NDI1%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d 6)Â Â Â Â Â AuxÃ-lio para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: ((91) 99339-0307 - WhatsApp) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 21 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00007616620118140200 PROCESSO ANTIGO: 201120007302 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:JOSE DO SOCORRO CONCEICAO OLIVEIRA DENUNCIADO:JAILSON RODRIGUES CORREA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA (ADVOGADO) OAB 8707 - SANDRO MAURO COSTA DA SILVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCIO FRANCISCO FERREIRA DA GAMA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) VITIMA:A. M. PROMOTOR:ARMANDO BRASIL TEIXEIRA. CERTIDÃO Carolina Abreu Silva, Diretora de secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que, em pesquisa no LIBRA verifiquei dois processos na vara de MUANÃ, processo 00018827520208140033 e processo 0002666-15.814.0033, que constam como acusados os referidos acusados deste processo. Ocorre que nÃ£o houve finalizaÃ§Ã£o da carta precatÃ³ria e nem devoluÃ§Ã£o. Sendo assim, conforme despacho de fls.47, venho requerer informaÃ§Ãµes sobre o cumprimento da mesma. 21/10/2021 Carolina Abreu Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio. PROCESSO: 00007616620118140200 PROCESSO ANTIGO: 201120007302 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:JOSE DO SOCORRO CONCEICAO

OLIVEIRA DENUNCIADO:JAILSON RODRIGUES CORREA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA (ADVOGADO) OAB 8707 - SANDRO MAURO COSTA DA SILVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCIO FRANCISCO FERREIRA DA GAMA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) VITIMA:A. M. PROMOTOR:ARMANDO BRASIL TEIXEIRA. 21/10/2021 https://apps.tjpa.jus.br/malotedigital/popup.jsf https://apps.tjpa.jus.br/malotedigital/popup.jsf 1/1 Impresso em: 21/10/2021 Ã s 11:52 RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO CÃ³digo de rastreabilidade: 81420211579665 Documento: documento_completo_20210229616954.pdf Remetente: VARA ÃNICA - JUSTIÃA MILITAR (Carolina Abreu Silva) DestinatÃ¡rio: VARA UNICA DE MUANA (TJPA) Data de Envio: 21/10/2021 11:47:41 Assunto: informaÃ§Ãµes de cumprimento de precatÃ³ria PROCESSO: 00010298120158140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO DENUNCIADO:SIDNEY PROFETA DA SILVA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE VALMIR CARDOSO SANTOS Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE CARLOS LIMA DE CASTRO Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCO ANTONIO SOUZA ROSAS Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANA CRISTINA SIQUEIRA DE MORAES Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:MIGUEL ANTONIO QUARESMA DE LEMOS Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALEX LIMA PEIXOTO Representante(s): OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) DENUNCIADO:JANDYR FERREIRA DE ARAUJO Representante(s): OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOAO NIVALDO DA SILVA AMORAS Representante(s): OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE ROBERTO ARAUJO CUNHA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:MANOEL NAZARENO CARDOSO Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALIPIO DOS ANJOS OLIVEIRA JUNIOR Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARIA DE NAZARE MEDEIROS DA ROCHA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZACARIAS VAZ BRASIL Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:BRUNO PINHEIRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARILDO DE

ARAUJO FERREIRA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE LINO CUIMAR RIBEIRO Representante(s): OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) DENUNCIADO:THIAGO BARBOSA TEIXEIRA Representante(s): OAB 13558 - CRISTIANE DO SOCORRO CUNHA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 21305 - RAONI DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 21039 - MICHELE CASTELO BRANCO MARTINS (ADVOGADO) DENUNCIADO:CARLOS FERNANDO DO ROSARIO SANTOS Representante(s): OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) DENUNCIADO:FRANCISCO GUEDES DA CONCEICAO Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALDENIRAN PEREIRA MATOS Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA - DEFENSOR PÚBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:ANTONIO ADRIANO SOARES DE ARAUJO Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) OAB 29741 - STELLA DE MEDEIROS ARAUJO LUCENA (ADVOGADO) DENUNCIADO:CLAUDIO ALMEIDA CAMPBELL Representante(s): OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) DENUNCIADO:ITALO RICHARDSON MARQUES DE FREITAS Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) OAB 7363 - MARCO AURELIO DE JESUS MENDES (ADVOGADO) OAB 9083 - ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ADRIANO ROGERIO DANTAS MONTEIRO Representante(s): OAB 13558 - CRISTIANE DO SOCORRO CUNHA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 21305 - RAONI DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 21039 - MICHELE CASTELO BRANCO MARTINS (ADVOGADO) DENUNCIADO:RENATO NAZARENO SOUSA DA SILVA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUIZ EDUARDO DA SILVA SANTOS Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA - DEFENSOR PÚBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:NATALIANO DE OLIVEIRA VILHENA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCOS CLAYTON GERONIMO DE SOUSA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:JUSCELINO ROSIVALDO LIMA BRANDAO Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:FRANCISCO DE ASSIS DO CARMO COELHO Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA - DEFENSOR PÚBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:PAULO DA ROSA CELSO DE FARIAS Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:FLAVIO LUCAS MENEZES Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:AUGUSTO CESAR OLIVEIRA PENHA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:WENDEL DIEGO DO CARMO PINTO Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANTONIO RIBEIRO AIRES Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE AUGUSTO DOS PASSOS Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAIMUNDO CESAR OLIVEIRA AZEVEDO Representante(s): OAB 18898 - NELSON MAURICIO DE ARAUJO JASSE (ADVOGADO) OAB 28405 - GEORGES AUGUSTO

CORREA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22912 - BRUNA PAIVA JASSÉ (ADVOGADO) OAB 12673 - GIOVANNI MESQUITA PANTOJA (ADVOGADO) DENUNCIADO:PETER COLMAN SOUZA COSTA Representante(s): OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) DENUNCIADO:EDIVALDO PINHEIRO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:EDSON PORFIRIO DE LIMA Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) OAB 7363 - MARCO AURELIO DE JESUS MENDES (ADVOGADO) OAB 9083 - ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAIMUNDO VIEGAS LIMA Representante(s): OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) DENUNCIADO:FABIO ALEX CORREA BARRA Representante(s): OAB 13558 - CRISTIANE DO SOCORRO CUNHA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 20971 - JESSICA RAIRA DE JESUS CAMPOS (ADVOGADO) OAB 21039 - MICHELE CASTELO BRANCO MARTINS (ADVOGADO) OAB 22341 - GIULIA GABRIELA ABREU DA COSTA DIAS (ADVOGADO) DENUNCIADO:HENRIQUE CESAR OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUCIO MAURO OLIVEIRA SILVA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:FABIO MEIRELES BRAGA Representante(s): OAB 18948 - FABIO ANTONIO BORGES CHIMOKA (ADVOGADO) OAB 1590 - AMERICO LINS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 16139 - ANA MARIA DIAS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) DENUNCIADO:AUGUSTO CESAR DO NASCIMENTO MACIEL Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) DENUNCIADO:EDINALDO ALVES DA SILVA Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) OAB 7363 - MARCO AURELIO DE JESUS MENDES (ADVOGADO) OAB 9083 - ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:EDIVAL MONTEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:ARMANDO BRASIL TEIXEIRA. Processo nÃºmero: 0001029-81.2015.8.14.0200 DECISÂ¿O 1)Â Â Â Â Â Redesigno o julgamento anteriormente marcado para o dia 07/12/2021 Ã s 10h00m. 2)Â Â Â Â Â As partes deverÂ¿o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual. 3)Â Â Â Â Â A sala de audiÃªncia poderÃ¡ ser acessada pelo link:Â https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NTYyNmUyZjctNzE2OS00M2M1LWJmZGItNDUyNzcxODY0NTI2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d 4)Â Â Â Â Â AuxÃ-lio para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: ((91) 99339-0307 - WhatsApp) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 20 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00011221020168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:OSVALDO SOARES DA COSTA DENUNCIADO:CHARZUENY OWESTTER TEIXEIRA DE SOUSA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:FRANKLIN FERREIRA DE QUEIROZ Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 4378 - FRANCISCO DE ASSIS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) OAB 29741 - STELLA DE MEDEIROS ARAUJO LUCENA (ADVOGADO) VITIMA:F. P. S. . CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO Â Carolina Abreu Silva, Diretora de Secretaria em ExercÃ-cio da JME/PA, usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por lei pelo provimento 08/2014-CJRMB, Certifica que transitou livremente em julgado a sentenÃ§a desses autos, pois as partes renunciaram ao prazo recursal. Pelo que faÃ§o o arquivamento dos autos, como determinado pelo Juiz. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, 21 de outubro de 2021. Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria da JME/PA PROCESSO: 00011221020168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:OSVALDO SOARES DA COSTA DENUNCIADO:CHARZUENY OWESTTER TEIXEIRA DE SOUSA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:FRANKLIN FERREIRA DE QUEIROZ Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 4378 - FRANCISCO DE ASSIS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) OAB 29741 - STELLA DE MEDEIROS ARAUJO LUCENA (ADVOGADO) VITIMA:F. P. S. . ATA DE AUDIÃNCIA VIRTUAL SERVINDO COMO SENTENÃA NÂº do Processo NÂº 0001122-10.2016.8.14.0200 ÃrgÃ£o: CPJPM Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual - Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 21/10/2021 Hora: 9h Juiz-Presidente: LUCAS DO CARMO DE JESUS JuÃ-zes mlitares: MAJOR PM GILBERTO REINALDO DE OLIVEIRA CAP PM ADRIANA COUTINHO DA CUNHA 1Âº TEN PM STALONE PEREIRA MOURA 1Âº TEN PM AUGUSTO BRITO TAVARES Â Promotor: Dr. Armando Brasil Teixeira Acusados: CHARZUENY OWESTER TEIXEIRA DE SOUZA Â FRANKLIN FEREIRA DE QUEIROZ Advogadas : Dra. Camila do Socorro Rodrigues Alves OAB/PA 14055 Â Dra. Nayara Rego Borges Martins OAB 21.611 Presentes o Juiz de Direito, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (virtualmente), o acusado FRANKLIN FERREIRA DE QUEIROZ acompanhado de sua advogada Dra. Nayara Rego Borges Martins OAB 21.611, ambos virtualmente, presente a advogada do acusado CHARZUENY OWESTER TEIXEIRA DE SOUZA, a Dra. Camila do Socorro Rodrigues Alves OAB/PA 14055, ambos virtualmente, teve inÃ-cio a audiÃªncia. O MinistÃ©rio PÃºblico Militar, considerando a ausÃªncia dos ofendidos na audiÃªncia e a falta de informaÃ§Ã£o quanto ao cumprimento da carta precatÃ³ria expedida para intimaÃ§Ã£o dos mesmos, desiste da suas oitivas. A defesa de CHARZUENY OWESTER TEIXEIRA DE SOUZA desistiu da oitiva da testemunha que arrolou. A defesa do acusado FRANKLIN FEREIRA DE QUEIROZ nÃ£o arrolou testemunhas. Os acusados fizeram uso do direito constitucional de permanecerem em silÃªncio, pelo que nÃ£o foram interrogados. O MinistÃ©rio PÃºblico apresentou alegaÃ§Ãµes finais oralmente, pugnando pela absolviÃ§Ã£o dos acusados por insuficiÃªncia de provas, conforme dispÃµe o artigo 439, Â¿eÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. A defesa do acusado CHARZUENY OWESTER TEIXEIRA DE SOUZA tambÃ©m apresentou alegaÃ§Ãµes finais oralmente, pugnando por sua absolviÃ§Ã£o com fundamento no artigo 439, Â¿eÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. A defesa do acusado FRANKLIN FEREIRA DE QUEIROZ tambÃ©m apresentou alegaÃ§Ãµes finais oralmente, pugnando por sua absolviÃ§Ã£o com fundamento no artigo 439, Â¿aÂ¿, do jÃ¡ mencionado CÃ³digo. O MM. Juiz proferiu sentenÃ§a, oralmente, absolvendo os acusados CHARZUENY OWESTER TEIXEIRA DE SOUZA e FRANKLIN FEREIRA DE QUEIROZ quanto Ã acusaÃ§Ã£o da prÃ¡tica do crime de violaÃ§Ã£o de domicÃ-lio na forma qualificada e majorada, tipificado no artigo 226, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, do CÃ³digo Penal Militar, por insuficiÃªncia de provas, com fundamento no artigo 439, Â¿eÂ¿, do CPPM. O MinistÃ©rio PÃºblico Militar, os acusados e a defesa dos mesmos manifestaram que nÃ£o irÃ£o recorrer, renunciando ao prazo recursal. O MM. Juiz dispensou a transcriÃ§Ã£o da sentenÃ§a, determinando que a mesma seja gravada em mÃ-dia e juntada aos autos. Declarou o MM. Juiz, ainda, o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a e determinou o imediato arquivamento dos autos. Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz presidente o encerramento do ato, ficando as partes intimadas das deliberaÃ§Ãµes ocorridas em audiÃªncia. Eu,Â , Mariceli Farias Virgolino, Analista JudiciÃ¡rio. Juiz de Direito Â _____ PROCESSO: 00016738220198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:MARIO JORGE VASCONCELOS CONCEICAO JUNIOR DENUNCIADO:ELIELSON LAGOIA MACEDO VITIMA:L. V. S. T. VITIMA:M. M. M. . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de adequaÃ§Ã£o e remanejamento da pauta, redesigno para o dia 14/01/2022 Ã s 10h30 a audiÃªncia de deliberaÃ§Ã£o quanto Ã aplicaÃ§Ã£o do SURSIS processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esta JustiÃ§a especializada vem adotando como rotina a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de modo virtual, com vista a tornar mais eficiente e cÃ©lere a prestaÃ§Ã£o jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto adotem-se as seguintes providÃªncias: 1)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria ou mandado ao JuÃ-zo da Comarca onde residem ofendido (a), testemunha (s) arrolada(o)(s) pelas partes e acusado (a) (s) (apenas os civis) para que seja cumpria por uma das seguintes formas: 1.1)Â Â Â Â Â Em sendo possÃ-vel, disponibilizar sala, com equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet, e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o ouvidas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, e intimar ofendidos, testemunhas e acusado indicados (apenas civis) para que compareÃ§am a este local para prestarem depoimento ou interrogatÃ³rio na data e hora acima; 2)Â Â Â Â Â NÃ£o sendo possÃ-vel atender

ao que consta no item anterior, que sejam intimados ofendido (a) (s), testemunha (s) e acusado (a) (s) (apenas civis) para que acessem, por meios prÃ³prios, a audiÃªncia virtual por meio do seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmRmNGM1NGYtZDEwNC00NWM2LWEzYTQtYjc0NWFmN2UxNTFi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d 3)Â Â Â Â Â Deve constar no expediente (carta precatÃ³ria) que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar, por certidÃ£o, os meios de contato com a pessoa a ser ouvida, como telefone (WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 4)Â Â Â Â Â Caso haja militares a serem ouvidos, como ofendido, testemunha ou acusado, solicite-se ao Comando a que estejam vinculados para que se apresentem em unidade militar, disponibilizando sala, equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o inquiridas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, na mesma data e horÃ¡rios acima transcritos, informando-se, ainda, o link para acesso (referido acima); 5)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 6)Â Â Â Â Â Cientifiquem-se as partes de que deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual; 7)Â Â Â Â Â Conste nos expedientes, tambÃ©m, que para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado apoio por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: (91) 99339-0307) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 21 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00022904220198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 DENUNCIADO:FABIO SOUZA CAMPOS Representante(s): OAB 13558 - CRISTIANE DO SOCORRO CUNHA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 20971 - JESSICA RAIRA DE JESUS CAMPOS (ADVOGADO) OAB 8123 - EDUARDO SILVA DE CARVALHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:MAYKON ROBERTO DA SILVA FARIAS Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 4378 - FRANCISCO DE ASSIS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) AUTORIDADE POLICIAL:CASSIUS ALESSANDRO DE OLIVEIRA LOPES. Despacho: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a audiÃªncia designada para o dia 02/12/2021 Ã s 11h00, aguardar-se o dia da audiÃªncia para anÃ¡lise do pedido (fls.161/162), em conjunto com o EgrÃ©gio Conselho Especial de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria para as devidas providÃªncias.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 21 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00029491720208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:LUIZ AUGUSTO HENRIQUES RODRIGUES DENUNCIADO:SEM INDICAMENTO VITIMA:T. G. S. DENUNCIADO:ADRIANNO HENRICKY RABELO MARTINS DENUNCIADO:ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de adequaÃ§Ã£o e remanejamento da pauta, redesigno para o dia 14/01/2022 Ã s 11h00 a audiÃªncia de deliberaÃ§Ã£o quanto Ã aplicaÃ§Ã£o do SURSIS processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esta JustiÃ§a especializada vem adotando como rotina a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de modo virtual, com vista a tornar mais eficiente e cÃ©lere a prestaÃ§Ã£o jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto adotem-se as seguintes providÃªncias: 1)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria ou mandado ao JuÃ-zo da Comarca onde residem ofendido (a), testemunha (s) arrolada(o)(s) pelas partes e acusado (a) (s) (apenas os civis) para que seja cumpria por uma das seguintes formas: 1.1)Â Â Â Â Â Em sendo possÃ-vel, disponibilizar sala, com equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet, e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o ouvidas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, e intimar ofendidos, testemunhas e acusado indicados (apenas civis) para que compareÃ§am a este local para prestarem depoimento ou interrogatÃ³rio na data e hora acima; 2)Â Â Â Â Â NÃ£o sendo possÃ-vel atender ao que consta no item anterior, que sejam intimados ofendido (a) (s), testemunha (s) e acusado (a) (s) (apenas civis) para que acessem, por meios prÃ³prios, a audiÃªncia virtual por meio do seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZDVlYWEwNzQtZGI1MC00OGEyLTllMjgtN2MwZGU3NjA2NmMy%40thread.v2/0?con

t e x t = % 7 b % 2 2 T i d % 2 2 % 3 a % 2 2 5 f 6 f d 1 1 e - c d f 5 - 4 5 a 5 - 9 3 3 8 - b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d 3)Â Â Â Â Â Deve constar no expediente (carta precatÃ³ria) que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar, por certidÃ£o, os meios de contato com a pessoa a ser ouvida, como telefone (WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 4)Â Â Â Â Â Caso haja militares a serem ouvidos, como ofendido, testemunha ou acusado, solicite-se ao Comando a que estejam vinculados para que se apresentem em unidade militar, disponibilizando sala, equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o inquiridas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, na mesma data e horÃ¡rios acima transcritos, informando-se, ainda, o link para acesso (referido acima); 5)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 6)Â Â Â Â Â Cientifiquem-se as partes de que deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual; 7)Â Â Â Â Â Conste nos expedientes, tambÃ©m, que para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado apoio por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: (91) 99339-0307) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 21 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00032474820168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:ALESSANDRA LOPES LEAL BANDEIRA DENUNCIADO:MARCOS RODRIGUES LIMA VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DE JUSTICA MILITAR. CERTIDÃO Carolina Abreu Silva, Diretora de secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que, o denunciado foi citado, mas nÃ£o apresentou a resposta. Sendo assim, faÃ§o vistas a defensoria. 21/10/2021 Carolina Abreu Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio. PROCESSO: 00034507420168140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MAGNO GLEY REZENDE DOS SANTOS Representante(s): OAB 13823 - FABIO BARCELOS MACHADO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SAMUEL DA ASSUNCAO JUNIOR Representante(s): OAB 13823 - FABIO BARCELOS MACHADO (ADVOGADO) DENUNCIADO:MICHAEL SOARES VERAS Representante(s): OAB 13823 - FABIO BARCELOS MACHADO (ADVOGADO) DENUNCIADO:FELIPE COSTA CARVALHO Representante(s): OAB 13823 - FABIO BARCELOS MACHADO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAIMUNDO HELIO PEREIRA DE LIMA Representante(s): OAB 13823 - FABIO BARCELOS MACHADO (ADVOGADO) DENUNCIADO:CB PM ARLAN CAMPOS LOPES DA SILVA Representante(s): OAB 13823 - FABIO BARCELOS MACHADO (ADVOGADO) VITIMA:J. L. P. O. VITIMA:L. E. L. . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme certidÃ£o de fl.657, designo para o dia 28/02/2023 Ã s 09h00 a oitiva das testemunhas arroladas, bem como o interrogatÃ³rio dos acusados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esta JustiÃ§a especializada vem adotando como rotina a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de modo virtual, com vista a tornar mais eficiente e cÃ©lere a prestaÃ§Ã£o jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto adotem-se as seguintes providÃªncias: 1)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria ou mandado ao JuÃ-zo da Comarca onde residem ofendido (a), testemunha (s) arrolada(o)(s) pelas partes e acusado (a) (s) (apenas os civis) para que seja cumpria por uma das seguintes formas: 1.1)Â Â Â Â Â Em sendo possÃ-vel, disponibilizar sala, com equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet, e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o ouvidas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, e intimar ofendidos, testemunhas e acusado indicados (apenas civis) para que compareÃ§am a este local para prestarem depoimento ou interrogatÃ³rio na data e hora acima; 2)Â Â Â Â Â NÃ£o sendo possÃ-vel atender ao que consta no item anterior, que sejam intimados ofendido (a) (s), testemunha (s) e acusado (a) (s) (apenas civis) para que acessem, por meios prÃ³prios, a audiÃªncia virtual por meio do seguinte l i n k : h t t p s : / / t e a m s . m i c r o s o f t . c o m / l / m e e t u p - join/19%3ameeting_NGFiZWE5NTAtYjJkYS00OWE2LTgwMDItOTY4MjZhN2UzNjhk%40thread.v2/0?cont e x t = % 7 b % 2 2 T i d % 2 2 % 3 a % 2 2 5 f 6 f d 1 1 e - c d f 5 - 4 5 a 5 - 9 3 3 8 - b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d 3)Â Â Â Â Â Deve constar no expediente (carta precatÃ³ria) que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar, por certidÃ£o, os meios de contato com a pessoa a ser ouvida, como telefone

(WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 4)Â Â Â Â Â Caso haja militares a serem ouvidos, como ofendido, testemunha ou acusado, solicite-se ao Comando a que estejam vinculados para que se apresentem em unidade militar, disponibilizando sala, equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o inquiridas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, na mesma data e horÃ¡rios acima transcritos, informando-se, ainda, o link para acesso (referido acima); 5)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 6)Â Â Â Â Â Cientifiquem-se as partes de que deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual; 7)Â Â Â Â Â Conste nos expedientes, tambÃ©m, que para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado apoio por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: (91) 99339-0307) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 21 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00036516020208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE CAVALCANTE MONTEIRO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:SILVIO JOSE MENDONCA DA SILVA DENUNCIADO:JOSUE SANTOS FAVACHO VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. CERTIDÃO Â Certifico que o acusado: SD PM JOSUE SANTOS FAVACHO, apresentou o comprovante de depÃ³sito bancÃ¡rio (fls. 14), em cumprimento a ata de AudiÃªncia Preliminar constante a fl. 09, que determinou que o acusado reparasse o dano causado ao ErÃ¡rio PÃºblico, no valor total de R$ 294,60 (duzentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos) ao FISP, afim de usufruir da causa legal de extinÃ§Ã£o da punibilidade. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â BelÃ©m, 21 de outubro de 2021. Simone Cavalcante Monteiro Â Assessora JudiciÃ¡ria da JME/PA P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 5 4 1 5 2 0 2 0 8 1 4 0 2 0 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:ANTENOR PEREIRA DE JESUS NETTO DENUNCIADO:AURIMAR NORONHA VIEIRA Representante(s): OAB 28347 - PAULO REINALDO SANTIAGO DO ESPIRITO SANTO (ADVOGADO) VITIMA:T. A. B. PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. DECISÂ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebida a denÃºncia, o rÃ©u foi devidamente citado e apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado particular. Instado a se manifestar, sobre a resposta Ã acusaÃ§Ã£o, o MPM manifestou-se pelo prosseguimento da AÃ§Ã£o Penal, nÃ£o acatou a tese arguida pela defesa (fl.21). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatei, sucintamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 397 do CÃ³digo de Processo Penal, na redaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.719, de 2008, dispÃµe: Art. 397. ApÃ³s o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parÃ¡grafos, deste CÃ³digo, o juiz deverÃ¡ absolver sumariamente o acusado quando verificar: I - a existÃªncia manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; II - a existÃªncia manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; III - que o fato narrado evidentemente nÃ£o constitui crime; ou IV - extinta a punibilidade do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se depreende das expressÃµes veiculadas pelo dispositivo, somente em caso de absoluta certeza a respeito da inexistÃªncia da tipicidade ou ilicitude do fato tÃ-pico ou da culpabilidade ou punibilidade do agente estÃ¡ o juiz autorizado a absolver o acusado sumariamente. NÃ£o Ã© o caso dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalto ainda, que a peÃ§a inicial jÃ¡ foi recebida, nÃ£o hÃ¡ o que se falar, portanto, em reanÃ¡lise desses mesmos elementos, cabendo Ã defesa, neste instante, demonstrar a ocorrÃªncia de alguns dos fatores impeditivos previstos no artigo 397, do CPP, o que nÃ£o foi o caso. RazÃ£o pela qual mantenho a decisÃ£o de recebimento da denÃºncia por seus prÃ³prios fundamentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebo a alegaÃ§Ã£o preliminar do rÃ©u, como de mÃ©rito, sobre a qual sÃ£o demandadas provas a serem produzidas futuramente em juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo o dia 05/07/2022 Ã s 11h30 a inquiriÃ§Ã£o da (s) testemunha (s) arroladas pelo MPM e defesa, bem como o interrogatÃ³rio do (s) acusado (s). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esta JustiÃ§a especializada vem adotando como rotina a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de modo virtual, com vista a tornar mais eficiente e cÃ©lere a prestaÃ§Ã£o jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto adotem-se as seguintes providÃªncias: 1)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria ou mandado ao JuÃ-zo da Comarca onde residem ofendido (a), testemunha (s) arrolada(o)(s) pelas partes e acusado (a) (s) (apenas os civis) para que seja cumpria por uma das seguintes formas: 1.1)Â Â Â Â Â Em sendo possÃ-vel, disponibilizar sala, com equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet, e servidor para

identificar as pessoas que serÃ£o ouvidas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, e intimar ofendidos, testemunhas e acusado indicados (apenas civis) para que compareÃ§am a este local para prestarem depoimento ou interrogatÃ³rio na data e hora acima; 1.2)Â Â Â Â Â NÃ£o sendo possÃ-vel atender ao que consta no item anterior, que sejam intimados ofendido (a) (s), testemunha (s) e acusado (a) (s) (apenas civis) para que acessem, por meios prÃ³prios, a audiÃªncia virtual por meio do seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmZhMTZkZDctNGQwMi00MDk1LTkwOWItMmUwMmZkZTEzYmUx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d 1.3)Â Â Â Â Â Deve constar no expediente (carta precatÃ³ria) que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar, por certidÃ£o, os meios de contato com a pessoa a ser ouvida, como telefone (WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 2)Â Â Â Â Â Caso haja militares a serem ouvidos, como ofendido, testemunha ou acusado, solicite-se ao Comando a que estejam vinculados para que se apresentem em unidade militar, disponibilizando sala, equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o inquiridas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, na mesma data e horÃ¡rios acima transcritos, informando-se, ainda, o link para acesso (referido acima); 3)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 4)Â Â Â Â Â Cientifiquem-se as partes de que deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual; 5)Â Â Â Â Â Conste nos expedientes, tambÃ©m, que para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado apoio por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: (91) 99339-0307) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 21 de outubro de 2021. Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00041582120208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:RAIMUNDO NONATO RODRIGUES PAIXAO DENUNCIADO:ADENILSON TELES XAVIER VITIMA:A. C. O. E. . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de adequaÃ§Ã£o e remanejamento da pauta, redesigno para o dia 14/01/2022 Ã s 10h00 a audiÃªncia de deliberaÃ§Ã£o quanto Ã aplicaÃ§Ã£o do SURSIS processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Esta JustiÃ§a especializada vem adotando como rotina a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de modo virtual, com vista a tornar mais eficiente e cÃ©lere a prestaÃ§Ã£o jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto adotem-se as seguintes providÃªncias: 1)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria ou mandado ao JuÃ-zo da Comarca onde residem ofendido (a), testemunha (s) arrolada(o)(s) pelas partes e acusado (a) (s) (apenas os civis) para que seja cumpria por uma das seguintes formas: 1.1)Â Â Â Â Â Em sendo possÃ-vel, disponibilizar sala, com equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet, e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o ouvidas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, e intimar ofendidos, testemunhas e acusado indicados (apenas civis) para que compareÃ§am a este local para prestarem depoimento ou interrogatÃ³rio na data e hora acima; 2)Â Â Â Â Â NÃ£o sendo possÃ-vel atender ao que consta no item anterior, que sejam intimados ofendido (a) (s), testemunha (s) e acusado (a) (s) (apenas civis) para que acessem, por meios prÃ³prios, a audiÃªncia virtual por meio do seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZTNjZmRmM2MtNTNiOC00MjkxLWJjNDItMDNhODM2N2VhMmMz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d 3)Â Â Â Â Â Deve constar no expediente (carta precatÃ³ria) que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar, por certidÃ£o, os meios de contato com a pessoa a ser ouvida, como telefone (WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 4)Â Â Â Â Â Caso haja militares a serem ouvidos, como ofendido, testemunha ou acusado, solicite-se ao Comando a que estejam vinculados para que se apresentem em unidade militar, disponibilizando sala, equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o inquiridas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, na mesma data e horÃ¡rios acima transcritos, informando-se, ainda, o link para

acesso (referido acima); 5)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 6)Â Â Â Â Â Cientifiquem-se as partes de que deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual; 7)Â Â Â Â Â Conste nos expedientes, tambÃ©m, que para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado apoio por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: (91) 99339-0307) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 21 de outubro de 2021. Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00047337320138140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:JOSE MENDONCA BARROSO FILHO DENUNCIADO:LUCENILSON FERREIRA DE SOUSA DENUNCIADO:WALDINEI PANTOJA MATOS DENUNCIADO:SIVALDO FIGUEIRA DA SILVA DENUNCIADO:ALEXON PIRES DE JESUS VITIMA:M. C. S. A. M. PROMOTOR:ARMANDO BRASIL TEIXEIRA. ATA DE AUDIÃNCIA VIRTUAL SERVINDO COMO SENTENÃA NÂº do Processo NÂº 0004733-73.2013.8.14.0200 ÃrgÃ£o: CPJPM Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual - Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 21/10/2021 Hora: 10h Juiz-Presidente: LUCAS DO CARMO DE JESUS JuÃ-zes mlitares: MAJOR PM JOÃO DOUGLAS FERREIRA SOARES CAP PM PEDRO YOSHIOKA DA SILVA 1Âº TEN PM LUIZ AUGUSTO BRITO TAVARES 2Âº TEN PM BRUNO FERREIRA MAZZÃ Â Promotor: Dr. GILBERTO VALENTE MARTINS Acusados: ALEXON PIRES DE JESUS Â WALDINEI PANTOJA MATOS Â SIVALDO FIGUEIRA DA SILVA Â LUCENILSON FERREIRA DE SOUSA Advogada: Dra. Camila do Socorro Rodrigues Alves OAB/PA 14055 Presentes o Juiz de Direito, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (virtualmente), os membros do Conselho de JustiÃ§a (presencialmente), os acusados acompanhados da advogada: Dra. Camila do Socorro Rodrigues Alves OAB/PA 14055, todos virtualmente, teve inÃ-cio a audiÃªncia. O MinistÃ©rio PÃºblico desistiu da oitiva das testemunhas arroladas na denÃºncia, visto que as mesmas nÃ£o foram localizadas. As partes nÃ£o requereram diligÃªncias (art.427 do CPPM). O MPM requereu a ABSOLVIÃÃO dos rÃ©us por INSUFICIÃNCIA DE PROVAS. A Defesa requereu a ABSOLVIÃÃO dos rÃ©us por INSUFICIÃNCIA DE PROVAS, com fulcro no artigo 439, e. O MM. Juiz proferiu seu voto absolvendo os acusados ALEXON PIRES DE JESUS, WALDINEI PANTOJA MATOS, SIVALDO FIGUEIRA DA SILVA e LUCENILSON FERREIRA DE SOUSA quanto Ã acusaÃ§Ã£o da prÃ¡tica do crime de concussÃ£o, tipificado no artigo 305, do CÃ³digo Penal Militar, por insuficiÃªncia de provas, com fundamento no artigo 439, Â¿eÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, no que foi acompanhado pelos demais membros do Conselho Permanente de JustiÃ§a. As partes renunciaram ao prazo recursal. O MM juiz dispensou a transcriÃ§Ã£o da sentenÃ§a, que ficarÃ¡ gravada em mÃ-dia a ser juntada aos autos, declarou o transitado em julgado e determinou o imediato arquivamento dos autos. E, Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz presidente o encerramento do ato, ficando as partes intimadas das deliberaÃ§Ãµes ocorridas em audiÃªncia. Eu,Â , Mariceli Farias Virgolino, Analista JudiciÃ¡rio.Â Â Juiz de Direito Â _____ Â JuÃ-zes Militares PROCESSO: 00054106420178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:GERSON LOPES RAPOSO JUNIOR INDICIADO:FABIO PARIS CARNEIRO DA COSTA Representante(s): OAB 1590 - AMERICO LINS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 8283 - ARTHEMIO MEDEIROS LINS LEAL (ADVOGADO) OAB 24782 - SAMIO GUSTAVO SARRAFF ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 25052 - DEBORA ELEONORA DIAS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 26671 - MATHEUS CALANDRINI SILVA GRAIM (ADVOGADO) OAB 29944 - HARRISON SAVIO SARRAFF ALMEIDA (ADVOGADO) INDICIADO:CLAUDECY FERNANDES DA LUZ Representante(s): OAB 21235 - SERGIO DE JESUS CORREA (ADVOGADO) VITIMA:F. A. O. PROMOTOR:PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTICA MILITAR. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o mandado de citaÃ§Ã£o para os acusados, que deverÃ¡ ser comprido apÃ³s o restabelecimento do serviÃ§o ou a designaÃ§Ã£o de outro oficial de justiÃ§a para o seu cumprimento. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 21 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00057073720188140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:DORIMAN MARQUES MOURA DENUNCIADO:ANTONIO SERGIO FONTENELE MAGALHAES Representante(s): OAB 27634 - JULIE REGINA TEIXEIRA MARTINS (ADVOGADO) VITIMA:M. L. P. S. . CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO Â Carolina Abreu Silva, Diretora de Secretaria em ExercÃ-cio da JME/PA, usando das

atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por lei pelo provimento 08/2014-CJRMB, Certifica que transitou livremente em julgado a sentenÃ§a desses autos, pois as partes renunciaram ao prazo recursal. Pelo que faÃ§o o arquivamento dos autos, como determinado pelo Juiz. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, 21 de outubro de 2021. Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria da JME/PA PROCESSO: 00081959620178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 DENUNCIADO:ANTONIO CARLOS GAMA DA SILVA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) ENCARREGADO:SERGIO PASTANA RIBEIRO. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme certidÃ£o de fl.56, designo para o dia 28/09/2022 Ã s 09h00 a oitiva da testemunha CARLOS ALBERTO PEREIRA DE SOUZA , bem como o interrogatÃ³rio do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esta JustiÃ§a especializada vem adotando como rotina a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de modo virtual, com vista a tornar mais eficiente e cÃ©lere a prestaÃ§Ã£o jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto adotem-se as seguintes providÃªncias: 1)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria ou mandado ao JuÃ-zo da Comarca onde residem ofendido (a), testemunha (s) arrolada(o)(s) pelas partes e acusado (a) (s) (apenas os civis) para que seja cumpria por uma das seguintes formas: 1.1)Â Â Â Â Â Em sendo possÃ-vel, disponibilizar sala, com equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet, e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o ouvidas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, e intimar ofendidos, testemunhas e acusado indicados (apenas civis) para que compareÃ§am a este local para prestarem depoimento ou interrogatÃ³rio na data e hora acima; 2)Â Â Â Â Â NÃ£o sendo possÃ-vel atender ao que consta no item anterior, que sejam intimados ofendido (a) (s), testemunha (s) e acusado (a) (s) (apenas civis) para que acessem, por meios prÃ³prios, a audiÃªncia virtual por meio do seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NmRlMDZkMDUtMjg2MS00NmI1LWIyZjQtMjk0YmE0ZjdiYjUy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d Deve constar no expediente (carta precatÃ³ria) que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar, por certidÃ£o, os meios de contato com a pessoa a ser ouvida, como telefone (WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 3)Â Â Â Â Â Caso haja militares a serem ouvidos, como ofendido, testemunha ou acusado, solicite-se ao Comando a que estejam vinculados para que se apresentem em unidade militar, disponibilizando sala, equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o inquiridas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, na mesma data e horÃ¡rios acima transcritos, informando-se, ainda, o link para acesso (referido acima); 4)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 5)Â Â Â Â Â Cientifiquem-se as partes de que deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual; 6)Â Â Â Â Â Conste nos expedientes, tambÃ©m, que para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado apoio por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: (91) 99339-0307) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 21 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00087131820198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:DANIEL MIRANDA BRITO VITIMA:M. D. O. P. DENUNCIADO:JOSIELSON LIMA BARBOSA Representante(s): OAB 21140 - SAMARA SOBRINHA DOS SANTOS ALVES (ADVOGADO) OAB 18291 - JULIA FERREIRA BASTOS SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:GEAN GIRELI GOMES PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DE JUSTICA MILITAR. DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa do (s) acusado (s) alegou que o disposto na peÃ§a vestibular nÃ£o condiz com a verdade dos fatos, o que restarÃ¡ comprovado durante a instruÃ§Ã£o processual, reservando-se o direito de apresentar defesa tÃ©cnica no momento das alegaÃ§Ãµes finais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observo que a exordial acusatÃ³ria descreve o mÃ-nimo necessÃ¡rio, Ã sua propositura. A defesa, por sua vez, nÃ£o arguiu circunstÃ¢ncias previstas no art.397 do CPP, ficando pendente o feito das provas a serem colhidas durante a instruÃ§Ã£o processual, razÃ£o pela qual mantenho a decisÃ£o de recebimento da denÃºncia por seus prÃ³prios fundamentos. Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Recebo a alegaÃ§Ã£o preliminar do (s) rÃ©u (s), sobre a qual sÃ£o demandadas provas a serem produzidas futuramente em juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo o dia 21/02/2023 Ã s 10h00 a inquiriÃ§Ã£o da (s) testemunha (s) arroladas pelo MPM e defesa, bem como o interrogatÃ³rio do (s) acusado (s). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esta JustiÃ§a especializada vem adotando a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias em que tenham testemunhas e militares residentes em outras localidades por meio de videoconferÃªncia, com vista a tornar mais eficiente e cÃ©lere a prestaÃ§Ã£o jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto adotem-se as seguintes providÃªncias: 1)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria ou mandado ao JuÃ-zo da Comarca onde residem ofendido (a), testemunha (s) arrolada(o)(s) pelas partes e acusado (a) (s) (apenas os civis) para que seja cumpria por uma das seguintes formas: 1.1)Â Â Â Â Â Em sendo possÃ-vel, disponibilizar sala, com equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet, e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o ouvidas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, e intimar ofendidos, testemunhas e acusado indicados (apenas civis) para que compareÃ§am a este local para prestarem depoimento ou interrogatÃ³rio na data e hora acima; 1.2)Â Â Â Â Â NÃ£o sendo possÃ-vel atender ao que consta no item anterior, que sejam intimados ofendido (a) (s), testemunha (s) e acusado (a) (s) (apenas civis) para que acessem, por meios prÃ³prios, a audiÃªncia virtual por meio do seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZTY2NTFlZDEtMGI2YS00ZWY4LTk5OTYtNjlkYTFhZTg3NTI2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d 2)Â Â Â Â Deve constar no expediente (carta precatÃ³ria) que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar, por certidÃ£o, os meios de contato com a pessoa a ser ouvida, como telefone (WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 3)Â Â Â Â Â Caso haja militares a serem ouvidos, como ofendido, testemunha ou acusado, solicite-se ao Comando a que estejam vinculados para que se apresentem em unidade militar, disponibilizando sala, equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o inquiridas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, na mesma data e horÃ¡rios acima transcritos, informando-se, ainda, o link para acesso (referido acima); 4)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 5)Â Â Â Â Â Cientifiquem-se as partes de que deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual; 6)Â Â Â Â Â Conste nos expedientes, tambÃ©m, que para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado apoio por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: (91) 99339-0307) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 21 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00090264720178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 21/10/2021 ENCARREGADO:MARCELO DE SIQUEIRA REGO DENUNCIADO:RONALDO DAMASCENO ALMEIDA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEAO (ADVOGADO) VITIMA:R. W. J. R. DENUNCIADO:ROGERSON ROBERTO PARA CARVALHO PROMOTOR:PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTICA MILITAR. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme certidÃ£o de fl.31, designo para o dia 21/02/2023 Ã s 11h00 a oitiva das testemunhas arroladas, bem como o interrogatÃ³rio do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esta JustiÃ§a especializada vem adotando como rotina a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de modo virtual, com vista a tornar mais eficiente e cÃ©lere a prestaÃ§Ã£o jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto adotem-se as seguintes providÃªncias: 1)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria ou mandado ao JuÃ-zo da Comarca onde residem ofendido (a), testemunha (s) arrolada(o)(s) pelas partes e acusado (a) (s) (apenas os civis) para que seja cumpria por uma das seguintes formas: 1.1)Â Â Â Â Â Em sendo possÃ-vel, disponibilizar sala, com equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet, e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o ouvidas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, e intimar ofendidos, testemunhas e acusado indicados (apenas civis) para que compareÃ§am a este local para prestarem depoimento ou interrogatÃ³rio na data e hora acima; 2)Â Â Â Â Â NÃ£o sendo possÃ-vel atender ao que consta no item anterior, que sejam intimados ofendido (a) (s),

testemunha (s) e acusado (a) (s) (apenas civis) para que acessem, por meios prÃ³prios, a audiÃªncia virtual por meio do seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YThkNzgxMGEtM2Y2ZC00Zjg0LWJlMGEtOGNlMTJjNzI3NWEz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d Deve constar no expediente (carta precatÃ³ria) que o Oficial de JustiÃ§a que cumprir a diligÃªncia deverÃ¡ obter e informar, por certidÃ£o, os meios de contato com a pessoa a ser ouvida, como telefone (WhatsApp) e e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 3)Â Â Â Â Â Caso haja militares a serem ouvidos, como ofendido, testemunha ou acusado, solicite-se ao Comando a que estejam vinculados para que se apresentem em unidade militar, disponibilizando sala, equipamento de informÃ¡tica no qual esteja instalado programa utilizado para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia virtual (Microsoft Teams), conectado Ã internet e servidor para identificar as pessoas que serÃ£o inquiridas e prestar-lhes assistÃªncia durante Ã realizaÃ§Ã£o do ato, na mesma data e horÃ¡rios acima transcritos, informando-se, ainda, o link para acesso (referido acima); 4)Â Â Â Â Â De igual forma, deve constar no expediente dirigido ao Comando, na forma do item anterior, que seja informado a este juÃ-zo os meios de contato do militar a ser ouvido, como telefone (WhatsApp) ou e-mail, de modo a permitir que este juÃ-zo possa fazer contato direto, se necessÃ¡rio, para que nÃ£o se frustre a realizaÃ§Ã£o do ato; 5)Â Â Â Â Â Cientifiquem-se as partes de que deverÃ£o participar da audiÃªncia preferencialmente de forma virtual; 6)Â Â Â Â Â Conste nos expedientes, tambÃ©m, que para sanar eventuais dificuldades pode ser solicitado apoio por meio de telefone e e-mail desta unidade judiciÃ¡ria: (91) 99339-0307) e auditoria.militar@tjpa.jus.br. Â Â Â Â Â Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 21 de outubro de 2021. Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00000904320118140200 PROCESSO ANTIGO: 201120000835 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Apelação Criminal em: 22/10/2021 ENCARREGADO:JOSE DA COSTA E SILVA FILHO VITIMA:E. DENUNCIADO:PAULO CIRILO RODIRGUES Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA (ADVOGADO) . ATA DE AUDIÊNCIA SERVINDO COMO SENTENÃA ExtinÃ§Ã£o da punibilidade pela prescriÃ§Ã£o (123, IV, do CPM) NÂº do Processo NÂº 0000090-43.2011.814.0200 ÃrgÃ£o: CPJPM Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual Â¿ Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 22/10/2021 Hora: 10h00. Juiz-Presidente: Dr. LUCAS DO CARMO DE JESUS Integrantes do Conselho Permanente de JustiÃ§a: 1) Major RENATO RABELO RODRIGUES 2)Â CapitÃ£o ADRIANA COUTINHO DA CUNHA 3) Tenente STALONE PEREIRA MOURA 4) TenenteÂ LUIZ AUGUSTO BRITO TAVARES Promotor: ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Acusado: PAULO CIRILO RODRIGUES - Falecido Advogada: CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES - virtual Presentes o Juiz de Direito e Presidente do Conselho de JustiÃ§a, os demais integrantes deste. Foi prestado o compromisso legal pelos JuÃ-zes Militares. Presentes o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (virtual), a Advogada acima referida (virtual), no local, data e hora acima especificados, apÃ³s a manifestaÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial pelo arquivamento da aÃ§Ã£o penal pela morte do agente (fls. 100), foi proferida a seguinte decisÃ£o: O Conselho Permanente de JustiÃ§a, Ã unanimidade, a luz dos elementos de prova carreados aos autos, que comprovam que decorreu o prazo prescricional previsto em lei quanto ao crime de imputado ao acusado acima referido, considerando, ainda, a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (parecer fls.100 dos autos), com fundamento no artigo 123, I, do CÃ³digo Penal Militar, declarou extinta a punibilidade pela mortedo agente. As partes manifestaram que nÃ£o tÃªm interesse em recorrer da decisÃ£o, renunciando ao prazo recursal. Declarou o MM. Juiz o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a e determinou o imediato arquivamento dos autos, com baixa no sistema, apÃ³s o cadastro do ato, dispensado-se a assinatura dos que participaram de forma virtual. Eu,Â Â , Emanuel Santos, Analista JudiciÃ¡rio. Juiz de Direito Â _____ Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â MPMÂ _____ PROCESSO: 00000990520118140200 PROCESSO ANTIGO: 201120000918 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 ENCARREGADO:ANTONIO JOSE DA SILVA MOURA DENUNCIADO:EVALDO JOHNNATHA RODRIGUES RATIS Representante(s): OAB 17308 - VIRGILIO ALBERTO AZEVEDO MOURA

(ADVOGADO) OAB 18107 - ZARAH EMANUELLE MARTINHO TRINDADE (ADVOGADO) VITIMA:E. . ATA DE AUDIÃNCIA SERVINDO COMO SENTENÃA ExtinÃ§Ã£o da punibilidade pela prescriÃ§Ã£o (123, IV, do CPM) NÂº do Processo NÂº 0000099-05.2011.814.0200 ÃrgÃ£o: CPJPM Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual Â¿ Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 22/10/2021 Hora: 09h50. Juiz-Presidente: Dr. LUCAS DO CARMO DE JESUS Integrantes do Conselho Permanente de JustiÃ§a: 1) Major RENATO RABELO RODRIGUES 2)Â CapitÃ£o ADRIANA COUTINHO DA CUNHA 3) Tenente STALONE PEREIRA MOURA 4) TenenteÂ LUIZ AUGUSTO BRITO TAVARES Promotor: GILBERTO VALENTE MARTINS - Virtual Acusado: EVALDO JOHNNATHA RODRIGUES RATIS - virtual Advogada: ZARAH EMANUELLE MARTINHO TRINDADE - virtual Presentes o Juiz de Direito e Presidente do Conselho de JustiÃ§a, os demais integrantes deste. Foi prestado o compromisso legal pelos JuÃ-zes Militares. Presentes o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (virtual), a Advogada acima referida (virtual), no local, data e hora acima especificados, apÃ³s a manifestaÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial pela declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da punibilidade pela prescriÃ§Ã£o (fls. 64), foi proferida a seguinte decisÃ£o: O Conselho Especial de JustiÃ§a, Ã unanimidade, a luz dos elementos de prova carreados aos autos, que comprovam que decorreu o prazo prescricional previsto em lei quanto ao crime de imputado ao acusado acima referido, considerando, ainda, a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (parecer fls. 64 dos autos), com fundamento no artigo 123, IV, combinado com o artigo 125, Â§ 2Âº, letra Â¿cÂ¿, do CÃ³digo Penal Militar, declarou extinta a punibilidade pela prescriÃ§Ã£o. As partes manifestaram que nÃ£o tÃªm interesse em recorrer da decisÃ£o, renunciando ao prazo recursal. Declarou o MM. Juiz o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a e determinou o imediato arquivamento dos autos, com baixa no sistema, apÃ³s o cadastro do ato, dispensado-se a assinatura dos que participaram de forma virtual. Eu,Â , Emanuel Santos, Analista JudiciÃ¡rio. Juiz de Direito Â _____ Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____ PROCESSO: 00007421120218140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Sindicância em: 22/10/2021 ENCARREGADO:DIVINO TAVEIRA DE OLIVEIRA VITIMA:I. F. C. DENUNCIADO:JOEL RODRIGUES SIQUEIRA DENUNCIADO:NATAL SANTOS DE SOUZA. ATA DE AUDIÃNCIA - SURSIS SuspensÃ£o condicional do processo e o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas (art. 89, da Lei 9.099/95) NÂ° do Processo: 0000742-11.2021.814.0200 l OrgÃ£o: CPJ Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual - Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PA Data: 15/10/2021 Hora: 10h30min. Juiz/Presidente: LUCAS DO CARMO DE JESUS Promotor: ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Acusado (a) (s): JOEL RODRIGUES SIQUEIRA _____ NATAL SANTOS DE SOUZA _____ Advogado (a) (s): CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES OAB/PA 14055 Presentes o Juiz de, o representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar, acusado (a) (s), seu sua (s) defensor (es), no local, data e hora acima especificados, apÃ³s a manifestaÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial pela aceitaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional do processo e cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas, foi proferida a seguinte decisÃ£o: O Juiz Titular, a luz dos elementos de prova carreados aos autos, que comprovam a possibilidade de suspensÃ£o condicional do processo ao (o) (s) acusado (a) (s) acima referido (a) (s), quanto ao crime imputado, considerando, ainda, a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Militar, com fundamento no artigo 89, Â§ 5 o , da Lei 9.099/95, declarou as seguintes condiÃ§Ãµes: 1. ProibiÃ§Ã£o de freqÃ¼entar bares, boates, casas de jogo e prostituiÃ§Ã£o; 2. ProibiÃ§Ã£o de ausentar-se do Estado, sem autorizaÃ§Ã£o do JuÃ-zo; 3. Remessa a este juÃ-zo atÃ© o dia do comprovante de doaÃ§Ã£o no valor de R$ 300,00, o qual serÃ¡ parcelado em 3 parcelas de R$100,00 (cem) reais a serem pagas em 10/11/2021, 10/12/2021 e 10/01/2022. O pagamento deve ocorrer atÃ© dia 10 de cada mÃªs na conta corrente nÂ° 181.675-6, agÃªncia 011, banco 037 - BanparÃ¡ CONTA FISP. 4. NÃ£o mudar de endereÃ§o sem comunicar previamente a este JuÃ-zo; 5. Zelar pela melhoria de seu conceito funcional; 6. PrestaÃ§Ã£o de serviÃ§o a comunidade, consistindo em doaÃ§Ã£o no valor de R$ 300,00 forma trimestral, atÃ© o dia 10 (dez) Ã APAE de BelÃ©m-PA, localizado: Apae BelÃ©m, Email: belem@apaepa.org.br Telefone: (91) 3244-1644. Av. Generalissimo Deodoro,413 Â¿ CEP: 66055-240 Os acusados JOEL RODRIGUES SIQUEIRA e NATAL SANTOS DE SOUZA aceitaram a proposta de SUSPENSÃO CONDICIONAL DO P'ROCESSO Proferiu o MM. Juiz a seguinte decisÃ£o interlocutÃ³ria: HÃ¡ demonstraÃ§Ã£o de materialidade e indÃ-cios de autoria, conforme elementos de prova carreados aos autos e a denÃºncia preenche os requisitos do artigo 77, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Ante o exposto, como a denÃºncia jÃ¡ foi recebida, homologo a suspensÃ£o condicional do processo para os acusados JOEL RODRIGUES SIQUEIRA e NATAL SANTOS DE SOUZA pelo perÃ-odo de dois anos, conforme o disposto no artigo 89 da lei nÂ° 9.099/95, sujeitando-se ao inteiro cumprimento

das obrigaÃ§Ãµes estabelecidas na referida ata. Fica o denunciado advertido de que o descumprimento de qualquer das condiÃ§Ãµes implicarÃ¡ na revogaÃ§Ã£o do benefÃ-cio e no prosseguimento do processo. PROCESSO: 00009919320208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 ENCARREGADO:ELBER RODRIGUES PENA DENUNCIADO:WANESSA CAVALCANTE CARNEIRO Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA - DEFENSOR PÚBLICO (DEFENSOR) VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. ATA DE AUDIÃNCIA - REPARAÃÃO DE DANO NÂº do Processo 0000991-93.2020.814.0200 ÃrgÃ£o: CPJ Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual - Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 15.10.2021 Hora: 10h Juiz/Presidente: LUCAS DO CARMO DE JESUS Promotor: ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Acusado: WANESSA CAVALCANTE CARNEIRO ADVOGADA: Presentes o Juiz de Direito, o representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (virtualmente), o (a) (s) acusado (a) (s) (virtualmente), no local, data e hora acima especificados, propÃ´s o MinistÃ©rio PÃºblico Militar a suspensÃ£o condicional do processo pelo prazo de 2 (dois) anos, na for forma do artigo 89, da Lei 9.099/95, mediante o cumprimento das seguintes condiÃ§Ãµes: 1. ProibiÃ§Ã£o de frequentar bares, boates, casas de jogo e prostituiÃ§Ã£o; 2. ProibiÃ§Ã£o de ausentar-se do Estado, sem autorizaÃ§Ã£o do JuÃ-zo; 3. Reparar o dano em favor da PolÃ-cia Militar, pagando o valor do bem extraviado, no importe de 2.644,15 (dois mil seiscentos e quarenta e quatro reais, quinze centavos) em 24 (vinte e quatro) prestaÃ§Ãµes, mensais e iguais, cada uma no valor de 110,18 (cento e dez reais e dezoito centavos), mediante deposito na conta corrente nÂº 181.675-6, agÃªncia 011, banco 037 - BanparÃ¡ CONTA FISP. O (a) (s) acusado (a) (s) aceitou a proposta. Â DeliberaÃ§Ã£o: Observo que a denÃºncia jÃ¡ foi recebida (fl. 5). Homologo a proposta de suspensÃ£o condicional do processo. Decorrido o prazo da suspensÃ£o condicional do processo, cumpridas todas as condiÃ§Ãµes, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar para se manifestar quanto Ã extinÃ§Ã£o da punibilidade na forma do artigo 89, Â§ 5Âº, do artigo 89, da Lei 9.099/95. ApÃ³s, encaminhem-se os autos para julgamento pelo Ã³rgÃ£o competente. Em caso de descumprimento de quaisquer das condiÃ§Ãµes, venham os autos conclusos. A audiÃªncia foi registrada por meio audiovisual e gravada em mÃ-dia. E, Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz presidente o encerramento do ato, ficando as partes intimadas das deliberaÃ§Ãµes ocorridas em audiÃªncia. Eu,Â , Mariceli Farias Virgolino, Analista JudiciÃ¡rio.Â Juiz de Direito Â _____ PROCESSO: 00017653620148140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARICELI FARIAS VIRGOLINO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 ENCARREGADO:MANOEL DO SOCORRO FERREIRA SOARES DENUNCIADO:SILVIO ANDRE ALVES DE SOUSA Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA - DEFENSOR PÚBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:LEONARDO FERNANDES DE LIMA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 19600 - ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 21391 - ANDREZA PEREIRA DE LIMA ALONSO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOHN RANISON DE CASTRO SILVA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 19600 - ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZENITO DIAS PINHEIRO Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 19600 - ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. P. S. VITIMA:A. S. S. . Ã£ PODER JUDICIÃRIO JUSTIÃA MILITAR DO ESTADO DO PARÃ _____ ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Mariceli Farias Virgolino, analista judiciÃ¡rio, certifica que a audiÃªncia designada nos autos do processo 0001765-36.2014.8.14.0200 para o dia 07.10.2021 Ã s 11:30 nÃ£o ocorreu tendo em vista problemas no sistema elÃ©trico no prÃ©dio da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ e assim sendo faÃ§o estes autos conclusos para redesignaÃ§Ã£o de audiÃªncia. BelÃ©m, 22 de outubroÂ de 2021 Mariceli Farias Virgolino analista JudiciÃ¡rio, da JME/PA _____ Av 16 de Novembro, 486, BelÃ©m/PA, CEP 66023-220 CAS PROCESSO: 00026876720208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/10/2021 AUTOR:ROSSICLEY RIBEIRO DA SILVA REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO CERTIFICA, que nos autos do PROCESSO CÃVEL N.Âº 0002687-67.2020.8.14.0200, a SentenÃ§a de fls. 142/144, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO para o Autor, devidamente intimado conforme DiÃ¡rio da JustiÃ§a EdiÃ§Ã£o 7198/2021, as fls. 145/147. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 22 de outubro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-

CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00027737220198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/10/2021 AUTOR:EDSON NAZARE PORTILHO DOS SANTOS Representante(s): OAB 7158 - AMIRALDO NUNES PARDAUIL (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. ARQUIVAMENTO Aos 22 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 PROCESSO: 00027737220198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/10/2021 AUTOR:EDSON NAZARE PORTILHO DOS SANTOS Representante(s): OAB 7158 - AMIRALDO NUNES PARDAUIL (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICA, que nos autos do PROCESSO CÃVEL N.Âº 0002773-72.2019.8.14.0200, a SentenÃ§a de fls. 58/60, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, para o rÃ©u (ESTADO DO PARÃ), devidamente intimado conforme as fls. 64. Com relaÃ§Ã£o ao Parquet Militar, o mesmo estÃ¡ ciente da referida SentenÃ§a, nada tendo a opor, como consta as folhas 65 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 22 de outubro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00034345120198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 ENCARREGADO:LAERCIO AUGUSTO GURJAO FERNANDES DENUNCIADO:HADAILTON PEREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 21391 - ANDREZA PEREIRA DE LIMA ALONSO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . ATA DE AUDIÊNCIA SERVINDO COMO SENTENÃA ExtinÃ§Ã£o da punibilidade pelo decurso de prazo da suspensÃ£o condicional do processo e o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas (art. 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95) NÂº do Processo 0003434-51.2019.814.0200 ÃrgÃ£o: CPJPM Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual Â¿ Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 22.10.2021 Hora: 09h15. Juiz-Presidente: Dr. LUCAS DO CARMO DE JESUS Integrantes do Conselho Especial de JustiÃ§a: 1) Major RENATO RABELO RODRIGUES 2)Â CapitÃ£o ADRIANA COUTINHO DA CUNHA 3) Tenente STALONE PEREIRA MOURA 4) TenenteÂ LUIZ AUGUSTO BRITO TAVARES Promotor: Dr. ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Denunciado: HADAILTON PEREIRA DOS SANTOS Advogado: Dr. KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTOl Presentes o Juiz de Direito e Presidente do Conselho de JustiÃ§a, os demais integrantes deste, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar, a Defensora e a acusada, no local, data e hora acima especificados, apÃ³s a manifestaÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial pela declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da punibilidade pelo decurso do prazo e cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas, foi proferida a seguinte decisÃ£o:-Â O Conselho de JustiÃ§a, Ã unanimidade, a luz dos elementos de prova carreados aos autos, que comprovam que decorreu o prazo de suspensÃ£o condicional do processo e que foram cumpridas as condiÃ§Ãµes impostas ao acusado acima referido (certidÃ£o fls.255 dos autos), quanto ao crime imputado, considerando, ainda, a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (parecer fls. 26 dos autos), com fundamento no artigo 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95, declarou extinta a punibilidade. As partes manifestaram que nÃ£o tÃªm interesse em recorrer da decisÃ£o, renunciando ao prazo recursal. Declarou o MM. Juiz o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a e determinou o imediato arquivamento dos autos, com baixa no sistema, apÃ³s o cadastro do ato. Eu,Â , Analista JudiciÃ¡rio. Juiz de Direito Â _____ Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â MPMÂ _____ PROCESSO: 00036054220188140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/10/2021 AUTOR:JULIO HONORATO DA SILVA Representante(s): OAB 10872 - DANIELLE DE LEMOS BALEIXO (ADVOGADO) OAB 14494 - LIDIANE DIAS DA CUNHA (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO CERTIFICA, que nos autos do PROCESSO CÃVEL N.Âº 0003605-42.2018.8.14.0200, a DecisÃ£o interlocutÃ³ria de fls. 177/178, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO para o Autor, devidamente intimado conforme DiÃ¡rio da JustiÃ§a EdiÃ§Ã£o 7209/2021, as fls. 179/182. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 22 de outubro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00037143220138140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021

ENCARREGADO:MARCELO EVARISTO DO CARMO PEREIRA VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:MARIA WALDENIZE LOBATO BRAGA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 19600 - ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 21391 - ANDREZA PEREIRA DE LIMA ALONSO (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) TESTEMUNHA:CARLOS MAURICIO GONZAGA DE ALCANTARA TESTEMUNHA:EDNA MARIA OLIVEIRA DAMOUS TESTEMUNHA:ALAN LEITE BARBOSA DOS SANTOS. Processo nÂº 00037143220138140200 DECISÂ¿O INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Proferida a sentenÃ§a absolutÃ³ria, os autos foram com vista ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar em 27.9.2021 (segunda-feira) (fl. 96 verso). Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar interpÃ´s recurso de apelaÃ§Ã£o, que foi protocolizado no dia 13.10.2021 (fl. 97). Â Â Â Â Â Â Â O prazo para interpor recurso de apelaÃ§Ã£o, conforme dispÃµe o artigo 529, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, Ã© de 5 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Â Assim, o recurso de apelaÃ§Ã£o deveria ter sido protocolado atÃ© o dia 4.10.2021 (segunda-feira). Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, sendo intempestivo, nÃ£o recebo o recurso de apelaÃ§Ã£o interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico Militar, Ã s fls. 97/102. Â Â Â Â Â Â Â Observo que a defesa renunciou ao prazo recursal (fl. 91). Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico Militar da presente decisÃ£o e, nÃ£o havendo recurso em face da mesma, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de fls. 94/96 e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 22 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da vara Ãºnica JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: JUSTIÃA MILITARÂ Â Email: auditoria.militar@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Avenida 16 de Novembro, 486Â CEP: 66.023-220Â Â Bairro: Cidade VelhaÂ Â Fone: (91)9339-0307 PROCESSO: 00040059520148140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 ENCARREGADO:DANIEL CARVALHO NEVES DENUNCIADO:PAULINO BENTES DE SOUZA Representante(s): OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE RICARDO DA CONCEICAO PANTOJA Representante(s): OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) VITIMA:R. M. S. F. . CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO Â Carolina Abreu Silva, Diretora de Secretaria em ExercÃcio da JME/PA, usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por lei pelo provimento 08/2014-CJRMB, Certifica que transitou livremente em julgado a sentenÃ§a desses autos, pois nÃ£o houve recurso das partes. Pelo que faÃ§o o arquivamento dos autos, como determinado pelo Juiz. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, 22 de outubro de 2021. Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria da JME/PA PROCESSO: 00045523320178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 ENCARREGADO:SERGIO AUGUSTO MORAES DE VASCONCELOS DENUNCIADO:JOABE SOBRINHO VIANA Representante(s): OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . ATA DE AUDIÃNCIA SERVINDO COMO SENTENÃA ExtinÃ§Ã£o da punibilidade pelo decurso de prazo da suspensÃ£o condicional do processo e o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas (art. 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95) NÂº do Processo 0004552-33.2017.814.0200 ÃrgÃ£o: CPJPM Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual Â¿ Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 22.10.2021 Hora: 09h40. Juiz-Presidente: Dr. LUCAS DO CARMO DE JESUS Integrantes do Conselho Permanente de JustiÃ§a: 1) Major RENATO RABELO RODRIGUES 2)Â CapitÃ£o ADRIANA COUTINHO DA CUNHA 3) Tenente STALONE PEREIRA MOURA 4) TenenteÂ LUIZ AUGUSTO BRITO TAVARES Promotor: Dr. ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Denunciado: JOABE SOBRINHO VIANA Advogado: Dra. CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES - virtual Presentes o Juiz de Direito e Presidente do Conselho de JustiÃ§a, os demais integrantes deste, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar, a Defensora e a acusada, no local, data e hora acima especificados, apÃ³s a manifestaÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial pela declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da punibilidade pelo decurso do prazo e cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas, foi proferida a seguinte decisÃ£o:-Â O Conselho de JustiÃ§a, Ã unanimidade, a luz dos elementos de prova carreados aos autos, que comprovam que decorreu o prazo de suspensÃ£o condicional do processo e que foram cumpridas as condiÃ§Ãµes impostas ao acusado acima referido (certidÃ£o fls.63 dos autos), quanto ao crime imputado, considerando, ainda, a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (parecer fls.64 dos autos), com fundamento no artigo 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95, declarou extinta a punibilidade. As partes manifestaram que nÃ£o tÃªm interesse em recorrer da decisÃ£o, renunciando ao prazo recursal. Declarou o MM. Juiz o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a e determinou o imediato arquivamento dos autos, com baixa no sistema, apÃ³s o cadastro do ato, dispensado-se a assinatura do que participaram de forma virtual. Eu,Â , Analista

JudiciÃ¡rio. Juiz de Direito Â _____ Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â MPMÂ _____ PROCESSO: 00046926220208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 22/10/2021 AUTORIDADE POLICIAL:RICARDO MOREL LOPES JUNIOR INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:W. B. S. INTERESSADO:VANDERLEI GEMAQUE ARAUJO Representante(s): OAB 7829 - NEY GONCALVES DE MENDONCA JUNIOR (ADVOGADO) . Processo nÂº: 00046926220208140200 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o pedido de fl. 55. DÃª-se vistas dos autos a defesa do interessado para apresentar contrarrazÃµes ao Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 22 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Unica daÂ JME/PA PROCESSO: 00047198420168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/10/2021 AUTOR:ERICH FARIAS DA SILVA Representante(s): OAB 6266 - ALCINDO VOGADO NETO (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. ARQUIVAMENTO Aos 22 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 PROCESSO: 00047198420168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/10/2021 AUTOR:ERICH FARIAS DA SILVA Representante(s): OAB 6266 - ALCINDO VOGADO NETO (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICA, que nos autos do PROCESSO CÃVEL N.Âº 0004719-84.2016.8.14.0200, a SentenÃ§a de fls. 235/237, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, para o rÃ©u (ESTADO DO PARÃ), devidamente intimado conforme as fls. 246. Com relaÃ§Ã£o ao Parquet Militar, o mesmo estÃ¡ ciente da referida SentenÃ§a, nada tendo a opor, como consta as folhas 247 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 22 de outubro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00047337320138140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 ENCARREGADO:JOSE MENDONCA BARROSO FILHO DENUNCIADO:LUCENILSON FERREIRA DE SOUSA DENUNCIADO:WALDINEI PANTOJA MATOS DENUNCIADO:SIVALDO FIGUEIRA DA SILVA DENUNCIADO:ALEXON PIRES DE JESUS VITIMA:M. C. S. A. M. PROMOTOR:ARMANDO BRASIL TEIXEIRA. CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO Â Carolina Abreu Silva, Diretora de Secretaria em ExercÃ-cio da JME/PA, usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por lei pelo provimento 08/2014-CJRMB, Certifica que transitou livremente em julgado a sentenÃ§a desses autos, pois as partes renunciaram ao prazo recursal. Pelo que faÃ§o o arquivamento dos autos, como determinado pelo Juiz. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, 22 de outubro de 2021. Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria da JME/PA PROCESSO: 00049313720188140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/10/2021 AUTOR:MARCOS ANDERSON ARAUJO FERREIRA Representante(s): OAB 16932 - JOSE AUGUSTO COLARES BARATA (ADVOGADO) OAB 18379 - LAIRA PASCALE BEMUYAL GUIMARAES (ADVOGADO) OAB 23237 - FABRICIO QUARESMA DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 23487 - CAROLINE PINHEIRO DIAS (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO CERTIFICA, que nos autos do PROCESSO CÃVEL N.Âº 0004931-37.2018.8.14.0200, o Despacho de fls. 117, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO para o Autor, devidamente intimado conforme DiÃ¡rio da JustiÃ§a EdiÃ§Ã£o 7210/2021, as fls. 118. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 22 de outubro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00054723620198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/10/2021 AUTOR:JOSE ANILTON BENTES DA CRUZ Representante(s): OAB 14426 - JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO CERTIFICA, que nos autos do PROCESSO CÃVEL N.Âº 0005472-36.2019.8.14.0200, a DecisÃ£o interlocutÃ³ria de fls. 322/324, TRANSITOU LIVREMENTE EM

JULGADO para o Autor, devidamente intimado conforme DiÃ¡rio da JustiÃ§a EdiÃ§Ã£o 7162/2021, as fls. 325/327. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 22 de outubro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00060145420198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 ENCARREGADO:ROSILDA MARIA CRUZ SOARES VITIMA:J. M. S. DENUNCIADO:DISRAEL PENHA DO NASCIMENTO PROMOTOR:PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTICA MILITAR. ATA DE AUDIÃNCIA Proposta de SuspensÃ£o condicional do processo Â¿ art. 89, da Lei 9.099/95. NÂº do Processo 0006014-54.2019.814.0200 ÃrgÃ£o: JUIZO SINGULAR Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual Â¿ Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 22/10/2021 Hora: 09h00. Juiz-Presidente:Â DR. LUCAS DO CARMO DE JESUS Promotor: Dr. ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Denunciado: DISRAEL PENHA DO NASCIMENTO Â¿ CABO PM - virtual Advogado: MAURÃCIO PIRES RODRIGUESÂ¿ OAB-PA Â¿ 8578 - virtual Presentes o Juiz de Direito, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar, o denunciado, seu Defensor, no local, data e hora acima especificados, observando o MM. Juiz que jÃ¡ foi recebida a denÃºncia, foi apresentada a proposta de suspensÃ£o condicional do processo pelo prazo de 2 (dois) anos, mediante o cumprimento das seguintes condiÃ§Ãµes: 1-Â Â Â Â Â ProibiÃ§Ã£o de ausentar-se do Estado, sem autorizaÃ§Ã£o do JuÃ-zo; 2-Â Â Â Â Â Remessa a este juÃ-zo, mensalmente, atÃ© o dia 10 de cada mÃªs, do comprovante de cumprimento da obrigaÃ§Ã£o de reparar o dano; 3-Â Â Â Â Â Informar a este juÃ-zo qualquer alteraÃ§Ã£o de endereÃ§o, quando tiverÂ oportunidade, para cumprimento do item anterior; 4-Â Â Â Â Â Reparar o dano Ã sociedade, consistente em cumprir medida de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), a primeira atÃ© 11/11/2021 e a Ãºltima atÃ© 10/04/2022, que deverÃ£o ser depositadas na conta corrente nÂº 181.675-6, agencia 011, banco 037- BanparÃ¡. O DENUNCIADO ACEITOU A PROPOSTA. O denunciado, assistido por advogado, apÃ³s ser advertido de que o descumprimento de qualquer das condiÃ§Ãµes ou ser denunciado por outro crime poderÃ¡ ensejar o retorno da tramitaÃ§Ã£o processual, aceitou a proposta de suspensÃ£o condicional do processo. Proferiu o MM. Juiz a seguinte decisÃ£o interlocutÃ³ria: A proposta atende o interesse da sociedade, na medida em que impÃµe condiÃ§Ãµes que visam resguardar a ordem pÃºblica, especialmente por prevenir a prÃ¡tica de outros crimes, bem como a reparaÃ§Ã£o do dano, alÃ©m de se mostrar meio mais eficiente e adequado de soluÃ§Ã£o do caso. Ante o exposto, HOMOLOGO A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO pelo perÃ-odo de 2 (dois) anos, COM TÃRMINO EM OUTUBRO DE 2023, a contar da presente data, conforme o disposto no artigo 89 da lei nÂº 9.099/99. Decorrido o prazo da suspensÃ£o condicional do processo e cumpridas as condiÃ§Ãµes pelo denunciado, dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar para se manifestar quanto Ã extinÃ§Ã£o da punibilidade pelo exaurimento das condiÃ§Ãµes. Fica designado o 10/10/2023, 09h00, para audiÃªncia em que serÃ¡ deliberado sobre extinÃ§Ã£o de punibilidade, ficando desde jÃ¡ os presentes intimados. Declarou o MM. Juiz encerrada a audiÃªncia. Eu,Â , Emanuel Santos, Analista JudiciÃ¡rio. Juiz de Direito Â _ M P M Â _ D e n u n c i a d o Â ____ PROCESSO: 00071161420198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Procedimentos Investigatórios em: 22/10/2021 ENCARREGADO:FRANCISCO LICINIO DE SOUZA FERREIRA JUNIOR DENUNCIADO:CARMO DOS SANTOS SILVA VITIMA:A. C. O. E. . ATA DE AUDIÃNCIA Â¿ REPARAÃÃO DE DANO NÂº do Processo 0007116-14.2019.814.0200 ÃrgÃ£o: CPJ Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual Â¿ Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 15.10.2021 Hora: 10h Juiz/Presidente: LUCAS DO CARMO DE JESUS Promotor: ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Acusado: CARMO DOS SANTOS SILVA ADVOGADA: KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO Presentes o Juiz de Direito, o representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (virtualmente), o (a) (s) acusado (a) (s) (virtualmente), no local, data e hora acima especificados, propÃ´s o MinistÃ©rio PÃºblico Militar a suspensÃ£o condicional do processo pelo prazo de 2 (dois) anos, na for forma do artigo 89, da Lei 9.099/95, mediante o cumprimento das seguintes condiÃ§Ãµes: 1. ProibiÃ§Ã£o de frequentar bares, boates, casas de jogo e prostituiÃ§Ã£o; 2. ProibiÃ§Ã£o de ausentar-se do Estado, sem autorizaÃ§Ã£o do JuÃ-zo; 3. Reparar o dano em favor da PolÃ-cia Militar, pagando o valor do bem extraviado, no importe de 2.618,44 (dois mil seiscentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos) em 24 (vinte e quatro) prestaÃ§Ãµes, mensais e iguais, cada uma no valor de 109,11 (cento e nove reais e onze centavos), mediante deposito na conta corrente nÂº 181.675-6, agÃªncia 011, banco 037 Â¿ BanparÃ¡ CONTA FISP. O (a) (s) acusado (a) (s) aceitou a proposta. Â DeliberaÃ§Ã£o: Observo que a denÃºncia jÃ¡ foi recebida (fl.07). Homologo a proposta de suspensÃ£o condicional do processo.Â

Decorrido o prazo da suspensÃ£o condicional do processo, cumpridas todas as condiÃ§Ãµes, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar para se manifestar quanto Ã extinÃ§Ã£o da punibilidade na forma do artigo 89, Â§ 5Âº, do artigo 89, da Lei 9.099/95. ApÃ³s, encaminhem-se os autos para julgamento pelo Ã³rgÃ£o competente. Em caso de descumprimento de quaisquer das condiÃ§Ãµes, venham os autos conclusos. A audiÃªncia foi registrada presencialmente. E, Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz presidente o encerramento do ato, ficando as partes intimadas das deliberaÃ§Ãµes ocorridas em audiÃªncia. Eu,Â , Mariceli Farias Virgolino, Analista JudiciÃ¡rio.Â Juiz de Direito Â _____ PROCESSO: 00082958020198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 ENCARREGADO:CARLOS ALBERTO DA SILVA DENUNCIADO:ARNALDO DA COSTA DE SENA VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. ATA DE AUDIÊNCIA SERVINDO COMO SENTENÃA ExtinÃ§Ã£o da punibilidade pelo decurso de prazo da suspensÃ£o condicional do processo e o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas (art. 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95) NÂº do Processo 0008295-80.2019.814.0200 ÃrgÃ£o: CPJPM Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual Â¿ Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 22.10.2021 Hora: 09h00. Juiz-Presidente: Dr. LUCAS DO CARMO DE JESUS Integrantes do Conselho Permanente de JustiÃ§a: 1) Major RENATO RABELO RODRIGUES 2)Â CapitÃ£o ADRIANA COUTINHO DA CUNHA 3) Tenente STALONE PEREIRA MOURA 4) TenenteÂ LUIZ AUGUSTO BRITO TAVARES Promotor: Dr. ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Denunciado: ARNALDO DA COSTA DE SENA Advogado: Dr. PAULO RONALDO MONTE DE MENDONÃA ALBUQUERQUE - virtual Presentes o Juiz de Direito e Presidente do Conselho de JustiÃ§a, os demais integrantes deste, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar, a Defensora e a acusada, no local, data e hora acima especificados, apÃ³s a manifestaÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial pela declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da punibilidade pelo decurso do prazo e cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas, foi proferida a seguinte decisÃ£o:-Â O Conselho de JustiÃ§a, Ã unanimidade, a luz dos elementos de prova carreados aos autos, que comprovam que decorreu o prazo de suspensÃ£o condicional do processo e que foram cumpridas as condiÃ§Ãµes impostas ao acusado acima referido (certidÃ£o fls.35 dos autos), quanto ao crime imputado, considerando, ainda, a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (parecer fls. 36 dos autos), com fundamento no artigo 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95, declarou extinta a punibilidade. As partes manifestaram que nÃ£o tÃªm interesse em recorrer da decisÃ£o, renunciando ao prazo recursal. Declarou o MM. Juiz o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a e determinou o imediato arquivamento dos autos, com baixa no sistema, apÃ³s o cadastro do ato. Eu,Â , Analista JudiciÃ¡rio. Juiz de Direito Â _____ Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â MPMÂ _____ Denunciado:Â _____ PROCESSO: 00086774420178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 ENCARREGADO:MARCELO SOUZA DE VASCONCELOS ACUSADO:MARLON BRANDO DA SILVA SANTOS VITIMA:A. C. O. E. . ATA DE AUDIÊNCIA SERVINDO COMO SENTENÃA ExtinÃ§Ã£o da punibilidade pelo decurso de prazo da suspensÃ£o condicional do processo e o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas (art. 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95) NÂº do Processo 0008677-44.2017.814.0200 ÃrgÃ£o: CPJPM Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual Â¿ Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 22.10.2021 Hora: 09h50. Juiz-Presidente: Dr. LUCAS DO CARMO DE JESUS Integrantes do Conselho Permanente de JustiÃ§a: 1) Major RENATO RABELO RODRIGUES 2)Â CapitÃ£o ADRIANA COUTINHO DA CUNHA 3) Tenente STALONE PEREIRA MOURA 4) TenenteÂ LUIZ AUGUSTO BRITO TAVARES Promotor: Dr. GILBERTO VALENTE MARTINS - virtual Denunciado: MARLON BRANDO DA SILVA SANTOS -virtual Advogada: Dra. CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES - virtual Presentes o Juiz de Direito e Presidente do Conselho de JustiÃ§a, os demais integrantes deste, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar, a Defensora e a acusada, no local, data e hora acima especificados, apÃ³s a manifestaÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial pela declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da punibilidade pelo decurso do prazo e cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas, foi proferida a seguinte decisÃ£o:-Â O Conselho de JustiÃ§a, Ã unanimidade, a luz dos elementos de prova carreados aos autos, que comprovam que decorreu o prazo de suspensÃ£o condicional do processo e que foram cumpridas as condiÃ§Ãµes impostas ao acusado acima referido (certidÃ£o fls.105 dos autos), quanto ao crime imputado, considerando, ainda, a manifestaÃ§Ã£o do

MinistÃ©rio PÃºblico Militar (parecer fls. 144 dos autos), com fundamento no artigo 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95, declarou extinta a punibilidade. As partes manifestaram que nÃ£o tÃªm interesse em recorrer da decisÃ£o, renunciando ao prazo recursal. Declarou o MM. Juiz o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a e determinou o imediato arquivamento dos autos, com baixa no sistema, apÃ³s o cadastro do ato, ficando dispensados de assinatura os que que participaram de forma virtual. Eu,Â , Analista JudiciÃ¡rio. Juiz de Direito Â _____ Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____Â Juiz-membroÂ Â _____ PROCESSO: 00312461820178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/10/2021 DENUNCIADO:JOSE MAGNO PEREIRA SILVA Representante(s): OAB 9087 - PAULO ANDRE CORDOVIL PANTOJA (ADVOGADO) OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA (ADVOGADO) OAB 16652 - CARLOS ALEXANDRE LIMA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 14840 - CLAYTON DAWSON DE MELO FERREIRA (ADVOGADO) OAB 8707 - SANDRO MAURO COSTA DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 8104 - SIMONE DO SOCORRO PESSOA VILAS BOAS (ADVOGADO) VITIMA:A. C. C. ENCARREGADO:ERIK TAYLOR FELIX DA SILVA. Processo nÃºmero 0031246-18.2017.8.14.0401 SENTENÃA Â Â Â Â Â RelatÃ³rio Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar ofereceu denÃºncia em desfavor do policial militar JOSÃ MAGNO PEREIRA SILVA, imputando-lhe a prÃ¡tica do crime previsto no artigo 298, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Alegou o MinistÃ©rio PÃºblico Militar, de relevante para a compreensÃ£o do caso, em sÃ-ntese, o seguinte: 1)Â Â Â Â Â Narram presentes autos que no dia 26 de dezembro de 2017, por volta das 11h30min, na sede da 2a CIA, do 20Â° BPM da PM/PA, o 3o SGT PM Almir Correa da Costa estava na frente da unidade militar, quando o acusado adentrou nas suas dependÃªncias, Ã paisana, estando de folga, por local indevido (por meio de cones de isolamento) e nÃ£o cumprimentou o referido graduado, seu superior; 2)Â Â Â Â Â O acusado teria pedido autorizaÃ§Ã£o ao 3o SGT PM JosÃ© MaurÃ-cio GÃ³es Mello para almoÃ§ar no local, o que lhe foi concedido, porÃ©m o soldado dirigiu-se a uma sala e ligou o ar-condicionado, sem pedir autorizaÃ§Ã£o para tal; 3)Â Â Â Â Â Nesse momento, o SGT Almir foi atÃ© a sala, desligou o aparelho e chamou a atenÃ§Ã£o do acusado, quando o soldado ofendeu seu superior hierÃ¡rquico, proferindo as seguintes palavras: Â¿El, ALMIR, PODE DAR PARTE DE MIM, VAI TOMAR NO CU E VAI TE FODERÂ¿; 4)Â Â Â Â Â Toda a situaÃ§Ã£o foi presenciada pelo 3o SGT GÃ³es; 5)Â Â Â Â Â O SGT Almir jÃ¡ tinha tido uma contenda de natureza pessoal com o acusado pelo telefone, porque o SD PM Magno teria oferecido uma carona a mulher de seu superior; 6)Â Â Â Â Â O denunciado confirmou que se exaltou com o SGT Almir, alegando que este teria falado em tom alto com sua pessoa, porÃ©m nÃ£o se recorda de ter proferido ofensas verbais; 7)Â Â Â Â Â O acusado declinou que acredita que o SGT Almir teria lhe tratado dessa forma porque em uma ocasiÃ£o no passado teria oferecido carona para a mulher do referido graduado e o mesmo teria interpretado que ele teria tentando flertar com a mesma; 8)Â Â Â Â Â Declinou o acusado, ainda, que nÃ£o cumprimentou o SGT Almir porque o mesmo estaria longe da entrada. Â Â Â Â Â Sustentou o MinistÃ©rio PÃºblico que o acusado praticou o crime de desacato a superior, tipificado, no artigo 298, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Requereu o MinistÃ©rio PÃºblico Militar o recebimento da denÃºncia e o regular processamento do feito, arrolando o ofendido e mais 3 (trÃªs) testemunha. Â Â Â Â Â Em anexo constam os autos de prisÃ£o em flagrante lavrado em desfavor do acusado. Â Â Â Â Â Â Pela decisÃ£o de fl. 8 foi recebida a denÃºncia, em 9 de maio de 2018. Â Â Â Â Â O acusado foi citado e apresentou defesa preliminar por intermÃ©dio de defensor constituÃ-do, nÃ£o arrolando testemunhas (fls. 12 e 13). Â Â Â Â Â Â O acusado foi interrogado e as testemunhas arroladas na denÃºncia inquiridas (fls. 19/21). Â Â Â Â Â As partes nÃ£o requereram diligÃªncias e nÃ£o apresentaram alegaÃ§Ãµes finais escritas, como permitem os artigos 427 e 428, do CPPM (fls. 22 e 29). Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar, em suas alegaÃ§Ãµes finais, em plenÃ¡rio, pugnou pela condenaÃ§Ã£o do acusado. Â Â Â Â Â A defesa apresentou alegaÃ§Ãµes finais em plenÃ¡rio, pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado por insuficiÃªncia de provas. Â Â Â Â Â Relatado, passo a decidir. Â Â Â Â Â FundamentaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Ao acusado foi imputado a prÃ¡tica do crime de desacato a superior, tipificado, no artigo 298, do CÃ³digo Penal Militar, que dispÃµe, in verbis: Â¿Art. 298.Â Desacatar superior, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, ou procurando deprimir-lhe a autoridade: Pena - reclusÃ£o, atÃ© quatro anos, se o fato nÃ£o constitui crime mais graveÂ¿. Â Â Â Â Â Ã preciso perquirir se hÃ¡ provas da materialidade e autoria por parte do acusado quanto Ã prÃ¡tica do crime narrado na denÃºncia. Â Â Â Â Â Dos depoimentos do ofendido, testemunhas e interrogatÃ³rio colhidos em juÃ-zo, registrados por meio audiovisual, conforme mÃ-dias constantes dos autos, podem-se

colher, de relevante para compreensÃ£o do caso, as seguintes informaÃ§Ãµes: Depoimento de SGT ALMIR CORREIA DA COSTA (ofendido): Â¿NÃ£o tem nenhum problema com o acusado. Apenas desligou o ar, porque ele nÃ£o pediu permissÃ£o e estava de folga e o acusado lhe desrespeitou. Nem se lembrava de ter tido problemas anteriores com o acusado pelo fato de o mesmo ter oferecido carona para sua esposa.Â¿ (Grifo nosso). Depoimento de SGT JOSÃ MAURICIO GOES MELLO: Â¿No dia dos fatos o acusado nÃ£o pediu permissÃ£o para almoÃ§ar no local. Escutou o soldado (acusado) xingando o sargento, que, por sua vez, seguiu os procedimentos normais contra ele. Autorizou apenas que o acusado almoÃ§asse no local. A ordem de nÃ£o ligar o ar-condicionado era do CapitÃ£o Erick. NÃ£o viu o gesto obsceno feito pelo acusado.Â¿ (Grifo nosso). Depoimento de AGT ALEX IVALDO RODRIQUES DE SOUZA: Â¿O acusado nÃ£o estava de serviÃ§o. Conhecia o acusado apenas do serviÃ§o. NÃ£o sabe de nenhum fato anterior envolvendo o acusado e o Sargento Almir. NÃ£o presenciou nenhuma discursÃ£o entre eles. Era costume os soldados almoÃ§arem no local. NÃ£o havia nenhuma restriÃ§Ã£o em ligar o ar. Desconhece a ordem de nÃ£o ligar o ar, dada pelo Sargento Erik.Â¿ (Grifo nosso). InterrogatÃ³rio de JOSÃ MAGNO PEREIRA SILVA: Â¿Estava de folga e foi na hora do almoÃ§o a base do Jurunas entregar um atestado mÃ©dico. Quando chegou ao local estavam os Sargentos Almir e GÃ³es. Pediu permissÃ£o para o Sargento GÃ³es para almoÃ§ar, como era de costume, e ficou esperando o almoÃ§o. O Sargento Almir entrou na sala e desligou o ar-condicionado e comeÃ§ou a lhe Â¿esculacharÂ¿, alegando que tinha ligado o ar-condicionado sem permissÃ£o dele, mas todos ligavam o ar-condicionado. O declarante falou para o ofendido parar de gritar consigo, que eu nÃ£o era crianÃ§a, nem filho dele, e que era militar concursado, e que se ele quisesse poderia fazer o procedimento, porque isso nÃ£o era certo. EntÃ£o ele mesmo deu voz de prisÃ£o ao declarante, apÃ³s chamar o Sargento Alex, o CapitÃ£o Erik e o Oficial do dia para conversar, sem sucesso. Confessa que se exaltou pelo tom de voz que o Sargento Almir estava falando com sua pessoa, mas nÃ£o chamou nenhum palavrÃ£o para o sargento e nÃ£o lhe deuÂ cotoco. Ao contrÃ¡rio, o ofendido que fez um cotoco para o declarante dentro da sala. Infelizmente, em seus depoimentos as pessoas que estavam presentes, Sargento Alex e CB Geovani, falaram que nÃ£o viram nada. Um dia o ofendido viu o declarante de longe cumprimentar a esposa dele, que estava com uma senhora e uma mocinha, dando boa noite, quando estava em companhia do CB Santos, e quando ela chegou em casa, ele perguntou o que tinha lhe falado, e ela respondeu tinha lhe oferecido uma carona. Estava de serviÃ§o no box, sem carro, sem moto e nÃ£o Ã© da sua conduta oferecer carona para uma mulher dessas. O ofendido entrou em contado com o declarante querendo saber o que tinha acontecido, mas preferiu acreditar na mulher dele, apesar de ter confirmado com o CB Santos o que de fato aconteceu. Acredita que essa animosidade veio por conta disso.Â¿ (Grifo nosso). Â Â Â Â Â Ficou comprovado pelos depoimentos do ofendido e da testemunha JOSÃ MAURICIO GOES MELLO que o acusado desrespeitou e proferiu xingamento contra seu superior hierÃ¡rquico. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ qualquer elemento de prova que indique que a testemunha JOSÃ MAURÃCIO GOMES MELLO tivesse motivo para mentir em juÃ-zo, afirmando que o rÃ©u proferiu xingamento contra o ofendido, para lhe incriminar de modo gratuito. Â Â Â Â Â Desta forma, ao desrespeitar seu superior hierÃ¡rquico, proferindo xingamento contra sua pessoa nas dependÃªncias da unidade militar, forÃ§oso Ã© reconhecer que o acusado cometeu o crime de desacato a superior, tipificado no artigo 298, do CÃ³digo Penal Militar, impondo-se a sua condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ConclusÃ£o Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo procedente a denÃºncia para CONDENAR o acusado JOSÃ MAGNO PEREIRA SILVA, qualificado nos autos, pela prÃ¡tica do crime de desacato a superior, tipificados nos artigos 298 do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Ã como voto. Â Â Â Â Â Os demais membros do Colendo Conselho Permanente de JustiÃ§a acompanharam o volto do juiz-presidente para julgar procedente a denÃºncia e CONDENAR o acusado JOSÃ MAGNO PEREIRA SILVA, qualificado nos autos, pela prÃ¡tica do crime de desacato a superior, tipificado no artigo 298 do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Passo Ã individualizaÃ§Ã£o e aplicaÃ§Ã£o da pena, fixaÃ§Ã£o de regime de cumprimento da pena privativa de liberdade, analisando-se as circunstÃ¢ncias judiciais, e outros aspectos pertinentes: Â Â Â Â Â Â Â 1Âª.Â A gravidade do crime praticado: Gravidade normal; Â Â Â Â Â Â Â 2Âª.Â A personalidade do rÃ©u: NÃ£o hÃ¡ elementos que possam revelar personalidade alterada do acusado, de modo a justificar a exasperaÃ§Ã£o da pena; Â Â Â Â Â Â Â 3Âª.Â A intensidade do dolo:Â Normal para o tipo; Â Â Â Â Â Â Â 4Âª.Â A extensÃ£o dos danos causados: Os danos foram normais, ficando a repercussÃ£o restrita ao meio militar; Â Â Â Â Â Â Â 5Âª.Â O meio empregado: Houve uso da voz; Â Â Â Â Â Â Â 6Âª.Â O modo de execuÃ§Ã£o: O acusado, pelo que se infere dos elementos de prova carreados aos autos, proferiu xingamento a seu superior hierÃ¡rquico; Â Â Â Â Â Â Â 7Âª.Â Os motivos determinantes: Pelo que se infere dos autos o motivo do crime foi propÃ³sito do acusado de se impor diante de seu superior hierÃ¡rquico; Â Â Â Â Â Â Â 8Âª.Â As circunstÃ¢ncias de tempo e lugar: Os fatos ocorreram no dia 26 de dezembro de 2017, por volta das 11 h30min, na sede da 2a CIA, do 20Â° BPM da PM/PA; Â Â Â Â Â Â Â 9Âª.Â Os antecedentes do rÃ©u: NÃ£o hÃ¡ registro de sentenÃ§a penal

condenatÃ³ria transitada em desfavor do acusado; e Â Â Â Â Â Â Â 10Âª O acusado nÃ£o demonstrou arrependimento, mas negou a prÃ¡tica do crime. Â Â Â Â Â Atento Ã s circunstÃ¢ncias judiciais fixo a pena-base em 1 (um) ano de reclusÃ£o, que torno definitiva por nÃ£o ser possÃ-vel aplicar atenuantes e nÃ£o haver circunstÃ¢ncias agravantes ou causas de aumento ou diminuiÃ§Ã£o de pena, que deverÃ¡ ser cumprida em regime aberto, conforme dispÃµem os artigos conforme artigo 61, do CÃ³digo Penal Militar, c/c 33, Â§ 2Âº, Â¿cÂ¿, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Ã como voto. Â Â Â Â Â Os demais membros do Colendo Conselho Permanente de JustiÃ§a acompanharam o volto do juiz-presidente quanto Ã pena e o regime fixado. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ vedaÃ§Ã£o na legislaÃ§Ã£o penal militar quanto Ã substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritivas de direito ou multa e, por isso, deve ser aplicada a disposiÃ§Ã£o mais benÃ©fica constante da Parte Geral do CÃ³digo Penal comum, por forÃ§a de seu artigo 12, desde que o apenado preencha os requisitos legais, conforme orientaÃ§Ã£o jurisprudencial sobre a matÃ©ria1. Â Â Â Â Â Assim, preenchendo o acusado os requisitos do artigo 44, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Penal, em conformidade com o seu Â§ 1Âº, e artigos 43, I, e 45, Â§ 1Âº, do mesmo CÃ³digo, substituo a pena privativa de liberdade por 1 (um) de multa e outra restritiva de direito de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, a de multaÂ no patamar de 30 (trinta) dias-multas, cada um no valor de 1/30 (um trigÃ©simo) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, a ser recolhida em favor do fundo penitenciÃ¡rio nacional, e a de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria no valor de 1 (um) salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, que deverÃ¡ ser destinada a entidade a ser definida na fase de execuÃ§Ã£o penal, devendo tais valores serem atualizados pelo IPCA ou outro Ã-ndice que o substituir, desde a data do fato, e juros de 1% (um por cento) ao mÃªs, a partir de 10 (dez) dias apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, atÃ© o efetivo pagamento.Â Â Â Â Â Â Os demais membros do Colendo Conselho Permanente de JustiÃ§a acompanharam o voto do Juiz-Presidente, determinando-se a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por 1 (um) de multa e outra restritiva de direito de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, a de multaÂ no patamar de 30 (trinta) dias-multas, cada um no valor de 1/30 (um trigÃ©simo) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, a ser recolhida em favor do fundo penitenciÃ¡rio nacional, e a de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria no valor de 1 (um) salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, que deverÃ¡ ser destinada a entidade a ser definida na fase de execuÃ§Ã£o penal, devendo tais valores serem atualizados pelo IPCA ou outro Ã-ndice que o substituir, desde a data do fato, e juros de 1% (um por cento) ao mÃªs, a partir de 10 (dez) dias apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, atÃ© o efetivo pagamento. Sala das sessÃµes dos Conselhos de JustiÃ§a, BelÃ©m, PA, aos 20 (vinte) do mÃªs de outubro de 2021. Lucas do Carmo de Jesus - Juiz de Direito e Presidente do Conselho Maj. PM Celton OtÃ¡vio Costa de Jesus - Juiz-membro Cap. PM Adriana Coutinho da Cunha - JuÃ-za-membro Ten. PM Stalone Pereira Moura - Juiz-membro Ten. PM Eddiene Rossane Lima Rodrigues - Juiz-membro 1TJMMG-000545) APELAÃÃO CRIMINAL - LESÃO CORPORAL GRAVE - AUTORIA - PROVA TESTEMUNHAL - MATERIALIDADE - AUTO DE CORPO DE DELITO - CONFIGURAÃÃO - DECRETO PENAL CONDENATÃRIO MANTIDO. Extraem-se dos depoimentos das testemunhas e do exame de corpo de delito que os Policiais Militares lesionaram o civil com golpes de bastÃ£o de madeira, ocasionando-lhe a incapacidade fÃ-sica por mais de 30 (trinta) dias, demonstrando a autoria e materialidade do crime de lesÃ£o corporal grave, previsto no Â§ 1Âº, do art. 209, do CPM. Recurso improvido. V.V.: Ã certo que nÃ£o hÃ¡ previsÃ£o de penas substitutivas na legislaÃ§Ã£o penal militar. No entanto, as decisÃµes da JustiÃ§a Militar devem ser conciliadas com as opÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal que se prestam a atender aos anseios da coletividade. Ã inconcebÃ-vel que a operaÃ§Ã£o da JustiÃ§a Militar se mostre desarticulada das demais opÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal do Estado brasileiro. Se Ã© possÃ-vel ocorrer a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por meio da transaÃ§Ã£o penal, tambÃ©m Ã© possÃ-vel ocorrer tal substituiÃ§Ã£o no momento da condenaÃ§Ã£o proferida em exame de mÃ©rito da pretensÃ£o punitiva. Deve-se notar que na legislaÃ§Ã£o penal militar nÃ£o hÃ¡ vedaÃ§Ã£o expressa quanto Ã substituiÃ§Ã£o e, por isso, aplica-se a disposiÃ§Ã£o mais benÃ©fica constante da parte geral do CÃ³digo Penal Comum, por forÃ§a de seu art. 12. A substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por penas restritiva de direitos ou multa nÃ£o pode ser entendida como direito subjetivo de todo e qualquer condenado, mas sim como medida que se mostra adequada conforme as peculiaridades do caso concreto (Juiz Fernando GalvÃ£o da Rocha). (ApelaÃ§Ã£o Criminal nº 2.536, TJMMG, Rel. Jadir Silva. j. 11.11.2008, DJ 27.11.2008). (grifo nosso). PROCESSO: 00005432320208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/10/2021 ENCARREGADO:GILBERTO DO ROSARIO MIRANDA DENUNCIADO:JOEL BATISTA DE SOUZA Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 4378 - FRANCISCO DE ASSIS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. ATA DE AUDIÊNCIA VIRTUAL Nº do Processo Nº 0000543232020.814.0200 ÃrgÃ£o: CPJPM Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual - Av. 16 de

Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 26/10/2021 Hora: 9H Juiz-Presidente: LUCAS DO CARMO DE JESUS JuÃ-zes mlitares: MAJOR PM RENATO RABELO RODRIGUES CAP PM PEDRO YOSHIOKA DA SILVA 1Âº TEN STALONE PEREIRA MOURA 1ÂºÂ TEN LUIZ AUGUSTO BRITO TAVARES Â Promotor: Dr. ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Acusados: Â JOEL BATISTA DOS SANTOS Â Â Advogados presente: NAYARA RÃGO BORGES MARTINS OAB/PA 21.611 Presentes o Juiz de Direito, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (virtualmente), os membros do Conselho de JustiÃ§a, o acusado JOEL BATISTA DOS SANTOS (virtualmente), acompanhado de sua advogada ao norte citada (virtualmente), presentes as testemunhas SANDRO DO SOCORRO PINHEIRTO DA CUNHA (presencialmente), JOSÃ LUIZ LOPES BORGES (virtualmente) e JORGE LUIS MAIA MONTEIRO (virtualmente), teve inÃ-cio a audiÃªncia. Foram inquiridas as testemunhas presentes. O acusado foi interrogado. As partes nÃ£o requereram diligÃªncias (art.427 do CPPM). O MPM requereu apresentou alegaÃ§Ãµes finais oralmente requerendo a CONDENAÃÃO do rÃ©u JOEL BATISTA DE SOUZA. A Defesa tambÃ©m apresentou alegaÃ§Ãµes finais oralmente e requereu a ABSOLVIÃÃO do acusado. O MM Juiz votou pela CONDENAÃÃO do acusado pelo crime de abandono de posto, tipificado no artigo 195, do CÃ³digo Penal Militar, fixando uma pena de 3 (trÃªs) meses de detenÃ§Ã£o a ser cumprida no regime aberto, que foi substituÃ-da por uma de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, no valor de 1 (um) salÃ¡rio mÃ-nimo, vigente Ã Ã©poca do fato, que deverÃ¡ ser corrigida pelo IPCA ou outro Ã-ndice que o substituir e incidir juros de 1% (um por cento) ao mÃªs a partir de 10 (dez) dias apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado. Os demais membros do Conselho Permanente de JustiÃ§a acompanharam o voto do juiz presidente em todos os seus termos. As partes renunciaram ao prazo recursal. O MM juiz declarou a sentenÃ§a transitado em julgado e determinou a emissÃ£o da guia para cumprimento da pena, o encaminhamento da mesma ao juÃ-zo da execuÃ§Ã£o de penas e medidas alternativas da capital - VEPMA e, apÃ³s, arquivamento dos autos. E, Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz presidente o encerramento do ato, ficando as partes intimadas das deliberaÃ§Ãµes ocorridas em audiÃªncia. Eu,Â , Mariceli Farias Virgolino, Analista JudiciÃ¡rio. Juiz de Direito Â _____ Â JuÃ-zes Militares PROCESSO: 00005666620208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/10/2021 ENCARREGADO:MARLOS BARBOSA SACRAMENTA DENUNCIADO:PEDRO HENRIQUE ALMEIDA DOS SANTOS Representante(s): OAB 19537 - TAMISA FONSECA CARDOSO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) VITIMA:I. S. E. S. J. VITIMA:E. R. B. S. PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. ATA DE AUDIÊNCIA VIRTUAL Nº do Processo Nº 0005666620208140200 ÃrgÃ£o: CPJPM Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual - Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 26/10/2021 Hora: 9H Juiz-Presidente: LUCAS DO CARMO DE JESUS JuÃ-zes mlitares: MAJOR PM RENATO RABELO RODRIGUES CAP PM PEDRO YOSHIOKA DA SILVA 1Âº TEN STALONE PEREIRA MOURA 1ÂºÂ TEN LUIZ AUGUSTO BRITO TAVARES Â Promotor: Dr. ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Acusados: Â Â Â Advogado: Paulo Ronaldo Albuquerque - OAB/PA 7.605 Presentes o Juiz de Direito, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (virtualmente), os membros do Conselho de JustiÃ§a, ausente o acusado e a testemunha arrolada pela defesa, presente o advogado do acusado (virtualmente), teve inÃ-cio a audiÃªncia. DELIBERAÃÃO: Redesigno a audiÃªncia para oitiva da testemunha arrolada pela defesa, DONZILA DE SOUZA PENHA, e interrogatÃ³rio do acusado para o dia 17 de janeiro de 2022, a partir das 13h, que poderÃ¡ ser acessada pelo seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YzE2ODM0NjctYjFiMy00NWUxLWJiMGUtMTlkZWE3MDUwMWVl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d O Link da audiÃªncia poderÃ¡ ser obtido por meio do celular da JustiÃ§a Militar (WhatsApp): (91) 99339-0307. Oficie-se ao juÃ-zo da Comarca de Portel, PA, no qual foi distribuÃ-da a carta precatÃ³ria anteriormente envida, distribuÃ-da sob o nÃºmero 0800750-38.2021.814.0043, para intimar a testemunha para que acesse a sala de audiÃªncia por meio do link acima referido. Oficie-se ao Comando a que serve o acusado para que o mesmo seja apresentado para audiÃªncia, por meio virtual ou presencialmente. Â E, Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz presidente o encerramento do ato, ficando as partes intimadas das deliberaÃ§Ãµes ocorridas em audiÃªncia. Eu,Â , Mariceli Farias Virgolino, Analista JudiciÃ¡rio. Juiz de Direito Â _____ Â JuÃ-zes Militares PROCESSO: 00041611520168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Mandado de Segurança Cível em: 26/10/2021 IMPETRANTE:JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO PACIENTE:GILBERTO VINITES GONCALVES Representante(s): OAB 17866 - MICHEL OLIVEIRA SILVA DE MELO (ADVOGADO) OAB 20193 -

IVONALDO CASCAES LOPES JUNIOR (ADVOGADO) OAB 20131 - CAIO CESAR DIAS SANTOS (ADVOGADO) OAB 21782-A - MAURICIO MOURA COSTA (ADVOGADO) OAB 11418 - JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO (ADVOGADO) IMPETRADO:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â CERTIFICA que nos Autos de PROCESSO CÃVEL NÂº 0004161-15.2016.814.0200, a SentenÃ§a de folhas 70 dos autos, TRANSITOU EM JULGADO, para o RÃ©u (ESTADO DO PARÃ), devidamente intimado conforme consta Ã s folhas 75 dos autos. Com relaÃ§Ã£o ao Parquet Militar, o mesmo estÃ¡ ciente da referida SentenÃ§a, nada tendo a opor, como consta Ã s folhas 76 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 26 de outubro de 2021. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00041611520168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Mandado de Segurança Cível em: 26/10/2021 IMPETRANTE:JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO PACIENTE:GILBERTO VINITES GONCALVES Representante(s): OAB 17866 - MICHEL OLIVEIRA SILVA DE MELO (ADVOGADO) OAB 20193 - IVONALDO CASCAES LOPES JUNIOR (ADVOGADO) OAB 20131 - CAIO CESAR DIAS SANTOS (ADVOGADO) OAB 21782-A - MAURICIO MOURA COSTA (ADVOGADO) OAB 11418 - JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO (ADVOGADO) IMPETRADO:A COLETIVIDADE O ESTADO. ARQUIVAMENTO Â Â Aos 26 dias do mÃªs de outubro de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o o arquivamento dos Autos de PROCESSO CÃVEL NÂº 0004161-15.2016.814.0200. BelÃ©m, Pa., 26 de outubro de 2021. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00052949720138140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/10/2021 ENCARREGADO:MARCIO DINIZ MARTINS DENUNCIADO:ANTONIO ARLAN DAS NEVES SILVA Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) OAB 29741 - STELLA DE MEDEIROS ARAUJO LUCENA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. TESTEMUNHA:MAURINEI FERREIRA ALVES. CERTIDÂ¿O Carolina Abreu Silva, Diretora de secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que este processo transitou em julgado no dia 20/10/2021. 26/10/2021 Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio da JMEPA PROCESSO: 00052949720138140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/10/2021 ENCARREGADO:MARCIO DINIZ MARTINS DENUNCIADO:ANTONIO ARLAN DAS NEVES SILVA Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) OAB 29741 - STELLA DE MEDEIROS ARAUJO LUCENA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. TESTEMUNHA:MAURINEI FERREIRA ALVES. Vistos, etc., Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria deste JuÃ-zo para CERTIFICAR o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a. ApÃ³s proceda-se o arquivamento dos presentes autos na forma da lei.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 26 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00059421320208140045 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/10/2021 DENUNCIADO:CLEONIVALDO GOMES VENTURA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEAO (ADVOGADO) VITIMA:C. B. M. E. P. PROMOTOR:PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTICA MILITAR. ATA DE AUDIÃNCIA VIRTUAL NÂº do Processo NÂº 00059421320208140045 ÃrgÃ£o: CPJPM Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual - Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 26/10/2021 Hora: 12h Juiz-Presidente: LUCAS DO CARMO DE JESUS JuÃ-zes mlitares: MAJOR BM EDEN NERUDA ANTUNES CAP BM RENATA DE AVIZ BATISTA CAP BM EDUARDO OLIVEIRA RIO BRANCO 2Âº TEN IGOR DOS SANTOS CALABRIA Â Promotor: Dr. GILBERTO VALENTE MARTINS Acusado: CLEONIVALDO GOMES VENTURA Â Â Â Advogados presente: RODRIGO TEIXEIRA SALES Presentes o Juiz de Direito, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (virtualmente), os membros do Conselho de JustiÃ§a, o advogado do acusado (virtualmente), ausente o acusado, as testemunhas arroladas pelas partes, teve inÃ-cio a audiÃªncia. Em seguida foram ouvidas as testemunhas RAFAEL MOTA RIBEIRO, MARTINHO MATIAS PEREIRA, WATILLA DE OLIVEIRA VIERIA, WLSON SOARES BARROSO JÃNIOR e MARCOS COLHEO DOS SANTOS. A defesa dispensou a oitiva da testemunha AKILA AZEVEDO TOMAZ, o que foi homologado pelo juÃ-zo. DELIBERAÃÃO DO JUÃZO: Designo a audiÃªncia para interrogatÃ³rio do acusado e, se possÃ-vel, julgamento do caso para o dia 13 de janeiro de 2021, a partir das 12h00min., que poderÃ¡ ser acessado pelo seguinte link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NzVhNDlhZjMtYWY2NS00MzUyLTgxYmQtMzAzZDM2ODIwY2Rl%40thread.v2/0?con

t e x t = % 7 b % 2 2 T i d % 2 2 % 3 a % 2 2 5 f 6 f d 1 1 e - c d f 5 - 4 5 a 5 - 9 3 3 8 - b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22db351c97-e7f0-49fd-b134-bb9ed8f5377e%22%7d O Link da audiÃªncia poderÃ¡ ser obtido por meio do celular da JustiÃ§a Militar: (91) 99339-0307. Requisite-se a apresentaÃ§Ã£o do acusado para a audiÃªncia. Caso o acusado esteja condiÃ§Ã£o de desertor, deverÃ¡ o Oficial de JustiÃ§a desta unidade empreender diligÃªncias para tentar localizÃ¡-lo para ser intimado. E, Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz presidente o encerramento do ato, ficando as partes intimadas das deliberaÃ§Ãµes ocorridas em audiÃªncia. Eu,Â , Mariceli Farias Virgolino, Analista JudiciÃ¡rio. Juiz de Direito Â _____ Â JuÃ-zes Militares P R O C E S S O : 0 0 0 6 4 7 3 2 7 2 0 1 7 8 1 4 0 2 0 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 26/10/2021 AUTOR:EDIVANILDO SILVA SOUZA Representante(s): OAB 21577 - MARIA DO SOCORRO DIAS BOTELHO (ADVOGADO) OAB 21568 - THAISE CAMILA CORDEIRO SANTOS (ADVOGADO) OAB 18843 - KARLA THAMIRIS NORONHA TOMAZ (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA BULHOES LEITE (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â CERTIFICA que nos Autos de PROCESSO CÃVEL NÂº 0006473-27.2017.814.0200, a SentenÃ§a de folhas 41/42 dos autos, TRANSITOU EM JULGADO, para o RÃ©u (ESTADO DO PARÃ), devidamente intimado conforme consta Ã s folhas 48 dos autos. Com relaÃ§Ã£o ao Parquet Militar, o mesmo estÃ¡ ciente da referida SentenÃ§a, nada tendo nada a opor, como consta Ã s folhas 49 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 26 de outubro de 2021. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 P R O C E S S O : 0 0 0 6 4 7 3 2 7 2 0 1 7 8 1 4 0 2 0 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 26/10/2021 AUTOR:EDIVANILDO SILVA SOUZA Representante(s): OAB 21577 - MARIA DO SOCORRO DIAS BOTELHO (ADVOGADO) OAB 21568 - THAISE CAMILA CORDEIRO SANTOS (ADVOGADO) OAB 18843 - KARLA THAMIRIS NORONHA TOMAZ (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA BULHOES LEITE (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. ARQUIVAMENTO Â Â Aos 26 dias do mÃªs de outubro de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o o arquivamento dos Autos de PROCESSO CÃVEL NÂº 0006473-27.2017.814.0200. BelÃ©m, Pa., 26 de outubro de 2021. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00064732720178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 26/10/2021 AUTOR:EDIVANILDO SILVA SOUZA Representante(s): OAB 21577 - MARIA DO SOCORRO DIAS BOTELHO (ADVOGADO) OAB 21568 - THAISE CAMILA CORDEIRO SANTOS (ADVOGADO) OAB 18843 - KARLA THAMIRIS NORONHA TOMAZ (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA BULHOES LEITE (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â CERTIFICA que nos Autos de PROCESSO CÃVEL NÂº 0006473-27.2017.814.0200, a SentenÃ§a de folhas 41/42 dos autos, TRANSITOU EM JULGADO, para o RÃ©u (ESTADO DO PARÃ), devidamente intimado conforme consta Ã s folhas 48 dos autos. Com relaÃ§Ã£o ao Parquet Militar, o mesmo estÃ¡ ciente da referida SentenÃ§a, nada tendo nada a opor, como consta Ã s folhas 49 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 26 de outubro de 2021. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 P R O C E S S O : 0 0 0 7 1 9 5 6 1 2 0 1 7 8 1 4 0 2 0 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 26/10/2021 AUTOR:ROBNELSON FREITAS COELHO REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â CERTIFICA que nos Autos de PROCESSO CÃVEL NÂº 0007195-61.2017.814.0200, a SentenÃ§a de folhas 80/82 dos autos, TRANSITOU EM JULGADO, para o RÃ©u (ESTADO DO PARÃ), devidamente intimado conforme consta Ã s folhas 86 dos autos. Com relaÃ§Ã£o ao Parquet Militar, o mesmo estÃ¡ ciente da referida SentenÃ§a, nada tendo a opor, como consta Ã s folhas 87 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 26 de outubro de 2021. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00083778220178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 26/10/2021 AUTOR:DANIEL DA SILVA E SILVA Representante(s): OAB 16932 - JOSE AUGUSTO COLARES BARATA (ADVOGADO) OAB 8673-E - ICELLY CRISTINA DA ROSA CÂMARA (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. Â¿ CERTIDÃO - JUNTADA Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Emanuel Nazareno da Costa Santos, Analista JudiciÃ¡rio do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, lotado na JustiÃ§a Militar do Estado (Secretaria CÃ-vel), usando das

atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por Lei, CERTIFICA que faz JUNTADA EM APENSO nos Autos de PROCESSO (AÃ§Ã£o CÃ-vel) NÂº 0008377-82.2017.814.0200, de AUTOS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR SIMPLIFICADO (capa branca encadernado com 104 folhas), tendo como acusado, DANIEL DA SILVA E SILVA e vitima o Estado do ParÃ¡. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 26 de outubro de 2021. Analista JudiciÃ¡rio Mat. 132241 Â¿ PROCESSO: 00135097919998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910195426 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 26/10/2021 AUTOR:ANTONIO MARCOS DA COSTA MOREIRA Representante(s): OAB 13052 - OMAR ADAMIL COSTA SARE (ADVOGADO) OAB 14742 - GIOVANY HENRIQUE SALES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 23431 - FABRICIO FERREIRA RIBEIRO (ADVOGADO) ADVOGADO:ZUNILDE LIRA DE OLIVEIRA - PROCURADORA REU:COMANDANTE GERAL DA POLICIA MIL. EST.PA AUTOR:ANTONIO MARCOS DA COSTA MOREIRA Representante(s): OAB 13052 - OMAR ADAMIL COSTA SARE (ADVOGADO) OAB 22402 - WALLACE LIRA FERREIRA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 11603 - MARIA ELISA BRITO LOPES (PROCURADOR(A)) . CERTIDÃO Â Â Emanuel Nazareno da Costa Santos, Analista JudiciÃ¡rio do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, lotado na JustiÃ§a Militar do Estado (Secretaria CÃ-vel), usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por Lei, CERTIFICA que nos Autos de AÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 0013509-79.1999.814.0301, que o AUTOR foi intimado para apresentar CONTRARRAZÃES, o fazendo, dentro do prazo legal. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 26 de outubro de 2021. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00000904320118140200 PROCESSO ANTIGO: 201120000835 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Apelação Criminal em: 27/10/2021 ENCARREGADO:JOSE DA COSTA E SILVA FILHO VITIMA:E. DENUNCIADO:PAULO CIRILO RODIRGUES Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA (ADVOGADO) . CERTIDÂ¿O Carolina Abreu Silva, Diretora de secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que este processo transitou em julgado no dia 22/10/2021. 26/10/2021 Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio da JMEPA PROCESSO: 00000990520118140200 PROCESSO ANTIGO: 201120000918 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 ENCARREGADO:ANTONIO JOSE DA SILVA MOURA DENUNCIADO:EVALDO JOHNNATHA RODRIGUES RATIS Representante(s): OAB 17308 - VIRGILIO ALBERTO AZEVEDO MOURA (ADVOGADO) OAB 18107 - ZARAH EMANUELLE MARTINHO TRINDADE (ADVOGADO) VITIMA:E. . CERTIDÂ¿O Carolina Abreu Silva, Diretora de secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que este processo transitou em julgado no dia 22/10/2021. 26/10/2021 Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio da JMEPA PROCESSO: 00002413320168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 ENCARREGADO:ANTONIO JOSE DA SILVA MOURA DENUNCIADO:JANIO JEAN VIANA SANTOS Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:SAMUEL LIMA DE SOUZA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:WELLINGTON RODRIGUES SILVA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) VITIMA:J. C. B. P. TESTEMUNHA:RUY GUILHERME LACERDA MATOS. CERTIDÂ¿O Carolina Abreu Silva, Diretora de secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que este processo transitou em julgado no dia 18/10/2021. 26/10/2021 Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio da JMEPA PROCESSO: 00002660720188140061 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 DENUNCIADO:JOAO DE ALMEIDA PIMENTA Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA - DEFENSOR PÚBLICO (DEFENSOR) VITIMA:A. C. O. E. . CERTIDÃO Carolina Abreu Silva, Diretora de secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que, a testemunha ANA CRISTINA arrolada pelo MPM nÃ£o foi qualificada nos autos. Por esse motivo, faÃ§o os autos conclusos 27/10/2021 Carolina Abreu PROCESSO: 00002660720188140061 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 DENUNCIADO:JOAO DE ALMEIDA PIMENTA Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA - DEFENSOR PÚBLICO (DEFENSOR) VITIMA:A. C. O. E. . Processo nÃºmero: 00002660720188140061 DESPACHO Â Â Â Â Â Tendo em vista o teor da certidÃ£o

de fl. 22. DÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar. Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 27 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00010863620148140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 ENCARREGADO:ERINALDO SILVA COSTA VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:PEDRO HAILTON BRAGA LOPES Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 4378 - FRANCISCO DE ASSIS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) OAB 1993 - NELSON MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:CARLOS CLEYTON SAMPAIO GONDIM Representante(s): OAB 7777 - ALMYR CARLOS DE MORAIS FAVACHO (ADVOGADO) OAB 21718-B - GERMANO PAES MARQUES JUNIOR (ADVOGADO) . CERTIDÂ¿O Carolina Abreu Silva, Diretora de secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que este processo transitou em julgado no dia 27/10/2021. 26/10/2021 Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio da JMEPA PROCESSO: 00010863620148140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 ENCARREGADO:ERINALDO SILVA COSTA VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:PEDRO HAILTON BRAGA LOPES Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 4378 - FRANCISCO DE ASSIS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) OAB 1993 - NELSON MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:CARLOS CLEYTON SAMPAIO GONDIM Representante(s): OAB 7777 - ALMYR CARLOS DE MORAIS FAVACHO (ADVOGADO) OAB 21718-B - GERMANO PAES MARQUES JUNIOR (ADVOGADO) . ATA DE AUDIÊNCIA VIRTUAL SERINDO COM SENTENÃA NÂº do Processo NÂº 0001086-36.2014.814.0200 ÃrgÃ£o: CPJPM Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual - Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 27/10/2021 Hora: 11h30min. Juiz-Presidente: LUCAS DO CARMO DE JESUS JuÃ-zes mlitares: MAJOR PM CELTON OTÃVIO COSTA DE JESUS CAP PM ADRIANA COUTINHO DA CUNHA TEM. PM LUIZ AUGUSTO BRITO TAVARES TEM. PM BRUNO FERREIRA MAZZÃ Â Promotor: Dr. ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Acusados: PEDRO HAILTON BRAGA LOPES e CARLOS SAMPAIUO GONDIM Â Â Â Advogado: ALMIR CARLOS DE MORAES FAVACHO - OAB/PA 7777 (do acusado CARLOS SAMPAIUO GONDIM e NAYARA REGO BORGES MARTINS - OAB/PA 21.611 (do acusado PEDRO HAILTON BRAGA LOPES) Â Presentes o Juiz de Direito, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar (virtualmente), os membros do Conselho de JustiÃ§a, acusado CARLOS SAMPAIO GONDIM, acompanhado de seu advogado, presente a Dra. NAYARA REGO BORGES MARTINS (virtualmente), teve inÃ-cio a audiÃªncia. A defesa desistiu da oitiva das testemunhas que arrolou. O acusado CARLOS SAMPAIO FLEYTON SAMPAIO GONDIM exerceu o seu direito constitucional de permanecer em silÃªncio. As partes nÃ£o requereram diligÃªncias na fase do artigo 427, do CPPM. O MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se em plenÃ¡rio, ratificando as alegaÃ§Ãµes finais que havia apresentado por escrito, pugnando pela absolviÃ§Ã£o dos acusados por insuficiÃªncia de provas. A defesa dos acusados apresentaram alegaÃ§Ãµes finais oralmente, pugnando pela absolviÃ§Ã£o dos mesmos. O MM. Juiz proferiu seu voto decretando a extinÃ§Ã£o da punibilidade quanto ao acusado PEDRO HAILTON BRAGA LOPES pela morte, com fundamento no artigo 123, I, do CÃ³digo Penal Militar, e pela absolviÃ§Ã£o do acusado CARLOS GLEYFTON SAMPAIO GONDIM quanto Ã acusaÃ§Ã£o da prÃ¡tica do crime de concussÃ£o, tipificado no artigo 305, do CPM, por insuficiÃªncia de provas, com fundamento no artigo 439, Â¿eÂ¿, do CPPM, no que foi acompanhado pelos demais membros do Conselho Permanente de JustiÃ§a. As partes renunciaram ao prazo recursal. O MM. Juiz dispensou a transcriÃ§Ã£o da sentenÃ§a, que ficarÃ¡ gravada em mÃ-dia, declarou o seu trÂ¢nsito em julgado e determinou o imediato arquivamento dos autos. E, Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz presidente o encerramento do ato, ficando as partes intimadas das deliberaÃ§Ãµes ocorridas em audiÃªncia. Eu,Â , Emanuel Santos, Analista JudiciÃ¡rio. Juiz de Direito Â _____ Promotor de JustiÃ§a: _____ Acusado presente: _____ Advogado presente: _____ Â JuÃ-zes Militares: PROCESSO: 00012888120128140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 ENCARREGADO:ROSINETE SILVA DOS SANTOS VITIMA:A. A. S. DENUNCIADO:EDINALDO GOMES DA SILVA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEAO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALACI SANTOS DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO

SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEAO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RODIEL GARCIA UCHOA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:FRANCISCO RICARDO SILVA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:RUDINEY SILVA DE SOUZA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:FLAVIANO DA SILVA VINHOTE Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) . CERTIDÂ¿O Carolina Abreu Silva, Diretora de secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que este processo transitou em julgado no dia 27/10/2021. 27/10/2021 Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio da JMEPA PROCESSO: 00012888120128140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 ENCARREGADO:ROSINETE SILVA DOS SANTOS VITIMA:A. A. S. DENUNCIADO:EDINALDO GOMES DA SILVA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEAO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALACI SANTOS DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEAO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RODIEL GARCIA UCHOA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:FRANCISCO RICARDO SILVA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:RUDINEY SILVA DE SOUZA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:FLAVIANO DA SILVA VINHOTE Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) . ATA DE AUDIÃNCIA DE JULGAMENTO SERVINDO COMO SENTENÃA NÂº do Processo NÂº 0001288-81.2012.814.0200 ÃrgÃ£o: CPJPM Local: Sede da JustiÃ§a Militar estadual Â¿ Av. 16 de Novembro, 486, Cidade Velha, BelÃ©m, PAÂ Data: 27/10/2021 Hora: 11h00. Juiz-Presidente: LUCAS DO CARMO DE JESUS Integrantes do Conselho de JustiÃ§a: 1) Major CELTON OTAVIO COSTA DE JESUS 2) CapitÃ£o ADRIANA COUTINHO DA CUNHA 3) TENENTE LUIZ AUGUSTO BRITO TAVARES 4) TENENTE BRUNO FERREIRA MAZZÃ Promotor: Dr. ARMANDO BRASIL TEIXEIRA Acusados: EDINALDO GOMES DA SILVA, ALACI SANTOS DO NASCIMENTO, RODIEL GARCIA UCHOA, FRANCISCO RICARDO DA SILVA, RUDINEY SILVA DE SOUZA e FLAVIANO DA SILVA VINHOTE - virtual Advogado: Dr. NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEÃO - virtual Defensor PÃºblico: Dr. FÃBIO PIRES NAMEKATA - virtual Presentes o Juiz de Direito e Presidente do Conselho de JustiÃ§a, os demais integrantes deste, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Militar, o Advogado e o Defensor Publico e os Acusados. Teve inÃ-cio a audiÃªncia de julgamento. Com a palavra, o MinistÃ©rio PÃºblico Militar pediu a absolviÃ§Ã£o dos acusados, com fulcro no artigo 439, letra Â¿eÂ¿ do CPPM, com relaÃ§Ã£o ao crime de peculato, e, pediu a decretaÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o de punibilidade com relaÃ§Ã£o aos demais crimes de lesÃ£o corporal e de prevaricaÃ§Ã£o. Em seguida, foi dada a palavra Ã Defesa, atravÃ©s dos Doutores NELSON LEÃO e FÃBIO NAMEKATA que postularam a absolviÃ§Ã£o de seus defendidos, com fundamento na insuficiÃªncia de provas para condenaÃ§Ã£o. NÃ£o houve rÃ©plica. Em seguida, o Conselho Permanente de JustiÃ§a Ã unanimidade de votos, proferiu decisÃ£o reconhecendo a extinÃ§Ã£o de punibilidade do crime de lesÃ£o corporal, com base no artigo 439, letra Â¿fÂ¿ do CPPM e a extinÃ§Ã£o de punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o com relaÃ§Ã£o ao delito de prevaricaÃ§Ã£o. No mÃ©rÃ-to, decidiu o CPJPM em julgar improcedente a acusaÃ§Ã£o feita na denuncia, para o fim de absolver os acusados, com fulcro no artigo 439, letra eÂ¿ do CPPM. As partes manifestaram que nÃ£o tÃªm interesse em interpor recurso, renunciando ao prazo recursal, trasnsitando em julgado a sentenÃ§a proferida oralmente e registrada por meio audiovisual, determinando que mesma seja salva em meio prÃ³prio e anexada aos autos, devendo os autos serem arquivados. E, nada mais havendo, determinou o MM. Juiz presidente do Conselho o encerramento do ato, sendo a ata-sentenÃ§a assinada pelos presentes, dispensado-se a assiantura dos que particiapram de forma virtual. Eu,Â , Emanuel Santos, Analista JudiciÃ¡rio. Juiz de Direito Â

_____ Juiz-membroÂ Â

_____Â Juiz-membroÂ Â

_____Â Juiz-membroÂ Â

_____Â Juiz-membroÂ Â
_____Â MPMÂ
_____ PROCESSO: 00034345120198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 ENCARREGADO:LAERCIO AUGUSTO GURJAO FERNANDES DENUNCIADO:HADAILTON PEREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 21391 - ANDREZA PEREIRA DE LIMA ALONSO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . CERTIDÂ¿O Carolina Abreu Silva, Diretora de secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que este processo transitou em julgado no dia 22/10/2021. 26/10/2021 Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio da JMEPA PROCESSO: 00045523320178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 ENCARREGADO:SERGIO AUGUSTO MORAES DE VASCONCELOS DENUNCIADO:JOABE SOBRINHO VIANA Representante(s): OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . CERTIDÂ¿O Carolina Abreu Silva, Diretora de secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que este processo transitou em julgado no dia 22/10/2021. 26/10/2021 Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio da JMEPA PROCESSO: 00082958020198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 ENCARREGADO:CARLOS ALBERTO DA SILVA DENUNCIADO:ARNALDO DA COSTA DE SENA VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. CERTIDÂ¿O Carolina Abreu Silva, Diretora de secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que este processo transitou em julgado no dia 22/10/2021. 26/10/2021 Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio da JMEPA PROCESSO: 00086774420178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 ENCARREGADO:MARCELO SOUZA DE VASCONCELOS ACUSADO:MARLON BRANDO DA SILVA SANTOS VITIMA:A. C. O. E. . CERTIDÂ¿O Carolina Abreu Silva, Diretora de secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que este processo transitou em julgado no dia 22/10/2021. 26/10/2021 Carolina Abreu Silva Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio da JMEPA PROCESSO: 00201353920098140401 PROCESSO ANTIGO: 200920752597 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/10/2021 DENUNCIADO:SOLANGE MICHELE DE JESUS SILVA Representante(s): OAB 2903 - RAIMUNDO HERMOGENES DA SILVA E SOUZA (ADVOGADO) PROMOTOR:ARMANDO BRASIL TEIXEIRA. Processo nÂº 0020135-39.2009.8.14.0401 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal ajuizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de SOLANGE MICHELE DE JESUS SILVA, policial militar, pela prÃ¡tica do crime de peculato, tipificado no artigo 312, do CÃ³digo Penal, e FABRÃCIO DA CRUZ GOUVEIA, civil, pela prÃ¡tica do crime do mesmo crime, tipificado no artigo 313-A, do mencionado CÃ³digo. Â Â Â Â Â Alegou o MinistÃ©rio PÃºblico, de relevante para compreensÃ£o do caso, em sÃ-ntese, o seguinte: 1)Â Â Â Â Â Informam as peÃ§as que compÃµem o procedimento policial, que teve inÃ-cio atravÃ©s de requisiÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico, que foi instaurado SindicÃ¢ncia no Ã¢mbito da PolÃ-cia Militar para apurar o pagamento indevido de diÃ¡rias em favor da Policial Militar CB PM Solange Michele de Jesus Silva, ora denunciada, realizado pela Diretoria de FinanÃ§as da PM/PA; 2)Â Â Â Â Â Concluiu-se que houve indÃ-cios da prÃ¡tica de crime e transgressÃ£o da disciplina policial militar por Solange Michel e indÃ-cios de crime comum pelo voluntÃ¡rio civil FabrÃ-cio da Cruz Gouveia, conforme o relatÃ³rio de fls. 86/100; 3)Â Â Â Â Â De acordo com relatÃ³rio, o denunciado FabrÃ-cio da Cruz Gouveia teria se utilizando, nos dias 16 e 31 de outubro de 2008, da senha no SIAFEM (Sistema da PolÃ-cia Militar), da Policial Sheyla RÃ¡dila Santos Souza, para efetuar lanÃ§amentos de pagamentos de diÃ¡rias de forma indevida na conta da acusada Solange Michele nos valores de R$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais) e RS 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais), respectivamente; 4)Â Â Â Â Â A CB PM Sheila, tomado conhecimento dos fatos em 03 de novembro de 2008, atravÃ©s de seu colega CB PM Francisco Silva dos Santos, tambÃ©m da Diretoria de FinanÃ§as, que recebeu uma ligaÃ§Ã£o da colega CB PM AndrÃ©a Novaes, disse que a denunciada Michele foi vista conversando com FabrÃ-cio, atravÃ©s do MSN, o que gerou um clima de desconfianÃ§a, pois esta jÃ¡ havia trabalhado antes na Diretoria de FinanÃ§as; 5)Â Â Â Â Â A denunciada, depois do contato com FabrÃ-cio, efetuou depÃ³sitos nos dias 04, 05 e 06 de novembro de 2008, os dois primeiros no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) e o Ãºltimo de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), devolvendo o equivalente a R$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais) pagos a ela indevidamente, restando ainda a ser devolvido o valor de R$-1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais); 6)Â Â Â Â Â O fato chegou

ao conhecimento da Diretoria de FinanÃ§as atravÃ©s do CAP. PM LuÃ-s AndrÃ© Menezes de Souza, Chefe da SeÃ§Ã£o de Contabilidade da Diretoria de FinanÃ§as e responsÃ¡vel pelo setor que efetua o pagamento de diÃ¡rias da PM do ParÃ¡, que, atravÃ©s do SIAFEM, descobriu os lanÃ§amentos indevidos. Â Â Â Â Â Sustentou o MinistÃ©rio PÃºblico Militar que os acusados, com suas condutas, praticaram o crime de peculato, tipificado no artigo 312, quanto Ã SOLANGE MICHELE DE JESUS SILVA e 313-A quanto a FABRÃCIO DA CRUZ GOUVEIA, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico arrolou 6 (seis) testemunha (fl. 4). Â Â Â Â Â Em apenso consta o procedimento administrativo disciplinr. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 06/08/2010 (fl. 181). Â Â Â Â Â A acusada aprentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o por meio de advogado constituido (fls. 187/200) e pela defensoria pÃºblica (fls. 211/212). Â Â Â Â Â Foram inquiridas trÃªs testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o (fls. 223 e 293). Â Â Â Â Â A acusada foi interrogada (fl. 224).[Â Â Â Â Â O processo tramitou perante o JuÃ-zo da 6Âª Vara Penal da Capital, que se declarou incompetente para julgar o caso, determinando a remessa dos autos a este juÃ-zo (fls. 301/301. Â Â Â Â Â Pela decisÃ£o de fl. 307, foi reconhecida a competÃªncia desta JustiÃ§a Militar estadual para processar e julgar o feito, foram ratificados os autos praticados pelo juÃ-zo que se declarou incompetente e determinada a exclusÃ£o do nome do acusado FABRÃCIO DA CRUZ GOUVEA, por ser civil. Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico desistiu da oitiva de trÃªs testemunhas (fls. 306 e 309). Â Â Â Â Â As partes nÃ£o requereram diligÃªncias, como permite o artigo 427, do CÃ³digo de Processo Penal Militar (fls. 310 e 313). Â Â Â Â Â As partes manifestaram interesse em apresentar alegaÃ§Ãµes finais oralmente em plenÃ¡rio (fls. 313, 315/316). Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar apresentou alegaÃ§Ãµes finais em plenÃ¡rio, pugnando pela condenaÃ§Ã£o da acusada. Â Â Â Â Â Â A defesa da acusada apresentou alegaÃ§Ãµes finais em plenÃ¡rio pugnando pela sua absolviÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Relatado, passo a decidir. Â Â Â Â Â Â FundamentaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Ã acusada foi imputada a prÃ¡tica do crime de peculato, tipificado no artigo 312, do CÃ³digo Penal, que tem redaÃ§Ã£o igual no artigo 303, do CÃ³digo Penal Militar, nos seguintes termos: Â¿Peculato Art.Â 303. Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem mÃ³vel, pÃºblico ou particular, de que tem a posse ou detenÃ§Ã£o, em razÃ£o do cargo ou comissÃ£o, ou desviÃ¡-lo em proveito prÃ³prio ou alheio: Pena - reclusÃ£o, de trÃªs a quinze anos.Â¿ Â Â Â Â Â Â Ã preciso perquirir, portanto, se hÃ¡ provas da materialidade e autoria quanto ao crime imputado Ã acusada nos presentes autos, inclusive o dolo, que Ã© essencial elemento do referido tipo penal. Â Â Â Â Â Â Dos depoimentos das testemunhas e interrogatÃ³rio da acusada, colhem-se as seguinte informaÃ§Ãµes relevantes para o julgamento da causa: Â Â Â Â Â Â Depoimento de SILVIA ANDRÃA NOVAES REGO: Â¿Que reconhece a assinatura de fls. 57 como de sua lavra; Que nÃ£o trabalhava no setor de DivisÃ£o de FinanÃ§as da Policia Militar na Ã©poca, mas sim no Comando de Policiamento Especializado; Que tal comando comanda o CIEPAS, CPTUR e CIPOE; Que desenvolve atividade de policialmente extensivo externo junto a comunidade; Que foi a prÃ³pria Solange Michele quem informou a depoente que havia sido realizado um deposito referente hÃ¡ algumas diÃ¡rias; Que nem a prÃ³pria Michele sabia explicar o motivo de tal deposito; Que nesta Ã©poca era rotineiro as viagens a trabalho, com a consequente percepÃ§Ã£o de diÃ¡rias; Que nÃ£o sabe informar se a acusada sacou o dinheiro; Que informou para a acusada Solange fazer a devoluÃ§Ã£o dos valores ou se informar sobre o motivo do deposito; Que nÃ£o lembra o que Solange Michele respondeu; Que em razÃ£o deste fato foi instaurada uma sindicÃ¢ncia; Que a depoente levou estes fatos ao conhecimento do CB/PM Francisco dos Santos que era o executor do pagamento de diÃ¡rias; Que nÃ£o sabe informar a atitude tomada pelo executor; Que somente veio a tomar conhecimento novamente dos fatos quando foi intimada a prestar esclarecimentos junto ao PAD; Que nÃ£o tinha conhecimento do fato de que os dois acusados se comunicavam via internet; Que viu os acusados conversando uma vez; Que nÃ£o se recorda se este encontro foi antes ou depois do acusado ter lhe dito receber o deposito; Que nÃ£o sabe o que foi apurado na sindicÃ¢ncia; Que a relaÃ§Ã£o entre os acusado aparentava ser estritamente profissional; Que nÃ£o sabe precisar qual atividade efetivamente Fabricio desempenha somente sabe informar que era no setor de finanÃ§as; Que nÃ£o sabe informar se as outras pessoas que trabalhavam no setor de finanÃ§as tinha pela confianÃ§a no trabalho de Fabricio; Que nÃ£o sabe informar acerca da conduta moral de Fabricio pois nÃ£o trabalhava diretamente com ele sendo que Solange Ã© tida como uma boa policial cumpridora dos deveres; Que Solange Michele ostenta uma vida externa compatÃ-vel com o seu ganho como Policial Militar e nada sabendo informar acerca de Fabricio; Que sabe informar que Solange Michele fez a devoluÃ§Ã£o; Que tambÃ©m presenciou a acusada Solange Michele passando um oficio para o acusado Fabricio; Que o oficio era em relaÃ§Ã£o a apresentaÃ§Ã£o do acusado para trabalhar no BatalhÃ£o de Guarda Dada a Palavra a defesa da acusada Solange, foi perguntado: Que jamais presenciou qualquer demonstraÃ§Ã£o de afeto entre os acusados; Que nÃ£o sabe informar se Michele conviva maritalmente com alguÃ©m; Que acusada ocupava o cargo de Secretaria do Coronel Osmar, que era o comandante do CPE Ã Ã©poca dos fatos; Que o cargo da acusada era de confianÃ§a; Que jamais tomou conhecimento

de qualquer conduta incorreta da acusada; Que jamais falou com qualquer pessoa nem tÃ£o pouco com Francisco, sobre o relacionamento amoroso entre os acusados; Que os acusados no momento em que foram vistos pela depoente estavam na parte externa da CPE; Que havia outros militares transitando no local; Que nÃ£o tem conhecimento se outros erros de pagamento de diÃ¡rias jÃ¡ ocorreram diariamente. Dada a Palavra a defesa do acusado Fabricio, foi perguntado: Que o CB Francisco nÃ£o era o Ãºnico responsÃ¡vel pelo pagamento das diÃ¡rias; Que na Ã©poca tambÃ©m era responsÃ¡veis a CB Sheila, Francisco e outros policiais; Que para efetuar o pagamento das diÃ¡rias era necessÃ¡rios usar a senha; Que nÃ£o sabe informar se a senha era de uso pessoal e intransferÃ-vel; Que nÃ£o sabe informar se havia compartilhamento de senhas; Que nÃ£o sabe informar se o acusado tinha competÃªncia para realizar o pagamento de diÃ¡rias; Que jamais presenciou os acusados mantendo contato por MSN ou internet ou outro meioÂ¿. (grifo nosso). Depoimento de FRANCISCO SILVA DOS SANTOS: Â¿Que Ã© Policial Militar e na Ã©poca dos fatos trabalhava na diretoria de finanÃ§as; Que fazia o pagamento de diÃ¡rias; Que quem era o responsÃ¡vel era o CapitÃ£o Luis AndrÃ©; Que sua atividade se desenvolvia gerando a nota de empenho, nota de liquidaÃ§Ã£o, APD e por fim a execuÃ§Ã£o propriamente dita atravÃ©s do que a importÃ¢ncia referente as diÃ¡rias eram transferidas das contas da PM diretamente para a conta de seu destinatÃ¡rio; Que tomou conhecimento dos fatos atravÃ©s da CB Silvia AndrÃ©a que alertou a testemunha para verificar se nÃ£o havia problemas envolvendo Fabricio; Que a CB pediu para verificar se o voluntÃ¡rio Fabricio estava fazendo algum pagamento para Michele; Que a CB Silvia AndrÃ©a lhe contou que os acusados estariam se comunicando pelo MSN e que os dois mantinham um relacionamento amoroso; Que entrou no sistema e verificou que Fabricio havia feito um pagamento no valor de mil quatrocentos e pouco e QUE JÃ HAVIA AGENDADO OUTRO PAGAMENTO NO VALOR DE R$ 2160 EM FAVOR DA ACUSADA MICHELE; Que verificou que o pagamento havia sido feito de forma ilÃ-cita, uma vez que a portaria utilizada para justificar o pagamento era a jÃ¡ utilizada para o pagamento de uma diÃ¡ria de outro oficial; Que verificou que o procedimento, para pagamento havia sido feito atravÃ©s da senha da Sra. Sheila; Que Sheila trabalhava no setor de finanÃ§as na parte da manhÃ£; Que apÃ³s o serviÃ§o passou na casa de Sheila, explicou os fatos e deixou na gaveta do trabalho documentos relacionados ao pagamento das diÃ¡rias; Que a senha Ã© pessoal; Que Sheila lhe disse, jÃ¡ na segunda feira, que Fabricio teria confessado e se disposto a entregar todo o valor de R$ 2160,00 de volta para a conta da polÃ-cia; Que em razÃ£o da carga de serviÃ§o, era comum o repasse de senhas para os voluntÃ¡rios; Que Sheila costumava repassar sua senha para o voluntÃ¡rio FabrÃ-cio; Que a senha era modificada a cada 30 ou 40 dias Que senha era repassada por ordem de seu superior aos voluntÃ¡rios; QUE SABE INFORMAR QUE OS ACUSADOS DEVOLVERAM A QUANTIA DE R$ 2160; QUANTO AS DEMAIS QUANTIAS NÃO SABE INFORMAR; Que foi transferido para a rua em razÃ£o deste caso; Que nÃ£o Ã© comum que fato semelhante, de pagamento indevido de diÃ¡rias ocorram na divisÃ£o financeira da polÃ-cia militar; Que nunca viu os acusados se relacionando amorosamente; Que o contato entre os acusados era estritamente profissional; Que ouviu boatos da relaÃ§Ã£o amorosa entre os acusados atravÃ©s de Silvia e Jonny; Que lembra perfeitamente atravÃ©s das copias de documentos do setor de finanÃ§as da PM, tiradas por ele mesmo, que houve o deposito na conta de Michele; Que o valor de R$ 2160 foi devolvido de imediato, no mesmo dia ou no seguinte; Que quanto ao outro valor ouviu informaÃ§Ãµes de que os acusados jÃ¡ teriam gastado. Dada a Palavra a defesa da acusada Solange, foi perguntado: Que se tratou de boatos de que os acusados teriam gastado o outro valor; Que, nÃ£o presenciou os acusados sacando dinheiro Que a funÃ§Ã£o dos voluntÃ¡rios era de auxiliar os policiais; Que costumavam fazer portarias; Que o acusado Fabricio, por ter bastante conhecimento foi autorizado a fazer nota de empenho e outros procedimentos, exceto executar; Que ninguÃ©m ensinou Fabricio a executar; Que jÃ¡ conhecia a acusada Michele; Que trabalhou com a acusada Michele no campo, na rua; Que na Ã©poca dos fatos Michele trabalhava como secretaria do comandante; Que nÃ£o sabe de outros fatos desabonadores da conduta de Michele; Que jÃ¡ ocorreu equÃ-vocos no sentido de diÃ¡rias terem caÃ-do em contas de outros policias. PorÃ©m, neste caso, a portaria estava em nome de outro policial; Que a portaria estava uma nota de empenho diferente da destinaÃ§Ã£o; Que Ã© possÃ-vel que por um erro de digitaÃ§Ã£o, tenha aparecido outra portaria no sistema; Que era raro os erros referentes ao pagamento de diÃ¡rias; Dada a Palavra a defesa do acusado Fabricio, foi perguntado. Que o trabalho do voluntÃ¡rio nÃ£o era revisado por nenhum servidor da PMÂ¿. (grifo nosso). Depoimento da testemunha SHEILA RÃDILA SANTOS SOUZA: Â¿Ã militar graduada como 3Âº SGT. Acompanhou em parte o que aconteceu. O voluntÃ¡rio FabrÃ-cio trabalha com a declarante no setor financeiro, na sessÃ£o de pagamento, e o seu chefe era o capitÃ£o Luiz AndrÃ©. Estava de folga e o outro militar, Cabo Francisco, ligou para a depoente e disse que a Cabo AndrÃ©ia viu o voluntÃ¡rio FabrÃ-cio conversando com a Michele atravÃ©s de mensagem e que era para ter cuidado, pois ele trabalhava no financeiro. Nisso, ele foi verificar se havia alguma situaÃ§Ã£o suspeita, pois desconfiou. A desconfianÃ§a foi porque a cabo Andreia jÃ¡ tinha trabalhado no setor e sabia que o sistema era falho e

poderia haver pagamentos indevidos. NÃ£o recorda se a Cabo Andreia disse por que desconfiou. Houve dois pagamentos indevidos. Quem efetivamente poderia pagar era o diretor do setor. Os voluntÃ¡rios usavam as senhas dos militares para fazer os pagamentos, que eram os responsÃ¡veis para fazerÂ pagamento. Ela nÃ£o autorizou o pagamento. FabrÃ-cio usou a senha da declarante para fazer os pagamentos indevidos. Os dois pagamentos foram feitos na hora do almoÃ§o. Chegou com o voluntÃ¡rio e disse que nÃ£o estava perguntando e sim estava afirmando que o pagamento foi feito e deveria ser devolvido. A cabo Michele efetuou a devoluÃ§Ã£o de parte do pagamento para uma conta da PolÃ-cia Militar. Aparece que foi feito o depÃ³sito pela Michele. Foi descoberto o pagamento indevido, pois puxaram a RE, que Ã© o relatÃ³rio de pagamento, e foi visto que havia os pagamentos indevidos. Ao ser constatado o pagamento indevido, foi verificado que o pagamento foi feito para a Michele. Nunca conversou com Michele sobre esse fato. Foi aberto processo administrativo. NÃ£o sabe informar o que foi decidido no processo administrativo. Nunca presenciou a acusada no seu setor requerendo o pagamento. Trabalhavam no setor dois voluntÃ¡rios. NÃ£o sabe dizer da relaÃ§Ã£o da Michele como FabrÃ-cio. NÃ£o sabe informar se o FabrÃ-cio fez esse tipo de pagamento outras vezes. Respondeu a uma sindicÃ¢ncia e ao PAD e foi retirada da diretoria de finanÃ§as. Acredita que foi afastada para que fossem apurados os fatos. Houve comentÃ¡rios de que a depoente saiu da diretoria por desfalque. Enquanto estava na diretoria houve outros casos de pagamentos indevidos por erro. NÃ£o sabe de houve o pagamento do valor total dos depÃ³sitos efetuados indevidamente na conta da Michele. A acusada nunca esteve no setor financeiro requerendo o pagamento dos valores indevidos. A acusada recebeu legalmente outros pagamentos por diÃ¡rias executadas. FabrÃ-cio nÃ£o relatou que a Michele tenha pedido para ele que ele efetuasse o pagamento. Desconhece se foi feito alguma auditoria para fiscalizar os pagamentos. Havia possibilidade de fazer o cancelamento do pagamento indevido se fosse detectado atÃ© 48h do pagamento. E a outra possibilidade era realizar o depÃ³sito na conta da PM. Acontecia casos com outras pessoas, de serem efetuados pagamentos indevidos. Quando era detectado o pagamento errado, era cancelado e se nÃ£o pudesse ser cancelado o militar era chamado para fazer a devoluÃ§Ã£o dos valores. No final do dia saÃ-a um relatÃ³rio de pagamentos, e esse relatÃ³rio era repassado para o CapitÃ£o AndrÃ©, que fazia a correÃ§Ã£o. Os voluntÃ¡rios faziam a mesma funÃ§Ã£o da depoente. Chegavam pela manhÃ£ e abriam o sistema e quando saiam para o almoÃ§o os voluntÃ¡rios continuavam trabalhando. NÃ£o se recorda quanto tempo depois dos pagamentos indevidos recebeu o telefonema do Cabo Francisco. Foi apenas a conversa do voluntÃ¡rio FabrÃ-cio com a cabo Michele foi suficiente para colocÃ¡-los na condiÃ§Ã£o de suspeitos.Â¿ (grifo nosso). InterrogatÃ³rio de SOLANGE MICHELE DE JESUS SILVA: Â¿Nunca respondeu a outro processo. Respondeu apenas a sindicÃ¢ncia e foi absolvida. Soube das diÃ¡rias indevidas na sindicÃ¢ncia. Os depÃ³sitos das diÃ¡rias foram feitos sem o seu conhecimento. NÃ£o sabia dos depÃ³sitos. NÃ£o conhecia a pessoa que fez os depÃ³sitos das diÃ¡rias indevidas. Nunca havia acontecido algo assim antes. NÃ£o conhecia e nem trabalhava com na pessoa que fez os depÃ³sitos. Respondeu ao conselho. Tinha conhecimento da sua conta. Falou com a pessoa que fez os depÃ³sitos apenas depois do que aconteceu. Mas nÃ£o tirava extratos. Tinha muitos emprÃ©stimos na sua conta e nÃ£o percebeu os depÃ³sitos indevidos no valor de R$ 1.400,00 (um mil, quatrocentos reais). Quando caiu o valor de 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais), que encarregado ligou avisando que havia feito o depÃ³sito indevido, a declarante logo devolveu. Fez a juntada aos autos dos comprovantes de devoluÃ§Ã£o do valor de R$ 2.160,00. TambÃ©m devolveu o valor de R$ 1.400,00 (um mil, quatrocentos reais), mas nÃ£o imediatamente, pois tinha muitos emprÃ©stimos e pediu o auxÃ-lio de sua mÃ£e e de seu irmÃ£o para devolver este valor. Na Ã©poca era casada com um militar e separou-se dele em decorrÃªncias desses fatosÂ¿ (grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Ficou demonstrado pelos elementos de prova carreados aos autos, em especial os documentos de fls. 20/21 e 45/46, e depoimentos de testemunhas e interrogatÃ³rio da acusada, que houve os depÃ³sitos nos valores de R$ 1.400,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais) e R$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais) em sua conta bancÃ¡ria, a tÃ-tulo de pagamento de diÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Ficou confirmado, tambÃ©m, que tais pagamentos de diÃ¡rias foram indevidos, o que foi apurado pela prÃ³pria AdministraÃ§Ã£o Militar. Â Â Â Â Â Â Ficou comprovado nos autos que a acusada restitui os valores, como se observa Ã s fls. 36 e 140, dos autos. Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ nos autos prova robusta que demonstre que a acusada tinha conhecimento de que havia sido efetuado indevidamente depÃ³sitos em sua conta bancÃ¡ria pelo civil FabrÃ-cio da Cruz Gouvez, utilizando a senha da militar Sheyla RÃ¡dila Santos Souza. Â Â Â Â Â Â VÃª-se que a testemunha Francisco Silva dos Santos declinou que tomou conhecimento de que a acusada falava pelo MSN e mantinha um relacionamento amoroso com FabrÃ-cio pela testemunha Silvia AndrÃ©a Novas Rego, mas esta, como se infere de seu depoimento, acima transcrito, negou tais fatos. Â Â Â Â Â Â Por outro lado, como declinaram as testemunhas ouvidas, a acusada recebia outros valores de diÃ¡ria, a tÃ-tulo de pagamento de diÃ¡rias, de modo que Ã© razoÃ¡vel crer que nÃ£o tinha como exercer um controle efetivo para saber se tal ou qual

depÃ³sito era devido ou nÃ£o . Â Â Â Â Â Â A testemunha AndrÃ©ia afirmou que a prÃ³pria acusada a procurou para relatar dos pagamentos que foram efetuados em sua conta e foi orientada pela mesma que deveria efetuar a devoluÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡, portanto, como afirmar, com seguranÃ§a, que a acusada tinha consciÃªncia de que estavam sendo depositados valores indevidos em sua conta bancÃ¡ria, o que seria necessÃ¡rio para sustentar que agiu com dolo. Â Â Â Â Â E a existÃªncia de dolo Ã© necessÃ¡ria para configurar o crime de peculato, descrito no caput, do artigo 303, CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Assim, a absolviÃ§Ã£o da acusada, por nÃ£o haver prova suficiente para sustentar que agiu com dolo, com fundamento no artigo 439, Â¿eÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â ConclusÃ£o Â Â Â Â Â Ante o exposto, por insuficiente de provas, com fundamento no artigo 439, Â¿eÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, ABSOLVO a acusada SOLANGE MICHELE DE JESUS SILVA quanto Ã acusaÃ§Ã£o da prÃ¡tica do crime de peculato, tipificado no artigo 303, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Ã como voto. Â Â Â Â Â Os demais membros do Colendo Permanete de JustiÃ§a, acompanharam o volto do juiz-presidente para ABSOLVER a acusada SOLANGE MICHELE DE JESUS SILVA quanto Ã acusaÃ§Ã£o da prÃ¡tica do crime de peculato, tipificado no artigo 303, do CÃ³digo Penal Militar, por insuficiente de provas, com fundamento no artigo 439, Â¿eÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Sala das sessÃµes dos Conselhos de JustiÃ§a, BelÃ©m, PA, aos 20 (vinte) dias do mÃªs de outubro de 2021.Â Lucas do Carmo de Jesus - Juiz de Direito e Presidente do Conselho Maj. PM Celton OtÃ¡vio Costa de Jesus - Juiz-membro Cap. PM Adriana Coutinho da Cunha - Juiz-membro 1Âº Ten. PM Stalone Pereira Moura - Juiz-membro 2Â° Ten. PM Eddiene Rossane Lima Rodrigues - Juiz-membro PROCESSO: 00002034520218140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 28/10/2021 ENCARREGADO:JAIRO CHAGAS DO NASCIMENTO FILHO INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:P. S. B. S. J. . Processo: 0000203-45.2021.8.14.0200 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se a decisÃ£o de fl 56, para intimar o (s) policial (ais) militar (es) para apresentar contrarrazÃµes ao recurso interposto. Apresentadas as contrarrazÃµes, venham os autos conclusos para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 28 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00004026720218140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 28/10/2021 ENCARREGADO:RODRIGO DUARTE NEGRÃO INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:H. P. B. S. . Processo: 0000402-67.2021.8.14.0200 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se a decisÃ£o de fl 47, para intimar o (s) policial (ais) militar (es) para apresentar contrarrazÃµes ao recurso interposto. Apresentadas as contrarrazÃµes, venham os autos conclusos para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 28 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00005432320208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 ENCARREGADO:GILBERTO DO ROSARIO MIRANDA DENUNCIADO:JOEL BATISTA DE SOUZA Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 4378 - FRANCISCO DE ASSIS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) OAB 21611 - NAYARA REGO BORGES (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. Processo nÃºmero 0000543-23.2020.814.0200 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico Militar em face de JOEL BATISTA DE SOUZA, qualificado nos autos, ao qual foi imputada a prÃ¡tica do crime de abandono de posto, tipificado no artigo 195, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Alegou o MinistÃ©rio PÃºblico Militar, em sÃ-ntese, de relevante para compreensÃ£o do caso, o seguinte: 1)Â Â Â Â Â No dia 09/06/2020, o acusado, que estava de serviÃ§o no primeiro turno, no 29 Âº BPM, abandonou o seu posto antes do horÃ¡rio previsto, sem autorizaÃ§Ã£o ou comunicaÃ§Ã£o a seu superior hierÃ¡rquico; 2)Â Â Â Â Â O acusado apenas disse para o 3Âº SGT JORGE LUIZ MAIA MONTEIRO, que nÃ£o era seu superior, que Â¿jÃ¡ estava indoÂ¿, antes do horÃ¡rios previsto para o tÃ©rmino do serviÃ§o; 3)Â Â Â Â Â O acusado alegou que se ausentou do serviÃ§o para dar apoio a sua genitora, que estaria com problema de saÃºde, mas nÃ£o fez qualquer prova nesse sentido; 4)Â Â Â Â Â Com sua conduta, incidiu o acusado no crime de abandono de posto, tipificado no artigo 195, do CÃ³digo Penal Militar. O MinistÃ©rio PÃºblico arrolou 3 (trÃªs) testemunhas. Em apenso consta o procedimento administrativo disciplinr. A denÃºncia foi recebida em 8/9/2020 (fl. 5). O acusado foi citado e apresentou resposta escrita (fls. 9/12). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foram inquiridas as trÃªs testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o e interrogado o acusado (fls. 18 e 19). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes nÃ£o requereraram diligÃªncias, como permite o artigo 427, do CPPM. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes apresentaram alegaÃ§Ãµes finais oralmente. O MinistÃ©rio

Publico Militar pleiteou a condenaÃ§Ã£o do acusdo e a defesa a absolviÃ§Ã£o do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatado, passo a decidir. FundamentaÃ§Ã£oÂ O crime imputado ao acusado encontra-se descrito no artigo 195, do CÃ³digo Penal Militar, nos seguintes termos: Â¿- Abandono de posto Art. 195.Â Abandonar, sem ordem superior, o posto ou lugar de serviÃ§o que lhe tenha sido designado, ou o serviÃ§o que lhe cumpria, antes de terminÃ¡-lo: Pena - detenÃ§Ã£o, de trÃªs meses a um anoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã preciso perquirir, portanto, se hÃ¡ elementos que comprovam a materialidade e autoria do acusado quanto ao referido crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos depoimentos das testemunhas e interrogatÃ³rio do acusado, colhem-se as seguintes informaÃ§Ãµes relevantes para o deslinde da causa: Â Â Â Â Â Depoimento SANDRO DO SOCORRO PINHEIRO DA CUNHA: Â¿A narrativa da denÃºncia estÃ¡ correta. Notou a ausÃªncia do policial (acusado). Perguntou se ele tinha ido embora e foi confirmado que sim. Perguntou se o acusado tinha informado o motivo da ausÃªncia e foi dito que nÃ£o. O acusado nÃ£o fez qualquer contato com o declarante. O acusado fez contato com o declarante depois que foi instaurado o processo administrativo. O declarante exercia a funÃ§Ã£o de fiscal e trabalhava fazendo fiscalizaÃ§Ã£o. Por isso chegou ao quartel prÃ³ximo ao final do serviÃ§o, por volta de 6h15min., e constatou a ausÃªncia do acusado. Determinou que fosse lanÃ§ada no livro a ausÃªncia do acusado. O declarante era o fiscal de dia e superior hierÃ¡rquico do acusado, de modo que para ele se ausentar deveria ter autorizaÃ§Ã£o do declarante ou de um outro superior. O acusado tinha como fazer contato com o declarante. O Comandante da guarda lanÃ§ou a ausÃªncia do acusado no livro, por ordem do declarante. O acusado nÃ£o tinha registrado antes a sua ausÃªncia no livroÂ¿. (Grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depoimento de JORGE LUIS MAIA MONTEIRO: Â¿Estava de serviÃ§o na guarda do 29 (BPM) e por volta de umas seis horas o acusado Joel disse Â¿eu jÃ¡ vou embora Â¿. Dez minutos depois o SGT Sandro chegou e pergunto pelo Joel e o declarante disse que ele tinha ido embora. O SGT Sandro perguntou com ordem de quem o acusado tinha ido embora. O SGT Sandro fez a mesma pergunta ao SGT Borges e obtive a mesma resposta. O SGT Sandro mandou que fosse registrada a ausÃªncia do acusado no livro. ApÃ³s a saÃ-da do acusado, nÃ£o houve prejuÃ-zo ao serviÃ§o. O mais antigo dos trÃªs que estavam na guarniÃ§Ã£o era o SGT Borges. O SGT Borges nÃ£o autorizou o acusado a ir embora antes de terminar o serviÃ§o. O serviÃ§o terminaria Ã s 9h. O acusado nÃ£o comentou que alguÃ©m da sua famÃ-lia estava com problema de saÃºde e que precisaria dar apoioÂ¿. (Grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depoimento de JOSÃ LUIS LOPES BORGES: Â¿No dia, apÃ³s o declarante vir ao banheiro, quando chegou Ã guarda foi informado pelo SGT Maia que o acusado tinha ido embora. Perguntou ao Maia se tinha liberado o acusado e o mesmo respondeu que nÃ£o. O declarante nÃ£o liberou o acusado. O declarante era o mais antigo da guarda. O acusado nÃ£o disse que estava passando mal ou que tinha algum problema familiar. O acusado nÃ£o fez registro no livro informando o motivo de sua ausÃªncia. O SGT Sandro era o fiscal de Dia. O SGT Sandro mandou que fosse lanÃ§ado no livroÂ¿. (Grifo nosso). Â Â Â Â Â Â InterrogatÃ³rio do acusado JOEL BATISTA DE SOUZA: Â¿Estava com a cabeÃ§a cheia. Seu trabalho era de vinte e quatro horas. Estava um pouco nervoso. Tentou falar com o fiscal, mas o seu telefone descarregou. NÃ£o tem como comprovar por meio de atestado o que aconteceu. NÃ£o procurou o quartel depois para justificar o que tinha acontecido. O declarante mora em SÃ£o Francisco do ParÃ¡. Saiu do serviÃ§o mais cedo para dar apoio para sua mÃ£e. Foi sÃ³ um susto, pois nÃ£o precisou levar sua mÃ£e ao mÃ©dico. AtÃ© tentou falar com o fiscal de dia, mas o celular do declarante descarregou e nÃ£o conseguiu fazer o contato. Reconhece que errou. Arrepende-se de ter agido dessa formaÂ¿. (Grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficou evidenciado, pelos elementos de prova carreado aos autos, especialmente os depoimentos de testemunhas e interrogatÃ³rio do acusado, que este estava de serviÃ§o no dia 9/6/2020 no 29Âº BatalhÃ£o e o seu turno de serviÃ§o terminaria Ã s 9h, mas acabou se ausentando do seu posto por volta de 6h, sem avisar ou obter autorizaÃ§Ã£o de seu superior hierÃ¡rquico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusdo nÃ£o comprovou a existÃªncia de caso fortuito ou motivo de forÃ§a maior que pudesse justificar a sua ausÃªncia ao serviÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, forÃ§oso Ã© reconhecer, o acusado, com sua conduta, incidiu no crime de abandono de posto, tipificado no artigo 195, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConclusÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo procedente a denÃºncia para CONDENAR o acusado JOEL BATISTA DE SOUZA, qualificado nos autos, pela prÃ¡tica do crime de abandono de posto, tipificado no artigo 195, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Ã como voto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os demais membros do Colendo Conselho Permanente de JustiÃ§a acompanharam o volto do juiz-presidente e julgou procedente a denÃºncia para CONDENAR o acusado JOEL BATISTA DE SOUZA, qualificado nos autos, pela prÃ¡tica do crime de abandono de posto, tipificado no artigo 195, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, passou-se a dosimetria da pena, fixaÃ§Ã£o de regime para seu cumprimento e deliberaÃ§Ã£o quanto a sua substituiÃ§Ã£o por multa ou restritivas de direito , tendo o MM. Juiz-presidente decidido no seguinte sentido: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1Âª.Â A gravidade do crime praticado: Normal para o tipo, tendo o acusado dito que se ausentou para dar apoio a sua genitora,

mas nÃ£o hÃ¡ comprovaÃ§Ã£o nesse sentido; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2Âª.Â A personalidade do rÃ©u: NÃ£o hÃ¡ elementos que possam revelar personalidade alterada do acusado, de modo a justificar a exasperaÃ§Ã£o da pena; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3Âª. A intensidade do dolo: Normal; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4Âª.Â A extensÃ£o dos danos causados: NÃ£o hÃ¡ evidÃªncias de que o fato tenha causado prejuÃ-zo significativo para o serviÃ§o, pois a ausÃªncia, pelo que consta dos autos, ocorreu prÃ³ximo ao final do turno; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5Âª.Â O meio empregado: NÃ£o houve uso de instrumentos para a prÃ¡tica do crime, tendo em vista a sua natureza;Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 6Âª.Â O modo de execuÃ§Ã£o: A ausÃªncia injustificada, sem autorizaÃ§Ã£o de superior, do serviÃ§o;Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 7Âª.Â Os motivos determinantes: O acusado ausentou-se sob a alegaÃ§Ã£o de que iria dar apoio a sua genitora, mas nÃ£o hÃ¡ comprovaÃ§Ã£o desta circunstÃ¢ncia; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 8Âª.Â As circunstÃ¢ncias de tempo e lugar: O fato ocorreu na manhÃ£ do dia 09.06.2020, no quartel do 29o BPM; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 9Âª.Â Os antecedentes do rÃ©u: NÃ£o hÃ¡ registro de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria em desfavor do acusado; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 10Âª O acusado reconheceu o seu erro e declarou estar arrependido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento Ã s circunstÃ¢ncias judiciais, entendo que se mostra razoÃ¡vel a fixaÃ§Ã£o da pena base em 3 (trÃªs) meses detenÃ§Ã£o, que torno definitiva, pois nÃ£o Ã© possÃ-vel aplicar atenuantes e nÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncias agravantes ou causas de aumento ou diminuiÃ§Ã£o de pena, a ser cumprida no regime aberto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã como voto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os demais membros do Conselho Permanente de JustiÃ§a, acompanharam o volto do juiz-presidente para fixar a pena base em 3 (trÃªs) meses detenÃ§Ã£o, a ser cumprida no regime aberto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por outra de multa ou restritiva de direito, decidiu o MM. Juiz-presidente no seguinte sentido: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ vedaÃ§Ã£o na legislaÃ§Ã£o penal militar quanto Ã substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direito ou multa e, por isso, deve ser aplicada a disposiÃ§Ã£o mais benÃ©fica constante da Parte Geral do CÃ³digo Penal comum, por forÃ§a de seu artigo 12, desde que o apenado preencha os requisitos legais, conforme orientaÃ§Ã£o jurisprudencial sobre a matÃ©ria1. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, preenchendo o acusado os requisitos do artigo 44, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Penal, em conformidade com o seu Â§ 1Âº, e artigos 43, I, e 45, Â§ 1Âº, do mesmo CÃ³digo, substituo a pena privativa de liberdade por 1 (uma) de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, no valor de 1 (um) salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, a ser paga em favor de entidade a ser definidaÂ quando da execuÃ§Ã£o da pena, devendo tal valor ser atualizado pelo IPCA ou outro Ã-ndice que o substituir, desde a data do fato, e juros de 1% (um por cento) ao mÃªs, a partir de 10 (dez) dias apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, atÃ© o efetivo pagamento.Â Â Â Â Â Â Os demais membros do Colendo Conselho Permanente de JustiÃ§a acompanharam o voto do Juiz-Presidente para substituir da pena privativa de liberdade por 1 (uma) de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, no valor de 1 (um) salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, a ser paga em favor de entidade a ser definidaÂ quando da execuÃ§Ã£o da pena, devendo tal valor ser atualizado pelo IPCA ou outro Ã-ndice que o substituir, desde a data do fato, e juros de 1% (um por cento) ao mÃªs, a partir de 10 (dez) dias apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, atÃ© o efetivo pagamento.Â Sala das sessÃµes dos Conselhos de JustiÃ§a, BelÃ©m, PA, aos 26 (vinte e seis) dias do mÃªs de outubro de 2021. Os presentes ficaram intimados. LUCAS DO CARMO DE JESUS - Juiz de Direito e Presidente do Conselho Maj. PM RENATO RABELO RODRIGUES - Juiz-membro Cap. PM PEDRO YOSHIOKA DA SILVA - Juiz-membro TEN. PM STALONE PEREIRA MOURA - Juiz-membro TEM PM LUIZ AUGUSTO BRITO TAVARES - Juiz-membro 1TJMMG-000545) APELAÃÃO CRIMINAL - LESÃO CORPORAL GRAVE - AUTORIA - PROVA TESTEMUNHAL - MATERIALIDADE - AUTO DE CORPO DE DELITO - CONFIGURAÃÃO - DECRETO PENAL CONDENATÃRIO MANTIDO. Extraem-se dos depoimentos das testemunhas e do exame de corpo de delito que os Policiais Militares lesionaram o civil com golpes de bastÃ£o de madeira, ocasionando-lhe a incapacidade fÃ-sica por mais de 30 (trinta) dias, demonstrando a autoria e materialidade do crime de lesÃ£o corporal grave, previsto no Â§ 1Âº, do art. 209, do CPM. Recurso improvido. V.V.: Ã certo que nÃ£o hÃ¡ previsÃ£o de penas substitutivas na legislaÃ§Ã£o penal militar. No entanto, as decisÃµes da JustiÃ§a Militar devem ser conciliadas com as opÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal que se prestam a atender aos anseios da coletividade. Ã inconcebÃ-vel que a operaÃ§Ã£o da JustiÃ§a Militar se mostre desarticulada das demais opÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal do Estado brasileiro. Se Ã© possÃ-vel ocorrer a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por meio da transaÃ§Ã£o penal, tambÃ©m Ã© possÃ-vel ocorrer tal substituiÃ§Ã£o no momento da condenaÃ§Ã£o proferida em exame de mÃ©rito da pretensÃ£o punitiva. Deve-se notar que na legislaÃ§Ã£o penal militar nÃ£o hÃ¡ vedaÃ§Ã£o expressa quanto Ã substituiÃ§Ã£o e, por isso, aplica-se a disposiÃ§Ã£o mais benÃ©fica constante da parte geral do CÃ³digo Penal Comum, por forÃ§a de seu art. 12. A substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por penas restritiva de direitos ou multa nÃ£o pode ser entendida como direito subjetivo de todo e qualquer condenado, mas sim como medida que se mostra adequada conforme as peculiaridades do caso concreto

(Juiz Fernando GalvÃ£o da Rocha). (ApelaÃ§Ã£o Criminal nÂº 2.536, TJMMG, Rel. Jadir Silva. j. 11.11.2008, DJ 27.11.2008). (grifo nosso). PROCESSO: 00010938120218140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 28/10/2021 ENCARREGADO:CARLOS ALEXANDRE RAIOL INDICIADO:MARIO DE SOUZA COSTA VITIMA:A. C. O. E. . Investigado/indiciado: 3Â° SGTPM RG 22462 MÁRIO DE SOUZA COSTA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA SERVINDO COMO MANDADO DE INTIMAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de procedimento instaurado para apurar a prÃ¡tica do crime de peculato em sua modalidade culposa, tipificado no artigo 303, Â§ 3Âº, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta nos autos que o investigado/indiciado reparou o dano. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico requereu que seja reconhecida a extinÃ§Ã£o da punibilidade e determinado o arquivamento do procedimento, em conformidade com o disposto no Â§ 4Âº, do artigo 303, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em se tratando de peculato culposo, a reparaÃ§Ã£o do dano acarreta a extinÃ§Ã£o da punibilidade, conforme dispÃµe o artigo 303, Â§ 4Âº, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade da pretensÃ£o punitiva do Estado quanto ao crime de peculato culposo imputado ao investigado/indiciado, no presente feito, em conformidade com artigo 303, Â§ 4Âº, do CÃ³digo Penal Miliar, e, por consequÃªncia, determino o arquivamento do procedimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Intime o indiciado/investigado. ApÃ³s, arquivem-se os autos. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 28 de outubro de 2021 LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00012335220208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Procedimentos Investigatórios em: 28/10/2021 ENCARREGADO:JUNISO HONORATO E SILVA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:J. S. F. VITIMA:R. J. R. . Processo: 0001233-52.2020.8.14.0200 INVESTIGADOS: 3Â° STG PM RG 20.283 MARCOS MARTINS DIAS, CB PM RG 25.474 VANDERLEY GEMAQUE ARAÃJO, CB PM RG 38469 AMAZAI DA SILVA NASCIMENTO E CB PM RG 38705 NATAN DE SOUZA RODRIGUES DECISÃO INTERLOCUTÃRIA SERVINDO COMO MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo tempestivo, preenchidos os requisitos legais, recebo o recurso em sentido estrito interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico Miliar, com fundamento no artigo 516, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar para que apresente as razÃµes do recurso em 5 (cinco) dias, conforme dispÃµe o artigo 519, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Apresentada as razÃµes pelo MPM Intime-se pessoalmente os policiais militares 3Â° STG PM RG 20.283 MARCOS MARTINS DIAS, CB PM RG 25.474 VANDERLEY GEMAQUE ARAÃJO, CB PM RG 38469 AMAZAI DA SILVA NASCIMENTO E CB PM RG 38705 NATAN DE SOUZA RODRIGUES para apresentar contrarrazÃµes ao Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 (cinco) dias, por intermÃ©dio de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 28 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00019133720208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 28/10/2021 ENCARREGADO:ANTONIO CARLOS BAHIA DA SILVA JUNIOR INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:A. E. M. C. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de procedimento instaurado para apurar a possÃ-vel prÃ¡tica de ilÃ-cito, inclusive crime militar, por parte de militar estadual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a conclusÃ£o do procedimento, requereu o MinistÃ©rio PÃºblico Militar a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da punibilidade pela prescriÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos, considerando a data em que os fatos aconteceram e que nÃ£o houve qualquer ato interruptivo, conforme dispÃµem os artigos 123 e 125, do CÃ³digo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como bem observado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Militar, considerando a data em que os fatos aconteceram, nÃ£o tendo havido qualquer ato interruptivo, forÃ§oso Ã© reconhecer que se encontra extinta a punibilidade pela prescriÃ§Ã£o, impondo-se a declaraÃ§Ã£o nesse sentido e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade da pretensÃ£o punitiva do Estado quanto aos crimes militares noticiados nos presentes autos pela prescriÃ§Ã£o, em conformidade com as disposiÃ§Ãµes contidas nos artigos 123, IV, e 125, do CÃ³digo Penal Militar, e determino o arquivamento do procedimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Se houver indiciado, intime-o. ApÃ³s, arquivem-se os autos. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 28 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00038719220198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Sindicância em: 28/10/2021 ENCARREGADO:JOEL BATISTA DE SOUZA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO

VITIMA:A. C. O. E. . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Trata-se de procedimento instaurado para apurar conduta de militar estadual que poderia configurar a prÃ¡tica de crime militar. Â Â Â Â Â Â Os autos foram encaminhados a esta JustiÃ§a Militar estadual. Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Militar requereu o arquivamento do procedimetno por nÃ£o haver elemetnos de prova suficientes para dar suporte ao oferecimento de denuncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Ã© o tÃ-tular exclusivo da aÃ§Ã£o penal pÃºblica, cabendo a seus agentes, em princÃ-pio, deliberarem quanto Ã existÃªncia ou nÃ£o de elementos suficientes para darem inÃ-cio a acusaÃ§Â¿o, salvo o disposto na parte final do artigo 397, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, forÃ§oso Ã© reconhecer a insuficiÃªncia de elementos de prova para dar suporte ao oferecimento da denÚncia, impondo-se o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento noa artigo 397, do CÃ³digo de Processo Penal Militar, determino o arquivamento dos autos, sem prejuÃ-zo de sua reabertura, caso surjam novas provas quanto Ã¡ materialidade e indÃ-cios de autoria de crime militar. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpram-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 28 de outubro de 2021. Lucas do Carmo de Jesus Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da JustiÃ§a Miltiar do Estado do ParÃ¡ PROCESSO: 00041678020208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 28/10/2021 ENCARREGADO:MARIO LUIS CARDOSO OLIVEIRA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:J. P. S. . Processo: 0004167-80.2020.8.14.0200 INVESTIGADOS: 2Â° TEN PM RG 35210 JEFFERSON ADRIANO LIMA E SILVA E CB PM RG 34452 JEFFERSON PATRICK FERREIRA DIAS DECISÃO INTERLOCUTÃRIA SERVINDO COMO MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo tempestivo, preenchidos os requisitos legais, recebo o recurso em sentido estrito interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico Miliar, com fundamento no artigo 516, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar para que apresente as razÃµes do recurso em 5 (cinco) dias, conforme dispÃµe o artigo 519, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Apresentada as razÃµes pelo MPM Intime-se pessoalmente os policiais militares 2Â° TEN PM RG 35210 JEFFERSON ADRIANO LIMA E SILVA E CB PM RG 34452 JEFFERSON PATRICK FERREIRA DIAS para apresentar contrarrazÃµes ao Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 (cinco) dias, por intermÃ©dio de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 28 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00042361520208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 28/10/2021 ENCARREGADO:JANDERSON LIMA DOS SANTOS INVESTIGADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:U. C. M. VITIMA:G. R. C. . Processo: 0004236-15.2020.8.14.0200 INVESTIGADOS: 3Â° SGT PM RG 22261 RAIMUNDO CARMELINO BARROSO GUIMARÃES, 3Â° SGT PM RG 25978 LEONARDO DOS SANTOS NEVES, CB PM RG 35272 MIZAEL DE SOUZA PINHEIRO, SD PM RG 41985 MARCELO DA SILVA JUNIOR, SD PM SD PM RG 40009 JURACI BARROS DA SILVA E SD PM RG 40042 DANIELSON DA CONCEIÃÃO TEIXEIRA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA SERVINDO COMO MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo tempestivo, preenchidos os requisitos legais, recebo o recurso em sentido estrito interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico Miliar, com fundamento no artigo 516, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar para que apresente as razÃµes do recurso em 5 (cinco) dias, conforme dispÃµe o artigo 519, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Apresentada as razÃµes pelo MPM Intime-se pessoalmente os policiais militares3Â° SGT PM RG 22261 RAIMUNDO CARMELINO BARROSO GUIMARÃES, 3Â° SGT PM RG 25978 LEONARDO DOS SANTOS NEVES, CB PM RG 35272 MIZAEL DE SOUZA PINHEIRO, SD PM RG 41985 MARCELO DA SILVA JUNIOR, SD PM SD PM RG 40009 JURACI BARROS DA SILVA E SD PM RG 40042 DANIELSON DA CONCEIÃÃO TEIXEIRA para apresentar contrarrazÃµes ao Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 (cinco) dias, por intermÃ©dio de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 28 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00049758520208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARICELI FARIAS VIRGOLINO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 ENCARREGADO:MARCOS RODRIGUES DO CARMO DENUNCIADO:TIAGO DUARTE SILVA VITIMA:O. E. PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO. Ã£ PODER JUDICIÃRIO JUSTIÃA MILITAR DO ESTADO DO PARÃ

ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â

Mariceli Farias Virgolino, analista judiciÃ¡rio, certifica que a audiÃªncia designada nos autos do processo 0004975-85.2020.8.14.0200 para o dia 10.09.2021 Ã s 9h nÃ£o ocorreu tendo em vista que foi enviado

ofÃ-cio para o Comando da PM/PA (fls.07), porÃ©m nÃ£o obtivemos resposta e assim sendo faÃ§o estes autos conclusos para redesignaÃ§Ã£o de audiÃªncia. BelÃ©m,Â 28 de outubro de 2021 Mariceli Farias Virgolino analista JudiciÃ¡rio, da JME/PA _____ Av 16 de Novembro, 486, BelÃ©m/PA, CEP 66023-220 CAS PROCESSO: 00049974620208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 28/10/2021 ENCARREGADO:EDER DE JESUS PEREIRA DA SILVA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:J. V. S. A. VITIMA:F. R. L. . Processo: 0004997-46.2020.8.14.0200 INVESTIGADOS: CB PM RG 33789 DOUGLAS RALPH RODRIGUES CAMPINAS, SD PM RG 40189 FLAVIO LINCON DE CASTRO MELO E SD PM RG 41585 JOÃO CAVALCANTE DE OLIVEIRA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA SERVINDO COMO MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo tempestivo, preenchidos os requisitos legais, recebo o recurso em sentido estrito interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico Miliar, com fundamento no artigo 516, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar para que apresente as razÃµes do recurso em 5 (cinco) dias, conforme dispÃµe o artigo 519, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Apresentada as razÃµes pelo MPM Intime-se pessoalmente os policiais militares CB PM RG 33789 DOUGLAS RALPH RODRIGUES CAMPINAS, SD PM RG 40189 FLAVIO LINCON DE CASTRO MELO E SD PM RG 41585 JOÃO CAVALCANTE DE OLIVEIRA para apresentar contrarrazÃµes ao Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 (cinco) dias, por intermÃ©dio de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 28 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00051204420208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 28/10/2021 ENCARREGADO:FELIPE RICARDO CASTRO DA SILVA INVESTIGADO:POLICIAL MILITAR SEM INDICIAMENTO VITIMA:A. C. O. E. . Processo: 0005120-44.2020.8.14.0200 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se a decisÃ£o de fl. 231, para intimar o (s) policial (ais) militar (es) para apresentar contrarrazÃµes ao recurso interposto. Apresentadas as contrarrazÃµes, venham os autos conclusos para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 28 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00051351320208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Inquérito Policial em: 28/10/2021 ENCARREGADO:PAULO HENRIQUE CARDOSO SOBRINHO INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:E. E. T. J. . Processo: 0005135-13.2020.8.14.0200 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se a decisÃ£o de fl. 109, para intimar o (s) policial (ais) militar (es) para apresentar contrarrazÃµes ao recurso interposto. Apresentadas as contrarrazÃµes, venham os autos conclusos para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 28 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00057928620198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS A??o: Procedimentos Investigatórios em: 28/10/2021 ENCARREGADO:DENISON CAVALCANTE DE SOUZA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:V. N. I. . Processo: 0005792-86.2019.8.14.0200 INVESTIGADOS: CB PM RG 33328 ALDIR MENESSES DA SILVA,Â SGT PM RG 20.100 OTONIEL DE ALMEIDAÂ SILVA, CB PM RG 27.203 JUSSIE ALVES BRITO, CB PM RG 35.542 RONILSON BONFIM, SGT PM RG 22.184 EDEMBERG QUEMER COSTA MOTA, CB PM RG 32.703 CARLOS ALBERTO FURTADO, CB PM RG 27.399 RAIMUNDO UBURAJARA PAIVA SILVA E SD PM RG 38.872 ANA PAULA RAMOS BENTES DECISÃO INTERLOCUTÃRIA SERVINDO COMO MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo tempestivo, preenchidos os requisitos legais, recebo o recurso em sentido estrito interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico Miliar, com fundamento no artigo 516, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar para que apresente as razÃµes do recurso em 5 (cinco) dias, conforme dispÃµe o artigo 519, do CÃ³digo de Processo Penal Militar. Apresentada as razÃµes pelo MPM Intime-se pessoalmente os policiais militares CB PM RG 33328 ALDIR MENESSES DA SILVA,Â SGT PM RG 20.100 OTONIEL DE ALMEIDAÂ SILVA, CB PM RG 27.203 JUSSIE ALVES BRITO, CB PM RG 35.542 RONILSON BONFIM, SGT PM RG 22.184 EDEMBERG QUEMER COSTA MOTA, CB PM RG 32.703 CARLOS ALBERTO FURTADO, CB PM RG 27.399 RAIMUNDO UBURAJARA PAIVA SILVA E SD PM RG 38.872 ANA PAULA RAMOS BENTES para apresentar contrarrazÃµes ao Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 (cinco) dias, por intermÃ©dio de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos para o exercÃ-cio do juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, PA, 28 de outubro de 2021. LUCAS DO CARMO

DE JESUS Juiz de Direito Titular da Vara Unica da JME/PA PROCESSO: 00070339520198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARICELI FARIAS VIRGOLINO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 ENCARREGADO:RAULY ROSA VIANA DENUNCIADO:DISRAEL PENHA DO NASCIMENTO VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTICA MILITAR. Ã£ PODER JUDICIÃRIO JUSTIÃA MILITAR DO ESTADO DO PARÃ _____ ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Mariceli Farias Virgolino, analista judiciÃ¡rio certifica que atÃ© a presente data o acusado DISRAEL PENHA DO NASCIMENTO nÃ£o apresentou Resposta Escrita Ã acusaÃ§Ã£o por meio de advogado constituido. BelÃ©m,Â 28 de outubro de 2021 Mariceli Farias Virgolino analista JudiciÃ¡rio, da JME/PA _____ Av 16 de Novembro, 486, BelÃ©m/PA, CEP 66023-220 CAS PROCESSO: 00004179020088140200 PROCESSO ANTIGO: 200810000444 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Mandado de Segurança Cível em: 29/10/2021 PROMOTOR:ARMANDO BRASIL TEIXEIRA REU:DIRETORIA DE ENSINO PM AUTOR:JOSE JACEMIR BARATA FERREIRA ADVOGADO:ELOISA ELENA SEGTOWICH DA SILVA SOVANO. CERTIDÃO CERTIFICA, que nos autos do PROCESSO CÃVEL N.Âº 0000417-90.2008.8.14.0200, a SentenÃ§a de fls. 370/376, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO para o Autor, devidamente intimado conforme DiÃ¡rio da JustiÃ§a EdiÃ§Ã£o 7046/2020, as fls. 378/382. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 29 de outubro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00005429220078140200 PROCESSO ANTIGO: 200710000792 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: HABEAS DATA em: 29/10/2021 PROMOTOR:ARMANDO BRASIL TEIXEIRA ADVOGADO:JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO ADVOGADO:ALBERTO INDEQUI REU:ESTADO DO PARA -PMPA AUTOR:LUIZ PENA DA SILVA FILHO. CERTIDÃO CERTIFICA, que nos autos do PROCESSO CÃVEL N.Âº 0000542-92.2007.8.14.0200, a DECISÃO INTRLOCUTÃRIA de folhas 221 e verso dos autos, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO para o Autor, devidamente intimado conforme DiÃ¡rio da JustiÃ§a, EdiÃ§Ã£o 7198/2021, Ã s folhas223/224 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 28 de outubro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00014899220208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/10/2021 AUTOR:ADRIANO MENDES SAMPAIO Representante(s): OAB 16652 - CARLOS ALEXANDRE LIMA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 14073 - CARLA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. VISTAS Aos 29 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o estes autos com vista ao MinistÃ©rio PÃºblico Militar - 2Âª PJM. Do que lavro este termo. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 PROCESSO: 00032679720208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/10/2021 AUTOR:LUIZ FERNANDO PASSINHO DA SILVA Representante(s): OAB 17308 - VIRGILIO ALBERTO AZEVEDO MOURA (ADVOGADO) OAB 18107 - ZARAH EMANUELLE MARTINHO TRINDADE (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. REMESSA Aos 29 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o a remessa dos autos a DistribuiÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Militar. Do que lavro este termo. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132 PROCESSO: 00032679720208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/10/2021 AUTOR:LUIZ FERNANDO PASSINHO DA SILVA Representante(s): OAB 17308 - VIRGILIO ALBERTO AZEVEDO MOURA (ADVOGADO) OAB 18107 - ZARAH EMANUELLE MARTINHO TRINDADE (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO CERTIFICA, que nos autos do PROCESSO CÃVEL N.Âº 0003267-97.2020.8.14.0200, a DecisÃ£o InterlocutÃ³ria de fls. 47/48, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO para o Autor, devidamente intimado conforme DiÃ¡rio da JustiÃ§a EdiÃ§Ã£o 7177/2021, as fls. 49. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 29 de outubro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00045197720168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/10/2021 AUTOR:SANDRO LOURENCO ARAUJO MESQUITA

REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. REMESSA Aos 29 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o a remessa dos autos a DistribuiÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Militar. Do que lavro este termo. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132 PROCESSO: 00045197720168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/10/2021 AUTOR:SANDRO LOURENCO ARAUJO MESQUITA REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO CERTIFICA, que nos autos do PROCESSO CÃVEL N.Âº 0004519-77.2016.8.14.0200, o DESPACHO de folhas 105 dos autos, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO para o Autor, devidamente intimado conforme DiÃ¡rio da JustiÃ§a, EdiÃ§Ã£o 6850/2020, Ã s folhas 106 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 28 de outubro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00084196820168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/10/2021 AUTOR:MARCOS VENICIUS LIMA SOUZA Representante(s): OAB 14426 - JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICA, que nos autos do PROCESSO CÃVEL N.Âº 0008419-68.2016.8.14.0200, a SentenÃ§a de fls. 53/54, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, para o rÃ©u (ESTADO DO PARÃ), devidamente intimado conforme as fls. 58. Com relaÃ§Ã£o ao Parquet Militar, o mesmo estÃ¡ ciente da referida SentenÃ§a, nada tendo a opor, como consta as folhas 59 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), 29 de outubro de 2021. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 (Assinatura autorizada pelo provimento 008/2014-CJRMB, Art. 1Âª.) PROCESSO: 00084196820168140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 29/10/2021 AUTOR:MARCOS VENICIUS LIMA SOUZA Representante(s): OAB 14426 - JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. ARQUIVAMENTO Aos 29 dias do mÃªs outubro do ano de 2021, na Secretaria da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos. EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA - Mat. 132241 PROCESSO: 00013652220148140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: REQUERIDO: M. C. S. REQUERENTE: J. M. C. DENUNCIADO: A. F. A. C. DENUNCIADO: R. A. S. DENUNCIADO: R. A. L. TESTEMUNHA: D. B. A. TESTEMUNHA: D. C. B. TESTEMUNHA: A. G. A. TESTEMUNHA: A. F. G. J. TESTEMUNHA: P. F. S. J. TESTEMUNHA: M. J. D. R. TESTEMUNHA: J. S. C. TESTEMUNHA: A. G. P. TESTEMUNHA: W. G. P. TESTEMUNHA: P. L. TESTEMUNHA: C. A. S. S. PROCESSO: 00057746520198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: PROMOTOR: S. P. J. M. E. P. DENUNCIADO: L. M. S. Representante(s): OAB 2903 - RAIMUNDO HERMOGENES DA SILVA E SOUZA (ADVOGADO) DENUNCIADO: M. A. P. Representante(s): OAB 14143 - LUANA MIRANDA HAGE (ADVOGADO) OAB 20187 - LUCAS SA SOUZA (ADVOGADO) OAB 25092 - THAMMYZE VERGOLINO PINHEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO: O. M. P. F. VITIMA: W. N. D. DENUNCIADO: M. A. S. M. Representante(s): OAB 3366 - ANGELA MARIA FERREIRA NUNES (ADVOGADO) OAB 25735 - YAN AYRES ARAGAO E SERRAO (ADVOGADO) PROCESSO: 00087978720178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário em: PROMOTOR: P. P. J. M. E. P. DENUNCIADO: M. C. G. Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) DENUNCIADO: J. F. M. Representante(s): OAB 13052 - OMAR ADAMIL COSTA SARE (ADVOGADO) DENUNCIADO: R. F. R. Representante(s): OAB 13052 - OMAR ADAMIL COSTA SARE (ADVOGADO) VITIMA: A. C. O. E.

INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA

O Doutor Lucas do Carmo de Jesus, Juiz de Direito Titular da Justiça Militar do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais.

Fica(m) intimado(s) o(s) Advogado(s) abaixo a comparecer(em) na Justiça Militar do Estado do Pará, a fim de participar(em) da(s) audiência(s) designada(s) para o mês de NOVEMBRO do ano de 2021.

Dia 22/11/2021, às 09h00.

PROCESSO 0007322-33.2016.814.0200

Audiência: Oitiva de testemunhas e de interrogatório dos acusados.

ACUSADOS: RODNEY MAGNO GOMES RODRIGUES, ROBSON DA SILVA NERY e ARNALDO PEREIRA DA COSTA JÚNIOR.

ADVOGADOS: DRS. RODRIGO TEIXEIRA SALES (OAB-PA 11068), CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (OAB-PA 14055) e NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEÃO (OAB-PA 14092).

ACUSADO: EVERTON FLAVIO RUIZ DA COSTA.

ADVOGADO: DR. RODRIGO OSCAR RAMOS DE MELO (OAB-PA 16793).

Dia 22/11/2021, às 10h00.

PROCESSO 0000844-67.2020.814.0200

Audiência: Oitiva de testemunhas e de interrogatório dos acusados.

ACUSADO: JOSUE DA SILVA FRAZÃO.

ADVOGADA: DRA. TANIA LAURA DA SILVA MACIEL (OAB-PA 7613).

ACUSADO: EWERTON SERGIO MELO DE ALMEIDA.

ADVOGADO: DR. JOÃO PAULO DE CASTRO DUTRA (OAB-PA 18859).

Dia 22/11/2021, às 11h00.

PROCESSO 0002471-43.2019.814.0200

Audiência: Oitiva de testemunhas e de interrogatório do acusado.

ACUSADO: ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS.

ADVOGADOS: DRS. ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (OAB-PA 13998), ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (OAB-PA 19600), JOÃO PAULO DE CASTRO DUTRA (OAB-PA 18859), KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (OAB-PA 20874), RAYSSA GABRIELLE BAGIOLI DAMMSKI (OAB-PA 26955) e JULIE REGINA TEIXEIRA MARTINS (OAB-PA 27634).

Dia 22/11/2021, às 11h30.

PROCESSO 0001908-83.2018.814.0200

Audiência: Oitiva de testemunhas e de interrogatório dos acusados.

ACUSADOS: VICTOR CEZAR GAMA MONTEIRO e ADRIANO JOSE E SILVA PEREIRA.

ADVOGADOS: DRS. ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (OAB-PA 13998), ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (OAB-PA 19600), JOÃO PAULO DE CASTRO DUTRA (OAB-PA 18859), KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (OAB-PA 20874), RAYSSA GABRIELLE BAGIOLI DAMMSKI (OAB-PA 26955) e JULIE REGINA TEIXEIRA MARTINS (OAB-PA 27634).

Dia 23/11/2021, às 09h30.

PROCESSO 0002347-26.2020.814.0200

Audiência: Oitiva de testemunha e de interrogatório do acusado.

ACUSADO: TIAGO DUARTE SILVA.

ADVOGADOS: DRS. ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (OAB-PA 13998), ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (OAB-PA 19600), JOÃO PAULO DE CASTRO DUTRA (OAB-PA 18859), KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (OAB-PA 20874), RAYSSA GABRIELLE BAGIOLI DAMMSKI (OAB-PA 26955) e JULIE REGINA TEIXEIRA MARTINS (OAB-PA 27634).

Dia 23/11/2021, às 10h00.

PROCESSO 0005573-73.2019.814.0200

Audiência: Oitiva de testemunhas e de interrogatório do acusado.

ACUSADO: DIEGO LUCIAN DOS SANTOS BECHIR.

ADVOGADOS: DRS. RODRIGO TEIXEIRA SALES (OAB-PA 11068), CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (OAB-PA 14055) e NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEÃO (OAB-PA 14092).

Dia 23/11/2021, às 11h00.

PROCESSO 0003131-37.2019.814.0200

Audiência: Oitiva de testemunhas e de interrogatório do acusado.

ACUSADO: JORGE DOS ANJOS MAGALHÃES.

ADVOGADAS: DRAS. JULIA FERREIRA BASTOS SILVA (OAB-PA 18291) e SAMARA SOBRINHA DOS SANTOS ALVES (OAB-PA 21140).

INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA

O Doutor Lucas do Carmo de Jesus, Juiz de Direito Titular da Justiça Militar do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais.

Fica(m) intimado(s) o(s) Advogado(s) abaixo a comparecer(em) na Justiça Militar do Estado do Pará, a fim de participar(em) da(s) audiência(s) designada(s) para o mês de NOVEMBRO do ano de 2021.

Dia 25/11/2021, às 09h30.

PROCESSO 0000769-04.2015.814.0200

Audiência: Julgamento.

ACUSADA: MARA RÚBIA GOMES MENDES.

ADVOGADO: DR. PAULO RONALDO DE MENDONÇA ALBUQUERQUE (OAB-PA 7605).

ACUSADO: RAFAEL ALEX DANTAS BENTES.

ADVOGADO: DR. JOSÉ AUGUSTO COLARES BARATA (OAB-PA 16932).

ACUSADO: FRANCISCO CESAR GONÇALVES DE SOUZA. (DEFENSORIA PÚBLICA).

ACUSADO: ELTON CHARLES BARROS DIAS.

ADVOGADOS: DR. ANTÔNIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA (OAB-PA 9083).

Dia 25/11/2021, às 11h00.

PROCESSO 0000261-82.2020.814.0200

Audiência: Oitiva de testemunhas e de interrogatório do acusado.

ACUSADO: SANDRO DA COSTA TAVARES.

ADVOGADOS: DRS. DIEGO QUEIROZ GOMES (OAB-PA 18555), LEANDRO NEY NEGRÃO DO AMARAL (OAB-PA 22171) e KARLA OLIVEIRA LOUREIRO (OAB-PA 28880).

Dia 25/11/2021, às 11h30.

PROCESSO 0003485-96.2018.814.0200

Audiência: Oitiva de testemunhas e de interrogatório do acusado.

ACUSADO: JURANIL RIBEIRO LIMA.

ADVOGADOS: DRS. RODRIGO TEIXEIRA SALES (OAB-PA 11068), CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (OAB-PA 14055) e NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEÃO (OAB-PA 14092).

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz LUCAS DO CARMO DE JESUS, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Justiça Militar do Estado.

AÇÃO CÍVEL: 0002847-92.2020.8.14.0200

AUTOR: LUCIANO LOBATO DE LIMA.

ADVOGADOS: DRs. VIRGILIO ALBERTO AZEVEDO MOURA (OAB-PA 17308) e ZARAH EMANUELLE MARTINHO TRINDADE (OAB-PA 18107).

RÉU: ESTADO DO PARÁ (REPRESENTADO PELO PROCURADOR GERAL DO ESTADO).

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA SERVINDO COMO MANDADO

Face à declaração de pobreza firmada pelo impetrante, por meio de seu advogado, com poderes especiais, defiro a gratuidade da justiça.

Tendo em vista a informação constante à fl. 163, apense-se o presente feito aos autos número 0001207-54.2020.814.0200 e intime o impetrante para se manifestar sobre possível litispendência entre o presente mandado de segurança e aquela ação cível.

Cumpra-se tudo com urgência.

Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Belém, PA, 18 de janeiro de 2021.

LUCAS DO CARMO DE JESUS

Juiz de Direito Titular da Vara Única da Justiça Militar do Estado do Pará

COMARCA DE ABAETETUBA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA

PROCESSO Nº 0800852-47.2019.8.14.0070 - DEFENSORIA PÚBLICA

SENTENÇA

Trata-se de procedimento de interdição e curatela, ajuizada por **WANDERLEY DIAS MACIEL,** através da Defensoria Pública, em que pleiteia a interdição de seu irmão **MARINALDO DIAS MACIEL**, qualificado(a)(s) nos autos.

O(a) requerente informa que o(a) interditando(a) é portador(a) do CID 10 F-20 e CID 10 F-19, em virtude do que não possui condições para exercer atividades laborativas e praticar atos da vida civil.

O feito foi instruído com os documentos necessários.

Recebida a inicial, foi deferida a curatela provisória e designada audiência para entrevista do interditando, ocasião em que também foi ouvido o requerente, conforme termo de audiência (ID 11819608).

Não houve impugnação do pedido.

Foi realizada perícia médica, acostada sob o ID 15253589.

Instado, o Ministério Público se manifestou favorável ao pedido, com a decretação da interdição (ID 23899036).

É a síntese do necessário. DECIDO.

Em 7 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, alterando e revogando diversos dispositivos do Código Civil (artigos. 114 a 116), trazendo grandes mudanças estruturais e funcionais na antiga teoria das incapacidades, repercutindo em vários institutos do Direito de Família, como o casamento, a interdição e a curatela.

O artigo 3º, do Código Civil, antes do advento da Lei 13.146/2015, tinha a seguinte redação:

¿São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I ¿ os menores de dezesseis anos; II ¿ **os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;** III ¿ os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade¿. (grifo nosso).

Todos os incisos do artigo 3º, do Código Civil, foram revogados pela Lei 13.146/2015, sendo que o seu *caput* passou a prever apenas os menores de 16 (dezesseis) anos como absolutamente incapazes.

Assim, não existe mais, após o advento da Lei 13.146/2015, no sistema de direito privado brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade, conforme dispõe o seu artigo 6º, *in verbis:*

¿Art. 6º A deficiência não afeta a **plena capacidade civil da pessoa**, inclusive para:

I - **casar-se e constituir união estável**;

II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;

III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;

IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;

V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e

VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas¿. (grifo nosso).

Como consequência, não há que se falar mais em interdição por incapacidade absoluta no nosso sistema civil brasileiro.

Todas as pessoas com deficiência, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil.

As pessoas naturas, maiores de 18 (dezoito) anos, portadoras de enfermidade mentais, conforme o caso, podem ser consideradas relativamente incapazes, conforme dispõe o artigo 4º, III, do Código Civil, *in verbis:*

¿Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

(...)

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿

A estas pessoas de que trata o inciso III, do artigo 4º, do Código Civil, estão sujeitas a curatela, conforme passou a dispor o artigo 1.767, do mesmo Código, om a redação dada pela Lei 13.146/2015, assim dispõe:

¿Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:

I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿

Assim, face às alterações introduzidas no Código Civil pela Lei 13.146/2015, reconhecida a enfermidade mental, a depender do grau de comprometimento da sua capacidade intelectiva, deve ser a mesma considerada relativamente incapaz e ser decretada a sua interdição, sujeitando-a à curatela, devendo o juiz estabelecer, na sentença, os atos da vida civil que a mesma pode ou não praticar pessoalmente e aqueles em que deve ser assistida pelo curador.

O escopo da interdição é proteger a pessoa interditada e conferir segurança jurídica aos atos jurídicos em que haja sua intervenção, por si ou com a assistência.

Observo que o cancelamento do alistamento eleitoral da pessoa portadora de enfermidade mental, mostra-se incompatível com as disposições contidas na Lei 13.146/2015, podendo o mesmo exercer pessoalmente o direito ao voto, sem assistência do curador, o que também deve ser aplicado ao casamento, ao reconhecimento da paternidade e outros atos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico.

No caso, dadas as informações médicas, penso que o(a) interditando(a) deve ser impedido de praticar, por si, todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-lo com a assistência do(a) curador(a), salvo aqueles considerados personalíssimos, como o exercício do direito ao voto e outros, os quais não serão afetados pela definição da curatela, diante do teor do art. 85, caput e § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que ora transcrevo:

Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

§ 1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

No caso concreto, a enfermidade diagnosticada no interditando, lhe retira a capacidade cognitiva necessária para exprimir sua vontade, conforme se verifica dos laudos médicos apresentados, e corroborado através da audiência realizada, bem como da perícia médica.

Em relação ao requerente, além de ser possuir legitimidade, tenho que reúne os atributos essenciais para o exercício do encargo de curadora.

DISPOSITIVO

1. **ISSO POSTO, RESOLVENDO O MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, *DECRETO* a *INTERDIÇÃO* de MARINALDO DIAS MACIEL, filho de Valter Ferreira Maciel e Maria de Nazaré**

Dias Maciel, brasileiro, portador do RG nº 5644005 2ª via SSP/PA e do CPF nº 003.082.702-74, declarando-o relativamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil, nomeando-lhe curador seu irmão WANDERLEY DIAS MACIEL, brasileiro, portador do RG nº 1844515 SSP/PA e do CPF nº 319.452.102-06, que exercerá a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites estabelecidos pelo art. 85 da Lei nº 13.146/2015.

2. Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) interditado(a) impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a).
3. O(a) curador(a), ora nomeado(a), deverá comparecer na Secretaria do Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo.
4. Em atenção ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil: (a) inscreva-se e anote-se a presente decisão no Registro Civil de Pessoas Naturais competente; (b) publique-se no Diário da Justiça Eletrônico por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; (c) dispenso a publicação na imprensa local em inteligência ao disposto no artigo 98, § 1º, III, do CPC, em virtude do deferimento dos benefícios da justiça gratuita; (d) com a confirmação da movimentação desta sentença, fica ela automaticamente publicada na rede mundial de computadores, no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; (e) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento; (f) Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a).
5. **Nos termos do Provimento 003/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, esta sentença servirá: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscrição e anotação da presente decisão no Registro Civil; e 3) como ofício à Receita Federal.**

Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou feição de procedimento de jurisdição voluntária.

Dê-se ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.

Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Abaetetuba/PA, 27 de maio de 2021.

ADRIANO FARIAS FERNANDES

JUIZ DE DIREITO

PROCESSO: 00022061420178140070 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Ação Civil Pública em: 09/11/2021---REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Representante(s): BRUNO SARAVALLI RODRIGUES (PROMOTOR(A)) REQUERIDO:NELSON TEIXEIRA FERREIRA. Considerando a oposiÃ§Ã£o de embargos Ã execuÃ§Ã£o autuados no Sistema PJE sob o nÂº 0800244-15.2020.8.14.0070, suspendo o andamento do feito atÃ© que sejam julgados os embargos mencionados. Na oportunidade, determino a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, bem como o apensamento dos embargos a este processo. DÃª-se ciÃªncias ao MinistÃ©rio PÃºblico. Publique-se. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 09 de novembro de 2021. ADRIANO FARIAS FERNANDES Juiz de Direito

PROCESSO: 00044427520138140070 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021---REQUERENTE:CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 16837-A - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:RENATA DINIZ SANTOS MACHADO. DEFIRO a citaÃ§Ã£o do por edital, nos termos do art. 246, inciso IV, c/c art. 256, inciso I, ambos do CPC, mediante o recolhimento das custas. Intime-se a parte para pagamento. Comprovado o pagamento da diligÃªncia, cite-se o requerido por edital, com prazo de sessenta dias, para, no prazo de quinze dias, contestar a presente aÃ§Ã£o, sob pena de serem havidos como verdadeiros os fatos articulados na petiÃ§Ã£o inicial, nos termos do art. 257 do CÃ³digo de Processo Civil, devendo constar ainda no edital, que sua inÃ©rcia implicarÃ¡ em nomeaÃ§Ã£o de curador especial, caso seja decretada sua revelia. Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o do requerido, remetam os autos Ã Defensoria PÃºblica, para que se manifeste na condiÃ§Ã£o de curadora especial. Apresentada defesa pela parte ou seu curador, intime-se a parte autora, para manifestaÃ§Ã£o em 10 (dez) dias. Abaetetuba/PA, 09 de novembro de 2021. ADRIANO FARIAS FERNANDES Juiz de Direito

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - GABINETE DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA

PROCESSO: 00009625020178140070 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021---REQUERENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 15.201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILIANS FRANTONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:GONCALVES DISTRIBUIDORA DE PECAS EIRELI EPP FERPECAS Representante(s): OAB 13686 - GILBERTO SOUSA CORREA (ADVOGADO) REQUERIDO:GABRIEL ARAUJO GONCALVES. Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a parte requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, junte planilha do dÃ©bito atualizada para que se proceda a pesquisa/bloqueio via Sisbajud. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba - PA, 08 de novembro de 2021. ADRIANO FARIAS FERNANDES JUIZ DE DIREITO

PROCESSO: 00010298820128140070 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021---AUTOR:CLEONICE DO CARMO DE SOUZA Representante(s): OAB 13203 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REU:DILSON RODRIGUES CARDOSO Representante(s): OAB 2406 - ODIVAL QUARESMA (ADVOGADO) . SENTENÃ¿A Vistos os autos... Cuida-se de AÃ¿Ã¿O DE REINTEGRAÃ¿Ã¿O DE POSSE, com pedido liminar, ajuizada por CLEONICE DO CARMO DE SOUZA, jÃ¡ devidamente qualificada nos autos em referÃªncia, atravÃ©s da Defensoria PÃºblica, em face de DILSON RODRIGUES CARDOSO, tendo por causa petendi o esbulho de sua posse no terreno medindo 10x30m, localizado Ã Travessa Torquato Barros, Bairro Santa Rosa, Abaetetuba. Sustenta ser legÃ-tima possuidora do terreno, alegando que o requerido lhe deu a posse do referido terreno onde realizou a construÃ§Ã£o de sua casa e lÃ¡ residiu por aproximadamente 10 (dez) anos. Afirmou ainda, que teve que se ausentar do local por conta de problemas de saÃºde, contudo, sempre ia uma pessoa tomar conta do terreno. Declara que, em 2012 ao tentar retornar ao terreno objeto

da lide, constatou que o imÃ³vel havia sido invadido pelo requerido. Requereu a expediÃ§Ã£o de mandado de reintegraÃ§Ã£o de posse, a fim de que o requerido fosse compelido a sair da Ã¡rea. Ã¿ inicial juntou documentosÂ (fls. 07/17). Em despacho inaugural, nÃ£o convencido, de plano, da posse da parte autora e do esbulho do rÃ©u, o magistrado Ã Ã©poca respondendo por este juÃ-zo designou audiÃªncia de justificaÃ§Ã£o (fl. 19). Realizada a audiÃªncia, oportunizada as partes a conciliarem, as mesmas nÃ£o transigiram. Na oportunidade, foi indeferida a liminar de reintegraÃ§Ã£o de posse, por entender que os requisitos autorizadores de sua concessÃ£o nÃ£o restaram demonstrados, bem como foi deflagrado o prazo para apresentaÃ§Ã£o de contestaÃ§Ã£o. O requerido apresentou contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 29/31, na qual rechaÃ§ou os argumentos apresentados pela autora. Posteriormente, foi designada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, a qual restou frustrada ante a ausÃªncia do requerido. Na oportunidade, foram fixados os pontos controvertidos. Em seguida, as partes indicaram as provas que pretendiam produzir. Fora realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, conforme termo de audiÃªncia de fl. 53. Vieram os autos conclusos. Ã¿ o que necessita ser relatado. Decido. A autora pugna pela reintegraÃ§Ã£o na posse da Ã¡rea urbana descrita nos autos. ReconheÃ§o presentes os pressupostos processuais de constituiÃ§Ã£o e de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo. Concorrem ao caso as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, como a possibilidade jurÃ-dica, a legitimidade das partes e o interesse processual, entendidas como de direito abstrato. TambÃ©m nÃ£o vislumbro qualquer vÃ-cio processual, estando ausentes as hipÃ³teses do artigo 330 do CÃ³digo de Processo Civil. A petiÃ§Ã£o Ã© apta e o procedimento corresponde Ã natureza da causa. A pretensÃ£o deduzida nÃ£o carece de pedido ou causa de pedir. Ademais, o pedido Ã©, em tese, juridicamente possÃ-vel, nÃ£o havendo incompatibilidade de pedidos, sedo que, a princÃ-pio, da narraÃ§Ã£o dos fatos decorre logicamente a conclusÃ£o. Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. Para lograr Ãªxito em sua pretensÃ£o Ã proteÃ§Ã£o possessÃ³ria, deve a autora demonstrar os requisitos legais do art. 561 do CPC, a saber: sua posse, a turbaÃ§Ã£o ou esbulho praticado pelo rÃ©u e a data da turbaÃ§Ã£o ou esbulho. Desse modo, durante a instruÃ§Ã£o processual, verifica-se que as conclusÃµes a que este juÃ-zo chegou quando da apreciaÃ§Ã£o da medida liminar nÃ£o foram afastadas. Entendo que a requerente nÃ£o conseguiu, a partir das provas que foram produzidas, demonstrar sua posse no terreno durante o perÃ-odo reinvidicado, assim como o suposto esbulho praticado pelo requerido. NÃ£o basta, portanto, a descriÃ§Ã£o da coisa possuÃ-da, ou a prova do domÃ-nio, faz-se necessÃ¡rio provar que sobre esta o autor exercia a posse. Sendo assim, nÃ£o preenchidos os requisitos autorizadores da reintegraÃ§Ã£o de posse, previstos no art. 561 do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na aÃ§Ã£o, nos termos do artigo 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, os quais fixo em 10% do valor da causa, suspendendo, porÃ©m, a exigibilidade, por ser beneficiÃ¡ria da gratuidade judicial (art. 98, Â§ 3Âº, do CPC). Transitada em julgado, arquive-se. P.R.I.C. Abaetetuba/PA, 08 de novembro de 2021. ADRIANO FARIAS FERNANDES Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 7 0 1 6 7 2 0 1 0 8 1 4 0 0 7 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021---REU:ESTADO DO PARA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCACAO SEDUC AUTOR:ELLEN CRISTINA GORDO Representante(s): OAB 25714 - THAISE DA COSTA DE ARAÚJO (ADVOGADO) . SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â ELLEN CRISTINA GORDO, jÃ¡ qualificada, por meio de Advogado(a), ajuizou, inicialmente aÃ§Ã£o perante a justiÃ§a obreira, que teve sua competÃªncia declinada a esse d. juÃ-zo. Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE COBRANÃ¿A em desfavor do ESTADO DO PARÃ, afirmando ter sido contratada em 01/08/2001, com a finalidade de exercer a funÃ§Ã£o de professora do ensino mÃ©dio e fundamental, e ter sido desligada em 30/04/2009, recebendo como Ãºltima remuneraÃ§Ã£o o valor de R$ 1.896,56. Â Â Â Â Â Ressalta que o ente pÃºblico requerido nunca efetuou os depÃ³sitos referentes ao seu FGTS, das parcelas de 13Âº salÃ¡rio proporcional, fÃ©rias proporcionais acrescidas de um terÃ§o. Â Â Â Â Â No sentido de alicerÃ§ar a sua postulaÃ§Ã£o, juntou aos autos procuraÃ§Ã£o e documentos. Â Â Â Â Â Citado, o Estado do ParÃ¡ apresentou contestaÃ§Ã£o, na qual defendeu a nulidade de pleno direito da contrataÃ§Ã£o da parte autora, pelo que nÃ£o faria jus ao recebimento de dÃ©cimos terceiros salÃ¡rios e fÃ©rias acrescidas de um terÃ§o. No mÃ©rito, aduziu sobre a prescriÃ§Ã£o, sobre a inaplicabilidade do entendimento firmado nos tribunais superiores sobre as verbas fundiÃ¡rias aos servidores temporÃ¡rios com vÃ-nculo jurÃ-dico administrativo. Impugnou os demais pedidos. Com a defesa, juntou documentos. Â Â Â Â Â A parte autora se manifestou sobre a contestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Instadas as partes a manifestarem o interesse na produÃ§Ã£o de outras provas, abas as partes pugnaram pelo julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã¿ O RELATÃ¿RIO. DECIDO. Â Â Â Â Â De inÃ-cio, tenho por inviÃ¡vel a tentativa conciliatÃ³ria e, vislumbrando que nÃ£o hÃ¡ necessidade da produÃ§Ã£o de

outras provas em audiÃªncia, passo a conhecer diretamente do pedido, nos moldes do artigo 355, inciso I, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â PREJUDICIALMENTE, PONDERAÃ¿Ã¿ES ACERCA DA PRESCRIÃ¿Ã¿O: Â Â Â Â Â Conforme a tese de RepercussÃ£o Geral editada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE 709212, Â¿O prazo prescricional aplicÃ¡vel Ã cobranÃ§a de valores nÃ£o depositados no Fundo de Garantia por Tempo de ServiÃ§o (FGTS) Ã© quinquenal, nos termos do art. 7Âº, XXIX, da ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ¿. Â Â Â Â Â Na ocasiÃ£o, foi declarada a inconstitucionalidade do prazo trintenÃ¡rio de prescriÃ§Ã£o do FGTS previsto na Lei nÂº 8.036/1990, e estabelecido o prazo quinquenal de prescriÃ§Ã£o do FGTS. Â Â Â Â Â No entanto, de forma a preservar a seguranÃ§a jurÃ-dica, houve modulaÃ§Ã£o dos efeitos da declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade, atribuindo Ã presente efeitos ex nunc (prospectivos), de modo que, Â¿para aqueles cujo termo inicial da prescriÃ§Ã£o ocorra apÃ³s a data do julgamento, aplica-se, desde logo, o prazo de cinco anos. Por outro lado, para os casos em que o prazo prescricional jÃ¡ esteja em curso, aplica-se o que ocorrer primeiro: 30 anos, contados do termo inicial, ou 5 anos, a partir desta decisÃ£oÂ¿ (voto do Relator). Â Â Â Â Â Eis o teor da ementa do julgado: Recurso extraordinÃ¡rio. Direito do Trabalho. Fundo de Garantia por Tempo de ServiÃ§o (FGTS). CobranÃ§a de valores nÃ£o pagos. Prazo prescricional. PrescriÃ§Ã£o quinquenal. Art. 7Âº, XXIX, da ConstituiÃ§Ã£o. SuperaÃ§Ã£o de entendimento anterior sobre prescriÃ§Ã£o trintenÃ¡ria. Inconstitucionalidade dos arts. 23, Â§ 5Âº, da Lei 8.036/1990 e 55 do Regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto 99.684/1990. SeguranÃ§a jurÃ-dica. Necessidade de modulaÃ§Ã£o dos efeitos da decisÃ£o. Art. 27 da Lei 9.868/1999. DeclaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade com efeitos ex nunc. Recurso extraordinÃ¡rio a que se nega provimento. (RECURSO EXTRAORDINÃRIO COM AGRAVO 709212, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Julgamento: 13/11/2014, PublicaÃ§Ã£o: ACÃ¿RDÃ¿O ELETRÃ¿NICO REPERCUSSÃ¿O GERAL - MÃ¿RITO DJe-032 DIVULG 18-02-2015 PUBLIC 19-02-2015) Â Â Â Â Â Assim, conquanto o prazo prescricional das verbas reclamadas pela parte requerente tenha iniciado o seu curso anteriormente ao julgamento do ARE 709212, aplica-se ao caso em testilha os efeitos da modulaÃ§Ã£o engendrada. Â Â Â Â Â Portanto, Ã© perceptÃ-vel que as verbas fundiÃ¡rias do perÃ-odo alegadamente trabalhado nÃ£o foram alcanÃ§adas pela prescriÃ§Ã£o trintenÃ¡ria ou quinquenal, tampouco pela trienal. Â Â Â Â Â No tocante Ã s demais verbas reclamadas, todavia, reconheÃ§o a prescriÃ§Ã£o quinquenal daquelas cujo fato gerador seja anterior 13/12/2005, diante do ajuizamento da aÃ§Ã£o em 13/12/2010. Â Â Â Â Â MÃ¿RITO: Â Â Â Â Â Nota-se que o cerne do litÃ-gio diz respeito Ã existÃªncia ou nÃ£o de direito da parte autora Ã s seguintes verbas: FGTS, dÃ©cimos terceiros salÃ¡rios e fÃ©rias acrescidas de um terÃ§o. Â Â Â Â Â Entendo que os pedidos versados na inicial sÃ£o procedentes em parte. Â Â Â Â Â Com efeito, da anÃ¡lise dos autos, restou comprovado que a autora prestou serviÃ§os ao Estado do ParÃ¡, na condiÃ§Ã£o de temporÃ¡ria, exercendo as funÃ§Ãµes de professora, mesmo que de forma descontÃ-nua, no perÃ-odo de 01/08/2001 a 30/04/2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 37, II, e parÃ¡grafo segundo, exige o concurso para a admissÃ£o no serviÃ§o pÃºblico, excluÃ-das as hipÃ³teses de contrataÃ§Ã£o por tempo determinado e de exercÃ-cio de cargo, emprego ou funÃ§Ã£o comissionada ou de confianÃ§a, sendo, assim, nulo o ato administrativo que descumprir referida exigÃªncia constitucional na admissÃ£o de servidores na administraÃ§Ã£o, nas esferas federal, estadual e municipal. Â Â Â Â Â Sendo nulo o contrato, a controvÃ©rsia restringe-se a definir o alcance da nulidade do contrato de trabalho celebrado entre a parte autora e o ente pÃºblico, tudo em observÃ¢ncia ao dispositivo constitucional mencionado. Â Â Â Â Â No caso concreto, a Teoria das Nulidades, constante da Lei Civil, nÃ£o tem aplicaÃ§Ã£o plena, pois o contrato de trabalho, quando dissolvido em razÃ£o de sua prÃ³pria nulidade, gera a impossibilidade de retornarem as partes ao status quo ante, nÃ£o podendo, assim, restituir-se Ã parte autora a energia por ela despendida durante o perÃ-odo que laborou para o Estado, muito menos ser determinada a este a devoluÃ§Ã£o dos salÃ¡rios auferidos. Â Â Â Â Â Com efeito, muito embora a nulidade seja ex tunc, seu efeito Ã© ex nunc. Â Â Â Â Â Tanto que, sobre o tema, foi introduzido o art. 19-A Ã da Lei 8.036/90, pela MP 2164-41/2001, que estabelece: Art. 19-A. Ã¿ devido o depÃ³sito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipÃ³teses previstas no art. 37, Â§2Âº., da ConstituiÃ§Ã£o Federal, quando mantido o direito ao salÃ¡rio. Â Â Â Â Â E posteriormente, foi editada a SÃºmula n. 363 pelo E. Tribunal Superior do Trabalho, dispondo: Â¿Contrato nulo. Efeitos. A contrataÃ§Ã£o de servidor pÃºblico, apÃ³s a CF/1988, sem prÃ©via aprovaÃ§Ã£o em concurso pÃºblico, encontra Ã³bice no respectivo art. 37, II e Â§2Âº, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestaÃ§Ã£o pactuada, em relaÃ§Ã£o ao nÃºmero de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salÃ¡rio-mÃ-nimo, e dos valores referentes aos depÃ³sitos de FGTS.Â¿ (Res. TST n. 121, de 28.10.2003 - DJU 21.11.2003) Â Â Â Â Â Pondo uma pÃ¡ de cal sobre a questÃ£o, o Supremo Tribunal Federal, no recente julgamento da ADI 3147/DF, declarou constitucional o art. 19-A da Lei nÂº 8.036/1990 e, por corolÃ¡rio, reconheceu o direito aos depÃ³sitos do Fundo de Garantia do Tempo de ServiÃ§o (FGTS) aos trabalhadores que tiveram o contrato

de trabalho com a AdministraÃ§Ã£o PÃºblica declarado nulo em funÃ§Ã£o de inobservÃ¢ncia da regra constitucional que estabelece prÃ©via aprovaÃ§Ã£o em concurso pÃºblico. Â Â Â Â Â SenÃ£o vejamos: TRABALHISTA E CONSTITUCIONAL. MP 2.164-41/2001. INCLUSÃ¿O DO ART. 19-A NA LEI 8.036/1990. EMPREGADOS ADMITIDOS SEM CONCURSO PÃ¿BLICO. CONTRATAÃ¿Ã¿O NULA. EFEITOS. RECOLHIMENTO E LEVANTAMENTO DO FGTS. LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DA NORMA. 1. O art. 19-A da Lei 8.036/90, incluÃ-do pela MP 2.164/01, nÃ£o afronta o princÃ-pio do concurso pÃºblico, pois ele nÃ£o infirma a nulidade da contrataÃ§Ã£o feita Ã margem dessa exigÃªncia, mas apenas permite o levantamento dos valores recolhidos a tÃ-tulo de FGTS pelo trabalhador que efetivamente cumpriu suas obrigaÃ§Ãµes contratuais, prestando o serviÃ§o devido. O carÃ¡ter compensatÃ³rio dessa norma foi considerado legÃ-timo pelo Supremo Tribunal Federal no RE 596.478, Red. p/ acÃ³rdÃ£o Min. Dias Toffoli, DJe de 1Âº/3/2013, com repercussÃ£o geral reconhecida. 2. A expansÃ£o da abrangÃªncia do FGTS para cobrir outros riscos que nÃ£o aqueles estritamente relacionados com a modalidade imotivada de dispensa - tais como a prÃ³pria situaÃ§Ã£o de desemprego e outros eventos socialmente indesejÃ¡veis, como o acometimento por doenÃ§a grave e a idade avanÃ§ada - nÃ£o compromete a essÃªncia constitucional do fundo. 3. A MP 2.164/01 nÃ£o interferiu na autonomia administrativa dos Estados, Distrito Federal e MunicÃ-pios para organizar o regime funcional de seus respectivos servidores, uma vez que, alÃ©m de nÃ£o ter criado qualquer obrigaÃ§Ã£o financeira sem previsÃ£o orÃ§amentÃ¡ria, a medida em questÃ£o dispÃ´s sobre relaÃ§Ãµes jurÃ-dicas de natureza trabalhista, dando nova destinaÃ§Ã£o a um valor que, a rigor, jÃ¡ vinha sendo ordinariamente recolhido na conta do FGTS vinculada aos empregados. 4. Ao autorizar o levantamento do saldo eventualmente presente nas contas de FGTS dos empregados desligados atÃ© 28/7/2001, impedindo a reversÃ£o desses valores ao erÃ¡rio sob a justificativa de anulaÃ§Ã£o contratual, a norma do art. 19-A da Lei 8.036/90 nÃ£o acarretou novos dispÃªndios, nÃ£o desconstituiu qualquer ato jurÃ-dico perfeito, nem investiu contra nenhum direito adquirido da AdministraÃ§Ã£o PÃºblica, pelo que nÃ£o hÃ¡ falar em violaÃ§Ã£o ao art. 5Âº, XXXVI, da CF. 5. AÃ§Ã£o direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. (Rel. MIN. TEORI ZAVASCKI, DATA DE PUBLICAÃ¿Ã¿O DJE 05/08/2015 - ATA NÂº 103/2015. DJE nÂº 153, divulgado em 04/08/2015). Â Â Â Â Â O Supremo, como se vÃª, expressou seu entendimento pela constitucionalidade do art. 19-A da Lei nÂ° 8.036/1990, com a redaÃ§Ã£o dada pela Medida ProvisÃ³ria (MP) 2.164-41/2001, que prevÃª o referido pagamento aos trabalhadores que foram contratados sem a devida observÃ¢ncia ao regramento constitucional estampado no art. 37, Â§ 2Âº, esteira na qual jÃ¡ se firmara a jurisprudÃªncia do E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, conforme arestos assim ementados: EMENTA: ApelaÃ§Ãµes CÃ-veis. RECLAMAÃ¿Ã¿O TRABALHISTA. PRIMEIRO APELANTE. INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE AO ART. 19 - a DA LEI NÂº 8.036/90. IMPOSSIBILIDADE. TRIBUNAIS SUPERIORES JÃ SÃ¿O PACÃFICOS QUANTO A CONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO. Preliminares rejeitadas. Recolhimento de FGTS Ã¿ DEVIDO AO SERVIDOR TEMPORÃRIO COM CONTRATO DECLARADO NULO. SALDO DE SALÃRIO OBRIGATÃ¿RIO POR NÃ¿O TER COMPROVADO PAGAMENTO.Â RECURSO conhecido e improvido, Ã¿ UNANIMIDADE. SEGUNDO APELANTE. APLICAÃ¿Ã¿O DA SÃ¿MULA NÂº 210 STJ. PRAZO PRESCRICIONAL DE 30 ANOS PARA A COBRANÃ¿A DE FGTS. PRESCRIÃ¿Ã¿O QUINQUENAL AFASTADA. SENTENÃ¿A REFORMADA. RECURSO conhecido e PROVIDO, Ã¿ UNANIMIDADE. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 2011.3.013401-2, Relator: DES. RICARDO FERREIRA NUNES, Julgamento: 10/09/2012). (Grifou-se) EMENTA: APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. PAGAMENTO DO FGTS. SERVIDOR TEMPORÃRIO. CABIMENTO. ART. 19-A DA LEI NÂ° 8.036/90. MEDIDA PROVISÃ¿RIA. NÂ° 2.164-41/90. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1.Â O Excelso Supremo Tribunal Federal, em julgamento do Recurso ExtraordinÃ¡rio nÂ° 596478, no qual se reconheceu repercussÃ£o geral, reconheceu o direito aos depÃ³sitos do Fundo de Garantia do Tempo de ServiÃ§o (FGTS) aos trabalhadores que tiveram o contrato de trabalho com a AdministraÃ§Ã£o PÃºblica declarado nulo em funÃ§Ã£o de inobservÃ¢ncia da regra constitucional que estabelece prÃ©via aprovaÃ§Ã£o em concurso pÃºblico. 2.Â Restou entendida a constitucionalidade do art. 19-A da Lei nÂ° 8.036/1990, com a redaÃ§Ã£o dada pela Medida ProvisÃ³ria (MP) 2.164-41/2001, que prevÃª o referido pagamento. 3.Â Condeno ao recorrido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios no montante de 20 % (vinte por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. 4.Â Recurso conhecido e parcialmente provido. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº. 20123020603-4, Relator: Des. JosÃ© Maria Teixeira do RosÃ¡rio, Julgamento: 26/09/2012). (Grifou-se). Â Â Â Â Â Ainda: EMENTA: RECLAMAÃ¿Ã¿O TRABALHISTA. JULGADA IMPROCEDENTE. APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL INTERPOSTA PELA PARTE AUTORA. FGTS Ã¿ DEVIDO A SERVIDOR CONTRATADO EM REGIME TEMPORÃRIO DIANTE DE CONTRATO NULO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I.Apelado em suas Contra-RazÃµes aduziu preliminarmente o nÃ£o conhecimento do Apelo por desrespeito ao art. 514, II do CPC. Preliminar rejeitada. Tutela Jurisdicional deve ser a mais ampla

possÃ-vel, evitando nulidades futuras. II. Ainda em suas Contra RazÃµes, o Estado do ParÃ¡ aduziu a inobservÃ¢ncia da prescriÃ§Ã£o bienal. Prejudicial de mÃ©rito afastada. CrÃ©dito perante a Fazenda PÃºblica, que apresenta legislaÃ§Ã£o especÃ-fica regulando a questÃ£o, que se sobrepÃµe Ã Lei Geral. PrescriÃ§Ã£o Quinquenal pertinente Ã questÃ£o, obedecida. (Relator: RICARDO FERREIRA NUNES. NÂº ACÃ¿RDÃ¿O: 118778. NÂº PROCESSO: 201230049054. DATA DO JULGAMENTO: 15/04/2013. DATA DA PUBLICAÃ¿Ã¿O: 29/04/2013). Â Â Â Â Â Ora, a parte autora foi contratada pelo rÃ©u sem observÃ¢ncia do preceito constitucional mencionado, trabalhando ao arrepio dos prazos e forma previstas na legislaÃ§Ã£o, o que desnaturou o carÃ¡ter temporÃ¡rio do ajuste. Â Â Â Â Â Sabe-se que alÃ©m dos casos mencionados de investidura em cargo ou emprego pÃºblico, mencionados no art. 37, inciso II, da CF, e nos quais nÃ£o se enquadra a parte autora, restaria apenas a mesma ser contratada por tempo determinado para atender necessidade temporÃ¡ria de excepcional interesse pÃºblico, nos termos do inciso IX, do referido dispositivo, e que dependeria de lei para regulamentÃ¡-lo. Â Â Â Â Â Assim, a contrataÃ§Ã£o por prazo certo, conforme permissivo contido no art. 37, IX, da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988, exige justificativa cabal da necessidade temporÃ¡ria de extraordinÃ¡rio interesse pÃºblico, o que nÃ£o restou demonstrado nos presentes autos. Â Â Â Â Â A respeito da matÃ©ria, ensina Alexandre de Moraes (in Direito Constitucional, 21Âª ed., SÃ£o Paulo: Atlas, 2007, p. 326/327): Â¿A investidura em cargo ou emprego pÃºblico depende de aprovaÃ§Ã£o prÃ©via em concurso pÃºblico de provas ou provas e tÃ-tulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeaÃ§Ãµes para cargo em comissÃ£o declarado em lei de livre nomeaÃ§Ã£o e exoneraÃ§Ã£o. (...) A primeira exceÃ§Ã£o constitucional exige que a lei determine expressamente quais os cargos de confianÃ§a que poderÃ£o ser providos por pessoas estranhas ao funcionalismo pÃºblico e sem a necessidade do concurso pÃºblico. (...) Outra exceÃ§Ã£o prevista constitucionalmente, permitindo-se a contrataÃ§Ã£o temporÃ¡ria sem concurso pÃºblico, encontra-se no art. 37, IX, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. O legislador constituinte manteve disposiÃ§Ã£o relativa Ã contrataÃ§Ã£o para serviÃ§o temporÃ¡rio e de excepcional interesse pÃºblico, somente nas hipÃ³teses previstas em lei. Dessa forma, trÃªs sÃ£o os requisitos obrigatÃ³rios para a utilizaÃ§Ã£o dessa exceÃ§Ã£o, muito perigosa, como diz Pinto Ferreira, por tratar-se de uma vÃ¡lvula de escape para fugir Ã obrigatoriedade dos concursos pÃºblicos, sob pena de flagrante inconstitucionalidade: excepcional interesse pÃºblico; temporariedade da contrataÃ§Ã£o; hipÃ³teses expressamente previstas em lei. A lei mencionada no inciso IX do art. 37 da ConstituiÃ§Ã£o Ã© a lei editada pela entidade contratadora, ou seja, lei federal, estadual, distrital ou municipal, conforme a respectiva competÃªncia legislativa constitucional." Â Â Â Â Â Ã¿ certo que a contrataÃ§Ã£o de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o temporÃ¡rio, e seus respectivos aditamentos, nos termos do art. 37, IX, da Carta Magna e de Lei Estadual, tem natureza administrativa, o que exclui o pagamento de verbas eminentemente celetistas. Â Â Â Â Â Ademais, o E. TJPA vem decidindo serem devidas, no caso de contrataÃ§Ã£o irregular, alÃ©m das parcelas atinentes ao FGTS, somente o saldo de salÃ¡rio, conforme arestos a seguir ementados: AGRAVO INTERNO EM APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DECISÃ¿O MONOCRÃTICA ATACADA. PEDIDOS DE VERBAS TRABALHISTAS EM RAZÃ¿O DE CONTRATO TEMPORÃRIO FIRMADO COM A ADMINISTRAÃ¿Ã¿O PÃ¿BLICA MUNICIPAL. CONTRATO NULO NOS TERMOS DO ART. 37, Â§2Â° DA CF/88. AÃ¿Ã¿O DE COBRANÃ¿A. DEVIDO O PAGAMENTO DE FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÃ¿O A SERVIDOR TEMPORÃRIO SEM A INCIDÃ¿NCIA DE MULTAÂ ASSIM COMO O SALDO DE SALÃRIO DEVIDO. NÃ¿O CABIMENTO DO RECEBIMENTO DAS DEMAIS VERBAS PLEITEADAS. PRECEDENTES DO STF. MEDIANTE REPERCUSSÃ¿O GERAL. RE 596478. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, Ã¿ UNANIMIDADE. (2017.04913342-08, 183.221, Rel. EZILDA PASTANA MUTRAN, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª TURMA DE DIREITO PÃ¿BLICO, Julgado em 2017-11-13, Publicado em 2017-11-17). (Sublinhou-se). Â Â Â Â Â Desta forma, conclui-se serem devidos Ã parte autora o pagamento de FGTS de todo o perÃ-odo trabalhado, a ser calculado sobre o salÃ¡rio recebido mÃªs a mÃªs, na proporÃ§Ã£o de 8 %. Â Â Â Â Â NÃ£o procedem, de outra banda, os pedidos de pagamento de dÃ©cimos terceiros salÃ¡rios e fÃ©rias acrescidas de um terÃ§o, tendo em vista a contrataÃ§Ã£o irregular. Â Â Â Â Â Importa salientar que o cÃ¡lculo dos valores devidos deverÃ¡ ser efetuado com base nos salÃ¡rios percebidos mÃªs a mÃªs pela parte autora, conforme fichas financeiras a serem apresentadas pelo Estado do ParÃ¡, sendo o caso de complementaÃ§Ã£o Ã quelas acostadas na defesa, em fase de liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Em havendo perÃ-odos nÃ£o computados nas fichas financeiras, serÃ¡ utilizado por salÃ¡rio base o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca. Â Â Â Â Â DOS ÃNDICES DE CORREÃ¿Ã¿O MONETÃRIA E JUROS MORATÃ¿RIOS EM CASO DE CONDENAÃ¿Ã¿O DA FAZENDA PÃ¿BLICA Â Â Â Â Â Em 20/09/2017, adveio o julgamento do RE 870947/SE, com repercussÃ£o geral reconhecida, no qual o plenÃ¡rio do STF decidiu que, no tocante Ã s condenaÃ§Ãµes oriundas de relaÃ§Ã£o jurÃ-dica nÃ£o-tributÃ¡ria - como nos autos em questÃ£o -, a fixaÃ§Ã£o dos juros

moratÃ³rios segundo o Ã-ndice de remuneraÃ§Ã£o da caderneta de poupanÃ§a Ã© constitucional, permanecendo hÃ-gido, nesta extensÃ£o, o disposto no art. 1Âº-F da Lei nÂº 9.494/97, com a redaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.960/2009. Â Â Â Â Â NÃ£o obstante, quanto Ã parte que disciplina a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria nas condenaÃ§Ãµes impostas Ã Fazenda PÃºblica segundo a remuneraÃ§Ã£o oficial da caderneta de poupanÃ§a, o STF decidiu pela inconstitucionalidade do art. 1Âº-F da Lei nÂº 9.494/97, com a redaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.960/2009, uma vez que a TR nÃ£o se qualifica como medida adequada a capturar a variaÃ§Ã£o de preÃ§os da economia, sendo inidÃ´nea a promover os fins a que se destina. Â Â Â Â Â Diante disso, tendo em vista a declaraÃ§Ã£o parcial de inconstitucionalidade pelo Supremo, bem como considerando o entendimento que vem sendo adotado pela 1Âª SeÃ§Ã£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a sobre a matÃ©ria, para a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria da condenaÃ§Ã£o em face da Fazenda PÃºblica deverÃ¡ ser utilizado o Ãndice de PreÃ§os ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E. (STJ, 1Âª SeÃ§Ã£o, REsp 1.495.146/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 22.02.2018, DJe 02.03.2018. REsp 1.492.221/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 22.02.2018, DJe 20.03.2018. REsp 1.495.144/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 22.02.2018, DJe 20.03.2018). Â Â Â Â Â Portanto, com fundamento nas decisÃµes dos tribunais superiores, assento que os juros moratÃ³rios na espÃ©cie se darÃ£o segundo a remuneraÃ§Ã£o oficial da caderneta de poupanÃ§a e a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo IPCA-E. Â Â Â Â Â DO DISPOSITIVO Â Â Â Â Â POSTO ISTO, JULGO PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados na petiÃ§Ã£o inicial para DECLARAR A NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO celebrado entre a parte autora e o ESTADO DO PARÃ e, por consequÃªncia, CONDENAR o ente pÃºblico requerido a pagar Ã parte autora o Fundo de Garantia por Tempo de ServiÃ§o (FGTS) na proporÃ§Ã£o de 8% (oito por cento) sobre os valores percebidos a tÃ-tulo de remuneraÃ§Ã£o durante o perÃ-odo da duraÃ§Ã£o da contrataÃ§Ã£o (01/08/2001 a 30/04/2009), a serem calculados sobre os salÃ¡rios recebidos mÃªs a mÃªs pela parte autora, nos termos da fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â AcresÃ§a-se ao valor apurado a incidÃªncia de juros moratÃ³rios, cujos Ã-ndices oficiais para fins de cÃ¡lculo deverÃ£o ser aqueles aplicados Ã caderneta de poupanÃ§a (cf. art. 1Âº-F, da Lei nÂº 9.494/97), a contar da citaÃ§Ã£o, nos termos do art. 219 do CPC; e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria com base no IPCA-E (IBGE). Â Â Â Â Â Por corolÃ¡rio, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Em razÃ£o da sucumbÃªncia recÃ-proca e por forÃ§a do disposto nos artigos 82, Â§ 2Âº, 84, 85, Â§ 14, e 86, todos do CÃ³digo de Processo Civil, cada parte arcarÃ¡ com 50 % das despesas processuais, isenta a Fazenda PÃºblica. Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o aos honorÃ¡rios advocatÃ-cios, tendo em vista o disposto no artigo 85, Â§ 14, do CÃ³digo de Processo Civil, condeno a parte autora a pagar ao procurador do rÃ©u honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais); e, por outro lado, CONDENO o Estado do ParÃ¡ a pagar honorÃ¡rios destinados ao patrono da autora, que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do Â§ 8Âº, do art. 85 do CPC, observado o disposto no parÃ¡grafo 16 do artigo 85 do CÃ³digo de Processo Civil e em atendimento aos parÃ¢metros delineados nos incisos I a IV do parÃ¡grafo 2Âº do artigo 85, tambÃ©m do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Por ser a parte autora beneficiÃ¡ria da gratuidade processual, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade e somente poderÃ£o ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, o credor demonstrar que deixou de existir a situaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia de recursos que justificou a concessÃ£o de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigaÃ§Ãµes da beneficiÃ¡ria (CPC, artigo 98, Â§Â§ 2Âº e 3Âº). Â Â Â Â Â Havendo apelaÃ§Ã£o, intime-se a parte adversa para contrarrazÃµes e, ato contÃ-nuo, remetam-se os autos ao E. TJPA. Â Â Â Â Â NÃ£o havendo recurso voluntÃ¡rio, certifique-se e encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ para reexame necessÃ¡rio, nos termos do art. 496, inciso I, do CPC, por se tratar de sentenÃ§a ilÃ-quida. Â Â Â Â Â P. R. I. C. Abaetetuba, 09 de novembro de 2021. ADRIANO FARIAS FERNANDES JUIZ DE DIREITO

P R O C E S S O : 0 0 0 3 2 5 0 7 3 2 0 1 4 8 1 4 0 0 7 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 09/11/2021---REQUERENTE:PONTE IRMAO & CIA LTDA - LOJAS ESPLANADA Representante(s): OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 18841 - PETERSON MELO DA CRUZ (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:TATIANE FREITAS VIEIRA Representante(s): OAB 14836 - NATHALIA CRISTINA DE SENA FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 9276 - DAVI PAES FIGUEIREDO (ADVOGADO) REQUERIDO:MAURILA IRENE DOS SANTOS FREITAS. I - RELATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de despejo ajuizada por PONTE IRMÃ¿O E CIA LTDA., em face de TATIANE FREITAS VIEIRA e MAURILA IRENE DOS SANTOS FREITAS, na qual se objetiva, em sÃ-ntese, a rescisÃ£o do contrato de locaÃ§Ã£o firmado entre as partes, com o consequente

despejo do locatÃ¡rio, em razÃ£o do inadimplemento dos aluguÃ©is. A parte autora afirmou que o rÃ©u locatÃ¡rio atrasou o pagamento dos aluguÃ©is a partir de novembro/2013, totalizando o valor de R$-31.513,91. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebida a inicial, o pedido de desocupaÃ§Ã£o liminar foi indeferido, de acordo com os fundamentos expostos na decisÃ£o de fls. 47/48, bem como determinada a citaÃ§Ã£o da parte requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, a parte autora fez o pagamento da cauÃ§Ã£o, requerendo a reconsideraÃ§Ã£o da decisÃ£o inaugural, contudo, analisado o pedido, o mesmo foi novamente indeferido, conforme decisÃ£o de fls. 63/65, razÃ£o pela qual a requerente interpÃ´s o recurso de Agravo de Instrumento, o qual, posteriormente foi negado seguimento (fls. 127/128). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 114/117, as requeridas apresentaram contestaÃ§Ã£o, na qual reconhece o atraso dos alugueis do perÃ-odo de novembro/2013 a agosto/2015, quando desocupou o imÃ³vel. Juntou recibos de pagamentos realizados no ano de 2014, no valor total de R$ 53.208,19 (fls. 119/123). Na oportunidade, ofereceu proposta de acordo, que, em seguida, nÃ£o foi aceita pela parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instadas as partes para se manifestarem sobre a necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas, a requerente pugnou pelo julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â II - FUNDAMENTAÃ¿Â¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo ao julgamento antecipado da lide (NCPC, art. 355, II). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A aÃ§Ã£o Ã© de despejo e seu objeto Ã© reaver imÃ³vel dado em locaÃ§Ã£o comercial; cumulando-se o pedido com cobranÃ§a de aluguÃ©is e demais encargos inadimplidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A causa de pedir Ã©, portanto, a falta de pagamento. O pedido de despejo perdeu o objeto, tendo em vista que houve a desocupaÃ§Ã£o do imÃ³vel, conforme noticiado nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, nÃ£o sendo necessÃ¡rio a decretaÃ§Ã£o do despejo, resta analisar o requerimento de rescisÃ£o do contrato com a consequente condenaÃ§Ã£o das requeridas ao pagamento de alugueres e demais encargos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ensina Sylvio Capanema de Souza: Â Â Â Â Â Â Â Â Â "Muitos imaginam que, abandonado o imÃ³vel, e imitido o autor na posse, cessa o objeto da demanda, devendo ser extinto o processo, sem enfrentamento do mÃ©rito. Nada mais equivocado, porque a recuperaÃ§Ã£o da posse nÃ£o Ã© o objeto precipito e imediato da aÃ§Ã£o de despejo, e sim a dissoluÃ§Ã£o do contrato, do que decorre, por via oblÃ-qua, a devoluÃ§Ã£o do imÃ³vel. Se o juÃ-zo fosse possessÃ³rio, tal como se verifica nos interditos, aÃ- sim, nÃ£o haveria dÃºvida quanto Ã cessaÃ§Ã£o do objeto da demanda, no momento em que o autor recuperasse a posse da coisa, a que se refere a aÃ§Ã£o. Muito ao contrÃ¡rio, e como jÃ¡ tivemos a oportunidade de observar, a aÃ§Ã£o de despejo Ã© pessoal, constitutiva, tendo por objeto a extinÃ§Ã£o do contrato locativo, o que nÃ£o decorre, necessariamente, da imissÃ£o do locador na posse do imÃ³vel. A relaÃ§Ã£o contratual permanece integra, tendo cessado apenas um de seus efeitos, e sÃ³ poderÃ¡ se considerar extinta por sentenÃ§a judicial especÃ-fica, que envolva o mÃ©rito. DaÃ- se depreende que, cumprido o mandado, e imitido o autor na posse, apÃ³s o abandono, deve a aÃ§Ã£o prosseguir, normalmente, cabendo ao juiz proferir a sentenÃ§a de mÃ©rito, extinguindo, ou nÃ£o, a locaÃ§Ã£o".(Da AÃ§Ã£o de Despejo, Forense, 1Âª ed., 1994, p. 94, citado no voto do em. Desembargador Jair Soares, na APC 20010110790989 DF. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A teor do disposto no art. 373, II do NCPC Ã© Ã´nus do rÃ©u comprovar a existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Mas, desse Ã´nus o rÃ©u nÃ£o se desincumbiu totalmente, uma vez que nÃ£o procedeu ao pagamento total do dÃ©bito do perÃ-odo de nov. /2013 a ago. /2015-; as provas colacionadas aos autos apenas reforÃ§am a tese apresentada na exordial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, impÃµe-se a procedÃªncia do pedido inicial para condenar o rÃ©u ao pagamento dos alugueres vencidos e demais encargos locatÃ-cios vencidos e nÃ£o pagos nos meses de novembro de 2013 a agosto de 2015, abatido o valor de R$ 53.208,19 (cinquenta e trÃªs mil, duzentos e oito reais e dezenove centavos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, considerando que a desocupaÃ§Ã£o do referido imÃ³vel ocorreu voluntariamente e, tendo sido pago a cauÃ§Ã£o pelo autor, expeÃ§a-se alvarÃ¡ para liberaÃ§Ã£o da quantia de R$ 12.000,00 (doze mil reais) e seus rendimentos, se houver. Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo procedente o pedido e decreto a extinÃ§Ã£o do processo com julgamento de mÃ©rito (NCPC, art. 487, I) para: a) decretar a rescisÃ£o do contrato de locaÃ§Ã£o; b) condenar a parte rÃ© ao pagamento dos aluguÃ©is vencidos, conforme fundamentaÃ§Ã£o, bem como dos demais encargos previstos no contrato de locaÃ§Ã£o, devidamente corrigidos pelos Ã-ndices adotados pela contadoria judicial e acrescido de juros de 1% ao mÃªs, ambos a partir da data em que deveria ter sido efetuado cada pagamento; c) condenar a parte rÃ© ao pagamento de custas processuais e de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, que arbitro em 10% sobre o valor da condenaÃ§Ã£o (NCPC, art. 85, Â§ 2Âº). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba/PA, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ADRIANO FARIAS FERNANDES

P R O C E S S O : 0 0 1 1 6 1 1 1 1 2 0 1 6 8 1 4 0 0 7 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021---REQUERENTE:ANDREA DA SILVA BAIA Representante(s): OAB 15821 - HELENI CASTRO LAVAREDA CORREA (ADVOGADO) OAB 17399 - MARLON DOS SANTOS CORREA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 20476 - MAURICIO PIRES RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 23422 - LUCIANA DOLORES ARAUJO MIRANDA (ADVOGADO) REQUERIDO:GRUPO E CARVALHO Representante(s): OAB 12434 - DARIO FACANHA NETO (ADVOGADO) . Vistos os autos... Considerando o retorno do expediente presencial forense, redesigno a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 10/03/2022, Ã s 11:00min, em conformidade com o jÃ¡ determinado na decisÃ£o de fl. 109. Intimem-se as partes, atravÃ©s de seus patronos judiciais. Publique-se. Abaetetuba - PA, 08 de novembro de 2021. ADRIANO FARIAS FERNANDES JUIZ DE DIREITO

COMARCA DE MARABÁ

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ PROCESSO: 00058405220118140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELAINE CRISTINA ROCHA A??o: Consignação em Pagamento em: 09/11/2021 REQUERENTE:CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES PADRAO LTDA Representante(s): OAB 15237 - DANIEL SOARES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL S.A. Representante(s): OAB 16637-A - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em atenÃ§Ã£o ao disposto no Manual de Rotinas - Processo CÃ-vel, do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, intime-se a parte REQUERIDA por meio de advogado, via DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico, para providenciar o recolhimento de CUSTAS/DESPESAS processuais, no prazo de 30 (trinta) dias, referentes a: 01 (um) AlvarÃ¡. MarabÃ¡/PA, 09 de novembro de 2021. ELAINE CRISTINA ROCHA Diretora de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de MarabÃ¡/PA

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ

RESENHA: 09/11/2020 A 09/11/2020 - SECRETARIA DA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ - VARA: 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ PROCESSO: 00044716520098140028 PROCESSO ANTIGO: 200919026698 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2020 REQUERENTE:MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS MELO Representante(s): OAB 9240 - FERNANDO MENEZES CUNHA (ADVOGADO) OAB 7761 - ANDREA BASSALO VILHENA (ADVOGADO) OAB 18673 - RAQUEL OLIVEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 23142 - TATIANE SOUSA BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - SECRETARIA EXECUTIVA DE SAUDE PUBLICA. ATO ORDINATÓRIO: Intimo o exequente para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, dados bancários para pagamento de precatório/RPV, conforme o caso. O referido é verdade e dou fé. Marabá, 9 de novembro de 2020 ASSINADO DIGITALMENTE PROCESSO: 00049152120118140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS MOURAO RAMALHO A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2020 REQUERENTE:PAULO CORREA DA SILVA Representante(s): OAB 16263 - JOSE ERICKSON FERREIRA RODRIGUES (DEFENSOR) REQUERIDO:O ESTADO DO PARA. CERTIDÃO Processo: 0004915-21.2011.8.14.0028 Ação: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. Requerentes: PAULO CORREA DA SILVA Requerido: O ESTADO DO PARA Certifico para os devidos fins que os autos foram desarquivados nesta data. O referido é verdade e dou fé. Marabá, 9 de novembro de 2020. Diogo Margonar Santos da Silva Analista Judiciário Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00104055420178140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2020 EXEQUENTE:CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARABA S/S - FACULDADE METROPOLITANA MARABA Representante(s): OAB 6809-B - SIMONE APARECIDA DE ALMEIDA OTONI (ADVOGADO) OAB 77167 - RICARDO LOPES GODOY (ADVOGADO) EXECUTADO:FRANCILENE DA SILVA DE SOUSA. ATO ORDINATÓRIO: Processo: 0010405-54.2017.8.14.0028 Ação: AÇÃO DE EXECUÇÃO Requerentes: NÃO INFORMADO Requerido: NÃO INFORMADO Manifeste-se o autor sobre o interesse no feito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis . Marabá, 9 de novembro de 2020 Diogo Margonar Santos da Silva Analista Judiciário Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

PROCESSO Nº: 0017013-34.2018.8.14.0028
DENUNCIADO: DANIEL LIMA CAVALCANTE
ADVOGADO: ADEBRAL LIMA FAVACHO JUNIOR OAB/PA 9663

DECISÃO:

1. Vista dos autos às partes para alegações finais no prazo individual e sucessivo de 05 (cinco) dias. Deixo de determinar a intimação do advogado do assistente de acusação para o ato, pois até o momento não juntou procuração, inobstante já tenha sido intimado para o fazer no prazo de 05 dias desde 13.02.2019. 2. Após, conclusos para sentença.

PROCESSO N. 0004067-59.2020.8.14.0028
RÉU: MARCOS VINÍCIUS DA COSTA ARAÚJO
ADVOGADO: ODILON VIEIRA NETO OAB/PA Nº 13.878 e MARIZETE CORTEZE ROMIO OAB/PA Nº 29.757

6. Com a juntada dos laudos (sexológico e pertinente ao aparelho celular), intimem-se às partes (MP, assistente de acusação e Defesa) para alegações finais, no prazo individual e sucessivo de 05 (cinco) dias.

PROCESSO N. 0006772-74.2013.8.14.0028
RÉUS: PAULO ROBERTO SANTOS DE ARAÚJO E OUTROS
ADVOGADO: JULIO PAIXÃO DA SILVA JUNIOR OAB/PA Nº 21162
DECISÃO:

1. Vista dos autos às partes para alegações finais no prazo individual e sucessivo de 05 (cinco) dias.

PROCESSO N. 0007914-40.2018.8.14.0028

RÉU: PATRICK LOPES MOURÃO
ADVOGADO: CARLOS ACIOLI CARVALHO OLIVEIRA OAB/PA 23.545

DECISÃO: 1. Intime-se as partes para alegações finais no prazo individual e sucessivo de 05 (cinco) dias.

Processo: 0007840-49.2019.814.0028

Denunciado(a)(s): ELSON LUIS SILVA ROCHA

ADVOGADO: THIAGO BARROS SÁ OAB/PA Nº 17.597

DECISÃO
1. Intima-se as partes para alegações finais no prazo individual e sucesso de 05 (cinco) dias.

Autos nº 0003574-67.2008.8.14.0028
Denunciado (a) (s): LEONARDO SARAIVA MENDES.
ADVOGADO: ADEBRAL FAVACHO LIMA JUNIOR OAB/PA 9663

DECISÃO
2- Após, intime-se a Defesa constituída, via DJE, para ratificar as alegações finais apresentadas às fls. 226/230.

Processo: 0005271-75.2019.8.14.0028
Imputado(a)(s): LUAN RODRIGUES LUZ
ADVOGADO: WABDERKEY PEREIRA MELO OAB/PA 17761

DECISÃO
2- Intime-se a Defesa Constituída para apresentação das razões recursais no prazo legal.

PROCESSO: 0004885-11.2020.8.14.0028

INDICIADO: ANDRÉZIO DA SILVA MENEZES

ADVOGADO: WANDERGLEISSON FERNANDES SILVA OAB/PA 16.961

Certifico para os devidos fins e efeitos necessários que a audiência designada nos autos de n° **0004885-11.2020.8.14.00258**, em que figura como acusado ANDREZIO DA SILVA MENEZES, não será realizada por ordem do Dr. MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS, juiz de Direito que responde pela 1ª Vara Criminal de Marabá-PA que está realizando cumulativamente audiências da 1ª e 2ª vara Criminal. De ordem, remarco a **audiência** para o dia **31.01.2022 às 10:00** horas. O referido é verdade e dou fé.

Marabá/PA, 13 de setembro de 2021.

PATRICIA FLORES LEÃO FERREIRA ALVES

Assessora da juíza 1ª Vara Criminal de Marabá/PA

PROCESSO: 0011839-44.2018.8.14.0028

DENUNCIADO: WILTON OLIVEIRA GONÇALVES, RAIMUNDO NONATO RODRIGUES DA SILVA, EDSON FERREIRA NUNES, NATALINO ALVES LIMA e JOFRE ALVES DE LIMA FILHO

ADVOGADO: ADONIS JOÃO PEREIRA MOURA OAB/PA 8898,LUIZ CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS OAB/PA 9.285,

1- Remarco a audiência designada anteriormente para o dia **26 DE MAIO DE 2022, ÀS 11H30MIN,** na sala de audiência desta Vara, por meio da plataforma virtual Microsoft Teams, para inquirição das testemunhas de defesa SAMUEL NUNES DE ALMEIDA e LEONARDO SANTOS DE ALMEIDA e eventual novo interrogatório dos acusados.

2-Considerando o cenário atual da Pandemia mundial do Novo Coronavírus, bem como o fato de que as testemunhas supracitadas residem no município de Itupiranga/PA, visando dar continuidade à instrução processual e levando-se em conta a possibilidade de intimação das partes e testemunhas através do telefone/whatssap, INTIME-SE a defesa constituída do acusado NATALINO ALVES LIMA (DR. LUIZ CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS, OAB/PA 9.2885), via DJE, para informar os números de telefone das testemunhas de defesa acima citadas (arroladas à fl. 27), no prazo de 48hs.

3-Com a resposta, providencie-se o envio do link da audiência para os números de telefone das testemunhas indicadas.

4-Considerando o Provimento Conjunto n°_002/2021-CJRMB/CJCI, o qual estabelece o prazo de 30 (trinta) dias para que o juízo delibere sobre a destinação dos bens apreendidos, abro vista dos autos ao Ministério Público para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os bens que permanecem apreendidos e vinculados aos autos, quais sejam: 01 MACHADO, 03 FACÕES, 01 BICICLETA, 01 MOTOCICLETA (PLACA OXQ 3534) E 01 VEÍCULO CHEVROLET S10 (PLACA OVV 6594) - fl. 07 do IPL.

5-Intime-se os acusados para comparecimento presencial à sala de audiência desta Vara, com exceção do réu revel JOFRE ALVES DE LIMA FILHO.

6- Intime-se o Ministério Público, Defensoria Pública, Assistente de Acusação e Defesas Constituídas.

Cumpra-se e expeça-se o necessário.

Marabá/PA, 20 de outubro de 2021.

RENATA GUERREIRO MILHOMEM DE SOUZA

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca Marabá

PROCESSO: 0015994-90.2018.8.14.0028

DENUNCIADOS: IREMAR ARAUJO DE ALMEIDA e MAXIMO DE SOUZA OLIVEIRA

ADVOGADOS: GERLA SELTINHA SOUZA BENEVIDES OAB/PA 24.216

DESPACHO

1 ¿ REDESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia **02 DE JUNHO DE 2022, ÀS 12:00 HORAS, devendo a secretaria providenciar a intimação do MP e da advogada constituída, bem como a expedição de ofício para a apresentação das testemunhas RENATO REGINATTO MORET PEREIRA (PC), DOUGLAS COELHO DA PAIXÃO (PC) E MATHIAS DAMASCENO PINHO (ADEPARÁ)**.

2 ¿ Considerando a real possibilidade de realização do ato por meio de videoconferência ante o cenário de pandemia causada pelo coronavírus, a Defesa fica desde já intimada para informar, no prazo de 03 (três) dias, os telefones e e-mails dos acusados IREMAR ARAÚJO DE ALMEIDA e MAXIMO DE SOUZA OLIVEIRA e das testemunhas SILAS SOUZA MORAES, EDMILSON TAVARES DE SOUZA, GILBERLANE BASÍLIO DOS REIS E AUVIMAR OLIVEIRA DE SOUZA, sob pena de preclusão relativamente à oitiva das testemunhas.

3 ¿ Conquanto esteja em andamento o retorno das atividades presenciais, permanece a necessidade de reduzir as possibilidades de contágio pelo Corona vírus, notadamente ante a inexistência de tratamento comprovadamente eficaz ou vacina, razão pela qual as partes ficam desde já intimadas quanto à possibilidade de efetivação do ato por meio de videoconferência, através do aplicativo Microsoft Teams, conforme regulamentação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Cumpra-se.

Marabá, 10 de junho de 2021.

RENATA GUERREIRO MILHOMEM DE SOUZA

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Marabá/PA

PROCESSO: 0001385-17.2011.8.14.0028

DENUNCIADO: CLAUDIO LUIZ SEABRA SOARES DE MOURA

ADVOGADO: HELVIO HERBERT SOARES OAB/MA 12.801

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

1- A audiência designada para o dia 25.10.2021 não se efetivou em virtude do feriado estadual o que ensejou o não funcionamento do expediente forense.

2-Desta forma, designo nova data de audiência para o oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo para o acusado (fls. 77/78), para o dia **31 DE JANEIRO de 2022 às 11hs40min**, na sala de audiência da 1ª vara criminal desta comarca, por meio da plataforma virtual Microsoft Teams, oportunidade em que o denunciado poderá aceitar as condições, na presença do seu defensor, tudo nos termos do artigo 89 da Lei n. 9.099/95.

2- Considerando as informações prestadas pelo acusado às fls. 93, intimar o acusado pelos meios eletrônicos (e-mail e whatsapp), informados, quais sejam: (94) 98801-8162 e claudiolssmoura@hotmail.com e prestar as informações referente à audiência virtual, certificando nos autos.

3- Intime-se o advogado do acusado.

4- Ciência ao Ministério Público.

Marabá, 04 de novembro de 2021.

RENATA GUERREIRO MILHOMEM DE SOUZA

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Marabá

PROCESSO: 0007313-97.2019.8.14.0028

DENUNCIADO: VANILDO SANTOS SOUSA

ADVOGADO: ANTÔNIO LOPES FILHO OAB/PA 16267-A

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins e efeitos necessários que a audiência designada nos autos de n° **0007313-97.2019.8.14.00258**, em que figura como acusado VANILDO SANTOS SOUSA, não será realizada por ordem do Dr. MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS, juiz de Direito que responde pela 1ª Vara Criminal de Marabá-PA que está realizando cumulativamente audiências da 1ª e 2ª vara Criminal. De ordem, remarco a **audiência** para o dia **31.01.2022 às 10:40** horas. O referido é verdade e dou fé.

Marabá/PA, 13 de setembro de 2021.

PATRICIA FLORES LEÃO FERREIRA ALVES

Assessora da juíza da 1ª Vara Criminal de Marabá/PA

PROCESSO: 0013914-22.2019.8.14.0028

DENUNCIADO: GUSTAVO RAMOS DA SILVA e GENA FRANCO ARAUJO DA CRUZ

ADVOGADO: JOSÉ MÁRIO RANGEL FORATINI OAB/PA 15.284

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins e efeitos necessários que a audiência designada nos autos de n° **0013914-22.2019.8.14.00258**, em que figuram como acusados GUSTAVO RAMOS DA SILVA e GEAN FRANCO ARAÚJO DA CRUZ, não será realizada por ordem do Dr. MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS, juiz de Direito que responde pela 1ª Vara Criminal de Marabá-PA que está realizando cumulativamente audiências da 1ª e 2ª vara Criminal. De ordem, remarco a **audiência** para o dia **31.01.2022 às 10:30** horas. O referido é verdade e dou fé.

Marabá/PA, 13 de setembro de 2021.

PATRICIA FLORES LEÃO FERREIRA ALVES

Assessora da juíza 1ª Vara Criminal de Marabá/PA

SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

COMARCA DE MARABÁ - SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL

Jaconias Medeiros Silva - Diretor de Secretaria

I N T I M A Ç Ã O

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Marcelo Andrei Simão Santos, Juiz(a) de Direito e Titular da 2ª Vara da comarca de Marabá, no uso de suas atribuições legais, etc...

Por meio deste fica(m) INTIMADO(S) o(s) advogado(a)(s): DR. MAGDENBERG SOARES TEIXEIRA, OAB/PA 30.971.

Para que que no prazo de 10 (dez) dias apresente RESPOSTA ESCRITA, na ação penal 0008039-37.2020.814.0028, movida contra UESLEI DOS SANTOS NASCIMENTO.

C U M P R A - S E. Dado e passado nesta cidade e comarca de Marabá(Pa), dia 17 de agosto de 2021. Eu, Jaconias Medeiros Silva, Diretor de Secretaria, o digitei e assino de ordem do MM. Juiz de Direito.

Jaconias Medeiros Silva

Diretor de Secretaria da 2ª Vara Criminal

COMARCA DE SANTARÉM

UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CRIMINAL

Processo n° 0009288-85.2019.8.14.0051

Denunciado (s): FRANCINEY SOUSA DE OLIVEIRA

PATRONOS: ALINE MAYARA CARVALHO LAZARINI, OAB/PA: 22.423; ALEX BRUNO BARRETO SILVA, OAB/PA 26.998

1- Considerando manifestação ministerial de fl.57-61, determino que sejam apensados ao presente processo os autos de nº 0009270-64.2019.8.14.0051 e nº 0009321-75.2019.8.14.0051. 2- Após, observando que se encontram, em tese, presentes os requisitos para o Acordo de Não Persecução Penal, designa-se audiência extraordinária, para o dia 22/02/2022 às 09:00 horas. 3 - Intime (m) -se o (s) acusado (s). Santarém,27 de setembro de 2021. ALEXANDRE RIZZI Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal Comarca de Santarém

Processo n° 0016096-61.2018.8.14.0051

Tipificação: art. 168, Caput do CPB

PATRONO: NELMA BENTES DA SILVA, OAB/PA: 9502

Indiciado: Felix Bastista Carvalho

Partindo da natureza do delito imputado no presente caso e do quantum da pena mínima prevista, vislumbro que o indigitado poderá fazer jus ao benefício do Acordo de Não Persecução Penal (art. 28-A Lei 13.964/2019), motivos pelos quais: a) Designo audiência específica para o dia 22/02/2022 às 08:45 horas, a fim de oportunizar ao Ministério Público oferecimento de proposta de acordo, se preenchidos os requisitos legais; b) Intime-se o acusado, que deverá comparecer ao ato processual acompanhado de seu advogado. Na ausência de patrono constituído, nomeio desde já Defensor Público vinculado a esta Vara Criminal para atuação no feito; c) Homologado o Acordo de Não Persecução Penal, determino que os expedientes voltados à fiscalização e ao cumprimento das medidas sejam autuados em apenso, a partir da juntada de cópia da presente decisão; d) Em caso de homologação do acordo ou verificado o seu descumprimento, certifique-se e voltem os autos conclusos; e) Expeça-se o necessário. Santarém/PA, 17 de setembro de 2021. ROMULO NOGUEIRA DE BRITO JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA 1ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM COMARCA SANTARÉM

UPJ DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM

RESENHA: 08/11/2021 A 08/11/2021 - GABINETE DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR DE SANTAREM - VARA: VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR - MULHER DE SANTAREM

P R O C E S S O : 0 0 0 9 2 8 3 6 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:FERDINANDO PEREIRA PAULA VITIMA:J. M. S. . (...) Ante todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal deduzida na peÃ§a acusatÃ³ria, razÃ£o pela qual ABSOLVO o rÃ©u FERDINANDO PEREIRA PALMA, da acusaÃ§Ã£o de cometimento do delito previsto no art. 129, Â§ 9Âº do CPB, que lhe fora imputado, fundamentando a absolviÃ§Ã£o no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento de custas, ante o patrocÃnio da Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publicada em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m - ParÃ¡, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â RAFAEL GREHS Â Â Â Â Â Juiz de Direito respondendo pela Vara do Juizado da ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher de SantarÃ©m-PA. Lida a sentenÃ§a em audiÃªncia, MP e Defesa manifestaram renÃºncia ao prazo recursal. DeliberaÃ§Ã£o: Diante do transito em julgado nesta data, cumpra-se e arquive-se. Â Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi. Este termo foi integralmente lido disponibilizado sem correÃ§Ãµes e nem requerimentos pelas partes participantes virtualmente, as quais dispensaram as suas assinaturas, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI. FORÃM DE SANTARÃMÂ EndereÃ§o: Avenida MendonÃ§a Furtado, S/N, Bairro Liberdade, CEP 68.040-050 Telefone: 093 3064-9222Â WhatsApp: 091 99124-8667Â E-mail: mulhersantarÃ©m@tjpa.jus.br

P R O C E S S O : 0 0 1 1 8 8 7 9 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:CLENILSON REGO VIANA VITIMA:S. P. S. . (...) Â Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. (...)Â Â Â Â Â Â Ante todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal deduzida na peÃ§a acusatÃ³ria, razÃ£o pela qual ABSOLVO o rÃ©u CLENILSON REGO VIANA, da acusaÃ§Ã£o de cometimento do delito previsto no art. 129, Â§ 9Âº do CPB, que lhe fora imputado, fundamentando a absolviÃ§Ã£o no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento de custas, ante o patrocÃnio da Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publicada em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m - ParÃ¡, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â RAFAEL GREHS Â Â Â Â Â Juiz de Direito respondendo pela Vara do Juizado da ViolÃªncia DomÃ©stica e Â Â Â Â Â Familiar contra a Mulher de SantarÃ©m-PA. Lida a sentenÃ§a em audiÃªncia, MP e Defesa manifestaram renÃºncia ao prazo recursal. DeliberaÃ§Ã£o: Diante do transito em julgado nesta data, cumpra-se e arquive-se. Â Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi. Este termo foi integralmente lido disponibilizado sem correÃ§Ãµes e nem requerimentos pelas partes participantes virtualmente, as quais dispensaram as suas assinaturas, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI. FORÃM DE SANTARÃMÂ EndereÃ§o: Avenida MendonÃ§a Furtado, S/N, Bairro Liberdade, CEP 68.040-050 Telefone: 093 3064-9222Â WhatsApp: 091 99124-8667Â E-mail: mulhersantarÃ©m@tjpa.jus.br

P R O C E S S O : 0 0 1 2 7 8 7 1 4 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:ALEX LOBATO COSTA VITIMA:G. R. O. . (...) DELIBERAÃÃES FINAIS EM AUDIÃNCIA: 1.Â Â Â Â Â Uma vez encerrada a instruÃ§Ã£o processual penal, remetam-se os autos conclusos ao gabinete para sentenÃ§a. 2.Â Â Â Â Â Cumpra-se. RAFAEL GREHS Juiz de Direito respondendo pela Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica da Comarca de SantarÃ©m Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi. Este termo foi integralmente lido disponibilizado, sem correÃ§Ãµes e nem requerimentos pelas partes, as quais dispensaram as suas assinaturas, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI. FORÃM DE SANTARÃMÂ EndereÃ§o: Avenida MendonÃ§a Furtado, S/N, Bairro Liberdade, CEP 68.040-050 Telefone: 093 3064-9222Â WhatsApp: 091 99124-8667Â E-mail: mulhersantarÃ©m@tjpa.jus.br

P R O C E S S O : 0 0 1 7 7 8 1 8 5 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:J. C. S. VITIMA:D. C. S. . (...) DELIBERAÃÃES FINAIS EM AUDIÃNCIA: 1.Â Â Â Â Â Designo a data de 09/02/2022, Ã s 10h30min, para continuaÃ§Ã£o da audiÃªncia, a fim de que sejam ouvidas as testemunhas remanescentes e o acusado, na sala de audiÃªncias da Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica de SantarÃ©m; 2.Â Â Â Â Â Renovem-se as diligÃªncias para intimaÃ§Ã£o da testemunha JosuÃ© CorrÃªa da Silva, no mesmo endereÃ§o onde foi anteriormente intimado; 3.Â Â Â Â Â Intime-se a testemunha Daniel CorrÃªa da Silva, no endereÃ§o por ele fornecido (Rua 09, Quadra 09, nÂ° 1.728, bairro Bela Vista do JuÃ¡); Tel. (93) 99166-6810. 4.Â Â Â Â Â Ciente o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defensoria PÃºblica. 5.Â Â Â Â Â Ciente o acusado, devidamente intimado em audiÃªncia. 6.Â Â Â Â Â Cumpra-se. RAFAEL GREHS Juiz de Direito respondendo pela Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica de SantarÃ©m Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi. Este termo foi integralmente lido disponibilizado, sem correÃ§Ãµes e nem requerimentos pelas partes, as quais dispensaram as suas assinaturas, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI. FORÃM DE SANTARÃMÂ EndereÃ§o: Avenida MendonÃ§a Furtado, S/N, Bairro Liberdade, CEP 68.040-050 Telefone: 093 3064-9222Â WhatsApp: 091 99124-8667Â E-mail: mulhersantarÃ©m@tjpa.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇ¿O DE AUDIÊNCIA

Processo: 0012032-53.2019.8.14.0051

Aç¿o: Decorrente de Violência Doméstica

Réu: EDUARDO DE SOUSA LEDA, ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E N¿O SABIDO.

EDITAL DE INTIMAÇ¿O

DR, RAFAEL GREHS, JUÍZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇ¿ES LEGAIS, ETC.

FINALIDADE: Intimar o réu acima qualificado para que participe da audiência de **instruç¿o e julgamento** acima designada, que se realizará **em formato virtual, por meio de videoconferência, no dia 06.12.2021, às 10:00 H, através** da ferramenta Microsoft Teams, à qual pessoa a ser intimada poderá ter acesso por meio de smartphone, computador ou tablet, desde que estes equipamentos possuam **câmera, microfone e acesso à internet**.

O acesso à audiência poderá ser realizado através do link que segue, podendo ser digitado no navegador da plataforma escolhida: encurtador.com.br/ckENQ

Secretaria da Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, em 08 de novembro de 2021.

RAFAEL GREHS

JUÍZ DE DIREITO

COMARCA DE ALTAMIRA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA

ATO ORDINATÓRIO-INTIMAÇÃO CÍVEL

Processo nº 0000141-08.2021.814.0005

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

REQUERENTE: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S/A

ADVOGADO: RODRIGO PORTO LAUAND, OAB/SP N. 126.258

REQUERIDO: MAXXI AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA

Conforme os termos do Provimento n.º 006/2009-CJCI e Provimento n.º 006/2006-CJRMB, no seu Artigo 1º, Inciso XI, fica intimado a parte autora, AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S/A, através de seu advogado, RODRIGO PORTO LAUAND, OAB/SP N. 126.258, para no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o recolhimento das custas intermediárias.

Altamira-PA., 09 de novembro de 2021.

Antonio Ronaldo da Silva Queiroz

Atendente Judiciário ¿ Mat. 957/TJPA

Prov. 008/2014-CJRMB

ATO ORDINATÓRIO

INTIMAÇÃO CÍVEL

Ação de Cobrança Securitária - Proc. nº 0002806-02.2018.814.0005
Requerente : WALLAS VAZ DA SILVA

Advogado : WALLON RAFAEL DA SILVA COSTA, OAB/PA N. 18.255-B

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Advogado: LUANA SILVA SANTOS, OAB/PA n. 16.292 e MARILIA DIAS ANDRADE, OAB/PA n. 14.351

Considerando as disposições contidas no Artigo 3º, § 8º, da Lei nº 8.328/2015 e Provimento nº 006/2006-CJRMB e nº 006/2009-CJCI do TJE/PA, fica intimada a requerida SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, através de seus advogados, LUANA SILVA SANTOS, OAB/PA n.

16.292 e MARILIA DIAS ANDRADE, OAB/PA n. 14.351, para que efetuem o recolhimento das custas finais pendentes.

Altamira-PA, 09 de novembro de 2021.

Antonio Ronaldo da Silva Queiroz

Atendente Judiciário ¿ Mat. 957- Prov. 008/2014-CJRMB

Comarca de Altamira

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA

RESENHA: 22/10/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA

PROCESSO: 00015652720178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Procedimento Sumário em: 05/11/2021---REQUERENTE:CLAUDIO FARIAS PIO JUNIOR Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DE SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo: 00001565-27.2017.8.14.0005 AÃ§Ã£o de CobranÃ§a de Seguro - DPVAT Requerente: CLAUDIO FARIAS PIO JUNIOR Requerido: SEGURADORA LÃDER DE CONSÃ¿RCIO DO SEGURO DPVAT Â SENTENÃ¿A 1.Â Â Â Â Â RelatÃ³rio Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CLAUDIO FARIAS PIO JUNIOR, atravÃ©s de advogado regularmente constituÃ-do, ajuizou aÃ§Ã£o de cobranÃ§a de seguro obrigatÃ³rio - DPVAT - em face de Seguradora LÃ-der dos ConsÃ³rcios de Seguro DPVAT. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alegou, em sÃ-ntese, que foi vÃ-tima de acidente de trÃ¢nsito, causado por veÃ-culo automotor, fato ocorrido em 17/06/2016. Informou que, em razÃ£o do ocorrido, sofreu fratura no joelho esquerdo e na mÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o pedido colacionou documentos em cÃ³pias, dentre os quais, o Boletim de OcorrÃªncia, Protocolo de Primeiro Atendimento e documentos pessoais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz ainda que recebeu administrativamente o pagamento do seguro, no valor de R$ 843,00 (oitocentos e quarenta e trÃªs reais e setenta e cinco centavos), porÃ©m nÃ£o teria recebido a totalidade do pagamento referente a indenizaÃ§Ã£o do seguro DPVAT a que teria direito. Pleiteia, assim, a procedÃªncia da aÃ§Ã£o, para que a requerida seja condenada ao pagamento do seguro, no valor de R$ 12.657,00 (doze mil, seiscentos e cinquenta e sete reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebido o feito, foi deferida a gratuidade e designada realizaÃ§Ã£o de exame pericial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerida apresentou contestaÃ§Ã£o, alegando, preliminarmente, a divergÃªncia de assinatura do requerente na procuraÃ§Ã£o, no BO e no RG. No mÃ©rito, refutou o pedido autoral (fls. 53/66). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo pericial Ã fl. 100/101. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunizado as partes a se manifestarem acerca do laudo pericial, bem como indicarem as provas as quais pretendem produzir, a requerida se manifestou Ã s fls. 107/111 e o requerente nÃ£o se manifestou, conforme certidÃ£o de fls.113. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Fundamentos Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.1. Das Preliminares a)Â Â Â Â Â Da divergÃªncia na assinaturaÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega a requerida a existÃªncia de divergÃªncia de assinatura na procuraÃ§Ã£o, no B.O e no documento de identificaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre esclarecer que a Lei nÃ£o faz qualquer exigÃªncia a respeito do reconhecimento de firma de procuraÃ§Ã£o ad judicia e o rÃ©u sequer suscitou a existÃªncia de fraude ou mÃ¡-fÃ© do autor, demonstrando apenas mera desconfianÃ§a/suspeita quanto a alteraÃ§Ã£o do padrÃ£o grÃ¡fico da assinatura do autor na procuraÃ§Ã£o e demais documentos que acompanham a inicial, sem maiores especificaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo rejeito referida preliminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.2. Do mÃ©rito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 355 do CPC, em seu inciso I, estabelece a conveniÃªncia do julgamento antecipado da lide, quando nÃ£o houver necessidade de produzir outras provas. O caso em tela, estÃ¡ apto para ser dirimido, nÃ£o hÃ¡ motivos razoÃ¡veis para delongar a sua resoluÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o estÃ£o presentes. NÃ£o hÃ¡ nulidade a declarar de ofÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o buscando o recebimento do valor do seguro obrigatÃ³rio DPVAT. O autor asseverou ter sofrido acidente de trÃ¢nsito que lhe deixou com debilidade permanente, por isso, reclamou o pagamento da cobertura do seguro, em valor equivalente ao que Ã© pago para os casos de lesÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O DPVAT (Danos Pessoais Causados por VeÃ-culos Automotores de Via Terrestres) Ã© um seguro obrigatÃ³rio contra danos pessoais causados por veÃ-culos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas, transportadas ou nÃ£o. Qualquer pessoa que sofrer danos pessoais causados por um veÃ-culo automotor, ou por sua carga, em vias terrestres, tem direito a receber a indenizaÃ§Ã£o do DPVAT. Isso abrange motoristas, passageiros, pedestres ou, em caso de morte, seus respectivos herdeiros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pagamento da indenizaÃ§Ã£o serÃ¡ efetuado mediante simples prova do acidente e do dano dele decorrente, nos termos do art. 5Âº Lei nÂº 6.194/74, alterada pela Lei nÂº 8.441/92 e Lei 11.482/07: Â¿Art. 5Âº O pagamento da indenizaÃ§Ã£o serÃ¡ efetuado mediante simples prova do acidente e do dano

decorrente, independentemente da existÃªncia de culpa, haja ou nÃ£o resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguradoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, ao analisar o conteÃºdo dos documentos colacionados aos autos, notadamente o laudo mÃ©dico, denota-se indicativo de que o(a) autor(a) tenha sofrido lesÃ£o no punho direito, na proporÃ§Ã£o de 25%, leve (fls. 71). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Noutro giro, segundo o laudo pericial, o evento ocorrido no dia 17/06/2016, resultou lesÃ£o no punho direito, na proporÃ§Ã£o de 50%, mÃ©dia (fls.100/101). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Para surgir o dever de indenizar por parte da Seguradora, Ã© necessÃ¡rio que se comprove o acidente, o dano decorrente, o nexo de causalidade e a qualidade de beneficiÃ¡rio do seguro. Compulsando os autos, constato presentes os requisitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que foi comprovado atravÃ©s da documentaÃ§Ã£o juntada aos autos, o nexo causal, confirmando que a parte requerente sofreu lesÃµes e que elas foram decorrentes de um acidente de trÃ¢nsito, conforme atesta os seguintes documentos: Boletim de OcorrÃªncia Policial (fls. 16), Atendimento Hospitalar (fls. 13/15) bem como laudo pericial (fls. 100/101), estando assim presentes os documentos necessÃ¡rios para o recebimento do seguro.Â Dessa forma, os documentos apresentados sÃ£o suficientes para comprovar as lesÃµes e o nexo de causalidade, sendo a parte autora parte legÃ-tima para requerer o seguro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, constata-se que a responsabilidade da seguradora Ã© objetiva e, por consecutivo, independe de culpa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso vertente, o laudo pericial realizado no curso processual concluiu pela existÃªncia de debilidade parcial incompleta, com dano funcional permanente que compromete parte do segmento corporal do autor, qual seja: lesÃ£o no punho direito, em grau de 50% (cinquenta por cento) mÃ©dia. No caso vertente, o laudo pericial realizado no curso processual concluiu pela existÃªncia de debilidade permanente, com lesÃ£o no punho direito, em grau de 50% (cinquenta por cento) mÃ©dia. Logo quanto Ã referida lesÃ£o, o autor faz jus Ã indenizaÃ§Ã£o no montante de R$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), nos termos da tabela instituÃ-da pela Lei 11.945/2009, que modificou os artigos 3Âº e 5Âº da Lei 6.194/74. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contudo, no caso em exame, jÃ¡ houve o pagamento administrativo no valor R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e trÃªs reais e setenta e cinco centavos), correspondente ao grau da lesÃ£o sofrida pela parte requente, confirmada mediante laudo pericial. Desse modo, deve-se proceder ao pagamento da indenizaÃ§Ã£o por invalidez parcial, Ã tÃ-tulo de complementaÃ§Ã£o, o montante de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e trÃªs reais e setenta e cinco centavos), nos termos acima citado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A correÃ§Ã£o monetÃ¡ria deve incidir desde a data do evento danoso, de acordo com a SÃºmula 580 do STJ:"A correÃ§Ã£o monetÃ¡ria nas indenizaÃ§Ãµes de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parÃ¡grafo 7Âº do artigo 5Âº da Lei 6.194/74, redaÃ§Ã£o dada pela Lei11.482/07, incide desde a data do evento danoso". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, em se tratando de cobranÃ§a do seguro obrigatÃ³rio - DPVAT -, os juros de mora sÃ£o de 1% ao mÃªs, devem ser contados da citaÃ§Ã£o, a teor da SÃºmula 426 do STJ: Os juros de mora na indenizaÃ§Ã£o do seguro DPVAT fluem a partir da citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Dispositivo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral para CONDENAR a requerida ao pagamento de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e trÃªs reais e setenta e cinco centavos), que devem ser corrigidos pelo INPC a partir da data do efetivo prejuÃ-zo, ou seja, da data do acidente (sÃºmula n. 580 do STJ), e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mÃªs, a contar da data da citaÃ§Ã£o, consoante sÃºmula 426 do STJ, e, com arrimo no artigo 487, I, do CPC/2015 extingo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando os fundamentos do art. 82, Â§ 2Â° do CPC/2015, arbitro os honorÃ¡rios advocatÃ-cios em 10% do valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a requerida nas despesas e custas processuais, devendo ser expedida a devida certidÃ£o para inclusÃ£o do mesmo em dÃ-vida ativa, em caso de inadimplemento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s trÂ¢nsito em julgado, desentranhe-se os documentos pessoais, caso haja pedido neste sentido. Em seguida, nada mais havendo, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira/PA, 04 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES SODRÃ¿ JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira/PA. 08

PROCESSO: 00016057220188140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021---REQUERENTE:OLI BRANDA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 22049 - JOSIANE LUISA DE ARAUJO BARRENECHE (ADVOGADO) OAB 54738 - DAIANE MORAES LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo: 00001605-72.2018.8.14.0005 AÃ§Ã£o de

CobranÃ§a de Seguro - DPVAT Requerente: OLI BRANDA Requerido: SEGURADORA LÃDER DE CONSÃ¿RCIO DO SEGURO DPVAT Â SENTENÃ¿A 1.Â Â Â Â Â RelatÃ³rio Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â OLI BRANDA, atravÃ©s de advogado regularmente constituÃ-do, ajuizou aÃ§Ã£o de cobranÃ§a de seguro obrigatÃ³rio - DPVAT - em face de Seguradora LÃ-der dos ConsÃ³rcios de Seguro DPVAT. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alegou, em sÃ-ntese, que foi vÃ-tima de acidente de trÃ¢nsito, causado por veÃ-culo automotor, fato ocorrido em 11/01/2016. Informou que, em razÃ£o do ocorrido, sofreu fratura do punho direito e escoriaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o pedido colacionou documentos em cÃ³pias, dentre os quais, o Boletim de OcorrÃªncia, Protocolo de Primeiro Atendimento e documentos pessoais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz ainda que recebeu administrativamente o pagamento do seguro, no valor de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), porÃ©m nÃ£o teria recebido a totalidade do pagamento referente a indenizaÃ§Ã£o do seguro DPVAT a que teria direito. Pleiteia, assim, a procedÃªncia da aÃ§Ã£o, para que a requerida seja condenada ao pagamento do seguro, no valor de R$ 11.137,75 (onze mil, cento e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebido o feito, foi deferida a gratuidade e designada realizaÃ§Ã£o de exame pericial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerida apresentou contestaÃ§Ã£o, alegando, preliminarmente, impugnaÃ§Ã£o ao Boletim de OcorrÃªncia e carÃªncia no interesse de agir, em razÃ£o do pagamento na esfera administrativa. No mÃ©rito, refutou o pedido autoral (fls. 39/60). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo pericial Ã fl. 80. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunizado as partes a se manifestarem acerca do laudo pericial, bem como indicarem as provas as quais pretendem produzir, a requerida se manifestou Ã s fls. 83/85 e o requerente nÃ£o se manifestou, conforme certidÃ£o de fls.86. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Passo a decidir. 2.Â Â Â Â Â Fundamentos Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.1. Das Preliminares Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) ImpugnaÃ§Ã£o ao Boletim de OcorrÃªncia Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta a requerida que a parte autora juntou aos autos boletim de ocorrÃªncia nÃ£o assinado pela autoridade competente, ou seja, Delegado de PolÃ-cia. Desta forma, resta patente a dificuldade de identificaÃ§Ã£o real da vÃ-tima, local do sinistro, data do acidente, e outras informaÃ§Ãµes imprescindÃ-veis para configurar a veracidade do relatado pela parte autora. Desta forma, Ã© inequÃ-voco o vÃ-cio presente, nÃ£o conseguindo a parte autora, com a juntada deste documento, provar a veracidade e, principalmente, a autenticidade do ocorrido, tornando, assim, inepta sua petiÃ§Ã£o inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem razÃ£o, a requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o Boletim de OcorrÃªncia Policial anexado Ã inicial, muito embora constitua apenas um indÃ-cio de prova quanto aos supostos danos, ao menos tem valor como registro fÃ¡tico do sinistro referido pelo(a) autor(a). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a elaboraÃ§Ã£o de Boletim de OcorrÃªncia realizado de forma unilateral nÃ£o afasta, por si sÃ³, o direito de a parte receber o seguro, se o sinistro, o dano e o nexo de causalidade puderem ser constatados por outros meios de prova. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, os documentos colacionados aos autos, quando do ajuizamento da demanda, juntamente com a perÃ-cia judicial realizada no curso da lide, sÃ£o suficientes para demonstrar o nexo de causalidade entre o acidente de trÃ¢nsito e as lesÃµes sofridas pela parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, rejeito a preliminar suscitada. Â Â Â Â Â b) Da preliminar de carÃªncia de interesse de agir em razÃ£o do pagamento administrativo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante tenha ocorrido o pagamento de valores na via administrativa, Ã© assegurado Ã vÃ-tima de acidente pleitear em juÃ-zo a sua complementaÃ§Ã£o, haja vista que poderÃ¡ produzir provas de eventuais lesÃµes ou limitaÃ§Ãµes nÃ£o aferidas pela Seguradora, sob o crivo do contraditÃ³rio e ampla defesa, nÃ£o havendo falar em ausÃªncia de interesse de agir. Ademais, averiguando-se que o autor jÃ¡ fora indenizado nos limites das lesÃµes sofridas, o julgamento de improcedÃªncia com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito Ã© o que se impÃµe, e nÃ£o a extinÃ§Ã£o prematura do processo.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.2. Do mÃ©rito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 355 do CPC, em seu inciso I, estabelece a conveniÃªncia do julgamento antecipado da lide, quando nÃ£o houver necessidade de produzir outras provas. O caso em tela, estÃ¡ apto para ser dirimido, nÃ£o hÃ¡ motivos razoÃ¡veis para delongar a sua resoluÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o estÃ£o presentes. NÃ£o hÃ¡ nulidade a declarar de ofÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o buscando o recebimento do valor do seguro obrigatÃ³rio DPVAT. O autor asseverou ter sofrido acidente de trÃ¢nsito que lhe deixou com debilidade permanente, por isso, reclamou o pagamento da cobertura do seguro, em valor equivalente ao que Ã© pago para os casos de lesÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O DPVAT (Danos Pessoais Causados por VeÃ-culos Automotores de Via Terrestres) Ã© um seguro obrigatÃ³rio contra danos pessoais causados por veÃ-culos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas, transportadas ou nÃ£o. Qualquer pessoa que sofrer danos pessoais causados por um veÃ-culo automotor, ou por sua carga, em vias terrestres, tem direito a receber a indenizaÃ§Ã£o do DPVAT. Isso abrange motoristas, passageiros, pedestres ou, em caso de morte, seus respectivos herdeiros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pagamento da indenizaÃ§Ã£o serÃ¡ efetuado mediante simples prova do acidente e do dano dele

decorrente, nos termos do art. 5Âº Lei nÂº 6.194/74, alterada pela Lei nÂº 8.441/92 e Lei 11.482/07: Â¿Art. 5Âº O pagamento da indenizaÃ§Ã£o serÃ¡ efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existÃªncia de culpa, haja ou nÃ£o resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguradoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, ao analisar o conteÃºdo dos documentos colacionados aos autos, notadamente o laudo mÃ©dico, denota-se indicativo de que o(a) autor(a) tenha sofrido fratura do rÃ¡dio direito, na proporÃ§Ã£o de 25%, leve (fls. 65). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Noutro giro, segundo o laudo pericial, o evento ocorrido no dia 11/01/2016, resultou lesÃ£o no membro superior direito, na proporÃ§Ã£o de 50%, mÃ©dia (fls.80). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Para surgir o dever de indenizar por parte da Seguradora, Ã© necessÃ¡rio que se comprove o acidente, o dano decorrente, o nexo de causalidade e a qualidade de beneficiÃ¡rio do seguro. Compulsando os autos, constato presentes os requisitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que foi comprovado atravÃ©s da documentaÃ§Ã£o juntada aos autos, o nexo causal, confirmando que a parte requerente sofreu lesÃµes e que elas foram decorrentes de um acidente de trÃ¢nsito, conforme atesta os seguintes documentos: Boletim de OcorrÃªncia Policial (fls. 14), Atendimento Hospitalar (fls. 16 e 18/22) bem como laudo pericial (fls. 80), estando assim presentes os documentos necessÃ¡rios para o recebimento do seguro.Â Dessa forma, os documentos apresentados sÃ£o suficientes para comprovar as lesÃµes e o nexo de causalidade, sendo a parte autora parte legÃ-tima para requerer o seguro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, constata-se que a responsabilidade da seguradora Ã© objetiva e, por consecutivo, independe de culpa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso vertente, o laudo pericial realizado no curso processual concluiu pela existÃªncia de debilidade parcial incompleta, com dano funcional permanente que compromete parte do segmento corporal do autor, qual seja lesÃ£o no membro superior direito, na proporÃ§Ã£o de 50%, mÃ©dia. No caso vertente, o laudo pericial realizado no curso processual concluiu pela existÃªncia de debilidade permanente, com lesÃ£o no membro superior direito, na proporÃ§Ã£o de 50%, mÃ©dia. Logo quanto Ã referida lesÃ£o, o autor faz jus Ã indenizaÃ§Ã£o no montante de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), nos termos da tabela instituÃ-da pela Lei 11.945/2009, que modificou os artigos 3Âº e 5Âº da Lei 6.194/74. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contudo, no caso em exame, jÃ¡ houve o pagamento administrativo no valor R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), correspondente ao grau da lesÃ£o sofrida pela parte requente, confirmada mediante laudo pericial. Desse modo, deve-se proceder ao pagamento da indenizaÃ§Ã£o por invalidez parcial, Ã tÃ-tulo de complementaÃ§Ã£o, o montante de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), nos termos acima citado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A correÃ§Ã£o monetÃ¡ria deve incidir desde a data do evento danoso, de acordo com a SÃºmula 580 do STJ:"A correÃ§Ã£o monetÃ¡ria nas indenizaÃ§Ãµes de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parÃ¡grafo 7Âº do artigo 5Âº da Lei 6.194/74, redaÃ§Ã£o dada pela Lei11.482/07, incide desde a data do evento danoso". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, em se tratando de cobranÃ§a do seguro obrigatÃ³rio - DPVAT -, os juros de mora sÃ£o de 1% ao mÃªs, devem ser contados da citaÃ§Ã£o, a teor da SÃºmula 426 do STJ: Os juros de mora na indenizaÃ§Ã£o do seguro DPVAT fluem a partir da citaÃ§Ã£o. 3.Â Â Â Â Â Dispositivo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral para CONDENAR a requerida ao pagamento de R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), que devem ser corrigidos pelo INPC a partir da data do efetivo prejuÃ-zo, ou seja, da data do acidente (sÃºmula n. 580 do STJ), e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mÃªs, a contar da data da citaÃ§Ã£o, consoante sÃºmula 426 do STJ, e, com arrimo no artigo 487, I, do CPC/2015 extingo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando os fundamentos do art. 82, Â§ 2Â° do CPC/2015, arbitro os honorÃ¡rios advocatÃ-cios em 10% do valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a requerida nas despesas e custas processuais, devendo ser expedida a devida certidÃ£o para inclusÃ£o do mesmo em dÃ-vida ativa, em caso de inadimplemento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s trÃ¢nsito em julgado, desentranhe-se os documentos pessoais, caso haja pedido neste sentido. Em seguida, nada mais havendo, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira/PA, 04 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES SODRÃ¿ JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira/PA. 08

PROCESSO: 00017708920088140005 PROCESSO ANTIGO: 200810011136 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Petição Cível em: 05/11/2021---REQUERIDO:MARIA ELIZABETE SOARES DO NASCIMENTO Representante(s): PAULINO BARROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERENTE:NISSAN MOTORS DO BRASIL REQUERENTE:SAMAUMA VEICULOS LTDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA - 2Âª VARA CÃVEL Processo nÂº: 0001770-89.2008.8.14.0005 SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os

autos de AÃ§Ã£o de ImpugnaÃ§Ã£o em que Ã© requerente NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA, em face de MARIA ELIZABETH SOARES DO NASCIMENTO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o do requerente para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o e arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contudo, o requerente intimado por meio de seu advogado, nÃ£o se manifestou, conforme certidÃ£o de fls. 37. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto Posto, considerando que o requerente nÃ£o se manifesta hÃ¡ mais de 02 (dois) anos, impÃµe-se a extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito diante a falta de interesse na aÃ§Ã£o, com fulcro no art. 485, inciso VI, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo requerente. Â P.R.I.C. Â Altamira/PA, 04 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES SODRÃ¿Â JuÃ-za de Direito, Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e EmpresarialÂ da Comarca de Altamira Â 04 PROCESSO: 00033213920108140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Usucapião em: 05/11/2021---REQUERENTE:JOSILENE FRANCISCA SOARES DE SOUZA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA - 2Âª VARA CÃVEL / Autos nÂº: 0003321-39.2010.0005 AÃ§Ã£o: USUCAPIÃ¿O Requerente: JOSILENE FRANCISCA SOARES DE SOUZAÂ Requerido: IVAN SILVEIRA DE ALMEIDAÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SENTENÃ¿A Â Tratam os autos de AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o, em que Ã© requerente JOSILENE FRANCISCA SOARES DE SOUZA, devidamente qualificada nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da requerente para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, contudo, nÃ£o foi possÃ-vel encontra-la no endereÃ§o informado na inicial, conforme certidÃ£o de fl. 52. Â Ã¿ o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, mister registrar que Ã© dever das partes manter o endereÃ§o atualizado, tendo como realizado o ato endereÃ§ado ao local informado nos autos, ainda que a parte tenha se mudado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil, dispÃµe que o processo serÃ¡ extinto sem julgamento do mÃ©rito quando o autor abandonar a causa por mais de trinta dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifica-se, destarte, que hÃ¡ falta de interesse da autora na continuaÃ§Ã£o do processo, configurando carÃªncia superveniente do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme leciona Humberto Theodoro JÃºnior: Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz nÃ£o estÃ¡ jungido a aguardar a provocaÃ§Ã£o de interessado para extinguir a relaÃ§Ã£o processual abandonada pela parte. Verificada a paralisaÃ§Ã£o por culpa dos litigantes, de ofÃ-cio serÃ¡ determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo Â§ 1Âº do art. 267. E, nÃ£o sanada a falta, decretarÃ¡ a extinÃ§Ã£o, mesmo sem postulaÃ§Ã£o do interessado ou do MinistÃ©rio PÃºblico. (In Curso de Direito Processual Civil, 15Âª ed, Forense, pg. 308). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, diante do desinteresse da parte autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofÃ-cio, apÃ³s as providÃªncias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e arquivamento do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: PROCESSO CIVIL - AUSÃ¿NCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÃ¿RCIA DA PARTE AUTORA - 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligÃªncias que lhe competia, Ã© causa de extinÃ§Â¿o do processo sem ResoluÃ§Â¿o de mÃ©rito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. ApelaÃ§Â¿o da parte autora desprovida. (TRF 3Âª R. - AC 2001.03.99.047356-0 - (736217) - 10Âª T. - Rel. Des. Fed. GalvÂ¿o Miranda - DJU 11.10.2006 - p. 691). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depreende-se do artigo 106, inciso II e do art. 274, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC, que compete Ã s partes declinarem os seus endereÃ§os no processo a fim de que possam receber as intimaÃ§Ãµes. Ambos os dispositivos, fazem alusÃ£o a necessidade da parte informar qualquer mudanÃ§a de endereÃ§o, ainda que seja temporÃ¡ria ou definitiva, veja-se: Art. 106. Quando postular em causa prÃ³pria, incumbe ao advogado: I - declarar, na petiÃ§Ã£o inicial ou na contestaÃ§Ã£o, o endereÃ§o, seu nÃºmero de inscriÃ§Ã£o na Ordem dos Advogados do Brasil e o nome da sociedade de advogados da qual participa, para o recebimento de intimaÃ§Ãµes; II - comunicar ao juÃ-zo qualquer mudanÃ§a de endereÃ§o. Art. 274. Omissis ParÃ¡grafo Ãºnico. Presumem-se vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante dos autos, ainda que nÃ£o recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva nÃ£o tiver sido devidamente comunicada ao juÃ-zo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondÃªncia no primitivo endereÃ§o. (Grifo nosso) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a esse ponto a jurisprudÃªncia Ã© pacÃ-fica, vejamos o julgado do Tribunal de JustiÃ§a do Distrito Federal e TerritÃ³rios: EMENTA: PROCESSO CIVIL. BUSCA E APREENSÂ¿O. EXTINÃ¿Â¿O DO FEITO SEM RESOLUÃ¿Â¿O DE MÃ¿RITO. ART. 267, INC. III, DO CPC. ABANDONO DO PROCESSO. EXISTÃ¿NCIA DE INTIMAÃ¿Â¿O PRÃ¿VIA DA ADVOGADA CONSTITUÃDA. INTIMAÃ¿Â¿O PESSOAL

VÃLIDA. SENTENÃ¿A MANTIDA. 1. Verificando-se que a parte autora, bem como a sua patrona, foram devidamente intimadas para dar andamento ao feito, sob pena de extinÃ§Ã£o, porÃ©m, mantiveram-se inertes, acertada a extinÃ§Ã£o do processo com base no art. 267, inc. III, do CPC. 2. Nos termos do art. 39, incs. I e II, do CPC, cabe Ã parte manter o seu endereÃ§o nos autos constantemente atualizado, a fim de permitir a sua intimaÃ§Ã£o para o cumprimento das determinaÃ§Ãµes judiciais, devendo, pois, comunicar ao JuÃzo qualquer alteraÃ§Ã£o, sob pena de se reputar vÃ¡lida a intimaÃ§Ã£o realizada no endereÃ§o antes declinado nos autos. 3. Negou-se provimento ao recurso. SentenÃ§a mantida. (Ã¿rgÂ¿o: 6Âª Turma CÃvel; Processo: N. ApelaÃ§Ã£o CÃvel 20100910127407APC; Relatora: Desembargadora Nilsoni de Freitas CustÃ³dio; AcÃ³rdÃ£o NÂº 501.808.) Ementa:Â DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMENDA Ã¿ INICIAL. NÂ¿O CUMPRIMENTO. INDEFERIMENTO. EXTINÃ¿Â¿O SEM RESOLUÃ¿Â¿O DE MÃ¿RITO. INTIMAÃ¿Â¿O PESSOAL. DESNECESSIDADE. I - FACULTADA A OPORTUNIDADE PARA A PARTE EMENDAR A INICIAL E SENDO DESCUMPRIDA A ORDEM, DE MODO A PERMANECER O VÃCIO, CORRETO O INDEFERIMENTO DA PETIÃ¿Â¿O INICIAL. II - NESSA HIPÃ¿TESE, NÂ¿O Ã¿ EXIGÃVEL A INTIMAÃ¿Â¿O PESSOAL DA PARTE AUTORA, NA FORMA PRECONIZADA NO ART. 267, Â§ 1Âº, DO MESMO DIPLOMA LEGAL. III - NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO. (TJ-DF - APC: 20130210051110 DF 0005024-80.2013.8.07.0002, Relator: JOSÃ¿ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 14/05/2014, 6Âª Turma CÃvel, Data de PublicaÃ§Â¿o: Publicado no DJE: 20/05/2014. PÃ¡g.: 218). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, considerando que a parte autora nÃ£o atualizou seu endereÃ§o, chego Ã conclusÃ£o de que nÃ£o tem interesse no prosseguimento do feito, tendo em vista que nÃ£o promoveu nos autos o que lhe competia, abandonando o processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no inciso III do art. 485 do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquive-se com as cautelas da lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira/PA, 04 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES SODRE JuÃza de Direito Titular da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Altamira 04

PROCESSO: 00045820820168140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Alvará Judicial em: 05/11/2021---REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo: 0004582-08.2016.8.14.0005 AÃ§Ã£o: AlvarÃ¡ de Sepultamento Requerente: MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PA Â SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de AlvarÃ¡ Judicial de Sepultamento ajuizado pelo MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PARÃ para sepultamento de um cadÃ¡ver sexo masculino, nÃ£o identificado, o qual se encontra sob cautela do requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta o Ã³rgÃ£o Ministerial que a pessoa identificada pelo nÃºmero IG 2016.06.019683 e D.O nÂº 21418950-3, encontrado na Vicinal da Surubim Altamira/PA, no dia 23.03.2016.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa a inicial que o de cujus foi submetido a procedimento tÃ©cnico de identificaÃ§Ã£o datiloscÃ³pica, fotogrÃ¡fica e descriÃ§Ã£o fÃsica, alÃ©m da coleta de material biolÃ³gico para posterior identificaÃ§Ã£o Humana. Argumenta que nenhum familiar compareceu para reclamar o corpo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deferida liminar para autorizar o sepultamento de cujus nÃ£o identificado (fls. 10/11). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria de Obras do MunicÃpio apresentou documento emitido pelo cemitÃ©rio que comprova o sepultamento do de cujus, atestando com exatidÃ£o o local, lote e quadra onde o cadÃ¡ver foi sepultado (fls. 19). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar o MinistÃ©rio PÃºblico opinou pelo arquivamento tendo em vista o cumprimento das formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme dito alhures, cuida-se de pedido de expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ para sepultamento de um cadÃ¡ver do sexo masculino nÃ£o identificado, cujo Ã³bito se deu em decorrÃªncia dos fatos constante na declaraÃ§Ã£o de Ã³bito acostada nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova da ocorrÃªncia do Ã³bito resta satisfeita.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, consta dos autos a guia e/ou comprovante de sepultamento, que comprova o local de sepultamento (fls. 19). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 77, caput, da Lei n. 6.015/73 -Lei de Registros PÃºblicos, dispÃµe o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 'Art. 77. Nenhum sepultamento serÃ¡ feito sem certidÃ£o do oficial de registro do lugar do falecimento, extraÃda apÃ³s a lavratura do assento de Ã³bito, em vista do atestado de mÃ©dico, se houver no lugar, ou, em caso contrÃ¡rio, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte'.Â Â Ante ao exposto, com amparo nos motivos acima declinados, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para confirmar a liminar que autorizou a liberaÃ§Ã£o do corpo, o sepultamento e registro de Ã³bito do cadÃ¡ver do sexo masculino, conforme declaraÃ§Ã£o de Ã³bito. Em consequÃªncia,

julgo extinto o processo com analise de mÃ©rito, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito e julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira, 04 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira 04

PROCESSO: 00048656220158140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 05/11/2021---REQUERENTE:NEYMAR AREYUDJA JURUNA DA SILVA FEITOSA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (REP LEGAL) REPRESENTANTE:GELSON PAIVA FEITOSA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA - 2Âª VARA CÃVEL Processo: 0004865-06.2015.8.14.0005 Â DESPACHO Â Â Â Considerando a SentenÃ§a de fl. 10/11, dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o, no prazo de 10 (dez) dias. Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira/PA, 24 de setembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPESÂ JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e EmpresarialÂ da Comarca de Altamira 04

PROCESSO: 00057649220178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 05/11/2021---REQUERENTE:JHONATAN BORGES DA SILVA Representante(s): OAB 24804 - EVANDER FONTENELE DE AQUINO (ADVOGADO) REQUERENTE:EUGENICE BEZERRA DA SILVA Representante(s): OAB 24804 - EVANDER FONTENELE DE AQUINO (ADVOGADO) REQUERIDO:REALIZA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 12363 - JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO (ADVOGADO) OAB 237733 - LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 243283 - MELINA LEMOS VILELA (ADVOGADO) OAB 118685 - EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM (ADVOGADO) OAB 417303 - DENISE CRISTINE DE GOES BORIM (ADVOGADO) REQUERIDO:COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL Representante(s): OAB 13449 - PAULO ANTONIO MULLER (ADVOGADO) OAB 23467 - PRISCILA LARISSA DA CONCEIÇÃO FEITOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:CAIXA SEGURADORA S A Representante(s): OAB 23507 - ANTONIO CLEDSON QUEIROZ ROSA (ADVOGADO) OAB 9047 - MARCELO PEREIRA E SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo: 0005764-92.2017.8.14.0005 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Intime-se o autor, ora embargado, para apresentar contrarrazÃµes aos embargos de declaraÃ§Ã£o (fls. 286/288), no prazo de 5 (quinze) dias (CPC, art.1.023, Â§ 2Âº). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. ApÃ³s o cumprimento das formalidades legais, retornem os autos conclusos, independentemente, de ordem cronolÃ³gica, nos termos do art. 12 do C.P.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira/PA, 04 de novembro 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPESÂ JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e EmpresarialÂ da Comarca de Altamira/PAÂ 05

PROCESSO: 00059571020178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Procedimento Sumário em: 05/11/2021---REQUERENTE:BANCO VOLKSWAGEN Representante(s): OAB 9259 - ALDENIRA GOMES DINIZ (ADVOGADO) OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) REQUERIDO:TIAGO OLIVEIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 22068 - JHENIFER PAMELLA VANZIN (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA - 2Âª VARA CÃVEL Processo nÂº: 0005957-10.2017.8.14.0005 AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o Requerente: BANCO VOLKSWAGEN Requerido: TIAGO OLIVEIRA DOS SANTOS DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intime-se o requerido para se manifestar a respeito do pedido de desistÃªncia formulado pelo requerente Ã fl. 94, no prazo de 10 (dez) dias. 2.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira/PA, 05 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira 04

PROCESSO: 00080651720148140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Alvará Judicial em: 05/11/2021---REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA VITIMA:B. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo: 0008065-17.2014.8.14.0005 AÃ§Ã£o: AlvarÃ¡ de Sepultamento Requerente: MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PA Â SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de AlvarÃ¡ Judicial de Sepultamento ajuizado pelo MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PARÃ

para sepultamento de um cadÃ¡ver sexo masculino, nÃ£o identificado, o qual se encontra sob cautela do requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta a parte requerente que um homem foi atendido pela equipe de saÃºde do Hospital Regional da TransamazÃ´nica de Altamira/PA no dia 04/10/2014, mas nÃ£o foi possÃvel reverter o quadro clÃnico e o mesmo veio a Ã³bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa a inicial que o de cujus foi submetido a procedimento tÃ©cnico de identificaÃ§Ã£o datiloscÃ³pica, fotogrÃ¡fica e descriÃ§Ã£o fÃsica, alÃ©m da coleta de material biolÃ³gico para posterior identificaÃ§Ã£o Humana. Argumenta que nenhum familiar compareceu para reclamar o corpo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deferida liminar para autorizar o sepultamento de cujus nÃ£o identificado (fls. 08/09). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria de Obras do MunicÃpio apresentou documento emitido pelo cemitÃ©rio que comprova o sepultamento do de cujus, atestando com exatidÃ£o o local, lote e quadra onde o cadÃ¡ver foi sepultado (fls. 20). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar o MinistÃ©rio PÃºblico opinou pelo arquivamento tendo em vista o cumprimento das formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme dito alhures, cuida-se de pedido de expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ para sepultamento de um cadÃ¡ver do sexo masculino nÃ£o identificado, cujo Ã³bito se deu em decorrÃªncia dos fatos constante na declaraÃ§Ã£o de Ã³bito acostada nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova da ocorrÃªncia do Ã³bito resta satisfeita.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, consta dos autos a guia e/ou comprovante de sepultamento, que comprova o local de sepultamento (fls. 20). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 77, caput, da Lei n. 6.015/73 -Lei de Registros PÃºblicos, dispÃµe o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 'Art. 77. Nenhum sepultamento serÃ¡ feito sem certidÃ£o do oficial de registro do lugar do falecimento, extraÃda apÃ³s a lavratura do assento de Ã³bito, em vista do atestado de mÃ©dico, se houver no lugar, ou, em caso contrÃ¡rio, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte'.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante ao exposto, com amparo nos motivos acima declinados, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para confirmar a liminar que autorizou a liberaÃ§Ã£o do corpo, o sepultamento e registro de Ã³bito do cadÃ¡ver do sexo masculino, conforme declaraÃ§Ã£o de Ã³bito. Em consequÃªncia, julgo extinto o processo com analise de mÃ©rito, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito e julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira, 04 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES JuÃza de Direito Titular da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Altamira 04

PROCESSO: 00082591220178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Alvará Judicial em: 05/11/2021---REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo: 0008259-12.2017.8.14.0005 AÃ§Ã£o: AlvarÃ¡ de Sepultamento Requerente: MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PA Â SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de AlvarÃ¡ Judicial de Sepultamento ajuizado pelo MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PARÃ para sepultamento de um cadÃ¡ver sexo masculino, nÃ£o identificado, o qual se encontra sob cautela do requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta o Ã³rgÃ£o Ministerial que a pessoa identificada pelo nÃºmero IG 2017.06.029773, encontrado no Â¿Bar da tabocaÂ¿ localizado na Rua 15 de novembro e Sete de Setembro, Anapu/PA, no dia 09/05/2017.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa a inicial que o de cujus foi submetido a procedimento tÃ©cnico de identificaÃ§Ã£o datiloscÃ³pica, fotogrÃ¡fica e descriÃ§Ã£o fÃsica, alÃ©m da coleta de material biolÃ³gico para posterior identificaÃ§Ã£o Humana. Argumenta que nenhum familiar compareceu para reclamar o corpo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deferida liminar para autorizar o sepultamento de cujus nÃ£o identificado (fls. 12/13). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria de Obras do MunicÃpio apresentou documento emitido pelo cemitÃ©rio que comprova o sepultamento do de cujus, atestando com exatidÃ£o o local, lote e quadra onde o cadÃ¡ver foi sepultado (fls. 20). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhado os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o houve manifestaÃ§Ã£o, conforme certidÃ£o de fl. 25. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme dito alhures, cuida-se de pedido de expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ para sepultamento de um cadÃ¡ver do sexo masculino nÃ£o identificado, cujo Ã³bito se deu em decorrÃªncia dos fatos constante na declaraÃ§Ã£o de Ã³bito acostada nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova da ocorrÃªncia do Ã³bito resta satisfeita.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, consta dos autos a guia e/ou comprovante de sepultamento, que comprova o local de sepultamento (fls. 20). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 77, caput, da Lei n. 6.015/73 -Lei de Registros PÃºblicos, dispÃµe o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 'Art. 77. Nenhum sepultamento serÃ¡ feito sem certidÃ£o do oficial de registro do lugar do falecimento, extraÃda apÃ³s a lavratura do assento de Ã³bito, em vista do atestado de mÃ©dico, se houver no lugar, ou, em caso contrÃ¡rio, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou

verificado a morte'.Â Ante ao exposto, com amparo nos motivos acima declinados, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para confirmar a liminar que autorizou a liberaÃ§Ã£o do corpo, o sepultamento e registro de Ã³bito do cadÃ¡ver do sexo masculino, conforme declaraÃ§Ã£o de Ã³bito. Em consequÃªncia, julgo extinto o processo com analise de mÃ©rito, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito e julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira, 04 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira 04
P R O C E S S O : 0 0 0 9 6 3 4 4 8 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Procedimento Sumário em: 05/11/2021---REQUERENTE:JOAO ALBERTO LADEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 54738 - DAIANE MORAES LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Representante(s): OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo: 00009634-48.2017.8.14.0005 AÃ§Ã£o de CobranÃ§a de Seguro - DPVAT Requerente: JOÃ¿O ALBERTO LADEIRA DA SILVA Requerido: SEGURADORA LÃDER DE CONSÃ¿RCIO DO SEGURO DPVAT Â SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - RelatÃ³rio Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOÃ¿O ALBERTO LADEIRA DA SILVA, atravÃ©s de advogado regularmente constituÃ-do, ajuizou aÃ§Ã£o de cobranÃ§a de seguro obrigatÃ³rio - DPVAT - em face de Seguradora LÃ-der dos ConsÃ³rcios de Seguro DPVAT. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alegou, em sÃ-ntese, que foi vÃ-tima de acidente de trÂ¢nsito, causado por veÃ-culo automotor, fato ocorrido em 01/10/2016. Informou que, em razÃ£o do ocorrido, sofreu fratura no maxilar, alÃ©m de escoriaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o pedido colacionou documentos em cÃ³pias, dentre os quais, o Boletim de OcorrÃªncia, Protocolo de Primeiro Atendimento e documentos pessoais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz ainda que recebeu administrativamente o pagamento do seguro, no valor de R$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais), porÃ©m nÃ£o teria recebido a totalidade do pagamento referente a indenizaÃ§Ã£o do seguro DPVAT a que teria direito. Pleiteia, assim, a procedÃªncia da aÃ§Ã£o, para que a requerida seja condenada ao pagamento do seguro, no valor de R$ 12.150,00 (doze mil, cento e cinquenta reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebido o feito, foi deferida a gratuidade e designada realizaÃ§Ã£o de exame pericial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decretada a revelia da requerida (fls. 31). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo pericial Ã fl. 84. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunizado as partes a se manifestarem acerca do laudo pericial, bem como indicarem as provas as quais pretendem produzir, a requerida se manifestou Ã s fls. 87/89 e o requerente nÃ£o se manifestou, conforme certidÃ£o de fls.90. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.2. DO MÃ¿RITO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de apreciar as preliminares da contestaÃ§Ã£o juntada Ã s fls. 47/56, uma vez que intempestiva, conforme certidÃ£o de fls. 30. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 355 do CPC, em seu inciso I, estabelece a conveniÃªncia do julgamento antecipado da lide, quando nÃ£o houver necessidade de produzir outras provas. O caso em tela, estÃ¡ apto para ser dirimido, nÃ£o hÃ¡ motivos razoÃ¡veis para delongar a sua resoluÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o estÃ£o presentes. NÃ£o hÃ¡ nulidade a declarar de ofÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o buscando o recebimento do valor do seguro obrigatÃ³rio DPVAT. O autor asseverou ter sofrido acidente de trÂ¢nsito que lhe deixou com debilidade permanente, por isso, reclamou o pagamento da cobertura do seguro, em valor equivalente ao que Ã© pago para os casos de lesÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O DPVAT (Danos Pessoais Causados por VeÃ-culos Automotores de Via Terrestres) Ã© um seguro obrigatÃ³rio contra danos pessoais causados por veÃ-culos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas, transportadas ou nÃ£o. Qualquer pessoa que sofrer danos pessoais causados por um veÃ-culo automotor, ou por sua carga, em vias terrestres, tem direito a receber a indenizaÃ§Ã£o do DPVAT. Isso abrange motoristas, passageiros, pedestres ou, em caso de morte, seus respectivos herdeiros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pagamento da indenizaÃ§Ã£o serÃ¡ efetuado mediante simples prova do acidente e do dano dele decorrente, nos termos do art. 5Âº Lei nÂº 6.194/74, alterada pela Lei nÂº 8.441/92 e Lei 11.482/07: Â¿Art. 5Âº O pagamento da indenizaÃ§Ã£o serÃ¡ efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existÃªncia de culpa, haja ou nÃ£o resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguradoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, ao analisar o conteÃºdo dos documentos colacionados aos autos, notadamente o laudo mÃ©dico, denota-se indicativo de que o(a) autor(a) tenha sofrido fratura na mandÃ-bula. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Noutro giro, segundo o laudo pericial, o evento ocorrido no dia 01/10/2016, resultou em lesÃ£o crÂ¢nio facial, na proporÃ§Ã£o de 25%, leve. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Para surgir o dever de indenizar por parte da Seguradora, Ã© necessÃ¡rio

que se comprove o acidente, o dano decorrente, o nexo de causalidade e a qualidade de beneficiÃ¡rio do seguro. Compulsando os autos, constato presentes os requisitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que foi comprovado atravÃ©s da documentaÃ§Ã£o juntada aos autos, o nexo causal, confirmando que a parte requerente sofreu lesÃµes e que elas foram decorrentes de um acidente de trÃ¢nsito, conforme atesta os seguintes documentos: Boletim de OcorrÃªncia Policial (fls. 16), Atendimento Hospitalar (fls. 17/26) bem como laudo pericial (fls. 84), estando assim presentes os documentos necessÃ¡rios para o recebimento do seguro.Â Dessa forma, os documentos apresentados sÃ£o suficientes para comprovar as lesÃµes e o nexo de causalidade, sendo a parte autora parte legÃtima para requerer o seguro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, constata-se que a responsabilidade da seguradora Ã© objetiva e, por consecutivo, independe de culpa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso vertente, o laudo pericial realizado no curso processual concluiu pela existÃªncia de debilidade parcial incompleta, com dano funcional permanente que compromete parte do segmento corporal do autor, qual seja: lesÃ£o crÃ¢nio facial, em grau de 25% (vinte e cinco por cento) leve. No caso vertente, o laudo pericial realizado no curso processual concluiu pela existÃªncia de debilidade permanente, com lesÃ£o crÃ¢nio facial, em grau de 25% (vinte e cinco por cento) leve. Logo quanto Ã referida lesÃ£o, o autor faz jus Ã indenizaÃ§Ã£o no montante de R$ 3.375,00 (trÃªs mil, trezentos e setenta e cinco reais), nos termos da tabela instituÃda pela Lei 11.945/2009, que modificou os artigos 3Âº e 5Âº da Lei 6.194/74. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contudo, no caso em exame, jÃ¡ houve o pagamento administrativo no valor R$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais), correspondente ao grau da lesÃ£o sofrida pela parte requente, confirmada mediante laudo pericial. Desse modo, deve-se proceder ao pagamento da indenizaÃ§Ã£o por invalidez parcial, Ã tÃtulo de complementaÃ§Ã£o, o montante de R$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais), nos termos acima citado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A correÃ§Ã£o monetÃ¡ria deve incidir desde a data do evento danoso, de acordo com a SÃºmula 580 do STJ:"A correÃ§Ã£o monetÃ¡ria nas indenizaÃ§Ãµes de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parÃ¡grafo 7Âº do artigo 5Âº da Lei 6.194/74, redaÃ§Ã£o dada pela Lei11.482/07, incide desde a data do evento danoso". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, em se tratando de cobranÃ§a do seguro obrigatÃ³rio - DPVAT -, os juros de mora sÃ£o de 1% ao mÃªs, devem ser contados da citaÃ§Ã£o, a teor da SÃºmula 426 do STJ: Os juros de mora na indenizaÃ§Ã£o do seguro DPVAT fluem a partir da citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3 - Dispositivo: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral para CONDENAR a requerida ao pagamento de R$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais), que devem ser corrigidos pelo INPC a partir da data do efetivo prejuÃzo, ou seja, da data do acidente (sÃºmula n. 580 do STJ), e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mÃªs, a contar da data da citaÃ§Ã£o, consoante sÃºmula 426 do STJ, e, com arrimo no artigo 487, I, do CPC/2015 extingo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando os fundamentos do art. 82, Â§ 2Â° do CPC/2015, arbitro os honorÃ¡rios advocatÃcios em 10% do valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a requerida nas despesas e custas processuais, devendo ser expedida a devida certidÃ£o para inclusÃ£o do mesmo em dÃvida ativa, em caso de inadimplemento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s trÃ¢nsito em julgado, desentranhe-se os documentos pessoais, caso haja pedido neste sentido. Em seguida, nada mais havendo, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira/PA, 04 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES SODRÃ¿ JuÃza de Direito Titular da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Altamira/PA. 08

PROCESSO: 00098111220178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 05/11/2021---AUTOR:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo: 0009811-12.2017.8.14.0005 AÃ§Ã£o: AlvarÃ¡ de Sepultamento Requerente: MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PA Â SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de AlvarÃ¡ Judicial de Sepultamento ajuizado pelo MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PARÃ para sepultamento de um cadÃ¡ver sexo masculino, nÃ£o identificado, o qual se encontra sob cautela do requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta o Ã³rgÃ£o Ministerial que a pessoa identificada pelo nÃºmero IG 2017.06.044900, encontrado no KM 02, Ramal dos Cocos, Zona Rural, Altamira/PA, no dia 06/07/2017.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa a inicial que o de cujus foi submetido a procedimento tÃ©cnico de identificaÃ§Ã£o datiloscÃ³pica, fotogrÃ¡fica e descriÃ§Ã£o fÃsica, alÃ©m da coleta de material biolÃ³gico para posterior identificaÃ§Ã£o Humana. Argumenta que nenhum familiar compareceu para reclamar o corpo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deferida liminar para autorizar o sepultamento de cujus nÃ£o identificado (fls. 10/11). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria de Obras do MunicÃpio apresentou documento emitido pelo cemitÃ©rio que comprova o sepultamento do de cujus, atestando com exatidÃ£o

o local, lote e quadra onde o cadÃ¡ver foi sepultado (fls. 20). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhado os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o houve manifestaÃ§Ã£o, conforme certidÃ£o de fl. 25. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme dito alhures, cuida-se de pedido de expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ para sepultamento de um cadÃ¡ver do sexo masculino nÃ£o identificado, cujo Ã³bito se deu em decorrÃªncia dos fatos constante na declaraÃ§Ã£o de Ã³bito acostada nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova da ocorrÃªncia do Ã³bito resta satisfeita.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, consta dos autos a guia e/ou comprovante de sepultamento, que comprova o local de sepultamento (fls. 20). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 77, caput, da Lei n. 6.015/73 -Lei de Registros PÃºblicos, dispÃµe o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 'Art. 77. Nenhum sepultamento serÃ¡ feito sem certidÃ£o do oficial de registro do lugar do falecimento, extraÃ-da apÃ³s a lavratura do assento de Ã³bito, em vista do atestado de mÃ©dico, se houver no lugar, ou, em caso contrÃ¡rio, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte'.Â Ante ao exposto, com amparo nos motivos acima declinados, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para confirmar a liminar que autorizou a liberaÃ§Ã£o do corpo, o sepultamento e registro de Ã³bito do cadÃ¡ver do sexo masculino, conforme declaraÃ§Ã£o de Ã³bito. Em consequÃªncia, julgo extinto o processo com analise de mÃ©rito, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito e julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira, 04 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira 04

P R O C E S S O : 0 0 1 2 5 0 4 0 3 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 05/11/2021---REQUERENTE:BANCO PAN Representante(s): OAB 206339 - FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (ADVOGADO) REQUERIDO:VALTER CAMILO DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA - 2Âª VARA CÃVEL Processo nÂº: 0012504-03.2016.8.14.0005 AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o Requerente: BANCO PAN SA Requerido: VALTER CAMILO DA SILVA SENTENÃ¿A Â Tratam os autos de AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o em que Ã© requerente BANCO PAN SA, em face de VALTER CAMILO DA SILVA, ambos devidamente qualificados nos autos em epÃ-grafe. Â No curso do processo a parte autora requereu arquivamento dos autos, pedido de desistÃªncia da presente aÃ§Ã£o Ã fl. 55. Â Ã¿ o relatÃ³rio. Decido. Â Inicialmente, recebo o pedido de arquivamento como pedido de desistÃªncia. Â A desistÃªncia da aÃ§Ã£o, segundo Humberto Theodoro Jr., Â¿Ã© o ato que o autor abre mÃ£o do processo, processo e nÃ£o direito material que eventualmente possua em desfavor do rÃ©uÂ¿.Â Â O novo CÃ³digo de Processo Civil dispÃµe, com efeito, o parÃ¡grafo 2Âº do artigo 3Âº que: Â¿O Estado promoverÃ¡, sempre que possÃ-vel, a soluÃ§Ã£o consensual dos conflitosÂ¿. Â Oportunizado ao requerido para se manifestar acerca da desistÃªncia, uma vez que nÃ£o se manifestou, assim, inexiste impedimento para o requerente desistir da presente aÃ§Ã£o, nos termos do art. 485, Â§ 4Âº, do novo CPC Â Ante ao exposto, homologo o pedido de desistÃªncia da presente aÃ§Ã£o para os fins do art. 200, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC e, em consequÃªncia, com fundamento no art. 485, inciso VIII e Â§ 5Â°, do mesmo diploma legal, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o desentranhamento dos documentos que instruÃ-ram a inicial, mediante substituiÃ§Ã£o por cÃ³pia, desde que requerido. Â Custas pelo requerente. Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquive-se os autos. Â P.R.I.C. Â Altamira/PA, 05 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES SODRE JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de AltamiraÂ Â 04

P R O C E S S O : 0 0 1 4 6 9 1 8 1 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021---REQUERENTE:RAIMUNDA GOMES DA SILVA Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo nÂº.Â 0014691-81.2016.8.14.0005 Requerente: RAIMUNDA GOMES DA SILVA Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÃ¿RCIOS DO SEGURO DPVAT SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de cobranÃ§a securitÃ¡ria DPVAT, ajuizada por RAIMUNDA GOMES DA SILVA, qualificado (a) nos autos, em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSÃ¿RCIOS DO SEGURO DPVAT, tambÃ©m qualificada aos autos, em que o requerente pleiteia pagamento de complementaÃ§Ã£o da indenizaÃ§Ã£o do seguro DPVAT no importe de R$ 11.812,50

(onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), devido ter sofrido acidente de trÃ¢nsito que lhe ocasionou fratura do joelho esquerdo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a inicial juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citada, a requerida apresentou contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 42/51. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo mÃ©dico realizado pelo perito judicial Ã s fls. 87. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ãµes das partes quanto ao laudo pericial, na forma de memoriais finais, Ã s fls. 89/90 e 91/92. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â¿ o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MÃ¿RITO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 355 do CPC, em seu inciso I, estabelece a conveniÃªncia do julgamento antecipado da lide, quando nÃ£o houver necessidade de produzir outras provas. Portanto, caso o feito esteja apto a ser dirimido, nÃ£o hÃ¡ motivos razoÃ¡veis para delongar a sua resoluÃ§Ã£o. Nesse sentido, hÃ¡ tempos a jurisprudÃªncia dos tribunais superiores aponta que, havendo condiÃ§Ãµes, o julgamento antecipado passa a ser um dever e nÃ£o uma mera faculdade do Juiz. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, com fundamento no artigo 355, inciso I, do CÃ³digo de Processo Civil, julgo este processo no estado em que se encontra, jÃ¡ que a questÃ£o de mÃ©rito se cinde entre discussÃµes de direito e de fato que desnecessitam de produÃ§Ã£o de outras provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o estÃ£o presentes. NÃ£o hÃ¡ nulidade a declarar de ofÃ-cio, nÃ£o foram levantadas preliminares e inexistem outras a analisar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo a inicial, o requerente foi vÃ-tima de acidente automobilÃ-stico no dia 06/04/2016, em que sofreu fratura no joelho esquerdo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O(a) autor(a) alega que, em decorrÃªncia da lesÃ£o sofrida, faria jus ao recebimento do valor integral do seguro DPVAT. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 373, I e II do CPC leciona que ao autor compete a prova dos fatos constitutivos de seu direito e ao rÃ©u os fatos extintivos, modificativos ou impeditivos do direito do autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, verifico que o laudo pericial de fls. 87 concluiu pela existÃªncia de dano anatÃ´mico/funcional permanente que compromete apenas em parte segmento corporal da vÃ-tima, precisamente, o joelho esquerdo, na proporÃ§Ã£o de 50%, mÃ©dia. Logo, quanto Ã lesÃ£o do joelho esquerdo afetado, o (a) autor (a) faz jus Ã indenizaÃ§Ã£o correspondente Ã quantia de R$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), nos termos da tabela instituÃ-da pela Lei 11.945/2009, que modificou os artigos 3Âº e 5Âº da Lei 6.194/74, razÃ£o porque entendo que o valor recebido administrativamente pela parte autora jÃ¡ foi proporcional a sua lesÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo improcedente o pedido autoral, por reconhecer que a indenizaÃ§Ã£o pleiteada jÃ¡ foi paga administrativamente na devida proporÃ§Ã£o, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o(a) autor(a) no pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% (dez por cento), contudo, tendo em conta o que preceitua o Â§ 3Âº, do art. 98, do CPC, suspendo o pagamento dos mesmos, uma vez que a parte autora Ã© beneficiÃ¡ria da gratuidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o transitado em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira/PA, 04 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES SODREÂ JuÃ-za de Direito TÃ-tular da 2Âª Vara CÃ-vel e EmpresarialÂ da Comarca de Altamira 08

PROCESSO: 00898471220158140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Alvará Judicial em: 05/11/2021---REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo: 0089847-12.2015.8.14.0005 AÃ§Ã£o: AlvarÃ¡ de Sepultamento Requerente: MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PA Â SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de AlvarÃ¡ Judicial de Sepultamento ajuizado pelo MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PARÃ para sepultamento de um cadÃ¡ver sexo masculino, nÃ£o identificado, o qual se encontra sob cautela do requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta o Ã³rgÃ£o Ministerial que a pessoa identificada pelo nÃºmero IG 029/2015, encontrado na PraÃ§a Central de Brasil Novo/PA, no dia 10.10.2015.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa a inicial que o de cujus foi submetido a procedimento tÃ©cnico de identificaÃ§Ã£o datiloscÃ³pica, fotogrÃ¡fica e descriÃ§Ã£o fÃ-sica, alÃ©m da coleta de material biolÃ³gico para posterior identificaÃ§Ã£o Humana. Argumenta que nenhum familiar compareceu para reclamar o corpo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deferida liminar para autorizar o sepultamento de cujus nÃ£o identificado (fls. 08/09). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria de Obras do MunicÃ-pio apresentou documento emitido pelo cemitÃ©rio que comprova o sepultamento do de cujus, atestando com exatidÃ£o o local, lote e quadra onde o cadÃ¡ver foi sepultado (fls. 35). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar o

MinistÃ©rio PÃºblico opinou pelo arquivamento tendo em vista o cumprimento das formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme dito alhures, cuida-se de pedido de expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ para sepultamento de um cadÃ¡ver do sexo masculino nÃ£o identificado, cujo Ã³bito se deu em decorrÃªncia dos fatos constante na declaraÃ§Ã£o de Ã³bito acostada nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova da ocorrÃªncia do Ã³bito resta satisfeita.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, consta dos autos a guia e/ou comprovante de sepultamento, que comprova o local de sepultamento (fls. 35). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 77, caput, da Lei n. 6.015/73 -Lei de Registros PÃºblicos, dispÃµe o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 'Art. 77. Nenhum sepultamento serÃ¡ feito sem certidÃ£o do oficial de registro do lugar do falecimento, extraÃ-da apÃ³s a lavratura do assento de Ã³bito, em vista do atestado de mÃ©dico, se houver no lugar, ou, em caso contrÃ¡rio, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte'.Â Ante ao exposto, com amparo nos motivos acima declinados, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para confirmar a liminar que autorizou a liberaÃ§Ã£o do corpo, o sepultamento e registro de Ã³bito do cadÃ¡ver do sexo masculino, conforme declaraÃ§Ã£o de Ã³bito. Em consequÃªncia, julgo extinto o processo com analise de mÃ©rito, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito e julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira, 04 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira 04

PROCESSO: 00918321620158140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021---REQUERENTE:AILTON CARVALHO DA SILVA Representante(s): OAB 12049 - ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO (ADVOGADO) REQUERIDO:NORTE ENERGIA S A Representante(s): OAB 19901-A - ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA - 2Âª VARA CÃVEL Processo: 0091832-16.2015.8.14.0005 SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora, devidamente qualificada nos autos, opÃ´s Embargos de DeclaraÃ§Ã£o da SentenÃ§a de fls. 204/205, que rejeitou os embargos de declaraÃ§Ã£o, alegando, em sÃ-ntese que, a sentenÃ§a teve erro material, ao fundamentar-se na desapropriaÃ§Ã£o, em razÃ£o de inexistir escritura pÃºblica de desapropriaÃ§Ã£o, que permita o registro da Ã¡rea em nome da embargante Assim, requereu que seja declarado incorporado ao patrimÃ´nio da embargante o imÃ³vel descrito na inicial, imitindo-o definitivamente na posse do imÃ³vel e que seja determinada a expediÃ§Ã£o de Carta de SentenÃ§a/Mandado de Registro ao CartÃ³rio do Registro de ImÃ³veis de Altamira/PA, de modo que seja feita a abertura de matricula e registro sem incidÃªncia de Imposto de TransmissÃ£o de Bens ImÃ³veis - ITBI, e em nome da embargante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio necessÃ¡rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os embargos declaratÃ³rios, a rigor, buscam extirpar as mÃ¡culas contidas na prestaÃ§Ã£o jurisdicional, servindo como meio idÃ´neo Ã complementaÃ§Ã£o do julgado, diante da obscuridade, contradiÃ§Ã£o ou omissÃ£o da decisÃ£o, na forma prevista do artigo 1022 e seguintes do novo CÃ³digo Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o horizontal tem como objetivo, segundo o prÃ³prio texto do art. 1.022 do CPC, o esclarecimento da decisÃ£o judicial, tornando-a clara e inteligÃ-vel, sanando-lhe eventual obscuridade ou contradiÃ§Ã£o, ou a integraÃ§Ã£o da decisÃ£o judicial, quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal, nÃ£o se prestando a reabrir oportunidade de rediscutir a causa nos moldes antes propostos, ou seja, nÃ£o se constitui meio impugnativo, ou via processual idÃ´nea para que a parte demonstre, relutantemente, sua discordÃ¢ncia com o julgado recorrido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na liÃ§Ã£o de Humberto Theodoro JÃºnior: Â¿NÃ£o se trata, destarte, de remÃ©dio para atender simples inconformismo de parte sucumbente, nem de veÃ-culo para rediscutir ou reapreciar questÃµes jÃ¡ decididas.Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando a decisÃ£o guerreada, vislumbro que assiste razÃ£o ao embargante no que tange ao erro material alegado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos verifico que nÃ£o consta escritura pÃºblica de desapropriaÃ§Ã£o, nem qualquer outra avenÃ§a entre as partes que permita o registro da Ã¡rea em nome da embargante, uma vez que nÃ£o hÃ¡ matrÃ-cula em nome do autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto, ACOLHO os embargos de declaraÃ§Ã£o para, reconhecendo omissÃ£o da sentenÃ§a nela incluir que: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â¿ Declaro incorporado ao patrimÃ´nio da requerida o imÃ³vel descrito na inicial, localizado na Rua 04, s/n, InvasÃ£o dos Padres, Aparecida, Altamira/PA, imitindo-a na posse do imÃ³velÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta de SentenÃ§a/Mandado de Registro ao CartÃ³rio do Registro de ImÃ³veis de Altamira/PA, para que seja feita a abertura de matrÃ-cula e registro, sem a incidÃªncia de Imposto de TransmissÃ£o de Bens ImÃ³veis -ITBI em nome da requerida Norte Energia. Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mais, confirmo o decisum vergastado por seus prÃ³prios fundamentos.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em caso de apresentaÃ§Ã£o de Recurso de ApelaÃ§Ã£o, intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazÃµes, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art.1.010, Â§ 1Â°). Em seguida, apÃ³s o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal, independentemente de juÃ-zo de admissibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira/PA, 04 de novembro de 2021. Â LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira/PA 08
PROCESSO: 00004596920138140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021---REQUERENTE:PEDRO CORREA NETO Representante(s): OAB 13721 - WEVERTON CARDOSO (ADVOGADO) REQUERENTE:OTILIA LOBO CORREA REQUERIDO:SISTEMA MATO GROSSO DE COMUNICACAO LTDA Representante(s): OAB 9429 - CLEBER PARENTE DE MACEDO (ADVOGADO) REQUERIDO:B V FINANCEIRA SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 14772-B - MANOELLA BATALHA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) HERDEIRO:SIDNEY LOBO CORREA Representante(s): OAB 13721 - WEVERTON CARDOSO (ADVOGADO) HERDEIRO:SOLANGE LOBO CORREA Representante(s): OAB 13721 - WEVERTON CARDOSO (ADVOGADO) HERDEIRO:ADAILTON LOBO CORREA Representante(s): OAB 13721 - WEVERTON CARDOSO (ADVOGADO) HERDEIRO:GERCIANE LOBO CORREA Representante(s): OAB 13721 - WEVERTON CARDOSO (ADVOGADO) HERDEIRO:MARIA IVETE LOBO CORREA Representante(s): OAB 13721 - WEVERTON CARDOSO (ADVOGADO) HERDEIRO:MARIA IVANILDE CORREA ARAUJO Representante(s): OAB 13721 - WEVERTON CARDOSO (ADVOGADO) HERDEIRO:MARIA ALZENI LOBO CORREA Representante(s): OAB 13721 - WEVERTON CARDOSO (ADVOGADO) HERDEIRO:MARIA ALICE CORREA COTES Representante(s): OAB 13721 - WEVERTON CARDOSO (ADVOGADO) HERDEIRO:ADERIVALDO LOBO CORREA E OUTROS Representante(s): OAB 13721 - WEVERTON CARDOSO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ Â COMARCA DE ALTAMIRA - 2Âª VARA CÃVEL Processo nÂº. 0000459-69.2013.8.14.0005 Cumprimento de sentenÃ§a Exequente: EspÃ³lio de Pedro CorrÃªa Neto e OtÃ-lia Lobo CorrÃªa Executado: BANCO VOTORANTIM S.A Â DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Ã¿ UNAJ para cÃ¡lculo das custas finais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Em seguida, intime-se a parte executada para recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos da r. sentenÃ§a de fls.226/230. Escoado o prazo, sem o efetivo cumprimento, proceda-se com a inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa nos termos da decisÃ£o de fls. 316. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Em petitÃ³rio de fls. 321/322, alega a parte executada violaÃ§Ã£o aos princÃ-pios do contraditÃ³rio e ampla defesa, sustentando, em sÃ-ntese, que deveria ser intimado novamente para fins de oportunizar o pagamento voluntÃ¡rio de eventual saldo remanescente, apÃ³s Ã habilitaÃ§Ã£o dos herdeiros de Pedro CorrÃªa e OtÃ-lia Lobo CorrÃªa nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem razÃ£o o requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A decisÃ£o de fls. 243 que recebeu o cumprimento de sentenÃ§a de fls. 234/242 se deu antes do falecimento dos autores originÃ¡rios, sendo a parte executada devidamente intimada para o pagamento voluntÃ¡rio do dÃ©bito, nos termos do art. 523 e ss do CPC. Observa-se que a parte executada efetuou apenas o pagamento parcial (fls. 244/246), sem contudo, impugnar os cÃ¡lculos apresentados pela parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A habilitaÃ§Ã£o dos herdeiros dos autores originÃ¡rios tem como finalidade Ã regularizaÃ§Ã£o processual, nÃ£o garantindo ao executado, abertura de novo prazo para fins de pagamento voluntÃ¡rio de dÃ-vida remanescente, nos termos do art. 523 e ss do CPC, uma vez conhecedor do valor integral do dÃ©bito nos termos do despacho de fls. 243, alÃ©m do mais, nÃ£o houve qualquer impugnaÃ§Ã£o sobre os cÃ¡lculos apresentados para fins de anÃ¡lise de suposto valor controverso que comprovasse o motivo que ensejou o pagamento parcial. Desse modo, nÃ£o vislumbro ofensa aos princÃ-pios do contraditÃ³rio e ampla defesa e, portanto, indefiro o pedido de abertura de novo prazo para fins de pagamento voluntÃ¡rio de dÃ©bito remanescente. Â 4. Passo a anÃ¡lise do pedido de penhora online: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observa-se que o executado foi devidamente intimado, via DJE, por meio de patrono habilitado, para fins de cumprimento do despacho de fls.243, que deu inÃ-cio a fase de cumprimento de sentenÃ§a, nÃ£o havendo a realizaÃ§Ã£o do pagamento voluntÃ¡rio da integralidade da condenaÃ§Ã£o e nem apresentaÃ§Ã£o de impugnaÃ§Ã£o, nos termos da certidÃ£o de fls. 307. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4.1. Considerando que a penhora observarÃ¡, preferencialmente, a ordem legal estabelecida do inciso I, do art. 835 do CPC, e que o dinheiro tem preferÃªncia sobre os demais bens (bens mÃ³veis), defiro o pedido de pesquisa/bloqueio pelo sistema SISBAJUD em relaÃ§Ã£o ao executado, no valor de R$54.519,82 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e dezenove reais e oitenta e dois

centavos), nos termos da petiÃ§Ã£o de fls. 318/320. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4.2. Procedi com a consulta no sistema Sisbajud, espelho em anexo. Diante da consulta via Sisbajud, foi constatada a constriÃ§Ã£o de ativos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4.3. Ante ao exposto, intime-se a executada da penhora realizada, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5. Indefiro os pedidos de fls. 326/332 uma vez que vislumbro ausÃªncia de prova de dolo processual do executado que enseje Ã fixaÃ§Ã£o de multas por litigÂncia de mÃ¡-fÃ© e ato atentatÃ³rio ao exercÃ-cio da jurisdiÃ§Ã£o em seu desfavor Â Â Â Â Â Â Â Â Â 6. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Altamira/PA, 05 de novembro de 2021. Â LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES SODRÃ¿ JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira/PA 05

P R O C E S S O : 0 0 0 9 0 6 8 6 5 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 08/11/2021---MENOR:I. P. S. REQUERENTE:H. K. P. S.. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA - 2Âª VARA CÃVEL Processo: 0009068-65.2018.8.14.0005 SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Procedimento Oficioso de AveriguaÃ§Ã£o da Paternidade do (a) menor I. P. S., representado (a) por sua genitora H. K. P. S., devidamente qualificados (as) nos autos, instalado em virtude de registro de nascimento no qual constou apenas o nome da mÃ£e da crianÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na fl. 04, consta declaraÃ§Ã£o da genitora de que nÃ£o tem interesse em informar o nome do pai da menor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Representante do MinistÃ©rio PÃºblico requereu a intimaÃ§Ã£o da genitora da infante (fl. 06). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimada para comparecer a este juÃ-zo e fornecer elementos que viabilizassem a identificaÃ§Ã£o do suposto pai, a genitora do (a) menor quedou-se inerte (fl. 10). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu o arquivamento do feito (fl. 12). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O procedimento de averiguaÃ§Ã£o oficiosa de paternidade tem a finalidade de obter o reconhecimento do filho pelo suposto pai, mediante sua notificaÃ§Ã£o para dizer da alegaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso, verifica-se que inexistem no processo elementos que viabilizem a identificaÃ§Ã£o do suposto pai, tampouco sua localizaÃ§Ã£o. Ademais, a genitora do (a) menor, embora devidamente intimada para fornecer tais elementos, nÃ£o se manifestou nos autos (fls. 09-v/10). Desse modo, reputa-se inviÃ¡vel a continuidade do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre ressaltar que o direito de ter a paternidade reconhecida Ã© imprescritÃ-vel, e, portanto, existe aÃ§Ã£o para esse fim (artigo 2Âº, Â§6Âº, da Lei 8.560/92 combinado com o artigo 27 da Lei 8.069/90). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, resta caracterizada a falta de uma das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, qual seja interesse de agir, previsto no art. 485, VI do CPC: Â¿O juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando: VI - quando verificar ausÃªncia de legitimidade ou de interesse processual". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, a falta de uma das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o enseja a extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, que farei a seguir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, e mais o que dos autos consta, JULGO EXTINTA A AÃ¿Ã¿O, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no art. 485, VI do C.P.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e sem honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂnsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira, 08 de novembro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES SODRÃ¿ JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Altamira/PA 02

P R O C E S S O : 0 0 0 9 1 3 7 9 7 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 08/11/2021---REQUERENTE:K. C. X. D. S. MENOR:A. A. X. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA - 2Âª VARA CÃVEL Processo: 0009137-97.2018.8.14.0005 SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Procedimento Oficioso de AveriguaÃ§Ã£o da Paternidade do (a) menor A.A.X.D.S., representado (a) por sua genitora K. C. X. D. S., devidamente qualificados (as) nos autos, instalado em virtude de registro de nascimento no qual constou apenas o nome da mÃ£e da crianÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na fl. 04, consta declaraÃ§Ã£o da genitora de que nÃ£o tem interesse em informar o nome do pai da menor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Representante do MinistÃ©rio PÃºblico requereu a intimaÃ§Ã£o da genitora da infante (fl. 06). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimada para comparecer a este juÃ-zo e fornecer elementos que viabilizassem a identificaÃ§Ã£o do suposto pai, a genitora do (a) menor quedou-se inerte (fl. 10). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu o arquivamento do feito (fl. 13). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O procedimento de averiguaÃ§Ã£o oficiosa de paternidade tem a finalidade de obter o reconhecimento do filho pelo suposto pai, mediante sua notificaÃ§Ã£o para dizer da alegaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso, verifica-se que inexistem no processo elementos que viabilizem a identificaÃ§Ã£o do suposto pai, tampouco sua localizaÃ§Ã£o. Ademais, a genitora do (a) menor, embora devidamente intimada para

fornecer tais elementos, nÃ£o se manifestou nos autos (fls. 09-v/10). Desse modo, reputa-se inviÃ¡vel a continuidade do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre ressaltar que o direito de ter a paternidade reconhecida Ã© imprescritÃ-vel, e, portanto, existe aÃ§Ã£o para esse fim (artigo 2Âº, Â§6Âº, da Lei 8.560/92 combinado com o artigo 27 da Lei 8.069/90). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, resta caracterizada a falta de uma das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, qual seja interesse de agir, previsto no art. 485, VI do CPC: Â¿O juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando: VI - quando verificar ausÃªncia de legitimidade ou de interesse processual". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, a falta de uma das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o enseja a extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, que farei a seguir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, e mais o que dos autos consta, JULGO EXTINTA A AÃ¿Ã¿O, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no art. 485, VI do C.P.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e sem honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira, 22 de outubro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES SODRÃ¿ JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Altamira/PA 02

PROCESSO: 00057793220158140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Procedimento Sumário em: 22/10/2021---REQUERENTE:GLAUCIANE TEIXEIRA RAMOS Representante(s): OAB 18667-B - WELLITON VENTURA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 24550 - ILANA SANTOS DO AMARAL (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 2Âº VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo: 0005779-32.2015.8.14.0005 AÃ§Ã£o CobranÃ§a de Seguro - DPVAT Requerente: GLAUCIANE TEIXEIRA RAMOS Requerido: SEGURADORA LÃDER DE CONSÃ¿RCIO 1)0 SEGURO DPVAT SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â - RELATORIO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de CobranÃ§a de Seguro DPVAT., proposta por GLAUCIANE TEIXEIRA RAMOS em face da SEGURADORA LÃDER DE CONSÃ¿RCIO DO SEGURO DPVAT, ambos devidamente qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alegou, em sÃ-ntese, que foi vÃ-tima de acidente de trÃ¢nsito, causado por veÃ-culo automotor, ocorrido em 22.04.2014. Informou que, em razÃ£o do ocorrido, sofreu debilidade e deformidade, qual seja Â¿queimadura de 2ograu extensa na perna esquerda Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pleiteia, assim, a procedÃªncia da aÃ§Ã£o, para que a requerida seja condenada ao pagamento do seguro, no valor residual de RS 13.500,00. Com o pedido colacionou documentos em cÃ³pias, dentre os quais constam1 o Boletim de OcorrÃªncia. Laudo MÃ©dico. Protocolos de Atendimento Hospitalar e documentos pessoais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerida apresentou contestaÃ§Ã£o (fls. 61/76). Arguiu, preliminarmente, a obrigatoriedade de laudo pericial e necessidade de quantificaÃ§Ã£o da invalidez permanente. No mÃ©rito, refutou os pedidos autorais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo pericial (fl. 31). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o da requerida acerca do laudo (11. 135/137). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ei o relatÃ³rio. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â - FUNDAMENTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Das Preliminares Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A) Da obrigatoriedade de laudo pericial e necessidade de quantificaÃ§Ã£o da invalidez permanente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega a parte rÃ©, que a parte autora nÃ£o teria juntado Ã inicial os documentos imprescindÃ-veis para a presente aÃ§Ã£o, precisamente, o laudo do instituto mÃ©dico legal -IML. Nos termos do artigo 320 do CPC/15, a petiÃ§Ã£o iniciai serÃ¡ instruÃ-da com os documentos indispensÃ¡veis Ã propositura da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, nos termos do artigo 5o, da Lei nÂ° 6.194, de 1974, o pagamento da indenizaÃ§Ã£o serÃ¡ efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Embora previsto expressamente na Lei nÂ° 6.194/74, o laudo pericial elaborado pelo Instituto de Medicina Legal consubstancia apenas documento suficiente para demonstrar o acidente, o dano e a relaÃ§Ã£o de causalidade, mas nÃ£o Ã© o Ãºnico documento hÃ¡bil a comprovar eventual invalidez e resguardar o pedido indenizatÃ³rio de recebimento de seguro por acidente automobilÃ-stico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: Â I Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO FARÃ 2a VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA TJDFT CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÃ¿Ã¿O DE COBRANÃ¿A. SEGURO OBRIGATÃ¿RIO (DPVAT). INDENIZAÃ¿Ã¿O. DETERMINAÃ¿Ã¿O DE EMENDA Ã¿ INICIAL. DESCUMPRIMENTO. INDEFERIMENTO DA PETIÃ¿Ã¿O INICIAL LAUDO DO IML. DOCUMENTO ESSENCIAL. NÃ¿O CONFIGURAÃ¿Ã¿O. CASSAÃ¿Ã¿O DA SENTENÃ¿A. Embora o laudo emitido pelo Instituto MÃ³dico Legal traduza prova fundamental das lesÃµes provocadas por acidente automobilÃ-stico, nÃ£o consubstancia documento indispensÃ¡vel Ã propositura da aÃ§Ã£o em que se postula o pagamento de seguro obrigatÃ³rio (DPVAT), podendo ser substituÃ-do por outro meio de prova admitido em direito. Recurso provido. UnÃ¢nime. (Processo nÂ° 2011.01.1.193022-7 (626187), 3a Turma CÃ-vel do TJDFT,

Rei. OtÃ¡vio Augusto Barbosa. UnÃ¢nime, DJE 25.10.2012). TJDFT CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÃ¿Ã¿O DE COBRANÃ¿A. SEGURO OBRIGATÃ¿RIO (DPVAT). INDENIZAÃ¿Ã¿O. DETERMINAÃ¿Ã¿O DE EMENDA \ INICIAL. DESCUMPRIMENTO. INDEFERIMENTO DA PETIÃ¿Ã¿O IMCIAL. LAUDO DO IML. DOCUMENTO ESSENCIAL. NÃ¿O CONFIGURAÃ¿Ã¿O. CASSAÃ¿Ã¿O DA SENTENÃ¿A. Embora o laudo emitido pelo Instituto MÃ©dico Legal traduza prova fundamental das lesÃµes provocadas por acidente automobilÃ-stico, nÃ£o consubstancia documento indispensÃ¡vel Ã propositura de aÃ§Ã£o em que s

P R O C E S S O : 0 0 0 7 4 7 1 3 2 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Monitória em: 26/10/2021---REQUERENTE:MOACIR CARDOSO Representante(s): OAB 31082-A - ROBERTA CRISTINA DOS SANTOS FAGUNDES (ADVOGADO) REQUERIDO:PROSET PROACTIVIDADE EM SERVICOS E TREINAMENTOS LTDA Representante(s): OAB 10220 - RENATA ONOFRE DA SILVA (ADVOGADO) OAB 13226-B - IGOR FARIA FONSECA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA - 2Âª VARA CÃVEL Processo: 0007471-32.2016.8.14.0005 AÃ§Ã£o MonitÃ³ria Requerente: MOACIR CARDOSO Requerido: PROSET PROACTIVIDADE EM SERVIÃ¿OS E TREINAMENTOS LTDA SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O MONITÃ¿RIA ajuizada por MOACIR CARDOSO em face de PROSET PROACTIVIDADE EM SERVIÃ¿OS E TREINAMENTOS LTDA. Â Â Â Â Â Alega a parte autora que realizou um emprÃ©stimo no valor de R$ 70.000, 00 (setenta mil reais) para a requerida, tendo para tanto realizado um contrato de mÃºtuo, dividido em 24 (vinte e quatro) parcelas de R$ 10.000,00 (dez mil reais), o qual foi totalmente inadimplido. Â Â Â Â Â Pleiteou que seja julgada procedente a aÃ§Ã£o para condenar a requerida ao pagamento de R$ 556.288,28 (quinhentos e cinquenta e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos), relativo ao contrato de mÃºtuo realizado. Juntou o contrato e demais documentos. Â Â Â Â Â Recebida a inicial (fls. 136), a parte requerida nÃ£o fora citada, conforme certidÃ£o de fls.141. Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 148/149 fora juntado termo de confissÃ£o e parcelamento de dÃ-vida, tendo o requerente solicitado a suspensÃ£o dos autos atÃ© o pagamento dos valores assumidos pela requerida e o bloqueio de valores depositados judicialmente nos autos nÂº 0005165-32.2012.8.14.0005 (fls. 146/147). Â Â Â Â Â Deferida a suspensÃ£o dos autos pelo prazo de 180 dias e indeferido o pedido de bloqueio de valores (fls. 154). Â Â Â Â Â Autor requereu reconsideraÃ§Ã£o quanto ao pedido de bloqueio de valores depositados judicialmente (fls. 155/163). Â Â Â Â Â Os ex-sÃ³cios da empresa requerida apresentaram embargos MonitÃ³rios, em comparecimento espontÃ¢neo. Preliminarmente, requereram a concessÃ£o da gratuidade da justiÃ§a; a suspensÃ£o do mandado de pagamento, em razÃ£o dos embargos apresentados; a ilegitimidade passiva e a ausÃªncia de documento essencial. No mÃ©rito alegou a ausÃªncia de requisitos legais para a desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica; ausÃªncia dos requisitos de validade de confissÃ£o da dÃ-vida; ausÃªncia da entrega da coisa mutuada; nulidade do contrato por juros alÃ©m do patamar legal; litigÃ¢ncia de mÃ¡ fÃ© e excesso na correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e juros. Â Â Â Â Â Deferida a tutela de urgÃªncia, a fim de bloquear em conta judicial o valor cobrado nestes autos e recebidos os embargos monitÃ³rios (fls. 181). Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o do requerente quanto aos embargos monitÃ³rios (fls. 187/201). Â Â Â Â Â Em sede de impugnaÃ§Ã£o aos embargos Ã monitÃ³ria, a parte autora reafirmou os argumentos constantes na inicial e requereu a procedÃªncia do pleito. Â Â Â Â Â Era o que importava relatar. Passo a decidir. Decido. FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O. I.Â Â Â Â Â DAS PRELIMINARES a. Da preliminar de gratuidade Ã requerida Â Â Â Â Â Considerando os documentos acostados aos autos, que demonstram que a empresa requerida possui condiÃ§Ã£o econÃ´mica de arcar com as custas processuais, indefiro o pedido de gratuidade Ã empresa requerida. Â Â Â Â Â b. Da Ilegitimidade passiva Â Â Â Â No que tange Ã ilegitimidade passiva da empresa PROACTIVIDADE EM SERVIÃ¿OS E TREINAMENTOS LTDA (PRESET), cuido de observar que a empresa nÃ£o foi devidamente citada, no entanto manifestou espontaneamente nos autos em 16/11/2020. Â Â Â Â NÃ£o obstante a extinÃ§Ã£o da pessoa jurÃ-dica, em 23/07/2019, conforme argumentado, os sÃ³cios em nome prÃ³prio apresentaram manifestaÃ§Ã£o/embargos Ã monitÃ³ria, o que deve ser analisando com cautela para fins de sucessÃ£o processual da pessoa jurÃ-dica por seus sÃ³cios. Â Â Â Â O novel CÃ³digo de Processo Civil prima pelo princÃ-pio da primazia do julgamento de mÃ©rito da demanda, Ã© o que deve ser balizada na demanda para admitir juridicamente a sucessÃ£o processual dos interessados. Â Â Â Â Cumpre destacar que decisÃ£o semelhante tambÃ©m foi objeto de anÃ¡lise pelo Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino do Superior Tribunal de JustiÃ§a, no julgamento do Resp. (STJ - REsp: 1652592 SP 2015/0207688-6), destacou: Â¿...que o fato de ter sido averbado o instrumento de distrato da sociedade empresÃ¡ria na junta comercial nÃ£o faz com que ela perca, automaticamente, sua legitimidade processual. Na verdade, explicou o relator, existem trÃªs momentos distintos: a dissoluÃ§Ã£o, a liquidaÃ§Ã£o e a extinÃ§Ã£o da

pessoa jurÃ-dica propriamente ditaÂ¿. Â Â Â Â Ademais, concluiu que: Â¿ou seja, mesmo apÃ³s o registro do distrato da sociedade empresÃ¡ria, continuarÃ¡ o liquidante -- normalmente um dos sÃ³cios administradores -- a exercer o seu ofÃ-cio, em nome da sociedade, que passarÃ¡ a apresentar-se com a locuÃ§Ã£o `em liquidaÃ§Ã£oÂ¿, lembrou o ministro. Â Â Â Â Ainda de acordo com Sanseverino, o processo de liquidaÃ§Ã£o apenas termina com a apresentaÃ§Ã£o aos sÃ³cios do relatÃ³rio de liquidaÃ§Ã£o e as contas finais e, apÃ³s isso, com a averbaÃ§Ã£o da ata da reuniÃ£o ou da assembleia, ou o instrumento firmado pelos sÃ³cios, que considerar encerrada a liquidaÃ§Ã£o, conforme o artigo 1.103 do CÃ³digo Civil. Â Â Â Â O notÃ¡vel ministro tambÃ©m destacou:Â Â¿... que o fenÃ´meno da sucessÃ£o processual viabiliza que o processo venha a ser integrado por um novo sujeito -- pessoa fÃ-sica ou jurÃ-dica -- que nÃ£o integrava a aÃ§Ã£o inicialmente, passando o sucessor a ocupar a posiÃ§Ã£o processual do sucedidoÂ¿. Â Â Â Â Por fim, argumentou ainda que: Â¿... os ex-sÃ³cios, titulares do patrimÃ´nio da sociedade empresÃ¡ria e, assim, sucessores dos crÃ©ditos por ela titularizados, hÃ£o de, querendo, sucedÃª-la, regularizando o polo ativo da aÃ§Ã£oÂ¿, concluindo o ministro ao negar provimento ao recurso especial. Â¿ Â Â Â Â No contexto, colaciono a ementa sobre o tema: Â¿RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DISTRATO DA PESSOA JURÃDICA DEMANDANTE. SUCESSÃ¿O PROCESSUAL. INTELIGÃ¿NCIA DO ART. 43 DO CPC/73. AÃ¿Ã¿O DE CARÃTER PATRIMONIAL E NÃ¿O PERSONALÃSSIMO. 1. PolÃªmica em torno da possibilidade de continuaÃ§Ã£o de aÃ§Ã£o de resoluÃ§Ã£o de contrato de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os ajuizada em 2012, tendo em conta a superveniente dissoluÃ§Ã£o regular da pessoa jurÃ-dica demandante, mediante o distrato celebrado entre os seus sÃ³cios, em janeiro de 2014. 2. Em sendo transmissÃ-vel a obrigaÃ§Ã£o cuja prestaÃ§Ã£o se postula na demanda, a extinÃ§Ã£o da pessoa jurÃ-dica autora, mesmo mediante distrato, equipara-se Ã morte da pessoa natural prevista no art. 43 do CPC/73, decorrendo daÃ- a sucessÃ£o dos seus sÃ³cios. 3. Os sÃ³cios, titulares da sociedade empresÃ¡ria e, assim, sucessores dos crÃ©ditos por ela titularizados, podem, querendo, sucedÃª-la e, assim, regularizar o polo ativo da aÃ§Ã£o. 4. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. (STJ - REsp: 1652592 SP 2015/0207688-6, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 05/06/2018, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 12/06/2018) Â¿. Â Â Â Â Assim sendo, a sucessÃ£o processual Ã© a medida que se impÃµe ao caso. Â Â Â Â Ã¿ dizer, nÃ£o se trata de desconsideraÃ§Ã£o da pessoa jurÃ-dica, MAS TÃ¿O SOMENTE A SUCESSÃ¿O PROCESSUAL em razÃ£o do interesse de agir demonstrada pelos sÃ³cios que espontaneamente se habilitaram nos autos, Sr. MARCOS HENRIQUE ORLANDO GRACIO e ANA CAROLINA ORLANDO GRACIO. Â Â Â Â c. Da ausÃªncia de documento essencial Â Â Â Â Alegam os embargantes a ausÃªncia de documentos que comprovem a dÃ-vida, uma vez que o autor juntou apenas cÃ³pia do contrato de mÃºtuo, o qual nÃ£o fora assinado pela embargada e duas testemunhas, bem como nÃ£o hÃ¡ comprovaÃ§Ã£o do depÃ³sito/transferÃªncia do valor mutuado. Â Â Â Â Ocorre que o contrato de mÃºtuo fora assinado pelo ex-sÃ³cio da requerida, ou seja, seu representante legal, o que demonstra sua validade para cobranÃ§a nos presentes autos. Â Â Â Â A ausÃªncia de assinatura de duas testemunhas desconstitui o contrato de mÃºtuo como tÃ-tulo extrajudicial, porÃ©m cabÃ-vel a sua cobranÃ§a por meio de aÃ§Ã£o monitÃ³ria. Â Â Â Â Esse Ã© o entendimento: AÃ¿Ã¿O MONITÃ¿RIA. EMBARGOS AO MANDADO MONITÃ¿RIO. RECONVENÃ¿Ã¿O. CONTRATO DE CRÃ¿DITO PESSOAL. CABIMENTO DA AÃ¿Ã¿O MONITÃ¿RIA. Os documentos trazidos pelo embargado consistentes no instrumento do Contrato de CrÃ©dito Pessoal e no demonstrativo do dÃ©bito constituÃ-am prova escrita exigida no artigo 700 do CÃ³digo de Processo Civil para instruÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o monitÃ³ria. Instrumento sem assinatura de testemunhas e, por isso, sem natureza de tÃ-tulo executivo extrajudicial. Possibilidade do manejo da aÃ§Ã£o monitÃ³ria. Precedentes da Turma julgadora. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃ¿O CONFIGURAÃ¿Ã¿O. O pedido de revisÃ£o de contrato contido na reconvenÃ§Ã£o que trata da legalidade dos valores cobrados e passa pela anÃ¡lise jurÃ-dica - interpretaÃ§Ã£o da lei e do contrato - de juros, mecanismos de incidÃªncia de taxas ou tarifas e cobranÃ§as. Os pontos discutidos nos autos envolvem questÃµes de fato jÃ¡ avaliadas e constatadas adequadamente alÃ©m da prÃ³pria matÃ©ria de direito, prescindindo-se, portanto, da ampliaÃ§Ã£o da instruÃ§Ã£o processual para o julgamento. A prova pericial somente se faz adequada, quando o juiz - destinatÃ¡rio das provas - declarar sua necessidade e avaliar sua pertinÃªncia para compreensÃ£o da dinÂ¢mica do contrato (lanÃ§amentos de crÃ©ditos, taxas cobradas, juros realmente cobrados, etc .). Precedentes da Turma julgadora. Pedido de nulidade da sentenÃ§a rejeitado. CAPITALIZAÃ¿Ã¿O DOS JUROS. POSSIBILIDADE DE COBRANÃ¿A. CONTRATO ACOSTADO AOS AUTOS QUE DEMONSTRA A PACTUAÃ¿Ã¿O DA CAPITALIZAÃ¿Ã¿O. Os juros, no contrato discutido, podem ser capitalizados, pois hÃ¡ comprovaÃ§Ã£o da sua pactuaÃ§Ã£o expressa. IncidÃªncia das sÃºmulas 539 e 541 do Superior Tribunal de JustiÃ§a. PrevisÃ£o de juros remuneratÃ³rios nos perÃ-odos mensal (1,68%) e anual (22,13%), informaÃ§Ã£o suficiente sobre a capitalizaÃ§Ã£o. JUROS REMUNERATÃ¿RIOS. FIXAÃ¿Ã¿O EM PATAMAR SUPERIOR A 12% AO ANO.

POSSIBILIDADE. CONTRATO DE EMPRÃ¿STIMO. AUSÃ¿NCIA DE PROVA DE ABUSIVIDADE. NÃ£o hÃ¡ norma que determine a fixaÃ§Ã£o dos juros em 12% ao ano. Nesse mesmo sentido as SÃºmulas 596 e 648 do Supremo Tribunal Federal. As taxas de juros sÃ³ devem ser limitadas quando comprovada a discrepÃ¢ncia entre a taxa aplicada e a contratada e ou a mÃ©dia de mercado. AplicaÃ§Ã£o da tese fixada no julgamento do Recurso Especial n. 1.161.530-RS, incidente de julgamento de processos repetitivos, relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em 22/10/2008, DJ 10/03/2009. Precedentes da Turma julgadora. Caso concreto com previsÃ£o de juros remuneratÃ³rios de 1,68% ao mÃªs (CET de 2,00% ao mÃªs), porÃ©m, sem qualquer prova de abusividade em relaÃ§Ã£o Ã taxa mÃ©dia de mercado. AlegaÃ§Ã£o rejeitada. COMISSÃ¿O DE PERMANÃ¿NCIA. AUSÃ¿NCIA DE PREVISÃ¿O CONTRATUAL. A cobranÃ§a da comissÃ£o de permanÃªncia sÃ³ seria possÃ-vel se houvesse a demonstraÃ§Ã£o da contrataÃ§Ã£o expressa desse encargo, o que nÃ£o ocorreu. NÃ£o apresentaÃ§Ã£o das clÃ¡usulas gerais do contrato pelo autor. Inexistente a prova de sua contrataÃ§Ã£o, hÃ¡ de ser afastada a sua incidÃªncia. IncidÃªncia, no perÃ-odo da mora (anormalidade) apenas de juros de mora de 1% ao mÃªs e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria como forma. AplicaÃ§Ã£o da sÃºmula nÂº 294 do STJ. SEGURO DE PROTEÃ¿Ã¿O FINANCEIRA. ABUSIVIDADE. VENDA CASADA. RESTITUIÃ¿Ã¿O DO PRÃ¿MIO DETERMINADA. Contrato que previu a cobranÃ§a do prÃªmio referente ao seguro prestamista. Sendo assim, justo e adequado presumir-se que, diferente de um seguro contratado por meio de corretora, no caso concreto a oferta do seguro prestamista se deu no Ã¢mbito do prÃ³prio contrato de financiamento. Venda Casada do seguro, reconhecido com invalidaÃ§Ã£o das disposiÃ§Ãµes contratuais e ordem de restituiÃ§Ã£o do respectivo valor. AplicaÃ§Ã£o da tese fixada pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a no julgamento do incidente de recursos repetitivos, instaurado no Resp. nÂº 1.639.320/SP, relator o Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado em 12/12/2018: "Nos contratos bancÃ¡rios em geral, o consumidor nÃ£o pode ser compelido a contratar seguro com a instituiÃ§Ã£o financeira ou com seguradora por ela indicada." RestituiÃ§Ã£o simples dos valores qualificados como indevidos (prÃªmio do seguro prestamista, R$. 12833,80), autorizada compensaÃ§Ã£o de valores. ReconvenÃ§Ã£o parcialmente procedente. SENTENÃ¿A REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-SP - AC: 10013770820188260115 SP 1001377-08.2018.8.26.0115, Relator: Alexandre David Malfatti, Data de Julgamento: 23/06/2021, 12Âª CÃ¢mara de Direito Privado, Data de PublicaÃ§Ã£o: 23/06/2021). Â Â Â Â Quanto a ausÃªncia de comprovaÃ§Ã£o do depÃ³sito/transferÃªncia do valor mutuado, verifica-se que foi juntado aos autos termo de confissÃ£o e parcelamento de dÃ-vida assinado pelo administrador da empresa Sr. MARCOS AUGUSTO GRACIO, o que demonstra que o valor foi recebido pela requerida. Â Â Â Â Dessa forma, rejeito a preliminar alegada. Â Â Â Â Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito, de acordo com as provas produzidas nos autos. Â Â Â Â II. MÃ¿RITO Â Â Â Â Â Segundo disposiÃ§Ã£o do art. 700 do Novo CPC, a admissibilidade da demanda monitÃ³ria estÃ¡ condicionada Ã existÃªncia de uma prova escrita sem eficÃ¡cia de tÃ-tulo executivo e limitada Ã s obrigaÃ§Ãµes de pagamento em soma de dinheiro, entrega de coisa (fungÃ-vel ou infungÃ-vel) ou de bem (mÃ³vel ou imÃ³vel) e adimplemento de obrigaÃ§Ã£o de fazer ou de nÃ£o fazer. O dispositivo nÃ£o aponta expressamente, mas aos requisitos nele previstos soma-se a vontade do demandante, que mesmo diante das condiÃ§Ãµes previstas pelo dispositivo legal poderÃ¡ optar pela demanda de conhecimento. Â Â Â Â Â Este primeiro requisito estÃ¡ satisfeito, eis que juntado aos autos contrato de mÃºtuo sem eficÃ¡cia executiva, documento hÃ¡bil para embasar a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Ao empregar a expressÃ£o Â¿prova escritaÂ¿, deixou bem claro o legislador que caberÃ£o ao juiz a anÃ¡lise e a valoraÃ§Ã£o dessa prova, para somente depois expedir o mandado monitÃ³rio, o que evidentemente nÃ£o ocorre no processo/fase de execuÃ§Ã£o e com o tÃ-tulo executivo. O Superior Tribunal de JustiÃ§a Ã© pacificado no sentido de nÃ£o existir um modelo predefinido desta prova escrita, bastando que seja hÃ¡bil a convencer o juiz da pertinÃªncia da dÃ-vida. Â Â Â Â Â Independentemente da natureza jurÃ-dica que se atribua Ã demanda monitÃ³ria - processo de conhecimento com procedimento especial ou espÃ©cie autÃ´noma de processo -, Ã© exigida do demandante a elaboraÃ§Ã£o de uma petiÃ§Ã£o inicial, nos termos dos arts. 319 e 320 do Novo CPC. Â Â Â Â Â Nos termos do art. 700, Â§ 2.Âº, do Novo CPC, cabe ao autor, na petiÃ§Ã£o inicial, explicitar, conforme o caso: (I) a importÃ¢ncia devida, instruindo-a com memÃ³ria de cÃ¡lculo; (II) o valor atual da coisa reclamada; (III) o conteÃºdo patrimonial em discussÃ£o ou o proveito econÃ´mico perseguido. Segundo o Â§ 3.Âº do mesmo artigo, o valor de causa deverÃ¡ corresponder Ã importÃ¢ncia prevista no Â§ 2.Âº, I a III. Â Â Â Â Â Tais requisitos estÃ£o plenamente satisfeitos, estando a memÃ³ria de cÃ¡lculo juntada Ã s fls. 25. Â Â Â Â Â No tocante Ã causa de pedir, diferente do que ocorre na aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o, nÃ£o basta ao autor da monitÃ³ria fazer uma simples remissÃ£o Ã prova literal que instrui a petiÃ§Ã£o inicial, sendo exigido que descreva os fatos referentes ao surgimento da dÃ-vida e o fundamento jurÃ-dico. Â Â Â Â Â Esse, entretanto, nÃ£o Ã© o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a, que defende ser dispensÃ¡vel a alegaÃ§Ã£o fÃ¡tica que fundamenta o direito alegado pelo autor com base no contraditÃ³rio diferido. Vejamos: Em aÃ§Ã£o

monitÃ³ria fundada em cheque prescrito, ajuizada em face do emitente, Ã© dispensÃ¡vel a menÃ§Ã£o ao negÃ³cio jurÃ-dico subjacente Ã emissÃ£o da cÃ¡rtula. No procedimento monitÃ³rio, a expediÃ§Ã£o do mandado de pagamento ou de entrega da coisa Ã© feita em cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, tendo em vista a finalidade de propiciar celeridade Ã formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo judicial. Nesse contexto, hÃ¡ inversÃ£o da iniciativa do contraditÃ³rio, cabendo ao demandado a faculdade de opor embargos Ã monitÃ³ria, suscitando toda a matÃ©ria de defesa, visto que recai sobre ele o Ã´nus probatÃ³rio. Dessa forma, de acordo com a jurisprudÃªncia consolidada no STJ, o autor da aÃ§Ã£o monitÃ³ria nÃ£o precisa, na exordial, mencionar ou comprovar a relaÃ§Ã£o causal que deu origem Ã emissÃ£o do cheque prescrito, o que nÃ£o implica cerceamento de defesa do demandado, pois nÃ£o impede o requerido de discutir a causa debendi nos embargos Ã monitÃ³ria. Precedentes citados: AgRg no Ag 1.143.036-RS, DJe 31/5/2012, e REsp 222.937-SP, DJ 2/2/2004. REsp 1.094.571-SP, Rel. Min. Luis Felipe SalomÃ£o, julgado em 4/2/2013. Â Â Â Â Â Conforme ensina a melhor doutrina, o mÃ©rito da demanda deve ser conceituado como a pretensÃ£o Ã tutela jurÃ-dica buscada pelo autor em juÃ-zo. Â Â Â Â Â Respondendo Ã questÃ£o sobre o que o autor pretende com o processo judicial, estar-se-Ã¡ determinando seu mÃ©rito. Quando o autor ingressa com uma aÃ§Ã£o de conhecimento, pretende, em primeiro plano, o reconhecimento do direito por ele afirmado, para assim poder, posteriormente, satisfazer o seu direito, seja por meio do cumprimento Â¿voluntÃ¡rioÂ¿ da obrigaÃ§Ã£o pelo devedor, seja por meio da prÃ³pria forÃ§a gerada pela sentenÃ§a (declaratÃ³ria e constitutiva) ou, ainda, mediante execuÃ§Ã£o forÃ§ada, quando alÃ©m do reconhecimento do direito o autor requer a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u ao cumprimento de uma prestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Entendo que o mÃ©rito do processo monitÃ³rio nÃ£o se confunde com o mÃ©rito do processo de conhecimento tradicional. Na realidade, o mÃ©rito monitÃ³rio Ã© mais prÃ³ximo do mÃ©rito do processo executivo, registrando-se, entretanto, que as manifestas diferenÃ§as procedimentais entre os dois processos nÃ£o permitem nenhuma confusÃ£o entre eles. Â Â Â Â Â O art. 700, caput, do Novo CPC dispÃµe que a aÃ§Ã£o monitÃ³ria pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficÃ¡cia de tÃ-tulo executivo, ter direito de exigir do devedor capaz o cumprimento de qualquer espÃ©cie de obrigaÃ§Ã£o. A leitura do texto legal leva Ã conclusÃ£o de que o autor, ao ingressar com a demanda monitÃ³ria, nÃ£o estÃ¡ buscando o reconhecimento de seu direito, mas tÃ£o somente o pagamento de soma em dinheiro ou entrega de coisa. A pretensÃ£o do autor no processo monitÃ³rio Ã©, portanto, a satisfaÃ§Ã£o de seu direito, e nÃ£o o seu reconhecimento. Â Â Â Â Â Mesmo quando o autor nÃ£o obtÃ©m o que pretende, que indubitavelmente Ã© a satisfaÃ§Ã£o de seu direito, no caso de o rÃ©u nÃ£o cumprir sua obrigaÃ§Ã£o no prazo legal, o que se vÃª Ã© a conversÃ£o do mandado inicial em tÃ-tulo executivo, e nÃ£o a existÃªncia de decisÃ£o que reconhece o direito alegado na inicial pelo autor. Â Â Â Â Â No caso presente, foram aforados embargos, cujas preliminares jÃ¡ foram rebatidas no capÃ-tulo anterior. Â Â Â Â Â Tratando-se de aÃ§Ã£o incidental, os embargos ao mandado monitÃ³rio exigem o oferecimento de uma petiÃ§Ã£o inicial, nos termos dos arts. 319 e 320 do Novo CPC, seguindo-se o procedimento comum. Diferente dos embargos Ã execuÃ§Ã£o, nos embargos ao mandado monitÃ³rio a cogniÃ§Ã£o Ã© plena, sendo admissÃ-vel a alegaÃ§Ã£o de qualquer matÃ©ria de defesa, nos termos do art. 702, Â§ 1Âº, do Novo CPC. Â Â Â Â Â A interposiÃ§Ã£o dos embargos ao mandado monitÃ³rio suspende a eficÃ¡cia do mandado inicial (art. 702, Â§ 4Âº, do Novo CPC), e, havendo a interposiÃ§Ã£o de embargos parciais, a parcela do mandado nÃ£o impugnada converte-se de pleno direito em tÃ-tulo executivo, nos termos do art. 702, Â§ 7Âº, do Novo CPC), o que jÃ¡ permite a propositura da execuÃ§Ã£o definitiva por meio do cumprimento de sentenÃ§a dessa parte incontroversa da pretensÃ£o do autor. Â Â Â Â Â No caso presente, portanto, tem-se por incontroversa a quantia de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), eis que as preliminares jÃ¡ foram rejeitadas. Â Â Â Â Â Quanto ao pedido de nulidade contratual, em razÃ£o da taxa de juros alÃ©m do patamar legal, verifica-se que a taxa de juros foi aplicada conforme previsto no contrato de mÃºtuo, nÃ£o estando limitada a 12% ao ano, conforme entendimento: DIREITO CIVIL. PROCESSO CIVIL. AÃ¿Ã¿O ORDINÃRIA. APELAÃ¿Ã¿O. CONTRATO DE MÃ¿TUO. REVISÃ¿O CONTRATUAL. JUROS. TAXA MÃ¿DIA DE MERCADO. ABUSIVIDADE NÃ¿O DEMONSTRADA. 1. Trata-se de apelaÃ§Ã£o interposta por Dorvalina Soares da Silva e Joverci JosÃ© da Silva em face da sentenÃ§a que julgou parcialmente procedente os pedidos formulados na inicial, objetivando a declaraÃ§Ã£o de ilegalidade da taxa de juros aplicada. 2. A taxa de juros foi aplicada de acordo com a previsÃ£o contratual, consoante comprovado em perÃ-cia judicial. No perÃ-odo de adimplemento, a dÃ-vida sofre a incidÃªncia dos juros remuneratÃ³rios nele previstos, que nÃ£o estÃ£o limitados Ã taxa de 12% ao ano, nem mesmo no perÃ-odo anterior Ã EC 40/2003, pois nÃ£o era autoaplicÃ¡vel o revogado Â§ 3Âº, do art. 192, da CF (SÃºmula 648 do STF). Entendimento conforme o acÃ³rdÃ£o da 2Âª SeÃ§Ã£o do STJ no Recurso Especial 1.061.530-RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, julgado segundo o rito do art. 543-C, do CPC. 3. A jurisprudÃªncia deste Tribunal Ã© no sentido de que a taxa mÃ©dia de mercado Ã© apenas um referencial para a estipulaÃ§Ã£o dos juros

remuneratÃ³rios, sendo necessÃ¡rio a demonstraÃ§Ã£o de que o credor estÃ¡ tendo vantagem exorbitante, o que nÃ£o ficou configurado no caso em comento. 4. HonorÃ¡rios advocatÃ-cios nos termos do art. 85, Â§ 11, do CPC, que ora se acrescem em 2% ao valor fixado na sentenÃ§a para a verba de sucumbÃªncia. 5. ApelaÃ§Ã£o desprovida. (TRF-1 - AC: 00326222120154013500, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃ¿O, Data de Julgamento: 17/09/2021, QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: PJe 17/09/2021 PAG PJe 17/09/2021 PAG). Â Â Â Â Â Da alegada litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© Â Â Â Â Â A cominaÃ§Ã£o ao autor/embargado pela litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© requer a demonstraÃ§Ã£o de que tenha ele agido com intuito ilegÃ-timo, motivado por outra causa que nÃ£o seu interesse em receber o que lhe seria devido. A conduta do embargado nÃ£o se subsumiu em nenhuma das hipÃ³teses do art. 80 do CPC, uma vez que exerceu direito legÃ-timo no sentido de provar sua tese. Â Â Â Â Â RazÃ£o pela qual entendo nÃ£o prosperar o pleito quanto a litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©. Â Â Â Â Â Da correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e juros Â Â Â Â Â Resta, apenas, saber se Ã© cabÃ-vel ou nÃ£o a inclusÃ£o dos juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria como valor principal da AÃ§Ã£o MonitÃ³ria, eis que todas as demais teses defensivas foram rebatidas. Â Â Â Â Â Analisando atentamente o caso presente, entendo que, de fato, a parte autora se adiantou ao incluir no valor principal os juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, atÃ© porque tais valores podem ser alterados, com a presente sentenÃ§a. APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. EMBARGOS Ã¿ MONITÃ¿RIA. CONFISSÃ¿O DE DÃVIDA. 1. ALEGAÃ¿Ã¿O DE EMISSÃ¿O FORJADA DO TÃTULO PARA GARANTIR SUPOSTA DÃVIDA E DE NECESSIDADE DE COBRANÃ¿A POR OUTROS MEIOS EM FACE DE TERCEIROS ENVOLVIDOS. INCONSISTÃ¿NCIA DOS ARGUMENTOS PARA SUSTENTAR A INEXIGIBILIDADE DO DÃ¿BITO. 2. EXCESSO DA DÃVIDA NÃ¿O VERIFICADO NO CASO CONCRETO. 3. AGIOTAGEM NÃ¿O DEMONSTRADA CABALMENTE NOS AUTOS. Ã¿NUS DA PROVA QUE INCUMBIA AO REQUERIDO. 4. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÃ¿Ã¿O. CORREÃ¿Ã¿O MONETÃRIA. TERMO INICIAL. PROPOSITURA DA AÃ¿Ã¿O. SENTENÃ¿A PARCIALMENTE REFORMADA. 5. SUCUMBÃ¿NCIA. MANUTENÃ¿Ã¿O DO Ã¿NUS. DECAIMENTO MÃNIMO DO PEDIDO DA AUTORA (ART. 86, PARÃGRAFO Ã¿NICO, DO CPC). 6. HONORÃRIOS RECURSAIS. NÃ¿O CABIMENTO.1. Inexiste qualquer Ã³bice ao fato de que a confissÃ£o de dÃ-vida ou mesmo a nota promissÃ³ria que instruÃ-ram a inicial da monitÃ³ria tenham sido emitidas pela apelada em funÃ§Ã£o dos emprÃ©stimos concedidos, atÃ© porque referidos documentos contaram com a anuÃªncia e assinatura do apelante, circunstÃ¢ncia a afastar o alegado vÃ-cio de que sua emissÃ£o tenha sido forjada.2. Conquanto alegue excesso no valor cobrado pelo fato de ter confessado em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o ser devedor de quantia inferior Ã postulada, tal insurgÃªncia, por si sÃ³, nÃ£o serve de fundamento para descaracterizar o valor indicado no instrumento de confissÃ£o de dÃ-vida, na medida em que nÃ£o houve comprovaÃ§Ã£o de nenhum pagamento posterior Ã data de sua celebraÃ§Ã£o que pudesse ensejar o abatimento do dÃ©bito.3. A prÃ¡tica de agiotagem nÃ£o pode ser presumida. NÃ£o havendo provas concretas de que a autora emprestava dinheiro a juros acima do permissivo legal, ausentes se fazem os elementos para a configuraÃ§Ã£o de tal ilÃ-cito.4. Nas aÃ§Ãµes de cobranÃ§a, os encargos contratuais devem incidir somente atÃ© o ajuizamento da demanda, aplicando-se sobre o dÃ©bito, a partir de entÃ£o, apenas correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelos Ã-ndices oficiais e juros de mora, estes contados da citaÃ§Ã£o.5. O provimento do recurso apenas quanto ao termo inicial da correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e dos juros de mora nÃ£o pode ser considerado para efeitos de redistribuiÃ§Ã£o do Ã´nus de sucumbÃªncia, razÃ£o pela qual resta mantido o Ã´nus tal como fixado na sentenÃ§a.6. IncabÃ-vel a majoraÃ§Ã£o da verba honorÃ¡ria em grau recursal prevista no art. 85, Â§ 11, do CPC, se um dos requisitos necessÃ¡rios fixados pelo STJ nÃ£o foi preenchido: o nÃ£o conhecimento integral ou o desprovimento do recurso. ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel provida em parte. (TJ-PR - APL: 00065847920188160148. RolÃ¢ndia 0006584-79.2018.8.16.0148 (AcÃ³rdÃ£o), Relator: Jucimar Novochadlo, Data de Julgamento: 26/06/2021, 15Âª CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: 28/06/2021). Â Â Â Â Â Portanto, a Ãºnica modificaÃ§Ã£o a ser realizada por este juÃ-zo Ã© a incidÃªncia dos juros de mora e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, devendo o termo inicial dos juros contar a partir da citaÃ§Ã£o e a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria a partir da propositura da aÃ§Ã£o, ficando rejeitados os embargos Ã monitÃ³ria, com a consequÃªncia procedÃªncia da aÃ§Ã£o principal. Â Â Â Â Â III. DISPOSITIVO. Â Â Â Â Â Pelo exposto julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado nos embargos opostos Ã presente aÃ§Ã£o monitÃ³ria e, por consequÃªncia, DECLARO constituÃ-do o tÃ-tulo executivo judicial, na forma do art. 702, Â§ 8Âº, do CÃ³digo de Processo Civil, no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), com juros de 1% ao mÃªs a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, com adoÃ§Ã£o de INPC, a partir da propositura da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Condeno os requeridos MARCOS HENRIQUE ORLANDO GRACIO e ANA CAROLINA ORLANDO GRACIO no pagamento das custas e dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Por fim, MANTENHO A DECISÂ¿O LIMINAR de fls. 181. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, intime-se o autor para juntar aos autos, no prazo de

15(quinze) dias, planilha atualizada do dÃ©bito nos termos acima, a fim de possibilitar a instauraÃ§Ã£o da fase de cumprimento de sentenÃ§a do art. 523 e seguintes do CPC. Cumprida a diligÃªncia, anote-se a nova fase processual. Em seguida, intime-se, pessoalmente, a devedora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra voluntariamente a obrigaÃ§Ã£o, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorÃ¡rios advocatÃ-cios de 10% sobre o valor da dÃ-vida (art. 523, Â§1Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se, intime-se. Â Â Â Â Â Altamira/PA, 13 de outubro de 2021. LUANNA KARISSA ARAÃ¿JO LOPES JuÃ-za de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira/PA
P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 4 9 6 4 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: G. M. B.
Representante(s):
OAB 19799 - WALDIZA VIANA TEIXEIRA (ADVOGADO)

SENTENÇA Tratam os autos de Aç¿o de Alvará Judicial, em que é requerente **GERONICE DE MORAIS BORGES**, devidamente qualificada nos autos. Determinada a intimaç¿o pessoal da requerente para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, contudo, n¿o foi possível encontra-la no endereço informado na inicial, conforme certid¿o de fl. 60.É o relatório. Decido. Inicialmente, mister registrar que é dever das partes manter o endereço atualizado, tendo como realizado o ato endereçado ao local informado nos autos, ainda que a parte tenha se mudado.O art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil, disp¿e que o processo será extinto sem julgamento do mérito quando o autor abandonar a causa por mais de trinta dias. A inércia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisaç¿o do processo, faz presumir desistência da pretens¿o à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condiç¿o para o regular exercício do direito de aç¿o. Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da autora na continuaç¿o do processo, configurando carência superveniente do direito de aç¿o.Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior: Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz n¿o está jungido a aguardar a provocaç¿o de interessado para extinguir a relaç¿o processual abandonada pela parte. Verificada a paralisaç¿o por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimaç¿o pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, n¿o sanada a falta, decretará a extinç¿o, mesmo sem postulaç¿o do interessado ou do Ministério Público. (In Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).Deste modo, diante do desinteresse da parte autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinç¿o e arquivamento do processo. Nesse sentido:PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinç¿o do processo sem Resoluç¿o de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelaç¿o da parte autora desprovida. (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galv¿o Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).Depreende-se do artigo 106, inciso II e do art. 274, parágrafo único do CPC, que compete às partes declinarem os seus endereços no processo a fim de que possam receber as intimaç¿es. Ambos os dispositivos, fazem alus¿o a necessidade da parte informar qualquer mudança de endereço, ainda que seja temporária ou definitiva, veja-se: Art. 106. Quando postular em causa própria, incumbe ao advogado:I - declarar, na petiç¿o inicial ou na contestaç¿o, o endereço, seu número de inscriç¿o na Ordem dos Advogados do Brasil e o nome da sociedade de advogados da qual participa, para o recebimento de intimaç¿es;**II - comunicar ao juízo qualquer mudança de endereço.**Art. 274. OmissisParágrafo único. **Presumem-se válidas as intimaç¿es dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que n¿o recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificaç¿o temporária ou definitiva n¿o tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.** (Grifo nosso)Quanto a esse ponto a jurisprudência é pacífica, vejamos o julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:EMENTA: PROCESSO CIVIL. BUSCA E APREENS¿O. EXTINÇ¿O DO FEITO SEM RESOLUÇ¿O DE MÉRITO. ART. 267, INC. III, DO CPC. ABANDONO DO PROCESSO. EXISTÊNCIA DE INTIMAÇ¿O PRÉVIA DA ADVOGADA CONSTITUÍDA. INTIMAÇ¿O PESSOAL VÁLIDA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Verificando-se que a parte autora, bem como a sua patrona, foram devidamente intimadas para dar andamento ao feito, sob pena de extinç¿o, porém, mantiveram-se inertes, acertada a extinç¿o do processo com base no art. 267, inc. III, do CPC. 2. Nos termos do art. 39, incs. I e II, do CPC, cabe à parte manter o seu endereço nos autos constantemente atualizado, a fim de permitir a sua intimaç¿o para o cumprimento das determinaç¿es judiciais, devendo, pois, comunicar ao Juízo qualquer alteraç¿o, sob pena de se reputar válida a intimaç¿o realizada no endereço antes declinado nos autos. 3. Negou-se provimento ao recurso. Sentença mantida. (Órg¿o: 6ª Turma Cível; Processo: N. Apelaç¿o Cível 20100910127407APC; Relatora: Desembargadora Nilsoni de Freitas Custódio; Acórd¿o Nº

501.808.)Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMENDA À INICIAL. N¿O CUMPRIMENTO. INDEFERIMENTO. EXTINÇ¿O SEM RESOLUÇ¿O DE MÉRITO. INTIMAÇ¿O PESSOAL. DESNECESSIDADE. I - FACULTADA A OPORTUNIDADE PARA A PARTE EMENDAR A INICIAL E SENDO DESCUMPRIDA A ORDEM, DE MODO A PERMANECER O VÍCIO, CORRETO O INDEFERIMENTO DA PETIÇ¿O INICIAL. II - NESSA HIPÓTESE, N¿O É EXIGÍVEL A INTIMAÇ¿O PESSOAL DA PARTE AUTORA, NA FORMA PRECONIZADA NO ART. 267, § 1º, DO MESMO DIPLOMA LEGAL. III - NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO. (TJ-DF - APC: 20130210051110 DF 0005024-80.2013.8.07.0002, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 14/05/2014, 6ª Turma Cível, Data de Publicaç¿o: Publicado no DJE: 20/05/2014. Pág.: 218). Assim, considerando que a parte autora n¿o atualizou seu endereço, chego à conclus¿o de que n¿o tem interesse no prosseguimento do feito, tendo em vista que n¿o promoveu nos autos o que lhe competia, abandonando o processo.ANTE O EXPOSTO, julgo extinto o processo sem resoluç¿o de mérito, com fundamento no inciso III do art. 485 do Código de Processo Civil.Sem custas e honorários.Após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se com as cautelas da lei. P.R.I.C.Altamira/PA, 05 de novembro de 2021. **LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES SODRE** Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA

RESENHA: 28/10/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA DA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA - VARA: 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA
P R O C E S S O : 0 0 0 0 2 9 0 7 7 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Divórcio Litigioso em: 03/11/2021---REQUERENTE:T. S. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:A. E. N. S. S. . A parte autora informa que o requerido se encontra inadimplente quanto aos alimentos provisÃ³rios fixados no importe de 50% (cinquenta por cento) do salÃ¡rio mÃ-nimo, bem como requereu, ainda, a fixaÃ§Ã£o de aluguel no importe de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) em seu favor, uma vez que o requerido usufrui exclusivamente da casa adquirida na constÃ¢ncia do casamento, que Ã© objeto de partilha nesses autos.Informa, tambÃ©m, que o requerido, conforme decisÃ£o de fl. 28, foi proibido de alienar os bens arrolados objetos da partilha entre o casal, sob pena de multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Entretanto, em descumprimento da decisÃ£o judicial, ele alienou um terreno localizado no bairro Liberdade, em Altamira e um lote localizado em Senador JosÃ© PorfÃ-rio.Pois bem!No que tange aos valores inadimplidos referentes aos alimentos provisÃ³rios, deve-se, caso queira a parte autora, promover a Â¿execuÃ§Ã£o dos alimentos provisÃ³rios, bem como a dos alimentos fixados em sentenÃ§a ainda nÃ£o transitada em julgado, se processa em autos apartadosÂ¿, conforme expressa o art. 531, Â§ 1Âº do CPC/2015.Em relaÃ§Ã£o a utilizaÃ§Ã£o, exclusiva pelo requerido, do imÃ³vel localizado na Rua Q, nÂº 546, Bairro JatobÃ¡, Altamira/PA, entendo que assiste razÃ£o a requerente, fazendo jus ao arbitramento de aluguÃ©is em seu valor.Resta pacificado nos Tribunais que o cÃ´njuge que usufrui exclusivamente um bem adquirido na constÃ¢ncia do casamento, deve arcar com pagamento de aluguel em favor do outro, sob pena de enriquecimento sem causa. Vejamos:AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMÃ¿VEL. USO EXCLUSIVO. EX-CÃ¿NJUGE. PARTILHA NÃ¿O EFETIVADA. ALUGUEL. ARBITRAMENTO. POSSIBILIDADE. SÃ¿MULA NÂº 568/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acÃ³rdÃ£o publicado na vigÃªncia do CÃ³digo de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nÂºs 2 e 3/STJ). 2. Na hipÃ³tese, a decisÃ£o proferida pelo tribunal de origem estÃ¡ em harmonia com o entendimento mais recente do Superior Tribunal de JustiÃ§a, firmado no sentido de que, enquanto nÃ£o dividido o imÃ³vel, existe um condomÃ-nio entre as partes, sendo que, se apenas um dos condÃ´minos usufruir do imÃ³vel, abre-se a via da indenizaÃ§Ã£o Ã quele que se encontra privado da utilizaÃ§Ã£o do bem, desde que identificÃ¡vel o quinhÃ£o de cada uma das partes. IncidÃªncia da SÃºmula nÂº 568/STJ. 3. Agravo interno nÃ£o provido. (STJ - AgInt no AREsp: 1786608 SP 2020/0295110-1, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÃ¿AS CUEVA, Data de Julgamento: 30/08/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 03/09/2021)AGRAVO INTERNO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÃ¿NCIA DE VIOLAÃ¿Ã¿O AO ART. 1.022 DO CPC. REEXAME DO SUPORTE FÃTICO-PROBATÃ¿RIO DOS AUTOS. SÃ¿MULA 7/STJ. PARTILHA. USO EXCLUSIVO DE BEM IMÃ¿VEL POR UM DOS EX-CÃ¿NJUGES. PAGAMENTO DE ALUGUÃ¿IS. JUROS DE MORA. DISSÃDIO JURISPRUDENCIAL NÃ¿O VERIFICADO. 1. NÃ£o se viabiliza o recurso especial pela indicada violaÃ§Ã£o do art. 1.022 do CPC quando a matÃ©ria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, ainda que em sentido contrÃ¡rio Ã pretensÃ£o do recorrente. 2. A reapreciaÃ§Ã£o do suporte fÃ¡tico-probatÃ³rio dos autos Ã© vedada nesta Corte, pelo Ã³bice da SÃºmula 7/STJ: "A pretensÃ£o de simples reexame de prova nÃ£o enseja recurso especial". 3. Com a presente aÃ§Ã£o, buscou-se a extinÃ§Ã£o de condomÃ-nio relativamente a imÃ³vel pertencente a casal que veio a se separar. As instÃ¢ncias ordinÃ¡rias autorizaram a alienaÃ§Ã£o judicial, sendo o rÃ©u condenado ao pagamento de aluguÃ©is atrasados de imÃ³vel jÃ¡ partilhado entre as partes. 4. Ã¿ possÃ-vel o arbitramento de aluguÃ©is pelo uso exclusivo de bem imÃ³vel por um dos ex-cÃ´njuges, a partir do momento em que este toma conhecimento inequÃ-voco do inconformismo da outra parte em relaÃ§Ã£o Ã fruiÃ§Ã£o exclusiva do bem, o que, via de regra, ocorre com a citaÃ§Ã£o, mas nada impede que seja em momento anterior, quando hÃ¡ notificaÃ§Ã£o extrajudicial. 5. Mesmo naquelas obrigaÃ§Ãµes nÃ£o quantificadas em dinheiro inicialmente ou ilÃ-quidas, os juros moratÃ³rios dos aluguÃ©is atrasados fluem normalmente da data em que o devedor Ã© constituÃ-do em mora. 6. O dissÃ-dio jurisprudencial nÃ£o foi demonstrado nos moldes regimentais, o que impede o conhecimento do recurso especial pela alÃ-nea c do permissivo constitucional. 7. Agravo interno nÃ£o provido. (STJ - AgInt no REsp: 1782828 PR 2018/0314770-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃ¿O, Data de Julgamento: 29/10/2019, T4 - QUARTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 05/11/2019)Sem grifos no original.Portanto, nÃ£o hÃ¡ dÃºvidas que a situaÃ§Ã£o coloca a parte autora em

situaÃ§Ã£o desvantajosa economicamente, que alÃ©m de deter atualmente detÃ©m a guarda dos filhos do casal, tem que arcar com alugueis de uma nova moradia, enquanto o requerido se aproveita exclusivamente dos benefÃ-cios econÃ´micos daquela morada adquirida na constÃ¢ncia do casamento.Assim, fixo o valor o valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) de aluguel em favor da parte autora, o qual o requerido deverÃ¡ efetuar o pagamento atÃ© o dia 06 de cada mÃªs, juntamente com o valor fixados em alimentos provisÃ³rios, conforme decisÃ£o de fl. 28.Em seguida determino:a)Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora pessoalmente, considerando ser assistida pela Defensoria PÃºblica;b)Â Â Â Â Â Intime-se o requerido, pessoalmente, para ciÃªncia dessa decisÃ£o que fixou o aluguel em favor da parte autora, bem como para manifestar, no prazo de 10 (dez) dias pela Defensoria PÃºblica, jÃ¡ computada a dobra legal, acerca da alienaÃ§Ã£o dos imÃ³veis;c)Â Â Â Â Â Intime-se a Defensoria PÃºblica para ciÃªncia dessa decisÃ£o, no prazo de 10 (dez) dias, jÃ¡ computada a dobra legal; e,d)Â Â Â Â Â Cumpra-se a decisÃ£o de fls. 110/111.ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redaÃ§Ã£o que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009.P. I. C.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 7 7 0 8 9 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Comum Cível em: 03/11/2021---REQUERENTE:MUNICIPIO DE ALTAMIRA PA Representante(s): ODIVALDO SABOIA ALVES (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:VALDECY CLAUDINO Representante(s): OAB 18988 - RENAN AZEVEDO SANTOS (ADVOGADO) . Defiro o pedido formulado sob a fl. 121 dos autos e, prorrogo por 30 (trinta) dias o prazo para a entrega do laudo pericial.Notifique-se o perito responsÃ¡vel.Com a juntada do laudo, intimem-se as partes para manifestaÃ§Ã£o, nos termos da decisÃ£o de fl. 111 dos autos.P.I.C.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 4 6 8 2 7 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Sumário em: 03/11/2021---REQUERENTE:ADAILTON NASCIMENTO DE JESUS Representante(s): OAB 22049 - JOSIANE LUISA DE ARAUJO BARRENECHE (ADVOGADO) OAB 54738 - DAIANE MORAES LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DE SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) . A parte requerente, qualificada nos autos, propÃ´s AÃ§Ã£o de CobranÃ§a de Seguro ObrigatÃ³rio - DPVAT, em desfavor da requerida, tambÃ©m qualificada nos autos, sob o argumento de que sofreu acidente de trÃ¢nsito, ocorrido no dia 07/07/2016, tendo sequelas em razÃ£o do mesmo. Afirma nÃ£o ter recebido nenhum valor na esfera administrativa.O MM. Juiz, considerando pertinente a produÃ§Ã£o de prova pericial, nomeou perito judicial. A parte rÃ© foi citada, tendo apresentado contestaÃ§Ã£o na qual arguiu preliminares quanto a ausÃªncia de documentos obrigatÃ³rios para a instruÃ§Ã£o do processo, laudo mÃ©dico e impugnaÃ§Ã£o ao boletim de ocorrÃªncia.Consta nos autos perÃ-cia mÃ©dica.Â As partes apresentaram alegaÃ§Ãµes finais.Â Ã¿ o relatÃ³rio. Decido.A indenizaÃ§Ã£o pelo seguro DPVAT, nos termos da Lei nÂº 6.194/74, Ã© devida desde que seja comprovado o acidente, bem como o dano e o nexo de causalidade dele decorrente.No presente litÃ-gio, verifico que o autor, embora, vÃ-tima de acidente de trÃ¢nsito, conforme documento juntados aos autos Ã s fls. 15/22, nÃ£o restou comprovada sua invalidez permanente, ainda que total ou parcial.O laudo pericial de fl. 93, nÃ£o descreve sobre a existÃªncia das lesÃµes sofridas pelo autor, nÃ£o concluiu pela sua invalidez.Pelo exposto, considerando a comprovaÃ§Ã£o nos autos da inexistÃªncia de invalidez ou incapacidade permanente, seja total ou parcial, e ante a ausÃªncia de previsÃ£o legal para indenizaÃ§Ã£o do seguro DPVAT nos casos de invalidez temporÃ¡ria JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo CÃ³digo de Processo Civil. Condeno a autora ao pagamento das custas finais, entretanto, em razÃ£o da gratuidade concedida, suspendo a sua exigibilidade, na forma do art. 98, Â§3Âº, do CPC. O autor sucumbente arcarÃ¡ com os honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% sobre o valor atualizado, da causa, observada a gratuidade de justiÃ§a.Em caso de apresentaÃ§Ã£o de Recurso de ApelaÃ§Ã£o, intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazÃµes, no prazo de 15 (quinze) dias (NCPC, art.1.010, Â§ 1Â°). Em seguida, apÃ³s o cumprimento das formalidades legais, remeta-se os autos ao Tribunal, independentemente de juÃ-zo de admissibilidade.Transitada em julgado, proceda-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias e apÃ³s arquive-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento a pedido de uma das partes. P.R.I.C.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 9 2 4 1 1 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Sumário em: 03/11/2021---REQUERENTE:R. P. S. Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:A. P. O. Representante(s): OAB 20749 - SAMUEL LIMA SALES JUNIOR (ADVOGADO) . 1. Atente-se a

peticionante de fls. 151/152, que a Â¿execuÃ§Ã£o dos alimentos provisÃ³rios, bem como a dos alimentos fixados em sentenÃ§a ainda nÃ£o transitada em julgado, se processa em autos apartadosÂ¿, conforme expressa o art. 531, Â§ 1Âº do CPC/2015.2. Considerando que realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o foi realizada em 15/05/2018, com abertura de prazo para alegaÃ§Ãµes finais, em que as partes nÃ£o manifestaram (fl. 145), resta preclusa a produÃ§Ã£o de novas provas, bem como para alegaÃ§Ãµes finais, nos termos do art. 223 do CPC/2015.3. Portanto, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mÃ©rito, estando maduro para julgamento. Assim, dÃª-se ciÃªncia Ã s partes do julgamento antecipado da lide.Â 4. ApÃ³s, retornem os autos conclusos para julgamento, devendo o feito aguardar a ordem cronolÃ³gica de conclusÃ£o para sentenÃ§a, a fim de que receba a prestaÃ§Ã£o jurisdicional.ApÃ³s, voltem os autos conclusos.ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redaÃ§Ã£o que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009.P. I. C.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 3 1 6 1 4 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Sumário em: 03/11/2021---REQUERENTE:NEUZA CARVALHO ALBUQUERQUE Representante(s): OAB 22049 - JOSIANE LUISA DE ARAUJO BARRENECHE (ADVOGADO) OAB 54738 - DAIANE MORAES LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) . A parte requerente, qualificada nos autos, propÃ´s AÃ§Ã£o de CobranÃ§a de Seguro ObrigatÃ³rio - DPVAT, em desfavor da requerida, tambÃ©m qualificada nos autos, sob o argumento de que sofreu acidente de trÃ¢nsito, ocorrido no dia 07/06/2016, tendo sequelas em razÃ£o do mesmo. Afirma ter recebido na esfera administrativa apenas parcialmente valor devido. Juntou Ã inicial procuraÃ§Ã£o e documentos. Este Juiz, considerando pertinente a produÃ§Ã£o de prova pericial, nomeou perito judicial Ã fl. 103. O autor nÃ£o compareceu Ã perÃ-cia.Este juÃ-zo designou a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia por mais duas vezes, restando infrutÃ-fera a sua realizaÃ§Ã£o, considerando a ausÃªncia do autor.Ã¿ fl. 113, foi certificado sobre a impossibilidade de intimaÃ§Ã£o do autor, considerando que o mesmo nÃ£o reside mais no endereÃ§o declinado na exordial.Ã¿ fl. 116 foi determinada a intimaÃ§Ã£o do patrono do autor a fim de que informasse o endereÃ§o atualizado do seu cliente, nÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o, conforme certificado Ã fl. 122.Ã¿ o relatÃ³rio. Decido.No presente litÃ-gio, autor nÃ£o compareceu as periciais designadas por este JuÃ-zo. Com efeito, a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia mÃ©dica Ã© meio de prova idÃ´nea para o deslinde do feito, tendo em vista que o valor da indenizaÃ§Ã£o do seguro obrigatÃ³rio para os casos de invalidez deve ser proporcional ao grau da lesÃ£o, atestado em laudo conclusivo por mÃ©dico perito.O patrono do autor, foi intimado e nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o quedando-se inerte ao seu direito de prova.Ante a necessidade de prova tÃ©cnica para atestar o grau de invalidez, a fim de que se apure o valor devido da indenizaÃ§Ã£o, verifico que o autor nÃ£o se desincumbiu do seu Ã´nus, nÃ£o restando outra soluÃ§Ã£o, senÃ£o a improcedÃªncia do pleito.Logo, considerando que nÃ£o consta nos autos quaisquer provas capazes de atestar a invalidez do autor, e por tudo que dos autos consta, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Novo CÃ³digo de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido por ausÃªncia de provas. Condeno a autora ao pagamento das custas finais, entretanto, em razÃ£o da gratuidade concedida, suspendo a sua exigibilidade, na forma do art. 98, Â§3Âº, do CPC. O autor sucumbente arcarÃ¡ com os honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% sobre o valor atualizado, da causa, observada a gratuidade de justiÃ§a.Determino a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ judicial em nome da requerida, para levantamento dos honorÃ¡rios periciais, caso jÃ¡ tenham sido depositados judicialmente.Em caso de apresentaÃ§Ã£o de Recurso de ApelaÃ§Ã£o, intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazÃµes, no prazo de 15 (quinze) dias (NCPC, art.1.010, Â§ 1Â°). Em seguida, apÃ³s o cumprimento das formalidades legais, remeta-se os autos ao Tribunal, independentemente de juÃ-zo de admissibilidade.Transitada em julgado, proceda-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias e apÃ³s arquive-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento a pedido de uma das partes.P.R.I.C.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 3 2 9 1 3 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Sumário em: 03/11/2021---REQUERENTE:RAIMUNDO NONATO CARDOSO DA SILVA FILHO Representante(s): OAB 22049 - JOSIANE LUISA DE ARAUJO BARRENECHE (ADVOGADO) OAB 54738 - DAIANE MORAES LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) . A parte requerente, qualificada nos autos, propÃ´s AÃ§Ã£o de CobranÃ§a de Seguro ObrigatÃ³rio - DPVAT, em desfavor da requerida, tambÃ©m qualificada nos autos, sob o argumento de que sofreu acidente de trÃ¢nsito, ocorrido no dia 11/10/2015, tendo sequelas em razÃ£o do mesmo.

Afirma ter recebido na esfera administrativa apenas parcialmente valor devido. Juntou Ã inicial procuraÃ§Ã£o e documentos. Este Juiz, considerando pertinente a produÃ§Ã£o de prova pericial, nomeou perito judicial Ã fl. 87. O autor nÃ£o compareceu Ã perÃ-cia.Este juÃ-zo designou a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia por mais duas vezes, restando infrutÃ-fera a sua realizaÃ§Ã£o, considerando a ausÃªncia do autor.Ã¿ fl. 113, foi certificado sobre a impossibilidade de intimaÃ§Ã£o do autor, considerando que o mesmo nÃ£o reside mais no endereÃ§o declinado na exordial.Ã¿ fl. 114 foi determinada a intimaÃ§Ã£o do patrono do autor a fim de que informasse o endereÃ§o atualizado do seu cliente, nÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o, conforme certificado Ã fl. 116.Ã¿ o relatÃ³rio. Decido.No presente litÃ-gio, autor nÃ£o compareceu as periciais designadas por este JuÃ-zo. Com efeito, a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia mÃ©dica Ã© meio de prova idÃ´nea para o deslinde do feito, tendo em vista que o valor da indenizaÃ§Ã£o do seguro obrigatÃ³rio para os casos de invalidez deve ser proporcional ao grau da lesÃ£o, atestado em laudo conclusivo por mÃ©dico perito.O patrono do autor, foi intimado e nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o quedando-se inerte ao seu direito de prova.Ante a necessidade de prova tÃ©cnica para atestar o grau de invalidez, a fim de que se apure o valor devido da indenizaÃ§Ã£o, verifico que o autor nÃ£o se desincumbiu do seu Ã´nus, nÃ£o restando outra soluÃ§Ã£o, senÃ£o a improcedÃªncia do pleito.Â Logo, considerando que nÃ£o consta nos autos quaisquer provas capazes de atestar a invalidez do autor, e por tudo que dos autos consta, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Novo CÃ³digo de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido por ausÃªncia de provas. Condeno a autora ao pagamento das custas finais, entretanto, em razÃ£o da gratuidade concedida, suspendo a sua exigibilidade, na forma do art. 98, Â§3Âº, do CPC. O autor sucumbente arcarÃ¡ com os honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% sobre o valor atualizado, da causa, observada a gratuidade de justiÃ§a.Determino a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ judicial em nome da requerida, para levantamento dos honorÃ¡rios periciais, caso jÃ¡ tenham sido depositados judicialmente.Em caso de apresentaÃ§Ã£o de Recurso de ApelaÃ§Ã£o, intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazÃµes, no prazo de 15 (quinze) dias (NCPC, art.1.010, Â§ 1Â°). Em seguida, apÃ³s o cumprimento das formalidades legais, remeta-se os autos ao Tribunal, independentemente de juÃ-zo de admissibilidade.Transitada em julgado, proceda-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias e apÃ³s arquive-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento a pedido de uma das partes. P.R.I.C.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 0 4 2 3 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Sumário em: 03/11/2021---REQUERENTE:LILIANE PEREIRA ALVES Representante(s): OAB 54738 - DAIANE MORAES LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA Representante(s): OAB 8770 - BRUNO COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . Defiro o pedido expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ judicial em nome da requerida, para levantamento dos honorÃ¡rios periciais depositados judicialmente.ApÃ³s, certifique-se o trÂ¢nsito em julgado, e observadas as formalidades legais, arquive-se. P.I.C.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 6 6 5 8 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Comum Cível em: 03/11/2021---REQUERENTE:LEOSMANO SOUZA DOS SANTOS REQUERENTE:FAWILLY DA SILVA VIEL REQUERENTE:GEDEON FERREIRA DE CARVALHO REQUERENTE:JOAO BATISTA TOME LEITE REQUERENTE:FELIPE GOMES DA CONCEICAO REQUERENTE:JURANDIR DE ARAUJO PEREIRA JUNIOR REQUERENTE:ADRIANO DA CONCEICAO ALVARENGA DE SOUZA REQUERENTE:ROBERTO DE SOUZA PATRICIO REQUERENTE:SIMONE DO SOCORRO DA LUZ RIBEIRO MIRANDA REQUERENTE:OSMERO RIBEIRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 17866 - MICHEL OLIVEIRA SILVA DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. 1. RELATÃ¿RIO.Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE COBRANÃ¿A DE REAJUSTE SALARIAL, ajuizada por LEOSMANO SOUZA DOS SANTOS, FAWILLY DA SILVA VIEL, GEDEON FERREIRA DE CARVALHO, JOÃ¿O BATISTA TOMÃ¿ LEITE, FELIPE GOMES DA CONCEIÃ¿Ã¿O, JURANDIR DE ARAÃ¿JO PEREIRA JUNIOR, ADRIANO DA CONCEIÃ¿Ã¿O ALVARENGA DE SOUZA, ROBERTO DE SOUZA PATRÃCIO, SIMONE SOCORRO DA LUZ RIBEIRO MIRANDA e OSMERO RIBEIRO DOS SANTOS, em face do ESTADO DO PARÃ.Narra a exordial (fls. 02/15), que os autores exercem o cargo de policial militar e desde 2016 tiveram frustradas suas expectativas de reajuste salarial, prevista na Lei Estadual nÂ° 6.827/2006 (que vedava a fixaÃ§Ã£o de soldo de soldado em patamar inferior ao salÃ¡rio-mÃ-nimo). Informam que em 2016 o salÃ¡rio-mÃ-nimo foi reajustado para R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) e em 2017 para R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).Argumentam que desde 2006, o soldo era reajustado anualmente, de acordo com o salÃ¡rio-mÃ-nimo, no entanto, em 2016 e 2017, nÃ£o houve reajuste salarial e nem alteraÃ§Ã£o escalonada.Aduzem que o ESTADO DO PARÃ passou a justificar a impossibilidade de cumprimento da

norma legal em razÃ£o da SÃºmula Vinculante nÂ° 4, segundo a qual, salvo nos casos previstos na ConstituiÃ§Ã£o, o salÃ¡rio-mÃ-nimo nÃ£o pode ser usado como indexador de base de cÃ¡lculo de vantagem de servidor pÃºblico ou de empregado, nem ser substituÃ-do por decisÃ£o judicial. Esclarecem que a indexaÃ§Ã£o do salÃ¡rio-mÃ-nimo efetivada pela Lei nÂ° 6.827/06 estÃ¡ autorizada nos artigos 37, X, art. 39, Â§1Âº, I, II e III e art. 144, V, Â§9Âº e ainda art. 169, Â§1Âº, inciso I, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal.Alegam que a omissÃ£o do ente estadual configura atentado aos direitos fundamentais da classe militar.Pleiteiam ao final, procedÃªncia do pedido da aÃ§Ã£o para obrigar o rÃ©u ao cumprimento Lei 6.827/06, com o consequente reajuste do soldo dos autores, bem como o pagamento das diferenÃ§as salariais decorrentes do descumprimento da lei, devidamente corrigidas.A exordial (fls. 02/15) foi instruÃ-da com os documentos: LEOSMANO SOUZA DOS SANTOS (fls. 16/27), FAWILLY DA SILVA VIEL (fls. 28/39), GEDEON FERREIRA DE CARVALHO (fls. 40/51), JOÃ¿O BATISTA TOMÃ¿ LEITE (fls. 52/63), FELIPE GOMES DA CONCEIÃ¿Ã¿O (fls. 64/75), JURANDIR ARAÃ¿JO PEREIRA JUNIOR (fls. 76/88), ADRIANO DA CONCEIÃ¿Ã¿O ALVARENGA (fls. 89/100), ROBERTO DE SOUZA PATRÃCIO (fls. 101/119), SIMONE DO SOCORRO DA LUZ RIBEIRO MIRANDA (fls. 120/131) e OSMERO RIBEIRO DOS SANTOS (fls. 132/142).Despacho (fl. 144) indeferiu gratuidade processual, determinou o recolhimento de custas para posterior regular prosseguimento do feito.A parte autora em petiÃ§Ã£o (fl. 147) informa o recolhimento de custas (fls. 148/150).O ESTADO DO PARÃ apresentou contestaÃ§Ã£o (fls. 154/161). A parte autora apresentou rÃ©plica Ã contestaÃ§Ã£o (fls. 238/239). CertidÃ£o (fl. 240) informa a tempestividade da contestaÃ§Ã£o e da rÃ©plica.A parte autora apresentou petiÃ§Ã£o (fl. 243), ocasiÃ£o em que requereu a procedÃªncia da aÃ§Ã£o.DecisÃ£o saneadora (fls. 248/249) analisou as questÃµes preliminares, bem como determinou a intimaÃ§Ã£o das partes para apresentaÃ§Ã£o de pontos controvertidos e especificaÃ§Ã£o de provas.O ESTADO DO PARÃ em petiÃ§Ã£o (fl. 252) informou que nÃ£o possui novas provas, bem como requereu o julgamento antecipado do mÃ©rito. CertidÃ£o (fl. 253) informam que os requerentes nÃ£o apresentaram manifestaÃ§Ã£o, bem como a tempestividade da manifestaÃ§Ã£o do ente estadual.Vieram os autos conclusos.Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO.2. FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O.NÃ£o hÃ¡ questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o judicial. Registro em que pese a decisÃ£o saneadora (fls. 248/249) tenha enfrentado a impugnaÃ§Ã£o Ã justiÃ§a gratuita veiculada pelo ente estadual em sede de contestaÃ§Ã£o (fls. 154/161), verifico que os autores tiveram a gratuidade processual indeferida em despacho inaugural (fl. 144), tendo recolhido as custas iniciais conforme se depreende dos documentos (fls. 148/150), razÃ£o pela qual chamo o feito Ã ordem e torno sem efeito o Â¿item 1Â¿ da decisÃ£o saneadora (fls. 248/249).Passo Ã anÃ¡lise da questÃ£o de mÃ©rito.Trata-se de aÃ§Ã£o judicial de cobranÃ§a (reajuste salarial) em que pretende a parte autora o percebimento do soldo em valor equivalente ao salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente.Os autores fundamentam seu pedido no art. 2Âº da Lei 6.824/2006, que prevÃª:Art. 1Âº Ficam estabelecid[os os valores dos soldos dos efetivos das CorporaÃ§Ãµes Militares do Estado do ParÃ¡, consoante os cÃ-rculos de oficiais, de praÃ§as e de praÃ§as especiais em atividade, na forma do Anexo desta Lei.ParÃ¡grafo Ã¿nico. Para efeito desta Lei, os soldados constituem uma Ãºnica classe.Art. 2Âº O valor do soldo de soldado nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio-mÃ-nimo.Por sua vez, o ESTADO DO PARÃ em sede de contestaÃ§Ã£o, arguiu que o mencionado art. 2Âº Ã© inconstitucional, pois viola a parte final art. 7Âº, IV da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que prevÃª: Â¿salÃ¡rio mÃ-nimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais bÃ¡sicas e Ã s de sua famÃ-lia com moradia, alimentaÃ§Ã£o, educaÃ§Ã£o, saÃºde, lazer, vestuÃ¡rio, higiene, transporte e previdÃªncia social, com reajustes periÃ³dicos que lhe preservem o poder aquisitivo,Â sendo vedada sua vinculaÃ§Ã£o para qualquer fimÂ¿.Sobre a matÃ©ria de direito discutida na lide, oÂ Supremo Tribunal Federal jÃ¡ declarou a inconstitucionalidade de norma estadual que expressamente prevÃª que oÂ soldoÂ dos servidores militaresÂ nuncaÂ deverÃ¡ serÂ inferiorÂ aoÂ salÃ¡rio-mÃ-nimoÂ nacionalmente unificado e ainda explicitou que a garantia do salÃ¡rio-mÃ-nimo Ã© aplicÃ¡vel Ã remuneraÃ§Ã£o global do policial militar e nÃ£o ao vencimento bÃ¡sico ou soldo, senÃ£o vejamos: Â EMENTA: Servidores militares do Estado do Rio Grande do Sul. Soldo nunca inferior ao salÃ¡rio-mÃ-nimo assegurado pela ConstituiÃ§Ã£o estadual. Inconstitucionalidade. - O PlenÃ¡rio desta Corte, ao julgar o RE 198.982, declarou a inconstitucionalidade da remissÃ£o feita, no "caput" do art. 47 da ConstituiÃ§Ã£o do Estado do Rio Grande do Sul, ao inciso I do art. 29 da mesma Carta, por entender que essa norma ofende o artigo 7Âº, IV, da ConstituiÃ§Ã£o Federal que proÃ-be a vinculaÃ§Ã£o do salÃ¡rio-mÃ-nimo para qualquer fim, uma vez que, sendo o soldo apenas uma parcela da remuneraÃ§Ã£o total dos servidores militares do referido Estado, as demais que compÃµem essa remuneraÃ§Ã£o e que incidem sobre o soldo estariam vinculadas ao salÃ¡rio-mÃ-nimo. Recurso extraordinÃ¡rio conhecido e provido. (RE 248316, Relator(a):Â Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 14/04/2000, DJ 07-04-2000 PP-00074 EMENT VOL-01986-05 PP-01093) Â EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. POLICIAL MILITAR. SOLDO FIXADO EM

VALOR INFERIOR AO SALÃRIO MÃNIMO. POSSIBILIDADE. A jurisprudÃªncia do Supremo Tribunal Federal entende que a garantia do salÃ¡rio mÃ-nimo Ã© aplicÃ¡vel Ã remuneraÃ§Ã£o global do policial militar e nÃ£o ao vencimento bÃ¡sico ou soldo. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento. (AI 547623 AgR, Relator(a):Â Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 25/02/2014, ACÃ¿RDÃ¿O ELETRÃ¿NICO DJe-058 DIVULG 24-03-2014 PUBLIC 25-03-2014) Â OrientaÃ§Ã£o esta que tambÃ©m foi seguida pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a: Â PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÃ¿Ã¿O EM RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÃ¿A. SOLDO NUNCA INFERIOR AO SALÃRIO MÃNIMO. CF, ARTS. 7Âº, IV E VIII, E 39, Â§ 2Âº. 1. A remissÃ£o prevista na CF, art. 39, Â§ 2Âº, restringe-se aos servidores pÃºblicos civis da AdministraÃ§Ã£o PÃºblica direta, autÃ¡rquica e fundacional, sendo certo que os militares dos Estados e do DF (membros da PolÃ-cia Militar e do Corpo de Bombeiros) tÃªm seus direitos previstos em outro dispositivo constitucional (art. 42), e que nÃ£o faz qualquer menÃ§Ã£o ao piso remuneratÃ³rio de 01 (um) salÃ¡rio mÃ-nimo. 2. Ainda que nÃ£o fosse, o STF tem declarado a inconstitucionalidade de normas estaduais que expressamente fazem essa previsÃ£o, em favor dos servidores militares, de soldo nunca inferior ao salÃ¡rio mÃ-nimo nacionalmente unificado. Ofensa Ã parte final do art. 7Âº, IV, da CF, que proÃ-be a vinculaÃ§Ã£o do salÃ¡rio mÃ-nimo para qualquer fim, 'uma vez que, sendo o soldo apenas uma parcela da remuneraÃ§Ã£o total dos servidores militares, as demais que compÃµem essa remuneraÃ§Ã£o e que incidem sobre o soldo, estariam vinculadas ao salÃ¡rio mÃ-nimo' (RE nÂº 248.316-8/RS, rel. Min. Moreira Alves, DJ 07/04/2000). 3. Embargos acolhidos com efeito modificativo, a fim de negar provimento ao Recurso OrdinÃ¡rio. (STJ - EDcl no RMS: 11863 PE 2000/0033491-0, Relator: Ministro EDSON VIDIGAL, Data de Julgamento: 15/05/2001,Â Â T5 - QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJ 13/08/2001 p. 180)No caso em comento, pelos comprovantes de pagamento e demais documentos apresentados pelos autores LEOSMANO SOUZA DOS SANTOS (fls. 16/27), FAWILLY DA SILVA VIEL (fls. 28/39), GEDEON FERREIRA DE CARVALHO (fls. 40/51), JOÃ¿O BATISTA TOMÃ¿ LEITE (fls. 52/63), FELIPE GOMES DA CONCEIÃ¿Ã¿O (fls. 64/75), JURANDIR ARAÃ¿JO PEREIRA JUNIOR (fls. 76/88), ADRIANO DA CONCEIÃ¿Ã¿O ALVARENGA (fls. 89/100), ROBERTO DE SOUZA PATRÃCIO (fls. 101/119), SIMONE DO SOCORRO DA LUZ RIBEIRO MIRANDA (fls. 120/131) e OSMERO RIBEIRO DOS SANTOS (fls. 132/142), possÃ-vel observar que existem outras vantagens atreladas aos respectivos soldos, calculado sobre eles em percentuais variados. Motivo pelo qual, o aumento do soldo dos autores de acordo com o salÃ¡rio mÃ-nimo, como previsto na legislaÃ§Ã£o estadual, implica na indexaÃ§Ã£o vedada pelo art. 7Âº, inciso V, da ConstituiÃ§Ã£o.Registro que os autores percebiam entre abril Ã setembro/2017, valores que sÃ£o superiores ao salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca da propositura da aÃ§Ã£o.Assim, entendo que os autores nÃ£o recebem valor inferior ao salÃ¡rio mÃ-nimo pelos comprovantes de pagamento encartados aos autos, pois, apesar do soldo inferior ao salÃ¡rio mÃ-nimo, as vantagens que sobre ele incidem em percentuais variados fazem com que o valor lÃ-quido que percebe supere o salÃ¡rio mÃ-nimo.Sendo forÃ§oso reconhecer a aplicaÃ§Ã£o ao caso da sÃºmula vinculante n. 4 do STF que dispÃµe: Â¿Salvo nos casos previstos na ConstituiÃ§Ã£o, o salÃ¡rio mÃ-nimo nÃ£o pode ser usado como indexador de base de cÃ¡lculo de vantagem de servidor pÃºblico ou de empregado, nem ser substituÃ-do por decisÃ£o judicialÂ¿.Da mesma forma, a SÃºmula Vinculante nÂ° 16 do STF: Â¿Os artigos 7Âº, IV, e 39, Â§ 3Âº (redaÃ§Ã£o da EC 19/98), da ConstituiÃ§Ã£o, referem-se ao total da remuneraÃ§Ã£o percebida pelo servidor pÃºblicoÂ¿.Neste sentido, tem se posicionado a jurisprudÃªncia do EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do ParÃ¡, ao enfrentar a matÃ©ria objeto da lide, in verbis:PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ TURMA RECURSAL PERMANENTE EXCLUSIVA DOS JUIZADOS ESPECIAIS RECURSO INOMINADO NÂ° 0800164-57.2016.8.14.0954 RECORRENTE: DEISE BENJAMIM COUTO RECORRIDO (A): ESTADO DO PARÃ ORIGEM : JUIZADO ESPECIAL CÃVEL DA FAZENDA PÃ¿BLICA DE BELÃ¿M RELATORA: JUÃZA DANIELLE DE CÃSSIA SILVEIRA BÃ¿HRNHEIM EMENTA: JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÃ¿BLICA. RECURSO INOMINADO. POLICIAL MILITAR. SOLDO FIXADO EM VALOR MENOR QUE O SALÃRIO MÃNIMO. POSSIBILIDADE. O TOTAL DA REMUNERAÃ¿Ã¿O NÃ¿O DEVE SER INFERIOR AO SALÃRIO MÃNIMO. PEDIDO IMPROCEDENTE. SENTENÃ¿A MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃ¿O PROVIDO. 1. Trata-se de Recurso Inominado do autor interposto contra sentenÃ§a proferida pelo Juizado Especial CÃ-vel da Fazenda PÃºblica de BelÃ©m que julgou improcedente o pedido do autor na aÃ§Ã£o ordinÃ¡ria de obrigaÃ§Ã£o de fazer com pedido de tutela antecipada. 2. A autora informa que Ã© Soldado, foi incluÃ-da no efetivo da polÃ-cia militar do Estado do ParÃ¡ e atualmente encontra-se no 6Âª Companhia Independente da PolÃ-cia Militar, contudo o valor do soldo que percebeu em janeiro/2016 - R$788,00 - Ã© inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente - R$880,00. Aduz que a Lei 6.827/2006, em seu art. 2Âº, prevÃª que o soldo de cabo nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao salÃ¡rio mÃ-nimo. Desse modo, requereu que seja determinado ao rÃ©u que providencie imediatamente o pagamento das diferenÃ§as nÃ£o pagas Ã autora, bem como o pagamento definitivo, assegurando-se o direito da requerente em ter o

soldo reajustado ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo do ano corrente, R$880,00 (oitocentos e oitenta reais), bem como que seja tal reajuste incidido sobre as demais verbas percebidas pelo militar. 3. O juÃ-zo de origem, em sentenÃ§a, julgou improcedente o pedido do autor, por entender que o que nÃ£o pode ser menor que o salÃ¡rio mÃ-nimo Ã© a remuneraÃ§Ã£o total e nÃ£o somente o soldo. 4. A autora interpÃ´s recurso inominado requerendo os mesmos pedidos da inicial. 5. NÃ£o merece reforma a sentenÃ§a de 1Âº grau. 6. Inicialmente, defiro o pedido de justiÃ§a gratuita. 7. De acordo com a Lei Estadual nÂº. 6.827, de 07 de fevereiro de 2006, em seu art.2Âº que dispÃµe sobre o Soldo dos Efetivos das CorporaÃ§Ãµes Militares do Estado do ParÃ¡, e estabelece que o soldado nÃ£o poderÃ¡ ter o valor do seu soldo abaixo do salÃ¡rio mÃ-nimo. 8. Contudo, de acordo com o entendimento STF, tal dispositivo deve ser interpretado de acordo com os art. 7Âº, IV, e 39, Â§ 3Âº, ambos da ConstituiÃ§Ã£o Federal, de onde se extrai que a remuneraÃ§Ã£o total dos servidores nÃ£o pode ser inferior ao salÃ¡rio mÃ-nimo, mas nÃ£o o soldo, que corresponde a uma parte de seus vencimentos. Nesse sentido, jurisprudÃªncias a seguir: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. POLICIAL MILITAR. SOLDO FIXADO EM VALOR INFERIOR AO SALÃRIO MÃNIMO. POSSIBILIDADE. A jurisprudÃªncia do Supremo Tribunal Federal entende que a garantia do salÃ¡rio mÃ-nimo Ã© aplicÃ¡vel Ã remuneraÃ§Ã£o global do policial militar e nÃ£o ao vencimento bÃ¡sico ou soldo. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF - AI 547623 RS - OrgÃ£o Julgador: Primeira Turma. Relator Min. ROBERTO BARROSO PublicaÃ§Ã£o - DJE 25- 03-2014. Julgamento 25 de Fevereiro de 2014). SERVIDOR PÃ¿BLICO. BRIGADA MILITAR. VENCIMENTO BÃSICO. SOLDO INFERIOR AO SALÃRIO MÃNIMO. POSSIBILIDADE, DESDE QUE O TOTAL DA REMUNERAÃ¿Ã¿O SEJA SUPERIOR. O vencimento bÃ¡sico do servidor pÃºblico militar nÃ£o se vincula ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo por expressa vedaÃ§Ã£o constitucional. Deve-se considerar o total de seus vencimentos para aferir a garantia do valor mÃ-nimo posto no art. 7Âº, IV, da CF-88. A matÃ©ria foi enfrentada pelo Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal (RE 198.982), dirimindo a controvÃ©rsia sobre o tema. OrientaÃ§Ã£o referendada no verbete nÂº 16 de sua SÃºmula Vinculante. Entendimento pacificado no seio desta Corte. ImprocedÃªncia mantida. APELAÃ¿Ã¿O IMPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70043346394, Terceira CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Nelson AntÃ´nio Monteiro Pacheco, Julgado em 28/08/2014). 9. Destarte, pela anÃ¡lise do comprovante de pagamento apresentado, verifica-se que a autora percebe o valor bruto de R$3.558,39 e o valor lÃ-quido de R$2.169,13, valores que sÃ£o superiores ao salÃ¡rio mÃ-nimo vigente, portanto, nÃ£o merece ser acolhido o pedido da recorrente. 10. Ante o exposto, conheÃ§o do recurso, porÃ©m nego-lhe provimento. SentenÃ§a mantida por seus prÃ³prios fundamentos. A sÃºmula de julgamento servirÃ¡ de acÃ³rdÃ£o. Condeno o recorrente no pagamento de custasÂ processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios no importe de 20% sobre o valor da causa, ficando suspensa a cobranÃ§a, vez que beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita. BelÃ©m, 14 de junho de 2017. DANIELLE DE CASSIA SILVEIRA BÃ¿HRNHEIM JuÃ-za Relatora - Turma Recursal Permanente dos Juizados Especiais (120844, NÃ£o Informado, Rel. DANIELLE DE CASSIA SILVEIRA BUHRNHEIM, Ã¿rgÃ£o Julgador Turma Recursal, Julgado em 2017- 06-14, Publicado em 2017-07-03)Portanto, diante do regime da sÃºmula vinculante previsto na ConstituiÃ§Ã£o Federal no art. 103-A e na sua regulamentaÃ§Ã£o prevista na Lei n. 11.417/2006 e da perfeita adequaÃ§Ã£o do caso concreto ao verbete sumular, impÃµe-se o reconhecimento da improcedÃªncia do pedido dos autores, sob pena de sofrer eventual reclamaÃ§Ã£o perante o Supremo Tribunal Federal, conforme assentado no Â§ 3Âº do art. 103-A da CF1.PorÃ©m, deve-se reconhecer que, ao deixar de aplicar o Ã-ndice previsto na Lei n. 6.827/2006, sem que tenha sido editada nova lei para prever outro Ã-ndice, Ã© Ã³bvio que o rÃ©u incide em omissÃ£o inconstitucional, na medida que a ConstituiÃ§Ã£o Federal prevÃª em seu art. 37 que a remuneraÃ§Ã£o dos servidores deverÃ¡ ter revisÃ£o anual a fim de preservar seu poder aquisitivo frente Ã s perdas inflacionÃ¡rias, podendo os autores buscar por outros meios judiciais cabÃ-veis a correÃ§Ã£o dessa omissÃ£o inconstitucional, atravÃ©s de seus Ã³rgÃ£os de classe, sob pena de se perpetuar essa grave omissÃ£o estatal, violadora do texto constitucional.3. DISPOSITIVO.Pelo exposto, considerando os documentos acostados aos autos e em observÃ¢ncia ao ordenamento jurÃ-dico pÃ¡trio, JULGO IMPROCEDENTE o pedido dos autores por LEOSMANO SOUZA DOS SANTOS, FAWILLY DA SILVA VIEL, GEDEON FERREIRA DE CARVALHO, JOÃ¿O BATISTA TOMÃ¿ LEITE, FELIPE GOMES DA CONCEIÃ¿Ã¿O, JURANDIR DE ARAÃ¿JO PEREIRA JUNIOR, ADRIANO DA CONCEIÃ¿Ã¿O ALVARENGA DE SOUZA, ROBERTO DE SOUZA PATRÃCIO, SIMONE SOCORRO DA LUZ RIBEIRO MIRANDA e OSMERO RIBEIRO DOS SANTOS, uma vez que, nÃ£o possuem direito a ter seus soldos equiparados ao valor do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente, tampouco a terÂ tal reajuste incidido sobre as demais verbas percebidas.Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A AÃ¿Ã¿O COM RESOLUÃ¿Ã¿O DE MÃ¿RITO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno os autores, solidariamente, ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa.Havendo recurso voluntÃ¡rio, intime-se a parte apelada para oferecer contrarrazÃµes no prazo legal de 30 (trinta) dias,

apÃ³s encaminhe os autos ao E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, eis que inexiste juÃ-zo de admissibilidade pelo JuÃ-zo a quo (art. 1.010, Â§ 3Âº, CPC).Ultrapassado o prazo recursal, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se os autos com as cautelas legais.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.1 Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderÃ¡, de ofÃ-cio ou por provocaÃ§Ã£o, mediante decisÃ£o de dois terÃ§os dos seus membros, apÃ³s reiteradas decisÃµes sobre matÃ©ria constitucional, aprovar sÃºmula que, a partir de sua publicaÃ§Ã£o na imprensa oficial, terÃ¡ efeito vinculante em relaÃ§Ã£o aos demais Ã³rgÃ£os do Poder JudiciÃ¡rio e Ã administraÃ§Ã£o pÃºblica direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder Ã sua revisÃ£o ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. (...); Â§ 3Âº Do ato administrativo ou decisÃ£o judicial que contrariar a sÃºmula aplicÃ¡vel ou que indevidamente a aplicar, caberÃ¡ reclamaÃ§Ã£o ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anularÃ¡ o ato administrativo ou cassarÃ¡ a decisÃ£o judicial reclamada, e determinarÃ¡ que outra seja proferida com ou sem a aplicaÃ§Ã£o da sÃºmula, conforme o caso.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 5 0 1 9 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Sumário em: 03/11/2021---REQUERENTE:FRANCISCO DE SOUSA FERREIRA Representante(s): OAB 19656 - FERNANDO GONCALVES FERNANDES (ADVOGADO) OAB 28785 - CAROLINA MORENA GAMA SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO 3Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA (ResoluÃ§Ã£o nÂº026/2014-GP, DJE nÂº 5636/2014, de 27/11/2014) Proc. 0002650-19.2015.8.14.0005 DESPACHO Analisando a presente, verifico que o requerido alega, em preliminar de contestaÃ§Ã£o, a irregularidade de representaÃ§Ã£o processual do autor, tendo em vista se tratar de pessoa nÃ£o alfabetizada. Assim, considerando que nÃ£o hÃ¡ exigÃªncia de instrumento pÃºblico para procuraÃ§Ã£o outorgado por analfabeto, sendo necessÃ¡rio apenas instrumento particular assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas, conforme dispÃµe o art. 595, do CÃ³digo Civil, bem como tendo em vista tratar-se de mera irregularidade que poderÃ¡ ser suprida posteriormente, determino a intimaÃ§Ã£o do autor, para que regularize a sua representaÃ§Ã£o processual, no prazo de 15 (quinze) dias. ApÃ³s, conclusos. P.I.C. Altamira/PA, 20 de outubro de 2021. ANDRÃ¿ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Juiz de Direito respondendo 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira/PA. 03

P R O C E S S O : 0 0 0 5 1 4 3 6 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 03/11/2021---REQUERENTE:M. A. V. Representante(s): OAB 13721 - WEVERTON CARDOSO (ADVOGADO) REQUERIDO:T. S. P. A. . Considerando o nÃ£o comparecimento do autor, e, tampouco de seu patrono, Ã audiÃªncia, pela segunda vez consecutiva, sem apresentar qualquer justificativa ou sem ter manifestado desinteresse na audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o designada, cabÃ-vel a aplicaÃ§Ã£o da pena prevista no artigo 334, Â§ 8Âº, do CPC, motivo pelo qual aplico-lhe multa de dois por cento do valor da causa, a ser revertido em favor do Estado.Tendo em vista o comparecimento da requerida em audiÃªncia, deflagra-se o prazo de 30 (trinta) dias, jÃ¡ com o cÃ´mputo em dobro, por se tratar de parte assistida de Defensoria PÃºblica, contados da data da intimaÃ§Ã£o pessoal do Defensor PÃºblico (Art. 186, Â§1Âº), para a parte rÃ© apresentar contestaÃ§Ã£o, oportunidade que poderÃ¡ apresentar os pontos controvertidos e meios de provas que pretende produzir.Quanto ao pedido de liminar de regulamentaÃ§Ã£o de visitas Ã s filhas, em favor da requerida, formulado em audiÃªncia (fl. 62), considerando que a guarda das crianÃ§as estÃ¡ sob a responsabilidade do genitor, necessÃ¡ria se faz a regulamentaÃ§Ã£o do direito de convivÃªncia entre mÃ£e e filhas, uma vez que a manutenÃ§Ã£o do vÃ-nculo das crianÃ§as com a mÃ£e Ã© essencial para o desenvolvimento psÃ-quico saudÃ¡vel destas. Dessa forma, considerando que a genitora tambÃ©m Ã© detentora do poder familiar, DEFIRO o pedido de regulamentaÃ§Ã£o do direito de visitas Ã s filhas, em favor da requerida, nos seguintes moldes: aos finais de semana alternados, podendo a requerida ter as crianÃ§as em sua companhia comeÃ§ando na sexta-feira, Ã s 18h:00m e encerrando-se no domingo, Ã s 18h:00m. Em relaÃ§Ã£o aos feriados, deverÃ£o ser alternados entre os genitores. Fica estabelecido, tambÃ©m, que as festas de final de ano (natal e ano novo), devem ser alternadas entre os genitores, sendo que o natal e ano novo de 2021 serÃ¡ com a genitora e o prÃ³ximo serÃ¡ com o genitor, e assim por diante. Em relaÃ§Ã£o Ã s fÃ©rias/recesso escolares (Julho, Dezembro e Janeiro) deverÃ£o ser divididos de forma igualitÃ¡ria entre ambos os genitores, comeÃ§ando a partir de dezembro de 2021, ficando o primeiro perÃ-odo das fÃ©rias com a genitora e o segundo com o genitor.Intimem-se as partes, o autor atravÃ©s de seu advogado, constituÃ-do nos autos e a requerida, pessoalmente, por se tratar de assistida da Defensoria PÃºblica, no endereÃ§o informado na audiÃªncia (fl. 62).Intime-se a Defensoria PÃºblica.P.I.C.

PROCESSO: 00056985420138140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Sumário em: 03/11/2021---REQUERENTE:JOSE RIBAMAR DO LIVRAMENTO ARAUJO Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER Representante(s): OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . A parte requerente, qualificada nos autos, propÃ´s AÃ§Ã£o de CobranÃ§a de Seguro ObrigatÃ³rio - DPVAT, em desfavor da requerida, tambÃ©m qualificada nos autos, sob o argumento de que sofreu acidente de trÃ¢nsito, ocorrido no dia 10/05/2012, tendo sequelas em razÃ£o do mesmo. Afirma ter recebido na esfera administrativa apenas parcialmente valor devido. Juntou Ã inicial procuraÃ§Ã£o e documentos. Este Juiz, considerando pertinente a produÃ§Ã£o de prova pericial, nomeou perito judicial Ã fl. 73. O autor nÃ£o compareceu Ã perÃ-cia.Este juÃ-zo designou a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia por mais duas vezes, restando infrutÃ-fera a sua realizaÃ§Ã£o, considerando a ausÃªncia do autor.Ã¿ fl. 107, foi certificado sobre a impossibilidade de intimaÃ§Ã£o do autor, considerando que o mesmo nÃ£o reside mais no endereÃ§o declinado na exordial.Ã¿ fl. 111 foi determinada a intimaÃ§Ã£o do patrono do autor a fim de que informasse o endereÃ§o atualizado do seu cliente, nÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o, conforme certificado Ã fl. 113.Ã¿ o relatÃ³rio. Decido.No presente litÃ-gio, autor nÃ£o compareceu as periciais designadas por este JuÃ-zo. Com efeito, a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia mÃ©dica Ã© meio de prova idÃ´nea para o deslinde do feito, tendo em vista que o valor da indenizaÃ§Ã£o do seguro obrigatÃ³rio para os casos de invalidez deve ser proporcional ao grau da lesÃ£o, atestado em laudo conclusivo por mÃ©dico perito.O patrono do autor, foi intimado e nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o quedando-se inerte ao seu direito de prova.Ante a necessidade de prova tÃ©cnica para atestar o grau de invalidez, a fim de que se apure o valor devido da indenizaÃ§Ã£o, verifico que o autor nÃ£o se desincumbiu do seu Ã´nus, nÃ£o restando outra soluÃ§Ã£o, senÃ£o a improcedÃªncia do pleito.Â Logo, considerando que nÃ£o consta nos autos quaisquer provas capazes de atestar a invalidez do autor, e por tudo que dos autos consta, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Novo CÃ³digo de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido por ausÃªncia de provas. Condeno a autora ao pagamento das custas finais, entretanto, em razÃ£o da gratuidade concedida, suspendo a sua exigibilidade, na forma do art. 98, Â§3Âº, do CPC. O autor sucumbente arcarÃ¡ com os honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% sobre o valor atualizado, da causa, observada a gratuidade de justiÃ§a.Determino a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ judicial em nome da requerida, para levantamento dos honorÃ¡rios periciais, caso jÃ¡ tenham sido depositados judicialmente.Em caso de apresentaÃ§Ã£o de Recurso de ApelaÃ§Ã£o, intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazÃµes, no prazo de 15 (quinze) dias (NCPC, art.1.010, Â§ 1Â°). Em seguida, apÃ³s o cumprimento das formalidades legais, remeta-se os autos ao Tribunal, independentemente de juÃ-zo de admissibilidade.Transitada em julgado, proceda-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias e apÃ³s arquive-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento a pedido de uma das partes. P.R.I.C.

PROCESSO: 00104852920138140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Alimentos - Provisionais em: 03/11/2021---REQUERENTE:R. L. S. S. Representante(s): OAB 19656 - FERNANDO GONCALVES FERNANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:A. J. S. . Compulsando os autos, verifico que os mandados de fls. 117/118, bem como a petiÃ§Ã£o de fl. 124 dos autos se referem aos autos de nÃºmero 0003626-60.2014.814.0005. Dessa forma, determino que sejam desentranhados e juntados aos autos mencionados.ApÃ³s, conclusos.P.I.C.

PROCESSO: 00147295920178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 03/11/2021---EXEQUENTE:A. C. S. O. EXEQUENTE:Y. S. O. Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REPRESENTANTE:R. P. S. EXECUTADO:A. P. O. . 1. Inicialmente verifico que o procurador da exequente, Dr. JOÃ¿O FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR, inscrito na OAB/PA nÂº 14.737, foi intimado para manifestar planilha atualizada do dÃ©bito, em transcorreu o prazo in albis, conforme certidÃ£o de fls. 25, razÃ£o que foi determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da exequente.2. A exequente intimada, manifestou interesse no prosseguimento do feito executivo, foi determinada a intimaÃ§Ã£o do seu procurador para que informe o dÃ©bito atualizado, sob pena de extinÃ§Ã£o. Deixando novamente transcorrer in albis o seu prazo, conforme certidÃ£o de fl. 35.3. Observo, ainda, que o mesmo procurador da exequente, retirou os autos para cÃ³pia, em 02/09/2020, devolvendo os autos Ã SecretÃ¡ria em 14/10/2021, sem apresentar qualquer manifestaÃ§Ã£o nos autos.4. Assim, advirto o procurador da exequente, Dr. JOÃ¿O FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR, inscrito na OAB/PA nÂº 14.737, que tal conduta viola boa-fÃ© processual e o princÃ-pio da cooperaÃ§Ã£o, nos

termos do art. 5Âº e do art. 6Âº do CPC/2015, bem como poderÃ¡ ser configurada litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©, conforme previsÃ£o do inc. IV do art. 80, do CPC/2015, alÃ©m das penalidades previstas do art. 234 do CPC/2015.5. Frisa-se que o entendimento estÃ¡ em consonÃ¢ncia com o posicionamento do Superior Tribunal de JustiÃ§a que afirmou que Â¿a conduta constitui infraÃ§Ã£o civil aos deveres processuais das partes, nos termos do art. 77, II, do CÃ³digo de Processo Civil, e pode sujeitar a parte ao pagamento de multa e indenizar a parte contrÃ¡ria pelos danos processuais, consoante arts. 79, 80 e 81 do CÃ³digo de Processo Civil ilÃ-cito processual. Outrossim, conforme art. 34, XIV, da Lei n. 8.906/1994, verifica-se infraÃ§Ã£o profissional do advogado deturpar a situaÃ§Ã£o fÃ¡tica com o objetivo de iludir o juÃ-zo. Conclui-se, pois, que a conduta descrita nÃ£o configura infraÃ§Ã£o penal, mas meramente civil e administrativa, sujeita Ã puniÃ§Ã£o correlataÂ¿1.6. Assim, intime-se a exequente para, impreterivelmente no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, juntando, se for o caso, planilha atualizada de dÃ©bito e as certidÃµes requeridas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, conforme manifestaÃ§Ã£o de fl. 23.7. Transcorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o, intime-se pessoalmente a exequente, para o seu cumprimento no prazo de 05 (cinco) dias, advertindo-a que o descumprimento da intimaÃ§Ã£o poderÃ¡ ensejar a extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito.Â ApÃ³s, voltem os autos conclusos.ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redaÃ§Ã£o que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009.P. I. C.

P R O C E S S O : 0 0 1 5 8 1 3 3 2 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Sumário em: 03/11/2021---REQUERENTE:MARIA TACIANA BARROSO DA SILVA Representante(s): OAB 54738 - DAIANE MORAES LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) . A parte requerente, qualificada nos autos, propÃ´s AÃ§Ã£o de CobranÃ§a de Seguro ObrigatÃ³rio - DPVAT, em desfavor da requerida, tambÃ©m qualificada nos autos, sob o argumento de que sofreu acidente de trÃ¢nsito, ocorrido no dia 09/10/2015, tendo sequelas em razÃ£o do mesmo. Afirma ter recebido na esfera administrativa apenas parcialmente valor devido. Juntou Ã inicial procuraÃ§Ã£o e documentos. Este Juiz, considerando pertinente a produÃ§Ã£o de prova pericial, nomeou perito judicial Ã fl. 115, e determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal do autor. O autor nÃ£o compareceu Ã perÃ-cia.Este juÃ-zo designou a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia por mais duas vezes, restando infrutÃ-fera a sua realizaÃ§Ã£o, considerando a ausÃªncia do autor.Ã¿ fl. 123, foi certificado sobre a impossibilidade de intimaÃ§Ã£o do autor, considerando que o mesmo nÃ£o reside mais no endereÃ§o declinado na exordial.Ã¿ fl. 125 foi determinada a intimaÃ§Ã£o do patrono do autor a fim de que informasse o endereÃ§o atualizado do seu cliente, nÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o, conforme certificado Ã fl. 131.Ã¿ o relatÃ³rio. Decido.No presente litÃ-gio, autor nÃ£o compareceu as periciais designadas por este JuÃ-zo. Com efeito, a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia mÃ©dica Ã© meio de prova idÃ´nea para o deslinde do feito, tendo em vista que o valor da indenizaÃ§Ã£o do seguro obrigatÃ³rio para os casos de invalidez deve ser proporcional ao grau da lesÃ£o, atestado em laudo conclusivo por mÃ©dico perito.O patrono do autor, foi intimado e nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o quedando-se inerte ao seu direito de prova.Ante a necessidade de prova tÃ©cnica para atestar o grau de invalidez, a fim de que se apure o valor devido da indenizaÃ§Ã£o, verifico que o autor nÃ£o se desincumbiu do seu Ã´nus, nÃ£o restando outra soluÃ§Ã£o, senÃ£o a improcedÃªncia do pleito.Logo, considerando que nÃ£o consta nos autos quaisquer provas capazes de atestar a invalidez do autor, e por tudo que dos autos consta, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Novo CÃ³digo de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido por ausÃªncia de provas. Condeno a autora ao pagamento das custas finais, entretanto, em razÃ£o da gratuidade concedida, suspendo a sua exigibilidade, na forma do art. 98, Â§3Âº, do CPC. O autor sucumbente arcarÃ¡ com os honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% sobre o valor atualizado, da causa, observada a gratuidade de justiÃ§a.Determino a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ judicial em nome da requerida, para levantamento dos honorÃ¡rios periciais, caso jÃ¡ tenham sido depositados judicialmente.Em caso de apresentaÃ§Ã£o de Recurso de ApelaÃ§Ã£o, intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazÃµes, no prazo de 15 (quinze) dias (NCPC, art.1.010, Â§ 1Â°). Em seguida, apÃ³s o cumprimento das formalidades legais, remeta-se os autos ao Tribunal, independentemente de juÃ-zo de admissibilidade.Transitada em julgado, proceda-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias e apÃ³s arquive-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento a pedido de uma das partes. P.R.I.C.

P R O C E S S O : 0 0 1 7 4 0 4 9 2 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Separação Litigiosa em: 03/11/2021---REQUERENTE:F. G. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO) REQUERIDO:R. S. R. . Considerando a

certidÃ£o de fl. 121, informando suposto falecimento do requerido RAIMUNDO DA SILVA ROCHA e conforme consulta realizado no site da Receita Federal de fl. 122, determino a intimaÃ§Ã£o da autora a fim de que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, jÃ¡ com a dobra do prazo legal.ApÃ³s, conclusos.P.I.C.
P R O C E S S O : 0 0 0 0 2 2 7 5 2 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021---REQUERENTE:ARMANDO DIEGO DE ALBURQUERQUE TELES Representante(s): OAB 14884 - JOSE VINICIUS FREIRE LIMA DA CUNHA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LINDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . A parte requerente, qualificada nos autos, propÃ´s AÃ§Ã£o de CobranÃ§a de Seguro ObrigatÃ³rio - DPVAT, em desfavor da requerida, tambÃ©m qualificada nos autos, sob o argumento de que sofreu acidente de trÃ¢nsito, ocorrido no dia 03/08/2014, tendo sequelas em razÃ£o do mesmo. Afirma nÃ£o ter recebido nenhum valor na esfera administrativa. Juntou Ã inicial procuraÃ§Ã£o e documentos. Este Juiz, considerando pertinente a produÃ§Ã£o de prova pericial, nomeou perito judicial Ã fl. 57. O autor nÃ£o compareceu Ã perÃ-cia.Este juÃ-zo designou a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia por mais duas vezes, restando infrutÃ-fera a sua realizaÃ§Ã£o, considerando a ausÃªncia do autor.Ã¿ fl. 116 foi certificado sobre a impossibilidade de intimaÃ§Ã£o do autor.Ã¿ fl. 124 foi determinada a intimaÃ§Ã£o do patrono do autor a fim de que informasse o endereÃ§o atualizado do seu cliente, nÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o, conforme certificado Ã fl. 125.Intimado para se manifestar, o requerido requereu a extinÃ§Ã£o.Ã¿ o relatÃ³rio. Decido.No presente litÃ-gio, autor nÃ£o compareceu as periciais designadas por este JuÃ-zo. Com efeito, a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia mÃ©dica Ã© meio de prova idÃ´nea para o deslinde do feito, tendo em vista que o valor da indenizaÃ§Ã£o do seguro obrigatÃ³rio para os casos de invalidez deve ser proporcional ao grau da lesÃ£o, atestado em laudo conclusivo por mÃ©dico perito.O patrono do autor, foi intimado e nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o quedando-se inerte ao seu direito de prova.Ante a necessidade de prova tÃ©cnica para atestar o grau de invalidez, a fim de que se apure o valor devido da indenizaÃ§Ã£o, verifico que o autor nÃ£o se desincumbiu do seu Ã´nus, nÃ£o restando outra soluÃ§Ã£o, senÃ£o a improcedÃªncia do pleito.Logo, considerando que nÃ£o consta nos autos quaisquer provas capazes de atestar a invalidez do autor, e por tudo que dos autos consta, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Novo CÃ³digo de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido por ausÃªncia de provas. Condeno a autora ao pagamento das custas finais, entretanto, em razÃ£o da gratuidade concedida, suspendo a sua exigibilidade, na forma do art. 98, Â§3Âº, do CPC. O autor sucumbente arcarÃ¡ com os honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% sobre o valor atualizado, da causa, observada a gratuidade de justiÃ§a.Determino a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ judicial em nome da requerida, para levantamento dos honorÃ¡rios periciais, caso jÃ¡ tenham sido depositados judicialmente.Em caso de apresentaÃ§Ã£o de Recurso de ApelaÃ§Ã£o, intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazÃµes, no prazo de 15 (quinze) dias (NCPC, art.1.010, Â§ 1Â°). Em seguida, apÃ³s o cumprimento das formalidades legais, remeta-se os autos ao Tribunal, independentemente de juÃ-zo de admissibilidade.Transitada em julgado, proceda-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias e apÃ³s arquive-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento a pedido de uma das partes. P.R.I.C.
P R O C E S S O : 0 0 0 1 3 9 5 3 1 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Cumprimento de sentença em: 04/11/2021---REQUERENTE:MARINA SOUZA LOPES VENTURA ARICODEMES Representante(s): OAB 30.979 - CLAUDIO ARICODEMES SILVA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:SOCIEDADE COMERCIAL E IMPORTADORA HERMES SA Representante(s): OAB 131.470 - RODRIGO PENA DOMINGUES (ADVOGADO) . Considerando que a autora nÃ£o reside mais no endereÃ§o declinado nos autos, certidÃ£o de fl. 222, bem como tendo em vista que seu patrono, intimado via DiÃ¡rio de JustiÃ§a, nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o, certidÃ£o de fl. 235, certifique-se o necessÃ¡rio, e, apÃ³s, observadas as formalidades legais, arquive-se. P.I.C.
P R O C E S S O : 0 0 0 1 5 8 9 2 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Monitória em: 04/11/2021---REQUERENTE:SAINTGOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Representante(s): OAB 154733 - LUIZ ANTONIO GOMIERO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:E TEIXEIRA COSTA NETO ME. Considerando que o endereÃ§o localizado por meio dos sistemas RENAJUD e SISBAJUD, conforme fls. 76/77, trata-se do mesmo declinado na exordial, intime-se o autor para que se manifeste no que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.ApÃ³s, conclusos.P.I.C.
P R O C E S S O : 0 0 0 2 2 1 9 9 6 2 0 0 9 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 9 1 0 0 1 5 0 5 4
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JADNA SOUSA A??o: Procedimento Comum Cível

em: 04/11/2021---REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERENTE:DISTRIBUIDORA NOGAMI LTDA Representante(s): OAB 10259 - ADELAIDE ALBARADO DE ALMEIDA LINO (ADVOGADO) . Proc. nº 0002219-96.2009.8.14.0005 CERTIDÃ¿O DE TRÃ¿NSITO EM JULGADO Certifico que a SentenÃ§a de fls. 284 a 287, do processo de AÃ§Ã£o OrdinÃ¡ria de AnulaÃ§Ã£o de Ato Administrativo, transitou livremente em julgado em 28 de agosto de 2020. Â O referido Ã© verdade 04 de novembro de 2021. Jadna Sousa Diretora de Secretaria em exercÃ-cio da 3Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Altamira/PA.
PROCESSO: 00398964920158140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 04/11/2021---REQUERENTE:LUIZ KAPICHE NETO Representante(s): OAB 5067 - LAILANA JUSSARA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 18.321 - JESSICA KAROLINE DA LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:JAMILSON DA SILVA GALVAO REQUERIDO:ALIÇANDRA DA SILVA GALVÃO. DECISÃ¿O - MANDADO 1. Diante da notÃ-cia do falecimento do exequente LUIZ KAPICHE NETO, no que concerne Ã suspensÃ£o do feito, dispÃµe o art. 113 do CPC que: "Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-Ã¡ a sucessÃ£o pelo seu espÃ³lio ou pelos seus sucessores, observado o disposto noÂ art. 313, Â§Â§ 1Âº e 2Âº". 2. Dessa forma, estabelece referida norma ser necessÃ¡ria a substituiÃ§Ã£o da parte falecida, nos moldes previstos no art. 687 do CPC, que trata da habilitaÃ§Ã£o do espÃ³lio ou sucessores, observando-se, conforme disposto na norma, o estabelecido pelo art. 313 do CPC. 3. Assim, para que se complete a relaÃ§Ã£o processual, em virtude de perda da capacidade postulatÃ³ria de sujeito da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, necessÃ¡ria a suspensÃ£o do processo, nos termos do art. 313, I, do CPC e a observÃ¢ncia do procedimento descrito nos art. 687 e seguintes, do mesmo diploma formal, referente Ã habilitaÃ§Ã£o dos herdeiros. 4. Nesse sentido, disserta HUMBERTO THEODORO JÃ¿NIOR: "No caso de morte de qualquer dos litigantes, a substituiÃ§Ã£o por seu espÃ³lio ou seus sucessores Ã© necessÃ¡ria, salvo a hipÃ³tese de aÃ§Ã£o intransmissÃ-vel. HaverÃ¡ suspensÃ£o do processo para que se promova a habilitaÃ§Ã£o dos interessados, salvo se estiver em curso a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, caso em que o processo continuarÃ¡ atÃ© a sentenÃ§a" (Curso de Direito Processual Civil, ed. Forense, 39. ed., 2016, v. 1, p. 94). 5. No mesmo sentido prelecionam NELSON NERY JÃ¿NIOR e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY: "Com a morte da parte, o processo se suspende (CPC 265), para que seja feita a sucessÃ£o processual. A lei fala incorretamente em substituiÃ§Ã£o. Em se tratando de aÃ§Ã£o intransmissÃ-vel, o juiz deverÃ¡ extinguir o processo sem julgamento do mÃ©rito; caso contrÃ¡rio, deverÃ¡ ser providenciada a habilitaÃ§Ã£o do espÃ³lio ou sucessores" (CÃ³digo de Processo Civil Comentado, RT, 6Âª ed., SÃ£o Paulo, 2002, p. 344). 6. Isto posto, DETERMINO a suspensÃ£o do processo, para que seja processada a necessÃ¡ria e regular habilitaÃ§Ã£o dos sucessores e/ou espÃ³lio do falecido, na forma das disposiÃ§Ãµes processuais. 7. Intime-se a advogada da parte exequente para que indique o endereÃ§o dos herdeiros do exequente. 8. Certifique o cartÃ³rio acerca do ajuizamento/tramitaÃ§Ã£o de inventÃ¡rio em razÃ£o do falecimento de LUIZ KAPICHE NETO. 9. ApÃ³s, intime-se os herdeiros e/ou inventariante para as providÃªncias de sua alÃ§ada. P. I.C. ServirÃ¡ o presente, por cÃ³pia, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redaÃ§Ã£o que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Altamira/PA, 28 de setembro de 2021. ANDRÃ¿ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Juiz de Direito Substituto respondendo pela 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira V. P. 02
PROCESSO: 00024553920128140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JADNA SOUSA A??o: Embargos à Execução em: 05/11/2021---EMBARGANTE:NATUPALMI IND. E EMPR. DA AMAZONIA S/A Representante(s): OAB 14013 - PAULA BARROS PEREIRA DE FARIAS (DEFENSOR) EMBARGADO:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA. Proc. nº 0002455-39.2012.8.14.0005 CERTIDÃ¿O DE TRÃ¿NSITO EM JULGADO Certifico que a SentenÃ§a de fls. 49, transitou livremente em julgado em 26 de outubro de 2021. Â O referido Ã© verdade 05 de novembro de 2021. Jadna Sousa Diretora de Secretaria em exercÃ-cio da 3Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Altamira/PA.
PROCESSO: 00104852920138140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JADNA SOUSA A??o: Alimentos - Provisionais em: 05/11/2021---REQUERENTE:R. L. S. S. Representante(s): OAB 19656 - FERNANDO GONCALVES FERNANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:A. J. S. . Processo n. 0010485-29.2013.814.0005 Â CERTIDÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Eu, JADNA CLÃ¿IA SILVA SOUSA, Diretora de Secretaria, em exercÃ-cio, da 4Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Altamira, Estado do ParÃ¡, no uso de minhas atribuiÃ§Ãµes legais, etc.. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, em cumprimento ao despacho de fl. 126, que desentranhei as fls. 117/118, e as cÃ³pias dos referidos documentos serÃ£o juntadas nos autos de nÃºmero 0003626-

60.2014.814.0005, apenso a este processo. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 05 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ______________________________ JADNA CLÃ¿IA SILVA SOUSA Diretora de Secretaria em exercÃcio

PROCESSO: 00104852920138140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JADNA SOUSA A??o: Alimentos - Provisionais em: 05/11/2021---REQUERENTE:R. L. S. S. Representante(s): OAB 19656 - FERNANDO GONCALVES FERNANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:A. J. S. . Processo n. 0010485-29.2013.814.0005 Â CERTIDÃ¿O Â Eu, JADNA CLÃ¿IA SILVA SOUSA, Diretora de Secretaria, em exercÃcio, da 3Âª Vara CÃvel da Comarca de Altamira, Estado do ParÃ¡, no uso de minhas atribuiÃ§Ãµes legais, etc.. Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, em cumprimento ao despacho de fl. 126, que desentranhei as fls. 123/124, e as cÃ³pias dos referidos documentos serÃ£o juntadas nos autos de nÃºmero 0003626-60.2014.814.0005, apenso a este processo. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 05 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ______________________________ JADNA CLÃ¿IA SILVA SOUSA Diretora de Secretaria em exercÃcio

PROCESSO: 00939246420158140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDINEIRE MARIA DE SOUZA A??o: Procedimento Sumário em: 05/11/2021---REQUERENTE:LEILIANE DE SOUSA MADALENO REQUERIDO:JUNIOR DE TAL REQUERIDO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE ALTAMIRA SECRETARIA DA 3Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL ATO ORDINATÃ¿RIO Â De ordem do (a) Exmo. (a). Sr. (a). Juiz (a) de Direito que atua nesta Vara, VINICIUS PACHECO DE ARAUJO, nos termos do Provimento nÂº 006/2009-CJCI e do Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intime-se o Autor (a), para que manifeste sobre a certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a as fls. 61. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira, 05 de novembro de 2021. Â Edineire Maria de Souza Pereira Auxiliar JudiciÃ¡ria

PROCESSO: 00067958920138140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021---REQUERENTE:MARIA LOPES DE SOUSA SANTOS Representante(s): OAB 14013 - PAULA BARROS PEREIRA DE FARIAS (DEFENSOR) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO PARA SA REQUERIDO:O ESTADO DO PARA. Tribunal de JustiÃ§a do ParÃ¡Â 3Âª VARA CÃVEL DA COMARCA DE ALTAMIRA PROCESSO NÂº 0006795-89.2013.8.14.0005 SENTENÃ¿A COM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o anulatÃ³ria de negÃ³cio jurÃdico com pedido de tutela antecipada e condenaÃ§Ã£o em danos morais proposta por MARIA LOPES DE SOUSA SANTOS em face de BANCO DO ESTADO DO PARÃ - BANPARÃ E ESTADO DO PARÃ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirma a autora que, ao tentar contratar emprÃ©stimo na Caixa EconÃ´mica Federal foi surpreendida com a negativa, sob a justificativa que seu nome estava inscrito no cadastro de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito em virtude de emprÃ©stimos contratados e nÃ£o pagos no BanparÃ¡. Alega a autora que nunca realizou tais emprÃ©stimos e que jamais fora correntista do referido banco. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que ao procurar a agÃªncia bancÃ¡ria foi informada de que haviam 3 contratos de crÃ©dito em seu nome, sendo que em um figurava como tomadora e nos demais como avalista, sendo cada emprÃ©stimo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Afirma ainda que nos contratos em que a requerente figura como avalista, constam como tomadores WALDIR PEREIRA RODRIGUES e ROSILEIA SANTOS DE SOUSA, pessoas estas que alega desconhecer. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora assevera ainda que a Defensoria PÃºblica, representando os interesses da demandante, enviou OfÃcio ao BanparÃ¡ e ao Programa de MicrocrÃ©dito - CredcidadÃ£o, do Governo do Estado do ParÃ¡. Afirma que em resposta, recebeu cÃ³pia dos contratos, documentos pessoais da autora, porÃ©m com dados incorretos, divergÃªncias de endereÃ§o, erro quanto ao estado civil, dentre outras incongruÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalta que Ã© analfabeta, nÃ£o tendo assinado nenhum contrato de crÃ©dito com o banco requerido ou com o Estado do ParÃ¡, por meio do programa CredcidadÃ£o. Assim, requer a anulaÃ§Ã£o de tais negÃ³cios jurÃdicos, posto que realizados por terceiros desconhecidos e sem o seu consentimento. Requereu condenaÃ§Ã£o dos requeridos em danos morais no importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a inicial juntou os documentos de fls. 11/50. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 52/53 foi concedido o benefÃcio da justiÃ§a gratuita e deferida a antecipaÃ§Ã£o de tutela para determinar ao banco requerido que suspendesse todas as cobranÃ§as em relaÃ§Ã£o aos contratos em disputa, bem com Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â o para que se abstivesse de realizar

registros em nome da autora junto aos cadastros de inadimplentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O requerido Banco do Estado do ParÃ¡ apresentou contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 60/73, onde alegou preliminarmente a ilegitimidade passiva, pois atuaria como mero mandatÃ¡rio de operaÃ§Ãµes financeiras atravÃ©s do Programa CredParÃ¡, mantido pelo Governo do Estado do ParÃ¡. No mÃ©rito, alegou a legalidade dos contratos e requereu a improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. Juntou os documentos de fls. 74/141. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o do Estado do ParÃ¡ Ã s fls. 158/165, ocasiÃ£o em que tambÃ©m alegou ilegitimidade passiva como preliminar e, no mÃ©rito, regularidade da contrataÃ§Ã£o. Juntou os documentos de fls. 166/237. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã s contestaÃ§Ãµes Ã fl. 246v. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 247 afastou as preliminares aventadas por ambos os rÃ©us, fixando que sÃ£o partes legÃ-timas para figurar no polo passivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o de fls. 251/253 do BanparÃ¡ especificou provas e fixou os pontos controvertidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho de fl. 258 designou audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento RedesignaÃ§Ã£o da referida audiÃªncia Ã fl. 276. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o Ã fl. 308. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 312/314 consta alegaÃ§Ãµes finais do requerido Banco do Estado do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Memoriais da autora Ã s fls. 316/318, bem como do requerido Estado do ParÃ¡ Ã s fls. 322/332. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, indefiro o pedido do Estado do ParÃ¡ em sede de alegaÃ§Ãµes finais, onde objetiva ter anulada a audiÃªncia realizada dia 28.11.2018, haja vista a ausÃªncia do requerido Estado do ParÃ¡, por nÃ£o ter sido devidamente intimado na forma do art. 183 do CPC, tendo em vista que o que consta nos autos jÃ¡ Ã© suficiente para o deslinde da aÃ§Ã£o, nÃ£o havendo necessidade de reabertura da fase probatÃ³ria. Assim, nÃ£o hÃ¡ prejuÃ-zo ao requerido, tratando-se de mera irregularidade, de modo que deve ser priorizado o princÃ-pio da instrumentalidade das formas, nÃ£o havendo que se falar em nulidade insanÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre ressaltar que o juiz, como destinatÃ¡rio da prova, tem o poder de decisÃ£o acerca do acervo probatÃ³rio. Assim, neste momento processual entendo que nÃ£o hÃ¡ mais necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas, sobretudo porque o caso em comento se resolve com a anÃ¡lise de prova documental, que consta no processo de forma satisfatÃ³ria. Assim, rejeito o pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em comento, narra a parte autora que foi surpreendida com a existÃªncia de emprÃ©stimos contratados em seu nome, um como tomadora e dois como avalista, tendo o banco requerido inscrito seu nome junto aos cadastros de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito, o que lhe causou graves danos. Alegou que jamais fora correntista do banco requerido, nÃ£o tendo contratado nenhum emprÃ©stimo com este. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportuno destacar que a matÃ©ria em discussÃ£o se trata de um fato negativo, o qual atrai para o banco demandado o Ã´nus de provar que a contrataÃ§Ã£o ocorreu de forma regular. SenÃ£o vejamos: CONSUMIDOR. EMPRÃ¿STIMO. DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO. AUSÃ¿NCIA DE PROVA DA CONTRATAÃ¿Ã¿O. DANO MORAL CONFIGURADO. RAZOABILIDADE NO ARBITRAMENTO JUDICIAL. RESTITUIÃ¿Ã¿O SIMPLES DA QUANTIA PAGA. AUSÃ¿NCIA DE MÃ-FÃ¿. SENTENÃ¿A REFORMADA EM PARTE. (...)2. Inexistente algum contrato entre as partes, sÃ£o indevidos os descontos efetuados na folha de pagamento do consumidor por equiparaÃ§Ã£o, o que dÃ¡ ensejo Ã condenaÃ§Ã£o do banco rÃ©u na restituiÃ§Ã£o e reparaÃ§Ã£o do dano moral, no caso arbitrado de forma razoÃ¡vel e proporcional Ã s circunstÃ¢ncias da causa. 3. O erro justificado pelo tÃ-tulo extrajudicial em poder do banco rÃ©u provoca a incidÃªncia da exceÃ§Ã£o prevista no parÃ¡grafo Ãºnico do artigo 42 do CÃ³digo de Defesa do Consumidor. AlÃ©m do mais, nÃ£o resta demonstrado mÃ¡-fÃ© do fornecedor do serviÃ§o se existe clÃ¡usula no tÃ-tulo extrajudicial que ampara a cobranÃ§a em folha de pagamento. Enfim, segundo a atual jurisprudÃªncia da Segunda SeÃ§Ã£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a, necessÃ¡ria a mÃ¡-fÃ© para obrigar Ã restituiÃ§Ã£o em dobro. Precedentes do STJ. 4. ApelaÃ§Ã£o do rÃ©u conhecida em parte e provida parcialmente. ApelaÃ§Ã£o do autor conhecida e nÃ£o provida. (AcÃ³rdÃ£o 977594, 20150910131729APC, Relator: FÃBIO EDUARDO MARQUES, 7Âª TURMA CÃVEL, data de julgamento: 26/10/2016, publicado no DJE: 4/11/2016. PÃ¡g.: 297/301) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que, muito embora o banco requerido tenha apresentado aos autos vasta documentaÃ§Ã£o, em nenhuma delas comprova a regularidade dos contratos. Outrossim, diante da situaÃ§Ã£o de analfabetismo da autora, bem como da incongruÃªncia de diversas informaÃ§Ãµes, nÃ£o se pode presumir vÃ¡lidos os contratos realizados sem a assinatura da requerente, mas apenas com a sua suposta impressÃ£o digital. No que pertine ao requerido Estado do ParÃ¡, nÃ£o traz, da mesma forma, quaisquer elementos que se faÃ§am presumir vÃ¡lidos os contratos realizados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre ressaltar que os requeridos, intimados para especificar provas, nÃ£o requereram realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia para confirmaÃ§Ã£o da veracidade da impressÃ£o digital aposta no contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ como ter certeza que tais contratos foram, de fato, aceitos pela parte autora. Ressalta-se que a demanda atrai as regras atinentes ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, nos termos do art. 6Âº, VIII do CDC, devendo ser observado que os requeridos tinham a

incumbÃªncia de demonstrar a regularidade dos contratos, o que nÃ£o ocorreu. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, resta evidenciado que os rÃ©us, de forma conjunta, nÃ£o foram diligentes na contrataÃ§Ã£o, demonstrando a falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o. Tanto o Banco do Estado do ParÃ¡ no que se refere Ã contrataÃ§Ã£o, bem como ao Estado do ParÃ¡, no que se refere Ã disponibilizaÃ§Ã£o da linha de crÃ©dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, evidencia-se a irregularidade no serviÃ§o prestado pela instituiÃ§Ã£o financeira rÃ©, bem como pelo Estado do ParÃ¡, por meio do programa de crÃ©dito CredcidadÃ£o, diante da manifesta falha na seguranÃ§a do serviÃ§o ao nÃ£o tomar os cuidados necessÃ¡rios Ã formalizaÃ§Ã£o dos contratos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao disponibilizar os seus produtos e serviÃ§os, nÃ£o forneceu a seguranÃ§a que se espera na coleta e conferÃªncia de dados e documentos dos consumidores que os solicitam. Por essa razÃ£o, nÃ£o hÃ¡ de se falar em culpa exclusiva de terceiro, pois o evento ilÃ-cito em foco decorreu diretamente do serviÃ§o fornecido pelos demandados sem a seguranÃ§a que lhe Ã© exigida, nÃ£o havendo rompimento do nexo de causalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano estÃ¡ evidenciado no verificaÃ§Ã£o da ilegalidade dos contratos, bem como da inscriÃ§Ã£o indevida do nome da autora nos cadastros restritivos de crÃ©dito. Trata-se de dano direto, objetivo e imediato, configurando-se na modalidade "in reipsa", consoante forte construÃ§Ã£o doutrinÃ¡ria, seguida de forma harmÃ´nica pela jurisprudÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O valor da indenizaÃ§Ã£o por dano moral deve ser fixado moderadamente, levando-se em conta as condiÃ§Ãµes do ofensor, do ofendido, a extensÃ£o do dano, os critÃ©rios de proporcionalidade e razoabilidade, alÃ©m de ter carÃ¡ter punitivo-pedagÃ³gico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) revela-se razoÃ¡vel ao caso narrado nos autos, a nÃ£o gerar enriquecimento ilÃ-cito de uma das partes e ruina da parte contrÃ¡ria, alÃ©m de ser proporcional ao contrato apontado e imputado em face do autor. Tal montante repara os danos causados, desestimula a negligÃªncia do rÃ©u no trato com seus clientes e nÃ£o gera enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, o seguinte julgado do EgrÃ©gio TJDFT: CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AÃ¿Ã¿O DECLARATÃ¿RIA DE INEXISTÃ¿NCIA DE DÃ¿BITO C/C INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS. DESCONTO EM BENEFÃCIO PREVIDENCIÃRIO. FRAUDE DE TERCEIRO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REPARAÃ¿Ã¿O POR DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÃ¿RIO. 1. Constatando-se a falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o, diante o desconto em benefÃ-cio previdenciÃ¡rio de emprÃ©stimo contratado por terceira pessoa em nome do cliente, mostra-se patente o dever de indenizar, uma vez que a responsabilidade da instituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria Ã© objetiva (Art. 14 CDC). 2. Mostra-se suficiente, para fins de reparaÃ§Ã£o por dano moral, a ocorrÃªncia do fato descrito, sendo desnecessÃ¡ria a demonstraÃ§Ã£o da dor espiritual experimentada, pois o dano opera-se in reipsa. 3. A razoabilidade apresenta-se como critÃ©rio que deve imperar na fixaÃ§Ã£o da quantia compensatÃ³ria dos danos morais. Para alÃ©m do postulado da razoabilidade, a jurisprudÃªncia, tradicionalmente, elegeu parÃ¢metros (leia-se regras) para a determinaÃ§Ã£o do valor indenizatÃ³rio. Dentre eles, encontram-se, por exemplo: (a) a forma como ocorreu o ato ilÃ-cito: com dolo ou com culpa (leve, grave ou gravÃ-ssima); (b) o tipo de bem jurÃ-dico lesado: honra, intimidade, integridade etc.; (c) alÃ©m do bem que lhe foi afetado a repercussÃ£o do ato ofensivo no contexto pessoal e social; (d) a intensidade da alteraÃ§Ã£o anÃ-mica verificada na vÃ-tima; (e) o antecedente do agressor e a reiteraÃ§Ã£o da conduta; (f) a existÃªncia ou nÃ£o de retrataÃ§Ã£o por parte do ofensor. 4. Negou-se provimento ao recurso. (AcÃ³rdÃ£o n.687564, 20120910195084APC, Relator: FLAVIO ROSTIROLA, Revisor: TEÃ¿FILO CAETANO, 1Âª Turma CÃ-vel, Data de Julgamento: 26/06/2013, Publicado no DJE: 02/07/2013. PÃ¡g.: 59) Â Â Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos, para o fim de extinguir o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, I do CPC e para DECLARAR a nulidade dos contratos nº 3368076, 3368084 e 3368106 e consequentemente declarar a inexistÃªncia dos dÃ©bitos decorrentes dos referidos contrato de emprÃ©stimos em nome da autora e CONDENAR os requeridos BANCO DO ESTADO DO PARÃ e ESTADO DO PARÃ, de forma solidÃ¡ria, ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o por danos morais Ã autora MARIA LOPES DE SOUSA SANTOS, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que deverÃ¡ ser acrescido de atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo INPC a partir do arbitramento, ou seja, a partir da data desta decisÃ£o e juros de mora de 1% ao mÃªs desde a data do evento danoso, nos termos do art. 398 do CC e SÃºmula 54 do STJ, por se tratar de responsabilidade extracontratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o requerido Banco do Estado do ParÃ¡ ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios de 10% do valor da condenaÃ§Ã£o, proporcionalmente ao percentual de 50%. Sem custas ao Estado do ParÃ¡, conforme previsÃ£o do art. 40 da Lei Estadual nÂ° 8.328/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em caso de interposiÃ§Ã£o de recurso de apelaÃ§Ã£o, intime-se a parte contrÃ¡ria para contrarrazÃµes. ApÃ³s, remetam-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira/PA, 08 de novembro de 2021. ANDRÃ¿ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Juiz de Direito Substituto respondendo 3Âª

Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira/PA

PROCESSO: 00081884920138140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Execução de Alimentos em: 08/11/2021---REQUERENTE:ANGELO DANILO MORENO DE ANDRADE REQUERIDO:DIOGO CARDOSO DA SILVA Representante(s): OAB 23300 - ALAN RANGEL FERREIRA PORTELA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:VALERIA MORENO DE ANDRADE Representante(s): OAB 27689 - JORGIANE DE NAZARE AZEVEDO DE MOURA (ADVOGADO) . Processo nÂ° 008188-49.2013.8.14.0005 Requerente: ANGELO DANILO MORENO DE ANDRADE, representado por sua genitora VALÃ¿RIA MORENO DE ANDRADE Requerido: DIOGO CARDOSO DA SILVA DECISÃ¿O - MANDADOÂ 1 - Defiro o pedido de desarquivamento. 2 - DÃª-se vistas dos autos a peticionante, pelo prazo de 05 (cinco) dias. 3 - Decorrido o prazo, nÃ£o havendo requerimentos, retornem-se os autos ao arquivo, independentemente de novo despacho. 4 - Cumpra-se. ServirÃ¡ o presente, por cÃ³pia, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redaÃ§Ã£o que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009.Â P. I. C. Altamira/PA, 27 de outubro de 2021. ANDRÃ¿ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Juiz de Direito respondendo pela 3Âª Vara CÃ-vel, Empresarial e Fazenda PÃºblica da Comarca de Altamira/PA

PROCESSO: 00161952520168140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDINEIRE MARIA DE SOUZA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 08/11/2021---REQUERENTE:BANCO GMAC SA Representante(s): OAB 18857 - CARLOS EDUARDO MENDES ALBUQUERQUE (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSEILTON DA SILVA DOS SANTOS. PODER JUDICIÃRIO Â TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ Â COMARCA DE ALTAMIRA - SECRETARIA DA 3Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL Â CERTIDÃ¿O Â Eu, Edineire Maria de Souza Pereira, Auxiliar JudiciÃ¡rio da Secretaria da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do ParÃ¡, no uso de minhas atribuiÃ§Ãµes legais, etc... Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que o Oficial de JustiÃ§a intimado via E-mail, conforme consta Ã fl. 102, atÃ© a presente data nÃ£o devolveu o mandado 202002583139-68. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Altamira-PA, 08 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ______________________________ Edineire Maria de Souza Pereira Auxiliar JudiciÃ¡rio Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, bairro SÃ£o SebastiÃ£o - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009Â -Â CEP. 68.372-020 - Altamira/PA

PROCESSO: 00169066420158140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDINEIRE MARIA DE SOUZA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 08/11/2021---REQUERENTE:SUPERMIX CONCRETO SA Representante(s): OAB 110.641 - GLAUDSON EDUARDO DINIZ (ADVOGADO) OAB 78.019 - JULIANA CARVALHO MOL (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA E INCORPORADORA HERTER LTDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE ALTAMIRA SECRETARIA DA 3Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL ATO ORDINATÃ¿RIO Â De ordem do (a) Exmo. (a). Sr. (a). Juiz (a) de Direito que atua nesta Vara, ANDRÃ¿ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA, nos termos do Provimento nÂº 006/2009-CJCI e do Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intime-se o Autor SUPERMIX CONCRETO S/A., para que manifeste sobre a certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a as fls. 55 NÂº 202102092374-48. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira, 08 de novembro de 2021. Â Edineire Maria de Souza Pereira Auxiliar JudiciÃ¡ria

PROCESSO: 00988473620158140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDINEIRE MARIA DE SOUZA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 08/11/2021---REQUERENTE:ADIMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 192649 - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 156187 - JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ROSINETE GOMES LIMA . PODER JUDICIÃRIO Â TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ Â COMARCA DE ALTAMIRA - SECRETARIA DA 3Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL Â CERTIDÃ¿O Â Eu, Edineire Maria de Souza Pereira, Auxiliar JudiciÃ¡rio da Secretaria da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do ParÃ¡, no uso de minhas atribuiÃ§Ãµes legais, etc... Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que o Oficial de JustiÃ§a intimado via E-mail, conforme consta Ã fl. 75, atÃ© a presente data nÃ£o devolveu o mandado 202002376033-04.

Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Altamira-PA, 08 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â _____________________________ Edineire Maria de Souza Pereira Auxiliar JudiciÃ¡rio Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, bairro SÃ£o SebastiÃ£o - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009Â -Â CEP. 68.372-020 - Altamira/PA

PROCESSO: 00010441920168140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Sumário em: 28/10/2021---REQUERENTE:CLAUDEMIR DO MONTE E SILVA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S A Representante(s): OAB 12436 - ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 14665 - PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHO (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO 3Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA (ResoluÃ§Ã£o nÂº026/2014-GP, DJE nÂº 5636/2014, de 27/11/2014) AUTOS NÂº: 0001044-19.2016.814.0005 DESPACHO Defiro o pedido formulado pela parte autora Ã fl. 231 dos autos e determino a intimaÃ§Ã£o pessoal da nova testemunha arrolada, entretanto, fica ressalvado que eventual ausÃªncia de intimaÃ§Ã£o atÃ© a data da audiÃªncia, implicarÃ¡ no prejuÃzo da prova testemunhal, tendo em vista o escasso lapso temporal existente entre a data do pedido e a data de realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia. Defiro, ainda, o pedido de participaÃ§Ã£o do autor de forma presencial, na referida audiÃªncia. P.I.C. ServirÃ¡ o presente, por cÃ³pia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009Â com redaÃ§Ã£o que lhe deu o Provimento n. 011/2009 - CJRMB, de 03.03.2009. Altamira/PA, 28 de outubro de 2021 AndrÃ© Paulo Alencar SpÃndola Juiz de Direito respondendo pela 3Âª Vara CÃvel da Comarca de Altamira 04

PROCESSO: 00013357520108140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREIA SANCHES A??o: Procedimento Comum Cível em: 28/10/2021---REQUERENTE:LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Representante(s): OAB 228252 - SYLVIO CLEMENTE CARLONI (ADVOGADO) OAB 183.263 - VIVIAN TOPAL PIZARRO (ADVOGADO) OAB 71639 - SERGIO CARNEIRO ROSI (ADVOGADO) REQUERIDO:NELSON CEREZINI Representante(s): OAB 7400 - MARCELO ALEXANDRE COSTA SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO Â TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ Â COMARCA DE ALTAMIRA - SECRETARIA DA 3Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL Â CERTIDÃ¿O Â Eu, ANDRÃ¿IA VIAIS SANCHES, Diretora de Secretaria da 3Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do ParÃ¡, no uso de minhas atribuiÃ§Ãµes legais, etc... Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que foram conferidas pela lei, que os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o apresentados pelo Requerido Estado do ParÃ¡ sÃ£o tempestivos. Â CERTIFICO, tambÃ©m, que o Recurso de ApelaÃ§Ã£o interposto pelo MunicÃpio de Altamira Ã s fls. 104/115 Ã© tempestivo. Â Altamira-PA, 28 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â _____________________________ Diretora de Secretaria Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, bairro SÃ£o SebastiÃ£o - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009Â -Â CEP. 68.372-020 - Altamira/PA

PROCESSO: 00028509420138140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREIA SANCHES A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/10/2021---REQUERENTE:CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:CLEUNICE NOGUEIRA DA CONCEICAO. CERTIDÃ¿O DE TRÃ¿NSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteÃºdo da sentenÃ§a, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Altamira, 28/10/2021 ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3Âª Vara CÃvel da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO FaÃ§o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA e remessa ao Setor de Arquivo, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado da SentenÃ§a. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Altamira, 28/10/2021 ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3Âª Vara CÃvel da Comarca de Altamira/PA

PROCESSO: 00030234520188140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREIA SANCHES A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 28/10/2021---REQUERENTE:EDMAR ROSA RIBEIRO Representante(s): OAB 14772-B - MANOELLA BATALHA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARINALVA MARIA DA SILVA Representante(s): OAB 24908 - ANNE MAYARA OLIVEIRA BATISTA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO Â TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ Â COMARCA DE ALTAMIRA -

SECRETARIA DA 3Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL Â CERTIDÃ¿O Â Eu, ANDRÃ¿IA VIAIS SANCHES, Diretora de Secretaria da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do ParÃ¡, no uso de minhas atribuiÃ§Ãµes legais, etc... Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que foram conferidas pela lei, que a Requerida, devidamente intimada por meio de sua patrona, nÃ£o apresentou ContestaÃ§Ã£o. Â . Â Altamira-PA, 28 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â _____ Diretora de Secretaria Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, bairro SÃ£o SebastiÃ£o - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009Â -Â CEP. 68.372-020 - Altamira/PA

PROCESSO: 00042270320138140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREIA SANCHES A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/10/2021---REQUERENTE:CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO GUEDES DE BRITO. CERTIDÃ¿O DE TRÃ¿NSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteÃºdo da sentenÃ§a, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Altamira, 28/10/2021 ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO FaÃ§o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA e remessa ao Setor de Arquivo, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado da SentenÃ§a. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Altamira, 28/10/2021 ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Altamira/PA

PROCESSO: 00052062320178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREIA SANCHES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 28/10/2021---REQUERENTE:MARIA ALDENORA DE CASTRO FREITAS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALTAMIRA. ATO ORDINATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) de Direito que atua nesta Vara, Dr. ANDRÃ¿ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA, nos termos do Provimento nÂº 006/2009-CJCI intime-se o Requerente para se manifeste, no prazo legal, sobre os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o. Â Altamira, 28 de outubro de 2021. AndrÃ©ia Viais Sanches Diretora de Secretaria da 3Âª Vara CÃ-vel

PROCESSO: 00052062320178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREIA SANCHES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 28/10/2021---REQUERENTE:MARIA ALDENORA DE CASTRO FREITAS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALTAMIRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE ALTAMIRA SECRETARIA DA 4Âª VARA CÃVEL ATO ORDINATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) de Direito que atua nesta Vara, Dr. ANDRÃ¿ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA, nos termos do Provimento nÂº 006/2009-CJCI intime-se o Requerente para se manifeste, no prazo legal, sobre os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o. Â Altamira, 28 de outubro de 2021. AndrÃ©ia Viais Sanches Diretora de Secretaria da 3Âª Vara CÃ-vel

PROCESSO: 00056017820188140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREIA SANCHES A??o: Cumprimento Provisório de Sentença em: 28/10/2021---REQUERENTE:A. P. S. S. Representante(s): OAB 2222 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:F. R. T. S. . CERTIDÃ¿O DE TRÃ¿NSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteÃºdo da sentenÃ§a, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Altamira, 28/10/2021 ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO FaÃ§o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA e remessa ao Setor de Arquivo, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado da SentenÃ§a. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Altamira, 28/10/2021 ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Altamira/PA

PROCESSO: 00088149220188140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREIA SANCHES A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 28/10/2021---REQUERENTE:J. P. G. Representante(s): OAB 26953 - WELTON FRANÇA ALVES DE MESQUITA (ADVOGADO) REQUERIDO:V. D. G. . CERTIDÃ¿O DE TRÃ¿NSITO

EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteÃºdo da sentenÃ§a, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Altamira, 28/10/2021 ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO FaÃ§o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA e remessa ao Setor de Arquivo, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado da SentenÃ§a. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Altamira, 28/10/2021 ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 1 1 3 2 3 6 4 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREIA SANCHES A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/10/2021---REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 10422 - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:ALEXSANDRO FERREIRA DOS SANTOS. CERTIDÃ¿O DE TRÃ¿NSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteÃºdo da sentenÃ§a, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Altamira, 28/10/2021 ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO FaÃ§o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA e remessa ao Setor de Arquivo, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado da SentenÃ§a. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Altamira, 28/10/2021 ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 1 2 4 2 7 9 1 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Procedimento Comum Cível em: 28/10/2021---REQUERENTE:ISABEL CRISTINA BANDEIRA SILVA Representante(s): OAB 13568-B - RENATA OLIVEIRA PIRES (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSORCIO LEI OBRAS CIVIS Representante(s): OAB 34527 - DANIEL ANDRADE CAVALCANTI (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSORCIO NORTE ENERGIA SA Representante(s): OAB 19901-A - ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO (ADVOGADO) . DELIBERAÃ¿Ã¿O EM AUDIÃ¿NCIA: Preclusa a oportunidade de produÃ§Ã£o de provas pela ausÃªncia da parte requerida, mesmo intimada do ato processual. Abro o prazo sucessivo de 15 dias as partes para alegaÃ§Ãµes finais iniciando pela Autora. ApÃ³s, venham os autos conclusos para sentenÃ§a. ANDRÃ¿ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA.Juiz de Direito respondendo pela 3Âª Vara CÃ-vel da Comarca de Altamira

P R O C E S S O : 0 0 0 0 2 0 2 6 3 2 0 2 1 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REPRESENTANTE: E. L. B. O.
Representante(s):
OAB 10450 - ELAINE CRISTINA BRAGA PINTO (ADVOGADO)

EXECUTADO: E. S. R.
EXEQUENTE: S. O. R.
Representante(s):
OAB 10450 - ELAINE CRISTINA BRAGA PINTO (ADVOGADO)

P R O C E S S O : 0 0 0 0 4 7 0 1 4 2 0 0 9 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: L. B. L.
Representante(s):
OAB 12105 - ANDERSON SERRAO PINTO (DEFENSOR)

REQUERENTE: L. B. L.
REPRESENTANTE: T. R. B.
REQUERIDO: J. S. L.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 7 1 1 9 6 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: P. G.
REQUERIDO: E. B. G.
REQUERIDO: W. B. G.
Representante(s):
OAB 14772-B - MANOELLA BATALHA DA SILVA (ADVOGADO)

P R O C E S S O : 0 0 0 1 4 6 7 9 4 2 0 1 0 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: E. A. S.
REPRESENTANTE: F. S. F.

REQUERIDO: O. E.
PROCESSO: 00024883320108140005 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---MENOR: V. B. M.
Representante(s):
OAB 20749 - SAMUEL LIMA SALES JUNIOR (ADVOGADO)
OAB 29577 - INGRID FAVACHO DOS SANTOS (ADVOGADO)

REPRESENTANTE: M. C. S. B.
REQUERIDO: F. S. M.
PROCESSO: 00025812120148140005 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---MENOR: M. N. O. S.
Representante(s):
OAB 29577 - INGRID FAVACHO DOS SANTOS (ADVOGADO)

REPRESENTANTE: S. N. S. O.
Representante(s):
OAB 29577 - INGRID FAVACHO DOS SANTOS (ADVOGADO)

REQUERIDO: L. R. S. S.
Representante(s):
OAB 5367-B - CASSIA DE FATIMA SANTANA MENDES PANTOJA (ADVOGADO)
OAB 24921 - PAULO DE CASSIO SANTANA MENDES PANTOJA (ADVOGADO)

PROCESSO: 00028912720148140005 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: M. O. A. S.
Representante(s):
OAB 13323-B - ANA CLAUDIA DA SILVA CABRAL (DEFENSOR)

REQUERENTE: E. N. A.
REQUERIDO: F. P. S.
PROCESSO: 00036266020148140005 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---MENOR: A. L. R. S.
Representante(s):
OAB 19656 - FERNANDO GONCALVES FERNANDES (ADVOGADO)

REPRESENTANTE: R. L. S. S.
REQUERIDO: A. J. S.
PROCESSO: 00036266020148140005 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---MENOR: A. L. R. S.
Representante(s):
OAB 19656 - FERNANDO GONCALVES FERNANDES (ADVOGADO)

REPRESENTANTE: R. L. S. S.
REQUERIDO: A. J. S.
PROCESSO: 00036266020148140005 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---MENOR: A. L. R. S.
Representante(s):
OAB 19656 - FERNANDO GONCALVES FERNANDES (ADVOGADO)

REPRESENTANTE: R. L. S. S.
REQUERIDO: A. J. S.
PROCESSO: 00038283220178140005 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: L. C. S.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REPRESENTANTE: M. G. C. L.
REQUERIDO: O. P. S. F.

P R O C E S S O : 0 0 0 4 0 9 6 6 2 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: G. D. S.
REPRESENTANTE: A. D. S.
Representante(s):
OAB 14013 - PAULA BARROS PEREIRA DE FARIAS (DEFENSOR)

REQUERIDO: R. S. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 5 5 0 6 8 7 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: F. S. M. L.
Representante(s):
OAB 111111111111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

ENVOLVIDO: C. B. S. S.
REQUERIDO: C. T. P. S.
REQUERIDO: D. E. P. C. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 6 6 6 0 7 7 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---EXEQUENTE: H. C. S.
Representante(s):
OAB 17577-A - MARCIO ALVES FIGUEIRA (DEFENSOR)

EXEQUENTE: J. C. S.
REPRESENTANTE: R. T. S. C.
EXECUTADO: M. S. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 8 4 3 7 6 3 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: D. M. S. R.
Representante(s):
OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR)

REQUERIDO: G. V. S. S.
P R O C E S S O : 0 0 4 3 8 0 9 3 9 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: L. I. C. S.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: A. D. S.
P R O C E S S O : 0 0 4 3 9 0 1 1 7 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERIDO: E. S. R.
Representante(s):
OAB 24433 - JOHNN CHRISTIE DE ASSIS AZEVEDO DOS REIS (ADVOGADO)
OAB 27689 - JORGIANE DE NAZARE AZEVEDO DE MOURA (ADVOGADO)

REQUERENTE: E. L. B. O.
Representante(s):
OAB 10450 - ELAINE CRISTINA BRAGA PINTO (ADVOGADO)

RESENHA: 15/04/2020 A 15/04/2020 - SECRETARIA DA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA - VARA: 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA
Altamira/PA V.P. 03

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 2 5 6 4 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 15/04/2020---REQUERIDO:CLAUDINEY ZENILDO PEREIRA FIMA REQUERENTE:RIO TIBAGI COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRDITOS FINANCEIROS Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) . Em petição de fls. 37 o autor informou que houve a cessão de créditos, objeto desta ação, ao fundo Rio Tibagi Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e requereu ao final a substituição do polo ativo. Assim, DEFIRO a admissão no polo ativo do fundo Rio Tibagi, devendo as devidas alterações serem realizadas

no sistema LIBRA. Após, considerando o lapso temporal entre a petição de fl. 37 e o presente despacho, intime-se o autor para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, II, § do CPC. Caso positivo, para que informe o endereço atualizado do requerido, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. P.I.C. Altamira/PA, 01 de abril de 2020. Vinícius Pacheco de Araújo Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA V.P. 03

RESENHA: 27/04/2021 A 27/04/2021 - SECRETARIA DA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA - VARA: 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA
PROCESSO: 00030462720048140005 PROCESSO ANTIGO: 200410015572 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Execução Fiscal em: 27/04/2021---EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADUAL ADVOGADO:PROC-HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES EXECUTADO:A. J. KUHN-ME Representante(s): OAB 41152 - MARINEZ DE BASTOS (ADVOGADO) . SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO Trata-se de ação de Execução fiscal proposta pelo ESTADO DO PARÁ em face da parte executada devidamente qualificada nos autos. A executada apresentou exceção de pré-executividade. A parte exequente requereu a desistência da ação. É o relatório. Decido. Analisando os autos registro que é de rigor a extinção do feito executivo, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Observo que a jurisprudência é firme no sentido de que é devida a condenação da Fazenda Pública nas verbas da sucumbência, a despeito do que dispõe o art. 26 da LEF, na hipótese em que a Execução Fiscal, impugnada mediante exceção de pré-executividade, é extinta em razão da desistência por parte do Fisco exequente. É o caso dos autos, tendo em vista que houve citação seguida de defesa do executado, corporificada em exceção de pré-executividade, sendo que o exequente vem agora a desistir do feito executivo. Embora a Súmula n.º 153 do Superior Tribunal de Justiça diga apenas quando aos embargos à execução fiscal (¿'a desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exeqüente dos encargos da sucumbência¿), o STJ já pacificou que o mesmo entendimento é aplicável quando se tratar de exceção de pré-executividade. Neste sentido, segue os julgados do Superior Tribunal de Justiça: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. DESISTÊNCIA, APÓS O OFERECIMENTO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CONDENAÇÃO DO ENTE PÚBLICO EXEQUENTE EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. CABIMENTO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. MULTIFÁRIOS PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Na forma da jurisprudência, '1. 'A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos não exime o exequente dos encargos da sucumbência' (Súmula 153/STJ). São devidos honorários advocatícios na hipótese em que o ente público desiste do feito executivo após a citação do devedor e apresentação de defesa, mesmo corporificada em incidente de pré-executividade. Precedentes' (STJ, AgRg no AREsp 691.503/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/06/2015). II. Agravo Regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.553.387/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/03/2016). TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. RECONHECIMENTO PELA FAZENDA NACIONAL DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES 1. Nos termos do art. 19, § 1º, da Lei 10.522/2002, são indevidos honorários advocatícios nos casos em há reconhecimento da procedência do pedido pela Fazenda Pública. 2. A dispensa de honorários sucumbenciais só é pertinente se o pedido de desistência da cobrança é apresentado antes de oferecidos os embargos. Logo, é possível a condenação da Fazenda Nacional em honorários advocatícios, a despeito do teor do art. 19, § 1º, da Lei 10.522/02, quando a extinção da execução ocorrer após o oferecimento de embargos pelo devedor, como no caso dos autos. Precedentes. 3. O mesmo raciocínio pode ser utilizado para possibilitar a condenação da Fazenda Pública exequente em honorários advocatícios quando a extinção da execução ocorrer após a contratação de advogado pelo executado, ainda que para oferecer exceção de pré-executividade (AgRg no AREsp 155.323/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 21/08/2012.). Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.590.005/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/06/2016). Logo, a extinção da ação com a fixação de honorários em face da parte exequente é medida que se impõe. 3. DO DISPOSITIVO Enfim, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO FISCAL sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Condeno o ESTADO DO PARÁ ao pagamento da verba honorária, a qual fixo em 10%, do valor

atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 3º, do CPC. Sem condenação em custas, em atenção ao art. 39, caput, da LEF. Transitado em julgado, nada sendo requerido, após regular baixa, arquive-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito titular da 3ª Vara Cível, Empresarial e Fazenda Pública da Comarca de Altamira/PA.

COMARCA DE CASTANHAL

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL

Processo nº 0004220-78.2013.814.0015

Ação: Inventário

Inventariante: FRANCIANE AMELIA TEMBRA BARBOSA

Adv.: JOSÉ HELDER CHAGAS XIMENES, OAB-PA 8142

DESPACHO

RH

Intime-se o autor, para cumprir integralmente o despacho de fls 73.

P.R.I.C.

Castanhal, 17 de junho de 2021.

Dra. CÍNTIA WALKER BELTR¿O GOMES

Juíza de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

Processo n. 0001707-74.2012.8.14.0015

Requerente: ATIVOS S/A SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS

Adv.: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER, OAB-PA 27.403-A

REQUERIDOS: ÊXITO COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA ME e OUTROS

DESPACHO

Defiro requerimento do autor, desta feita, dê-se vistas dos autos ao advogado habilitado, pelo prazo de 5 dias, conforme art. 107, inciso II, do CPC.

P.R.I.C.

Castanhal, 10 de março de 2021.

CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES

Juíza Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

Processo: 0001506-96.2006.814.0015

Ação Monitória

Requerente: BANCO DO BRASIL AS

Requeridos: STAMP COLOR EMBALAGENS E BRINDES LTDA. - ME. e Outros

Adv.: SERVIO TULIO DE BARCELOS, OAB-PA 21.148-A

Despacho

1- Habilite os patronos conforme requerido as fls 196.

2- Defiro o pedido de fls 199. Desta feita renove as diligências citatórias, no novo endereço informado, após recolhimento das custas judiciais.

P. R. I. C.

Castanhal, 01 de fevereiro de 2021.

CINTIA WALKER BELTR¿O GOMES

Juíza Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

Processo nº 0000146-73.2016.8.14.0015

Embargante: G COELHO SOUZA DROGARIA GIL

Embargado: MARQUES E MELO LTDA

Adv.: GUSTAVO ESPINHEIRO DO NASCIMENTO SÁ, OAB-PA 8.846, RENATO ROCHA BARBOSA, OAB-PA 21.448

DESPACHO

R. Hoje.

Intime-se o embargado/autor para, querendo, manifestar-se sobre os embargos opostos, no prazo de 15 dias, conforme art. 702, §5º, do Código de Processo Civil.

P. R. I. Cumpra-se.

Castanhal/PA, 16 de março de 2021.

Dra. CINTIA WALKER BELTR¿O GOMES

Juíza De Direito Titular da 1º Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal

Processo nº 0008373-52.2016.814.0015

Ação: Execução de Alimentos

Exequente: J.V.B.S. e A.S.B.S.

Rep. Legal: SEBASTIANA BARBOSA MONTEIRO

Endereço: RUA RAIMUNDO PÁDUA DA COSTA, 2059, SAUDADE I ¿ CASTANHAL/PA

Advogado: ELLISON COSTA CEREJA ¿ OAB/PA 20428

Executado: ALAN CLEY DE SOUZA E SOUZA

DESPACHO/MANDADO DE INTIMAÇÃO PESSOAL

RH

Intime-se o exequente pessoalmente, no prazo de cinco (05) dias, para manifestar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, devendo em caso positivo, apresentar cálculo atualizado da dívida, excluindo o valor do pagamento comprovado as fls. 23, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

P.R.I.C.

Castanhal, 23 de junho de 2021.

Dra. CÍNTIA WALKER BELTR¿O GOMES

Juíza de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

Processo nº 0001730-78.2016.814.0015

Ação: Execução de Alimentos

Exequente: D.M.D.C

Rep. Legal: SUELI MARIA MAMEDE

Endereço: PASSAGEM DENOMINAÇÃO, 52, BAIRRO IANETAMA ¿ CASTANHAL/PA

Advogado: LARISSA LMOS GAZON ¿ OAB/PA 20190

Executado: OSMAR SANTOS DO CARMO

DESPACHO/MANDADO DE INTIMAÇÃO PESSOAL

RH

Intime-se o exequente pessoalmente, no prazo de cinco (05) dias, para manifestar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, devendo em caso positivo, informar se o requerido quitou o valor da dívida alimentar, bem com informar o nº do CPF do executado para fins de protesto em cartório, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

P.R.I.C.

Castanhal, 23 de junho de 2021.

Dra. CÍNTIA WALKER BELTR¿O GOMES

Juíza de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

Processo nº 0001562-47.2014.8.14.0015 Classe: Ação Popular Requerente: Ismael Campos Pimentel Advogado(a): Sabryna Oliveira /Pinto - OAB/PA 27.064 Requerido: Município de Castanhal DESPACHO R. Hoje. 1. Intime-se a parte autora para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias; 2. Após manifestação ou decurso do prazo, volvam-se os autos conclusos. 3. P. R. I. Cumpra-se. Castanhal/PA, 09 abril de 2021. Dra. CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES Juíza de Direito SERVE O PRESENTE DESPACHO/DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 002/2009-GJ1VCIV, podendo a sua autenticidade ser comprovada no site www.tj.pa.gov.br em consulta de 1º grau Comarca de Castanhal.

Ato Ordinatório

Eurenice Almeida de Souza

Adv. Dr. Adailson José de Santana, OAB-Pa 11487

Réu: Estado do Pará

Processo n. 0030081-95.2015.8.14.0015

SENTENÇA

Vistos, etc.

EURENICE ALMEIDA DE SOUZA, por si, e representando seu filho menor de idade Jose Daniel de Souza Araujo, ajuizou a presente Ação Indenizatória por Danos Materiais e Morais em face do ESTADO DO PARÁ.

Alega que, na data de 12/11/2011, seu companheiro Jose Bezerra de Araujo, juntamente com o seu filho Jose Daniel, sofreram acidente de trânsito, quando a motocicleta em que estavam foi atingida por uma viatura policial em perseguição de bandidos. Afirma que seu companheiro, em decorrência do acidente, evoluiu a óbito, e seu filho, ficou com diversas sequelas, dentre elas cegueira do olho esquerdo. Pede o montante de R$13.800,00, a título de danos materiais, e 1 milhão a título de danos morais.

Citado, o requerido apresentou contestação afirmando que o acidente ocorrido não envolveu a viatura policial, e sim a motocicleta dos bandidos que empreendiam fuga, que colidiu com a motocicleta onde estavam o companheiro e filho da autora, defendendo fato de terceiro como excludente de responsabilidade.

Houve réplica.

Instados à produção de provas, ambas as partes requereram o julgamento antecipado.

É o relatório. Decido.

Imputa a autora responsabilidade do Estado por ter a viatura policial colidido com o veículo onde estavam seu companheiro e filho.

A responsabilidade objetiva da administração pública vem estabelecida nos termos do artigo 37, §6º da Constituição Federal, in verbis:

Art. 37. (...) § 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

A doutrina diferencia a responsabilidade administrativa decorrente de atos comissivos previstos no art. 37, §6º, da CF/88, dos omissivos. Em relação aos atos comissivos a responsabilidade do Estado é objetiva, a partir da constatação dos pressupostos conduta, dano e nexo de causalidade entre eles. Para os casos de omissão administrativa, além desses pressupostos exige-se a existência, ou não, do dever legal de atuação pelo Estado (faute du service), sendo indispensável, nesse caso, a averiguação de uma omissão culposa.

No presente caso, diz a autora em sua inicial, que o veículo onde estavam seu companheiro e filho foi abalroado por viatura policial, entretanto, o que se infere dos autos é que a colisão se deu com o veículo de terceiro, que estava sendo perseguido por viatura da Polícia Militar, em decorrência de roubo.

Informa-se na certidão de ocorrência nº 59305 do Corpo de Bombeiros Militar (fl. 53), que realizou o resgate do acidente de trânsito relatado, que ¿nossa GU foi acionada para atender a vítimas de colisão entre motos¿.

Da mesma forma, a própria autora declarou em registro de boletim de ocorrência policial de fl. 55, que seu companheiro e seu filho ¿estavam em uma moto de propriedade da família, não sabe a placa, quando seu

companheiro conduzia a referida moto, uma outra moto que era perseguida por policiais militares, onde estavam dois indivíduos em fuga, avançaram o sinal vermelho do local e colidiram com a moto de seu companheiro e seu filho (...).¿

Assim, verifico que a viatura da Polícia Militar não causou nenhum dano a parte autora, mas sim, o veículo que estava sendo dirigido por terceiro, que deu causa a perseguição policial. Haveria, pois, configurada responsabilidade civil da Administração Pública, se os policiais, ao invés de agirem em estrito cumprimento de dever legal, permanecessem inertes. Sendo assim, não deve ser o Estado responsabilizado por fato exclusivo de terceiro.

Ademais, não se vislumbra nos autos qualquer notícia de excesso ou deficiência na atividade policial suficiente a configurar o nexo de causalidade entre o exercício da função pública e os danos reclamados.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINAR DE AGRAVO RETIDO. DESPROVIDO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANO MORAL. COLISÃO CAUSADA PELOS FUGITIVOS. PERSEGUIÇÃO POLICIAL. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. ATO ILÍCITO NÃO COMPROVADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. ARTIGO 37, §6º DA CF/88. NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA MANTIDA. 1. O juízo de 1º grau julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais por ausência de amparo fático e legal, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC. 2. Aplica-se o prazo prescricional quinquenal - previsto do Decreto 20.910/32 - nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002. REsp 1251993/PR (TEMA 553 do STJ. Agravo retido desprovido; 4. Pelo disposto no artigo 37, §6º, da Constituição Federal, aplicável de maneira geral, a toda a Administração Pública, o Estado (lato sensu) tem o dever de reparar os danos causados a terceiros em virtude de comportamentos comissivos ou omissivos, lícitos ou ilícitos, materiais ou jurídicos, imputáveis aos agentes públicos; 5. Na responsabilidade objetiva do Estado, exige-se apenas uma relação de causalidade entre a ação administrativa e o resultado danoso sofrido pelo administrado, dispensando-se a prova da culpa da Administração e atribuindo ao Estado o risco criado pela atividade administrativa; 6. A perseguição policial, de per si, não caracteriza conduta ilícita, pois estavam no estrito cumprimento do dever legal ao tentar capturar os transgressores da lei, que não lograram êxito na fuga empreendida tendo colidido com o veículo do autor por imperícia; 7. O autor não comprovou o fato constitutivo do seu direito, nos termos do art. 333, inciso I, do CPC, carecendo de substrato probatório a ensejar a manutenção da condenação do apelante ao pagamento de indenização por danos morais; 8. Recurso de apelação conhecido e desprovido. Sentença mantida.

(2019.01596415-43, 203.328, Rel. CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2019-04-22, Publicado em 2019-05-03)

¿Responsabilidade civil extracontratual. Acidente de veículos. Ação de indenização. Improcedência. Veículo da coautora, conduzido por seu marido, que sofreu colisão causada por agente criminoso em razão de perseguição policial. Nexo de causalidade entre o evento danoso e a conduta dos agentes públicos não configurado. Fato exclusivo de terceiro. Responsabilidade objetiva não reconhecida. Sentença mantida. Recurso desprovido. Nada obstante tenha o acidente ocorrido durante ato de perseguição, bem se vê que não resultou da atividade dos agentes públicos, tendo por causa, na verdade, a conduta culposa do condutor do veículo em fuga, que deixou de observar a ordem policial. Ainda, não se vislumbra nos autos qualquer notícia de excesso ou deficiência na atividade policial suficiente a configurar o nexo de causalidade entre o exercício da função pública e os danos reclamados. Ao que parece, os agentes públicos cumpriram o dever a eles atribuído dentro das condições exigidas para o caso concreto, em regular exercício da função.¿ (32ª Câmara de Direito Privado, Apelação Cível nº 1022461-68.2018.8.26.0000, j. 08.02.2019, Rel. o Des. KIOITSI CHICUTA).

¿AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS EM FACE DO ESTADO - MORTE DE

PASSAGEIROS DE VEÍCULO, EM DECORRÊNCIA DE COLISÃO POR OUTRO VEÍCULO, CUJO CONDUTOR FUGIA DA POLÍCIA - Inexiste nexo de causalidade entre a colisão e a conduta dos agentes do Estado, uma vez que aquela foi causada por culpa exclusiva de terceiro (o condutor fugitivo) - Sentença de improcedência - Preliminares rejeitadas - Apelação não provido.¿ (8ª Câmara de Direito Público, Apelação Cível nº 1000783-96.2015.8.26.0053, j. 07.10.2015, Rel. o Des. PONTE NETO).

Dessa forma, fica claro que a conduta de terceiro foi determinante para o evento, de modo que não há que se falar em nexo de causalidade entre os danos suportados pela parte autora e a atuação policial, visto que agiram em estrito cumprimento de dever legal.

Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização formulado por EURENICE ALMEIDA DE SOUZA, por si, e representando seu filho menor de idade Jose Daniel de Souza Araujo, em face do ESTADO DO PARÁ, nos termos do artigo 487, I, do CPC.

Sucumbente, condeno a parte autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 8% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §3º, do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa, diante da gratuidade deferida, nos termos do art. 98, §3º, do CPC.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos.

P. R. I. C.

Castanhal/PA, 10 de junho de 2021.

CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES

Juíza Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL

PROCESSO n. 0001580-05.2013. 814.0015

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO.

REQUERENTE: BANCO SAFRA S/A.

ADVOGADO: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANÊZ - OAB/SP n.º 206.339

REQUERIDO: OTICA CUMIERE LTDA ME.

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de Busca e Apreensão ajuizada pelo BANCO SAFRA S/A, por meio de advogado habilitado, em face de OTICA CUMIERE LTDA ME, estando as partes qualificadas.¿ ¿ ¿

Após regular tramitação do feito, decisão deferindo o pleito liminar de busca e apreensão á fl. 32.

Em despacho de fl. 80, foi determinada a intimação do banco demandante, na pessoa de seu representante legal, para que manifestasse, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.

Entretanto, não se manifestou no prazo legal (fl. 84).

É o que importa relatar. Decido.

O requerente moveu a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perdeu o interesse de prosseguir com o feito, visto que instado a se manifestar acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedou-se inerte.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte requerente na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse do requerente no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia da parte requerente no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Custas finais pelo requerente, acaso existentes, ficando, desde já, advertido de que não hipótese de não pagamento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, o crédito delas decorrentes sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais e será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Caso não haja o recolhimento das custas conforme deliberação anterior, expeça-se certidão de crédito e a encaminhe para a Procuradoria da Fazenda Estadual para os procedimentos legais.

Após, com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 21 de outubro de 2021.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA
Juíza de Direito Titular do Juizado Cível e Criminal de Castanhal,
respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSO N. 0001431-04.2016.814.0095

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO

REQUERENTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA

ADVOGADO(A): AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR, OAB/PA Nº 16837-A.

.REQUERIDO: ANTONIO ELISON ALEXANDRE BEZER

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos os autos.

Cuida-se de Ação de Busca e Apreensão ajuizada pelo ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTD., por meio de advogado habilitado, em face de ANTONIO ELISON ALEXANDRE BEZER, estando as partes qualificadas.

Após regular tramitação do feito, com decisão inaugural prolatada às fls. 34, a parte autora atravessou petição (fl. 83) pugnando pela desistência da ação.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

De acordo com a nova sistemática processual civil vigente, Lei n. 13.105/2015, a qual entrou em vigor na data de 18 de março do ano em curso, a parte autora poderá apresentar pedido de desistência da ação até a sentença e, uma vez oferecida a contestação, não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da demanda (art. 485, §§ 4º e 5º, do NCPC).

Como se vê, o termo final para formular o pleito de desistência sem a necessidade de oitiva do requerido é até a apresentação da peça contestatória.

Na hipótese em análise, a requerida sequer chegou a ser citada, não se formando a relação jurídica processual.

Isto posto, homologo o pedido de desistência, para que surta seus jurídicos e legais efeitos (art. 200, parágrafo único, da lei em comento) e decreto extinto o processo sem resolução do mérito, com base no art. 485, VIII, do NCPC.

Custas finais pelo requerente, se houver.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

P. R. I. C.

Castanhal/PA, 14 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal.

PROCESSO N. 0000821-92.2009.814.0015

AÇÃO PREVIDENCIÁRIA

AUTORA: NATÁLIA BENEDITA NASCIMENTO SILVA

ADVOGADA: FRANCY NARA DIAS FERNANDES PAIXÃO, OAB/PA 9029

RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ¿ INSS

SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos os autos.

Trata-se de Ação Previdenciária proposta por Natália Benedita Nascimento Silva em face do Instituto Nacional do Seguro Social ¿ INSS, na qual se postula o restabelecimento do benefício de auxílio doença acidentário ou a conversão para aposentadoria por invalidez, assim como a condenação da autarquia ré ao pagamento das prestações vencidas desde a data da cessação supostamente indevida.

A demanda iniciou perante o órgão da Justiça Federal, no qual foi ordenada a realização de perícia médica, cujo laudo foi acostado às fls. 11/12, tendo a ¿expert¿ concluído pela incapacidade total e temporária da autora, podendo ser suscetível de reabilitação, bem como que a doença incapacitante foi decorrente da atividade laborativa.

Em razão do laudo, por meio da decisão de fls. 15/16, houve o declínio da competência pelo Juízo Federal da Subseção de Castanhal para processar e julgar o feito em favor desta Justiça Comum, sendo os autos distribuídos a esta unidade judiciária.

A Defensoria Pública apresentou petição inicial (fls. 20/23) em substituição ao ¿jus postulandi¿ da parte autora, requerendo a concessão de auxílio doença acidentário ou aposentadoria por invalidez.

O presente juízo deferiu a tutela antecipada e determinou o restabelecimento do auxílio doença em 13/03/2012, conforme decisão de fls. 53/54.

Citado (fl. 64), o órgão previdenciário apresentou contestação de fls. 65/71.

Réplica ofertada pela autora às fls. 77/79.

Em audiência de conciliação ocorrida em 20/06/2013 ¿ termo à fl. 81 ¿ foi determinado o cumprimento da liminar, sob pena de multa diária, foram fixados os pontos controvertidos e foi determinada a realização de prova pericial, com a nomeação de perito.

À fl. 89 foi ordenada a substituição do perito e a intimação do órgão previdenciário requerido para

pagamento dos honorários periciais.

Em nova decisão de fls. 93/95, determinou-se, novamente, a intimação do INSS para antecipar o recolhimento dos honorários periciais, tendo a parte requerida apresentado a manifestação de fls. 97/98, informando ter procedido à ¿solicitação¿ ao setor competente da autarquia acerca do respectivo pagamento.

Por meio do despacho de fl. 102 foi ordenada a intimação do réu para apresentar o comprovante de depósito do valor dos honorários.

A despeito da manifestação da parte requerida às fls. 101/105, não restou comprovado o depósito, tendo sio prolatado o despacho de fl. 106.

Às fls. 108/112 sobreveio petição da autora, por meio da qual requereu novamente a concessão de tutela provisória para o restabelecimento do benefício, informando que continua incapacitada em razão de transtornos nos discos lombares, mielopatia e estenose.

Em manifestação de fls. 132/137, foi pugnado pelo requerido os dados bancários e do perito nomeado para depósito dos honorários.

Nova decisão exarada às fls. 140/141, deferindo o restabelecimento do auxílio doença acidentário, pelo período de dois anos, com a tentativa de reabilitação da autora em outra profissão com a realização de cursos de capacitação em entidades de cooperação, tais quais o SESC, SESI, SENAC, SENAI e SEBRAE, e ordenando nova intimação do réu para pagamento dos honorários periciais.

Laudo psicológico apresentado pela autora às fls. 144/145.

Petição protocolada pelo SENAC às fls. 160/163, informando os motivos de impossibilidade de atendimento da ordem judicial de inclusão da autora em um curso da entidade de forma gratuita.

Novo pedido de restabelecimento da tutela provisória de urgência formulado pela autora em petição de fls. 170/182.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. Decido fundamentadamente.

I ¿ Da preclusão do direito à produção da prova pericial.

Inicialmente, cumpre a este juízo analisar a preclusão do direito à produção da prova pericial, ante a sua inércia no pagamento dos honorários periciais para a realização do ato.

É consabido que, nas ações de natureza acidentária, compete à autarquia previdenciária o recolhimento, de forma adiantada, do montante dos honorários periciais, nos termos do que dispõe o art. 8º, §2º, da Lei n. 8.690/1993.

Na hipótese dos autos, o INSS, intimado por diversas vezes, deixou de efetuar o pagamento dos honorários, sendo um dos argumentos a necessidade de indicação por este juízo do número da conta judicial ou do número da conta bancária do perito para o depósito respectivo.

Ora, a abertura de conta judicial para a efetivação do depósito judicial de honorários periciais pelo INSS prescinde a participação do Poder Judiciário, sendo unicamente competência da autarquia a realização do ato, não havendo necessidade, repita-se, de indicação pela unidade judiciária de ¿número de conta judicial¿, muito menos de conta bancária do perito para o efetivo recolhimento.

A despeito disso, houve inicialmente a indicação de uma conta judicial, conforme se vê em documento de fl. 99. Contudo, não houve o depósito.

Muitas são as situações, perante este juízo, em que o órgão previdenciário protela a comprovação do depósito judicial ou não efetiva o pagamento em tempo oportuno, causando o atraso na realização da perícia e, consequentemente, na análise e no julgamento do feito, em evidente desrespeito ao princípio da celeridade processual e prejuízo à parte postulante.

Desta feita, declaro precluso o direito à produção da prova pericial, em razão da ausência de pagamento pela autarquia previdenciária dos honorários periciais.

Assim, não havendo mais provas a serem produzidas, passo ao julgamento do processo no estado em que se encontra (art. 355, I, do CPC).

II ¿ Do mérito.

Pretende a parte autora o restabelecimento pelo requerido ¿ autarquia previdenciária ¿ do benefício de auxílio doença decorrente de acidente de trabalho, que percebeu até março de 2008, quando houve a cessação do pagamento pela autarquia, sob o argumento de ausência da permanência da incapacidade laborativa do autor (fls. 05 e 37).

Alternativamente, pede pela conversão do anterior benefício para aposentadoria por invalidez.

Em suas alegações iniciais afirma que ainda continua impossibilitada de exercer suas atividades laborais.

Infere-se dos autos, em especial do documento de fl. 36, que a autora trabalhava na empresa ¿Companhia Textil de Castanhal¿ e exercia a função de ¿Auxiliar de Operador de Máquina¿.

Chegou a perceber auxílio doença previdenciário ¿ fl. 37.

Sobre o tema, o benefício de auxílio doença acidentário está disciplinado nos arts. 59 a 63 da Lei n. 8.213/1991.

O art. 59, da lei em referência estatui que:

'Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.'

Por outro lado, o art. 11 da mencionada norma estabelece quem são os segurados obrigatórios da Previdência Social, dentre eles o empregado pessoa física ¿ inciso I, 'a' ¿ identificado como 'aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante numeração, inclusive como diretor empregado'.

O art. 25, I, do PBPS regula o mínimo de contribuições mensais exigidos do segurado para que possa ter direito a perceber o auxílio-doença.

Nestes termos:

'Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:

I ¿ auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais.'

Contudo, o art. 26, II, ressalta que:

¿Art. 26. Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

II ¿ auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social a cada 3 (três) anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, multilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado.' (grifo nosso)

Desta feita, o auxílio doença acidentário é um benefício concedido ao segurado que se encontra incapacitado para o trabalho em decorrência de acidente do trabalho ou de doença profissional.

O acidente do trabalho está definido no art. 19 do PBPS e, em apertada síntese, é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou o ocorrido no trajeto casa-trabalho-casa, que venha a provocar lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Pela conjugação de todos os dispositivos em comento, percebe-se que o trabalhador urbano, que configura a hipótese em análise, terá direito à percepção do auxílio-doença acidentário se ficar comprovado que é segurado do regime geral da previdência social, bem como que está incapacitado para o exercício de seu trabalho ou para sua a sua atividade habitual, de forma temporária.

Por se tratar de um infortúnio laboral, independe de carência, nos termos do supracitado art. 26, I, sendo,

pois, prescindível a comprovação do mínimo de 12 (doze) contribuições mensais à previdência.

Por fim, o benefício é temporário, devendo perdurar tão somente enquanto o segurado estiver doente, sendo submetido a tratamento médico e reabilitação profissional e convocado a comparecer periodicamente à perícia médica, na qual é avaliada a situação.

No caso em estudo, resta incontroverso a qualidade de segurada obrigatória da parte autora, tendo em vista já teve deferido em seu favor, em âmbito administrativo, benefício previdenciário pela autarquia previdenciária.

Quanto à existência e superveniência da moléstia, entendo que restou demonstrada pelo Laudo Pericial de fls. 11/12, quando a perita respondeu que a autora é portadora de: - Transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com radiculopatia ¿ CID 10 M51.1; - Dor lombar baixa ¿ CID 10 M54.5; - Cervicalgia ¿ CID 10 M54.2; e - Diabetes mellitus não insulino dependente ¿ CID 10 E11.

Asseverou, ainda, que as deficiências da autora foram adquiridas em decorrência do exercício de atividade laborativa, a demonstrar o nexo causal, e, quanto ao caráter da doença, afirmou que a autora se revelou como incapacitada de forma total e temporária para o trabalho, anotando-se aqui que tal condição teve início na data aproximada de maio de 2004.

Nesse contexto, a prova pericial realizada junto ao órgão da Justiça Federal alumia a questão posta sob análise e se mostra clara e consistente, razão pela qual é tomado em consideração no convencimento deste Juízo.

Ante a inafastabilidade da ocorrência de incapacidade laborativa total, ainda que temporária, da parte autora, tem o INSS o dever de possibilitar a reabilitação do segurado e sua inserção na vida laboral e no mercado de trabalho, como preleciona o art. 62, da Lei n. 8.213/91.

Da mesma forma, o benefício deve ser mantido até que o segurado seja considerado reabilitado para o desempenho de atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez e que eventual mudança de função do segurado reabilitado não configure desvio de cargo.

Com efeito, buscou o legislador infraconstitucional proteger a subsistência do empregado durante sua convalescença ou mesmo diante da fatalidade de não mais poder exercer trabalho remunerado, não podendo a autarquia ré suspender o benefício mediante "alta programada".

Nesse sentido, colhem-se os seguintes julgados do STJ, TRF5 e TRF2:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. AUXÍLIO-DOENÇA. ALTA PROGRAMADA. OFENSA AO ART. 62 DA LEI 8.213/1991. NECESSIDADE DE PERÍCIA. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. COMPROVAÇÃO. DOCUMENTO IDÔNEO. INTEMPESTIVIDADE AFASTADA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO DEMONSTRADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. 1. Trata-se na origem de Mandado de Segurança contra ato do Chefe de Agência do INSS que cessou o benefício de auxílio-doença do ora recorrido com base no sistema de alta programada. 2. O Agravo em Recurso Especial interposto pelo INSS não foi conhecido ante a sua intempestividade. 3. O Superior Tribunal de Justiça passou a admitir a comprovação posterior da tempestividade do Recurso Especial, em virtude de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem, quando da interposição do Agravo Interno (AgRg no AREsp 137.141/SE, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Corte Especial, DJe 15/10/2012). 4. Não se conhece de Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC/1973 quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF. 5. O sistema de alta programada estabelecido pelo INSS apresenta como justificativa principal a desburocratização do procedimento de concessão de benefícios por incapacidade. Todavia, não é possível que um sistema previdenciário, cujo pressuposto é a proteção social, se abstenha de acompanhar a recuperação da capacidade laborativa dos segurados incapazes, atribuindo-lhes o ônus de um auto exame clínico, a pretexto da diminuição das filas de atendimento na autarquia. 6. Cabe ao INSS proporcionar um acompanhamento do segurado incapaz até a sua total capacidade, reabilitação profissional, auxílio-acidente ou aposentadoria por invalidez, não podendo a autarquia focar apenas no aspecto da contraprestação pecuniária. 7. Na forma do art. 62 da Lei 8.213/1991, "o segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade", e "não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez". Transferir essa avaliação ao próprio segurado fere gravemente o princípio da dignidade da pessoa humana. 8. Além disso, a jurisprudência que vem se firmando no âmbito do STJ é no sentido de que não se pode proceder ao cancelamento automático do benefício previdenciário, ainda que diante de desídia do segurado em proceder à nova perícia perante o INSS, sem que haja prévio procedimento administrativo, sob pena de ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório. 9. Agravo Interno parcialmente conhecido para afastar intempestividade e, no mérito, não provido. (AgInt no AREsp 1049440/MT, 2ª. T, Rel. Min.Herman Benjamin, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA O TRABALHO HABITUAL. PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS. REDUÇÃO. SÚMULA N¿ 111 DO STJ. REMESSA PARCIALMENTE PROVIDA. 1 - Trata-se de remessa oficial de sentença que condenou o INSS a restabelecer o benefício de auxílio-doença a particular, desde a suspensão do mesmo, até que se perdure a incapacidade laborativa, devendo ser a parte inserida em programa de reabilitação, bem como a pagar honorários advocatícios à razão de 20% sobre o valor da condenação. 2 - Laudo pericial conclusivo no sentido de ser a autora portadora de sequelas de fratura com complicações na perna esquerda, em decorrência de acidente automobilístico. Aduz o laudo que a mesma se encontra incapacitada para o seu trabalho habitual (agricultora) e quaisquer outros que exijam esforço físico. No entanto, deve a mesma submeter-se a programa de reabilitação profissional para que possa vir a retornar ao mercado de trabalho, tendo em vista que se trata de pessoa jovem (39 anos de idade), ingressando em atividade diversa da que exerce. 3 - Atestando o laudo pericial que a incapacidade se deu desde a data do acidente (2006), é correta a determinação de que o benefício seja estabelecido desde a data do seu cancelamento. 4 - Juros moratórios fixados no percentual de 0,5% ao mês, a partir da citação e correção monetária com base no Manual de Cálculos da Justiça Federal. 5 - No tocante à verba honorária advocatícia, arbitrada em 20% do quantum vencido, tem-se que, dada a singeleza da questão e a norma do art. 85, parágrafo 2º, do CPC, deve ser reduzida para 10% sobre o valor da condenação, observada a Súmula n¿ 111 do STJ. 6 -

Remessa oficial parcialmente provida. (REO593407/PB, 4ª. T, Des. Federal. André Carvalho Monteiro (CONVOCADO), Julgamento: 21/03/2017, DJE 11/04/2017).

DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA.REQUISITOS PREENCHIDOS. LAUDO PERICIAL CONSTATANDO A INCAPACIDADE LABORAL. CONCESSÃO. APELAÇÃO DESPROVIDA. I - Nos termos do art. 62 da Lei n.º 8213-91, a cessação do auxílio-doença dar-se-á em duas hipóteses: (i) na constatação da incapacidade definitiva para qualquer atividade, o que resultará na sua conversão em aposentadoria por invalidez; ou (ii) no momento em que o segurado estiver capacitado profissionalmente para o exercício de outro trabalho que lhe garanta o sustento. II - Os exames médico-periciais realizados pelo experto do juízo confirmam o estado de incapacidade da parte autora para sua ocupação habitual. III - Se a parte autora ainda se encontra incapacitada para o exercício de sua atividade habitual, e a autarquia previdenciária não promoveu sua reabilitação profissional, está caracterizada a ilegalidade do cancelamento do auxílio-doença. IV- Apelação desprovida. (0009015-83.2014.4.02.9999, 2ª Turma Especializada, Rel. Des. André Fontes, Julgamento 10/12/2015, DJ 12/01/2016). Desta forma o pagamento do auxílio-doença aqui deferido deverá ser realizado pelo tempo que perdurar a incapacidade ou até ser a parte autora reabilitada profissionalmente para exercer outras atividade que lhe garantam a subsistência. In casu, a data de implantação do benefício ocorrerá da data da cessação indevida, qual seja, 15/04/2019.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REEXAME NECESSÁRIO EM AÇÃO ORDINÁRIA DE RESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIO. AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. PERÍCIA JUDICIAL. PROVA DA REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL, EM CARÁTER DEFINITIVO. RESTABELECIMENTO QUE SE IMPÕE. ART. 62 DA LEI 8.213/1991. TERMO INICIAL. DATA DA CESSAÇÃO. REMESSA OFICIAL DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. 1. O cerne da questão submetida a reexame reside em aferir se o autor faz jus ao restabelecimento do benefício de auxílio-doença acidentário e, em caso positivo, a partir de qual data deve retroagir o pagamento respectivo. 2. Segundo dicção do artigo 62 da Lei nº 8.213/1991, denota-se que o benefício ora analisado somente cessará ante a efetiva reabilitação do trabalhador ou, em não ocorrendo, até a conversão do benefício em aposentadoria por invalidez. Com efeito, buscou o legislador infraconstitucional proteger a subsistência do empregado durante sua convalescência ou mesmo ante a fatalidade de não mais poder exercer trabalho remunerado. 3. Dada a total carência de provas, não merecem guarida os argumentos de que o promovente estava curado e que não havia sequelas que impedissem seu retorno ao trabalho, restando certo, por outro lado, que o autor teve uma perda de 40% da capacidade laboral, em caráter definitivo, estando incapacitado para retornar à função que exercia antes do acidente, devendo, portanto, ser restabelecido o benefício previdenciário, conforme determinou o juízo de planície. 4. Quanto ao termo inicial em que devido o pagamento do benefício, mostra-se correta a decisão ao determinar o pagamento respectivo a partir do cancelamento, considerando não ter o promovido se desincumbido de trazer aos autos laudo pericial comprobatório de suas alegações. 5. Remessa oficial conhecida e desprovida. Sentença mantida. (Relator (a): LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE; Comarca: Morada Nova; Órgão julgador: 1ª Vara da Comarca de Morada Nova; Data do julgamento: 02/12/2020; Data de registro: 02/12/2020).

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL, e CONDENO o INSS ¿ INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL:

1. A proceder ao imediato restabelecimento, em favor da parte autora, do benefício de auxílio doença acidentário, desde a data da cessação indevida (24/03/2008), fixando a data de início de pagamento a partir da data de publicação desta sentença, devendo ser mantido até que a requerente seja reabilitada profissionalmente para o desempenho de atividade que possa garantir sua subsistência, ou

quando houver efetiva recuperação, ou quando considerada não recuperada, for concedida a aposentadoria por invalidez; e

2. A pagar à autora as parcelas vencidas e vincendas do auxílio doença. Tal benefício é devido a partir da data do requerimento de restabelecimento do benefício, respeitada a prescrição quinquenal do art. 103, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91, bem como excluídas as parcelas percebidas em razão da medida liminar deferida.

Em consequência, JULGO EXTINTO o processo COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 487, I, do NCPC. As prestações em atraso deverão sofrer a incidência uma única vez dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, à título de correção monetária e juros de mora, conforme art. 1º-F da Lei 9.494/97.

Condeno o INSS ao pagamento de custas processuais e ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, que fixo em 10% (dez) por cento do proveito econômico obtido, com fundamento no artigo 85, § 3º, I, do Novo Código de Processo Civil.

P. R. I. C.

Vistas dos autos ao INSS, através de remessa do processo ao órgão.

Sentença não sujeita a remessa necessária, nos moldes do art. 496, §3º, I, do CPC.

Após o trânsito em julgado, se nada for requerido, dê baixa nos autos e arquive-se.

Castanhal/PA, 14 de outubro de 2021.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal/PA,

respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSOS N. 0006123-80.2015.814.0015

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENZAÇÃO POR DANOS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

REQUERENTE: LUZIA MODESTO DA SILVA, representada por sua curadora ROSINALDA MODESTO DA SILVA

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

REQUERIDO: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A. ¿ CELPA

ADVOGADO: DR. FLÁVIO AUGUSTO QUEIROZ DAS NEVES, OAB/PA 12.358

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENZAÇÃO POR DANOS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA de ajuizada por LUZIA MODESTO DA SILVA, representada por sua curadora ROSINALDA MODESTO DA SILVA, por meio de advogado habilitado, em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A. ¿ CELPA, estando as partes qualificadas.

Após regular tramitação do feito, juntou documentos às fls. 10/23.

Despacho inicial à fl. 25.

Em despacho de fl. 154, foi ordenada intimação, pessoalmente da autora.

Intimação da autora frustrada, em razão da mesma não ter sido localizada, conforme certidão de fl. 156.

Sendo assim, o exequente foi intimado por edital de fl. 157, entretanto não se manifestou no prazo legal (fl. 160).

É o que importa relatar. Decido.

A requerente moveu a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perdeu o interesse de prosseguir com o feito, visto que instado a se manifestar acerca de sua intenção em prosseguir com a demanda, quedou-se inerte.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte requerente na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da requerente no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso

III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia da parte requerente no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Custas finais pelo exequente, acaso existentes, ficando, desde já, advertido de que não hipótese de não pagamento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, o crédito delas decorrentes sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais e será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Acaso existentes, caso não haja o recolhimento das custas conforme deliberação anterior, expeça-se certidão de crédito e a encaminhe para a Procuradoria da Fazenda Estadual para os procedimentos legais.

Após, com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 14 de outubro de 2021.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA
Juíza de Direito Titular do Juizado Cível e Criminal de Castanhal,
respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSO N. 0005763-53.2012.814.0015

AÇ¿O DE INDENIZAÇ¿O POR DANOS MORAIS E MATERIAIS EM DECORRÊNCIA DE ACIENTE DE TRÂNSITO

REQUERENTE: RICARDO CÉSAR DA SILVA PAIVA

ADVOGADO(A): ROCART ELSO DIAS DE LIMA, OAB/PA 2031

1º REQUERIDO: AMAURI DE SOUZA CRUZ

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

2º REQUERIDO: MAYCON TAVARES RODRIGUES

SENTENÇA COM RESOLUÇ¿O DO MÉRITO

Vistos etc.

Trata-se de Aç¿o de Indenizaç¿o por Danos Morais e Materiais em Decorrência de Acidente de Trânsito ajuizada por RICARDO CÉSAR DA SILVA PAIVA, por meio de advogado habilitado, em face de AMAURI DE SOUZA CRUZ e MAYCON TAVARES RODRIGUES, através da qual pretende ser ressarcido dos danos materiais e morais causados em decorrência do acidente de trânsito de que foi vítima.

Narrou a inicial que, no dia 25 de janeiro de 2012, por volta das 15h30, o requerente trafega com seu carro, qual seja WV/GOL ¿ CL 1.8, cor vermelha, ano 1997, placa JTR-0134, pela Rodovia BR-316, Km 66, quando foi abalroado por uma colis¿o traseira pelo veículo de placa JUA-6973, MERCEDES BENZ/710, cor vermelha, ano 2001, conduzido pelo primeiro requerido (AMAURI DE SOUZA CRUZ) e de propriedade do segundo requerido (MAYCON TAVARES RODRIGUES).

Aduziu que, por desleixo do condutor, o acidente aconteceu, causando enormes despesas materiais ao requerente, na proporç¿o de R$ 4.629,00 (quatro mil e seiscentos e vinte e nove reais) que foi o valor despendido para o reparo do veículo, conforme documento anexado aos autos.

Asseverou que, além dos danos materiais, o autor sofreu também danos morais, raz¿o pela qual ingressou em com a presente aç¿o, por meio da qual o autor postula pela condenaç¿o dos demandados ao pagamento da quantia de R$ 34.234,00 (trinta e quatro mil e duzentos e trinta e quatro reais), relativos aos danos materiais e morais suportados pelo requerente. Pugnou ainda pelo benefício da justiça gratuita.

Com a inicial vieram acostados os documentos de fls. 32/49.

Despacho inicial deferindo a gratuidade processual e determinando o processamento do feito pelo rito sumário do antigo CPC/1973, com a citaç¿o dos demandados para comparecimento à audiência conciliatória.

Consta à fl. 55, certid¿o do meirinho informando que n¿o citou os requeridos, por residirem na cidade de Ananindeua.

Em raz¿o disso, restou impossibilitada a tentativa de acordo em audiência, ante a ausência de citaç¿o dos requeridos, tendo sido fornecido novos endereços dos réus. Assim, foi redesignado o ato.

Citado o primeiro requerido, AMAURI DE SOUZA CRUZ, fls. 66/67, este ofertou contestaç¿o às fls. 111/113, por meio da qual argumentou que o autor n¿o comprovou a culpa do requerido para a prática do ato ilícito, nem tampouco o nexo de causalidade entre o evento danoso e os prejuízos alegados. Afirmou que os laudos acostados aos autos em nada esclarecem as circunstâncias do acidente, o qual ocorreu por culpa de terceiro, que efetuou manobra arriscada na frente das partes, tendo o autor freado bruscamente o seu veículo, ocasionando o abalroamento. Entende, assim, que n¿o existe o dever de indenizar por parte do requerido. Aduziu, por fim, que um único orçamento realizado pelo autor n¿o pode servir de parâmetro para a obrigaç¿o de indenizar, havendo necessidade de perícia técnica para avaliar o valor de mercado dos reparos efetuados pelo autor, e combateu a existência de qualquer dano moral. Assim, pugnou pela improcedência dos pedidos ou, alternativamente, pelo arbitramento de indenizaç¿o dos danos materiais em valor apurado em laudo pericial.

Termo de audiência à fl. 115, renovando o ato, ante a n¿o citaç¿o do segundo requerido e ordenando a sua citaç¿o por carta precatória. À sess¿o n¿o compareceu o primeiro réu, a despeito de intimado.

À nova audiência designada compareceu somente a parte autora, conforme termo de fl. 121, n¿o tendo havido a devoluç¿o da carta precatória expedida para citaç¿o do segundo requerido, ao que este juízo determinou o aguardo do retorno da deprecata.

Carta precatória juntada às fls. 122/131, comprovando a citaç¿o do segundo requerido ¿ fl. 130.

Em decis¿o de fl. 132, este juízo decretou a revelia do segundo requerido, visto que n¿o contestou a aç¿o, mas sem a aplicaç¿o dos efeitos materiais, tendo em vista que o primeiro requerido ofertou a peça de defesa (fls. 111/113). Foram fixados os pontos controvertidos na culpa dos requeridos no evento danoso,

na culpa exclusiva de terceiro, na existência do dano material e moral e no ¿quantum¿ indenizatório.

Intimadas as partes para apontarem as provas a serem produzidas em audiência (fls. 132/132-v) pelo autor foi pugnada t¿o somente a designaç¿o de audiência de conciliaç¿o ¿ fl. 133 ¿ e nada foi requerido pelo primeiro réu.

Designada audiência ¿ fl. 136 ¿ n¿o foi possível o acordo, ante a ausência do primeiro requerido, o qual n¿o foi intimado por n¿o ter sido localizado no endereço constante nos autos, e do segundo requerido, o qual é revel.

Em decis¿o de fl. 148, foi revogada a benesse da justiça gratuita e ordenada a intimaç¿o da parte autora para recolhimento das custas processuais, mantendo-se, contudo, inerte ¿ fls. 151 e 159.

Após, os autos vieram conclusos.

É o relatório. Decido.

Preambularmente, relativamente à ausência de pagamento das custas processuais pela parte autora após a decis¿o de revogaç¿o da benesse da justiça gratuita, cumpre esclarecer que desde a data da distribuiç¿o o feito tramitou para o autor sob o manto da gratuidade, estando agora apto a julgamento, vez que foram produzidas provas documentais pelo requerente, ofertada a contestaç¿o pelo requerido e saneado o feito, com a fixaç¿o dos pontos controvertidos.

N¿o parece razoável a extinç¿o do feito sem apreciaç¿o do mérito, pela ausência do recolhimento das custas, cuja benesse foi revogada apenas ao final da demanda, de ofício por este juízo, quando pendente t¿o somente a prolaç¿o de decis¿o de mérito final, sem que tenha havido comprovaç¿o cabal de alteraç¿o da capacidade financeira do requerente quando do deferimento da gratuidade de justiça.

Pensar de modo diverso seria ferir os princípios da razoabilidade e da primazia de julgamento de mérito (arts. 4º e 6º do Código de Processo Civil).

Assim, passo à análise do mérito da aç¿o.

Conforme preceitua o art. 186 do Código Civil: ¿Aquele que, por aç¿o ou omiss¿o voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito¿.

Toda a base da exordial encontra-se calcada no artigo supradescrito, que trata da culpa aquiliana.

Os requisitos para a sua caracterizaç¿o s¿o: a) existência de aç¿o ou omiss¿o ¿ dolosa ou culposa; b) violaç¿o de direito de outrem; c) nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva e o prejuízo suportado pelo outro.

De fato, escreve Nestor Duarte: ¿Consiste a responsabilidade civil na obrigaç¿o de indenizar o dano, patrimonial ou moral, causado a outrem.

Encarece Aguiar Dias que ¿n¿o pode haver responsabilidade sem a existência de um dano, e é verdadeiro truísmo sustentar-se esse princípio, porque, resultando a responsabilidade civil em obrigaç¿o de ressarcir, logicamente n¿o pode concretizar-se onde n¿o há que reparar¿ (Da responsabilidade Civil, 10. Ed. Rio de Janeiro, 1995, v. II, p. 713).

O dano pode surgir tanto em atividade disciplinada por um contrato, daí a chamada responsabilidade contratual (ex: contrato de transporte), como em atividade independente de qualquer ajuste com o prejudicado, sendo esta a responsabilidade extracontratual (ex: acidente de trânsito).

S¿o elementos indispensáveis para obter a indenizaç¿o: 1) o dano causado a outrem, que é a diminuiç¿o patrimonial ou a dor, no caso de dano apenas moral; 2) nexo causal, que é a vinculaç¿o entre determinada aç¿o ou omiss¿o e o dano experimentado; 3) a culpa, que, genericamente, engloba o dolo (intencionalidade) e a culpa em sentido estrito (negligência, imprudência ou imperícia), correspondendo em qualquer caso à violaç¿o de um dever preexistente.¿, in Código Civil Comentado, Coordenador Ministro Cezar Peluso, Editora Manole, 3ª Ediç¿o, p. 141.

Cabe, ainda, registrar, que os preceitos processuais imputam, regra geral, que o ônus da prova é de quem alega o fato. Assim, entabula nosso CPC:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (art. 333-CPC/73).

Tendo isto em mente, em análise detalhada dos autos, verifica-se que n¿o restam dúvidas acerca da ocorrência do acidente de trânsito envolvendo as partes, fato este sobejamente comprovado por meio do Boletim de Acidente de Trânsito realizado por agente do Departamento de Polícia Rodoviário Federal, constante às fls. 36/42, corroborado pelo Laudo de n. 93/2012, emitido pelo Centro de Perícias Científicas ¿Renato Chaves¿ ¿ Regional de Castanhal ¿ fls. 34/35.

Com efeito, cumpre analisar, agora, de quem foi a culpa do sinistro. Ressalte-se que a única prova produzida foi o boletim em referência, n¿o tendo as partes produzido qualquer outra prova acerca da dinâmica do acidente, apesar de intimados a fazê-lo.

Assim, por se tratar de documento lavrado por agente público, seu teor deve prevalecer se n¿o for produzida prova robusta em sentido contrário, por gozar de presunç¿o de veracidade.

No Boletim de Acidente de Trânsito, na parte ¿Narrativa da Ocorrência¿, consta o relato do acidente da seguinte forma:

¿Conforme averiguaç¿es realizadas no local do acidente, em Castanhal, no Km 66 da BR 316, constatamos através dos vestígios e corroborado pelas declaraç¿es dos condutores que V1, VW GOL CL 1.8 MI, placa JTR0134/PA, descolava-se no sentido crescente da rodovia quando foi obrigado a parar devido a uma fila de veículos que se formou a sua frente. Entretanto, V2, M.BENZ/710, placa JUA6973/PA, que seguia logo atrás n¿o conseguiu frear ao tempo de evitar uma colis¿o na traseira de V1. Conforme croqui¿.

Observa-se, pois, que o requerente estava trafegando em seu veículo na Rodovia BR 316 quando foi obrigado a parar, devido a uma fila de veículo que se formou a sua frente, ocasi¿o em que o primeiro demandado, conduzindo o veículo de propriedade do segundo demandado, ocasionou a colis¿o traseira no veículo do autor, causando danos materiais no bem.

Nos termos do art. 29 do Código de Trânsito Brasileiro, inciso II, deverá ser resguardada uma distância frontal entre o condutor e os demais veículos, sen¿o vejamos:

¿Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulaç¿o obedecerá às seguintes normas:

[...]

II ¿ o condutor deverá guardar distância segura lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relaç¿o ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condiç¿es do local, da circulaç¿o, do veículo e as condiç¿es climáticas¿.

Como se pode notar, o primeiro requerido n¿o observou as normas de trânsito, vindo a ocasionar a colis¿o traseira no veículo do autor e os consequentes danos materiais ao bem.

Em se tratando de colis¿o na traseira, milita em desfavor de quem praticou o ato a presunç¿o de culpabilidade, a qual somente pode ser afastada mediante comprovaç¿o de que o evento danoso foi causado por quem trafegava à frente.

Neste sentido, cita-se os seguintes arestos:

CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇ¿O DE INDENIZAÇ¿O POR DANO MATERIAL E MORAL. COLIS¿ES MÚLTIPLAS. ENVOLVIMENTO DE 03 VEÍCULOS. CAUSA DETERMINANTE. PRIMEIRA COLIS¿O. ABALROAMENTO TRASEIRO. PRESUNÇ¿O DE CULPA DO CONDUTOR DO VEÍCULO ABALROADOR. PRECIPITAÇ¿O DO VEÍCULO PRIMEIRAMENTE ABALROADO CONTRA O VEÍCULO QUE O PRECEDIA NA CORRENTE DE TRÁFEGO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ELIS¿O. INOCORRÊNCIA. APELO. CULPA CONCORRENTE DO VEÍCULO PRIMEIRAMENTE ABALROADO NA PARTE POSTERIOR. INEXISTÊNCIA. LAUDO PERICIAL. PROVA ORAL. INDICAÇ¿O DA NEGLIGÊNCIA E IMPRUDÊNCIA DO CONDUTOR DO VEÍCULO ABALROADO. REAÇ¿O TARDIA. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE CAUTELA EVIDENCIADA (CTB, ARTS. 28 E 29, II). RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA. AFIRMAÇ¿O. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL AQUILIANA EVIDENCIADOS (CC, ART. 186). APELO DESPROVIDO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS. FIXAÇ¿O. SENTENÇA E APELO FORMULADOS SOB A ÉGIDA DA NOVA CODIFICAÇ¿O PROCESSUAL CIVIL (NCPC, ARTS. 85, §§ 2º, 8º E 11). 1. O condutor que atinge o veículo que o precedia na corrente de tráfego, provocando a colis¿o, atrai contra si presunç¿o relativa de culpabilidade para a produç¿o do evento danoso, que, ante sua natureza, pode ser desqualificada e elidida mediante elementos de convicç¿o idôneos em sentido oposto, ensejando, por conseguinte, a imputaç¿o do ônus de evidenciar que o acidente n¿o derivara da sua culpa, a despeito de ter atingido o veículo que seguia à sua frente, abalroando sua traseira, ao condutor do automóvel abalroador (CTB, arts. 28 e 29, II). 2. A presunç¿o de culpa que milita em desfavor do condutor do veículo que colide com a traseira do automóvel que lhe precede na corrente de tráfego deriva da comezinha regra de trânsito segundo a qual todo motorista deve guardar distância razoável do veículo que segue à sua frente de forma que nenhuma manobra efetivada por seu condutor o alcance de surpresa, inviabilizando sua reaç¿o como forma de evitar que com ele venha a se chocar, compreendendo essas manobras imprevisíveis, inclusive, frenagens bruscas e eventuais defeitos mecânicos experimentados pelos veículos que seguem à frente, de forma que os condutores dos veículos que seguem atrás n¿o podem invocar em seu socorro a imprevisibilidade do ocorrido como forma de isentarem-se da culpa por eventual colis¿o ou como fundamentaç¿o para alegaç¿o de culpa concorrente. 3. O condutor que, incorrendo em negligência e imprudência, descurando-se do dever de atenç¿o inerente à direç¿o de veículos automotores, deixa de guardar distância razoável do veículo que o precedia na corrente de tráfego, vindo a abalroá-lo na parte traseira, determinando que o automóvel abalroado, de sua parte, se precipitasse contra o veículo que seguia à frente, deve ser responsabilizado pelo sinistro que provocara e pela composiç¿o dos danos dele derivados aos terceiros vitimados ante a implementaç¿o do silogismo delineado pelos artigos 186 e 927 do Código Civil. 4. Editada a sentença e aviado o apelo sob a égide da nova codificaç¿o civil, o desprovimento do recurso determina a majoraç¿o dos honorários advocatícios originalmente fixados, porquanto o novo estatuto processual contemplara o instituto dos honorários sucumbenciais recursais, devendo a majoraç¿o ser levada a efeito mediante ponderaç¿o dos serviços executados na fase recursal pelos patronos da parte exitosa e guardar observância à limitaç¿o da verba honorária estabelecida para a fase de conhecimento (NCPC, arts. 85, §§ 2º e 11). 5. Recurso conhecido e desprovido. Honorários sucumbenciais recursais fixados. Unânime.

(Acórd¿o 1166475, 07308676720178070001, Relator: TEÓFILO CAETANO, 1ª Turma Cível, data de julgamento: 10/4/2019, publicado no PJe: 30/4/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.).

APELAÇ¿O. CIVIL. AÇ¿O DE RESSARCIMENTO. SEGURADORA DE VEÍCULOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLIS¿O TRASEIRA EM CADEIA. (ENGAVETAMENTO). DANOS NA TRASEIRA DO AUTOMÓVEL SEGURADO. PRESUNÇ¿O RELATIVA DE CULPA PELO ACIDENTE DO CONDUTOR QUE TRAFEGA NO VEÍCULO DE TRÁS. AUSÊNCIA DE PROVA DE FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. 1 - Apelaç¿o contra sentença que julgou improcedente o pedido de ressarcimento de danos materiais sofridos por seguradora em raz¿o de acidente veicular envolvendo seu segurado. 2 - Em se tratando de colis¿o traseira, presume-se que a culpa pelo acidente seja do motorista que vem atrás do veículo sinistrado, ante a clara inobservância das regras elementares de trânsito (art. 28, 29, II, ambos do CTB) e que somente pode ser elidida mediante a demonstraç¿o inequívoca de um fato obstativo, relacionado à conduta de terceiro ou do próprio motorista do veículo da frente e que, assim, permita alcançar conclus¿o de que o acidente decorreu de causa diversa. 3 - No caso dos autos, n¿o obstante ter sido citado por edital e estar representado pela Curadoria de Ausentes, o réu n¿o logrou demonstrar que os fatos se deram de modo diverso do que se infere da presunç¿o de culpa pelo acidente do condutor que trafega no veículo de trás. Como conseqüência, sua conduta é o bastante para atrair sua responsabilidade pelo evento danoso. 4 - Tendo a autora, nos termos do art. 373, inciso I, do CPC, se desincumbido quanto à prova de fato constitutivo do seu direito, n¿o tendo sido o réu, em contrapartida, capaz desincumbir-se quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora, conforme previs¿o do art. 373, inciso II, do CPC, a procedência do pedido é medida que se imp¿e. 5 - Apelaç¿o conhecida e provida. (Acórd¿o 1194719, 00047568720178070001, Relator: CESAR LOYOLA, 2ª Turma Cível, data de julgamento: 14/8/2019, publicado no DJE: 27/8/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.).

PELAÇ¿ES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. REPARAÇ¿O DE DANOS. DANOS MATERIAIS. BATIDA NA TRASEIRA. ACIDENTE ENVOLVENDO AUTOMÓVEL TOYOTA COROLLA, PLACAS LYN 3036, E O AUTOMÓVEL VW GOL 16 V TURBO, PLACAS AKH 1973. PRESUNÇ¿O DE CULPA N¿O ELIDIDA. LEGITIMIDADE PASSIVA DO PROPRIETÁRIO PELOS DANOS CAUSADOS PELO VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE DIRIGIDO POR TERCEIRO. 1. O condutor e o proprietário do veículo respondem, solidariamente, pelos danos decorrentes de acidente de trânsito, inclusive em virtude do que leciona a teoria do fato da coisa. Assim, mostra-se irrelevante que o correquerido n¿o tenha praticado, pessoalmente, conduta que pudesse levar ao resultado danoso. 2. É fato incontroverso que o veículo conduzido pelo segundo requerido colidiu na traseira do veículo da requerente, causando danos materiais em ambos os automóveis. A controvérsia gira em torno da culpa pelo acidente. No caso de colis¿o traseira há presunç¿o de culpa do condutor que colide no veículo que está na sua frente, com base no disposto no artigo 29, II, do Código de Trânsito Brasileiro, verbis: Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulaç¿o obedecerá às seguintes normas: (...) II - o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relaç¿o ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condiç¿es do local, da circulaç¿o, do veículo e as condiç¿es climáticas; Logo, o condutor, mantendo a distância segura do veículo à sua frente e trafegando em velocidade compatível com a via, possui plenas condiç¿es de parar o seu veículo a tempo, evitando a colis¿o traseira em caso de manobra inesperada do veículo que trafega na sua vanguarda, como em caso de reduç¿o de velocidade ou parada necessária. Dessa forma, incumbia aos requeridos desfazer essa presunç¿o, demonstrando que a autora parou abruptamente sobre a pista de rolamento sem qualquer necessidade. No entanto, n¿o lograram êxito em demonstrar esse fato, de modo que prevalece a presunç¿o de culpa. Sentença mantida. APELOS DESPROVIDOS.(Apelaç¿o Cível, Nº 70084084771, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Julgado em: 30-10-2020, Publicaç¿o: 04-11-2020).

APELAÇ¿O CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL M ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLIS¿O TRASEIRA. ENGAVETAMENTO. PRESUNÇ¿O DE CULPA N¿O ELIDIDA. 1. Em se tratando de colis¿o na traseira, milita em desfavor de quem praticou tal ato a presunç¿o de culpabilidade, porquanto este tinha o dever de guardar distância de segurança entre os veículos e velocidade adequada, nos termos do art. 29, II, do CTB. Referida presunç¿o somente pode ser afastada mediante a prova de que o evento danoso foi causado pelo condutor que trafegava à frente. No caso, a prova é convincente no sentido de a colis¿o ter sido causada pela desatenç¿o do réu na conduç¿o de seu veículo. Culpa exclusiva do demandado. 2. Dano material. Idoneidade dos orçamentos apresentados pelo autor. 3. Confirmaç¿o da sentença que julgou procedente a aç¿o indenizatória. Honorários recursais devidos. APELAÇ¿O DESPROVIDA.(Apelaç¿o Cível, Nº 70083639955, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Julgado em: 23-07-2020, Publicaç¿o: 30-09-2020).

Na hipótese dos autos, cumpriria aos requeridos desfazer a presunç¿o de culpabilidade, demonstrando que o requerente parou abruptamente sobre a pista de rolamento sem necessidade ou eventual culpa exclusiva de terceiro. Contudo dessa faculdade n¿o se valeram, de modo que prevalece a presunç¿o de culpa.

Vale frisar, que o condutor e o proprietário do veículo respondem, solidariamente, pelos danos decorrentes de acidente de trânsito, inclusive em virtude do que leciona a teoria do fato da coisa. Assim, ambos os requeridos se mostram responsáveis pelos reparos dos danos ocasionados ao autor com o acidente.

Vislumbrado o dano material, o nexo causal e a culpa dos requeridos, cumpre aferir acerca do ¿quantum¿ indenizatório.

Como é cediço, os danos materiais devem ser comprovados nos autos pelo autor.

Quanto aos danos ocasionados no veículo do requerente, o orçamento de fl. 45/47 indica que houve um gasto de R$ 4.629,00 (quatro mil e seiscentos e vinte e nove reais) com o conserto do bem pelo autor.

N¿o procede a impugnaç¿o ao valor do conserto do veículo do autor sob a alegaç¿o de ser exorbitante a quantia e pela ausência de três orçamentos, uma vez que os requeridos n¿o se preocuparam em levar o veículo para três oficinas diferentes para ser feito orçamentos por pessoas diversas.

Ademais, o pedido de perícia se revela incabível nos autos, uma vez que o conserto no carro já tinha sido efetivado pelo autor quando do ajuizamento da aç¿o.

Desta feita, devem os requeridos ressarcir os danos materiais ocasionados no veículo do autor no

montante comprovados nos autos.

Quanto ao dano moral tem-se que é ¿toda ofensa ou violaç¿o que n¿o vem a ferir os bens patrimoniais, propriamente ditos, de uma pessoa, mas os seus bens de ordem moral, tais sejam os que se referem à sua liberdade, à sua honra, à sua pessoa ou à sua família¿ (Plácido e Silva, Vocabulário Jurídico, 20ª Ediç¿o, p. 239, editora forense).

Nos exatos termos que aduz Carlos Roberto Gonçalves:

¿é possível distinguir-se, no campo dos danos, a categoria dos danos patrimoniais, de um lado, dos chamados danos morais, de outro. O dano moral n¿o afetaria o patrimônio do ofendido. Para Pontes de Miranda, ?dano patrimonial é o dano que atinge o patrimônio do ofendido; dano n¿o patrimonial é o que, só atingindo o devedor como ser humano, n¿o lhe atinge o patrimônio? (Tratado, cit., v. 26, §3.108, p. 30). Orlando Gomes, por sua vez preleciona:

'Ocorrem as duas hipóteses. Assim, o atentado ao direito, à honra e boa fama de alguém pode determinar prejuízos na órbita patrimonial do ofendido ou causar apenas sofrimento moral. A express¿o 'dano moral' deve ser reservada exclusivamente para designar o agravo que n¿o produz qualquer efeito patrimonial. Se há consequências de ordem patrimonial, ainda que mediante repercuss¿o, o dano deixa de ser extrapatrimonial?' (Obrigaç¿es, cit., n. 195, p. 332).

O dano moral n¿o é a dor, a angústia, o desgosto, a afliç¿o espiritual, a humilhaç¿o, o complexo que sofre a vítima do evento danoso, pois esses estados de espírito constituem o conteúdo, ou melhor, a consequência do dano. A dor que experimenta os pais pela morte violenta do filho, o padecimento ou complexo de quem suporta um dano estético, a humilhaç¿o de quem foi publicamente injuriado s¿o estados de espírito contingentes e variáveis em cada caso, pois cada pessoa sente a seu modo. O direito n¿o repara qualquer padecimento, dor ou afliç¿o, mas aqueles que forem decorrentes da privaç¿o de um bem jurídico sobre o qual a vítima teria interesse reconhecido juridicamente. Por exemplo: se vemos alguém atropelar outrem, n¿o estamos legitimados para reclamar indenizaç¿o, mesmo quando esse fato nos provoque grande dor. Mas, se houver relaç¿o de parentesco próximo entre nós e a vítima poder¿o reclamar a reparaç¿o pecuniária em raz¿o de dano moral, embora n¿o peçam um preço para a dor que sentem ou sentiram, mas, t¿o-somente, que se lhes outorgue um meio de atenuar, em parte, as consequências da les¿o jurídica por eles sofrida (Eduardo Zannoni, El dano em la responsabilidad civil, Buenos Aires, Ed. Astrea, 1982, p. 234 e 235).

Aduz Zannoni que o dano moral direto consiste na les¿o a um interesse que visa a satisfaç¿o ou gozo de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade (como a vida, a integridade corporal, a liberdade, a honra, o decoro, a intimidade, os sentimentos afetivos, a própria imagem) ou nos atributos da pessoa (como o nome, a capacidade, o estado de família). O dano moral indireto consiste na les¿o a um interesse tendente à satisfaç¿o ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial, ou melhor; é aquele que provoca prejuízo a qualquer interesse n¿o patrimonial da vítima. Deriva, portanto, do fato lesivo a um interesse patrimonial (El daño, cit., p. 239 e 240). É a hipótese, por exemplo, da perda de objeto de valor afetivo.¿.

(In: GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. 8. ed. rev. S¿o Paulo: Saraiva, 2003, p. 548-549).

No caso em análise, n¿o houve qualquer dano físico ao autor oriundo do acidente de trânsito, limitando-se a danos materiais t¿o somente no veículo. Assim, n¿o foi atingida a integridade física da vítima, de modo que n¿o se trata do denominado ¿dano moral puro¿ ou ¿dano moral in re ipsa¿.

Acerca do tema, colaciona-se os seguintes julgados:

APELAÇ¿O CÍVEL E RECURSO ADESIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇ¿O DE REPARAÇ¿O POR DANOS MATERIAIS C/C DANOS MORAIS. COLIS¿O TRASEIRA. 1. DANOS EMERGENTES. a) BÔNUS DA SEGURADORA. Hipótese em que n¿o comprovado o alegado prejuízo pela perda da bonificaç¿o do seguro, limitando-se os autores a arguir dano hipotético, de valor meramente estimado, sem base na prova documental encartada nos autos. b) DESPESAS DE TRANSPORTE ¿UBER¿. Os demandantes devem ser ressarcidos pela despesa com serviço de transporte ¿uber¿, nos valores de R$ 26,50 e de R$ 26,98, serviço que foi utilizado em momento em que os autores n¿o dispunham do ¿carro reserva¿ disponibilizado pela seguradora 2. DANO MORAL. O acidente de trânsito n¿o gerou les¿es físicas aos demandantes, cingindo-se à colis¿o traseira, com meros danos materiais apenas, n¿o atingindo a integridade física das vítimas, de modo que n¿o se trata do denominado ¿dano moral puro¿ ou ¿dano moral in re ipsa¿. Além disso, a mera dificuldade de obter-se o reembolso das despesas na via administrativa n¿o implica, por si só, a caracterizaç¿o do dano extrapatrimonial. 3. CONSECTÁRIOS LEGAIS DA CONDENAÇ¿O. a) CORREÇ¿O MONETÁRIA. Mantida a sentença quanto à aplicaç¿o do IGP-M como critério de correç¿o monetária, sendo indexador adequado para a recomposiç¿o inflacionária da moeda, calculado pela Fundaç¿o Getúlio Vargas, de ampla utilizaç¿o no mercado e em decis¿es judiciais. b) JUROS DE MORA. Quanto aos juros moratórios, impositiva a reforma da sentença, determinando-se a observância do índice de remuneraç¿o da caderneta de poupança (reconhecido como constitucional pelo STF), nos termos do artigo 1º-F da Lei n. 9.494/97, com a redaç¿o dada pela Lei n. 11.960/09. APELAÇ¿O E RECURSO ADESIVO PROVIDOS EM PARTE.(Apelaç¿o Cível, Nº 70082298308, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Julgado em: 26-08-2020, Publicaç¿o: 31-08-2020).

PELAÇ¿O CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLIS¿O NA PARTE TRASEIRA. CULPA COMPROVADA. INOCORRÊNCIA DE LES¿ES. DANO MORAL N¿O CONFIGURADO. 1. O exame da responsabilidade civil decorrente de acidente de trânsito demanda a análise da conduta subjetiva dos agentes, nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Comprovado que o condutor réu atingiu o veículo pertencente ao autor na parte traseira, restando evidenciada a culpa exclusiva daquele para a ocorrência do acidente de trânsito. Artigos 28 e 29, II, do Código de Trânsito Brasileiro. 2. Dano moral. No âmbito da responsabilidade civil em acidentes de trânsito, tal modalidade indenizatória está atrelada à dor suportada pela vítima em virtude de ofensa a sua integridade física, que, inevitavelmente, repercute em seu equilíbrio emocional. Hipótese em que n¿o ocorreu qualquer les¿o corporal ou ofensa à integridade física do autor. Dano moral n¿o configurado. 3. Honorários recursais devidos. APELAÇ¿O DESPROVIDA.(Apelaç¿o Cível, Nº 70082930934, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Cláudia Maria Hardt, Julgado em: 21-05-2020, Publicaç¿o: 16-09-2020).

Dessa forma, n¿o há que se falar em ocorrência de dano moral.

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na inicial, de modo a

condenar os demandados, solidariamente, ao pagamento dos danos materiais no veículo do autor no valor de R$ 4.629,00 (quatro mil e seiscentos e vinte e nove reais), corrigidos pelo INPC/IBGE, deste a data do fato, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, estes a partir da citaç¿o, até o efetivo pagamento. Julgo improcedente o pedido de condenaç¿o ao pagamento de indenizaç¿o por danos morais, vez que inexistentes estes. Em consequência, julgo extinto o processo COM RESOLUÇ¿O DO MÉRITO, com base no art. 487, I, do CPC/2015.

Ante a sucumbência recíproca, condeno o autor e o requerido ao pagamento das custas processuais, na proporç¿o de 50% (cinquenta por cento) para cada litigante ¿ art. 86, do NCPC.

Ficam as partes advertidas de que na hipótese de n¿o pagamento das custas o crédito delas decorrente sofrerá atualizaç¿o monetária e incidência dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda e será encaminhado para inscriç¿o em Dívida Ativa do Estado ¿ art. 46, caput, Lei n. 8.328/2015.

Na ausência de pagamento, cumpra a Secretaria os termos dos parágrafos do artigo 46 da lei em referência, com as alteraç¿es introduzidas pela Lei n. 9.217, de 05 de março de 2021, relativamente à instauraç¿o de procedimento administrativo de cobrança das custas.

Condeno ainda o requerido ao pagamento de honorários advocatícios ao causídico da parte autora, que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenaç¿o, bem como o autor ao pagamento de honorários advocatícios ao causídico da requerida, que também fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenaç¿o ¿ art. 85 e §14, do CPC/2015.

Com o trânsito em julgado e n¿o havendo pedido de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos.

P. R. I. C.

Castanhal-PA, 14 de outubro de 2021.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA
Juíza de Direito Titular do Juizado Cível e Criminal de Castanhal,
respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSO N. 0033131-32.2015--.814.0015

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

REQUERENTE: P.R.A.S., legalmente representados por sua genitora SANDRA DO SOCORRO DE ALMEIDA SOUZA

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: EVALDO FRANCO (HELIONAR JOSÉ DE ARAÚJO FRANCO).

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE ajuizada por P.R.A.S., legalmente representados por sua genitora SANDRA DO SOCORRO DE ALMEIDA SOUZA, em face de EVALDO FRANCO (HELIONAR JOSÉ DE ARAÚJO FRANCO)., estando as partes qualificadas.

Após regular tramitação do feito, foi designada audiência de coleta de DNA e ordenada a intimação das partes para comparecerem ao ato (fl. 49).

A parte autora não foi intimada por oficial de justiça, em razão de ter mudado para o estado de Goiás, conforme relata a certidão de fl. 66/67.

Expedido o Edital de intimação (fl. 69), deixou a autora transcorrer in albis o prazo para apresentar manifestação (fl. 72).

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela extinção do processo sem resolução do mérito (parecer à fl. 73).

É o que importa relatar. Decido.

Os autores moveram a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perderam o interesse de prosseguir com o feito, visto que instados a se manifestarem acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedaram-se inertes.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso

III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia dos exequentes no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno os exequentes ao pagamento das custas processuais. Contudo, defiro os beneficios da gratuidade judiciária e suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 21 de outubro de 2021..

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, repondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSO N.0011511-27.2016 .814.0015

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

REQUERENTE: M. E. G. S legalmente representados por sua genitora ANA CAROLINA GOMES DA SILVA

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: ELDER FIGUEIREDO DE FONTES

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE ajuizada por M. E. G. S legalmente representados por sua genitora ANA CAROLINA GOMES DA SILVA em face ELDER FIGUEIREDO DE FONTES)., estando as partes qualificadas.

Após regular tramitação do feito, foi designada audiência de coleta de DNA e ordenada a intimação das partes para comparecerem ao ato (fl.58).

A parte autora não foi intimada por oficial de justiça, em razão de não mais residir no endereço indicado, conforme relata a certidão de fl. 65.

Expedido o Edital de intimação (fl. 67), deixou a autora transcorrer in albis o prazo para apresentar manifestação (fl. 70).

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela extinção do processo sem resolução do mérito (parecer à fl. 71).

É o que importa relatar. Decido.

Os autores moveram a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perderam o interesse de prosseguir com o feito, visto que instados a se manifestarem acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedaram-se inertes.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia dos exequentes no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de

Processo Civil.

Condeno os exequentes ao pagamento das custas processuais. Contudo, defiro os beneficios da gratuidade judiciária e suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 21 de outubro de 2021..

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, repondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSO N. 0001634-97.2015.814.0015

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

REQUERENTE: L.S.R. legalmente representados por sua genitora RERIELE SANTANA RODRIGUES

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: PEDRO MONTEIRO DE OLIVEIRA FILHO.

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE ajuizada por L.S.R. legalmente representados por sua genitora RERIELE SANTANA RODRIGUES em face de PEDRO MONTEIRO DE OLIVEIRA FILHO)., estando as partes qualificadas.

Após regular tramitação do feito, foi designada audiência de coleta de DNA e ordenada a intimação das partes para comparecerem ao ato (fl.35).

A parte autora não foi intimada por oficial de justiça, em razão de não mais residir no endereço indicado, conforme relata a certidão de fl. 40.

Expedido o Edital de intimação (fl. 43), deixou a autora transcorrer in albis o prazo para apresentar manifestação (fl. 46).

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela extinção do processo sem resolução do mérito (parecer à fl. 47).

É o que importa relatar. Decido.

Os autores moveram a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perderam o interesse de prosseguir com o feito, visto que instados a se manifestarem acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedaram-se inertes.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia dos exequentes no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno os exequentes ao pagamento das custas processuais. Contudo, defiro os beneficios da gratuidade judiciária e suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 21 de outubro de 2021..

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, repondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSO N. 0004370-30.2011.814.0015

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

EXEQUENTE: Y.A.G e H.A.G., legalmente representados por sua genitora NAYANA ALVES

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA

EXECUTADO: OSVALDO MOREIRA GOMES.

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de Execução de Alimentos ajuizada por Y.A.G e H.A.G., legalmente representados por sua genitora NAYANA ALVES, através da Defensoria Pública do Estado, em face de OSVALDO MOREIRA GOMES., estando as partes qualificadas, requerendo a citação do devedor para pagamento do débito de natureza alimentar.

Juntaram aos autos os documentos de fls. 08/13

Após regular tramitação do feito, foi ordenada a intimação da parte autora para dizer sobre o seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo (fl. 62).

Contudo, a requerente não foi localizada no endereço indicado nos autos, conforme certidão de fl. 66.

Expedido o Edital de intimação (fl. 70) deixaram os autores transcorrer 'in albis' o prazo, sem manifestação, conforme certidão de fl. 73

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela extinção do processo sem resolução do mérito (parecer à fl. 74).

É o que importa relatar. Decido.

Os autores moveram a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perderam o interesse de prosseguir com o feito, visto que instados a se manifestarem acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedaram-se inertes.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia dos exequentes no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno os exequentes ao pagamento das custas processuais. Contudo, defiro os beneficios da gratuidade judiciária e suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 21 de outubro de 2021..

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, repondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

Processo n.º 0088474-87.2015.8.14.0015

Capitulaç¿o: art. 121, § 2º, I do Código Penal

Denunciados: MARCELO HENRIQUE DOS PASSOS, ANTONIO EDIVALDO RUFINO DE SOUZA, JAILSON CARNEIRO FREITAS, JESSICO ROSA SANTOS DA SILVA E ROBSON HANZEM.

Patrocinio: RODRIGO MARQUES SILVA - OAB/PA: 21.123, IGOR NOGUEIRA BATISTA ¿ OAB/PA: 25.692, HARRISON SAVIO SARRAF ALMEIDA ¿ OAB/PA: 29.944 E A DEFENSORIA PÚBLICA

1. A defesa do pronunciado MARCELO HENRIQUE DOS PASSOS requereu o adiamento do júri marcado para o próximo dia 25.11.2021, uma vez que estará em audiência presencial, de Réu preso, no dia 24.11.2021 em Salvados/BA não havendo a possibilidade de chegar a tempo para realizar o referido júri.

O pedido deve ser deferido:

1. Considerando a ausência devidamente justificada da defesa do pronunciado Marcelo Henrique dos Passos, fica adiada a sessão do tribunal do júri que aconteceria no dia 25 de novembro de 2021.

2. cientifique-se ao Ministério Público e a Defesa.

3. Diante disso, **redesigno a sessão do tribunal do júri para o dia 31.03.2022 as 08:30hs para que os acusados MARCELO HENRIQUE DOS PASSOS, ANTONIO EDIVALDO RUFINO DE SOUZA, JAILSON CARNEIRO FREITAS, JESSICO ROSA SANTOS DA SILVA E ROBSON HANZEM** sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Intimem-se pessoalmente o Ministério Público, o acusado, a defesa, os jurados e as testemunhas arroladas para comparecerem à sessão de instrução e julgamento do Tribunal do Júri.

Castanhal/PA, 08 de novembro de 2021.

Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo

Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Castanhal ¿

Portaria nº 2591/2021-GP

Processo n. 0064667-62.2007.8.14.0097 (Ação de Execução de Título Extrajudicia)

Requerente: REGINALDO JESUS PEREIRA (Advogados: JOSE RIBAMAR MONTEIRO FILHO ¿ OAB/PA 683 E BRUNO DOS SANTOS ANTUNES ¿ OAB/PA 10551

Requerido: BERNARDINO OLIVEIRA E SILVA (Advogado: JOAO BOSCO OLIVEIRA DE ALMEIDA ¿ OAB/PA 9474)

1. Considerando a alegação de nulidade feita pelo executado, intime-se o exequente para que se manifeste sobre a petição de fls. 254/272.

2. Reservo-me para me manifestar sobre as petições de fls. 248/249, 271/281 e 282/284, depois de atendido o item 1, ou depois de decorrido o prazo para manifestação.

Benevides-PA, 9 de novembro de 2021.

Vanessa Ramos Couto

Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Benevides ¿ mat. 48.615

Ato de designação: Portaria 074/2021-SJ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA

PRAZO ¿ 90 DIAS

O Dr. GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO, Juiz de Direito Substituto, respondendo pela 1ª Vara Criminal de Castanhal, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER aos que lerem ou conhecimento tiverem deste **EDITAL**, que tramitam neste Juízo e respectivo Cartório, os autos da Ação Penal, Art. 1231, §2º, II e IV do CPB,¿ ¿ processo. Nº 0000732-91.2008.8.14.0015, que tem como¿ ¿ réu MANOEL VALDECIR COSTA ARAÚJO, brasileiro, solteiro, natural de Castanhal, profissão não declarada, nascido em 03 de outubro de 1947, filho de Valdete Araújo e Maria do Socorro Costa Araújo, residente e domiciliado à Trav. Marechal Deodoro, próximo à Clínica ¿Pro Cardíaco¿, bairro Ianetama, Castanhal -PA,¿que atualmente encontra-se em local incerto e não sabido, fica **INTIMADO** o réu acima qualificado, para que fique ciente do inteiro teor da R. SENTENÇA CONDENATÓRIA proferida pelo MM. Juiz de Direito Dr. GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO, a seguir transcrita: ¿SENTENÇA Vistos, etc. MANOEL VALDECI COSTA ARAÚJO, devidamente qualificado nos autos, foi pronunciado como incurso nas sanções punitivas do artigo 121, § 2º, II e IV do Código Penal contra a vítima MARIA IVANDA ALBERTO. Por relatório, adoto a transcrição entregue aos senhores jurados nesta Sessão do Tribunal do Júri. Instalada hoje a sessão plenária de julgamento, o Réu havia sido declarado revel por decisão anterior deste juízo, porém foi intimado por edital conforme certidão constante dos autos e não compareceu. As partes desistiram de duas testemunhas arroladas. Foram ouvidas duas testemunhas em plenário. O réu não foi interrogado por não ter comparecido. As partes procederam aos debates, oportunidade em que sustentaram suas pretensões em plenário. A seguir, formulados os quesitos, sem impugnação pelas partes, conforme termo próprio, o Conselho de Sentença, não havendo sala secreta, ficando no recinto o juiz, o promotor, a defesa, os servidores do Judiciário necessários ao ato e os jurados. Os jurados reconheceram por maioria de 4 votos a materialidade do delito e a autoria do crime de homicídio. Não absolveram o réu por maioria de 4 votos. Não reconheceram a causa de diminuição de pena do homicídio privilegiado por maioria de 4 votos a 1. Não reconheceram que o réu agiu por motivo fútil por maioria de 4 votos. E reconheceram a qualificadora do recurso que dificultou a defesa da ofendida por maioria de 4 votos a 3. Assim, declaro procedente a pretensão acusatória, nos termos do art. 387 do CPP, na forma da decisão soberana do Conselho de Sentença, e passo à dosimetria da pena. Analisadas as diretrizes do art. 59, do Código Penal, denoto que a culpabilidade é negativa, em

razão da maior reprovabilidade da conduta do agente pela qualidade e quantidade de golpes para a realização do óbito, o que seria desnecessário, e o que gerou uma maior reprovabilidade e censurabilidade da conduta do agente; o réu não possui antecedentes criminais; sobre a conduta social e a personalidade poucos elementos foram coletados a respeito não podendo ser valorado negativamente; o motivo do crime não é valorado negativamente; as circunstâncias do crime são valoradas negativamente pelo meio empregado; as consequências do crime são comuns ao tipo penal; a vítima não contribuiu para o delito na forma do contido nos autos; não existem elementos concretos nos autos para se aferir a situação econômica do réu. Diante da análise das circunstâncias judiciais, fixo a pena base em 16 (dezesseis) anos de reclusão, em razão das circunstâncias negativas do crime, para sua exasperação como acima fundamentado. Na segunda fase de fixação da pena, deve ser reconhecida a atenuante da confissão do acusado (art. 61, III, d, CP), realizada nos autos, totalizando a segunda fase da dosimetria o patamar de pena de 14 (quatorze) anos de reclusão. Na terceira fase, não há causas de aumento ou diminuição da pena, portanto, fica o réu condenado ao crime de homicídio duplamente qualificado, à pena privativa de liberdade de 14 (quatorze) anos de reclusão, tornando-a definitiva. Deixo de realizar a detração penal em razão da não alteração do regime de cumprimento de pena e isso deverá ser analisado em sede de execução penal, ademais não atingido o percentual de cumprimento exigido pelo art. 112, V, da LEP. Em consonância com o disposto no artigo 33, §2º, a, do Código Penal, o Réu deverá iniciar o cumprimento da pena em regime fechado, considerando a quantidade de pena aplicada e, dada a conjuntura atual, ser nocivo à sociedade, merecendo uma reprimenda maior, uma resposta eficiente do Poder Judiciário, diante das circunstâncias judiciais do cometimento do crime, resguardando-se a ordem pública e a aplicação da lei penal, sobretudo após a sentença condenatória. Ademais, estão presentes os motivos da decretação da custódia preventiva do sentenciado, consubstanciados pelos pressupostos da prisão (fumus comissi delicti), os quais se encontram relacionados no bojo desta decisão (materialidade e autoria) e, ainda, à vista da presença de fundamento à reprimenda legal (periculum libertatis), o qual se revela necessidade de se assegurar a aplicação da lei penal, pois em liberdade o Réu poderia fugir ou prosseguir em local incerto em razão da sua condenação e em razão da forma que o crime foi praticado, reconhecido pelo Conselho de Sentença, decreto a prisão preventiva e, em consequência, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade, não sendo o caso, portanto de medidas cautelares diversas da prisão. Além disso, a nova redação do art. 492 do Código de Processo Penal determina que o presidente do Júri recomendará o réu à prisão se presentes os requisitos da prisão preventiva, ou, no caso de condenação a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão, determinará a execução provisória das penas, com expedição do mandado de prisão, se for o caso, sem prejuízo do conhecimento de recursos que vierem a ser interpostos. Expeça-se mandado de prisão, incluindo-o nos bancos de dados próprios. Não é o caso de aplicação do art. 387, IV, do CPP, em razão da falta de requerimento e de debate específico nos autos. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta sentença, tomem-se as seguintes providências: 1. Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; 2. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará, comunicando a condenação do Réu, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto no artigo no artigo 15, III, da Constituição Federal de 1988. 3. Expeça-se guia de recolhimento em desfavor do Réu, provisória ou definitiva, conforme o caso. 4. Publicada e intimadas às partes na sessão do Júri. Registre-se. Sem custas. Castanhal/PA, 07 de outubro de 2021. GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO Juiz de Direito Presidente do Tribunal do Júri da 1ª Vara Criminal de Castanhal. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz expedir o presente Edital, que será publicado na forma da Lei e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Castanhal, Estado do Pará, aos 09 de novembro de 2021. Eu,.....Adauto Alves de Araújo, Auxiliar Judiciário, digitei e subscrevi Adauto Alves de Araújo Servidor da Secretaria 1ª Vara Criminal da Comarca de Castanhal.

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL

DESPACHO ORDINATÓRIO

PROCESSO Nº.: 0002564-35.2017.814.0019

AUTOR (A): FRANCISCO CARLOS DE ALMEIDA

NEUZUILA MARIA DA COSTA COSTA E SILVA

MARIO CONCEICAO DO NASCIMENTO E OUTROS

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REQUERIDO: JUCARA VITORIANO DE OLIVEIRA.

ADVOGADAS: GERUSA TEIXEIRA GARDELINE OAB/PA N°: 22.410

ÍSIS KAROLINE CARDOSO DE LIMA OAB/PA N°:19.817

Ação: Interdito Proibitório.

Nos termos do art. 1º, Parágrafo 2º, inciso XI, do provimento 006/09 da CJCI, que delegou poderes ao Diretor de Secretaria e atribuições para praticar atos de administração e mero expediente, sem caráter decisório, bem como nos termos do artigo 8°, Parágrafo 10 da portaria conjunta n° 03 ¿ GP/VP-TJPA, **fica a parte requerente intimada para apresentar réplica à contestação de folhas 232/266, no prazo legal de 15 (quinze) dias, bem como para se manifestar sobre petição de folhas 267/272.**

Castanhal, 09 de novembro de 2021.

Joel dos Santos Gomes Júnior.

Diretor de Secretaria, da Vara Agrária de Castanhal.

COMARCA DE BARCARENA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA

RESENHA: 10/11/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA PROCESSO: 00003577020088140008 PROCESSO ANTIGO: 20081000262 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACLENELMA FERREIRA SOUSA A??o: Busca e Apreensão em: 10/11/2021 REQUERENTE:BANCO FINASA SA Representante(s): OAB 167107 - MILTON RODRIGUES SCLAUSER BERTOCHE (ADVOGADO) OAB 84802 - FABIO AUGUSTO DE SOUZA BORGES (ADVOGADO) OAB 214045 - LUIS FERNANDO DA SILVA PALUDO (ADVOGADO) REQUERIDO:EMERSON DE ARAUJO SILVA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inc. XI, do Provimento 006/2009 Â¿ CJCI, e conforme determinado na sentenÃ§a proferida nos autos: - Fica a parte Requerente/Exequente intimada, atravÃ©s de seu Advogado, para proceder o devido pagamento das custas finais, no prazo de quinze(15) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, bem como, juntar o comprovante do pagamento nos presentes autos. Barcarena/PA,Â 9 de novembro de 2021. Aclenelma F. Sousa Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Barcarena/PA PROCESSO: 00011691220158140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACLENELMA FERREIRA SOUSA A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 14075 - JAIR SA MAROCCO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:M.S. TERRAPLENAGEM LTDA Representante(s): OAB 22624 - CINTHIA DOS REIS CARDOzO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inc. XI, do Provimento 006/2009 Â¿ CJCI, e conforme determinado na sentenÃ§a proferida nos autos: - Fica o Requerido/Executado intimado, atravÃ©s de seu Advogado, para proceder o devido pagamento das custas finais, no prazo de quinze(15) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, bem como, juntar o comprovante do pagamento nos presentes autos. Barcarena/PA,Â 9 de novembro de 2021. Aclenelma F. Sousa Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Barcarena/PA PROCESSO: 00011788120108140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACLENELMA FERREIRA SOUSA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 10/11/2021 REQUERENTE:BANCO VOLKSWAGEN Representante(s): OAB 1618 - ELIAS PINTO DE ALMEIDA (ADVOGADO) REQUERIDO:KATIA ABINADER FEITOSA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inc. XI, do Provimento 006/2009 Â¿ CJCI, e conforme determinado na sentenÃ§a proferida nos autos: - Fica a parte Requerente/Exequente intimada, atravÃ©s de seu Advogado, para proceder o devido pagamento das custas finais, no prazo de quinze(15) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, bem como, juntar o comprovante do pagamento nos presentes autos. Barcarena/PA,Â 9 de novembro de 2021. Aclenelma F. Sousa Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Barcarena/PA PROCESSO: 00012969420118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACLENELMA FERREIRA SOUSA A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 12837 - PAULA PINHEIRO TRINDADE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:WPA TRANSPORTES E OPERACOES AMBIENTAIS LTDA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inc. XI, do Provimento 006/2009 Â¿ CJCI, e conforme determinado na sentenÃ§a proferida nos autos: - Fica o Requerido/Executado intimado, atravÃ©s de seu Advogado, para proceder o devido pagamento das custas finais, no prazo de quinze(15) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, bem como, juntar o comprovante do pagamento nos presentes autos. Barcarena/PA,Â 9 de novembro de 2021. Aclenelma F. Sousa Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Barcarena/PA PROCESSO: 00020596220118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACLENELMA FERREIRA SOUSA A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXECUTADO:ELITE VILA DOS CABANOS SS LTDA Representante(s): OAB 1621 - CELIO SIMOES DE SOUZA (ADVOGADO) EXEQUENTE:PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inc. XI, do Provimento 006/2009 Â¿ CJCI, e conforme determinado na sentenÃ§a proferida nos autos: - Fica o Requerido/Executado intimado, atravÃ©s de seu Advogado, para proceder o devido pagamento das custas finais, no prazo de quinze(15) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, bem como, juntar o comprovante do pagamento nos presentes autos. Barcarena/PA,Â 9 de novembro de 2021. Aclenelma F.

Sousa Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Barcarena/PA PROCESSO: 00021626620088140008 PROCESSO ANTIGO: 200810016996 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACLENELMA FERREIRA SOUSA A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 REQUERENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:MARLENE SITENESKI Representante(s): OAB 8626 - ZINALDO COSTA FERREIRA (ADVOGADO) OAB 8626 - ZINALDO COSTA FERREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inc. XI, do Provimento 006/2009 Â¿ CJCI, e conforme determinado na sentenÃ§a proferida nos autos: - Fica o Requerido/Executado intimado, atravÃ©s de seu Advogado, para proceder o devido pagamento das custas finais, no prazo de quinze(15) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, bem como, juntar o comprovante do pagamento nos presentes autos. Barcarena/PA,Â 9 de novembro de 2021. Aclenelma F. Sousa Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Barcarena/PA PROCESSO: 00021819020178140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACLENELMA FERREIRA SOUSA A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 11468 - JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:HIRO COMERCIO SERVICOS DE ALIMENTOS LTDA ME Representante(s): OAB 23378 - FELLIPE AUGUSTO CARNEVALLE DOS PASSOS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inc. XI, do Provimento 006/2009 Â¿ CJCI, e conforme determinado na sentenÃ§a proferida nos autos: - Fica o Requerido/Executado intimado, atravÃ©s de seu Advogado, para proceder o devido pagamento das custas finais, no prazo de quinze(15) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, bem como, juntar o comprovante do pagamento nos presentes autos. Barcarena/PA,Â 9 de novembro de 2021. Aclenelma F. Sousa Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Barcarena/PA PROCESSO: 00031666920118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACLENELMA FERREIRA SOUSA A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXEQUENTE:PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ALEXANDRO FEITOSA MAGNO Representante(s): OAB 15967 - RAIMUNDO REIS DE ALMEIDA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inc. XI, do Provimento 006/2009 Â¿ CJCI, e conforme determinado na sentenÃ§a proferida nos autos: - Fica o Requerido/Executado intimado, atravÃ©s de seu Advogado, para proceder o devido pagamento das custas finais, no prazo de quinze(15) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, bem como, juntar o comprovante do pagamento nos presentes autos. Barcarena/PA,Â 9 de novembro de 2021. Aclenelma F. Sousa Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Barcarena/PA PROCESSO: 00087830520148140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACLENELMA FERREIRA SOUSA A??o: Procedimento Sumário em: 10/11/2021 REQUERENTE:ELLEN CARLA PANTOJA SANCHES Representante(s): OAB 15903 - JULLY CLEIA FERREIRA OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO RODOBENS SA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inc. XI, do Provimento 006/2009 Â¿ CJCI, e conforme determinado na sentenÃ§a proferida nos autos: - Fica a parte Requerente/Exequente intimada, atravÃ©s de seu Advogado, para proceder o devido pagamento das custas finais, no prazo de quinze(15) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, bem como, juntar o comprovante do pagamento nos presentes autos. Barcarena/PA,Â 9 de novembro de 2021. Aclenelma F. Sousa Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Barcarena/PA PROCESSO: 00388120420158140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACLENELMA FERREIRA SOUSA A??o: Busca e Apreensão em: 10/11/2021 REQUERENTE:DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA Representante(s): OAB 231747 - EDEMILSON KOJI MOTODA (ADVOGADO) REQUERIDO:BENIVALDO DOS SANTOS ALBUQUERQUE . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inc. XI, do Provimento 006/2009 Â¿ CJCI, e conforme determinado na sentenÃ§a proferida nos autos: - Fica a parte Requerente/Exequente intimada, atravÃ©s de seu Advogado, para proceder o devido pagamento das custas finais, no prazo de quinze(15) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, bem como, juntar o comprovante do pagamento nos presentes autos. Barcarena/PA,Â 9 de novembro de 2021. Aclenelma F. Sousa Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Barcarena/PA PROCESSO: 00838503920158140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACLENELMA FERREIRA SOUSA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 10/11/2021 REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 107414 - AMÂNDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:PEDRO PAULO DA SILVA SOUZA_371879. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inc. XI, do Provimento 006/2009 Â¿ CJCI, e conforme determinado na sentenÃ§a proferida nos autos: - Fica a parte Requerente/Exequente intimada,

atravÃ©s de seu Advogado, para proceder o devido pagamento das custas finais, no prazo de quinze(15) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, bem como, juntar o comprovante do pagamento nos presentes autos. Barcarena/PA,Â 9 de novembro de 2021. Aclenelma F. Sousa Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Barcarena/PA

PROCESSO N° 0002787-31.2011.8.14.0008

EMBARGANTE: ELITE VILA DOS CABANOS S/S LTDA

ADVOGADO: CELIO SIMOES DE SOUZA, OAB/PA N° 1621

EMBARGADO: UNIAO FEDERAL

SENTENÇA

Trata-se de aç¿o intitulada de ¿embargos a execuç¿o¿, ajuizada por ELITE VILA DOS CABANOS LTDA, através de advogado, em face da UNI¿O ¿ FAZENDA PÚBLICA NACIONAL.

Em raz¿o da sentença proferida nos autos do processo nº 00020596220118140008, houve a perda superveniente do objeto deste feito[1].

Deste modo, com fulcro nos arts. 203, § 1º, 354, 485, VI e 493, caput do CPC, **extingo** o processo sem resoluç¿o do mérito.

Sem incidência de custas processuais e honorários advocatícios, haja vista n¿o ter havido sucumbente no processo e a extinç¿o do procedimento n¿o ter sido decorrente de requerimento das partes com base em desistência, renúncia ou reconhecimento do pedido, mas em raz¿o da perda superveniente do objeto (arts.85, caput e 90, caput do CPC), bem como, n¿o ocorreu a angularizaç¿o processual[2].

Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinaç¿es:

1. publique-se, registre-se e intimem-se;

2. havendo trânsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA;

3. ocorrendo interposiç¿o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos.

Barcarena/PA, 09 de agosto de 2021.

CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI

Juíza de Direito

PROCESSO Nº 0010129-59.2012.8.14.0008

REQUERENTE: C.E.F.D.S.

ADVOGADOS: KRISTOFFERSON DE ANDRADE SILVA, OAB/PA N° 11.493, JOSEDIR PEIXOTO DE SENA, OAB/PA N º 17087, NADIA CRISTINA CORTES PEREIRA SILVA, OAB/PA N° 17341.

REQUERIDO: V.E.F.D.S.

SENTENÇA

Vistos, etc.

Cuidam os autos de aç¿o de guarda manejada por C.E.F.D.S. em favor da menor V. E. F. D. ..

Compulsando os autos verifico que a requerente já alcançou a maioridade civil, n¿o existindo mais a possibilidade de deferimento do pedido formulado na inicial.

Isto Posto, considerando que ausente a condiç¿o da aç¿o de possibilidade jurídica do pedido, JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO SEM RESOLUÇ¿O DO MÉRITO, com fundamento no artigo 485, inciso VI, do CPC.

Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquive-se.

Barcarena, 29 de julho de 2021.

CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI

Juíza de Direito

PROCESSO N° 0000100-13.2013.8.14.0008

REQUERENTE: J.A.M.N.

ADVOGADO: CARMEM LUCIA BRAUN QUEIROZ, OAB/PA 4852

MENOR: V.E.F.D.S.

REQUERIDO: C.E.F.D.S.

Sentença

Vistos, etc.

Cuidam os autos de aç¿o de modificaç¿o de guarda manejada por José Augusto Maia Neto, qualificado nos autos, por advogado particular, em face de Carlos Eduardo Ferreira de Souza.

Juntou documentos.

Determinada a intimaç¿o da parte autora para manifestar seu interesse no prosseguimento do feito. Intimado, o autor quedou-se inerte, conforme certid¿o à fl. 36.

Vieram os autos conclusos.

Diante da ausência de manifestaç¿o d requerente, cumpre extinguir o processo sem resoluç¿o do seu mérito com fulcro no art. 485, inciso III do CPC.

Sem custas.

P.R.I.C.

Dê-se ciência ao MP.

Após, certificado o trânsito em julgado, arquive-se.

Barcarena, 29 de julho de 2021.

CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI

Juíza de Direito

PROCESSO N° 0010073-84.2016.8.14.0008

REQUERENTE: N.C.M.

ADVOGADOS: JACKSON JUNIOR DAMASCENO MARTINS, OAB/PA N° 22.896, RAFAEL FREIRE GOMES, OAB/PA N° 21.247.

MENOR: I.M.C.

REQUERIDO: I.D.N.C.J.

SENTENÇA

Trata-se de aç¿o de regularizaç¿o de guarda. Foi determinada a intimaç¿o pessoal da parte autora para comparecer em audiência.

É o relatório. Decido.

A parte requerente n¿o foi encontrada no endereço fornecido na petiç¿o inicial e n¿o promoveu atos e diligencias para dar andamento no processo, abandonando a causa por mais de 30 dias. Assim, nos termos do art. 274, parágrafo único, do CPC, presume-se válida a intimaç¿o do demandante, realizada no endereço indicado na exordial, sendo que o postulante abandonou o processo por mais de 30 (trinta) dias, sem promover os atos e diligências que lhe competia. A jurisprudência corrobora tal entendimento ao decidir que:

¿Consoante entendimento consagrado no STJ, uma vez frustrada a tentativa de intimaç¿o da parte autora para dar andamento ao feito, por n¿o ter sido encontrada no endereço fornecido na inicial, julga-se extinto o processo, sem resoluç¿o do mérito por abandono causa, nos termos do art. 267, III do CPC¿ (TJMG, Processo AC 10347120020081001-MG, 18ª Câmara Cível, p. 09.03.2015, j. 03.03.2015, rel. Octavio Augusto De Nigris Boccalini).

À vista de todo o exposto e com fulcro nos arts. 203, § 1º, 274, parágrafo único e 485, III e § 1º do CPC, extingo o processo sem resoluç¿o do mérito.

Sem condenaç¿o em custas, despesas processuais e honorários advocatícios, haja vista os benefícios da gratuidade da justiça.

Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinaç¿es:

1. P.R.I

2. ciência à Defensoria Pública;

3. havendo trânsito em julgado arquive-se, fisicamente e via LIBRA;

4. ocorrendo a interposiç¿o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito de tempestividade, retornando conclusos.

Barcarena/PA, 06 de agosto de 2021.

CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI

Juiz de Direito

AÇ¿O REVISIONAL DE ALIMENTOS

Processo Nº 00113881620178140008

Requerente: D.B.D.J

Representante legal: DEBORA BRITO DE JESUS

ADVOGADOS: KELLEN CIMARA RODRIGUES DE LIMA, OAB/PA 22.270, RAIMUNDO REIS DE ALMEIDA, OAB/PA N° 15.967, NATÁLYA FERREIRA MAGNO, OAB/PA N° 23.809.

Requerido (a): JULIO CESAR SOUZA DE JESUS

ADVOGADO: CESAR AUGUSTO SOUZA DE JESUS, OAB/BA N° 50194

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos 14 (quatorze) dias do mês de setembro (09) do ano de 2021, às 09:30 horas, na Sala de Audiências da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Barcarena, Estado do Pará, presente a **Magistrada CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI,** Juíza de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena, comigo Auxiliar Judiciário, a seu cargo. Aberta a audiência e apregoadas as partes, verificou-se a presença da parte autora; ausente o requerido; presentes os representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública. Em seguida, a representante legal do autor requereu a desistência da aç¿o por n¿o ter mais interesse no prosseguimento do feito**.** Após, a juíza proferiu a seguinte **SENTENÇA: ¿Adoto como relatório o que dos autos constar. Tendo em vista o pedido de desistência formulado pela autora, homologo o aludido requerimento com fundamento no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, extingo o processo sem resoluç¿o do mérito. Sem custas e honorários. Registre-se. Se requerido, desde já, fica autorizado o desentranhamento e entrega à parte requerente dos documentos que instruíram a petiç¿o inicial, à exceç¿o do instrumento de mandato. Certificado o Transito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. Sentença publicada em audiência. Saem cientificados os presentes¿**. E nada mais havendo, o Magistrado deu por encerrado o presente termo, que vai devidamente assinado por todos. Se necessário, servirá o presente como MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA. Eu, Rodrigo Oliveira Bail¿o_____, Auxiliar Judiciário, digitei e subscrevi.

Juíza de Direito:

Ministério Público:

Requerente:

[1] PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇ¿O FISCAL. PERDA DE OBJETO. CANCELAMENTO DA INSCRIÇ¿O NA DÍVIDA ATIVA. EXTINÇ¿O DO PROCESSO SEM RESOLUÇ¿O DE MÉRITO. 2 1. Ocorrida a extinç¿o da execuç¿o pelo cancelamento da inscriç¿o na dívida ativa, imp¿e-se a extinç¿o dos embargos à execuç¿o, nos termos do art. 267, in. VI, do Código de Processo Civil, por perda de objeto. 2. A jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, na aç¿o declarada extinta, sem julgamento do mérito, por superveniente perda de objeto, o ônus da sucumbência deve recair sobre a parte que deu causa ao ajuizamento da demanda, em observância ao princípio da causalidade (AgRg no Ag 1191616/MG, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 23/03/2010). 3. Verba honorária fixada em 10% sobre o valor da causa (R$ 71.556,94), em desfavor da FN. 4. Extinto o processo, sem resoluç¿o do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil . Apelaç¿o prejudicada. (TRF-1 - AC: 00192679620104013700 0019267-96.2010.4.01.3700, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CAT¿O, Data de Julgamento: 15/12/2015, SÉTIMA TURMA, Data de Publicaç¿o: 15/01/2016 e-DJF1).

RECURSO DE APELAÇ¿O ¿ BUSCA E APREENS¿O ¿ EXTINÇ¿O SEM RESOLUÇ¿O DO MÉRITO ¿ INÉRCIA DO AUTOR EM PRATICAR ATOS DE SUA COMPETÊNCIA ¿ REQUISITOS DO ART. 267, III e § 1º DO CPC OBSERVADOS - DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO DO RÉU ¿ AUSÊNCIA DE FORMALIZAÇ¿O DA RELAÇ¿O PROCESSUAL ¿ SENTENÇA MANTIDA ¿ RECURSO IMPROVIDO. Havendo intimaç¿o pessoal do autor para pratica de atos de sua competência, a sua inércia imp¿e a extinç¿o da aç¿o, sem resoluç¿o do mérito, nos termos do art. 267, III e § 1º, do CPC. Em caso n¿o formalizaç¿o da relaç¿o processual, é dispensada o cumprimento da exigência trazida pela Súmula 240 do STJ, qual seja, o requerimento do réu. (Ap 149792/2013, DES. SEBASTI¿O BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 18/03/2014, Publicado no DJE 25/03/2014) (TJ-MT - APL: 00046988120128110055 149792/2013, Relator: DES. SEBASTI¿O BARBOSA FARIAS, Data de Julgamento: 18/03/2014, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicaç¿o: 25/03/2014).

AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

Processo Nº 0006578-03.2014.8.14.0008

Exequente: A UNIAO FAZENDA NACIONAL

Executado: TRANSLIDER LTDA

SENTENÇA

Trata-se de execuç¿o fiscal, ajuizada pela Fazenda Pública Nacional.

Foi acostado requerimento no qual a parte pleiteia a extinç¿o do feito, uma vez que o executado quitou o débito contido nos autos.

É o relatório. Decido.

Diante do requerimento acostado aos autos, verifica-se que houve a satisfaç¿o da obrigaç¿o, n¿o havendo mais interesse que justifique o prosseguimento do feito.

Deste modo, com fulcro nos arts. 203, § 1º e 924, II do CPC e 156, I do Código Tributário Nacional, **extingo** o processo com resoluç¿o do mérito, decretando a extinç¿o da obrigaç¿o contida nos autos.

Custas pelo executado.

Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinaç¿es:

1. publique-se, registre-se e intimem-se;

2. havendo trânsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA;

3. ocorrendo interposiç¿o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos.

Barcarena/PA, 08 de junho de 2021.

CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI

Juíza de Direito

RESENHA: 10/11/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA PROCESSO: 00007502620148140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:M R DUARTE FIGUEIRO. PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de execuÃ§Ã£o fiscal, ajuizada pela Fazenda PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Foi acostado requerimento no qual a parte pleiteia a extinÃ§Ã£o do feito, uma vez que o executado quitou o dÃ©bito contido nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Diante do requerimento acostado aos autos, verifica-se que houve a satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o havendo mais interesse que justifique o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº e 924, II do CPC e 156, I do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, decretando a extinÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o contida nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo executado. Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. publique-se, registre-se e intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 2. havendo trÃ¢nsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA; Â Â Â Â Â Â Â 3. ocorrendo interposiÃ§Ã£o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 29 de junho de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta - Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA - Tel (91) 3753-4049 - CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00017400820118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXECUTADO:ELIZABETH DO SOCORRO ALMEIDA DOS SANTOS EXEQUENTE:A FAZENDA NACIONAL PROCURADOR(A):A UNIAO PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de execuÃ§Ã£o fiscal, ajuizada pela Fazenda PÃºblica.

Â Â Â Â Â Â Â Foi acostado requerimento no qual a parte pleiteia a extinÃ§Ã£o do feito, uma vez que o executado quitou o dÃ©bito contido nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Diante do requerimento acostado aos autos, verifica-se que houve a satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o havendo mais interesse que justifique o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº e 924, II do CPC e 156, I do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, decretando a extinÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o contida nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo executado. Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. publique-se, registre-se e intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 2. havendo trÃ¢nsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA; Â Â Â Â Â Â Â 3. ocorrendo interposiÃ§Ã£o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 29 de junho de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta - Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA - Tel (91) 3753-4049 - CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00027174920108140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 111111111111 - PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO PARA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SERVPORTO SERVICOS GERAIS E APOIO PORTUARIO LTDA. PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de execuÃ§Ã£o fiscal, ajuizada pela Fazenda PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Foi acostado requerimento no qual a parte pleiteia a extinÃ§Ã£o do feito, uma vez que o executado quitou o dÃ©bito contido nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Diante do requerimento acostado aos autos, verifica-se que houve a satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o havendo mais interesse que justifique o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº e 924, II do CPC e 156, I do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, decretando a extinÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o contida nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo executado. Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. publique-se, registre-se e intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 2. havendo trÃ¢nsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA; Â Â Â Â Â Â Â 3. ocorrendo interposiÃ§Ã£o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 22 de junho de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta - Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA - Tel (91) 3753-4049 - CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00027893520088140008 PROCESSO ANTIGO: 200810022381 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:F DAS C. S. MOTA. PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de execuÃ§Ã£o fiscal, ajuizada pela Fazenda PÃºblica Estadual. Â Â Â Â Â Â Â Foi acostado requerimento no qual a parte pleiteia a extinÃ§Ã£o do feito, uma vez que o executado quitou o dÃ©bito contido nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Diante do requerimento acostado aos autos, verifica-se que houve a satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o havendo mais interesse que justifique o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº e 924, II do CPC e 156, I do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, decretando a extinÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o contida nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo executado. Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. publique-se, registre-se e intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 2. havendo trÃ¢nsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA; Â Â Â Â Â Â Â 3. ocorrendo interposiÃ§Ã£o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 08 de junho de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta - Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA - Tel (91) 3753-4049 - CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00029248120108140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXECUTADO:SUELY NUNES PINTO EXEQUENTE:PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) . PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de execuÃ§Ã£o fiscal, ajuizada pela Fazenda PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Foi acostado requerimento no qual a parte pleiteia a extinÃ§Ã£o do feito, uma vez que o

executado quitou o dÃ©bito contido nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Diante do requerimento acostado aos autos, verifica-se que houve a satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o havendo mais interesse que justifique o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº e 924, II do CPC e 156, I do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, decretando a extinÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o contida nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo executado. Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. publique-se, registre-se e intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 2. havendo trÃ¢nsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA; Â Â Â Â Â Â Â 3. ocorrendo interposiÃ§Ã£o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 22 de junho de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta - Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA - Tel (91) 3753-4049 - CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00030291920138140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE LEONARDO FROTA DE VASCONCELLOS DIAS A??o: Cumprimento de sentença em: 10/11/2021 REQUERENTE:BENEDITO NAHUM BRABO Representante(s): OAB 7508 - REGINA MARIA SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:REDE BRASIL DE PROMOCAO DE INVEST PARA O DESENV SUSTENTAVEL. SENTENÇA ¿ MUTIRÃO CJCI 0003029-19.2013.814.0008 BENEDITO NAHUM BRABO, qualificado nos autos, ingressou com AÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER POR TITULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL em face de REDE BRASIL DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL ¿ INBRA INVESTE. Juntou documentos às fls. 07/22. Decisão de indeferimento da assistência judiciária gratuita às fls. 24/25. Conforme certificado às fls. 27, o requerente, apesar de intimado para o pagamento das custas iniciais, quedou-se inerte, tendo escoado o prazo legal. Vieram os autos conclusos. É o relato do necessário. DECIDO. Compulsando os autos, verifico que o requerente não preencheu os requisitos iniciais essenciais para o prosseguimento do feito. De acordo com a certidão da Secretaria Judicial, constato que o interessado não efetuou o devido recolhimento das custas judiciais, apesar de intimado para tanto, pelo que a distribuição deve ser cancelada, conforme disposto no art. 257, do CPC. Diante do exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, com arrimo no artigo 295, inciso VI, do Código de Processo Civil e, por conseguinte, extingo o processo sem resolução do mérito, forte no artigo 267, inciso I, do referido diploma legal. CONDENO o requerente em custas processuais. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que o requerente efetue o pagamento das custas, certifique-se nos autos e encaminhe-se à Fazenda Estadual, para os devidos fins, cópia desta sentença, da certidão do não pagamento e da certidão de trânsito em julgado. Cumpridas as formalidades de praxe, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Barcarena/PA, 25 de junho de 2014. Jose Leonardo Frota de V. Dias Juiz de Direito PROCESSO: 00031155820118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXECUTADO:RAIMUNDA MARTINS SANTANA EXEQUENTE:A FAZENDA NACIONAL PROCURADOR(A):A UNIAO PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de execuÃ§Ã£o fiscal, ajuizada pela Fazenda PÃºblica Nacional. Â Â Â Â Â Â Â Foi acostado requerimento no qual a parte pleiteia a extinÃ§Ã£o do feito, uma vez que o executado quitou o dÃ©bito contido nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Diante do requerimento acostado aos autos, verifica-se que houve a satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o havendo mais interesse que justifique o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº e 924, II do CPC e 156, I do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, decretando a extinÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o contida nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo executado. Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. publique-se, registre-se e intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 2. havendo trÃ¢nsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA; Â Â Â Â Â Â Â 3. ocorrendo interposiÃ§Ã£o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 14 de junho de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta - Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA - Tel (91) 3753-4049 - CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00095995520128140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO EXECUTADO:J J LANA ME. PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de execuÃ§Ã£o fiscal, ajuizada pela Fazenda PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Foi acostado requerimento no qual a

parte pleiteia a extinÃ§Ã£o do feito, uma vez que o executado quitou o dÃ©bito contido nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Diante do requerimento acostado aos autos, verifica-se que houve a satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o havendo mais interesse que justifique o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº e 924, II do CPC e 156, I do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, decretando a extinÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o contida nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo executado. Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. publique-se, registre-se e intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 2. havendo trÂ¢nsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA; Â Â Â Â Â Â Â 3. ocorrendo interposiÃ§Ã£o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 22 de junho de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta - Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA - Tel (91) 3753-4049 - CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho.

PROCESSO Nº 0001296-94.2011.8.14.0008

AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL

EXECUTADO: WPA TRANSPORTES E OPERACOES AMBIENTAIS LTDA

ADVOGADO: MARCELO KRUSCHEWSKY FILHO, OAB/BA Nº 24.003.

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao artigo 1º, § 2º, inc. XI, do Provimento 006/2009 ¿ CJCI, e conforme determinado na sentença proferida nos autos:

- Fica o Requerido/Executado intimado, através de seu Advogado, para proceder o devido pagamento das custas finais, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa, bem como, juntar o comprovante do pagamento nos presentes autos.

Barcarena/PA, 09 de novembro de 2021.

Aclenelma F. Sousa

Diretora de Secretaria da 1ª Vara Cível de Barcarena/PA

COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ

Processo nº. 0001922-11.2018.8.14.0057

Requerentes: DARLAN SILVA E SILVA, JAILSON SILVA DE ARAUJO, JAMERSONSILVA DE ARAUJO, JAZON CARDOSO DE ARAUJO

Advogado: TERCYO FEITOSA PINHEIRO, OAB/PA 22.277

Requerido: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S/A ¿ CELPA

Advogado(a): MICHEL FERRO E SILVA, OAB/PA 7.961 E BERNARDO MORELLI BERNARDES, OAB/PA 16.865

ATO ORDINATÓRIO

Devidamente autorizado pelo disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XV do Provimento006/2006-CJRMB e Provimento 006/2006-CJCI, que delegou poderes ao Diretor de Secretaria atribuições para praticar atos de administração e mero expediente, sem caráter decisório e, de ordem da MMª Dra. ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS, Juíza de Direito Titular desta Comarca de Santa Maria do Pará, procedo a intimação da parte requerida CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S/A ¿ CELPA, para através dos seus patronos MICHEL FERRO E SILVA, OAB/PA 7.961 e BERNARDO MORELLIBERNARDES, OAB/PA 16.865, se manifestem no prazo de5 (cinco) dias, sobre a proposta de honorários de perícia que consta as fls.360/374. Santa Maria do Pará-PA, 09 de novembro de 2021. REGINALDO CARDOSO DA CRUZ - Diretor de Secretaria Judicial Cumprindo determinação do Provimento n.º 06/09, art. 1º, § 3º CJCI/TJE-PA

EDITAL N.º 045/2021

EDITAL DE CITAÇÃO de JOSILENE SILVA DOS SANTOS, com prazo de 15 (quinze) dias.

A Dra. **ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS**, Juíza de Direito Titular desta Comarca de Santa Maria do Pará. Estado do Pará, etc.

FAZ SABER, aos que lerem ou dele tomarem conhecimento que pelo Dr. Acenildo Botelho Pontes, Promotor de Justiça desta Comarca, foi denunciado(a) **JOSILENE SILVA DOS SANTOS**, brasileiro(a), paraense, nascido(a) em 14/03/1997, filho(a) de José Maria Araújo dos Santos e de Rosilene Antonia da Silva, residente anteriormente na Terceira Rua (em frente a caixa d¿água), Bairro Jaderlândia, Castanhal/PA, **atualmente em lugar incerto e não sabido**, com incurso no art. 288, do Código Penal **(Proc. n.º 0006686-40.2018.814.0057)**. E como este(a) não foi encontrado(a) para ser **CITADO(A)** pessoalmente, expede-se o presente **EDITAL com prazo de 15 (quinze)**, para que o(a) denunciado(a) **responda à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias**, arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Ficando ciente que, não apresentada resposta no prazo acima referido, ser-lhe-á designado Defensor Público a esta Comarca para a defesa do(a) denunciado(a). E para que segue ao conhecimento do(a) denunciado(a) esta citação, mandei lavrar o presente Edital, que será afixado nos locais de costume. Santa Maria do Pará, aos 09 dias do mês de novembro do ano de 2021. Eu _____ (Geciane de Araújo Silva) Auxiliar Judiciária, que digitei.

REGINALDO CARDOSO DA CRUZ

Diretor de Secretaria

Cumprindo determinação do Provimento

n.º 06/09, Art. 1º, § 3º CJCI/TJE-PA

EDITAL N.º 046/2021

EDITAL DE CITAÇÃO de NOELSON PIEDADE FIRMINO, com prazo de 15 (quinze) dias.

A Dra. **ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS**, Juíza de Direito Titular desta Comarca de Santa Maria do Pará. Estado do Pará, etc.

FAZ SABER, aos que lerem ou dele tomarem conhecimento que pelo Dr. Acenildo Botelho Pontes, Promotor de Justiça desta Comarca, foi denunciado(a) **NOELSON PIEDADE FIRMINO**, brasileiro(a), paraense, nascido(a) em 01/11/1997, filho(a) de João da Cruz Amaral Firmino e de Gregória de Nazaré Oliveira Piedade, residente anteriormente na Rua Portelinha, Vila França, São Miguel do Guamá/PA, **atualmente em lugar incerto e não sabido**, com incurso no art. 157, § 2º, Inc. II; § 2º - A, Inc. I c/c o art. 29 e 69, todos do Código Penal **(Proc. n.º 0002982-19.2018.814.0057)**. E como este(a) não foi encontrado(a) para ser **CITADO(A)** pessoalmente, expede-se o presente **EDITAL com prazo de 15 (quinze)**, para que o(a) denunciado(a) **responda à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias**, arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Ficando ciente que, não apresentada resposta no prazo acima referido, e independentemente de novo despacho, fica nomeado o Defensor Público vinculado a esta Comarca para a defesa do(a) denunciado(a). E para que segue ao conhecimento do(a) denunciado(a) esta citação, mandei lavrar o presente Edital, que será afixado nos locais de costume. Santa Maria do Pará, aos 09 dias do mês de novembro do ano de 2021. Eu _____ (Geciane de Araújo Silva) Auxiliar Judiciária, que digitei.

REGINALDO CARDOSO DA CRUZ

Diretor de Secretaria

Cumprindo determinação do Provimento

n.º 06/09, Art. 1º, § 3º CJCI/TJE-PA

COMARCA DE ITAITUBA

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA

Ação Penal nº 0801997-14.2021.8.14.0024. Autor: Ministério Público Estadual. Réus: ARLESON BELEM VIDAL. **ADVOGADO(A)**: **BRUNO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA (OAB/PA 13025-N). INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A): BRUNO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA (OAB/PA 13025-N)**, para que no **dia 03 (três) de dezembro de 2021, às 09h00min**, compareça à audiência de instrução e julgamento, na sala de audiências da Vara Criminal de Itaituba, situada na Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, Itaituba/PA.

IRENILDA PEREIRA

VARA CRIMINAL DE ITAITUBA/PA

Ação Penal nº 0801997-14.2021.8.14.0024. Autor: Ministério Público Estadual. Réus: ARLESON BELEM VIDAL. **ADVOGADO(A)**: **LUIZ HENRIQUE GOMES JUNIOR (OAB/PA 28944). INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A): LUIZ HENRIQUE GOMES JUNIOR (OAB/PA 28944)**, para que no **dia 03 (três) de dezembro de 2021, às 09h00min**, compareça à audiência de instrução e julgamento, na sala de audiências da Vara Criminal de Itaituba, situada na Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, Itaituba/PA.

IRENILDA PEREIRA

VARA CRIMINAL DE ITAITUBA/PA

PROCESSO. AÇÃO PENAL: **00000463620078140024** DENUNCIADO: **Damião Pereira de Araújo. INTIMAÇÃO DE ADVOGADO:** Nos termos do Art. 1º, § 2º, inc. II do Provimento 006/2009 ¿ CJCI, fica (m) o(s) Advogado(s) Hélio Antônio Machado, OAB/PA Nº 5395-B. INTIMADO(S): para que dentro do prazo legal, apresente alegações finais. Elisson Proner Storti. Diretor de Secretaria da Vara Criminal da Comarca de Itaituba/PA

PROCESSO. AÇÃO PENAL: **00033834920208140024** DENUNCIADO: **PEDRO VICENTE DA SILVA e Outro. INTIMAÇÃO DE ADVOGADO:** Nos termos do Art. 1º, § 2º, inc. II do Provimento 006/2009 ¿ CJCI, fica (m) o(s) Advogado(s): Fernando Heleodoro Brandão, OAB/PA Nº 30.027-A. INTIMADO(S): para que dentro do prazo legal, apresente as razões do recurso. Elisson Proner Storti.

Diretor de Secretaria da Vara Criminal da Comarca de Itaituba/PA

Ação Penal nº 0005508-87.2020.8.14.0024**.** Autor: Ministério Público Estadual. Réus: DHEIME MARQUES DA SILVA E FELIPE PEREIRA DOS SANTOS. **ADVOGADO(A)**: **MILENA ROSA RODRIGUES GUIMARÃES (OAB/PA 30.750). INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A): MILENA ROSA RODRIGUES GUIMARÃES (OAB/PA 30.750)**, para que no **dia 30 (trinta) de novembro de 2021, às 09h00min**, compareça à audiência de instrução e julgamento por videoconferência, na sala de audiências da Vara Criminal de Itaituba, situada na Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, Itaituba/PA.

Itaituba/PA, 09/11/2021

IRENILDA PEREIRA

VARA CRIMINAL DE ITAITUBA/PA

Ação Penal nº 0005508-87.2020.8.14.0024**.** Autor: Ministério Público Estadual. Réus: DHEIME MARQUES DA SILVA E FELIPE PEREIRA DOS SANTOS. **ADVOGADO(A)**: **HELEN SILVESTRE PEREIRA (OAB/PA 29.461). INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A):HELEN SILVESTRE PEREIRA (OAB/PA 29.461)** , para que no **dia 30 (trinta) de novembro de 2021, às 09h00min**, compareça à audiência de instrução e julgamento por videoconferência, na sala de audiências da Vara Criminal de Itaituba, situada na Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, Itaituba/PA.

Itaituba/PA, 09/11/2021

IRENILDA PEREIRA

VARA CRIMINAL DE ITAITUBA/PA

COMARCA DE REDENÇÃO

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO

RESENHA: 03/11/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO - VARA: VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO PROCESSO: 00031827220128140045 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO AURELIO SANTOS CARRIJO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 ACUSADO:JOSE CARDOSO SOUSA FILHO VITIMA:J. C. R. AUTOR:AMPEP ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REPRESENTANTE:A DEFENSORIA PUBLICA. Processo nÂº 00031827220128140045 ACUSADO: JOSE CARDOSO SOUSA FILHO META 2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SENTENÃA Â RH em razÃ£o do excesso de serviÃ§o e retomada gradual do expediente presencial (Portaria Conjunta nÂº 15/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 21/-6/2021 e Portaria nÂº 1651/2021-GP, de 10/05/2021, art. 2Âº). Â Vistos, etc. O MinistÃ©rio PÃºblico denunciou JOSE CARDOSO SOUSA FILHO qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do artigo 157, Â§2Âº, I, do CÃ³digo Penal narrando, na denÃºncia, que, no dia 18/07/2012, por volta de 05h00, a vÃ-tima JOSE CARLOS RAMOS estava retornando para sua casa quando o rÃ©u deu um soco na suas costas, tendo caÃ-do da motocicleta, momento em que o acusado subtraiu seus pertences (documentos pessoais e R$ 380,00 em espÃ©cie), tendo a vÃ-tima, em seguida, acionado a polÃ-cia militar que empreendeu diligÃªncias, localizou e prendeu em flagrante o acusado na posse dos bens subtraÃ-dos. Â Ao final, requer a condenaÃ§Ã£o do acusado e a juntada de documento de identificaÃ§Ã£o, arrolando testemunhas - fl. 03. Â Com a inicial acusatÃ³ria vieram os autos do inquÃ©rito policial, iniciado por flagrante, o qual fora homologado, e a prisÃ£o convertida em preventiva. Â DenÃºncia recebida em 17/08/2012 - fl. 36. Â O acusado foi pessoalmente citado - fl. 44.Â Resposta Ã acusaÃ§Ã£o apresentada pela Defensoria PÃºblica em favor do acusado, requerendo a absolviÃ§Ã£o, bem como pugnando pela liberdade provisÃ³ria - fls. 46/48. Â NÃ£o sendo hipÃ³tese de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, foi designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento - fl. 19. Â Realizadas audiÃªncias de instruÃ§Ã£o e julgamento, foram ouvidas testemunhas, dispensada oitiva da vÃ-tima o que foi homologado, nÃ£o sendo realizado interrogatÃ³rio em virtude de o acusado nÃ£o ter comparecido ao ato nÃ£o sendo localizado no endereÃ§o dos autos para intimaÃ§Ã£o (f. 88 e 95) sendo deferido prazo para alegaÃ§Ãµes finais (f. 77/79; 95; 109/111; 141; 152). Â A prisÃ£o do acusado foi revogada por ocasiÃ£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento realizada em 31/10/2021, sendo colocado em liberdade (f. 77/81). Â Em alegaÃ§Ãµes finais por memoriais, o MinistÃ©rio PÃºblico Estadual requereu a procedÃªncia para a condenaÃ§Ã£o do acusado como incursos nas sanÃ§Ãµes do art. 157, Â¿caputÂ¿, do CP (fls. 153/159). Â Em alegaÃ§Ãµes finais por memoriais, a Defensoria PÃºblica, em favor do acusado, pugnou pela absolviÃ§Ã£o do rÃ©u por ausÃªncia de outros elementos probatÃ³rios seguros e alternativamente, caso condenado, aplicaÃ§Ã£o dos benefÃ-cios legais - f. 160/165. Â CertidÃ£o de antecedentes criminais - fl. 166 e 169. Â Autos conclusos. Â Ã o relatÃ³rio. Passo a decidir. Â A materialidade delitiva encontra-se demonstrada pelo depoimento policial colhido em juÃ-zo dando conta da subtraÃ-da de bens da vÃ-tima. Â Por outro lado, nÃ£o hÃ¡ provas quanto Ã autoria delitiva, a qual nÃ£o se revelou clara e inconteste. Isso porque os depoimentos colhidos em juÃ-zo revelam-se insuficientes. Â O acusado nÃ£o foi ouvido em juÃ-zo, nÃ£o havendo prejuÃ-zo Ã sua defesa conforme manifestaÃ§Ã£o da Defensoria PÃºblica de f. retro, o que se mostra corolÃ¡rio ao direito constitucional ao silÃªncio, devendo ser aplicados os efeitos do art. 367, do CPP, sendo dever do rÃ©u em manter endereÃ§o atualizado nos autos, reputando-se vÃ¡lida a intimaÃ§Ã£o efetiva no endereÃ§o constante dos autos, nÃ£o havendo prejuÃ-zo para defesa, diante da absolviÃ§Ã£o que se impÃµe pela ausÃªncia de provas suficientes, o que nÃ£o se mostraria diferente em caso de eventual confissÃ£o, pelo que rejeito a tese da defesa em sentido contrÃ¡rio. Â A testemunha SANDRO DE OLIVEIRA policiam militar declarou que o acusado era conhecido da guarniÃ§Ã£o pela prÃ¡tica de furtos, que o acusado pulou muros, fugindo dos policiais, sendo alcanÃ§ado quando entrou em uma residÃªncia de terceira pessoa

sendo recuperada carteira porta cÃ©dulas que estava em um lote de uma casa na qual ele estava quando foi avistado pelos policiais, sendo preso distante daquele local em que localizada a carteira porta cÃ©dulas, nÃ£o sendo nada encontrado na posse do acusado, o qual foi levado ate a primeira residÃªncia, sendo feitas buscas nas adjacÃªncias e localizada carteira embaixo de um tijolo na qual havia documentos pessoais da vÃ-tima, que a vÃ-tima foi encontrada com algumas escoriaÃ§Ãµes no corpo, declinando ter havido luta corporal, nÃ£o sendo encontrada arma. Â A seu turno, a testemunha FABIO MACENO DE OLIVEIRA policial militar, declaro que nÃ£o foi encontrada arma na posse do acusado, que a vÃ-tima apresentava-se um tanto quanto suja como se tivesse ocorrido vias de fato com o acusado, rolando no chÃ£o, que foram recuperados documentos pessoais da vÃ-tima, que o acusado fugiu pulando muros, resistindo Ã prisÃ£o, sendo necessÃ¡rio trÃªs policiais para algemÃ¡-lo e dominÃ¡-lo; que se recorda da vÃ-tima ter feito registro de furto de uma carretinha, depois ela mesma a encontrou; que ouviu boatos de que o acusado Ã© usuÃ¡rio de drogas - f. 77/78. Â RODRIGO ALVES FERREIRA, policial militar, declarou em juÃ-zo, apÃ³s a leitura da denÃºncia e do depoimento policial prestado em Delegacia, declarou que ao chegarem no local, ficam juntos na rodoviÃ¡ria fazendo uso de drogas, ou dormindo, ou transitando, que eles somem por qualquer motivo, que perguntou para o acusado o artigo dele e o porquÃª estava aqui, que foi detido no dia dos fatos por estar com as mesmas caracterÃ-sticas informadas pela vÃ-tima, que encontraram o acusado no caminho para rodoviÃ¡ria, que foram atrÃ¡s da vÃ-tima para reconhecer, que entÃ£o a vÃ-tima disse que era ele, entÃ£o foi encaminhado para Depol, que ficam bastante pessoas na delegacia, que de duas horas da manhÃ£ ficam pessoas que trabalham e usuÃ¡rios, que nos arredores ficam pessoas tambÃ©m, que no momento havia o acusado com as mesmas caracterÃ-sticas passadas pela vÃ-tima, alÃ©m de outras pessoas que se evadiram; que atende vÃ¡rias ocorrÃªncias por dia, que somente abordou o acusado que encontraram dinheiro com o acusado, que prenderam o acusado como pela confirmaÃ§Ã£o da vÃ-tima; que nÃ£o conhecia o acusado de outra ocorrÃªncia policial - f. 77/78. Â A testemunha JONE RAMOS PINHEIRO nÃ£o se recordou dos fatos (DVD f. 142). Â Os agentes policiais nÃ£o declarara em juÃ-zo como ocorrera a dinÂ¢mica dos fatos, as circunstÃ¢ncias em que motivaram a perseguiÃ§Ã£o e prisÃ£o do acusado. Â A vÃ-tima nÃ£o fora ouvida em juÃ-zo, nÃ£o foi juntado auto de apreensÃ£o e restituiÃ§Ã£o descrevendo os bens. Â Assim, nÃ£o restou demonstrado em juÃ-zo a dinÂ¢mica dos fatos, a eventual subtraÃ§Ã£o, o eventual emprego de violÃªncia, objetos subtraÃ-dos, e demais circunstÃ¢ncias do delito na forma narrada na denÃºncia, necessÃ¡rios para a imputaÃ§Ã£o dos fatos ao acusado e a adequada adequaÃ§Ã£o tÃ-pica. Â Desse modo, em que pese as provas cautelares, irrepetÃ-veis e antecipadas produzidas em sede policial, em juÃ-zo, sob o crivo do contraditÃ³rio e ampla defesa, nÃ£o houve a formaÃ§Ã£o de provas suficientes para ensejar o Ã©dito condenatÃ³rio, Ã´nus que incumbia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Portanto, nÃ£o sendo suficientes as provas produzidas tÃ£o somente em sede administrativa (CPP, art. 155), frente a reconhecida fragilidade do acervo probatÃ³rio em juÃ-zo, a absolviÃ§Ã£o do denunciado, Ã© medida que se impÃµe, afastando-se as alegaÃ§Ãµes do MinistÃ©rio PÃºblico em sentido contrÃ¡rio. Â Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a imputaÃ§Ã£o deduzida na inicial para ABSOLVER o acusado JOSE CARDOSO SOUSA FILHO pela prÃ¡tica do delito descrito no art. 157, Â§2Âº, inciso I, do CÃ³digo Pena, nos termos do art. 386, inciso VII, do CÃ³digo Penal, revogando-se medidas cautelares fixadas. Â P. R. Intimem-se. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa na distribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Cumpra-se. Â RedenÃ§Ã£o/PA, 04 de novembro de 2021 Â (assinado eletronicamente) Â BRUNO A. S. CARRIJO Â Juiz de Direito Titular da Vara Criminal de RedenÃ§Ã£o Â (Portaria n. 87/2019-SJ, DJE de 07/01/2020) R E C E B I M E N T O Em_____de_____de 2021 recebi os presentes autos. _____ Diretor(a) de Secretaria/Analista JudiciÃ¡rio/Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00007602120118140045 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO AURELIO SANTOS CARRIJO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:JUVENILA APARECIDA DE BRITO. Processo: 00007602120118140045 Denunciado: JUVENILA APARECIDA DE BRITO SENTENÃA Â Vistos, etc. Â Cuidam-se os presentes autos de AÃ§Ã£o Penal, tendo o MinistÃ©rio PÃºblico Estadual oferecido denÃºncia em desfavor do acusado em relaÃ§Ã£o aos fatos criminosos descritos na denÃºncia. Â ImpÃµe-se in casu a extinÃ§Ã£o do processo, ante a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal. Â Com relaÃ§Ã£o a conduta delitiva narrada na inicial acusatÃ³ria, levando-se em conta a pena in abstrato mÃ¡xima prevista no seu preceito secundÃ¡rio, houve transcurso

do prazo prescricional determinado no art. 109, do CPB, apÃ³s o recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mesmo considerando ter havido a causa de interrupÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o prevista no art. 117, I, CP, o prazo comeÃ§ou a correr novamente a partir da interrupÃ§Ã£o, ultrapassado aquele previsto no art. 109, do CPB, fulminando a pretensÃ£o punitiva estatal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, na forma do inciso I, do art. 111 do CP, considerando que o prazo prescricional teve inÃ-cio novamente na data do recebimento da denÃºncia, a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva propriamente dita jÃ¡ ocorreu sem que tenha sobrevindo outra causa suspensiva ou interruptiva do prazo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Embora o processo tenha sido suspenso em decorrÃªncia dos efeitos do art. 149, Â§2Âº, do CPP, o transcurso do prazo prescricional decorreu sem que houvesse sua interrupÃ§Ã£o (art. 117, do CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por essas razÃµes, deve ser decretada a extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, considerando ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal, acolhendo o requerimento do MinistÃ©rio PÃºblico, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do(s) acusado(s) em relaÃ§Ã£o ao delito descrito na presente aÃ§Ã£o penal, com fundamento no artigo 107, IV, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, defiro a restituiÃ§Ã£o integral, a acusada, do valor pago a tÃ-tulo de fianÃ§a (R$ 400,00 - fls. 24 dos autos), devidamente atualizado (CPP, art. 337). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o competente alvarÃ¡ de levantamento do valor da fianÃ§a, devidamente atualizado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimada, nÃ£o restituindo em 10 (dez) dias, desde jÃ¡, determino o perdimento em favor do FUNPEN. ExpeÃ§a-se necessÃ¡rio, inclusive edital com prazo de 10 dias se for o caso. Atualize-se SNBA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, arquivem-se imediatamente os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. SERVE A PRESENTE SENTENÃA COMO MANDADO/OFÃCIO PARA AS COMUNICAÃÃES DE PRAXE (Provimento nÂº 003/2009-CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RedenÃ§Ã£o, 05 de novembro de 2021. (assinado eletronicamente) BRUNO A. S. CARRIJO Juiz de Direito Titular da Vara Criminal de RedenÃ§Ã£o (Portaria n. 87/2019-SJ, DJE de 07.01.2021, ediÃ§Ã£o 6809/2020) R E C E B I M E N T O Em_____de_____de 2021 recebi os presentes autos. _____ Diretor(a) de Secretaria/Analista JudiciÃ¡rio/Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00029222920118140045 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO AURELIO SANTOS CARRIJO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:V. S. B. DENUNCIADO:A. B. S. . Processo: 00029222920118140045 Denunciados: VANDERLEI SOBRINHO BARBOSA e APARECIDO BENEVIDES DE SOUZA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam-se os presentes autos de AÃ§Ã£o Penal, tendo o MinistÃ©rio PÃºblico Estadual oferecido denÃºncia em desfavor do acusado em relaÃ§Ã£o aos fatos criminosos descritos na denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ImpÃµe-se in casu a extinÃ§Ã£o do processo, ante a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o a conduta delitiva narrada na inicial acusatÃ³ria, levando-se em conta a pena in abstrato mÃ¡xima prevista no seu preceito secundÃ¡rio, houve transcurso do prazo prescricional determinado no art. 109, do CPB, apÃ³s o recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mesmo considerando ter havido a causa de interrupÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o prevista no art. 117, I, CP, o prazo comeÃ§ou a correr novamente a partir da interrupÃ§Ã£o, ultrapassado aquele previsto no art. 109, do CPB, fulminando a pretensÃ£o punitiva estatal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, na forma do inciso I, do art. 111 do CP, considerando que o prazo prescricional teve inÃ-cio novamente na data do recebimento da denÃºncia, a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva propriamente dita jÃ¡ ocorreu sem que tenha sobrevindo outra causa suspensiva ou interruptiva do prazo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por essas razÃµes, deve ser decretada a extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, considerando ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal, acolhendo o requerimento do MinistÃ©rio PÃºblico, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do(s) acusado(s) em relaÃ§Ã£o ao delito descrito na presente aÃ§Ã£o penal, com fundamento no artigo 107, IV, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme auto de exibiÃ§Ã£o e apreensÃ£o Ã fl. 25, foram apreendidas uma espingarda calibre 0.20, uma espingarda calibre 0.36, dois cartuchos calibre 0.20 deflagrados, cinco cartuchos calibre 0.20 intactos e sete cartuchos calibre 0.36 intactos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 25 da Lei 10.826/2003 determino a remessa da arma e muniÃ§Ãµes ao Comando do ExÃ©rcito para os fins do que prescreve o art. 25 da lei n. 10.826/2003. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os dois facÃµes a lanterna e a pochete preta foram restituÃ-dos aos proprietÃ¡rios (auto de entrega f. 26). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, defiro a restituiÃ§Ã£o

integral, ao acusado APARECIDO BENEVIDES DE SOUZA, do valor pago a tÃ-tulo de fianÃ§a (R$ 545,00 - fls. 28 dos autos), devidamente atualizado (CPP, art. 337). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o competente alvarÃ¡ de levantamento do valor da fianÃ§a, devidamente atualizado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimado(s), nÃ£o restituindo em 10 (dez) dias, desde jÃ¡, determino o perdimento em favor do FUNPEN. ExpeÃ§a-se necessÃ¡rio, inclusive edital com prazo de 10 dias se for o caso. Atualize-se SNBA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, arquivem-se imediatamente os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. SERVE A PRESENTE SENTENÃA COMO MANDADO/OFÃCIO PARA AS COMUNICAÃÃES DE PRAXE (Provimento nÂº 003/2009-CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RedenÃ§Ã£o, 05 de novembro de 2021. (assinado eletronicamente) BRUNO A. S. CARRIJO Juiz de Direito Titular da Vara Criminal de RedenÃ§Ã£o (Portaria n. 87/2019-SJ, DJE de 07.01.2020, ediÃ§Ã£o 6809/2020) R E C E B I M E N T O Em_____de_____de 2021 recebi os presentes autos. _____ Diretor(a) de Secretaria/Analista JudiciÃ¡rio/Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00055254120128140045 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO AURELIO SANTOS CARRIJO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:EDIONE FERREIRA DE ANDRADE VITIMA:L. R. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Processo: 00055254120128140045 Denunciado: EDIONE FERREIRA DE ANDRADE SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam-se os presentes autos de AÃ§Ã£o Penal, tendo o MinistÃ©rio PÃºblico Estadual oferecido denÃºncia em desfavor do acusado em relaÃ§Ã£o aos fatos criminosos descritos na denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ImpÃµe-se in casu a extinÃ§Ã£o do processo, ante a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o a conduta delitiva narrada na inicial acusatÃ³ria, levando-se em conta a pena in abstrato mÃ¡xima prevista no seu preceito secundÃ¡rio, houve transcurso do prazo prescricional determinado no art. 109, do CPB, apÃ³s o recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mesmo considerando ter havido a causa de interrupÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o prevista no art. 117, I, CP, o prazo comeÃ§ou a correr novamente a partir da interrupÃ§Ã£o, ultrapassado aquele previsto no art. 109, do CPB, fulminando a pretensÃ£o punitiva estatal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, na forma do inciso I, do art. 111 do CP, considerando que o prazo prescricional teve inÃ-cio novamente na data do recebimento da denÃºncia, a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva propriamente dita jÃ¡ ocorreu sem que tenha sobrevindo outra causa suspensiva ou interruptiva do prazo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por essas razÃµes, deve ser decretada a extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, considerando ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal, acolhendo o requerimento do MinistÃ©rio PÃºblico, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do(s) acusado(s) em relaÃ§Ã£o ao delito descrito na presente aÃ§Ã£o penal, com fundamento no artigo 107, IV, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao veÃ-culo apreendido (UMA MOTO HONDA CG125 FAN KS, placa JWD 6014, preta, 2009/2009) em nome de SALMON FERREIRA DA SILVA (f. 21), DETERMINO A RESTITUIÃÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE o proprietÃ¡rio para restituiÃ§Ã£o em 10 (dez) dias, sob pena de ser levada a leilÃ£o, a ser realizado pela DireÃ§Ã£o do Foro da Comarca, cujo produto serÃ¡ recolhido aos cofres pÃºblicos a favor do FUNPEN (CPP, art. 133). Atualize-se SNBA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, DEFIRO a restituiÃ§Ã£o integral, ao acusado, do valor pago a tÃ-tulo de fianÃ§a (R$ 1244,00 - fls. 45 dos autos), devidamente atualizado (CPP, art. 337). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o competente alvarÃ¡ de levantamento do valor da fianÃ§a, devidamente atualizado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimado(s), nÃ£o restituindo em 10 (dez) dias, desde jÃ¡, determino o perdimento em favor do FUNPEN. ExpeÃ§a-se necessÃ¡rio, inclusive edital com prazo de 10 dias se for o caso. Atualize-se SNBA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, arquivem-se imediatamente os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. SERVE A PRESENTE SENTENÃA COMO MANDADO/OFÃCIO PARA AS COMUNICAÃÃES DE PRAXE (Provimento nÂº 003/2009-CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RedenÃ§Ã£o, 05 de novembro de 2021. (assinado eletronicamente) BRUNO A. S. CARRIJO Juiz de Direito Titular da Vara Criminal de RedenÃ§Ã£o (Portaria n. 87/2019-SJ, DJE de 07.01.2021, ediÃ§Ã£o 6809/2020) R E C E B I M E N T O Em_____de_____de 2020 recebi os presentes autos. _____ Diretor(a) de Secretaria/Analista JudiciÃ¡rio/Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00078270420168140045 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO AURELIO SANTOS CARRIJO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:JULIANO MARCOS DA SILVA VITIMA:O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Processo: 00078270420168140045 Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Acusado: JULIANO MARCOS DA SILVA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â JULIANO MARCOS DA SILVA, foi denunciado pelo MinistÃ©rio PÃºblico como incurso nos crimes descritos nos autos, dos quais coube proposta de suspensÃ£o condicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Realizada audiÃªncia de suspensÃ£o condicional do processo, a proposta foi aceita pelo acusado (f. 22). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos autos consta caderneta de acompanhamento bem ainda certidÃ£o de lavra da senhora diretora de secretaria atestando que o acusado cumpriu as condiÃ§Ãµes estabelecidas em audiÃªncia. (f 23 e 35). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Ã fl. 37 pugnando pela extinÃ§Ã£o de sua punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relato dos fatos. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Identificada a matÃ©ria, verifico a necessidade de se extinguir a punibilidade do agente em razÃ£o do cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas por este juÃ-zo, conforme comprovaÃ§Ã£o nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, imperioso se faz o reconhecimento da extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA a punibilidade de JULIANO MARCOS DA SILVA, ante o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas por este juÃ-zo, o que faÃ§o com supedÃ¢neo no art. 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, defiro a restituiÃ§Ã£o integral, ao acusado, do valor pago a tÃ-tulo de fianÃ§a (R$ 907,23,00 - fls. 22 dos autos), devidamente atualizado (CPP, art. 337). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o competente alvarÃ¡ de levantamento do valor da fianÃ§a, devidamente atualizado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimado(s), nÃ£o restituindo em 10 (dez) dias, desde jÃ¡, determino o perdimento em favor do FUNPEN. ExpeÃ§a-se necessÃ¡rio, inclusive edital com prazo de 10 dias se for o caso. Atualize-se SNBA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado, arquivem-se os autos, bem como seus respectivos apensos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RedenÃ§Ã£o, 05 de novembro de 2021. (assinado eletronicamente) BRUNO A. S. CARRIJO Juiz de Direito Titular da Vara Criminal de RedenÃ§Ã£o (Portaria n. 87/2019-SJ, DJE de 07.01.2020, ediÃ§Ã£o 6809/2020) Â Â Â Â Â Â Â Â Â R E C E B I M E N T O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em_____de_____de 2021 recebi os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â _____ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diretor(a) de Secretaria/Analista JudiciÃ¡rio/Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00079776820178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO AURELIO SANTOS CARRIJO A??o: Inquérito Policial em: 05/11/2021 ENCARREGADO:EVAIR DOS SANTOS RIBEIRO INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:J. R. S. . Autos nÂ° 00079776820178140200 Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de IPL, em que a MinistÃ©rio PÃºblico, como titular da aÃ§Ã£o penal nÃ£o ofereceu denÃºncia, pugnando pelo arquivamento do procedimento, em razÃ£o da insuficiÃªncia dos elementos coligidos para embasar o devido processo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que nÃ£o houve oferecimento de denÃºncia pelo representante do MinistÃ©rio PÃºblico, que inclusive, requereu o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedem as razÃµes invocadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, nÃ£o sendo a hipÃ³tese de aplicaÃ§Ã£o do art. 28, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a Autoridade Policial deverÃ¡ proceder a novas investigaÃ§Ãµes se de outras provas tiver notÃ-cias (art. 18, do CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, comungo com o entendimento ministerial para acolher o pedido, relativamente a este feito, e DETERMINO O SEU ARQUIVAMENTO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â FaÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes de praxe dando-se baixa no sistema, comunicando-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a arma branca apreendida (uma faca, cabo de madeira, com vestÃ-gios de sangue), DETERMINO a sua destruiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao dinheiro (R$400,00), DETERMINO a restituiÃ§Ã£o em favor dos sucessores do falecido, os quais deverÃ£o ser intimados via edital, pelo prazo de 10 (dez), em caso de inÃ©rcia o valor deverÃ¡ ser depositado na conta do FUPEN. Oficie-se. Atualize-se SNBA. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RedenÃ§Ã£o/PA, 05 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â (Assinado eletronicamente) Â Â Â Â Â Â Â Â Â BRUNO A. S. CARRIJO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Criminal de RedenÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â (Portaria n. 87/2019-SJ, DJE de 07.01.2020, ediÃ§Ã£o 6809/2020) Â Â Â Â Â Â Â Â Â R E C E B I M E N T O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em_____de_____de 2021 recebi os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â _____ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diretor(a) de Secretaria/Analista JudiciÃ¡rio/Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00021347320158140045 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO AURELIO SANTOS CARRIJO A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 08/11/2021 ACUSADO:WILLIAN SILVA DE JESUS VITIMA:S. S. J. B. . PROCESSO NÂº. 00021347320158140045 REQUERENTE: SIMONE SOARES DE JESUS REQUERIDO: WILLIAN SILVA DE JESUS Â SENTENÃA Â Vistos etc. Â Trata-se de requerimento de aplicaÃ§Ã£o de medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha acompanhado de documentos. Â O representado nÃ£o foi

localizado. Â Autos conclusos. Â breve o relatÃ³rio. Decido. Â cediÃ§o que as medidas protetivas de urgÃªncia possuem natureza cautelar, isto Ã©, visam prevenir, conservar, defender ou assegurar a eficÃ¡cia de um direito. Surgem, portanto, como instrumento eficaz de seguranÃ§a e prevenÃ§Ã£o para a realizaÃ§Ã£o dos interesses da mulher vÃ-tima de violÃªncia. Â No caso dos autos - violÃªncia domÃ©stica no contexto da denominada Lei Maria da Penha - tem-se que o objetivo maior Ã© garantir a integridade fÃ-sica e psicolÃ³gica da vÃ-tima atÃ© que eventual aÃ§Ã£o penal seja instaurada para apuraÃ§Ã£o dos fatos imputados ao agressor. Nesse sentido, o Superior Tribunal de JustiÃ§a, no julgamento do REsp 1623144/MG, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 17/08/2017, DJe 29/08/2017, jÃ¡ decidiu pelo carÃ¡ter cautelar criminal acessÃ³rio da medida protetiva. Â Da mesma forma dispÃµe o Enunciado 12 do FÃ³rum Nacional de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher/FONAVID: ENUNCIADO 12: Â¿Em caso de absolviÃ§Ã£o do rÃ©u ou de extinÃ§Ã£o da punibilidade do agressor, cessarÃ¡ o interesse de agir em sede de medidas protetivas de urgÃªnciaÂ¿. Â Por outro lado, para a obtenÃ§Ã£o e manutenÃ§Ã£o da tutela cautelar Ã© indispensÃ¡vel que a parte possua interesse. Tal exegese extrai-se do prÃ³prio CÃ³digo de Processo Civil vigente na medida em que, nos termos do seu art. 485, inciso I, estabelece que o processo deve ser extinto, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, quando ficar parado, por mais de 01 (um) ano, por negligÃªncia das partes. De igual modo, deverÃ¡ o magistrado extinguir o processo quando verificar ausÃªncia de legitimidade ou de interesse processual (art. 485, inciso VI, do CPC). Â In casu, verifica-se que, o(a) representado(o) sequer foi localizado(a), nÃ£o se tendo notÃ-cias acerca do seu paradeiro. Ademais, a vÃ-tima nÃ£o apresentou qualquer manifestaÃ§Ã£o posterior ao pedido, o que faz presumir sua falta de interesse em relaÃ§Ã£o Ã prestaÃ§Ã£o jurisdicional pleiteada. Â Diante de tal argumento, e em razÃ£o da falta do interesse processual, JULGO EXTINTO o feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fulcro no art. 485, incisos I e VI, do CÃ³digo de Processo Civil. Â As medidas cautelares eventualmente fixadas terÃ£o eficÃ¡cia pelo prazo de 01 (um) ano - prazo razoÃ¡vel, contados do deferimento, findo o qual serÃ£o automaticamente extintas. Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Cumpridas as formalidades legais e cautelas de estilo, arquivem-se. Â Expedientes necessÃ¡rios. SERVE A PRESENTE SENTENÃA COMO MANDADO/OFÃCIO PARA AS COMUNICAÃÃES DE PRAXE (Provimento nÂº 003/2009-CJCI). Â RedenÃ§Ã£o/PA, 08 de novembro de 2021. (assinado eletronicamente) BRUNO A. S. CARRIJO Juiz de Direito Titular da Vara Criminal de RedenÃ§Ã£o (Portaria n. 87/2019-SJ, DJE de 07/01/2020) R E C E B I M E N T O Em_____de_____de 2021 recebi os presentes autos. _____ Diretor(a) de Secretaria/Analista JudiciÃ¡rio/Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00088436120148140045 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO AURELIO SANTOS CARRIJO A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 08/11/2021 REQUERENTE:VIVIANE CARVALHO FLORES SILVA DELEGADA DE POLICIA VITIMA:G. O. S. AUTOR DO FATO:MAGNO GOMES PEREIRA. Processo: 00088436120148140045 REQUERENTE: CLENE OLIVEIRA DA SILVA REQUERIDO: MAGNO GOMES PEREIRA Â SENTENÃA Â Vistos etc. Â Trata-se de requerimento para aplicaÃ§Ã£o de medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. Â O pedido foi deferido, initio litis, pelo que foram fixadas medidas protetivas de urgÃªncia. Â O representado foi devidamente notificado/intimado, todavia nÃ£o se manifestou. Â Os autos vieram conclusos. Â o relatÃ³rio. Decido. Â Em razÃ£o da ausÃªncia de defesa tempestiva, embora devidamente notificado/intimado, DECRETO Ã REVELIA, nos termos do art. 344, do CPC. Â Conforme dispÃµe o art. 304, do CPC, ocorre a estabilizaÃ§Ã£o da tutela antecipada caso nÃ£o seja desafiada por recurso prÃ³prio. Â Dessa forma, se a medida assim requerida e deferida (de modo antecedente), nÃ£o for confrontada pela parte contrÃ¡ria pelo meio processual cabÃ-vel, ela se estabiliza, conservando seus efeitos prÃ¡ticos, independente da complementaÃ§Ã£o do pedido e da defesa da parte contrÃ¡ria. Â Sendo assim, encontram-se estabilizados os efeitos da medida protetiva deferida nestes autos. Â Com efeito, a concessÃ£o de medidas protetivas visa tutelar interesses da mulher em situaÃ§Ã£o de violÃªncia domÃ©stica e familiar, cuja decisÃ£o concessiva tem carÃ¡ter de tutela antecipada antecedente nos termos do art. 303 do CPC aplicado por analogia Ã espÃ©cie. Â Em contrapartida, nÃ£o se pode

eternizar uma medida restritiva em face do(a) suposto(a) agressor(a) que tambÃ©m possui direitos fundamentais a serem tutelados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acordÃ£o adiante vem corroborar no sentido de que nas medidas protetivas deve ser fixado um prazo, vejamos: EMENTA: APELAÃÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - LEI N.Âº 11.340 DE 2006 - REVOGAÃÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS - PRAZO DECADENCIAL - 06 MESES JÃ TRANSCORRIDO - PEDIDO DE PERMANÃNCIA DA MEDIDA PELO MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL - RECURSO CABÃVEL - APELAÃÃO CRIMINAL - RECURSO CONHECIDO - INEXISTÃNCIA DE FATOS NOVOS DESDE A OCORRÃNCIA DA LAVRATURA DO BOLETIM DE OCORRÃNCIA - INÃRCIA - AÃÃO PENAL - NATUREZA - PÃBLICA INCONDICIONADA - DECISÃO DO PLENO DO COLENDO STF - ADI 4424 - FATO SUPERVENIENTE QUE NÃO MODIFICA O CASO CONCRETO - INEXISTÃNCIA DE PROVA DE INSTAURAÃÃO DE AÃÃO PENAL OU NA ESFERA CÃVEL LIGADA AOS FATOS - IMPOSSIBILIDADE DE SE DECRETAR/PERMANECER MEDIDAS PROTETIVAS DE MODO ISOLADO E ETERNO EM ESPECIAL QUANDO DECORRIDO O PRAZO DECADENCIAL DE 06 MESES PREVISTO NO ART. 38 DO CPP - APLICAÃÃO POSSIBILIDADE MESMO QUE A AÃÃO SEJA PÃBLICA INCONDICIONADA CONFORME POSICIONAMENTO RECENTE DO STF - PRINCÃPIO DA RAZOABILIDADE - ART. 13 DA LEI 11.340/06 - SEGURANÃA JURÃDICA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - REVOGAÃÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS - ACERTO - RECURSO NÃO PROVIDO. (MINAS GERAIS, Tribunal de JustiÃ§a, Ap. 1.0024.09.504938-3/001, Relator: Des. Delmival de Almeida Campos, 2013). (g. n.) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, decorrido prazo razoÃ¡vel deste a concessÃ£o de medidas protetivas, sem que haja manifestaÃ§Ã£o da parte requerente, conclui-se pela desnecessidade da continuidade da cautelar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o se trata de prazo fixo que, de acordo com o caso concreto, pode-se inferir que, mesmo ultrapassado prazo inferior ao anual, nÃ£o se mostra proporcional a tramitaÃ§Ã£o do feito, mormente diante da nÃ£o localizaÃ§Ã£o do(a) requerido(a) e ausÃªncia de informaÃ§Ã£o quanto a permanÃªncia de eventual situaÃ§Ã£o de risco. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A ComissÃ£o Nacional de Enfrentamento Ã ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher (COPEVID) apresenta requisito quanto ao prazo de duraÃ§Ã£o das medidas protetivas, a saber: Enunciado nÂº 04 (004/2011): As Medidas de ProteÃ§Ã£o foram definidas como tutelas de urgÃªncia, sui generis, de natureza cÃ-vel e/ou criminal, que podem ser deferidas de plano pelo Juiz, sendo dispensÃ¡vel, a princÃ-pio, a instruÃ§Ã£o, podendo perdurar enquanto persistir a situaÃ§Ã£o de risco da mulher. (Com nova redaÃ§Ã£o aprovada na ReuniÃ£o OrdinÃ¡ria do GNDH de 12 e 14/03/2013 e pelo Colegiado do CNPG de 29/04/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se que apÃ³s a revogaÃ§Ã£o da cautelar, nÃ£o hÃ¡ impedimento algum da requerente/vÃ-tima pleitear novas medidas em caso de eventual necessidade, o que deverÃ¡ ser prontamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De todo modo, como medida de prudÃªncia, as medidas atÃ© entÃ£o fixadas terÃ£o validade de 01 (um) ano ou, na pendÃªncia de eventual aÃ§Ã£o penal, enquanto perdurar o processo, a fim de evitar prejuÃ-zo Ã tutela dos interesses da ofendida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, em observÃ¢ncia Ã s regras processuais acima dispostas, DECLARO a estabilizaÃ§Ã£o da tutela deferida, pelo que MANTENHO as medidas protetivas jÃ¡ fixadas, o que faÃ§o nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequÃªncia, JULGO EXTINTO o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito nos termos do art. 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As medidas cautelares eventualmente deferidas terÃ£o validade pelo perÃ-odo de 01 (um) ano, contados do seu deferimento, ou enquanto perdurar eventual aÃ§Ã£o penal, inclusive durante o cumprimento da pena, em caso de sentenÃ§a condenatÃ³ria transitada em julgado, findo o prazo serÃ£o automaticamente extintas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. SERVE A PRESENTE SENTENÃA COMO MANDADO/OFÃCIO PARA AS COMUNICAÃÃES DE PRAXE (Provimento nÂº 003/2009-CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arquive-se com baixa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RedenÃ§Ã£o/PA, 08 de novembro de 2021. (assinado eletronicamente) BRUNO A. S. CARRIJO Juiz de Direito Titular da Vara Criminal de RedenÃ§Ã£o (Portaria n. 87/2019-SJ, DJE de 07/01/2020) R E C E B I M E N T O Em_____de_____de 2021 recebi os presentes autos. _____ Diretor(a) de Secretaria/Analista JudiciÃ¡rio/Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00720289720198140045 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO AURELIO SANTOS CARRIJO A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 08/11/2021 VITIMA:M. E. R. S. ACUSADO:YURE DE OLIVEIRA SOUSA AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DA MULHER DE REDENCAO. Processo: 00720289720198140045 REQUERENTE: MARIA EDUARDA DE SOUSA RODRIGUES REQUERIDO: YURI DE OLIVEIRA DE SOUSA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-

se de requerimento para aplicaÃ§Ã£o de medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pedido foi deferido, initio litis, pelo que foram fixadas medidas protetivas de urgÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O representado foi devidamente notificado/intimado, todavia nÃ£o se manifestou. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Em razÃ£o da ausÃªncia de defesa tempestiva, embora devidamente notificado/intimado, DECRETO Ã REVELIA, nos termos do art. 344, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme dispÃµe o art. 304, do CPC, ocorre a estabilizaÃ§Ã£o da tutela antecipada caso nÃ£o seja desafiada por recurso prÃ³prio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, se a medida assim requerida e deferida (de modo antecedente), nÃ£o for confrontada pela parte contrÃ¡ria pelo meio processual cabÃ-vel, ela se estabiliza, conservando seus efeitos prÃ¡ticos, independente da complementaÃ§Ã£o do pedido e da defesa da parte contrÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, encontram-se estabilizados os efeitos da medida protetiva deferida nestes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, a concessÃ£o de medidas protetivas visa tutelar interesses da mulher em situaÃ§Ã£o de violÃªncia domÃ©stica e familiar, cuja decisÃ£o concessiva tem carÃ¡ter de tutela antecipada antecedente nos termos do art. 303 do CPC aplicado por analogia Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em contrapartida, nÃ£o se pode eternizar uma medida restritiva em face do(a) suposto(a) agressor(a) que tambÃ©m possui direitos fundamentais a serem tutelados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acordÃ£o adiante vem corroborar no sentido de que nas medidas protetivas deve ser fixado um prazo, vejamos: EMENTA: APELAÃÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - LEI N.Âº 11.340 DE 2006 - REVOGAÃÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS - PRAZO DECADENCIAL - 06 MESES JÃ TRANSCORRIDO - PEDIDO DE PERMANÃNCIA DA MEDIDA PELO MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL - RECURSO CABÃVEL - APELAÃÃO CRIMINAL - RECURSO CONHECIDO - INEXISTÃNCIA DE FATOS NOVOS DESDE A OCORRÃNCIA DA LAVRATURA DO BOLETIM DE OCORRÃNCIA - INÃRCIA - AÃÃO PENAL - NATUREZA - PÃBLICA INCONDICIONADA - DECISÃO DO PLENO DO COLENDO STF - ADI 4424 - FATO SUPERVENIENTE QUE NÃO MODIFICA O CASO CONCRETO - INEXISTÃNCIA DE PROVA DE INSTAURAÃÃO DE AÃÃO PENAL OU NA ESFERA CÃVEL LIGADA AOS FATOS - IMPOSSIBILIDADE DE SE DECRETAR/PERMANECER MEDIDAS PROTETIVAS DE MODO ISOLADO E ETERNO EM ESPECIAL QUANDO DECORRIDO O PRAZO DECADENCIAL DE 06 MESES PREVISTO NO ART. 38 DO CPP - APLICAÃÃO POSSIBILIDADE MESMO QUE A AÃÃO SEJA PÃBLICA INCONDICIONADA CONFORME POSICIONAMENTO RECENTE DO STF - PRINCÃPIO DA RAZOABILIDADE - ART. 13 DA LEI 11.340/06 - SEGURANÃA JURÃDICA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - REVOGAÃÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS - ACERTO - RECURSO NÃO PROVIDO. (MINAS GERAIS, Tribunal de JustiÃ§a, Ap. 1.0024.09.504938-3/001, Relator: Des. Delmival de Almeida Campos, 2013). (g. n.) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, decorrido prazo razoÃ¡vel deste a concessÃ£o de medidas protetivas, sem que haja manifestaÃ§Ã£o da parte requerente, conclui-se pela desnecessidade da continuidade da cautelar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o se trata de prazo fixo que, de acordo com o caso concreto, pode-se inferir que, mesmo ultrapassado prazo inferior ao anual, nÃ£o se mostra proporcional a tramitaÃ§Ã£o do feito, mormente diante da nÃ£o localizaÃ§Ã£o do(a) requerido(a) e ausÃªncia de informaÃ§Ã£o quanto a permanÃªncia de eventual situaÃ§Ã£o de risco. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A ComissÃ£o Nacional de Enfrentamento Ã ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher (COPEVID) apresenta requisito quanto ao prazo de duraÃ§Ã£o das medidas protetivas, a saber: Enunciado nÂº 04 (004/2011): As Medidas de ProteÃ§Ã£o foram definidas como tutelas de urgÃªncia, sui generis, de natureza cÃ-vel e/ou criminal, que podem ser deferidas de plano pelo Juiz, sendo dispensÃ¡vel, a princÃ-pio, a instruÃ§Ã£o, podendo perdurar enquanto persistir a situaÃ§Ã£o de risco da mulher. (Com nova redaÃ§Ã£o aprovada na ReuniÃ£o OrdinÃ¡ria do GNDH de 12 e 14/03/2013 e pelo Colegiado do CNPG de 29/04/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se que apÃ³s a revogaÃ§Ã£o da cautelar, nÃ£o hÃ¡ impedimento algum da requerente/vÃ-tima pleitear novas medidas em caso de eventual necessidade, o que deverÃ¡ ser prontamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De todo modo, como medida de prudÃªncia, as medidas atÃ© entÃ£o fixadas terÃ£o validade de 01 (um) ano ou, na pendÃªncia de eventual aÃ§Ã£o penal, enquanto perdurar o processo, a fim de evitar prejuÃ-zo Ã tutela dos interesses da ofendida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, em observÃ¢ncia Ã s regras processuais acima dispostas, DECLARO a estabilizaÃ§Ã£o da tutela deferida, pelo que MANTENHO as medidas protetivas jÃ¡ fixadas, o que faÃ§o nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequÃªncia, JULGO EXTINTO o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito nos termos do art. 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As medidas cautelares eventualmente deferidas terÃ£o validade pelo perÃ-odo de 01 (um) ano, contados do seu deferimento, ou enquanto perdurar eventual aÃ§Ã£o penal, inclusive durante o cumprimento da pena, em caso de sentenÃ§a condenatÃ³ria transitada

em julgado, findo o prazo serÃ£o automaticamente extintas. Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Expedientes necessÃ¡rios. SERVE A PRESENTE SENTENÃA COMO MANDADO/OFÃCIO PARA AS COMUNICAÃÃES DE PRAXE (Provimento nÂº 003/2009-CJCI). Â Arquive-se com baixa. Â RedenÃ§Ã£o/PA, 08 de novembro de 2021. (assinado eletronicamente) BRUNO A. S. CARRIJO Juiz de Direito Titular da Vara Criminal de RedenÃ§Ã£o (Portaria n. 87/2019-SJ, DJE de 07/01/2020) R E C E B I M E N T O Em_____de_____de 2021 recebi os presentes autos. _____ Diretor(a) de Secretaria/Analista JudiciÃ¡rio/Auxiliar JudiciÃ¡rio

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O DOUTOR BRUNO AURÉLIO SANTOS CARRIJO MM. Juiz de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER, a todos quanto o presente edital verem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e expediente da Secretaria judicial desta Comarca se processam nos termos legais, o **AÇÃO PENAL Nº. 0000027-56.2015.8.14.0045**, contra **ELINALDO DA COSTA SANTOS**, denunciado pela prática do crime previsto no art. 129,§9º do Código Penal Brasileiro c/c lei 11.340/2006, qualificado nos presentes autos, em cumprimento ao termo de audiência de ID 31024692, pág. 15, expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze) dias, pelo que ficará o acusado devidamente **INTIMADO** da designação audiência de instrução e julgamento para dia 26 de novembro de 2021 ás 09h00min a qual será realizada por videoconferência. Nada mais. Redenção, Estado do Pará, aos oito (08) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e um (2021). Eu, ____ (Raianne F. Lima), Auxiliar Judiciário, digitei e conferi.

BRUNO A. S. CARRIJO

Juiz de Direito Titular da Vara Criminal de Redenção

(Portaria n. 87/2019-SJ, DJE de 07/01/2020)

COMARCA DE DOM ELISEU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE DOM ELISEU

RESENHA: 08/11/2021 A 08/11/2021 - GABINETE DA VARA UNICA DE DOM ELISEU - VARA: VARA UNICA DE DOM ELISEU PROCESSO: 00007806020118140107 PROCESSO ANTIGO: 201110004285 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ A??o: Adoção em: 08/11/2021 REQUERIDO:JESSICA ARAUJO DA SILVA REQUERIDO:T. A. S. REQUERENTE:ERONALDO LIMA DE OLIVEIRA REQUERENTE:MARLENE VIEIRA DE PAIVA ARAUJO Representante(s): KATIA RIBEIRO ALMEIDA (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de adoÃ§Ã£o na qual os autores requerem a adoÃ§Ã£o de Thalison AraÃºjo da Silva. Â Â Â Â Â Â Â A Defensoria Publica requer a intimaÃ§Ã£o pessoas dos autores, portanto, verifica-se que nÃ£o mantiveram o endereÃ§o atualizado, deixando o processo parado para cumprimento de diligÃªncias por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o CÃ³digo de Processo Civil arrola como uma das causas de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito o autor nÃ£o promover ato que lhe incumbir, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, Ã© possÃ-vel perceber que os autores nÃ£o atualizaram endereÃ§o nos autos o que impede que sejam intimados para o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Verifica-se que a ausÃªncia, pelos motivos expostos, de manifestaÃ§Ã£o da parte autora propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfaÃ§Ã£o da tutela jurisdicional. Â Â Â Â Â Â Â Ora, a marcha processual nÃ£o pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneÃ§a em Secretaria Judicial ou ocupando a mÃ¡quina judiciÃ¡ria com providÊncias infrutÃ-feras, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder JudiciÃ¡rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, cumpre destacar que a presente extinÃ§Ã£o nÃ£o impede que a parte intente nova aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â DECIDO Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO MÃRITO, assim o fazendo com fulcro no artigo 485, inciso III, do Novo CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se os autores atravÃ©s de edital, prazo de 15 dias. Â Â Â Â Â Â Â CiÊncia a Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquivem-se os presentes autos e dÃª-se baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Dom Eliseu - PA. 08.11.2021Â Â Â Â Â Â Â Diogo Bonfim Fernandez Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00101940420198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ A??o: Tutela Cautelar Antecedente em: 08/11/2021 MENOR:J. P. C. R. Representante(s): OAB 29422 - JAIAME PONTES LUZ (ADVOGADO) DEIJACIANE LEITE COSTA (REP LEGAL) REQUERIDO:ADRIANA DA SILVA ALVES. SENTENÃA Â Â Â Â Â Tratam os autos de AÃ§Ã£o Cautelar de UrgÊncia Antecedente movida por JoÃ£o Paulo Costa Rosa, representado por Deijaciane Leite Costa, contra Adriana da Silva Alves.. Â Â Â Â Â Citada o requerida para se contestar, manteve-se inerte. Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â O CÃ³digo de Processo Civil prevÃª em seu art. 307, que, Â¿nÃ£o sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-Ã£o aceitos pelo rÃ©u como ocorridos, caso em que o juiz decidirÃ¡ dentro de 5 (cinco) diaÂ¿. Â Â Â Â Â Consta nos autos a informaÃ§Ã£o de que a requerida, apesar de citada, nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Desta feita, considerando que a requerida nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o, presumem-se verdadeiros os fatos narrados na inicial. EstÃ¡-se, in casu, diante de circunstÂncia que requer pura e simples aplicaÃ§Ã£o do disposto no art. 487, III, alÃ-nea Â¿aÂ¿, do CÃ³digo de Processo Civil, nos termos do qual: Art. 487. HaverÃ¡ resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito quando o juiz: III - homologar: a) o reconhecimento da procedÊncia do pedido formulado na aÃ§Ã£o ou na reconvenÃ§Ã£o; Â Â Â Â Â DECIDO Â Â Â Â Â Posto isso, JULGO PROCEDENTE os pedidos requeridos na peÃ§a inicial e declaro EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO em razÃ£o da satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, assim o fazendo com base no artigo 487, III, do CPC. Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora, atravÃ©s do advogado constituÃ-do, via DJE. Â Â Â Â Â Depois do trÂnsito em julgado, solicitar a apresentaÃ§Ã£o dos documentos a requerida que deverÃ£o ser entregues a representante do autor. Depois, arquivem-se Â Â Â Â Â SENTENÃA PUBLICADA NO DJE. Â Â Â Â Â Serve esta como mandado de intimaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Dom Eliseu (PA), 08.11.2021. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00102261420168140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Medida de Proteção à

Criança e Adolescente em: MENOR: G. S. G. REQUERIDO: V. C. S. AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00102446420188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: AUTOR: M. P. E. MENOR: M. K. S. S. MENOR: P. K. S. R. MENOR: M. K. R.

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. Processo: 0012531-63.2019.8.14.0107. Requerente: BANCO BRADESCO SA. Advogado: Amandio Ferreira Tereso Júnior OAB/PA 16.837-A. Requerido: JOSÉ DA ROCHA MOURA. De ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FICAM AS PARTES INTIMADAS, por meio de seus advogados do seguinte dispositivo ¿SENTENÇA Trata-se de ação de busca e apreensão de veículo em alienação fiduciária no bojo da qual o autor requer a extinção do feito pela desistência. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Passo à fundamentação. O direito de desistir da ação é conceituado pela doutrina como sendo ato unilateral do demandante, a princípio sem necessidade do consentimento do réu, pelo qual ele abdica expressamente da sua posição processual (autor), adquirida após o ajuizamento da causa. Está-se, pois, in casu, diante de circunstância que requer pura e simplesmente aplicação da regra contida no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, uma vez que se trata, a bem da verdade, de desistência da parte autora no prosseguimento do processo, litteris: O juiz não resolverá o mérito quando: VIII ¿ homologar a desistência da ação. DECIDO Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO em razão da desistência da ação pelo autor, assim o fazendo com fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Solicite-se a devolução do mandado de busca e apreensão ao oficial de justiça. À UNAJ para certificar o pagamento das custas judiciais, na ocorrência de pendência, expeça-se boleto e intime-se o autor, através do advogado constituído, via DJE, para recolhimento. Intime-se o requerente, através do advogado constituído, via DJE. Em relação ao desbloqueio do veículo administrativamente, a parte autora tem competência para realizar, portanto, indefiro o pedido, visto que não há restrição judicial realizada no veículo. Após, arquivem-se os presentes autos e dê-se baixa no sistema. SENTENÇA PUBLICADA NO DJE. Dom Eliseu (PA). Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direitof5 ¿. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu/PA, terça-feira, 09 de novembro de 2021. Eu___, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. Processo: 0005605-71.2016-63.2019.8.14.0107. Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. Advogado: Amandio Ferreira Tereso Júnior OAB/PA 16.837-A. Requerido: DANIEL DA SILVA ANCHIETA. De ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FICAM AS PARTES INTIMADAS, por meio de seus advogados do seguinte dispositivo ¿SENTENÇA Trata-se de ação de busca e apreensão de veículo em alienação fiduciária no bojo da qual o autor requer a extinção do feito pela desistência. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Passo à fundamentação. O direito de desistir da ação é conceituado pela doutrina como sendo ato unilateral do demandante, a princípio sem necessidade do consentimento do réu, pelo qual ele abdica expressamente da sua posição processual (autor), adquirida após o ajuizamento da causa. Está-se, pois, in casu, diante de circunstância que requer pura e simplesmente aplicação da regra contida no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, uma vez que se trata, a bem da verdade, de desistência da parte autora no prosseguimento do processo, litteris: O juiz não resolverá o mérito quando: VIII ¿ homologar a desistência da ação. DECIDO Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO em razão da desistência da ação pelo autor, assim o fazendo com fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Solicite-se a devolução do mandado de busca e apreensão ao oficial de justiça. À UNAJ para certificar o pagamento das custas judiciais, na ocorrência de pendência, expeça-se boleto e intime-se o autor, através do advogado constituído, via DJE, para recolhimento. Intime-se o requerente, através do advogado constituído, via DJE. Em relação ao desbloqueio do veículo administrativamente, a parte autora tem competência para realizar, portanto, indefiro o pedido, visto que não há restrição judicial realizada no veículo. Após, arquivem-se os presentes autos e dê-se baixa no sistema. SENTENÇA PUBLICADA NO DJE. Dom Eliseu (PA), 21.10.2021. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito ¿. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu/PA, terça-feira, 09 de novembro de 2021. Eu___, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. Processo: 0000635-33.2013.8.14.0107. Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. Advogada: Maria Lucilia Gomes OAB/PSP 84.206. Requerido: DHONE DOS SANTOS SOUZA. De ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FICAM AS PARTES INTIMADAS, por meio de seus advogados do seguinte dispositivo ¿SENTENÇA Trata-se de ação de busca e apreensão de veículo em alienação fiduciária no bojo da qual o autor requer a extinção do feito pela desistência. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Passo à fundamentação. O direito de desistir da ação é conceituado pela doutrina como sendo ato unilateral do demandante, a princípio sem necessidade do consentimento do réu, pelo qual ele abdica expressamente da sua posição processual (autor), adquirida após o ajuizamento da causa. Está-se, pois, in casu, diante de circunstância que requer pura e simplesmente aplicação da regra contida no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, uma vez que se trata, a bem da verdade, de desistência da parte autora no prosseguimento do processo, litteris: O juiz não resolverá o mérito quando: VIII ¿ homologar a desistência da ação. DECIDO Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO em razão da desistência da ação pelo autor, assim o fazendo com fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Solicite-se a devolução do mandado de busca e apreensão ao oficial de justiça. À UNAJ para certificar o pagamento das custas judiciais, na ocorrência de pendência, expeça-se boleto e intime-se o autor, através do advogado constituído, via DJE, para recolhimento. Intime-se o requerente, através do advogado constituído, via DJE. Em relação ao desbloqueio do veículo administrativamente, a parte autora tem competência para realizar, portanto, indefiro o pedido, visto que não há restrição judicial realizada no veículo. Após, arquivem-se os presentes autos e dê-se baixa no sistema. SENTENÇA PUBLICADA NO DJE. Dom Eliseu (PA). Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direitof5 ¿. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu/PA, terça-feira, 09 de novembro de 2021. Eu___, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. Processo: 0001502-21.2016.8.14.0107. Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. Advogada: Maria Lucilia Gomes OAB/PSP 84.206. Requerido: ALEX SANTOS ALVES. De ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FICAM AS PARTES INTIMADAS, por meio de seus advogados do seguinte dispositivo ¿SENTENÇA Trata-se de ação de busca e apreensão proposta na qual a parte autora requer a extinção do feito, por falta de interesse processual para prosseguimento da ação, em razão do pagamento do débito pela requerida. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Passo à fundamentação. Está-se, pois, in casu, diante de circunstância que requer pura e simplesmente aplicação da regra contida no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, uma vez que se trata, a bem da verdade, de falta de interesse processual da parte autora no prosseguimento do processo, litteris: O juiz não resolverá o mérito quando: VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; DECIDO Posto isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, assim o fazendo com fulcro no artigo 485, inciso VI, do Novo Código de Processo Civil. Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJE. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos e dê-se baixa no sistema. Sentença publicada no DJE. Dom Eliseu (PA). Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito ¿. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu/PA, terça-feira, 09 de novembro de 2021. Eu___, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. Processo: 0005828-29.2013.8.14.0107. Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. Advogada: Maria Lucilia Gomes OAB/PSP 84.206. Requerido: ORIVALDO BORGES DA SILVA. De ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FICAM AS PARTES INTIMADAS, por meio de seus advogados do seguinte dispositivo ¿SENTENÇA Trata-se de ação de busca e apreensão de veículo em alienação fiduciária no bojo da qual o autor requer a extinção do feito pela desistência. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Passo à fundamentação. O direito de desistir da ação é conceituado pela doutrina como sendo ato unilateral do demandante, a princípio sem necessidade do consentimento do réu, pelo qual ele abdica expressamente da sua posição processual (autor), adquirida após o ajuizamento da causa. Está-se, pois, in casu, diante de circunstância que requer pura e simplesmente aplicação da regra contida no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, uma vez que se trata, a bem da verdade, de desistência da parte autora no prosseguimento do processo, litteris: O juiz não resolverá o mérito quando: VIII ¿ homologar a desistência da ação. DECIDO Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO em razão da desistência da ação pelo autor, assim o fazendo com fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Solicite-se a devolução do mandado de busca e apreensão ao oficial de justiça. À UNAJ para certificar o pagamento das custas judiciais, na ocorrência de pendência, expeça-se boleto e intime-se o autor, através do advogado constituído, via DJE, para recolhimento. Intime-se o requerente, através do advogado constituído, via DJE.

Em relação ao desbloqueio do veículo administrativamente, a parte autora tem competência para realizar, portanto, indefiro o pedido, visto que não há restrição judicial realizada no veículo. Após, arquivem-se os presentes autos e dê-se baixa no sistema. SENTENÇA PUBLICADA NO DJE. Dom Eliseu (PA). Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito ¿. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu/PA, terça-feira, 09 de novembro de 2021. Eu___, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. Processo: 0004505-81.2016.8.14.0107. Requerente: BANCO BRADESCO S/A. Advogada: Maria Socorro Araújo Santiago OAB/MA 10.104-A e Carlos Gondin Neves Braga OAB/PA 14.305. Requerido: ORIVALDO BORGES DA SILVA. De ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FICAM AS PARTES INTIMADAS, por meio de seus advogados do seguinte dispositivo ¿SENTENÇA Tratam os autos de ação de buscar e apreensão na qual as partes requerem a homologação de acordo. Vieram os autos conclusos. Eis o breve relatório. Passo a fundamentar. Inicialmente, impende ressaltar que a questão tratada nos presentes autos foi cingida pela autocomposição, propiciando, assim, o fim do descontentamento entre as partes, as quais transigiram. Com efeito, o art. 487, III, b do Código de Processo Civil, aplicado por analogia, preconiza ser o presente caso hipótese de extinção do feito com exame do mérito, litteris: Haverá resolução do mérito quando o juiz: III - homologar b) a transação Decido Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, a transação celebrada entre as partes, a qual passa a fazer parte da presente decisão, para que possa surtir os seus efeitos jurídicos e legais. Os autos deverão ficar suspensos em secretaria até cumprimento da obrigação. Após o cumprimento da obrigação, o qual deverá ser devidamente informado nos autos, extinto o processo, nos termos do art. 487, III, b do Código de Processo Civil, valendo como título executivo judicial, nos termos do artigo 515, II do NCPC. Intimem-se as partes, através do advogado constituído, via DJE. À UNAJ para cálculo de custas pendentes, após, intime-se a parte requerida, via DJE, para recolhimento. Após cumprimento do acordo, arquivem-se os presentes autos. Em relação ao desbloqueio do veículo administrativamente, a parte autora tem competência para realizar, portanto, indefiro o pedido, visto que não há restrição judicial realizada no veículo. Fica também da responsabilidade da parte autora retirar o nome da parte requerida dos órgãos de proteção ao crédito se assim estiver. SENTENÇA PUBLICADA NO DJE. Dom Eliseu (PA). Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito ¿. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu/PA, terça-feira, 09 de novembro de 2021. Eu___, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. Processo: 0003625-21.2018.8.14.0107. Requerente: BANCO BRADESCO S/A. Advogado: Antonio Braz da Silva OAB/PA 20.638-A. Requerido: SARA LINE BELARMINO DE ABREU. Advogado: Fernando Silva Santos OAB/PA 27.400-A. De ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FICAM AS PARTES INTIMADAS, por meio de seus advogados do seguinte dispositivo ¿Sentença Cuida-se de ação de busca e apreensão ajuizada por Banco Bradesco Financiamento S.A, em desfavor de Sara Line Belarmino de Abreu, visando à satisfação de crédito oriundo de contrato de alienação fiduciária em garantia. Petição inicial e documentos foram acostados aos autos. Decisão deferindo a busca e apreensão do bem e citação para pagamento do débito. Citado a requerida, o bem foi apreendido e apresentou defesa intempestiva. O autor requer o julgamento antecipado da lide diante da revelia da ré. É o breve relatório. Passo a fundamentação. Declaro a revelia da ré, aplicando-se os seus efeitos, e antecipo o julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 344 e 355, II, ambos do CPC, haja vista a contestação ser intempestiva. Visto que o bem foi apreendido, está-se, in casu, diante de circunstância que requer pura e simples aplicação do disposto no art. 487, III, alínea a, do Código de Processo Civil, nos termos do qual: Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: III - homologar: a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção; Do direito Ex positis, com fulcro no art. 355, II e 487, III, a, ambos do CPC, julgo totalmente procedente o pedido do autor em razão da satisfação da obrigação. Outrossim, declaro consolidada a propriedade do bem em favor do autor. Condeno a requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios, o qual fixo em 10% sobre o valor da causa. Intime-se a parte autora, através do advogado constituído, via DJE. Intime-se a requerida, através do advogado constituído, via DJE. Dom Eliseu, 21.10.2021 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito ¿. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu/PA, terça-feira, 09 de novembro de 2021. Eu___, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. Processo: 0007270-25.2016.8.14.0107. Requerente: JAIME CORNÉLIO. Advogada: Liliane Risso Zanettin Danieli OAB/MA 11.820. Requeridos: EMPREENDIMENTOS AGRICLOAS NORTE SUL LTDA EPP E ADAILTON AREIAS DE SOUZA De ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FICAM AS PARTES INTIMADAS, por meio de seus advogados do seguinte dispositivo ¿SENTENÇA Relatório Dispensado. Intimada a parte autora para se manifestar, esta quedou-se inerte.

Vieram os autos conclusos. É o relatório. Passo à fundamentação. Como é cediço, o Código de Processo Civil arrola como uma das causas de extinção do processo sem resolução do mérito a inação do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este é devidamente chamado para a realização de determinada diligência ou ato processual, mas se queda inerte. Analisando os autos, é possível perceber que houve inércia da parte requerente, tendo em vista ter sido intimada para se manifestar e manteve-se inerte. Verifica-se que a ausência, pelos motivos expostos, de manifestação da parte autora propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfação da tutela jurisdicional. Ora, a marcha processual não pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneça em Secretaria Judicial ou ocupando a máquina judiciária com providências infrutíferas, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder Judiciário. Por fim, cumpre destacar que a presente extinção não impede que a parte intente nova ação. DECIDO Posto isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO MÉRITO, assim o fazendo com fulcro no artigo 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil. Intime-se a parte autora da presente sentença, pessoalmente ou expeça-se carta precatória quando necessário. Após, arquivem-se os presentes autos e dê-se baixa no sistema LIBRA. Dom Eliseu, 21 de outubro de 2021. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito ¿. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu/PA, terça-feira, 09 de novembro de 2021. Eu___, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. Processo: 0007268-55.2016.8.14.0107. Requerente: JAIME CORNÉLIO. Advogada: Liliane Risso Zanettin Danieli OAB/MA 11.820. Requeridos: FERREIRA E CASTRO LTDA. KARLA DE CASTRO LIMA. LUIZ CARLOS FERREIRA LIMA. De ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FICAM AS PARTES INTIMADAS, por meio de seus advogados do seguinte dispositivo ¿SENTENÇA Relatório Dispensado. Intimada a parte autora para se manifestar, esta quedou-se inerte. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Passo à fundamentação. Como é cediço, o Código de Processo Civil arrola como uma das causas de extinção do processo sem resolução do mérito a inação do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este é devidamente chamado para a realização de determinada diligência ou ato processual, mas se queda inerte. Analisando os autos, é possível perceber que houve inércia da parte requerente, tendo em vista ter sido intimada para se manifestar e manteve-se inerte. Verifica-se que a ausência, pelos motivos expostos, de manifestação da parte autora propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfação da tutela jurisdicional. Ora, a marcha processual não pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneça em Secretaria Judicial ou ocupando a máquina judiciária com providências infrutíferas, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder Judiciário. Por fim, cumpre destacar que a presente extinção não impede que a parte intente nova ação. DECIDO Posto isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO MÉRITO, assim o fazendo com fulcro no artigo 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil. Intime-se a parte autora da presente sentença, pessoalmente ou expeça-se carta precatória quando necessário. Após, arquivem-se os presentes autos e dê-se baixa no sistema LIBRA. Dom Eliseu, 21 de outubro de 2021. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito ¿. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu/PA, terça-feira, 09 de novembro de 2021. Eu___, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. Processo: 0007272-92.2016.8.14.0107. Requerente: JAIME CORNÉLIO. Advogada: Liliane Risso Zanettin Danieli OAB/MA 11.820. Requeridos: COMÉRCIO DE CARNES SABOR DA BAHIA LTDA. RICARDO DA SILVA SOUZA. DAIMÃO VIEIRA SAMPAIO. De ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FICAM AS PARTES INTIMADAS, por meio de seus advogados do seguinte dispositivo ¿SENTENÇA Relatório Dispensado. Intimada a parte autora para se manifestar, esta quedou-se inerte. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Passo à fundamentação. Como é cediço, o Código de Processo Civil arrola como uma das causas de extinção do processo sem resolução do mérito a inação do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este é devidamente chamado para a realização de determinada diligência ou ato processual, mas se queda inerte. Analisando os autos, é possível perceber que houve inércia da parte requerente, tendo em vista ter sido intimada para se manifestar e manteve-se inerte. Verifica-se que a ausência, pelos motivos expostos, de manifestação da parte autora propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfação da tutela jurisdicional. Ora, a marcha processual não pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneça em Secretaria Judicial ou ocupando a máquina judiciária com providências infrutíferas, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder Judiciário. Por fim, cumpre destacar que a presente extinção não impede que a parte intente nova ação. DECIDO Posto isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO MÉRITO, assim o fazendo com

fulcro no artigo 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil. Intime-se a parte autora da presente sentença, pessoalmente ou expeça-se carta precatória quando necessário. Após, arquivem-se os presentes autos e dê-se baixa no sistema LIBRA. Dom Eliseu, 21 de outubro de 2021. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito ¿. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu/PA, terça-feira, 09 de novembro de 2021. Eu___, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.
INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. Processo: 0000370-12.2005.8.14.0107. Requerente: MEDIAN DE PARDO. Advogado: Mário Alves Caetano OAB/PA 8.798-BLiliane Risso Zanettin Danieli OAB/MA 11.820. Requerido: JULIANO BISPO TEIXEIRA. De ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FICAM AS PARTES INTIMADAS, por meio de seus advogados do seguinte dispositivo ¿SENTENÇA Trata-se de ação de curatela reintegração de posse ajuizada por Median de Pardo em desfavor de Juliano Bispo Teixeira. Diante do decurso do tempo, foi determinada a intimação da requerente para manifestar interesse no prosseguimento do feito. Na tentativa de intimação, não localizaram a autora no endereço disponibilizado nos autos, portanto, a autora não manteve o endereço atualizado, deixando o processo parado para cumprimento de diligências por mais de 30 (trinta) dias. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Passo à fundamentação. Como é cediço, o Código de Processo Civil arrola como uma das causas de extinção do processo sem resolução do mérito o autor não promover ato que lhe incumbir, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias. Analisando os autos, é possível perceber que os autores não atualizaram endereço nos autos o que impede que sejam intimados para o prosseguimento do feito. Verifica-se que a ausência, pelos motivos expostos, de manifestação da parte autora propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfação da tutela jurisdicional. Ora, a marcha processual não pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneça em Secretaria Judicial ou ocupando a máquina judiciária com providências infrutíferas, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder Judiciário. Por fim, cumpre destacar que a presente extinção não impede que a parte intente nova ação. DECIDO Posto isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO MÉRITO, assim o fazendo com fulcro no artigo 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil. Intimem-se os autores através de edital, prazo de 15 dias. Ciência a Defensoria Pública. Após, arquivem-se os presentes autos e dê-se baixa no sistema. Dom Eliseu ¿ PA. 21.10.2021. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito ¿. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu/PA, terça-feira, 09 de novembro de 2021. Eu___, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.
INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. Processo: 0000716-55.2008.8.14.0107. Requerente: JAISON RIBEIRO ALMEIDA. Advogada: Kátia Ribeiro Almeida OAB/PA 13.448. Requerido: DENIRLON CARVALHO CARREIRO LIMA. De ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FICAM AS PARTES INTIMADAS, por meio de seus advogados do seguinte dispositivo ¿SENTENÇA Relatório Dispensado. Intimada a parte autora para se manifestar, esta quedou-se inerte. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Passo à fundamentação. Como é cediço, o Código de Processo Civil arrola como uma das causas de extinção do processo sem resolução do mérito a inação do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este é devidamente chamado para a realização de determinada diligência ou ato processual, mas se queda inerte. Analisando os autos, é possível perceber que houve inércia da parte requerente, tendo em vista ter sido intimada para se manifestar e manteve-se inerte. Verifica-se que a ausência, pelos motivos expostos, de manifestação da parte autora propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfação da tutela jurisdicional. Ora, a marcha processual não pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneça em Secretaria Judicial ou ocupando a máquina judiciária com providências infrutíferas, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder Judiciário. Por fim, cumpre destacar que a presente extinção não impede que a parte intente nova ação. DECIDO Posto isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO MÉRITO, assim o fazendo com fulcro no artigo 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil. Intime-se a parte autora da presente sentença, pessoalmente ou expeça-se carta precatória quando necessário. Após, arquivem-se os presentes autos e dê-se baixa no sistema LIBRA. Dom Eliseu, 21 de outubro de 2021. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito ¿. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu/PA, terça-feira, 09 de novembro de 2021. Eu___, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

COMARCA DE MONTE ALEGRE

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MONTE ALEGRE

Processo: 0003065-13.2018.814.0032

Requerente: HILDENEY DE MACEDO PEREIRA

Advogado: SANDERSON ANDRE SILVA DE OLIVEIRA OAB: PA26348

Requerido: BANCO DO BRASIL AS

Advogado: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB: PA21078-A

Advogado: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB: PA21148-A

ATO ORDINATÓRIO

Com fulcro no artigo 162, §4° do CPC e art. 93, XVIV da CF/88, bem como no art. 2º, II, do Provimento 006/2006 ¿ CJRMB, mediante ato meramente ordinatório e/ou de expediente, sem conteúdo decisório, faço a intimação do requerido através de seus patronos judiciais, para informar que os presentes autos foram digitalizados e migrados para o Sistema PJe e tramitam em meio eletrônico, devendo as partes efetuarem requerimentos, petições, manifestação diretamente no referido sistema e as correspondências são de responsabilidade das partes. Nesse sentido, informo que as peças originais (código de rastreio QB076803991BR) poderão ser retiradas nesta Secretaria Judicial. Esclareço que nos casos de autos em segredo de justiça, a parte deverá efetuar o protocolo diretamente no PJe, percorrendo os seguintes passos: processo ¿ outras ações ¿ peticionar - inserir o número do processo ¿ pesquisar e peticionar.

Monte Alegre (PA), 09 de novembro de 2021.

Diane de Souza Gomes

Diretor de Secretaria

COMARCA DE JURUTI

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JURUTI

PROCESSO: 0004163-02.2017.8.14.0086 ¿ Obrigação de Reparar o Dano ¿ Requerente: ALYNEKEZIA FEITOSA CUNHA Advogado(s): LUCIANA ALCANTARA MARTINS OAB/PA 25.239 - BARBARA SANTOS MACEDO ESPINOLA OAB/PA 19.712 Requerido: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A INCORPORADA A UNIAO DO NORTE DO PARANA Advogado: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB/MG 109.730 SENTENÇA ¿ MANDADO I ¿ RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Evitando digressões jurídicas desnecessárias, as partes apresentaram minuta de acordo e pleitearam a sua homologação. **É o relatório. Fundamento. Decido. II - FUNDAMENTAÇ¿O** O art. 487, inciso III, alínea ¿b¿ do Código de Processo Civil prevê a extinção do processo com resolução de mérito, na hipótese de homologação de transação entre as partes. O feito teve seu trâmite regular. O acordo celebrado, nos termos propostos, atende aos melhores interesses da lei e das partes. **III ¿ DISPOSITIVO** Posto isto, **HOMOLOGO POR SENTENÇA**, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre os integrantes dos polos ativo e passivo desta lide e, em consequência, **JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇ¿O DE MÉRITO**, nos termos preceituados no artigo 487, inciso III, alínea ¿b¿, do Código de Processo Civil.Com o trânsito em julgado arquivem-se. Custas na forma da lei, caso as partes não sejam beneficiárias da assistência judiciária gratuita. Não havendo o pagamento, expeça-se o necessário para inscrição em dívida ativa. Publique-se. Registre-se. **Intimem-se.** Servirá a presente sentença, por cópia digitalizada, como **MANDADO INTIMAÇ¿O/OFÍCIO**, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Juruti, 22 de outubro de 2021. **ODINANDRO GARCIA CUNHA** Juiz de Direito.

PROCESSO: 0005294-75.2018.8.14.0086 ¿ Guarda Requerente: J.L.M.D.A. Advogado: GRACIARA HIROKO VIEIRA KOBAYASHI OAB/PA 22002 Menor: P.E.A.F. Requerido: A.P.D.F. Advogado: ANTONIO JOAO TEIXEIRA CAMPOS SILVA OAB/PA 7271.

PROCESSO: 0000226-96.2008.8.14.0086 ¿ Ordinária ¿ Requerente: DAVI LIRA DE JESUS Advogado: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/PA 13.253 Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL ¿ INSS DESPACHO-MANDADO 1. Em atenção a impugnação apresentada pelo Executado, intime-se o Exequente para que se manifeste dentro do prazo legal. 2. Intimem-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, como MANDADO-OFÍCIO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Juruti, 22 de outubro de 2021. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

PROCESSO: 0000482-05.2009.8.14.0086 Reintegração e Manutenção de Posse Requerente: ARNALDO GOMES MACHADO Advogado: ALESSANDRO BERNARDES PINTO OAB/PA 18.326 Requerido: MARIA DO ROSARIO BRASILEIRO DA SILVA Advogado: EDMILSON DAS NEVES GUERRA OAB/PA 18.326 SENTENÇA Trata-se embargos de declaração opostos pela requerida, oportunidade em que alega a existência de contradição consubstanciada por erro material na sentença embargada, a qual foi proferida às fls. 126/137, visto que consta, no dispositivo, não ter o autor demonstrado os requisitos do artigo 561 do CPP, mas julga procedente o pedido, tornando extinto o processo com resolução do mérito. Ainda argumenta o embargante que os fundamentos do ato decisório apontam para a improcedência do pleito autoral, mas que a ação foi julgada procedente, além de constar no dispositivo menção ao artigo 561 do Código de Processo Penal, quando deveria ser o Código de Processo Civil. Assim, pugna pelo recebimento dos embargos, a fim de que seja a decisão reformada. É o relatório. Decido. Com efeito, compulsando os autos, verifico que a sentença embargada de fato padece do vício inquinado, visto que consta em sua parte dispositiva que o autor não demonstrou os requisitos constantes no art. 561 do Código de Processo Penal, ao passo em que julga procedente a demanda. Senão vejamos ipsis litteris o constante no primeiro parágrafo do dispositivo: Ante o exposto, não tendo o autor demonstrado os requisitos previstos no artigo 561 do CPP, JULGO PROCEDENTE os pedidos da exordial e DETERMINO

A EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, com fundamento no art. 487, inciso I do CPC. Ocorre que, conforme se depreende da análise da fundamentação da decisão ora embargada, resta evidente que a sentença julgou PROCEDENTE o feito, visto que consta, ao longo do ato decisório, e, notadamente, nas páginas 133 e 136, que a autora comprovou a posse anterior, bem como a ocorrência do esbulho a menos de ano e dia e, por consequência, a perda de sua posse. Assim, de fato contraditória a sentença em questão, mas apenas no que se refere à primeira frase do primeiro parágrafo do dispositivo, em que consta que o autor não demonstrou os requisitos, quando, em verdade, deveria constar que restaram demonstrados os requisitos constantes no artigo 561 do Código de Processo Civil, sendo a menção ao CPP mero erro material. Assim, ACOLHO os embargos de declaração, por se tratar de erro material, retificando apenas o primeiro parágrafo da parte dispositiva da sentença proferida às fls. 126/137, devendo constar os seguintes termos: Ante o exposto, restando demonstrado pelo autor os requisitos previstos no artigo 561 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE os pedidos da exordial, e DETERMINO A EXTINÇÃO DO PROCESSO, com resolução do mérito, com fundamento no art. 487, inciso I do CPC. Por oportuno, esclareço que as demais disposições continuam mantidas em sua integralidade, inclusive no que se refere à condenação da requerida ao pagamento de custas processuais e dos honorários (e a suspensão da exigibilidade), tendo em vista sua sucumbência. Com o trânsito em julgado e nada tendo sido requerido, arquivem-se os autos. Publique-se. Intime-se. Juruti/PA, 28 de outubro de 2021. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

PROCESSO: 0005709-24.2019.8.14.0086 ¿ Justificação Requerente: ANA MARIA GARCIA MAHALHAES Advogado: GRACIARA HIRKO VIEIRA KOBAYASHI OAB/PA 22002 SENTENÇA Trata-se de pedido de ASSENTO TARDIO DE ÓBITO, em que figura como parte requerente ANA MARIA GARCIA MAGALHÃES, filha do falecido MANOEL DE SOUZA LIMA, mas por circunstâncias alheias a sua vontade deixou de providenciar oportunamente o respectivo assento de óbito de: MANOEL DE SOUZA LIMA, brasileiro, aposentado, RG n° 5802057, CPF n° 954.257.992-68, o qual faleceu no dia 20.02.2018, às 04h30min, nesta cidade de Juruti, conforme declaração de óbito de fls. 06. O Ministério Público se manifestou favorável, desde que a requerente comprovasse o vínculo de parentesco com o falecido. A requerente apresentou, às fls. 16/22, apresentou documentos que comprovam ser filha do falecido. É o breve relato. Decido. Diz a Lei dos Registros Públicos: Art. 77. Nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte. Art. 78. Na impossibilidade de ser feito o registro dentro de 24 (vinte e quatro) horas do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante, o assento será lavrado depois, com a maior urgência e dentro dos prazos fixados no art. 50. No caso em tela os fatos narrados na inicial estão corroborados pelos documentos juntados, notadamente, declaração de óbito de fls. 06, conjuntamente com os documentos pessoais. Com efeito, presentes as condições da ação ¿ interesse de agir, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido. Destarte, diante dos elementos colacionados aos autos, o deferimento do pleito inicial é a medida cabível. Posto isto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido e determino que seja lavrado o ASSENTO DE ÓBITO em nome de MANOEL DE SOUZA LIMA, brasileiro, aposentado, RG n° 5802057, CPF n° 954.257.992-68, o qual faleceu no dia 20.02.2018, às 04h30min, nesta cidade de Juruti, conforme declaração de óbito de fls. 06. Sem custas, ante o deferimento da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado, certifique-se e oficie-se ao Cartório de Registro Civil de Juruti/PA, juntamente com o documento de fls. 06, para os devidos fins. Publique-se. Intimem-se. Arquive-se. Servirá a presente sentença, por cópia digitalizada, como MANDADO DE INTIMAÇÃO/OFÍCIO/AVERBAÇÃO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Juruti/PA, 27 de outubro de 2021. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito

PROCESSO: 0008977-91.2016.8.14.0086 ¿ Ação Civil Publica Requerente: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ Requerido: MUNICIPIO DE JURUTI Requerido: FADESP FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA Advogado: LUIS FELIPE DOS SANTOS PEREIRA OAB/PA 19.222 SENTENÇA Trata-se de Ação Civil Pública com pedido de Tutela Liminar movida pelo Ministério Público em face do Município de Juruti e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), relativo ao concurso público municipal, divulgado por meio do Edital nº 0001/2016, que segundo a inicial, apresentava diversas irregularidades. Às fls. 383/385, consta decisão liminar, datada de 13.12.2016, determinando a suspensão do certame público. O Município de Juruti apresentou contestação

às fls. 396/425. Houve decisão de saneamento do processo às fls. 417. As partes requeridas se manifestaram no interesse na designação de audiência de conciliação, contemplando os seguintes pontos: anulação do processo de dispensa de licitação e rescisão do contrato, fixação de prazo para realização de licitação para contratação de empresa para organizar o concurso público e fixação de prazo para a devolução dos valores das inscrições dos candidatos. Assim, designou-se audiência para o dia 16.11.2021 às 10h. O Ministério Público, autor da ação civil pública, às fls. 467/469, pugnou pela extinção do processo sem resolução do mérito por perda superveniente do objeto, tendo em vista que o pedido principal era pautado em declarar nulo, todavia, o concurso público está suspenso desde o ano de 2016 e não há como reaproveitar o Edital e Contrato desatualizados, de forma que inexistiria diferença ser julgada procedente ou improcedente a presente demanda. É o que importava relatar. Decido. Restou caracterizada a carência superveniente da ação por falta de interesse processual, nos termos do art. 485, VI, do CPC, desta feita entendo que resta tão somente a extinção do feito. No que tange o interesse dos requeridos em conciliar, entendo restar prejudicado por não guardar relação aos pedidos da presente ação, bem como, nada obsta que sejam estabelecidas entre as partes a rescisão do contrato, inclusive a forma e prazo para devolução dos valores recebidos dos candidatos referente às inscrições no certame. Diante o exposto, revogo a decisão liminar de fls. 383/385, de 13.12.2016, que determinou a suspensão do concurso público e JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos moldes do art. 485, VI, do Código de Processo Civil, por perda de objeto. Sem custas. Publique-se. Intime-se. Arquivem-se. Juruti, 28 de outubro de 2021. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

PROCESSO: 0005636-52.2019.8.14.0086 ¿ Justificação Requerente: ADECIBALDO RIBEIRO MAGALHAESA advogado: GRACIARA HIROKO VIEIRA KOBAYASHI OAB/PA 2002 SENTENÇA I ¿ RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Intimada a parte autora, pessoalmente, nos termos do art. 485, § 1º do CPC, para promover os atos que lhe competiam no processo, sob pena de extinção, esta quedou-se inerte. O Ministério Público se manifestou pela extinção do feito sem mérito. É o relatório. Fundamento. Decido. II ¿ FUNDAMENTAÇÃO O art. 485, III do Código de Processo Civil prevê a extinção do processo sem resolução de mérito, na hipótese de inércia do autor por mais de 30 (trinta) dias. Tal providência deve ser precedida de sua intimação para suprir a falta. III ¿ DISPOSITIVO Em face do exposto, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do CPC, utorizando a extração da declaração de óbito original juntada aos autos. Sem custas e sem honorários, ante o deferimento da justiça gratuita. Publique-se. Intime-se. Arquivem-se. Juruti, 27 de outubro de 2021. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

PROCESSO: 0011933-75.2019.8.14.0086 Inventario Requerente: DEUNIZE MELO DE SOUZA MOTA Advogado: INGRA NAYARA GUIMARAES PEREIRA 25.972 Requerente: DEZIEL DA SILVA MOTA - SENTENÇA-ALVARÁ Trata-se de pedido de Alvará Judicial para levantamento de saldo existentes em conta bancária em nome de DEIVISON DE SOUZA MOTA, CPF 554.312.752-91, falecido em 12.09.2019. Alegam os autores que eram pais do falecido e não há outros bens a inventariar. Juntou documentos. Às fls. 18/19, a Caixa Econômica Federal informou um saldo em conta bancária no valor de R$ 1.732,48. É o relatório. Passo a decidir. O feito em princípio dispensa a intervenção do Ministério Público, a teor do art. 178 do CPC, pois as partes são maiores e capazes. A lei nº 6858/80 em seu artigo 2º, assevera que: Art. 2º - O disposto nesta Lei se aplica às restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, aossaldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional. Entendo que a requerente é herdeira do falecido, bem como inexistem outros bens a inventariar, e ainda que o valor depositado não supera 500 OTNs, razão pela qual faz jus ao direito perseguido. Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido para autorizar o levantamento dos valores e, correspondentes acréscimos, depositados na Caixa Econômica Federal, em nome do de cujus DEIVISON DE SOUZA MOTA, CPF 554.312.752-91, em favor dos requerentes DEUNIZE MELO DE SOUZA MOTA, CPF nº 677.334.332-15, e DEZIEL DA SILVA MOTA, CPF 805.711.072-49, por conseguinte, determino o encerramento da(s) conta(s) bancária(s).Sem custas, ante o deferimento da justiça gratuita, na forma do art. 98, §3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. SERVIRÁ a presente sentença como ALVARÁ DE LEVANTAMENTO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) Juruti/PA, 26 de outubro de 2021 ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

PROCESSO: 0000154-80.2006.8.14.0086 ¿ Ação Penal Procedimento Ordinário Vitima: E.G.B. Autor:

MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL Denunciado: REGINALDO DOS SANTOS MONTEIRO Advogado: ECEILA TOME MENEZES SOUSA OAB/PA 9489 DECISÃO-MANDADO 1. A defesa do acusado REGINALDO DOS SANTOS MONTEIRO pleiteou a revogação da prisão preventiva do acusado sob a alegação de inexistência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar. 2. Instado a se manifestar, o RMP opinou pela manutenção da prisão preventiva do acusado. 3. Vieram os autos conclusos.4. É o relatório. Decido. 5. Compulsando os autos, observo que não houve mudança no panorama fático-jurídico desde a decisão que decretou a prisão preventiva do requerente. 6. É sobremodo importante destacar que o acusado se evadiu do distrito da culpa desde o ano de 2008 e encontra-se FORAGIDO até a presente data, o que denota seu intuito de furtar-se à aplicação da lei penal e sua total desídia com o Poder Judiciário. 7. Nesse ínterim, mister trazer à baila jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, o qual entende que se a autoridade judiciária competente decreta uma prisão preventiva porque o réu está foragido ou porque tal condição passou a ser sopesada em decisão posterior à original, justifica-se, em tese, a manutenção da cautela extrema, na forma do art. 312 c/c 282 do CPP, para assegurar eventual aplicação da lei penal. E, enquanto essa ordem não for invalidada pelo próprio Poder Judiciário, não lhe poderá opor o sujeito passivo da medida um suposto direito à fuga como motivo para pretender que seu status de foragido seja desconsiderado como fundamento da prisão provisória. Se pretende continuar foragido, a prolongar, portanto, o motivo principal para o decreto preventivo, é uma escolha que lhe trará os ônus processuais correspondentes, não podendo o Judiciário ceder a tal opção do acusado, a menos que considere ilegal o ato combatido (HC 337.183/BA, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 24/05/2017). 8. Nessa toada, encontram-se presentes os requisitos autorizadores da cautela extrema, em especial para assegurar a ordem pública e a aplicação da lei penal.9. Ante todo o exposto, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DO ACUSADO REGINALDO DOS SANTOS MONTEIRO, pois ainda se encontram preenchidas as circunstâncias que a autorizaram (artigo 312 do Código de Processo Penal). 10. RENOVE-SE o Mandado de Prisão Preventiva e cadastre-o no BNMP, considerando que o último mandado cadastrado no referido sistema teve sua validade expirada em 19/09/2020, conforme fl. 61. 11. ENCAMINHE-SE cópia do mandado de prisão para a Delegacia de Polícia Civil de Santarém/PA a fim de que seja dado cumprimento ao mandado, considerando a informação nos autos de que o acusado reside naquela Comarca. 12. IDENTIFIQUE-SE a capa dos presentes autos com a informação de foragido. 13. ACAUTELEM-SE os autos em Secretaria até que o réu seja capturado. 14. Somente após a captura do acusado, expeça-se Mandado de Citação. 15. Ciência ao RMP e à defesa. 16. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. 1 7 . S e r v i r á o p r e s e n t e d e s p a c h o , p o r c ó p i a d i g i t a l i z a d a , c o m o CARTA/MANDADO/OFÍCIO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Juruti-PA, 25 de agosto de 2021 ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

PROCESSO: 0000216-18.2009.8.14.0086 - Ação Penal Procedimento Ordinário Denunciado: MARIANO TEIXEIRA DE SOUSA Advogado: MARIA LUCIA PANTOJA DE FARIAS OAB/PA 1678 - ISAIAS BATISTA NETO OAB/PA 9529 Autor: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM. Juiz, pratico o seguinte ato ordinatório: Vista à defesa, para os fins do que dispõe o artigo 422 do CPP. Juruti, 08 de novembro de 2021. Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento e Mesquita Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0003473-36.2018.8.14.0086- Ação Penal Procedimento Sumaríssimo Requerido: RODRIGO LIMA BATISTA Vitima: J.D.S.V. Requerido: ELIAS TRAVASSO GOMES Advogado: ROMULO PINHEIRO DO AMARAL OAB/PA 9403 Requerente: MINISTERIO PUBLICO DO ESATDO DO PARÁ ATO ORDINATÓRIO Vista dos autos à Defesa para apresentar alegações finais, no prazo legal. Juruti, 08 de novembro de 2021 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento e Mesquita Diretora de Secretaria ¿ Matrícula 14.354-5 TJE/PA Comarca de Juruti/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 9 4 5 5 9 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 8 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSY ELLEM RODRIGUES DO NASCIMENTO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 26/10/2021---DENUNCIADO:ABDIAS MACIEL MIRANDA Representante(s): OAB 29129-B - SÓCRATES GUIMARÃES PINHEIRO (ADVOGADO) VITIMA:A. M. S. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO DO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. ATO ORDINATÃ¿RIO De ordem do MM. Juiz, pratico o seguinte ato ordinatÃ³rio: Vista Ã defesa para alegações finais, dentro do prazo. Juruti, 26 de outubro de 2021. Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento e Mesquita Diretora de Secretaria - matrícula: 143545 Comarca de Juruti

PROCESSO: 0009417-87.2016.8.14.0086 ¿ Ação penal ¿ Procedimento Ordinário Denunciado: DARLISSON RAMOS DE SOUZA Advogado: ROMULO PINHEIRO DO AMARAL OAB/PA 9403 Requerente: MINISTERIO PUBLICO DO ESATDO DO PARÁ Vitima: A.C.O.E. DECISÃO-MANDADO 01. O senhor DARLISSON RAMOS DE SOUZA requereu a restituição da motocicleta apreendida nos autos, juntando documentos que comprovam ser o legítimo proprietário do veículo. 02. Instado a se manifestar, o RMP opinou favoravelmente à restituição do bem. 03. Evitando digressões jurídicas desnecessárias, DEFIRO A RESTITUIÇÃO da motocicleta KASINSKI, MODELO WIN, ANO 2012/2013, COR PRETA, ao senhor DARLISSON RAMOS DE SOUZA. 04. Intime-se o requerente por intermédio do advogado constituído. 05. Outrossim, certifique-se o trânsito em julgado da sentença de fls. 39/39-v. 06. Após, arquive-se. 07. Intime-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. 08. Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, como CARTA/MANDADO/OFÍCIO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei Juruti, 20 de outubro de 2021 CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA Juiz de Direito Titular da Vara Única de Óbidos

respondendo pela Vara Única de Juruti

COMARCA DE ORIXIMINA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA

PROCESSO: 0005671-622019.8.14.0037- AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO; REQUERENTE: ROSÃNGELA DOS SANTO GEMAQUE (ADV. Dr. PAULA CAROLINE MARINHO CANTO ¿ OAB/PA 27.481-B); REQUERIDO: INSS ¿ INTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. DESPACHO Considerando que a parte autora não se manifestou acerca do último despacho proferido, e considerando o lapso temporal desde a data da sua publicação, intime-se a parte autora, na pessoa de sua advogada PAULA CAROLINE MARINHO CANTO ¿ OAB/PA 27.481-B, para informar, no prazo de 5 dias úteis, se ainda possui interesse no processo ou se requer a desistência, sob pena de julgamento sem a resolução do mérito, caso não se manifeste. Cumpra-se. Oriximiná/PA, 8 de novembro de 2021. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito, **ORIXIMINÁ.**

PROCESSO: 0000362-16.2008.814.0037-AÇÃO ORDINÁRIA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ¿ APOSENTADORIA POR IDADE- SEGURADO ESPECIAL; REQUERENTE: FRANCISCA CORDEIRO DA SILVA(ADV. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/PA 13.253); REQUERIDO: INSS ¿ INTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL DESPACHO 1. Considerando o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região de fls. 174/177, e considerando que no caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente (CPC, art. 523), intime-se a parte autora, mediante seu advogado ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA ¿ OAB/PA 13.253, para, no prazo de 15 dias úteis, requerer o que entender devido, caso queira. 2. Findo o prazo sem manifestação, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Oriximiná, 8 de novembro de 2021. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito. **ORIXIMINÁ**

PROCESSO:0008810-22.2019.8.14.0037 ¿ AÇÃO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADEJURIDICA C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. REQUERENTE: IDELCIO BRASIL NASCIMENTO DOS PASSOS E OUTROS (ADV. RAIMUNDA LAURA SERRÃO DA SILVA SOUZA-OAB/PA 5330) REQUERIDO: OZIMAN ALVES FIGUEREIDO E OUTROS. DESPACHO 1. Estando presentes, em tese, os requisitos legais, recebo o incidente de desconsideração da personalidade jurídica. 2. Defiro o pedido de gratuidade da justiça, presumindo a insuficiência de recursos da parte autora para pagar custas e despesas processuais, nos temos do artigo 98 do CPC. 3. Nos termos do artigo 135 do CPC, cite-se a pessoa jurídica e os sócios para manifestarem-se sobre o incidente e requerer as provas cabíveis, no prazo de 15 dias. 4. Considerando que o pedido de tutela antecipada é integralmente satisfativo, INDEFIROO. 5. Com as manifestações ou findo o prazo, conclusos para decisão. Cumpra-se. Oriximiná, 4 de novembro de 2021. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito respondendo pela Comarca de Oriximiná.

SENTENÇA
Vistos, etc.
I ¿ RELATÓRIO
Trata-se de ação penal oferecida pelo Ministério Público em desfavor de ARILSON BARBOSA BARRETO pela suposta prática do crime previsto nos artigos 129, §9º e artigo 147, caput, ambos do Código Penal.
Narra a denúncia de fls. 02/03:
[...] que, no dia 25/03/2018, por volta de 22:00h, o denunciado ARILSON BARBOSA BARRETO agrediu a vítima, sua esposa, ocasionando-lhe a lesão corporal descrita no laudo acostado aos autos e ameaçou-a de causar mal grave e injusto através de gestos [...].
A denúncia veio instruída com o IPL nº 105/2018.000138-6, oriundo da Polícia Civil de Oriximiná.
Certidão de Antecedentes Criminais na fl. 39.
A denúncia foi recebida no dia 01 de agosto de 2018, sendo determinado a citação do réu para apresentar resposta escrita à acusação (fl. 40).
Vieram os autos conclusos.
É o relatório necessário. Decido.
II ¿ FUNDAMENTAÇÃO
III ¿ DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
Conforme dispõe o art. 119 do Código Penal, no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
Isto quer dizer que, num concurso material entre duas ameaças com pena de 06 (seis) meses cada uma, a prescrição não será calculada sobre 01 (um) ano, mas sobre 06 (seis) meses, considerando separadamente cada um dos delitos. Dá-se o mesmo no concurso formal impróprio, assim como no concurso formal próprio e na continuidade delitiva, nos quais incide o sistema da exasperação: o prazo prescricional não é calculado com base na pena aumentada, mas em cada crime isolado.
Feitas essas breves considerações, considerando que o crime previsto no art. 147 do Código Penal tem pena máxima em abstrato de 06 (seis) meses de detenção, a pretensão punitiva estatal prescreve em 03 (três) anos, nos termos do art. 109, VI, do Código Penal.
Compulsando os autos, tomando por base o recebimento da denúncia (01/08/2018), marco interruptivo da prescrição (art. 117, I, do CP), verifico que ocorreu a prescrição do suposto crime do art. 147 do Código Penal no dia 01/08/2021.
Nesse sentido, a jurisprudência, in verbis:
HABEAS CORPUS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM ABSTRATO.
Paciente denunciado pelo delito tipificado no artigo 68, parágrafo único, da Lei 9.605/98, em que a pena máxima cominada em abstrato é de 1 (um) ano de detenção. Prazo prescricional de 4 (quatro) anos reduzido pela metade. Paciente maior de 70 (setenta) anos de idade ao tempo do crime. lapso temporal exigido entre a data dos fatos e o recebimento da denúncia. Inteligência dos artigos 109, caput, inciso V, e 115, 1ª parte, ambos do Código Penal. Prescrição da pretensão punitiva em abstrato configurada. Prejudicado o exame de mérito. ORDEM CONCEDIDA.
(TJ-SP ¿ HC: 22643516620208260000 SP 2264351-66.2020.8.26.0000, Relator: Camargo Aranha Filho, Data de Julgamento: 14/12/2020, 16ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação:14/12/2020)
Ademais, em relação ao crime de lesão corporal praticado no âmbito doméstico (art. 129, §9º, do Código Penal, verifico a existência de causa de extinção da punibilidade do réu em razão da longa tramitação do processo, o que ensejou a perda do direito de punir do Estado pela incidência do instituto da prescrição da pretensão punitiva virtual ou antecipada.
Nesse trilhar, observa-se que desde o recebimento da denúncia em 01/08/2018 até a presente data já se atingiu o prazo prescricional sem ter havido qualquer causa suspensiva ou interruptiva da prescrição.

Nessa medida, considerando que não consta nos autos outras anotações criminais em desfavor do réu, considerando a confissão dada em sede policial e considerando que sua conduta não demonstra culpabilidade acentuada, considerando o laudo de exame de corpo de delito de fl. 25, verifica-se que em uma provável condenação a pena aplicada não superaria 06 (seis) meses de detenção.
Assim, verifica-se que todo o esforço processual penal não surtiria efeito, ante a incidência da prescrição em face da pena a ser aplicada (art. 109, VI, CP). Em razão disso, entendo que resta caracterizada a carência de ação por falta de interesse processual ante a prescrição em perspectiva, aplicando em consequência a prescrição virtual, ou prescrição antecipada, como descrevem alguns doutrinadores em razão da prolongada marcha processual, fato que afronta o princípio constitucional da razoável duração do processo, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, corolários dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República.
Já decidiu o Tribunal Regional Federal da 1ª Região:
PROCESSO PENAL. PRESCRIÇÃO ANTECIPADA, EM PERSPECTIVA OU VIRTUAL.
1. A doutrina e a jurisprudência divergem, quanto à prescrição antecipada, predominando, no entanto, a orientação que não a admite.
2. A prescrição antecipada evita um processo inútil, um trabalho para nada, para chegar-se a um provimento jurisdicional de que nada vale, que de nada servirá. Desse modo, há de reconhecer-se ausência do interesse de agir.
3. Não há lacunas no Direito, a menos que se tenha o Direito como lei, ou seja, o Direito puramente objetivo. Desse modo, não há falta de amparo legal para aplicação da prescrição antecipada.
4. A doutrina da plenitude lógica do direito não pode subsistir em face da velocidade com que a ciência do direito se movimenta, de sua força criadora, acompanhando o progresso e as mudanças das relações sociais. Seguir a lei "à risca, quando destoantes das regras contidas nas próprias relações sociais, seria mutilar a realidade e ofender a dignidade do espírito humano, porfiosamente empenhado nas penetrações sutis e nos arrojos de adaptação consciente" (Pontes de Miranda).
5. "Se o Estado não exerceu o direito de punir em tempo socialmente eficaz e útil, não convém levar à frente ações penais fundadas de logo ao completo insucesso"(Juiz Olindo Menezes).
6. "O jurista, como o viajante, deve estar pronto para o amanhã" (Benjamim Cardozo).
(TRF 1. RCCR 2002.34.00.028667-3/DF; RECURSO CRIMINAL, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO, TERCEIRA TURMA, 14/01/2005 DJ p.33)
O interesse processual é caracterizado pela pretensão punitiva do Estado. Inexistindo pena a ser aplicada pelo reconhecimento da prescrição da pena in concreto, inexistirá, por questões óbvias, o interesse processual.
IV ¿ DISPOSITIVO
Diante do exposto e de tudo mais que consta nos autos, com fulcro nos artigos 107, IV, 109, VI, 117, I, 119, todos do Código Penal e art. 61 do Código de Processo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE ARILSON BARBOSA BARRETO.
Publique-se. Registre-se. Intime-se o réu e a vítima.
Caso o réu e a vítima não sejam encontrados no endereço constante nos autos, desde já autorizo sua intimação, via EDITAL, no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 392 do Código de Processo Penal.
Ciência ao Ministério Público.
Com o trânsito em julgado e o cumprimento das determinações desta sentença, dê-se baixa na distribuição, arquivando-se este processo.
Serve a sentença como MANDADO.
Oriximiná/PA, 04 de novembro de 2021.
Wallace Carneiro de Sousa
Juiz de Direito

COMARCA DE OBIDOS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OBIDOS

PROCESSO n.º 0002541-36.2020.8.14.0035. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. REQUERENTE: A.O.G. REQUERIDO: L.G.S.B

SENTENÇA: III ¿ DISPOSITIVO Diante do acima exposto, em observância às regras processuais acima dispostas, reconheço a estabilizaç¿o da tutela antecipada deferida no início do processo, e mantenho as **medidas protetivas já fixadas**, o que faço nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, o que faço nos termos do art. 485, X, do CPC. Publique-se no Diário da Justiça. Intime-se a vítima para ciência desta sentença, bem como para dizer se as medidas protetivas est¿o sendo cumpridas. Após, caso n¿o haja requerimento de qualquer natureza ou informaç¿o de descumprimento das medidas protetivas, arquivem-se os autos com baixa. Expedientes necessários. Óbidos/PA, 25 de agosto de 2021. **Clemilton Salom¿o De Oliveira.** Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de ÓBIDOS/PA

COMARCA DE ALENQUER

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ALENQUER

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
SECRETARIA DA VARA UNICA DE ALENQUER
Proc. n.º 00029897620188140003

ATO ORDINATÓRIO
De ordem, nos termos dos Provimentos 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, I, do mesmo CJRMB/TJE-PA e pela Ordem de Serviço 001/2021, fica intimado (a) o(a) advogado Dr. Alexandre Pereira Pinto-OAB/PA-27602-A (Escritório na cidade de Alenquer/PA), para que no prazo de lei apresentar as Alegações Finais nos autos do processo n.º 0002989-76.2018.8.14.0003- réu ANA PAULA DOS SANTOS SILVA.
Alenquer ¿ PA, 09 de novembro de 2021.

Jamisson Corrêa de Sousa
Servidor Judiciário lotado na Comarca de Alenquer
Mat. 1511-3-TJE/PA.
(Assinado nos termos do Provimento 006/2006-CJRMB, art. 1º, § 2º, IV, aplicado no âmbito das Comarcas do Interior Provimento 006/2009-CJCI)

ATO ORDINATÓRIO

De ordem, nos termos dos Provimentos 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, I, do mesmo CJRMB/TJE-PA e pela Ordem de Serviço 001/2021, fica intimado (a) o(a) advogado Dr. João Portilio Ferreira Bentes Junior-OAB/PA-15.419 (Escritório na cidade de Alenquer/PA), para que no prazo de lei apresentar as Alegações Finais nos autos do processo n.º 0002989-76.2018.8.14.0003- réu JOÃO PAULO DOS SANTOS SILVA.
Alenquer ¿ PA, 09 de novembro de 2021.

Jamisson Corrêa de Sousa
Servidor Judiciário lotado na Comarca de Alenquer
Mat. 1511-3-TJE/PA.
(Assinado nos termos do Provimento 006/2006-CJRMB, art. 1º, § 2º, IV, aplicado no âmbito das Comarcas do Interior Provimento 006/2009-CJCI)

ATO ORDINATÓRIO

De ordem, nos termos dos Provimentos 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, I, do mesmo CJRMB/TJE-PA e pela Ordem de Serviço 001/2021, fica intimado (a) o(a)

advogado Dr. João Portilio Ferreira Bentes Junior-OAB/PA-15.419 (Escritório na cidade de Alenquer/PA), para que no prazo de lei proceda a devolução dos autos do processo n.º 0000437-46.2015.8.14.0003- réu ALANON DOS SANTOS DE JESUS.
Alenquer ¿ PA, 09 de novembro de 2021.

_____

Jamisson Corrêa de Sousa
Servidor Judiciário lotado na Comarca de Alenquer
Mat. 1511-3-TJE/PA.
(Assinado nos termos do Provimento 006/2006-CJRMB, art. 1º, § 2º, IV, aplicado no âmbito das Comarcas do Interior Provimento
006/2009-CJCI)

COMARCA DE CAPANEMA

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

PROCESSO: 00015498820138140013 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES Ação: Execução Fiscal em: 25/07/2021---EXEQUENTE:AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS Representante(s): OAB 13884-B - JOSE EDUARDO DE LUCENA FARIAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SEGURANCA SAUDE CENTER OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE LTDA EXECUTADO:JOSIAS DA SILVA NEVES EXECUTADO:SEBASTIANA DE JESUS PAIVA DO NASCIMENTO.

VISTOS ETC. Em consulta ao sistema LIBRA, constatei que existem em trâmite neste juízo, além dos presentes autos, as seguintes execuções fiscais envolvendo a AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ¿ ANS e a SEGURANÇA SAÚDE CENTER ¿ OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE LTDA: 0001147-92.2008.8.14.0013. 0001549-88.2013.8.14.0013. 0004565-50.2013.8.14.0013. 0004566-35.2013.8.14.0013. 0002938-11.2013.8.14.0013. 0002937-26.2013.8.14.0013. 0001496-73.2014.8.14.0013. 0002866-87.2014.8.14.0013. 0004409-28.2014.8.14.0013. 0005702-33.2014.8.14.0013. 0001473-30.2014.8.14.0013. Conforme já certificado às fls. 35, 50 e 51, destes autos, processo nº 0001549-88.2013.8.14.0013, executada dissolveu-se irregularmente e não possui ativos em conta corrente ou veículos em seu nome, pelo que a penhora on line já restou frustrada. Em petição de fls. 53, a exequente requer o redirecionamento da execução da execução fiscal para os sócios-gerentes. Outrossim, às fls. 40/44 dos autos do processo nº 0001473-30.2014.8.14.0013 já houve o pagamento das despesas de deslocamento do oficial de justiça para cumprimento da diligência citatória aos sócios gerentes. Isto posto, determino: 1º A reunião de todos os processos declinados pela conexão e conveniência de eventual unidade da garantia, indicando o processo nº processo nº 0001549-88.2013.8.14.0013 como principal, no qual deverão ser realizados todos os atos processuais envolvendo a relação jurídico-tributária envolvendo as partes; 2º Defiro o redirecionamento de todas as execuções fiscais propostas pela exequente contra a executada aos seus sócios gerentes, visto que comprovada sua dissolução irregular. Proceda-se à retificação da capa do processo; 3º Remetam-se todos os autos, devidamente apensados, à exequente para que proceda, no prazo de 15 dias, à unificação do valor dos créditos tributários pretendidos nestas execuções contra a executada, pena de extinção da execução; 4º Informado o valor atualizado e global dos débitos, expeçam-se mandados de citação e penhora a serem cumpridos nos endereços declinados às fls. 55,56 destes autos; 5º junte-se cópias desta decisão nos processos informados. Após, imediatamente conclusos. P.R.I. Capanema, 24 de julho de 2021. ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES.

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE CAPANEMA

ATO ORDINATÓRIO - Processo nº **0001311-06-2012.8.14.0013 DENUNCIADO: CARLOS ALBERTO ALVES DE LIMA (**Advogado MARCOS AURELIO DE JESUS MENDES - **OAB ¿ PA 7363)** Nos termos do Art. 1º, § 2º, IV, do Provimento nº 006/2006-CJRMB c/c artigo 1º do Provimento 006/2009-CJCI, onde delega poderes ao Diretor de Secretaria para praticar atos de administração e expediente, sem caráter decisório, **fica o advogado constituído nos autos intimado para participar da audiência designada para o dia 06-12--2021, às 11:00min, que ocorrerá de forma eletrônica (por VIDEOCONFERÊNCIA), mediante aplicativo Teams, devendo o mesmo fornecer endereço de email para o encaminhamento de devido Link de acesso.** Capanema/PA, 09 de Novembro de 2021. Aldo Araujo Marinho, Mat. 115444. Vara Criminal de Capanema/PA.

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ

RESENHA: 07/10/2021 A 07/10/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE SAO FRANCISCO DO PARA - VARA: VARA UNICA DE SAO FRANCISCO DO PARA PROCESSO: 00048025820158140096 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NATALIA ARAUJO SILVA A??o: Alvará Judicial em: 07/10/2021 REQUERENTE:MARIA DE SOUSA MODESTO Representante(s): MARCOS ANTONIO BARROSO CERQUEIRA (DEFENSOR) . Processo nÂº 0004802-58.2015.8.14.0096/ALVARÃ JUDICIAL REQUERENTE: Maria de Souza Modesto, brasileira, viÃºva, aposentada, portadora do RG nÂº 5777556 PC/PA, CPF: 243.805.042-04, residente e domiciliada na Vila do Carmo, s/n, zona rural, SÃ£o Francisco do ParÃ¡ - ParÃ¡. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Trata-se de procedimento de jurisdiÃ§Ã£o voluntÃ¡ria por meio do qual a autora, devidamente qualificada nos autos, pleiteia a liberaÃ§Ã£o de valores, depositados na conta corrente nÂº. 852619-2, Banco Bradesco, AgÃªncia 6667-2, em nome do cÃ´njuge, MAXIMINO CAMPOS MODESTO, falecido em 10/03/2015. Â Â Â Â Â Â AssistÃªncia judiciaria gratuita deferida. Expediu-se ofÃ-cios para verificar a existÃªncia de saldo e a relaÃ§Ã£o de dependentes do falecido perante o INSS. Â Â Â Â Â Â MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pela procedÃªncia do pedido (fl. 58 v.). Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â A Lei 6.858/80, em seu art. 1Âº, prevÃª o pagamento aos dependentes habilitados ou aos sucessores previstos na lei civil dos valores nÃ£o recebidos em vida pelo respectivo titular: Â¿Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de ServiÃ§o e do Fundo de ParticipaÃ§Ã£o PIS-PASEP, nÃ£o recebidos, em vida pelos respectivos titulares, serÃ£o pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a PrevidÃªncia Social ou na forma da legislaÃ§Ã£o especÃ-fica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvarÃ¡ judicial, independentemente de inventÃ¡rio ou arrolamentoÂ¿. (Grifo Nosso). Â Â Â Â Â No caso, inexistem dependentes habilitados no INSS, conforme documento de fl. 52, no entanto, a requerente demonstrou que era esposa do falecido, tendo juntado cÃ³pia da certidÃ£o de casamento (fl. 08), documentos pessoais doÂ de cujus, dentre outras provas da relaÃ§Ã£o de parentesco e de sucessÃ£o. Â Â Â Â Â Ademais, a certidÃ£o de Ã³bito informa que nÃ£o hÃ¡ bens a inventariar (fl. 10). Â Â Â Â Â A parte autora tambÃ©m apresentou documento com assinatura reconhecida em cartÃ³rio de todos os filhos autorizando-a a retirar os rendimentos porventura existentes em nome do falecido. Â Â Â Â Â Assim, os documentos que acompanham a inicial sÃ£o suficientes para o deferimento do pedido. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, determinando a expediÃ§Ã£o de AlvarÃ¡ Judicial para o fim de autorizar o levantamento junto ao BANCO BRADESCO DAS QUANTIAS DEPOSITADAS EM CONTA BANCÃRIA DE TITULARIDADE DO SR. MAXIMINO CAMPOS MODESTO (CPF 067.154.862-04, RG 4961356, filho de TeÃ³fila de Sousa Modesto), incluindo PIS/PASEP, FGTS ou outros valores a qualquer tÃ-tulo, depositados em conta corrente ou poupanÃ§a, devidamente atualizados atÃ© a data do pagamento, por conseguinte, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito (art. 487, I, do CPC). Â Â Â Â Â Sem custas, em virtude do deferimento da gratuidade judiciÃ¡ria. Â Â Â Â Â Diante da evidente falta de interesse recursal, determino a certificaÃ§Ã£o do trÃ¢nsito em julgado, que ocorrerÃ¡ na data da publicaÃ§Ã£o desta sentenÃ§a. ApÃ³s, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente como alvarÃ¡ judicial. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â SÃ£o Francisco do ParÃ¡, 07 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â NATÃLIA ARAÃJO SILVA Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Substituta respondendo pela Comarca deÂ SÃ£o Francisco do ParÃ¡ Â Â Â Â Â Portaria nÂº 1572/2021-GP PROCESSO: 00013848320138140096 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Divórcio Litigioso em: REQUERENTE: M. S. C. S. Representante(s): OAB 16518-B - JOAQUIM AZEVEDO LIMA FILHO (DEFENSOR) REQUERIDO: R. N. A. S.

RESENHA: 24/09/2021 A 24/09/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE SAO FRANCISCO DO PARA - VARA: VARA UNICA DE SAO FRANCISCO DO PARA PROCESSO: 00003068520108140096 PROCESSO ANTIGO: 201010001597 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NATALIA ARAUJO SILVA A??o: Execução Fiscal em: 24/09/2021 EXEQUENTE:CAIXA ECONIMICA FEDERAL

Representante(s): OAB 2449 - MARIA AMELIA MAIA FRANCO (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE MARIA BARBOSA MARQUES. NÃºmero: 0000306-85.2010.8.14.0096 EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL EXECUTADO:Â JOSÃ MARIA BARBOSA MARQUES SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Trata-se de ExecuÃ§Ã£o Fiscal movida pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL Â em face de JOSÃ MARIA BARBOSA MARQUES, partes devidamente qualificadas nos autos. Â Â Â Â Â Â Alega o exequente que o executado Ã© devedor da quantia de R$ 3.919,92, encontrando-se o crÃ©dito respaldado na CertidÃ£o de DÃ-vida Ativa anexada aos autos (fls. 10/21). Â Â Â Â Â Â Estando em termos a petiÃ§Ã£o inicial, na forma do art.6Âº da Lei 6.830/80, foi ordenada a citaÃ§Ã£o do Executado (fl. 32). Â Â Â Â Â Â Seguiram-se os demais atos processuais. Â Â Â Â Â Â Ã fl. 80 a exequente requereu a extinÃ§Ã£o do feito, em razÃ£o do pagamento da dÃ-vida. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â No caso em anÃ¡lise, verifico que o pagamento da dÃ-vida se deu extrajudicialmente, como informando pelo exequente. Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÃÃO, em razÃ£o do pagamento (art. 924, I, CPC), por conseguinte, julgo extinto o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fulcro no art. 487, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Diante da evidente falta de interesse recursal, determino a certificaÃ§Ã£o do trÃ¢nsito em julgado, que ocorrerÃ¡ na data da publicaÃ§Ã£o desta sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â SÃ£o Francisco do ParÃ¡, 24 de setembro de 2021. Â Â Â Â Â Â NATÃLIA ARAÃJO SILVA Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Substituta respondendo pela Comarca deÂ SÃ£o Francisco do ParÃ¡ Â Â Â Â Â Portaria nÂº 1572/2021-GP PROCESSO: 00001621220158140096 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Divórcio Litigioso em: REQUERENTE: F. S. S. REQUERIDO: E. S. S. PROCESSO: 00278062720158140096 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: INFRATOR: B. S. V. Representante(s): OAB 9620 - JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIO (ADVOGADO) OAB 10989 - MARCIA SIMONE ARAGAO SAMPAIO (ADVOGADO) OAB 27614 - AYRTON RODRIGO DA SILVA SAMPAIO (ADVOGADO) AUTOR: M. P. E. P.

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE SAO FRANCISCO DO PARA - VARA: VARA UNICA DE SAO FRANCISCO DO PARA PROCESSO: 00001612720158140096 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NATALIA ARAUJO SILVA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021 REQUERENTE:RAIMUNDO SOUZA DO ROSARIO Representante(s): MARCOS ANTONIO BARROSO CERQUEIRA (DEFENSOR) REQUERIDO:ANTONIO MARCOS FERREIRA LIMA REQUERIDO:ORLANDINA GALVAO DA TRINDADE REQUERIDO:DEMAIS OCUPANTES DO LOCAL. AUTOS: 0000161-27.2015.8.14.0096 REQUERENTE: RAIMUNDO SOUZA DO ROSÃRIO, brasileiro, casado, paraense,Â RG 1877241 SSP/PA, CPF 091.481.912-72, residente no Ramal do Carmo, sÃ-tio SÃ£o Raimundo, Vila do Cipoal, Ã¡rea rural de SÃ£o Francisco do ParÃ¡. REQUERIDOS: JoÃ£o Rodrigues da Trindade; Orlandina GalvÃ£o da Trindade; e AntÃ´nio Marcos Ferreira Lima DECISÃO Â Â Â Â Â Considerando que os rÃ©us JoÃ£o Rodrigues da Trindade e Orlandina GalvÃ£o da Trindade foram citados e nÃ£o apresentaram contestaÃ§Ã£o, DECRETO A REVELIA dos rÃ©us, com a aplicaÃ§Ã£o de seus efeitos. Â Â Â Em tempo, intime-se o requerente, pessoalmente, para que, no prazo de 10 (dez dias), informe: a)Â Â Â Â Â A atual situaÃ§Ã£o do terreno em disputa, quem estÃ¡ residindo ou trabalhando no local, ou se a situaÃ§Ã£o foi solucionada; b)Â Â Â Â Â Informar o endereÃ§o atual do requerido AntÃ´nio Marcos Ferreira Lima, pois nÃ£o foi localizado no endereÃ§o da cidade de Dourados/MS ou se requer a desistÃªncia do processo em relaÃ§Ã£o a ele; c)Â Â Â Â Â Demais informaÃ§Ãµes sobre a situaÃ§Ã£o em questÃ£o. Â Â Â Â Â Informe-se ao autor que as informaÃ§Ãµes acima poderÃ£o ser prestadas diretamente no fÃ³rum, tendo em vista que estÃ¡ representado pela defensoria, cuja sede Ã© em Castanhal sendo mais difÃ-cil o acesso. Â Â Â Â Â Advirta-o de que o nÃ£o cumprimento da diligÃªncia acarretarÃ¡ na extinÃ§Ã£o do processo. Â Â Â Â Â SERVIRÃ COMO MANDADO. Promova-se a migraÃ§Ã£o para o PJE. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. SÃ£o Francisco do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. NATÃLIA ARAÃJO SILVA JuÃ-za de Direito Substituta respondendo pela Comarca deÂ SÃ£o Francisco do ParÃ¡ Portaria nÂº 1572/2021-GP PROCESSO: 00012025820178140096 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NATALIA ARAUJO SILVA A??o: Inventário em: 09/11/2021 REQUERENTE:SERGIO PAULO SOARES DE LIMA Representante(s): OAB 14732 - DANIEL PENA SHESQUINI (ADVOGADO) OAB 21363 - EDER NILSON VIANA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE:VERA LUCIA SOARES DE LIMA SOUZA REQUERENTE:IZAIAS DE JESUS SOARES DE LIMA REQUERENTE:LUCIDEIA DE LIMA MEDEIROS REQUERENTE:RAIMUNDO NONATO

SOARES DE LIMA REQUERENTE:DULCELEIA DE LIMA PINHEIRO ENVOLVIDO:FRANCISCO SOARES DE LIMA E OUTRO HERDEIRO:FRANCISCO DE ASSIS SOARES DE LIMA Representante(s): OAB 20044 - ANDREA LUIZA ALHO ALMEIDA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0001202-58.2017.8.14.0096 AÃÃO DE INVENTÃRIO E PARTILHA REQUERENTE (INVENTARIANTE): SERGIO PAULO SOARES DE LIMA, DECISÃO Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio e Partilha proposta por 6 (seis) dos 8 (oito) herdeiros do falecido Francisco Soares de Lima, cujo Ã³bito ocorreu em 18/11/2013. Narra a inicial que o de cujos deixou 3 (trÃªs) bens imÃ³veis a inventariar, bem como 8 (oito) herdeiros, sendo que somente 2 (dois) nÃ£o compÃµe o polo ativo da demanda, Luiz SÃ©rgio Soares de Lima e Francisco de Assis Soares de Lima. Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 36 nomeou como inventariante o Sr. SÃ©rgio Paulo Soares de Lima, um dos herdeiros. Â Â Â Â Â O herdeiro Luiz SÃ©rgio Soares de Lima, devidamente citado, nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o (fl. 49 e 78) e o herdeiro Francisco de Assis Soares de Lima manifestou-se impugnando os bens descritos na inicial (fls. 51/62 e 72/77). Â Â Â Â Â Alegou o citado herdeiro que apenas 1 (um) imÃ³vel seria parte integrante do espÃ³lio e que, os dois imÃ³veis indicados Ã fl. 04 (dois terrenos urbanos situados na Rua EsperanÃ§a Real, lotes 39 e 40) seriam de sua propriedade. Â Â Â Â Â Â Posteriormente, tanto o MinistÃ©rio PÃºblico (fl. 39, v.) quanto a UniÃ£o manifestaram desinteresse em integrar o feito (fls. 80/110). Â Â Â Â Â Â Â Intimado para manifestar-se, o Estado do ParÃ¡ juntou aos autos Laudo e DAEÂ¿s para recolhimento do ITCMD e requereu a intimaÃ§Ã£o dos requerentes para pagamento (fl. 119/121). Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Da anÃ¡lise dos autos, verifica-se a ausÃªncia de alguns documentos, como certidÃ£o de inexistÃªncia de dÃ©bito e de inventÃ¡rio, bem como que alguns dos bens arrolados na inicial estÃ£o registrados no nome do herdeiro Francisco de Assis Soares de Lima (fls. 31/35). Â Â Â Â Â Portanto, intime-se o inventariante para que, no prazo de 15 (quinze) dias: a)Â Â Â Â Â Manifeste-se sobre a impugnaÃ§Ã£o ofertada pelo herdeiro Francisco de Assis Soares de Lima (fls. 51/62 e 72/77); b)Â Â Â Â Â Apresente certidÃ£o de nascimento dos falecidos, tÃ-tulo do imÃ³vel localizado na Travessa 98, km 9, SÃ£o Francisco do ParÃ¡, bem como certidÃ£o de inexistÃªncia de dÃ©bitos municipais (retiradas por meios virtuais) e certidÃ£o de inexistÃªncia de testamento, em cumprimento ao teor do Provimento nÂº 56/2016 do CNJ, que estabelece a obrigatoriedade, para fins de processamento dos inventÃ¡rios, da juntada de certidÃ£o acerca da inexistÃªncia de testamento deixado pelo(a)(s) autor(a)(as)(es) da heranÃ§a, a ser obtida mediante consulta ao Registro Central de Testamentos on line (RCTO), mÃ³dulo de informaÃ§Ã£o da CENSEC - Central Notarial de ServiÃ§os Compartilhados; c)Â Â Â Â Â Manifeste-se sobre a petiÃ§Ã£o da Procuradoria Geral do Estado do ParÃ¡ de fls. 119/120 referente ao recolhimento do ITCMD (total R$ 8.000,00); d)Â Â Â Â Â Manifeste-se sobre a possibilidade de conversÃ£o do rito para arrolamento de bens (sumÃ¡rio ou comum), desde que haja concordÃ¢ncia de todos os herdeiros e obedecidas as normas do CPC (art. 650 e seguintes). Â Â Â Â Â ApÃ³s, promova-se a migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJE, na forma da portaria nÂº 1833/2020-GP, de 03.09.20. Â Â Â Â Â SÃ£o Francisco do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â NATÃLIA ARAÃJO SILVA Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Substituta respondendo pela Â Â Â Â Â Comarca deÂ SÃ£o Francisco do ParÃ¡ Â Â Â Â Â Portaria nÂº 1572/2021-GP PROCESSO: 00042263120168140096 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NATALIA ARAUJO SILVA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021 REQUERENTE:RAIMUNDO ANGELO DE LIMA Representante(s): OAB 20428 - ELLISON COSTA CEREJA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA MADALENA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 21418 - VIVIANE CRISTINA VIANA PINHEIRO (ADVOGADO) . Processo nÂº 0004226-31.2016.8.14.0096 Â AÃO DE EXECUÃO FISCAL AUTOR: RAIMUNDO ANGELO DE LIMA RÃ: MARIA MADALENA DO NASCIMENTO DECISÃO Â Â Â Â Â Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe se possui interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Inexistindo manifestaÃ§Ã£o, intime-se a parte rÃ© para que se manifeste. Havendo manifestaÃ§Ã£o, retornem os autos conclusos para anÃ¡lise da necessidade de realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia. SÃ£o Francisco do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. NATÃLIA ARAÃJO SILVA JuÃ-za de Direito Substituta respondendo pela Comarca de SÃ£o Francisco do ParÃ¡ Portaria nÂº 1572/2021-GP

COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

ADVOGADO: WALDER EVERTON COSTA DA SILVA, OAB/PA N.º 21.627
PROCESSO:0800561-42.2021.8.14.0049
DENUNCIADO: FÁBIO JORGE DOS SANTOS ALBUQUERQUE

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA
AUDIÊNCIA: 25/11/2021, 11H30
LINK PARA ACESSO À AUDIÊNCIA:
https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3a39756568e19a426c92d1edd2ffe509cd%40thread.skype/1636395451972?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22475c0c9a-a66d-4d30-a31d-38648d82af33%22%7d

EDSON MANOEL BEZERRA
Auxiliar Judiciário

Autos nº: 0003859-46.2019.8.14.0049Acusado: Edmilson Barros Paz
DESPACHO
Ante a resposta à acusação apresentada nos autos, intime-se a causídica MARTABARRIGA (OAB/PA nº 7156) para que junte instrumento procuratório, no prazo de 05(cinco) dias.02) Não obstante o item anterior e as certidões de fls. 29 e 36, renove-se as diligênciascitatórias dos acusados nos endereços fornecidos pelo dominus litis (fls. 23/25).
Santa Izabel do Pará, 30 de agosto de 2021.ELANO DEMÉTRIO XIMENESJuiz de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Santa Izabel do Pará

COMARCA DE MOJÚ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOJÚ

AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA - PROC. 0004773-04.2018.814.0031 ¿ REQUERENTE: JEOVA PERES DAS CHAGAS - (DEFENSORIA) - INTERDITANDO: AGOSTINHO PERES DE SENA

EDITAL

Posto isto, julgo PROCEDENTE o objeto da ação para decretar a interdição de AGOSTINHO PERES DE SENA, para todos e quaisquer atos da vida civil e nomeio para substituir o múnus de curatela o seu irmão, o Sr. JEOVÁ PERES DAS CHAGAS.

Expeça-se mandado para averbação no registro civil e edital que será publicado por três vezes no DJE/PA, com intervalo de dez dias.

Oficie-se ao EG. TRE/PA para eventual suspensão dos direitos políticos do interditando.

Sem honorários e custas pela parte autora. Fixo honorários periciais no valor de R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), a serem pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do Provimento Conjunto n. 010/2016 ¿ CJRMB/CJCI. Fixo ainda honorários advocatícios ao curador especial, Dr. Dalton de Carvalho Neto, OAB/PA n° 26.371, em R$ 800,00.

Transitada em julgado, arquivem-se estes autos com as anotações de praxe.

P. R. I. C. ciência ao MP e a DP.

Moju, 06 de outubro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

001293-85.2015.8.14.0031. DENÚNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ART. 16, INCISO IV, DA LEI Nº 10.826/03. RÉU: GUSTAVO DOS SANTOS OLIVEIRA. ADVOGADO: JOSÉ GODOFREDO RABELO FILHO - OAB/PA: 19743. VITIMA: A.C.-O.E.

SENTENÇA

O Representante do Ministério Público ofereceu denúncia, em 14.05.2015, contra GUSTAVO DOS SANTOS OLIVEIRA, dando-o como incurso nas sanções punitivas do art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003.

Narra a peça acusatória que na manhã do dia 10.04.2015, por volta das 16h00min, policiais militares realizavam ronda neste Município quando avistaram e abordaram o acusado em via pública, na PA-150, Km Zero, em frente à Feira do Produtor Rural, Bairro Almir Gabriel, com ele encontrando um revólver calibre 38, com numeração adulterada, contendo três munições do mesmo calibre. Perante a autoridade

policial o réu teria confirmado que a arma era de sua propriedade e disse que estava com o referido objeto porque pretendia recuperar um aparelho celular da sua prima DAYANA que teria sido roubado por uma ¿¿gangue¿¿ do Bairro do Almir Gabriel.

Denúncia recebida.

O réu foi citado e ofertou resposta à acusação nos autos às fls. 12/13.

Durante a instrução, foram ouvidas duas das testemunhas arroladas pela acusação e interrogado o réu, conforme termos e mídia de fls. 43/44 e 54/55.

O exame de balística foi realizado conforme o Laudo n. 2015.05.000224-BAL.

Em suas alegações derradeiras, o Representante do Ministério Público pugnou pela procedência da denúncia, uma vez comprovadas a autoria e materialidade do delito. Cumprindo seu mister, o advogado pugnou pela que fosse considerado que o acusado é réu confesso, demonstrou arrependimento, é jovem e trabalhador. Ao fim, rogou pela concessão do regime semiaberto uma vez que o acusado preenche os requisitos necessários.

É O RELATÓRIO.

DA FUNDAMENTAÇÃO E DECISÃO.

Imputou o Ministério Público a GUSTAVO DOS SANTOS OLIVEIRA a prática do delito de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, por assemelhação, descrito no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003.

Da análise do conjunto probatório produzido no bojo dos autos, extrai-se comprovadas a autoria e a materialidade da conduta criminosa atribuída ao réu, só que pela prática, todavia, do crime previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/2003, conforme a seguir melhor explicito.

1 ¿ DA AUTORIA E MATERIALIDADE

O delito de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, por assemelhação, encontra-se descrito no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003, com a seguinte dicção:

¿¿Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena ¿ reclus¿o, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

(...)

IV ¿ portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;¿¿

No caso vertente, no Laudo n. 2015.05.000224-BAL consta a descrição do artefato como ¿¿uma arma de fogo tipo revólver, calibre 38, sem marca e n° de série aparentes, acabamento niquelado, ...¿¿, no qual n¿o restou comprovado se a numeração da arma de fogo foi raspada, suprimida ou adulterada e se eventual desgaste decorreu de ação humana ou por influência do tempo.

Note-se que embora este Juízo tenha solicitado a complementação da referida perícia técnica para esclarecer a lacuna (fl. 43), a diligência restou inviável, diante da precedente remessa da arma ao Comando do Exército, conforme documentos de fls. 45/46.

Descabe, assim, a presunção de que o desgaste é imputável ao réu, em favor do qual a dúvida sempre milita. Nesse sentido, veja-se:

¿¿PENAL. PORTE DE ARMA DE FOGO SEM NUMERAÇÃO. SUPRESSÃO NÃO COMPROVADA PELA PERÍCIA TÉCNICA. RECLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA O TIPO DO ARTIGO 14 DA LEI 10.826/2003. CORREÇÃO DA DOSIMETRIA DA PENA. PRETENSÃO AO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. IMPROCEDÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. 1 Réu condenado por infringir o artigo 16, parágrafo único, inciso IV da Lei 10.826/200314, depois de ter sido preso em flagrante quando portava, andando na rua, um revólver calibre 38 sem numeração aparente. Constatou-se, ainda, que mantinha guardada em casa uma espingarda calibre 36 na mesma condição. 2 Não há prova cabal da adulteração da numeração de série das armas apreendidas, conforme concluiu o laudo pericial, impondo-se a reclassificação da conduta para o tipo mais ameno do artigo 14 da lei de regência. 3 Mantém-se a prisão preventiva quando subsistem os motivos que a justificaram. A confirmação da sentença no segundo grau de jurisdição os robustecem, também possibilitando a execução provisória da pena e, eventualmente, a concessão de benefícios. Não há incompatibilidade entre o regime inicial semiaberto e a negativa do direito de recorrer em liberdade, cabendo ao Juízo da Execução decidir sobre a detração penal. 5 Apelação conhecida em parte e, nesse ponto, parcialmente provida¿¿. (TJ-DF 20170710073957 DF 0007052-64.2017.8.07.0007, Relator: GEORGE LOPES, Data de Julgamento: 02/08/2018, 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 15/08/2018 . Pág.: 130/141)

Com o afastamento da conduta de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, por assemelhação, impõe-se a desclassificação da conduta para o tipo do art. 14 da Lei 10.406/2003.

Desse modo, a materialidade do delito restou comprovada pelo auto de apresentação e apreensão de fls. 11 dos r. autos do IPL, assim como pelo Laudo pericial n. 2015.05.000224-BAL juntado à fl. 20, espancando qualquer (inexistente) controvérsia quanto à existência da arma de fogo e ao fato de ter sido encontrada em poder do acusado, segundo unanimemente afirmaram as testemunhas arroladas pela acusação, em harmonia com as declarações prestadas pelo réu, o qual, desde a fase policial, confirmou a prática do ilícito do qual foi acusado.

Muito embora há tempos a confissão tenha perdido ¿ se é que algum dia teve ¿ o status de ¿rainha das provas¿, sua importância ganha especial relevo quando em harmonia com os demais elementos do elenco probatório. Assim, a confissão do acusado é prova segura de sua responsabilidade pelo fato que lhe foi imputado, havendo coincidência minudente com as circunstâncias já apuradas em relação ao fato criminoso.

As testemunhas-policiais WLADIMIR DE OLIVEIRA LEITE e RAIMUNDO JUNIOR MORAES, em juízo, prestaram relatos coerentes dando conta da prática do ocorrido conforme os termos descritos na denúncia. Discorreram que estavam realizando ronda neste Município, ocasião em que avistaram o réu e outro indivíduo em uma motocicleta vermelha e embora estes tenham tentado empreender fuga do local foram interceptados em frente à Feira do Produtor Rural, momento em que se procederam à revista pessoal, encontrando em posse do denunciado a arma de fogo, calibre 38, raz¿o pela qual este fora preso em flagrante delito.

No particular, quadra referir que o fato de as testemunhas serem os policiais que participaram da diligência, por essa só condição, n¿o retira a credibilidade de suas declarações, consoante tem reiteradamente proclamado a jurisprudência, tanto mais no caso em apreço, ante a inequívoca confissão do acusado.

Nesse sentido, vejam-se, entre muitos, os seguintes julgados:

¿(...) Processual Penal. Testemunha policial. Prova: exame. I. O Supremo Tribunal Federal firmou o

entendimento no sentido de que n¿o há irregularidade no fato de o policial que participou das diligências ser ouvido como testemunha. Ademais, o só fato de a testemunha ser policial n¿o revela suspeição ou impedimento. II. Não é admissível, no processo de habeas corpus, o exame aprofundado da prova. III. H. C. indeferido.¿¿ (STF - HC 76.557-6 ¿ RJ ¿ DJU de 02.02.2001, p. 73)

¿Processual Penal. Narcotráfico. Flagrante. Prova policial. Validade. Reiterada jurisprudência sobre a eficácia probatória dos testemunhos reiterados em juízo pelos policiais que flagraram a prática do crime.¿ (STJ ¿ RSTJ 110/384)

O laudo de balística n. 2015.05.000224-BAL, demonstra a potencialidade lesiva do armamento apreendido em poder do réu, atestando que se encontrava em condições de funcionamento, concretizando o perigo abstrato que a norma penal violada visa reprimir. Nesse sentido, trago a lume o seguinte julgado:

¿¿AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ARTIGO 14 DA LEI N. 10.826/2003. PERÍCIA DA ARMA.
COMPROVAÇÃO DE SUA POTENCIALIDADE LESIVA. DESNECESSIDADE. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. 1. A Terceira Seção deste Sodalício consolidou o entendimento de que o crime previsto no art. 14 da Lei 10.826/03 é de perigo abstrato, cujo objeto jurídico imediato é a segurança coletiva. 2. É irrelevante, portanto, a realização de exame pericial para a comprovação da potencialidade lesiva do artefato, pois basta o simples porte de arma de fogo, ainda que desmuniciada (como no caso em apreço), em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para a incidência do tipo penal. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp 1294551/GO, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 19/08/2014)¿¿.

Ante todo o exposto, n¿o havendo a incidência de hipótese que exclua o crime ou isente o réu de pena, reputo plenamente comprovada assim a materialidade quanto a autoria do delito de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, praticado por GUSTAVO DOS SANTOS OLIVEIRA, brasileiro, natural de Moju, nascido no dia 27.03.1994, solteiro, RG n. 7412970, filho de Jackson Abreu Oliveira e Renata de Paula Rodrigues dos Santos, residente na Rua Lauro Sodré, s/n, próximo ao ¿¿Comercial do Conde¿¿, Bairro Alto, Moju/PA, raz¿o pela qual julgo parcialmente procedente a denúncia para condenar o réu nas penas do art. 14, caput, da Lei n. 10.826/2003.

2 ¿ DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

O réu agiu com culpabilidade normal à espécie.

Não registra antecedentes desabonadores.

Não há referência sobre sua conduta social e personalidade, donde se infere serem boa e ajustada, respectivamente.

Os motivos e as circunstâncias do crime n¿o lhe prejudicam.

As consequências extrapenais do delito n¿o extrapolam o que normalmente sucede.

A vítima é o próprio Estado, que de forma nenhuma contribuiu para a prática delituosa, tanto que recentemente lançou uma ampla campanha de desarmamento, fazendo ver que a conduta do acusado atenta contra a ordem pública.

Concluindo, à vista de tais circunstâncias judiciais, fixo a pena-base no mínimo legal, isto é, em 02 (dois) anos de reclus¿o e 10 (dez) dias-multa, calculados à raz¿o de 1/30 do salário mínimo vigente, pena essa que torno definitiva, eis que, em raz¿o da fixação no grau mínimo n¿o se aplicam as atenuantes. Também n¿o incidem agravantes e n¿o há causas de diminuição ou de aumento.

3 ¿ DEMAIS DETERMINAÇÕES

Fixo o regime inicial aberto para o cumprimento da pena, com fulcro no art. 33, §2º, alínea ¿¿c¿¿, do CPB.

Presentes os requisitos legais, substituo a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito, a saber, prestação de serviço à comunidade e interdição temporária de direitos, pelo mesmo tempo da pena original, na forma e condições a serem estabelecidas em audiência admonitória.

Diante do regime fixado para o cumprimento do restante da pena e a substituição ora deferida, tendo o réu respondido ao processo solto, autorizo o recurso em liberdade.

Proceda-se a restituição do aparelho de celular e da quantia apreendida ao acusado, lavrando-se auto de entrega e recebimento, pois n¿o foi demonstrado nem se pode presumir que foram adquiridos como proveito do crime.

Após o trânsito em julgado:

- lance-se o nome do réu no rol dos culpados;

- expeça-se a guia de execução para formação dos autos definitivos da execução da reprimenda, devendo a Sra. Diretora de Secretaria certificar o tempo durante o qual o condenado ficou preso provisoriamente;

- oficie-se à Justiça Eleitoral, para fins de suspensão dos direitos políticos do réu;

- oficie-se ao órgão encarregado da estatística criminal;

- façam-se as demais comunicações que se revelarem necessárias; e

- arquive-se.

Isento o réu do pagamento de custas, tanto que este fora dispensado do recolhimento da fiança que lhe fora arbitrada ante a sua hipossuficiência econômica.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público.

Moju, 14 de outubro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

PROCESSO: 0005348-46.2017.8.14.0031. DENÚNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - ARTS. 306 E 309 DA LEI Nº 9.503/97. RÉU: JOSÉ EXPEDITO DO NASCIMENTO MENDES. ADVOGADO: HALLAN REIS ANTÔNIO JOSÉ - OAB/PA: 26434. VITIMA: A.C.-O.E.

SENTENÇA

Cumprida a medida ajustada durante o período de prova na suspensão condicional do processo, impõe-se a extinção da punibilidade do autor do fato, por aplicação do §5°, do art. 89, da Lei n. 9.099/95, que têm a seguinte dicção:

¿¿Art. 89 - Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

(¿)

§ 5º - Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade¿¿.

Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do(a) autor(a) do fato, por aplicação do § 5º, do art. 89, da Lei n. 9.099/95.

Ciência ao MP. Transitada em julgado, certifique-se e arquive-se.

P. I. Cumpra-se.

Moju, 14 de outubro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

PROCESSO: 0004428-77.2014.8.14.0031. DENÚNCIA - ART. 157, § 2º, I E II DO CÓDIGO PENAL. RÉU: VANDERSON DOS SANTOS GONZAGA. PATROCINADO PELA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO. VITIMA: J.F.D.S.

SENTENÇA

O Representante do Ministério Público ofereceu denúncia contra VANDERSON DOS SANTOS GONZAGA, vulgo ¿¿PULGÃO¿¿, e DEIVITY DA SILVA, vulgo ¿¿TUÍRA¿¿, dando-os como incursos nas sanções punitivas do art. 157, § 2º, incisos I e II, do CPB, em raz¿o de terem assaltado as vítimas Joiceany Ferreira de Sousa e Osvaldina da Silva, fato ocorrido em 22.07.2014, por volta das 14h30min.

Denúncia recebida.

Na forma do art. 80 do CPP houve o desmembramento do feito, seguindo o presente processo em relação ao réu VANDERSON DOS SANTOS GONZAGA.

Apresentada resposta à acusação.

Realizada a audiência de instrução, com declarações colhidas por meio de gravação audiovisual, conforme mídia anexada aos autos.

Em sede de alegações finais, as partes apresentaram as suas razões, pugnando unanimemente pela absolvição do acusado (diante da insuficiência do quadro probatório) e aplicação do princípio in dúbio pro réu.

É O RELATÓRIO.

DA FUNDAMENTAÇÃO E DECISÃO.

O delito de roubo qualificado, tal como imputado pelo parquet, era descrito, ao tempo da ação, pelo art. 157, § 2º, incisos I e II, do CPB, com a seguinte dicção:

¿¿Art. 157. Subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena ¿ reclus¿o, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 2º. A pena aumenta-se de um terço até metade:

I ¿ se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II ¿ se há concurso de duas ou mais pessoas;¿¿

In casu, n¿o há prova judicializada a abonar a imputação direcionada ao réu.

De fato, se outrora os indícios recolhidos no procedimento inquisitorial foram reputados suficientes para instauração da ação penal, n¿o tendo sido acrescido mais nada que os corroborasse ou reforçasse, sem dúvida que hoje apresentam-se absolutamente insuficientes para subsidiar um gravoso édito condenatório. Há que haver uma necessária gradação progressiva entre os elementos que subsidiam o recebimento da denúncia e a sentença, eis que a fumaça que rende ensejo ao processamento deve apresentar-se mais densa quando do juízo meritório desfavorável ao réu, sob pena de tornar-se despicienda a atuação do togado.

Na oposição entre as versões colhidas no inquérito e aquelas produzidas sob os auspícios do contraditório e da ampla defesa, estas devem prevalecer, pois do contrário, concretamente, estar-se-ia a arrostar a vedação do art. 155 do CPP e, mais grave, as garantias processuais constitucionais correlatas do contraditório e da ampla defesa. Nesse sentido, são vários os precedentes, como a seguir exemplifico:

¿¿Os elementos produzidos durante o inquérito policial, embora n¿o sejam capazes de fundamentar uma condenação, podem ser utilizados pelo juiz para formar o seu convencimento na pronúncia, **desde que corroborados por provas produzidas com o respeito ao contraditório**. Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.¿¿ (TJPI | Recurso em Sentido Estrito Nº 2013.0001.008107-9 | Relator: Des. Erivan José da Silva Lopes | 2ª Câmara Especializada Criminal | Data de Julgamento: 26/03/2014)

Todavia, o conjunto probatório formado sob o crivo do contraditório e da ampla defesa n¿o se revela seguro e coeso, conforme justamente reconheceu inclusive o parquet, de modo que a absolvição do réu é de rigor.

Este processo foi pródigo na colheita da prova oral, logrando-se inquirir as duas vítimas (Joiceany e Osvaldina), as quais em Juízo alegaram que n¿o tinham certeza se o réu foi uma das pessoas que lhes assaltaram no dia dos fatos, inclusive, retificaram os seus depoimentos realizados em sede policial narrando que n¿o tinham certeza e sequer recordavam do reconhecimento então realizado.

As testemunhas Maria da Conceição e Waldir de Souza, embora tenham confirmado em sede judicial que foram rendidos pelos assaltantes na residência das vítimas, n¿o conseguiram proceder ao reconhecimento

dos criminosos.

Por sua vez, o acusado VANDERSON negou o cometimento do delito, inclusive, afirmou que no momento do ocorrido estaria realizando serviços na igreja.

Como se vê, ao fim e ao cabo, a instrução probatória resultou num non liquet, obviamente impedindo a prolação de um severo decreto condenatório, vez que as vítimas n¿o reconheceram os acusados, e esse fato mais agrava a distribuição do ônus probandi em desfavor da acusação, pois o réu n¿o é obrigado a provar sua inocência, mas o dominus litis tem o indeclinável dever de demonstrar a procedência da imputação.

Realmente, se para a instauração da investigação policial ou para a deflagração da instrução processual contenta-se a norma processual com a existência de indícios de autoria e materialidade da prática criminosa, convolando o cidadão presumidamente inocente na figura do suspeito, do indiciado ou do réu, o severo juízo da condenação n¿o se satisfaz senão com prova cabal, indubitável e irrefutável assim da existência do delito como de sua autoria, a fim de submeter o agente às sanções penais mediante o vínculo da culpabilidade.

Assim é porque a garantia constitucional do estado de inocência, segundo o qual ¿¿ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória¿¿, por sua própria envergadura basilar e fundamental, isto é, inerente, indispensável, intrínseca, somente cede passo quando a acusação logra reunir elementos probantes suficientes a convencer o Estado-Juiz de que o acusado praticou um fato penalmente defeso, n¿o lhe aproveitando nenhuma das excludentes de culpabilidade ou de antijuridicidade.

No caso vertente, as provas produzidas nos autos n¿o corroboraram a imputação contida na delatória, por evidente insuficiência, o que de pronto cumpre reconhecer. Nesse sentido, veja-se:

¿¿RECURSO DE APELAÇÃO ¿ SENTENÇA ABSOLUTÓRIA ¿ ARTS. 157, CAPUT, C/C 14, INC. II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL ¿ IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL ¿ PRETENSÃO ¿ CONDENAÇÃO ¿ INVIABILIDADE - CONJUNTO PROBATÓRIO CLAUDICANTE E INSENSATO [sic] PARA A CONDENAÇÃO ¿ IN DUBIO PRO REO ¿ ABSOLVIÇÃO MANTIDA ¿ RECURSO MINISTERIAL DESPROVIDO.

Para embasar o decreto condenatório a prova deve demonstrar a realidade do delito, bem como, inequivocamente caracterizar a autoria por parte do imputado. Se a prova n¿o se mostra sensata quanto a este último ponto, impõe-se a solução mais adequada, qual seja, a absolvição por falta de provas suficientes para a condenação, ensejando a incidência da parêmia ¿in dubio pro reo¿¿. (Ap 168396/2015, DES. RUI RAMOS RIBEIRO, TJMT - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 29/11/2016, Publicado no DJE 05/12/2016)

Dessarte, à míngua de provas suficientes acerca da autoria delitiva, impõe-se a improcedência da acusação, com a absolvição do acusado, eis que, como já prelecionou Carrara, ¿¿a prova, para condenar, deve ser certa como a lógica e exata como a matemática¿¿.

Ante todo o exposto, com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, julgo **improcedente** a denúncia, **absolvendo** VANDERSON DOS SANTOS GONZAGA, vulgo ¿¿PULGÃO¿¿, da imputação da prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, incisos I e II, do CPB.

Sem custas e honorários.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria. Transitada em julgado, façam-se as comunicações que se revelarem necessárias, e arquive-se.

Moju, 19 de outubro de 2021.

Juiz **WALTENCIR ALVES GONÇALVES**

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

CA:L.H.S. FINALIDAE: INTIMAR OS REPRESENTANTES DOS DENUNCIADOS, SOBRE O TEOR DO DESPACHO ABAIXO TRANSCRITO. Indefiro o pedido de fls. 364/365 formulado pela defesa do réu MARCIANO AGOSTINHO. Com efeito, a sessão de julgamento encontra-se agendada desde 18 de agosto de 2021, ou seja, com antecedência de três meses, não podendo a defesa, na undécima hora, pugnar pela cisão do ato para o qual inúmeras providências já foram adotadas por este Juízo, inclusive em decorrência de incidente pela mesma defesa provocado. Registro que a decisão liminar proferida pelo Desembargador Relator do pedido de desaforamento ajuizado pela defesa foi apenas no sentido de suspender a realização da sessão, obviamente com o intuito de resguardar a eficácia da decisão meritória a ser proferida naquele pedido; contudo, como o julgamento ocorreu de forma célere (em 18.10.2021), um mês, portanto, antes da data pré-agendada, com o indeferimento do pedido manteve-se a pauta outrora reservada. Por outro lado, a defesa do mesmo réu não logrou obter liminar em HC (702162) impetrado com o mesmo propósito (desaforamento) perante o Superior Tribunal de Justiça. Assim, com o decaimento da decisão que sustara a sessão de julgamento sem que outra causa lhe tenha sobrevindo, a data original manteve-se incólume, e todas as múltiplas e custosas providências a cargo deste Juízo já foram tomadas ou encontram-se em curso. Note-se que mesmo aviando a interposição de incidentes processuais perante a Corte Estadual e a Superior, não cuidou a defesa de formular requerimento atempado a este Juízo acerca da pretensão somente agora externada, o que a prudência decerto recomendaria, não podendo agora transferir os ônus e encargos da inércia ao aparato estatal. Ademais, registre-se que o compromisso invocado por um dos patronos da defesa foi formalmente assumido (fl. 366) em data posterior à designação da sessão de julgamento, por isso não lhe podendo afetar. Finalizando este tópico, convém destacar que o réu Marciano conta com mais de um advogado em seu patrocínio, e o advogado subscritor do pedido de desmembramento foi substabelecido, com reservas de iguais poderes, pelo advogado original e diretamente constituído pelo acusado, de modo que a ausência de um dos advogados, em princípio, não acarreta prejuízo para a defesa, máxime em se considerando que o advogado remanescente seria o que foi diretamente constituído pelo réu. Outrossim, razões de ordem prática e de segurança também desaconselham e obstaculizam a cisão do julgamento. Isso porque exatamente a defesa de Marciano suscitou incidente (Pedido de Desaforamento) no TJPA e depois impetrou HC no STJ contra a decisão do TJPA nos quais um dos argumentos funda-se em suposta ausência de segurança para que o julgamento ocorra nesta Comarca, o que levou este magistrado a assegurar, perante a Corte Estadual e o STJ, que todas as providências seriam adotadas para garantir o julgamento seguro perante no seio da comunidade onde o fato ocorreu, entre elas, o isolamento da área no entorno do prédio do Fórum, com o apoio do Departamento Municipal de Trânsito, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal, reforçando-se o policiamento e a escolta dos presos, inclusive com contingente extra, se necessário, do Batalhão de Choque do efetivo da Polícia Militar de Abaetetuba/PA. Todo esse aparato resta de inviável manutenção por dois dias seguidos ou mesmo intercalados, o que, aliás, sequer foi cogitado perante os respectivos órgãos. MOJU Praça do Estudante, nº 80 Fórum de: Endereço: CEP: 68.450-000 Bairro: Centro Fone: (91)3756-1383 Email: 1moju@tjpa.jus.br Este documento é cópia do original assinado digitalmente pelo(a) Magistrado(a) WALTENCIR ALVES GONCALVES. Para conferência acesse https://consultas.tjpa.jus.br/assinaturaeletronica/ e informe o documento: 2021.02391157-76. Pág. 1 de 2 Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará MOJU SECRETARIA DA VARA UNICA DE MOJU 00013726020198140031 20210239115776 DESPACHO - DOC: 20210239115776 Finalmente, a inclusão de um outro julgamento pelo Tribunal do Júri em data tão iminente (19.11.2021) viria em detrimento dos réus presos do processo 0004887-40.2018.8.14.0031, cuja sessão de julgamento está pautada para o dia 24.02.2022, razão pela qual o julgamento decorrente da cisão postulada haveria de ocorrer somente em data posterior, o que decerto não atende aos interesses da defesa nem à organização dos trabalhos deste Juízo, que sempre prima pela máxima celeridade possível. Por todas essas razões, como antedito, indefiro o pedido de desmembramento/cisão do julgamento. Defiro, apenas, a apresentação dos réus perante o Tribunal do Júri da Comarca na data agendada para o julgamento. Requisitem-se. P. I. Moju, 08 de

novembro de 2021. Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES Titular da Vara Única da Comarca de Moju

PROCESSO Nº0001372-60.2019.814.0031-AÇÃO PENAL: HOMICIDIO: AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL- REPRESENTANTE: PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA, **DENUNCIADO: MARCIANO AGOSTINHO**, REPRESENTANTE: **ADVOGADOS- DR. MICHEL MENDES DURANS DA SILVA, OAB/PA Nº12.024 e DR. MOACIR NEPOMUCENO MARTINS JUNIOR, OAB/PA Nº18.605, DENUNCIADO: EDEILTON SILVA SOARES**, REPRESENTANTE: **ADVOGADO- DR. SALOMÃO DOS SANTOS MATOS, OAB/PA Nº8.657. VÍTIMA:L.H.S.** FINALIDAE: INTIMAR OS REPRESENTANTES DOS DENUNCIADOS, SOBRE O TEOR DO DESPACHO ABAIXO TRANSCRITO. Indefiro o pedido de fls. 364/365 formulado pela defesa do réu MARCIANO AGOSTINHO. Com efeito, a sessão de julgamento encontra-se agendada desde 18 de agosto de 2021, ou seja, com antecedência de três meses, não podendo a defesa, na undécima hora, pugnar pela cisão do ato para o qual inúmeras providências já foram adotadas por este Juízo, inclusive em decorrência de incidente pela mesma defesa provocado. Registro que a decisão liminar proferida pelo Desembargador Relator do pedido de desaforamento ajuizado pela defesa foi apenas no sentido de suspender a realização da sessão, obviamente com o intuito de resguardar a eficácia da decisão meritória a ser proferida naquele pedido; contudo, como o julgamento ocorreu de forma célere (em 18.10.2021), um mês, portanto, antes da data pré-agendada, com o indeferimento do pedido manteve-se a pauta outrora reservada. Por outro lado, a defesa do mesmo réu não logrou obter liminar em HC (702162) impetrado com o mesmo propósito (desaforamento) perante o Superior Tribunal de Justiça. Assim, com o decaimento da decisão que sustara a sessão de julgamento sem que outra causa lhe tenha sobrevindo, a data original manteve-se incólume, e todas as múltiplas e custosas providências a cargo deste Juízo já foram tomadas ou encontram-se em curso. Note-se que mesmo aviando a interposição de incidentes processuais perante a Corte Estadual e a Superior, não cuidou a defesa de formular requerimento atempado a este Juízo acerca da pretensão somente agora externada, o que a prudência decerto recomendaria, não podendo agora transferir os ônus e encargos da inércia ao aparato estatal. Ademais, registre-se que o compromisso invocado por um dos patronos da defesa foi formalmente assumido (fl. 366) em data posterior à designação da sessão de julgamento, por isso não lhe podendo afetar. Finalizando este tópico, convém destacar que o réu Marciano conta com mais de um advogado em seu patrocínio, e o advogado subscritor do pedido de desmembramento foi substabelecido, com reservas de iguais poderes, pelo advogado original e diretamente constituído pelo acusado, de modo que a ausência de um dos advogados, em princípio, não acarreta prejuízo para a defesa, máxime em se considerando que o advogado remanescente seria o que foi diretamente constituído pelo réu. Outrossim, razões de ordem prática e de segurança também desaconselham e obstaculizam a cisão do julgamento. Isso porque exatamente a defesa de Marciano suscitou incidente (Pedido de Desaforamento) no TJPA e depois impetrou HC no STJ contra a decisão do TJPA nos quais um dos argumentos funda-se em suposta ausência de segurança para que o julgamento ocorra nesta Comarca, o que levou este magistrado a assegurar, perante a Corte Estadual e o STJ, que todas as providências seriam adotadas para garantir o julgamento seguro perante no seio da comunidade onde o fato ocorreu, entre elas, o isolamento da área no entorno do prédio do Fórum, com o apoio do Departamento Municipal de Trânsito, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal, reforçando-se o policiamento e a escolta dos presos, inclusive com contingente extra, se necessário, do Batalhão de Choque do efetivo da Polícia Militar de Abaetetuba/PA. Todo esse aparato resta de inviável manutenção por dois dias seguidos ou mesmo intercalados, o que, aliás, sequer foi cogitado perante os respectivos órgãos. Finalmente, a inclusão de um outro julgamento pelo Tribunal do Júri em data tão iminente (19.11.2021) viria em detrimento dos réus presos do processo 0004887-40.2018.8.14.0031, cuja sessão de julgamento está pautada para o dia 24.02.2022, razão pela qual o julgamento decorrente da cisão postulada haveria de ocorrer somente em data posterior, o que decerto não atende aos interesses da defesa nem à organização dos trabalhos deste Juízo, que sempre prima pela máxima celeridade possível. Por todas essas razões, como antedito, indefiro o pedido de desmembramento/cisão do julgamento. Defiro, apenas, a apresentação dos réus perante o Tribunal do Júri da Comarca na data agendada para o julgamento. Requisitem-se. P. I. Moju, 08 de novembro de 2021. Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES Titular da Vara Única da Comarca de Moju

PROCESSO Nº00048874020188140031-AÇÃO PENAL: HOMICIDIO QUALIFICADO: AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL- REPRESENTANTE: PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA, **PRONUNCIADOS: EDILSON DE JESUS CERBINO DA COSTA, MATEUS LIMA GOMES E PAULA RAQUEL CERBINO DA COSTA**, REPRESENTANTE: **ADVOGADO DATIVO, DR. JOSÉ GODOFREDO RABELO FILHO, OAB/PA Nº19.743, VÍTIMA: C.D.T.,** FINALIDAE: INTIMAR O REPRESENTANTE DOS PRONUNCIADOS, SOBRE O TEOR DA DECISÃO ABAIXO TRANSCRITA. Trata-se de ação penal movida pelo Ministério Público Estadual em face de EDILSON DE JESUS CERBINO DA COSTA, vulgo ¿¿Louro¿¿, MATEUS LIMA GOMES, vulgo ¿¿Zeca¿¿, e PAULA RAQUEL CERBINO DA COSTA, qualificados nos autos, dando como incursos, os dois primeiros, nas sanções do art. 121, §2º, incisos I, II e IV, do Código Penal, e a última nas sanções do art. 121, §2º, incisos I e IV, na forma do art. 29, do mesmo Estatuto. Nos termos da delatória, no dia 03.06.2018, por volta das 18h00min, no final da Rua Liberdade, em um caminho de chão, em meio ao mato batido, embaixo do linhão da Eletronorte, próximo à Serraria Abramex, bairro Paraíso, nesta cidade e Comarca, o acusado MATEUS, em comunhão de ações e desígnios previamente ajustados com os demais denunciados, com intenso dolo de matar, desferiu vários golpes de faca contra a vítima conhecida apenas por CLÁUDIA, atingindo-a nas regiões anterior do pescoço, escapular esquerda e clavicular direita, causando lesões que por sua natureza e sede foram a causa eficiente da morte da vítima, conforme o laudo de exame de corpo de delito (necropsia médico-legal) que anexa. Ainda segundo a peça inicial, o desenlace teria decorrido de incontinência de CLÁUDIA, manifestada após consumo de álcool e cocaína na casa de PAULA RAQUEL, para onde fora levada por esta a pedido de EDILSON, irmão de PAULA e namorado da vítima. Como a vítima, sob o efeito de álcool e droga, começou a se jogar no chão, empurrar MATEUS e exibir suas partes íntimas, despertou a ira do namorado e MATEUS, tendo este se dirigido a EDILSON e dito: ¿¿vamos logo dar sal nela e acabar com isso¿¿. Depois de longa conversa, eles pediram emprestada a moto de PAULA, a pretexto de levar CLÁUDIA até o terminal rodoviário, onde ela pegaria um ônibus rumo a Belém, contudo, PAULA negou o empréstimo, mas se prontificou a levar a vítima até o terminal. CLAÚDIA então foi colocada sobre a moto, entre PAULA e MATEUS, momento em que EDILSON teria entregue a arma do crime para MATEUS. Após saírem do local em que estavam, MATEUS, usando de ameaça sobre PAULA, mandou que ao invés do rumo do terminal ela seguisse pela Rua da Liberdade, até o local onde ocorreu o delito. Lá chegando, MATEUS e CLÁUDIA desceram do veículo, tendo ele determinado que PAULA o esperasse, o que fez por 15 a 20 minutos, enquanto ele cometia o hediondo crime, embora ela pudesse ter fugido. Executada a vítima, eles retornaram ao local de origem, onde MATEUS voltou a beber com EDILSON, enquanto PAULA foi tomar banho e dormir, como se nada tivesse acontecido, não sem antes retirar os adesivos da motocicleta e colocar suas roupas de molho para retirar eventuais manchas de sangue, com o claro propósito de não ser vinculada ao crime. Não obstante, a autoria do crime só foi revelada porque a câmera de segurança de um motel localizado na Rua da Liberdade registrou imagens da motocicleta que era conduzida por PAULA, trazendo na garupa CLÁUDIA e MATEUS, conforme mídia anexada aos autos do flagrante. Ouvido na esfera policial, EDILSON negou qualquer participação no crime, dizendo que não conhece MATEUS e que nunca esteve em sua companhia; MATEUS, ao seu turno, negou participação, dizendo que foram EDILSON e PAULA os autores do crime, sendo EDILSON a pessoa que era conduzida por PAULA na motocicleta; finalmente, PAULA também nega participação no crime, dizendo que fora ameaçada por MATEUS para desviar do caminho do terminal, levando-o junto com CLÁUDIA até o local do crime. O crime teria motivação torpe, pois que os agentes teriam sido impulsionados por vingança em razão da vítima, sob o efeito de álcool e drogas, ter feito escândalo no local onde todos estavam, chegando a mostrar suas partes íntimas aos presentes; por outro lado, o crime também foi cometido mediante recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima, pois que agindo com dissimulação, os denunciados disseram que levariam a vítima para o terminal, quando o real propósito era matá-la, por isso a conduziram para local ermo, onde foi surpreendida com as facadas desferidas por MATEUS. EDILSON, assim, seria o mandante e autor intelectual, enquanto MATEUS o autor executor ou material e PAULA a intermediária ou partícipe. MATEUS e PAULA foram presos em flagrante, e a prisão de ambos foi mantida em audiência de custódia, embora com a conversão da prisão de PAULA em prisão domiciliar. Consta apenso aos autos desta ação penal o inquérito policial e o auto de prisão em flagrante pela(s) prisão(ões) preventiva (s) que apurou(aram) os fatos que desencadearam o presente processo. Denúncia recebida e decretada a prisão preventiva, de EDILSON, cumprida em 25.09.2018 (fl. 27).

Resposta à acusação apresentada. A instrução foi iniciada em 21.03.2019 (fls. 73/75), e concluída com o interrogatório de MATEUS (fl. 99) Em alegações finais, o MP pugnou pela pronúncia dos acusados, nos termos da denúncia. A defesa de EDILSON e MATEUS reservou-se para apresentar suas teses em plenário. A defesa de PAULA pugnou pela sua absolvição, alegando inexistência de provas. Em seguida rogou pela impronúncia da ré. Finalmente, pugnou pela exclusão da qualificadora do motivo fútil, porque não descrita a motivação na acusação. Sobreveio sentença de pronúncia às fls. 112/118, submetendo EDILSON DE JESUS CERBINO DA COSTA, vulgo ¿¿Louro¿¿, MATEUS LIMA GOMES, vulgo ¿¿Zeca¿¿, e PAULA RAQUEL CERBINO DA COSTA, a julgamento pelo Tribunal Popular, os dois primeiros por infração do art. 121, §2º, incisos I, II e IV, do Código Penal, e a última ré por infração do art. 121, §2º, incisos I e IV, na forma do art. 29, do mesmo Estatuto, sendo mantida a segregação cautelar. A sentença de pronúncia transitou em julgado para as partes (conforme certidão de fl. 141). É o relatório. Por oportuno, mantenho a(s) prisão(ões) cautelar(es) do(s) réu(s), não havendo nenhuma situação que recomende(m) sua(s) liberação(ões), muito pelo contrário, restando superada qualquer alegação pelo excesso de prazo, em razão da sentença de pronúncia (Súmula 21 do STJ). Isto posto, não havendo requerimento de outras provas, que não o depoimento das testemunhas já arroladas, nem nulidades a sanar ou fato pendente de esclarecimento que interesse ao julgamento da causa, designo o dia 24/02/2022, às 08h00min, para sessão do Tribunal do Júri. Junte(m)-se certidão(ões) de antecedentes atualizada(s) do(s) réu(s). Intimem-se/Requisitem-se as testemunhas. Requisitem-se/intimem-se os réus. Convoquem-se os Jurados. Dê-se ciência ao Ministério Público. P. I. Moju, 21 de outubro de 2021. Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

PROCESSO Nº00048874020188140031-AÇÃO PENAL: HOMICIDIO QUALIFICADO: AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL- REPRESENTANTE: PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA, PRONUNCIADOS: **EDILSON DE JESUS CERBINO DA COSTA e MATEUS LIMA GOMES**, REPRESENTANTE: **ADVOGADO DATIVO, DR. JOSE GODOFREDO RABELO FILHO, OAB/PA. PRONUNCIADA: PAULA RAQUEL CERBINO DA COSTA** REPRESENTANTE: **ADVOGADO, DR. HEBER DE SOUZA XAVIER, OAB/PA Nº23.010.,** FINALIDAE: INTIMAR O REPRESENTANTES DOS PRONUNCIADOS, SOBRE O TEOR DA DECISÃO ABAIXO TRANSCRITA. **PROCESSO Nº00048874020188140031**-AÇÃO PENAL: HOMICIDIO QUALIFICADO: AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL- REPRESENTANTE: PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA, **PRONUNCIADOS: EDILSON DE JESUS CERBINO DA COSTA, MATEUS LIMA GOMES E PAULA RAQUEL CERBINO DA COSTA**, REPRESENTANTE: **ADVOGADO DATIVO, DR. JOSÉ GODOFREDO RABELO FILHO, OAB/PA Nº19.743, VÍTIMA: C.D.T.,** FINALIDAE: INTIMAR O REPRESENTANTE DOS PRONUNCIADOS, SOBRE O TEOR DA DECISÃO ABAIXO TRANSCRITA. Trata-se de ação penal movida pelo Ministério Público Estadual em face de EDILSON DE JESUS CERBINO DA COSTA, vulgo ¿¿Louro¿¿, MATEUS LIMA GOMES, vulgo ¿¿Zeca¿¿, e PAULA RAQUEL CERBINO DA COSTA, qualificados nos autos, dando como incursos, os dois primeiros, nas sanções do art. 121, §2º, incisos I, II e IV, do Código Penal, e a última nas sanções do art. 121, §2º, incisos I e IV, na forma do art. 29, do mesmo Estatuto. Nos termos da delatória, no dia 03.06.2018, por volta das 18h00min, no final da Rua Liberdade, em um caminho de chão, em meio ao mato batido, embaixo do linhão da Eletronorte, próximo à Serraria Abramex, bairro Paraíso, nesta cidade e Comarca, o acusado MATEUS, em comunhão de ações e desígnios previamente ajustados com os demais denunciados, com intenso dolo de matar, desferiu vários golpes de faca contra a vítima conhecida apenas por CLÁUDIA, atingindo-a nas regiões anterior do pescoço, escapular esquerda e clavicular direita, causando lesões que por sua natureza e sede foram a causa eficiente da morte da vítima, conforme o laudo de exame de corpo de delito (necropsia médico-legal) que anexa. Ainda segundo a peça inicial, o desenlace teria decorrido de incontinência de CLÁUDIA, manifestada após consumo de álcool e cocaína na casa de PAULA RAQUEL, para onde fora levada por esta a pedido de EDILSON, irmão de PAULA e namorado da vítima. Como a vítima, sob o efeito de álcool e droga, começou a se jogar no chão, empurrar MATEUS e exibir suas partes íntimas, despertou a ira do namorado e MATEUS, tendo este se dirigido a EDILSON e dito: ¿¿vamos logo dar sal nela e acabar com isso¿¿. Depois de longa conversa, eles pediram emprestada a moto de PAULA, a pretexto de levar CLÁUDIA até o terminal rodoviário, onde ela pegaria um ônibus rumo a Belém, contudo, PAULA negou o empréstimo, mas se prontificou a levar a vítima até o terminal. CLAÚDIA então foi colocada sobre a moto, entre PAULA e

MATEUS, momento em que EDILSON teria entregue a arma do crime para MATEUS. Após saírem do local em que estavam, MATEUS, usando de ameaça sobre PAULA, mandou que ao invés do rumo do terminal ela seguisse pela Rua da Liberdade, até o local onde ocorreu o delito. Lá chegando, MATEUS e CLÁUDIA desceram do veículo, tendo ele determinado que PAULA o esperasse, o que fez por 15 a 20 minutos, enquanto ele cometia o hediondo crime, embora ela pudesse ter fugido. Executada a vítima, eles retornaram ao local de origem, onde MATEUS voltou a beber com EDILSON, enquanto PAULA foi tomar banho e dormir, como se nada tivesse acontecido, não sem antes retirar os adesivos da motocicleta e colocar suas roupas de molho para retirar eventuais manchas de sangue, com o claro propósito de não ser vinculada ao crime. Não obstante, a autoria do crime só foi revelada porque a câmera de segurança de um motel localizado na Rua da Liberdade registrou imagens da motocicleta que era conduzida por PAULA, trazendo na garupa CLÁUDIA e MATEUS, conforme mídia anexada aos autos do flagrante. Ouvido na esfera policial, EDILSON negou qualquer participação no crime, dizendo que não conhece MATEUS e que nunca esteve em sua companhia; MATEUS, ao seu turno, negou participação, dizendo que foram EDILSON e PAULA os autores do crime, sendo EDILSON a pessoa que era conduzida por PAULA na motocicleta; finalmente, PAULA também nega participação no crime, dizendo que fora ameaçada por MATEUS para desviar do caminho do terminal, levando-o junto com CLÁUDIA até o local do crime. O crime teria motivação torpe, pois que os agentes teriam sido impulsionados por vingança em razão da vítima, sob o efeito de álcool e drogas, ter feito escândalo no local onde todos estavam, chegando a mostrar suas partes íntimas aos presentes; por outro lado, o crime também foi cometido mediante recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima, pois que agindo com dissimulação, os denunciados disseram que levariam a vítima para o terminal, quando o real propósito era matá-la, por isso a conduziram para local ermo, onde foi surpreendida com as facadas desferidas por MATEUS. EDILSON, assim, seria o mandante e autor intelectual, enquanto MATEUS o autor executor ou material e PAULA a intermediária ou partícipe. MATEUS e PAULA foram presos em flagrante, e a prisão de ambos foi mantida em audiência de custódia, embora com a conversão da prisão de PAULA em prisão domiciliar. Consta apenso aos autos desta ação penal o inquérito policial e o auto de prisão em flagrante pela(s) prisão(ões) preventiva (s) que apurou(aram) os fatos que desencadearam o presente processo. Denúncia recebida e decretada a prisão preventiva, de EDILSON, cumprida em 25.09.2018 (fl. 27). Resposta à acusação apresentada. A instrução foi iniciada em 21.03.2019 (fls. 73/75), e concluída com o interrogatório de MATEUS (fl. 99) Em alegações finais, o MP pugnou pela pronúncia dos acusados, nos termos da denúncia. A defesa de EDILSON e MATEUS reservou-se para apresentar suas teses em plenário. A defesa de PAULA pugnou pela sua absolvição, alegando inexistência de provas. Em seguida rogou pela impronúncia da ré. Finalmente, pugnou pela exclusão da qualificadora do motivo fútil, porque não descrita a motivação na acusação. Sobreveio sentença de pronúncia às fls. 112/118, submetendo EDILSON DE JESUS CERBINO DA COSTA, vulgo ¿¿Louro¿¿, MATEUS LIMA GOMES, vulgo ¿¿Zeca¿¿, e PAULA RAQUEL CERBINO DA COSTA, a julgamento pelo Tribunal Popular, os dois primeiros por infração do art. 121, §2º, incisos I, II e IV, do Código Penal, e a última ré por infração do art. 121, §2º, incisos I e IV, na forma do art. 29, do mesmo Estatuto, sendo mantida a segregação cautelar. A sentença de pronúncia transitou em julgado para as partes (conforme certidão de fl. 141). É o relatório. Por oportuno, mantenho a(s) prisão(ões) cautelar(es) do(s) réu(s), não havendo nenhuma situação que recomende(m) sua(s) liberação(ões), muito pelo contrário, restando superada qualquer alegação pelo excesso de prazo, em razão da sentença de pronúncia (Súmula 21 do STJ). Isto posto, não havendo requerimento de outras provas, que não o depoimento das testemunhas já arroladas, nem nulidades a sanar ou fato pendente de esclarecimento que interesse ao julgamento da causa, designo o dia 24/02/2022, às 08h00min, para sessão do Tribunal do Júri. Junte(m)-se certidão(ões) de antecedentes atualizada(s) do(s) réu(s). Intimem-se/Requisitem-se as testemunhas. Requisitem-se/intimem-se os réus. Convoquem-se os Jurados. Dê-se ciência ao Ministério Público. P. I. Moju, 21 de outubro de 2021. Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

PROCESSO Nº00048874020188140031-AÇÃO PENAL: HOMICIDO QUALIFICADO: AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL- REPRESENTANTE: PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA, pronunciados **EDILSON DE JESUS CERBINO DA COSTA e MATEUS LIMA GOMES**, REPRESENTANTE: **ADVOGADO DATIVO, DR. JOSE GODOFREDO RABELO FILHO, OAB/PA. PRONUNCIADA: PAULA RAQUEL CERBINO DA COSTA** REPRESENTANTE: **ADVOGADO, DR. HEBER DE SOUZA XAVIER, OAB/PA Nº23.010, VITIMA: C. D.T.** FINALIDAE: INTIMAR OS REPRESENTANTES DOS PRONUNCIADOS, SOBRE O TEOR DO ATO ABAIXO TRANSCRITO. **ATO ORDINATÓRIO** ANTE ao

que dispõe o art. 93, inciso XIV da CF/88, art. 1º da Emenda Constitucional n. 45/2004, Art. 162, § 4º do CPC. Provimento n. 006/2009-CJCI, Art. 1º, § 1º, inciso VII, visando à maior celeridade processual, concernente aos atos processuais de mero expediente sem caráter decisório, de ordem MM Juiz de Direito, intimar os representantes dos pronunciados **EDILSON DE JESUS CERBINO DA COSTA e MATEUS LIMA GOMES**, REPRESENTANTE: **ADVOGADO DATIVO, DR. JOSE GODOFREDO RABELO FILHO, OAB/PA. PRONUNCIADA: PAULA RAQUEL CERBINO DA COSTA** REPRESENTANTE: **ADVOGADO, DR. HEBER DE SOUZA XAVIER, OAB/PA Nº23.010,** da Sessão do Tribunal do Juri, designada para o dia **24/02/2021, às 08h00min**.O referido é verdade e dou fé. Moju/PA, 09 de novembro de 2021.Vera Lucia N. Lobato. Auxiliar Judiciário, Matrícula TJE/PA nº 126.454.Secretaria Vara Única da Comarca de Moju/PA

COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-MIRI

RESENHA: 03/11/2021 A 07/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE IGARAPE MIRI - VARA: VARA UNICA DE IGARAPE MIRI PROCESSO: 00000382320098140022 PROCESSO ANTIGO: 200910000401 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: BUSCA E APREENSÃO em: 03/11/2021 REQUERENTE:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Representante(s): PAULO HENRIQUE FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DE NAZARE SOUSA LOPES. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Â 1-Â Â Â Â Â Tendo em vista o lapso temporal, intime-se a parte autora atravÃ©s de seu advogado, para que no prazo de 05 dias informe se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito. 2-Â Â Â Â Â SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃÃO. 3-Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 03 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00001154720108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010000416 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Restauração de Autos Cível em: 03/11/2021 REQUERENTE:M. C. F. L. Representante(s): OAB 6575 - RAIMUNDO AUGUSTO LOBATO DE LIMA (ADVOGADO) MARIZETE FONSECA LEAO (REP LEGAL) REQUERIDO:ABREU MOREIRA DO NASCIMENTO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0000115-47.2010.8.14.0022 - RESTAURAÃÃO DE AUTOS DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Defiro o pedido formulado pelo MP as fls. 109. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 03 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00002892920098140022 PROCESSO ANTIGO: 200920001655 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 REU:CLAUDERSON SOARES VITIMA:C. J. P. P. REU:ADRIANA ABREU QUARESMA Representante(s): OAB 9162 - CELIA SYMONNE FILOCREAO GONCALVES (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI VARA ÃNICA Processo nÂº 0000289-29.2009.8.14.0022. Classe: AÃ§Ã£o Penal. DESPACHO 1.Â Â Â Â Considerando o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de fls. 151/153, conforme certidÃ£o de fl. 157, adotem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do(s) rÃ©u(s) no rol dos culpados; b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena pecuniÃ¡ria, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal1; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do(s) rÃ©u(s); d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, com sua devida identificaÃ§Ã£o, acompanhada de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. 2.Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 03 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri/PA PROCESSO: 00004338520098140022 PROCESSO ANTIGO: 200920001944 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 ACUSADO:CLEIBE GONCALVES PANTOJA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:C. A. B. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Processo nÂº 0000433-85.2009.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal de Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Cleibe GonÃ§alves Pantoja Classe: Art. 157, Â§2Âº, inciso I e II c/c art. 14, inciso II, do CPB SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de Cleibe GonÃ§alves Pantoja, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o destes nas penas contidas no art. 157, Â§2Âº, inciso I e II c/c art. 14, inciso II, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 24.01.2008, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o

primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado (fl. 13). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de ROGÃRIO GRECO1 ao afirmar que: Â Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÂ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÂ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o art. 109, V, do CÃ³digo Penal, in verbis Art. 109. A prescriÃ§Ã£o, antes de transitar em julgado a sentenÃ§a final, salvo o disposto nos Â§Â§ 1Âº e 2Âº do art. 110 deste CÃ³digo, regula-se pelo mÃ¡ximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: V - em quatro anos, se o mÃ¡ximo da pena Ã© igual a um ano ou, sendo superior, nÃ£o excede a dois; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso, referente aos art. 157, Â§2Âº, inciso I e II c/c art. 14, inciso II, do CPB Ã© de 08 (oito) anos de detenÃ§Ã£o, e entre a data de recebimento da denÃºncia (09.02.2010) e a data atual (16.04.2021) jÃ¡ transcorreu por completo o prazo prescricional de 08 (oito) anos (art. 109, V, do CP), a outra conclusÃ£o nÃ£o se pode chegar senÃ£o a de que jÃ¡ se extinguira a punibilidade do autor do fato, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 3. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, e, ato contÃ-nuo, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÃO do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE dos acusados ADILSON WAGNER FARIAS RODRIGUES, ELTO DA CRUZ, EDINO DOS SANTOS PANTOJA, EDILSON DIAS DOS SANTOS, MANOEL PANTOJA DOS SANTOS E PAULA MORAES CORRÃA, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 155, Â§4Âº, inciso II e IV c/c 180, caput, do CPB, nos termos do art. 109, V, c/c art. 107, IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª ciÃªncia ao MP e DP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de Abril de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 10. 2 Idem, p. 781. 3 GOMES, Luiz FlÃ¡vio Gomes; GARCÃA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. Direito penal: parte geral, vol. 2, 2. tir., SÃ£o Paulo: RT, 2007, p. 927/928. Gabinete do Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ

PEDROSA GOMES Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00010778720108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010007230 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inventário em: 03/11/2021 REQUERENTE:ADA CRISTINA GONCALVES DA SILVA Representante(s): INGRID LEDA NORONHA MACEDO (DEFENSOR) INVENTARIADO:NELIVALDO CONCEICAO PINHEIRO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora pessoalmente, para que no prazo de 05 dias informe se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito. 2-Â Â Â Â Â SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃÃO. 3-Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 03 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00011437420128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Civil Pública em: 03/11/2021 AUTOR:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL REQUERIDO:MARIO DA COSTA LEAO. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 322 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. As fls. 161 e 162 encontram-se negativos de fotos, nÃ£o havendo a possibilidade de digitalizaÃ§Ã£o dos mesmos. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 03 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00058112020148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: EXECUÇÃO PENAL E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS em: 03/11/2021 EXEQUENTE:JUIZO DE DIREITO DA VARA DAS EXECUCOES PENAIS DE ABAETETUBA ACUSADO:ELIZEU LOBATO. JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0005811-20.2014.8.14.0022- EXECUÃÃO CRIMINAL (audiÃªncia realizada no dia 07/10/2021) Processo nÂº 0005811-20.2014.8.14.0022- ExecuÃ§Ã£o Criminal. Autor: Â MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡. Denunciado: Elizeu Lobato. Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Ao sÃ©timo (07) dia do mÃªs de outubro (10) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 13hs00min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Ausente o Promotor de JustiÃ§a. Ausente o acusado Elizeu Lobato. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Em seguida, o Juiz assim DELIBEROU: Â¿1 - Ante a certidÃ£o de fl. 124, encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar. ApÃ³s, retornem-se os autos conclusos. 2. Serve o presente como mandado. 3. DÃª ciÃªncia Ã Defensoria PÃºblica. 4. Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 07 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00065554420168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Cumprimento de sentença em: 03/11/2021 REQUERENTE:M. B. L. A. REPRESENTANTE:ELIANA CUNHA LEAL Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERIDO:MAURICIO DE LIMA AIRES. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0006555-44.2016.8.14.0022 - CUMPRIMNTO DE DECISÃO/SENTENÃA DE ALIMENTOS DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Defiro o pedido formulado pelo MP as fls. 53. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 03 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00070542820168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente em: 03/11/2021 REQUERENTE:ESPACO DE

ACOLHIMENTO DE IGARAPEMIRI MENOR:L. S. P. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Processo nÂº 0007054-28.2016.8.14. 0022 Classe: Medidas de ProteÃ§Ã£o a CrianÃ§a e Adolescente DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Medidas de ProteÃ§Ã£o Ã CrianÃ§a e Adolescente nÂº 0007054-28.2016.8.14. 0022, formulado pelo EspaÃ§o de Acolhimento de IgarapÃ©-Miri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da anÃ¡lise dos autos, verifica-se manifestaÃ§Ã£o do representante do MinistÃ©rio PÃºblico as fls. 20, requerendo o arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por essa razÃ£o, defiro o requerido pelo representante do MinistÃ©rio PÃºblico, determinando o arquivamento dos autos de Medidas de ProteÃ§Ã£o Ã CrianÃ§a e Adolescente nÂº 0007054-28.2016.8.14. 0022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª ciÃªncia ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri-PA, 03 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00077474120188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 03/11/2021 REQUERENTE:ANDRELINA DE LIMA POMPEU Representante(s): OAB 17983 - GILVAN RABELO NORMANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONDIGNADOS SA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0007747-41.2018.8.14.0022 - AÃ§Ã£o IndenizatÃ³ria c/c Pedido Liminar/Tutela Antecipada de SuspensÃ£o dos Descontos Despacho 1-Â Â Â Â Â Intime-se a parte interessada, para se manifestar sobre o conteÃºdo da certidÃ£o de fls. 52 dos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s conclusos. 3-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 4-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 03 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00079150920198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Mandado de Segurança Cível em: 03/11/2021 IMPETRANTE:NEY GILBERTO PENA PANTOJA Representante(s): OAB 16456 - EDIMAR DE SOUZA GONCALVES (ADVOGADO) OAB 20112 - JOAO VICENTE MORAES BARBOSA (ADVOGADO) OAB 21572 - RONALDO COSME TEIXEIRA VALEZI (ADVOGADO) IMPETRADO:ANTONIO CARDOSO MARQUES. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 337 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 03 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00081582120178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 03/11/2021 REQUERENTE:JOAO BATISTA LEAL GONCALVES Representante(s): OAB 18476 - JACOB KENNEDY MAUES GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA TRIBUNAL DE JUSTICA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0008158-21.2017.8.14.0022 - AÃ§Ã£o OrdinÃ¡ria Despacho 1-Â Â Â Â Â Intime-se a parte interessada, para se manifestar sobre o conteÃºdo da certidÃ£o de fls. 164 dos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s conclusos. 3-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 4-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 03 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00087145720168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 03/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JEOVA PINHEIRO PAES TESTEMUNHA:DHONE CORREA MARTINS. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0008714-57.2016.814.0022 - AÃ§Ã£o Penal - AudiÃªncia realizada no dia 03/11/2021 Processo nÂº 0008714-57.2016.814.0022 - AÃ§Ã£o Penal Autor: Â MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡. Denunciado: Jeova Pinheiro Paes Advogado: Amadeu Pinheiro CorrÃªa Filho - OAB/PA 9363. ClassificaÃ§Ã£o: art. 16, parÃ¡grafo Ãºnico, inciso I, da Lei nÂº 10.826/2003. Â Â Â Â Â Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Ao terceiro (03) dia do mÃªs de

novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11hs30min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presente a Promotora de JustiÃ§a Grutchencka Oliveira Baptista Freire. Presente o advogado Amadeu Pinheiro CorrÃªa Filho - OAB/PA 9363. Presente o acusado Jeova Pinheiro Paes. Presente as testemunhas Hilton JosÃ© Pantoja Menezes e Bernardino de Jesus Oliveira da Costa. Ausente a testemunha arrolada pela defesa Arley da Costa Ribeiro. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, com gravaÃ§Ã£o audiovisual, utilizando-se o sistema TEAMS. nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz fez a leitura dos termos da denÃºncia aos presentes. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz esclareceu sobre a importÃ¢ncia e a finalidade das testemunhas, bem como sobre a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado (CPP, art. 203), sob pena de responder a processo pelo crime de falso testemunho (CP, art. 342). Â Â Â Â Â Â Â Passou-se a ouvir as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico BERNARDINO DE JESUS OLIVEIRA DA COSTA e HILTON JOSÃ PANTOJA MENEZES, cujas declaraÃ§Ãµes foram registradas em gravaÃ§Ã£o audiovisual, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Testemunhas nÃ£o contraditadas, compromissadas com a verdade. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz passou a DELIBERAR: 1 - Considerando a ausÃªncia acima registrada, bem como a falta de justificativa da Casa Penal que atÃ© o momento nÃ£o apresentou a testemunha arrolada pela defesa, redesigno audiÃªncia para o dia 23/06/2022, Ã s 10h30min, onde serÃ¡ realizado o a oitiva da testemunha Arley da Costa Ribeiro e o interrogatÃ³rio do rÃ©u. 2 - Intime-se as partes. 3 - Serve o presente como mandado/ofÃ-cio. 4 - Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 03 de novembro de 2021. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00093121120168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 DENUNCIADO:JOSIEL DA SILVA MORAES Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:A. C. O. E. TESTEMUNHA:PATRICK COSTA MORAES. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0009312-11.2016.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal - AudiÃªncia realizada no dia 03/11/2021 Processo nÂº 0009312-11.2016.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡. Denunciado: Josiel da Silva Moraes AssistÃªncia JurÃ-dica: Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡. TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Ao terceiro (03) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 09hs00min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presente a Promotora de JustiÃ§a Grutchencka Oliveira Baptista Freire. Presente a Defensora PÃºblica Isabele Castro da Silva Lima. Ausente o acusado Josiel da Silva Moraes. Presente as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico Willian Rodrigues Pires e Hugo Oliveira da Silva. Ausente as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico Raimundo Nazareno Brito de Carvalho e Patrick Costa Moraes. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz fez a leitura dos termos da denÃºncia aos presentes. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz esclareceu sobre a importÃ¢ncia e a finalidade das testemunhas, bem como sobre a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado (CPP, art. 203), sob pena de responder a processo pelo crime de falso testemunho (CP, art. 342). Â Â Â Â Â Â Â Passou-se a ouvir a testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico WILLIAN RODRIGUES PIRES, cujas declaraÃ§Ãµes foram registradas em gravaÃ§Ã£o audiovisual, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Testemunha nÃ£o contraditada, compromissada com a verdade. Â Â Â Â Â Â Â A representante legal do MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pela desistÃªncia das oitivas das testemunhas Hugo Oliveira da Silva, Raimundo Nazareno Brito de Carvalho e Patrick Costa Moraes. O MM Juiz homologou a desistÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Dada palavra ao representante legal do MinistÃ©rio PÃºblico, apresentou as alegaÃ§Ãµes finais de forma oral, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Dada palavra ao representante legal da Defensoria PÃºblica, apresentou as alegaÃ§Ãµes finais de forma oral, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Em

seguida o Juiz assim SENTENCIOU: Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ã£es legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra Josiel da Silva Moraes, atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no art. 14 da Lei 10.826/2003 e art. 244-B da Lei 8.069/1990. Â Â Â Â Â Â Â Nos termos da inicial acusatÃ³ria, elaborada com base em informaÃ§Ã£es colhidas do inquÃ©rito policial, o ora denunciado, no dia 27/11/2016, teria sido encontrada na posse de uma arma de fogo, de fabricaÃ§Ã£o artesanal, tipo espingarda, calibre 38, bem como teria efetuado disparos prÃ³ximos ao CondomÃ-nio AÃ§aÃ- Lar nesta cidade. Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico verificou que nÃ£o existem elementos suficientes para o prosseguimento da demanda, de maneira que requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado por falta de provas. Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ã£es legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra Josiel da Silva Moraes, atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no art. 14 da Lei 10.826/2003 e art. 244-B da Lei 8.069/1990. Â Â Â Â Â Â Â Ocorre, todavia, que, no presente caso, como de resto todos os demais, para que o Estado exerÃ§a o seu ius puniendi, Ã© necessÃ¡rio que a conduta delituosa pela qual o indivÃ-duo responde esteja muito bem comprovada. Â Â Â Â Â Â Â Em outras palavras, a procedÃªncia de uma demanda somente Ã© possÃ-vel quando cabalmente demonstrada a existÃªncia do fato e autoria delituosa, sem as quais o Estado resta impedido de punir aquele que, em tese, praticou uma conduta social e juridicamente reprovÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o foi o que aconteceu no presente caso. Explico. Â Â Â Â Â Â Â Assiste razÃ£o o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defensoria PÃºblica, uma vez que, nÃ£o hÃ¡ elementos suficientes que possam demonstrar a conduta de posse ilegal de arma e corrupÃ§Ã£o de menores pelo denunciado, para a comprovaÃ§Ã£o do delito apresentado nos autos do processo, como bem afirmou o MinistÃ©rio PÃºblico.Â Â Â Â Â Â Â Em verdade, nÃ£o hÃ¡ uma Ãºnica afirmativa no sentido da culpabilidade da acusada, estÃ£o nos autos do termo de circunstanciado de ocorrÃªncia, nÃ£o sendo suficiente para a condenaÃ§Ã£o deste juÃ-zo que convenÃ§a este juÃ-zo para condenaÃ§Ã£o da acusada.Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, inexistindo prova do fato delituoso, nÃ£o hÃ¡ justa causa para a aÃ§Ã£o penal e, portanto, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir senÃ£o naquele que converge para a absolviÃ§Ã£o do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido constante na denÃºncia para o fim de ABSOLVER a rÃ© JOSIEL DA SILVA MORAES, da imputaÃ§Ã£o que lhe Ã© feita, com fundamento do art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal1. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a no DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Saem os presentes cientes deste ato. Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 03 de novembro de 2021. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00100990620178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 03/11/2021 REQUERENTE:BANCCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:ALCY DE JESUS NERY PINHEIRO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0010099-06.2017.8.14.0022 - AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o Com Pedido de Liminar Despacho 1-Â Â Â Â Â Intime-se a parte interessada, para se manifestar sobre o conteÃºdo da certidÃ£o de fls. 41 dos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s conclusos. 3-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 4-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 03 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 01623922920158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 DENUNCIADO:EDILSON LOPES LOBATO Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0162392-29.2015.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal - AudiÃªncia realizada no dia 03/11/2021 Processo nÂº 0162392-29.2015.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡. Denunciado: Edilson Lopes Lobato Advogada: Denilza de Souza Teixeira - OAB/PA 8020. TERMO DE AUDIÊNCIA Â Â Â Â Â Â Â Ao terceiro (03) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 09hs00min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020.

Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presente a Promotora de JustiÃ§a Grutchencka Oliveira Baptista Freire. Presente a advogada Denilza de Souza Teixeira - OAB/PA 8020. Ausente o acusado Edilson Lopes Lobato. Presente a testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Elton Jhon Carneiro da Silva. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz passou a DELIBERAR: 1 - Considerando a ausÃªncia acima registrada, bem como a falta de justificativa da Casa Penal que atÃ© o momento nÃ£o apresentou o acusado, redesigno audiÃªncia para o dia 22/06/2022, Ã s 12h00min, onde serÃ¡ realizado o a oitiva da testemunha Elton Jhon Carneiro da Silva e o interrogatÃ³rio do rÃ©u. 2 - Intime-se as partes. 3 - Serve o presente como mandado/ofÃ-cio. 4 - Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 03 de novembro de 2021. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00000019320168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 04/11/2021 DENUNCIADO:JOEL DE JESUS MAIA CORREA Representante(s): OAB 27172 - EVANGELINA DE JESUS DO NASCIMENTO BARBOSA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:T. J. C. A. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0000001-93.2016.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal de Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Joel de Jesus Maia CorrÃªa SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de Joel de Jesus Maia CorrÃªa, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o destes nas penas contidas no art. 129, 9Âº, do CPB c/c a Lei nÂº 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 26.02.2016, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado (fl. 06). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o, etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outras palavras, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u,

tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art. 109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pesem as divergÃªncias doutrinÃ¡ria, jurisprudencial e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÂncia desse jaez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, segue observaÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco3, cuja clareza elucidativa merece transcriÃ§Ã£o, litteris: Qual seria a utilidade da aÃ§Ã£o penal, que movimentaria toda a complexa e burocrÃ¡tica mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando, de antemÃ£o, jÃ¡ se tem conhecimento de que ao final da instruÃ§Ã£o processual, quando o julgador fosse aplicar a pena, a quantidade seria suficiente para que fosse declarada a extinÃ§Ã£o da punibilidade com base na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal? Seria fazer com que todos os envolvidos no processo penal trabalhassem em vÃ£o, pois que, desde o inÃ-cio da aÃ§Ã£o penal, jÃ¡ se saberia que seria impossÃ-vel a formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u JOEL DE JESUS MAIA CORRÃA, hÃ¡ que se reconhecer a ocorrÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o in casu, ainda que em perspectiva/virtual, por uma razÃ£o que salta aos olhos: o crime imputado ao agente Ã© o art. 129, 9Âº, do CPB c/c a Lei nÂº 11.340/2006, sendo assim, tomando por base a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso (02 anos), e considerando o rÃ©u Ã© primÃ¡rio e possui bons antecedentes, temos que Ã© possÃ-vel que, no momento que o denunciado seja sentenciado, fatalmente jÃ¡ tenha transcorrido o prazo prescricional previsto no artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o cÃ³digo de processo em penal, em seu artigo 61, autoriza o juiz a reconhecer uma causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade de ofÃ-cio, razÃ£o pela qual esta Ã© a medida mais acertada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 4. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, e, ato contÃ-nuo, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÂ¿O do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE DO ACUSADO JOEL DE JESUS MAIA CORRÃA, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 129, 9Âº, do CPB c/c a Lei nÂº 11.340/2006, nos termos do art. 109, IV, c/c art. 107, IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂnsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 04 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 10. 2 Idem, p. 781. 3 Ibdem, p. 807. 4 Gabinete do Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00000075220038140022 PROCESSO ANTIGO: 200310000291 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 04/11/2021 REQUERENTE:ANTONIO RIBEIRO AIRES Representante(s): IRLENE PINHEIRO CORREA (ADVOGADO) REQUERIDO:CESARINO BARBOSA. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 157 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 04 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00002030220188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 04/11/2021 REQUERENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 14601-B - BIANCA ORMANES (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE RAIMUNDO NONATO MACHADO. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 10 fls., devidamente

rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 04 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00003258520118140022 PROCESSO ANTIGO: 20111000226 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11183 - JOAO EUDES DE CARVALHO NERI (ADVOGADO) OAB 17142 - DOMINGOS DO NASCIMENTO NONATO (ADVOGADO) OAB 17967 - JOANAINA DE PAIVA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 18476 - JACOB KENNEDY MAUES GONCALVES (ADVOGADO) OAB 19492 - NICANOR MORAES BARBOSA (ADVOGADO) OAB 24458 - THIEGO JUNIOR RAMOS (ADVOGADO) OAB 25251 - SYLBER ROBERTO DA SILVA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 31573 - CLAUDICE SOUSA CONCEIÇAO (ADVOGADO) REQUERENTE:MESSIAS FONSECA FERREIRA Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) OAB 9968 - KELEN SOUZA XAVIER VON LOHRMANN CRUZ (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 198 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 04 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00003910520128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 04/11/2021 EXEQUENTE:IBAMA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS EXECUTADO:FELISBERTO RODRIGUES MORAES. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 55 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 04 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00004416020148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 DENUNCIADO:EDINALDO CARVALHO PANTOJA Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:E. J. Q. P. VITIMA:A. M. F. P. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0000441-60.2014.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal de Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Edinaldo do Carvalho Pantoja SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de Edinaldo do Carvalho Pantoja, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o destes nas penas contidas no art. 129, Â§9Âº, da Lei nÂº 11.340/2006, ambos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 21.01.2015, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado (fl. 05). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente

praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o, etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outras palavras, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art. 109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pesem as divergÃªncias doutrinÃ¡ria, jurisprudencial e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÃ¢ncia desse jaez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, segue observaÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco3, cuja clareza elucidativa merece transcriÃ§Ã£o, litteris: Qual seria a utilidade da aÃ§Ã£o penal, que movimentaria toda a complexa e burocrÃ¡tica mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando, de antemÃ£o, jÃ¡ se tem conhecimento de que ao final da instruÃ§Ã£o processual, quando o julgador fosse aplicar a pena, a quantidade seria suficiente para que fosse declarada a extinÃ§Ã£o da punibilidade com base na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal? Seria fazer com que todos os envolvidos no processo penal trabalhassem em vÃ£o, pois que, desde o inÃ-cio da aÃ§Ã£o penal, jÃ¡ se saberia que seria impossÃ-vel a formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u EDINALDO CARVALHO PANTOJA, hÃ¡ que se reconhecer a ocorrÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o in casu, ainda que em perspectiva/virtual, por uma razÃ£o que salta aos olhos: o crime imputado ao agente Ã© o art. 129, Â§9Âº, da Lei nÂº 11.340/2006, ambos do CPB, sendo assim, tomando por base a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso (02 anos), e considerando o rÃ©u Ã© primÃ¡rio e possui bons antecedentes, temos que Ã© possÃ-vel que, no momento que o denunciado seja sentenciado, fatalmente jÃ¡ tenha transcorrido o prazo prescricional previsto no artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o cÃ³digo de processo em penal, em seu artigo 61, autoriza o juiz a reconhecer uma causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade de ofÃ-cio, razÃ£o pela qual esta Ã© a medida mais acertada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 4. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, e, ato contÃ-nuo, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÂ¿O do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE DO ACUSADO EDINALDO CARVALHO PANTOJA, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 129, Â§9Âº, da Lei nÂº 11.340/2006, ambos do CPB, nos termos do art. 109, IV, c/c art. 107, IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em

julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 04 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 10. 2 Idem, p. 781. 3 Ibdem, p. 807. 4 Gabinete do Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00005223320198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 04/11/2021 VITIMA:A. M. F. DENUNCIADO:PAULO ANDRE MORAES FIGUEIREDO Representante(s): OAB 6575 - RAIMUNDO AUGUSTO LOBATO DE LIMA (ADVOGADO) TESTEMUNHA:DANIELA MACHADO RODRIGUES. JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: igarapemiri@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0000522-33.2019.8.14.0022 - AÃÃO PENAL Processo nÂº 0000522-33.2019.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal. Autor: Â MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡. Denunciado: Paulo AndrÃ© Moraes Figueiredo. Advogado: Dr. Raimundo Augusto Lobato de Lima - OABA/PA nÂº 6575. Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra PAULO ANDRÃ MORAES FIGUEIREDO, atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no artigo 147, caput, do CPB e art. 7Âº, Inciso II, da Lei nÂº 11.340/2006 e art. 329 do CPB e art. 12 da Lei nÂº 10.826/03. Â Â Â Â Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, que, no dia 31.01.2019, o ora denunciado teria ameaÃ§ado e agredido fisicamente sua companheira, a Sra. Aldilene Machado Figueiredo. Â Â Â Â Â Â Â Exame de corpo de delito a fl. 19.Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio da autoridade policial a fls. 34/41.Â Â Â Â Â Â Â Â Em 20 de Agosto de 2019, foi recebida a denÃºncia (fl. 06) iniciando-se o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal.Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta a acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 09.Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento realizada na data de hoje, oportunidade na qual foram ouvidas as testemunhas arroladas na denÃºncia: ALDILENE MACHDO FIGUEIREDO e JOÃO PAULO ROSA DOS SANTOS. Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico de forma escrita, pugnando pela condenaÃ§Ã£o do acusado nas penas no artigo 147, caput, do CPB e art. 7Âº, Inciso II, da Lei nÂº 11.340/2006 e art. 329 do CPB e art. 12 da Lei nÂº 10.826/03. Â Â Â Â Â Â Â Constam alegaÃ§Ãµes finais de forma escrita da defesa, pugnando pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado, nos termos do artigo 61 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Ao acusado PAULO ANDRÃ MORAES FIGUEIREDO, jÃ¡ qualificado nos autos, Ã© imputada a conduta tipificada na peÃ§a vestibular acusatÃ³ria, prevista no artigo 147, caput, do CPB e art. 7Âº, Inciso II, da Lei nÂº 11.340/2006 e art. 329 do CPB e art. 12 da Lei nÂº 10.826/03. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o deslinde da presente causa, como de resto as demais, reside nas respostas aos seguintes questionamentos, quais sejam: i) o crime efetivamente existiu (materialidade delitiva)?; ii) o ora acusado Ã© autor do crime descrito nos autos (autoria criminosa)?Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ como negar que a materialidade delitiva (i) encontra-se devidamente comprovada, notadamente em razÃ£o do Exame de Corpo de Delito realizado na vÃ-tima Ã¡ fl. 19, que demonstra as lesÃµes sofridas pela vÃ-tima e cometidas pelo acusado. Â Â Â Â Â Â Â No que atine Ã autoria delitiva deve ser levada em consideraÃ§Ã£o todo o lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, especialmente os depoimentos das testemunhas de acusaÃ§Ã£o e do interrogatÃ³rio do rÃ©u, colhidos quando das audiÃªncias de instruÃ§Ã£o e julgamento.Â Â Â Â Â Â Â O acusado, ao ser interrogado na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, afirmou categoricamente que os fatos narrados na exordial nÃ£o sÃ£o verdadeiros, no que tange as agressÃµes cometidas contra a sua companheira. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, restando devidamente comprovada a prÃ¡tica do delito, seja pela documentaÃ§Ã£o constante dos autos (especialmente o Exame de corpo de delito), seja pelo depoimento das testemunhas, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia da presente aÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Decido.Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, para o fim de CONDENAR PAULO ANDRÃ MORAES FIGUEIREDO, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do 147, caput, do CPB e art. 7Âº, Inciso II, da Lei nÂº 11.340/2006 e art. 329 do CPB e art. 12 da Lei nÂº 10.826/03, razÃ£o pela qual passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observÂ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta, devidamente comprovada nos autos, absolutamente reprovÃ¡vel pela sociedade na qual estÃ¡ inserido; b)Â Â Â Â Â Quanto aos antecedentes criminais do acusado, nÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o

acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitado em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o porque nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado no entendimento majoritÃ¡rio do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no artigo 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal e SÃºmula 444 do STJ.4 c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, pouco se pode dizer diante dos elementos probatÃ³rios colhidos nos autos. d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se poder dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ muito que se valorar. f)Â Â Â Â Â JÃ¡ quanto Ã s circunstÃ¢ncias do crime, compreendidas como aquelas que Â¿apesar de nÃ£o especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliaÃ§Ã£o discricionÃ¡ria do juiz, acarretar uma diminuiÃ§Ã£o ou aumento de penaÂ¿2, hÃ¡ que se dizer que o acusado fora capturado em conduta sem sombra de dÃºvidas flagrante, tendo sido capturado apÃ³s ter agredido fisicamente a vÃ-tima. g)Â Â Â Â Â No que atine Ã s consequÃªncias do crime, deve ser levada em conta sua natureza, razÃ£o pela qual se ressaltam todas as mazelas que o crime de lesÃ£o corporal causa, Ã sociedade de um modo geral, e principalmente quando cometido no ambiente familiar. h)Â Â Â Â Â Quanto ao comportamento da vÃ-tima, hÃ¡ circunstÃ¢ncia judicial desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, tendo em vista que a vÃ-tima em nada contribuiu para o sucesso da empreitada criminosa. Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 01 (um) ano e 3 (trÃªs) meses de reclusÃ£o. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que inexistem quaisquer causas de diminuiÃ§Ã£o ou aumento de pena, razÃ£o pela qual fica o rÃ©u, em definitivo, condenado ao cumprimento da pena de 01 (um) ano de reclusÃ£o.Â DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no art. 33, Â§2Âº, alÃ-nea C e Â§3Âº todos do CÃ³digo Penal3, bem como levando em conta que nÃ£o hÃ¡ qualquer fundamentaÃ§Ã£o idÃ´nea que imponha um regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso, deverÃ¡ o rÃ©u iniciar o cumprimento da pena em regime aberto. Â Considerando a inexistÃªncia de casas de albergado ou outro estabelecimento adequado para os efeitos do disposto no art. 33, Â§ 1Âº, Â¿cÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal4, deverÃ¡ o condenado cumprir a pena em prisÃ£o domiciliar, conforme entendimento do E. STJ5.Â CONSIDERAÃÃES GERAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Desnecessidade da prisÃ£o cautelar a)Â Â Â Â Â Considerando que a atual sistemÃ¡tica processual extirpou de nosso ordenamento jurÃ-dico a prisÃ£o automÃ¡tica decorrente de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria recorrÃ-vel, hÃ¡ que se frisar, neste momento, a permanÃªncia ou nÃ£o dos requisitos previstos nos artigos 312 e 313, do CÃ³digo de Processo Penal e que autorizam a prisÃ£o preventiva do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, apÃ³s bem compulsar os autos, verifica-se que inexistem quaisquer das circunstÃ¢ncias autorizadoras da prisÃ£o preventiva do ora condenado. Em verdade, conquanto haja prova da autoria e materialidade delitiva, sua liberdade nÃ£o implicaria desordem pÃºblica ou mesmo impediria a aplicaÃ§Ã£o de lei penal. Ademais, jÃ¡ se tendo findado a instruÃ§Ã£o criminal, a liberdade do acusado nÃ£o Ã© outra coisa senÃ£o clara observÃ¢ncia dos princÃ-pios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em necessidade de decretaÃ§Ã£o de sua prisÃ£o provisÃ³ria.Â b)Â Â Â Â Â Condeno, ainda, o rÃ©u ao pagamento das custas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Impossibilidade de SuspensÃ£o Condicional da Pena c)Â Â Â Â Â Considerando a possibilidade e cabimento da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade aplicada ao condenado por restritiva de direito, deixo de conceder-lhe o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, III6, do CÃ³digo Penal.Â *Da SubstituiÃ§Ã£o da Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos d)Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o benefÃ-cio da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessÃ£o, a presenÃ§a cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do CÃ³digo Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade nÃ£o superior a quatro anos se o crime nÃ£o for cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o rÃ©u nÃ£o for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstÃ¢ncias indicarem que essa substituiÃ§Ã£o seja suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Ã importante ressaltar que a doutrina majoritÃ¡ria admite a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito no crime de lesÃ£o corporal leve, mesmo a violÃªncia a pessoa sendo um elementar do tipo. Â Â Â Â Â Â Â O mestre RogÃ©rio Greco ensina: A primeira indagaÃ§Ã£o que se levanta Ã© a seguinte: se uma das finalidades da substituiÃ§Ã£o Ã© justamente evitar o encarceramento daquele que teria sido condenado ao cumprimento de uma pena de curta duraÃ§Ã£o, nos crimes de lesÃ£o corporal leve, constrangimento ilegal ou mesmo de ameaÃ§a, onde a violÃªncia e a grave

ameaÃ§a fazem parte desses tipos, estaria impossibilitada a substituiÃ§Ã£o? Entendemos que nÃ£o, pois as infraÃ§Ãµes penais se amoldam aquelas consideradas de menor potencial ofensivo, sendo seu julgamento realizado atÃ© mesmo no Juizado Especial Criminal, seria um verdadeiro contrassenso impedir, justamente nesses casos, a substituiÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, in casu, considerando a natureza e a forma como o crime foi praticado, o fato de nÃ£o ser o ora acusado reincidente em crime doloso, bem como de as circunstÂncias judiciais lhe serem favorÃ¡veis e em cumprimento ao disposto no artigo 17 da Lei Maria da Penha, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por 01 (uma) restritiva de direito, nos termos do parÃ¡grafo 2Âº, do art. 44, do CÃ³digo Penal7. Â Â Â Â Â Â Â Destarte, fixo a seguinte pena restritiva de direito, a ser cumprida, no que for compatÃ-vel, pelo mesmo prazo estabelecido para a privativa de liberdade, Ã© dizer, 01 (um) ano de reclusÃ£o (art. 55, do CÃ³digo Penal8), obedecido o disposto no artigo 46, Â§4Âº, do CÃ³digo Penal9: i)Â Â Â Â Â PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS Ã COMUNIDADE: o acusado deverÃ¡ cumprir a pena no Posto de SaÃºde de IgarapÃ©-Miri, de maneira que a atividade a ser realizada seja aquela designada pela prÃ³pria administraÃ§Ã£o do Posto de SaÃºde, que, por sua vez, fica obrigada a enviar ao juÃ-zo, mensalmente, relatÃ³rio das atividades daquele, a fim de que se acompanhe o cumprimento da pena. j)Â Â Â Â Â PARTICIPAÃÃO EM PALESTRAS COM TEMA SOBRE VIOLÃNCIA DOMÃSTICA: o acusado deverÃ¡ comparecer ao CREAS para assistir as palestras sobre o tema ViolÃªncia DomÃ©stica, com carga horÃ¡rio de 20 horas semanal. Devendo o CREAS, certificar a participaÃ§Ã£o e a realizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se Ã Secretaria Municipal de AssistÃªncia Social para tomar ciÃªncia da presente decisÃ£o, bem como para gerir e supervisionar o relatÃ³rio de atividades do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a referida pena restritiva de direitos deve ser cumprida na carga horÃ¡ria de 8 (oito) horas semanais, nos termos do artigo 149, parÃ¡grafo 1Âº da Lei 7210/84 (Lei de ExecuÃ§Ãµes Penais).Â e)Â Â Â Â Â Considerando, que o crime cometido nÃ£o tem repercussÃ£o patrimonial, deixo de fixar o valor mÃ-nimo para indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel, previsto no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal10.Â DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÂnsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados;Â b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal11; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, com sua devida identificaÃ§Ã£o, acompanhada de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal.Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se o ofendido acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÂncias e conseqÃ¼Ãªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2 Idem, p. 142. 4. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 4 Â§ 1Âº Considera-se: c) regime aberto a execuÃ§Ã£o da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado. 5 STJ-062266) HABEAS CORPUS. EXECUÃÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME PRISIONAL ABERTO. INEXISTÃNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÃRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Configura constrangimento ilegal ao jus libertatis, sanÃ¡vel pela via do habeas corpus, o cumprimento de pena em condiÃ§Ãµes mais rigorosas que as estabelecidas pelo juÃ-zo sentenciante ou pelo juÃ-zo das execuÃ§Ãµes penais. 2. Ã dever do Poder PÃºblico promover a efetividade da resposta penal, na dupla perspectiva da prevenÃ§Ã£o geral e especial; entretanto, nÃ£o se podem exceder os limites impostos ao cumprimento da condenaÃ§Ã£o, sob pena de desvio da finalidade da pretensÃ£o executÃ³ria. 3. Inexistindo vaga em casa de albergado, mostra-se possÃ-vel, em carÃ¡ter excepcional, permitir ao sentenciado, a quem se determinou o cumprimento da reprimenda em regime aberto, o direito de recolher-se em prisÃ£o domiciliar. Precedentes: STF - HC 95.334/RS, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Min. Marco AurÃ©lio; STJ - REsp 1.112.990/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; STJ - HC 97.940/RS, Rel. Min. Laurita Vaz; STJ - RHC 12.470/SP, Rel. Min. Laurita Vaz. 4. Habeas Corpus concedido para restabelecer a decisÃ£o do JuÃ-zo das ExecuÃ§Ãµes que determinou o cumprimento da pena em regime domiciliar, atÃ© a eventual instalaÃ§Ã£o de albergue na Comarca Caxias do Sul/RS. (Habeas Corpus nÂº 162055/RS (2010/0023958-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Laurita Vaz. j. 20.05.2010, unÂnime, DJe 14.06.2010). 6 A execuÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade, nÃ£o superior a 2 (dois) anos, poderÃ¡ ser suspensa, por 2

(dois) a 4 (quatro) anos, desde que: III - nÃ£o seja indicada ou cabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o prevista no art. 44 deste CÃ³digo 7 Â§ 2ÂºÂ Na condenaÃ§Ã£o igual ou inferior a um ano, a substituiÃ§Ã£o pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituÃ-da por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. 8 As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terÃ£o a mesma duraÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade substituÃ-da, ressalvado o disposto no Â§ 4Âº do art. 46. 9 Se a pena substituÃ-da for superior a um ano, Ã© facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior Ã metade da pena privativa de liberdade fixada. 10 O juiz, ao proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria: IV - fixarÃ¡ valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando os prejuÃ-zos sofridos pelo ofendido; 11 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. PROCESSO: 00008026720208140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 04/11/2021 VITIMA:M. R. M. C. DENUNCIADO:MARCOS JOSE SILVA DOS SANTOS TESTEMUNHA:JANIANE GOMES DOS SANTOS TESTEMUNHA:JOANA DARC DA CONCEICAO ALVES. JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: igarapemiri@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0000802-67.2020.8.14.0022 - AÃÃO PENAL (audiÃªncia realizada no dia 13/10/2021) Processo nÂº 0000802-67.2020.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal. Autor: Â MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ Denunciado: Marcos Jose Silva dos Santos AssistÃªncia JurÃ-dica: Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡ Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Ao dÃ©cimo terceiro (13) dia do mÃªs de outubro (10) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 13hs00min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presente o Promotor de JustiÃ§a EmÃ©rio Mendes Costa. Presente o acusado Marcos Jose Silva dos Santos. Presente as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico Maria Raimunda Miranda da Costa e Janiane Gomes dos Santos. Ausente a testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Joana Darc da ConceiÃ§Ã£o Alves. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, com gravaÃ§Ã£o audiovisual, utilizando-se o sistema TEAMS. nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz fez a leitura dos termos da denÃºncia aos presentes. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz esclareceu sobre a importÂ¢ncia e a finalidade das testemunhas, bem como sobre a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado (CPP, art. 203), sob pena de responder a processo pelo crime de falso testemunho (CP, art. 342). Â Â Â Â Â Â Â Passou-se a ouvir as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico: MARIA RAIMUNDA MIRANDA DA COSTA E JANIANE GOMES DOS SANTOS, cujas declaraÃ§Ãµes foram registradas em gravaÃ§Ã£o audiovisual, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Testemunhas nÃ£o contraditadas, compromissadas com a verdade. Â Â Â Â Â Â Â A representante legal do MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pela desistÃªncia da oitiva da testemunha Joana Darc da ConceiÃ§Ã£o Alves. O MM Juiz homologou a desistÃªncia da testemunha. Â Â Â Â Â Â Â Passou-se ao interrogatÃ³rio do acusado MARCOS JOSE SILVA DOS SANTOS. Â Â Â Â Â Â Â Antes de iniciar o interrogatÃ³rio, o Juiz fez ao denunciado a observaÃ§Ã£o de seus direitos constitucionais, inclusive o de permanecer em silÃªncio, sem que isso prejudique sua defesa, nos termos do art. 5Âº, incisos LV, LVII, LXIII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988. Esclareceu, ainda, sobre o direito de entrevista reservada com o advogado, direito esse cujo exercÃ-cio foi garantido e efetivado. Â Â Â Â Â Â Â O interrogatÃ³rio, nos termos do art. 187 do CPP, Ã© constituÃ-do de duas partes: sobre a pessoa e sobre os fatos. Ãs perguntas o rÃ©u respondeu e suas declaraÃ§Ãµes, durante o interrogatÃ³rio, foram registradas em gravaÃ§Ã£o audiovisual conforme mÃ-dia (DVD) anexa, que fica fazendo parte integrante do presente processo. O rÃ©u confessou a prÃ¡tica do delito. Â Â Â Â Â Â Â Dada a palavra a representante legal do MinistÃ©rio PÃºblico, apresentou as alegaÃ§Ãµes finais de forma oral conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Dada a palavra ao advogado de defesa, apresentou as alegaÃ§Ãµes finais de forma oral conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, o Juiz assim SENTENCIOU: SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra MARCOS JOSE SILVA DOS SANTOS, atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas nos artigos. 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal na forma da Lei 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, que, no dia 25/01/2020, o ora denunciado teria agredido fisicamente sua ex-companheira, a Sra. Maria Raimunda Miranda da Costa. Â Â Â Â Â Â Â Exame de

corpo de delito a fl. 17.Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio da autoridade policial a fls. 27/33.Â Â Â Â Â Â Â Â Em 24 de agosto de 2020, foi recebida a denÃºncia (fl. 05) iniciando-se o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal.Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta a acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 09/10.Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento realizada na data de hoje, oportunidade na qual foram ouvidas as testemunhas arroladas na denÃºncia: MARIA RAIMUNDA MIRANDA DA COSTA e JANIANE GOMES DOS SANTOS. Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico de forma oral, pugnando pela condenaÃ§Ã£o do acusado somente nas penas do artigo 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c artigo 7Âº, inciso I da Lei nÂº 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia, constam alegaÃ§Ãµes finais da defesa, pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Ao acusado MARCOS JOSÃ SILVA DOS SANTOS, jÃ¡ qualificado nos autos, Ã© imputada a conduta tipificada na peÃ§a vestibular acusatÃ³ria, prevista no artigo 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c artigo 7Âº, inciso I da Lei nÂº 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o deslinde da presente causa, como de resto as demais, reside nas respostas aos seguintes questionamentos, quais sejam: i) o crime efetivamente existiu (materialidade delitiva)?; ii) o ora acusado Ã© autor do crime descrito nos autos (autoria criminosa)?Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ como negar que a materialidade delitiva (i) encontra-se devidamente comprovada, notadamente em razÃ£o do Exame de Corpo de Delito realizado na vÃ-tima Ã¡ fl. 17, que demonstra as lesÃµes sofridas pela vÃ-tima e cometidas pelo acusado. Â Â Â Â Â Â Â No que atine Ã autoria delitiva deve ser levada em consideraÃ§Ã£o todo o lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, especialmente os depoimentos das testemunhas de acusaÃ§Ã£o e do interrogatÃ³rio do rÃ©u, colhidos quando das audiÃªncias de instruÃ§Ã£o e julgamento.Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado, ao ser interrogado na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, afirmou categoricamente que os fatos narrados na exordial sÃ£o verdadeiros, no que tange as agressÃµes cometidas contra a sua ex-companheira, portanto confessando a autoria delitiva. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, restando devidamente comprovada a prÃ¡tica do delito, seja pela documentaÃ§Ã£o constante dos autos (especialmente o Exame de corpo de delito), seja pelo depoimento das testemunhas, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia da presente aÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Decido.Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, para o fim de CONDENAR MARCOS JOSÃ SILVA DOS SANTOS, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c a Lei 11340/2006, razÃ£o pela qual passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta, devidamente comprovada nos autos, absolutamente reprovÃ¡vel pela sociedade na qual estÃ¡ inserido; b)Â Â Â Â Â Quanto aos antecedentes criminais do acusado, nÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitado em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o porque nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado no entendimento majoritÃ¡rio do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no artigo 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal e SÃºmula 444 do STJ.4 c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, pouco se pode dizer diante dos elementos probatÃ³rios colhidos nos autos. d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se poder dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ muito que se valorar. f)Â Â Â Â Â JÃ¡ quanto Ã s circunstÃ¢ncias do crime, compreendidas como aquelas que Â¿apesar de nÃ£o especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliaÃ§Ã£o discricionÃ¡ria do juiz, acarretar uma diminuiÃ§Ã£o ou aumento de penaÂ¿2, hÃ¡ que se dizer que o acusado fora capturado em conduta sem sombra de dÃºvidas flagrante, tendo sido capturado apÃ³s ter agredido fisicamente a vÃ-tima. g)Â Â Â Â Â No que atine Ã s consequÃªncias do crime, deve ser levada em conta sua natureza, razÃ£o pela qual se ressaltam todas as mazelas que o crime de lesÃ£o corporal causa, Ã sociedade de um modo geral, e principalmente quando cometido no ambiente familiar. h)Â Â Â Â Â Quanto ao comportamento da vÃ-tima, hÃ¡ circunstÃ¢ncia judicial desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, tendo em vista que a vÃ-tima em nada contribuiu para o sucesso da empreitada criminosa. Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 01 (um) ano e 3 (trÃªs) meses de reclusÃ£o. DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â No que tange A segunda fase da dosimetria legal, Ã© possÃ-vel verificar a existÃªncia de uma

circunstÃ¢ncia atenuante que Ã© a atenuante da confissÃ£o espontÃ¢nea, nos termos do artigo 65,III,d do CÃ³digo Penal, tendo em vista que o rÃ©u confessou a autoria delitiva perante a autoridade policial e perante este juÃ-zo.Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, atenuando 1/6 (um sexto) da sanÃ§Ã£o, fixo a pena intermediÃ¡ria em 01 (um) ano de reclusÃ£o.Â DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que inexistem quaisquer causas de diminuiÃ§Ã£o ou aumento de pena, razÃ£o pela qual fica o rÃ©u, em definitivo, condenado ao cumprimento da pena de 01 (um) ano de reclusÃ£o.Â DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no art. 33, Â§2Âº, alÃ-nea C e Â§3Âº todos do CÃ³digo Penal3, bem como levando em conta que nÃ£o hÃ¡ qualquer fundamentaÃ§Ã£o idÃ´nea que imponha um regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso, deverÃ¡ o rÃ©u iniciar o cumprimento da pena em regime aberto. Â Â Â Â Â Â Â Considerando a inexistÃªncia de casas de albergado ou outro estabelecimento adequado para os efeitos do disposto no art. 33, Â§ 1Âº, Â¿cÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal4, deverÃ¡ o condenado cumprir a pena em prisÃ£o domiciliar, conforme entendimento do E. STJ5.Â CONSIDERAÃÃES GERAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Desnecessidade da prisÃ£o cautelar a)Â Â Â Â Â Considerando que a atual sistemÃ¡tica processual extirpou de nosso ordenamento jurÃ-dico a prisÃ£o automÃ¡tica decorrente de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria recorrÃ-vel, hÃ¡ que se frisar, neste momento, a permanÃªncia ou nÃ£o dos requisitos previstos nos artigos 312 e 313, do CÃ³digo de Processo Penal e que autorizam a prisÃ£o preventiva do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, apÃ³s bem compulsar os autos, verifica-se que inexistem quaisquer das circunstÃ¢ncias autorizadoras da prisÃ£o preventiva do ora condenado. Em verdade, conquanto haja prova da autoria e materialidade delitiva, sua liberdade nÃ£o implicaria desordem pÃºblica ou mesmo impediria a aplicaÃ§Ã£o de lei penal. Ademais, jÃ¡ se tendo findado a instruÃ§Ã£o criminal, a liberdade do acusado nÃ£o Ã© outra coisa senÃ£o clara observÃ¢ncia dos princÃ-pios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em necessidade de decretaÃ§Ã£o de sua prisÃ£o provisÃ³ria.Â b)Â Â Â Â Â Condeno, ainda, o rÃ©u ao pagamento das custas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Impossibilidade de SuspensÃ£o Condicional da Pena c)Â Â Â Â Â Considerando a possibilidade e cabimento da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade aplicada ao condenado por restritiva de direito, deixo de conceder-lhe o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, III6, do CÃ³digo Penal.Â *Da SubstituiÃ§Ã£o da Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos d)Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o benefÃ-cio da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessÃ£o, a presenÃ§a cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do CÃ³digo Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade nÃ£o superior a quatro anos se o crime nÃ£o for cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o rÃ©u nÃ£o for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstÃ¢ncias indicarem que essa substituiÃ§Ã£o seja suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Ã importante ressaltar que a doutrina majoritÃ¡ria admite a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito no crime de lesÃ£o corporal leve, mesmo a violÃªncia a pessoa sendo uma elementar do tipo. Â Â Â Â Â Â Â O mestre RogÃ©rio Greco ensina: A primeira indagaÃ§Ã£o que se levanta Ã© a seguinte: se uma das finalidades da substituiÃ§Ã£o Ã© justamente evitar o encarceramento daquele que teria sido condenado ao cumprimento de uma pena de curta duraÃ§Ã£o, nos crimes de lesÃ£o corporal leve, constrangimento ilegal ou mesmo de ameaÃ§a, onde a violÃªncia e a grave ameaÃ§a fazem parte desses tipos, estaria impossibilitada a substituiÃ§Ã£o? Entendemos que nÃ£o, pois as infraÃ§Ãµes penais se amoldam aquelas consideradas de menor potencial ofensivo, sendo seu julgamento realizado atÃ© mesmo no Juizado Especial Criminal, seria um verdadeiro contrassenso impedir, justamente nesses casos, a substituiÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, in casu, considerando a natureza e a forma como o crime foi praticado, o fato de nÃ£o ser o ora acusado reincidente em crime doloso, bem como de as circunstÃ¢ncias judiciais lhe serem favorÃ¡veis e em cumprimento ao disposto no artigo 17 da Lei Maria da Penha, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por 01 (uma) restritiva de direito, nos termos do parÃ¡grafo 2Âº, do art. 44, do CÃ³digo Penal7. Â Â Â Â Â Â Â Destarte, fixo a seguinte pena restritiva de direito, a ser cumprida, no que for compatÃ-vel, pelo mesmo prazo estabelecido para a privativa de liberdade, Ã© dizer, 01 (um) ano de reclusÃ£o (art. 55, do CÃ³digo Penal8), obedecido o disposto no artigo 46, Â§4Âº, do CÃ³digo Penal9: i)Â Â Â Â Â PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS Ã COMUNIDADE: o acusado deverÃ¡ cumprir a pena no Posto de SaÃºde de IgarapÃ©-Miri, de maneira que a atividade a ser realizada seja aquela designada pela prÃ³pria administraÃ§Ã£o do Posto de SaÃºde, que, por sua vez, fica obrigada a enviar ao juÃ-zo, mensalmente, relatÃ³rio das atividades daquele, a fim de que se acompanhe o cumprimento da pena. j)Â Â Â Â Â PARTICIPAÃÃO EM PALESTRAS COM TEMA SOBRE VIOLÃNCIA DOMÃSTICA: o acusado deverÃ¡ comparecer ao CREAS para assistir as palestras sobre o tema ViolÃªncia DomÃ©stica, com carga horÃ¡rio de 20 horas semanal.

Devendo o CREAS, certificar a participaÃ§Ã£o e a realizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se Ã Secretaria Municipal de AssistÃªncia Social para tomar ciÃªncia da presente decisÃ£o, bem como para gerir e supervisionar o relatÃ³rio de atividades do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a referida pena restritiva de direitos deve ser cumprida na carga horÃ¡ria de 8 (oito) horas semanais, nos termos do artigo 149, parÃ¡grafo 1Âº da Lei 7210/84 (Lei de ExecuÃ§Ãµes Penais).Â e)Â Â Â Â Â Considerando, que o crime cometido nÃ£o tem repercussÃ£o patrimonial, deixo de fixar o valor mÃ-nimo para indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel, previsto no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal10.Â DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados;Â b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal11; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, com sua devida identificaÃ§Ã£o, acompanhada de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal.Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se o ofendido acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se.Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 13 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÂ¢ncias e conseqÃ¼Ãªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2 Idem, p. 142. 4. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 4 Â§ 1Âº Considera-se: c) regime aberto a execuÃ§Ã£o da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado. 5 STJ-062266) HABEAS CORPUS. EXECUÃÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME PRISIONAL ABERTO. INEXISTÃNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÃRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Configura constrangimento ilegal ao jus libertatis, sanÃ¡vel pela via do habeas corpus, o cumprimento de pena em condiÃ§Ãµes mais rigorosas que as estabelecidas pelo juÃ-zo sentenciante ou pelo juÃ-zo das execuÃ§Ãµes penais. 2. Ã dever do Poder PÃºblico promover a efetividade da resposta penal, na dupla perspectiva da prevenÃ§Ã£o geral e especial; entretanto, nÃ£o se podem exceder os limites impostos ao cumprimento da condenaÃ§Ã£o, sob pena de desvio da finalidade da pretensÃ£o executÃ³ria. 3. Inexistindo vaga em casa de albergado, mostra-se possÃ-vel, em carÃ¡ter excepcional, permitir ao sentenciado, a quem se determinou o cumprimento da reprimenda em regime aberto, o direito de recolher-se em prisÃ£o domiciliar. Precedentes: STF - HC 95.334/RS, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Min. Marco AurÃ©lio; STJ - REsp 1.112.990/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; STJ - HC 97.940/RS, Rel. Min. Laurita Vaz; STJ - RHC 12.470/SP, Rel. Min. Laurita Vaz. 4. Habeas Corpus concedido para restabelecer a decisÃ£o do JuÃ-zo das ExecuÃ§Ãµes que determinou o cumprimento da pena em regime domiciliar, atÃ© a eventual instalaÃ§Ã£o de albergue na Comarca Caxias do Sul/RS. (Habeas Corpus nÂº 162055/RS (2010/0023958-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Laurita Vaz. j. 20.05.2010, unÂ¢nime, DJe 14.06.2010). 6 A execuÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade, nÃ£o superior a 2 (dois) anos, poderÃ¡ ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: III - nÃ£o seja indicada ou cabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o prevista no art. 44 deste CÃ³digo 7 Â§ 2ÂºÂ Na condenaÃ§Ã£o igual ou inferior a um ano, a substituiÃ§Ã£o pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituÃ-da por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. 8 As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terÃ£o a mesma duraÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade substituÃ-da, ressalvado o disposto no Â§ 4Âº do art. 46. 9 Se a pena substituÃ-da for superior a um ano, Ã© facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior Ã metade da pena privativa de liberdade fixada. 10 O juiz, ao proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria: IV - fixarÃ¡ valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando os prejuÃ-zos sofridos pelo ofendido; 11 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. PROCESSO: 00008684420098140022 PROCESSO ANTIGO: 200910006102 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 04/11/2021 EXECUTADO:JOSE RAIMUNDO NONATO MACHADO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 17 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este

processo possui apenso, nÃ£o contÃ©m mÃ-dia ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 04 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00009895120158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Busca e Apreensão em: 04/11/2021 REQUERENTE:AYMORE CREDIT FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 18694-A - VERIDIANA PRUDENCIO RAFAEL (ADVOGADO) REQUERIDO:SIDNEY LOPES SILVA. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Processo nÂº 0000989-51.2015.8.14.0022 Classe: AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO Requerente: AYMORE CREDIT FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Requerido: SIDNEY LOPES SILVA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o apresentado em favor AYMORE CREDIT FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA, devidamente qualificado, em face do requerido SIDNEY LOPES SILVA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a parte autora foi devidamente intimada do despacho de fls. 42, conforme publicaÃ§Ã£o de fls. 43, nÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o atÃ© a presente data, conforme certidÃ£o de fls. 44, o que significa perda do objeto, pois se trata de demanda de jurisdiÃ§Ã£o voluntÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, VI, do CPC/15, que o processo se extingue sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito quando faltar legitimidade ou interesse processual, devendo, nos termos do art. 316, do mesmo diploma legal, ser declarada por sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do Exposto, por considerar nÃ£o haver mais interesse processual no prosseguimento do feito, julgo extinto o presente processo, sem exame de mÃ©rito, nos termos do art. 485, VI, c/c art. 316, ambos do CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª ciÃªncia ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri-PA, 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00019687620168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 04/11/2021 DENUNCIADO:ODENIS FONSECA DE SOUZA Representante(s): OAB 27172 - EVANGELINA DE JESUS DO NASCIMENTO BARBOSA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:M. R. C. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001968-76.2016.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal de Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Odenis Fonseca de Souza SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de Odenis Fonseca de Souza, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o destes nas penas contidas no art. 5Âº, Inciso I, III e VII, ambos da Lei nÂº 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 31/03/2016, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado (fl. 05). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o, etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outras palavras, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico

mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art. 109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pesem as divergÃªncias doutrinÃ¡ria, jurisprudencial e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÂ¢ncia desse jaez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, segue observaÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco3, cuja clareza elucidativa merece transcriÃ§Ã£o, litteris: Qual seria a utilidade da aÃ§Ã£o penal, que movimentaria toda a complexa e burocrÃ¡tica mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando, de antemÃ£o, jÃ¡ se tem conhecimento de que ao final da instruÃ§Ã£o processual, quando o julgador fosse aplicar a pena, a quantidade seria suficiente para que fosse declarada a extinÃ§Ã£o da punibilidade com base na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal? Seria fazer com que todos os envolvidos no processo penal trabalhassem em vÃ£o, pois que, desde o inÃ-cio da aÃ§Ã£o penal, jÃ¡ se saberia que seria impossÃ-vel a formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u ODENIS FONSECA DE SOUZA, hÃ¡ que se reconhecer a ocorrÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o in casu, ainda que em perspectiva/virtual, por uma razÃ£o que salta aos olhos: o crime imputado ao agente Ã© o art. 5Âº, Inciso I, III e VII, ambos da Lei nÂº 11.340/2006, sendo assim, tomando por base a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso (02 anos), e considerando o rÃ©u Ã© primÃ¡rio e possui bons antecedentes, temos que Ã© possÃ-vel que, no momento que o denunciado seja sentenciado, fatalmente jÃ¡ tenha transcorrido o prazo prescricional previsto no artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o cÃ³digo de processo em penal, em seu artigo 61, autoriza o juiz a reconhecer uma causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade de ofÃ-cio, razÃ£o pela qual esta Ã© a medida mais acertada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 4. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, e, ato contÃ-nuo, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÂ¿O do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE DO ACUSADO ODENIS FONSECA DE SOUZA, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 5Âº, Inciso I, III e VII, ambos da Lei nÂº 11.340/2006, nos termos do art. 109, IV, c/c art. 107, IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 04 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 10. 2 Idem, p. 781. 3 Ibdem, p. 807. 4 Gabinete do Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00019828920188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Civil Pública em: 04/11/2021 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPE-MIRI REQUERIDO:GOVERNADOR DO ESTADO DO PARA SIMAO JATENE INTERESSADO:LEONE CLEIDE DA CONCEICAO ANTUNES SACRAMENTO MENOR:G. V. A. S. . Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar

que a SentenÃ§a prolatada por este juÃzo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de ______ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00024509220148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 04/11/2021 REQUERENTE:INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS IBAMA REQUERIDO:RAIMUNDO MIRANDA DOS SANTOS. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃzo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃgrafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 37 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃdia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 04 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00027444220178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 04/11/2021 DENUNCIADO:J. B. L. DENUNCIADO:EDIVALDO PEREIRA OLIVEIRA Representante(s): OAB 24922 - NAZIANNE BARBOSA PENA (DEFENSOR DATIVO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0002744-42.2017.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal de Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Edivaldo Pereira Oliveira SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de Edivaldo Pereira Oliveira, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o destes nas penas contidas no art. 129, 9Âº, do CPB c/c art. 7Âº, Inciso I e II, da Lei nÂº 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 24.08.2017, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado (fl. 06/06V). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃpico, antijurÃdico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o, etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outras palavras, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: Â (...) poderÃamos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃdico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente

caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art. 109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pesem as divergÃªncias doutrinÃ¡ria, jurisprudencial e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÃ¢ncia desse jaez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, segue observaÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco3, cuja clareza elucidativa merece transcriÃ§Ã£o, litteris: Qual seria a utilidade da aÃ§Ã£o penal, que movimentaria toda a complexa e burocrÃ¡tica mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando, de antemÃ£o, jÃ¡ se tem conhecimento de que ao final da instruÃ§Ã£o processual, quando o julgador fosse aplicar a pena, a quantidade seria suficiente para que fosse declarada a extinÃ§Ã£o da punibilidade com base na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal? Seria fazer com que todos os envolvidos no processo penal trabalhassem em vÃ£o, pois que, desde o inÃ-cio da aÃ§Ã£o penal, jÃ¡ se saberia que seria impossÃ-vel a formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u EDIVALDO PEREIRA DE OLIVEIRA, hÃ¡ que se reconhecer a ocorrÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o in casu, ainda que em perspectiva/virtual, por uma razÃ£o que salta aos olhos: o crime imputado ao agente Ã© o art. 129, 9Âº, do CPB c/c art. 7Âº, Inciso I e II, da Lei nÂº 11.340/2006, sendo assim, tomando por base a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso (02 anos), e considerando o rÃ©u Ã© primÃ¡rio e possui bons antecedentes, temos que Ã© possÃ-vel que, no momento que o denunciado seja sentenciado, fatalmente jÃ¡ tenha transcorrido o prazo prescricional previsto no artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o cÃ³digo de processo em penal, em seu artigo 61, autoriza o juiz a reconhecer uma causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade de ofÃ-cio, razÃ£o pela qual esta Ã© a medida mais acertada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 4. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, e, ato contÃ-nuo, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÂ¿O do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE DO ACUSADO EDIVALDO PERERIRA OLIVEIRA, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 129, 9Âº, do CPB c/c art. 7Âº, Inciso I e II, da Lei nÂº 11.340/2006, nos termos do art. 109, IV, c/c art. 107, IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 04 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 10. 2 Idem, p. 781. 3 Ibdem, p. 807. 4 Gabinete do Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00034332820138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inventário em: 04/11/2021 REQUERENTE:ANA CRISTINA RODRIGUES CORREA Representante(s): OAB 18476 - JACOB KENNEDY MAUES GONCALVES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0003433-28.2013.8.14.0022 - AÃÃO DE INVENTÃRIO DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Defiro o pedido formulado pelo MP as fls. 69. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00039656520148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 DENUNCIADO:RAIMUNDO NONATO SANTOS DO

CARMO VITIMA:R. G. P. P. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0003965-65.2014.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal de Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Raimundo Nonato dos Santos do Carmo SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de Raimundo Nonato dos Santos do Carmo, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o destes nas penas contidas no art. 129, do CPB c/c art. 7Âº, Inciso II, ambos da Lei nÂº 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 18/09/2014, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado (fl. 05). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o, etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outras palavras, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÂ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art. 109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pesem as divergÃªncias doutrinÃ¡ria, jurisprudencial e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÃ¢ncia desse jaez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, segue observaÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco3, cuja clareza elucidativa merece transcriÃ§Ã£o, litteris: Qual seria a utilidade da aÃ§Ã£o penal, que movimentaria toda a complexa e burocrÃ¡tica mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando, de antemÃ£o, jÃ¡ se tem conhecimento de que ao final da instruÃ§Ã£o processual, quando o julgador fosse aplicar a pena, a quantidade seria suficiente para que fosse declarada a extinÃ§Ã£o da punibilidade com base na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal? Seria fazer com que todos os envolvidos no processo penal

trabalhassem em vÃ£o, pois que, desde o inÃ-cio da aÃ§Ã£o penal, jÃ¡ se saberia que seria impossÃ-vel a formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u RAIMUNDO NONATO SANTOS DO CARMO, hÃ¡ que se reconhecer a ocorrÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o in casu, ainda que em perspectiva/virtual, por uma razÃ£o que salta aos olhos: o crime imputado ao agente Ã© o art. 129, do CPB c/c art. 7Âº, Inciso II, ambos da Lei nÂº 11.340/2006, sendo assim, tomando por base a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso (02 anos), e considerando o rÃ©u Ã© primÃ¡rio e possui bons antecedentes, temos que Ã© possÃ-vel que, no momento que o denunciado seja sentenciado, fatalmente jÃ¡ tenha transcorrido o prazo prescricional previsto no artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o cÃ³digo de processo em penal, em seu artigo 61, autoriza o juiz a reconhecer uma causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade de ofÃ-cio, razÃ£o pela qual esta Ã© a medida mais acertada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 4. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, e, ato contÃ-nuo, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÂ¿O do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE DO ACUSADO RAIMUNDO NONATO SANTOS DO CARMO, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 129, do CPB c/c art. 7Âº, Inciso II, ambos da Lei nÂº 11.340/2006, nos termos do art. 109, IV, c/c art. 107, IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 04 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 10. 2 Idem, p. 781. 3 Ibdem, p. 807. 4 Gabinete do Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00042887020148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 DENUNCIADO:JOAQUIM PINHEIRO MORAES Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) OAB 24922 - NAZIANNE BARBOSA PENA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:R. B. S. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0004288-70.2014.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal de Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Joaquim Pinheiro Moraes SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de Joaquim Pinheiro Moraes, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o destes nas penas contidas no art. 147, caput, do CPB c/c art. 7Âº, Inciso II, ambos da Lei nÂº 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 04/02/2015, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado (fl. 05). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÂ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o, etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outras palavras, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art. 109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pesem as divergÃªncias doutrinÃ¡ria, jurisprudencial e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÃ¢ncia desse jaez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, segue observaÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco3, cuja clareza elucidativa merece transcriÃ§Ã£o, litteris: Qual seria a utilidade da aÃ§Ã£o penal, que movimentaria toda a complexa e burocrÃ¡tica mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando, de antemÃ£o, jÃ¡ se tem conhecimento de que ao final da instruÃ§Ã£o processual, quando o julgador fosse aplicar a pena, a quantidade seria suficiente para que fosse declarada a extinÃ§Ã£o da punibilidade com base na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal? Seria fazer com que todos os envolvidos no processo penal trabalhassem em vÃ£o, pois que, desde o inÃ-cio da aÃ§Ã£o penal, jÃ¡ se saberia que seria impossÃ-vel a formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u JOAQUIM PINHEIRO MORAES, hÃ¡ que se reconhecer a ocorrÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o in casu, ainda que em perspectiva/virtual, por uma razÃ£o que salta aos olhos: o crime imputado ao agente Ã© o art. 147, caput, do CPB c/c art. 7Âº, Inciso II, ambos da Lei nÂº 11.340/2006, sendo assim, tomando por base a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso (02 anos), e considerando o rÃ©u Ã© primÃ¡rio e possui bons antecedentes, temos que Ã© possÃ-vel que, no momento que o denunciado seja sentenciado, fatalmente jÃ¡ tenha transcorrido o prazo prescricional previsto no artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o cÃ³digo de processo em penal, em seu artigo 61, autoriza o juiz a reconhecer uma causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade de ofÃ-cio, razÃ£o pela qual esta Ã© a medida mais acertada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 4. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, e, ato contÃ-nuo, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÂ¿O do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE DO ACUSADO JOAQUIM PINHEIRO MORAES, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 147, caput, do CPB c/c art. 7Âº, Inciso II, ambos da Lei nÂº 11.340/2006, nos termos do art. 109, IV, c/c art. 107, IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 04 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 10. 2 Idem, p. 781. 3 Ibdem, p. 807. 4 Gabinete do Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00043857020148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 04/11/2021 REQUERENTE:POVOA E CIA LTDA ME Representante(s): OAB 11505 - VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:RILDO SAMPAIO LOBATO

Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 42 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 04 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00043857020148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 04/11/2021 REQUERENTE:POVOA E CIA LTDA ME Representante(s): OAB 11505 - VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:RILDO SAMPAIO LOBATO Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 42 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo possui apenso, nÃ£o contÃ©m mÃ-dia ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 04 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00044352820168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Embargos à Execução Fiscal em: 04/11/2021 REQUERENTE:UEDER MIRANDA POVOA REQUERIDO:RILDO SAMPAIO LOBATO Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 24 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apenso ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 04 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00048102920168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 REQUERENTE:ESMELINDA PINHEIRO PANTOJA Representante(s): OAB 13437 - TULIO PANTOJA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BARADESCO SA Representante(s): OAB 119859 - RUBENS GASPAR (ADVOGADO) OAB 76696 - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E COMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 142 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 04 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00060721420168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 DENUNCIADO:JOSE RAIMUNDO DA COSTA DA SILVA Representante(s): OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (ADVOGADO) VITIMA:L. O. S. . JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: igarapemiri@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0006072-14.2016.8.14.0022 - AÃÃO PENAL Processo nÂº 0006072-14.2016.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal. Autor: Â MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ Denunciado: JosÃ© Raimundo da Costa da Silva Advogado: Max do Socorro Melo Pinheiro - OAB/PA nÂº 21.293. Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra JOSÃ RAIMUNDO DA COSTA DA SILVA, atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no artigo 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c artigo 5Âº, inciso III e VII da Lei 11.340/2006. Â Â Â Â

Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, que, no dia 24/07/2016 por volta das 17j00min., o ora denunciado teria agredido fisicamente sua companheira, a Sra. Lindalva Oliveira dos Santos. Â Â Â Â Â Â Â Narra a exordial acusatÃ³ria, que o ex-companheiro, se aproximou, aparentemente embriagado, e comeÃ§ou a agredi-la com tapas no rosto, tendo segurado seu braÃ§o direito tentado torcÃª-lo, o que nÃ£o ocorreu em razÃ£o da intervenÃ§Ã£o de populares que estavam no local. Â Â Â Â Â Â Â Exame de corpo de delito a fl. 24.Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio da autoridade policial a fls. 28/30.Â Â Â Â Â Â Â Â Em 16 de janeiro de 2017, foi recebida a denÃºncia (fl. 05/05V) iniciando-se o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal.Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta a acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 18/20.Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento realizada na data de hoje, oportunidade na qual foram ouvidas as testemunhas arroladas na denÃºncia: KHISTIAN BATISTA CASTRO e a vÃ-tima LINDALVA OLIVEIRA DOS SANTOS. Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico de forma escrita, pugnando pela condenaÃ§Ã£o do acusado somente nas penas no artigo 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c artigo 7Âº, inciso I da Lei 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Constam alegaÃ§Ãµes finais de forma escrita da defesa, pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado, por ter agido em legitima defesa, nos termos do artigo 386, VI do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Ao acusado JOSÃ ANTONIO COSTA DOS SANTOS, jÃ¡ qualificado nos autos, Ã© imputada a conduta tipificada na peÃ§a vestibular acusatÃ³ria, prevista no artigo 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c artigo 7Âº, inciso I da Lei 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o deslinde da presente causa, como de resto as demais, reside nas respostas aos seguintes questionamentos, quais sejam: i) o crime efetivamente existiu (materialidade delitiva)?; ii) o ora acusado Ã© autor do crime descrito nos autos (autoria criminosa)?Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ como negar que a materialidade delitiva (i) encontra-se devidamente comprovada, notadamente em razÃ£o do Exame de Corpo de Delito realizado na vÃ-tima Ã¡ fl. 24, que demonstra as lesÃµes sofridas pela vÃ-tima e cometidas pelo acusado. Â Â Â Â Â Â Â No que atine Ã autoria delitiva deve ser levada em consideraÃ§Ã£o todo o lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, especialmente os depoimentos das testemunhas de acusaÃ§Ã£o e do interrogatÃ³rio do rÃ©u, colhidos quando das audiÃªncias de instruÃ§Ã£o e julgamento.Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado, ao ser interrogado na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, afirmou categoricamente que os fatos narrados na exordial sÃ£o verdadeiros, no que tange as agressÃµes cometidas contra a sua companheira, portanto confessando parcialmente a autoria delitiva. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, restando devidamente comprovada a prÃ¡tica do delito, seja pela documentaÃ§Ã£o constante dos autos (especialmente o Exame de corpo de delito), seja pelo depoimento das testemunhas, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia da presente aÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Decido.Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, para o fim de CONDENAR JOSE RAIMUNDO DA COSTA SILVA, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, inciso III e VII da Lei 11340/2006, razÃ£o pela qual passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta, devidamente comprovada nos autos, absolutamente reprovÃ¡vel pela sociedade na qual estÃ¡ inserido; b)Â Â Â Â Â Quanto aos antecedentes criminais do acusado, nÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitado em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o porque nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado no entendimento majoritÃ¡rio do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no artigo 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal e SÃºmula 444 do STJ.4 c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, pouco se pode dizer diante dos elementos probatÃ³rios colhidos nos autos. d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se poder dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ muito que se valorar. f)Â Â Â Â Â JÃ¡ quanto Ã s circunstÃ¢ncias do crime, compreendidas como aquelas que Â¿apesar de nÃ£o especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliaÃ§Ã£o discricionÃ¡ria do juiz, acarretar uma diminuiÃ§Ã£o ou aumento de penaÂ¿2, hÃ¡ que se dizer que o acusado fora capturado em conduta sem sombra de dÃºvidas flagrante, tendo sido capturado apÃ³s ter agredido fisicamente a vÃ-tima. g)Â Â Â Â Â No que atine Ã s consequÃªncias do crime, deve ser levada em conta sua natureza, razÃ£o pela qual se ressaltam

todas as mazelas que o crime de lesÃ£o corporal causa, Ã sociedade de um modo geral, e principalmente quando cometido no ambiente familiar. h)Â Â Â Â Â Quanto ao comportamento da vÃ-tima, hÃ¡ circunstÃ¢ncia judicial desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, tendo em vista que a vÃ-tima em nada contribuiu para o sucesso da empreitada criminosa. Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 01 (um) ano e 3 (trÃªs) meses de reclusÃ£o. DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, Ã© possÃ-vel verificar a existÃªncia de uma circunstÃ¢ncia atenuante que Ã© a atenuante da confissÃ£o espontÃ¢nea, nos termos do artigo 65,III,d do CÃ³digo Penal, tendo em vista que o rÃ©u confessou a autoria delitiva perante a autoridade policial e perante este juÃ-zo (fl. 57).Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, atenuando 1/6 (um sexto) da sanÃ§Ã£o, fixo a pena intermediÃ¡ria em 01 (um) ano de reclusÃ£o.Â DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que inexistem quaisquer causas de diminuiÃ§Ã£o ou aumento de pena, razÃ£o pela qual fica o rÃ©u, em definitivo, condenado ao cumprimento da pena de 01 (um) ano de reclusÃ£o.Â DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no art. 33, Â§2Âº, alÃ-nea C e Â§3Âº todos do CÃ³digo Penal3, bem como levando em conta que nÃ£o hÃ¡ qualquer fundamentaÃ§Ã£o idÃ´nea que imponha um regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso, deverÃ¡ o rÃ©u iniciar o cumprimento da pena em regime aberto. Â Considerando a inexistÃªncia de casas de albergado ou outro estabelecimento adequado para os efeitos do disposto no art. 33, Â§ 1Âº, Â¿cÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal4, deverÃ¡ o condenado cumprir a pena em prisÃ£o domiciliar, conforme entendimento do E. STJ5.Â CONSIDERAÃÃES GERAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Desnecessidade da prisÃ£o cautelar a)Â Â Â Â Â Considerando que a atual sistemÃ¡tica processual extirpou de nosso ordenamento jurÃ-dico a prisÃ£o automÃ¡tica decorrente de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria recorrÃ-vel, hÃ¡ que se frisar, neste momento, a permanÃªncia ou nÃ£o dos requisitos previstos nos artigos 312 e 313, do CÃ³digo de Processo Penal e que autorizam a prisÃ£o preventiva do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, apÃ³s bem compulsar os autos, verifica-se que inexistem quaisquer das circunstÃ¢ncias autorizadoras da prisÃ£o preventiva do ora condenado. Em verdade, conquanto haja prova da autoria e materialidade delitiva, sua liberdade nÃ£o implicaria desordem pÃºblica ou mesmo impediria a aplicaÃ§Ã£o de lei penal. Ademais, jÃ¡ se tendo findado a instruÃ§Ã£o criminal, a liberdade do acusado nÃ£o Ã© outra coisa senÃ£o clara observÃ¢ncia dos princÃ-pios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em necessidade de decretaÃ§Ã£o de sua prisÃ£o provisÃ³ria.Â b)Â Â Â Â Â Condeno, ainda, o rÃ©u ao pagamento das custas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Impossibilidade de SuspensÃ£o Condicional da Pena c)Â Â Â Â Â Considerando a possibilidade e cabimento da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade aplicada ao condenado por restritiva de direito, deixo de conceder-lhe o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, III6, do CÃ³digo Penal.Â *Da SubstituiÃ§Ã£o da Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos d)Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o benefÃ-cio da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessÃ£o, a presenÃ§a cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do CÃ³digo Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade nÃ£o superior a quatro anos se o crime nÃ£o for cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o rÃ©u nÃ£o for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstÃ¢ncias indicarem que essa substituiÃ§Ã£o seja suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Ã importante ressaltar que a doutrina majoritÃ¡ria admite a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito no crime de lesÃ£o corporal leve, mesmo a violÃªncia a pessoa sendo uma elementar do tipo. Â Â Â Â Â Â Â O mestre RogÃ©rio Greco ensina: A primeira indagaÃ§Ã£o que se levanta Ã© a seguinte: se uma das finalidades da substituiÃ§Ã£o Ã© justamente evitar o encarceramento daquele que teria sido condenado ao cumprimento de uma pena de curta duraÃ§Ã£o, nos crimes de lesÃ£o corporal leve, constrangimento ilegal ou mesmo de ameaÃ§a, onde a violÃªncia e a grave ameaÃ§a fazem parte desses tipos, estaria impossibilitada a substituiÃ§Ã£o? Entendemos que nÃ£o, pois as infraÃ§Ãµes penais se amoldam aquelas consideradas de menor potencial ofensivo, sendo seu julgamento realizado atÃ© mesmo no Juizado Especial Criminal, seria um verdadeiro contrassenso impedir, justamente nesses casos, a substituiÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, in casu, considerando a natureza e a forma como o crime foi praticado, o fato de nÃ£o ser o ora acusado reincidente em crime doloso, bem como de as circunstÃ¢ncias judiciais lhe serem favorÃ¡veis e em cumprimento ao disposto no artigo 17 da Lei Maria da Penha, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por 01 (uma) restritiva de direito, nos termos do parÃ¡grafo 2Âº, do art. 44, do CÃ³digo Penal7. Â Â Â Â Â Â Â Destarte, fixo a seguinte pena restritiva de direito, a ser cumprida, no que for compatÃ-vel, pelo mesmo prazo estabelecido para a privativa de liberdade, Ã© dizer, 01 (um) ano de reclusÃ£o (art. 55, do CÃ³digo

Penal8), obedecido o disposto no artigo 46, Â§4Âº, do CÃ³digo Penal9: i)Â Â Â Â Â PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS Ã COMUNIDADE: o acusado deverÃ¡ cumprir a pena no Posto de SaÃºde de IgarapÃ©-Miri, de maneira que a atividade a ser realizada seja aquela designada pela prÃ³pria administraÃ§Ã£o do Posto de SaÃºde, que, por sua vez, fica obrigada a enviar ao juÃ-zo, mensalmente, relatÃ³rio das atividades daquele, a fim de que se acompanhe o cumprimento da pena. j)Â Â Â Â Â PARTICIPAÃÃO EM PALESTRAS COM TEMA SOBRE VIOLÃNCIA DOMÃSTICA: o acusado deverÃ¡ comparecer ao CREAS para assistir as palestras sobre o tema ViolÃªncia DomÃ©stica, com carga horÃ¡rio de 20 horas semanal. Devendo o CREAS, certificar a participaÃ§Ã£o e a realiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se Ã Secretaria Municipal de AssistÃªncia Social para tomar ciÃªncia da presente decisÃ£o, bem como para gerir e supervisionar o relatÃ³rio de atividades do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a referida pena restritiva de direitos deve ser cumprida na carga horÃ¡ria de 8 (oito) horas semanais, nos termos do artigo 149, parÃ¡grafo 1Âº da Lei 7210/84 (Lei de ExecuÃ§Ãµes Penais).Â e)Â Â Â Â Â Considerando, que o crime cometido nÃ£o tem repercussÃ£o patrimonial, deixo de fixar o valor mÃ-nimo para indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel, previsto no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal10.Â DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados;Â b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal11; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, com sua devida identificaÃ§Ã£o, acompanhada de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal.Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se o ofendido acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e conseqÃ¼Ãªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2 Idem, p. 142. 4. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 4 Â§ 1Âº Considera-se: c) regime aberto a execuÃ§Ã£o da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado. 5 STJ-062266) HABEAS CORPUS. EXECUÃÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME PRISIONAL ABERTO. INEXISTÃNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÃRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Configura constrangimento ilegal ao jus libertatis, sanÃ¡vel pela via do habeas corpus, o cumprimento de pena em condiÃ§Ãµes mais rigorosas que as estabelecidas pelo juÃ-zo sentenciante ou pelo juÃ-zo das execuÃ§Ãµes penais. 2. Ã dever do Poder PÃºblico promover a efetividade da resposta penal, na dupla perspectiva da prevenÃ§Ã£o geral e especial; entretanto, nÃ£o se podem exceder os limites impostos ao cumprimento da condenaÃ§Ã£o, sob pena de desvio da finalidade da pretensÃ£o executÃ³ria. 3. Inexistindo vaga em casa de albergado, mostra-se possÃ-vel, em carÃ¡ter excepcional, permitir ao sentenciado, a quem se determinou o cumprimento da reprimenda em regime aberto, o direito de recolher-se em prisÃ£o domiciliar. Precedentes: STF - HC 95.334/RS, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Min. Marco AurÃ©lio; STJ - REsp 1.112.990/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; STJ - HC 97.940/RS, Rel. Min. Laurita Vaz; STJ - RHC 12.470/SP, Rel. Min. Laurita Vaz. 4. Habeas Corpus concedido para restabelecer a decisÃ£o do JuÃ-zo das ExecuÃ§Ãµes que determinou o cumprimento da pena em regime domiciliar, atÃ© a eventual instalaÃ§Ã£o de albergue na Comarca Caxias do Sul/RS. (Habeas Corpus nÂº 162055/RS (2010/0023958-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Laurita Vaz. j. 20.05.2010, unÃ¢nime, DJe 14.06.2010). 6 A execuÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade, nÃ£o superior a 2 (dois) anos, poderÃ¡ ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: III - nÃ£o seja indicada ou cabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o prevista no art. 44 deste CÃ³digo 7 Â§ 2ÂºÂ Na condenaÃ§Ã£o igual ou inferior a um ano, a substituiÃ§Ã£o pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituÃ-da por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. 8 As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terÃ£o a mesma duraÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade substituÃ-da, ressalvado o disposto no Â§ 4Âº do art. 46. 9 Se a pena substituÃ-da for superior a um ano, Ã© facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior Ã metade da pena privativa de liberdade fixada. 10 O juiz, ao proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria: IV - fixarÃ¡ valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando os prejuÃ-zos sofridos pelo ofendido; 11 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias

apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. PROCESSO: 00070574620178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 04/11/2021 VITIMA:E. B. DENUNCIADO:JOSE AILTON QUARESMA CORREA Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (DEFENSOR DATIVO) . JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: igarapemiri@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0007057-46.2017.8.14.0022 - AÃÃO PENAL Processo nÂº 0007057-46.2017.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal. Autor: Â MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡. Denunciado: JosÃ© Ailton Quaresma CorrÃªa. Advogado: Dr. Kelvyn Carlos da Silva Mendes - OAB/PA nÂº 26.494. Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra JOSÃ AILTON QUARESMA CORRÃA, atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no artigo 129, Â§9Âº e art. 147 do CPB c/c a Lei 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, que, no dia 07.08.2017, o ora denunciado teria agredido fisicamente sua companheira, a Sra. Elizangela Barbosa. Â Â Â Â Â Â Â Exame de corpo de delito a fl. 21.Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio da autoridade policial a fls. 28/32.Â Â Â Â Â Â Â Â Em 23 de novembro de 2017, foi recebida a denÃºncia (fl. 05/06) iniciando-se o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal.Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta a acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 10/12.Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento realizada na data de hoje, oportunidade na qual foram ouvidas as testemunhas arroladas na denÃºncia: ELIZANGELA BARBOSA e MARCOS DA COSTA NEGRÃO. Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico de forma escrita, pugnando pela condenaÃ§Ã£o do acusado nas penas no artigo 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c artigo a Lei 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Constam alegaÃ§Ãµes finais de forma escrita da defesa, pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Ao acusado JOSE AILTON QUARESMA CORRÃA, jÃ¡ qualificado nos autos, Ã© imputada a conduta tipificada na peÃ§a vestibular acusatÃ³ria, prevista no artigo 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c a Lei 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o deslinde da presente causa, como de resto as demais, reside nas respostas aos seguintes questionamentos, quais sejam: i) o crime efetivamente existiu (materialidade delitiva)?; ii) o ora acusado Ã© autor do crime descrito nos autos (autoria criminosa)?Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ como negar que a materialidade delitiva (i) encontra-se devidamente comprovada, notadamente em razÃ£o do Exame de Corpo de Delito realizado na vÃ-tima Ã¡ fl. 21, que demonstra as lesÃµes sofridas pela vÃ-tima e cometidas pelo acusado. Â Â Â Â Â Â Â No que atine Ã autoria delitiva deve ser levada em consideraÃ§Ã£o todo o lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, especialmente os depoimentos das testemunhas de acusaÃ§Ã£o e do interrogatÃ³rio do rÃ©u, colhidos quando das audiÃªncias de instruÃ§Ã£o e julgamento.Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado, ao ser interrogado na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, afirmou categoricamente que os fatos narrados na exordial nÃ£o sÃ£o verdadeiros, no que tange as agressÃµes cometidas contra a sua companheira. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, restando devidamente comprovada a prÃ¡tica do delito, seja pela documentaÃ§Ã£o constante dos autos (especialmente o Exame de corpo de delito), seja pelo depoimento das testemunhas, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia da presente aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â O acusado, ao ser interrogado na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, afirmou categoricamente que os fatos narrados na exordial sÃ£o verdadeiros, no que tange as agressÃµes cometidas contra a sua companheira, portanto confessando parcialmente a autoria delitiva. Â Â Â Â Â Â Â Decido.Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, para o fim de CONDENAR JOSE AILTON QUARESMA CORRÃA, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c a Lei 11.340/2006, razÃ£o pela qual passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, Ã© possÃ-vel verificar a existÃªncia de uma circunstÂncia atenuante que Ã© a atenuante da confissÃ£o espontÂnea, nos termos do artigo 65,III,d do CÃ³digo Penal, tendo em vista que o rÃ©u confessou a autoria delitiva perante a autoridade policial e perante este juÃ-zo (fl. 07).Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, atenuando 1/6 (um sexto) da sanÃ§Ã£o, fixo a pena intermediÃ¡ria em 01 (um) ano de reclusÃ£o.Â DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta, devidamente comprovada nos autos, absolutamente reprovÃ¡vel pela sociedade na qual estÃ¡ inserido; b)Â Â Â Â Â Quanto aos

antecedentes criminais do acusado, nÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitado em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o porque nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado no entendimento majoritÃ¡rio do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no artigo 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal e SÃºmula 444 do STJ.4 c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, pouco se pode dizer diante dos elementos probatÃ³rios colhidos nos autos. d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se poder dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ muito que se valorar. f)Â Â Â Â Â JÃ¡ quanto Ã s circunstÃ¢ncias do crime, compreendidas como aquelas que Â¿apesar de nÃ£o especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliaÃ§Ã£o discricionÃ¡ria do juiz, acarretar uma diminuiÃ§Ã£o ou aumento de penaÂ¿2, hÃ¡ que se dizer que o acusado fora capturado em conduta sem sombra de dÃºvidas flagrante, tendo sido capturado apÃ³s ter agredido fisicamente a vÃ-tima. g)Â Â Â Â Â No que atine Ã s consequÃªncias do crime, deve ser levada em conta sua natureza, razÃ£o pela qual se ressaltam todas as mazelas que o crime de lesÃ£o corporal causa, Ã sociedade de um modo geral, e principalmente quando cometido no ambiente familiar. h)Â Â Â Â Â Quanto ao comportamento da vÃ-tima, hÃ¡ circunstÃ¢ncia judicial desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, tendo em vista que a vÃ-tima em nada contribuiu para o sucesso da empreitada criminosa. Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 01 (um) ano e 3 (trÃªs) meses de reclusÃ£o. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que inexistem quaisquer causas de diminuiÃ§Ã£o ou aumento de pena, razÃ£o pela qual fica o rÃ©u, em definitivo, condenado ao cumprimento da pena de 01 (um) ano de reclusÃ£o.Â DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no art. 33, Â§2Âº, alÍ-nea C e Â§3Âº todos do CÃ³digo Penal3, bem como levando em conta que nÃ£o hÃ¡ qualquer fundamentaÃ§Ã£o idÃ´nea que imponha um regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso, deverÃ¡ o rÃ©u iniciar o cumprimento da pena em regime aberto. Â Considerando a inexistÃªncia de casas de albergado ou outro estabelecimento adequado para os efeitos do disposto no art. 33, Â§ 1Âº, Â¿cÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal4, deverÃ¡ o condenado cumprir a pena em prisÃ£o domiciliar, conforme entendimento do E. STJ5.Â CONSIDERAÃÃES GERAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Desnecessidade da prisÃ£o cautelar a)Â Â Â Â Â Considerando que a atual sistemÃ¡tica processual extirpou de nosso ordenamento jurÃ-dico a prisÃ£o automÃ¡tica decorrente de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria recorrÃ-vel, hÃ¡ que se frisar, neste momento, a permanÃªncia ou nÃ£o dos requisitos previstos nos artigos 312 e 313, do CÃ³digo de Processo Penal e que autorizam a prisÃ£o preventiva do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, apÃ³s bem compulsar os autos, verifica-se que inexistem quaisquer das circunstÃ¢ncias autorizadoras da prisÃ£o preventiva do ora condenado. Em verdade, conquanto haja prova da autoria e materialidade delitiva, sua liberdade nÃ£o implicaria desordem pÃºblica ou mesmo impediria a aplicaÃ§Ã£o de lei penal. Ademais, jÃ¡ se tendo findado a instruÃ§Ã£o criminal, a liberdade do acusado nÃ£o Ã© outra coisa senÃ£o clara observÂ¢ncia dos princÃ-pios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em necessidade de decretaÃ§Ã£o de sua prisÃ£o provisÃ³ria.Â b)Â Â Â Â Â Condeno, ainda, o rÃ©u ao pagamento das custas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Impossibilidade de SuspensÃ£o Condicional da Pena c)Â Â Â Â Â Considerando a possibilidade e cabimento da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade aplicada ao condenado por restritiva de direito, deixo de conceder-lhe o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, III6, do CÃ³digo Penal.Â *Da SubstituiÃ§Ã£o da Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos d)Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o benefÃ-cio da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessÃ£o, a presenÃ§a cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do CÃ³digo Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade nÃ£o superior a quatro anos se o crime nÃ£o for cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o rÃ©u nÃ£o for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstÃ¢ncias indicarem que essa substituiÃ§Ã£o seja suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã importante ressaltar que a doutrina majoritÃ¡ria admite a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito no crime de lesÃ£o corporal leve, mesmo a violÃªncia a pessoa sendo um elementar do tipo. Â Â Â Â Â Â Â O mestre RogÃ©rio Greco ensina: A primeira indagaÃ§Ã£o que se levanta Ã© a seguinte: se uma das finalidades da substituiÃ§Ã£o Ã© justamente evitar o encarceramento daquele que teria sido condenado ao cumprimento de uma pena de curta duraÃ§Ã£o, nos crimes de

lesÃ£o corporal leve, constrangimento ilegal ou mesmo de ameaÃ§a, onde a violÃªncia e a grave ameaÃ§a fazem parte desses tipos, estaria impossibilitada a substituiÃ§Ã£o? Entendemos que nÃ£o, pois as infraÃ§Ãµes penais se amoldam aquelas consideradas de menor potencial ofensivo, sendo seu julgamento realizado atÃ© mesmo no Juizado Especial Criminal, seria um verdadeiro contrassenso impedir, justamente nesses casos, a substituiÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, in casu, considerando a natureza e a forma como o crime foi praticado, o fato de nÃ£o ser o ora acusado reincidente em crime doloso, bem como de as circunstÂ¢ncias judiciais lhe serem favorÃ¡veis e em cumprimento ao disposto no artigo 17 da Lei Maria da Penha, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por 01 (uma) restritiva de direito, nos termos do parÃ¡grafo 2Âº, do art. 44, do CÃ³digo Penal7. Â Â Â Â Â Â Â Destarte, fixo a seguinte pena restritiva de direito, a ser cumprida, no que for compatÃ-vel, pelo mesmo prazo estabelecido para a privativa de liberdade, Ã© dizer, 01 (um) ano de reclusÃ£o (art. 55, do CÃ³digo Penal8), obedecido o disposto no artigo 46, Â§4Âº, do CÃ³digo Penal9: i)Â Â Â Â Â PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS Ã COMUNIDADE: o acusado deverÃ¡ cumprir a pena no Posto de SaÃºde de IgarapÃ©-Miri, de maneira que a atividade a ser realizada seja aquela designada pela prÃ³pria administraÃ§Ã£o do Posto de SaÃºde, que, por sua vez, fica obrigada a enviar ao juÃ-zo, mensalmente, relatÃ³rio das atividades daquele, a fim de que se acompanhe o cumprimento da pena. j)Â Â Â Â Â PARTICIPAÃÃO EM PALESTRAS COM TEMA SOBRE VIOLÃNCIA DOMÃSTICA: o acusado deverÃ¡ comparecer ao CREAS para assistir as palestras sobre o tema ViolÃªncia DomÃ©stica, com carga horÃ¡rio de 20 horas semanal. Devendo o CREAS, certificar a participaÃ§Ã£o e a realizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se Ã Secretaria Municipal de AssistÃªncia Social para tomar ciÃªncia da presente decisÃ£o, bem como para gerir e supervisionar o relatÃ³rio de atividades do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a referida pena restritiva de direitos deve ser cumprida na carga horÃ¡ria de 8 (oito) horas semanais, nos termos do artigo 149, parÃ¡grafo 1Âº da Lei 7210/84 (Lei de ExecuÃ§Ãµes Penais).Â e)Â Â Â Â Â Considerando, que o crime cometido nÃ£o tem repercussÃ£o patrimonial, deixo de fixar o valor mÃ-nimo para indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel, previsto no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal10.Â DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados;Â b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal11; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, com sua devida identificaÃ§Ã£o, acompanhada de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal.Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se o ofendido acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÂ¢ncias e conseqÃ¼Ãªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2 Idem, p. 142. 4. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 4 Â§ 1Âº Considera-se: c) regime aberto a execuÃ§Ã£o da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado. 5 STJ-062266) HABEAS CORPUS. EXECUÃÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME PRISIONAL ABERTO. INEXISTÃNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÃRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Configura constrangimento ilegal ao jus libertatis, sanÃ¡vel pela via do habeas corpus, o cumprimento de pena em condiÃ§Ãµes mais rigorosas que as estabelecidas pelo juÃ-zo sentenciante ou pelo juÃ-zo das execuÃ§Ãµes penais. 2. Ã dever do Poder PÃºblico promover a efetividade da resposta penal, na dupla perspectiva da prevenÃ§Ã£o geral e especial; entretanto, nÃ£o se podem exceder os limites impostos ao cumprimento da condenaÃ§Ã£o, sob pena de desvio da finalidade da pretensÃ£o executÃ³ria. 3. Inexistindo vaga em casa de albergado, mostra-se possÃ-vel, em carÃ¡ter excepcional, permitir ao sentenciado, a quem se determinou o cumprimento da reprimenda em regime aberto, o direito de recolher-se em prisÃ£o domiciliar. Precedentes: STF - HC 95.334/RS, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Min. Marco AurÃ©lio; STJ - REsp 1.112.990/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; STJ - HC 97.940/RS, Rel. Min. Laurita Vaz; STJ - RHC 12.470/SP, Rel. Min. Laurita Vaz. 4. Habeas Corpus concedido para restabelecer a decisÃ£o do JuÃ-zo das ExecuÃ§Ãµes que determinou o cumprimento da pena em regime domiciliar, atÃ© a eventual instalaÃ§Ã£o de albergue na Comarca Caxias do Sul/RS. (Habeas Corpus nÂº 162055/RS (2010/0023958-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Laurita Vaz. j. 20.05.2010, unÂ¢nime, DJe 14.06.2010). 6 A

execuÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade, nÃ£o superior a 2 (dois) anos, poderÃ¡ ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: III - nÃ£o seja indicada ou cabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o prevista no art. 44 deste CÃ³digo 7 Â§ 2ÂºÂ Na condenaÃ§Ã£o igual ou inferior a um ano, a substituiÃ§Ã£o pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituÃ-da por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. 8 As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terÃ£o a mesma duraÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade substituÃ-da, ressalvado o disposto no Â§ 4Âº do art. 46. 9 Se a pena substituÃ-da for superior a um ano, Ã© facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior Ã metade da pena privativa de liberdade fixada. 10 O juiz, ao proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria: IV - fixarÃ¡ valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando os prejuÃ-zos sofridos pelo ofendido; 11 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. PROCESSO: 00070999520178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 04/11/2021 REQUERENTE:HIDERALDO JOSÉ DA COSTA SILVA Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERENTE:RENILDES DO SOCORRO AMARAL SILVA Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:JOSE MARIA DIAS. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Travessa Quintino BocaiÃºva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA, CEP 68.430-000, Tel./fax (91) 3755-1866 Processo nÂº 0007099-95.2017.8.14.0022- AÃÃO DE REINTEGRAÃÃO DE CUMULADA COM AÃÃO DEMOLITÃRIA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÃNCIA - AudiÃªncia 04/11/2021 Processo: 0007099-95.2017.8.14.0022 CLASSE: AÃÃO DE REINTEGRAÃÃO DE CUMULADA COM AÃÃO DEMOLITÃRIA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÃNCIA REQUERENTES: HIDERALDO JOSÃ DA COSTA SILVA e RENILDES DO SOCORRO AMARAL SILVA. ADVOGADO: MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER - OAB/PA 5791. REQUERIDO: JOSÃ MARIA DIAS TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Ao quarto (04) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 13hs40min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presente o requerente Hideraldo JosÃ© da Costa Silva, devidamente acompanhados pelo advogado Manoel de Jesus Lobato Xavier - OAB/PA 5791. Ausente o requerido JosÃ© Maria Dias. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz passou a deliberar em audiÃªncia: DELIBERAÃÃO. 1 - Considerando que o art. 135, V, do NCPC prevÃª a possibilidade de se tentar a conciliaÃ§Ã£o das partes a qualquer tempo, designo audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 12/11/2021, Ã s 10h00min, na sala de audiÃªncias deste FÃ³rum Judicial. 2 - O advogado da parte autora se compromete em realizar a intimaÃ§Ã£o da parte requerida. 3 - Todos os presentes cientes do ato. 4 - SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃÃO. 5 - Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Â Â Â Â Â Juiz de Direito Requerente_____ Advogado_____ 3 PROCESSO: 00073530520168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Mandado de Segurança Infância e Juventude Cível em: 04/11/2021 REQUERENTE:DENILSON QUARESMA MONTEIRO Representante(s): OAB 22996 - ANNE VELOSO MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0007353-05.2016.8.14.0022 - MANDADO DE SEGURANÃA COM PEDIDO DE LIMINAR DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Defiro o pedido formulado pelo MP as fls. 40. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00078207620198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Tutela e Curatela - Nomeação em: 04/11/2021 INTERDITO:JUCILENE MARTINS BARBOSA Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

(DEFENSOR) INTERDITANDO:JUCILEA MARTINS BARBOSA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0007820-76.2019.8.14.0022 - AÃÃO DE CURATELA DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Defiro o pedido formulado pelo MP as fls. 23. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00090185120198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 REQUERENTE:MARTINHO DOS SANTOS CARVALHO Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA RAIMUNDA COSTA DE MORAES REQUERIDO:JOSE ADJALMA COSTA PANTOJA REQUERIDO:DALCINEI PANTOJA. JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0009018-81.2019.814.0022 (audiÃªncia realizada no dia 04/11/2021) Processo nÂº 0009018-81.2019.814.0022 CLASSE - AÃÃO DE REPARAÃÃO POR DANOS MORAIS EM RAZÃO DA IMPUTAÃÃO VERBAIS E OFENSIVAS DE INJURIA E AMEAÃA. Requerentes: Martinho dos Santos Carvalho e Maria Raimunda Costa Moraes. Advogado: Manoel de Jesus Lobato Xavier - OAB/PA 5791. Requeridos: JosÃ© Adjama Costa Pantoja e Dalcinei Pantoja. Â Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Ao quarto (04) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte (2021), Ã s 10hs00min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presentes os requerentes Martinho dos Santos Carvalho e Maria Raimunda Costa Moraes, devidamente acompanhados pelo advogado Manoel de Jesus Lobato Xavier - OAB/PA 5791. Presente os requeridos Dalcinei Pantoja e JosÃ© Adjama Costa Pantoja. Â Â Â Â Â Seguindo a diretriz do Novo CÃ³digo de Processo Civil, possibilitou-se a autocomposiÃ§Ã£o do litÃ-gio, tendo as partes conciliado nos seguintes termos: I.Â Â Â Â Â A parte autora concorda em retirar do polo passivo requerido Dalcinei Pantoja. II.Â Â Â Â Â A parte requerida JosÃ© Adjama Costa Pantoja, concorda em nÃ£o utilizar o som durante os dias de semana, de segunda a sÃ¡bado. Podendo utilizar o aparelho de som nos dias de domingo, devendo manter o volume do som no limite de 50 decibÃ©is. III.Â Â Â Â Â A tÃ-tulo de multa pelo descumprimento arbitro o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por dia atÃ© atingir o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Devendo ser demostrado por meio de provas e por mediÃ§Ã£o do aparelho decibelÃ-metro. Â Â Â Â Â Â Â Â O Juiz assim SENTENCIOU: Â¿1. HOMOLOGO, pois, o acordo acima reduzido a termo, para que produza seus efeitos legais e jurÃ-dicos, extinguindo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito (CPC, arts. 203, Â§ 1Âº, e 487, III, Â¿bÂ¿). 2. Serve o presente como mandado. 3. Saem os presentes cientes e intimados neste ato. 4. Sem custas finais. 5. As partes dispensam o prazo recursal. 6. Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo, que serÃ¡ assinado por quem de direito. Â Â Â Â Â IgarapÃ©, Miri, PA, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Â Â Â Â Â Juiz Direito Requerente____Â Requerente____Â Advogado____ Requerido____ PROCESSO: 00090185120198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 REQUERENTE:MARTINHO DOS SANTOS CARVALHO Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA RAIMUNDA COSTA DE MORAES REQUERIDO:JOSE ADJALMA COSTA PANTOJA REQUERIDO:DALCINEI PANTOJA. Â CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÃ£o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, venho registrar que a SentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. Nada mais. Â IgarapÃ©-Miri/PA____ de ______ de 2021 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00092757620198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA

SILVA A??o: Ação Civil Pública em: 04/11/2021 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPÉ-MIRI INTERESSADO:CLEO SILVA MONTEIRO. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E COMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 23 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 04 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 01083875720158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 04/11/2021 VITIMA:A. S. P. DENUNCIADO:ROSANA DE CASTRO COSTA Representante(s): OAB 27172 - EVANGELINA DE JESUS DO NASCIMENTO BARBOSA (ADVOGADO) TESTEMUNHA:JOSICLEIA PINHEIRO DE SOUSA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0108387-57.2015.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal de Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Rosana de Castro Costa SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de Rosana de Castro Costa, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o destes nas penas contidas no art. 147, caput c/c nÂº 11.340/2006, ambos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 24.08.2017, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado (fl. 05/05V). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o, etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outras palavras, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art.

109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pesem as divergÃªncias doutrinÃ¡ria, jurisprudencial e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÃ¢ncia desse jaez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, segue observaÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco3, cuja clareza elucidativa merece transcriÃ§Ã£o, litteris: Qual seria a utilidade da aÃ§Ã£o penal, que movimentaria toda a complexa e burocrÃ¡tica mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando, de antemÃ£o, jÃ¡ se tem conhecimento de que ao final da instruÃ§Ã£o processual, quando o julgador fosse aplicar a pena, a quantidade seria suficiente para que fosse declarada a extinÃ§Ã£o da punibilidade com base na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal? Seria fazer com que todos os envolvidos no processo penal trabalhassem em vÃ£o, pois que, desde o inÃ-cio da aÃ§Ã£o penal, jÃ¡ se saberia que seria impossÃ-vel a formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u ROSANA DE CASTRO COSTA, hÃ¡ que se reconhecer a ocorrÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o in casu, ainda que em perspectiva/virtual, por uma razÃ£o que salta aos olhos: o crime imputado ao agente Ã© o art. 147, caput c/c nÂº 11.340/2006, ambos do CPB, sendo assim, tomando por base a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso (02 anos), e considerando o rÃ©u Ã© primÃ¡rio e possui bons antecedentes, temos que Ã© possÃ-vel que, no momento que o denunciado seja sentenciado, fatalmente jÃ¡ tenha transcorrido o prazo prescricional previsto no artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o cÃ³digo de processo em penal, em seu artigo 61, autoriza o juiz a reconhecer uma causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade de ofÃ-cio, razÃ£o pela qual esta Ã© a medida mais acertada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 4. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, e, ato contÃ-nuo, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÂ¿O do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE DA ACUSADA ROSANA DE CASTRO COSTA, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 147, caput c/c nÂº 11.340/2006, ambos do CPB, nos termos do art. 109, IV, c/c art. 107, IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 04 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 10. 2 Idem, p. 781. 3 Ibdem, p. 807. 4 Gabinete do Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 01613929120158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 DENUNCIADO:NAZARENO GOMES DA SILVA VITIMA:I. C. F. TESTEMUNHA:CLAUDIO BARBOSA PROGENIO TESTEMUNHA:CELESTE MARIA DE FREITAS. JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: igarapemiri@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0161392-91.2015.8.14.0022 - AÃÃO PENAL Processo nÂº 0161392-91.2015.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal. Autor: Â MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡. Denunciado: Nazareno Gomes da Silva. AssistÃªncia JurÃ-dica: Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria contra NAZARENO GOMES DA SILVA, atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no artigo 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c artigo 7Âº, inciso I da Lei 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, que, no dia 07/11/2015, o ora denunciado teria agredido fisicamente sua companheira, a Sra. Ivone Caldas de Freitas. Â Â Â Â Â Â Â Exame de corpo de delito a fl. 26.Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio da autoridade policial a fls. 28/30.Â Â Â Â Â Â Â Â Em 26 de fevereiro de 2016, foi recebida a denÃºncia (fl. 05) iniciando-se o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal.Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta a acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 09.Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento realizada na data de hoje, oportunidade na qual foram ouvidas as testemunhas arroladas na denÃºncia: SIDNEI JOSÃ GONÃALVES NEGRÃO e ANTONIO DA SILVA ARAÃJO. Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico de forma escrita, pugnando

pela condenaÃ§Ã£o do acusado somente nas penas no artigo 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c artigo 7Âº, inciso I da Lei 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Constam alegaÃ§Ãµes finais de forma escrita da defesa, pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado, por ter agido em legitima defesa, nos termos do artigo 386, VI do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Ao acusado NAZARENO GOMES DA SILVA, jÃ¡ qualificado nos autos, Ã© imputada a conduta tipificada na peÃ§a vestibular acusatÃ³ria, prevista no artigo 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c artigo 7Âº, inciso I da Lei 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o deslinde da presente causa, como de resto as demais, reside nas respostas aos seguintes questionamentos, quais sejam: i) o crime efetivamente existiu (materialidade delitiva)?; ii) o ora acusado Ã© autor do crime descrito nos autos (autoria criminosa)?Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Se assim o Ã©, nÃ£o hÃ¡ como negar que a materialidade delitiva (i) encontra-se devidamente comprovada, notadamente em razÃ£o do Exame de Corpo de Delito realizado na vÃ-tima Ã¡ fl. 26, que demonstra as lesÃµes sofridas pela vÃ-tima e cometidas pelo acusado. Â Â Â Â Â Â Â No que atine Ã autoria delitiva deve ser levada em consideraÃ§Ã£o todo o lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, especialmente os depoimentos das testemunhas de acusaÃ§Ã£o e do interrogatÃ³rio do rÃ©u, colhidos quando das audiÃªncias de instruÃ§Ã£o e julgamento.Â Â Â Â Â Â Â O acusado, ao ser interrogado na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, afirmou categoricamente que os fatos narrados na exordial nÃ£o sÃ£o verdadeiros, no que tange as agressÃµes cometidas contra a sua companheira. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, restando devidamente comprovada a prÃ¡tica do delito, seja pela documentaÃ§Ã£o constante dos autos (especialmente o Exame de corpo de delito), seja pelo depoimento das testemunhas, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia da presente aÃ§Ã£o penal.Â Â Â Â Â Â Â Decido.Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, para o fim de CONDENAR NAZARENO GOMES DA SILVA, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c art. 7Âº, inciso I da Lei 11.340/2006, razÃ£o pela qual passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta, devidamente comprovada nos autos, absolutamente reprovÃ¡vel pela sociedade na qual estÃ¡ inserido; b)Â Â Â Â Â Quanto aos antecedentes criminais do acusado, nÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitado em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o porque nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado no entendimento majoritÃ¡rio do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no artigo 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal e SÃºmula 444 do STJ.4 c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, pouco se pode dizer diante dos elementos probatÃ³rios colhidos nos autos. d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se poder dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ muito que se valorar. f)Â Â Â Â Â JÃ¡ quanto Ã s circunstÃ¢ncias do crime, compreendidas como aquelas que Â¿apesar de nÃ£o especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliaÃ§Ã£o discricionÃ¡ria do juiz, acarretar uma diminuiÃ§Ã£o ou aumento de penaÂ¿2, hÃ¡ que se dizer que o acusado fora capturado em conduta sem sombra de dÃºvidas flagrante, tendo sido capturado apÃ³s ter agredido fisicamente a vÃ-tima. g)Â Â Â Â Â No que atine Ã s consequÃªncias do crime, deve ser levada em conta sua natureza, razÃ£o pela qual se ressaltam todas as mazelas que o crime de lesÃ£o corporal causa, Ã sociedade de um modo geral, e principalmente quando cometido no ambiente familiar. h)Â Â Â Â Â Quanto ao comportamento da vÃ-tima, hÃ¡ circunstÃ¢ncia judicial desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, tendo em vista que a vÃ-tima em nada contribuiu para o sucesso da empreitada criminosa. Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 01 (um) ano e 3 (trÃªs) meses de reclusÃ£o. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que inexistem quaisquer causas de diminuiÃ§Ã£o ou aumento de pena, razÃ£o pela qual fica o rÃ©u, em definitivo, condenado ao cumprimento da pena de 01 (um) ano de reclusÃ£o.Â DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no art. 33, Â§2Âº, alÃ-nea C e Â§3Âº todos do CÃ³digo Penal3, bem como levando em conta que nÃ£o hÃ¡ qualquer fundamentaÃ§Ã£o idÃ´nea que imponha um regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso, deverÃ¡ o rÃ©u iniciar o cumprimento da pena em regime aberto. Â Considerando a inexistÃªncia de casas de albergado ou outro

estabelecimento adequado para os efeitos do disposto no art. 33, Â§ 1Âº, Â¿cÂ¿, do CÃ³digo de Processo Penal4, deverÃ¡ o condenado cumprir a pena em prisÃ£o domiciliar, conforme entendimento do E. STJ5.Â CONSIDERAÃÃES GERAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Desnecessidade da prisÃ£o cautelar a)Â Â Â Â Â Considerando que a atual sistemÃ¡tica processual extirpou de nosso ordenamento jurÃ-dico a prisÃ£o automÃ¡tica decorrente de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria recorrÃ-vel, hÃ¡ que se frisar, neste momento, a permanÃªncia ou nÃ£o dos requisitos previstos nos artigos 312 e 313, do CÃ³digo de Processo Penal e que autorizam a prisÃ£o preventiva do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, apÃ³s bem compulsar os autos, verifica-se que inexistem quaisquer das circunstÃ¢ncias autorizadoras da prisÃ£o preventiva do ora condenado. Em verdade, conquanto haja prova da autoria e materialidade delitiva, sua liberdade nÃ£o implicaria desordem pÃºblica ou mesmo impediria a aplicaÃ§Ã£o de lei penal. Ademais, jÃ¡ se tendo findado a instruÃ§Ã£o criminal, a liberdade do acusado nÃ£o Ã© outra coisa senÃ£o clara observÃ¢ncia dos princÃ-pios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em necessidade de decretaÃ§Ã£o de sua prisÃ£o provisÃ³ria.Â b)Â Â Â Â Â Condeno, ainda, o rÃ©u ao pagamento das custas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â *Da Impossibilidade de SuspensÃ£o Condicional da Pena c)Â Â Â Â Â Considerando a possibilidade e cabimento da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade aplicada ao condenado por restritiva de direito, deixo de conceder-lhe o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, III6, do CÃ³digo Penal.Â *Da SubstituiÃ§Ã£o da Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos d)Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o benefÃ-cio da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessÃ£o, a presenÃ§a cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do CÃ³digo Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade nÃ£o superior a quatro anos se o crime nÃ£o for cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o rÃ©u nÃ£o for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstÃ¢ncias indicarem que essa substituiÃ§Ã£o seja suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Ã importante ressaltar que a doutrina majoritÃ¡ria admite a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito no crime de lesÃ£o corporal leve, mesmo a violÃªncia a pessoa sendo um elementar do tipo. Â Â Â Â Â Â Â O mestre RogÃ©rio Greco ensina: A primeira indagaÃ§Ã£o que se levanta Ã© a seguinte: se uma das finalidades da substituiÃ§Ã£o Ã© justamente evitar o encarceramento daquele que teria sido condenado ao cumprimento de uma pena de curta duraÃ§Ã£o, nos crimes de lesÃ£o corporal leve, constrangimento ilegal ou mesmo de ameaÃ§a, onde a violÃªncia e a grave ameaÃ§a fazem parte desses tipos, estaria impossibilitada a substituiÃ§Ã£o? Entendemos que nÃ£o, pois as infraÃ§Ãµes penais se amoldam aquelas consideradas de menor potencial ofensivo, sendo seu julgamento realizado atÃ© mesmo no Juizado Especial Criminal, seria um verdadeiro contrassenso impedir, justamente nesses casos, a substituiÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, in casu, considerando a natureza e a forma como o crime foi praticado, o fato de nÃ£o ser o ora acusado reincidente em crime doloso, bem como de as circunstÃ¢ncias judiciais lhe serem favorÃ¡veis e em cumprimento ao disposto no artigo 17 da Lei Maria da Penha, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por 01 (uma) restritiva de direito, nos termos do parÃ¡grafo 2Âº, do art. 44, do CÃ³digo Penal7. Â Â Â Â Â Â Â Destarte, fixo a seguinte pena restritiva de direito, a ser cumprida, no que for compatÃ-vel, pelo mesmo prazo estabelecido para a privativa de liberdade, Ã© dizer, 01 (um) ano de reclusÃ£o (art. 55, do CÃ³digo Penal8), obedecido o disposto no artigo 46, Â§4Âº, do CÃ³digo Penal9: i)Â Â Â Â Â PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS Ã COMUNIDADE: o acusado deverÃ¡ cumprir a pena no Posto de SaÃºde de IgarapÃ©-Miri, de maneira que a atividade a ser realizada seja aquela designada pela prÃ³pria administraÃ§Ã£o do Posto de SaÃºde, que, por sua vez, fica obrigada a enviar ao juÃ-zo, mensalmente, relatÃ³rio das atividades daquele, a fim de que se acompanhe o cumprimento da pena. j)Â Â Â Â Â PARTICIPAÃÃO EM PALESTRAS COM TEMA SOBRE VIOLÃNCIA DOMÃSTICA: o acusado deverÃ¡ comparecer ao CREAS para assistir as palestras sobre o tema VIolÃªncia DomÃ©stica, com carga horÃ¡rio de 20 horas semanal. Devendo o CREAS, certificar a participaÃ§Ã£o e a realizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se Ã Secretaria Municipal de AssistÃªncia Social para tomar ciÃªncia da presente decisÃ£o, bem como para gerir e supervisionar o relatÃ³rio de atividades do condenado.Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a referida pena restritiva de direitos deve ser cumprida na carga horÃ¡ria de 8 (oito) horas semanais, nos termos do artigo 149, parÃ¡grafo 1Âº da Lei 7210/84 (Lei de ExecuÃ§Ãµes Penais).Â e)Â Â Â Â Â Considerando, que o crime cometido nÃ£o tem repercussÃ£o patrimonial, deixo de fixar o valor mÃ-nimo para indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel, previsto no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal10.Â DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados;Â b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal11; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste

Estado, comunicando a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, com sua devida identificaÃ§Ã£o, acompanhada de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal.Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se o ofendido acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e conseqÃ¼Ãªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2 Idem, p. 142. 4. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 4 Â§ 1Âº Considera-se: c) regime aberto a execuÃ§Ã£o da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado. 5 STJ-062266) HABEAS CORPUS. EXECUÃÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME PRISIONAL ABERTO. INEXISTÃNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÃRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Configura constrangimento ilegal ao jus libertatis, sanÃ¡vel pela via do habeas corpus, o cumprimento de pena em condiÃ§Ãµes mais rigorosas que as estabelecidas pelo juÃ-zo sentenciante ou pelo juÃ-zo das execuÃ§Ãµes penais. 2. Ã dever do Poder PÃºblico promover a efetividade da resposta penal, na dupla perspectiva da prevenÃ§Ã£o geral e especial; entretanto, nÃ£o se podem exceder os limites impostos ao cumprimento da condenaÃ§Ã£o, sob pena de desvio da finalidade da pretensÃ£o executÃ³ria. 3. Inexistindo vaga em casa de albergado, mostra-se possÃ-vel, em carÃ¡ter excepcional, permitir ao sentenciado, a quem se determinou o cumprimento da reprimenda em regime aberto, o direito de recolher-se em prisÃ£o domiciliar. Precedentes: STF - HC 95.334/RS, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Min. Marco AurÃ©lio; STJ - REsp 1.112.990/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; STJ - HC 97.940/RS, Rel. Min. Laurita Vaz; STJ - RHC 12.470/SP, Rel. Min. Laurita Vaz. 4. Habeas Corpus concedido para restabelecer a decisÃ£o do JuÃ-zo das ExecuÃ§Ãµes que determinou o cumprimento da pena em regime domiciliar, atÃ© a eventual instalaÃ§Ã£o de albergue na Comarca Caxias do Sul/RS. (Habeas Corpus nÂº 162055/RS (2010/0023958-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. Laurita Vaz. j. 20.05.2010, unÃ¢nime, DJe 14.06.2010). 6 A execuÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade, nÃ£o superior a 2 (dois) anos, poderÃ¡ ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: III - nÃ£o seja indicada ou cabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o prevista no art. 44 deste CÃ³digo 7 Â§ 2ÂºÂ Na condenaÃ§Ã£o igual ou inferior a um ano, a substituiÃ§Ã£o pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituÃ-da por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. 8 As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terÃ£o a mesma duraÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade substituÃ-da, ressalvado o disposto no Â§ 4Âº do art. 46. 9 Se a pena substituÃ-da for superior a um ano, Ã© facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior Ã metade da pena privativa de liberdade fixada. 10 O juiz, ao proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria: IV - fixarÃ¡ valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando os prejuÃ-zos sofridos pelo ofendido; 11 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. PROCESSO: 01733922620158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 DENUNCIADO:MARILDO DA PAIXAO DOS SANTOS Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) VITIMA:O. B. P. VITIMA:M. P. S. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0173392-26.2015.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal de Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Marildo da PaixÃ£o dos Santos SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de Marildo da PaixÃ£o dos Santos, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o destes nas penas contidas no art. 129, 9Âº, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 03.05.2016, foi recebida a denÃºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado (fl. 06). Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes

de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco1 ao afirmar que: Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÃ¢ncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o, etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outras palavras, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. E para que se demonstre tal assertiva, Ã© mister que se esclareÃ§a aquilo que doutrina intitula de prescriÃ§Ã£o em perspectiva, virtual ou antecipada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se da possibilidade de se reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o e, portanto, concluir pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u, tomando por base a futura e provÃ¡vel pena a ser aplicada ao caso (pena in concreto). Em outros termos, quando da aplicaÃ§Ã£o do mencionado instituto, o magistrado, antes de aferir em quais dos incisos do art. 109 do CÃ³digo Penal (que enumera os prazos prescricionais da pretensÃ£o punitiva do estado) se enquadraria o delito praticado, verificaria, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, o quantum da pena que, na ocasiÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria, seria aplicada ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fixada a futura pena aplicÃ¡vel, em sendo o caso, reconhece-se antecipadamente (ou em perspectiva) a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, decretando, antes mesmo da decisÃ£o final, a ocorrÃªncia da extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pesem as divergÃªncias doutrinÃ¡ria, jurisprudencial e sumulares sobre o assunto, nÃ£o hÃ¡ como fechar os olhos para desnecessidade de movimentaÃ§Ã£o da mÃ¡quina judiciÃ¡ria em circunstÃ¢ncia desse jaez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, segue observaÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco3, cuja clareza elucidativa merece transcriÃ§Ã£o, litteris: Qual seria a utilidade da aÃ§Ã£o penal, que movimentaria toda a complexa e burocrÃ¡tica mÃ¡quina judiciÃ¡ria, quando, de antemÃ£o, jÃ¡ se tem conhecimento de que ao final da instruÃ§Ã£o processual, quando o julgador fosse aplicar a pena, a quantidade seria suficiente para que fosse declarada a extinÃ§Ã£o da punibilidade com base na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal? Seria fazer com que todos os envolvidos no processo penal trabalhassem em vÃ£o, pois que, desde o inÃ-cio da aÃ§Ã£o penal, jÃ¡ se saberia que seria impossÃ-vel a formaÃ§Ã£o do tÃ-tulo executivo penal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u MARILDO DA PAIXÃO DOS SANTOS, hÃ¡ que se reconhecer a ocorrÃªncia do instituto da prescriÃ§Ã£o in casu, ainda que em perspectiva/virtual, por uma razÃ£o que salta aos olhos: o crime imputado ao agente Ã© o art. 129, 9Âº, do CPB, sendo assim, tomando por base a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso (02 anos), e considerando o rÃ©u Ã© primÃ¡rio e possui bons antecedentes, temos que Ã© possÃ-vel que, no momento que o denunciado seja sentenciado, fatalmente jÃ¡ tenha transcorrido o prazo prescricional previsto no artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o cÃ³digo de processo em penal, em seu artigo 61, autoriza o juiz a reconhecer uma causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade de ofÃ-cio, razÃ£o pela qual esta Ã© a medida mais acertada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 4. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto,

e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, e, ato contÃ-nuo, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÂ¿O do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE DO ACUSADO MARILDO DA PAIXÃO DOS SANTOS, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 129, 9Âº, do CPB, nos termos do art. 109, IV, c/c art. 107, IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 04 de Novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 10. 2 Idem, p. 781. 3 Ibdem, p. 807. 4 Gabinete do Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 01943970720158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 04/11/2021 REQUERENTE:VIRGEMAR SOUZA MACIEL Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERENTE:ADALBERTO MOREIRA MACIEL REQUERIDO:PEDRO ANTONIO CORREA SOUZA Representante(s): OAB 4138 - RAIMUNDO COSTA DA SILVA (ADVOGADO) . Ã-Processo nÂº 0194397-07.2015.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o de ReintegraÃ§Ã£o de Posse Requerente: Virgemar Souza Maciel Requerido: Adalberto Moreira Maciel SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de ReintegraÃ§Ã£o de Posse proposta por Virgemar Souza Maciel e Adalberto Moreira Maciel em face de Pedro AntÃ´nio Correa Souza, devidamente qualificados, em face de Pedro AntÃ´nio Correa Souza. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a parte autora Adalberto Moreira Maciel requereu desistÃªncia da aÃ§Ã£o, atravÃ©s de petiÃ§Ã£o em 09 de junho de 2021 fls.94 dos autos, bem como informou o falecimento da autora Virgemar Souza Maciel acostando certidÃ£o de Ã³bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, VI, do CPC/15, que o processo se extingue sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito quando faltar legitimidade ou interesse processual, devendo, nos termos do art. 316, do mesmo diploma legal, ser declarada por sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, por considerar nÃ£o haver mais interesse processual no prosseguimento do feito, julgo extinto o presente processo, sem exame de mÃ©rito nos termos do art. 485, VI, c/c art. 316, ambos do CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri-PA, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00001811220168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Recuperação Judicial em: 05/11/2021 REQUERENTE:VALE DO ACAI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP Representante(s): OAB 8805 - JACQUELINE VIEIRA DA GAMA MALCHER (ADVOGADO) OAB 14816 - GUSTAVO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA (ADVOGADO) OAB 3312 - CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO (ADVOGADO) OAB 3499 - MANOEL PEDRO PAES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 9933 - DANIEL LACERDA FARIAS (ADVOGADO) OAB 14878 - VITOR DE LIMA FONSECA (ADVOGADO) OAB 13919 - SAULO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA (ADVOGADO) OAB 14277 - WANILDO ISMAEL DE OLIVEIRA TORRES NETO (ADVOGADO) OAB 12000 - JOSELIZA CUNHA PAES BARRETO (ADVOGADO) OAB 11454-B - MICHEL RODRIGUES VIANA (ADVOGADO) OAB 17623 - THIAGO LIMA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 18656 - PATRICIA PASTOR DA SILVA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 18941 - RENAN VIEIRA DA GAMA MALCHER (ADVOGADO) OAB 19067 - LUCAS GOMES BOMBONATO (ADVOGADO) OAB 20201 - RICARDO AUGUSTO CHADY MEIRA (ADVOGADO) OAB 26669 - AMANDA VIEIRA DA GAMA MALCHER (ADVOGADO) REQUERENTE:BONY ACAI IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA EPP Representante(s): OAB 3499 - MANOEL PEDRO PAES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 10725 - UGO VASCONCELLOS FREIRE (ADVOGADO) OAB 23227 - YAGO FANJAS PAIXAO (ADVOGADO) TERCEIRO:CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA TERCEIRO:CAIXA ECONOMICA FEDERAL TERCEIRO:BANCO BRADESCO SA TERCEIRO:BANCO DO BRASIL SA TERCEIRO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA CELPA. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 08 VOLUME(S) com 1.810 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 05 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00004701820108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010002727 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 REQUERENTE:J. E. S. M. Representante(s): OAB 5791 -

MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) INES DOS SANTOS DO ESPIRITO SANTO (REP LEGAL) REQUERENTE:W. J. S. E. S. Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) INES DOS SANTOS DO ESPIRITO SANTO (REP LEGAL) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 17967 - JOANAINA DE PAIVA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 18411 - ROGERIO NASCIMENTO SAMPAIO (ADVOGADO) . Processo nÂº 0000470-18.2010.8.14.0022- AÃ§Ã£o de IndenizaÃ§Ã£o por Danos Morais e Materiais. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÃÃO interposto por Sra. WELLINGTON JHON DOS SANTOS DO ESPÃRITO SANTO e JAQUELINE DO ESPÃRITO SANTO MENDES, contra a sentenÃ§a de fls. 215/219. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega em sÃ-ntese que a sentenÃ§a foi omissa, contudo, ao opor os presentes embargos a autora adentrou no mÃ©rito da sentenÃ§a, sem demonstrar os aspectos e/ou requisitos legais ensejadores do recurso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhados os autos ao parquet, em 19 de outubro de 2021 (fls. 229), o MinistÃ©rio PÃºblico fez referÃªncia a maioridade dos autores, fato que prejudicou a manifestaÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o no feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Prosseguindo, verifica-se que nÃ£o assiste razÃ£o aos embargantes, vez que fora devidamente especificado na sentenÃ§a todos os aspectos legais da demanda, bem como foram analisados todos os pedidos dispostos na inicial, conforme a situaÃ§Ã£o Ã Ã©poca e de momento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, o autor fora devidamente intimado, como determina a legislaÃ§Ã£o processual civil, atravÃ©s de DiÃ¡rio da JustiÃ§a, em 21 de setembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, com fulcro no art. 1.022 do CPC/15, CONHEÃO e NÃO ACOLHO os embargos declaratÃ³rios com base na fundamentaÃ§Ã£o supra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se Ã remessa dos autos ao MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso a municipalidade nÃ£o protocole apelaÃ§Ã£o, encaminha-se os autos ao E.TJ/PA em remessa necessÃ¡ria, tenda em vista o valor pecuniÃ¡rio do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 05 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00016684220108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010012031 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Sumário em: 05/11/2021 REQUERIDO:O MUNICIPIO DE IGARAPE-MIRI - PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 15279 - MANOEL ALMIR CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) OAB 12744 - RAPHAEL LIMA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 18743 - IGOR OLIVEIRA COTTA (ADVOGADO) REQUERENTE:BENEDITA DA CONCEICAO MORAES JANAU Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001668-42.2010.8.14.0022 - AÃÃO DE COBRANÃA PELO RITO SUMÃRIO (audiÃªncia realizada em 05/11/2021) PROCESSO 0001668-42.2010.8.14.0022 CLASSE: AÃÃO DE COBRANÃA PELO RITO SUMÃRIO REQUERENTE: BENEDITA DA CONCEIÃÃO MORAES JANAU ADVOGADO: MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER - OAB/PA 5791 REQUERIDO: MUNICÃPIO DE IGARAPÃ-MIRI TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, feito o pregÃ£o, registrando-se a presenÃ§a do Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o advogado do requerente Manoel de Jesus Lobato Xavier - OAB/PA 5791. Ausente o requerido. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Considerando o OfÃ-cio nÂº 108/2021/GABINETE encaminhado pelo Prefeito deste MunicÃ-pio e solicitando a redesignaÃ§Ã£o de audiÃªncia diante da possibilidade de acordo extrajudicial e judicial, parar suspender a presente audiÃªncia atÃ© apresentaÃ§Ã£o de proposta de acordo extrajudicial e judicial pelo MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri. Â Â Â Â Â A parte autora nÃ£o apresentou objeÃ§Ã£o ao requerimento. Â Â Â Â Â O Juiz assim DELIBEROU: 1. Tendo em vista que a possibilidade de acordo, suspendo a presente audiÃªncia no prazo estipulado, atÃ© o dia 30 de outubro, para que AdministraÃ§Ã£o Municipal apresente proposta. 2. As partes saem ciente do ato. 3. Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 05 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito PROCESSO: 00016817420108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010012180 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Sumário em: 05/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 22872 - FABIO CORREA SILVA (ADVOGADO)

REQUERENTE:SILVANA FARIAS NEGRAO Representante(s): OAB 9968 - KELEN SOUZA XAVIER VON LOHRMANN CRUZ (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001681-74.2010.8.14.0022 - AÃÃO DE COBRANÃA PELO RITO SUMÃRIO (audiÃªncia realizada em 05/11/2021) PROCESSO 0001681-74.2010.8.14.0022 CLASSE: AÃÃO DE COBRANÃA PELO RITO SUMÃRIO REQUERENTE: SILVANA FARIAS NEGRÃO ADVOGADO: MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER - OAB/PA 5791 REQUERIDO: MUNICÃPIO DE IGARAPÃ-MIRI TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, feito o pregÃ£o, registrando-se a presenÃ§a do Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o advogado do requerente Manoel de Jesus Lobato Xavier - OAB/PA 5791. Ausente o requerido. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Considerando o OfÃ-cio nÂº 108/2021/GABINETE encaminhado pelo Prefeito deste MunicÃ-pio e solicitando a redesignaÃ§Ã£o de audiÃªncia diante da possibilidade de acordo extrajudicial e judicial, parar suspender a presente audiÃªncia atÃ© apresentaÃ§Ã£o de proposta de acordo extrajudicial e judicial pelo MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri. Â Â Â Â Â A parte autora nÃ£o apresentou objeÃ§Ã£o ao requerimento. Â Â Â Â Â O Juiz assim DELIBEROU: 1. Tendo em vista que a possibilidade de acordo, suspendo a presente audiÃªncia no prazo estipulado, atÃ© o dia 30 de outubro, para que AdministraÃ§Ã£o Municipal apresente proposta. 2. As partes saem ciente do ato. 3. Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 05 de novembro de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito PROCESSO: 00018881520168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Civil Pública Infância e Juventude em: 05/11/2021 REQUERENTE:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL REQUERIDO:EDITORA E DISTRIBUIDORA SUPLEGRAF LTDA REPRESENTADO:GUSTAVO AUGUSTO BERTONI RODRIGUES REPRESENTANTE:ROBERTO PINA DE OLIVEIRA TERCEIRO:RONELIO ANTONIO RODRIGUES QUARESMA Representante(s): OAB 13682 - LEANDRO ARAUJO FILHO (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 03 VOLUME(S) com 224 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 05 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00022282220178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 05/11/2021 REQUERENTE:PAULO ANDRE MORAES FIGUEIREDO Representante(s): OAB 6575 - RAIMUNDO AUGUSTO LOBATO DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:MICHEL TRINDADE GONCALVES. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 137 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possui apensos ou qualquer avaria que possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 05 de novembro de 2021 Jefferson Vieira da SilvaÂ Diretor de Secretaria PROCESSO: 00034854820188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 05/11/2021 REQUERENTE:ROSA RAMOS Representante(s): OAB 17983 - GILVAN RABELO NORMANDES (ADVOGADO) OAB 28107 - LILIANE CRISTINA ALFAIA TAVARES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº

0003485-48.2018.814.0022 (audiÃªncia realizada no dia 04/11/2021) Processo nÂº 0003485-48.2018.814.0022 CLASSE - AÃÃO INDENIZATÃRIA C/C PEDIDO LIMINAR/TUTELA ANTECIPADA DE SUSPENSÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS. Requerente: Rosa Ramos. Advogada: Liliane Cristina Alfaia Tavares - OAB/PA 28.107. Requerido: BANCO BMG S/A. Advogado: Manoel Luiz da Silva Rendeiro - OAB/PA 30.530. Â Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao quarto (04) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11hs30min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presente a requerente Rosa Ramos, devidamente acompanhada pela advogada Liliane Cristina Alfaia Tavares - OAB/PA 28.107. Presente a preposta da parte requerida Luana da Silva Monteiro - CPF nÂº 012.719.822-93, devidamente acompanhada pelo advogado Manoel Luiz da Silva Rendeiro - OAB/PA 30.530. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, com gravaÃ§Ã£o audiovisual, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte requerida declarou nÃ£o ter proposta de acordo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Juiz passou a ouvir a requerente, cujas as declaraÃ§Ãµes foram registradas conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dada a palavra a advogada da parte autora, apresentou as razÃµes finais de forma oral, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dada a palavra ao advogado da parte requerida, apresentou as razÃµes finais de forma oral, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â EM SEGUIDA O MM JUIZ PASSOU A SENTENCIAR EM AUDIÃNCIA: SENTENÃA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio de acordo com o art. 38 da Lei 9.099/95.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a preliminar de competÃªncia de Juizado Especial CÃ-vel, alegado pela parte requerida, deve ser afastada, uma vez que os Tribunais Superiores tem entendido de maneira reiterada que Ã© de CompetÃªncia do JuÃ-zo de Vara Ãnica a anÃ¡lise de contrato de cartÃ£o de crÃ©dito uma vez que trata-se de relaÃ§Ã£o de consumo, sendo o contrato, nÃ£o demandando nenhuma analise complexa a respeito da causa, sendo assim, indefiro a incompetÃªncia desse juÃ-zo para o julgamento da presente demanda. DO MÃRITO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante ao mÃ©rito, verifico que Ã© hipÃ³tese de total improcedÃªncia do pedido constante na inicial. Explico. Â Â Â Â Â Â Â Ã do conhecimento de todos que o CPC, adotou a Teoria EstÃ¡tica do Ã´nus da prova, conforme o disposto no artigo 373, I do CPC, ou seja, cabe ao autor o Ã´nus de provar fato constitutivo de seu direito, o que nÃ£o ocorreu no presente caso concreto. Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, a autora nÃ£o conseguiu se desincumbir do Ã´nus de provar que a parte requerida realizou o contrato de cartÃ£o de crÃ©dito com a requerente, pois nos autos nÃ£o havia prova suficiente que pudesse levar ao convencimento desse magistrado que de fato o contrato de nÂº 7623159, ora pleiteado na petiÃ§Ã£o inicial, nÃ£o apresentado o extrato detalhado que pudesse informar a respeito do contrato, nÃ£o possuindo os nÃºmeros de parcelas que foram descontados no contra cheque da requerente. Â Â Â Â Â Â Â Na verdade, no presente caso concreto deve ser aplicada a mÃ¡xima de que alegar e nÃ£o provar Ã© o mesmo que nÃ£o alegar. Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, nÃ£o tendo a autora obtido Ãªxito em provar o fato constitutivo de seu direito, a medida mais acertada Ã© a de improcedÃªncia do pedido. Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO formulado pela autora, assim o fazendo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a interposiÃ§Ã£o de qualquer recurso por parte da requerente dependerÃ¡ do competente recolhimento de preparo.Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, dÃª-se baixa na distribuiÃ§Ã£o e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©, Miri, PA, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Â Â Â Â Â Juiz Direito PROCESSO: 00042768020198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Boletim de Ocorrência Circunstanciada em: 05/11/2021 REPRESENTADO:C. V. B. S. REPRESENTANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: igarapemiri@tjpa.jus.br Processo nÂº 000276-80.2019.8.14.0022 - ATO INFRACIONAL (audiÃªncia realizada no dia 20/09/2021) PROCESSO NÂº 000276-80.2019.8.14.0022 - ATO INFRACIONAL Representante: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Representado: C. V. B. D. S. Representante legal: Rosa Maria Braga de Souza. Â Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, iniciado os trabalhos, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-

GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020verificou-se a presenÃ§a do Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes. Ausente o Promotor de JustiÃ§a (justificadamente). Ausente o representado. Ausente a representante legal. Â ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, utilizando-se o sistema TEAMS. nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, o Juiz assim DELIBEROU: 1 - Ante as ausÃªncias acima registrada, encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2 - Serve o presente como mandado. 3 - Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 20 de setembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00077482620188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 05/11/2021 REQUERENTE:ANDRELINA DE LIMA POMPEU Representante(s): OAB 17983 - GILVAN RABELO NORMANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 28178-A - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) . JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br PROCESSO NÂº 0007748.26.2018.814.0022 (audiÃªncia realizada no dia 04/11/2021) Processo nÂº 0007748.26.2018.814.0022 CLASSE - AÃÃO INDENIZATÃRIA C/C PEDIDO LIMINAR/TUTELA ANTECIPADA DE SUSPENSÃO DE DESCONTOS Requerente: Andrelina de Lima Pompeu. Advogada: Liliane Cristina Alfaia Tavares - OAB/PA 28.107. Requerido: Banco Bradesco S/A. Advogado: Matheus Rebelo Girotto - OAB/PA 24.925. Â Â Â Â Â TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Ao quarto (04) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11hs00min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presente a requerente Andrelina de Lima Pompeu, devidamente acompanhado pela sua advogada Liliane Cristina Alfaia Tavares - OAB/PA 28.107. Presente a preposta da parte requerida Steffany Laura Nato Machado - CPF 028.032.772-20, devidamente acompanhada pelo advogado Matheus Rebelo Girotto - OAB/PA 24.925. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, com gravaÃ§Ã£o audiovisual, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â A parte requerida declarou nÃ£o ter proposta de acordo. Â Â Â Â Â Â Â A conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz passou a ouvir a requerente, cujas as declaraÃ§Ãµes foram registradas conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Dada a palavra a advogada da parte autora, apresentou as razÃµes finais de forma oral, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Dada a palavra ao advogado da parte requerida, apresentou as razÃµes finais de forma oral, conforme mÃ-dia (DVD) em anexo. Â Â Â Â Â Â Â O Juiz passou a sentenciar em audiÃªncia: SENTENÃA. Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio de acordo com o art. 38 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o.Â DO MÃRITO Â Â Â Â Â Â Â Trata-se AÃ§Ã£o IndenizatÃ³ria C/C Pedido Liminar/Tutela Antecipada De SuspensÃ£o De Descontos, em que a autora que possui a idade de 79 anos, que ocorreu os descontos nos valores de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) e com parcelas mensais no valor R$ 13,79 (treze reais e setenta e nove centavos) decorrentes do contrato 776916815, contrato inicial de desconto em fevereiro de 2014, requerendo a suspensÃ£o dos descontos indevidos. Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que o pedido de reparaÃ§Ã£o nÃ£o merece prosperar. Explico.Â Â Â Â Â Â Â Â Realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento da requerente, a mesma afirmou que Ã© possuidora de conta bancÃ¡ria na Caixa EconÃ´mica Federal na cidade de Abaetetuba, apresentando a este JuÃ-zo o cartÃ£o no qual recebia a respectiva aposentadoria. Apesar de afirmar em audiÃªncia que nÃ£o realizou o contrato de empréstimo consignado com o Banco Bradesco, constata-se que o depÃ³sito foi efetivado em sua conta bancÃ¡ria na Caixa EconÃ´mica Federal de Abaetetuba. Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, o pleito de indenizaÃ§Ã£o e suspensÃ£o do respectivo desconto nÃ£o merece prosperar, pois a parte requerente nÃ£o apresentou elementos nos autos do processo que pudesse convencer este juÃ-zo que nÃ£o se beneficiou do empréstimo depositado em sua conta bancÃ¡ria sendo este realizado no ano de 2014 e apenas propÃ´s a presente demanda em 18/10/2018, bem como nÃ£o foram arroladas testemunhas que pudessem demonstrar que os danos narrados na petiÃ§Ã£o inicial foram causados pelo requerido, pois os depÃ³sitos foram efetuados na conta da requerente sem nenhuma devoluÃ§Ã£o dos valores que foram usufruÃ-dos pela parte requerente, apenas 04 anos apÃ³s, resolveu pleitear em juÃ-zo

para ter ressarcida os valores depositados em sua conta corrente. Â Â Â Â Â Â Â De maneira que nos presente autos nÃ£o ficou demostrado para esse magistrado pela parte requerente que os danos devem ser ressarcidos pelo requerido. Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, nÃ£o resta dÃºvida de que nÃ£o estÃ¡ presente um dos elementos caracterizadores da responsabilidade civil, que Ã© a conduta omissiva ou comissiva caracterizadora de um ato ilÃ-cito, ante a ausÃªncia de provas, razÃ£o pela qual a medida mais acertada Ã© a de julgar totalmente improcedente o pedido constante na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, e por tudo mais que nos autos consta, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados pela autora, declarando, pois, extinto o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil.Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Concedo os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita Ã¡ requerente, nos termos da lei 1.060/50. Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a interposiÃ§Ã£o de qualquer recurso por parte da requerente dependerÃ¡ do competente recolhimento de preparo.Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, dÃª-se baixa na distribuiÃ§Ã£o e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, 04 de novembro de 2021.Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito PROCESSO: 00723858820158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 05/11/2021 REQUERENTE:RUFINO CORREA LEAO NETO Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) REQUERENTE:JOSILENE CARDOSO MACIEL LEAO REQUERIDO:HILARIALDO SOUSA BARBOSA Representante(s): OAB 20990 - VALDEMAR DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23008 - VALDEMAR DA SILVA NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DE JESUS DA SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 20990 - VALDEMAR DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23008 - VALDEMAR DA SILVA NETO (ADVOGADO) TERCEIRO:ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto- Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri/PA, CEP 68430-000, Tel./fax (91) 3755-1866, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo 0072385-88.2015.8.14.0022 - AÃÃO DE REINTEGRAÃÃO DE POSSE - TERMO DE AUDIÃNCIA AudiÃªncia Realizada no dia 05/11/2021 Â Â Â Â Â PROCESSO 0072385-88.2015.8.14.0022 - AÃÃO DE REINTEGRAÃÃO DE POSSE Â Â Â Â Â Requerentes: Rufino CorrÃªa LeÃ£o Neto e Josilene Cardoso Maciel LeÃ£o. Advogado: Amadeu Pinheiro CorrÃªa Filho - OAB/PA NÂº 9363. Â Â Â Â Â Requeridos: Hilarialdo Sousa Barbosa e Maria de Jesus da Silva dos Santos. Advogados: Valdemar da Silva JÃºnior - OAB/PA 20.990; Valdemar da Silva Neto - OAB/PA 23.008; Edir de Oliveira Marques - OAB/PA 15.981; e Carlos Augusto Bahia de Rezente JÃºnior - OAB/PA 15.556. TERMO DE AUDIÃNCIA Â Â Â Â Â Â Â Ao quinto (05) dia do mÃªs de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11hs30min, nesta cidade e Comarca de IgarapÃ©-Miri, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂ° 5/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂ° 10/2020-GPNP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020. Presente o Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Gomes Pedrosa. Presentes os requerentes Rufino CorrÃªa LeÃ£o Neto e Josilene Cardoso Maciel LeÃ£o, devidamente acompanhados pelo seu advogado Amadeu Pinheiro CorrÃªa Filho - OAB/PA NÂº 9363. Presente o advogado Valdemar da Silva JÃºnior - OAB/PA 20.990. Ausentes os requeridos Hilarialdo Sousa Barbosa e Maria de Jesus da Silva dos Santos, bem como seus advogados. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂ°7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Â Â Dada a palavra ao advogado parte requerida: Â¿requereu a juntada da renÃºncia do mandado nos autos do processo. Requer tambÃ©m a dispensa da multa aplicada a fl. 132, na vez que compareceu espontaneamente a presente audiÃªncia.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â O MM Juiz passou a deliberaÃ§Ã£o em audiÃªncia, DELIBERAR: 1. Considerando o pedido de renunciar de mandado do patrono da parte requerida, defiro o pedido de juntada bem como a renÃºncia do advogado. 2. Intime-se as partes requeridas pessoalmente para nomear novo advogado no prazo de 10 (dez) dias, caso nÃ£o ocorra, nomeio a Defensoria PÃºblica. 3. Renovem-se as diligÃªncias de fl. 132 para o dia 29/03/2022, Ã s 13h00min. Dispenso a aplicaÃ§Ã£o da multa, uma vez que o patrono compareceu a presente audiÃªncia e fez os esclarecimentos a respeito da demanda. 4. Serve o presente como mandado. 5. Cientes do ato. 6. Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, PA, 05 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Â Â Â Â Â Juiz de Direito Requerente_____ Requerente_____ Advogado_____ PROCESSO:

00002451720198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTANTE: M. P. I. P. REPRESENTADO: L. C. M. VITIMA: C. S. PROCESSO: 00011052320098140022 PROCESSO ANTIGO: 200910007936 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: REQUERENTE: S. J. L. O. REQUERENTE: N. J. L. O. REPRESENTANTE: S. S. C. L. Representante(s): OAB 9162 - CELIA SYMONNE FILOCREAO GONCALVES (DEFENSOR) REQUERIDO: M. N. S. O. PROCESSO: 00015321520198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: V. G. C. L. REPRESENTANTE: R. S. C. REQUERIDO: B. M. L. PROCESSO: 00016161620198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: K. G. S. REQUERENTE: A. A. C. G. S. REPRESENTANTE: R. F. G. REQUERIDO: C. S. S. PROCESSO: 00020698420148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. INFRATOR: A. K. C. M. PROCESSO: 00023082020168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTANTE: M. P. E. REPRESENTADO: J. S. P. Representante(s): OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (ADVOGADO) PROCESSO: 00032357820198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Curatela em: INTERDITO: R. F. M. Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) INTERDITANDO: A. F. S. PROCESSO: 00033065120178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: E. A. S. REPRESENTANTE: R. A. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: M. F. P. C. PROCESSO: 00035227520188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Divórcio Litigioso em: REQUERENTE: D. O. F. Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERIDO: T. R. B. S. F. PROCESSO: 00036697720138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteç em: REPRESENTANTE: M. P. E. REPRESENTADO: A. O. G. Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REPRESENTADO: M. L. C. S. Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) PROCESSO: 00038054020148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: G. A. F. Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) OAB 22996 - ANNE VELOSO MONTEIRO (ADVOGADO) REPRESENTANTE: S. J. A. F. REQUERIDO: W. S. C. Representante(s): OAB 6858 - PAULO ANDRE VIEIRA SERRA (ADVOGADO) OAB 6976 - CARLOS JOSE DE AMORIM PINTO (ADVOGADO) PROCESSO: 00067612420178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Cumprimento de sentença em: REQUERENTE: C. C. C. S. REPRESENTANTE: R. C. C. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: C. A. M. S. PROCESSO: 00077182520178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Civil Pública em: REQUERENTE: M. P. E. REQUERIDO: M. P. Q. Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) PROCESSO: 00078062920188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: VITIMA: D. B. L. REPRESENTANTE: M. P. E. REPRESENTADO: C. F. L. PROCESSO: 00081541820168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: S. S. F. REPRESENTANTE: M. H. S. F. Representante(s): OAB 2222 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: E. A. B. PROCESSO: 00085534720168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente em: REQUERENTE: E. A. I. REQUERIDO: E. C. B. PROCESSO: 00085534720168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente em: REQUERENTE: E. A. I. REQUERIDO: E. C. B. PROCESSO: 00102429220178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: REQUERENTE: G. M. REPRESENTANTE: M. D. M. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: G. R. S. PROCESSO:

00633908620158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Cumprimento de sentença em: REQUERENTE: J. V. F. M. REPRESENTANTE: A. S. F. M. Representante(s): OAB 0001 - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REQUERIDO: J. B. P.

COMARCA DE SANTARÉM NOVO

SECRETARIA VARA ÚNICA DE SANTARÉM NOVO

Processo: 0004224-25.2017.8.14.1875
Ação Penal de Crimes de Trânsito
Autora: ELIZANGELA LAMEIRA DO NASCIMENTO
Vítima: A Coletividade - O Estado
SENTENÇA
Rh
Conforme leciona a doutrina, a prescrição da pretensão executória: ocorre "depois de transitar em julgado a sentença condenatória", e produz a perda da pretensão executória (ou direito de execução). Seus efeitos são diversos dos da outra prescrição, pois a pretensão punitiva foi declarada procedente e apenas não haverá o cumprimento da pena principal, persistindo as consequências secundárias da condenação, incluindo a de eventual futura reincidência. Na prescrição da pretensão executória, a condenação já se tornou definitiva tanto para a acusação como para a defesa. Como já é conhecida a pena concreta merecida pelo réu, será ela que servirá para regular o prazo prescricional, e não mais o máximo da pena abstratamente prevista em lei para o crime. Se a pena imposta pela sentença foi privativa de liberdade (reclusão, detenção ou prisão simples), será essa pena concreta que regulará a prescrição, de acordo com os prazos indicados nos itens I a VI do art. 109, CP. Se a pena foi substituída por restritiva de direitos, serão observados os mesmos prazos marcados acima. O art. 115 do CP determina que são reduzidos de metade os prazos da prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um ou maior de setenta anos, ao tempo da sentença. Em relação ao menor, nenhuma influência tem a emancipação civil, não afastando a redução do prazo. A disposição é aplicável aos prazos prescricionais dos arts. 109, 110 e 113 do Código Penal. A prova da menoridade, segundo entende o STF, somente se faz com a certidão de nascimento, não sendo suficiente a alegação não contestada. A competência para declaração da prescrição da pretensão executória é do juízo das execuções, não sendo necessária a prisão do réu para a expedição da carta guia. O termo inicial da prescrição é a partir da data em que a sentença condenatória passa em julgado para a acusação, embora dependa ela, ainda, do trânsito em julgado também para o réu. Portanto, observa-se que decorreu mais de 3 anos entre a data da sentença trânsito e julgado até a presente data. Com a análise dos autos, observa-se que o feito realmente encontra-se prescrito a sua execução. Não havendo nenhuma causa de suspensão ou interrupção, operou-se a prescrição, porquanto entre a data do trânsito em julgado da sentença até a presente data, decorreu prazo superior a 3 anos (art. 109 do CP). DIANTE DO EXPOSTO, nos termos do art. 107, IV, do CP, impõe-se JULGAR extinta a pena executória do Elizangela Lameira do Nascimento em razão da prescrição da pretensão executória.
Sem custas.
Após as devidas anotações e comunicados, ARQUIVEM-SE.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
STM Novo-PA, 20 de outubro de 2021.
Daniel Bezerra Montenegro Girão
Juiz de Direito

Processo: 0005768-14.2018.8.14.1875
Boletim de Ocorrência Circunstanciada
Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Infrator: A. C. D. S.
Infrator: E. B. R.

Vítima: A. C. - O. E.

S E N T E N Ç A

Do exame dos autos, constata-se que o representado Adailton Costa dos Santos e Eduarda Barbosa Rayol, estão atualmente com mais de 21 anos de idade, conforme cópia do documento anexo. No ordenamento jurídico pátrio vige o consenso doutrinário e jurisprudencial de que insubsistente a aplicação de qualquer das medidas previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente ao representado maior de 21 anos, por já se presumir formado o caráter e a personalidade do mesmo. Neste sentido: A maioridade penal, adquirida posteriormente a prática do ato infracional, não obsta a imposição de qualquer medida sócio-educativa, inclusive a internação, desde que o adolescente não haja atingido 21 anos de idade (art. 2º, parágrafo único, c/c art. 121, § 5º) (Cury, Garrido / Marçura. Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado, 2ª ed., p.99) (grifo nosso). Medida sócio-educativa ¿ Possibilidade de aplicação e execução até que tenha completado vinte e um anos ¿ Interpretação extensiva do art. 121, § 5º da Lei nº 8.069/90 ¿ Recurso provido parcialmente (TJSP, Sp. 40.034. 0/8, rel. Silva Leme). Pelo exposto, declaro extinta a pretensão sócio-educativa do Estado quanto ao representado Adailton Costa dos Santos e Eduarda Barbosa Rayol, nos com fulcro nos arts. 2º e 121, § 5º, da Lei nº 8.069/90, face ter alcançado a maioridade civil plena (21 anos) no curso do processo. P. R. I. e, transitada em julgado, efetuando-se as baixas e anotações, ARQUIVE-SE.

STM Novo (PA), 19 de outubro de 2021

Daniel Bezerra Montenegro Girão

Juiz de Direito

COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA 1ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Proc: 0000160-31.1992.8.14.0017 Exequente: BANCO DO BRASIL (ADV. Roberto Santos Araújo, OAB/PA 2708), Executado: SAULUS MILTON PIMENTA NOVAIS (ADV. José Ferreira Lúcio, OAB/PA 1356) MANDADO/OFÍCIO (Provimento n. 003/2009-CJCI -TJE/PA)

Vistos, etc. Adoto como relatório o que dos autos consta, em especial a petição de acordo presente na petição de f. 69/70. Relatado. Decido. A transação entabulada resguarda os direitos disponíveis das partes e não viola o ordenamento jurídico pátrio, razão pela qual não há óbice a sua homologação. Ademais, pelo decurso do tempo, vê-se que a avença foi totalmente cumprida, uma vez que não houve posterior manifestação das partes, em especial do autor noticiando o descumprimento. Em face do exposto, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes e EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base no art. 487, inciso III, alínea b c/c art. 924, II do NCPC. Em consequência, REVOGO as contrições existentes. Desse modo: a) Expeça-se ofício para os respectivos cartórios de imóveis para que procedam ao levantamento das penhoras. Custas finais, pelos executados, se houver. Advirto que, em caso de não pagamento no prazo legal, o crédito correspondente será encaminhado para procedimento de cobrança extrajudicial ou inscrição de dívida ativa, sofrendo atualização monetária e incidência dos

demais encargos legais, consoante insculpido no artigo 46 da Lei Estadual 9.217/2021. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Após, nada mais havendo, arquive-se. Conceição do Araguaia, 20 de outubro de 2021. Ana Priscila da Cruz Dias Juíza de Direito ¿ TJEPA Titular da 1ª Vara Cível e Criminal de Conceição do Araguaia.

Proc:0000491-15.2010.8.14.0017 Exequente: Banco Bradesco S/A (ADV. Osmarino José de Melo, OAB/PA 15.101-A), Executado: Eduardo Candido Ribeiro da Silva SENTENÇA

MANDADO/OFÍCIO (Provimento n. 003/2009-CJCI -TJE/PA) Vistos, etc. Cuida-se de Execução de Título Extrajudicial fundada em cédula de crédito bancário ¿ empréstimo pessoal, emitida pelo executado em 11 de fevereiro de 2009, com vencimento em 11.02.2013, porém vencida antecipadamente em razão do não pagamento. Até o presente momento não houve citação do executado. Relatado. Decido. Em análise dos autos, verifico que a presente execução se funda em contrato de empréstimo. Cabe esclarecer que o prazo prescricional para pretensão executória da cédula de crédito bancário é o de três anos, art. 44 da Lei 10.31/04 c/c art. 70 do Decreto 57.663/66 e art. 206, § 3º, inc. VIII, do CC. Sendo assim, este é o prazo a ser levado em conta para o cálculo da prescrição. Muito embora a presente execução tenha sido proposta dentro do prazo, certo é que a

prescrição jamais foi interrompida, na medida em que ausente a citação do executado. Sobre o tema, vide o artigo 240 do Código de Processo Civil: Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1º A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.

§ 2º Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a

citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1º. § 3º A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. Desse modo, o transcurso do tempo da prescrição inviabiliza a execução do título, conforme preceitua o art. 189, do Código Civil: Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a

qual extingue, pela prescrição, nos prazos a que aluguem os arts. 205 e 206. Portanto, deve ser reconhecida in casu a incidência da prescrição, uma vez que ajuizada a ação em 31.03.2010 e, desde então, não houve interrupção. Ademais, não há falar, oportunamente, em uma demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário, eis que a presente execução foi proposta em 2010, ou seja, há cerca de 11 (onze) anos, sendo certo que incumbe ao autor, nos termos do § 2º do supracitado

dispositivo legal, providenciar a citação do executado. Além disso, não se faz necessária a prévia intimação da parte credora para dar novo impulso ao processo. Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial: COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. NOTA PROMISSÓRIA EM GARANTIA DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE. AVALIAÇÃO DE BEM PENHORADO. INTIMAÇÃO DO CREDOR. MAIS DE QUATRO ANOS SEM MANIFESTAÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA CAMBIAL APLICADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. EXEGESE. I. Intimado o credor a se pronunciar sobre a avaliação do bem penhorado e transcorrido mais dea4 quatro anos para tanto, retirando os autos com carga, sem queo feito estivesse suspenso, denota falta injustificada de diligência. Dessa forma, devidamente aplicada a prescrição intercorrente, haja vista transcorrido o prazo de três anos em relação à cambial. (...) (REsp

777.305/CE , Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2006, DJ

24/04/2006, p. 408). PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ALEGAÇÕES GENÉRICAS DE OFENSA AO

ART. 535 DO CPC . SÚMULA 284/STF. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE RECONHECIDA. PARALISAÇÃO DO FEITO POR MAIS DE 5 ANOS. SÚMULA 314/STJ. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA. SÚMULA 7/STJ. (...) 4. Nesse diapasão, se a conclusão do Tribunal a quo foi no sentido de que a prescrição ocorreu por culpa exclusiva da exequente - sem que a União produzisse prova prática de qualquer diligência para impulsionar o prosseguimento da Execução Fiscal sob foco (fl. 173, e-STJ) -, conclusão em sentido contrário é inviável em Recurso Especial, porquanto demandaria reexame da seara fático-probatória dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 7/STJ. 5. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1515261/PE , Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 22/05/2015). APELAÇÃO CÍVEL ¿ AÇÃO ORDINÁRIA CONDENATÓRIA ¿ CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO ¿ CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ¿ DEMORA NA PERFECTIBILIZAÇÃO DA CITAÇÃO ¿

PRESCRIÇÃO ¿ OCORRÊNCIA ¿ PRECEDENTES ¿ SENTENÇA MANTIDA ¿ RECURSO DESPROVIDO. Nos termos do artigo 206, § 3º do Código Civil c/c artigo 70 da Lei Uniforme de Genébra, o prazo prescricional da cédula de crédito bancário é de 03 (três) anos. Uma vez não perfectibilizada a citação, cuja demora não pode ser atribuída aos mecanismos do judiciário, a prescrição, que não teve seu fluxo afetado, consumou-se durante o desenvolvimento da relação processual. (TJ-MT 00006776120168110107 MT, Relator: ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, Data de Julgamento: 14/04/2021, Terceira Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/04/2021) APELAÇÃO CÍVEL ¿ AÇÃO ORDINÁRIA CONDENATÓRIA ¿ CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO ¿ CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ¿ DEMORA NA PERFECTIBILIZAÇÃO DA CITAÇÃO ¿ PRESCRIÇÃO ¿ OCORRÊNCIA ¿ PRECEDENTES ¿ SENTENÇA MANTIDA ¿ RECURSO DESPROVIDO. Nos termos do artigo 206, § 3º do Código Civil c/c artigo 70 da Lei Uniforme de Genébra, o prazo prescricional da cédula de crédito bancário é de 03 (três) anos. Uma vez não perfectibilizada a citação, cuja demora não pode ser atribuída aos mecanismos do judiciário, a prescrição, que não teve seu fluxo afetado, consumou-se durante o desenvolvimento da relação processual. (TJ-MT 00006776120168110107 MT, Relator: ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, Data de Julgamento: 14/04/2021, Terceira Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/04/2021) Em face do exposto, ante a prescrição do crédito exequendo, JULGO EXTINTO o processo, com fundamento nos arts. 487, II c/c 925, ambos do CPC. Custas pela parte

credora. Sem condenação em honorários, pois o devedor não se pode beneficiar do não-cumprimento de sua obrigação, diante dos princípios da efetividade do processo, da boa-fé processual e da cooperação. Advirto que, em caso de não pagamento no prazo legal, o crédito correspondente será encaminhado para procedimento de cobrança extrajudicial ou inscrição de dívida ativa, sofrendo atualização monetária e incidência dos demais encargos legais, consoante

insculpido no artigo 46 da Lei Estadual 9.217/2021. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Publique-se, registre-se e intimem-se via DJE. Cumpra-se. Conceição do Araguaia, 28 de outubro de 2021. Ana Priscila da Cruz Dias Juíza de Direito ¿ TJEPA Titular da 1ª Vara Cível e Criminal de Conceição do Araguaia**.**

SECRETARIA DA 2ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

PROCESSO: 00075913420198140017 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RENATA CABRAL MARTINS A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 09/11/2021---REQUERENTE:DEAM DELEGACIA DE ATENDIMENTO A MULHER DE REDENCAO VITIMA:R. L. S. S. AUTOR DO FATO:LEAN PEREIRA CAMARGO. EDITAL DE INTIMAÃ¿Ã¿O * Art. 1Âº, Â§ 2Âº, IX, DO PROVIMENTO nÂº 06/06 O ExcelentÃ-ssimo Doutor MARCOS PAULO SOUSA CAMPELO, Juiz de Direito da 2Âª Vara, desta cidade e Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia, Estado do ParÃ¡, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos leem este edital, com prazo determinado deÂ trinta (15) dias, virem ou dele conhecimento tiver, que por este JuÃ-zo e Secretaria Judicial da 2Âª Vara, tramita os autos de VIOLÃ¿NCIA DOMÃ¿STICA, Proc. 0007591-34.2019.8.14.0017, movida pelo MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PARÃ contra LEAN PEREIRA CAMARGO e como vÃ-tima RAIMUNDA LUCIA DA SILVA SANTOS, sem maiores qualificaÃ§Ãµes, atualmente em local incerto e nÃ£o sabido, fica a vÃ-tima devidamente INTIMADA do teor da decisÃ£o:Â¿ Processo nÂº 0007591-34.2019.814.0017 REQUERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÃ¿NCIA Â¿ LEI 11.340/2006Representante/ofendida: RAIMUNDA LUCIA DA SILVA SANTOS, residente e domiciliada na Rua Carlos JosÃ© Borges, nÂº 22, Distrito de Casa de TÃ¡bua, na cidade de Santa Maria das Barreiras-PA. Fone: (94) 99162-2283.Representado/agressor: LEAN PEREIRA CAMARGO, podendo ser localizado na da Escola Jacinta Pires, na Rua Carlos JosÃ© Borges, prÃ³ximo Ã casa da vÃ-tima, Distrito de Casa de TÃ¡bua, na cidade de Santa Maria das Barreiras-PA. Fone: (94) 99297-3911.DECISÃ¿O-MANDADOVistos etc.O DELEGADO DE POLÃCIA CIVIL DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS-PA, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, encaminhou a este JuÃ-zo PEDIDO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÃ¿NCIA formulado por RAIMUNDA LUCIA DA SILVA SANTOS, jÃ¡ qualificada nos autos.Relata a ofendida, em seu depoimento perante a autoridade policial, que Ã© ex-companheira do ofensor.As lesÃµes perpetradas contra a vÃ-tima foram noticiadas por ela atravÃ©s do BO nÂº 00211/2019.100080-5 (DPC de Floresta do Araguaia Â¿ PA), e do Termo de DeclaraÃ§Ã£o de fls. 06/07.Pugnou pelas seguintes medidas protetivas contra o agressor:ProibiÃ§Ã£o de aproximaÃ§Ã£o da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mÃ¡ximo de distÂncia entre estes e o agressor;ProibiÃ§Ã£o de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicaÃ§Ã£o;ProibiÃ§Ã£o de frequentar determinados lugares a fim de preservar a integridade fÃ-sica e psicolÃ³gica da ofendida.O ofÃ-cio da autoridade policial veio instruÃ-do com Termo de ciÃªncia de Medidas Protetivas, Termo de Requerimento para concessÃ£o de medidas protetivas, Boletim de OcorrÃªncia Policial e Termo de DeclaraÃ§Ãµes da ofendida.Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO.As medidas protetivas de urgÃªncia sÃ£o providÃªncias de natureza cautelar instituÃ-das pela Lei n. 11.340/06 com o escopo de resguardar a integridade fÃ-sica e psicolÃ³gica das vÃ-timas de violÃªncia domÃ©stica, sendo que em razÃ£o de sua natureza cautelar requestam os pressupostos de probabilidade do direito alegado (fumus boni juris) e dano iminente de difÃ-cil reparaÃ§Ã£o ou irreparÃ¡vel (periculum in mora).Em anÃ¡lise perfunctÃ³ria aos autos, verifica-se a conveniÃªncia da adoÃ§Ã£o de tais medidas, atenta aos dois pressupostos cautelares, vez que restou demonstrado, por meio dos documentos que instruÃ-ram o pedido, mormente do boletim de ocorrÃªncia policial, termo de declaraÃ§Ã£o da ofendida, a existÃªncia de indÃ-cios suficientes e idÃ´neos de prÃ¡tica de violÃªncia domÃ©stica e familiar contra a mulher.Forte em tais razÃµes, hei por bem lhe conceder determinadas medidas protetivas.Ante o exposto, DEFIRO AS MEDIDAS PROTETIVAS requeridas, pelo perÃ-odo de 12 (doze) meses, a contar da interposiÃ§Ã£o do presente requerimento (09/08/2019), para o fim de:A) DAS MEDIDAS PROTETIVAS.1. PROIBIR o requerido de aproximar-se da requerente, bem como de seus familiares, FIXANDO a distÂncia mÃ-nima de 100 (cem) metros a ser observada pelo ora requerido em face de tais pessoas;2. PROIBIR o requerido de manter qualquer forma de contato com a requerente e familiares, por qualquer meio de comunicaÃ§Ã£o,3. PROIBIR o requerido de frequentar endereÃ§os residenciais e de trabalho da ofendida a fim de preservar sua integridade fÃ-sica e psicolÃ³gica.Determino ao Oficial de JustiÃ§a que atua nesta comarca CIENTIFIQUE o requerido das medidas protetivas aplicadas, ficando este advertido que em caso de nÃ£o cumprimento, ser-lhe-Ã¡ decretada sua PRISÃ¿O PREVENTIVA, nos termos do art. 313, inciso III, do CÃ³digo de Processo Penal c/c art. 20 da Lei n. 11.340/2006.CITE-SE o requerido para, querendo, apresentar defesa, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de estabilizaÃ§Ã£o da demanda (artigo 304, c/c artigo 306, ambos do CÃ³digo de Processo Civil).Em consequÃªncia, OFICIE-SE Ã Delegacia de PolÃ-cia Civil de Santa Maria das Barreiras-PA, encaminhando cÃ³pia da presente decisÃ£o, para que garanta a eficÃ¡cia das medidas protetivas doravante deferidas, e requisitando a conclusÃ£o e remessa dos autos

de IPL, no prazo legal (art. 12, VII, LMP).INTIME-SE a requerente, juntando uma via desta decisÃ£o acerca das medidas ora fixadas, devendo o oficial de justiÃ§a, no momento do cumprimento da diligÃªncia, notificÃ¡-la da imprescindibilidade de comunicar Ã Secretaria da 2Âª Vara desta Comarca qualquer alteraÃ§Ã£o de seu endereÃ§o. ADVIRTA-SE, ainda, Ã requerente que, expirado o prazo de vigÃªncia das medidas protetivas, caberÃ¡ a ela renovar o pedido perante este JuÃ-zo, caso entenda necessÃ¡rio. CIENTIFIQUE-SE o representante do MinistÃ©rio PÃºblico.REDISTRIBUAM-SE os autos ao JuÃ-zo Competente no prÃ³ximo dia Ãºtil.Cumpra-se.Em observÃ¢ncia Ã efetividade processual, a presente decisÃ£o servirÃ¡ de MANDADO e TERMO DE MEDIDAS PROTETIVAS.ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, 09 de agosto de 2019.SILVIA CLEMENTE SILVA ATAÃDE.JuÃ-za de Direito Plantonista.DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia, Estado do ParÃ¡, aos 09/11/2021. EU _____ (GUSTAVO ALVES), Auxiliar de Secretaria, fiz digitar, conferi e subscrevi* RENATA CABRAL MARTINS Diretora de Secretaria da 2Âª Vara

COMARCA DE GURUPÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GURUPÁ

00000022120158140020 PROCESSO ANTIGO: MAGISTRADO ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA Ao: Execução Contra a Fazenda Pública em: 04/11/2021 REQUERENTE:MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULO LTDA REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPA. Vistos etc. Intime-se o MUNICÃPIO DE GURUPÃ, por seu procurador, para, nos termos do art. 234, Ação do CPC, devolver os autos no prazo máximo de 3 (três) dias, sob pena de multa de meio salário-mínimo e perdimento do direito de vistas dos autos fora de cartÃ³rio, além da expedição de mandado de busca e apreensão. Expedientes necessários. Gurupá¡, data registrada no sistema. Ithiel Victor Araújo Portela Juiz titular da Comarca de Gurupá

PROCESSO: 00002834520138140020 PROCESSO ANTIGO: MAGISTRADO ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA Ao: Ação Penal Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 VITIMA:R. S. V. ACUSADO:JOSIEL DE JESUS PANTOJA Representante(s): OAB 10488 SENNER DA SILVA ALCANTARA (ADVOGADO) ACUSADO:JOSE NAZARENO DE JESUS MALAQUIAS Representante(s): OAB 10488 SENNER DA SILVA ALCANTARA (ADVOGADO) ACUSADO:JOSE RONILSON DE JESUS JESUS Representante(s): OAB 10488 SENNER DA SILVA ALCANTARA (ADVOGADO) OAB 103003 FABIO MONTEIRO (ADVOGADO) ACUSADO:MANOEL DE JESUS JESUS Representante(s): OAB 10488 SENNER DA SILVA ALCANTARA (ADVOGADO) OAB 20368 ALESSANDRO MARTINS MARQUES (ADVOGADO) ACUSADO:BENJAMIN COELHO PANTOJA JUNIOR Representante(s): OAB 10488 SENNER DA SILVA ALCANTARA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL. Vistos, etc. Intime-se o Dr. ALESSANDRO MARTINS MARQUES, OAB/PA 20.368, nos termos do art. 234, Açãodo CPC, para devolver os autos no prazo máximo de 3 (três) dias, sob pena de multa de meio salário-mínimo e perdimento do direito de vistas dos autos fora de cartÃ³rio, além da expedição de mandado de busca e apreensão. Expedientes necessários. Gurupá¡, data registrada no sistema. Ithiel Victor Araújo Portela Juiz titular da Comarca de Gurupá

PROCESSO: 00003423320138140020 PROCESSO ANTIGO: MAGISTRADO ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA Ao: Ação Penal Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 ACUSADO:JOSE NAZARENO DE JESUS MALAQUIAS Representante(s): OAB 20368 ALESSANDRO MARTINS MARQUES (DEFENSOR DATIVO) ACUSADO:JOSE RONILSON DE JESUS JESUS Representante(s): OAB 103003 FABIO MONTEIRO (ADVOGADO) ACUSADO:MANOEL DE JESUS JESUS Representante(s): OAB 10633 HERON DE SOUSA COELHO (DEFENSOR DATIVO) OAB 20368 ALESSANDRO MARTINS MARQUES (DEFENSOR DATIVO) ACUSADO:BENJAMIN COELHO PANTOJA JUNIOR Representante(s): OAB 10633 HERON DE SOUSA COELHO (DEFENSOR DATIVO) OAB 20368 ALESSANDRO MARTINS MARQUES (DEFENSOR DATIVO) ACUSADO:JOSIEL DE JESUS PANTOJA Representante(s): OAB 10633 HERON DE SOUSA COELHO (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:M. C. A. AUTOR:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Vistos, etc. Intime-se o Dr. ALESSANDRO MARTINS MARQUES, OAB/PA 20.368, nos termos do art. 234, Ação do CPC, para devolver os autos no prazo Máximo de 3 (tres) dias, sob pena de multa de meio salário-mínimo e perdimento do direito de vistas dos autos fora de cartÃ³rio, além da expedição de mandado de busca e apreensão. Expedientes necessários. Gurupá¡, data registrada no sistema. Ithiel Victor Araújo Portela Juiz titular da Comarca de Gurupá.

PROCESSO: 00004213620188140020 PROCESSO ANTIGO: MAGISTRADO ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA Ao: Ação Penal Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 ACUSADO:BENEDITO ERWISON PIMENTEL COUTINHO Representante(s): OAB 16090 HESROM GRACIANDRO ARAUJO MARTINS (DEFENSOR DATIVO) ACUSADO:MESSIAS SOUZA ANDRADE Representante(s): OAB 16090 HESROM GRACIANDRO ARAUJO MARTINS (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:M. B. B. VITIMA:L. B. S. VITIMA:S. F. S. . Vistos, etc. Intime-se o Dr. HESROM GRACIANDRO ARAUJO MARTINS, OAB/PA 16.090, nos termos do art. 234, Ação do CPC, para devolver os autos no prazo Máximo de 3 (três) dias, sob pena de multa de meio salário-mínimo e perdimento do direito de vistas dos autos fora de cartÃ³rio, além da expedição de

mandado de busca e apreensão. Expedientes necessários. Gurupá¡, data registrada no sistema.

PROCESSO: 00007411820208140020 PROCESSO ANTIGO: MAGISTRADO Ao: em: VITIMA: M. M. F. NDICIADO: E. J. L. S. Vistos, etc. Oficie-se à autoridade policial para que, no prazo de 5 (cinco) dias, devolva os autos, sob pena de busca e apreensão. Expedientes necessários. Gurupá, data registrada no sistema. Ithiel Victor Araújo Portela Juiz titular da Comarca de Gurupá

PROCESSO: 00007692020198140020 PROCESSO ANTIGO: MAGISTRADO ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA Ao: Ação Penal Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL DENUNCIADO:RAIMUNDO NOGUEIRA MONTEIRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 16090 HESROM GRACIANDRO ARAUJO MARTINS (ADVOGADO) OAB 14045 JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) Vistos, etc. Intime-se o Dr. HESROM GRACIANDRO ARAUJO MARTINS, OAB/PA 16.090, nos termos do art. 234, Ação do CPC, para devolver os autos no prazo Máximo de 3 (trÃªs) dias, sob pena de multa de meio salário-mínimo e perdimento do direito de vistas dos autos fora de cartÃ³rio, além da expedição de mandado de busca e apreensão. Expedientes necessários. Gurupá¡, data registrada no sistema. Ithiel Victor Araújo Portela Juiz titular da Comarca de Gurupá

PROCESSO: 00013044620198140020 PROCESSO ANTIGO: MAGISTRADO ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA Ao: Exceção de Litispendência em: 04/11/2021 ENVOLVIDO:MANOEL DE JESUS JESUS Representante(s): OAB 20368 ALESSANDRO MARTINS MARQUES (DEFENSOR DATIVO) ENVOLVIDO:JOSE NAZARENO DE JESUS MALAQUIAS ENVOLVIDO:JOSE RONILSON DE JESUS JESUS Representante(s): OAB 103003 FABIO MONTEIRO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:BENJAMIN COELHO PANTOJA JUNIOR AUTOR:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Vistos, etc. Intime-se o Dr. ALESSANDRO MARTINS MARQUES, OAB/PA 20.368, nos termos do art. 234, Ação do CPC, para devolver os autos no prazo Máximo de 3 (três) dias, sob pena de multa de meio salário-mínimo e perdimento do direito de vistas dos autos fora de cartÃ³rio, além da expedição de mandado de busca e apreensão. Expedientes necessários. Gurupá¡, data registrada no sistema. Ithiel Victor Araújo Portela Juiz titular da Comarca de Gurupá

PROCESSO: 00013260720198140020 PROCESSO ANTIGO: MAGISTRADO ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA Ao: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 REQUERENTE:SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAUDE NO ESTADO DO PARA SINDSAUDE Representante(s): OAB 12396 WALDYR DE SOUZA BARRETO (ADVOGADO) OAB 8106 SOLANGE DE NAZARE DE SOUZA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 26133 WILLIAM MIRANDA VASCONCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE GURUPA. Vistos, etc. Intime-se o MUNICÃPIO DE GURUPÃ, por seu procurador, para, nos termos do art. 234, Acordo CPC, devolver os autos no prazo Máximo de 3 (três) dias, sob pena de multa de meio salário-mínimo e perdimento do direito de vistas dos autos fora de cartÃ³rio, além da expedição de mandado de busca e apreensão. Expedientes necessários. Gurupá¡, data registrada no sistema. Ithiel Victor Araújo Portela Juiz titular da Comarca de Gurupá

PROCESSO: 00023227320178140020 PROCESSO ANTIGO: MAGISTRADO ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA Ao: Procedimento Comum em: 04/11/2021 DENUNCIADO:EDILSON GOMES DA GAMA Representante(s): OAB 16090 HESROM GRACIANDRO ARAUJO MARTINS (ADVOGADO) Vistos etc. Intime-se o Dr. HESROM GRACIANDRO ARAUJO MARTINS, OAB/PA 16.090, nos termos do art. 234, Ação do CPC, para devolver os autos no prazo máximo de 3 (trÃªs) dias, sob pena de multa de meio salário-mínimo e perdimento do direito de vistas dos autos fora de cartÃ³rio, além da expedição de mandado de busca e apreensão. Expedientes necessários. Gurupá¡, data registrada no sistema. Ithiel Victor Araújo Portela Juiz titular da Comarca de Gurupá

PROCESSO: 00050046420188140020 PROCESSO ANTIGO: MAGISTRADO ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA Ao: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 REQUERENTE:MARIA ELIENETE FRANCA MARQUES Representante(s): OAB 11658 ELCIO MARCELO QUEIROZ RAMOS (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE GURUPA Representante(s): OAB 22667 AMANDA SANTOS DA SILVA (PROCURADOR(A)) Vistos, etc. Intime-se o MUNICÃPIO DE GURUPÃ, por seu procurador, para, nos termos do art. 234, Ação do CPC, devolver os autos no prazo máximo de 3 (três) dias, sob pena de multa

de meio salário-mínimo e perdimento do direito de vistas dos autos fora de cartÃ³rio, além da expedição de mandado de busca e apreensão. Expedientes necessários. Gurupá¡, data registrada no sistema. Ithiel Victor Araújo Portela Juiz titular da Comarca de Gurupá

PROCESSO: 00053704020178140020 PROCESSO ANTIGO: MAGISTRADO ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA Ao: Interdito Proibitório em: 04/11/2021 REQUERENTE:MANOEL SEBASTIAO DOS SANTOS Representante(s): OAB 10633 HERON DE SOUSA COELHO (ADVOGADO) REQUERENTE:LINO DE JESUS BORGES DOS SANTOS REQUERENTE:MARIA DE NAZARE DA SILVA BORGES REQUERENTE:TELMA MARIA SILVA DOS SANTOS REQUERENTE:JUNIOR TORRES MONTE REQUERIDO:VALDILEN FERREIRA VIEIRA Representante(s): OAB 20368 ALESSANDRO MARTINS MARQUES (ADVOGADO) Vistos, etc. Intime-se o Dr. ALESSANDRO MARTINS MARQUES, OAB/PA 20.368, nos termos do art. 234, Açãodo CPC, para devolver os autos no prazo máximo de 3 (trás) dias, sob pena de multa de meio salário-mínimo e perdimento do direito de vistas dos autos fora de cartÃ³rio, além da expedição de mandado de busca e apreensão. Expedientes necessários. Gurupá¡, data registrada no sistema. Ithiel Victor Araújo Portela Juiz titular da Comarca de Gurupá

PROCESSO: 00806898220158140020 PROCESSO ANTIGO: MAGISTRADO ITHIEL VICTOR ARAUJO PORTELA Ao: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 REQUERENTE:ADALANY ALVES CARNEIRO Representante(s): OAB 6469 ARIOSTO CARDOSO PAES JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11658 ELCIO MARCELO QUEIROZ RAMOS (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE GURUPA PREFEITURA MUNICIPAL. Vistos etc. Intime-se o MUNICÃPIO DE GURUPÃ, por seu procurador, para, nos termos do art. 234, Âção do CPC, devolver os autos no prazo máximo de 3 (três) dias, sob pena de multa de meio salário-mínimo e perdimento do direito de vistas dos autos fora de cartÃ³rio, além da expedição de mandado de busca e apreensão. Expedientes necessários. Gurupá¡, data registrada no sistema. Ithiel Victor Araújo Portela Juiz titular da Comarca de Gurupá

COMARCA DE CURIONÓPOLIS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURIONÓPOLIS

INTIMAÇÃO MIGRAÇÃO - PJE

Processo: 0003596-83.2014.8.14.0018

MANOEL CHAVES LIMA - OAB PA77PA (ADVOGADO DO REQUERIDO)

Nos termos do art. 93 XIV da CF/88, **INTIMO** as partes para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da migração do processo físico para o digital (PJe), requerendo o que entenderem de direito.

Curionópolis/PA, 8 de novembro de 2021 .

(Assinado digitalmente)

Bruno da Conceição dos Santos

Matrícula 180297 TJPA

Provimento nº 006/2009-CJCI c/c o art. 1º, § 2º, XI,

INTIMAÇÃO MIGRAÇÃO - PJE

Processo: 0005431-38.2016.8.14.0018

ADVOGADO DO REQUERIDO: FERNANDO PATROCINIO SILVA OAB/PA 20586

Nos termos do art. 93 XIV da CF/88, **INTIMO** as partes para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da migração do processo físico para o digital (PJe), requerendo o que entenderem de direito.

Curionópolis/PA, 8 de novembro de 2021 .
(Assinado digitalmente)

Bruno da Conceição dos Santos

Matrícula 180297 TJPA

Provimento nº 006/2009-CJCI c/c o art. 1º, § 2º, XI,

COMARCA DE BAIÃO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BAIÃO

PROCESSO Nº 0003164-58.2018.814.0007
Requerente: DARCIRA SERRÃO MATOS
Requerido: BANCO OLÉ CONSIGNADO
SENTENÇA:
Sem relatório.
Decido.
Conforme petição trazida ao processo, as partes resolveram transacionar e, assim, pediram pela homologação do acordo que entabularam.
Face o exposto e para o fim disposto no artigo 515, inciso II, do Código de Processo Civil, homologo a transação firmada entre as partes e julgo o processo com exame do mérito com fulcro no artigo 487, inciso III, letra b, do Código de Processo Civil.
Servirá a presente, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redação dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisão sirva como MANDADO DE INTIMAÇÃO.
Publique-se. Registre-se e cumpra-se com a baixa processual, conquanto a obrigação resta cumprida..
DATADA E ASSINADA DIGITALMENTE

COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE

P R O C E S S O : 0 0 0 4 7 0 7 8 1 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MELINA PINTO DE SOUZA CALDEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---DENUNCIADO:JOSE ALCINO BORGES BATISTA Representante(s): OAB 22737 - TEREZINHA BEZERRA DE BARROS (DEFENSOR DATIVO) TESTEMUNHA:SGT PM EDSON SILVA NAZARE TESTEMUNHA:CB PM ANDRE AUGUSTO DA COSTA PAIXAO TESTEMUNHA:CB PM WILLIAM GOMES MONTEIRO TESTEMUNHA:MARIA PAULA DA SILVA PINTO. ATO ORDINATÓRIO PROCESSO Nº 0004707-81.2018.8.14.0109 FICA INTIMADA a advogada, Dra. TEREZINHA BEZERRA DE BARROS, OAB/PA 22.737, Defensora Dativa do réu JOSÉ ALCINO BORGES BATISTA para, no prazo de 10(dez) dias apresentar ALEGAÇÕES FINAIS do réu acima referido, nos termos do despacho de fl. 94-v. Garrafão do Norte, 09 de novembro de 2021. MELINA PINTO DE SOUZA CALDEIRA Diretora da Secretaria Judicial

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 2 6 2 5 2 0 1 9 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- A??o: --- em: ---VITIMA: J. M. C. DENUNCIADO: F. R. S. Representante(s): OAB 24587 - KAMILA HOSANA DE MENEZES (DEFENSOR DATIVO)

COMARCA DE BRAGANÇA

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA

PROCESSO: 00104813820178140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE LEONARDO FROTA DE VASCONCELLOS DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 27/10/2021---REQUERENTE:JOAQUIM ROSA DE MELO Representante(s): OAB 20864-A - GILDO LEOBINO DE SOUZA JÚNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 24143 - MATHEUS FERNANDO RIVAROLA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 29981 - BRENDA KARINE LISBOA RODRIGUES (ADVOGADO) . SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOAQUIM ROSA DE MELO, devidamente qualificado, por meio de procurador legalmente constituÃ-do aforou AÃ¿Ã¿O ANULATÃ¿RIA DE OPERAÃ¿Ã¿O DE CRÃ¿DITO C/C INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM ANTECIPAÃ¿Ã¿O DOS EFEITOS DA TUTELA DE EVIDÃ¿NCIAÂ E REPETIÃ¿Ã¿O EM DOBRO DO INDÃ¿BITO em desfavor de BANCO BRADESCO S/A, pessoa jurÃ-dica igualmente qualificada nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Este JuÃ-zo determinou a emenda da inicial para apresentaÃ§Ã£o dos documentos essenciais, sob pena de extinÃ§Ã£o e arquivamento (fl. 85). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimado, o autor deixou transcorrer o prazo sem juntar os documentos essenciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Decido: Â Â Â Â Â Â Â Â Â De rigor o indeferimento da petiÃ§Ã£o de ingresso, nos termos do art. 330, IV, do CPC, por inepta, ante a ausÃªncia de documentos essenciais e preenchimento de seus requisitos bÃ¡sicas, posto que nÃ£o hÃ¡ assinatura do advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, indefiro a petiÃ§Ã£o inicial e decreto a extinÃ§Ã£o do processo sem julgamento do mÃ©rito, nos termos do art. 485, I, do CPC. Â Sem honorÃ¡rios, Ã mÃ-ngua de apresentaÃ§Ã£o de resposta. Â Custas pela parte autora, das quais fica isenta em virtude dos benefÃ-cios da gratuidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, certifique-se e arquivem os autos com a devida baixa processual. Â BraganÃ§a, 27 de outubro de 2021 Â Â Â JOSÃ¿ LEONARDO FROTA DE VASCONCELLOS DIAS Â Juiz de Direito titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial

PROCESSO: 0010459-77.2017.814.0009

REQUERENTE: MARIA HELENA SANTOS FERREIRA

ADV. GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR-OAB/PA 20.864-A

REQUERIDO: BANCO PAN

SENTENÇAVistos, etc.MARIA HELENA SANTOS FERREIRA, qualificada e por intermédio de procuradorlegalmente constituído, impetrou a presente AÇÃO ANULATÓRIA DE OPERAÇÃO DECRÉDITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM PEDIDODE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE EVIDÊNCIA E REPETIÇÃO EMDOBRO DO INDÉBITO em face de BANCO PAN S/A, atualmente denominado BANCO PANA MERICANO S/A, pessoa jurídica de direito privado devidamente qualificada. Alega a autora que celebrou com o requerido contrato de empréstimo consignado em folha de proventos, o qual seria nulo de pleno direito em virtude de não ter recebido o Contrato,bem como pela não apresentação do Custo Efetivo Total do contrato pela instituição financeira, de forma prévia e apartada por meio de planilha, além da existência de cláusulas ambíguas e contraditórias no Contrato, o que impediu a autora de ter acesso à informação plena, adequada e clara dos custos e possibilidade de acesso a outras ofertas mais vantajosas,ante a sua vulnerabilidade e hipossuficiência. Discorreu sobre o direito do consumidor e legislação constitucional e infraconstitucional,bem como normativas do Sistema Financeiro Nacional, Conselho Monetário Nacional,Banco Central do Brasil, e outras aplicáveis à matéria.Requereu, ao final, dentre outros pedidos,

a anulação do contrato e pagamento de danos morais e materiais.Juntou documentos.Em audiência não houve conciliação (fl. 86).O requerido apresentou contestação (fls.95 a 105), e documentos (fls.105, verso, a 116)alegando preliminarmente a ausência de interesse processual pela inadequação da via eleita e a falta de interesse de agir por inexistir pretensão resistida.No mérito, alega o contestante a validade do contrato, a inexistência de vícios, o amplo acesso do consumidor ao CET, a inexistência de ato ilícito e de responsabilidade civil e, em consequência, de danos morais e materiais, e o exercício regular de direito, entre outros argumentos. Ao final, requereu a improcedência do pedido ou, em caso de condenação, a compensação com o crédito concedido à autora.A autora manifestou-se às fls. 119 a 139.Vieram os autos conclusos.É o relatório que reputo necessário. Decido.Considerando a existência de matéria unicamente de direito para apreciação na presente ação, apta para julgamento ante a desnecessidade de dilação probatória, passo ao julgamento antecipado da lide, em consonância ao artigo 355, I, do CPC. Passo à análise das preliminares arguidas.Da inépcia da petição inicial e ausência de interesse processual:O requerido aduziu a ausência de interesse processual em virtude de inadequação da viaeleita para o pedido de exibição de documentos e inépcia da inicial pela ausência de documentos comprobatórios mínimos das alegações. No entanto, verifico que a petição inicial preenche os requisitos estabelecidos nos arts. 319, 320 e 322 do CPC, pois tem causa de pedir e pedido lógicos e congruentes, com delimitação certa do pedido.A autora, ainda, juntou documentos que estão correlacionados à análise do mérito da ação,não sendo portanto matéria preliminar. Por fim, a exibição de documentos foi requerida em sede de antecipação de tutela como medida assecuratória de direito, não sendo o caso de inadequação de via.Assim, rejeito as preliminares apontadas.Da ausência de interesse de agir:O requerido alegou ausência de interesse processual pelo autor, por inexistir pretensão resistida, já que não procurou as vias administrativas e o contrato foi disponibilizado pelo contestante. No entanto, o requerimento administrativo não é condição para a busca de direitos pelo Poder Judiciário, em obediência ao princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5º, XXXV, da CF/88). Tratando-se de ação fundada em responsabilidade civil não há que se falar em prequestionamento ou esgotamento da via administrativa.Em relação à disponibilização do contrato pelo contestante ao autor, trata-se de matéria demérito, e assim será analisada. Assim, rejeito a preliminar apontada e passo ao exame do mérito.Do Mérito:Tratam os autos de ação de anulação de operação de crédito em que a parte autora alega não ter recebido das instituições bancárias as informações adequadas acerca dos detalhes do Custo Efetivo Total do contrato de empréstimo para desconto consignado em folha, o que causou prejuízos ao consumidor por não ter ficado ciente do valor real a ser pago ao Banco,como danos morais e materiais pela perda de oportunidades de acesso a outras ofertas maisvantajosas.Importante, antes de adentrar no mérito da causa, discorrer acerca do conceito de Custo Efetivo Total, denominação bancária para todos os encargos e despesas incidentes nasoperações de crédito contratadas. Consiste no custo total da operação, de forma detalhada,devendo constar expressamente no contrato celebrado para que o consumidor tenha ciência do valor real que deverá pagar à instituição credora.Na hipótese dos autos, a autora confirma a celebração do negócio jurídico com o Banco,tendo este antecipado o valor estabelecido no ajuste, com a obrigação assumida pela autorade ressarcir o capital com o implemento de juros (remuneração) e taxas. No entanto, alega afalta do repasse das informações corretas em relação ao Custo Efetivo Total do contrato deempréstimo.Ainda, afirma a requerente que buscou a instituição bancária para

informações após verificar que as parcelas descontadas de seus proventos estavam diferentes do previamente ajustado (fl.04, 2º parágrafo).Pois bem, o artigo 6º, III, do CDC, aduz que é direito do consumidor a efetiva informação sobre as características, composição, tributos e preço dos produtos e serviços ofertados. Naexordial, a autora, como consumidora, alegou desconhecer o Custo Efetivo Total da taxa aplicada no ajuste, pois esta informação deveria ter sido colocada de forma clara, prévia, eem planilha própria.No entanto, verifico que as informações acerca do valor do contrato, das parcelas mensais aserem pagas pela autora e custo total estão expressas no próprio ajuste. A autora, como consumidora, teve acesso à informação das condições do negócio jurídico que anuiu deforma voluntária, estando o contrato escrito de forma clara e com caracteres ostensivos elegíveis, conforme exige o artigo 53, §3º do CDC.Havendo no contrato de empréstimo de forma escrita e expressa os custos da operação,valores, e demais dados, e apresentadas ao consumidor, cumpridas estão as resoluções n.3517 e 4.197 do Banco Central do Brasil, que dispõem sobre medidas de informação,divulgação e transparência relativas ao Custo Efetivo Total.Assim, vejo cumprida pelo requerido a obrigação de informação, já que os dados almejados pelo consumidor, devidamente discriminados na inicial, estão presentes no ajuste escrito.Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça decidiu em sede de Recurso Repetitivo que o montante dos juros remuneratórios praticados em sede de empréstimo deve ser consignado no próprio instrumento, conforme abaixo transcrito:BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS

DECONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROSREMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROSREMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕESIDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROSREMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital éimediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média demercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for maisvantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa médiase for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DORECURSO REPRESENTATIVO - Consignada, no acórdão recorrido, a abusividade nacobrança da taxa de juros, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos doentendimento consolidado neste julgamento. - Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170-36/01), admite-se acapitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especialparcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos. (REsp1112879/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em12/05/2010, DJe 19/05/2010) (grifo nosso).

Certamente, poderia ter sido adotada uma taxa de juros mais vantajosa para o consumidor,porém a hipótese dos autos está relacionada à alegação da ausência da informação correta sobre os dados da remuneração do capital no contrato celebrado entre a autora e o requerido,e não sobre suposta abusividade de cláusulas, pois a requerente não expressamente impugnou taxa de juros aplicada pelo Banco requerido, nem indicou cláusulas específicas.Ressalto a impossibilidade de conhecimento de questões não levantadas pela parte autora deforma específica, na forma do enunciado 381-STJ (É vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas).A autora, ainda, não indicou a existência do efetivo prejuízo material diante da informação dos dados do ajuste no próprio corpo do instrumento de crédito, não se podendo presumir que a existência de uma planilha em separado resultaria no melhor planejamento de sua vida financeira, uma vez que há no contrato assinado as informações da taxa de juros aplicada, do valor e prazo das parcelas, além do total a ser pago. Ainda, as parcelas a serem pagas são fixas, e não variáveis, em 72(setenta e duas) prestações, valor este informado à autora no contrato.Não vislumbro, pois, defeitos ou vícios no ajuste entre as partes, e consequentemente,ausentes os pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil do requerido queensejariam reparação de danos, moral ou material.Do dispositivoAnte o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS, extinguindo o feito com resolução do mérito na forma do artigo 487, I do CPC.Custas e honorários advocatícios pela parte autora, das quais fica isenta em decorrência dosbenefícios da gratuidade da justiça.Publique-se. Intimem-se.Transitada em julgado, certifique-se e proceda-se ao arquivamento dos autos com a devidabaixa processual.Bragança/PA, 21 de outubro de 2021.JOSÉ LEONARDO FROTA DE VASCONCELLOS DIAS Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial

PROCESSO Nº: 0002041-53.2017.8.14.0009

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S.A

ADV. SÉRVIO TULIO DE BARCELOS-OAB/PA 21.148-A

LOUISE NUNES DE MELO-OAB/PA 17066

REQUERIDO:UBIRATAN JOÃO SANTOS DE OLIVEIRA

EDINEIA DE OLIVEIRA REIS

SENTENÇA

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA ajuizada por BANCO DO BRASIL AS em face de MDE F DA C MONTEIRO, UBIRATAN JOAO SANTOS DE OLIVEIRA e EDINEIA DEOLIVEIRA REIS.O Requerente, em apertada síntese, alega que a Requerida M DE F DA C MONTEIRO realizou contrato bancário com compromisso de obrigação de pagar quantia certa, tendo sidocontratada fiança por parte dos também Requeridos UBIRATAN JOAO SANTOS DEOLIVEIRA e EDINEIA DE OLIVEIRA REIS.Ocorre que a Requerida M DE F DA C MONTEIRO não teria realizado o pagamento contratado, razão pela qual o Requerente move a presente ação de cobrança.Recebida a petição inicial, foi determinada a citação dos Requeridos, os quais foram intimados para comparecer a audiência de conciliação a qual foi suspensa para apresentação de proposta de conciliação escrita. Não tendo sido possível a realização de acordo entre as partes, foi aberto o prazo para oferecimento de contestação em audiência, cujo termo consta na fl. 82.Decorrido o prazo as partes não apresentaram contestação.Suscitou-se a ausência de citação de EDINEIA DE OLIVEIRA REIS, entretanto, em consulta ao sistema LIBRA, verifico que a Requerida foi devidamente citada, conforme certidão do senhor Oficial de Justiça, documento de n. 2017.03381740-21.É o relatório. DECIDO.O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, II, do CPC.Não contestando a ação, embora devidamente citados, tornar-se revel as partes rés,acarretando sua atitude, a teor do art. 344 do CPC, em presunção de verdade do articulado pela parte autora na inicial.Contudo, esta presunção não é absoluta, conforme prevê o novo Código de Processo Civil,uma vez que, de acordo com o livre convencimento do juiz, pode ceder a outras circunstâncias constantes dos autos.No caso em exame, os elementos probatórios coligidos aos autos levam à consequência consentânea com a revelia, ou seja, ao reconhecimento como verdadeiros os fatos alegados na inicial, eis que restou comprovado pela prova documental, consubstanciada nos contratos e notificação extrajudicial para pagamento, que os Requeridos não cumpriram com o dever contratual que assumiram. Ressalto que, na primeira oportunidade em que veio aos autos, a devedora principal ofereceu proposta para pagamento do débito, indicando reconhecer a pretensão do Requerente, o quereforça, juntamente com a revelia, a necessidade de julgar pela procedência da lideDeste modo, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO DE COBRANÇA PARACONDENAR OS RÉUS M DE F DA C MONTEIRO, UBIRATAN JOAO SANTOS DEOLIVEIRA e EDINEIA DE OLIVEIRA REIS na obrigação de pagar o débito no valor deR$ 130.651,82 (cento e trinta mil, seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e doiS centavos)

Juros e Correção Monetária deverão ser aplicados a partir do vencimento. Ressalto que o Requerente apresentou o pedido na exordial já com a aplicação de juros e correção monetária, ficando facultada a atualização do débito em momento oportuno.Intimem-se as partes.Condeno o executado ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como, a pagar honorários em favor da parte vencedora, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor de condenação.P.R.I.C.Bragança, 18 de outubro de 2021.José Leonardo Frota de Vasconcellos DiasJuiz de Direito

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA

PROCESSO:0801209-45.2021.8.14.0009 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/04/2021---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL VITIMA:L.F.D.A DENUNCIADO: PAULO HENRIQUE VIEGAS MALTA Representante: OAB 21422 ¿ VAGNER MONTEIRO (ADVOGADOS) PROMOTOR: MARIA JOSE VIEIRA DE CARVALHO CUNHA. DECISÃO: 1. À vista da defesa preliminar apresentada, não se verifica a incidência de nenhuma das hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do CPP, urgindo o regular prosseguimento da ação penal. 2. Assim, mantenho o recebimento da Denúncia em todos os seus termos. 3. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03/12/2021 às 10:00 horas. 4. Intimem-se e Requisite-se. 5. Intimem-se as testemunhas arroladas pelas partes. 6. Ciência ao Ministério Público e Defesa. Bragança, 04/11/2021. ANGELA GRAZIELA ZOTIS Juíza Titular da Vara Criminal da Comarca de Bragança

ATO ORDINATÓRIO, PROCESSO Nº 0007085-48.2020.8.14.0009; AUTOR: MINISTERIO PUBLICO; DENUNCIADO: ENIVALDO MONTEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO: FRANCISCO VAGNER RODRIGUES MONTEIRO, OAB/PA nº 21.422). VITIMA: E.D.S.C. Nos termos do Art. 1º, § 2º, IV, do Provimento nº 006/2006-CJRMB c/c artigo 1º do Provimento 006/2009-CJCI, onde delega poderes ao Diretor de Secretaria para praticar atos de administração e expediente, sem caráter decisório, fica o denunciado e seu advogado intimados sobre a realização da audiência designada para o dia 13/12/2021 às 09:00.Kelly Batista da Silva, Diretora de secretaria da Vara Criminal da Comarca de Bragança. Bragança 09 de novembro de 2021.

COMARCA DE NOVA TIMBOTEUA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVA TIMBOTEUA

Processo nº 0000021-77.2018.8.14.0034 Autos de AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL Requeridos: ANTÔNIO NAZARÉ ELIAS CORRÊA Advogado: DJULI BARBOSA SAMPAIO OAB/PA Nº 17.325 Requerido: WILLAMES DOS SANTOS DA SILVA Advogado: MIGUEL DE SOUSA ALVES JÚNIOR OAB/PA Nº 13.563 Requerido: W. DOS S. DA SILVA SERVIÇOS - ME Advogado: SEM PATRONO Requerido: SIDNEY PEREIRA OLIVEIRA Advogado: SEM PATRONO

DESPACHO 1- Manifestem-se as partes acerca da continuidade do feito, considerando as recentes modificações na Lei 8429/1992, no prazo de 15 (quinze) dias sucessivamente. 2- Após conclusos. Expeça-se o que for necessário. Cumpra-se. Nova Timboteua, 28 de outubro de 2021. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Nova Timboteua

Nº DO PROCESSO: 0004131-85.2019.8.14.0034 AUTOS DE: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ REQUERIDO: FÁBIO MIRANDA VIANA ADVOGADO: CÉSAR AUGUSTO ASSAD FILHO OAB-PA 10.672

DESPACHO 1- Manifestem-se as partes acerca da continuidade do feito, considerando as recentes modificações na Lei 8429/1992, no prazo de 15 (quinze) dias sucessivamente. 2- Após conclusos. Expeça-se o que for necessário. Cumpra-se. Nova Timboteua, 28 de outubro de 2021. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Nova Timboteua

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA - VARA: VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA PROCESSO: 00002215020198140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA. Processo nÂº. 0000221-50.2019.814.0034 Classe: AÃ§Ã£o Penal RÃ©u: LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA

TERMO DE AUDIÃNCIA Aos vinte (20) dia do mÃªs de outubro (05) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 10h40min, na sala de audiÃªncia do FÃ³rum da Comarca de Nova Timboteua, Estado do ParÃ¡, presentes o MM. Juiz de Direito Dr. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI, a Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Dra. PATRÃCIA PIMENTEL RABELO ANDRADE, a Defensora PÃºblica Dra. MAYANA BARROS JORGE JOÃO e o RÃ©u (CPF nÂº 005.497.902-17). ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, o MinistÃ©rio Publico apresentou proposta para suspensÃ£o do processo nos seguintes termos: a) O pagamento de 1.500,00 parcelado de 10 (dez) vezes b) comparecimento pessoal a cada 05 meses, a fim de justificar suas atividades. PropÃµe ainda que o processo fique suspenso pelo prazo de 02 anos considerando necessÃ¡ria a aplicaÃ§Ã£o das condiÃ§Ãµes previstas em lei para suspensÃ£o. Dada a palavra ao rÃ©u, este concorda com a proposta. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: â1 â ExpeÃ§a-se guia para recolhimento dos valores; 2 â Acautelem-se os autos em secretaria atÃ© findo prazo da suspensÃ£o 3 â ApÃ³s o decurso de tal prazo ou inadimplemento de qualquer das condiÃ§Ãµes, faÃ§am-se os autos conclusosâ. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz mandou encerrar o presente termo, que foi por mim digitado, _____Maria Aparecida Ferreira dos Santos â SecretÃ¡ria Ad hoc. Juiz de Direito:_____

Promotor de JustiÃ§a:_____

RÃ©u:_____

Defensora PÃºblica:_____

PROCESSO: 00004284920198140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:M. O. G. VITIMA:V. O. G. VITIMA:R. R. M. DENUNCIADO:RAIMUNDO NONATO DA CONCEICAO SILVA AUTOR:MINISTERIIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Processo nÂº. 0000428-49.2019.814.0034 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Classe: AÃ§Ã£o penal (Crimes de TrÃ¢nsito) RÃ©u: Raimundo Nonato da ConceiÃ§Ã£o Silva Advogado: AndrÃ© Luiz Eiro do Nascimento OAB/PA TERMO DE AUDIÃNCIA Aos vinte e um (21) dias do mÃªs de outubro (10) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 09h, na sala de audiÃªncia do FÃ³rum da Comarca de Nova Timboteua, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂº 5/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂº 10/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020, presentes o MM. Juiz de Direito Dr. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI, a Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Dra. PATRÃCIA PIMENTEL RABELO ANDRADE, o RÃ©u e seu advogado, a testemunha JACY GONÃALVES DE ARAÃJO, a testemunha, FABIANO ARAUCHO ausente as testemunhas NEUVANE COSTA MAIA; JANILSON DA SILVA MACHADO; VICENTE CORREA DOS SANTOS; RAIMUNDO PEREIRA CARVALHO FILHO. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a assentada passou a ser realizada por meio de videoconferÃªncia, utilizando-se o sistema TEAMS, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 28 de abril de 2020, sendo dispensada sua assinatura, com a anuÃªncia das partes constatada a ausÃªncia das testemunhas NEUVANE COSTA MAIA, que nÃ£o foi encontrada pelo oficial de justiÃ§a no endereÃ§o indicado, conforme certidÃ£o, ausente ainda as testemunhas JANILSON DA SILVA MACHADO; VICENTE CORREA DOS SANTOS; RAIMUNDO PEREIRA CARVALHO FILHO, que nÃ£o foram intimados. Passou-se a ouvir a testemunha JACY GONÃALVES DE ARAÃJO, Policial RodoviÃ¡rio Federal, portador do CPF nÂº 175.078.202-20, lotado na PRF/PA, na 19Âª superintendÃªncia Regional ParÃ¡. compromissado e advertido quanto ao crime de falso testemunho. ÃS PERGUNTAS DO MINISTÃRIO PÃBLICO, DA DEFESA E DO MM. JUIZ, RESPONDEU CONFORME CONSTA EM REGISTRO DE AUDIO E VIDEO. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Em seguida passou-se a ouvir a Testemunha FABIANO AROCHO, brasileiro, Paraense, natural de Viseu-PA, portador do CPF nÂº 023.105.633-82, data de nascimento 16/12/1987, endereÃ§o Avenida Roseana Sarney, nÂº 175, Bairro Centro, Boa Vista do Guripi-MA. compromissada e advertida quanto ao crime de falso testemunho. ÃS PERGUNTAS DO MINISTÃRIO PÃBLICO, DA DEFESA E DO MM. JUIZ, RESPONDEU CONFORME CONSTA EM REGISTRO DE AUDIO E VIDEO. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Em seguida passou o MM. JUIZ AO INTERROGATÃRIO DO ACUSADO RAIMUNDO NONATO DA CONCEIÃÃO SILVA, brasileiro, natural de CapitÃ£o PoÃ§o/PA, filho de JOSÃ PEQUENO DA SILVA E LUIZA CONCEIÃÃO DA SILVA, portador do CPF nÂº 354.624.932-15, residente na Rua Emaus, nÂº 30, Bairro Centro, Boa Vista do Gurupi/PA. Antes foi assegurado ao Denunciado o direito de se entrevistar em particular com seu defensor e sobre seu direito de permanecer calado. DEPOIS DE DEVIDAMENTE QUALIFICADO, FOI CIENTIFICADO DA ACUSAÃÃO E PERGUNTADO PELO MM. JUIZ, PELA ACUSAÃÃO E DEFESA, TUDO CONFORME CONSTA EM REGISTRO DE AUDIO E VÃDEO. Dada a palavra a represente do MinistÃ©rio PÃºblico esta se manifestou pela desistÃªncia da testemunha NEUVANE COSTA MAIA. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) âAbra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para alegaÃ§Ãµes finais, apÃ³s intime a Defesa pelo DJEâ. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz mandou encerrar o presente termo, que foi por mim digitado, _____Maria Aparecida Ferreira dos Santos â SecretÃ¡ria de AudiÃªncias ad hoc. Juiz de Direito:_____

MinistÃ©rio PÃºblico: _____

Testemunha:_____

Testemunha:_____

RÃ©u: _____

Advogado:_____

PROCESSO: 00013101120198140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:SIMAO TADEU FERREIRA SANTA BRIGIDA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA. Processo nÂº. 0001310-11.2019.814.0034 Classe: AÃ§Ã£o Penal RÃ©u: SIMÃO TADEU FERREIRA SANTA BRIGIDA TERMO

DE AUDIÃNCIA Aos vinte (20) dia do mÃªs de outubro (05) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 10h30min, na sala de audiÃªncia do FÃ³rum da Comarca de Nova Timboteua, Estado do ParÃ¡, presentes o MM. Juiz de Direito Dr. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI, a Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Dra. PATRÃCIA PIMENTEL RABELO ANDRADE, a Defensora PÃºblica Dra. MAYANA BARROS JORGE JOÃO e o RÃ©u. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada. Dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico, requereu vistas dos autos. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) âVistas ao MinistÃ©rio PÃºblicoâ Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz mandou encerrar o presente termo, que foi por mim digitado, _____Maria Aparecida Ferreira dos Santos â SecretÃ¡ria Ad hoc. Juiz de Direito:_____

Promotor de JustiÃ§a:_____

RÃ©u:_____

Defensora PÃºblica:_____

PROCESSO: 00021719420198140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021 REQUERENTE:MARIA DO CARMO SILVA REQUERIDO:JOAO TABOSA Representante(s): OAB 23022 - ANDERSON NOGUEIRA SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 16900 - CARLOS AUGUSTO NOGUEIRA DA SILVA (ADVOGADO) . Processo: 0002171-94.2019814.0034 Classe: AÃ§Ã£o de ReintegraÃ§Ã£o/ ManutenÃ§Ã£o de Posse Autor: MARIA DO CARMO SILVA (Defensoria PÃºblica) Requerido: JOÃO FURTADO TABOSA (Adv. Carlos Augusto Nogueira da Silva 16.900 OAB/PA) TERMO DE AUDIÃNCIA Aos vinte e sete (27) dias do mÃªs de agosto do ano de 2021, Ã s 11h30min, na sala de audiÃªncia do FÃ³rum da Comarca de Nova Timboteua, Estado do ParÃ¡. Presentes o MM. Juiz de Direito Dr. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI, a Defensora PÃºblica, Dra. MAYANA BARROS JORGE JOÃO, a requerente e o requerido acompanhado de seu advogado. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a assentada passou a ser realizada Ao inÃcio da audiÃªncia, o Juiz tentou novamente a conciliaÃ§Ã£o entre as partes, na forma do Art. 359 do CPC/2015, todavia nÃ£o obteve Ãªxito. Em seguida, passou-se a tomar o depoimento pessoal da autora: MARIA DO CARMO SILVA qualificada nos autos. A parte foi devidamente advertida das pertinentes prescriÃ§Ãµes legais. Ãs perguntas do MM. Juiz, do advogado da parte autora e advogado da parte requerida respondeu: Que perguntado a requerente se atualmente mora no terreno, respondeu que sim, que perguntado se tem a posse do terreno respondeu que sim pelo tempo de 30 anos, que o terreno Ã© cercado, que na Ã©poca do esbulho jÃ¡ era cercado, que perguntado o ano em que o requerido se apossou do terreno respondeu que acredita que ocorreu a mais ou menos 30 anos, que nÃ£o se recorda o tamanho da Ã¡rea, que nÃ£o disse nÃ£o saber quem Ã© seu vizinho do lado esquerdo, do lado direito Ã© a senhora LÃºcia, que na frente o senhor DodÃ´, de fundo o requerido. Em seguida, passou-se a tomar o depoimento pessoal do Requerido JOÃO FURTADO TABOSA, qualificado nos autos. A parte foi devidamente advertida das pertinentes prescriÃ§Ãµes legais. Ãs perguntas do MM. Juiz, do advogado da parte autora e advogado da parte requerida respondeu: Alega que comprou parte do terreno, que na Ã©poca era companheiro da autora, que pagou o valor de R$ 300,00 reais, que a metragem Ã© de mais ou menos 07 por 08 metros, que comprou o terreno aproximadamente no ano de 1997, que o terreno nÃ£o era cercado, porÃ©m o terreno que lhe pertencia era cercado, que o terreno do requerente possui 75 por 40 metros, que do lado direito mora o filho do requerido, que seu vizinho do lado esquerdo Ã© sua irmÃ£ a senhora Helena, que na frente Ã© a pista ou seja nÃ£o tem vizinhos. Instada a se manifestar a autora apresenta alegaÃ§Ãµes finais remissivas a inicial e o rÃ©u remissiva a contestaÃ§Ã£o. Encerrada a instruÃ§Ã£o. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: âFaÃ§am-se os autos Conclusos para sentenÃ§aâ. Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar o presente termo, que foi por mim digitado, _____ Maria Aparecida Ferreira dos Santos â SecretÃ¡ria Ad hoc. Juiz de Direito:_____

Requerente: _____

Defensora PÃºblica:_____

Requerido: _____

Advogado: _____

PROCESSO: 00026635720178140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação

Penal - Procedimento Sumário em: 09/11/2021 VITIMA:J. R. R. DENUNCIADO:APOLINARIO VIANA DE LIMA Representante(s): OAB 23022 - ANDERSON NOGUEIRA SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 16900 - CARLOS AUGUSTO NOGUEIRA DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Processo nÂº. 0002663-57.2017.814.0034 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Classe: AÃ§Ã£o penal (Crimes de TrÃ¢nsito) RÃ©u: Apolinario Viana de Lima Advogado: Carlos Augusto Nogueira da Silva OAB/PA 16.900 TERMO DE AUDIÃNCIA Aos vinte e um (21) dias do mÃªs de outubro (10) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11h30min, na sala de audiÃªncia do FÃ³rum da Comarca de Nova Timboteua, Estado do ParÃ¡, dentro do ambiente Microsoft Teams, em razÃ£o da pandemia da Covid-19 e conforme a PORTARIA CONJUNTA NÂº 5/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, de 23 de marÃ§o de 2020 e PORTARIA CONJUNTA NÂº 10/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020, presentes o MM. Juiz de Direito Dr. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI, a Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Dra. PATRÃCIA PIMENTEL RABELO ANDRADE, o RÃ©u e seu advogado, ausente a testemunha ROBSON MARTINHO SOUSA SANTA BRIGIDA. ABERTA A AUDIÃNCIA pelo MM. Juiz de Direito, a audiÃªncia passou a ser realizada, constatada a ausÃªncia da testemunha ROBSON MARTINHO SOUSA SANTA BRIGIDA, que nÃ£o foi encontrado pelo oficial de justiÃ§a no endereÃ§o indicado, conforme certidÃ£o de fls 52. Dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico, manifestou-se pela desistÃªncia da oitiva da testemunha ROBSON MARTINHO SOUSA SANTA BROGIDA. Ato contÃnuo: Passou-se ao interrogatÃ³rio do rÃ©u APOLINARIO VIANA DE LIMA, brasileiro, natural de Nova Timboteua/PA, portador do CPF nÂº 029.870.742-04, filho de Rosa Viana de Lima e SudÃ¡rio Alves de Oliveira, residente na Travessa Assis de Vasconcelos, nÂº 1033, Bairro Centro, Nova Timboteua/PA. Antes foi assegurado ao rÃ©u o direito de se entrevistar em particular com seu advogado e sobre seu direito de permanecer calado. DEPOIS DE DEVIDAMENTE QUALIFICADO, FOI CIENTIFICADO DA ACUSAÃÃO E PERGUNTADO PELO MM. JUIZ, PELA ACUSAÃÃO E DEFESA, TUDO CONFORME CONSTA EM REGISTRO DE AUDIO E VÃDEO. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) âAbra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para alegaÃ§Ãµes finais, por escrito, apÃ³s a Defesaâ. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz mandou encerrar o presente termo, que foi por mim digitado, _____Maria Aparecida Ferreira dos Santos â SecretÃ¡ria de AudiÃªncias ad hoc. Juiz de Direito:_____

MinistÃ©rio PÃºblico: _____

RÃ©u: _____

Advogado:_____

PROCESSO: 00001884120118140034 PROCESSO ANTIGO: 201110001140 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Adoção c/c Destituição do Poder Familiar em: REQUERENTE: E. P. S. REQUERENTE: R. T. S.

PROCESSO: 00031358720198140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: R. R. F. DENUNCIADO: S. S. F.

PROCESSO: 0002783-03.2017.8.14.0034 Requerente: Edina Maria da Silva (Adv. Defensoria Pública) SENTENÇA tipo C com mérito 1. Edina Maria da Silva, já qualificada nos autos, requereu a interdição de seu filho Jailton Pedro Silva da Silva devido o mesmo não ter capacidade para praticar atos da vida civil. 2. O pedido foi devidamente recebido no dia 06/09/2017, sendo deferido a curadoria provisória e designada audiência de apresentação do interditando, para fins do artigo 751, do CPC, para o dia 01/11/2017, tendo na referida Audiência sido determinado o exame pericial no interditando. 3. Restou comprovado que o interditando apresenta cegueira bilateral e nistagmo irregular do olho, doenças de caráter definitivo e que o comprometem de reger sua vida civil (fl. 31), e o Ministério Público opinou favoravelmente a interdição. É o que basta relatar. Decido. 6. Considerando a perícia dou por demonstrada a situação de sujeição a curatela descrita no artigo 1.767, I do Código Civil, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, com amparo no artigo 487, I do CPC, e DECRETO A INTERDIÇÃO DE Jailton Pedro Silva da Silva nomeando como sua curadora para todos os atos da vida civil Edina Maria da Silva, conforme disposto no artigo 1.775, §1º do

Código Civil. Sendo tal interdição para todos os atos da vida civil, nos termos do artigo 755, I, do CPC. 7. Proceda-se a inscrição desta sentença no Registro de Pessoas Naturais, bem como se realize as demais providências determinadas no artigo 755, § 3º, do CPC. P.R.I.C. Expeça-se o que necessário. Nova Timboteua, 14 de setembro de 2021. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Nova Timboteua

PROCESSO Nº. 0000904-58.2017.8.14.0034 AUTOS DE: OBRIGAÇÃO DE FAZER/TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO AUTOR: MANOEL MARIA MORAES DOS REIS PATRONO: DEFENSORIA PÚBLICA REQUERIDOS: ANTONIO CARLOS LIMA DE MATOS e CARLOS WEMERSON DE OLIVEIRA MATOS PATRONOS: JOÃO BOSCO PEREIRA DE ARAUJO JUNIOR OAB-PA 17.838 e TERCYO FEITOSA PINHEIRO OAB-PA 22.277 ATO ORDINATÓRIO Em razão das atribuições que me são conferidas por Lei, por ato ordinatório e determinação judicial, ficam os Requeridos intimados, por intermédio de seus patronos, para efetuarem o pagamento das custas processuais pendentes que se encontram na Secretaria da Vara Única da Comarca de Nova Timboteua, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da intimação, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado, na forma da Lei Estadual de n.º 8.328/2015. Nova Timboteua, 04 de novembro de 2021. Francisco Ciriaco de Moura Filho Analista Judiciário Mat. 78662

COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

PROCESSO: 00002424420198140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 17/02/2021---AUTORIDADE POLICIAL: DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA VITIMA: E. L. G. ACUSADO:SEBASTIÃO ROBSON FARIAS DA SILVA. SENTENÇA Trata-se de pedido de medida protetiva de Edinalva Lima Granjeira em face do ofensor Sebastião Robson Farias da Silva. Apresentado o pedido este Juízo determinou medidas em favor da ofendida. O representado foi regularmente intimado das vedações, conforme consta as fls.21, juntada ao IPL. È o relatório, DECIDO. Medidas protetivas é uma espécie de tutela de urgência e como tal tem sua aplicabilidade regulada pela lei processual civil. Sendo assim, após a decretação de sua vigência só poderá ser revogado por outra decisão ou recurso, senão vejamos: Art. 304. A tutela antecipada, concedida nos termos do, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso. § 1o No caso previsto no caput, o processo será extinto. Assim não havendo recurso em sentido estrito ou revogação da medida, está tornou-se estável. Determino o arquivamento dos autos mantendo as medidas protetivas em vigor até ulterior deliberação deste Juízo, na forma do art. 304, §1º, do NCPC, que aplico subsidiariamente. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. São Geraldo do Araguaia, 17 de fevereiro de 2021. ANTONIO JOSE DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

PROCESSO: 00000072420128140125 PROCESSO ANTIGO: 201220000173 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 26/10/2021---VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MPE/PA INDICIADO:DILVA DA COSTA CUNHA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA ESTADUAL (DEFENSOR) JOAO VICENTE ALVES DA SILVA (ADVOGADO) INDICIADO:MARCITANIA DA CONCEICAO SILVA Representante(s): OAB 14558-A - CARLOS ALBERTO CAETANO (ADVOGADO) EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Exmo. Dr. Antônio José dos Santos, MM. Juiz de Direito desta Cidade e Comarca de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, na forma da lei etc. Processo nº 0000007-24.2012.8.14.0125 Autor: Ministério Público Estadual Réu(s): 1) DILVA DA COSTA CUNHA, brasileira, natural de São Geraldo do Araguaia/PA, nascida em 27/12/1988, filha de Maria Lopes da Costa e Testino Antonio da Cunha, atualmente em local incerto e não sabido; PRAZO DO EDITAL: 90 (noventa) dias FINALIDADE: Dar conhecimento à acusada acima descrita do teor da sentença a seguir transcrita: (...) Pelo exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretenso punitiva do Estado deduzida na denúncia, para condenar as acusadas MARCITANIA DA CONCEIÇO SILVA e DILVA DA COSTA CUNHA, qualificadas nos autos, tendo-as como incursas nas penas do art. 33, §º, da Lei nº 11.343/2006. Passo à dosimetria das penas, atento aos ditames do art. 68 do Estatuto Repressivo. 3.1 MARCITANIA CONCEIÇO SILVA a) Circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal) a.1) culpabilidade: a ré agiu com atitude consciente e premeditada, demonstrando um índice elevado de reprovabilidade em sua conduta. a.2) antecedentes: nos autos há nos autos provas de que a ré registre antecedentes em seu desfavor. a.3) conduta social: no há provas de fatos que a desabonem. a.4) personalidade: sua análise é inviável por conta da falta de elementos para tanto. a.5) motivos do crime: so relacionados com o intuito de obter vantagem patrimonial fácil em detrimento saúde de terceiros, o que é próprio do crime de tráfico de entorpecentes, no podendo ser considerado para majoraço da pena base. a.6) circunstâncias do crime: no devem ser consideradas desfavoravelmente. a.7) conseqüências do crime: no podem ser consideradas desfavoravelmente. a.8) natureza e quantidade da substância entorpecente (art. 42 da Lei 11.343/2006): deve ser considerada desfavoravelmente esta circunstância judicial, em razo da natureza da substância entorpecente, pois o crack é droga grande potencial lesivo. O delito de tráfico, tipificado no artigo 33, da Lei 11.343/2006, tem como pena mínima de cinco e máxima de quinze anos de recluso, ou seja, o intervalo de variaço da pena é de dez anos ou cento e vinte meses. Dividindo essa variaço por oito, que é o número de circunstâncias judiciais, tem-se que cada circunstância judicial desfavorável deve corresponder a um aumento de 01 (um) ano e 03 (três) meses de recluso. Considerando que duas circunstâncias judiciais pesam contra o acusado (culpabilidade e natureza da

substância entorpecente), fixo a pena base acima do mínimo legal, a saber, em 07 (sete) anos e 06 (seis) meses de recluso e 750 (setecentos e cinquenta) dias-multa. b) Circunstâncias agravantes e atenuantes Inexistem circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem consideradas. c) Causas de aumento e de diminuiço de pena Presente a causa de diminuiço de pena do §º, do artigo 33, da Lei 11.343/2006, que deve ser incidir no mínimo legal, conforme restou consignado no bojo da fundamentaço, razo pela qual diminuo a pena em 1/2 (metade), ficando a pena em 03 (três) anos e 09 (nove) meses de recluso e 375 (trezentos e setenta e cinco) dias-multa. d) Pena definitiva para o delito Fica, portanto, a pena definitiva para o delito do art. 33, §º, da Lei nº 11.343/2006, de 03 (três) anos e 09 (nove) meses de recluso e 375 (trezentos e setenta e cinco) dias-multa. e) Regime de cumprimento de pena O regime inicial de cumprimento de pena será o aberto, nos termos do artigo 33, §º, alínea ¿c¿, do Código Penal. f) Substituiço por pena restritiva de direitos e suspenso condicional da pena A acusada preenche os requisitos do art. 44 do Código Penal, eis que o quantum de pena imposto é inferior a quatro anos, o crime no foi praticado mediante violência ou grave ameaça contra a pessoa e, embora duas circunstâncias judiciais lhe sejam desfavoráveis, entendo mais recomendável a substituiço. Destarte, com fundamento no §2º, do art. 44, do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade por: i) prestaço pecuniária que consistirá no pagamento de 01 (um) salário mínimo à uma entidade beneficente que será indicada por este juízo, devendo a acusada entregar tal quantia na secretaria deste juízo; ii) prestaço de serviços à comunidade será efetuada à razo de 1 hora de trabalho por dia de condenaço, o que resulta em 1365 (mil, trezentos e sessenta e cinco) horas, de acordo com o que estabelece o art. 46 do Código Penal. g) Valor do dia multa Ao que consta dos autos, as condiçes econômicas da ré no so boas, de sorte que arbitro o valor do dia multa no mínimo, ou seja, 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente na data dos fatos, devidamente atualizado. h) Direito de apelar em liberdade A acusada poderá aguardar eventual recurso em liberdade, tendo em vista que lhe foi condenada no regime aberto e teve a pena substituída por restritiva de direitos. 3.2 DILVA DA COSTA CUNHA a) Circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal) a.1) culpabilidade: a ré agiu com atitude consciente e premeditada, demonstrando um índice elevado de reprovabilidade em sua conduta. a.2) antecedentes: nos autos há nos autos provas de que a ré registre antecedentes em seu desfavor. a.3) conduta social: no há provas de fatos que a desabonem. a.4) personalidade: sua análise é inviável por conta da falta de elementos para tanto. a.5) motivos do crime: so relacionados com o intuito de obter vantagem patrimonial fácil em detrimento saúde de terceiros, o que é próprio do crime de tráfico de entorpecentes, no podendo ser considerado para majoraço da pena base. a.6) circunstâncias do crime: no devem ser consideradas desfavoravelmente. a.7) conseqüências do crime: no podem ser consideradas desfavoravelmente. a.8) natureza e quantidade da substância entorpecente (art. 42 da Lei 11.343/2006): deve ser considerada desfavoravelmente esta circunstância judicial, em razo da natureza da substância entorpecente, pois o crack é droga grande potencial lesivo. O delito de tráfico, tipificado no artigo 33, da Lei 11.343/2006, tem como pena mínima de cinco e máxima de quinze anos de recluso, ou seja, o intervalo de variaço da pena é de dez anos ou cento e vinte meses. Dividindo essa variaço por oito, que é o número de circunstâncias judiciais, tem-se que cada circunstância judicial desfavorável deve corresponder a um aumento de 01 (um) ano e 03 (três) meses de recluso. Considerando que duas circunstâncias judiciais pesam contra o acusado (culpabilidade e natureza da substância entorpecente), fixo a pena base acima do mínimo legal, a saber, em 07 (sete) anos e 06 (seis) meses de recluso e 750 (setecentos e cinquenta) dias-multa. b) Circunstâncias agravantes e atenuantes Inexistem circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem consideradas. c) Causas de aumento e de diminuiço de pena Presente a causa de diminuiço de pena do §º, do artigo 33, da Lei 11.343/2006, que deve ser incidir no mínimo legal, conforme restou consignado no bojo da fundamentaço, razo pela qual diminuo a pena em 1/2 (metade), ficando a pena em 03 (três) anos e 09 (nove) meses de recluso e 375 (trezentos e setenta e cinco) dias-multa. d) Pena definitiva para o delito Fica, portanto, a pena definitiva para o delito do art. 33, §º, da Lei nº 11.343/2006, de 03 (três) anos e 09 (nove) meses de recluso e 375 (trezentos e setenta e cinco) dias-multa. e) Regime de cumprimento de pena O regime inicial de cumprimento de pena será o aberto, nos termos do artigo 33, §º, alínea ¿c¿, do Código Penal. f) Substituiço por pena restritiva de direitos e suspenso condicional da pena A acusada preenche os requisitos do art. 44 do Código Penal, eis que o quantum de pena imposto é inferior a quatro anos, o crime no foi praticado mediante violência ou grave ameaça contra a pessoa e, embora duas circunstâncias judiciais lhe sejam desfavoráveis, entendo mais recomendável a substituiço. Destarte, com fundamento no §2º, do art. 44, do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade por: i) prestaço pecuniária que consistirá no pagamento de 01 (um) salário mínimo à uma entidade beneficente que será indicada por este juízo, devendo a acusada entregar tal quantia na secretaria deste juízo; ii) prestaço de serviços à comunidade será efetuada à razo de 1 hora de trabalho por dia de condenaço, o que resulta em 1365 (mil, trezentos e sessenta e cinco) horas, de acordo com o que estabelece o art. 46 do Código Penal. g) Valor

do dia multa Ao que consta dos autos, as condiçes econômicas da ré no so boas, de sorte que arbitro o valor do dia multa no mínimo, ou seja, 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente na data dos fatos, devidamente atualizado. h) Direito de apelar em liberdade A acusada poderá aguardar eventual recurso em liberdade, tendo em vista que lhe foi condenada no regime aberto e teve a pena substituída por restritiva de direitos. i) Disposiçes gerais 1. Deixo de aplicar o art. 387, IV do CPP diante da inexistência de elementos concretos nos autos que apontem o valor exato dos prejuízos materiais sofridos pelos ofendidos em face da infraço penal e ainda por no ter sido requerido na inicial. 2. Condeno as acusadas nas custas processuais, que devero ser calculadas, sendo que com relaço a acusada Dilva da Costa Cunha, em razo de estar sendo defendida pela Defensoria Pública, concedo o benefício da assistência judiciária gratuita e suspendo a condenaço, nos termos do artigo 12, da Lei 1.060/50. 3. Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinaçes: a. publique-se e registre-se; b. Intime-se: 1) pessoalmente, o representante do Ministério Público (art. 370, §º, do CPP), o Defensor Público (art. 5º, §º, da Lei 1.060/1950) e as rés (art. 360 c.c. 370, ambos do CPP); 2) pelo Diário da Justiça, o(a) advogado(a) constituído(a) (art. 370, §º, do CPP); 4. havendo trânsito em julgado da deciso, adotar as seguintes providências: 4.1. intimar as acusadas para que recolham as multas aplicadas e o valor das custas (estas somente com relaço a ré Marcitania), no prazo de 10 (dez) dias. Na hipótese de no ser recolhidos tais valores, expeçam-se certides narrando tal fato e oficie à Procuradoria Geral do Estado para a efetivaço das medidas cabíveis. 4.2. comunicar à Justiça Eleitoral e ao Instituto de Identificaço de Belém/PA (CF/1988, art. 15, III e CPP, art. 809, §3º); 4.3. oficie-se determinando a destruiço da droga apreendida à fl. 31 do IP. 4.4. desentranhe-se o laudo de fl. 66 e devolva ao Promotor de Justiça, tendo em vista que no diz respeito a estes autos. 4.5. proceder a devoluço de R$ 20,00 (vinte reais) do dinheiro apreendido, ao Delegado Tiago Santos Silva, tendo em vista que a nota usada para pedir ao usuário comprar a droga era do delegado e foi apreendida; 4.6. decreto, em favor da Unio, o perdimento do restante da quantia apreendida (R$ 290,00), devendo serem revertidos ao FUNAD, nos termos do artigo 63, §º, da Lei 11.343/2006, sendo que tal valor deverá ser depositado na conta de tal fundo. 4.7. expedir guia de cumprimento das penas restritivas e designar audiência admonitória (Lei nº 7.210/1984, arts.105 e seguintes e TJPA, Resoluço nº 016/2007-GP, arts. 2º e 4º, parágrafo único); 4.8. arquivar via LIBRA, devendo a diligência ser certificada nos autos, aplicando-se o Provimento nº 012/2009-CJCI-TJPA. So Geraldo do Araguaia/PA, 16 de janeiro de 2013. Celso Quim Filho Juiz de Direito, titular da Vara Única da Comarca de So Geraldo do Araguaia e respondendo pela 4ª Vara da Comarca de Marabá (...) O presente EDITAL foi expedido para que ninguém possa alegar ignorância no presente e no futuro e será publicado na forma da lei e afixado no átrio do Fórum desta Comarca. São Geraldo do Araguaia, 25/03/2021. Hugo Fernando Alves Nogueira Auxiliar Judiciário, TJE/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 1 7 0 3 5 2 0 1 6 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/04/2020---AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ VITIMA: J. B. A. ACUSADO:PAULO HENRIQUE BORGES FERREIRA DESPACHO 1- Já havendo recebimento do Recurso de Apelação (fls. 91), bem como já apresentada suas razões pela defesa (fls. 93) e contrarrazões pelo Ministério Público (fls. 96), encaminhe os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. P.R.I.C. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. São Geraldo, 23 de abril de 2020. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 8 0 2 4 1 0 2 0 1 6 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/03/2020---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:CARLOS ALBERTO LIMA SANTOS Representante(s): OAB 11114 - HILDEBRANDO GUIMARAES BARROS NETO (ADVOGADO) REU:ITAMAR SOUSA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 11114 - HILDEBRANDO GUIMARAES BARROS NETO (ADVOGADO) REU:ADALTO RODRIGUES SOARES Representante(s): OAB 11114 - HILDEBRANDO GUIMARAES BARROS NETO (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . DESPACHO 1. A Defensoria Pública para se manifestar sobre: alegações finais. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. São Geraldo do Araguaia, 19 de março de 2020. ANTONIO JOSE DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 7 2 3 3 6 2 9 2 0 1 5 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 01/09/2021---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:GABRIEL DA SILVA VIANA Representante(s): OAB 9955 - MATHEUS ROMULO DE SOUZA ALVES (ADVOGADO) VITIMA:V. L. A. DECISÃO 1. Intime-se o advogado do réu para apresentar resposta a acusação, no prazo legal. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 1º de setembro de 2021. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 6 5 2 4 0 6 2 0 1 6 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: ---AUTORIDADE POLICIAL: ACUSADO: W. B. A. VITIMA: D. R. S. SENTENÇA Trata-se de pedido de medida protetiva de DEUZIVANIA RODRIGUES DA SILVA em face do agressor WANDERLEI BEZERRA DE ALMEIDA Apresentado o pedido este Juízo determinou medidas em favor da ofendida. O representado e a vítimas foram devidamente citados/intimados das vedações. È o relatório, DECIDO. Medidas protetivas é uma espécie de tutela de urgência e como tal tem sua aplicabilidade regulada pela lei processual civil. Sendo assim, após a decretação de sua vigência só poderá ser revogado por outra decisão ou recurso, senão vejamos: Art. 304. A tutela antecipada, concedida nos termos do, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso. § 1o No caso previsto no caput, o processo será extinto. Assim não havendo recurso em sentido estrito ou revogação da medida, está tornou-se estável. Determino o arquivamento dos autos mantendo as medidas protetivas em vigor até ulterior deliberação deste Juízo, na forma do art. 304, §1º, do NCPC, que aplico subsidiariamente. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. São Geraldo do Araguaia, 09 de junho de 2021. ANTONIO JOSE DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 3 2 9 8 1 2 0 1 4 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Ação Penal ¿ Procedimento Ordinário em: 09/09/2021---PROMOTOR(A):MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA RÉU:CARLOS HENRIQUE BARROSO Representante(s): Representante(s): OAB 18175 - RAFAEL DA SILVA NERY (ADVOGADO) OAB 5173 - VITIMA: A. C. ¿ O. E. DECISÃO Diante da certidão anexa, a qual apontou que o acusado encontra-se em local incerto e não sabido, determinou-se sua citação por edital no prazo de 15 (quinze) dias. Após este prazo sem manifestação, devidamente certificado nos autos, determino a suspensão do processo e do prazo prescricional até que ocorra a prescrição da pretensão punitiva estatal pelo tempo da pena em abstrato ou até que haja a citação do acusado, tudo nos termos do art. 366 do CPP, ipsis literis. Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312. Deixo de decretar a prisão cautelar em face da qualidade das penas aplicadas e diante da decisão do STJ no RHC: 36642 RJ 2013/0093273-3. RECURSO EM HABEAS CORPUS. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. PRISÃO PREVENTIVA. DECRETAÇÃO VÁRIOS ANOS APÓS O CRIME. NÃO LOCALIZAÇÃO DO RECORRENTE. CITAÇÃO POR EDITAL. FUNDAMENTO INIDÔNEO. ILEGALIDADE PATENTE. NÃO CONHECIMENTO. ORDEM DE OFÍCIO. 1. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, toda custódia imposta antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória exige concreta fundamentação, nos termos do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal. 2. Hipótese em que a prisão preventiva do recorrente foi decretada, vários anos após os fatos, porque ele não foi localizado para citação pessoal, sendo citado por edital, com a consequente suspensão do processo, nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal. Tal fundamento é inidôneo para justificar a medida extrema. 3. Recurso provido para revogar a prisão preventiva imposta ao recorrente na ação penal aqui tratada, sem prejuízo da fixação de medida cautelar alternativa, ou, ainda, da decretação de nova custódia, caso demonstrada a necessidade. (STJ - RHC: 36642 RJ 2013/0093273-3, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 19/08/2014, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/08/2014) SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 09 de setembro de 2021. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia

P R O C E S S O : 0 0 0 1 8 6 2 5 7 2 0 2 0 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Restituição de Coisas Apreendidas em: 21/05/2021---VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:E. R. S. VITIMA:E. G. FLAGRANTEADO:LEONARDO CARDOSO DA COSTA Representante(s): OAB 16078 - EDUARDO RODRIGUES AMORIN (ADVOGADO). DECISÃO 1.Nada mais havendo, arquive-se. SERVIRÃ A PRESENTE DECISÂO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 21 de maio de 2021. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia

P R O C E S S O : 0 0 0 0 3 2 1 2 3 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 02/09/2021---FISCAL DA LEI:MINISTERIIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:WALISSON DOS SANTOS LIMA Representante(s): OAB 19839 - LETICIA DA COSTA BARROS (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. DECISÃO Existem indícios suficientes da materialidade e da autoria do delito previsto no art. 33 da lei de drogas, aptos a permitir a deflagração da persecução penal, consubstanciado nos depoimentos colhidos pela autoridade policial, o auto de apreensão, o auto de constatação provisório e laudo definitivo, estando, por conseguinte, a peça exordial delatora revestida dos requisitos legais. De toda forma, as circunstâncias em que se deu a captura do réu, quando trazia consigo a droga e sua confissão perante a autoridade policial, de forma cristalina apontam para a possibilidade de instauração do procedimento judicial, afim de se apurar, diante das provas colhidas em audiência pelo crivo do contraditório, a veracidade dos fatos, sendo que as demais questões alegadas na defesa dizem respeito apenas ao julgamento meritório, que deve esgotar na instrução processual, neste sentido: TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE E RESISTÊNCIA. Acusado que trazia consigo 10 embalagens plásticas contendo 19 gramas de maconha, ao ser abordado pela autoridade, ocasião em que opôs-se a prisão, ameaçando o policial de expulsá-lo da localidade por ser sobrinho do Prefeito. O horário em que a prisão foi efetuada, a quantidade da droga apreendida e sua forma de acondicionamento constituem elementos suficientes para a caracterização do crime de tráfico, sendo descabido o pleito de desclassificação para uso. Os depoimentos das testemunhas, inclusive as da defesa, atestam que o acusado reagiu à voz prisão, opondo-se à execução do ato legal. Sentença mantida. Desprovimento do recurso. (Apelação n. 2003.050.00193 4ª Câmara Criminal do TJRJ, Rel. Desa. NILZA BITAR) Isso posto, recebo a dando o acusado Walisson dos Santos Lima como incurso nos delitos que lhe foram imputados, pois obedeceu a peça inicial os requisitos legais dos art. 41 do CPP, onde foi narrado o fato supostamente delituoso e suas circunstâncias, a qualificação do acusado e a classificação do crime. Paute-se dia para audiência de instrução e julgamento. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 2 de setembro de 2021. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 4 3 4 3 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 31/08/2021---FISCAL DA LEI:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:VANDERLI PEREIRA DE ARAUJO Representante(s): OAB 7437 - JOAO PAULO DOS SANTOS SILVA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. DECISÃO 1. Intime-se advogado do réu para apresentar a resposta a acusação, em 15 dias. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 31 de agosto de 2021. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 0 2 9 2 2 2 0 1 4 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/05/2021---VITIMA:A. C. O. E. REU:SILVANILSON COELHO BARBOSA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Processo n. 0005670-17.2013.8.14.0125 DECISÃO 1.Nada mais havendo, arquive-se. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÂO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 21 de maio de 2021. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia

P R O C E S S O : 0 0 0 5 6 7 0 1 7 2 0 1 3 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Ação Penal

- Procedimento Ordinário em: 21/05/2021---VITIMA:A. C. O. E. REU:WILLIAN LUCENA RODRIGUES Representante(s): OAB 19839 - LETICIA DA COSTA BARROS (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Processo n. 0005670-17.2013.8.14.0125 DECISÃO 1.Nada mais havendo, arquive-se. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÂO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 21 de maio de 2021. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 4 4 9 4 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/07/2021---FISCAL DA LEI:MINISTERIIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:LUCAS OLIVEIRA DE SOUSA Representante(s): OAB 5.061 - EMITERIO RODRIGUES DA ROCHA NETO (ADVOGADO) VITIMA:O. E. ATO ORDINATÓRIO De Ordem da Excelentíssima Juíza de Direito respondendo por esta Comarca de São Geraldo do Araguaia a Dra. Andrea Aparecida de Almeida Lopes e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI. Fica a audiência DE INSTRUÇÃO, DESIGNADA para o dia 16/02/2022 às 11:00 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada. E para evitar aglomeração, as partes e testemunhas deveram comparecer com antecedências de apenas 15 minutos antes da audiência, sendo obrigatório o uso de máscara. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 21 de julho de 2021. Euziane Pereira da Silva Auxiliar Judicial.

COMARCA DE ITUPIRANGA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ITUPIRANGA

Processo nº: 0002143-61.2016.8.14.0025

ADVOGADO: ZACARIAS JUNIOR RODRIGUES DA SILVA OAB/PA 6762

ADVOGADO: EUCLIDES CUNHA RAMALHO OAB/PA 28947

EXEQUENTE: WALTEIR ALVES NOGUEIRA

EXECUTADO: NEIRINALVA PEREIRA DAMACENO

DESPACHO

Considerando o valor bloqueado, consoante se depreende do documento acostado à fl. 47 dos autos, DETERMINO:

1. INTIME-SE a parte exequente acerca do ativo bloqueado, tendo em vista ser inferior ao montante do débito, para manifestar-se no que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

2. Transcorrido o lapso temporal, independentemente de manifestação, CERTIFIQUE-SE e retornem os autos conclusos.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 04 de novembro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

Termo de Audiência

PROCESSO: 0000489-15.2011.8.14.0025

ADVOGADO: ANTONIO MARRUAZ DA SILVA OAB/PA 8016

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO

RÉU: ANTÔNIO CONCEIÇÃO DA SILVA, JOILSON FIGUEIREDO DA SILVA

DATA: 21.09.2021 HORÁRIO: 09:00

PRESENTES: A Exma. Sra. Dra. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA, Juíza de Direito,

respondendo por esta Comarca de Itupiranga/PA, com ela o Escrevente/Judiciário, do seu cargo, que ao final subscreve; o Doutor Promotor de Justiça, Josiel Gomes da Silva.

AUSENTES: As testemunhas de acusação Mario Lira Lima, Cecílio Lacerda Lima, IPC Alvaro Afonso Lobato Martins, a testemunha de defesa Zaqueu dos Santos Rodrigues.

OCORRÊNCIAS:

1- Aberta audiência audiência restou prejudicada ante ausência das testemunhas.

DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: VISTAS ao MP para se manifestar acerca das testemunhas Mario Lira Lima, Cecílio Lacerda Lima, IPC Álvaro Afonso Lobato Martins. Após VISTAS a defesa dos réus para se manifestar acerca da certidão de fls135.

Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, (Gelmo Alves Ferreira), Auxiliar Judiciário, digitei.

MM. Juiz de Direito ¿Dra. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Promotor de Justiça ¿Dr. Josiel Gomes da Silva

PROCESSO: 0000460-38.2006.814.0025

RÉU: RICARDO GUIMARÃES QUEIROZ E OUTROS

RÉU: GERALDO FERREIRA NUNES

RÉU: MANOEL PEREIRA MORAES

ADVOGADO: ANTONIO QUARESMA DE SOUZA FILHO OAB/PA 8063-A

ADVOGADA: LESLIE FERNANDES F. FRONCHETTI OAB/PA 6491-B

PROCURADORA: ELOISA HELENA MACHADO

PROCURADORA: ANDRÉA ALBERTINASE

SENTENÇA

Vistos os autos.

Trata-se de Ação Penal instaurada em face Geraldo Ferreira Nunes, Ricardo Guimarães de Queiroz e Manoel Pereira Moraes, acusado da prática do delito tipificado no artigo 203, caput e § 1º, inc. I; art. 149; art. 297, § 4º e art. 337, III, todos c/c o art. 69, do CP.

Considerando que desde o recebimento da denúncia já se passaram mais de 12 (dose) anos sem que tenha havido nenhuma causa de suspensão, interrupção ou impedimento da prescrição e, de lá para cá, transcorreram mais de dose anos, é certo que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva.

Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Geraldo Ferreira Nunes, Ricardo Guimarães de Queiroz e Manoel Pereira Moraes com relação ao crime noticiado nos autos, em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva do Estado, com fulcro nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c/c artigo 109, incisos VI, todos do Código Penal.

Ciência ao Ministério Público.

Por se tratar de sentença de extinção da punibilidade, dispensa-se a intimação pessoal do denunciado (Enunciado 105/FONAJE).

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 07 de outubro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

Processo nº: 0000342-08.2019.8.14.0025

ADVOGADO: EUCLIDES CUNHA RAMALHO OAB/PA 28.947

SENTENÇA

Vistos os autos.

Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado em face de ANDRÉ MONTEIRO e MARCOS ALMEIDA LIMA, acusados pela prática do crime tipificado no artigo 28, caput, da Lei 11.343/06.

Depreende-se que em razão do transcurso da data do fato até presente momento, ter ocorrido a prescrição nos termos do art. 30, da Lei 11.343/06, mais de 02 (dois) anos.

Considerando que não fora oferecido denúncia, bem como que não houve causa de

suspensão, interrupção ou impedimento da prescrição e, de lá para cá, transcorreram mais de dois anos, é certo que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva.

Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ANDRÉ MONTEIRO e MARCOS ALMEIDA LIMA com relação ao crime noticiado nos autos, em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva do Estado, com fulcro no artigo 30, da Lei 11.343/2006.

Ciência ao Ministério Público.

Por se tratar de sentença de extinção da punibilidade, dispensa-se a intimação pessoal do denunciado (Enunciado 105/FONAJE).

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 07 de outubro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

Processo: 0003682-62.2016.8.14.0025

ADVOGADA: CÂNDIDA HELENA DA ROCHA VASCONCELOS OAB/PA 18.799

PROCURADOR: ANDRÉ BRITO MAFRA

SENTENÇA

Vistos os autos.

Trata-se de ação reivindicatória de aposentadoria por idade ajuizada por MARIA ANTONIA ANDRADE MARTINS em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

O feito foi sentenciado às fls. 94/96.

Decisão à fl. 99, determinando a implantação imediata do benefício, sob pena de multa diária.

Certidão de trânsito em julgado da sentença à fl. 105.

O exequente requereu o cumprimento da sentença (fls. 108/111) e a autarquia previdenciária, por conseguinte, não manifestou oposição ao pleito (fl. 122).

Petição às fls. 118/120, na qual a parte exequente promoveu a atualização da dívida, bem como inseriu no cálculo o valor referente aos honorários advocatícios a que fora condenada a executada.

Vieram-me os autos conclusos.

É o breve relatório. Decido.

In casu, constata-se que a executada concordou expressamente com os cálculos apresentados pela parte exequente, não se opondo ao pagamento dos valores conforme petição acostada à fl. 122.

Oportunamente, impende sublinhar que posteriormente à remessa dos autos pela autarquia previdenciária a este juízo, a exequente apresentou nova planilha de cálculos.

Não obstante, considerando que no referido documento consta tão somente a atualização do débito, bem como os honorários advocatícios fixados na sentença prolatada nos autos, entendo desnecessária nova intimação da parte executada.

Diante do exposto, HOMOLOGO OS CÁLCULOS apresentados pela exequente às fls. 119/220, razão pela qual, DECLARO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924, II, do CPC/2015.

Por ser a Fazenda Pública isenta de custas, ex vi do art. 40, da Lei Estadual nº. 8.328/2015, deixo de condená-la ao seu pagamento.

P.R.I.C.

Transcorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado da presente sentença.

Após, providencie-se o necessário para expedição de RPV em favor da exequente referente ao valor da condenação, bem como em favor de sua patrona relativamente aos honorários advocatícios, requisitando o pagamento no prazo de dois meses, nos termos do inciso II do § 3º do art. 535 do CPC.

Cumpridas as demais providências legais, arquive-se, realizando-se as baixas necessárias.

A presente serve como MANDADO/OFÍCIO.

Itupiranga/PA, 08 de outubro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Itupiranga

PROCESSO nº. 0000237-12.2011.8.14.0025

ADVOGADO: DEFENSOR PUBLICO ESTADUAL

REQUERENTE: JOÃO PEREIRA BARROS

Endereço: Rua Santo Antonio, 438, Itupiranga/PA

REQUERIDO: CLEITON FERREIRA LIMA

Endereço: Travessa Bom Jesus, 509, Bairro Novo, Itupiranga/PA ou Avenida 14 de Julho ¿ Distribuidora de Bebidas Tocantins, Itupiranga/PA

REQUERIDO: ANTONIO ALVES SOBRINHO

Endereço: Avenida 14 de Julho ¿ Distribuidora de Bebidas Tocantins, Itupiranga/PA

SENTENÇA

Vistos os autos.

1. RELATÓRIO

JOÃO PEREIRA BARROS promoveu a presente ação de reparação de danos fundada em acidente de trânsito em face CLEITON FERREIRA LIMA e ANTONIO ALVES SOBRINHO, alegando, em síntese, que no dia 08/11/2010, por volta das 11h, em frente à feirinha, quando iria subir em sua bicicleta foi atropelado pelo primeiro requerido, que pilotava uma motocicleta Honda CG125, Placa JVO-7133, de propriedade do segundo requerido.

Aduz, ainda, que o primeiro requerido vinha pilotando a motocicleta de forma imprudente e em alta velocidade, lhe atingido por trás de forma grave, que lhe causou fratura em sua perna esquerda e lesão em sua cabeça.

Por fim, alega que em razão do acidente tem passado por dissabores permanentes; teve e tem

tido despesas médicas constantes, além de ter dito reduzida sua capacidade laboral.

Requereu a procedência da ação para que os requeridos sejam condenados a reparar os danos sofridos.

Com a inicial juntou documentos (fls. 07/27).

À fl. 28 dos autos, a inicial foi recebida e deferido os benefícios da justiça gratuita.

Os requeridos foram devidamente citados (fl. 29), entretanto não apresentaram contestação, tendo sido decretada a revelia dos mesmos (fl. 39).

Intimada para especificar as provas que ainda pretende produzir, a parte autora manifestouse à fl. 40 dos autos.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

Não havendo vícios, nulidades, nem mais preliminares a serem analisadas, passo ao mérito.

Trata-se de pedido condenatório ao pagamento de indenização decorrente de acidente de trânsito.

No caso dos autos, restou incontroverso a ocorrência do acidente em via pública, bem como as lesões sofridas pela parte autora. A discussão pende sobre a responsabilidade pelo evento e o dever de indenizar.

O requerente imputa a culpa pelo acidente ao primeiro requerido, motorista do segundo requerido. Por sua vez, os requeridos não apresentaram defesa, tendo sido decretado a revelia dos mesmos.

A indenização pretendida nestes autos decorre da responsabilidade civil extracontratual, originária não de contrato entre as partes, mas pela prática de um ato ilícito, cuja recomposição dos danos suportados encontra amparo no artigo 186 do Código Civil. Diz o dispositivo que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar prejuízo a outrem comete ato ilícito. Logo, conclui-se que a responsabilidade civil assenta-se em alguns pressupostos, que podem ser definidos como: a

ação ou omissão do agente; o dolo e a culpa; a relação de causalidade e o dano experimentado pela vítima. Para que possa ser compelido judicialmente à recomposição dos prejuízos sustentados pelo requerente é mister que fique satisfatoriamente demonstrada a culpa dos corréus.

No mesmo sentido, tem-se que a responsabilidade dos motoristas de trânsito pelos acidentes de veículos é, em regra, subjetiva, fazendo-se necessário, para sua configuração, a demonstração não apenas do fato, do dano e do nexo causal, mas também da culpa, ou seja, do descumprimento de um dever jurídico geral de cuidado por parte do causador do acidente. Apenas se comprovada a culpa com relação ao motorista do veículo, a responsabilidade do empregador ou comitente é solidária e objetiva, a teor do disposto nos artigos 932, inc. III e 933 do Código Civil. Nesse sentido, dentre diversos outros: TJSP. Apelação nº 0001387-72.2008.8.26.0486. Rel. Antonio Nascimento, 26ª Câmara de Direito Privado, J. 22/05/2013.

No caso dos autos, os fatos e os danos suportados pelo requerente foram bem demonstrados. Da análise das provas produzidas, vislumbro que restou cabalmente demonstrada que o fato efetivamente se deu por culpa do primeiro requerido, que atingiu do trás o autor.

Da leitura da descrição do ocorrido, denota-se que o acidente em questão decorreu por culpa do primeiro requerido, motorista do segundo

requerido, por não observar as normas de segurança estipulada no Código Brasileiro de Trânsito, em seus artigos 28 e 29, II, senão vejamos:

Art. 28. O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.

Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas: (...) II - o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições

climáticas. (...).

Não bastasse a distância frontal mencionada, estabelece o artigo 29, §2º, também do CTB, que Respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas neste artigo, em ordem decrescente, os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres., emergindo ao condutor do caminhão o dever de cuidado pela segurança dos veículos menores, dentro os quais se encaixa o automóvel do autor.

Nesse ponto, para se evitar a responsabilização civil, competia os requeridos comprovar a existência de outra causa eficiente do sinistro a suprimir a sua responsabilidade, o que não restou demonstrado nos autos.

Dessa forma, de rigor o reconhecimento da responsabilidade dos requeridos pelo acidente causado, cabendo a eles arcar com os danos causados.

É imperioso destacar a responsabilidade do proprietário do veículo decorre do seu dever de guarda, de diligência e de cuidado, havendo presunção de sua responsabilidade quando entrega o veículo a terceira pessoa, como ocorrido no caso em tela.

Assim, comprovada a culpa do primeiro requerido (condutor da motocicleta) pela ocorrência do acidente de trânsito, de rigor também a responsabilização do proprietário do veículo em reparar os danos sofridos pelo autor.

Resta, assim, apenas aferir quais danos restaram efetivamente comprovados.

No tocante aos danos materiais, pretende o autor o ressarcimento pelas despesas médicas e hospitalares que teve, além de indenização pela redução de sua capacidade laborativa.

Em que pesa a parte autora ter juntados aos autos diversos receituários médicos, não comprovou aquisição dos mesmos, bem como o valor que

desembolso pelos mesmos. Ademais, observo pelos documentos juntados aos autos que o autor foi atendido pela rede municipal de saúde.

Outrossim, não restou demonstrado que o autor realizou procedimento cirúrgico em rede

particular.

Em relação a perda da capacidade laborativa, não consta nos autos laudo médico atestando tal incapacidade, bem como o percentual. Além disso, não restou provado que o autor exercia atividade renumerada.

Assim, o autor não obteve êxito em demonstrar os danos matérias suportados em decorrência do acidente de trânsito em questão.

No que tange ao dano moral reclamado pelo demandante, mostra-se configurado in re ipsa no caso dos autos. Não se dúvidas da ocorrência desse desfalque como decorrência lógica do sentimento profundo de dor, tristeza e desamparo, advindos do acidente.

No que se refere ao quantum debeatur, nos termos do caput do artigo 944 do Código Civil:

A indenização mede-se pela extensão. Como se sabe o dano moral deve ser sempre sedimentado em uma duplicidade de caráter, ou seja, compensação e punição. Compensação para minimizar o sofrimento da vítima, e punição para desmotivar o causador do dano a reincidir na sua prática.

Não é tarefa das mais fáceis quantificar o dano moral, principalmente em casos como o presente, contudo, reconheço que a quantia pleiteada na inicial é excessiva. Considerando-se as particularidades do caso concreto e levando em consideração ao abalo moral experimentado pelo autor, em atendendo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade e evitando-se a insignificância da indenização, assim como o enriquecimento sem causa do ofendido, entendo que a quantia de R$ 8.000,00 (oito mil reais) seja justa para o caso em apreço.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais, para CONDENAR os requeridos a pagar, de forma solidária, em favor do requerente a título de indenização pelos danos morais, a importância de R$ 8.000,00 (oito mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir desta data

(Súmula 362 do STJ) e com juros de mora de 1% ao mês, desse a data do sinistro (08/11/2010) até o efetivo pagamento (Súmula 54 do STJ e art. 398 do Código Civil).

Em face da sucumbência recíproca, condeno autor e réus ao pagamento das custas e despesas processuais porventura existentes na proporção de 50% para cada. Condeno, ainda, os requeridos a arcarem com o pagamento de honorários em favor do procurador da parte autora, que

arbitro em 10% sobre o valor da condenação, com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e formalidades de estilo.

P.R.I.

Serve a presente, por cópia digitalizada, como MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA.

Itupiranga/PA, 07 de agosto de 2020.

Caio Marco Berardo

Juiz de Direito

PROCESSO: 0004072-03.2014.8.14.0025

REQUERENTE: NEUZIVANE DA SILVA BEZERRA

ADVOGADO: DEFENSOR PUBLICO ESTADUAL

SENTENÇA

Vistos os autos.

Trata-se de ação de alvará judicial proposta por NEUZIVANE DA SILVA BEZERRA, pretendendo o levantamento do saldo existente em conta vinculada de FGTS do falecido FRANCISCO FERREIRA DE BRITO SOUZA existente junto à Caixa Econômica Federal.

Narra a autora que conviveu em união estável com o de cujus, a qual foi devidamente foi reconhecida judicialmente.

Alega que FRANCISCO FERREIRA DE BRITO SOUZA veio a óbito em 05/05/2012, não deixando bens a inventariar.

Relata por fim, que durante a união tiveram 4 (quatro) filhos em comum.

Juntou documentos hábeis à propositura da ação (fls. 05/16).

Despacho determinando a expedição de ofício ao INSS, a fim de que preste informações quanto aos dependentes habilitados em nome do falecido em seus registros, bem como à Caixa Econômica Federal, para que forneça extrato atualizado do FGTS em nome do de cujus (fl. 18).

Ofício expedido pelo INSS à fl. 23, informando os dependentes habilitados em nome do falecido.

À fl. 34, a Caixa Econômica Federal informou a existência de valores em conta vinculada de FGTS em nome do de cujus.

Instado a se manifestar, o RMP requereu que os demais herdeiros do falecido também figurem no polo ativo da demanda (fls. 36/37).

À fls. 43/48, CLAYFSON BEZERRA DE SOUZA, ELRYUANYA BEZERRA DE SOUZA, MAYSA BEZERRA DE SOUZA e MIRIAN BEZERRA DE SOUZA, pleitearam sua habilitação nos autos, eis que ostentam a condição de filhos do falecido. Ademais, requerem, de comum acordo, que suas cotas partes sejam inteiramente destinadas à sua genitora, Sra. NEUZIVANE DA SILVA BEZERRA, coautora da presente demanda.

À fl. 59-v, o RMP opinou pelo deferimento do pleito autoral.

É o relatório. DECIDO.

Inicialmente, defiro a inclusão de CLAYFSON BEZERRA DE SOUZA, ELRYUANYA BEZERRA DE SOUZA, MAYSA BEZERRA DE SOUZA e MIRIAN BEZERRA DE SOUZA no polo ativo, uma vez que são herdeiros do falecido, conforme documentos comprobatórios acostados ao presente feito.

In casu, constato que estão aparentemente satisfeitos os requisitos da lei 6.858/80.

Da análise dos autos, verifica-se os valores existentes na conta vinculada de FGTS de

titularidade de FRANCISCO FERREIRA DE BRITO SOUZA encontram-se devidamente discriminados (fl. 34).

Neste sentido, estando os autores devidamente habilitados (fl. 23), eis que ostentam a condição de companheira e filhos do falecido, o deferimento da expedição do competente alvará é medida que se impõe.

Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de alvará requerido por NEUZIVANE DA SILVA BEZERRA, CLAYFSON BEZERRA DE SOUZA, ELRYUANYA BEZERRA DE SOUZA, MAYSA BEZERRA DE SOUZA e MIRIAN BEZERRA DE SOUZA, nos termos do artigo 487, I do CPC.

Por conseguinte, considerando que os filhos maiores do falecido requereram que suas cotas partes sejam destinadas à sua genitora (fl. 43), AUTORIZO a Sra. NEUZIVANE DA SILVA BEZERRA, a levantar o equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor existente junto à conta vinculada de FGTS, PIS nº 121.14718.22-2, de titularidade de FRANCISCO FERREIRA DE BRITO SOUZA, filho de CIRILO FERREIRA DE SOUZA e ALEXANDRINA FERREIRA DE BRITO SOUZA, portador do RG nº 6956239 e CPF nº 188.174.162-15.

Entretanto, em relação à menor MIRIAN BEZERRA DE SOUZA, a qual caberá 20% do saldo objeto do presente feito, DETERMINO que a quantia respectiva seja depositada em conta judicial, devendo lá permanecer até que a infante alcance a maioridade, cujo saque dependerá de prévia autorização judicial.

Condeno os requerentes ao pagamento das custas que, no entanto, ficam suspensas nos termos do §2º do artigo 98, do CPC, eis que defiro os benefícios da justiça gratuita.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Expeça-se o competente Alvará Judicial.

Após, certifique-se o trânsito em julgado, e arquive-se o feito, com as cautelas legais, procedendo-se as baixas necessárias.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 13 de outubro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Itupiranga

COMARCA DE PONTA DE PEDRAS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PONTA DE PEDRAS

RESENHA: 10/11/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE PONTA DE PEDRAS - VARA: VARA UNICA DE PONTA DE PEDRAS PROCESSO: 00007193520118140042 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEIR SALVIANO DA COSTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/11/2021 EXECUTADO:PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA DE PEDRAS EXEQUENTE:NOEMIA MARTINS DE ANDRADE EXEQUENTE:JACIRENE SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB 15010 - NOEMIA MARTINS DE ANDRADE (ADVOGADO) . Processo: 0000719-35.2011.8.14.0042 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a petiÃ§Ã£o de fls. 225-226. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Serve o presente despacho como mandado de intimaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ponta de Pedras/PA, 27 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â VALDEIR SALVIANO DA COSTA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito

COMARCA DE NOVO REPARTIMENTO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVO REPARTIMENTO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
Prazo: 3 vezes em intervalo de 10 dias
O Excelentíssimo Doutor JULIANO MIZUMA ANDRADE, MM. Juiz de Direito desta Comarca de Novo Repartimento, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc.
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele noticia tiverem, que por este Juízo e expediente da Secretaria Judicial desta Comarca, se processaram os termos legais da AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA COM PLEITO DE TERMO DE CURATELA PROVISÓRIA EM SEDE DE MEDIDA ANTECIPATÓRIA DE URGÊNCIA Processo nº 0009498-22.2016.8.14.0123, em que são partes: ELIANE TRINDADE SOUSA (requerente); FRANCISCA TRINDADE SOUSA(interditada), NEDINA TRINDADE DE SOUSA(requerida), JOÃO ALFREDO CAMILO DE SOUSA (requerido) na qual foi proferida Sentença que decretou a Interdição de FRANCISCA TRINDADE SOUSA e em consequência declarou-o absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil, nomeando como curador a Sra ELIANE TRINDADE SOUSA.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro, alegar ignorância, será o presente Edital publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume.
DADO E PASSADO nesta Comarca, em 09 de Novembro de 2021. Eu Iara Paulino dos Santos Auxiliar de Secretaria desta Comarca, conferi e subscrevo.
Juliano Mizuma Andrade
Juiz de Direito
CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei que, nesta data publiquei o presente edital nas
dependências este Fórum, no quadro de avisos.
O referido e verdade e dou fé.
Novo Repartimento, __/__/20__.
Juliano Mizuma Andrade
Juiz de Direito
NOVO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
Prazo: 3 vezes em intervalo de 10 dias
O Excelentíssimo Doutor JULIANO MIZUMA ANDRADE, MM. Juiz de Direito desta Comarca de Novo Repartimento, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc.
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele noticia tiverem, que por este Juízo e expediente da Secretaria Judicial desta Comarca, se processaram os termos legais da AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA Processo nº 0007690-11.2018.8.14.0123, em que são partes: MARIA RAIMUNDA BRITO LIMA (requerente); DANIEL DA SILV LIMA (interditando); DANIETE DA SILVA LIMA (requerida) na qual foi proferida Sentença que decretou a Interdição de DANIEL DA SILVA LIMA e em consequência declarou-o absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil, nomeando como curador a Sra DANIETE DA SILVA LIMA.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro, alegar ignorância, será o presente Edital publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume.
DADO E PASSADO nesta Comarca, em 08 de Novembro de 2021. Eu (Iara Paulino dos Santos) Auxiliar de Secretaria desta Comarca, conferi e subscrevo.
Juliano Mizuma Andrade

Juiz de Direito
CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei que, nesta data publiquei o presente edital nas
dependências este Fórum, no quadro de avisos.
O referido e verdade e dou fé.
Novo Repartimento, __/__/20__.
Juliano Mizuma Andrade
Juiz de Direito
NOVO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
O Excelentíssimo Doutor JULIANO MIZUMA ANDRADE, MM. Juiz de Direito desta Comarca de Novo Repartimento, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc.
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele noticia tiverem, que por este Juízo e expediente da Secretaria Judicial desta Comarca, se processaram os termos legais da AÇÃO DE INTERDIÇÃO COM PEDIDO DE CURATELA PROVISÓRIA, Processo nº 0001453-97.2014.8.14.0123, em que são partes: MARIA DE LOURDES NETO FERNANDES (requerente); MARIA LUZIMAR FERNANDES SOUZA (requerente); VERA LUCIA FERNANDES (interditada) na qual foi proferida Sentença que decretou a Interdição de VERA LUCIA FERNANDES e em consequência declarou-o absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil, nomeando como curadora a Sra MARIA LUZIMAR FERNANDES SOUZA.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro, alegar ignorância, será o presente Edital publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume.
DADO E PASSADO nesta Comarca, em 08 de Novembro de 2021. Eu (Iara Paulino dos Santos) Auxiliar de Secretaria desta Comarca, conferi e subscrevo.
Juliano Mizuma Andrade
Juiz de Direito
CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei que, nesta data publiquei o presente edital nas
dependências este Fórum, no quadro de avisos.
O referido e verdade e dou fé.
Novo Repartimento, __/__/20__.
Juliano Mizuma Andrade
Juiz de Direito
NOVO

RESENHA: 04/11/2021 A 04/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO - VARA: VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO PROCESSO: 00001467920128140123 PROCESSO ANTIGO: 201210000878 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FRANCISCA SILVA SOUSA A??o: Cumprimento de sentença em: 04/11/2021 REQUERENTE:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S/A - REDE CELPA Representante(s): OAB 10325 - ALEXANDRE GOMES PAIVA (ADVOGADO) OAB 20102-A - LUCILEIDE GALVAO LEONARDO PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 20103-A - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO) REQUERIDO:SUED DA SILVA SANTOS. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento Ã s atribuiÃ§Ãµes previstas no Provimento nÂº 006/2009 da CJCI, fica intimada a parte requerente por meio de seu advogado, para, que promova o pagamento das custas Finais no prazo de 15 (quinze) dias, Boleto encontra-se anexo nos autos. Novo Repartimento-PA, 04 de novembro de 2021. Francisca Silva Sousa Auxiliar JudiciÃ¡rio Comarca de Novo Repartimento PROCESSO: 00004510520088140123 PROCESSO ANTIGO: 200810004420 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Ação Civil Coletiva em: 04/11/2021 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO ESTADO DO PARA REQUERIDO:JUVENAL

PEREIRA LIMA Representante(s): OAB 12910-B - ERIVALDO ALVES FEITOSA (ADVOGADO) . Processo nÂº: 0000451-05.2008.8.14.0123 DESPACHO - Folhas 80, Defiro. - ExpeÃ§a-se o alvarÃ¡ conforme solicitado pelo RMP. - ApÃ³s a apresentaÃ§Ã£o da prestaÃ§Ã£o das contas dÃª-se nova vista ao RMP. Novo Repartimento/PA, 04 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00009050920138140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento de Conhecimento em: 04/11/2021 REQUERENTE:J. S. S. REQUERENTE:K. S. S. REPRESENTANTE:KATIANE SANTOS DE SOUZA Representante(s): OAB 12910-B - ERIVALDO ALVES FEITOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:DISTRIBUIDORA TOCANTINS LTDA Representante(s): OAB 8971 - HAROLDO WILSON GAIA PARA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0000905-09.2013.8.14.0123 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, mantenho a sentenÃ§a recorrida por seus prÃ³prios e jurÃ-dicos fundamentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo tempestivo, eis que apresentado no prazo legal, e adequado Ã espÃ©cie, RECEBO o recurso de apelaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que jÃ¡ consta nos autos contrarrazÃµes da apelaÃ§Ã£o (fls. 204/212), remetam-se ao TJPA na forma do art.1.010, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Novo Repartimento-PA, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â JULIANO MIZUMA ANDRADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00011303420108140123 PROCESSO ANTIGO: 20101000799 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Execução Fiscal em: 04/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL (ADVOGADO) EXECUTADO:MADEIREIRA PANPER LTDA. PROCESSO: 0001130-34.2010.8.14.0123 DESPACHO I - Considerando a manifestaÃ§Ã£o da exequente Ã s fls. 56 arquive-se provisoriamente os autos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme o art. 921, Â§2Âº e Â§4Âº do CPC/art. 40, Â§2Âº da Lei nÂº 6.830/80. Novo Repartimento/PA, 04 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00016213120168140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Averiguação de Paternidade em: 04/11/2021 REQUERENTE:D. L. L. S. REPRESENTANTE:A. L. S. Representante(s): OAB 29695 - FERNANDO LEITE AGUIAR (ADVOGADO) . DESPACHO 0001621-31.2016.8.14.0123 - Ao MinistÃ©rio PÃºblico para parecer. - ApÃ³s, conclusos. Novo Repartimento-PA, 04 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00017671420128140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021 AUTOR:A JUSTICA PUBLICA DENUNCIADO:MARCELO PEREIRA PESSANHA DENUNCIADO:CLEITON ARCANJO PEREIRA Representante(s): OAB 12910-B - ERIVALDO ALVES FEITOSA (ADVOGADO) VITIMA:R. N. C. O. VITIMA:I. E. A. D. Representante(s): OAB 16567 - EZEQUIAS MENDES MACIEL (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Processo nÂº: 0001767-14.2012.8.14.0123 DESPACHO - Folhas 368, Defiro. - ExpeÃ§a-se o alvarÃ¡ conforme solicitado pelo RMP. - ApÃ³s a apresentaÃ§Ã£o da prestaÃ§Ã£o das contas dÃª-se nova vista ao RMP. Novo Repartimento/PA, 04 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00028067020178140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 04/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRASIL SA Representante(s): OAB 15.201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO BERNARDINO DA SILVA. PROCESSO: 0002806-70.2017.8.14.0123 DESPACHO I - Cumpra-se a decisÃ£o de fls. 39/40. Novo Repartimento/PA, 04 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00029697920198140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 REQUERENTE:RENATO OLIVEIRA DE ARRUDA Representante(s): OAB 22154 - ENEILDE SOUZA BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE NOVO REPARTIMENTO. PROCESSO: 0002969-79.2019.8.14.0123 SENTENÃA Vistos. VÃª-se nas fls. 71/72 que as partes firmaram acordo. Desta forma, tratando-se de direitos disponÃ-veis, a lei confere aos litigantes plenos poderes para sobre eles transigirem, da forma que melhor lhes convir, o que pode ser realizado de forma inclusive distinta do que fora determinado inicialmente em sentenÃ§a. O atual CÃ³digo de Processo Civil concede ampla autonomia Ã s partes para a composiÃ§Ã£o dos seus prÃ³prios interesses, e sobre esse ponto convÃ©m trazer a lume as liÃ§Ãµes de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery: Â¿Tentativa de conciliaÃ§Ã£o. Termo final. NÃ£o hÃ¡ termo final para a tentativa de conciliaÃ§Ã£o pelo juiz, pois mesmo depois de proferida a sentenÃ§a, sendo vedado ao magistrado alterÃ¡-la (CPC 463), as partes podem chegar Ã composiÃ§Ã£o amigÃ¡vel de natureza atÃ© diversa da que fora estabelecida na sentenÃ§a. O tÃ©rmino da demanda judicial Ã© sempre interessante e deve ser buscado sempre que possÃ-vel." Vale lembrar ainda que o art. 493 do CPC determina que o Juiz leve em

consideraÃ§Ã£o algum fato que venha a ocorrer apÃ³s a propositura da aÃ§Ã£o desde que este possa influir no julgamento do mÃ©rito, adotando como tal aquele que advÃ©m de fato constitutivo, modificativo ou extintivo da situaÃ§Ã£o substancial alegada em juÃ-zo posterior Ã propositura da aÃ§Ã£o. Destarte, atendidos os pressupostos necessÃ¡rios para homologar-se o acordo, quais sejam, capacidade e a representaÃ§Ã£o processual das partes, regularidade dos poderes conferidos aos patronos e, disponibilidade do direito em lide, nÃ£o hÃ¡ Ã³bice para nÃ£o homologaÃ§Ã£o do acordo constante nas fls. 71/72. Ante o exposto HOMOLOGO, por sentenÃ§a, para que tenha eficÃ¡cia de tÃ-tulo executivo judicial, o acordo a que chegaram as partes, nos termos da ResoluÃ§Ã£o 125/2010 do CNJ, e dos artigos 515, inciso II, e 487, inciso III, alÃ-nea Â¿bÂ¿, ambos do CÃ³digo de Processo Civil, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Sem custas ante o benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita (art. 40, IV da Lei Estadual 8.328/2015). Autorizo, desde jÃ¡, a substituiÃ§Ã£o das peÃ§as processuais por cÃ³pias, desde que as partes desejem retirÃ¡-la dos autos. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Publique-se. Registre-se. Intime-se a parte autora via DJe e parte rÃ© por Oficial de JustiÃ§a. ApÃ³s, arquive os autos, observadas as cautelas de praxe. CUMPRA-SE, SERVINDO A PRESENTE, POR CÃPIA, COMO MANDADO DE CITAÃÃO/INTIMAÃÃO E OFÃCIO (PROV. 003/2009 Â¿ CJCI). Novo Repartimento/PA, 04 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00065503920188140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 04/11/2021 DENUNCIADO:RENATO REIS MENDONCA Representante(s): OAB 25926-A - CÂNDIDO LIMA JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA:A. C. E. Representante(s): MINISTERIO PUBLICO (REP LEGAL) VITIMA:M. C. S. . DESPACHO 0006550-39.2018.8.14.0123 I - Defiro o requerimento do ÃrgÃ£o Ministerial de fls. 169/172, tendo em vista ser imperativo o conhecimento pelos jurados da prova testemunhal em espÃ©cie, nos termos do art. 473 e seguintes do CPP. a) Intime-se e expeÃ§a-se o necessÃ¡rio para oitiva das testemunhas da acusaÃ§Ã£o Sra. ELANE NASCIMENTO SILVA e Sr. FRANCISCO PEREIRA LIMA (Chico da RÃ¡dio fls. 130/131) no plenÃ¡rio do JÃºri com auxÃ-lio da plataforma TEAMS, na oportunidade deverÃ¡ a secretaria entrar em contato com a testemunha Sra. Elane por meio do contato telefÃ´nico 94 99245-3653, na ocasiÃ£o da intimaÃ§Ã£o deverÃ¡ o meirinho certificar a possibilidade das testemunhas utilizarem aparelho eletrÃ´nico prÃ³prio para realizaÃ§Ã£o do ato (v.g., celular, notebook, etc). b) TODAS AS PARTES E ADVOGADOS QUE IRÃO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA DEVEM INFORMAR E-MAIL E CONTATO TELEFÃNICO COM CÃDIGO DE ÃREA, no prazo de atÃ© 2 (dois) dias antes da realizaÃ§Ã£o do ato. As partes receberÃ£o nos e-mails indicados, convite com link para acessarem a sala de audiÃªncias virtual (VERIFICAR CAIXA DE SPAM/LIXO ELETRONICO). b.1) A parte que informar a impossibilidade de participar da audiÃªncia, que se darÃ¡ por meio eletrÃ´nico, deverÃ¡ comprovar nos autos indisponibilidade do serviÃ§o de internet na data do ato. c) Ressalte-se, desde logo, que todas as audiÃªncias serÃ£o realizadas dentro do ambiente Microsoft Teams. d) Para melhor qualidade na conexÃ£o e transmissÃ£o, os participantes devem efetuar o download e instalaÃ§Ã£o do programa/aplicativo: Computador: https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/download-app#desktopAppDownloadregion; Celular:Â https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/download-app#office-SmsEmail-ntsjwrn; e) Para maiores informaÃ§Ãµes sobre como participar do ato, acesse o GUIA PRÃTICO PARA AUDIÊNCIAS POR VIDEOCONFERÊNCIA no link (documento em PDF): http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=902890. f) As partes deverÃ£o estar portando documentos de identificaÃ§Ã£o com foto e seus CPFs para qualificaÃ§Ã£o no inÃ-cio da audiÃªncia por videoconferÃªncia e, caso estejam acompanhadas de advogados, estes deverÃ£o apresentar suas carteiras da OAB, RESSALTANDO QUE O ATO SERÃ GRAVADO - ÃUDIO E VÃDEO - NA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS, sendo imprescindÃ-vel ao regular prosseguimento do ato, o registro audiovisual de todos os presentes. g) Para qualquer informaÃ§Ã£o adicional, por favor, contatar a Vara atravÃ©s do e-mail: 1novorepartimento@tjpa.jus.br. h) CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa do rÃ©u. Novo Repartimento/PA, 04 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00074326420198140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Sumário em: 04/11/2021 REQUERENTE:PEDRO ROCHA DOS SANTOS Representante(s): OAB 20859 - MAYCON MIGUEL ALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG S A Representante(s): OAB 0313 - URBANO VITALINO ADVOGADOS (ADVOGADO) . DESPACHO I Â¿ Considerando a ausÃªncia de resposta, conforme certidÃ£o retro, REITERE-SE o ofÃ-cio em questÃ£o, fornecendo o mesmo prazo para resposta, mas advertindo que o descumprimento das determinaÃ§Ãµes acarretarÃ¡ em responsabilizaÃ§Ã£o pelo crime de desobediÃªncia (art. 330 do CÃ³digo Penal), a ser imputado Ã quele responsÃ¡vel por receber o ofÃ-cio, o qual serÃ¡ conduzido a DEPOL para instauraÃ§Ã£o do respectivo procedimento. Cumpra-se. Novo Repartimento/PA,04/11/2021 JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de

Direito PROCESSO: 00078812720168140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Sumário em: 04/11/2021 REQUERENTE:VILMA SILVEIRA PIRES Representante(s): OAB 12910-B - ERIVALDO ALVES FEITOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BARDESCO SA Representante(s): OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) . DESPACHO I Â¿ Considerando a ausÃªncia de resposta, conforme certidÃ£o retro, REITERE-SE o ofÃ-cio em questÃ£o, fornecendo o mesmo prazo para resposta, mas advertindo que o descumprimento das determinaÃ§Ãµes acarretarÃ¡ em responsabilizaÃ§Ã£o pelo crime de desobediÃªncia (art. 330 do CÃ³digo Penal), a ser imputado Ã quele responsÃ¡vel por receber o ofÃ-cio, o qual serÃ¡ conduzido a DEPOL para instauraÃ§Ã£o do respectivo procedimento. Cumpra-se. Novo Repartimento/PA,04/11/2021 JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO - VARA: VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO PROCESSO: 00032458620148140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Sumário em: 09/11/2021 REQUERENTE:SORTE SUA LOTERIAS LTDA ME Representante(s): OAB 16567 - EZEQUIAS MENDES MACIEL (ADVOGADO) REQUERIDO:MARCIO MACANHAN JUNIOR LOGISTICA EPP REQUERIDO:CONFEDERACAO NACIONAL DE DIRIGENTE LOGISTAS SPC BRASIL Representante(s): OAB 261061 - LEANDRO ALVARENGA MIRANDA (ADVOGADO) . Processo nÂº: 0003245-86.2014.8.14.0123 EXEQUENTE: SORTE SUA LOTERIAS LTDA ME DESPACHO I - Considerando o lapso temporal, bem como a Ãºltima movimentaÃ§Ã£o dos autos, intime-se a parte exequente, pessoalmente por Oficial de JustiÃ§a, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o, se manifeste quanto ao interesse no prosseguimento do feito e para que se manifeste pelo que entender de direito, tendo em vista a citaÃ§Ã£o do executado. II - Transcorrido o prazo com ou sem manifestaÃ§Ã£o, certifique-se e faÃ§am os autos conclusos. SERVE O PRESENTE DESPACHO POR CÃPIA DIGITADA COMO MANDADO DE CITAÃÃO / INTIMAÃÂ¿O / OFÃCIO NOS TERMOS DO PROVIMENTOS NÂº 002/2009 E 011/2009 CJRMB, CUJA AUTENTICIADADE PODERÃ SER VERIFICADA EM CONSULTA AO SÃTIO ELETRÃNICO Novo Repartimento/PA, 09 de novembro de 2021 JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00007106820068140123 PROCESSO ANTIGO: 200610000397 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: A. A. F. (. REQUERIDO: A. D. O. REPRESENTANTE: M. Z. A. F. Representante(s): OAB 12910-B - ERIVALDO ALVES FEITOSA (ADVOGADO) PROCESSO: 00095545020198140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Divórcio Litigioso em: REQUERENTE: M. M. B. Representante(s): OAB 25542 - BRENDA TAYNARA ABREU PIMENTEL (ADVOGADO) REQUERIDO: F. I. C. B.

ATO ORDINATÓRIO

requerente Centrais elétrica do Para

Advogado Lucileide Galvão Leonardo Pinheiro OAB 20102-A

requerido Sued Silva Santos

Em cumprimento às atribuições previstas no Provimento nº 006/2009 da CJCI, **fica intimada a parte requerente** por meio de seu advogado, para, que promova o pagamento das custas Finais no prazo de 15 (quinze) dias, Boleto encontra-se anexo nos autos.

Novo Repartimento-PA, 04 de novembro de 2021.

Francisca Silva Sousa

Auxiliar Judiciário

Comarca de Novo Repartimento

COMARCA DE RIO MARIA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE RIO MARIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Processo nº: 0007272-44.2017.8.14.0047.
Autos: MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA
Acusado: MARCELO OLIVEIRA SOUSA
Vítima: N. M. D.
O EXMO. SR. DR. EDIVALDO SALDANHA SOUSA, JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA DE RIO MARIA, ESTADO DO PARÁ, NA FORMA DA LEI, ETC....
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e respectiva Secretaria Judicial, tramitam os autos em epígrafe, e, em virtude de se encontrar o acusado: MARCELO OLIVEIRA SOUSA, brasileiro, convivente, natural de Rio Maria/PA, nascido em 01/10/1987, filho de Jose Carlos Sousa Gonçalves e Marinete Oliveira, atualmente em lugar incerto e não sabido, fica o mesmo, através deste, devidamente INTIMADO do teor da R. SENTENÇA, prolatada às fls. 30 dos autos, a seguir transcrita: Vistos, SENTENÇA
Trata-se de pedido de revogação das Medidas Protetivas intentado por N. M. D. em face de MARCELO OLIVEIRA SOUSA, pelo crime de ameaça, no âmbito doméstico, art. 147 do CPB c/c a Lei 11.340/06. As medidas foram deferidas (fls. 10/11). Posteriormente a autora foi intimada para manifestar seu interesse pela manutenção das medidas protetivas impostas em face do requerido (fl. 27). Instado a se manifestar, o Ministério Público manifestou-se pela revogação das medidas protetivas (fl. 29). É o relatório. DECIDO. As medidas protetivas são autônomas, no entanto, para a sua manutenção, deve restar demonstrada a sua necessidade e urgência. Ainda, é imprescindível que a vítima sinta medo ou pavor diante de gestos que prometem "mal injusto e grave". Extrai-se das provas trazidas aos autos que a requerente não tem medo e, tampouco, se sente ameaçada pelo requerido, ante sua ausência de manifestação pela manutenção das medidas protetivas após mais de 03 (três) anos do seu deferimento. Isto posto, EXTINGO AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO concedidas contra MARCELO OLIVEIRA SOUSA. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público. Sem outros requerimentos, arquive-se. Rio Maria, 16 de março de 2021. EDIVALDO SALDANHA SOUSA Juiz de Direito O presente edital foi expedido para que ninguém possa alegar ignorância no presente e no futuro, e será publicado na forma da lei e afixado nos lugares públicos de costume na sede desta Comarca. NADA MAIS. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Rio Maria, Estado do Pará, aos cinco dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e um (05/11/2021). Eu_____ (Neumara Sousa Alves), Estagiária, digitei, e a Diretora de Secretaria confere e subscreve na forma da lei.
ONI APARECIDA GOMES
Diretora de Secretaria
Matrícula 5136-5

COMARCA DE SOURE

GABINETE DA VARA ÚNICA DE SOURE

PROCESSO: 00001253320148140059 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021---REQUERENTE:CELI MARIA ALCANTARA DE DEUS Representante(s): OAB 3643 - SALVADOR FERREIRA DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a interposiÃ§Ã£o de recurso de apelaÃ§Ã£o cÃ-vel, intime-se a parte recorrida para contrarrazÃµes no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Com a resposta, encaminhem-se os autos ao E. TRF1 com nossos cumprimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Soure, 05 de novembro de 2021. Â Juiz ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO

PROCESSO: 00029565420148140059 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021---REQUERENTE:GLEICILENE SANTOS DIAS Representante(s): OAB 3643 - SALVADOR FERREIRA DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o pedido de fl. 59, proceda-se na forma solicitada. Â Â Â Â Â Â Â Â Soure, 04 de novembro de 2021. Â Juiz ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO

PROCESSO: 00023938420198140059 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ALESON CESAR MONTEIRO DA CRUZ VITIMA:M. N. G. . Denunciado: ALESSON CESAR MONTEIRO DA PAZ, residente e domiciliado 7Âª, Bairro Macaxeira, Soure-PA. DESPACHO Tendo em vista o crime em comento tem pena mÃ-nima igual ou inferior a 1 ano e, por isso, se adÃ©qua ao disposto no art. 89, da Lei 9.099/95, designo audiÃªncia de suspensÃ£o condicional do processo para o dia 25/02/2022, Ã s 10:00h, momento em que serÃ¡ oferecido ao autor a possibilidade de ter o processo suspenso ou ter o prosseguimento regular do processo. A referida audiÃªncia ocorrerÃ¡ na forma semipresencial, por videoconferÃªncia, a se realizar na plataforma Microsoft Teams, cujos participantes remotos deverÃ£o acessar o seguinte link de acesso, com no mÃ-nimo de 05 (cinco) minutos de antecedÃªncia: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Zjk3N2NiNjItMDVkOC00YjNmLTk0MWMtZTE0NzA5MjY1ZWQ0%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%221a663fd6-fcb8-40e3-b373-f31510b181dc%22%7d Na impossibilidade do participante nÃ£o conseguir participar do ato de forma remota, Ã© obrigatÃ³rio o comparecimento na sala de audiÃªncia deste FÃ³rum de Soure, para participar da audiÃªncia. Certifique-se a Secretaria da Vara a primariedade, antecedentes e se o autor jÃ¡ foi beneficiado anteriormente por transaÃ§Ã£o penal nos Ãºltimos 5 anos, acaso ainda nÃ£o tenha certificado. Cite-se e intimem-se o autor, o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defensoria PÃºblica. CÃ³pia desta servirÃ¡ como MANDADO, devendo todos os atos de comunicaÃ§Ã£o serem realizados, prioritariamente, de forma eletrÃ´nica. Cumpra-se Soure/PA, 09 de novembro de 2021. ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica de Soure

PROCESSO: 00037332920208140059 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GEOVANE HELENA SILVA DOS PASSOS VITIMA:G. C. S. A. . Denunciado: GEOVANE HELENA SILVA DOS PASSOS, residente e domiciliado 15Âª, entre as Travessas 20 e 21, Bairro Pacoval, Soure-PA. DESPACHO Tendo em vista o crime em comento tem pena mÃ-nima igual ou inferior a 1 ano e, por isso, se adÃ©qua ao disposto no art. 89, da Lei 9.099/95, designo audiÃªncia de suspensÃ£o condicional do processo para o dia 25/02/2022, Ã s 09:30h, momento em que

serÃ¡ oferecido ao autor a possibilidade de ter o processo suspenso ou ter o prosseguimento regular do processo. A referida audiÃªncia ocorrerÃ¡ na forma semipresencial, por videoconferÃªncia, a se realizar na plataforma Microsoft Teams, cujos participantes remotos deverÃ£o acessar o seguinte link de acesso, com no mÃ-nimo de 05 (cinco) minutos de antecedÃªncia: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YmIzMDgzYzQtYjNkNS00YTU5LTg2OTctNDVmZWQ4Mzk0MDI3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%221a663fd6-fcb8-40e3-b373-f31510b181dc%22%7d Na impossibilidade do participante nÃ£o conseguir participar do ato de forma remota, Ã© obrigatÃ³rio o comparecimento na sala de audiÃªncia deste FÃ³rum de Soure, para participar da audiÃªncia. Certifique-se a Secretaria da Vara a primariedade, antecedentes e se o autor jÃ¡ foi beneficiado anteriormente por transaÃ§Ã£o penal nos Ãºltimos 5 anos, acaso ainda nÃ£o tenha certificado. Cite-se e intimem-se o autor, o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defensoria PÃºblica. CÃ³pia desta servirÃ¡ como MANDADO, devendo todos os atos de comunicaÃ§Ã£o serem realizados, prioritariamente, de forma eletrÃ´nica. Cumpra-se Soure/PA, 09 de novembro de 2021. ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica de Soure

PROCESSO: 00083697220198140059 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Boletim de Ocorrência Circunstanciada em: 04/11/2021---MENOR INFRATOR:INGRID MAURICIO DE MAURICIO VITIMA:O. E. . DECISÃ¿O INTERLOCUTÃ¿RIA Â Â Â Â Â Vistos, Â Â Â Â Â Trata-se de inquÃ©rito policial instaurado para apurar agressÃµes corporais no contexto de violÃªncia domÃ©stica.
Â Â Â Â Â Remetidos os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, pugnou pelo arquivamento do presente inquÃ©rito por falta de indiciamento. Â Â Â Â Â Ã¿ o breve relato. Decido. Â Â Â Â Â A justa causa, representada pela prova da materialidade do delito e pelos indÃ-cios de autoria, constitui condiÃ§Ã£o essencial para o exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o na esfera penal. Sem ela, nÃ£o hÃ¡ como se iniciar o processo, por falta de substrato probatÃ³rio mÃ-nimo que embase a pretensÃ£o acusatÃ³ria. Â Â Â Â Â Com efeito, visa o inquÃ©rito policial apurar as infraÃ§Ãµes penais e sua autoria para formar o convencimento do MinistÃ©rio PÃºblico para oferecimento da aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Assim, constatado pelo representante do MinistÃ©rio PÃºblico, pelas informaÃ§Ãµes contidas no procedimento administrativo, de que nÃ£o hÃ¡ elementos para oferecer a denÃºncia, cabe ao Ã³rgÃ£o ministerial requerer o arquivamento das investigaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Por ser o MinistÃ©rio PÃºblico o titular da aÃ§Ã£o penal (CF/88, art. 129, inciso I), possui a prerrogativa de decidir se a aÃ§Ã£o penal deve ou nÃ£o ser oferecida, Ã luz dos elementos probatÃ³rios constantes nos autos, podendo, inclusive, requisitar diligÃªncias para elucidar os fatos. Â Â Â Â Â Dessa forma, em um processo penal que pretende ser acusatÃ³rio, entendo que em regra deverÃ¡ o magistrado apenas homologar o pedido de arquivamento do MP, resguardada a hipÃ³tese do art. 28 para situaÃ§Ãµes excepcionalÃ-ssimas, que nÃ£o Ã© o caso dos autos. Â Â Â Â Â Ante o exposto, homologo o requerimento do RMP e determino o imediato arquivamento do inquÃ©rito policial, com fundamento no art. 18, do CÃ³digo de Processo Penal e art. 129, inciso I, da ConstituiÃ§Ã£o Federal.
Â Â Â Â Â Comunique-se Ã autoridade policial acerca desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquivem-se
Â Â Â Â Â Em 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Juiz ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO

COMARCA DE PRIMAVERA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA

ATO ORDINATÓRIO/INTIMAÇÃO ¿ Processo nº 0001625-97.2019.8.14.0144. Requerente: HELENA MARIA ROSARIO PEREIRA. Requerido: BANCO BMG ITAU CONSIGNADO S.A. Advogado. NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO-OAB/RJ. 60.359. Eu, auxiliar judiciário abaixo descrito, lotada na secretaria judicial da comarca de Primavera e termo Judiciário de Quatipuru/PA, no uso de minhas atribuições legais, com fundamento no artigo 93, XVI, da Constituição Federal e no artigo 162, §4ºdo Código de Processo Civil, considerando que o presente caso se molda às hipóteses de atos de administração e/ou de mero expediente, sem caráter decisório, que admitem delegação pelo Magistrado, nos termos do disposto no art. 1º, §2º, inciso XV, do Provimento nº 006/2009, da CJCI. Em cumprimento a deliberação em audiência de fl. 85/86. Fica o BANCO BMG ITAU CONSIGNADO S.A. por seu advogado. NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO-OAB/RJ. 60.359, devidamente intimado, para apresentar alegações finais no prazo legal. Primavera/PA, 09/11/2021. Dilson Ferreira Maia ¿ Matrícula nº 14125, auxiliando e Secretaria a Vara Única da Comarca de Primavera/PA e Termo Judiciário de Quatipuru/PA, de ordem da Portaria nº 008/2021-GP.

PROCESSO N.: 0001112-32.2019.8.14.0144. Advogado: Dr. DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA-OAB/PA-12.614 (Requerente). Dra. LARISSA SENTO SÉ ROSSI-OAB/BA-16.330 (Requerido). PROCESSO N.: 0001112-32.2019.8.14.0144 **SENTENÇA I ¿ RELATÓRIO** Trata-se de AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO c/c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS ajuizada por AGOSTINHO NEVES DA SILVA em face de BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A., ambos devidamente qualificados nos autos. **IV ¿ DISPOSITIVO** Diante de todo o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDE**NTE o pedido autoral, extinguindo o processo, com resolução do mérito, à luz do art. 487, I, do CPC, para: **a) DECLARAR** a inexistência de relação contratual com o banco réu relativo ao contrato de empréstimo consignado e reserva de margem consignável n. 595729744 e, consequentemente, a nulidade do negócio jurídico; **b) CONDENAR** o banco demandado a restituir, em dobro, todos os valores que houver indevidamente descontado da conta bancária da parte demandante relativo ao contrato acima, devendo tal quantia ser corrigida monetariamente pelo INPC a partir de cada desconto (Súmula 43, do STJ) e acrescida de juros de 1% (um por cento), a contar da citação; **c) CONDENAR** o banco réu a pagar à parte autora, a título de indenização por danos morais, o montante de R$ 3.000,00 (três mil reais), acrescido de correção monetária pelo INPC a contar desta data (Súmula 362, do STJ) e de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, a incidir desde a citação; **d) CONFIRMAR** a tutela de urgência deferida. Com o fito de evitar enriquecimento ilícito do demandante, deve ser compensado, com os valores da condenação deferidos nesta sentença, a quantia do empréstimo comprovadamente recebida na conta bancária. Na forma do art. 34, da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, **DETERMINO**, ainda, que seja oficiada a Agência da Previdência Social ¿ APS desta Comarca a fim de que seja realizado o bloqueio do benefício da parte autora para novas averbações de empréstimos consignados ou cartões de créditos consignados, somente devendo promover o desbloqueio mediante comparecimento pessoal da parte autora. Instrua o ofício com o número do benefício informado na petição inicial e/ou peças que o acompanham. Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios de sucumbência, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação. Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido, certifique-se e arquivem-se os autos físicos e via LIBRA, com as cautelas e anotações de praxe. P.R.I.C. Primavera, Pará, 04 de novembro de 2021. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru. **Processo n. 0000481-30.2015.8.14.0144. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: LUCILENE COSTA DA SILVA. Processo n. 0000481-**

30.2015.8.14.0144. DECISÃO Vistos, Tendo em conta as Razões do Recurso de Apelação apresentada às fls. 59-61 e as contrarrazões ao referido recurso (fls.71-73), REMETAM-SE os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, nos termos do art. 601 do CPP; Cumpra-se **SERVE ESTA DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO.** Primavera (PA), 28 de outubro de 2021. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

TERMO DE AUDIÊNCIA DADOS DO PROCESSO: Processo: 0001822-52.2019.8.14.0144 Data da Audiência: 27 de outubro de 2021Horário: 08h30Magistrado: JOSÉ JOCELINO ROCHA Promotora de Justiça: LUCIANA VASCONCELOS MAZZA Denunciado: MANOEL DE OLIVEIRA PINHEIRO Presentes, na sala de audiência:- Juiz de Direito: José Jocelino Rocha Ausentes, na sala de audiência: - Promotora de Justiça: Luciana Vasconcelos Mazza, justificadamente, conforme Ofício n. 195/2021-MP/PA/PJP. - Acusado: Manoel de Oliveira Pinheiro - Testemunha: Antônio Carlos Correa Duarte - Testemunha: Nivaldo da Costa Farias Aos 27 dias do mês de outubro de 2021, às 08h30min, **NA CAMARA MUNICIPAL DE QUATIPURU**, no Termo Judiciário de Quatipuru-PA. feito o pregão, registrou-se a presença e das pessoas abaixo nominadas. Em seguida, assim o MM. Juiz assim **DELIBEROU**: a) à Secretaria para certificar quanto à intimação das partes para a presente audiência; b) após, vistas ao Ministério Público para manifestação, inclusive quanto às fls. 36-37. Nada mais, o MM. Juiz encerrou o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado pelas partes. Eu, ___, Vandeson da Silva, Assessor de Juiz, matrícula 186121, auxiliando em gabinete, que digitei de ordem. A presente ata serve como ATESTADO DE COMPARECIMENTO a todas as pessoas que estiveram aqui presentes, para todos os efeitos legais, não podendo sofrer penalidades ou descontos em seus salários pela ausência ao serviço, nos termos do art. 463 do CPC. **JUIZ: PROMOTORA: TESTEMUNHA: TESTEMUNHA: ACUSADO.**

PROCESSO N.: 000682-17.2018.8.14.0144. Advogado: Dr. CEZAR AUGUSTO REZENDE RODRIGUES-OAB/PA-18.060 (Requerente). Dr. ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO-OAB/PE-23.255 (Requerido). PROCESSO N.: 000682-17.2018.8.14.0144 SENTENÇA I ¿ RELATÓRIO Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei n. 9.099/95. **IV ¿ DISPOSITIVO** Diante de todo o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido autoral, extinguindo o processo, com resolução do mérito, à luz do art. 487, I, do CPC, para: **a) DECLARAR** a inexistência de relação contratual com o banco réu relativo ao contrato de empréstimo consignado e reserva de margem consignável n. 6539066 e, consequentemente, a nulidade do negócio jurídico; **b) CONDENAR** o banco demandado a restituir, em dobro, todos os valores que houver indevidamente descontado da conta bancária da parte demandante relativo ao contrato acima, devendo tal quantia ser corrigida monetariamente pelo INPC a partir de cada desconto (Súmula 43, do STJ) e acrescida de juros de 1% (um por cento), a contar da citação; **c) CONDENAR** o banco réu a pagar à parte autora, a título de indenização por danos morais, o montante de R$ 3.000,00 (três mil reais), acrescido de correção monetária pelo INPC a contar desta data (Súmula 362, do STJ) e de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, a incidir desde a citação; **d) CONFIRMAR** a tutela de urgência deferida. Com o fito de evitar enriquecimento ilícito do demandante, deve ser compensado, com os valores da condenação deferidos nesta sentença, a quantia do empréstimo comprovadamente recebida na conta bancária. Na forma do art. 34, da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, **DETERMINO**, ainda, que seja oficiada a Agência da Previdência Social ¿ APS desta Comarca a fim de que seja realizado o bloqueio do benefício da parte autora para novas averbações de empréstimos consignados ou cartões de créditos consignados, somente devendo promover o desbloqueio mediante comparecimento pessoal da parte autora. Instrua o ofício com o número do benefício informado na petição inicial e/ou peças que o acompanham. Sem custas, não sendo também cabível condenação em honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55, da Lei n. 9.099/95. Ficam as partes advertidas que, em caso de inexistir cumprimento voluntário da obrigação, eventual execução seguirá o rito previsto no art. 52, da Lei n. 9.099/95, sendo dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do dispositivo legal retro mencionado. Fica a parte vencedora ciente que, transitada em julgado a presente decisão, deverá requerer sua execução em trinta dias. Após 30 (trinta) dias do trânsito em julgado sem manifestação da parte autora, nada sendo requerido, certifique-se e arquivem-se os autos físicos e via LIBRA, com as cautelas e anotações de praxe. P.R.I.C. Primavera, Pará, 04 de novembro de 2021. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

PROCESSO N.: 0000162-62.2015.8.14.0144. Advogado: Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.927 (Exequente). Dr. LUIZA ROSA MESQUITA ¿ Procuradora do Estado do Pará.

PROCESSO N.: 0000162-62.2015.8.14.0144 SENTENÇA ESTADO DO PARÁ, já identificado e qualificado nos autos do CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em epígrafe, em que figura como exequente ALBERTO DE SOUSA OLIVEIRA, apresentou IMPUGNAÇÃO alegando, em síntese, a) que não deve ser concedida justiça gratuita ao exequente; b) ilegitimidade do exequente para requerer o pagamento de honorários de sucumbência; c) inconstitucionalidade incidental do art. 48, IV, da Constituição Estadual, e da Lei Estadual n. 5.652/91; d) inexigibilidade do título em razão da inconstitucionalidade (CPC, art. 783 c/c 803, inc. I); d) impossibilidade de fracionamento dos honorários contratuais; e) excesso de execução) (fls. 129-152). Diante do exposto, **JULGO PARCILAMENTE PROCEDENTE** a impugnação ao cumprimento de sentença para reconhecer como valor correto da execução o valor de R$ 22.583,69 (vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos), sendo R$ 20.530,63 (vinte mil, quinhentos e três reais e sessenta e três centavos) relativos ao principal, e R$ 2.053,06 (dois mil e cinquenta e três reais e seis centavos) de honorários sucumbenciais. Defiro o pedido de destacamento dos honorários contratuais de 40% (quarenta por cento), pois juntado o contrato de honorários (fls. 125-126). Tendo em vista o excesso de execução, condeno a parte exequente ao pagamento de honorários de 10% (dez por cento) sobre o valor reputado indevido. Entretanto, suspendo a exigibilidade da verba, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC, por força da gratuidade de justiça deferida à parte. Considerando a sucumbência mínima da parte autora considerando o todo da impugnação, condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais, das quais, no entanto, é isenta, por força do art. 40, I, da Lei Estadual n. 8.328/2015. Certificado o trânsito em julgado, nos termos do art. 535, § 3º, I, do CPC, **DETERMINO** a expedição de requisição de pequeno valor ¿ RPV em favor R$ 12.318,38 (doze mil, trezentos e dezoito reais e trinta e oito centavos) Ainda, **DETERMINO** a expedição de RPV em favor do advogado, no valor de R$ 10.265,31 (dez mil, duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos), sendo R$ 2.053,06 (vinte mil e cinquenta e três reais e seis centavos) de honorários sucumbenciais, e R$ 8.212,25 (oito mil, duzentos e doze reais e vinte e cinco centavos) de honorários destacados. Por derradeiro, determino a digitalização dos presentes autos e a migração para o sistema de **Processo Judicial Eletrônico ¿ PJE**. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se os autos com as providências de praxe. **SERVIRÁ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇ¿O / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**. Primavera, Pará, 04 de novembro de 2021. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru.

Processo n° 0003525-61.2018.8.14.0044. Carta Precatória Criminal. Processo n° 0003525-61.2018.8.14.0044 DECISÃO/MANDADO Vistos os autos, Considerando à inercia do juízo deprecante quanto as informações solicitadas por este juízo, bem como a possiblidade da oitiva da testemunha por videoconferência, por meio do sistema MicrosoftTeams a ser realizado pelo juízo deprecante, conforme bem apreciado e pela corregedoria deste E. Tribunal de Justiça, devolvam-se os autos ao Juízo deprecante com nossas homenagens de estilo. Cumpra-se. Após, arquive-se os autos com a devida baixa na distribuição. Serve a presente decisão como mandado/ofício. Primavera, Pará, 04 de novembro de 2021. JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito.

Processo n. 0001055-67.2012.8.14.0044. Advogado: Dr. MAURÍCIO LUZ REIS-OAB/PA-24.906 (Requerente). Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.927 (Requerida). Processo n. 0001055-67.2012.8.14.0044 DECISÃO DOCIERENE SANTA BRÍGIDA propôs, em 26.10.2012, a presente AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA em face de **MARIA SANTA BRÍGIDA**, ambas identificadas e qualificadas nos autos. Por todo o exposto, **DETERMINO** seja expedido novo mandado de reintegração de posse, assinalando prazo de 15 (quinze) dias para saída voluntária do imóvel por parte da executada. Saliente-se que a executada deverá ser intimada pessoalmente desta decisão, para desocupação voluntária no prazo acima, sob pena de multa pecuniária no valor de R$ 200,00 (duzentos reias) por dia de descumprimento, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos dos art. 139, inciso IV, e art. 537, § 4º, ambos do CPC. O Sr. Oficial de Justiça deve elaborar Certidão circunstanciada sobre a diligência, de tudo dando fé, informando, ainda, se a executada se encontra no imóvel ou se houve cessão a terceiros. Se no prazo assinalado, a contar da intimação, não tiver sido desocupado o imóvel, o que deve ser informado nos autos pela exequente, **AUTORIZO**, independentemente de nova conclusão, o uso de força policial, devendo a Secretaria Judicial expedir ofício solicitando à Polícia Militar o reforço necessário. Certifique-se o ocorrido. Cumpra-se com urgência. P. R. I. Primavera, Pará, 04 de novembro de 2021. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA

PROCESSO N.: 0001202-20.2017.8.14.0044. Assistidos pela DEFENSORIA PÚCBLICA DO ESTADO DO PARÁ. PROCESSO N.: 0001202-20.2017.8.14.0044 SENTENÇA Trata-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS DEFINITIVOS ajuizada por **ANTONIA GIRLENE SILVA DA CONCEIÇÃO**, representada por sua genitora, Sra. ANA ROSA SILVA DA CONCEIÇÃO, tendo como requerido VALDOMIRO DE MIRANDA, todos identificados e qualificados nos autos epigrafados. Diante do exposto e considerando o parecer ministerial, **JULGO EXTINTO O PROCESSO**, sem resolução do mérito, diante do abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CPC. Condeno a parte autora em custas. Entretanto, suspendo a exigibilidade em face da gratuidade da justiça deferida (fl. 07), nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. Sem honorários, ante a ausência de pretensão resistida. Expeça-se o necessário. Com o trânsito em julgado, certifique-se, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I. **SERVIRÁ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇ¿O / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**. Primavera, Pará, 04 de novembro de 2021. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

PROCESSO N.: 0000539-47.2012.8.14.0044. Advogado (a): Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.927 e Dra. VANUSA DE OLIVEIRA MELO-OAB/PA-30.220. PROCESSO N.: 0000539-47.2012.8.14.0044 SENTENÇA Visto os autos. **II ¿ RELATÓRIO NUNES DA COSTA, MARIA JUCIENE SILVA DAS MERCÊS, LEONARDO REIS DE MESQUITA** e **MIZAEL RAMOS DA SILVA**, já qualificados nos autos, foram denunciados pela prática, em tese, do crime de furto qualificado, previsto no art. 155, § 4º, IV, do CP, exceto o primeiro, que foi denunciado pelo crime de receptação, previsto no art. 180, § 1º, do CP. **III ¿ DISPOSITIVO** Sendo assim, **JULGO IMPROCEDENTE** a denúncia e **ABSOLVO** o acusado NUNES DA COSTA do crime do art. 180, § 1º, do CP, e os acusados MARIA JUCIENE SILVA DAS MERCÊS, LEONARDO REIS DE MESQUITA e MIZAEL RAMOS DA SILVA do crime do art. 155, § 4º, IV, do CP, com fundamento no art. 386, III, e no art. 397, III, ambos do Código de Processo Penal, em razão da insignificância da conduta. Ainda, reconheço a prescrição da pretensão punitiva quanto ao crime do art. 14, da Lei n. 10.826/03, e **DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE** do(a) acusado(a) NUNES DA COSTA, fundamento no artigo 107, inciso IV, c/c artigo 109, inciso IV, ambos do CP. Ciência ao Ministério Público. Publique-se, registre-se e intimem-se. Após o trânsito em julgado, certificar e arquivar os autos principais e o(s) apenso(s), fisicamente e via LIBRA. **SERVE A PRESENTE SENTENÇA, MEDIANTE CÓPIA, COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA.** Primavera, Pará, 04 de novembro de 2021. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

PROCESSO N.: 0000487-90.2008.8.14.0044 SENTENÇA Visto os autos. **ODAIR MÁRCIO SOUSA DOS SANTOS** e **JOSÉ DA SILVA DE PAULO**, já qualificados nos autos, foram denunciados pela prática, em tese, do crime de receptação, previsto no art. 180, caput, do Código Penal. Diante do exposto, **DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE** do(a)(s) acusado(a)(s) **ODAIR MÁRCIO SOUSA DOS SANTOS** e **JOSÉ DA SILVA DE PAULO**, em razão da prescrição da pretensão punitiva relativamente ao delito do art. 180, caput, do CP, com fundamento no artigo 107, inciso IV, c/c artigo 109, inciso IV, ambos do CP. Com o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos principais e o(s) apenso(s), fisicamente e via LIBRA. **SERVE ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**, conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo a d. Diretora de Secretaria observar o disposto em seus artigos 3º e 4º. P.R.I.C. Primavera, Pará, 04 de novembro de 2021. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru.

Processo n. 0003004-87.2016.8.14.0044. Advogado: Dr. AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR-OAB/PA-16.837-A (Requerente). Processo n. 0003004-87.2016.8.14.0044 Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA. Requeridos: CLEIBY EDUARDO SILVA DOS SANTOS SENTENÇA Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO ajuizada por ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA. em desfavor de CLEIBY EDUARDO SILVA DOS SANTOS, todos identificados e qualificados nos autos. A parte autora requereu a desistência da ação (fl. 78). É o relatório do necessário. **DECIDO**. Compulsando os autos, verifico que a parte autora manifestou expresso desinteresse no prosseguimento do feito, o que denota, portanto, a intenção de desistir da demanda judicial. Havendo poderes para desistir no substabelecimento juntado (fls. 67-68) e diante do exposto, **HOMOLOGO** por sentença a desistência para que surta seus efeitos jurídicos (art. 200, parágrafo único, do CPC). Por conseguinte, julgo extinto o processo sem resolução de mérito (art. 485, VIII, CPC). Custas pelo autor (art. 90, do CPC). À UNAJ para esse fim. P.R.I.C. Presente a preclusão

lógica ao direito de recorrer, em face do acolhimento do pedido de desistência da ação, regular o recolhimento das custas, arquivem-se os autos independentemente do transcurso do prazo recursal, dando-se baixa na distribuição. **SERVE A PRESENTE SENTENÇA, MEDIANTE CÓPIA, COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA.**

Primavera, Pará, 04 de novembro de 2021. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru.

Processo n. 0000267-58.2009.8.14.0044. Advogado: Dr. ANTÔNIO AFONSO NAVEGANTES-OAB/PA-3.334 (Requerente). Dr. MAURÍCIO LUZ REIS-OAB/PA-24.906 ¿ Procurador Jurídico do Município de Quatipuru/PÁ. Processo n. 0000267-58.2009.8.14.0044 SENTENÇA Trata-se de **EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE** intentada pelo executado, já qualificado na exordial, em face da ação de execução por quantia certa contra ele manejada pelo ora excepto. Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a exceção de pré-executividade, reconhecendo como devido o valor de R$ 14.159,81 (quatorze mil, cento e cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos). Consequentemente, EXTINGO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do art. 924, II, do CPC. Rejeitadas as demais alegações. Sem honorários e custas. Intime-se a Prefeitura para pagamento do RPV (fl. 84), no prazo legal. Digitalizem-se os autos e promova-se a migração para o Pje. P. R. I. C. **A PRESENTE SENTENÇA SERVIRÁ COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA.** Primavera, Pará, 04 de novembro de 2021. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru.

Processo n. 0000764-23.2019.8.14.0044. Termo Circunstanciado de Ocorrência. Autor do fato: JOZIEL DAS MERCÊS CHAVES. Processo n. 0000764-23.2019.8.14.0044 DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro no prazo de 20 (vinte) dias. Em idêntico prazo, deverá registrar os ofícios expedidos pela secretaria judicial. Cumpra-se. P.R.I. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021.JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

Processo n. 0003106-07.2019.8.14.0044. Termo Circunstanciado de Ocorrência. Autor do fato: GLAUBER RODRIGO SAMPAIO LIMA FILHO. Processo n. 0003106-07.2019.8.14.0044 DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro no prazo de 20 (vinte) dias. Em idêntico prazo, deverá registrar os ofícios expedidos pela secretaria judicial. Cumpra-se. P.R.I. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021. JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primaverae Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

Processo n. 0004384-48.2016.8.14.0044. Ação de Execução de Alimentos: Exequente: J.A.D.S.D.A. Rep. Legal: JOSIANE FAVACHO DA SILVA-Assistida pela Defensoria Pública do Estado do Pará. Executado: ADRINAEUSON PEREIRA DE AVIZ. Processo n. 0004384-48.2016.8.14.0044 DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro no prazo de 20 (vinte) dias. Em idêntico prazo, deverá registrar os ofícios expedidos pela secretaria judicial. Cumpra-se. P.R.I.SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021.JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

COMARCA DE SANTA LUZIA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA LUZIA DO PARÁ

PROCESSO N.º 0002581-22.2018.8.14.0121 AÇ¿O DE ALIMENTOS TERMO DE AUDIÊNCIA VIRTUAL Data: QUARTA-feira, 14 de julho de 2021. Local: Fórum da Comarca de Santa Luzia do Pará e Sistema Microsoft Teams Presentes: Juíza de Direito: Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho Promotor de Justiça: Daniel Mondego Requerente: IRACELI RODRIGUES FERREIRA SILVA(genitora) Requerido(a): ARMANDO LEITE Natureza da audiência: Audiência de Conciliaç¿o 1º Preg¿o: 9:00 Aberta a audiência: registrada as presenças acimas. As partes fizeram acordo nos seguintes termos: O Sr. ARMANDO LEITE comprometeu-se a pagar pens¿o alimentícia no valor de R$500,00 (quinhentos reais) no dia 8 de cada mês. Exceto no mês de agosto de 2021 em que pagará R$200,00 (duzentos reais). O pagamento será efetuado em conta bancária a ser fornecida pela Sra. IRACELI. Comprometeu-se também a custear as visitas e as despesas para o transporte dos filhos até a sua residência. DELIBERAÇ¿O: Ante ao acordo firmado entre as referidas partes, a homologaç¿o do ato é medida imperiosa, para que surta os seus efeitos legais. Ademais, a conciliaç¿o entre as partes, conforme se verifica no documento juntado e devidamente assinado, enseja a extinç¿o do processo com resoluç¿o do mérito, com fundamento no inciso III, alínea ¿b¿, do art. 487 do Código de Processo Civil. ISTO POSTO, com fundamento no art. 487, inciso III, alínea ¿b¿, do CPC, HOMOLOGO por sentença o acordo firmado entre as partes DETERMINANDO A EXTINÇ¿O do processo. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se, registre-se e intimem-se. ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA

PROCESSO Nº 0001961.10.2018.814.0121 DECIS¿O/MANDADO Vistos os autos. Considerando a manifestaç¿o de fs. 91, por ora, levando em conta a ordem estabelecida no artigo 835 do Código de Processo Civil, bem como o princípio da menor onerosidade do devedor, INDEFIRO o pedido de penhora de imóveis, formulado às fls. 77 e reiterado á fls.91. No que tange ao imóvel, a fim de resguardar seu interesse, o Exequente poderá valer-se do artigo 828 do Código de Processo Civil. DEIXO de decretar a indisponibilidade de ativos financeiros por n¿o haver requerimento neste sentido. Havendo solicitaç¿o de indisponibilidade de ativos financeiros, esclareço que levando em conta que a lei 8313/2015 passou a vigorar em 01 de abril de 2016, com base no parágrafo 8º, artigo 3º, da citada Lei, CIENTIFICO a parte solicitante, que haverá cobrança de custas para consulta no sistema SISBAJUD, a ser adimplida no prazo de 5 dias, salientando-se que n¿o haverá devoluç¿o do valor recolhido em raz¿o de buscas que apresentem resultado negativo. Intime-se o exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cincos) dias. Decorrido o prazo com ou sem manifestaç¿o, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. SERVIRÁ O PRESENTE COMO MANDADO intimaç¿o das partes, nos termos do Provimento n. 003/2009, alterado pelo Provimento n. 011/2009 da CJRMB. Santa Luzia do Pará, 19 de outubro de 2021.

Proc. 0005787-10.2019.814.0121 DESPACHO/MANDADO R.H. Analisando os autos, DETERMINO: 1.Tendo em vista que as partes já transacionaram cerca da pens¿o alimentícias nos autos de números 0800091-23.2020.8.14.0121 (aç¿o de alimentos) e 0800086-64.2021.8.14.0121 (Aç¿o revisional de alimentos), INTIMEM-SE as partes para que informem, no prazo de 10 dias, se houve acordo acerca da guarda da criança A. P.S. Havendo acordo entre as partes, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestaç¿o, após, conclusos. 3.N¿o havendo acordo e já tendo sido apresentada contestaç¿o, dê-se vista dos autos ao autor em réplica. 4.Apresentada replica, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestaç¿o. 5.Intimem-se os advogados/Defensores via DJE. Após, conclusos SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇ¿O Santa Luzia do Pará, 19 de outubro de 2021. Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho Juíza de Direito Substituta

PROCESSO: 00001961420128140121 PROCESSO ANTIGO: 201210001090 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA BEATRIZ GONCALVES DE CARVALHO A??o: Procedimento Sumário em: 05/10/2021---REQUERENTE:LUIZ ANASTACIO PEREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 15740-A - ALINE TAKASHIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO

BMC/BRAD FIN S.A. Representante(s): OAB 9354 - GEORGE SILVA VIANA DE ARAUJO (ADVOGADO) . Proc. 000196-14.2012.814.0121 Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â R.H Â Â Â Â Â 01.Considerando o trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o que reformou a sentenÃ§a de primeiro grau, cumpra-se a referida decisÃ£o, fls. 192/193. Â Â Â Â Â 02.Intimem-se as partes por seus advogados para requerem o que entenderem de direito no prazo de 05 dias. Â Â Â Â Â 03.Decorrido o prazo, nÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o, arquive-se com a devida baixa no sistema. Â Â Â Â Â 04. Havendo manifestaÃ§Ã£o, voltem conclusos. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem. Â Â Â Â Â Santa Luzia do ParÃ¡, 05 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Ana Beatriz GonÃ§alves de Carvalho Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Substituta

Processo nº: 0000185-82.2012.8.14.0121 Natureza: Cumprimento de sentença DECIS¿O Vistos. LOURENÇA SANTIAGO DE SOUSA ajuizou AÇ¿O DE INDENIZAÇ¿O POR DANOS MORAIS E MATERIAIS em desfavor de BANCO VOTORANTIM, tendo o processo sido julgado procedente em 15 de março de 2013 (fl. 37), para condenar o banco em danos materiais consistentes na devoluç¿o em dobro dos valores indevidamente descontados em benefício da autora, a serem apurados em fase de liquidaç¿o de sentença, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correç¿o pelo INPC a partir do evento danoso, bem como condenar ao pagamento de danos morais no valor de R$4.000,00 (quatro mil reais), com juros de mora de 1% ao mês a partir da citaç¿o e correç¿o pelo INPC a partir do arbitramento. Condenou ainda, o banco ao pagamento das custas e honorários em 15% do valor da condenaç¿o. A referida sentença foi mantida pelo Tribunal de Justiça, julgamento realizado em 02 de junho de 2014 (fl. 175). Dando início ao cumprimento de sentença, a autora informou o valor apurado para pagamento voluntário (R$7.853,09) à fl. 181, bem como relatou ter ultrapassado o prazo para tal pagamento, requerendo o bloqueio do valor de R$8.638,38. Ainda, anexou documento do INSS relatando que o banco continua descontando da aposentadoria da idosa. Intimado, o banco apresentou exceç¿o de pré-executividade (fl. 188), que foi indeferida na decis¿o de fl. 202. Na decis¿o, o juízo entendeu pelo cabimento da multa do art. 475-J do CPC. Após, a autora apresentou cálculo atualizado no valor de R$ 9.489,36 (fl. 205), tendo o juízo bloqueado via SISBAJUD o valor de R$ 3.090,60 (fl. 214), em raz¿o da insuficiência de recursos do requerido. A autora ficou intimada da insuficiência de penhora no dia 23 de abril de 2015. Foram expedidos alvarás no nome da advogada da autora (fl. 225). A autora informou CNPJ do requerido, bem como atualizou os cálculos (fl. 226), que foram indeferidos (fl. 229). A autora ficou intimada no dia 26 de agosto de 2015 (fl. 230). O processo foi arquivado, em raz¿o da inexistência de manifestaç¿o da autora e, posteriormente, em 2017 desarquivado (fl. 232), com petiç¿o da autora requerendo a expediç¿o de alvará em raz¿o de valores retido em conta. Postulaou (fl. 235), em novembro de 2019, o prosseguimento do cumprimento de sentença, com a atualizaç¿o do valor (R$13.362,97), requerendo a determinaç¿o de novos honorários e a expediç¿o de ofício ao tribunal de ética da OAB em raz¿o da advogada Francisca Machado Vieira ter peticionado no processo sem cassaç¿o ou substabelecimento de outorga anterior. A autora realizou nova atualizaç¿o do valor (fl. 245), tendo o juízo homologado os cálculos. Petiç¿o da advogada Aline Takashima (fl. 253) requerendo sua habilitaç¿o como interessada; a intimaç¿o do banco para pagamento de R$18.143,56 ou informaç¿o de CNPJ para arresto; a aplicaç¿o de sucumbência e multa sobre a execuç¿o forçada; informa CNPJ. É o relatório. Decido. Faz-se necessário trazer à baila a seguinte quest¿o de ordem pública: a incidência ou n¿o da prescriç¿o intercorrente da pretens¿o executória da autora. Sobre a prescriç¿o intercorrente, de acordo com o STJ, ¿o termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspens¿o do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicaç¿o analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980). Ressalta-se que na vigência do CPC/2015, n¿o há necessidade de fixaç¿o de prazo pelo juízo ou de emprego da analogia, pois o novo codex previu expressamente o prazo de um ano para a suspens¿o da prescriç¿o, conforme se verifica no enunciado normativo do art. 921, § 1º, do CPC. Art. 921. Suspende-se a execuç¿o: I - nas hipóteses dos arts. 313 e 315 , no que couber; II - no todo ou em parte, quando recebidos com efeito suspensivo os embargos à execuç¿o; III - quando o executado n¿o possuir bens penhoráveis; IV - se a alienaç¿o dos bens penhorados n¿o se realizar por falta de licitantes e o exequente, em 15 (quinze) dias, n¿o requerer a adjudicaç¿o nem indicar outros bens penhoráveis; V - quando concedido o parcelamento de que trata o art. 916 . § 1º Na hipótese do inciso III, o juiz suspenderá a execuç¿o pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescriç¿o. 2º Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º Os autos ser¿o desarquivados para prosseguimento da execuç¿o se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis. § 4º Decorrido o prazo de que trata o § 1º sem manifestaç¿o do exequente, começa a correr o prazo de prescriç¿o intercorrente. § 5º O juiz, depois de ouvidas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá, de ofício, reconhecer a prescriç¿o de que trata o §4º e extinguir o processo. No presente caso, verifica-se que a

autora, por meio de sua advogada, foi intimada no dia 26 de agosto de 2015 (fl. 230) de decis¿o que indeferiu os cálculos apresentados (fl. 229), tendo permanecido inerte e acarretado o arquivamento dos autos. Na data de 27 de setembro de 2017 foi protocolada petiç¿o de desarquivamento (fl. 232), ou seja, a inércia da exequente perdurou por dois anos e um mês. Antes disso, a exequente já havia sido intimada da insuficiência de penhora no dia 23 de abril de 2015. O fato é que com a intimaç¿o da exequente quanto à inexistência de bens penhoráveis (ou se preferir, considerando a data da última intimaç¿o da exequente antes do arquivamento dos autos, termo inicial mais favorável à promovente) deu-se início ao prazo de um ano de suspens¿o do processo. Depois que transcorrer 1 ano da execuç¿o suspensa, o prazo da prescriç¿o intercorrente começa a correr automaticamente, sem necessidade de decis¿o ou despacho do magistrado. Assim, o dia 26 de agosto de 2016 marca o termo inicial do lustro prescricional da pretens¿o executória da autora (art. 921, §§2ºe4º, do CPC c/c Súmula 150 do STF). Diante do exposto, em respeito ao contraditório e à previs¿o do art. 921, §5º, do CPC, intimem-se as partes para, no prazo de quinze dias, manifestarem-se sobre a prescriç¿o da pretens¿o executória. Após o decurso do prazo, retornem-me os autos conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Vale a presente decis¿o como MANDADO e OFÍCIO. Santa Luzia do Pará, 08 de outubro de 2021.ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO Juíza de Direito

COMARCA DE JACAREACANGA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JACAREACANGA

Número do processo: 0800035-17.2020.8.14.0112 Participação: AUTOR Nome: TAMIS DENES OLIVEIRA NUNES Participação: ADVOGADO Nome: ANTÔNIO JOÃO BRITO ALVES OAB 12222/PA Participação: RÉU Nome: MAGNO SILVA NASCIMENTO

ATO ORDINATÓRIO.

Com fundamento no art. 1º, §2º, inciso I do Provimento n.º 006/2006-CJRMB, cuja aplicabilidade foi estendida às comarcas do interior pelo Provimento n.º 006/2009-CJCI:

Faço a intimação da parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o endereço do réu, tendo em vista sua não localização pelo Oficial de Justiça, conforme certidão ID 21542749.

Jacareacanga, 08 de novembro de 2021.

ALEXANDRE SILVA LIMA

Analista Judiciário

Número do processo: 0800035-17.2020.8.14.0112 Participação: AUTOR Nome: TAMIS DENES OLIVEIRA NUNES Participação: ADVOGADO Nome: ANTÔNIO JOÃO BRITO ALVES OAB 12222/PA Participação: RÉU Nome: MAGNO SILVA NASCIMENTO

ATO ORDINATÓRIO.

Com fundamento no art. 1º, §2º, inciso I do Provimento n.º 006/2006-CJRMB, cuja aplicabilidade foi estendida às comarcas do interior pelo Provimento n.º 006/2009-CJCI:

Faço a intimação da parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o endereço do réu, tendo em vista sua não localização pelo Oficial de Justiça, conforme certidão ID 21542749.

Jacareacanga, 08 de novembro de 2021.

ALEXANDRE SILVA LIMA

Analista Judiciário

COMARCA DE BREU BRANCO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO

RESENHA: 10/04/2022 A 10/04/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE BREU BRANCO - VARA: VARA UNICA DE BREU BRANCO

P R O C E S S O : 0 0 0 0 5 9 0 2 8 2 0 1 9 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 10/04/2022---REQUERENTE:RAIMUNDO ALVES Representante(s): OAB 14033 - ALYSSON VINICIUS MELLO SLONGO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 16330 - LARISSA SENTOSE ROSSI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Processo: 0000590-28.2019.8.14.0104 DESPACHO Vistos, etc. 1. Intime-se a parte autora atravÃ©s do seu patrono constituÃ-do, para, querendo, apresentar rÃ©plica Ã contestaÃ§Ã£o, no prazo de 15 (quinze) dias. 2. ApÃ³s transcorrido o prazo assinalado, certifique-se e retornem os autos conclusos para sentenÃ§a. P. R. I. C. Breu Branco-PA, 04 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA Juiz de Direito Â FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 2 5 2 7 2 0 1 4 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Comum Cível em: 10/04/2022---REQUERENTE:JOSE ANJO DA SILVA Representante(s): OAB 25269 - VINICIUS ALEXANDRE CHAVES NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Processo nÂº. 0002425-27.2014.8.14.0104 DESPACHO Vistos, etc. 1. A Secretaria Judicial para que certifique acerca do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de fls. 55/62 2. ApÃ³s, proceda com a evoluÃ§Ã£o da fase processual no sistema LIBRA e na capa dos autos, passando para Â¿Cumprimento de SentenÃ§aÂ¿. 3. Considerando a petiÃ§Ã£o de fls. 72/92, intime-se o INSS, para manifestar-se sobre os cÃ¡lculos apresentados na referida petiÃ§Ã£o, no prazo de 15 (quinze) dias. 4. ApÃ³s transcorrido o prazo assinalado, certifique-se e retornem os autos conclusos. P.R.I.C. Breu Branco - PA, 04 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE BREU BRANCO FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro Centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 8 9 6 1 2 0 1 9 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 10/04/2022---REQUERENTE:MIGUEL OTAVIO FERREIRA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERIDO:RAIMUNDO FIRMINO DE SOUZA Representante(s): OAB 18611 - SIMONE HELENA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 28236 - SAMUEL DOMINGOS DE OLIVEIRA JÚNIOR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Processo nÂº. 0002489-61.2019.8.14.0104 DECISÃ¿O Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a petiÃ§Ã£o de fls. 78, bem como os documentos de fls. 79/86, DEFIRO como requer a parte autora, a fim de que acautele-se os autos em secretaria pelo prazo de 06 (seis) meses. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos para redesignar a audiÃªncia. Breu Branco - PA, 08 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE BREU BRANCO FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro Centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 3 2 9 5 9 6 2 0 1 9 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o:

Procedimento Sumário em: 10/04/2022---REQUERENTE:ANTONIA CORREA DE SOUZA Representante(s): OAB 14033 - ALYSSON VINICIUS MELLO SLONGO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S A Representante(s): OAB 16330 - LARISSA SENTOSE ROSSI (ADVOGADO). PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Processo: 0003295-96.2019.8.14.0104 DESPACHO Vistos, etc. 1. Intime-se a parte autora atravÃ©s do seu patrono constituÃ-do, para, querendo, apresentar rÃ©plica Ã contestaÃ§Ã£o, no prazo de 15 (quinze) dias. 2. ApÃ³s transcorrido o prazo assinalado, certifique-se e retornem os autos conclusos para sentenÃ§a. P. R. I. C. Breu Branco-PA, 04 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA Juiz de Direito Â FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA.

PROCESSO: 00033369720188140104 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 10/04/2022---REQUERENTE:RAIMUNDA ALVES POMPEU Representante(s): OAB 14033 - ALYSSON VINICIUS MELLO SLONGO (ADVOGADO) OAB 25178 - SOPHIA DE PAULA SOUSA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PANAMERICANO S A Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Â Processo nÂº. 0003336-97.2018.8.14.0104 DESPACHO Vistos, etc. 1. A Secretaria Judicial para que certifique acerca do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de fls. 31/33. 2. Com o trÃ¢nsito em julgado, intime-se a parte autora por meio de seu advogado constituÃ-do, para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento. P. R. I. C. Breu Branco - PA, 20 de outubro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSAÂ JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE BREU BRANCO FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro Centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

PROCESSO: 00071906520198140104 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 10/04/2022---REQUERENTE:JOVELINA SOARES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 14033 - ALYSSON VINICIUS MELLO SLONGO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN S A Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO). PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE BREU BRANCO Autos: Â Â Â 0007190-65.2019.8.14.0104 Requerente: Â Â Jovelina Soares de Oliveira Requerido: Â Â Â Banco PAN S.A. Termo de AUDIÃ¿NCIA Â Â Â Â Â Â Â Aos trÃªs (03) dias do mÃªs de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 13h:30min, na sala de audiÃªncias do FÃ³rum desta Comarca de Breu Branco, Estado do ParÃ¡, onde se achava presente o Exmo. Dr. Andrey MagalhÃ£es Barbosa, MM. Juiz de Direito respondendo por esta Vara Ã¿nica de Breu Branco/PA, determinou a abertura da presente audiÃªncia observando os princÃ-pios da oralidade, da economia processual e da celeridade reduzindo-se a termo apenas as principais ocorrÃªncias. Ausente a autora, Jovelina Soares de Oliveira, esta que constitui advogada, porÃ©m ausente Alysson Vinicius Mello Slongo OAB/PA 14033/PA. Presente a parte requerida, preposta do Banco PAN S.A, Gabriela Bonatto Boaretto OAB/PA 30.196, esta que Ã© assistida pela presente advogada Nely Cunha da Silva, OAB/PA 30.160. Presente o acadÃªmico de bacharelado em direito, FÃ¡bio Roberto da Silva, portador do documento de CNH de nÂº 03198414310 Detran/PA. Presente via videoconferÃªncia a acadÃªmica de Bacharelado em Direito Melissa Carina Rech Ferreira, portadora do documento de CPF de nÂº 638.518.062-04. Presente via videoconferÃªncia a acadÃªmica de Bacharelado em Direito FlÃ¡via Silva GonÃ§alves, portadora do documento de CPF de nÂº 053.180.212-47. Â Â Â Â Â Â Â ABERTA A AUDIÃ¿NCIA, foi constada a ausÃªncia da parte requerente, esta que constitui advogado particular. A parte requerida realizou a juntadas dos documentos de termos constitutivos. Â Â Â Â Â Â Â Em seguida o MM. Juiz passou a SENTENÃ¿A: Trata-se de aÃ§Ã£o indenizaÃ§Ã£o por dano moral e material. Recebida a inicial e designada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, instruÃ§Ã£o e julgamento para este ato, a parte requerente e sua defesa, nÃ£o compareceram. Ã¿ o sucinto relatÃ³rio. Decido. Tendo em vista o teor da certidÃ£o de fls 26, publicada no DiÃ¡rio da JustiÃ§a (EdiÃ§Ã£o de nÂº 7232/2021), juntadas pela Diretora de Secretaria da Vara Ã¿nica desta Comarca, informando que a requerente foi intimada atravÃ©s de sua defesa. Destarte, verifico que Jovelina Soares de Oliveira (requerente) e sua defesa nÃ£o compareceram neste presente ato. Assim, devendo a parte autora de cumprir com seus deveres, em

especial o de comparecimento em audiÃªncia, com fulcro no art. 51, I, da Lei 9.099/95 declaro EXTINTO O PROCESSO SEM O JULGAMENTO DO MÃ¿RITO. Sem custas e honorÃ¡rios, em funÃ§Ã£o da gratuidade da justiÃ§a. P.R.I.C. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. SERVE A PRESENTE SENTENÃ¿A COMO MANDADO/OFÃCIO/CARTA PRECATÃ¿RIA; Â Â Â Â Â Â Sem custas e verbas honorÃ¡rias nesta instÂ¢ncia processual, consoante dispÃµe o art. 55 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, o prazo recursal, certifique-se e arquive-se caso nÃ£o haja interposiÃ§Ã£o de recurso. Â Â Â Â Â Â Atente-se a Secretaria para que realize as publicaÃ§Ãµes em nome dos advogados da parte requerida, ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO OAB/AL 7.529-A, OAB/PE 23.255, OAB/RJ 190060. Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo Ã s 13h:45min, que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, _____ (Nicols Gama), Auxiliar de Juiz de Direito, que o digitei e subscrevi. Juiz de Direito Gabriela Bonatto Boaretto (Preposto) Nely Cunha da Silva (Advogada Requerida) FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

PROCESSO: 00071923520198140104 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 10/04/2022---REQUERENTE:JOVELINA SOARES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 14033 - ALYSSON VINICIUS MELLO SLONGO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO S A Representante(s): OAB 16780 - LUIS CARLOS LOURENCO (ADVOGADO) OAB 103751 - MARIANA BARROS MENDONCA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE BREU BRANCO Autos: Â Â Â 0007192-35.2019.8.14.0104 Requerente: Â Â Jovelina Soares de Oliveira Requerido: Â Â Â Banco PAN S.A. Termo de AUDIÃ¿NCIA Â Â Â Â Â Â Aos trÃªs (03) dias do mÃªs de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 13h:00min, na sala de audiÃªncias do FÃ³rum desta Comarca de Breu Branco, Estado do ParÃ¡, onde se achava presente o Exmo. Dr. Andrey MagalhÃ£es Barbosa, MM. Juiz de Direito respondendo por esta Vara Ã¿nica de Breu Branco/PA, determinou a abertura da presente audiÃªncia observando os princÃ-pios da oralidade, da economia processual e da celeridade reduzindo-se a termo apenas as principais ocorrÃªncias. Ausente a autora, Jovelina Soares de Oliveira, esta que constitui advogada, porÃ©m ausente Alysson Vinicius Mello Slongo OAB/PA 14033/PA. Presente a da requerida advogada Gessica Santos Ferreira Boaventura, OAB/PA 22.846-B, acompanhado do presente preposto Danilo Boaventura Ferreira, portador do documento de CPF de nº 032.185.495-07. Presente o acadÃªmico de bacharelado em direito, FÃ¡bio Roberto da Silva, portador do documento de CNH de nº 03198414310 Detran/PA. Presente via videoconferÃªncia a acadÃªmica de Bacharelado em Direito Melissa Carina Rech Ferreira, portadora do documento de CPF de nº 638.518.062-04. Presente via videoconferÃªncia a acadÃªmica de Bacharelado em Direito FlÃ¡via Silva GonÃ§alves, portadora do documento de CPF de nº 053.180.212-47. Â Â Â Â Â Â ABERTA A AUDIÃ¿NCIA, foi constada a ausÃªncia da parte requerente, esta que constitui advogado particular. A parte requerida realizou a juntadas dos documentos de termos constitutivos. Â Â Â Â Â Â Em seguida o MM. Juiz passou a SENTENÃ¿A: Trata-se de aÃ§Ã£o indenizaÃ§Ã£o por dano moral e material. Recebida a inicial e designada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, instruÃ§Ã£o e julgamento para este ato, a parte requerente e sua defesa, nÃ£o compareceram. Ã¿ o sucinto relatÃ³rio. Decido. Tendo em vista o teor da certidÃ£o de fls 24, publicada no DiÃ¡rio da JustiÃ§a (EdiÃ§Ã£o de nº 7232/2021), juntadas pela Diretora de Secretaria da Vara Ã¿nica desta Comarca, informando que a requerente foi intimada atravÃ©s de sua defesa. Destarte, verifico que Jovelina Soares de Oliveira (requerente) e sua defesa nÃ£o compareceram neste presente ato. Assim, devendo a parte autora de cumprir com seus deveres, em especial o de comparecimento em audiÃªncia, com fulcro no art. 51, I, da Lei 9.099/95 declaro EXTINTO O PROCESSO SEM O JULGAMENTO DO MÃ¿RITO. Sem custas e honorÃ¡rios, em funÃ§Ã£o da gratuidade da justiÃ§a. P.R.I.C. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. SERVE A PRESENTE SENTENÃ¿A COMO MANDADO/OFÃCIO/CARTA PRECATÃ¿RIA; Â Â Â Â Â Â Sem custas e verbas honorÃ¡rias nesta instÂ¢ncia processual, consoante dispÃµe o art. 55 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, o prazo recursal, certifique-se e arquive-se caso nÃ£o haja interposiÃ§Ã£o de recurso. Â Â Â Â Â Â Atente-se a Secretaria para que realize as publicaÃ§Ãµes em nome dos advogados da parte requerida, LUIZ CARLOS LAURENÃ¿O; OAB/BA 16.780. Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo Ã s 13h:19min, que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, _____ (Nicols Gama), Auxiliar de Juiz de Direito, que o digitei e subscrevi. Juiz de Direito Danilo Boaventura Ferreira (Preposto) Gessica Santos Ferreira Boaventura (Advogada Requerida) FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000

Breu Branco/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 7 1 9 3 2 0 2 0 1 9 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 10/04/2022---REQUERENTE:JOVELINA SOARES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 14033 - ALYSSON VINICIUS MELLO SLONGO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO). PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE BREU BRANCO Autos: Â Â Â 0007193-20.2018.8.14.0104 Requerente: Â Â Jovelina Soares de Oliveira Requerido: Â Â Â Banco PAN S.A. Termo de AUDIÃ¿NCIA Â Â Â Â Â Â Â Aos trÃªs (03) dias do mÃªs de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 12h:28min, na sala de audiÃªncias do FÃ³rum desta Comarca de Breu Branco, Estado do ParÃ¡, onde se achava presente o Exmo. Dr. Andrey MagalhÃ£es Barbosa, MM. Juiz de Direito respondendo por esta Vara Ã¿nica de Breu Branco/PA, determinou a abertura da presente audiÃªncia observando os princÃ-pios da oralidade, da economia processual e da celeridade reduzindo-se a termo apenas as principais ocorrÃªncias. Ausente a autora, Jovelina Soares de Oliveira, esta que constitui advogada, porÃ©m ausente Alysson Vinicius Mello Slongo OAB/PA 14033/PA. Presente a parte requerida, preposta do Banco PAN S.A, Gabriela Bonatto Boaretto OAB/PA 30.196, esta que Ã© assistida pela presente advogada Nely Cunha da Silva, OAB/PA 30.160. Presente o acadÃªmico de bacharelado em direito, FÃ¡bio Roberto da Silva, portador do documento de CNH de nÂº 03198414310 Detran/PA. Presente via videoconferÃªncia a acadÃªmica de Bacharelado em Direito Melissa Carina Rech Ferreira, portadora do documento de CPF de nÂº 638.518.062-04. Presente via videoconferÃªncia a acadÃªmica de Bacharelado em Direito FlÃ¡via Silva GonÃ§alves, portadora do documento de CPF de nÂº 053.180.212-47. Â Â Â Â Â Â Â ABERTA A AUDIÃ¿NCIA, foi constada a ausÃªncia da parte requerente, esta que constitui advogado particular. A parte requerida realizou a juntadas dos documentos de termos constitutivos. Â Â Â Â Â Â Â Em seguida o MM. Juiz passou a SENTENÃ¿A: Trata-se de aÃ§Ã£o indenizaÃ§Ã£o por dano moral e material. Recebida a inicial e designada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, instruÃ§Ã£o e julgamento para este ato, a parte requerente e sua defesa, nÃ£o compareceram. Ã¿ o sucinto relatÃ³rio. Decido. Tendo em vista o teor da certidÃ£o de fls 26, publicada no DiÃ¡rio da JustiÃ§a (EdiÃ§Ã£o de nÂº 7232/2021), juntadas pela Diretora de Secretaria da Vara Ã¿nica desta Comarca, informando que a requerente foi intimada atravÃ©s de sua defesa. Destarte, verifico que Jovelina Soares de Oliveira (requerente) e sua defesa nÃ£o compareceram neste presente ato. Assim, devendo a parte autora de cumprir com seus deveres, em especial o de comparecimento em audiÃªncia, com fulcro no art. 51, I, da Lei 9.099/95 declaro EXTINTO O PROCESSO SEM O JULGAMENTO DO MÃ¿RITO. Sem custas e honorÃ¡rios, em funÃ§Ã£o da gratuidade da justiÃ§a. P.R.I.C. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. SERVE A PRESENTE SENTENÃ¿A COMO MANDADO/OFÃCIO/CARTA PRECATÃ¿RIA; Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e verbas honorÃ¡rias nesta instÂ¢ncia processual, consoante dispÃµe o art. 55 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, o prazo recursal, certifique-se e arquive-se caso nÃ£o haja interposiÃ§Ã£o de recurso. Â Â Â Â Â Â Â Atente-se a Secretaria para que realize as publicaÃ§Ãµes em nome dos advogados da parte requerida, ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO OAB/AL 7.529-A, OAB/PE 23.255, OAB/RJ 190060. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo Ã s 12h:36min, que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, _____ (Nicols Gama), Auxiliar de Juiz de Direito, que o digitei e subscrevi. Juiz de Direito Gabriela Bonatto Boaretto (Preposto) Nely Cunha da Silva (Advogada Requerida) FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 7 8 9 6 1 9 2 0 1 7 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 10/04/2022---REQUERENTE:NATALIA FARIAS DALLA VECCHIA Representante(s): OAB 17788-B - GHISLAINY ALVES ALMEIDA XAVIER (ADVOGADO) REQUERIDO:ALFA CENTRO DE ENSINO MEIRELI. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE BREU BRANCO Autos: Â Â Â 000789619.2017.8.14.0104 Requerente: Â Â Natalia Farias Dalla Vecchia Requerido: Â Â Â Alfa Centro de Ensino Meireli Termo de AUDIÃ¿NCIA Â Â Â Â Â Â Â Aos cinco (05) dias do mÃªs de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 10h:20min, na sala de audiÃªncias do FÃ³rum desta Comarca de Breu Branco, Estado do ParÃ¡, onde se achava presente o Exmo. Dr. Andrey MagalhÃ£es Barbosa, MM. Juiz de Direito

respondendo por esta Vara Ã¿nica de Breu Branco/PA, determinou a abertura da presente audiÃªncia observando os princÃ-pios da oralidade, da economia processual e da celeridade reduzindo-se a termo apenas as principais ocorrÃªncias. Ausente a autora Natalia Farias Dalla Vecchia, esta que constitui advogada particular Ghislainy Alves Almeida Xavier, OAB/PA 17.788-B. Ausente a parte requerida Alfa Centro de Ensino Meireli e seu preposto. Presente a acadÃªmica de bacharelado em direito, Andressa Chaves dos Santos, portadora do documento de CPF de nÂº 050.695.952-02. Â Â Â Â Â Â Â ABERTA A AUDIÃ¿NCIA, foi constada a ausÃªncia da parte requerente, esta que constitui advogado particular. Em seguida o MM. Juiz passou a SENTENÃ¿A: Trata-se de aÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ã£o de fazer danos morais c/c danos materiais. Recebida a inicial e designada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, instruÃ§Ã£o e julgamento para este ato, a parte requerente e sua defesa, nÃ£o compareceram. Ã¿ o sucinto relatÃ³rio. Decido. Tendo em vista o teor da decisÃ£o de fls 40, publicada no DiÃ¡rio da JustiÃ§a no dia 17/08/2021 (EdiÃ§Ã£o de nÂº 7206/2021), juntada pela Diretora de Secretaria da Vara Ã¿nica desta Comarca, informando que a requerente foi intimada atravÃ©s de sua defesa. Destarte, verifico que Natalia Farias Dalla Vecchia (requerente) e sua defesa nÃ£o compareceram neste presente ato. Assim, devendo a parte autora de cumprir com seus deveres, em especial o de comparecimento em audiÃªncia, com fulcro no art. 51, I, da Lei 9.099/95 declaro EXTINTO O PROCESSO SEM O JULGAMENTO DO MÃ¿RITO. Sem custas e verbas honorÃ¡rias nesta instÃ¢ncia processual, em funÃ§Ã£o da gratuidade da justiÃ§a, consoante dispÃµe o art. 55 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. SERVE A PRESENTE SENTENÃ¿A COMO MANDADO/OFÃCIO/CARTA PRECATÃ¿RIA; Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, o prazo recursal, certifique-se e arquive-se caso nÃ£o haja interposiÃ§Ã£o de recurso. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo Ã s 10h:26min, que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, _____ (Nicols Gama), Auxiliar de Juiz de Direito, que o digitei e subscrevi. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA Juiz de Direito Titular da Comarca de Breu Branco FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

PROCESSO: 00079700520198140104 PROCESSO ANTIGO: ---MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 10/04/2022---REQUERENTE:MARIA ANICETO FERNANDES Representante(s): OAB 24194 - RICARDO FELIX DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADOS SA Representante(s): OAB 103751 - MARIANA BARROS MENDONCA (ADVOGADO) OAB 16780 - LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Processo nÂº. 0007970-05.2019.8.14.0104 SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, conforme art. 38, da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Alega a parte autora que Ã© aposentada pelo INSS e, ao efetuar o saque de seu benefÃ-cio, constatou que estava ocorrendo descontos indevidos. Ao consultar junto ao banco, fora informada que os valores descontados tratavam-se de emprÃ©stimos efetuados em seu benefÃ-cio previdenciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Alega, ainda, que nÃ£o efetuou contrato de emprÃ©stimo, bem como nÃ£o hÃ¡ nenhum depÃ³sito em sua conta. Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, tenho que merece guarida a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo requerido, pois os documentos anexos na petiÃ§Ã£o inicial identificam o BANCO CETELEM como responsÃ¡vel, e nÃ£o o Banco ItaÃº Consignado S/A. Desta feita, nÃ£o pode o requerido ser responsabilizado, pois este nÃ£o possui qualquer relaÃ§Ã£o com a demanda, sendo o BANCO CETELEM que deveria figurar no polo passivo da presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o havendo mais razÃµes para deliberar acerca do pleito do autor, o acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo requerido Ã© medida de justiÃ§a que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo mais constante dos autos, ACOLHO A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA de BANCO ITAÃ¿ CONSIGNADO S/A, e extingo o feito sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fulcro no art. 485, VI, do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Defiro a gratuidade judiciÃ¡ria pleiteada pela parte requerente, com base no disposto do artigo 99 e seus Â§Â§, do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e verbas honorÃ¡rias nesta instÃ¢ncia processual, consoante dispÃµe o art. 55 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o prazo recursal, certifique-se e arquive-se os autos caso nÃ£o haja interposiÃ§Ã£o de recurso e requerimento pendente. Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Breu Branco - PA, 04 de novembro de 2021 ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE BREU BRANCO FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro Centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

Processo nº 0000841-59.2020.8.14.0056
Denunciante: Ministério Publico do Estado do Para
Denunciado: Rodrigo Gomes Farias
Advogada: Dra. Giovana Augusta Dos Santos Gonçalves OAB/PA 7767
Vítima: R. K. S. D. S
DECISÃO

Vistos os autos.
I - RELATÓRIO
Cuida-se de requerimento de revogação da prisão preventiva ou substituição por outra medida cautelar diversa da prisão, formulado pela defesa técnica do(s) acusado(s) **RODRIGO GOMES FARIAS**, o qual denunciado, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 121, § 2º, INCISO II C/C ART. 14, INCISO II DO CPB.
Foi decretada a prisão preventiva em 17/04/2020 (fls. 08/10).
O acusado encontrava-se foragido, inclusive não foi possível sua intimação para audiência designada para o dia 25/08/2021 às 10h:00min por conta de sua residência está fechada, sendo que o oficial de justiça foi informado por alguns moradores do perímetro que o mesmo estava foragido, em virtude do cometimento de alguns delitos, conforme certidão de fls. 33-v.
A Defesa ingressou com pedido de revogação da prisão preventiva, sob a égide que a decisão se fundamentou apenas na gravidade abstrata do crime, alegou que o acusado possui profissão definida de pescador e residência fixa. (fls. 36/57).
Instando a se manifestar, o Ministério Público emitiu parecer **contrário** ao deferimento do requerido pela defesa (fls. 59/60).
É o necessário relatório.
Passo a fundamentar (art. 93, IX, CF) para decidir.
II ¿ FUNDAMENTAÇÃO
Tópico 1 ¿ Da Prisão Preventiva
Compulsando os autos, percebo que os requisitos, pressupostos e condições de admissibilidade da segregação preventiva outrora decretada contra o denunciado ainda se encontram presentes, ante a inexistência de qualquer fato novo que tenha alterado a situação processual sobredita.
Verifico que o acusado encontrava-se foragido, não comparecendo aos autos enquanto esteve em liberdade, conforme se denota pelo teor da certidão de fls. 33-v. Ademais, o mesmo foi preso em junho de 2021 pela suposta prática de novo delito na comarca de Ponta de Pedras, conforme certidão de antecedentes criminais juntada aos autos às fls. 62/63 e consulta ao INFOPEN juntado aos autos às fls. 64/65.
Ainda consultando a certidão de antecedentes criminais do acusado (fls. 62/63), verifico que o mesmo responde ou respondeu outras ações penais, ressalte-se que a de n.º 0003152-33.2014.8.14.0056 trata-se de outra tentativa de homicídio. Por todo o exposto é necessária a custódia para a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.
A alegação de que não estão presentes os fundamentos da prisão, não prosperam, sendo necessária a cautelar corporal, por ora, a melhor medida para estabilizar a ordem pública, não sendo suficiente para a revogação da preventiva a sua primariedade.
Sobre o tema, trago à baila entendimento do Tribunal de Justiça do Piauí, vejamos:
PROCESSUAL PENAL Â-HABEAS CORPUS Â-ROUBO MAJORADO Â-REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR SER R´PEU PRIMÁRIO Â-INCORRÊNCIA Â-FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE PARA MANTER A SEGREGAÇÃO Â- PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COM BASE NO MODUS OPERANDI EMPREGADO- EXCESSO DE PRAZO PARA OFERECIMENTO DA DENÚNCIA- DENÚNCIA OFERECIDA- ALEGAÇÃO SUPERADA-CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADA Â- ORDEM DENEGADA. 1. **O fato de o réu ser tecnicamente primário, não têm o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada,** quando presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre no caso, mormente a reiteração criminosa

do paciente ressaltada no decreto de prisão. 2. Prisão preventiva decretada para acautelar a ordem pública com base no modus operandi empregado. 3. O oferecimento da denúncia torna superada a alegação de constrangimento ilegal pela ausência de inciativa da acusação. Ordem denegada, à unanimidade. (TJPI/ Habeas Corpus Nº 2016.0001.003044-9/ Relator: Des. Edvaldo Pereira de Moura/ 1ª Câmara Especializada Criminal/ Data de Julgamento: 29/06/2016). ¿ Grifei.

Ademais, do dia da prisão até hoje não houve nenhum fato novo capaz de ensejar a alteração da fundamentação fático-jurídica constante da decisão primigênia, estando o feito aguardando a realização de audiência de instrução e julgamento, de sorte que vem o feito tramitando regularmente e sem qualquer morosidade provocada pelo Judiciário, estando resguardada a razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF).

Tópico 2 - Da Audiência de Instrução e julgamento
Considerando a decisão de fls. 35, designo o **dia 01 de dezembro de 2021 às 11H:00MIN** para realização da audiência de instrução e julgamento.
Intime-se o(a-s) acusado(a-s), seu(a-s) defensor(es-as), e o Ministério Público.
Intimem-se/requisitem-se as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa técnica, caso esta não tenha se comprometido em apresentá-las espontaneamente na audiência supra referida.
Requisite-se o(a-s) acusado(a-s), acaso esteja(m) preso(a-s) cautelarmente, devendo ser oficiado à Secretaria de Administração Penitenciária, por meio eletrônico, observados os termos da Portaria Conjunta nº 005/2020, 007/2020 e 010/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, para que tome ciência da presente decisão e data e horário da audiência. O Estabelecimento Prisional deve disponibilizar, no prazo de até 48h (quarenta e oito horas), as seguintes informações: 1) o endereço eletrônico para fins de compartilhamento do link de acesso a audiência; 2) bem como número de telefone celular disponível para eventual contato. O Estabelecimento Prisional em que estiver custodiado o(s) preso(a)(s) deve providenciar que o(s) réu(s) preso(s) acompanhe(m) o ato de forma não presencial, assim como deverá(ão) ser interrogado(a)(s) pela mesma plataforma, que deverá ser estruturada na Unidade Prisional, garantindo-se o direito previsto no art. 185, §§ 4º e 5º, do CPP (art. 27, §2º, da Portaria Conjunta n° 010/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI).
III ¿ CONCLUSÃO
Diante o exposto, com arrimo no art. 316, do CPP, **indefiro o requerimento de revogação** defensivo entabulado em favor de **RODRIGO GOMES FARIAS**.
Intime-se o(a-s) acusado(a-s), seu(a-s) defensor(es-as), o Ministério Público e, se for o caso, o querelante e o assistente para comparecimento ao ato acima referido.
Intimem-se/requisitem-se as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa técnica, caso esta não tenha se comprometido em apresentá-las espontaneamente na audiência supra referida.
Requisite-se o(a-s) acusado(a-s), acaso esteja(m) preso(a-s) cautelarmente, devendo ser oficiado à Secretaria de Administração Penitenciária, por meio eletrônico, observados os termos da Portaria Conjunta nº 005/2020, 007/2020 e 010/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, para que tome ciência da presente decisão e data e horário da audiência. O Estabelecimento Prisional deve disponibilizar, no prazo de até 48h (quarenta e oito horas), as seguintes informações: 1) o endereço eletrônico para fins de compartilhamento do link de acesso a audiência; 2) bem como número de telefone celular disponível para eventual contato. O Estabelecimento Prisional em que estiver custodiado o(s) preso(a)(s) deve providenciar que o(s) réu(s) preso(s) acompanhe(m) o ato de forma não presencial, assim como deverá(ão) ser interrogado(a)(s) pela mesma plataforma, que deverá ser estruturada na Unidade Prisional, garantindo-se o direito previsto no art. 185, §§ 4º e 5º, do CPP (art. 27, §2º, da Portaria Conjunta n° 010/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI).
Deve a secretaria retificar no sistema libra a situação processual do acusado para réu preso, bem como identificar na capa dos autos.
Publique-se, intime-se e registre-se.
Cumpra-se imediatamente.
São Sebastião da Boa Vista (PA), 03 de novembro de 2021.
LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO
Juiz de Direito Titular

COMARCA DE PEIXE - BOI

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PEIXE - BOI

COMARCA DE PEIXE-BOI

SECRETARIA JUDICIAL

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EM 10/11/2021

PROC. 0001906-42.2017.8.14.0041

AÇÃO: RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL (INCLUSÃO DE SOBRENOME PATERNO)

REQUERENTE: TAYNARA VALENA UCHOA DE SOUZA

REPRESENTANTE: LELIS ALVES DA SILVA

ADV. REQUERENTE: MIGUEL DE SOUZA ALVES JÚNIOR, OAB-PA 13.563

REQUERIDO: JÚLIO CÉZAR CAVALCANTE DE SOUSA

DESPACHO/MANDADO

Vistos, etc.

Ante a notícia da chegada do resultado de exame genético realizado entre as partes, designo audiência para abertura de envelope do resultado, para o dia 16 de novembro de 2021 (terça-feira), às 10 horas e 15 minutos, tendo em vista a conclusão do feito e economia processual com a prolação de sentença em audiência.

Intime-se as partes. Expeça-se o necessário.

O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO.

Cumpra-se.

Peixe-Boi/PA, 30 de outubro de 2021.

ANÚZIA DIAS DA COSTA

Juíza Titular da Comarca de Peixe-Boi

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X01

PROC. 0000341-72.2019.8.14.0041

AÇÃO: DECLARATÓRIA (INDÉBITO ¿ INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS)

REQUERENTE: MARIA DA SILVA CORDEIRO

ADV. REQUERENTE: MARCIO FERNANDES LOPES FILHO, OAB-PA 26.948-B

REQUERIDO: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO

ADV. DO REQUERIDO: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO, OAB-RJ 60.359

S E N T E N Ç A

Vistos, etc..

Trata-se de AÇÃO DE DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, ajuizado por MARIA DA SILVA CORDEIRO, em face de BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO.

O processo teve sua tramitação normal até que, em ocasião de intimação da autora para participação em audiência, a Sra. Oficiala de Justiça certificou (fl. 94) a informação dada pelo esposo da autora, de que esta faleceu de COVID-19 na data de 20/04/2021, devidamente confirmado com a certidão de óbito, em fl. 115 dos autos.

Decido.

Ante o exposto, com fulcro na matriz normativa do artigo 485, inciso IX, do Novo Código de Processo Civil/2015, decreto a extinção da ação, em razão do falecimento do autor.

Sem custas.

Ciência ao Ministério Público.

Publique-se. Registre-se.

Transitado em julgado, arquive-se.

Peixe-Boi/PA, 21 de outubro de 2021.

ANÚZIA DIAS DA COSTA

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Peixe-Boi

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X02

PROC. 0001501-35.2019.8.14.0041

AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO

REQUERENTE: ANA MARIA MELO MONTEIRO

MENOR: J. M. D. M. M.

REQUERIDO: JOSÉ ULISSES DA SILVA CAVALCANTE

DESPACHO/MANDADO

Vistos, etc..

Ante a notícia da chegada do resultado de exame genético realizado entre as partes, designo audiência para abertura de envelope do resultado, para o dia 16 de novembro de 2021 (terça-feira), às 10 horas, tendo em vista a conclusão do feito e economia processual com a prolação de sentença em audiência.

Intime-se as partes. Expeça-se o necessário.

O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO.

Cumpra-se.

Peixe-Boi/PA, 30 de outubro de 2021.

ANÚZIA DIAS DA COSTA

Juíza Titular da Comarca de Peixe-Boi

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X03

PROC. 0001762-97.2019.8.14.0041

AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: DAYANE DE FÁTIMA LIMA NASCIMENTO

MENOR: G. E. L. M.

ADV. REQUERENTE: GERUSA TEIXEIRA GARDELINE, OAB-PA 22.410

REQUERIDO: ROMULO RAMERSON DE ALMEIDA MARTINS

S E N T E N Ç A

Vistos, etc..

Trata-se de ação de ação de alimentos, ajuizada pelo por G. E. L. M., menor impúbere, representada pela sua genitora DAYANE DE FÁTIMA LIMA NASCIMENTO em face o genitor RÔMULO RAMERSON DE ALMEIDA MARTINS.

O processo seguiu seu andamento normalmente desde o ajuizamento, porém, após prolação do despacho em termo de audiência de fls. 42, para que a advogada da requerente se manifestasse a respeito do falecimento do genitor/requerido, quedou-se inerte, sem qualquer manifestação posterior. Ainda, com o intuito de que a autora promovesse o devido impulso ao andamento do processo, tentou-se sua intimação novamente, porém sem sucesso, conforme certidão de fl. 52, da Oficiala de Justiça.

Assim, sem notícia de que a requerente procurou este fórum para ciência do andamento do feito, ou ausente qualquer protocolamento por seu procurador, restou silente, portanto, o requerente, após mais de 06 (seis) meses de intimação.

Finalmente, instado a se manifestar, o Ministério Público se manifestou pelo reconhecimento do abando da causa ante a inércia da parte autora (fl. 55).

Decido.

Diante do exposto, evidenciada a falta de interesse processual superveniente, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 485, III, do Código de Processo Civil/2015.

Sem custas, eis que a Requerente é beneficiária da gratuidade.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquive-se.

Peixe-Boi, 21 de outubro de 2021.

ANÚZIA DIAS DA COSTA

Juíza de Direito Titular da Comarca de Peixe-Boi/PA

X-X04

PROC. 0001301-28.2019.8.14.0041

AÇÃO: PORTE ILEGAL DE ARMA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

ACUSADO: ADRIANO COSTA MAGALHÃES

ADV. ACUSADO: WALLACE COSTA CAVALCANTE ¿ OAB-PA 9.734 (DATIVO)

VÍTIMA: A. C.

SENTENÇA

RELATÓRIO:

O Ministério Público ofereceu denúncia contra ADRIANO COSTA MAGALHÃES, imputando-lhe a prática dos crimes descritos no artigo 12, caput, da Lei n. 10.826/2003 c/c artigo 180, do CP.

Segundo relatado na peça acusatória,

¿(...) no dia15/05/2019, por volta das 08h35min, na rua Tauarizinho, s/n, próximo ao campo de futebol, no bairro caveira, nesta cidade, o denunciado ADRIANO COSTA MAGALHÃES foi preso em flagrante delito por possuir uma arma de fogo, calibre 12, artesanal, bem como 04 (quatro) munições de mesmo calibre, em desacordo com determinação legal e regulamentar. Além disso, foi apreendido com o denunciado 01 (um) aparelho celular SAMSUNG J5, cor dourada, objeto de furto.

Extrai-se dos autos que, no dia e hora acima mencionados, uma equipe de policiais militares estava fazendo policiamento ostensivo na cidade, quando foram informados pela Sra. MARIA RAIMUNDA DUCENEIDE PEREIRA DANTAS que seu neto, o nacional BRUNO PEREIRA DANTAS, teria subtraído seu aparelho celular e vendido para o denunciado.

Diante disso, a equipe policial foi até a casa do denunciado e lá apreendeu o aparelho celular da vítima, qual seja, um SAMSUNG J5, cor dourada.

Não obstante isso, também foi apreendido com o denunciado uma arma de fogo, calibre 12, artesanal, bem como 04 (quatro) munições de mesmo calibre, em desacordo com determinação legal e regulamentar¿.

Antes mesmo da citação, foi encaminhado a este juízo Laudo referente à Perícia de Mecanismo e Potencialidade (de fls. 09/11). Mais adiante, o material foi encaminhado ao SFPC da 8ª Região Militar do Exército para destruição (fl. 15).

Recebida a denúncia (fl. 14), o réu foi citado (fl. 18) e apresentou defesa por meio de Defensor Dativo (nomeação à fl. 21), uma vez que não possuía advogado constituído (fls. 26/27).

À fl. 31, foi acostada certidão de antecedentes criminais.

Em audiência de instrução de julgamento, foram ouvidas as testemunhas de acusação GABRIEL HERMES MENEXES FERNANDES, BRUNO PEREIRA DOS SANTOS e RAIMUNDA DUCINEIDE PEREIRA. Ao final, o réu foi interrogado, permanecendo os autos aguardando a juntada da carta precatória expedida (termo de fl. 38/39 ¿ mídia à fl. 40).

A carta precatória foi posteriormente devolvida sem o devido cumprimento, diante do não comparecimento da testemunha, policial militar, na data aprazada, apesar de expedido ofício requisitório ao Comando (termo de fl. 54v).

Adiante, as partes apresentaram alegações finais às fls. 56/57v (acusação) e fls. 61/69 (defesa).

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE DA INFRAÇÃO

Como narrado acima, imputa-se ao denunciado ADRIANO COSTA MAGALHÃES a prática dos crimes de posse ilegal de arma de fogo (artigo 12, da Lei n. 10.826/03) e receptação (artigo 180, do CP).

A materialidade dos crimes imputados ao acusado se encontra devidamente provada nos autos.

Toda a investigação foi deflagrada a partir da notícia, levada ao conhecimento da polícia pela senhora RAIMUNDA acerca de um furto de um telefone celular de marca SANSUNG J5, de cor dourada, subtraído de sua casa por seu neto BRUNO e entregue a terceira pessoa, o acusado ADRIANO.

A testemunha RAIMUNDA, avó de Bruno prestou depoimento judicial, no qual esclarece que estava em casa quando seu neto Bruno apareceu e, logo após a sua saída, percebeu que o telefone não mais se encontrava no carregador. Quando foi ao encontro de Bruno, este confessou ter subtraído o celular para pagar uma dívida com o acusado ADRIANO pela venda de um pássaro curió, tendo repassado o telefone por R$ 300 (trezentos reais) e recebido de volta o saldo de R$ 100,00 (cem reais). Embora o aparelho não tenha sido encontrado na casa de ADRIANO, este último chegou instantes depois na delegacia, onde se encontrava dona RAIMUNDA, para entregar o celular objeto do furto.

Essa versão foi inclusive confirmada por ADRIANO durante o seu interrogatório, apenas divergindo dos valores. Na oportunidade, ADRIANO disse não ter conhecimento de que o celular era produto de furto, mas também confessou que não chegou sequer a indagar a sua origem de quem o repassou. Disse apenas que costumava receber celulares de BRUNO que vivia de ¿trocas¿, mas nunca pediu qualquer recibo ou nota fiscal dos aparelhos a ele repassados.

Aqui é imprescindível destacar que não se tratou da modalidade culposa do delito de receptação, mas sim dolosa. E isso porque, em seu depoimento, BRUNO foi claro ao afirmar ter dito ao acusado que o celular era da avó e, principalmente, que o pegara ¿escondido¿. O acusado sabia, ao receber o celular, que se tratava de produto de furto.

Assim, afasto a tese da defesa de que se trataria de receptação culposa e, por conseguinte, afasto a possibilidade perdão judicial, prevista apenas para aquela modalidade criminosa.

Tenho por provados, portanto, autoria e materialidade delitivas do crime de receptação, encartado no artigo 180, do CP.

Quanto ao crime de posse ilegal de arma de fogo, observo que a sua existência foi constatada, segundo depoimento judicial do policial militar GABRIEL, durante uma busca domiciliar, autorizada pela proprietária da residência e mãe do acusado, quando os policiais lá estiveram procurando por ele e pelo celular furtado da casa da dona RAIMUNDA. O celular não foi encontrado na casa, mas, durante a busca, no quarto dele, foi encontrada uma arma de fogo caseira, calibre 12, e quatro munições do mesmo calibre.

Sua potencialidade lesiva foi constatada por meio de perícia técnica que atestou estar ela ¿em condições de funcionamento¿ (laudo de fl.09/10).

Em seu interrogatório, o acusado ADRIANO confessou que a arma lhe pertencia, e era usada para caçar. Disse também, que além dela, já havia adquirido uma outra arma, que inclusive foi a que, segundo alega, teria disparado acidentalmente e levado a óbito sua companheira (fato esse de conhecimento desse juízo que inclusive já concluiu a fase instrutória do respectivo processo).

Os depoimentos colhidos em juízo, a confissão do acusado e a perícia técnica realizada na arma, são suficientes para provar a autoria e materialidade no crime de posse ilegal de arma de fogo, encartado no artigo 12, da Lei n. 10.826/2003 conforme narrado na denúncia.

Incidirá, na hipótese a atenuante da confissão tão-somente para o crime do artigo 12, da Lei n. 10.826/2003.

Assim, diante do conjunto probatório apresentado, concluo que a conduta do denunciado se encontra perfeitamente enquadrada nos tipos penais dos artigos 180, do CP e 12, da Lei n. 10.826/2003, porquanto provadas a autoria e materialidade delitivas.

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO formulado na denúncia, para o fim de CONDENAR ADRIANO COSTA MAGALHÃES pela prática dos crimes de receptação dolosa e posse ilegal de arma de fogo (artigos 180, do CP e 12, da Lei n. 10.826/2003).

Ao exame das circunstâncias judiciais enunciadas no artigo 59 do Código Penal, constato que culpabilidade do agente é extremamente elevada, porquanto é a segunda vez que o acusado adquire ilegalmente uma arma de fogo, inclusive tendo a primeira disparado e levado a óbito a sua companheira, em um processo ainda em curso neste juízo. De qualquer modo, mesmo com tamanhas consequências, o acusado mais uma vez praticou o ilícito, apesar de todas as advertências em audiência, no outro processo, demonstrando o seu descaso com a lei. Todos esses elementos revelam estar ele consciente da ilicitude de sua conduta, merecendo uma maior reprovabilidade; não há registro de maus Antecedentes; não há nos autos dados concretos para aferir Personalidade e Conduta Social, dessa forma, as tenho como

favoráveis ao réu; Motivos do Crime próprios dos tipos, de modo que os tenho como circunstâncias neutras; Circunstâncias do Crime agravadas, tendo em vista que o menor responsável pelo furto avisou o acusado de que o celular pertencia a sua avó, pessoa idosa e vulnerável. Ainda assim, o acusado levou adiante o seu intento, negociando o produto do furto; Consequências Extrapenais do Crime são favoráveis, uma vez que o celular foi recuperado pela vítima sem avarias; por fim, não há que se falar em comportamento da vítima a prejudicar o réu.

Passo, agora, ao cálculo a pena, separadamente para cada crime.

Crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido (artigo 12, da Lei de n. 10.826/2003.

Atenta às circunstâncias judiciais, fixo a pena base em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de detenção e 10 (dez) dias multa, sendo cada um no equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do crime.

Não há agravantes.

Presentes a circunstância atenuante da confissão (artigo 65, III, ¿d¿, do CP) reduzo a pena para 01 (um) ano e 04 (quatro) meses de detenção e 10 (dez) dias multa, sendo cada um no equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do crime.

Ausente causas de aumento e diminuição, torno definitiva a pena supra dosada para o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido (artigo 12, da Lei de n. 10.826/2003).

O réu deverá cumprir a pena em regime aberto (artigo 33, §2º, ¿c¿, do CP).

Do crime de receptação dolosa (artigo 180, do CP).

Atenta às circunstâncias judiciais, fixo a pena base em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 10 (dez) dias multa, sendo cada um no equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do crime.

Não há agravantes e nem atenuantes.

Ausente causa de aumento ou de diminuição.

Torno definitiva a pena de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 10 (dez) dias multa, sendo cada um no equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do crime.

O réu deverá cumprir a pena em regime aberto (artigo 33, §2º, ¿c¿, do CP).

Considerando que foram aplicadas ao réu penas de detenção e reclusão, não é possível a incidência da regra do concurso material para fins de concessão de benefícios (artigo 44 e artigo 77, ambos do CP) ou fixação do regime inicial de cumprimento.

A valoração negativa das circunstâncias judiciais representa impedimento à concessão do benefício de substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, estando ausente, pois, o requisito subjetivo (artigo 44, inciso III, do CP).

De igual forma, e pelo mesmo motivo, deixo de aplicar o benefício do artigo 77, do CP.

Considerando que o denunciado respondeu solto todo o processo, não vislumbro a necessidade de seu encarceramento, senão após a confirmação da presente sentença.

Após o trânsito em julgado desta decisão:

DETERMINO que seja lançado o nome do réu no rol dos culpados, e façam-se as comunicações devidas;

ENCAMINHEM-SE os autos para designação de audiência admonitória;

EXPEÇA-SE guia de recolhimento da pena de multa imposta ao mesmo, devendo ser observado o disposto no artigo 50 do Código Penal.

OFICIE-SE à Justiça Eleitoral informando da condenação irrecorrível imposta ao acusado para efeito de suspensão dos direitos políticos do sentenciado.

Condeno o réu ao pagamento de custas.

Considerando a ausência de Defensor Público nesta Comarca, bem como que o acusado não constituiu advogado, sendo-lhe nomeado na condição de ADVOGADO(A) DATIVO(A), o DR. WALLACE COSTA CAVALCANTE OAB-PA 9.734, fixo o valor de seus honorários advocatícios por sua assistência durante todo o processo, a ser suportado pelo Estado do Pará no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Expeça-se certidão para entrega ao patrono.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Peixe-Boi/PA, 21 de outubro de 2021.

Anúzia Dias da Costa

Juíza de Direito Titular da Comarca de Peixe-Boi

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X05

COMARCA DE AUGUSTO CORREA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA

Processo nº 0030390-54.2015.814.0068

Réu: Manoel Ronaldo dos Reis Ferreira

Advogada nomeada: Ana Maria Barbosa Bichara, OAB/PA nº 26.646

Ré: Cineide do Socorro Ribeiro Cunha

Advogada nomeada: Ana Maria Barbosa Bichara, OAB/PA nº 26.646

Capitulaç¿o Provisória: art. 33 e art. 35, ambos da Lei nº 11.343/06

DECIS¿O

Vistos,

1 ¿ Verifica-se que o acusado MANOEL RONALDO DOS REIS FERREIRA em sua defesa apresentada às fls. 22/24, requereu que lhe fosse concedida autorizaç¿o para mudança de domicílio, visto ter conseguido trabalho na cidade de Indaial/SC, (.....). Dessa forma, DEFIRO o pedido de mudança de endereço, devendo ser expedida Carta Precatória para a comarca de Indaial/SC, para que fiscalize o cumprimento das medidas cautelares que lhe foram impostas para a concessão de sua liberdade, conforme fls. 42/44v. Deverá o acusado juntar comprovante de que está residindo e trabalhando na cidade informada, no prazo de 15 (quinze) dias.

2 ¿ Uma vez que apresentadas as respostas dos réus sem preliminares e exceções, em atenção ao art. 56 da Lei 11.343/2006, **RECEBO** a denúncia, não sendo causa de rejeição da denúncia ou absolviç¿o sumária, ademais as teses levantadas pela defesa s¿o matérias exclusivamente de mérito, o que será analisado na fase instrutória, designo audiência de instruç¿o e julgamento para o dia: **15/03/2022**, às **10h:00min**, que deverá ser realizada por videoconferência, nos termos da **PORTARIA CONJUNTA Nº 10/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, DE 15 DE MAIO DE 2020,** da **PORTARIA CONJUNTA Nº 15/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, DE 21 DE JUNHO DE 2020** e da **PORTARIA CONJUNTA Nº 17/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, DE 13 DE JUNHO DE 2020**.

3 ¿ Oficie-se à Secretaria de Informática, para que de forma remota, auxilie na presente realizaç¿o da audiência, nos termos do art. 18, §3º da Portaria Conjunta nº10/2020 GP/VP/CJRMB/CJCI.

4 ¿ Intime-se a acusada CINEIDE DO SOCORRO RIBEIRO CUNHA sobre a realizaç¿o da audiência, devendo ser indagada sobre a existência de contato telefônico e e-mail, para que seja encaminhado o link para ingresso na audiência de instruç¿o e julgamento, haja vista a realizaç¿o de audiência, preferencialmente, de forma virtual, por meio da plataforma Microsft Teams, de modo que a acusada somente comparecerá de forma presencial ao ato de forma justificada.

5 ¿ Intime-se o acusado MANOEL RONALDO DOS REIS FERREIRA sobre a realizaç¿o da audiência, bem como sobre a real possibilidade de participar do ato por meio de videoconferência, visto que informou seu contato telefônico e endereço eletrônico em sua defesa, fazendo-se a ressalva de que deverá fazer uso o aplicativo Microsoft Teams. Ressalte-se que, como há contato telefônico nos autos, deverá ser, primeiramente, feita a tentativa para sua intimaç¿o por meio eletrônico, contato telefônico, mensagem

eletrônica, e-mail e aplicativos de mensagens, conforme art. 7º e art. 24 da Portaria Conjunta nº 10/2020-GP/CJRMB/CJCI e art. 22 da Portaria Conjunta nº 15/2020-GP/CJRMB/CJCI.

6 ¿ Solicite-se ao Comando da Polícia Militar e-mail a ser disponibilizado ao Juízo, para que seja encaminhado o link da audiência a ser realizada por videoconferência, visto serem testemunhas os PM¿S L. G. M. G., D. A. A. J. e D. A. P. D. P.

7 ¿ Solicitem-se os e-mails da Advogada e do Ministério Público a fim de encaminhar o link da audiência por videoconferência.

8 ¿ As intimaç¿es das testemunhas, sempre que possível, dever¿o ser realizadas por oficial de justiça, observadas as normas do Código de Processo Penal e os atos normativos deste Poder Judiciário, em especial o art. 7º e art. 24 da Portaria Conjunta nº 10/2020-GP/CJRMB/CJCI e art. 22 da Portaria Conjunta nº 15/2020-GP/CJRMB/CJCI.

9 ¿ As intimaç¿es poder¿o ainda ser realizadas por qualquer outro meio idôneo, tais como mensagem eletrônica, e-mail e aplicativos de mensagens, hipóteses nas quais, obrigatoriamente, o magistrado, na audiência, deverá ratificar a intimaç¿o da testemunha, conforme art. 24, §1º da Portaria Conjunta nº 10/2020-GP/CJRMB/CJCI. Nesse momento, será solicitado às testemunhas seus e-mails, para que possam receber o link da realizaç¿o da audiência por videoconferência.

10 ¿ Deverá constar do mandado de intimaç¿o a advertência de que a testemunha tenha em m¿os o seu documento de identificaç¿o pessoal com foto, o qual será necessário durante a sua participaç¿o na audiência virtual, conforme art. 24, §2º da Portaria Conjunta nº 10/2020-GP/CJRMB/CJCI.

11 ¿ A defesa da ré CINEIDE DO SOCORRO RIBEIRO CUNHA arrolou as mesmas testemunhas arroladas pelo Ministério Público.

13 ¿ Já a defesa do acusado MANOEL RONALDO DOS REIS FERREIRA n¿o apresentou rol de testemunhas, de modo que dou como preclusa a apresentaç¿o, n¿o sendo possível arrolar em momento posterior.

14 - No demais, cumpra-se com o necessário para realizaç¿o da audiência já designada, expedindo-se o imprescindível.

DECIS¿O SERVINDO DE MANDADO E OFÍCIO.

P. R. I. Cumpra-se.

Augusto Corrêa/PA, 08 de novembro de 2021.

ANGELA GRAZIELA ZOTTIS

Juíza de Direito Titular da

Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa

Embargos de Declaração em sede Processo Criminal ¿ Tribunal do Júri

Processo nº 0003970-80.2013.814.0068

Embargante: José Adailton de Brito Miranda, vulgo ¿Careca¿

Advogados: Marconi Gomes Souza, OAB/PA nº 29.319, Ruy Pantoja Costa, OAB/PA nº 29.978, Paulo Reinaldo Santiago do Espírito Santo, OAB/PA nº 28.347, e Daniel Ramon Cruz Araújo, OAB/PA nº 15.390

DECISÃO

Vistos,

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo impetrante JOSÉ ADAILTON DE BRITO MIRANDA, vulgo ¿CARECA¿, ao argumento de que houve omiss¿o na sentença proferida em Sessão do Tribunal do Júri no dia 20/10/2021, visto n¿o ter sido, na terceira fase da sentença, acrescentada a ATENUANTE DE CONFISS¿O, faltando abatimento na pena definitiva de 17 anos de reclus¿o. Em raz¿o disso, requer o acolhimento dos Embargos de Declaraç¿o.

N¿o assiste raz¿o ao Embargante.

N¿o há que se falar em omiss¿o quanto ao reconhecimento da atenuante de confiss¿o em favor do acusado, na fase de dosimetria da pena, visto que n¿o houve confiss¿o por parte do réu, de modo que n¿o há como apreciar a atenuante e aplicar na sentença em favor do acusado, tratando-se a insurgência do embargante de mero inconformismo.

Dessa forma, incabível os aclaratórios opostos pelo embargante.

Isso posto, conheço dos Embargos de Declaraç¿o, porém, **nego-lhes provimento**, ante a inexistência de omiss¿o na sentença atacada fls. 294/296, mantendo-se, integralmente, os termos da referida sentença.

Intime-se o embargante, por meio de seu patrono, via publicaç¿o no DJe /PA.

P. R. I. Cumpra-se.

Augusto Corrêa, 09 de novembro de 2021.

ANGELA GRAZIELA ZOTTIS

Juíza de Direito Titular da

Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa

Processo nº 0800066-72.2020.814.0068

Adolescente Infrator: M. V. F. C.

Defensora nomeada: Ana Maria Barbosa Bichara, OAB/PA nº 26.646

Capitulação provisória: ato infracional análogo ao art. 157, § 2º, II e § 2º-A, I c/c art. 29 do CPB

DECISÃO

Vistos,

Trata-se de Representação para aplicação de medida socioeducativa em face do adolescente infrator **M. V. F. C.**, que está com audiência de apresentação designada para o dia 09/11/2021, às 09h:30min, contudo, tal momento está compreendida a XV SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO 2021, que ocorrerá de 08/11 a 12/11/2021, devendo serem priorizados os processos aptos à inclusão na referida semana, ressalvadas as prioridades da lei, nas quais não se insere a presente lide, visto não se tratar de adolescente apreendido ou internado, REDESIGNO a audiência de apresentação para oitiva do adolescente infrator, anteriormente designada, para o dia **17/03/2022**, às **10h:00min**.

Intime-se o adolescente e seus pais/responsáveis para que compareçam à audiência munidos de documentos de identificação.

Intime-se a defensora nomeada, Dra. Ana Maria Barbosa Bichara, OAB/PA nº 26.646.

Intime-se o Ministério Público.

No mais, cumpra-se a decisão anterior, devendo ser providenciado o estudo social do caso, através de relatório de equipe interprofissional, caso ainda não tenha sido apresentado, bem como seja acostado aos autos os Antecedentes Infracionais do representado.

Expeça-se o necessário.

DECISÃO SERVINDO DE MANDADO.

P. R. I. Cumpra-se.

Data assinada eletronicamente.

ANGELA GRAZIELA ZOTTIS

Juíza de Direito Titular da

Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa

Processo nº **0800492-50.2021.8.14.0068**

Autos de Divórcio Litigioso

Requerente: Cristiane do Socorro Rodrigues Ferreira

Advogada: **Karina Valente Barbosa -** OAB/PA nº. 13.740

DECISÃO

Cuida-se de divórcio litigioso, requerendo dentre os pedidos, a concessão dos benefícios da justiça gratuita para a autora.

Relata a Autora ser servidora pública, não especificando em que órgão ou órgãos atua, elencado os seguintes bens para que seja objeto da partilha:

01 (um) imóvel residencial localizado na Rua José Lauro da Costa bairro Nazaré avaliado em R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

01 UM IMOVEL residencial que o autor reside localizado Rua Santa Ana B, nº 194, Bairro Santa Cruz, município de Augusto Corrêa, avaliado em R$ 70.000,00 (setenta mil reais),

01 (um) veículo automóvel, MARCAI/CHEV TRACKER LT, ANO 2018, COR BRANCA, avaliado em R$ 83.864,00.

01 (uma) motocicleta avaliada em R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Outrossim, junta nos autos, comprovante de residência, com consumo a pagar no valor de R$ 428,05 (quatrocentos e vinte e oito reais e cinco centavos).

Dessa forma, analisando os elementos relatados nos autos, a priori, a Autora não faz jus aos benefícios da justiça gratuita, pois o patrimônio elencando indica, em tese, ausência de critérios legais para a concessão da gratuidade.

Portanto, com base no art. 99, §2º do CPC, intime-se a autora, na pessoa de sua Advogada, para que comprove o preenchimento dos referidos pressupostos para a concessão dos benefícios da assistência gratuita, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento.

Destaco ainda, há possibilidade de parcelamento das custas previstas pelo TJPA.

Cumpra-se.

P.R.I

Augusto Corrêa/PA, 03 de novembro de 2021.

ANGELA GRAZIELA ZOTTIS

Juíza de Direito Titular da

Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa/PA

COMARCA DE MARAPANIM

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MARAPANIM

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE MARAPANIM - VARA: VARA UNICA DE MARAPANIM PROCESSO: 00038447120188140030 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIANI DO SOCORRO DA S. VIEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 09/11/2021 DENUNCIADO:SUZANA BORTOLI RODRIGUES Representante(s): OAB 16703 - DARTE DOS SANTOS VASQUES (ADVOGADO) VITIMA:D. J. M. J. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. EDITAL DE INTIMAÃÃO Autoridade JudiciÃ¡ria: Dr. Jonas da ConceiÃ§Ã£o Silva, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Marapanim Autos nÂº 0003844-71.2018.814.0030 Denunciante: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA VÃ-tima: D.D.J.M.J Denunciada: SUZANA BORTOLI RODRIGUES Advogado: Dr. DARTE DOS SANTOS VASQUES, OAB/PA: 16703Â Finalidade: intimaÃ§Ã£o do RÃ©u, atravÃ©s de seu Patrono, para apresentar alegaÃ§Ãµes finais, no prazo legal. Dado e passado nesta Comarca de Marapanim/PA, aos 09 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021. _____ FABIANI DO SOCORRO VIEIRA DA SILVA Analista JudiciÃ¡rio

COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

PROCESSO: 0002164-26.2019.8.14.0124. Denunciado: Aparecido Dari Cordeiro (Adv. Antonio Lopes Filho OAB/PA 16.267 ¿A). Autor: Ministério Público. SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Vistos os autos. RELATÓRIO. (...)DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL para condenar APARECIDO DARI CORDEIRO nas penas do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, ABSOLVENDO-O dos crimes previstos nos artigos 147 e 331 do Código Penal da referida lei, nos termos do art. 386, incisos III e VII do CPP. Passo à dosimetria das penas, atenta aos ditames do art. 68 do Estatuto Repressivo. A) PENA-BASE: CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS (ART. 59 DO CÓDIGO PENAL) a.1) culpabilidade: não excede o normal para os delitos desta espécie. a.2) antecedentes: o réu não possui antecedentes criminais em seu desfavor, consoante certidão de fl. 13. a.3) conduta social: não há elementos que permitam sua análise. a.4) personalidade: não há elementos para se analisar a personalidade do Réu.a.5) motivos do crime: o motivo é inerente ao tipo. a.6) circunstâncias do crime: não pesam em desfavor do acusado. a.7) consequências do crime: não foram desfavoráveis, pois não existiram. a.8) comportamento da vítima: não há que se falar em comportamento da vítima. Considerando que as circunstâncias judiciais não prejudicam o acusado, fixo a pena-base no mínimo legal, a saber, em 06 (seis) meses de detenção e 10 (dez) dias-multa e suspensão do direito de dirigir veículo automotor pelo período de 02 (dois) meses, na forma do art. 293 do CTB. B) CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES

Não vislumbro a existência de agravantes. Por outro lado, reconheço como atenuante a confissão do Acusado contudo, fica mantida a pena anteriormente fixada, em atenção à Súmula 231 do STJ, que dispõe: "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal. C) CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO DE PENA Não há causas de aumento ou de diminuição de pena a serem consideradas. Fica, portanto, o réu APARECIDO DARI CORDEIRO condenado como incurso nas penas do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, à pena total de 06 (seis) meses de detenção, 10 (dez) dias-multa e suspensão do direito de dirigir veículo automotor pelo período de 02 (dois) meses. Considerando que não foi feita prova da condição financeira do Réu, arbitro o valor do dia multa no mínimo legal, a saber, 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente na data dos fatos, devidamente atualizado.

D) DETRAÇÃO Não há notícia nos autos a respeito de prisão do Réu pelo fato ora versado, a ponto de se aplicar a detração, tendo em vista que ficou preso por menos de 24 horas e logo pagou fiança, nos termos do artigo 387, §2º, do CPP c/c art. 11 do CP e, ainda, com base em entendimento jurisprudencial (STJ RHC 140214 SC). E) REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA O regime inicial de cumprimento de pena privativa de liberdade, observada a disposição do art. 33, §2º, c, do Código Penal será o ABERTO. F) SUBSTITUIÇÃO POR PENA RESTRITIVA DE DIREITOS E SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA O Acusado preenche os requisitos do art. 44 do Código Penal, pois o quantum de pena imposto é inferior a quatro anos, o crime não foi praticado mediante violência ou grave ameaça contra a pessoa e entendo que a substituição é suficiente para a reprovação do crime. Destarte, com fundamento no § 2º, do art. 44, do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade, a qual será efetuada à razão de 1 hora de

trabalho por dia de condenação, o que resulta em 180 (cento e oitenta) horas, de acordo com o que estabelece o art. 46 do Código Penal, a ser prestada junto a instituição designada na audiência admonitória. G) SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA- ART. 77 do CP Descabe, diante da substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos. H) EFEITOS AUTOMÁTICOS E NÃO AUTOMÁTICOS DA CONDENAÇÃO - ART. 91 E 92 DO CP Inexistem tais efeitos no presente caso. I) FIXAÇÃO DO VALOR MÍNIMO DE REPARAÇÃO - ART. 387, IV DO CPP

Deixo de fixar valor mínimo de reparação, por não haver pedido nesse sentido, e, ainda, pelo fato da

aplicação das penas restritivas de direito servirem como reparação aos danos

causados à coletividade. J) CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS Condeno ainda o Réu ao pagamento das custas processuais, na forma do art. 804 do CPP, a serem calculadas pela UNAJ, na forma da Lei Estadual nº 8.328/2015.

K) PRISÃO PREVENTIVA Percebo que o Réu respondeu ao processo em LIBERDADE não havendo razões para, agora com vistas ao convencimento expressado nesse decisum e diante da pena concreta aplicada, se cogitar sequer de medidas alternativas à prisão já que nem essas são NECESSÁRIAS OU ADEQUADAS. Assim, vislumbrando a tutela primordial do direito de Liberdade, de proteção constitucional, excepcionada somente em situações de gravidade preponderante, deixo de impor prisão preventiva ou medida cautelar diversa ao Condenado, nos termos do art. 387, § 1º do CPP. L) DISPOSIÇÕES FINAIS Verificando que houve pagamento da fiança, proceda-se na forma do art. 336 do CPP, utilizando-se ao pagamento das custas e da multa. À UNAJ para que proceda aos cálculos conforme sobredito. Em caso de efetiva apreensão da arma branca tipo canivete de inox, passo a determinar. Analisando a legislação aplicada à matéria, verifica-se, como regra geral, que as coisas, valores e objetos apreendidos, devem ter como destino a alienação e o dinheiro apurado deve ser recolhido ao Tesouro Nacional ou destinado ao juízo de ausentes (arts. 91 do CP, 119 e 122 do CPP). Entretanto, o referido bem é de pequeno valor, sendo que o custo para se efetivar sua alienação superaria o valor do objeto, não havendo como aplicar as soluções de alienação indicadas no CPP, face o reconhecimento de sua antieconomicidade. Para esses casos, o Conselho Nacional de Justiça, através do Manual de Bens Apreendidos, orienta os Magistrados a promoverem a doação dos bens a entidades assistenciais ou promover a sua destruição e descarte em lixo apropriado, caso não estejam em condições de uso. Sendo assim, considerando que o objeto apreendido no presente processo detém, manifestamente, baixo valor econômico, bem como a ausência de utilidade em favor das instituições policiais e ausência de necessidade de encaminhamento ao Exército para destruição, por se tratar de arma imprópria, determino o seu descarte, providenciando-se a Secretaria Judicial o descarte do objeto referido em lixo apropriado, consoante orienta o Manual de Bens Apreendidos do CNJ. A Secretaria Judicial deverá adotar todas as providências necessárias ao cumprimento dessa presente determinação, com as cautelas de praxe. Após o trânsito em julgado, adote a Secretaria as seguintes providências: a) insira-se o nome do Réu no rol dos culpados. b) expeçam-se as guias de execução; c) oficie-se ao TRE, informando da presente condenação, para os fins do art. 15, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil; d) oficie-se ao órgão de trânsito competente; e) feitas as anotações de estilo, arquivem-se os autos principais (sem prejuízo do acompanhamento da Execução por intermédio da Guia de Execução, conforme item b), dando-se baixa nos registros e adotando todos os procedimentos de praxe em casos desta natureza. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. São Domingos do Araguaia, datado e assinado eletronicamente.

ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES. Juíza de Direito Titular da Comarca de São Domingos do Araguaia

P R O C E S S O : 0 0 0 0 8 8 1 0 2 2 0 1 8 8 1 4 0 1 2 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021---REQUERENTE:O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO PUBLICA DO ESTADO PARA SINTEPP Representante(s): OAB 10032-B - ANILSON RUSSI (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA. PROCESSO: 0000881-02.2018.8.14.0124 REQUERENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÃ¿Ã¿O PÃ¿BLICA DO ESTADO DO PARÃ-SINTEPP. REQUERIDO: MUNICÃPIO DE SÃ¿O DOMINGOS DO ARAGUAIA. DESPACHO Como requer o MinistÃ©rio PÃºblico. ApÃ³s, nova vista ao Â¿ParquetÂ¿ e conclusos na sequÃªncia. SÃ£o Domingos do Araguaia, 05 de novembro de 2021. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia/PA
P R O C E S S O : 0 0 0 0 7 7 6 3 5 2 0 1 2 8 1 4 0 1 2 4 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 1 2 1 0 0 0 6 7 3 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021---REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO

DOMINGOS DO ARAGUAIAPA REQUERENTE:SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): ANILSON RUSSI (ADVOGADO) . PROCESSO: 0000776-35.2012.8.14.0124 REQUERENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÃ¿Ã¿O PÃ¿BLICA DO ESTADO DO PARÃ-SINTEPP. REQUERIDO: MUNICÃPIO DE SÃ¿O DOMINGOS DO ARAGUAIA. DECISÃ¿O Mantenho a decisÃ£o de fls. 363, na Ã-ntegra. Ante a ausÃªncia de requerimento de outras provas, anuncio o julgamento do mÃ©rito. No entanto, por forÃ§a do Art. 10 do CPC, intimem-se as partes e apÃ³s conclusos. SÃ£o Domingos do Araguaia, 05 de novembro de 2021. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 5 5 6 3 6 8 2 0 1 6 8 1 4 0 1 2 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Procedimento Sumário em: 08/11/2021---REQUERENTE:HELENA DOS REIS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICA DO PARA SA CELPA. PROCESSO: 0005563-68.2016.8.14.0124 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÃVEL. Autor: HELENA DOS REIS. RÃ©: EQUATORIAL PARÃ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Vistos os autos. 1. RELATÃ¿RIO. RelatÃ³rio dispensado nos termos da norma do artigo 38, da Lei 9.099/95. 2. FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O. Primeiramente, cumpre pontuar que sÃ£o inaplicÃ¡veis as disposiÃ§Ãµes da Lei Estadual nÂº 8.328/2015, quanto ao recolhimento antecipado das custas processuais finais, visto que se trata de procedimento de sumarÃ-ssimo, conforme previsÃ£o da lei 9.099/95. Diante do que consta da certidÃ£o de fls.77, reconheÃ§o Ã revelia do RÃ©u conforme artigo 344 do CÃ³digo de Processo Civil, sem, contudo, aplicar os seus efeitos, na forma do art.345, IV do mesmo CÃ³digo. Entendo, ainda, de nÃ£o haver necessidade de realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia, nem de ulterior dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria, porquanto os documentos carreados aos autos sÃ£o suficientes para o julgamento antecipado do mÃ©rito, nos termos do art. 355, I do CPC, o que doravante faÃ§o. Presentes os pressupostos de constituiÃ§Ã£o e desenvolvimento valido e regular do processo e atendidas Ã s condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, nÃ£o havendo questÃµes preliminares a ser analisadas, passo ao exame do mÃ©rito. ApÃ³s meticulosa anÃ¡lise das alegaÃ§Ãµes das partes, bem como dos documentos que instruem a inicial, tenho que nÃ£o assiste razÃ£o Ã Autora. A pretensÃ£o da parte reclamante Ã© obter provimento jurisdicional para que seja declarada a inexistÃªncia do dÃ©bito de consumo de energia elÃ©trica, referente as faturas dos meses 05/2016 (R$ 109,77); 06/2016 (R$ 478,83); 07/2016 (R$ 98,89) e 08/2016 (238,04), sob o fundamento de que os valores cobrados nÃ£o condizem com o consumo mensal de energia elÃ©trica de sua residÃªncia, que a cobranÃ§a Ã© indevida e por conta desses fatos teve transtornos e preocupaÃ§Ãµes, em razÃ£o disto, requereu indenizaÃ§Ã£o por dano moral. Pois bem, apesar das alegaÃ§Ãµes da parte reclamante, verifico pela prova documental produzida nos autos, que as faturas reclamadas nÃ£o demonstram qualquer irregularidade, mas sim o real consumo de energia elÃ©trica do reclamante. Digo isto porque, conquanto a parte reclamante alegue que nÃ£o seja o seu real consumo, constato atravÃ©s do histÃ³rico de consumo da conta contrato do reclamante que as faturas se encontram dentro da mÃ©dia de consumo, se comparado aos anos anteriores. Com isso, concluo que nÃ£o hÃ¡ fatura em valor desarrazoado, muito pelo contrÃ¡rio, as faturas e documentos apresentados pela parte reclamante, demonstram a inexistÃªncia de irregularidades, visto que o consumo mensal da conta contrato do reclamante, permanece dentro dos parÃ¢metros de um imÃ³vel que possui os eletrodomÃ©sticos informados pelo reclamante, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o configurado a ilegalidade das faturas mensais de consumo de energia elÃ©trica, em consequÃªncia disto, a improcedÃªncia quanto ao pedido de declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia de dÃ©bito e cancelamento do parcelamento Ã© medida que se impÃµe. Destaque-se ainda, que a alegaÃ§Ã£o da parte reclamante de que a cobranÃ§a Ã© indevida, nÃ£o merece ser acolhida, visto que nÃ£o retira a legitimidade do procedimento adotado, sendo certo que a parte reclamada limitou-se a cobrar nas faturas o real consumo mensal de energia elÃ©trica da parte reclamante, com comprovaÃ§Ã£o de leitura devidamente efetuada no medidor de consumo de energia elÃ©trica. Diante disto, reconhecida a legalidade dos procedimentos adotados para a cobranÃ§a das faturas mensais de consumo de energia elÃ©trica, resta configurada a legitimidade da cobranÃ§a da fatura referente aos meses 05/2016 (R$ 109,77); 06/2016 (R$ 478,83); 07/2016 (R$ 98,89) e 08/2016 (238,04), da conta contrato de nÂº 5326290. Nota-se, portanto, que o corte ocorreu de forma lÃ-cita, nÃ£o existindo irregularidade alguma a ser posta na conta da requerida ao ponto de ensejar a indenizaÃ§Ã£o pleiteada, salvo melhor juÃ-zo. O consumidor, ciente da possibilidade da suspensÃ£o do serviÃ§o (eis que devidamente notificado), assumiu o risco de experimentar os transtornos relatados na inicial ao nÃ£o providenciar o pagamento do dÃ©bito em tempo hÃ¡bil. Em casos semelhantes, colhe-se da jurisprudÃªncia: Â¿EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÃ¿TRICA - DÃ¿BITOS QUITADOS EM ATRASO POUCAS HORAS

ANTES DO CORTE - DANO MORAL NÃ¿O CARACTERIZADO - MODIFICAÃ¿Ã¿O DA DECISÃ¿O. RECURSO PROVIDO. 1. Pagamento de fatura, com mais de um mÃªs de atraso, efetuado no dia 26/03/2007 - data do corte, ou seja, poucas horas antes do corte, apesar de previamente avisado do dÃ©bito em aberto. 2. As agÃªncias arrecadadoras tÃªm um prazo de aproximadamente 72 horas para repassar o devido pagamento aos registros da empresa demandada, impossÃ-vel a ciÃªncia pela apelada Celpe de conta paga aproximadamente 3 horas antes do corte. 3.Ã¿ cristalina, portanto, a conduta lÃ-cita praticada pela CELPE por ter agido de forma regular, efetuando o corte em questÃ£o, pois o apelado Luiz Augusto optou por correr o risco de ter seu fornecimento de energia elÃ©trica suspenso ao inadimplir com suas faturas na data de vencimento. 4. Recurso Provido. 5. NÃ£o se consideram violados os arts. 5, II e V, da CF; art. 6, VIII, do CDC; arts. 186 e 188, I, 884, 944 e segs. do CC; art. 333, I do CPC; arts. 72, 90, 91, 95 e 105 da ResoluÃ§Ã£o 456/2000 e art. 6Âº, Â§ 3Âº e 29, I da Lei nÂº 8.987/95. 6. Quanto Ã alegaÃ§Ã£o de inexistÃªncia de danos materiais, deixo de apreciar o pedido, tendo em vista tratar-se de matÃ©ria estranha aos autos, pois nÃ£o foi objeto de pleito autoral, tampouco de decisÃ£o singular. (Processo: APL 13571220088170640 PE 0001357-12.2008.8.17.0640 - Relator(a): Francisco Eduardo Goncalves Sertorio Canto - Julgamento: 10/01/2013 - Ã¿rgÃ£o Julgador: 3Âª CÃ¢mara CÃ-vel - PublicaÃ§Ã£o: 12).Â¿ (destaquei) Â¿EMENTA - APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL - AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANO MORAL - SUSPENSÃ¿O DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÃ¿TRICA POR ATRASO NO PAGAMENTO DA CONTA MENSAL - IMPROCEDÃ¿NCIA - SUSPENSÃ¿O DO SERVIÃ¿O EFETIVADA DENTRO DO PRAZO DE UM DIA Ã¿TIL CONTADO DO PAGAMENTO - IRRESIGNAÃ¿Ã¿O RECURSAL - Â¿Â¿ REALIZADO APÃ¿S O PAGAMENTO DO DÃ¿BITO - DANO SUPOSTAMENTE CONFIGURADO - NECESSIDADE DE MAIOR ATENÃ¿Ã¿O DA CREDORA - INOCORRÃ¿NCIA - CONTA PAGA APÃ¿S A DATA PREVISTA, NA FATURA SUBSEQUENTE, COMO O DIA DO Â¿Â¿ - DANOS DESENCADEADOS POR ATO DO PRÃ¿PRIO OFENDIDO - RECURSO IMPROVIDO - SENTENÃ¿A MANTIDA. Ao pagar a conta de energia elÃ©trica com quarenta e quatro dias de atraso, e cinco dias depois da data informada como a prevista para a suspensÃ£o do fornecimento de energia, o consumidor assume os riscos pela suspensÃ£o dos serviÃ§os em decorrÃªncia da mora, sendo que tal conduta (omissiva) sobreleva Ã da concessionÃ¡ria que efetua referido Â¿Â¿ na manhÃ£ do primeiro dia Ãºtil subsequente ao do pagamento. (APELAÃ¿Ã¿O NÂº 10732/2009 - CLASSE CNJ - 198 - QUARTA CÃ¿MARA CÃVEL - COMARCA DE RONDONÃ¿POLIS - NÃºmero do Protocolo: 10732/2009 - Data de Julgamento: 04-5-2009).Â¿ (destaquei) Â¿EMENTA - AGRAVO LEGAL. AÃ¿Ã¿O INDENIZATÃ¿RIA. SUSPENSÃ¿O DE ENERGIA ELÃ¿TRICA COM BASE EM FATURA QUITADA. PAGAMENTO EFETUADO NO DIA ANTERIOR AO CORTE. RESTABELECIMENTO DO SERVIÃ¿O TRÃ¿S HORAS APÃ¿S SUSPENSÃ¿O. INEXISTÃ¿NCIA DE DEVER DE INDENIZAR. RECURSO IMPROVIDO. I-Em anÃ¡lise aos autos denota-se que o agravante manteve-se inadimplente junto Ã concessionÃ¡ria agravada desde 30.11.2011, sÃ³ efetuando respectivo pagamento em 29.12.2011. A suspensÃ£o do serviÃ§o de energia ocorreu em 30.12.2011. II- Ante o exÃ-guo prazo entre o pagamento da fatura e o corte efetuado, reputa-se indevido o pagamento de qualquer indenizaÃ§Ã£o, tendo em vista a impossibilidade de impor Ã ConcessionÃ¡ria a certeza a respeito de qualquer pagamento efetuado. III- Recurso improvido. (Processo: AGV 2799239 PE 0018653-85.2012.8.17.0000 - Relator(a): Bartolomeu Bueno - Julgamento: 20/12/2012 - Ã¿rgÃ£o Julgador: 3Âª CÃ¢mara CÃ-vel - PublicaÃ§Ã£o: 03).Â¿ (destaquei) Assim, por NÃ¿O vislumbrar a ocorrÃªncia de ato ilÃ-cito por parte da requerida, mas sim culpa exclusiva do consumidor que desencadeou a suspensÃ£o do serviÃ§o, concluo que a pretensÃ£o autoral merece trilhar o caminho da improcedÃªncia. Ã¿ como entendo, sendo desnecessÃ¡rias outras consideraÃ§Ãµes, pois supÃ©rfluas. 3. DISPOSITIVO Do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial pelos motivos supra delineados, RESOLVENDO O PROCESSO EM SEU MÃ¿RITO, nos termos da norma do artigo 487, Inciso I, do CPC. Isento as partes de custas, despesas processuais e honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, em virtude da gratuidade do primeiro grau de jurisdiÃ§Ã£o nos Juizados Especiais (arts. 54 e 55, da Lei n.Âº 9099/95). Publique-se. Registre-se. Intime-se. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se. SÃ£o Domingos do Araguaia/PA, 08 de novembro de 2021. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia

P R O C E S S O : 0 0 0 6 0 0 4 1 5 2 0 1 7 8 1 4 0 1 2 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Procedimento Sumário em: 08/11/2021---REQUERENTE:AUDENIZA DE SOUZA E SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA. PROCESSO: 0006004-15.2017.8.14.0124 AÃ¿Ã¿O REVISIONAL DE DÃ¿BITO C/C DANOS MORAIS. Autora: AUDENIZA DE SOUZA E SILVA. RÃ©: EQUATORIAL PARÃ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. SENTENÃ¿A Vistos os autos. 1. RELATÃ¿RIO. Trata-se de AÃ¿Ã¿O REVISIONAL DE DÃ¿BITO C/C DANOS MORAIS proposta por

AUDENIZA DE SOUZA E SILVA, por meio da Defensoria PÃºblica, ingressou com a presente demanda em face da EQUATORIAL PARÃ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, pleiteando, em sÃ-ntese: a) a declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia do dÃ©bito; b) indenizaÃ§Ã£o por danos morais. Juntou documentos. DecisÃ£o proferida Ã s fls.25, deferindo a tutela provisÃ³ria de urgÃªncia, bem como determinando a intimaÃ§Ã£o da parte Autora para que se manifestasse a respeito da opÃ§Ã£o ou nÃ£o do Rito SumarÃ-ssimo. PetiÃ§Ã£o apresentada pela Defensoria PÃºblica Ã s fls. 28, informando a opÃ§Ã£o pelo rito ordinÃ¡rio previsto no CPC. DecisÃ£o proferida Ã s fls. 30 determinando o processamento do feito pelo procedimento ordinÃ¡rio previsto no CPC. AudiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o ocorrida em 13.11.2018, qual restou infrutÃ-fera. ContestaÃ§Ã£o apresentada pela requerida Ã s fls. 60/65. Em seguida, vieram-me os autos conclusos. DECIDO. 2. FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O. Primeiramente, cumpre pontuar que sÃ£o inaplicÃ¡veis as disposiÃ§Ãµes da Lei Estadual nÂº 8.328/2015, quanto ao recolhimento antecipado das custas processuais finais, visto que se trata de parte autora beneficiÃ¡ria da gratuidade da justiÃ§a. Em atenÃ§Ã£o ao regramento do art. 12 do CPC, procede-se ao julgamento da presente demanda em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo e com o propÃ³sito de garantir melhor eficÃ¡cia Ã gestÃ£o do acervo processual da serventia. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DA PARTE AUTORA Em sede preliminar, a parte requerida alegou que a requerente NÃ¿O possui a necessÃ¡ria e imprescindÃ-vel legitimidade para figurar no ativo da relaÃ§Ã£o processual, uma vez que a legitimidade ativa seria de AntÃ´nio Pereira da Silva e nÃ£o de Audeniza de Souza e Silva. Para haver o exercÃ-cio vÃ¡lido do direito de aÃ§Ã£o, Ã© necessÃ¡rio sejam preenchidos certos requisitos previstos em lei, sem os quais o processo nÃ£o possui condiÃ§Ãµes de prosseguir em direÃ§Ã£o Ã consecuÃ§Ã£o do seu fim precÃ-puo, isto Ã©, a prolaÃ§Ã£o de uma resposta jurisdicional de mÃ©rito. O CÃ³digo de Processo Civil de 2015 nÃ£o faz referÃªncia as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o e nÃ£o hÃ¡ mais menÃ§Ã£o quanto Ã possibilidade jurÃ-dica do pedido. No entanto, prevÃª em seu artigo 17 que Ã© necessÃ¡rio ter o interesse processual e a legitimidade para o ajuizamento da aÃ§Ã£o. A legitimidade trata da previsÃ£o legal que autoriza um determinado sujeito a ajuizar aÃ§Ã£o e do outro sujeito de integrar o polo passivo da demanda. No interesse processual o autor do processo deverÃ¡ demonstrar que a tutela jurisdicional do seu direito irÃ¡ lhe proporcional uma vantagem no contexto fÃ¡tico. O artigo 17 do CPC exige que seja demonstrada a pertinÃªncia subjetiva da aÃ§Ã£o, nÃ£o se admitindo relaÃ§Ã£o processual litigiosa proposta por uma pessoa que nÃ£o seja titular do direito analisado na sentenÃ§a judicial, sendo mister reconhecer-se, em tais circunstÃ¢ncias, a ilegitimidade ativa ad causam. O artigo 18 do CÃ³digo de Processo Civil prescreve que ninguÃ©m poderÃ¡ pleitear direito alheio em nome prÃ³prio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurÃ-dico, o que implica dizer que somente o titular do direito em debate poderÃ¡ exigi-lo perante o poder jurisdicional, sob pena de violaÃ§Ã£o de uma das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o.Â Â No caso apresentado aos autos, o(a) autor(a) pretende que a reclamada: a) abstenha-se de interromper ou restabeleÃ§a de imediato, se jÃ¡ houver corte; b) abstenha-se de inscrever o retire o nome do autos dos cadastros dos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito; c) declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia de dÃ-vida, referente Ã consumo que nÃ£o teria sido faturado pela reclamada. Â Pela anÃ¡lise dos documentos apresentados, verifico que os dÃ©bitos contestados na presente aÃ§Ã£o nÃ£o estÃ¡ sendo atribuÃ-do Ã Autora e sim Ã ANTÃ¿NIO PEREIRA DA SILVA, titular da unidade consumidora do imÃ³vel para onde a reclamada fornece energia e Ãºnica interessada legitimada a contestar a dÃ-vida em comento e requerer os pedidos formulados na inicial. Destaco que a Requerente NÃ¿O informou se adquiriu ou alugou o imÃ³vel localizado no endereÃ§o correspondente Ã instalaÃ§Ã£o do medidor. Assim, entendo que o feito padece da falta de uma das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, qual seja a legitimidade ativa, uma vez que a reclamante nÃ£o Ã© titular do direito pretendido nos autos. Isto posto, ACOLHENDO a preliminar de ilegitimidade ativa, JULGO EXTINTO o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 485, VI do CPC. Condeno a Autora ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios em 10 % (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, Â§Â§ 1Âº e 3Âº, do CÃ³digo de Processo Civil, suspendendo a exigibilidade ante a concessÃ£o dos benefÃ-cios da JustiÃ§a Gratuita. PROVIDÃ¿NCIAS FINAIS Com o escopo de melhor gestÃ£o da unidade judiciÃ¡ria, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA CONCLUSÃ¿O: 1- Na hipÃ³tese de interposiÃ§Ã£o de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, intime-se a parte recorrida, para, no prazo de 05 (cinco) dias, respondÃª-los, se quiser, nos termos do art. 1.023, Â§ 2Âº do CÃ³digo de Processo Civil; ADVIRTO Ã s partes que a interposiÃ§Ã£o do recurso com efeitos manifestamente protelatÃ³rios ou com fins dissonantes dos do art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil sujeitar-lhes-Ã Ã aplicaÃ§Ã£o das penalidades descritas no art. 1.026 desse mesmo cÃ³digo. 2- Interposta APELAÃ¿Ã¿O, considerando-se as disposiÃ§Ãµes do CÃ³digo de Processo Civil, que determina a remessa do recurso independentemente de juÃ-zo de admissibilidade no Primeiro Grau de JurisdiÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do disposto no artigo 1.010, Â§ 1Âº do CÃ³digo de Processo Civil;Â 3- Havendo

APELAÃ¿Ã¿O ADESIVA, intime (m) -se o apelante (s) para apresentar (em) contrarrazÃµes, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, Â§ 2Âº do CÃ³digo de Processo Civil; 4- Com ou sem a juntada das contrarrazÃµes - tanto da apelaÃ§Ã£o quanto da adesiva, se houver, e nÃ£o se tratando o caso das hipÃ³teses dos arts. 332, Â§ 3Âº, 485, Â§ 7Âº, 1.010, Â§2Âº, todos do CÃ³digo de Processo Civil aqui jÃ¡ referido, e, apÃ³s o cumprimento das demais formalidades legais, inclusive Ã vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para parecer, se for o caso, REMETAM-SE OS AUTOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A; 5 - Nada sendo requerido, certifique a Secretaria o trÃ¢nsito em julgado, baixem-se os autos no sistema, arquivando-os devidamente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se, servindo essa de expediente de comunicaÃ§Ã£o. SÃ£o Domingos do Araguaia/PA, 08 de novembro de 2021. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia
P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 8 5 0 8 2 0 1 3 8 1 4 0 1 2 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021---REQUERENTE:FLEURY DE OLIVEIRA LIMA Representante(s): OAB 14735 - JHONN CHARLLES MORAES CHAGAS (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO BOSCO DE OLIVEIRA REQUERIDO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DE GOIAS. PROCESSO: 0000685-08.2013.8.14.0124 AÃ¿Ã¿O DECLARATÃ¿RIA DE INEXISTÃ¿NCIA DE RELAÃ¿Ã¿O JURÃDICA. Autor: FLEURY DE OLIVEIRA LIMA. RÃ©u: DEPARTAMENTO DE TRÃ¿NSITO DO ESTADO DO GOIÃ¿S. RÃ©u: JOÃ¿O BOSCO DE OLIVEIRA SENTENÃ¿A Vistos os autos. 1. RELATÃ¿RIO. Trata-se de AÃ¿Ã¿O DECLARATÃ¿RIA DE INEXISTÃ¿NCIA DE RELAÃ¿Ã¿O JURÃDICA, proposta por Fleury de Oliveira Lima em face de JoÃ£o Bosco de Oliveira e do Departamento de TrÃ¢nsito do Estado do GoiÃ¡s, em que a parte autora pretende que o segundo requerido seja compelido a realizar a transferÃªncia retroativa da motocicleta MARCA/MODELO Honda/CG 125 Titan ES- Placa KEE4631, cor verde - Ano 2001- NÃºmero do motor JC30E21025887 para o nome do primeiro requerido, bem como, a transferÃªncias das infraÃ§Ãµes. Juntou documentos. Despacho proferido Ã s fls.14, deferindo os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita, bem como recebendo a petiÃ§Ã£o inicial determinando o processamento do feito pelo procedimento ordinÃ¡rio previsto no CPC. ContestaÃ§Ã£o apresentada pelo Estado do GoiÃ¡s Ã s fls. 27/37. RÃ©plica Ã contestaÃ§Ã£o apresentada Ã s fls. 49/50. Em seguida, vieram-me os autos conclusos para sentenÃ§a. DECIDO. 2. FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O Primeiramente, cumpre pontuar que sÃ£o inaplicÃ¡veis as disposiÃ§Ãµes da Lei Estadual nÂº 8.328/2015, quanto ao recolhimento antecipado das custas processuais finais, visto que se trata de parte autora beneficiÃ¡ria da gratuidade da justiÃ§a. Em atenÃ§Ã£o ao regramento do art. 12 do CPC, procede-se ao julgamento da presente demanda em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo e com o propÃ³sito de garantir melhor eficÃ¡cia Ã gestÃ£o do acervo processual da serventia. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE De inÃ-cio, ressalto que o feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso I, do CÃ³digo de Processo Civil, eis que os documentos juntados aos autos sÃ£o suficientes para o deslinde meritÃ³rio, nÃ£o havendo necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas, razÃ£o pela qual, passo ao julgamento antecipado da lide. 2. FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O. Primeiramente, cumpre pontuar que sÃ£o inaplicÃ¡veis as disposiÃ§Ãµes da Lei Estadual nÂº 8.328/2015, quanto ao recolhimento antecipado das custas processuais finais, visto que se trata de parte autora beneficiÃ¡ria da gratuidade da justiÃ§a. Em atenÃ§Ã£o ao regramento do art. 12 do CPC, procede-se ao julgamento da presente demanda em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo e com o propÃ³sito de garantir melhor eficÃ¡cia Ã gestÃ£o do acervo processual da serventia. Sem preliminares a serem superadas, reputo-me ao mÃ©rito da presente aÃ§Ã£o. MÃ¿RITO Consigno que o suposto negÃ³cio jurÃ-dico firmado entre Fleury de Oliveira Lima e JoÃ£o Bosco de Oliveira, derivou da venda do veÃ-culo MARCA/MODELO Honda/CG 125 Titan ES- Placa KEE4631, cor verde - Ano 2001- NÃºmero do motor JC30E21025887. Pois bem. A regra de direito civil a respeito da alienaÃ§Ã£o de bens mÃ³veis Ã© a de que a propriedade se transfere com a tradiÃ§Ã£o (art.1.267 do CÃ³digo Civil), que, no caso dos veÃ-culos automotores, Ã© real. Por se tratar de bens cuja importÃ¢ncia jurÃ-dica e repercussÃ£o social Ã© relevante, criou-se o registro junto ao Ã³rgÃ£o executivo de trÃ¢nsito estadual. No caso de transferÃªncia de propriedade, ao antigo proprietÃ¡rio incumbe encaminhar ao Ã³rgÃ£o de trÃ¢nsito cÃ³pia autenticada do comprovante de transferÃªncia de propriedade, datado e assinado, no prazo de trinta dias, sob pena de responsabilizar-se solidariamente pelas penalidades (CÃ³digo de TrÃ¢nsito Brasileiro, art.134). Com isso, atualiza-se o cadastro. A transferÃªncia, porÃ©m, perante o Ã³rgÃ£o de trÃ¢nsito se dÃ¡ com a atuaÃ§Ã£o do novo proprietÃ¡rio, a quem cabe encaminhar tambÃ©m ao Ã³rgÃ£o de trÃ¢nsito e no mesmo prazo de trinta dias o original do comprovante de transferÃªncia de propriedade, com o que serÃ¡ expedido novo certificado do registro do veÃ-culo (CÃ³digo de TrÃ¢nsito Brasileiro, art.123, Â§1.Âº), sob pena de cometimento de infraÃ§Ã£o administrativa punida com multa, prevista retenÃ§Ã£o do veÃ-culo para

regularizaÃ§Ã£o (CÃ³digo de TrÃ¢nsito Brasileiro, art.233). Conforme o entendimento pacificado pela jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a, "Comprovada a transferÃªncia da propriedade do veÃ-culo, afasta-se a responsabilidade do antigo proprietÃ¡rio pelas infraÃ§Ãµes cometidas apÃ³s a alienaÃ§Ã£o, mitigando-se, assim, o comando do art. 134 do CÃ³digo de TrÃ¢nsito Brasileiro". PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE DO ANTIGO PROPRIETÃRIO POR INFRAÃ¿Ã¿ES COMETIDAS APÃ¿S A VENDA DO VEÃCULO. AUSÃ¿NCIA DE REGISTRO DE TRANSFERÃ¿NCIA JUNTO AO DETRAN. COMPROVAÃ¿Ã¿O DA VENDA. REGRA DO ARTIGO 134 DO CTB MITIGADA. PRECEDENTES. NÃ¿O APLICAÃ¿Ã¿O DO ART. 97 DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O FEDERAL. 1. O cerne da controvÃ©rsia reside na existÃªncia de responsabilidade do antigo proprietÃ¡rio do automÃ³vel em relaÃ§Ã£o Ã infraÃ§Ã£o cometida apÃ³s a sua venda quando a transferÃªncia nÃ£o Ã© comunicada ao Detran. 2. A jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a orienta no sentido de que a norma contida no art. 134 do CÃ³digo de TrÃ¢nsito Brasileiro deve ser mitigada, tendo em vista a orientaÃ§Ã£o de que, havendo notÃ-cia da transferÃªncia do veÃ-culo, embora tardia, inexiste a responsabilidade do antigo proprietÃ¡rio pelas infraÃ§Ãµes cometidas em momento posterior Ã tradiÃ§Ã£o do bem. Precedentes 3. Verifica-se que nÃ£o houve declaraÃ§Ã£o de inconstitucionalidade do art. 134 do CTB, tampouco o afastamento deste, mas tÃ£o somente a interpretaÃ§Ã£o do direito infraconstitucional aplicÃ¡vel Ã espÃ©cie, nÃ£o podendo se falar em violaÃ§Ã£o Ã clÃ¡usula de reserva de plenÃ¡rio prevista no art. 97 da ConstituiÃ§Ã£o Federal e muito menos Ã SÃºmula Vinculante n. 10 do STF. Precedentes. 4. Agravo regimental nÃ£o provido.(STJ - AgRg no AREsp: 452332 RS 2013/0412548-8, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 18/03/2014,Â T2 - SEGUNDA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 21/03/2014). Destarte, nos termos do CÃ³digo de TrÃ¢nsito Brasileiro (arts. 123, Â§1Âº e 134), Ã© dever do vendedor comunicar ao departamento de trÃ¢nsito a transferÃªncia do veÃ-culo, sob pena de ficar responsÃ¡vel solidariamente com o comprador, pelos dÃ©bitos tributÃ¡rios e multas incidentes sobre o veÃ-culo, atÃ© que o Ã³rgÃ£o de trÃ¢nsito competente tenha ciÃªncia da sua transferÃªncia. Nesse sentido, para que o Requerente se exima do pagamento de tributos e outros encargos incidentes sobre o veÃ-culo, necessÃ¡ria a prova de que tenha comunicado a alienaÃ§Ã£o ao Ã¿rgÃ£o de TrÃ¢nsito, conforme estabelece o art. 134 do CÃ³digo de TrÃ¢nsito Brasileiro, o que nÃ£o restou demonstrado pelo dossiÃª consolidado do veÃ-culo acostado Ã s fls. 38/44, de modo que o Requerente concorre para os transtornos que ele teve de suportar, vez que nÃ£o comunicou ao departamento de trÃ¢nsito a respeito da transferÃªncia do veÃ-culo. Contudo, Ã© necessÃ¡rio destacar que nÃ£o basta a simples alegaÃ§Ã£o de que a transferÃªncia do bem se deu pela ocorrÃªncia da tradiÃ§Ã£o. Mostra-se essencial demonstrar nos autos que o instituto foi efetivamente realizado. Destaco que no caso dos autos, alÃ©m de nÃ£o demonstrar que a tradiÃ§Ã£o foi efetivamente realizada, o Autor nÃ£o cuidou sequer de comprovar que a motocicleta se encontra registrada em seu nome e nem de apresentar a qualificaÃ§Ã£o correta do demandado JoÃ£o Bosco de Oliveira. Apenas vem afirmando que o requerido JoÃ£o Bosco de Oliveira se encontra na posse do veÃ-culo. Neste sentido, tenho que nÃ£o restou demonstrado de forma segura nos autos a realizaÃ§Ã£o da tradiÃ§Ã£o ou de qualquer negÃ³cio jurÃ-dico capaz de ensejar a procedÃªncia do pedido inicial. 3. DISPOSITIVO Do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial pelos motivos supra delineados, resolvendo o processo em seu mÃ©rito, nos termos da norma do artigo 487, Inciso I, do CPC. Condeno a parte Autora ao pagamento dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios, que fixo em 20 % sobre o valor atualizado da causa, conforme art. 85, Â§ 2Âº, I e IV do CPC, bem como ao pagamento das custas processuais, na forma do art. 82 do CPC, sendo que tal verba tem exigibilidade suspensa face Ã gratuidade de JustiÃ§a deferida, na forma do art. 98 e 98, Â§ 3Âº c/c 99, Â§ 3Âº todos do CPC. PROVIDÃ¿NCIAS FINAIS Com o escopo de melhor gestÃ£o da unidade judiciÃ¡ria, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA CONCLUSÃ¿O: 1- Na hipÃ³tese de interposiÃ§Ã£o de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, intime-se a parte recorrida, para, no prazo de 05 (cinco) dias, respondÃª-los, se quiser, nos termos do art. 1.023, Â§ 2Âº do CÃ³digo de Processo Civil; ADVIRTO Ã s partes que a interposiÃ§Ã£o do recurso com efeitos manifestamente protelatÃ³rios ou com fins dissonantes dos do art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil sujeitar-lhes-Ã aplicaÃ§Ã£o das penalidades descritas no art. 1.026 desse mesmo cÃ³digo. 2- Interposta APELAÃ¿Ã¿O, considerando-se as disposiÃ§Ãµes do CÃ³digo de Processo Civil, que determina a remessa do recurso independentemente de juÃ-zo de admissibilidade no Primeiro Grau de JurisdiÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do disposto no artigo 1.010, Â§ 1Âº do CÃ³digo de Processo Civil;Â 3- Havendo APELAÃ¿Ã¿O ADESIVA, intime (m) -se o apelante (s) para apresentar (em) contrarrazÃµes, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, Â§ 2Âº do CÃ³digo de Processo Civil; 4- Com ou sem a juntada das contrarrazÃµes - tanto da apelaÃ§Ã£o quanto da adesiva, se houver, e nÃ£o se tratando o caso das hipÃ³teses dos arts. 332, Â§ 3Âº, 485, Â§ 7Âº, 1.010, Â§2Âº, todos do CÃ³digo de Processo Civil aqui jÃ¡ referido, e, apÃ³s o cumprimento das demais

formalidades legais, inclusive Ã vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para parecer, se for o caso, REMETAM-SE OS AUTOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A; 5 - Nada sendo requerido, certifique a Secretaria o trÃ¢nsito em julgado, baixem-se os autos no sistema, arquivando-os devidamente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se, servindo essa de expediente de comunicaÃ§Ã£o. SÃ£o Domingos do Araguaia/PA, 08 de novembro de 2021. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia

PROCESSO: 0000002-34.2014.8.14.0124 ¿ AÇÃO EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. Requerente: L.D.S.G representante CLEUDE ALVES DE SOUZA (Advogado: DEFENSOR) Requerido: RONE DA SILVA GUIMARÂES (Advogado: CÉSAR AUGUSTO BARBOSA CHIAPPETTA OAB/PA 22.501) Ante o exposto e por tudo que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 924, II, e na forma do art. 925, ambos do Código de Processo Civil, e, em consequência, autorizo desde já o desentranhamento de eventuais documentos dos autos para o ajuizamento de futura nova demanda por parte do autor. Realizada a consulta do resultado do SISBAJUD, este juízo, conforme documento anexado às fls. 139/141, realizou o pedido eletrônico de transferência do valor acordado (R$ 8.091,69) para conta judicial, bem como o desbloqueio da quantia em excesso. Com a efetivação da transferência do valor para conta judicial, expeça-se alvará de transferência em favor de CLEUDE ALVES SOUZA, no Banco do Brasil, Ag. 4116-5, Conta Poupança 18.873-5. Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado arquivem-se os autos com as providências de praxe. São Domingos do Araguaia/PA, datado e assinado eletronicamente. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES Juíza de Direito Titular da Comarca de São Domingos do Araguaia/PA.

PROCESSO: 0006441-90.2016.8.14.0124 ¿ AÇÃO CANCELAMENTO DE COBRANÇA E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. requerente: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (Advogado: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ)¿ Requerido: CENTRAIS ELÉTRICA DO ESTADO DO PARÁ ¿ CELPA (Advogado: PAULO SÉRGIO MARTINS RODRIGUES OAB/PA 14.267 e ANDRÉ LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA OAB/PA 17.515) Ré: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. SENTENÇA Vistos os autos. 1. RELATÓRIO. Relatório dispensado nos termos da norma do artigo 38, da Lei 9.099/95. 2. FUNDAMENTAÇÃO. Primeiramente, cumpre pontuar que são inaplicáveis as disposições da Lei Estadual nº 8.328/2015, quanto ao recolhimento antecipado das custas processuais finais, visto que se trata de procedimento de sumaríssimo, conforme previsão da lei 9.099/95. Diante do que consta da certidão de fls.52, reconheço à revelia do Réu e seus efeitos materiais de confissão ficta quanto a matéria fática, conforme artigo 344 do Código de Processo Civil, razão pela qual, passo ao julgamento antecipado da lide nos termos do art. 355, I, do CPC. O cerne da demanda diz respeito a invalidação de débito apurado em procedimento de recuperação de consumo não faturado, procedido pela Ré, referente ao mês 06/2016, supostamente à revelia do autor. Na ocasião do deferimento da liminar foi reconhecido a afeição da relação tratava entre as partes deste feito como sendo relação de consumo, assim, reconheceu-se aplicabilidade das normas cogentes do Código de Defesa do Consumidor, inclusive, a regra disposta no art. 6º, VIII, onde se prever a facilitação do direito do consumidor em juízo, por meio da inversão do ônus da prova, assim, atribui-se a Ré o dever de provar a legitimidade do procedimento de apuração e do débito apurado, o qual é questionado nesta via judicial. Convém frisar que a diretriz do STJ acerca da temática e com a qual expressamente ora anui esse Juízo, é que a medida em questão se revela em uma regra anto de instrução quanto de julgamento, diante da disposição que determina a facilitação dos direitos do consumidor em juízo. Pois bem. A partir de tal contexto reafirmo a presença da verossimilhança das alegações do autor, a qual já fora reconhecida por ocasião da decisão liminar. Com isso, entendo pertinente a aplicabilidade da inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC, como regra de julgamento no caso, isso para reconhecer tal prova documental como suficiente para demonstrar a ilegitimidade da cobrança e de seu procedimento de apuração em relação a todo o débito imputado. Ora, a existência de vício insanável no termo de parcelamento e reconhecimento de débito de uma das faturas apurada a título de recuperação de consumo, qual seja, um vício na vontade/titularidade, é no mínimo um indicativo de que as demais faturas de recuperação estão contaminadas com o mesmo vício. Dito isso, cabe enfatizar que foi oportunizado a Ré provar a lisura a contratação. A falta de contestação faz presumir verdadeira a versão dos fatos constante na causa de pedir do autor, nos termos do art. 341, P. Único, do CPC. Ressalto que devido a deferimento da liminar e da inversão do ônus da prova ter sido anunciada na decisão prefacial, foi permitido a Ré saber com antecedência de seu ônus probatório, no entanto sua

postura foi no sentido contrário a isso, posto que se manteve inerte e displicente no cumprimento de tal dever, assim, anuiu com a consequência processual de presunção fictícia de veracidade dos fatos arguidos pelo autor, conforme estabelece o art. 341, P. Único, do CPC. Assim, reputo ser verossímil a narrativa da Autora no sentido de desconhecer o débito, de modo que, por todo o exposto, tenho que a prática da parte Ré está contaminada de abusividade, devendo ser desconstituídas quaisquer pretensas obrigações, como determina o art. 51, §2º, in fine do Código de Defesa do Consumidor, retornando-se o status quo ante. A informação de que houve o corte e que tal proceder decorreu da cobrança ora tida como ilegítima, a qual, inclusive, refere-se a débito pretérito, tenho que essa conduta revela-se abusiva e, aplicandose o regimento do Código de Defesa do Consumidor no caso, especialmente o disposto no art. 14, entendo que há responsabilidade objetiva da parte ré quanto aos danos e prejuízos decorrentes da prestação de seu serviço reconhecidamente falho. Não há que de se falar, nesse contexto, em hipótese de excludente de responsabilidade exclusiva de terceiros e/ou do consumidor, devendo o Fornecedor, que nada comprovou nesse sentido, suportar as mazelas do seu empreendimento, como ensina a doutrina prevalecente nesse âmbito, qual seja, a da assunção do risco do seu negócio. Exponho, ainda, que embora as provas carreadas não evidenciem inteiramente a fraude, ao menos vê-se evidencias de vícios insanáveis na apuração do débito imputado, assim, decorrente das regras de instrução citadas, as quais reconhecem a vulnerabilidade e favorecem o consumidor, satisfaço-me com elas para formar convicção no sentido houve falha intolerável na prestação do serviço, devendo a Ré por isso responder. Com isso, irrefutável a conclusão de que, presentes os requisitos da responsabilidade objetiva, quais sejam, a conduta abusiva, o dano e a relação de causalidade, resta instaurado o dever de reparação, no caso, unicamente pelos danos morais, em respeito ao princípio da adstrição. Ademais, o posicionamento ora adotado adequa-se a jurisprudência consolidada desse Egrégio Tribunal, no sentido de que reconhecer a existência de dano moral quando o corte do serviço público essencial de fornecimento de energia elétrica se deu por decorrência de débito ilegítimo ou referente a consumo pretérito. Senão vejamos a ementa que cito a seguir: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. REVELIA. SENTENÇA DE TOTAL PROCEDÊNCIA. CONFIRMAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA ANTECIPADA. MÉRITO RECURSAL. TESE DE REGULARIDADE NA COBRANÇA. INSUBSISTÊNCIA. COBRANÇA INDEVIDA DE DÉBITOS DA LOCATÁRIA EM DESFAVOR DA LOCADORA. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA QUE OBSTOU A TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DA UNIDADE CONSUMIDORA (UC) ENQUANTO NÃO ADIMPLIDO O DÉBITO E SUSPENDEU O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE SERVIÇO PÚBLICO POR DÍVIDA DO ANTERIOR POSSUIDOR DO IMÓVEL. RECONHECIMENTO DA INEXISTÊNCIA DO DÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. VIOLAÇÃO À DIREITO DA PERSONALIDADE... (APL nº 0004687-34.2014.8.14.0076, DJe 25/03/2019). Na fixação do quantum debeatur a jurisprudência pátria indica alguns critérios para a fixação do valor dos danos morais. No mister, entende que a reparação tem dupla finalidade: punir o ofensor pelo ato ilícito cometido - função punitiva, de acordo com a teoria do Punitive Damages citada no Superior Tribunal de Justiça no Resp. 1.1191.142, publicado em 10/06/2018 e compensar a vítima pelo sofrimento moral experimentado - função ressarcitória. Na primeira das funções, tem-se em evidência a pessoa da vítima e a gravidade objetiva do dano de que ela padeceu; já na segunda, visa-se ao desestímulo da prática de novo ato que cause as mesmas consequências, de tal modo que a indenização represente uma advertência, um alerta que de o referido comportamento não é aceitável. Da congruência entre as duas funções se extrai o valor da reparação. Atentando-se às peculiaridades do caso concreto, especialmente quanto à conduta da parte ofensora que privou a autora de um serviço público tão sublime e ainda lhe obrigou ingressar com medida judicial para ser seu direito respeitado, a repercussão dos fatos e a natureza do direito fundamental violado, entendo por razoável o importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de indenização por danos morais. Valor que é compatível com os vários estigmas enfrentados, sem significar enriquecimento sem causa e com algum cunho pedagógico. DISPOSITIVO 1- ISTO POSTO, com lastro no art. 487, I, do diploma processual civil pátrio, RESOLVO O MÉRITO do presente feito a fim de julgar PROCEDENTE O PEDIDO para DECLARAR INEXISTENTE O DÉBITO R$ 4.653,43 (quatro mil seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e três centavos), relativa procedimento de recuperação de consumo não faturado do mês 06/2016, devendo a RÉ PROCEDER AO CANCELAMENTO DEFINITIVO DA COBRANÇA, bem como; 2- ARBITRAR INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser suportado pelo Réu, que deve ser ATUALIZADO E CORRIGIDO respectivamente da data do EVENTO DANOSO, de acordo com o art. 398 do Código Civil e com a súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça, à taxa de 1% ao mês e do ARBITRAMENTO, pelo INPC, de acordo com a súmula 362 do mesmo tribunal superior aqui referido.

3-Reratifico, por fim, a tutela de urgência concedida para que a Ré RESTABELEÇA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA da UC Nº 50111822, bem como CESSE A COBRANÇA DAS FATURAS OBJETO DE IMPUGNAÇÃO, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 30 dias multa. Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, em virtude da gratuidade do primeiro grau de jurisdição nos Juizados Especiais (arts. 54 e 55, da Lei n.º 9099/95). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. São Domingos do Araguaia/PA, datado e assinado eletronicamente. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES Juíza de Direito Titular da Comarca de São Domingos do Araguaia/PA.

PROCESSO: 0002723-90.2013.8.14.0124 ¿ AÇÃO INVENTÁRIO. requerentes: FRANCISCA ALVES PONTES JOSÉ CARNEIRO PONTES MARIA PONTES DA SILVA RITA PONTE CORDEIRO. (Advogado: PAULO HERNANDES DOS SANTOS SILVA OAB/TO 5067) Requerido: MARIA MADALENA ALVES DA SILVA (Advogado: VALDIR ALVES FILHO OAB/PA 15.673-A) ATO ORDINATÓRIO DE ORDEM da MMª. Juíza de Direito Titular desta Comarca, a Dra. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES, intime-se a inventariante para juntar aos autos informações acerca do óbito da requerente FRANCISCA ALVES PONTES, alegada à fl.38, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. São Domingos do Araguaia-PA, 26 de outubro de 2021. FLÁVIA CAROLINA RAMOS MENDONÇA RABÊLO ROCHA Diretora de Secretaria Analista Judiciária Matrícula 88030.

COMARCA DE NOVO PROGRESSO

SECRETARIA DA VARA CÍVEL DE NOVO PROGRESSO

RESENHA: 28/10/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA DA VARA CIVEL DE NOVO PROGRESSO - VARA: VARA CIVEL DE NOVO PROGRESSO

P R O C E S S O : 0 0 0 2 0 5 7 8 2 2 0 1 4 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA PAULA DEMARCHI A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021---REQUERENTE:SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 5273 - JADER NILSON DA LUZ DIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE NOVO PROGESSO PA. ATO ORDINATÃ¿RIO CONSIDERANDO o disposto no provimento 006/2006 - CJRBM, corroborado pelo Provimento nÂº 006/2009 - CJCI; Considerando a nÃ£o manifestaÃ§Ã£o do autor quando ao Despacho de fl.72. Intime-se as partes para, no prazo de dez (10) dias, especificar provas ou requerer o julgamento antecipado da lide. Novo Progresso/PA, 04 de novembro de 2021. ANA PAULA DEMARCHI Diretora Substituta de Secretaria da Vara CÃ-vel Comarca de Novo Progresso/PA MatrÃ-cula: 149527

P R O C E S S O : 0 0 0 8 0 7 9 8 8 2 0 1 6 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): THIAGO FERNANDES ESTEVAM DOS SANTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 05/11/2021---REQUERENTE:JOAO LEITE Representante(s): OAB 16630-A - JULIANO FERREIRA ROQUE (ADVOGADO) OAB 16632-A - KLEVERSON FERMINO (ADVOGADO) OAB 18789-A - LESLIE HOFFMANN RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:AGENCIA BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ATIVOS SA Representante(s): OAB 24408-A - RAFAEL FURTADO AYRES (ADVOGADO) . PROCESSO N.Âº 0008079-88.2016.8.14.0115 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O recurso inominado interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A Ã© intempestivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, hÃ¡ certidÃ£o nos autos informando que a sentenÃ§a foi publicada no diÃ¡rio da justiÃ§a no dia 30/08/2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O artigo 42 da Lei 9.099/95 estabelece o prazo de 10 dias Ãºteis (artigo 12-A da LJE) para a interposiÃ§Ã£o do recurso, tendo se esgotado em 15/09/2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, o protocolo do recurso no dia 13/10/2021 (f. 95) mostra-se serÃ´dio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, ratifico as certidÃµes de trÃ¢nsito em julgado e NEGO SEGUIMENTO ao recurso inominado interposto, pela ausÃªncia de pressuposto processual extrÃ-nseco, a tempestividade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em continuidade, observo que hÃ¡ nos autos comprovante do depÃ³sito de parcela da condenaÃ§Ã£o (f. 89), tendo a parte exequente requerido o levantamento e o prosseguimento da execuÃ§Ã£o pela diferenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa feita, nos termos do artigo 526, Â§1Âº, DEFIRO Ã parte exequente o levantamento do valor incontroverso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o alvarÃ¡, em nome da procuradora do exequente, como requerido, haja vista possuir poderes para tanto nos autos (f. 15). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao dÃ©bito remanescente, intime-se o devedor para efetuar o pagamento, segundo o valor apresentado pelo credor (f. 92), no prazo de 15 dias, sob pena de incidÃªncia de multa de 10%. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorrendo inÃ©rcia, voltem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o do requerimento de penhora em conta bancÃ¡ria do devedor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Novo Progresso, datado e assinado eletronicamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â THIAGO FERNANDES ESTEVAM DOS SANTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto

P R O C E S S O : 0 0 0 9 6 3 8 7 5 2 0 1 9 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---

MENOR: E. S. S.

Representante(s):

OAB 16630-A - JULIANO FERREIRA ROQUE (ADVOGADO)

OAB 16.632-A ¿ KLEVERSON FERMINO (ADVOGADO)

REPRESENTANTE: M. V. S.

Representante(s):

OAB 16630-A - JULIANO FERREIRA ROQUE (ADVOGADO)

OAB 16.632-A ¿ KLEVERSON FERMINO (ADVOGADO)

P R O C E S S O : 0 0 0 8 0 1 6 2 9 2 0 1 7 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA PAULA DEMARCHI A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/10/2021---REQUERENTE:DIVA MENDES DE SOUZA Representante(s): OAB 20181 - LEVI ONETTA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO CONSIDERANDO o disposto no provimento 006/2006 - CJRBM, corroborado pelo Provimento nÂº 006/2009 - CJCI; Intime-se a parte autora para que apresente em secretaria a via original de DECLARAÃ¿Ã¿O DE Ã¿BITO, no prazo de 15 (quinze) dias. Novo Progresso/PA, 22 de outubro de 2021. Ana Paula Demarchi Diretora Substituta de Secretaria da Vara CÃ-vel Comarca de Novo Progresso - PA

P R O C E S S O : 0 0 0 8 4 0 0 2 6 2 0 1 6 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA PAULA DEMARCHI A??o: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 22/10/2021---REQUERENTE:ROSELAINE GONCALVES MOREIRA Representante(s): OAB 8600 - KELCILENE MOURA CARNEIRO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO CONSIDERANDO o disposto no provimento 006/2006 - CJRBM, corroborado pelo Provimento nÂº 006/2009 - CJCI; Intime-se a parte autora para que apresente em secretaria a via original de DECLARAÃ¿Ã¿O DE NASCIDO VIVO, no prazo de 15 (quinze) dias. Novo Progresso/PA, 22 de outubro de 2021. Ana Paula Demarchi Diretora Substituta de Secretaria da Vara CÃ-vel Comarca de Novo Progresso - PA

P R O C E S S O : 0 0 0 9 9 1 4 7 7 2 0 1 7 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA PAULA DEMARCHI A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/10/2021---REQUERENTE:MARIA FRANCISCA RIBEIRO NETO Representante(s): OAB 20181 - LEVI ONETTA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO CONSIDERANDO o disposto no provimento 006/2006 - CJRBM, corroborado pelo Provimento nÂº 006/2009 - CJCI; Intime-se a parte autora para que apresente em secretaria a via original de DECLARAÃ¿Ã¿O DE Ã¿BITO, no prazo de 15 (quinze) dias. Novo Progresso/PA, 22 de outubro de 2021. Ana Paula Demarchi Diretora Substituta de Secretaria da Vara CÃ-vel Comarca de Novo Progresso - PA

P R O C E S S O : 0 0 0 9 0 9 8 6 1 2 0 1 8 8 1 4 0 1 1 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA PAULA DEMARCHI A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/10/2021---REQUERENTE:MARIA DE LOURDES TOLEDO Representante(s): OAB 20181 - LEVI ONETTA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO CONSIDERANDO o disposto no provimento 006/2006 - CJRBM, corroborado pelo Provimento nÂº 006/2009 - CJCI; Intime-se a parte autora para que apresente em secretaria a via original de DECLARAÃ¿Ã¿O DE Ã¿BITO, no prazo de 15 (quinze) dias. Novo Progresso/PA, 22 de outubro de 2021. Ana Paula Demarchi Diretora Substituta de Secretaria da Vara CÃ-vel Comarca de Novo Progresso - PA

COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

EDITAL DE CITAÇÃO

Com prazo de 20 dias

PROCESSO 0800176-67.2021.8.14.0058 - AÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. ACUSADO: JOSÉ DA SILVA LEAL. OFENDIDA: M.L.D.S.L. O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ÊNIO MAIA SARAIVA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC... FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo fórum da comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, tramitam os autos da ação de medidas protetivas de urgência sob o número 0800176-67.2021.8.14.0058, em face de JOSÉ DA SILVA LEAL, nascido aos 16/10/1968, sem mais qualificação nos autos, com endereço declarado como sendo Rua Henrique Dias, s/nº, bairro Linhares, Senador José Porfírio-PA. E como o mesmo não foi encontrado (a) para ser citado (a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 20 (vinte) dias (art. 256, inciso II, atendidos os requisitos do art. 257, ambos do CPC), a fim de, querendo, apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias. Segue a decisão que, na íntegra, diz: ¿PROCESSO: 0800176-67.2021.8.14.0058. Nome: DELEGACIA DE POLICIA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO. Endereço: CENTRAL, 456, CENTRO, SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA - CEP: 68360-000. Nome: JOSE DA SILVA LEAL. Endereço: Henrique Dias, S/N, Linhares, SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA - CEP: 68360-000. ID: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA.** Vistos etc. A vítima MARIA LINDALVA DA SILVA LEAL, perante a autoridade policial, requereu medidas protetivas de proibição de contato e aproximação. Perante a Autoridade Policial, a vítima relatou que é constantemente ameaça e agredida pelo seu irmão, o agressor JOSÉ DA SILVA LEAL. Relata ainda que, seu irmão/agressor possui problemas psiquiátricos e que se recusa a tomar os medicamentos para tais problemas e quando ingere bebidas alcoólicas se torna agressivo, a ameaçando e agredindo. O agressor não reside com a vítima, mas quando está em crises vai até a sua residência, pelo que, a mesma requer tais medidas de proteção. Brevemente relatado. Decido. Verifico incidir sobre o fato a Lei nº 11.340/2006, pois a situação se amolda ao art. 1º daquela norma, tendo em vista que se trata de violência doméstica (art. 5º, do mesmo dispositivo). A plausibilidade jurídica da pretensão está evidenciada, pois as condutas imputadas ao agressor estão previstas no art. 7º, da Lei nº 11.340/2006. Sendo assim, com esteio na fundamentação lastreada pela Lei nº 11.340/2006, decreto em desfavor de **JOSÉ DA SILVA LEAL**, as medidas protetivas de urgência listadas abaixo, as quais deverão ser observadas até que sobrevenha outra ordem judicial, sob pena de ser decretada sua PRISÃO PREVENTIVA, bem como de RESPONSABILIDADE CRIMINAL pelo art. 24-A, da mesma lei. a) proibição de manter contato com a vítima, dos seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, como telefone fixo, celular, e-mail, etc; b) proibição de o agressor se aproximar da vítima, em qualquer local, a uma distância mínima de 100 metros. Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinações: 1) Oficiar a Delegacia de Polícia para: 1.a) comunicar à autoridade policial, remetendo cópia desta decisão para seu devido cumprimento. 1.b) encaminhamento ao Ministério Público do Inquérito Policial relacionado aos fatos. 2) Intime-se o agressor, pessoalmente, acerca das medidas impostas. 2.1) Advirta-se, também, o agressor da possibilidade de decretação da PRISÃO PREVENTIVA e RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL pelo art. 24-A, da Lei nº 11.340/06, inclusive com a imposição de multa e requisição de auxílio da força policial, em caso de descumprimento da(s) medida(s) deferida(s) nesta decisão e/ou se houver necessidade para a manutenção da segurança da ofendida ou, ainda, se as circunstâncias assim o exigirem. 3) Intime-se, pessoalmente, a vítima. 4) Faça-se constar no mandado que o oficial de justiça fica autorizado cumprir o mandado fora do expediente forense, ainda que em domingos ou feriados. 5) Comunique-se o Ministério Público. **As demais vias desta decisão servirão como mandado instrumento de comunicação à autoridade policial, intimação da vítima e para citação do agressor.** Senador José Porfírio-PA, datado eletronicamente. **Ênio Maia Saraiva.** Juiz de Direito. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o artigo 1º, §

1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

EDITAL DE CITAÇÃO

Com prazo de 15 dias

PROCESSO 0800105-02.2020.8.14.0058 - AÇÃO PENAL. DENUNCIADOS: AINDA HANNA RIBEIRO DA SILVA E ANA PAULA DUARTE SODRÉ. O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ÊNIO MAIA SARAIVA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC... FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo fórum da comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, tramitam os autos da ação sob o número 0800105-02.2020.8.14.0058, em face de Ana Paula Duarte Sodré e AINDA HANNA RIBEIRO DA SILVA. Para esta última, por não ter sido encontrada ou localizada para ser citada pessoalmente no endereço declarado nos autos expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 15 (quinze) dias a fim de, querendo, apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias. Segue a denúncia ofertada pelo Ministério Público, recebida pelo juízo, a qual, na íntegra, diz: ¿ **EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO/PA. Processo nº: 0800105-2.2020.8.14.0058.** O Ministério Público do Estado do Pará, pelo Promotor de Justiça que esta subscreve, vem, perante V. Exa., no uso de suas atribuições constitucionais e legais e com fulcro no art. 41 do Código de Processo Penal, oferecer **DENÚNCIA** em desfavor de: **ANA PAULA DUARTE SODRÉ,** brasileira, solteira, natural de Santana/AP, nascida aos 02/12/2001, filho de Fabiana Duarte, residente e domiciliada na rua São Jorge, bairro Linhares, Senador José Porfírio/PA e, **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA,** brasileira, solteira, natural de Senador José Porfírio/PA, nascida aos 18/07/1998, filha de Altaciano Bezerra da Silva e Maria Ozilei da Silva Ribeiro, portadora do RG nº 7778381, residente e domiciliado na rua Central, s/nº, Bairro Central, Senador José Porfírio/PA**,** pelas razões fáticas a seguir expostas. **DOS FATOS.** Consta nos autos que no dia 18/11/2020, por volta das 22h, as denunciadas **ANA PAULA DUARTE SODRÉ** e **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA**, na companhia dos adolescentes **LUCICLEY DUARTE SODRÉ** e **RAIMUNDO JOSÉ DIAS**, mediante violência, exercida com emprego de arma branca, tipo madeira, subtraíram a quantia de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) e o aparelho celular da vítima José Flamarion Lopes de Araújo. Consoante restou apurado, o ofendido trafegava no veículo FIAT PALIO, cor vermelha, placa OTV 1865, momento em que nas proximidades do comercial do ¿Carlão¿ encontrou com a acusada **ANA PAULA DUARTE SODRÉ**. Depreende-se dos autos que Ana Paula convidou a vítima para tomar cerveja, ocasião em que esta afirmou que não possuía dinheiro, motivo pelo qual, na companhia de Ana Paula foram até a pousada Xingu, local em que pegou a quantia de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais). Ato contínuo, a vítima e Ana Paula foram até o bar do Cuca beber cerveja e comer tira-gosto. Extrai-se dos autos que Ana Paula insistiu que a vítima comprasse uma ¿caixinha¿ de cerveja e fosse para a residência daquela. Ao chegar na residência de Ana Paula, o ofendido observou que havia várias pessoas desconhecidas bebendo, razão pela qual deixou o dinheiro e o celular no carro. Segundo restou apurado, ao adentrar na residência de Ana Paula, a vítima observou que ela e a codenunciada **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA** estavam consumindo drogas, ocasião em que decidiu ir embora. Ato contínuo, os adolescentes **LUCICLEY DUARTE SODRÉ** e **RAIMUNDO JOSÉ DIAS**, que se encontravam no local, em comunhão de esforços e unidade de desígnios com as codenunciadas **ANA PAULA DUARTE SODRÉ** e **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA**, partiram para cima da vítima com um pedaço de madeira, desferindo vários golpes na cabeça do ofendido que chegou a adentrar no carro. Todavia, foi retirado do veículo pelos adolescentes e Ana Paula que continuaram a agredi-lo violentamente. Apurou-se ainda que as acusadas e os adolescentes danificaram o carro da vítima. Na sequência, as codenunciadas **ANA PAULA DUARTE SODRÉ**, **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA** e os adolescentes subtraíram o dinheiro e o celular que estavam no carro da vítima e empreenderam fuga. Após diligências, a guarnição da polícia militar conseguiu apreender os adolescentes e efetuar a prisão das denunciadas que confessaram parcialmente o cometimento dos crimes. **DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE.** A autoria e a materialidade estão

patentemente comprovadas através do depoimento dos policiais que realizaram a prisão das denunciadas, pelo depoimento da vítima e testemunhas, exame de corpo de delito, assim como, pela própria confissão parcial das denunciadas. **DO DIREITO.** Agindo do modo acima descrito, as denunciadas, **ANA. PAULA DUARTE SODRÉ** e **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA,** cometeram o crime previsto no art. 157, § 3º, inciso I em concurso material com o crime de dano, art. 163 todos do Código Penal e corrupção de menores previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente. **DO PEDIDO.** Ante o exposto, requer este órgão ministerial: 1- Seja a presente denúncia recebida em todos os termos, com a citação das denunciadas na forma do art. 396 do CPP, para acompanharem a ação penal até final sentença condenatória. 2- A intimação das testemunhas e vítima arroladas para que compareçam em juízo em data designada por V. Exa. de tudo ciente o Ministério Público. 3- Em diligência, sejam juntados os antecedentes criminais das denunciadas. **Rol de Testemunhas/vítima:** 1. José Flamarion Lopes de Araújo, (vítima); 2. ELIOCESAR DE SOUSA CONCEIÇÃO, PM; 3. CHRISTIANO JOSÉ GOMES COSTA, PM; 4. SMITH VELOSO LEITE, EPC; 5. MARLON ALVES PIMENTEL; 6. HELENILDO NASCIMENTO DA SILVA. Senador José Porfírio/PA, 10 de dezembro de 2020. **FABIANO OLIVEIRA GOMES FERNANDES.** Promotor de Justiça¿. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o artigo 1º, § 1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR, Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN, brasileiro, solteiro, nascido aos 02/09/1976, portador da CI/RG nº 740740 SSP/ES e do CPF nº 074.887.757-67, filho de Adilson Luiz Martin, com endereço declarado nos autos como sendo Rua Maratizes, nº 250, bloco 02, apto. 1002, bairro Valparaíso, Serra-ES, porém por não ter sido possível ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 90 (noventa) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 11/12/2019, às fls. 317/322 dos autos da ação civil pública de indenização por dano material e moral coletivo causado ao meio ambiente nº 0000103-46.2012.8.14.0058, a qual, na íntegra, diz: ¿SENTENÇA. Vistos, etc. Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Pará em face de PORBRÁS MADEIRAS LTDA., ADILSON LUIZ MARTIN, JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA PINHO, FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN e FELIPE ANDRÉ TEIXEIRA MARTIN, visando, no mérito, a responsabilização civil ambiental para que os promovidos sejam condenados ao pagamento de indenização de danos morais coletivos e patrimoniais ou, alternativamente, à determinação para que os réus promovam o reflorestamento da área degradada ou outra região indicada pelo Ibama. Aduz a inicial que, conforme apuração no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13 (fls. 19), em 2008 os réus infringiram norma prevista no art. 60 da Lei 9.605/98, bem como no art. 66, II e VII, do Decreto Federal 6.514/08, como indicado no auto de infração 527264-D (fls. 03). Relata o requerente que a Operação Arco Fogo, do Ibama, constatou funcionamento de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais em área de preservação permanente, na margem direita do rio Xingu, sem licença ou autorização, aplicando à ré Porbrás multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Afirma, ainda, que diante da constataç¿o administrativa, coube ao órg¿o ministerial demandar em busca da responsabilização civil dos requeridos, pelos danos à sociedade decorrentes de les¿o ao meio ambiente. Inicial com documentos às fls. 02/113-V. Petiç¿o inicial recebida em despacho às fls. 114. Contestaç¿o apresentada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, em defesa dos réus Porbrás, Felipe André, Frederico Luiz, José Maria de Oliveira e Adilson Luiz, defendendo a ilegitimidade passiva e a ocorrência de decadência quanto aos requeridos Felipe André, Frederico Luiz e José Maria, além da defesa de mérito. Contudo, nos instrumentos de representaç¿o às fls. 134/138 n¿o consta procuraç¿o legítima pelo promovido José Maria de Oliveira. Requerimento do Ministério Público às fls. 165, para fim de oficiar o

Ibama a apresentar cópia integral dos procedimentos oriundos dos autos de infraç¿es administrativas constantes às fls. 21/24. Audiência de conciliaç¿o realizada às fls. 179/180, na qual o Ministério Público requereu ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo ¿ SEMAT almejando esclarecer se houve desmatamento na área que funcionava o porto de embarque e desembarque, bem como para que haja indicaç¿o do prejuízo. Cópia digitalizada do Processo Administrativo do Ibama (fls. 183). Laudo Técnico Ambiental apresentado às fls. 185/189 pela SEMAT, indicando a existência de um caminho aberto na área da Porbrás até o rio Xingu, para embarque e desembarque de madeira, bem como a presença de resíduos de madeira e regeneraç¿o da vegetaç¿o no local, de modo a concluir que houve supress¿o da mata há muito tempo. Por fim, atesta o laudo que diante dos fatos provocados pelo fator humano, houve prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilizaç¿o do solo pelo contato direto com as chuvas e de eros¿o. Audiência de instruç¿o e julgamento realizada (fls. 191/193), ocasi¿o em que foi colhido o depoimento pessoal do promovido Adilson Luiz. Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS (fls. 198), indicando que a Licença de Operaç¿o ¿ LO nº 724/2008 n¿o abrangia autorizaç¿o para instalaç¿es portuárias, e que a Porbrás foi autorizada à atividade portuária somente por meio da Autorizaç¿o de Funcionamento ¿ AF nº 166/2012, vencida em 18/06/2013, e posteriormente, com a emiss¿o da Licença de Operaç¿o ¿ LO nº 8358/2014, cuja autorizaç¿o ocorreu até 20/03/2017. Ante a n¿o representaç¿o processual do réu José Maria, o Ministério Público pleiteou (fls. 199-V) sua citaç¿o por edital, o que foi realizado em 25/05/2016 (fls. 208), e na mesma manifestaç¿o requereu nova intimaç¿o à SEMAT para que indique o cálculo do dano ambiental alegado, afirmando que no laudo apresentado nos autos n¿o há como dimensionar o valor dos danos. Novo laudo emitido pela SEMAT às fls. 215/223, no qual restou atestado que a área de preservaç¿o permanente, desmatada na década de 90, foi vegetada novamente ou houve regeneraç¿o natural, conforme imagens obtidas nos anos de 2012 e 2015. Contestaç¿o apresentada às fls. 226 pelo curador especial do requerido José Maria, o dr. José Carlos Melém. Renúncia ao mandato (fls. 227) apresentada pela advogada do réu Porbrás (fls. 227/231). Renúncia ao mandato dos requeridos Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André (fls. 245/251). Alegaç¿es finais pelo Ministério Público às fls. 235/237, ratificando o pedido de condenaç¿o dos requeridos ao pagamento de danos morais e materiais. Raz¿es finais apresentadas às fls. 263/266 pela curadora especial do réu José Maria, aduzindo, em síntese, que este deixou de fazer parte da sociedade em 15/09/2011, pugnando pelo reconhecimento de decadência. O réu Felipe André foi intimado pessoalmente (fls. 307-V), mas n¿o constituiu novo procurador nem apresentou memoriais finais, conforme certid¿o às fls. 308. O promovido Frederico Luiz foi intimado por edital (fls. 311), porém, n¿o apresentou raz¿es finais nem constituiu novo advogado, conforme certid¿o às fls. 314. Os réus Porbrás e Adilson Luiz foram intimados às fls. 256, mas n¿o constituíram novo causídico nem apresentaram memoriais finais, conforme certid¿o às fls. 316. Os autos vieram-me conclusos para sentença. É o relato. Decido. O art. 129, III, da Constituiç¿o Federal de 1988, atribui ao Ministério Público a legitimidade para promover aç¿es que visam a proteç¿o do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, justificando, assim, a propositura da presente demanda. De antem¿o, tenho por bem registrar que reconheço a contestaç¿o dos réus Porbrás, Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André na peça juntada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, uma vez que às fls. 134/138 constam as respectivas procuraç¿es. Quanto ao requerido José Maria, considerando que a advogada acima o englobou na peça contestatória, mas sem apresentar instrumento procuratório do réu em quest¿o, tenho que a contestaç¿o deste foi apresentada pelo curador especial (dr.) José Carlos Melém, às fls. 226. Antes de me apreciar o mérito, passo a analisar as preliminares arguidas. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. Em ambas as peças contestatórias, os defensores técnicos arguiram a ilegitimidade passiva dos réus José Maria, Frederico Luiz e Felipe André, sob a alegaç¿o de decadência pelo fato destes terem se desligado do quadro societário da ré Porbrás há mais de 03 (três) anos. Tal preliminar n¿o merece guarida, vez que a atuaç¿o do Ibama, constatando os danos, ocorreu no ano de 2008, quando os requeridos supraindicados ainda faziam parte do quadro societário da ré Porbrás, os quais se retiraram apenas no ano de 2011. Nesse aspecto, o art. 1.032 do CC determina a responsabilização dos sócios retirantes em até 02 (dois) anos, após a averbaç¿o da retirada da sociedade. Transcrevo: ¿Art. 1.032. A retirada, exclus¿o ou morte do sócio, n¿o o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigaç¿es sociais anteriores, até dois anos após averbada a resoluç¿o da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto n¿o se requerer a averbaç¿o¿. Ademais, a presente aç¿o foi distribuída no ano de 2012, de modo que, pelo exposto, resta clarividente a legitimidade passiva de todos os réus indicados na inicial. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. De igual forma, n¿o merece acolhida a pretensa preliminar de inépcia da inicial (fls. 128/129), eis que o autor indicou corretamente os alegados danos ao meio ambiente, fazendo menç¿o inicialmente e diligenciando acerca da complementaç¿o da apuraç¿o dos prejuízos ao meio ambiente, de modo que os

réus tiveram amplas condiç¿es de apresentarem suas defesas, inclusive, pelos dados apontados pelos procedimentos administrativos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ¿ IBAMA. Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona ao definir que os danos causados ao meio ambiente n¿o necessitam de valor específico indicado pelo autor, podendo, pois, ser arbitrado pelo julgador, respeitando-se a razoabilidade e proporcionalidade, a exemplo dos entendimentos a seguir: ¿ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS AMBIENTAIS. DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO MAR. INDENIZAÇ¿O. VALOR ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL SEGUNDO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUAO. REVIS¿O. INVIABILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. É assente nesta Corte que somente é possível a reavaliaç¿o do quantum arbitrado a título de danos causados ao meio ambiente nos casos em que se afigure exorbitante ou irrisório, o que evidentemente n¿o se configura no caso dos autos. Portanto, incide na espécie, o óbice da Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental n¿o provido¿. (STJ - AgRg no AREsp: 222483 SP 2012/0180576-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 18/11/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicaç¿o: DJe 27/11/2014). ¿EMENTA: ADMINISTRATIVO. AÇ¿O CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DESMATAMENTO DE ÁREA DE FORMAÇ¿O CAMPESTRE SEM AUTORIZAÇ¿O DE ÓRG¿O AMBIENTAL. ÁREA RECUPERADA NATURALMENTE. OBRIGAÇ¿O DE INDENIZAR. PERTINÊNCIA. REPARAÇ¿O INTEGRAL. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. - O desmatamento de área de formaç¿o campestre sem autorizaç¿o de órg¿o ambiental e que causa danos significativos à vegetaç¿o deve ser sancionado, também, com a obrigaç¿o de pagar quantia em dinheiro. Precedente do STJ - A reparaç¿o do patrimônio ambiental deve ser a mais completa possível, abrangendo obrigaç¿es de indenizar e de n¿o fazer, para além da recuperaç¿o natural da área ao longo dos anos, circunstância que supriu t¿o somente a obrigaç¿o de fazer - O valor da indenização deve ser arbitrado de modo razoável e proporcional à extens¿o do dano¿. (TJ-MG - AC: 10400130022322001 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 08/10/2019, Data de Publicaç¿o: 15/10/2019). No mérito, vislumbro que o Processo Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13, originado pelo auto de infração expedido pelo IBAMA, acostado às fls. 19/69, e apresentado integralmente em mídia digital às fls. 183, constatou que a ré Porbrás estava com quantidade de madeira condizente à comprovada documentalmente, mas autuou a mesma por ¿fazer funcionar atividade de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais, em área de preservaç¿o permanente¿, sem a devida licença legal. Por ocasi¿o, foi-lhe aplicada multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Considero, pois, que o procedimento administrativo é prova inequívoca da ocorrência do dano causado pelo funcionamento de atividade portuária na sede da requerida Porbrás em área de preservaç¿o permanente, uma vez que está revestido de fé pública do agente de fiscalizaç¿o ambiental do IBAMA. Outrossim, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS informou às fls. 198 que à época da ¿Operaç¿o Arco de Fogo¿ a ré Porbrás n¿o obtinha autorizaç¿o para instalaç¿es portuárias, uma vez que a LO nº 724/2008 n¿o abrangia tais atividades, as quais foram autorizadas somente em 2012. Nesse sentido, a própria ré Porbrás admitiu, em defesa junto ao IBAMA (fls. 87/88), o funcionamento irregular do local de embarque e desembarque de produtos, sustentando que n¿o tinha conhecimento da necessidade de obter licença específica para funcionamento de porto de embarque e desembarque de madeiras e seus derivados. S¿o os termos da promovida às fls. 87: ¿[...] se falhamos, n¿o foi por desrespeito à legislaç¿o vigente, mas sim porque ao longo destes anos todos n¿o tínhamos a menor idéia de que fosse necessário ter uma autorizaç¿o especial para um local que n¿o é um porto e que está colocado nos documentos que enviamos a cada ano para renovaç¿o da LO, e, portanto pensávamos que a licença seria válida também para embarque e desembarque de produtos¿. Tal argumento n¿o merece acolhida, vez que o art. 3º da Lei de Introduç¿o às normas do Direito Brasileiro é enfático ao dispor que ninguém poderá se eximir de obedecer a legislaç¿o, em sentido amplo, sob o fundamento de desconhecimento legal. In verbis: ¿Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que n¿o a conhece¿. Portanto, os réus violaram flagrantemente o disposto no art. 66 do Decreto nº 6.514/2008, a seguir transcrito: ¿Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorizaç¿o dos órg¿os ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: Multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000.000,00 (dez milh¿es de reais)¿. Ato contínuo, a legislaç¿o atual preconiza que a responsabilidade do infrator/poluidor pelo dano ambiental é objetiva, como assevera o art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81, uma vez que o meio ambiente é um bem amplamente protegido pela Carta Magna/88, conforme art. 225, sendo essencial à qualidade de vida da presente e futuras geraç¿es. A jurisprudência já é pacífica nesse mesmo sentido, tendo o Supremo Tribunal Federal já assinalado o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como a consagraç¿o constitucional de um direito de terceira dimens¿o.

Portanto, sendo desnecessária a apuraç¿o de culpa, uma vez que apurada sob a modalidade do risco integral. Vejamos como é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará acerca do assunto: ¿APELAÇ¿O CÍVEL. AÇ¿O CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. REJEITADAS - RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELOS DANOS CAUSADOS. COMPROVAÇ¿O - DANO MATERIAL E REFLORESTAMENTO. PEDIDOS ALTERNATIVOS. NECESSIDADE DE ADEQUAÇ¿O - PRAZO DE SEIS MESES. APRESENTAÇ¿O DE PROJETO DE RECUPERAÇ¿O AO IBAMA. PRAZO PARA EXECUÇ¿O DO REFLORESTAMENTO. DETERMINADO PELO IBAMA. (...) 2- Há independência entre as esferas administrativa, civil e penal. Portanto, as decis¿es do Poder Judiciário n¿o est¿o vinculadas às conclus¿es adotadas em procedimento administrativo. Preliminar de sobrestamento do feito rejeitada; 3- A responsabilidade por violaç¿o do meio ambiente é objetiva, fundamentada na Teoria do Risco Integral, bastando a comprovaç¿o do nexo causal da aç¿o ou atividade desenvolvida pelo agente com o dano provocado, independentemente da existência de culpa; 4- De acordo com a extens¿o do dano, é possível subdividir o gênero dano ambiental, em duas espécies: dano patrimonial e dano extrapatrimonial ou moral. Há total independência entre a reparaç¿o do dano extrapatrimonial e do dano patrimonial; (...)¿ (TJPA 2017.04205724-17, 182.104, Rel. Celia Regina de Lima Pinheiro, Órg¿o Julgador 1ª Turma de Direito Público, Julgado em 2017-09-25, publicado em 2017-10-24) A conduta direta da empresa requerida, e a conduta, no mínimo indireta, dos sócios daquela à época, os quais n¿o agiram para impedir a prática ilegal, tornam todos legitimados a comporem o polo passivo da presente demanda, consoante arts. 2º e 3º, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, c/c art. 3º da Lei nº 6.938/81, os quais indicam como infratores todos aqueles que, direta ou indiretamente, tenham praticado atividade causadora de degradaç¿o ambiental. Embora nos autos haja comprovaç¿o de regeneraç¿o natural ou revegetaç¿o da área de preservaç¿o permanente desmatada para funcionamento do porto irregular, a aç¿o dos réus causou danos ambientais amplamente indicados pela SEMAT (fls. 185/189), dentre os quais: prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilizaç¿o do solo pelo contato direto com as chuvas e de eros¿o, n¿o podendo, portanto, os ilícitos serem relevados pelo Poder Público, sobretudo pelo Judiciário. Assim, estando configurado o prejuízo, bem como o evidente nexo causal pela conduta dos requeridos, a reparaç¿o deve ser condizente com o dano provocado, já que n¿o se trata de simples reparaç¿o pessoal ou privada, mas de interesse coletivo ou mesmo geracional, impondo, dessa forma, a reparaç¿o pelos danos materiais e morais coletivos causados. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resoluç¿o do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: A) condenar os requeridos, solidariamente, a título de danos materiais coletivos, ao pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), valor este que será revertido ao Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca; B) condenar os requeridos, solidariamente, ao pagamento de dano moral coletivo ao meio ambiente e à coletividade no importe de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), devendo ser revestido ao Fundo Estadual dos Direitos Difusos, nos termos do art. 13, da Lei nº 7.347/85. Intime-se o Ministério Público, inclusive para informar acerca dos dados da conta corrente do Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca, bem como do Fundo Estadual dos Direitos Difusos. Intime-se o requerido José Maria de Oliveira Pinho, por meio de sua curadora especial, de forma pessoal. Intimem-se os demais requeridos nos últimos endereços cujas comunicaç¿es restaram frutíferas, expedindo-se cartas precatórias e/ou editais, se necessário. Custas pelos requeridos. Sem honorários (art. 128, § 5º, II, ¿a¿, da CF/88). Após o trânsito em julgado, proceda-se o necessário, arquivando-se ao final. Publique-se. Registre-se. Senador José Porfírio-PA, 11 de dezembro de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa. Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio.¿. Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2020. Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Sr. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio-PA Ênio Maia Saraiva, faz saber à nacional IRANI ALVES RODRIGUES, brasileira, nascida em 02/08/1956, portadora do CPF nº 305.041.712-91, filha de Júlia Maria de Jesus e de Manoel Alves de Oliveira, com

endereço declarado nos autos como sendo Rua A, nº 17, Jardim Paraíso, Tucuruí-PA, que nos autos Do procedimento de medidas protetivas de urgência nº 0800086-93.2020.8.14.0058, em 30/08/2021, foi prolatada sentença a qual, na íntegra, diz: ¿SENTENÇA. IRANI ALVES RODRIGUES, devidamente qualificada nos autos, alegando ser vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher, com incidência na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, ingressou com pedido de medidas protetivas de urgência em face de PAULO RODRIGUES ALVES. Em decisão liminar, foram deferidas as medidas de proteção pretendidas pela requerente (id. 21030725). O requerido não foi localizado para citação pessoal (id. 21241884), sendo realizada a editalícia (id. 28231696). Regularmente citado, não apresentou contestação (id. 32765289). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Em razão da ausência de defesa tempestiva pelo requerido, embora devidamente citado, DECRETO A REVELIA, o que faço nos termos do art. 344 do CPC Entendo desnecessária a produção de provas em audiência, haja vista que o objeto dos presentes autos é tão somente a apreciação da manutenção e/ou revogação da medida protetiva de urgência. Tenho que a causa está suficientemente instruída para o seu julgamento, pelo que passo a sua apreciação nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil. A ocorrência traz a descrição da violência/grave ameaça sofrida pela vítima, a qual deu ensejo a decisão liminar concessiva das medidas protetivas de urgência, perdurando até o presente momento. Consigno que a medida protetiva prevista na lei nº 11.340/06 visa a garantia da ofendida que se encontra em situação de risco, resguardando, além de sua incolumidade física e psíquica, o direito de uma vida sem violência e com harmonia, solidariedade, respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do âmbito familiar (parentes próximos ou pessoas com quem convive ou já conviveu). Assim, considerando o caráter protetivo da norma, prepondera em casos tais a palavra da vítima, que merece ser salvaguardada ante a alegada situação de violência/ameaça. Demais, anoto que as lides domésticas e familiares, por serem relações jurídicas continuativas, perduram no tempo e, por isso, são passíveis de modificações em sua situação de fato e de direito. Em vista disso, a sentença que as resolve não transita materialmente em julgado, ou seja, se porventura o requerido vier demonstrar posteriormente a imprescindibilidade de se aproximar e de manter contato com a vítima, as medidas poderão ser revistas. Como também se faz possível que a ofendida requeira a revogação das medidas concedidas. O novo CPC, claramente voltado à duração razoável do processo e a efetividade da tutela jurisdicional, permite que a tutela satisfativa seja veiculada de maneira antecedente, ou seja, em petição própria, antes da propositura da demanda principal (Artigo 303 do CPC). Ocorre que, se a medida assim requerida (de modo antecedente) e deferida, não for confrontada pela parte contraria pelo recurso cabível, qual seja o agravo de instrumento, ela se estabiliza, isto é, conservará os seus efeitos práticos, independentemente da complementação da petição inicial e da defesa do réu. No presente caso, conforme certificado nos autos, o requerido fora devidamente intimado da decisão antecipatória de tutela e não interpôs recurso de agravo de instrumento, razão pela qual tenho como estabilizado os efeitos da tutela de urgência e por via de consequência, procedo à extinção do processo. DISPOSITIVO Diante do exposto, em observância às regras processuais acima dispostas, reconheço a estabilização da tutela antecipada deferida no início do processo e mantenho as medidas protetivas já fixadas, o que faço nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, de acordo com o art. 485, X do CPC. Intime-se a requerente, advertindo-a que eventual quebra das medidas protetivas, no transcurso do prazo supra determinado, deverá ser comunicada a autoridade policial como descumprimento de medidas protetivas. Transcorrido referido prazo deverá a requerente ingressar com novo pedido de medidas protetivas de urgência. Sem custas, nos termos do art. 28 da Lei Maria da Penha. Ciente o MP. Façam-se as comunicações necessárias. Certifique-se o trânsito em julgado, após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. INTIMEM-SE AS PARTES POR EDITAL. Serve a presente decisão de ofício/mandado/carta precatória, aos fins a que se destina, tudo nos termos dos Provimentos nº 003/2009 CJCI. Datado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito¿. E como a parte acima qualificada não encontrada para ser pessoalmente intimada, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da referida sentença. Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

PROCESSO Nº 0067663-97.2015.8.14.0058. AÇÃO PENAL. RÉUS: EVANDRO MOURA FERREIRA E ADJALMA SERRÃO PAZ. O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber aos nacionais ADJALMA SERRÃO PAZ, vulgo ¿Deda¿, paraense de Portel, nascido em 15/02/1994, filho de Maria do Socorro Reis Serrão e de Domingos de Carvalho Paz, e EVANDRO MOURA FERREIRA, vulgo ¿Dico¿, paraense de Senador José Porfírio, nascido em 01/02/1995, filho de Maria Benedita Moura Ferreira, ambos com endereço declarado nos autos como sendo bairro Piquiá, nº 504, Senador José Porfírio-PA, do que não tendo sido possível a intimação pessoal de ambos, os quais encontram-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomarem ciência da sentença prolatada por este Juízo em 12/05/2021, à fl. 106 dos autos da Ação Penal nº 0067663-97.201517.8.14.0058, a qual, na íntegra, diz: ¿PROCESSO Nº 0067663-97.2015.8.14.0058. SENTENÇA. Compulsando os autos, verifico que há questão prejudicial de mérito, consistente na extinção da pretensão punitiva estatal pela ocorrência da prescrição pretensão executória vez que, considerando a pena em concreto estabelecida na sentença condenatória (fl. 77/81) e o marco inicial para aferição do prazo prescricional após a imposição da condenação, que é o trânsito em julgado para a acusação, não se tendo configurado qualquer das causas interruptivas da prescrição, transcorreu o prazo prescricional. Os sentenciados EVANDRO MOURA FERREIRA e ADJALMA SERR¿O PAZ não iniciaram até a presente data o cumprimento das suas respectivas penas, tendo perdido a pena concretamente aplicada na sentença a sua força executória, pois não foi exercitada pelos órgãos estatais, nos prazos previstos no artigo 109 do Código Penal. Observo que quando a extinção da punibilidade for decretada após o trânsito em julgado, extingue-se a pretensão executória do Estado -imposição da pena-, remanescendo, no entanto, os efeitos secundários da sentença condenatória, tais como lançamento do nome no rol dos culpados, incluindo a eventual reincidência, por razões de política criminal, ante a existência de pronunciamento do Estado-juiz, com trânsito em julgado da sentença, infirmando a culpabilidade do réu, se no caso for. Assim sendo, tendo havido a perda do Estado do direito aplicar efetivamente a pena, em decorrência da prescrição executória DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE imposta aos condenados EVANDRO MOURA FERREIRA e ADJALMA SERR¿O PAZ, relativamente ao presente processo, consoante artigo art. 107, inciso IV, 109, V, 110 § 1º, ambos do CPB e art. 66, II da Lei de Execução Penal, já que transcorridos os prazos previstos no artigo 109 do Código Penal, a contar do trânsito em julgado da sentença para a acusação, sem que o sentenciado iniciasse o cumprimento da sua pena. DECLARO, ainda, que permanecem os efeitos secundários da sentença condenatória, tais como o lançamento do nome do rol dos culpados, uma vez que a causa de extinç¿o ocorreu depois do trânsito em julgado da sentença condenatória. Oficie-se ao TRE/PA, comunicando-se lhe do teor da sentença de fl. 81, para os fins do art. 15, III, da Constituição Federal c/c Súmula 09 do TSE. Expeça-se o contramandado de prisão no BNMP 2.0, recolhendo-se aquele(s) anteriormente(s) expedido(s) à(s) fl(s). 97 e 100. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Façam-se as anotações necessárias. Arquive-se. Senador José Porfírio, 12 de maio de 2021. Ênio Maia Saraiva. Juiz de Direito¿. Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Sávio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

INTIMAÇÕES PARA PAGAMENTO DE CUSTAS: PROCESSO:0000161-25.2003.8140055
EXECUTADO:CERAMICA BARREIRA LTDA
ADVOGADA: JANDIRA JOSELIA DE OLIVEIRA OAB/PA2976

SENTENÇA

Autos nº 0000161-25.2003.8.14.0055
Vistos, Trata-se de ação de execução fiscal proposta pela Fazenda Pública Nacional contra a Cerâmica Barreiro LTDA. À fl. 78-V pede a exequente a extinção do feito, em função do pagamento da dívida. É o relatório. Decido. Diante da extinção do débito fiscal, não resta outra alternativa a este Juízo senão acolher o pedido de extinção do processo. Ante o exposto, extingo o processo de execução fiscal, com fulcro no art. 924, II, do NCPC combinado com o art. 156, I do CTN. Custas pelo Executado. Sem honorários, pois a extinção foi requerida pela Fazenda Pública. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. São Miguel do Guamá, sexta-feira, 25 de junho de 2021.
Sávio José de Amorim Santos
Juiz de Direito

INTIMAÇÕES PARA PAGAMENTO DE CUSTAS:PROCESSO:0072488-93.2015.8140055
ADVOGADO: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB/PA 16837A

SENTENÇA
Autos nº 0072488-93.2015.8.14.0055
Vistos, Tratam os autos sobre ação de busca e apreensão, ajuizada por Administradora de Consorcio Nacional Honda LTDA, em face de Rosa Maria Cardoso, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe. Compulsando os autos, verifico que embora tenha sido citada, a requerida não apresentou contestação no tempo hábil. Após sobreveio os autos, pedido do autor requerendo a extinção do feito, com fundamento no art. 485, VIII, do CPC (desistência). Relatei o essencial. Decido. Prescreve o art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: VIII - homologar a desistência da ação; Acerca da desistência da ação transcrevo os ensinamentos de Fredie Didier, em Curso de Direito Processual Civil, vol. 1, 17ª ed, Ed. JusPodivm: A desistência do prosseguimento do processo ou desistência da ação é um ato unilateral do demandante, a princípio sem necessidade do consentimento do réu, pelo qual ele abdica expressa mente da sua posição processual (autor), adquirida após o ajuizamento da demanda. Trata-se de revogação da demanda (ato jurídico), que, uma vez homologada, autoriza a extinção do processo sem exame do mérito (art. 485, VI I I, CPC). Nos termos do § 4º, art. 485, do CPC: Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação. Acrescente-se a doutrina de Daniel Amorim Assumpção de Neves: Corrigindo erro do art. 267, §4º, do CPC/1973, o mesmo parágrafo do art. 485 do Novo CPC prevê que a anuência do réu como condição para a homologação da desistência só passa a ser exigida após o oferecimento da contestação. O dispositivo legal consagrado consolidado entendimento jurisprudencial. Sem contestação do réu, não é necessária sua anuência quanto ao pedido de desistência do autor (STJ, 5ª Turma, REsp 591.849/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, j.10.08.2004, DJ06.09.2004) (...). (Novo CPC Comentado, Ed. JusPodivm, 2016, p.795). Destaquei A esse respeito, também leciona a doutrina de Teresa de Arruda Alvim (Breves Comentários do Código de Processo Civil Eletrônico/Teresa de Arruda Alvim Wambier; Revista Dos

Tribunais, 2015): Desistência da ação. O autor pode desistir da ação, sem consentimento do réu, até o oferecimento da contestação. Após, e até a sentença, a desistência e admissível, desde que com ela o réu, presente no processo, concorde (art. 485, §§ 4.o e 5.o). Houve alteração quanto ao termo final da manifestação de vontade do autor quanto a continuidade do processo. No Código de 73, isso era possível. Depois de transcorrido o prazo para resposta, e ainda que não apresentada esta, a concordância do réu era necessária. Agora, essa exigência depende da apresentação da resposta. Se ele for revel, a desistência unilateral pode ocorrer até a sentença. Destaquei In casu, verifica-se que embora a requerida tenha sido citada, esta foi revel, de maneira que não há necessidade de condicionar a desistência do requerente a anuência da requerida. Por oportuno, esclareço que a homologação judicial da desistência por sentença não produz coisa julgada material, mas apenas formal, consoante prescreve o art. 502 do CPC. ISTO POSTO, homologo a desistência formulada e julgo extinto o processo sem exame do mérito, na forma do art. 200, parágrafo único, c/c art. 485, inciso VIII, ambos do CPC. Arquivem-se imediatamente os autos, ante a expressa manifestação do exequente pela dispensa de sua intimação pessoal. Pelo princípio da causalidade, condeno a parte autora no pagamento das custas processuais (CPC, art. 90). P.R.I.C.

São Miguel do Guamá/PA, terça-feira, 25 de maio de 2021.

Sávio José de Amorim Santos

Juiz de Direito Titula

INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DE CUSTAS NO PRAZO DE 15 DIAS:PROCESSO 0000114-74.2008.8140055

REQUERENTE: BANCO FINASA SA

ADVOGADA: ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA OAB/PA 12.306

SENTENÇA Autos nº 0000114-74.2008.8.14.0055 Vistos, etc. Trata-se de ação de busca e apreensão com fundamento no Decreto-lei nº 911/69, ajuizado por Banco Finasa S.A, contra Selma de Nazaré da Glória Silva, ambos já devidamente qualificados nos autos em epígrafe. O pedido liminar foi deferido por este juízo (fls. 30). Entretanto, consoante se verifica da certidão de fls. 41 o cumprimento do mandado restou frustrado, haja vista que o bem não foi localizado assim também como o requerido. Após sobreveio os autos, pedido do autor requerendo a extinção do feito, com fundamento no art. 485, VIII, do CPC (desistência). Relatei o essencial. Decido. Prescreve o art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: VIII - homologar a desistência da ação; Acerca da desistência da ação transcrevo os ensinamentos de Fredie Didier, em Curso de Direito Processual Civil, vol. 1, 17ª ed, Ed. JusPodivm: A desistência do prosseguimento do processo ou desistência da ação é um ato unilateral do demandante, a princípio sem necessidade do consentimento do réu, pelo qual ele abdica expressamente da sua posição processual (autor), adquirida após o ajuizamento da demanda. Trata-se de revogação da demanda (ato jurídico), que, uma vez homologada, autoriza a extinção do processo sem exame do mérito (art. 485, VIII, CPC). Nos termos do § 4º, art. 485, do CPC: Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação. Acrescente-se a doutrina de Daniel Amorim Assumpção de Neves: Corrigindo erro do art. 267, §4º, do CPC/1973, o mesmo parágrafo do art. 485 do Novo CPC prevê que a anuência do réu como condição para a homologação da desistência só passa a ser exigida após o oferecimento da contestação. O dispositivo legal consagrado consolidado entendimento jurisprudencial. Sem contestação do réu, não é necessária sua anuência quanto ao pedido de desistência do autor (STJ, 5ª Turma, REsp 591.849/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, j.10.08.2004, DJ06.09.2004) (...). (Novo CPC Comentado, Ed. JusPodivm, 2016, p.795). In casu, verifica-se que a parte requerida sequer chegou a ser citada, de maneira que não há necessidade de condicionar a desistência da parte autora a anuência do réu, haja vista que o contraditório não foi formalmente estabelecido. Por oportuno, esclareço que a homologação judicial da desistência por sentença não produz coisa julgada material, mas apenas formal, consoante prescreve o art. 502 do CPC. ISTO POSTO, homologo a desistência formulada e julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, na forma do art. 200, parágrafo único, c/c art. 485, VIII, ambos do Código de Processo Civil. Pelo princípio da causalidade, condeno a parte autora no pagamento das custas processuais (CPC, art. 90). Para tanto, remetam-se os autos ao

setor da UNAJ para proceder com os cálculos. Havendo custas a recolher, intime-se a parte autora para pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (Art. 46, §4º). Ocorrendo o pagamento no prazo, os comprovantes serão anexados ao processo para fins de baixa e arquivamento dos autos. Por outro lado, inexistindo pagamento, seja pela não localização do devedor, seja pelo transcurso do prazo de quinze dias, expeça-se certidão de crédito, com encaminhamento à Secretaria de Estado da Fazenda, com cópia à Coordenadoria Geral de Arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, providenciando-se, em seguida, o arquivamento do processo. P.R.I.C. Presente a preclusão lógica ao direito de recorrer, arquivem-se os autos imediatamente.

São Miguel do Guamá/PA, terça-feira, 26 de maio de 2021.

Sávio José de Amorim Santos

Juiz de Direito Titular

INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DE CUSTAS NO PRAZO DE 15 DIAS:PROCESSO 0006053-06.2016.8140055

REQUERENTE:BANCO HONDA S/A

ADVOGADO: MAURICIO PEREIRA DE LIMA OAB/10.219

SENTENÇA Autos nº 0006053-06.2016.8.14.0055 Vistos etc. Trata-se de ação de busca e apreensão com fundamento no Decreto-lei nº 911/69, ajuizado Banco Honda S/A, contra Francisco Araújo Braga, ambos já devidamente qualificados nos autos em epígrafe. O pedido liminar foi deferido por este juízo (fls. 22). Entretanto, consoante se verifica dos autos não há notícias do cumprimento do mandado. Após sobreveio os autos, pedido do autor requerendo a extinção do feito, com fundamento no art. 485, VIII, do CPC (desistência). Relatei o essencial. Decido. Prescreve o art. 485, inciso VIII, §4º, do Código de Processo Civil: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VIII - homologar a desistência da ação; (...) § 4º Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação. In casu, verifica-se que a parte requerida sequer chegou a ser citada, de maneira que não há necessidade de condicionar a desistência da parte autora a anuência do réu, haja vista que o contraditório não foi formalmente estabelecido. Por oportuno, esclareço que a homologação judicial da desistência por sentença não produz coisa julgada material, mas apenas formal, consoante prescreve o art. 502 do CPC. ISTO POSTO, homologo a desistência formulada e julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, na forma do art. 200, parágrafo único, c/c art. 485, VIII, ambos do Código de Processo Civil. Pelo princípio da causalidade, condeno a parte autora no pagamento das custas processuais (CPC, art. 90). Para tanto, remetam-se os autos ao setor da UNAJ para proceder com os cálculos. Havendo custas a recolher, intime-se a parte autora para pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (Art. 46, §4º, da Lei nº 8.328/2015). Ocorrendo o pagamento no prazo, os comprovantes serão anexados ao processo para fins de baixa e arquivamento dos autos. Por outro lado, inexistindo pagamento, seja pela não localização do devedor, seja pelo transcurso do prazo de quinze dias, expeça-se certidão de crédito, com encaminhamento à Secretaria de Estado da Fazenda, com cópia à Coordenadoria Geral de Arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, providenciando-se, em seguida, o arquivamento do processo. P.R.I.C. São Miguel do Guamá/PA, 26 de maio de 2021.

Savio José de Amorim Santos

INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DE CUSTAS NO PRAZO DE 15 DIAS:PROCESSO 0004731-48.2016.8140055

REQUERENTE:BANCO GMAC S A

ADVOGADO: HIRAN LEAO DUARTE OAB/PA 10422; MAURICIO PEREIRA DE LIMA OAB/PA 10.219

SENTENÇA Autos nº 0004731-48.2016.8.14.0055 Vistos, etc. Trata-se de ação de busca e apreensão com fundamento no Decreto-lei nº 911/69, ajuizado por Banco GMAC S.A, contra Wildson de Morais Duarte da Silva, ambos já devidamente qualificados nos autos em epígrafe. O pedido liminar foi deferido

por este juízo (fls. 21). Entretanto, consoante se verifica da certidão de fls. 39 o cumprimento do mandado restou frustrado, haja vista que o bem não foi localizado assim também como o requerido. Após sobreveio os autos, pedido do autor requerendo a extinção do feito, com fundamento no art. 485, VIII, do CPC (desistência). Relatei o essencial. Decido. Prescreve o art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: VIII - homologar a desistência da ação; Acerca da desistência da ação transcrevo os ensinamentos de Fredie Didier, em Curso de Direito Processual Civil, vol. 1, 17ª ed, Ed. JusPodivm: A desistência do prosseguimento do processo ou desistência da ação é um ato unilateral do demandante, a princípio sem necessidade do consentimento do réu, pelo qual ele abdica expressamente da sua posição processual (autor), adquirida após o ajuizamento da demanda. Trata-se de revogação da demanda (ato jurídico), que, uma vez homologada, autoriza a extinção do processo sem exame do mérito (art. 485, VIII, CPC). Nos termos do § 4º, art. 485, do CPC: Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação. Acrescente-se a doutrina de Daniel Amorim Assumpção de Neves: Corrigindo erro do art. 267, §4º, do CPC/1973, o mesmo parágrafo do art. 485 do Novo CPC prevê que a anuência do réu como condição para a homologação da desistência só passa a ser exigida após o oferecimento da contestação. O dispositivo legal consagrado consolidado entendimento jurisprudencial. Sem contestação do réu, não é necessária sua anuência quanto ao pedido de desistência do autor (STJ, 5ª Turma, REsp 591.849/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, j.10.08.2004, DJ06.09.2004) (...). (Novo CPC Comentado, Ed. JusPodivm, 2016, p.795). In casu, verifica-se que a parte requerida sequer chegou a ser citada, de maneira que não há necessidade de condicionar a desistência da parte autora a anuência do réu, haja vista que o contraditório não foi formalmente estabelecido. Por oportuno, esclareço que a homologação judicial da desistência por sentença não produz coisa julgada material, mas apenas formal, consoante prescreve o art. 502 do CPC. ISTO POSTO, homologo a desistência formulada e julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, na forma do art. 200, parágrafo único, c/c art. 485, VIII, ambos do Código de Processo Civil. Pelo princípio da causalidade, condeno a parte autora no pagamento das custas processuais (CPC, art. 90). Para tanto, remetam-se os autos ao setor da UNAJ para proceder com oscálculos. Havendo custas a recolher, intime-se a parte autora para pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (Art. 46, §4º). Ocorrendo o pagamento no prazo, os comprovantes serão anexados ao processo para fins de baixa e arquivamento dos autos. Por outro lado, inexistindo pagamento, seja pela não localização do devedor, seja pelo transcurso do prazo de quinze dias, expeça-se certidão de crédito, com encaminhamento à Secretaria de Estado da Fazenda, com cópia à Coordenadoria Geral de Arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, providenciando-se, em seguida, o arquivamento do processo. P.R.I.C. Presente a preclusão lógica ao direito de recorrer, arquivem-se os autos imediatamente. São Miguel do Guamá/PA, terça-feira, 25 de maio de 2021.

Sávio José de Amorim Santos

Juiz de Direito Titular

INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DE CUSTAS NO PRAZO DE 15 DIAS:PROCESSO:00076.20-38.2017.8140055

REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA

ADVOGADO:CELSO MARCON OAB/PA 13.536-A

SENTENÇA Autos nº 0007620-38.2017.8.14.0055 Vistos, etc. Trata-se de ação de busca e apreensão com fundamento no Decreto-lei nº 911/69, ajuizado por Banco Bradesco Financiamentos S/A, José Benvindo de Carvalho Neto, ambos já devidamente qualificados nos autos em epígrafe. O pedido liminar foi deferido por este juízo (fls. 45). Entretanto, consoante se verifica da certidão de fls. 50 o cumprimento do mandado restou frustrado, haja vista que o bem não foi localizado assim também como o requerido. Após sobreveio os autos, pedido do autor requerendo a extinção do feito, com fundamento no art. 485, VIII, do CPC (desistência). Relatei o essencial. Decido. Prescreve o art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: VIII - homologar a desistência da ação; Acerca da desistência da ação transcrevo os ensinamentos de Fredie Didier, em Curso de Direito Processual Civil, vol. 1, 17ª ed, Ed. JusPodivm: A desistência do prosseguimento do processo ou desistência da ação é um ato unilateral do demandante, a princípio sem necessidade do consentimento do

réu, pelo qual ele abdica expressa mente da sua posição processual (autor), adquirida após o ajuizamento da demanda. Trata-se de revogação da demanda (ato jurídico), que, uma vez homologada, autoriza a extinção do processo sem exame do mérito (art. 485, VIII, CPC). Nos termos do § 4º, art. 485, do CPC: Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação. Acrescente-se a doutrina de Daniel Amorim Assumpção de Neves: Corrigindo erro do art. 267, §4º, do CPC/1973, o mesmo parágrafo do art. 485 do Novo CPC prevê que a anuência do réu como condição para a homologação da desistência só passa a ser exigida após o oferecimento da contestação. O dispositivo legal consagrado consolidado entendimento jurisprudencial. Sem contestação do réu, não é necessária sua anuência quanto ao pedido de desistência do autor (STJ, 5ª Turma, REsp 591.849/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, j.10.08.2004, DJ06.09.2004) (...). (Novo CPC Comentado, Ed. JusPodivm, 2016, p.795). In casu, verifica-se que a parte requerida sequer chegou a ser citada, de maneira que não há necessidade de condicionar a desistência da parte autora a anuência do réu, haja vista que o contraditório não foi formalmente estabelecido. Por oportuno, esclareço que a homologação judicial da desistência por sentença não produz coisa julgada material, mas apenas formal, consoante prescreve o art. 502 do CPC. ISTO POSTO, homologo a desistência formulada e julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, na forma do art. 200, parágrafo único, c/c art. 485, VIII, ambos do Código de Processo Civil. Pelo princípio da causalidade, condeno a parte autora no pagamento das custas processuais (CPC, art. 90). Para tanto, remetam-se os autos ao setor da UNAJ para proceder com oscálculos. Havendo custas a recolher, intime-se a parte autora para pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (Art. 46, §4º). Ocorrendo o pagamento no prazo, os comprovantes serão anexados ao processo para fins de baixa e arquivamento dos autos. Por outro lado, inexistindo pagamento, seja pela não localização do devedor, seja pelo transcurso do prazo de quinze dias, expeça-se certidão de crédito, com encaminhamento à Secretaria de Estado da Fazenda, com cópia à Coordenadoria Geral de Arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, providenciando-se, em seguida, o arquivamento do processo. P.R.I.C. Presente a preclusão lógica ao direito de recorrer, arquivem-se os autos imediatamente. São Miguel do Guamá/PA, terça-feira, 26 de maio de 2021.

Sávio José de Amorim Santos

Juiz de Direito Titular

INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DE CUSTAS NO PRAZO DE 15 DIAS:PROCESSO:0000948-75.2008.8140055

REQUERENTE: BANCO FINASA SA

ADVOGADA:ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA OAB/PA12306

SENTENÇA Autos nº 0000948-75.2008.8.14.0055 Vistos, etc. Trata-se de ação de busca e apreensão com fundamento no Decreto-lei nº 911/69, ajuizado por Banco Finasa S.A, contra Luiz Ferreira de Medeiros Neto, ambos já devidamente qualificados nos autos em epígrafe. O pedido liminar foi deferido por este juízo (fls. 30). Entretanto, consoante se verifica da certidão de fls. 41 o cumprimento do mandado restou frustrado, haja vista que o bem não foi localizado assim também como o requerido. Após sobreveio os autos, pedido do autor requerendo a extinção do feito, com fundamento no art. 485, VIII, do CPC (desistência). Relatei o essencial. Decido. Prescreve o art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: VIII - homologar a desistência da ação; Acerca da desistência da ação transcrevo os ensinamentos de Fredie Didier, em Curso de Direito Processual Civil, vol. 1, 17ª ed, Ed. JusPodivm: A desistência do prosseguimento do processo ou desistência da ação é um ato unilateral do demandante, a princípio sem necessidade do consentimento do réu, pelo qual ele abdica expressa mente da sua posição processual (autor), adquirida após o ajuizamento da demanda. Trata-se de revogação da demanda (ato jurídico), que, uma vez homologada, autoriza a extinção do processo sem exame do mérito (art. 485, VIII, CPC). Nos termos do § 4º, art. 485, do CPC: Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação. Acrescente-se a doutrina de Daniel Amorim Assumpção de Neves: Corrigindo erro do art. 267, §4º, do CPC/1973, o mesmo parágrafo do art. 485 do Novo CPC prevê que a anuência do réu como condição para a homologação da desistência só passa a ser exigida após o oferecimento da contestação. O dispositivo legal consagrado consolidado entendimento jurisprudencial. Sem contestação do réu, não é necessária sua anuência quanto ao pedido

de desistência do autor (STJ, 5ª Turma, REsp 591.849/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, j.10.08.2004, DJ06.09.2004) (...). (Novo CPC Comentado, Ed. JusPodivm, 2016, p.795). In casu, verifica-se que a parte requerida sequer chegou a ser citada, de maneira que não há necessidade de condicionar a desistência da parte autora a anuência do réu, haja vista que o contraditório não foi formalmente estabelecido. Por oportuno, esclareço que a homologação judicial da desistência por sentença não produz coisa julgada material, mas apenas formal, consoante prescreve o art. 502 do CPC. ISTO POSTO, homologo a desistência formulada e julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, na forma do art. 200, parágrafo único, c/c art. 485, VIII, ambos do Código de Processo Civil. Pelo princípio da causalidade, condeno a parte autora no pagamento das custas processuais (CPC, art. 90). Para tanto, remetam-se os autos ao setor da UNAJ para proceder com oscálculos. Havendo custas a recolher, intime-se a parte autora para pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (Art. 46, §4º). Ocorrendo o pagamento no prazo, os comprovantes serão anexados ao processo para fins de baixa e arquivamento dos autos. Por outro lado, inexistindo pagamento, seja pela não localização do devedor, seja pelo transcurso do prazo de quinze dias, expeça-se certidão de crédito, com encaminhamento à Secretaria de Estado da Fazenda, com cópia à Coordenadoria Geral de Arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, providenciando-se, em seguida, o arquivamento do processo. P.R.I.C. Presente a preclusão lógica ao direito de recorrer, arquivem-se os autos imediatamente. São Miguel do Guamá/PA, terça-feira, 25 de maio de 2021.

Sávio José de Amorim Santos

Juiz de Direito Titula

COMARCA DE VIGIA

SECRETARIA DA VARA UNICA DE VIGIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo de 90 (noventa) dias
Ato Ordinatório regulamentando pelos provimentos 006/2006- CJRMB e 006/2009 0 CCI.
FAZ SABER a todos quantos virem ou deste tomarem conhecimento, que pelo Dr. ANTONIO FRANCISCO GIL BARBOSA, Juiz de Direito Titular da Comarca de Vigia, que foi denunciado o nacional MOISES FURTADO PINTO FILHO, filho de Moises Furtado Pinto e de Joaquina de Jesus Pinto, residente e domiciliado na Comunidade do Alto Pererú, à Rua Carlos Pinto, s/n, Zona Rural (próximo ao campo do Grêmio), município de São Caetano de Odivelas/Pa., o qual se encontra em lugar incerto e não sabido: E como não foi encontrado, expede-se o presente EDITAL, para que o denunciado, para tomar ciência dos termos da sentença de fls.124/128 e, caso queira, apresente apelação no prazo de 05 (cinco) dias, tudo conforme a Ação Penal nº ºº0006491.71.2017.8.14.0063, incurso no Art. 155, §4º, I e Art 155, caput c/c Art. 69 do CPBV.
E para que não alegue ignorância, foi este publicado na forma da lei e afixado no átrio do Fórum, com o prazo de 90 (noventa) dias.
Dado e passado nesta cidade de Vigia/Pa, aos 05 (cinco) de novembro de 2021.
Eu, _____(Hilanei Rabelo), Auxiliar de Secretaria, subscrevi.
ANTONIO FRANCISCO GIL BARBOSA.
Juiz de Direito Titular da Comarca de Vigia

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no Prov. 006/2006, alterado pelo Prov. 008/2014 da CJRMB.

Fica o(a) advogado(a) MARIA AMÉLIA DELGADO VIANA, OAB/PA 5.522 , através de publicação no Diário de Justiça Eletrônico, a proceder a DEVOLUÇÃO dos autos REVISIONAL DE ALIMENTOS, Proc. nº 0004288-05.2018.8.14.0063 movida por RAIMUNDO SOUSA, em face de SUELLEM FURTADO PEREIRA, no PRAZO de 03 (três) dias, ficando ciente de que se não cumprir a solicitação acima, incorrerá nas penalidades previstas nos §§ 2º e 3º do Art. 234 do CPC/2015.

Vigia/PA, 09 de novembro de 2021.

Augusto Jarte Amaral Noronha
Diretor de Secretaria

COMARCA DE ELDORADO DOS CARAJÁS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ELDORADO DOS CARAJÁS

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 6 2 7 1 2 0 1 7 8 1 4 0 1 0 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): TALITA VAZ ARAUJO A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021---REPRESENTANTE:ROSA SILVA COELHO Representante(s): OAB 16583-A - MIRAMNY SANTANA GUEDELHA (ADVOGADO) OAB 34.414 - DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:TIM CELULAR SA NORTE Representante(s): OAB 20335 - CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (ADVOGADO) EXEQUENTE: R SILVA COELHO SUPERMERCADO ME Representante(s): OAB 16583-A - MIRAMNY SANTANA GUEDELHA (ADVOGADO) OAB 25282-B - DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOS (ADVOGADO). ATO ORDINATÓRIO (Manual de Rotinas ¿ Processo Cível - TJEPA) Em atenção ao disposto no Manual de Rotinas ¿ Processo Cível ¿ Rito Ordinário, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em seu item 5.1, k, intime-se a parte exequente através dos seus advogados, via Diário de Justiça Eletrônico, para providenciar o recolhimento das custas processuais finais, no prazo de 15 (dez) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Eldorado dos Carajás/PA, 09 de novembro de 2021. Talita Vaz Araújo Diretora de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 0 6 2 3 0 8 6 2 0 1 3 8 1 4 0 0 1 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: C. C. L.
Representante(s):
OAB 11426 - VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRA (ADVOGADO)

REQUERIDO: A. F. C.
Representante(s):
OAB 10540-A - SERGIO SOARES MORAES DE JESUS (ADVOGADO)

P R O C E S S O : 0 0 0 0 4 8 1 3 6 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANA LIMA SOUTO AUGUSTO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 30/06/2021---DENUNCIADO:ANTONIA IVANILDE DO NASCIMENTO SILVA SOUSA Representante(s): OAB 16583-A - MIRAMNY SANTANA GUEDELHA (ADVOGADO) OAB 25282-B - DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOS (ADVOGADO) AUTOR:CARMEN SIMONE SANTANA DOS SANTOS AUTOR/VITIMA:VERA LUCIA SANTANA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. 1 - A audiência designada para o dia de hoje não ocorrerá, pois o acesso à internet será interrompido de 09h às 11h, para instalação de solução de gerenciamento de redes WAN, conforme documento anexo. 2 - Sem prejuízo, redesigno audiência para o dia 21 de setembro de 2022, às 12:00h. 3 ¿ Manifeste-se a defesa sobre a certidão de fl. 50, devendo apresentar endereço atualizado da testemunha, no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão. 4 ¿ De forma derradeira, intime-se o gerente dos correios deste Município para que encaminhe à este juízo imagens do circuito de TV interno referente ao dia 16.01.2018, no prazo de 10 dias, sob pena de responder por crime de desobediência. 5 ¿ Intime-se as testemunhas de defesa CHARLES e ANTÔNIO funcionário dos correios. 6 - Intime-se a acusada através de seu advogado. 7 - Cientifique-se o Ministério Público. Cumpra-se. Serve a presente por cópia digitada como mandado/ofício/carta. Eldorado do Carajás, 01 de julho de 2021. JULIANA LIMA SOUTO AUGUSTO Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Eldorado do Carajás

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 3 6 7 2 2 0 1 4 8 1 4 0 0 1 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: D. A. S.
REPRESENTANTE: J. A. S.
Representante(s):
OAB 26577-B - GISLAN SIMOES DURAO (ADVOGADO)

REQUERIDO: C. C. S.
Representante(s):
OAB 14699 - WEDER COUTINHO FERREIRA (ADVOGADO)
OAB 25282-B - DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOS (ADVOGADO)